XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO

PSICOLOGIA SOCIAL E OS ATUAIS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS NO BRASIL

Anais
Resumos

UFC – Campus do Pici
Fortaleza/CE

XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO

PSICOLOGIA SOCIAL E OS ATUAIS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS NO BRASIL

De 29 de outubro a 2 de novembro de 2015
Universidade Federal do Ceará

Anais / Resumos

REALIZAÇÃO

APOIO

Universidade Federal do Ceará - UFC

Reitor: Prof. Henry de Holanda Campos

Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO

Presidente: Aluísio Ferreira de Lima
Primeiro Secretário: Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Segundo Secretário: Leandro Roberto Neves
Primeira Tesoureira: Deborah Christina Antunes
Segunda Tesoureira: Renata Monteiro Garcia
Suplente: Carlos Eduardo Ramos

Comissão Científica

Adriana Eiko Matsumoto - UFF
Adriane Roso - UFSM
Aluísio Ferreira de Lima - UFC
Ana Ludmila Freire Costa - UNI-RN
Ana Maria Jacó-Vilela - UERJ
Andrea Vieira Zanella - UFSC
Cássia Beatriz Batista - UFSJ
Claudia Mayorga - UFMG
Deborah Christina Antunes - UFC
Eduardo Augusto Tomanik - UFPR
Flávia Cristina Silveira Lemos - Universidade Federal do Pará
Francisco José Machado Viana - CUNP
Gustavo Zambenedetti - UNICENTRO
Hebe Signorini Gonçalves - UFRJ
Inara Barbosa Leão - UFMS
Irme Salete Bonamigo - UNOCHAPECÓ
Jacy Correa Curado - UFGD
Juliana Sampaio - UFPB
Leandro Roberto Neves - UFRR
Magda Dimenstein - UFRN
Marcela de Andrade Gomes - FCSF
Marcelo Gustavo Calegare - INPA
Maria Juracy Toneli - UFSC
Maria Lúcia Chaves Lima - Universidade Federal do Pará
Mary Jane Spink - PUC-SP
Neuza M. de Fátima Guareschi - UFRS
Pedro Paulo G. de Bicalho - UFRJ

Comissão Organizadora

Aluísio Ferreira de Lima - UFC
Cássio Adriano Brás de Aquino - UFC
Deborah Christina Antunes - UFC
Deyseane Maria Araújo Lima - ESTACIO/FIC
Idilva Maria Pires Germano - UFC
Leo Barbosa Nepomuceno - UFSC
Maria de Fátima Vieira Severiano - UFC
Pablo Severiano Benevides - UFC
Selene Regina Mazza - ESTACIO/FIC
Zulmira Aurea Cruz Bomfim - UFC
Maria Zelfa de Souza Feitosa - UFC
Pedro Renan Santos de Oliveira - UFC
Brígia da Silva Amaro Lima - UFC
Emanuel Messias Aguiar de Castro - UFC
Jéssica de Souza Carneiro - UFC
Renata Bessa Holanda - UFC
Thiago Sousa Felix - UFC
Yuri Marcondes Lisbão - UFC
José Maria Nogueira Neto - UNIFOR/FANOR
Beatriz Oliveira Santos - UFC
Stephanie Caroline Ferreira de Lima - UFC

Programação visual

Fatto Edições Digitais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

E47d Encontro Nacional da Abrapso (18. : 2015 : Fortaleza, CE).
XVIII Encontro Nacional da Abrapso: psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil / Organizado por Aluísio Ferreira de Lima; Deborah Christina Antunes; Marcelo Gustavo Aguilar Calegare. – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.
830 p. : il. color. ; 30 cm.

Anais e resumos do XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social realizado na Universidade Federal do Ceará no período de 29 de outubro a 2 de novembro de 2015.
ISSN 2447-9284

1. Psicologia social - Aspectos morais e éticos - Brasil. 2. Psicologia social - Aspectos políticos - Brasil. 3. Psicologia social - Congressos. I. Título.

CDD 150.63

Apresentação

XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO

PSICOLOGIA SOCIAL E OS ATUAIS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS NO BRASIL

Atualmente temos convivido com violências de diversas ordens, com o aviltamento de direitos humanos e o recrudescimento de práticas de sujeição, a **medicalização da vida**, a **militarização**, a **precarização** e diversos retrocessos nas políticas de governo. Ao mesmo tempo, assistimos à convocação e presença cada vez maior de psicólogos(as) atuando junto a essas políticas. Ter como foco do Encontro Nacional da ABRAPSO a temática Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil **possibilitará o debate sobre a formação em Psicologia, especialmente em Psicologia Social**.

Ao trazer para Fortaleza o 18º Encontro Nacional da ABRAPSO, a UFC oportunizará aos profissionais, discentes e docentes de Psicologia e áreas afins o contato com a produção teórica e as experiências práticas de ponta no campo da Psicologia Social. As diversas modalidades de atividades que acontecerão no evento também possibilitarão visibilizar e estabelecer diálogos entre as diferentes experiências de enfrentamento em torno de problemas sociais do Ceará. Neste sentido, cabe destacar a oportunidade de aproximação entre as inúmeras experiências profissionais e acadêmicas de pesquisa e/ou intervenção desenvolvidas no Ceará e o conhecimento produzido no campo, o que certamente contribuirá com a formação e aprimoramento de profissionais, docentes e discentes de Psicologia e áreas afins, não só da UFC, como de inúmeras instituições do Brasil.

Sobre a ABRAPSO

Fundada em 1980, a ABRAPSO constitui-se em importante espaço de intercâmbio e posicionamento crítico frente a perspectivas naturalizantes e a-históricas de produção de conhecimento e intervenção política em nossa sociedade.

Quem integra a ABRAPSO?

A ABRAPSO é composta por profissionais (pesquisadores, psicólogos, militantes, gestores públicos) e estudantes (em processo de graduação ou pós-graduação), que, por meio do ensino, investigação, aplicação ou difusão, contribuem para o desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil.

Os associados da ABRAPSO têm direito a obter descontos substanciais nos encontros nacionais e regionais e em cursos promovidos pela entidade, além de participar da entidade e obter notícias periódicas.

Objetivos

1. congregar pessoas que se empenham no desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil;
2. garantir e desenvolver as relações entre pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e práxis da Psicologia Social no Brasil;
3. propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento e prática da Psicologia Social;
4. promover a integração da Psicologia Social com outras áreas do conhecimento que atuem em uma perspectiva social crítica;
5. incentivar e apoiar institucionalmente o desenvolvimento de ações no campo social.

Ações

Para atingir suas finalidades, a ABRAPSO desenvolve as seguintes atividades:

- promove, ministra, realiza, organiza, assiste, incentiva e participa de atividades técnico-científicas, tais como: congressos, cursos, palestras, seminários, debates, conferências e reuniões;
- promove a edição e publicação de trabalhos de interesse para o desenvolvimento da Psicologia Social;
- mantém relações institucionais de âmbito nacional e internacional visando a cooperação com entidades afins;
- manifesta-se publicamente em relação a problemas sociais, com vistas à promoção da justiça social.

Gestão da ABRAPSO

O conselho diretor é formado pela Diretoria Nacional, Vice-Presidências Regionais e Coordenações de Núcleos..

Sumário

CATEGORIA COMUNICAÇÃO ORAL 25

GT 01 A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS, DIFICULDADES E PRÁTICAS 26

A Formação do (a) psicólogo (a) brasileiro (a) e sua relação com as políticas públicas 27
A individualização do social: questões para a política de Assistência Social 28
A psicologia na assistência social: entre o suposto da igualdade e a concretude da desigualdade 29
Aproximações do CRPRS das práticas profissionais no Sistema Único de Assistência Social - Conversando sobre o SUAS30
Atu(ação) de psicólogos(as) junto a moradores de rua: tecendo sentido para uma atitude ético-política 31
Cartografia de rede: contextualização e co-responsabilidade no atendimento em políticas públicas 32
Comunidade quilombola de Caeté: políticas, subjetividades e a produção de vulnerabilidades sociais e econômicas 33
Empoderamentos e Vulnerabilidades: Uma análise do discurso de psicólogos que atuam em CRAS 34
Fazeres do Serviço de Psicologia em uma Instituição de Longa Permanência: contribuições e desafios 35
Impasses na Atuação do Psicólogo na Política de Assistência Social Brasileira 36
Juventude e HIV - "Tá a fim de conversar?": Aproximando juventude e saúde sob a perspectiva social 37
Las tensiones y desafíos de los trabajadores de la política social en Chile 38
O espaço da Psicologia nas Políticas Públicas de Assistência Social no Estado de Alagoas 39
O espaço da Psicologia nas Políticas Públicas de Saúde no estado de Alagoas 40
Os limites da assistência social: reflexões acerca das dificuldades que a psicologia atravessa neste cenário 41
Projeto de Extensão Pensão Assistida por uma Saúde Integrada: Oficinas Criativas 42
Protagonismo familiar na política de assistência social e atuação em Psicologia no âmbito do SUAS 43
Psicologia Social e Rede Socioassistencial: Uma realidade possível? 44
Psicologia, Políticas Públicas e Poder Judiciário 45
Relato da experiência de estágio na Casa de Acolhimento - Abrigo Residencial Sabiá 7: Destinos de Crianças 46
Relato de Experiência - Encaminhamento Implicado e Atendimento Compartilhado 47
Sala de Espera: uma ferramenta possível de Educação em Saúde 48
Serviço de acolhimento em família acolhedora: Quais as reais possibilidades de reintegração em família de origem? ...49
Tensiones y límites en la práctica de profesionales psicólogos de la división territorial em Uruguay 50
Violência de Gênero e Saúde Mental: desafios e estratégias de interseção 51
Viver É Melhor Que Sonhar - Percepções de Extensionistas do Curso De Psicologia Da UFC– Campus Sobral. 52
“Projeto Famílias de Fato e de Direito”: Reflexões sobre a Atuação do Psicólogo com Casais em Vulnerabilidade Social 53

GT 02 A PRODUÇÃO DE IMAGENS E SUBJETIVIDADES EM PROCESSOS DE PESQUISA E INTERVENÇÃO NO CAMPO DA PSICOLOGIA SOCIAL 54

A fotografia nas redes sociais virtuais: modos de ver, ser e narrar-se na contemporaneidade 55
A Percepção dos Jovens sobre a Comunidade do Tamarido a partir do Mapeamento Psicossocial Participativo 56
A Produção de Vídeos na Pesquisa-Intervenção: A Oficina de Vídeo como potência de pesquisa 57
Coisa de menina: análise da prática discursiva acerca do gênero na publicidade 58
Iconografia como método de investigação e intervenção de processos psicossociais 59
Intervenções Urbanas: provocações experimentais 60
O uso da técnica de Ambiente Fotografado para identificação de preferências ambientais e possibilidades de restauro psicológico em campi universitários 61
O vídeo como analisador na pesquisa com jovens estudantes 62
Oficinas terapêuticas e a formação em Psicologia: O uso do audiovisual como recurso potencializador da fala 63
Operações no fio do fragmento: escrever, ver e cortar 64
Para além da alfabetização: Paulo Freire como possibilidade de intervenção com educadoras 65
Recontando a Nossa História: video-documentário colaborativo como preservação da memória e descrição do cotidiano na Comunidade Quilombola Marques 66
Selfie: imagem e subjetividade em tempos de tecnocultura 67
Uma pesquisa visual e compartilhada de Paraty: fotografias e narrativas de representação da cidade 68

"Cinema, subjetividade e sociedade: a sétima arte na produção de saberes" uma experiência de extensão na Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista 69

GT 03 ARTE E TESTEMUNHO: DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DOS TERRITÓRIOS INFAMES 70

A arte como dispositivo de resistência e/ou Como criar fissuras na sociedade disciplinar? 71
A arte urbana e seus impeditivos: um caminho de intervenção no campo da pesquisa 73
A Experiência do Projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental de Fortaleza 74
Cidade Polissêmica 75
Direitos Humanos e a Formação em Psicologia no Pará: entre silenciamentos, resistências e capturas 76
Entre o Simbólico e o Real: Cenas de Manifestações da Violência 77
Histórias de vidas artísticas: experiências de formação em Psicologia Social 78
O teatro como ferramenta de criação de novos possíveis em psicologia e saúde mental 80
Oficina de Criatividade HPSP - uma experiência audiovisual continuada 82
Ontologia histórica e a atitude crítica no presente: interrogações acerca do Projeto de Lei (PL) que tipifica o crime de "assédio ideológico" 83
Políticas de narratividade: testemunhar em formação 84
Psicologia Social e Políticas da Memória: quando o testemunho é um campo de lutas 85
Psicologia, educação e arte: a arte como ferramenta mediadora na formação acadêmica 87
Resistir na cidade: problematizações sobre arte e modos de existência 88
Teatro e Testemunho: da formação em psicologia social e dos territórios socioeducativos 89
Testemunho: cartografia da ferida (não) cicatrizada. 90
Um olhar sobre laços afetivos: processos migratórios e modos de vinculação em Boa Vista, Roraima 92

GT 04 ASSISTÊNCIA SOCIAL E JUVENTUDE NO BRASIL 93

A assistência social sob o viés da clínica-institucional: possibilidades de intervenção com o sujeito-adolescente 94
A relação entre mídia e música na perspectiva de estudantes pobres do Ensino Médio 95
Admirável Phone Novo: Percepções de adolescentes em situação de pobreza sobre o consumo de smartphones 96
Aproximações entre Psicologia e Direitos Humanos: A inserção da Psicologia nas políticas públicas 97
Atenção à violência sexual contra o jovem-adolescente na política de assistência social em Foz do Iguaçu-PR 98
Escrevendo uma nova história: assistência social, psicológica e judiciária em um caso de abuso sexual 99
Estratégias de efetivação do atendimento em situações de violação de direitos da criança 100
Implicações de gênero no acolhimento institucional de adolescentes: uma perspectiva histórica 101
Juventude, Políticas Públicas e a Arte como estratégia de empoderamento 102
Marcadores de apoio social e familiar em acompanhados pelo PAIF 103
O acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a busca por novas estratégias 104
O Agente Socioeducativo: possibilidades e impossibilidades da atuação e formação no território Socioeducativo 105
O olhar psi para as juventudes pobres: sentidos construidos 106
O Perfil de Crianças Vítimas de Agressão Sexual nos Contextos Intrafamiliar e Extrafamiliar Em Três Municípios Do Estado do Pará 107
O processo de desligamento da instituição para adolescentes mães acolhidas com seus filhos 108
Tecer testemunhos, desnaturalizar violências: pela possibilidade de narrativas de vidas desimportantes 109
Vulnerabilidade social e vulnerabilidade psíquica: desafios para as políticas públicas de saúde mental e de assistência social 110

GT 05 CONSTRUCIONISMO SOCIAL COMO POSTURA FILOSÓFICA: IMPLICAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS EM PSICOLOGIA SOCIAL 111

A construção da carreira ao longo da vida: uma proposta de intervenção em orientação profissional na universidade a partir do construcionismo social 112
A emergência do compromisso pró-ecológico no contexto brasileiro: um olhar socioconstrucionista 113
A felicidade enquanto objeto indeterminado e sua performatividade no âmbito políticosocial 114
Análise Institucional do Discurso e Construtivismo Social: possibilidades de encontro entre dois paralelos na pesquisa em psicologia 115
Características da difusão do construcionismo social no Brasil 116
Produção de sentidos sobre homens e masculinidades em uma pesquisa-ação: análise dos processos de reflexividade e pesquisa como prática social 117
Psicologias, feminismos e construcionismo social: hibridismos possíveis 118

Remontando trilhas, fuçando rastros: discursos sobre as "cadeirinhas" na Folha de S. Paulo 119
Sentidos existenciais manifestos em cartas de suicidas. 120
Mapeamento da inclusão escolar de crianças autistas na rede pública de ensino na cidade de Maceió/AL 121

GT 06 ECOLOGIAS OUTRAS: TRAÇADOS POÉTICOS, ESTÉTICOS E POLÍTICOS 122

A produção de modos plurais de subjetivação em uma divisão de psicologia aplicada 123
Arte na ação educativa das crianças: as paredes revelam 124
As máscaras de Congo de Roda D'água como expressão cultural entre sons, toadas, casacas e tambores 125
Baile de Formatura: Ensino Superior como Prática de Consumo, ou da Qualidade Acadêmica em Curso (POR UM TRIS) Nota 5 126
Cartogra-Flona: construindo uma abordagem educacional, artística e ambiental na/da Floresta Nacional de Ipanema (FLONA) 127
Corporalidades multiespécies numa dança/pesquisa em Psicologia Social 128
Imagens da escrita: uma clínica 129
Implicações psicossociais do local de trabalho situado num fragmento florestal urbano 130
Memórias digitais em ficções futuristas: problematizando a lembrança e o esquecimento no cenário da hiperconectividade 131
Narradores da maré: educação ambiental com os manguezais e cotidianos escolares 132
Outros movimentos se aninham: por um corpo todo ouvido 133
Pedalar: uma experiência educativa sobre duas rodas na cidade 134
Práticas Discursivas sobre Drogas e a Perspectiva Ecologista 135

GT 07 IDENTIDADE, RECONHECIMENTO E EMANCIPAÇÃO 136

A música e suas articulações identitárias nas corporações musicais de São João Del-Rei e região: tradição e transformação no contexto histórico e sócio-cultural das bandas e orquestras 137
A Pedagogia Institucional como geradora de emancipação e protagonismo no combate ao Bullying 138
Apontamentos sobre a metamorfose humana e a memória 139
As marcas da interseccionalidade em trajetórias de professoras universitárias negras: um estudo sobre identidades 140
As metamorfoses da identidade e as possibilidades de emancipação na ação política 141
Da invisibilidade social ao heroísmo moderno: a busca pela ascensão social através do futebol 143
Dialogicidade das narrativas de si de adolescentes articuladas à lógica de consumo e mídias sociais 144
Jovens em rede: As identidades, as sociabilidades e a constituição do self dos sujeitos nas redes sociais 145
Mais que uma nova geração: explorando os estereótipos e os indícios emancipatórios da Geração Y 147
Masculinidade e performatividade, quando a construção da identidade masculina encontra a agressividade e a violência 148
Movimentos na constituição da Identidade docente: o que dizem as teses e dissertações 149
Nascer-morrer-(re)nascer: Narrativas identitárias de sujeitos acometidos por psoríase 150
O Conceito de Identidade em Antônio da Costa Ciampa, Zygmunt Bauman E Stuart Hall 151
O diagnóstico psiquiátrico como dispositivo das (bio)políticas de identidade segregadoras na saúde mental: contribuições de Giorgio Agamben para a pesquisa da identidade 153
Poesia, experiência e literatura marginal em saraus da periferia: um estudo acerca da identidade 154
Reflexões sobre o atendimento psicológico a transexuais num ambulatório especializado 155
Sentidos e Significados ao Processo de Constituição da Identidade dos Moradores da Comunidade Quilombola Marques 156
Ser Psi – identidade e memória coletiva no processo de formação profissional da (o) psicóloga (o) 157
Um estudo sobre as metamorfoses na identidade de quem viveu em abrigo 158
Um retrato da mulher nas letras de forró estilizado 159

GT 08 IMPLICAÇÕES ÉTICAS E POLÍTICAS DOS SABERES PSICOSSOCIAIS NO BRASIL: REFLEXÕES HISTÓRICAS 160

A experiência com a arte na Colônia Juliano Moreira na década de 1950 161
A psicanálise no século XXI na universidade: os casos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro 162
A Psicanálise nos Arquivos de Medicina Legal e Identificação 163
A Psicologia na Revista A Ordem: A produção de Hamilton Nogueira (1897– 1981) 164
A psicologia no Exército Brasileiro entre as décadas de 1930 a 1960 165
Análise histórica da produção bibliográfica do periódico Psicologia: Ciência e Profissão: fluxos e identidades 166
Atravessamentos ético-políticos na historia dos saberes psicossociais 167

Das inquietações de um estágio à produção de conhecimento em Psicologia 168
Entre a Psicologia Social e a saúde mental: o percurso do conceito psicossocial 169
Epistemologia e Função Sócio Política do Conhecimento: Teoria e Prática Psicológica em Questão 170
Implic(ações) em saúde mental: ressonâncias da psicologia social no fortalecimento do SUS 171
Perspectivas históricas da (in)visibilidade homossexual no século XX: da inversão à transgressão 172
Projeto ético-político da Psicologia da Libertação: das origens às práxis contemporâneas 173
Tudo que você disser... E não disser: um caso na história da psicologia do testemunho 174
Uma história da ABRAPSO – Regional Minas Gerais: resgate dos Anais dos Encontros Mineiros (1985-2006) 175
Uma história das interfaces entre evangélicos e Psicologia no Brasil: os batistas 176
Vinda de Carl Rogers ao Brasil nas décadas de 1970-1980: uma revolução silenciosa 177

GT 09 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O POLÍTICO E A POLÍTICA NOS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL.... 178

Atuação da Comissão de Psicologia e Assistência Social do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. 179
Espaço "Cine Psi Baixada": Lugar de diálogo com psicólogos, estudantes e a sociedade 180
O ativismo político na contemporaneidade: um estudo sobre o movimento Fora do Eixo 181
O Grindr e a homossocialização individualizada: espaços virtuais de afiliação comunitária e estratificação geoespacial da cidade 182
Observatório do controle social do SUS das micro regiões de saúde Betim/Contagem: espaço "alfabetizador" político de estudantes 183
Para seguir rastros e pistas sobre a construção democrática: uma cartografia de controvérsias 184
Prostitutas como sujeitas políticas: avanços e desafios do movimento organizado no Brasil 185
Psicologia brasileira e ações coletivas: concepção sobre mudança social e a política na produção científica 186
"Taca Cachaça que Ela Libera": A Naturalização da Violência Contra a Mulher nas Músicas Brasileiras 187

GT 10 O PODER COMUM DE AGIR E A PRODUÇÃO DE NOVOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: A DEMOCRACIA COMO UMA ATIVIDADE COMUN-ITÁRIA 188

A indisciplina como analisador de processo educativos 189
Associações de Moradores e Processos de Subjetivação: Reflexões sobre uma Experiência de Intervenção 190
Biopolítica e Consumo: algumas reflexões relativas a infância e a publicidade hoje. 191
Cinelândia: entre processos de subjetivação e movimentos culturais e sociopolíticos 192
Como se dão as relações sexuais na terceira idade 193
Corpo e a biopolítica um registro das inovações comunicacionais e os sintomas somáticos contemporâneos 194
É no chão da praça: ativismos políticos e espaço público na Praça da Juventude - Serrinha 195
Educação permanente e análise de práticas profissionais: questões singulares e produção coletiva de conhecimentos 196
Grupos de fortalecimento de vínculos no SUAS, enfrentamento da vulnerabilidade social e promoção da cidadania ...197
Mediação comunitária e políticas públicas : uma experiência democrática de reconhecimento de direitos 198
Música e criança : novas intensidades no hospital 199
Na Escola, o Mundo se Movimenta. Trocas Interculturais Entre Crianças do Brasil e da França através de seus desenhos 200
O Amor e as Relações Amorosas na Era das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC'S) 201
O Discurso do Jovem Empreendedor a a subjetivação de Jovens das Escolas Profissionalizantes 202
Organização de Arraial como estratégia de fortalecimento comunitário no Parque Riachuelo I, Manaus/AM 203
Projeto Ação Comunitária: a práxis e os diálogos na formação em Psicologia 204
Saúde e Educação: Políticas Públicas em Interlocução 206
Sujeito e subjetivação da escola na atualidade 207

GT 11 PERCURSOS METODOLÓGICOS INVENTIVOS E EXPERIMENTAÇÕES NA ESCRITA EM PSICOLOGIA SOCIAL208

A escrita em psicologia social e a invenção do sujeito criminoso: potencialidades do uso de pressupostos arqueogenealógicos na pesquisa 209
A Escrita enquanto Instrumento de Reflexão Ética na Produção Acadêmica 210
A saudade narrada e a (re)invenção da lembrança: uma inflexão sobre os mortos no Sertão 211
Da Psicologia como ciência e suas transformações ao conceito de Gênero 212
O abrigar da escuta: compreensões acerca da ética e da política na experiência clínica 213
O desabrochar da formação de psicólogo: a clínica-esola como possibildiade de atuação 214

O esgotamento profissional no âmbito da enfermagem: uma revisão bibliográfica 215
O Politicamente Correto promovendo a aproximação da Representação Social e a Psicanálise 216
O "curto circuito" da pesquisa com jovens: apontamentos iniciais sobre subjetivação sexual e desigualdades sociais ..217
Pesquisando mulheres na Psicologia Social: roda de conversa como espaço de empoderamento feminino 218
Práticas colaborativas e experiências ético-estéticas no compartilhamento de informações de pesquisa....219
Psicologia Social, vulnerabilidades e gênero: vulnerabilidade de mulheres em relações de conjugalidade ao HIV/aids .220
Representação da psicologia e do psicólogo entre as diferentes classes sociais e níveis de escolaridade....221
Tecendo redes de composição entre universidade e equipamentos de saúde 222
Uma reconfiguração do medo da morte: a pesquisa como potência de descobertas 223
"Loucos" por participar? Impasses metodológicos de uma pesquisa participativa-avaliativa em saúde mental 224

GT 12 POBREZA, POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL.... 225

A Assistência Social na perspectiva dos usuários: representações sociais e ideologia 226
A construção do fazer-saber da Psicologia: desafios e possibilidades no cotidiano de trabalho nos CRASs, em Porto Alegre/RS 227
A vivência de estágio em um Centro Socioeducativo de internação para adolescentes em conflito com a lei 228
Acolhida: Resultados Parciais do Projeto de Extensão em Psicologia Social Comunitária em Juiz de Fora – MG 229
Análise e Reflexões: Um Olhar sobre as Práticas Medicalizantes produzidas a partir dos Relatórios do UNICEF/Brasil ..230
Arte e visibilidade social: resistências ao evanescimento da população em situação de rua 231
Bolsa Família e educação: avanços e possibilidades 232
Discursos de conselheiras municipais de Direitos sobre creche, educação e cuidado de crianças pequenas 233
João e Maria: Um estudo de caso sobre Paixão, Família e Pobreza 234
O enfrentamento da pobreza em comunidades cearenses: uma análise das políticas públicas de assistência social e de educação....235
O fio do cuidado na proteção social básica e os "nós" do trabalho em rede na Assistência Social 236
O homem de rua produzido no discurso de agentes de assistência social e psicológica 237
Pessoas em situação de rua: experiências de um projeto intervenção, protagonizado por estudantes de Psicologia 238
Pobreza enquanto motivo para acolhimento institucional: o paradoxo entre a lei e sua aplicação à luz da Psicanálise .239
Políticas públicas, legislação infantil e enfrentamento social: uma perspectiva temporal 240
Potenciais de Enfrentamento em contextos de pobreza: uma análise psicossocial do documentário Lixo Extraordinário 241
Representações Sociais de Projetos de Vida de alunos do PRONATEC: um estudo comparativo com os objetivos do programa 242
Representações Sociais e Extrema Pobreza: Artifícios de (r)existência 243
Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil 244
Violência Contra Mulher: Um Recorte de Estudo em um CRAM do Alto Sertão Paraibano 245

GT 13 PODER, RESISTÊNCIA E TERRITÓRIO EM CONFLITOS SOCIAIS: UM DEBATE TEÓRICO E METODOLÓGICO246

Arte, ação política e re-existência: construindo sentidos de criação e transformação sobre, com e para mulheres 247
Implosões na mecânica ensurdecedora do urbano: Teatro de rua como resistência comunicativa 248
Lixo e as tecnologias de governamentalidade da miséria 249
Mapear outros espaços: Uma proposta de articular derivas urbanas e cartografias no intuito de identificar heterotopias 250
Ocupações Urbanas: o acesso aos direitos sociais e a construção de territorialidades 251
Poder, política e território: a migração haitiana na cidade de Florianópolis 252
Psicologia, Risco e Defesa Civil: um debate sobre a inclusão de famílias no auxílio aluguel. 253
Subjetividade Negada: Discussão sobre Representações Sociais das Substâncias Psicoativas 254

GT 14 PRÁXIS QUE APREENDEM AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS NA DIALÉTICA DA RELAÇÃO ENTRE PSIQUISMO E SOCIEDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA SOCIAL.... 255

A conscientização freiriana e suas reverberações na obra de martín-baró: considerações preliminares 256
A Literatura como aporte humanizador da educação: práticas de formação integral do homem na academia 257
A relação dialética entre consciência e inconsciente: o enfoque da teoria psicológica SócioHistórica 258
As contribuições de Walter Benjamin para a compreensão da estética da mercadoria: a propaganda de perfumes 259
As relações entre a organização da escola pública e a patologização das dificuldades de aprendizagem 260
Concepção do Ciúmes 261

Da dialética Inconsciente e Consciência no desenvolvimento da Sexualidade: novos pensares para a emancipação do humano 262
De Eu e Tu a Nós: Novas Reflexões sobre a Psicologia Social de Lucília Reboredo 263
Gerontolescência ou Reorganização da Consciência Idosa? Uma análise a partir da Psicologia Social 264
Inconsciente e cultura: uma análise desde a Psicologia Sócio-histórica 265
Mediação da política de assistência social: o sentido na consciência do morador de rua 266
O Trabalho do Trabalhador: Impacto do Capitalismo Contemporaneo na Subjetividade do Proletariado 267
Politicas Publicas de Educação e as Implicações na constituição do sujeito 268
Por uma psicologia social crítica analiticamente orientada 269
Possibilidades à formação segundo Adorno: análise dos cursos de formação de professores para educação de pessoas com deficiência 270
Psiquismo E Sociedade: Implicações do Sofrimento Psíquico na Cultura Contemporânea 271
Sociedade, Classe e Individuo: A Consciência Enquanto Representação do Movimento Real 272

GT 15 PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO, VIOLÊNCIAS E CRIMINALIZAÇÃO 273

A disciplinarização dos corpos: velhas práticas nos "modernos" manicômios judiciários 274
A redução da maioridade penal: problematizando seus regimes de verdade e efeitos de subjetivação. 275
A saúde de homens presos: promoção da saúde, relações de poder e produção de autonomia 276
Cartografia de processos de subjetivação em políticas sobre drogas no Brasil 277
Diversas faces da legitimação de um linchamento: reflexões sobre a produção social da violência. 278
Encarceramento e subjetividade: compreendendo o papel da Psicologia na construção e desconstrução dos discursos acerca da questão criminal contemporânea 279
Judicialização das “vidas indignas”: atualizações a respeito da Unidade Experimental de Saúde em São Paulo 280
Ode ao ódio: Dificuldades e entraves para atuar com ressocialização no sistema prisional 281
Pixação/Graffiti e a Desobediência: cartografando adolescências 282
Políticas de Segurança Pública na Maré: uma análise do medo como operador político 283
Políticas no limiar da pele: direitos, urbanidade e violência 284
Processos de subjetivação e pesquisa-intervenção: deslocamentos e ressonâncias no estudo de violências infantojuvenis 285
Reflexões metodológicas: a construção da percepção sobre usuários de crack no processo de uma investigação 286
Representações de adolescentes em conflito com a lei na mídia 287
Sistema Prisional e Educação: Algumas Reflexões 288
Sofrimento psíquico e criminalização: impactos do estigma na trajetória de vida dos sujeitos inimputáveis 289
Supervisão de estágio em Psicologia na prisão: espaço de vivências e ressignificações 290
Uma “rede de arrasto” entre terra e mar: resistência da Vila dos Pescadores do Jaraguá 291

GT 16 PSICOLOGIA, TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES 292

(Trans)formação 293
A construção da subjetividade das mulheres trans através das identidades corporais e de gênero 294
Apontamentos sobre o ciberativismo transfeminista e sua relação com movimentos trans/travestis 295
Clínica Psicológica e Transexualidade: contribuições para um debate 296
Identidade de Gênero Trans e contemporaneidade: Representações Sociais nos processos de formação e educação ..297
Identidade, glamour e lacração: a nova geração Drag Queen da cidade de Fortaleza 298
Identificações de sexo, gênero e conjugalidade na Galeria de Travestis do Presídio Central De Porto Alegre 299
Nuances e Contradições de ser uma Travesti na Cidade de Manaus 300
Peles urbanas: considerações sobre as paradoxalidades nos territórios de prostituição rueira de travestis e as utopias na construção do corpo de mulheres transexuais 301
Qual é o banheiro de estudantes travestis e transexuais na escola? 302
Tacones Lejanos: Melissa vai à Universidade 303
Transexualidade na psicologia brasileira: tendências, repetições e outros horizontes 304
Travestilidades, violências e a não visibilidade 305
Travestis e transexuais: entre políticas públicas e demandas por uma vida habitável 306
Uma análise comparativa da medicalização da intersexualidade em Fortaleza (CE) e Rio de Janeiro (RJ) 307
“Tem que falar: homem trans, mulher trans, travestis...” – Políticas do discurso e produção de subjetividades 308

GT 17 PSICOLOGIA, POLÍTICAS SOCIAIS E DESIGUALDADE SOCIAL: APROXIMAÇÕES COM O MARXISMO 309

A Dialética Escuta-Ação e Garantia de Direitos como instrumento de atuação de psicólogos nos CRAS's 310
A dimensão subjetiva da desigualdade social: construindo o mapa da desigualdade em São Paulo 311
Análise da Dimensão Psicossocial de moradores de ocupação urbana em São Paulo.....312
Entre flores e espinhos: Um olhar sobre a dinâmica de famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade 313
Ética, Cidadania e as Políticas Desenvolvimentistas: uma reflexão sobre o PRONATEC 314
Imigração haitiana no Rio Grande do Sul: dificuldades pós-migração e saúde mental.....315
Interfaces entre educação e desigualdade social: um estudo da dimensão subjetiva do processo de escolarização de jovens pobres e ricos 316
Jardim dos Sentimentos: promoção da saúde mental em um espaço de bosque 317
Liberdade de escolha: diálogo entre Marx e Skinner 318
Limites do "compromisso social" da psicologia na perspectiva da emancipação humana 319
Medicalização da vida: a lógica do modo de produção capitalista 320
O desafio da inclusão social de pessoas diagnosticadas com esquizofrenia em Asturias, ES 321
O trabalho de psicólogos em favelas na cidade do Rio de Janeiro: relatos de Vigário Geral e Cidade de Deus 322
Políticas públicas e saúde: estudo de caso num contexto de pobreza e vulnerabilidade social 323
Políticas Públicas para quê? Uma análise sobre a dimensão subjetiva das políticas públicas de redução da desigualdade social 324
Políticas sociais no Brasil do século XXI: esforços para a superação da desigualdade social 325
Senso comum gramsciano: potencialidades críticas e transformação social 326
"De Braços Abertos" com a Saúde: relato de vivência de Residentes Multiprofissionais Cearenses no Programa 328

GT 18 PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, SAÚDE COLETIVA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSOS GRUPAIS E ESPAÇOS COLETIVOS DE ATUAÇÃO E REFLEXÃO..... 329

A experiência Intersetorial :Intervenções em situação de vulnerabilidade social e risco social 330
Adolescentes com diabetes: sobre implicações da experiência de grupo na adesão ao tratamento 331
Aprimorando redes de atenção aos usuários de drogas: descrição e análise de uma intervenção psicossocial 332
Autonomia psicossocial e qualidade de vida em adultos com hipertensão 333
Construindo a participação social junto a usuários de um grupo de apoio: desafios para a qualificação da atenção em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) 334
Estratégia Saúde da Família: processos de trabalho, condições de oferta de serviços e integralidade.....335
Experienciando o território: Reflexões sobre Saúde e Drogas em Unidades Básicas de Saúde em Garanhuns/PE.....336
Experiências com grupos sócioeducativos na assistência à saúde de pacientes com dores crônicas em uma clínica-escola 337
Intervenção da Psicologia Comunitária em Comunidades Terapêuticas – possibilidades de atuação 338
Juventude e HIV- "tá a fim de conversar?": aproximando juventude e saúde sob a perspectiva social.....339
O Teatro do Oprimido como estratégia da Luta Antimanicomial: fortalecendo o protagonismo social na rede psicossocial 340
Oficinas psicodramáticas com Adolescentes: possibilidades de intervenção no campo da saúde coletiva 341
Plantão psicológico em unidade de saúde da família da Ilha do Combú: A atenção e promoção de saúde em comunidades ribeirinhas 342
Políticas do comum, território insurrecional na saúde. O hospital em questão 343
Protagonismo Social em Saúde: um relato de experiência sobre os espaços democráticosreflexivos no CAPSad de Maracanaú.....344
Psicologia Comunitária no Quissamã/SE: a experimentação política da amizade e os desafios da pesquisa-intervenção 345
Psicologia e as Políticas Sociais: Práticas que acessem a dimensão públicas das políticas 346
Reflexões epidemiológicas em um CAPS AD 347
Sentidos da saúde e formação profissional 348
Violência obstétrica: a desumanização no atendimento às gestantes no Brasil e a ineficaz atuação das políticas públicas 349

GT 19 PSICOLOGIA SOCIAL DOS AFETOS: SUBJETIVIDADE, ÉTICAS E POLÍTICA..... 350

A Culpabilidade como Fator de Produção da Subjetividade Capitalística em Ambiente Carcerário.....351
Afeto como estratégia de gestão: um estudo sobre os processos afetivos no mundo do trabalho 352
Comunicação de Notícias em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal:desafio da equipe multiprofissional 353

Contribuições da Psicologia para o desenvolvimento da autonomia: pesquisa e intervenção com idosos.....354
Entre o Afeto e o Artefato: o conforto em questão 355
Militância e afetação como possibilidade de produção de espaços de coletividade, emancipação e produção de saber – um caso de envolvimento com Grupos de Trabalhos inovadores junto a um conselho de psicologia. Pelas vias dos direitos humanos.....356
O esgarçamento dos afetos: aceleração, experiência e depressão na contemporaneidade 357
O singular dentro da instituição: Relato de experiência acerca da produção de subjetividade em um abrigo para idosos 358
Preconceito de estudantes da área de saúde contra mulheres com Doenças Sexualmente Transmissíveis.....359
Processos de Subjetivação: Capturas e Resistências 360
Psicologia Social Comunitária e Processos Afetivos: Oficinas com Crianças de um Assentamento Rural 361
Reflexões Sobre Maternidade no Contexto Prisional.....362
Reflexões sobre os afetos na pós-modernidade 363
Sentidos existenciais manifestos em cartas de suicidas.....364
Stencil: O olhar da Psicologia Ambiental sobre uma técnica de intervenção urbana em Fortaleza/CE.....365
Violência de Gênero: Revisão Sistemática Sobre a Agressão e Vitimização no Contexto Familiar 366

GT 20 PSICOLOGIA SOCIAL E RURALIDADES 367

"Perdidos no mundo": juventude rural e emigração internacional no interior de Rondônia 368
A igualdade de oportunidade na Educação Infantil do/no Campo: o desafio do acesso equânime 369
Alguns achados de pesquisa: um estudo em turmas de educação infantil em escola do campo 370
Carroceiros rurbanos: problemática ambiental e representações sociais na cidade de Seropédica-RJ 371
Do escondido ao sério: o namoro dos/as jovens rurais sob o controle da família.....372
Encontros e desencontros entre ribeirinhos e agentes comunitários: análise de diário de campo 373
Jovens assentados: histórias de vida e projetos de felicidade 374
Mulheres Agricultoras na construção de sentidos sobre Vida de Qualidade: um relato de pesquisa 375
Notas sobre a luta de jovens por uma educação camponesa em Rondônia.....376
Percepção de risco do uso de agrotóxicos entre trabalhadores rurais na região do Médio Jequitinhonha 377
Práticas de lazer e sociabilidade entre os/as jovens nas comunidades quilombolas de Garanhuns/PE.....378
Produção de sentidos sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST/RN 379
Ruralidade: o caso de agricultores atingidos pela violência.....380
Telurica - Territórios de experimentação em limiares urbanos e rurais: In(ter)venções em coexistências autorais.....381
Trabalhadoras em movimentos sociais rurais no sul do Brasil (1987-2013) 382

GT 21 TRABALHO DOCENTE E PRECARIZAÇÃO NAS RELAÇÕES LABORAIS DA EDUCAÇÃO 383

A terceirização e a precarização na Educação Superior: o processo saúde-adoecimento no trabalho docente 384
As condições de trabalho como fatores constituintes da profissionalidade de professores iniciantes no ensino superior 385
As políticas educacionais e suas implicações no trabalho docente.....386
Atuação do psicólogo no Ensino Superior: dos ProUnistas aos professores 387
Da formação de psicólogos: os esquemas ideológicos imanentes e os seus elementos de reprodução.....388
Mapeamento das dificuldades de aprendizagem de crianças e jovens em escola municipal de Cajueiro da Praia - PI ...389
O trabalho e a violência na escola representada pelos docentes: evidências da precarização das relações trabalhistas 390
Panorama da saúde dos docentes da Educação básica no Brasil 391
Produtividade acadêmica e modos de subjetivação: modulação do trabalho do pesquisador docente 392
Revisão integrativa sobre a gestão da saúde de professores de escolas públicas* 393
Saúde e trabalho em professores; revisão da literatura recente:(2003-2014) 394
Subjetividade, Discurso, Adoecimento e Políticas Públicas em Do(c)entes Readaptados das Escolas Públicas de Campo Grande – MS 395
Trabalho docente e precarização das relações de trabalho na universidade pública 396

GT 22 JUVENTUDE, MARGINALIDADE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO? 397

A indissociabilidade entre pesquisa e extensão na investigação em psicologia social: relato de experiência 398
A socieducação em análise: construção de sentidos de si e de futuro em um sistema em transição 399
A Violência Imbricada na Sociedade: Casos de menores em conflito com a lei 400

As Relações entre Igreja e Estado na produção de Políticas Públicas destinadas à Juventude....401
Cartografando as medidas socioeducativas em meio aberto no município de fortaleza 402
Direitos Humanos Universais? Discutindo essa concepção a partir de visitas num Centro de Medida Socioeducativa...403
Egressos do sistema prisional no contexto do trabalho: o que pensam universitários?....404
Historicizacão de intervenções com adolescentes pobres: Phenix a caminho da desvinculação da opressão social....405
Juventude, pobreza e insegurança: um relato de pesquisa 406
Meninas adolescentes internadas: gênero e sexualidade importam?....407
Parlamento Jovem: desafios da formação política através da extensão universitária....408
Playground virtual e indústria cultural - Um estudo sobre as implicações psicossociais decorrentes do consumo das novas tecnologias na infância....409
Políticas de saúde e violência escolar na sociedade da insegurança 410
Produtos da exceção: morte, abandono e desproteção da juventude em conflito com a lei....411
Programado pra morrer: #SÓQUENÃO! Políticas públicas, produção de morte e a insistência de vida entre sujeitos jovens 412
Redução da maioridade penal e modos de fazer justiça na contemporaneidade 413
Redução da Maioridade Penal: o que a Psicologia pode dizer sobre isso? 414
Violência e a noção de ciclo de vida: interrogando as práticas de saber/poder do UNICEF 415
"Tá com pena? Leva pra casa" – análise sobre a redução da maioridade penal....416
"Vai dar certo!": apontamentos a partir de trabalho com adolescentes em conflito com a lei 417

GT 23 TRABALHO NA PERSPECTIVA CRÍTICA II.... 418

A concepção de trabalho na psicologia social abrapsiana: exame inicial nos anais dos encontros nacionais (2009-2013) 419
A dialética do arbitrário e o inevitável: o trágico em Dois perdidos numa noite suja....420
A participação humana na segurança do trabalho no setor elétrico 421
A prática cotidiana do SUS: novos modelos de gestão?....422
Breves reflexões sobre Psicologia e Trabalho: uma busca pela valorização da subjetividade do trabalhador....423
Contribuições psicanalíticas aos estudos da precarização do trabalho: Montagem perversa, servidão e desamparo 424
Diálogos em sala de espera: o fortalecimento político do espaço público 425
Emancipação social por meio do trabalho: experiências de empreendedores na cidade de Maranguape....426
Fantasmas do trabalho: o trabalhador perante as suas angústias....427
Funcionalismo Público e prestação de serviço: representações construídas socialmente na Cidade de Parnaíba-PI 428
Inclusão no trabalho, produção de afetos e subjetividade 429
O adoecimento psíquico do profissional de segurança pública e seus desdobramentos sociais....430
O contexto de trabalho do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência 431
O poder de agir dos trabalhadores terceirizados: uma reflexão a partir da Clínica da Atividade....432
O significado do trabalho para jovens da qualificação profissional no âmbito da assistência social....433
Os jovens e os sentidos do trabalho: construção dos modos de vida e das subjetividades....434
Reconhecimento e (in)visibilidade na prostituição de luxo: as histórias de Mara e Letícia 435

GT 24 PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: OLHARES CRÍTICOS SOBRE O TRABALHO E OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS 436

Análise de redes sociais em uma feira de roupas: um estudo de caso 437
As práticas dos psicólogos organizacionais e a produção de subjetividades em contextos empresariais....438
Autonomia Profissional e Condições de Trabalho em Enfermagem: Um Estudo a partir de Incidentes Críticos....439
Como "anda" o taxista de Chapecó/SC? Relação entre trabalho e saúde na prática desse profissional....440
Condutores/Socorristas do SAMU 192 em Fortaleza, Ceará: Condição e Organização do Trabalho 441
Desafios do mundo do trabalho e suas relações com o fenômeno do prolongamento da juventude: um estudo com jovens brasileiros e espanhóis....442
Narrativas de resistência no mundo do trabalho: um estudo em andamento sobre as origens da Economia Solidária..443
O trabalho da gestão: entre o governo do outro e a abertura ao devir da atividade 444
O trabalho das sacoleiras pela lente fotográfica: o uso da fotografia na pesquisa etnográfica....445
O trabalho dos operadores de sistemas elétricos: uma reflexão sobre a clínica da atividade....446
Percepção de jovens acerca das demandas do mercado de trabalho para a inserção profissional 447
Regulamentar é preciso? Representações sociais de prostitutas de rua e de baixa renda....448
Saúde do trabalhador docente no ensino superior sob a perspectiva da Psicologia Social....449

Saúde, Trabalho e violência no trabalho em saúde: reflexões a partir do acompanhamento das equipes de atenção básica 450
Suicídio no local de trabalho e a Psicodinâmica do Trabalho: os desafios de compreender e de prevenir 451
Trabalho e Identidade Feminina: Um Estudo Com Operárias da Fábrica de Calçados, em Sobral-CE 452
Trabalho em saúde: experiência de trabalho vivo junto a equipes de atenção básica em saúde 453
Transformações do trabalho no serviço público: o caso dos servidores técnicos em educação do Ifes 454
Vida de Caminhoneiro: Sofrimento e Paixão 455
"Reflexões sobre protagonismo feminino a partir da inserção no mercado de trabalho mediada pelo PRONATEC" 456

GT 25 ECOLOGIAS E POLÍTICAS COGNITIVAS 457

A Extensão na UFMG – Memória e Identidade 458
Acoplamento tecnológico, cognição e subjetivação: uma abordagem complexa do autismo 460
Caracterização de Adolescentes Vítimas de Agressão Sexual no Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar 461
Formação inicial dos professores no Brasil: Reflexos na qualidade do ensino e da aprendizagem escolar 462
Individuação humana e técnica em percursos de formação de professores 463
Interfaces entre globalização do açaí e identidade na Região Metropolitana de Belém 464
Intervenção sobre Práticas Dialógicas na Escola: contribuições da psicologia para a educação democrática 465
O Entendimento de Jovens sobre o Uso Social da Energia e Fontes Energéticas em Manaus: Contribuições e Implicações 466
Videogames: quando competição e colaboração podem ser não antagônicas 467

GT 26 CIDADANIA, PROTAGONISMOS E IDENTIDADES: REFLEXÕES ACERCA DE ITINERÁRIOS DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E OUTRAS FRENTES DE EMANCIPAÇÃO HUMANA 468

(Rap)pensando possibilidades de denuncia e enfrentamento as desigualdades sociais: contribuições do movimento hip hop 469
A luta por cidadania e o protagonismo juvenil a partir das redes sociais 470
A Perspectiva da Criança Institucionalizada Sobre Adoção: Uma Revisão Bibliográfica 471
A Psicologia na mediação de conflitos: relato de experiência de uma prática de estágio em Psicologia Jurídica em um Balcão de Justiça e Cidadania 472
Apoio Psicológico à Terceira Idade: suporte técnico à uma instituição asilar de Catalão-GO 473
Aposentadoria e terceira idade: conquistas e obstáculos 474
De refém a protagonista: consumo, identidade e emancipação 475
Dos itinerários identitários às identidades nômades: percursos de uma investigação crítica 476
Imaginário Sobre a Escola e Projeto de Vida de Jovens 477
Indicadores de Transtornos alimentares, Auto percepção Corporal e Ideação suicida em jovens paraibanos 478
O protagonismo feminino na luta pela terra: construindo espaços e redefinindo seu papel na transformação da realidade social 479
Práticas "Psi" no enfrentamento à homofobia na escola: possibilidades e impossibilidades 480
Produção de identidade coletiva em um grupo de idosas de classes populares através do CRAS: caminhos para a emancipação 481
Sentidos de maturidade: Um olhar às vivências juvenis e o (não)reconhecimento do jovem como ser maduro 482
Ser cidadão: um estudo de representações sociais 483
Sob o impacto destrutivo das violências na (des)construção das subjetividades. É possível a resistência? 484
Sociabilidades juvenis: ser/fazer-se jovem em experiências de consumo de álcool 485
Trabalho e Educação: o protagonismo do homem do campo 486
"Fazendo arte": uma intervenção psicossocial com crianças e adolescentes 487
"Kipegada": a constituição de um grupo de pagode como estratégia de proteção social 488
"Vou ser uma mãe amorosa, carinhosa e cuidadosa..." Concepções sobre a maternidade para grávidas adolescentes 489

GT 27 GÊNERO E DIREITOS SEXUAIS: CONSENSOS E CONFRONTOS NOS DIAS ATUAIS 490

"Isso é doença ou é safadeza?" Sentidos sobre o incesto em um grupo de diálogos com jovens da Região Metropolitana do Recife 491
A atenção à saúde da mulher e o enfrentamento à violência no contexto da atenção básica: entre invisibilidades e desacolhimentos 492
A Práxis Psicológica no Centro de Referência de Atendimento à Mulher: Ação Clínica e Política 493
Análise de grupo reflexivo com homens autores de violência contra mulher 494

Casa Abrigo para mulheres em situação de risco e violência: Desafios e possibilidades 495
Casais que optam por não ter filhos: um fenômeno contemporâneo à luz da Psicologia 496
Casamento entre pessoas do mesmo sexo em Pernambuco: repertórios em construção 497
Conhecimentos e práticas sobre prevenção em AIDS por homens que fazem sexo com homens em contexto de grandes obras: uma abordagem psicossocial 498
Cruzando gênero, raça, sexualidade e migração a partir da história de Teresa 499
Diversidade sexual e cotidiano escolar: notas sobre a participação juvenil 500
Entre a culpabilização e a vitimização: (re)produzindo sentidos sobre violência doméstica contra a mulher 501
Estratégias de resistência em uma assessoria jurídica universitária em Direitos Sexuais e de Gênero 502
Evidenciando o (in)visível: o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica em Porto Velho-RO 503
Experiências e desafios do/no corpo e da/na feminilidade com adolescentes em situação de exploração sexual 504
Fluxos do funk ostentação: recortes de produções desejantes comunitárias através do espaço escolar e de discursos adolescentes 505
Juventude, direitos sexuais e direitos reprodutivos: A atuação da rede de convívio e apoio 507
O Gênero na Sombra da Saúde Mental: Autonomia de Mulheres com Transtorno Mental no Contexto da Reforma Psiquiátrica 508
O Movimento de direitos humanos das mulheres e as transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil 509
Parto Humanizado e as diferenças entre "classes": questões para a Psicologia Social 510
Precisamos de gênero, orientação sexual e identidade de gênero na escola? 511
Problematizando gênero e sexualidade a partir de (hetero)conjugalidades praticantes de swing em Fortaleza 512
Relações de gênero e projeto vital de jovens do meio rural 513
Representações Sociais acerca da Sexualidade de Mulheres na Velhice 514
Representações sociais de gênero e a escrita científica que encarcera 515
Sentidos de sexualidade entre idosas: discutindo gênero, participação e emancipação 516
Violência de gênero, psicologia e políticas públicas: problematizando a construção e desconstrução de discursos 517
Violência, vulnerabilidade e risco: considerações sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem 518
[Des]encontros: da análise crítica da revista Capricho à intervenção sobre identidade, corpo e sexualidade 519
'Será que ele sabe que eu sou puta?': Redes de significados e sentidos no itinerário urbano de garotos de programa .520
"Suposta vítima não se apresenta como uma pessoa indefesa": uma análise das construções de gênero na jurisprudência alagoana 521

GT 28 AS PSICOLOGIAS SOCIAIS DO RECONHECIMENTO E DO NÃO RECONHECIMENTO DA DIGNIDADE E DE DIREITOS 522

A humanidade sob a lógica do capital: reflexões sobre alienação, marginalidade e direitos 523
Articulações entre discursos de dominação e processos aculturativos em estudantes de Guiné-Bissau e Cabo Verde no Brasil 524
As vulnerabilidades das políticas públicas no enfrentamento do HIV/aids para pessoas acima dos 50 anos 525
Desafios da Psicologia escolar e educacional na luta por reconhecimento 526
Deslocamento geográfico e filiação comunitária em famílias da rede de assistência social de Porto Alegre 527
Desrespeito e reconhecimento denegado: reflexões sobre experiências de pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE 528
Indígenas e Univer/sidade - Um relato da realidade em Santa Catarina 529
Jovens negras da periferia: um caminho de luta por reconhecimento pela arte de cantar juntas 530
Mapeamento da inclusão escolar de crianças autistas na rede pública de ensino na cidade de Maceió/AL 531
O coordenador pedagógico e o combate ao preconceito de gênero e homotransfobia: um tema silenciado 532
O direito à literatura: experiência, expressão e formação na era digital 533
Os sentimentos e a consciência de injustiça social na teoria do reconhecimento de Axel Honneth 534
Práticas de apropriação ilícita por assalto: Mudança de motivos e processos de ressocialização 535
Processos de inclusão/exclusão social: retratos psicossociais do neoliberalismo 536
Projeto CRP 10 ao Seu Lado: uma "tecnologia do encontro" no Pará e Amapá 537
Projeto de Extensão Gênero e Educação: Um olhar sobre o contexto escolar 538
Projeto Liga de Cores: resgatando o direito à história de vida de crianças no contexto do acolhimento institucional 539
Proteção social, reconhecimento e (sub)cidadania: reflexões sobre serviços socioassistenciais em um bairro da cidade de São Paulo 540
Sobre a inserção do Psicólogo na Comunidade: uma experiência em uma comunidade de paradesportistas 541
Usuário e Cidadão: uma análise sobre a participação social nos Centros de Atenção Psicossocial 542
Vicissitudes do cuidado no território da AIDS: contribuições da Teoria Crítica para a saúde 543

GT 29 PSICOLOGIA SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: FORMAÇÃO E PRÁTICAS EM PSICOLOGIA 544

A influência das ações afirmativas para escolha profissional de negros/as: caso do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco 545
A Interseccionalidade Gênero-Raça-Classe nos Discursos da Saúde Pública sobre a "Violência Doméstica" contra as Mulheres 546
A luta contra a questão racial no Brasil: breve análise do jornal A Voz da Raça. 547
A redução da maioridade penal e a questão racial no Brasil 548
Afetos Interraciais: negação e racismo nas dinâmicas de familias interraciais. 549
Democratização da Universidade e o Desafio da Permanência: Trajetórias de Jovens Negros no acesso aos espaços acadêmicos de prestígio 550
Estereótipos, categorizações e preferências de crianças brancas e negras acerca da cor de pele 551
O controle das práticas e a ciência: Arthur Ramos e os estudos afro-brasileiros 552
O papel da ameaça intergrupal nas atitudes em diferentes grupos no Brasil 553
Passagens pela cultura afro-brasileira 554
Um olhar interativo sobre a imigração: Orientações aculturativas e racismo na imigração haitiana no Rio Grande do Sul 555
Violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero. 556

GT 30 I PSICOLOGIA SOCIAL: DIÁLOGOS E PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO E NO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE 557

A Atuação da Psicologia no Consultório na rua de Maceió -AL 558
A Política de Redução de Danos nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF de Fortaleza/CE: considerações sobre os limites da intervenção ao uso de crack, álcool e outras drogas na atenção primária 559
A psicologia e a pedagogia como tecnologias disciplinares em comunidades terapêuticas 560
A Psicologia no sistema prisional e as demandas judiciais de avaliações psicológicas: uma discussão a partir da suspensão da Resolução 012/2011 do CFP 561
A Saúde Coletiva na formação do psicólogo: inserção de estudantes de graduação numa Unidade Básica de Saúde. 562
A Saúde do Homem em Debate: Produzindo Saberes e Subjetividades 563
Acompanhamento de pessoas em situação de rua pelo núcleo de mediação de conflitos: percalços, impasses e possibilidades 564
Acompanhamento Terapêutico um novo olhar sobre saúde mental através do Programa de Educação pelo Trabalho 565
Atenção Primária e expansão da Rede de Atenção Psicossocial: desafios para a Psicologia 566
Avaliação da implementação do Teste Rápido para HIV, Sífilis e Hepatites Virais na Rede Cegonha: a partir da percepção das gestantes e dos profissionais da Atenção Primária 567
CAPS I: o atendimento de adolescentes com uso e abuso de álcool e outras drogas 568
Comunidades terapêuticas: uma reflexão a partir da Psicologia Social Crítica 569
Consultório na rua: máquina de guerra ou controle? Uma análise a partir do trabalho criativo. 570
Desafios e Perspectivas em Saúde Mental: Uma Experiência de Residentes Multiprofissionais em Maranguape. 571
Discursos sobre o HIV na infância: humanizando a ótica do serviço 572
Enfrentamentos e repercussões de mulheres a histerectomia 573
Envelhecimento e reinvenção de papeis – Atuações da Psicologia em Políticas Públicas 574
Estamos vivendo um retrocesso? Uma Revisão Bibliográfica da atual conjuntura da Saúde Mental no município do Rio de Janeiro frente aos desafios do possível declínio 576
Estudo sobre um Centro de Atenção Psicossocial a partir do conceito de território: analisando as transformações na Atenção em Saúde Mental 577
Extensão Universitária e formação em saúde: o apoio à gestão da Saúde Mental no SUS 578

GT 30 II PSICOLOGIA SOCIAL: DIÁLOGOS E PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO E NO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE 579

Hanseníase e Políticas Públicas: Formas de vida 580
Hospital psiquiátrico e a rede de assistência psicossocial: relatos de técnicos 581
Implementação do Teste Rápido para HIV: avaliação de usuários e profissionais de um Centro de Testagem e Aconselhamento. 582
Momentos de um cuidado em rede ou sobre formação em psicologia social e construção do campo psi na saúde coletiva 583
Multidisciplinaridade em um trabalho com a Associação de Portadores de Diabetes 584

Oficinas de Sexo Seguro: Educação em Saúde e Práticas de Cuidado no Hospital 585
Problematizações sobre a Reforma Psiquiátrica no Brasil, a partir da atuação dos CAPS 586
Processo de Desinstitucionalização de Sorocaba: discurso reformista e práticas manicomiais 587
Projeto Corra pro Abraço: Experiência da atuação dos psicólogos no enfrentamento a vulnerabilidade social 588
Promoção de saúde e suas interfaces físicas e psicológicas: pesquisa e intervenção com diabeticos 589
Psicologia, Políticas públicas de saúde e violência contra as mulheres: um diálogo possível? 590
Razão Instrumental e Tecnologias de Cuidado em Saúde: práticas de colonização do Mundo da Vida? 591
Redução de Danos: o fazer do psicólogo e a integralidade no cuidado em Saúde Mental. 592
Saúde Mental na Atenção Básica: O lugar é esse mesmo? 593
Sentidos construídos sobre a loucura: estudo com cuidadoras do Serviço Residencial Terapêutico de Campina Grande/PB 594
Sexualidade sob a tutela da saúde? Considerações acerca da política de saúde integral para a população LGBT de Pernambuco 595
Trajetórias do apoio matricial na descentralização do teste rápido de HIV e outras DSTs em Porto Alegre 596
Um tempo para andança, desejo e trabalho em rede: relato de um acompanhamento terapêutico 597
Uma análise da oferta de leitos psiquiátricos e de serviços substitutivos na cidade de fortaleza, no período de 2012 a 2015 598
Vigilância e avaliação da pessoa em desenvolvimento: problematizando a medicalização em um hospital universitário de Belém-Pará 599

GT 31 PARADOXOS ENTRE BARBÁRIE E CIVILIZAÇÃO: A ARTE COMO OPERAÇÃO DE TRANSVERSALIDADE ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA NA PSICOLOGIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA..... 600

"Um filme sérvio": o real, a realidade e a multiplicidade de olhares e sentidos da violência no cinema: uma análise semiótica, fenomenológica e psicanalítica" 601
A expressão artística como resistência para a intervenção da Psicologia Social crítica 602
Amizades contemporâneas: inconclusas modulações de nós 603
Articulações entre música , memória e política: alguns reflexões a partir do ensino de música 604
Fernand Deligny: 60 anos tramando 'tentativas' junto a infância forasteira 605
Limiares urbanos para uma política da solidão 606
Música e Movimentos Sociais: uma relação harmônica de resistência à opressão 607
Ordem subversiva e reversão do utopismo: infância entre Jean Genet e René Schérer 608
Por uma Psicologia da Presença: Dispositivos e Agenciamentos no Cárcere Feminino 609
Subjetividade, práticas militantes e o cuidado de si 610
"Eles deixam suas pernas livres para andare a sua boca presa para falar": experiências de jovens nas subculturas do Rio de Janeiro 611

CATEGORIA PÔSTER 612

EIXO 01 EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE 613

A Construção Sócio-Histórica do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) 614
A Implementação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba 615
A informação como parte da busca do prazer: dimensão saudável da sexualidade humana 616
A Orientação Profissional enquanto um processo – perspectivas e desafios do estágio em Psicologia 617
A psicologia escolar na busca da (des)patologização do processo de ensino-aprendizagem 618
A socialização e a tolerância às diferenças no contexto de sala de aula 619
Análise sobre a estimulação precoce por fisioterapeutas em creches públicas nas regiões Sul e Nordeste do Brasil 620
Conscientização da importância de práticas inclusivas voltadas para as novas configurações familiares no ambiente escolar 621
Contribuições da Psicologia em uma escola voltada à população em situação de rua 622
Crianças indisciplinadas? Uma intervenção em Psicologia da Educação no interior de São Paulo 623
Diálogos cruzados na relação família-escola-comunidade: um estudo crítico e a intervenção da Psicologia 624
Educação Inclusiva e os Reflexos do Estigma Social 625
Educação, desigualdade e diversidade: um estudo sobre a dimensão subjetiva da Educação em Direitos Humanos 626
Jovens e oficinas estéticas na educação profissional e tecnológica 627
O ensino da Psicologia Social como ferramenta de libertação 628
Orientação Profissional Em Um Curso Pré-Vestibular Popular: Relato De Experiência De Extensão Universitária 629

Orientação Profissional na Escola Pública e Assistência Estudantil: uma aproximação em políticas educacionais 630
Orientação profissional no pré-vestibular solidário PORTAL/UFPE: Escolhas para o futuro numa realidade carente 631
Práticas Integrativas V e o ensino da Psicologia Social: refletindo o papel da monitoria acadêmica 632
Projeto Educa: educação popular e cidadania na escola.....633
Psicologia, família e escola: Relato de experiências práticas em uma escolar particular da cidade de Fortaleza-CE. 634
Relato de Experiência sobre uma Intervenção Psicossocial: Atuação Junto a Idosos 635
Relato de Experiência: Atuação junto a adolescentes do Núcleo de Atenção Intergeracional (NAI) em Teresina-PI 636
Superdotados no contexto escolar: como favorecer os seus talentos? 637
Uma proposta de Roda de Conversa sobre Direitos Humanos no contexto da escolar 638
Vivenciando e Tecendo o Mundo Comunitário em uma Escola da Rede Pública de Sobral (CE) 639

EIXO 02 HISTÓRIA, TEORIAS, MÉTODOS E FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL 640

A atuação do psicólogo social frente ao compromisso social da psicologia 641
Aspectos psicológicos dos Movimentos de Resistência Socioambientais na região metropolitana do Natal/RN 642
Psicologia e Centro Pop: Contribuições das Práticas de Estágio na Formação do Psicólogo 643
Psicologia na região do Alto Oeste Potiguar: caracterização profissional.....644

EIXO 03 POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE COLETIVA..... 645

A atuação da Psicologia da Saúde com um grupo de gestantes em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Barreiras, Bahia.....646
A caixinha do cuidado: Artesanato e autonomia.....647
A família do usuário de álcool e outras drogas e suas redes de suporte social. 648
A inserção da Psicologia no âmbito da Saúde Pública: entre novos e velhos dilemas 649
A Psicologia em Instituições de Longa Permanência: intervenções na qualidade de vida do idoso 650
Acompanhamento Terapêutico: uma proposta de matriciamento apoiada pela construção de cartografias 651
Adolescentes em situação de vulnerabilidade, uso abusivo de drogas e a estratégia da redução de danos 652
As políticas públicas e sua relação com a saúde e doença numa comunidade rural 653
Atendimento aos Pais e/ou Cuidadores de Crianças Especiais da Classe Hospitalar do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza 654
Atuação do Psicólogo em atendimento pré e pós-cirúrgico: relato de experiência em práticas de humanização.....655
Compreendendo o tratamento a usuários de álcool e outras drogas em um município mineiro 656
Compreensão Leitora em Saúde: Como promover a saúde e prevenir doenças se há iniquidade? 657
Construção de formação em Psicologia e Saúde- Intervir para Humanizar? 658
Cultura de orientação do erro: explorando percepções de estudantes de curso de Saúde da Família 659
Desafios da atuação do psicólogo na Atenção Secundária 660
Desmistificando a Loucura: percepções funcionais do Hospital Mental Professor Frota Pinto 661
Estratégias de produçaõ de cuidado: Grupo de mulheres em uma Unidade Básica de Saúde 662
Formação em gênero, saúde e violência contra as mulheres: um relato de experiência 663
Governamentalidade e tratamento farmacológico: problematizando discursos e práticas no contexto de acolhimento de crianças e adolescentes 664
Intervenção da Psicologia Social no CAPS II de um município do interior paulista 665
Medicalização do Cotidiano: Processos Saúde/Doença e Sofrimento Psíquico na Sociedade do Consumo.....666
O câncer como produção subjetiva do sujeito: análise bibliográfica à luz da psicologia social 667
O Corpo Ideal e seu Significado Perante a Sociedade 668
O impacto dos valores dos profissionais na produção do cuidado em saúde mental.....669
O Programa de Extensão em Saúde Coletiva Bons Vizinhos como produtor de reflexões e sociabilidades comunitárias 670
Plantão sem raiz: O Plantão Psicológico como prática de psicólogos na Atenção Básica à Saúde 671
Por uma reabilitação psicossocial com cidadania: perfil e situação de vida de egressos de internações psiquiátricas ...672
Possibilidades de Intervenções da Psicologia na Transmissão de Informação às Gestantes na Atenção Básica 673
Práticas Do Nasf Na Escola: Rodas De Conversa Sobre Questões Raciais 674
Práticas preventivas e promoção de saúde em puérperas no âmbito hospitalar 675
Programa Saúde na Escola (PSE): Contribuições da Psicologia e do/da profissional Psicólogo/a 676
Projeto CTA Itinerante: Esse Rio é minha Rua 677
Quem cuida também precisa ser cuidado: A inserção da família nas políticas públicas de saúde mental 678
Reflexões acerca da potência do Apoio Institucional para a desconstrução da Cultura Manicomial 679

Reflexões sobre educação continuada no campo do uso prejudicial de drogas: análise da intervenção do CRR-UFSCar/Sorocaba 680
Saúde do homem num contexto psicossocial: influências da problemática de gênero 681
Saúde, escola e seus dilemas: exclusão e a hierarquização no ambiente escolar com adolescentes 682

EIXO 04 POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS SOCIAIS E EMANCIPAÇÃO 683

A percepção do preconceito às pessoas com transtornos mentais graves em Alegre e Guaçuí (ES) 684
Comunicação Grupal: Um estudo de caso com deficientes auditivos em um centro de referência 685
Condições de permanência na universidade: narrativas de estudantes de origem popular na UFRGS 686
Experiências de psicólogos na equipe multiprofissional do Serviço de Liberdade Assistida e PSC (MSE em meio aberto) - CREAS Maceió/AL 687
Extensão em psicologia jurídica: relato de experiência com adolescentes em medidas socioeducativas. 688
Identidade e (não) reconhecimento de pessoas em situação de rua: relato de experiências grupais 689
Inserção das Pessoas com Deficiência (PCDs) no mercado de Trabalho 690
Intervenção Psicossocial em Instituições Asilares de Longa Permanência para Idosos: Ludicidade, Identidade e Processo Grupal 691
No Território, Regionalizando Ações: CRP-RJ /Subsede Baixada Fluminense 692
O Sujeito institucionalizado: A vida de idosos em Instituições de Longa Permanência 693
Possibilidades e Desafios da Psicologia Social: Um olhar Etnográfico sobre as práticas do CRAS 694
Reconstruindo Nossa História, potencializando resiliência em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade 695
Rodas de Conversa como Possibilidade de Conscientização/Reinserção Social de Pessoas em Situação de Rua 696
Sentidos de sexualidade feminina atribuídos por mulheres em situação de vulnerabilidade social: Empoderando-as! .697
Somos americanos e queremos ser americanos 698
Uma análise genealógica da criminalização da juventude e da produção do "menor delinquente" 699

EIXO 05 MOVIMENTOS SOCIAIS E DESAFIOS À DEMOCRACIA BRASILEIRA 700

Grupo de Desenvolvimento de Protagonismo Juvenil - ARENA (Autonomia, Responsabilidade, Educação, Nobreza e Arte) 701

EIXO 06 RELAÇÕES DE GÊNERO, PRECONCEITO E DIREITOS SEXUAIS 702

A imposição do corpo ideal como dispositivo de inserção social: relato de uma experiência 703
A percepção de psicólogas sobre a violência doméstica contra a mulher 704
Homofobia e feminilidade: a história de um jovem gay efeminado 705
Mulheres guerreiras: novas oficiais no Exército Brasileiro 706
O Centro de Referência Clarice Lispector: possibilidades no limite? 707
Olhares masculinos acerca da violência contra a mulher na contemporaneidade 708
Os estudos construcionistas sociais sobre gênero e sexualidade no Brasil 709
Prostituição: Reflexões Morais e Ética 710
Representações Sociais que homossexuais têm da homossexualidade. 711

EIXO 07 ASSISTÊNCIA SOCIAL, VULNERABILIDADES E VIOLÊNCIAS 712

"Não querem me enxergar, mas eu existo": A problematização da população em situação de rua 713
A atuação do psicólogo na Residência Inclusiva - um novo dispositivo da Proteção Social Especial Da Alta Complexidade - no município de Timon, Maranhão. 714
A Atuação do Psicólogo no Serviço Especializado em Abordagem Social 715
A Construção do Sujeito Perigoso: da Anormalidade à Periculosidade 716
A contribuição das atividades do PET no Centro POP de Sobral 717
A família e sua participação no cumprimento da medida socioeducativa 718
A Inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social - SUAS: Desafios e Práticas 719
A medida socioeducativa executada em CREAS: autonomia ou controle disciplinar? 720
Aconselhamento Psicológico em um Programa de Acolhimento à Mulheres Vítimas de Violência 721
Análise da (im)permanência do/a psicólogo/a no CRAS a partir das publicações em eventos de psicologia 722
As medidas socioeducativas no Brasil: algumas considerações críticas 723
As Possibilidades da suepração das vulnerabilidades sociais em familias atendidadas pelo CRAS 724
Atuação da Psicologia na Assistência Social a Partir da Concepção Dos Gestores 725

Avaliação psicológica no contexto jurídico como dispositivo promotor dos Direitos Humanos a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual 726
Crianças institucionalizadas: a construção de vínculos e ressignificação a partir do brincar....727
Desumanização no sistema penitenciário: intensificação da pena ou mudança de objetivo? 728
O desenvolvimento humano na perspectiva de Vygotsky e o conceito de falso self de Winnicott. 729
Olhando para o esquecido: Percepções da Psicologia Durante Estágio Voluntário no Centro POP de Sobral 730
Ouvindo famílias de detentos: os estigmas e o papel do psicólogo nos espaços de escuta 731
Psicologia e violência doméstica contra a mulher: Uma análise a partir de categorias psicológicas....732
Reflexões sobre o papel da Psicologia na Execução Penal em meio aberto 733
Violência de gênero: reflexões a partir da revisão de literatura 734

EIXO 08 POLÍTICAS SOCIAIS: INFÂNCIA, JUVENTUDE E NOVOS ARRANJOS FAMILIARES 735

A medida socioeducativa em privação de liberdade e "ressocialização": fragmentos e problematizações da juventude brasileira 736
Adoção Homoparental: Os construtos do preconceito em Boa Vista-RR....737
Análise do conceito de família e suas implicações na adoção por casais homoafetivos....738
As bases sócio-históricas das configurações da Família 739
Caracterização De Crianças Em Acolhimento Institucional Na Região Do Tocantins No Estado Do Pará 740
Discursos comunitários: uma análise da relação entre as comunidades e as instituições para idosos 741
Estratégia de co-construção de autonomia na adolescência: contribuições para a práxis do psicólogo no SUAS. 742
Família e experiência de cuidado: reflexões sobre os rearranjos afetivos frente ao adoecimento....743
Morte na família do sertão cearense: arranjos familiares e sociais após o suicídio consumado....744
Promovendo a Socioeducação a partir da cultura, esporte e do lazer....745
Saberes coletivos a respeito de relações de gênero: Uma experiência de oficina pedagógica. 746
Um olhar sobre a complexidade de contexto e a potência do protagonismo jovem na construção da própria realidade. 747
Uma Breve Reflexão Diante Os Novos Arranjos Familiares....748
Vulnerabilidade das famílias nas ruas 749

EIXO 09 MÍDIA, CULTURA E ARTE 750

A importância da mídia (desenhos animados) na socialização e formação do Eu 751
Amizade e biopolítica: as modulações do capital....752
Consumo, socialização e identidade: o que o funk ostentação tem a nos dizer sobre isso? 753
Corpo, mídia e subjetividade: pensando as distorções de auto-imagem no contemporâneo....754
Fotografia, subjetividade e concepção de criança: Análise psicossocial do documentário "o sal da terra"....755
Sarau transgreser: arte e cultura como mecanismos de resistência....756
Sociedade, subjetividade e relações na era digital: expressões de sofrimento psíquico 757
Woodstock e Contracultura: A reflexão crítica como ferramenta de resistência à semiformação....758

EIXO 10 POLÍTICAS E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS, EMERGÊNCIAS E DESASTRES 759

A importância da resiliência comunitária na prevenção e no enfrentamento aos desastres 760

EIXO 11 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CONTEXTOS RURAIS-URBANOS.... 761

Comunidade Quilombola Marques: impacto do processo de assentamento/translocação na agricultura familiar....762
Desenvolvimento rural, trabalho cooperado e subjetividades 763
Saneamento Rural e Psicologia Comunitária: Possibilidades de Atuação do Psicólogo para Emancipação nas Questões Socioambientais. 764
Violência no campo e posse da terra no Brasil: desafios teórico-metodológicos para Psicologia Social....765

EIXO 12 PSICOLOGIA SOCIAL E TRABALHO 766

A Individualidade Humana e sua Afirmação/Negação na Sociabilidade Capitalista: um estudo centrado em O Capital .767
A percepção do preconceito às pessoas com transtornos mentais graves em Alegre e Guaçuí(ES)....768
A relação dos funcionários com as organizações públicas da cidade de Parnaíba-Piauí....769
A relação trabalho e linguagem e sua relevância na práxis da psicologia social 770
Adoecimento psíquico frente à lógica de produção acadêmica....771

Análise da atividade de trabalho dos profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência 772
Aportações da filosofia narrativa de Paul Ricoeur para uma proposta ético-teleológica de gestão do trabalho humano 773
As vicissitudes da Reforma Psiquiátrica no interior do estado do Ceará: entre o otimismo da desinstitucionalização e a pratica da desospitalização 774
Assédio moral no trabalho: representações sociais de graduandos em Administração sobre um “mal silenciado”.....775
Atividade, Experiência e Narrativa: produzindo dispositivos para uma clínica-crítica do trabalho contemporâneo 776
Bem-estar no trabalho e intenção de rotatividade de professores públicos municipais 777
Bem-estar no trabalho: revisão sistemática de literatura 778
Censo Penitenciário do Ceará: uma análise da situação laboral dos encarcerados 779
Conhecendo as organizações públicas na cidade de Parnaíba-PI: levantamento documental nas organizações de Esfera Municipal 780
Construção social da naturalização do sofrimento dos trabalhadores rurais atingidos pela construção de hidrelétricas 781
Contradições no Agronegócio Brasileiro: Modos de Produções Atuais e Relações Precárias de Trabalho.....782
Cultura organizacional e funcionalismo público: um estudo acerca das representações sociais quanto aos setores do funcionalismo público na cidade de Parnaíba - PI 783
De uma Típica Vila de Pescadores a um Grande Pólo Turístico: O Impacto dos Processos de Modernização em Canoa Quebrada 784
E-Sports e Ciberatletas: uma análise identitária 785
Empreendedorismo de si: o novo Homo Oeconomicus- Discussões sobre trabalho, subjetividade e clínica 786
Estudos brasileiros sobre regulação emocional em contextos de trabalho 787
Imigrantes latino-americanos no Brasil: um estudo de caso a partir da perspectiva da Psicologia Social.....788
Impacto das redes de relações no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Ceará.....789
O significado do trabalho para os graduandos de psicologia 790
O trabalho em saúde na atenção primária: refletindo sobre os processos de trabalho e o lugar do sujeito em psicologia 791
Prolongamento da Juventude Entre os Estudantes do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará 792
Relações entre afetos no trabalho e a saúde do trabalhador na produção científica brasileira 793
Repensando o trabalho junto ás mulheres: Uma experiência em extensão. 794
Saúde Mental e Trabalho: Implicações Psíquicas e Sociais do Adoecimento para Trabalhadores do Setor Bancário 795
Sobre saúde dos trabalhadores nas feiras livres de Uberlândia.....796
Validação de Instrumento com Grupo Focal na Psicodinâmica do Trabalho: Mulheres com cargos de gerência e diretoria 797
Vínculos com a organização e transformaões no mundo do trabalho: reflexões preliminares 798

CATEGORIA MINICURSO 799

A inclusão produtiva do PRONATEC/BSM: os saberes do novo campo de atuação do psicólogo.....800
Educação para trabalho inter-profissional: possibilidades de interface com outros campos de saber na formação do psicólogo.....801
Entre o visto e o não visto: um método inclusivo de investigação da relação pessoa-ambiente 803
Ética, alteridade e violência: sobre o processo de construção da identidade do psicólogo no CREAS 805
Família, Divórcio e Recasamento: desafios para a Psicologia Social em interface com o Direito 808
Genocídio da juventude preta pobre e periférica, o que a psicologia tem a ver com isso?.....810
Gestão do Cuidado e Educação Permanente em Saúde Mental: dispositivos grupais e ferramentas facilitadoras 811
Implicações psicossociais do discurso humorístico na atualidade 813
Intervenções militares e democracia: a Psicologia Social e as políticas públicas de defesa nacional 814
Introdução à Teoria Crítica: atualidade da obra dos primeiros autores.....815
Medicalizando vidas: Por quê? Para quê? 816
Parto Humanizado, Cesárea e Violência Obstétrica: desafios atuais para a Psicologia Social e Psicanálise 817
Processos de criminalização: reflexões a partir da contribuição da psicologia social e da criminologia crítica.....818
Processos emancipatórios e luta por reconhecimento na America Latina: uma interlocução entre a rebeldia Mixe (Mexico) e a resistência Pataxó (Brasil) 819
Psicodrama e Psicologia Social: contribuições para formação/atualização do psicólogo em políticas públicas e sociais 820
Psicologia Ambiental 821
Psicologia social e reconhecimento dos direitos humanos: afinidades eletivas entre Axel Honneth E Hans Joas 822

Psicologia Social e Saúde - Percursos diversos 824
Trabalhando com grupos....825
Teatro e Psicologia Social - Oficina 826

CATEGORIA MANIFESTAÇÕES CULTURAIS 827

Cobertores que revelam: pequena cartografia sobre adolescentes em situação de rua na cidade de Pelotras/RS....828
Entre deuses, meninos e meninas: a fotografia como forma de visibilizar as religiões afro-brasileiras 828
Imagens-palavras: incisões na escrita....828
Poema de um Brasil entristecido....828
Poema de um Brasil entristecido....828
As capturas das relações de trabalho e consumo atravessadas por Marx 828
Imagens-palavras: incisões na escrita....829
(Trans)formação 829
Toca-me de azul....829
Comunidade Quilombola Marques: nossa luta, nossa história 829
Quem tem juízo resiste e luta: a história da vila dos pescadores do Jaraguá 829
O furo no jarro d'água 829
Frouxos cortes de uma bixa foucaultiana....830
Dízimo....830
Campanha de 25 anos do ECA: "Brincar pra Valer, Valer pra Brincar" e o direito à ternura 830

Categoria Comunicação Oral

GT 01 A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS, DIFICULDADES E PRÁTICAS

A Formação do (a) psicólogo (a) brasileiro (a) e sua relação com as políticas públicas

Angela Beatriz de Lima Borges (Universidade Federal de Goiás), **Fernando Lacerda Júnior** (Universidade Federal de Goiás)

A regulamentação da Psicologia como profissão ocorreu há 45 anos, enquanto a institucionalização da inserção do psicólogo (a) nas políticas públicas se deu somente 20 anos depois, prioritariamente no campo da saúde mental e de forma descontextualizada. Este trabalho faz uma reflexão a partir do que se encontrou na literatura e tem por objetivo problematizar a relação entre a Psicologia e políticas públicas destacando, especialmente, o desafio de ter um instrumento adequado para o trabalho com políticas públicas. Para isso, apresenta considerações sobre a formação da Psicologia pensando sua inserção nas políticas públicas. Pensa-se a formação em Psicologia numa perspectiva ético-política que enfatiza a potencialização do sujeito e o reconhecimento do seu protagonismo. A formação em Psicologia não pode limitar-se apenas a reproduzir concepções que não respondem às necessidades específicas da população, mas que seja capaz de desenvolver saberes e práticas que atendam integralmente às necessidades específicas das classes populares. Além disso, ainda com relação à formação profissional, é evidente a necessidade de realizar mudanças curriculares que promovam e sustentem modelos de atuação mais adequados à realidade brasileira, focalizando, sobretudo, as necessidades locais e a participação da implementação das políticas públicas. Desde a regulamentação da Psicologia enquanto profissão no Brasil, ela esteve atrelada a modelos tradicionais presentes na formação acadêmica e sempre esteve predominantemente voltada para a área clínica. As práticas psicológicas brasileiras se nortearam por concepções individualistas e elitizadas, atendendo, historicamente, interesses da classe dominante. Em outras palavras, reforçam modelos individualistas e individualizantes de pessoa e de sociedade que pouco contribuem para o desenvolvimento da democracia e de justiça social na realidade brasileira. Nesse sentido, a psicologia se instituiu como instrumento útil para reforçar estruturas injustas de nossos sistemas sociais, ou seja, servindo de suporte científico das ideologias dominantes, das relações hierarquizadas de poder, com profissionais exercendo um papel de cumplicidade na política de dominação dos mais fracos. A partir da inserção da Psicologia no campo das Políticas Públicas houve abertura de espaços de atuação com populações desfavorecidas economicamente, seja para intervir ou para pesquisar. No entanto, o que se vê nessa prática é a reprodução da ideologia dominante, um fazer adaptador e não transformador e, muitas vezes, a oferta de serviços precarizados. Se as políticas públicas são definidas como a intervenção do Estado no ordenamento da sociedade, pode-se entender que há diferentes políticas públicas e que elas resultam de lutas, de relações de poder e envolvem diferentes atores sociais, que podem, até mesmo, estar fora do Estado. O processo de lutas não se encerra com a regulamentação legal, sofre inflexões e pode até se enfraquecer após ocorrer um processo de institucionalização. Essa constatação, permite verificar que muitas vezes, os (as) psicólogos (as) não dominam os elementos relativos ao contexto no qual atuam, e o caso das políticas públicas é um modelo exemplar. Há pesquisas que constatam, que profissionais da Psicologia são, ainda, despreparados para atuação nas políticas públicas porque não analisam os complexos contextos nos quais são convocados a agir. Essa mudança converteu o campo das políticas públicas em um tema emergente. Do lado da formação, disciplinas sobre essa temática apareceram nas reformas curriculares para os cursos de graduação em Psicologia. Do lado profissional, a Psicologia possibilitou contribuições recentes como na elaboração e implementação de políticas públicas nas diversas áreas: Saúde, Educação, Assistência Social, Assim, a literatura indica que a psicologia no âmbito das políticas públicas tem como principal desafio construir um aparato metodológico capaz de questionar os dispositivos normalizantes e naturalizantes do indivíduo, reconhecendo a diversidade de modos de ser, levando em consideração a potencialização dos sujeitos, possibilitando a inclusão das diferentes coletividades no controle social e destacar o modelo de sociedade vigente. No âmbito da formação em Psicologia, é necessário que se preserve a universidade como lugar de resistência e contestação. No sentido de reafirmar a educação como espaço de formação, a presente reflexão aponta para a tarefa de se potencializar conteúdos e convidar os alunos a participarem junto aos movimentos sociais almejando dignidade para todos.

A individualização do social: questões para a política de Assistência Social

Silvana de Oliveira (PPG em Psicologia Social e Institucional)

A política de assistência social é um campo de trabalho importante na Psicologia, e veio ganhando maior relevância na medida em que a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) incluiu o psicólogo como um dos técnicos indicados para a composição das equipes mínimas. O trabalho da Psicologia nessa área nos convoca a problematizar uma longa tradição de conhecimento positivista e centrada no indivíduo, e buscar os saberes que propõem análises dos processos sociais contemporâneos e a questão da condição dos sujeitos imbricada na problemática social.

A intersecção entre indivíduo e sociedade é a pedra fundamental que dá todo o sentido da compreensão do sofrimento como algo que escapa do suposto espaço intrapsíquico. Este vai, em alguns autores (Guattari, Deleuze, Foucault, Rolnik), em especial para algumas abordagens teóricas em Psicologia Social, estar radicalmente situado como constituído pelo social. Daí pressupõe uma conexão irredutível entre clínica e política e a noção de que a subjetividade é uma constituição coletiva e permanente. A subjetividade se dá como processo, de forma que não há uma exterioridade com relação ao mundo. A transformação e a mudança são ininterruptas, não há determinações definitivas. Instâncias individuais, coletivas e institucionais compõe multiplicidades que se interpenetram, são movimentos constantes, conectando-se e desconectando-se. “Os corpos são, pois, ‘estados’ dos seus movimentos, modos de estar” (SILVA, 1998, p. 174). A subjetividade é, nesse sentido, um produto cultural. A irredutibilidade da relação entre o indivíduo e o campo social não são perceptíveis de imediato e pode-se dizer que por uma longa tradição científica positivista é comumente negada e tomada como dissociada. As implicações desse paradigma se expressam na formação dos trabalhadores sociais, em especial dos psicólogos, trazendo implicações para a prática no campo das políticas sociais. Além disso, em tempos de reificação da performance individual e da meritocracia como critério de cidadania, há um discurso ambíguo, mas persistente de que deve haver solidariedade entre as pessoas, mas que a “conquista” e a “vitória” são tarefas estritamente pessoais. Igualmente, os infortúnios, a criminalidade e o empobrecimento são entendidos como fracassos particulares. A lógica hegemônica é de que se o mercado oferece oportunidades e liberdade de escolha, não se justifica a responsabilização coletiva por aqueles que “optam” por não se integrarem. Há uma desconsideração dos fatores que geram desemprego, precarização e consequente isolamento social. São justamente essas ocorrências que preenchem o cotidiano de quem trabalha em políticas sociais. O efeito perverso das desigualdades e das decisões que limitam o acesso e a qualidade dessas políticas produz a condição aguda de problemáticas que os usuários trazem aos serviços, muitas vezes em tal grau que muito pouco pode ser oferecido como recurso ou benefício. O conhecimento das políticas sociais, seu histórico institucional, sua formulação e funcionamento enquanto aparato do Estado e sua caracterização em determinado momento econômico não são óbvias e estabelecidas para os técnicos sociais, assim como não são suas relações com os modos de subjetivação que se produzem na sociedade e o que é demandado pela população na “ponta” dos serviços de assistência. Este trabalho busca através da análise das diferentes concepções de assistência social na relação Estado e sociedade, construir uma reflexão de como a política de assistência social é tensionada pelos processos subjetivos contemporâneos que apontam uma "individualização aguda" do campo social.

A psicologia na assistência social: entre o suposto da igualdade e a concretude da desigualdade

Luane Neves Santos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados da dissertação de mestrado da autora, realizada em três municípios da região metropolitana de Salvador, que analisou como a desigualdade social, materializada no contato com populações pobres e vulneráveis socialmente, repercute na profissional psicóloga e em sua atuação no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A escolha por este grupo de trabalho correlaciona-se com a proposta de refletir sobre os desafios, dificuldades e práticas que as psicólogas vivenciam na política pública de assistência social, colocando em perspectiva tais processos a partir do entendimento do fenômeno da desigualdade social. Como aporte teórico-metodológico utilizou-se estudos sobre a desigualdade social brasileira, principalmente do sociólogo Jessé Souza, e a teoria da subjetividade proposta pelo psicólogo González Rey, a partir de uma perspectiva qualitativa e sócio histórica, uma vez que esta incorpora a dialética entre objetividade e subjetividade, no esforço para articular o sujeito ao seu processo social e histórico. Considerando o envolvimento da pesquisadora com o tema, recorreu-se a análise da implicação enquanto recurso metodológico e mecanismo ético-político para interlocução com a pesquisa. A definição do instrumento seguiu a lógica da dinâmica conversacional, almejando transformar a pesquisa em um espaço de construção de sentido. A coleta de dados ocorreu no ambiente laboral das seis psicólogas participantes, requerendo entre dois e três encontros individuais. As conversas foram estimuladas através de comentários e inserção de temas e reflexões, de modo aberto, ainda que contemplassem quatro eixos norteados: 1) trajetória pessoal e familiar; 2) trajetória profissional; 3) o trabalho na assistência social básica; 4) hipóteses explicativas da desigualdade social. A análise dos dados desenvolveu-se como um processo construtivo-interpretativo, no qual após transcrição das conversações, foram conduzidas várias leituras do material coletado, visando seleção de indicadores, destacados pelo aspecto emocional e simbólico que revelavam. Foram então construídos os núcleos de sentido das configurações subjetivas de cada participante, para posteriormente elaborar as zonas de sentido, articulando elementos das subjetividades individuais e social. As sínteses das vivências singulares foram agrupadas em seis zonas de sentidos: 1) hipóteses explicativas sobre a desigualdade social; 2) enfrentamentos da desigualdade social; 3) a dicotomia social X psicológico; 4) a atuação no CRAS frente à concretude da desigualdade social; 5) o (des)preparo das psicólogas para atuar na assistência social básica; 6) a má fé institucional na assistência social básica. Sobre a análise dos dados, ao produzir explicações sobre as causas da desigualdade social, em geral, as participantes centram a argumentação na dimensão objetiva, reportando-se a concepção economicista de que o problema é fruto da má distribuição da renda, associando em segundo plano o efeito nocivo da corrupção, tendência já verificada pela literatura. A desigualdade social aparece no discurso das participantes de maneira abstrata e ahistórica, com forte descrença quanto às possibilidades de mudança. O usuário é qualificado de modo unânime como pessoas acomodadas, havendo forte responsabilização dos mesmos por sua condição de vulnerabilidade, desconsiderando o impacto das condições objetivas, enquanto limites concretos à ação dos sujeitos. Assim, observa-se um modelo em que a dinâmica de produção da desigualdade é concebida alheia aos sujeitos, e não como um processo engendrado coletivamente a partir de relações sociais determinadas. Os dados sobre enfrentamento da desigualdade social foram organizados em dois níveis específicos. No primeiro, encontram-se os enfrentamentos produzidos pelas técnicas frente ao confronto com a concretude da desigualdade social, referido nas repercussões subjetivas que se desdobram em repercussões objetivas à ação dos sujeitos. Posteriormente, apresentamos a síntese das percepções sobre o que seria necessário para que o enfrentamento da desigualdade se traduzisse na superação macrossocial da mesma. É de suma importância a compreensão dessas concepções mais gerais sobre o fenômeno da desigualdade social, uma vez que se constituem nos modelos explicativos das psicólogas a respeito da vivência da vulnerabilidade social dos usuários, interferindo na atuação junto a essas populações. Observou-se que o trabalho na assistência social insere as psicólogas em dinâmicas laborais, nas quais vivenciam posições subjetivas referentes à condição de oprimidas e opressoras, construindo práticas atravessadas por sentidos subjetivos que culpabilizam os usuários por sua condição social e naturalizam o fenômeno da desigualdade social. As participantes apresentaram sentimentos de frustração, impotência, angústia e sofrimento, numa dinâmica que alia compaixão e conformação frente às hipóteses explicativas de uma realidade social com forte estratificação. A visão dicotômica, em que demandas sociais não são vistas em relação com as demandas psicológicas, leva a uma atuação fragmentada, influenciada pelos modos de enfrentamento da desigualdade social. Os resultados indicam a necessidade de reposicionar as práticas para atuar na dimensão subjetiva dos problemas sociais, produzindo novas tecnologias e reflexões sobre o lugar social das técnicas, aliado a um trabalho que oportunize espaços de expressão para os usuários, visualizando potências sem perder de vista os limites impostos pelos determinantes sociais e compreendendo a transformação da realidade social como responsabilidade coletiva e cotidiana.

Aproximações do CRPRS das práticas profissionais no Sistema Único de Assistência Social - Conversando sobre o SUAS

André Luis Leite (Conselho Regional de Psicologia do RS), **Bruna Osório Pizarro** (Conselho Regional de Psicologia do RS)

O Sistema Único de Assistência Social ordena as ações da seguridade social de modo a produzir: acesso a bens, serviços e direitos; apoio a situações de vulnerabilidade, prevenindo maior fragilização dos sujeitos afetados; promoção de cidadania em detrimento do clientelismo e ainda, assegura atenção especial as populações vulneráveis. Ainda que o direito constitucional tenha sido conquistado em 1988, apenas em 2005 são criadas condições que favorecem a estruturação de um trabalho que consolide a proteção social como direito adquirido. A Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS é um ato normativo que muda radicalmente a forma como a seguridade social vinha sendo executada em nosso pais, posto que ela desvincula a proposta de seguridade da noção de caridade, de bondade, de uma ação individual restrita a populações específicas e responsabiliza o Estado pela proteção dos seus cidadãos. A inclusão da Psicologia no hall das profissões básicas que compõem o quadro de técnicos do SUAS, indica uma aposta alta, por parte do Estado brasileiro de que temos muito a contribuir com a efetivação da garantia dos direitos e com a construção consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil. Na esteira dos aprendizados que tivemos no campo da saúde, estamos cientes de que para que essa aposte venha a ser bem sucedida, é preciso que alinhemos nossas competências e habilidades aos objetos e objetivos de trabalho desenhados pela Política Nacional da Assistência Social. Por sabermos que este alinhamento não acontece de forma automática, entendemos como fundamental criar espaços nos quais essa construção possa acontecer. Desenvolvido através do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul- CRPRS, o Conversando sobre a Psicologia e o SUAS, iniciado em 2010, tem como objetivo propor espaços de discussão acerca das práticas no campo da Assistência Social. Busca potencializar ações através do intercâmbio entre profissionais, possibilitando a superação dos desafios cotidianos do trabalho. As pesquisas realizadas pelo CREPOP junto aos profissionais, aproximaram o conselho da categoria e apontaram a necessidade de que fossem criados espaços de encontro entre os psicólogos atuantes nos quais fosse possível abordar questões específicas das práticas que se constituem neste campo. Inicialmente, o projeto consistia apenas com a realização de rodas de conversa entre os trabalhadores. Na configuração atual o espaço passou a ser utilizado também para propor debates entre os pesquisadores que tem investigado o SUAS e os trabalhadores dos serviços. Os encontros servem também para ofertar as orientações do Sistema Conselhos pertinentes ao campo de atuação da Política Nacional de Assistência Social. Buscando ampliar o acesso ao projeto, em 2013, alinhado à diretriz de descentralização e regionalização das ações, o projeto, que ocorria prioritariamente em Porto Alegre, passou a ocorrer sistematicamente em Caxias, Pelotas e Santa Maria - cidades do interior do estado onde existem subsedes do CRPRS. Os participantes têm avaliado como positiva a iniciativa do conselho de realizar encontros descentralizados, principalmente por favorecer o acesso aos/às psicólogos/as que estão localizados/as nas regiões mais distantes da capital. Em 2014, passamos a trabalhar com ciclos temáticos. Os temas são escolhidos a partir dos pedidos oriundos da categoria e são alinhados as pautas atuais do sistema conselho e são levados a todas as subsedes do CRPRS. Até o momento foram realizados 36 encontros.Será realizado ainda este ano um ciclo para discutir a perspectiva da organização de fóruns de trabalhadores do SUAS e sua função na estruturação da Política Nacional da Assistência Social enquanto política de Estado.Na avaliação dos participantes o espaço tem sido potente para refletir sobre as práticas, compartilhar experiências, frustrações e, ainda, para construir coletivamente o lugar da psicologia dentro da política de assistência social. Eles ressaltam ainda que as discussões realizadas no espaço e as orientações recebidas produzem o aumento da capacidade deles de realizarem leituras das demandas que são feitas a categoria no cotidiano dos serviços.

Atu(ação) de psicólogos(as) junto a moradores de rua: tecendo sentido para uma atitude ético-política

Grazielle Serafim dos Santos (Universidade de Pernambuco), **Janne Freitas de Carvalho** (Universidade de Pernambuco)

Atualmente tem havido algumas transformações e ampliações das possibilidades de atuação para o psicólogo, levando os profissionais a repensarem áreas, modos e ações em função de demandas emergentes. O deslocamento da atuação profissional de um lugar concreto e definido (setting terapêutico) para locais abertos com possibilidade de transitar nos territórios começou a pertencer ao fazer do psicólogo e, portanto, parte-se de uma nova compreensão que diz de uma atitude clínica, ou seja, de uma atu(ação). Fazendo um percurso histórico sobre a psicologia, compreende-se que, inicialmente, no Século XIX, a psicologia era voltada para o controle e higienização, com vistas a selecionar e capacitar às pessoas que contribuiriam com a produção, gerando lucro para a sociedade. Considerando-se isto, é sabido que a psicologia caracterizava-se pelo seu compromisso para com a elite, numa busca incessante para "patologizar", isto se deve a forte presença da medicina (psiquiatria), da pedagogia e da burguesia na constituição de sua história enquanto Ciência e Profissão. O perfil da psicologia era, basicamente, situado em três áreas de atuação: Clínica, Escolar e Organizacional. Com a Constituição Federal de 1988, no Brasil, a Assistência Social tornou-se uma Política Pública, pois a preocupação com os direitos e bem-estar do cidadão foi colocada em destaque. Começaram as reflexões sobre as possibilidades de concretização da assistência social enquanto uma política pública e, portanto, garantindo o direito de acesso para todos os cidadãos brasileiros. Sendo implantada apenas em 2005, a rede SUAS (Sistema Único de Assistência), houve o reposicionamento e ampliação da psicologia, visto a necessidade de contratação desses profissionais para atuarem diretamente junto as políticas públicas de assistência social, inicialmente CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), onde os mesmos começaram a atuar com variadas demandas. Em 2006, para refletir sobre a atuação dos profissionais de psicologia nas políticas públicas sociais e também a sua relação a partir da inserção gradativa neste novo contexto foi criado o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP. Considerando este novo contexto de atuação para os profissionais de psicologia, este estudo, relacionado a um projeto de trabalho de conclusão de curso de graduação que se encontra em desenvolvimento, objetiva compreender a experiência de psicólogos(as) que atuam junto a moradores de rua. Para isto, torna-se necessário contextualizar a ação do(a) psicólogo(a) relacionada às políticas públicas e suas estratégias direcionadas para os moradores de rua. A cidade do Recife/PE, atualmente, dispõe de dois Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP que são unidades de referência da Proteção Social Especial de Média e também o Instituto de Assistência Social e CidadaniaIASC com unidades que visam assegurar Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Há também as unidades de Proteção Social Básica que realizam trabalhos de assistência para esta população, participando e formando uma rede de acolhimento, como por exemplo, os CREAS e os CRAS que constituem a Rede SUAS. A partir do histórico de correlação entre a psicologia e as políticas públicas de assistência social, é perceptível o grande destaque no enfoque assistencialista, e que com isto há desafios para diferenciar o fazer psicológico e o fazer das outras práticas profissionais no contexto com os moradores de rua. Sendo importante questionar sobre as possibilidades de compreender os moradores de rua em seu contexto. Lançando-se assim pontos de vistas e atu(ação) que não se limitem apenas no assistencialismo. E então se torna importante indagar: Qual o papel da Psicologia dentro de uma política pública de assistência social? Para alcançar o objetivo proposto serão colhidas narrativas, através da entrevista aberta, de três profissionais que atuam no contexto explicitado em Recife/PE. A narrativa é compreendida como registros legítimos que comunicam a experiência, e constitui um modo de interrogação que a partir da elaboração de uma pergunta disparadora possibilita por a narração em movimento, uma vez que a mesma não será limitada por perguntas pré-estabelecidas. O diário de bordo será outro instrumento que servirá como forma de registo das afetações da pesquisadora sobre as narrativas dos pesquisados e elucidarão a compreensão do sentido dado pela ouvinte/pesquisadora. As narrativas coletadas, assim como os diários de bordo elaborados, serão compreendidas à luz da "Analítica do Sentido" (CRITELLI, 1996). A metodologia utilizada será clínico-qualitativa fundamentada numa psicologia inspirada pela perspectiva Fenomenológica Existencial. Dito isto, pretende-se lançar reflexões sobre os modos de atu(ação) de psicólogos(as) apontando caminhos para um atitude ético-politica. Esta pesquisa contribui para a visibilidade social dos moradores de rua e para compreender a prática de psicólogos(as) neste "novo" contexto de atu(ação). Diante do exposto, acredita-se que a temática se articula com o eixo Assistência Social, vulnerabilidades e violência e com o GT A inserção da psicologia na política pública de assistência social: desafios, dificuldades e práticas.

Cartografia de rede: contextualização e co-responsabilidade no atendimento em políticas públicas

Marciana Gonçalves Farinha (Universidade Federal de Uberlândia), Tatiana Benevides Magalhães Braga (Universidade Federal de Uberlândia)

Ao longo das últimas décadas, diversas transformações sociais levaram a uma reorientação do papel social da psicologia no Brasil, integrando-se à implementação de dispositivos e políticas de Estado como o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social, a universalização da educação; a aprovação de direitos como a Lei de Acessibilidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso. Reformas na administração pública e reformulações, ainda que tímidas, de dispositivos institucionais estatais, promoveram a ampliação de direitos sociais e fortalecimento da democracia. Nesse contexto, em que se ampliou a população atendida em políticas públicas, abarcando classes menos favorecidas economicamente, a pertinência de abordagens teórico-metodológicas em Psicologia e sua contextualização no panorama mais amplo da rede de assistência necessitam ser problematizadas, questionando a atuação do psicólogo focada unicamente em intervenções junto ao indivíduo e à família e reconfigurando práticas psicológicas na direção articulá-las a demandas e conjunturas diversas. Tais reformulações se fundam no questionamento da lógica tecnicista para a compreensão das problemáticas humanas, epistemologicamente direcionado para o reconhecimento de uma relação fundamental entre sujeito e objeto do conhecimento. Nessa perspectiva, considerar a fundamental relação entre seres humanos e contexto social implica ainda o questionamento e rearticulação das relações entre pesquisa e intervenção, teoria e prática, especialidades e transdisciplinaridades, atentando para uma dimensão ético-política da ação clínica e para o reconhecimento e a imersão nas múltiplas perspectivas de consideração do campo concreto e complexo de constituição da realidade. É nesse cenário que a presente pesquisa interventiva elegeu como objetivo a cartografia das redes de assistência de uma cidade de médio porte o interior de Minas Gerais, abrangendo a caracterização da rede pública de atendimento da Universidade Federal de Uberlândia e da cidade de Uberlândia, e a identificação dos elementos das instituições e dispositivos de atendimento à comunidade para o fortalecimento da rede de encaminhamentos e co-responsabilidade.

Investigando as ações interventivas no âmbito das políticas públicas em contextos institucionais e comunitários voltados à promoção da cidadania, a pesquisa pretende traçar um panorama das necessidades e possibilidades de atendimento pela população e criar subsídios para e implementação de modalidades de prática psicológica e para a realização de encaminhamentos e ações em co-responsabilidade. Para tanto, adota a fenomenologia como perspectiva metodológica a analítica, compreendendo o real enquanto o próprio movimento de realização do mundo fático e refletindo sobre as possibilidades de diálogo com as demandas sociais e de abertura de espaços de compartilhamento da experiência. Nesse sentido, a metodologia procura acompanhar o próprio fluxo do acontecer/aparecer das propostas interventivas, bem como suas discussões e reformulações nos campos institucionais e comunitários em que se desenvolvem. As fontes de dados são compostas pelo registro de visitas aos dispositivos de saúde, educação e assistência social, bem como por entrevistas juntos aos trabalhadores dos serviços. As visitas são agendadas a partir do contato com instituições e comunidades voltadas ao atendimento da população e ligadas a políticas públicas, visando acompanhar o cotidiano de trabalho, identificar demandas e conhecer os campos interventivos. A partir das visitas, são realizadas entrevistas, visando contemplar os aspectos mais significativos apresentados na problemática vivida pelos atores sociais: compreender dificuldades relatadas, discursos legitimados, práticas oficiais e oficiosas, relações estabelecidas, vias de orientação das ações e das palavras, pedidos institucionais, demandas identificadas junto a atores sociais, enfim, os sentidos atribuídos às práticas realizadas. Na análise do material, a compreensão das realidades sociais a partir da singularidade dos sujeitos que nela participam busca um diálogo com as situações sociais concretas que se pode atentar para a contextualização de práticas de encaminhamento e propostas interventivas, em sua reinvenção enquanto ação voltada para o âmbito das relações humanas e do cuidado. Desta maneira, a segunda etapa de trabalho busca a criação de modalidades interventivas, tanto em estratégias de fortalecimento dos laços de co-responsabilidade e encaminhamento na rede quanto em modalidades de prática psicológica junto à população, conforme as questões que se apresentarem no campo. Como resultados preliminares, encontramos que própria extensão da clínica às classes populares e ao trabalho em instituições expressa a necessidade de um olhar para além da esfera intrapsíquica que traz em seu bojo a questão da transicionalidade entre a Psicologia e outras ciências, biológicas e sociais. A consideração múltipla e plural da realidade traz à tona a questão de uma necessária circularidade dos discursos: o deslocamento do olhar voltado a uma única perspectiva de compreensão em direção à apreciação de discursos e perspectivas não apenas de outros campos disciplinares, mas também oriundos dos participantes de ações interventivas e de investigações de práticas clínicas. Nesse sentido, algumas reflexões apontam para a necessidade de incluir estratégias de fortalecimento do diálogo entre os diversos dispositivos de assistência bem como entre as diversas espacialidades e ações profissionais para a efetivação do atendimento em rede.

Comunidade quilombola de Caeté: políticas, subjetividades e a produção de vulnerabilidades sociais e econômicas

Antonino Alves da Silva (Universidade Federal do Pará)

A experiência como trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), psicólogo de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) voltado para comunidades quilombolas, direcionou minha atenção para problematizar o conceito de risco e vulnerabilidade social na assistência social. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), criada em 2004, traz a questão da vulnerabilidade como conceito estruturante, embora nem sempre esteja bem definido em suas normas e orientações técnicas. Apesar da exclusão social ter um histórico de 500 anos, as políticas de Assistência Social foram geralmente associadas ao assistencialismo. O Brasil, adentra um novo cenário com a elaboração da PNAS, que se estrutura como diretriz geral para novas mudanças que serão organizadas e reguladas a partir de 2005 pelo SUAS, focando-se nas famílias em situação de pobreza e de indigência, buscando retirá-las dessa situação por meio de um programa de transferência de renda e de apoio socioassistencial. A partir da criação do SUAS, o foco são as famílias em situação de risco e vulnerabilidade social para então se pensar em dimensões gerais que seriam necessárias para as ações junto a esse público.

O campo da Assistência Social solicita recursos teóricos e uma atuação profissional. Dessa forma, este novo contexto de trabalho é revelador de muitas interrogações, inquietudes. Foram as reflexões em torno do destaque reservado pela PNAS às potencialidades e vulnerabilidades dos territórios que motivaram o interesse pela pesquisa, que objetiva problematizar a condição de vulnerabilidade social da comunidade quilombolas da Vila de Caeté, situada no município de Abaetetuba (PA).

Podemos pensar que, por um lado, se as políticas públicas voltadas para os quilombolas efetivam concessões para o desenvolvimento de cidadania – igual ao de qualquer outra pessoa – por outro lado, ao enquadrá-los como "naturalmente" vulneráveis, não seria uma forma de estigmatizá-los? Quem produz esse discurso? Os quilombolas estão em situação de vulnerabilidade? Os serviços oferecidos pelo CRAS oportunizam novos modos de subjetivação ou atuam limitando possibilidades de promoção de vida, cristalizando o discurso sobre vulnerabilidade? Trata-se de um estudo em Psicologia Social que faz uso de uma pesquisa intervenção, tendo como referência principal a cartografia proposta por Deleuze e Guatarri, os estudos de Foucault, Castel, entre outros, visando analisar as linhas de forças envolvidas na produção de vulnerabilidades sociais e econômicas, bem como assinalar o caráter de pesquisa interventiva, dando visibilidade a outros processos de subjetivações. Dito de outra forma, aborda-se a relação entre risco e vulnerabilidade do ponto de vista político, social, econômico, subjetivo, cultural na relação com a multiplicidade de forças e heterogeneidade das mesmas. Busca-se entender se os recursos materiais, simbólicos e habilidades da comunidade quilombola de Caeté são suficientes e adequados (ou não) para lidar com as oportunidades econômicas, sociais e culturais que provêm do Estado e da sociedade.

De modo preliminar, podemos dizer que os quilombos não podem ficar restritos ao entendimento de casos de revoltas e fugas de escravizados, costumeiramente registrado por alguns autores. Bem como, considera-se importante entender que embora a regularização fundiária seja o tema central das reivindicações quilombolas, a cultura, a educação, a saúde, o direito à assistência, dentre outros, estão na pauta da luta pelos direitos dessas comunidades.

Portanto, movimentos de resistência, de proteção das memórias culturais e empoderamento identitário étnico e racial, traduzido como potência de vida das comunidades quilombolas, só serão possíveis mediante problematizações e desconstruções de sentidos que caracterizam vulnerabilidade como situações de carência cristalizadas, de despotencialização subjetiva, como se as pessoas estivessem reféns de um destino previamente construído.

Nas linhas deste estudo inconcluso, o transporte, a assistência à saúde e o acesso à gêneros alimentícios precarizados, podem ser apontados como fatores de risco que podem colaborar com a vulnerabilidade social da comunidade quilombola de Caeté. Não obstante, verificou-se que a comunidade está organizada e estabelece sua potência inventiva, buscando encontrar soluções para os problemas por meio da associação de moradores. Por outro lado, a ressemantização do conceito de quilombo oferece a liberdade de fazermos leituras críticas e revisões de saberes cristalizados.

Na comunidade quilombola de Caeté o cafezinho saboreado na vizinhança por parentes, vizinhos e quem mais chegar parece ser um ato que estreita, fortalece e intensifica os laços entre as pessoas da comunidade, parecendo amarrar um pacto comunitário. Não são registros idílicos, são práticas do dia-a-dia que de alguma forma respondem à busca por segurança no mundo atual e oportunizam a problematização e a ampliação do conceito de vulnerabilidade social.

A postura de abrir reflexões, rever conceitos e colocar em xeque pensamentos hegemônicos pode lançar contribuições para novos desenhos de políticas públicas na Amazônia paraense, para a Psicologia Social, bem como em áreas afins e colaborar com fundamentos para novas práticas.

Empoderamentos e Vulnerabilidades: Uma análise do discurso de psicólogos que atuam em CRAS

Amanda Carollo Ramos da Silva (Universidade Federal do Paraná)

Os psicólogos, cada vez mais, têm ampliado os campos de sua atuação, deixando de atuar unicamente nos espaços em que historicamente vinham se inserindo – clínica, escola e organizações. A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, e a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) em 2007, foram os marcos da entrada do profissional na área da Assistência Social. Por ser um processo recente, o papel do psicólogo no SUAS está em construção. O escopo de sua atuação neste contexto difere das atividades pelas quais usualmente o profissional é conhecido. A presente pesquisa surgiu, então, da inserção do psicólogo em uma área não tradicional da Psicologia e a decorrência desta em seus modos de subjetivação. O objetivo geral foi analisar os modos de subjetivação no discurso de psicólogos atuantes em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), investigando que imagens de si e da prática profissional são configuradas. Como contribuições, pretendeu-se fomentar reflexões sobre a atuação do psicólogo em contextos diversos dos usuais e sobre sua formação profissional. Pretendeu-se também promover discussões sobre a interface entre a atuação de psicólogos com outras categorias profissionais. O método eleito para a realização do estudo foi a Análise Institucional do Discurso (AID) e os materiais analisados foram produzidos através de um grupo de reflexão, em cinco encontros, com psicólogas e assistentes sociais atuantes em CRAS. A Fundação de Ação Social, gestora da Política de Assistência Social do município de Curitiba/PR, foi coparticipante da pesquisa. Apesar do foco estar relacionado ao profissional da Psicologia, foram convocadas assistentes sociais para participar do estudo, pois ambos os profissionais têm atuado nas mesmas equipes e espaços. Também por se entender, a partir da AID, que a subjetividade e a imagem que os profissionais constroem de si se dão na relação. Através dos discursos analisados, pode-se afirmar que as participantes ora se veem enquanto profissionais da sua área de formação, ora se veem enquanto agentes da Política. Até certo momento são psicólogas (ou assistentes sociais), demarcam suas atribuições e tentam manter as especificidades de cada categoria profissional. Mas, devido às demandas, revestem-se de uma identidade de "técnico", acabam se sujeitando à Política - fazem o que têm que ser feito, indo além de suas formações. As participantes se colocam nas mesmas posições: desempoderadas, vulneráveis e sem autonomia na atuação. Tais características são pertinentes aos usuários da Assistência Social: pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. Há uma identificação entre profissionais e clientela. As participantes diferenciam a politicagem da Política, esforçam-se para seguir as normativas do SUAS e realizam o trabalho pensando na superação de vulnerabilidades e no empoderamento dos usuários. Consideram, porém, que fazem mais assistencialismo do que Assistência Social de fato. Conclui-se que o psicólogo, em sua atuação, faz uma negociação entre o campo de trabalho e o objeto institucional da Psicologia. Mesmo que a ordem instituída na Assistência Social seja a da materialidade, é possível manter o olhar sobre a subjetividade. O profissional, contudo, ainda não se apropriou do seu lugar no SUAS. O psicólogo tornou-se um técnico da área social, impessoalizado e homogeneizado ao contexto em que atua.

Fazeres do Serviço de Psicologia em uma Instituição de Longa Permanência: contribuições e desafios

Fabricio Ribeiro Ribeiro (Universidade Federal do Pará), **Juliana de Castro Nogueira Ribeiro** (Universidade Federal do Pará)

Este trabalho refere-se a um relato de experiência profissional em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) na cidade de Macapá/AP, por meio do mesmo busca-se dar visibilidade as dificuldades enfrentadas no tocante à inserção do Psicólogo no âmbito do trabalho na Política da Assistência Social, objetivando-se problematizar as práticas de saber/poder presentes nesta Instituição de Longa Permanência. No Amapá há uma única ILPI vinculada ao Governo do estado, atualmente encontra-se superlotada, acolhendo aproximadamente 60 idosos quando a sua capacidade é para 36 pessoas, além disso a infraestrutura é precária. A instituição possui equipe multidisciplinar composta por: Assistentes Sociais, Psicólogo, Fisioterapeuta, Enfermeiras, Médicos, Nutricionista, Técnico administrativo, Técnicos em enfermagem, técnicas em nutrição, educador social, além de funcionários terceirizados, cuidadores, higienizadores, cozinheiras e lavadeiras. Sabe-se que o envelhecimento é um processo natural e inevitável para qualquer ser humano acarretando mudanças fisiológicas, biológicas, psicológicas, sociais, culturais, políticas e econômicas. O envelhecimento não interessa apenas aos idosos, fazendo-se necessário garantir os direitos constitucionais ratificados pelo Estatuto do Idoso (2003), uma vez que, o envelhecimento populacional crescente é uma realidade conquistada na vida contemporânea e comemorada como um avanço de nosso país. A partir do Estatuto do Idoso é propiciada a ênfase nas políticas sociais inclusivas o que representa um marco jurídico para a proteção da população idosa, considerando sua peculiar vulnerabilidade suas demandas e, acima de tudo, os direitos humanos. No entanto, o aumento da estimativa de vida não está sendo acompanhado de Políticas Públicas que efetivamente atendam a estas novas demandas sociais, sobretudo no Estado do Amapá o qual de acordo com o IBGE, tem a expectativa de vida para a terceira idade entre as piores do Brasil, qualidade de vida abaixo da média nacional e ocupa o sétimo lugar do país com pior perspectiva de vida. A partir de uma leitura foucaultiana busca-se problematizar as práticas que convergem no assujeitamento dos idosos nesta instituição. Partimos da premissa de Foucault, segundo a qual dentro das instituições disciplinares que formam a sociedade, o poder emana não somente do estado, mas também dos indivíduos, mais precisamente dos indivíduos que detêm um certo conhecimento científico, como observamos no saber dos técnicos e suas prescrições à gestão da vida dos idosos institucionalizados. Outro analisador que nos ajuda a pensar o espaço institucional é o conceito de biopolítica que opera o "fazer viver" de um determinado grupo e deixa morrer os indesejáveis, o que se faz ainda mais premente no caso de pessoas idosas, vivendo os últimos anos de sua vida. As principais dificuldades enfrentadas no trabalho enquanto psicóloga referiram-se ao afinamento do trabalho com alguns integrantes do corpo técnico que apresentavam uma prática profissional em dissonância com a Política de Assistência e Política de Humanização, muitas vezes criminalizando a pobreza, estigmatizando as famílias. Outro aspecto muito presente trata-se da medicalização da vida para docilizar os corpos. O trabalho realizado nesta instituição perdurou aproximadamente três anos e pode-se observar a dificuldades de várias ordens: infraestrutura do prédio (umidade, calor intenso, problemas de encanamento e instalações elétricas, esgoto. Precarização do trabalho traduzido pela falta de espaço físico adequado, de equipamentos, materiais etc., não pagamento dos funcionários da empresa terceirizada (cuidadores, higienizadores, lavadeiras, etc.) dentre outros fatores. Nota-se assim o corte neoliberal que opera o estreitamento dos serviços públicos e a sua crescente precarização. Deste moto a grande inquietação e desafio ao profissional de psicologia girou em torno de como "fazer viver" ou criar um mecanismo de escape que possibilitassem a valorização da vida da pessoa idosa, a sua valorização como pessoa e promoção de sua saúde mental? As alternativas encontradas se basearam em um atendimento humanizado, por meio da realização de grupos psicoterapêuticos para trabalhar demandas emocionais e sociais relacionados com as principais situações vivenciadas ligadas aos relacionamentos interpessoais, a sexualidade, a violência física e verbal, etc. Além disso, foi fundamental a aliança com outros profissionais de afins na realização do trabalho primando por um fazer coletivo objetivando-se ao protagonismo dos idosos, na escolha de temas para debates, rodas de conversa, desenvolvimento de trabalhos artísticos, passeios a lugares sugeridos pelos idosos, participação em conferências e eventos voltados a pessoa idosa. Deste modo, apesar de muitas dificuldades foi possível construir teias, vínculos, espaço de escuta e reflexão em que pode-se acolher não só as demandas sociais como afetivas dos idosos valorizando-se suas experiências, história de vida, saberes e fazeres.

Impasses na Atuação do Psicólogo na Política de Assistência Social Brasileira

Ana Pereira dos Santos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Roberta Carvalho Romagnoli (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

O trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado que pretende discutir a atuação do Psicólogo na Política de Assistência Social e como este profissional tem criado seu saber-fazer lidando com as normas recentemente instituídas pela Política Nacional de Assistência Social, com as heranças históricas que definem de antemão a prática psicológica e a necessidade de construção de um novo modelo para este campo de trabalho. Carro chefe da agenda política pautada pelo governo do PT nos últimos treze anos, a Assistência Social é hoje, devido a um favorável orçamento e prioridade de ações, uma das políticas públicas que mais alocam psicólogos. A partir do pressuposto de se oferecer um atendimento psicossocial, referenciou-se em suas atribuições o atendimento das violências, antes demanda da saúde mental, além de serviços e programas que tem como eixo de trabalho a subjetividade a partir do viés de um sujeito social, múltiplo, que deve ser reconhecido a partir de sua classe, raça, gênero e outras categorizações e que contribuem para avaliar situações de risco e vulnerabilidades. Espera-se, ainda, que o trabalho proporcione efeitos na garantia da cidadania, onde a participação individual e coletiva é definitiva na tentativa de promover a emancipação do sujeito e a garantia de acesso aos direitos. A participação cidadã se coloca, no trabalho da assistência social e, portanto, do psicólogo, como uma possibilidade de transformação da individualidade a partir da ação política, do reconhecimento das miserabilidades e na luta por uma condição de vida justa. Tal viés tenta afastar o fantasma do assistencialismo que ainda hoje assombra a assistência social brasileira e garantir o que comumente é chamado de "empoderamento do usuário". A problemática aponta uma necessidade de atuação profissional que contemple uma visão de sujeito que é político, mas que também é preciso ser cuidado na sua individualidade, e isso deve ressoar na sua vivência de família como premissa fundamental do trabalho. Aliar o objetivo de promover um sujeito que deve se emancipar individualmente, mas também coletivamente, com condições de produzir mudanças em seus diversos cenários políticos, é uma exigência do trabalho da Assistência Social hoje. Está em sua agenda, portanto, a grande novidade de uma compreensão diferenciada da subjetividade, ao contrário do que, historicamente, vinha ocorrendo: ora o sujeito era desamparado em suas mazelas materiais e espirituais (tradição católica), ora era marginalizado e precisava ser "consertado" pelas políticas de Estado (tradição higienista). O cenário aponta que, ainda hoje, a política de atenção aos direitos sociais carrega consigo uma forte herança teórica e metodológica advinda do campo da saúde, sobretudo do campo da saúde mental, tendo a psicanálise como uma corrente teórica com forte presença entre as equipes. A tradição católica de cuidado com os pobres marca o início da assistência social no Brasil quando, a partir da Legião da Boa Vontade e entidades com o mesmo caráter, a pobreza deixa de ser completamente renegada e passa a ser assumida pelo trabalho voluntário e caridoso. Por fim, a perspectiva de um trabalho socioeducativo com vistas a modificar padrões de relacionamentos e cuidados perpassam o trabalho do psicólogo. A subjetividade, objeto de atenção primordial, deve ser compreendida a partir da complexidade que propõe o sistema, dentro da premissa de um atendimento psicossocial, e em diálogo com diversificadas contingências. O trabalho analisa as publicações que tem como foco a atuação do psicólogo na política de assistência social, tentando apontar as reflexões que contemplam a problemática aqui descrita ou outras que ganham prioridade. Pretendemos em um segundo momento, estudar essas práticas a partir da Análise Institucional, evidenciando as forças instituídas, que tendem para a conservação a s forças instituinte que apontam par ao novo. Esse processo de institucionalização será abordado através dos analisadores que irão emergir no campo de pesquisa e que denunciam o embate entre o instituído e o instituínte.

Juventude e HIV - "Tá a fim de conversar?": Aproximando juventude e saúde sob a perspectiva social

Raiza Netto Bassolli (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora), **Amélia Campos Furtado** (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora), Lara Brum de Calais (UFJF)

Os Jovens representam atualmente um público envolvido em contextos de vulnerabilidade para o HIV/Aids. Segundo dados do UNICEF (2014), aproximadamente 2.500 jovens, entre 15 e 24 anos adquirem o vírus anualmente na América Latina. Torna-se, portanto, impossível ignorar os resultados decorrentes do aumento do número de jovens infectados e seus desdobramentos no âmbito da saúde pública. Em resposta a esse desafio e também, a problemática da deficiência de projetos que atraem jovens que vivem com HIV/Aids, foi proposto através de uma prática de estágio sob a perspectiva da Psicologia Social e da Saúde, o projeto "Juventude e HIV: Tá afim de conversar?" no Serviço de Atendimento Especializado, na cidade de Juiz de Fora, MG. O trabalho encontra sustentação nas construções da Psicologia Social crítica em interface com políticas públicas de saúde voltadas à juventude e prevenção, envolvendo temáticas como protagonismo e participação juvenil, educação em saúde, avaliação de políticas públicas, entre outros. Utilizou-se como delineamento metodológico a pesquisa-intervenção e como orientação teórica a Psicologia Social e da Saúde. Tal articulação teórica e metodológica propõe a vinculação ao Eixo Temático "Políticas Públicas e Saúde Coletiva", tendo em vista a promoção de iniciativas que se dediquem a fortalecer ações no âmbito da saúde que estejam preocupadas em, a partir de uma perspectiva crítica, viabilizar práticas mais próximas da realidade atendida pelos diferentes equipamentos de saúde. Sendo assim, o projeto possibilitou a abertura de um espaço de diálogo e reflexão de jovens com faixa etária de 15 a 25 anos com objetivo de problematizar questões relevantes sobre a vivência da juventude com HIV/Aids, assim como sobre a participação social e as políticas públicas de enfrentamento à epidemia. Acredita-se que propiciar um espaço de escuta aos jovens, buscando dar voz àqueles que muitas vezes têm seu discurso silenciado pela sociedade, principalmente no contexto das políticas públicas, torna-se fundamental para que se alcance, de fato, uma atenção integral à saúde, com ações mais próximas da realidade social vivenciada pela juventude no Brasil. Além disso, à medida que o espaço tornase acolhedor para com os jovens, o trabalho direto com este público se ajusta às necessidades do grupo, ou seja, os temas a serem discutidos nas rodas de conversa são flexíveis, havendo a possibilidade de partir de uma demanda do grupo e caracterizando a perspectiva participativa das ações em psicologia social e da saúde. Sendo assim, é possível conhecer a realidade social na qual estão inseridos. Acreditamos que o grupo seria um momento privilegiado, no qual os jovens podem dialogar acerca de questões conflituosas que envolvem o tema. Tais questões, nem sempre explícitas, podem acarretar a não adesão ao tratamento, podendo também o grupo atuar neste sentido. As atividades foram pensadas no formato de rodas de conversa participativas sobre o tema proposto. Cada encontro teria duração aproximada de 1 hora e 30 minutos, onde seriam trabalhados temas como "Vivendo com AIDS", "Preconceito e HIV", "Amor e Sexo", "Novas tecnologias de prevenção", entre outras temáticas. Como resultado, a estratégia de criação de um grupo de discussão em um serviço de saúde revelou grandes desafios e apontou possibilidades de caminhos de aproximação junto aos jovens. Revelou-se no desenvolvimento das atividades (que além das rodas em si envolveram observações e conversas com pessoas de referência), uma significativa resistência dos jovens a participar de atividades no serviço de saúde em questão. Tal resistência, dentre inúmeros fatores, se fortalece pela questão de a instituição estar diretamente ligada à materialização do preconceito sobre a doença, assim como, da dificuldade de compreensão das diferentes demandas das juventudes que de alguma forma utilizam o serviço. Considerando conceitos da psicologia social, tais como compromisso e participação, os efeitos produzidos pela proposta ultrapassaram a ação do grupo como técnica e propiciaram uma reflexão acerca da forma como os jovens são (ou não) acolhidos nos serviços de saúde. Neste sentido, abriu espaço para questionamentos sobre a atuação da psicologia neste âmbito, sobre questões institucionais e sobre os caminhos que deverão ser tomados para que a atenção à saúde do público jovem se dê efetivamente de forma integral e condizente com as diversas práticas sociais existentes. A partir do que foi experienciado no campo do estágio e identificado como demanda principal, torna-se de suma importância o serviço sair de seu espaço essencialmente assistencialista e garantir aos jovens novos trabalhos e novas perspectivas.

Las tensiones y desafíos de los trabajadores de la política social en Chile

Javiera Pavez Mena (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso), M. Angeles Bilbao Ramirez (Universidad de Santiago de Chile)

Introducción y antecedentes teóricos: En Chile, parte importante de los psicólogos se desempeña laboralmente en programas sociales que son parte de la política pública de asistencia social del país. Forman parte de estos programas sociales no sólo los trabajadores de la psicología sino que también los saberes psicológicos están a la base de sus formulaciones técnicas y éticas. Sin embargo, en el campo de las políticas públicas de asistencia social del Estado acontece desde los años 90 un fenómeno de tercerización. En Chile, los programas que forman parte de esta política son implementados fundamentales por organizaciones del tercer sector (Corporaciones, Fundaciones, Organizaciones No Gubernamentales) con el objetivo declarado de impactar rápida y pertinentemente en los sectores más vulnerables (Razeto, 2012). En este marco, los trabajadores y trabajadoras del área social -que reciben dicha denominación dado que ejecutan los proyectos y programas que son parte de la política pública de asistencia social- llevan a cabo este rol re-distributivo del Estado en un contexto de precariedad laboral (Cano, 2004; Torres, 2009). Si bien se ha profesionalizado la intervención social, se ha asistido también a una precarización de las condiciones laborales: la política es ejecutada por terceros que no poseen estabilidad laboral, salvo que liciten nuevos proyectos en los concursos públicos (Torres, 2009). Objetivo: El presente trabajo es parte de tres comunicaciones que se presentan como parte de un proyecto financiado por FONDECYT (1151148) y tienen como objetivo contextualizar el trabajo que realizan los profesionales del sistema de protección en Chile. Éste busca describir las formas en las que se expresa la precariedad en la ejecución de las políticas públicas de asistencia social en Chile, ilustrando de qué manera el fenómeno de tercerización genera una precariedad en el trabajo e impacta en la subjetividad de los trabajadores. Relación con GT: Esta comunicación oral da cuenta de las tensiones y los desafíos que se presentan para los psicólogos y para la psicología chilena en su actuación en las políticas públicas de asistencia social, dado que ésta está llamada a reforzar procesos de ciudadanía y de ejercicio de derechos sociales generándose a partir de esta precarización una ejecución paradójica de esta política. Método: Desde un enfoque cualitativo, se desarrolla un estudio exploratorio descriptivo, llevándose a cabo entrevistas y grupos de discusión (Canales y Peinado, 1995) con trabajadores y trabajadoras de las políticas públicas de asistencia social. Resultados y conclusiones: A partir de ello, se expresa que la precarización laboral instalada en la ejecución de la política pública de asistencia social abarca un aspecto mucho más amplio que sólo lo laboral, sino que permea al conjunto de las relaciones sociales. El trabajador y trabajadora del área social debe instalar o asegurar, por medio de la ejecución de programas, un efecto redistributivo o de rescate en aquellas familias más vulnerables del país en una condición de precariedad y de desprotección de sus derechos laborales. Esto se expresa en formas de trabajo que suponen inestabilidad, incertidumbre e inseguridad: existencia de prestación de servicios, falso contrato indefinido en tanto está sujeto a la relicitación de los proyectos, ausencia de derechos sociales como previsión, salud y pensión. Al interior de los programas sociales los trabajadores viven una intensificación laboral, desarrollando múltiples tareas además de aquellas por las cuales fueron requeridos en el programa. La precariedad también se expresa en la no consideración de las condiciones de seguridad en el trabajo, los accidentes laborales deben ser financiados por los propios trabajadores. Además, las trabajadoras no tienen derecho a pre y post natal, lo que hace que muchas deban seguir trabajando hasta el mismo día del nacimiento de sus hijos/as. Finalmente, esto permite visibilizar cómo las condiciones de precariedad laboral presentes en el trabajo de los psicólogos en las políticas públicas de asistencia social, se viven como “naturales” e inherentes al trabajo. Las injunciones paradójicas generan un malestar profundo, expresado en estrés, burnout, agotamiento profesional (De Gaulejac y Hanique, 2015) e impactan en la consecución de los objetivos de la política pública de asistencia social en Chile, en tanto desde la condición de precariedad es imposible instalar el derecho social que se pretende desde estas políticas, fracturando el rol social del Estado en el Chile neoliberal.

O espaço da Psicologia nas Políticas Públicas de Assistência Social no Estado de Alagoas

Kellyane Pereira Santos (Universidade Federal de Alagoas), **Claudiana Farias Santos** (Universidade Federal de Alagoas), **Cássia Palmeira Felizardo dos Santos** (Universidade Federal de Alagoas), **Eline Soares Firmo** (Universidade Federal de Alagoas), **Karla Julliana da Silva Sousa** (Universidade Federal de Alagoas), **Larissa Ariane Lima do Nascimento** (Universidade Federal de Alagoas), **Mayara Suzy Santana Camelo** (Universidade Federal de Alagoas), **Jefferson de Souza Bernardes** (Universidade Federal de Alagoas), **Aline Lopes de Santana** (Universidade federal de Alagoas), **Indyra Dayane Cândido Pontes da Silva** (Universidade Federal de Alagoas), **Fellipe Alves Rocha da Cruz** (Universidade Federal de Alagoas), **Karla Karolyne Viana Gomes** (Universidade Federal de Alagoas), **Larisse Raizza dos Santos Cavalcante** (Universidade Federal de Alagoas), **Lorena Maia Silva** (Universidade Federal de Alagoas), **Marcelly Alpiano Rocha** (Universidade Federal de Alagoas), **Rafael Lima Fernandes** (Universidade Federal de Alagoas), **Jade Sarmento Santana** (Universidade Federal de Alagoas), **Jéssica Maria de Oliveira Silva** (Universidade Federal de Alagoas)

Este trabalho é um recorte da pesquisa "O Espaço da Psicologia nas Políticas Públicas do Estado de Alagoas" planejada e executada pelos membros do Programa de Educação Tutorial PETPsicologia da Universidade Federal de Alagoas. O grupo surgiu a partir de um edital específico do Ministério da Educação para criação de PET's voltados às Políticas Públicas (PP). A pesquisa de campo, realizada entre os anos de 2010 a 2012, objetivou configurar o espaço do/a Psicólogo/a nas PP das áreas da Saúde, Assistência Social, Educação e Meio Ambiente do Estado de Alagoas. Foi executada nos municípios de Coruripe, Maceió, Penedo, Santana do Ipanema e União dos Palmares e encontra-se, neste momento, em fase de análise dos resultados. Este trabalho tem como objetivo apresentar um recorte em torno das Políticas Públicas na Assistência Social. Relacionando-o, desta forma, ao eixo e GT propostos, tendo em vista a exploração dos desafios, dificuldades e práticas encontrados nos resultados desta pesquisa. O referencial teóricometodológico utilizado é o das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, que compreende a linguagem como agente na interação social e produtora de efeitos, por meio dela as pessoas dão sentido ao mundo. Ela não apenas explica a realidade, mas a constitui. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: 1) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as entrevistas; 2) Roteiro de observação do lugar onde trabalha o/a profissional; 3) Roteiro de entrevista semiestruturada, tendo como referência um questionário disponível no site do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas; 4) Bancos de dados virtuais; 5) Sites dos Ministérios da Saúde, Educação, Assistência Social e Meio Ambiente e Secretarias Municipais e Estaduais destas áreas. A primeira etapa da pesquisa consistiu na identificação de programas e projetos definidos como PP das áreas supracitadas. Na segunda etapa, realizaram-se visitas às Secretarias Municipais das áreas referidas acima e ao Conselho Regional de Psicologia 15ª Região (CRP 15) a fim de mapear os locais onde os/as psicólogos/as estão inseridos/as nas PP. Também foram construídos roteiro de entrevista semiaberta, e de observação do local de trabalho. Na terceira etapa, foram realizadas as entrevistas, que contemplavam informações sobre a formação e a prática profissional, no âmbito das PP. Elas foram registradas em áudio e transcritas. Os/as pesquisadores/as fizeram também registros por meio de diários de campo. No total foram entrevistados/as 55 profissionais que atuavam nas Secretarias Municipais e Estaduais e estavam vinculados/as a projetos de Políticas Públicas. Para analisar as informações da pesquisa de campo foram construídas Árvores de Associação de Ideias, que objetivam identificar os repertórios linguísticos utilizados pelos participantes, auxiliando na análise dos sentidos produzidos. Durante o processo de análise das entrevistas, percebeu-se que o trabalho dos/as psicólogos/as nas PP é caracterizado por desenvolver-se no âmbito da Assistência Social, 28 dos/as participantes da pesquisa atuam nesta PP e a maioria considera que sua atuação se articula com as diretrizes deste campo de políticas. A maioria afirmou conhecer os princípios e diretrizes da PP na qual estão inseridos/as, e consideram que o mesmo influencia na prática profissional, porque a orienta. Poucos/as afirmaram que o conhecimento não influencia seu trabalho de nenhuma forma, enquanto alguns/mas não conhecem os princípios e diretrizes da política na qual estão inseridos/as. Apenas 09 afirmaram ter habilitação para trabalhar com pessoas com necessidades específicas. No que tange às atividades mais realizadas, foram citadas: atendimentos, visitas, grupos, acolhimento, reuniões, palestras e encaminhamentos, acompanhamentos, oficinas, plantões, triagem, passeios terapêuticos e avaliações. Afirmam, porém, que, para realizá-las enfrentam dificuldades de escassez/falta de recursos, dificuldades relativas aos usuários, infraestrutura, problemas com a rede; despreparo/falta de capacitação dos profissionais, relacionamento com a equipe, excesso de demanda, falta de auxílio dos/as gestores/as, ênfase na produtividade, entendimento do papel do/a psicólogo/a, entre outras. Apesar de tais dificuldades, os/as profissionais indicaram que planejam e executam práticas novas com as comunidades, como: grupos, visitas e oficinas, meditação, trabalhos na perspectiva da redução de riscos e trabalho informativo com folder, palestras, diretamente com DST/AIDS, vínculos com outras secretarias e pesquisas, entre outros. Nestas formas de atuação os/as psicólogos/as retrataram que outras áreas que influenciam seu trabalho são as Ciências Humanas, sendo o Serviço Social a mais citada. Vale ressaltar que, nas respostas, as áreas relacionadas à cultura são as que exercem menor influência sobre a atuação dos/as psicólogos/as, apenas um entrevistado se posicionou como influenciado pela cultura regional. Compreende-se que, embora haja psicólogos/as atuantes nas PP de Assistência Social em Alagoas, é necessário avançar nas parcerias com movimentos sociais e culturais para a construção de práticas inclusivas e que diminuam condições de vulnerabilidade. No que concerne à formação em Psicologia é preciso que seja transversalizada por questões sociais e pelo contato com comunidades visando desenvolver práticas que sejam políticas e sensíveis aos contextos nos quais estiverem inseridos/as os/as profissionais.

O espaço da Psicologia nas Políticas Públicas de Saúde no estado de Alagoas

Jade Sarmento Santana (Universidade Federal de Alagoas), **Aline Lopes de Santana** (Universidade federal de Alagoas), **Indyra Dayane Cândido Pontes da Silva** (Universidade Federal de Alagoas), **Jefferson de Souza Bernardes** (Universidade federal de Alagoas), **Jéssica Maria de Oliveira Silva** (Universidade Federal de Alagoas), **Karla Karolyne Viana Gomes** (Universidade Federal de Alagoas), **Larisse Raizza dos Santos Cavalcante** (Universidade Federal de Alagoas), **Lorena Maia Silva** (Universidade Federal de Alagoas), **Rafael Lima Fernandes** (Universidade Federal de Alagoas), **Marcelly Alpiano Rocha** (Universidade Federal de Alagoas), **Cássia Palmeira Felizardo dos Santos** (Universidade Federal de Alagoas), **Claudiana Farias Santos** (Universidade Federal de Alagoas), **Eline Soares Firmo** (Universidade Federal de Alagoas), **Fellipe Alves Rocha da Cruz** (Universidade Federal de Alagoas), **Karla Julliana da Silva Sousa** (Universidade Federal de Alagoas), **Kellyane Pereira Santos** (Universidade Federal de Alagoas), **Larissa Ariane Lima do Nascimento** (Universidade Federal de Alagoas), **Mayara Suzy Santana Camelo** (Universidade Federal de Alagoas)

Trata-se de um recorte da pesquisa "O Espaço da Psicologia nas Políticas Públicas do Estado de Alagoas" planejada e realizada pelos membros do Programa de Educação Tutorial PETPsicologia da Universidade Federal de Alagoas. O grupo surgiu a partir de um edital específico do Ministério da Educação para criação de PET's voltados às Políticas Públicas (PP). A pesquisa de campo, realizada entre os anos de 2010 a 2012, objetivou configurar o espaço do/a Psicólogo/a nas PP das áreas da Saúde, Assistência Social, Educação e Meio Ambiente do Estado de Alagoas. Desenvolvida nos municípios de Coruripe, Maceió, Penedo, Santana do Ipanema e União dos Palmares, encontra-se em fase de análise dos resultados. Busca-se neste trabalho apresentar um recorte das políticas públicas de saúde. O referencial teórico-metodológico utilizado é o das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, pois percebe a linguagem como agente na interação social e produtora de efeitos. Assim, é por meio dela que compreendemos os sentidos que são produzidos no cotidiano. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: 1) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); 2) Roteiro de observação do lugar onde trabalha o/a profissional; 3) Roteiro de entrevista semiestruturada, tendo como referência um questionário disponível no site do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas; 4) Bancos de dados virtuais; 5) Sites dos Ministérios da Saúde, Educação, Assistência Social e Meio Ambiente e Secretarias Municipais e Estaduais destas áreas. A primeira etapa da pesquisa consistiu na identificação de programas e projetos definidos como PP das áreas supracitadas. Na segunda etapa, realizou-se visitas às Secretarias Municipais das áreas referidas acima e ao Conselho Regional de Psicologia 15ª Região (CRP 15) a fim de mapear os locais onde os/as psicólogos/as estavam inseridos/as. Também foram construídos roteiro de entrevista semiaberta, e de observação do local de trabalho. Na terceira etapa, foram realizadas entrevistas que contemplavam informações sobre a formação e a prática profissional, no âmbito das PP. Elas foram registradas em áudio e transcritas. Os/as pesquisadores/as fizeram também registros por meio de diários de campo. No total foram entrevistados/as 55 profissionais que atuavam nas Secretarias Municipais e Estaduais e estavam vinculados/as a Políticas Públicas. Para analisar as informações da pesquisa de campo foram produzidas Árvores de Associação, estratégia que organiza e confere visibilidade as falas, entre outras informações relevantes. Durante o processo de análise das entrevistas, percebeu-se que 21 dos/as entrevistados/as da pesquisa atuam de acordo com as diretrizes das PP de saúde, tendo mencionado locais de trabalho como: CAPS (16), NASF (5) e PAM (5) e UBS e SMS, citados apenas uma vez. As atividades mais realizadas correspondem a atendimentos, visitas, grupos, acolhimento, reuniões, palestras e encaminhamentos, acompanhamentos etc. A maioria dos/as entrevistados/as afirma conhecer as declarações universais, os planos de ações, estatutos e diretrizes da política pública na qual estão inseridos/as. Quando solicitados/as a avaliarem seus próprios conhecimentos, alguns/algumas consideraram bons e suficientes, enquanto outros/as regular, razoável e fraco, julgando necessário o aprimoramento e a obtenção de mais informações. Outros/as afirmaram a relevância desse conhecimento para refletir sobre ações e sobre o gerenciamento da política na qual estão inseridos/as. Em relação as dificuldades encontradas para realização do trabalho, destacam-se a escassez/ falta de recursos, dificuldades relativas as/aos usuários/as, infraestrutura, problemas com a rede, despreparo/falta de capacitação dos/as profissionais, relacionamento com a equipe, entre outras. Apesar de tais dificuldades, os/as profissionais indicaram que planejam e executam práticas novas com as comunidades, como: grupos, visitas, oficinas, meditação, entre outras. O acompanhamento e/ou a avaliação das próprias práticas é realizado por 33 psicólogos/as por meio de: diálogos com a equipe, reuniões e relatórios, perguntas para o/a usuário/a, estudo ou avaliação de casos, anotações e conhecimentos da área, gráficos, anamnese, eventos, campanhas, dinâmicas de grupo, observação, questionário, comparação com o projeto da atividade, planejamento anual, discussão da atividade, no próprio evento e matriciamento. Um psicólogo respondeu que faz, mas não registra as formas de acompanhamento e/ou avaliação, enquanto 6 responderam que não fazem. Os/As psicólogos/as apontaram como contribuições da Psicologia para as PP a atuação voltada às propostas, programas, estratégias, e diretrizes das políticas públicas. Em relação às propostas alguns/algumas consideram a melhora da saúde mental do/a usuário/a; quanto aos programas, destacam a humanização do sistema; relativo às estratégias apontam a prevenção; e no tocante às diretrizes abordam o fortalecimento da cidadania. Outra contribuição que essa relação apresenta, proposta por esses/as profissionais, é de repensar os modos tradicionais de atuação em Psicologia e realizar a transposição para a comunidade do modelo tradicional de atendimento clínico orientador das práticas do/a psicólogo/a no serviço privado. Modifica-se assim o modelo tradicional, focalizando a atenção a saúde nos diversos públicos e suas demandas. Espera-se que a pesquisa proporcione conhecimento da Psicologia no âmbito das PP do estado de Alagoas e que este trabalho amplie as discussões que envolvem essa relação, com ênfase nas PP de saúde.

Os limites da assistência social: reflexões acerca das dificuldades que a psicologia atravessa neste cenário

Arles Monaliza Rodrigues Nascimento (Centro Universitário do Vale do Ipojuca), **Marcos Pablo Martins Almeida** (FAVIP/Curso de Psicologia)

Este trabalho tem como proposta apresentar os limites e as dificuldades que foram vivenciadas em um CRAS – Centro de Referência em Assistência Social – por uma estagiária em sua experiência de Estágio Supervisionado Básico. A recente inserção da psicologia na assistência social trouxe, para os profissionais, dificuldades de diversas ordens a serem enfrentadas: instituições abarrotadas de usuários, falta de capacitação dos profissionais, usuários não alcançados pelo serviço e a ausência de políticas públicas que caminhem com a assistência social são algumas delas. Um dos objetivos do CRAS é desenvolver o território através da potencialização dos aspectos saudáveis existentes na comunidade, prevenindo e promovendo a vida. Entretanto, a instituição acompanhada conta apenas com seis técnicas e abrange um território de 36 mil habitantes. Além disso, está situada em um dos bairros de maior vulnerabilidade social no seu município, abrangendo, também, um morro com intensa densidade populacional e de extrema dificuldade de locomoção, devido a sua altura e péssima infraestrutura. A experiência no Estágio Supervisionado Básico ocorreu no período de 10 encontros, com duração de 5 horas cada, e, teve como suporte e embasamento, a supervisão teórica, que foi realizada na Universidade. O diário de campo foi o instrumento utilizado para o resgate das vivências e observações da estagiária em questão. As atividades realizadas durante o período do estágio foram: visitas domiciliares, observação de atendimentos individuais, participação em grupos e atividades de militância junto à comunidade e o serviço, como por exemplo, a Caminhada Contra a Exploração e o Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. O resumo se insere no eixo "Assistência Social, vulnerabilidades e violências", pois aborda os limites observados e vivenciados na assistência social, revelando as dificuldades do serviço na efetivação dos objetivos direcionados aos usuários em extrema condição de vulnerabilidade. A partir da vivência, foi possível perceber que em decorrência da pouca quantidade de técnicas no serviço e da extrema dificuldade de locomoção nos pontos mais altos do morro, milhares de usuários que do serviço necessitam acabam ficando a mercê da assistência. O que se pôde observar é que o serviço carrega nas costas o sobrepeso decorrente dos problemas socioeconômicos que atingem as camadas menos favorecidas, resultando em pouca estrutura do serviço ao atender tamanha demanda. Algumas críticas definem a assistência como uma política pobre direcionada a usuários mais pobres ainda. Ou seja, uma política que não recebe o investimento que necessita. Durante o tempo percorrido no estágio, nada se ouviu sobre capacitações para as técnicas do serviço, que diante de tantas dificuldades, demandam diariamente das mais variadas estratégias de enfrentamento das problemáticas existentes, tanto na comunidade, como no serviço. Além disso, a inserção do psicólogo na assistência social é muito recente e contribui para que as profissionais do serviço trabalhem em um terreno mais escorregadio, por ser mais recente. As técnicas com uma formação mais antiga não dispuseram, na academia, de referenciais teóricos que dessem suporte ao trabalho na assistência social, pois, a princípio, a formação acadêmica da psicologia se dava em uma perspectiva muito mais clínica e individual. Por fugir dos parâmetros tradicionais da psicologia, e, por não ser um campo familiar de atuação, a assistência traz consigo a insegurança do que é desconhecido. Um ponto importante a ser ressaltado é a ausência de demais políticas públicas que auxiliem a assistência social na efetivação de seus objetivos, pois o usuário já chega ao serviço pela ineficácia destas políticas, o mesmo é acolhido, mas novamente a falta destas faz com que o usuário não consiga mais uma vez exercer plenamente sua cidadania. O CRAS atuou diversas vezes no intuito de fortalecer a autonomia dos usuários, estimulando-os a serem condutores de suas próprias histórias através de vários recursos, como por exemplo, os cursos profissionalizantes. Porém, a concretização destes objetivos muitas vezes é impossibilitada não somente pela ausência de políticas públicas de geração de trabalho e renda voltada aos usuários que se encontram à margem do mercado de trabalho, mas também pela linha invisível que segrega as classes sociais, interferindo na dimensão subjetiva de muitos usuários do serviço. Muitos moradores do Morro citado não descem do mesmo à procura de emprego porque nem mesmo se sentem pertencentes ao chão que ultrapassa a linha deste território. Apesar do CRAS referido ter se mostrado bastante atuante durante a experiência do estágio, em diversas situações foi observado que os objetivos da instituição não puderam ser efetivados na amplitude que se faz necessária no seu território. A impossibilidade do serviço de alcançar todos os usuários que dele necessitam, e pelo fato da assistência social ser um serviço que caminha com passos curtos, faz desta área um cenário de inúmeras dificuldades e limites diários que são enfrentados pelo profissional de psicologia.

Projeto de Extensão Pensão Assistida por uma Saúde Integrada: Oficinas Criativas

Talita Gonçalves Monteiro (Universidade Federal de Pelotas)

A pensão Assistida é uma instituição administrada pela Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria de Cidadania e Assistência Social, que abriga homens e mulheres, à partir de 18 anos, com transtornos mentais ou em situação de rua. A Oficina Criativa faz parte do projeto "Pensão assistida: por uma saúde integrada", financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt). Ela foi inserida no local com intuito de se estabelecerem atividades que visem incentivar a criatividade, e fortalecer o vinculo entre os moradores através de diversos recursos; dar voz aos internos pela manifestação artística e promover situações descontraídas onde possam escolher entre as possibilidades levadas com qual material desejam trabalhar, assim como dar sugestões para futuros trabalhos, proporcionando novos olhares além daqueles estigmatizados pela suas patologias.

Foi escolhido um modo de trabalho que oferecesse autonomia aos oficineiros, para que esses não se tornassem espectadores do processo de criação. Essa autonomia é exercida mediante a possibilidade de que os mesmos participem de um processo democrático de escolha dos materiais e atividades, assim como de sua finalidade.

A figura dos extensionistas que auxiliam no trabalho é de facilitador/oficineiro, não apenas do desenvolvimento da atividade manual, mas principalmente na manutenção do dialogo com os moradores que participam do projeto e na motivação de que os que não participam possam vir participar, essa maneira de trabalho foi adotada pois encontramos criticas na literatura de como as oficinas funcionavam dentro de CAPS's (Centro de Atenção Psicossocial), por exemplo, onde CEDRAZ; DIMENSTEIN (2004) apontam que elas serviam como meio de manter os usuários ocupados, onde há muito pouca criação e uma hierarquia dos saberes.

O clima no desenvolvimento do trabalho é descontraído e eles compartilham durante o processo assuntos pessoais que são discutidos por todos os presentes, e temas gerais da casa como filmes e as outras atividades realizadas na pensão, permitindo que reflitam e troquem opiniões. Esse clima permite novas possibilidades de expressão sobre a vida cotidiana, que geralmente ficam difusas na convivência diária dos morados, que se isolam em suas atividades ou desordens individuais.

No decorrer do trabalho eles conseguem se manifestar como indivíduos, que possuem medos, alegrias ou tristeza, sem serem repreendidos pela maneira como se expressam.

Destacamos que a oficina preconiza oferecer condições de possibilidade para que o participante busque sua inserção social, de forma germinal através da autogestão (BAREMBLITT, 2002), assim temos como padrão recorrer, sempre que possível, a opinião dos moradores, valorizando seus saberes na decisão sobre o que é feito com o material trabalhado. Algumas dificuldades foram encontradas durante o trabalho: o desenvolvimento de trabalhos com pessoas portadores de transtornos mentais, assim como a prática de oficinas na saúde mental e na assistência social são, via de regra, determinadas mediante a presença de um especialista que dita a maneira como as atividades deveram ser desenvolvidas, sendo esse o detentor de conhecimento técnico/cientifico.

Apesar do trabalho tentar uma outra configuração nesse cenário, alguns dos processos permaneceram, como por exemplo, a relações de controle ocorridas entre o estagiário, que assume o papel de especialista, portador do material levado, e o oficineiro. Ao mesmo tempo, essa relação precisou ser estabelecida para organização do trabalho, evitar o desperdício de material entre os integrantes, e para que se respeitasse com o horário de término da atividade, sendo assim uma hierarquia facilitadora. Esse tensionamento foi fundamental como campo de análise (BAREMBLITT, 2002) para que a oficina, como analisador construído - conceito de Baremblitt, que designa o que pode ser produzido com objetivo de explicitar conflitos - assuma novos rumos no processo de intervenção.

Apesar da limitação citada, a busca de autonomia no processo de criação vem surtindo efeito positivo, pois mesmo atuando, por vezes, de maneira vertical/atravessada em relação ao saber dos moradores, não foi preciso intervenções diretivas para se estabelecer limites na convivência dentro da oficina. As ações individuais, que se referem nas falas e atitudes que desagradam aos demais, são questionadas entre todos participantes e a pessoa que a manifestou, se retrata perante o grupo, não sendo necessário que os extensionistas interfiram no processo. Isto, demostra o clima de liberdade vivido na oficina pelos assistidos. A este clima, que demonstramos ser frutífero no lidar com estas situações.

Referências Bibliográficas

BAREMBLITT, G. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e Prática. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002. 5ed.

CEDRAZ, A; DIMENSTEIN, M. Oficinas terapêuticas no cenário da Reforma Psiquiátrica: modalidades desinstitucionalizantes ou não?.Revista Mal Estar e Subjetividade, Fortaleza v. 5, n. 2, p. 300-327, 2005.

Protagonismo familiar na política de assistência social e atuação em Psicologia no âmbito do SUAS

Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista

A família, no campo da Assistência Social, apresenta-se como elemento primordial de intervenção do psicólogo. As transformações (reformas) implementadas pelo Estado brasileiro, nas últimas décadas, nas políticas sociais, de um modo geral, e nas políticas de assistência social, em particular, colocaram a família em lugar de destaque. A exemplo disso, vê-se já na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 1998, a necessidade de se voltar à família, concebida aí, não sujeito de direitos, mas como objeto de uma intervenção assistencialista, focalista, residual e compensatória, que priorizava famílias vulnerabilizadas socioeconomicamente, consideradas "incapazes" de cumprir suas funções econômica e protetiva. Somente a partir de um "novo ordenamento político-institucional" do campo sócio assistencial, promovido pela construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da PNAS de 2004, é que a família passa a ser tomada como sujeito de direitos, como unidade relacional-afetiva-educativa-formativa e, portanto, como elemento central da proteção social. No entanto, tal centralidade, apesar de representar certo avanço na política de assistência social, deve ser compreendida com um pouco de cuidado, pois se insere no bojo das relações sociais de produção, as quais são essencialmente contraditórias e delimitam os alcances da política social no capitalismo. Nesse sentido, estabelecer a "matricialidade sociofamiliar" como eixo estruturante da política pública de assistência social implica, ambiguamente, na efetivação de direitos da família como destinatária dos programas, serviços, benefícios e da proteção social como um todo, mas também em sua coresponsabilização como "parceira" do Estado no cumprimento de funções estatais de garantia do bem-estar social. Apesar de, em decorrência das transformações na política de assistência social no Brasil, a família ter passado, pelo menos em tese, de mero objeto ("alvo") dessas políticas, a sujeito ("protagonista") de sua execução, há que se perguntar se, diante do contexto de precarização das condições de reprodução material e social dos indivíduos e dos diversos processos de exclusão e vulnerabilização em curso na sociedade capitalista, a família encontra-se em condições efetivas de exercer tal protagonismo, e, ainda, se, ao exercê-lo, não toma para si as responsabilidades do próprio Estado; por outro, eximir-se de tal papel também retira da família sua condição de sujeito de direitos. Em vista disso, é premente que também se questione a concepção relativa ao trabalho psicossocial com famílias, para que este não se constitua como prática de controle e/ou de culpabilização familiar, não se assumindo como práxis mediadora entre a família e as políticas de assistência social. Partindo-se dessas inquietações, coloca-se em xeque, aqui, portanto, a centralidade da família na política de assistência social e pauta-se a necessidade de uma apreensão crítica do psicólogo sobre essa centralidade e sobre sua intervenção em relação a ela. Em seu trabalho junto às famílias e às políticas sociais, de forma geral, é imprescindível ao profissional de Psicologia o conhecimento crítico sobre a realidade social e o reconhecimento de suas contradições e das possibilidades de sua transformação. É, pois, esse re/conhecimento, mediado pelo método materialista histórico dialético, que o instrumentaliza em suas intervenções junto às famílias e outros grupos sociais; intervenções essas que deverão ultrapassar as fronteiras da garantia de direitos, e fomentar participação e fortalecimento das famílias e dos grupos junto aos órgãos e instancias de controle social, aos movimentos populares e espaços sociais e comunitários, em direção à promoção da vida. O compromisso social da Psicologia é, pois, um compromisso ético-político com a promoção da vida, atrelada à transformação das condições materiais de existência que promovem a exclusão e a produção/reprodução das desigualdades sociais, das violações de direitos e da violência. Tal compromisso implica, portanto, em uma atuação profissional fundada em uma crítica social permanente e em uma crítica imanente do próprio "fazer psi", que deve estar respaldado em um outro projeto societário.

Psicologia Social e Rede Socioassistencial: Uma realidade possível?

Laiana Gonçalves Sabioni (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora), **Lara Brum de Calais** (Universidade Federal de Juiz de Fora), **Juliana Ferreira Barreto Seno** (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora), **Jéssica Cunha de Mattos** (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora), **Daniela Almeida Brum** (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora)

O papel da Assistência Social no Brasil passa por profundas transformações ao longo dos anos; especialmente com a entrada da Psicologia nesse campo. A Assistência em nosso país nasce vinculada a práticas filantrópicas e ações beneficentes oferecidas a princípio por instituições religiosas. A elaboração da Constituição Federal de 88 marca uma mudança fundamental em nossa sociedade; a compreensão da Assistência como um dever do Estado e direito dos cidadãos. A carta magna lança as bases para a posterior elaboração da Política Nacional de Assistência Social- PNAS e a criação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS como ferramenta para execução das políticas assistenciais, demonstrando a superação do paradigma que colocava a assistência exclusivamente ligada a ações de caridade. O sistema SUAS organiza as políticas de assistência à população brasileira, concentrando as ações e otimizando a atenção e cuidado às demandas, principalmente no que concerne às vulnerabilidades sociais existentes. No sistema estão inseridos os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS. O processo de mudança, ainda que vagaroso, visto que a promulgação da PNAS ocorre apenas em 2004, altera o entendimento sobre a Assistência e, consequentemente, nas ações que a orientam. Diante disso abre-se campo para uma atuação diferenciada do/a psicólogo/a em acordo com esses novos parâmetros. No entanto, a história da Psicologia é marcada por seu caráter elitista e individualizado, o que conflita com a nova proposta pensada para atuação social. Observa-se, portanto, a necessidade da constante reflexão da Psicologia na prática social a fim de se readequar ao modelo proposto pela PNAS. Diante do impasse surge a questão, como a Psicologia poderá redefinir seu papel na Assistência Social? Neste novo contexto a Psicologia Social se apresenta como um caminho que se alinha a noção de construção social e participação ativa na sociedade. A percepção da Assistência pautada pela Psicologia Social prevê a atuação dos profissionais junto a situações de vulnerabilidade, prevenindo, empoderando e construindo com a comunidade possibilidades de enfrentamento e de garantia de direitos. A partir desse entendimento, o presente trabalho tem como objetivo investigar a atuação dos/as psicólogos/as inseridos no Sistema Único de Assistência Social e a presença da perspectiva da psicologia social em suas intervenções. Como objetivos secundários pretende-se verificar quais pontos de encontro e/ou divergência no discurso dos servidores públicos e contratados, bem como avaliar se o tempo de serviço relaciona-se com as variáreis em estudo. Assim, o eixo "Assistência Social, vulnerabilidades e violências" é o que faz uma interlocução com a proposta do trabalho, já que discute as práticas e ações desenvolvidas na Assistência e como tais ações se relacionam com os direitos humanos. O grupo de trabalho 1 "A Inserção da Psicologia na política pública de Assistência Social: desafios, dificuldades e práticas" é aquele que irá acolher a presente proposta, pois tem o objetivo de trocar experiências acerca da atuação profissional. Neste estudo buscou-se avaliar como a Psicologia Social crítica é usada para referenciar a atuação dos psicólogos nos CRAS e CREAS, bem como apontar os desafios e possibilidades nesta prática, dando voz aqueles que trabalham na rede sociassistencial; assim percebe-se a aproximação com as discussões do referido grupo de trabalho. Para o desenvolvimento desta pesquisa de base exploratória e qualitativa, será utilizada como ferramenta para levantamento de informações, a entrevista semi-estruturada, realizada com os/as psicólogos/as pertencentes ao quadro de funcionários dos CRAS e CREAS, com no mínimo 6 meses de experiência de trabalho na rede sócio-assistencial, do município de Juiz de Fora-MG.O tratamento dos dados será feito de acordo com a análise do Discurso de Michel Foucault. Neste sentido, o trabalho traz produtos importantes para a problematização da categoria profissional no contexto da assistência, tendo em vista o apontamento dos profissionais sobre a "falta" de referencial teórico e metodológico que sustente as ações no SUAS. Percebe-se que há ainda uma "adaptação" teórica, muitas vezes não sendo a Psicologia Social reconhecida como teoria de base para as ações no âmbito da assistência. Outro ponto encontrado é a possibilidade de ampliação da compreensão acerca das vulnerabilidades sociais que compõem a realidade a partir dos referenciais da Psicologia Social, viabilizando a consolidação de uma perspectiva que considere os marcadores sociais que constituem o sujeito alvo das políticas sociais. Diante dos resultados cabe refletir quais caminhos possíveis para a Psicologia Social na Rede de Assistência; buscando aproximar essa atuação de uma prática libertadora, que vise superar a manutenção do lugar social da população, fortalecendo-a. Assim, o presente trabalho contribui para repensar a atuação profissional, entendendo que a intervenção deve possuir um caráter ideológico capaz de romper com o ciclo da pobreza e contribuir para a emancipação social, o que é alcançado com o embasamento teórico da Psicologia Social.

Psicologia, Políticas Públicas e Poder Judiciário

Renata Fischer da Silveira Kroeff (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), **Mariana Allgayer** (Universidade do Rio Grande do Sul), **Bruna Osório Pizarro** (Conselho Regional de Psicologia do RS), **André Luis Leite** (Conselho Regional de Psicologia do RS)

A expansão dos serviços vinculados a Política Nacional de Assistência Social - PNAS aumentou significativamente os postos de trabalho para psicólogos junto ao poder executivo municipal. Da mesma forma que a criação de linhas de financiamento federal e estadual para implantação de novas equipes de atenção básica em saúde fez crescer o número de psicólogos e psicólogas atuando no SUS em prefeituras de pequenos municípios no estado do Rio Grande do Sul - RS. Essa expansão, levou a intensificação das demandas oriundas do Sistema de Justiça a categoria. Visando com compreender as relações da psicologia com a justiça nas políticas de saúde e assistência social, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) realizou, no período entre janeiro e julho de 2015, uma consulta pública aos psicólogos do estado via questionário on-line e um ciclo de encontros temáticos do Projeto Conversando sobre o SUAS.

Este trabalho objetiva apresentar os resultados desta investigação.

O questionário, composto por 10 questões, foi disponibilizado por um período de 60 dias no site do CRPRS. O mesmo continha uma questão aberta para relato de situações vivenciadas no contexto da execução da demanda da justiça. E questões fechadas, sendo sobre aspectos estruturais do trabalho do psicólogo e as características da demanda recebida. A consulta on-line teve 100 respondentes. Dentre eles 62 trabalham no SUAS e 38 no SUS; 84 são funcionários públicos efetivos e 54 tem regime contratual de 40 horas. No que se refere a caracterização da demanda recebida, o principal demandante é o Ministério Público e o serviço mais demandado o Centro de Referência de Assistência Social. O prazo para elaboração de laudos é de 10 a 15 dias; quando se tratam de pedidos de pareceres entre 6 e 15 dias. Mais de 40% das pessoas que responderam a consulta indicaram que, junto às solicitações, eram explicitadas as consequências caso não houvesse cumprimento da solicitação. As respostas a questão aberta do formulário foram agrupadas nas seguintes temáticas: sobrecarga de trabalho; queixas em relação à segurança pessoal dos psicólogos; dificuldade com os prazos estabelecidos pelas demandas do Judiciário; dificuldade em lidar com pedidos de acompanhamentos psicológicos em serviços que não possuem tal atribuição (CRAS, CREAS); queixa de pouco referencial técnico elaborado pelo Conselho e de falta de instrumentos psicológicos para realizar os pedidos; dificuldade em ter posicionamentos técnicos da área da psicologia respeitados pelo Judiciário; dificuldade em garantir a manutenção do sigilo das informações prestadas devido à existência de grande quantidade de pessoas intermediando a relação do psicólogo com o solicitante do poder judiciário.

O Ciclo Temático do Conversando sobre o SUAS utiliza a metodologia de rodas de conversa e orientações do Sistema Conselhos para atuação dos Psicólogos no SUAS. O encontro é aberto a todos os profissionais que trabalham na PNAS. No ciclo em questão participaram 62 pessoas, entre psicólogos, assistentes sociais, advogados e profissionais de nível médio em sete rodas de conversa na capital e interior do RS. A atividade teve duração média de duas horas e o registro foi feito através de relato descritivo. O material oriundo do Ciclo Temático do Conversando sobre o SUAS mostrou-se muito semelhante ao da consulta on line.

Nas orientações a categoria, referentes às demandas da justiça, se problematizou quatro planos de avaliação sendo eles: o administrativo; o ético, o técnico e o político. No administrativo, é preciso atentar para a existência de instrumental e condições adequadas para realização dos

procedimentos necessários. Nos aspectos técnicos, destaca-se que é de extrema relevância que o/a profissional ao decidir atender a uma demanda da justiça, avalie o quanto ele/a está preparado/a teórica e tecnicamente para realizar a tarefa. No plano ético, ressalta-se a avaliação de quais serão as consequências que atender à demanda trará para a relação estabelecida com o/a usuário/a e também na relação deste com a entidade que está me fazendo a solicitação. No plano político podemos ressaltar a avaliação da atuação do profissional na política pública, avaliando se a demanda requerida condiz com as práticas e objetivos da política pública no qual está atuando.

A construção desta interface entre políticas públicas e o sistema de justiça tem reverberado no Sistema Conselhos de Psicologia, que reforçar a atuação ética dos psicólogos, mas que igualmente problematiza as demandas que extrapolam as atribuições dos psicólogos nas políticas públicas. Já o Conselho Nacional de Justiça publicou o Provimento nº 36 de 2014, onde determina a estruturação de equipes multidisciplinares nas varas de infância e juventude, reconhecendo a necessidade de equipes no judiciário. Conhecer e caracterizar a forma como o trabalho nesta interface tem se constituído é fundamental para a estruturação de uma relação na qual os/as psicólogos/as, reconhecem no Poder Judiciário um aliado em potencial na garantia de direitos a população atendida.

Relato da experiência de estágio na Casa de Acolhimento - Abrigo Residencial Sabiá 7: Destinos de Crianças

Eduardo Lewgoy Iochpe (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O trabalho fala sobre minha experiência na Casa de Acolhimento, abrigo para crianças e adolescentes, como estagiário de Ênfase de Políticas Públicas e Psicologia Social da UFRGS. Tal serviço recebe crianças e adolescentes de toda Porto Alegre, funcionando como uma espécie de casa de passagem. Como instrumento de trabalho se utiliza da elaboração de um PIAI (Plano Individual de Antendimento de Ingresso) para investigar e acompanhar os processos que levaram tal criança ou grupo familiar ao acolhimento institucional, assim como se acompanha os primeiros passos da criança no acolhimento. Tal instrumento já foi chamado de Memorial de Acolhimento, sendo feito na lógica de uma memória institucional, algo que marca a instituição e a história das crianças que por ali passam. Mas, como memórias, podem ser revisitadas, acrescentadas e modificadas. A ideia e a lógica do memorial é de ser um instrumento fluido, que possa acompanhar processos e devolva ao sujeito seu lugar de enunciação. A travessia feita de memorial para PIA de Ingresso deveu se a exigência legal relativa a esse documento, mas também constituiu-se em maneira de humanizar os relatos que vão ao judiciário, tornando o discurso desse documento algo mais fluido, e apostando nas potencialidades das famílias e crianças acolhidas. Relato um caso que tive a oportunidade de acompanhar durante meu período no abrigo. Trata-se de um bebê que chega aos 2 anos no acolhimento, oriundo de uma disputa familiar(família biológica e família socio-afetiva No trabalho relato os instrumentos que utilizei e as entrevistas que realizei com ambas as famílias, assim como minha observação e interação com a criança em questão. A confecção de um Plano de Atendimento Individual de Ingresso tornou-se matéria bastante angustiante para mim, estagiário do local já a um ano. Tomado pela briga familiar e por meu papel como "técnico do caso" procuro levantar questões a respeito do papel do profissional psi que atua em transversalidade com a judicialização. Problematizo os lugares que podemos ocupar dentro de um serviço de alta complexidade de assistência social e trago meus afetos e angústias que foram aparecendo com o decorrer do acompanhamento da criança. Problematizo os processos de judicialização da vida que ocorre em tais espaços e na rede sócioassistencial. Tento discutir a respeito da rede sócio-assistencial e dos papeis que essa pode assumir em relação aos sujeitos que a utilizam. A partir dos afetos que vivenciei no andamento do caso: realizando entrevistas, acompanhando visitas das famílias ao abrigo, conversando com a criança, realizando combinações e refletindo em equipe sobre o caso e as indicações que seriam tomadas; proponho uma reflexão sobre o papel da psicologia dentro dessas instituições. Problematizo os lugares que, como psicólogos e psicólogas, podemos ocupar dentro de um serviço da alta complexidade. As dificuldades de realizar um trabalho que objetive a garantia dos direitos das crianças e adolescentes com quem trabalhei são colocadas perante a violência estrutural e as violações de direito diárias com que a população em vulnerabilidade social tem que conviver. Enfim, proponho um modelo de PIA de Ingresso que efetuei com o objetivo de garantir o acesso aos direitos da criança em questão de uma forma mais humanizadora e menos judicializante.

Relato de Experiência - Encaminhamento Implicado e Atendimento Compartilhado

Anete Regina da Cunha (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Luis Artur Costa** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O presente trabalho se propõe a problematizar uma das práticas comuns na política pública de assistência social, e que diz respeito ao encaminhamento dos casos das famílias atendidas de um serviço ao outro, e relatar uma experiência de trabalho num CREAS, numa cidade da região metropolitana de Porto Alegre/RS.

A partir do SUAS em 2004, os municípios brasileiros passaram a implantar uma série de serviços de assistência social, sejam eles, proteção social básica, ou proteção social especial (de média complexidade ou de alta complexidade).

O CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, serviço da proteção social básica, é uma unidade pública e estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial das famílias nos territórios.

O CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, serviço da proteção social especial de média complexidade, se constitui como um serviço de proteção social especial de média complexidade, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, trabalho infantil, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto para jovens em conflito com a lei, idosos e pessoas com deficiência vítimas de violência, etc.) Estes dois serviços funcionam como referência e contra-referência para o atendimento das famílias em situação de risco e vulnerabilidade que são alvo da política.

Especificamente falando da experiência de trabalho no município de NH/RS, cabe relatar que a forma de chegada aos serviços da assistência social acontece de maneira diferente para CRAS e para CREAS.

Os seis CRAS existentes no município atendem a demanda espontânea da comunidade, encaminhamentos dos demais serviços da Rede de atendimento socioassistencial e intersetorial, e também do sistema de garantia de direitos, além de realizar a busca ativa. Já o único CREAS do município atende somente casos encaminhados, seja pelo conselho tutelar, pelos serviços da rede de atendimento socioassistencial e da rede intersetorial, e também encaminhados pelo sistema de garantia de direitos.

Durante muito tempo os casos chegavam ao CREAS através de um documento padrão de encaminhamento. Contudo, a coordenação e a equipe passaram a questionar esta forma de encaminhamento, pois aquela "folha de papel" não conseguia traduzir a complexidade do caso, a urgência, os detalhes daquilo que já foi realizado, do que já foi combinado com a família encaminhada, entre outros aspectos.

Elaboramos então o que denominamos de "encaminhamento implicado" e "atendimento compartilhado."

O encaminhamento implicado pode ser definido como um espaço semanal, ou seja, duas horas na segunda-feira a tarde, onde em vez de recebermos os casos na "folha de papel", recebemos (por agendamento) os colegas técnicos/educadores/atores das Redes socioassistencial e intersetorial (educação, saúde,..), assim como o conselho tutelar, para discutir em conjunto a situação encaminhada. Esta proposta pode ser entendida como uma espécie de matriciamento, se formos fazer um paralelo com o SUS.

Tal espaço de discussão, cabe ressaltar, não tem por objetivo destroçar, expor, ou invadir a história familiar do caso encaminhado. Nosso objetivo, ao contrário, é preservar ao máximo a autonomia de cada família, problematizando e discutindo com os serviços das Redes o sentido do encaminhamento ao CREAS, e definindo um atendimento compartilhado, onde pensamos o que cada ator desta rede pode fazer e se responsabilizar nestes espaços onde inevitavelmente a família circula (CRAS, CT, escola, associação do bairro, CREAS, CAPS, etc). A ideia é complexificar e flexibilizar a rede entre serviços e família atendida, com base nas contribuições de Bruno Latour sobre a teoria do ator-rede.

Também não tem por objetivo uma reunião para culpabilizar a família pelas dificuldades apresentadas naquele momento, mas tentar criar efetivamente uma Rede de apoio, respeitando inclusive quando a família demanda continuar sendo atendida no CRAS e não ser "repassada" ao CREAS.

A assistência social é um grande campo problemático, de construções e desconstruções, e esta questão do encaminhamento é algo importante a ser pensado pelas equipes.

A divisão da política de assistência social entre as complexidades, referenciando os atendimentos a CRAS ou CREAS, divide também os indivíduos e famílias, operando ainda numa lógica das práticas divisoras. As famílias circulam pela rede de atendimento, pelos serviços da assistência social e de outras políticas públicas, contudo têm muito pouco de suas demandas realmente atendidas.

A ideia do "encaminhamento implicado" e do "atendimento compartilhado", busca também interferir nessa lógica divisora, nessa lógica de circulação sem chegar a lugar algum. Buscamos a construção de uma rede socioasssistencial e intersetorial ampliada, menos invasiva, e mais efetiva e resolutiva no enfrentamento das mazelas de uma população que vive a história de séculos de exploração e de negação de direitos, desejamos uma rede mais potencializadora de vidas.

Sala de Espera: uma ferramenta possível de Educação em Saúde

Alyssa Fazza Barreto (Centro de ensino superior Juiz de Fora), **Lara Brum de Calais** (Universidade Federal de Juiz de Fora)

A discussão acerca da saúde da população e qualidade de vida é impossível ser realizada sem articular à compreensão de prevenção e promoção da saúde. Existe hoje no Brasil um conjunto de ações que constam na Política Nacional de Promoção da Saúde, tendo como objetivo geral promover a qualidade de vida e reduzir riscos e vulnerabilidades. Esse entendimento está relacionado a uma ótica integral de saúde, ou seja, modos de viver, condições de trabalho, habitação, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais, entre outros. Por permear tal discussão, o trabalho em questão se localiza no Eixo Temático "Políticas Públicas e Saúde Coletiva", corroborando a relevância de ações que articulem a psicologia e, mais propriamente a psicologia social, com intervenções em saúde. Neste sentido, o presente estudo traz uma discussão a partir de intervenções realizadas em uma prática de estágio em Psicologia da Social e da Saúde realizada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Juiz de Fora/MG. Inserindo-se na lógica da Atenção Primária à Saúde preconizada pelo SUS, foi notado que o modelo biomédico ainda é predominante na assistência a saúde, sendo que a visita ao consultório é muito valorizada e, os cuidados preventivos de hábitos cotidianos, muitas vezes, não são praticados. Os usuários, em sua maioria, não compreendem a saúde de uma forma holística, que consiste na promoção da saúde, prevenção de doenças e controle sobre os fatores de risco. Percebe-se que a responsabilidade sobre a saúde é, muitas vezes, delegada à figura do médico, sendo que todo o processo de saúde-doença está além dos consultórios. Diante da realidade observada na unidade em questão, foi constatada a necessidade de um cuidado mais próximo dos usuários do sistema de saúde e, neste sentido, a sala de espera aparece como uma ferramenta estratégica de aproximação e compreensão das demandas locais junto ao público atendido. Tal intervenção é realizada enquanto os usuários aguardam pela consulta médica, realização de exames e/ou outras ações técnicas de saúde oferecidas pelo serviço, sem a necessidade de ser um grupo coeso, mas com a característica de potencializar a educação em saúde. As atividades de sala de espera foram pensadas de forma que houvesse uma participação efetiva dos usuários, que em sua maior parte são moradores do mesmo bairro que a unidade atende. O público é bastante variado no que diz respeito a idade, sexo, raça, classe econômica, levando a diversidade de concepções e crenças sobre a discussão. Para o desenvolvimento da intervenção, em um primeiro momento foi realizada a exposição sobre informações da Política Nacional de Promoção da Saúde, como objetivos e ações, situando as pessoas ali presentes sobre qual seria o encaminhamento do diálogo, realizando em seguida, uma dinâmica a fim de incitar a reflexão sobre o tema apresentado. Na Política Nacional, a alimentação saudável, a prática de exercícios físicos, a prevenção e o controle do tabagismo, a prevenção da violência e o estímulo a uma cultura de paz, entre outros hábitos cotidianos, estão no plano de ação para promoção da saúde e controle sobre os fatores de risco que aumentam a chance do adoecimento. Após a apresentação da Política de Promoção da saúde os usuários são convidados a participar de uma dinâmica que tem como objetivo debater de forma reflexiva o que foi passado anteriormente. Nesta dinâmica, são distribuídas tiras de papel com ações e hábitos cotidianos que podem (ou não) atuar como um fator de risco (tabagismo, alimentação, exposição ao sol, consumo de álcool, prática de exercício físico, exame e acompanhamento médico, nível de estresse, ambiente de trabalho). Em seguida, fomenta-se a reflexão crítica sobre esses hábitos e classificando-os como "controláveis" ou "não controláveis". Tal ação, para além do fértil compartilhamento de experiências, traz a possibilidade de um trabalho efetivo de educação para a saúde, viabilizando um espaço (antes ocioso) para levantamento de questões, dúvidas e até mesmo de posicionamentos mais ativos com relação às práticas de saúde. A dinâmica além de possibilitar um diálogo aberto com os usuários pôde oferecer dados quantitativos sobre os hábitos que se apresentam em maior número classificados como "não controlo". Os resultados obtidos se tornam úteis na elaboração de estratégias a fim de ampliar o atendimento à população direcionando ações preventivas baseadas das necessidades apresentadas pelo público que utiliza a unidade. Neste sentido, aponta-se a possibilidade de contribuição do saber da psicologia, baseada em uma perspectiva coletiva da saúde, na condução de uma atividade no âmbito da atenção primária que ultrapasse o tecnicismo das ações e se comprometa com a reflexão crítica e conscientização social.

Serviço de acolhimento em família acolhedora: Quais as reais possibilidades de reintegração em família de origem?

Karina Garcia Mollo (Universidade Metodista de Piracicaba), **Natália Capristo Navarro** (Universidade Metodista de Piracicaba), **Luzia Camacho Hassegawa** (Universidade Metodista de Piracicaba)

No intuito de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos e proteger crianças/adolescentes em situações de violação de direitos, como: violência física, psicológica, abuso sexual, abandono ou negligência cometido por pais ou responsáveis, implantou-se pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), no município de Piracicaba, em outubro de 2013, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Essa forma de acolhimento que prioriza o vínculo familiar e comunitário é uma medida de proteção judicial de caráter provisório e excepcional. Para implantar o Serviço de Acolhimento formalizou-se parceria com a Universidade Metodista de Piracicaba por meio de Projeto de Extensão do Curso de Psicologia que contribuiu na definição de metodologia e supervisão do trabalho desenvolvido junto à equipe do projeto. O Serviço tem como finalidade a não institucionalização e/ou desinstitucionalização, o acompanhamento individualizado e a proteção dos vínculos familiares e comunitários, promovendo o desenvolvimento integral das crianças/adolescentes afastados de suas famílias de origem. Com a pesquisa, objetivou-se entender quem são essas famílias, sua composição, perfil socioeconômico, condições de vulnerabilidade e risco social, o histórico da família na política pública socioassistencial, sua representação social acerca do papel da família na sociedade, assim como verificar se houve condições objetivas e subjetivas de reintegração em família de origem. Investigaram-se onze casos de forma estreita e sistemática, através da observação participante. O acompanhamento do processo de acolhimento em família acolhedora se deu por meio de acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas técnicas do projeto e a observação aconteceu em atendimentos às crianças, famílias de origem e acolhedoras, atendimentos no Fórum, visita monitorada da família de origem às crianças, visitas domiciliares às famílias acolhedoras e de origem, capacitação das novas famílias acolhedoras e reuniões para discussões de casos junto a rede socioassistencial, em que estavam presentes técnicos dos serviços: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Programa de Saúde da Família (PSF), Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Procuradoria Jurídica, Juizado da Vara da Infância e Juventude e Serviços de Acolhimento Institucional. Trabalhou-se com a metodologia qualitativa, em que as observações foram registradas em diários de campo, o que possibilitou a construção de um quadro de sistematização de dados, genogramas e a realização de entrevistas semiestruturadas com famílias de origem. Além do acompanhamento direto dos casos, o estudo sobre a política pública de Assistência Social também foi importante para que houvesse a reflexão crítica em relação a pesquisa. No processo de acompanhamento dos casos constatou-se três casos de reintegração em família extensa, dos quais dois estão sendo pleiteadas as guardas definitivas. Nesses casos, estabeleceu-se uma relação entre as famílias extensas e famílias acolhedoras que possibilitou a permanência do vínculo afetivo que foi construído entre a criança e a família que a acolheu. Quanto ao outro caso, a família de origem não conseguiu admitir a violação de direitos, o que impossibilita as mudanças necessárias para que haja o retorno da criança ao seio familiar. Há dois casos de integração em família substituta que ainda estão andamento. Em um dos casos, a adoção foi possibilitada devido ao acolhimento em família acolhedora, visto que era uma adoção tardia e a família substituta faz parte indiretamente das relações sociais da família acolhedora. No outro caso, apesar de uma adoção igualmente tardia, a família substituta estava na fila de adoção há três anos. Houve um abrigamento institucional devido a dificuldades da família acolhedora em suprir as necessidades da criança. Há três casos complexos em andamento e sem perspectiva de resolução a curto prazo. No entanto, ocorreu apenas uma reintegração em família de origem. Apesar de serem investidos esforços da rede socioassistencial para que os casos se encaminhem para a reintegração em família de origem, dando suporte para que as mesmas resgatem as funções basilares de cuidado e proteção, visando garantir o direito de conviver com a família de origem, durante o processo foi observado que as famílias nucleares encontram-se com dificuldades de adquirir condições subjetivas e objetivas para reaver o poder familiar. Deve-se reconhecer que o Projeto de Acolhimento em Família Acolhedora de Piracicaba garante a convivência familiar e comunitária, quebrando a dinâmica de institucionalização fazendo com que essas crianças não sejam revitimizadas. Isso garante o desenvolvimento da criança/adolescente, que mesmo encaminhada à família substituta, tem a possibilidade de uma fácil colocação, visto que a processo se torna mais rápido. Portanto, o resultado não mostra deficiência no Serviço, mas mostra que existem particularidades em cada caso e dinâmicas familiares diversas.

Tensiones y límites en la práctica de profesionales psicólogos de la división territorial em Uruguay

Luna Cassel Trott (Universidade Federal de Santa Catarina), **María Inés Maquieira Garcia** (UDELAR - Universidad De La Republica)

En Uruguay, la presencia de los psicólogos en las políticas públicas sociales no es un tema exclusivo del presente. Desde su principio estuvo vinculada a las prácticas del Estado caracterizadas por el bien estar social. En 2005, con la llegada de un nuevo gobierno al poder fueron elaborados y ejecutados nuevos programas sociales a partir de la creación del Ministerio del Desarrollo Social. En este escenario, el Psicólogo ocupa espacios dentro de las políticas públicas, tanto en las directorias como en la ejecución de las nuevas políticas. La experiencia de otros países demuestra que estas prácticas muchas veces se cargan de determinadas tensiones que tienen que ver tanto con las orientaciones de las políticas cuanto con el encuentro entre la teoría y estas prácticas. Dentro de este marco, nuestra investigación tiene como objetivo conocer cuáles son las tensiones y límites que los psicólogos trabajadores en políticas sociales de los programas de la división territorial identifican en su práctica profesional. Para la realización de este trabajo fueron realizadas 4 entrevistas a Psicólogos trabajadores en las políticas territoriales del estado uruguayo dentro del MIDES. Para el análisis de los datos nos servimos de las herramientas de la Teoría Fundamentada, que se caracteriza por desarrollar una teoría a partir de informaciones que son sistemáticamente recogidas y luego analizadas (Vasilachis, 2006). A partir de la creación de la categoría central llamada Tensiones y Límites, en la cual se basa la investigación, pudimos organizar los datos en subcategorías, las cuales son: A nivel institucional, a nivel de la ejecución, a nivel de los saberes y a nivel de lo personal. Algunos de los aspectos identificados como tensiones o límites en el quehacer de los profesionales psicólogos fueron: La desprotección laboral de los profesionales en relación a otras áreas en que el profesional psicólogo tradicionalmente ocupó como una de las especializaciones escritas en la división socio-técnica del trabajo; Los recursos disponibles para los programas; Dificultades en las practicas relacionadas con el diseño de la estrategia de la política de asistencia social, como la ambiciosidad del plan, donde se planifican muchas cosas que en la práctica no son alcanzables o no se logran materializar; la precarización del servicio, visto que la demanda se visibiliza más y el número de profesionales no acompaña el crecimiento de la demanda; la ausencia de temas relacionados en sus formaciones académicas; la burocratización de los servicios en relación a las redes interinstitucionales; la afectación personal en relación a los vínculos de afecto y cuidado con las familias y otros. Los datos obtenidos con las entrevistas a los psicólogos nos dan insumos para comprender un poco más sobre su actuación actual y problematizar-la, su diseño, su ejecución y el propio lugar del psicólogo en este sector. Se nota que las problemáticas en relación a las políticas públicas y a la práctica del psicólogo en este sector presentan similitudes entre países de Latinoamérica, lo que puede generar intercambios importantes entre ellos. Por otro lado, a nivel local identificamos el desafío de la producción académica y sistematización de experiencias para legitimar el espacio de las políticas públicas en el Uruguay, ya que la ocupación en estos puestos implica en paralelo, al surgimiento también de nuevas preguntas y nuevas formulaciones teóricas que apoyen esta inserción. Entre ellos destacamos la cuestión del Estado ultrapasar la atención a las políticas focalizadas, para el desarrollo de políticas universales que puedan realmente dar condiciones de real inclusión social y garantía de derechos. En este sentido, la Psicología demuestra ser importante actor histórico y movilizador para el desarrollo de las políticas sociales del país y puede aportar desde su especificidad técnica para la promoción de la vida, lo que no es un desafío sencillo ni fácil.

Violência de Gênero e Saúde Mental: desafios e estratégias de interseção

Cristhian Higor de Paula Costa (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

O presente trabalho teve como objetivo investigar como se organizam as políticas públicas para mulheres em situação de violência de gênero com interseções envolvendo saúde mental, em um centro de apoio à mulher em situação de violência de gênero. Este estudo se justifica pela necessidade de discutir a relação entre as temáticas violência de gênero e saúde mental, pouco presente nos estudos acadêmicos e nas respectivas redes de atuação profissional. A distinção entre violência de gênero e violência contra a mulher se instaura, entre outras coisas, quando homens, que não se encaixam no padrão estabelecido pela norma de gênero, também sofrem violência física e psicológica por não apresentarem comportamentos relacionados à virilidade, provimento da casa e afins. Portanto, este estudo leva em consideração o conceito violência de gênero, uma vez que discute o fenômeno de modo relacional, considerando gênero como categoria de análise decisiva para a compreensão da questão. Também por isso, as mulheres em situação de violência não são tratadas aqui apenas como vítimas e, sim, como sujeito em situação de violência, uma vez que tal nomenclatura exprime o caráter relacional e normativo presente na continuidade e perpetuação da norma de gênero. A própria relação estabelecida entre a normativa de gênero e o adoecimento de mulheres já aponta para a necessidade de estudos históricos e a criação de planejamentos para lidar com a questão. O campo da saúde mental no Brasil, diante dos avanços obtidos a partir da reforma psiquiátrica, se articula de modo territorializado, atribuindo força ao contexto familiar e às relações sociais do portador de sofrimento mental. O sofrimento mental passa assim a ser entendido de forma mais ampla, não apenas como meio de categorização, mas também como experiência subjetiva, resultado de vivências e marcas do sujeito. Assim, abre-se espaço para análises mais complexas acerca do adoecimento e das estratégias adotadas para um tratamento saudável. Outras questões passam a permear a discussão, ainda que de forma incipiente, como por exemplo, a questão de gênero, emergindo de modo relacional. A discussão precisa, então, ser complementada a partir da realidade, utilizando como norteador dados referentes a mulheres que apresentam quadros de sofrimento mental e se encontram em situação de violência, ainda que este número não esteja categorizado atualmente. Os profissionais nesses contextos, que atuam de forma direta com os casos, precisam adotar estratégias que não constam, de forma literal, em manuais ou planejamentos, o que os coloca à margem de decisões possíveis, sem que haja uma articulação previamente constituída. Para identificar quais são essas estratégias, foram utilizadas como metodologia a análise documental de cinco fichas de atendimento de um Centro de Apoio à Mulher, referência em atendimento a mulheres em situação de violência em Belo Horizonte e componente da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Minas Gerais, além de um grupo focal formado pelas técnicas deste serviço (psicólogas e assistentes sociais), complementados por uma entrevista com a gestora do equipamento, uma vez que sua participação é por vezes decisiva no direcionamento dos casos, a partir de encaminhamentos. A pesquisa está em fase de análise dos dados coletados, a partir da metodologia de análise de conteúdo, correlacionando-a com os pressupostos teóricos da Psicologia Social e as Políticas Públicas vigentes no que se refere ao enfrentamento à violência de gênero, bem como ao campo da saúde mental no Brasil.

Viver É Melhor Que Sonhar - Percepções de Extensionistas do Curso De Psicologia Da UFC– Campus Sobral.

Juliana Maria do Nascimento Mota (Universidade Federal do Ceará), **Francisca Denise Silva do Nascimento** (Universidade Federal do Ceará)

O presente trabalho condensa as interpretações que os extensionistas do Laboratório LAEDES (Laboratório de Estudos das Desigualdades) tiveram em suas ações práticas nos semestres ano de 2014.1 e 2015.1, nas instituições SESI com o projeto do Pronatec e SESC com o projeto PréVest, na cidade de Sobral-CE. O LAEDES é um projeto de extensão da UFC, Campus Sobral, composto por estudantes dos cursos de Psicologia, Economia e Odontologia, trabalhando em contato direto com pessoas em situação de vulnerabilidade social e desigualdades. Entendemos nesses casos, quando o sujeito precisa estar em programas de auxílio do estado ou de instituições privadas, como uma face da desigualdade. As ações do Laedes são ministradas com apresentações de vídeos. Em seguida, seguem-se os debates, focando em levar o público (tanto do SESI quanto do SESC) a refletir sobre sua condição socioeconômica e seus projetos de vida com relação ao mercado de trabalho. Esse trabalho traz um apanhado das percepções dos extensionistas, tanto sobre as ações do referido laboratório quanto dos projetos das instituições parceiras.

Programas sociais e assistencialistas à comunidade pobre brasileira não são praticas recentes, inovadoras são as configurações com que se inserem no cotidiano dessas pessoas. Se antes o auxílio era de importância financeira, agora os programas também objetivam educar seus usuários, para que eles possam ingressar no mercado de trabalho, e níveis superiores de educação. Como afirma Silva (2010) "[...] no desenvolvimento da política social brasileira tem-se um conjunto amplo e variado, mas descontinuo e insuficiente, de programas sociais direcionados para segmentos empobrecidos da população. Essas medidas de intervenção não são configuradas como estratégias de caráter global para enfretamento no país (DRAIBE, 1995), embora esse quadro venha se modificando a partir, sobretudo, dos anos 2000. Nesse sentido, a Política no Brasil tem assumido uma perspectiva marginal e assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas [...] (SILVA, 2010)".

As percepções dos extensionistas apontaram que os projetos parecem ser elaborados sem um diálogo ou uma pesquisa que conheça o olhar do grupo almejado. Programar um projeto com intenções de apenas incluir sujeitos em segmentos de mercado não resulta necessariamente em melhorias na qualidade de vida da população. O que se assemelha a ideia de Castel (1999, apud SILVA, 2010) de "políticas de inserção, que limitam sua atuação sobre os efeitos do disfuncionamento social, sem considerar as determinações estruturais geradores de pobreza". Nas ações observamos que as falas dos participantes tinham algo intrigante: Percebemos uma diferença entre os objetivos dos programas disponibilizados e os objetivos dos usuários. Diversas razões justificavam a presença do estudante nos projetos, mas havia uma ausência de envolvimento com o curso.

Sobre os projetos observados, um dos objetivos do Pronatec é de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. No que se refere ao SESC Pré-Vest a meta é estimular as pessoas ao ingresso no ensino superior. Eles são gratuitos, apenas o Pronatec tem transferência de renda para os participantes.

Não estamos sinalizando que estes projetos não têm relevância para os grupos trabalhados ou sociedade como todo, apenas destacar que as verificações iniciais realizadas são divergentes entre os interesses dos envolvidos. A motivação da maioria dos estudantes do Pronatec era uma possibilidade imediata de aquisição de renda, mas sem interesse em continuar na profissão por hora adquirida. De forma similar, os estudantes do Pré-Vest não sabiam ao certo que curso seguir, o que realmente eles pretendiam estando no cursinho. Observamos que o estudante está em sentido contrário aos objetivos de ambos os projetos, que os propósitos dos projetos não estavam "alinhados" com os alvos dos participantes. Essa falta de alinhamento nos levou a refletir sobre nossas próprias ações e sobre qual o sentido da existência de tais programas já que eles parecem não atender a demanda do público.

Os resultados destas ações não se limitam apenas as compreensões sobre os conceitos em si, mas também de uma apropriação a temas relacionados, diríamos intrínsecos à Psicologia Social, favorecendo o enriquecimento de estudantes, comunidade e instituição. Os resultados parciais de nossas análises apontam que nossas ações devem focar o público que deseja se questionar e que não devemos reafirmar o discurso mercadológico das políticas de inserção, mas sim, contribuir para que se desenvolva nos participantes o senso crítico capaz de se dizer livre para escolher ou não um modelo que já vem estabelecido para ele, já que os cursos oferecidos no PRONATEC não são escolhidos por eles, e o SESC os prepara para o nível superior, enquanto parte deles não compreende por que esse nível é tão superior às suas vontades.

"Projeto Famílias de Fato e de Direito": Reflexões sobre a Atuação do Psicólogo com Casais em Vulnerabilidade Social

Gilsiane Maria Vasconcelos Marques (Faculdade Luciano Feijão), Antonio Anderson Mota da Silva (Prefeitura Municipal de Sobral), Anne Graça de Sousa Andrade (UECE/Faculdade Luciano Feijão)

O presente artigo teve sua gênese durante a realização do "Projeto Famílias de Fato e de Direito: Estreitando Laços", pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza e desenvolvido pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Regina Justa Feijão na comunidade Nova Caiçara, no município de Sobral-Ce. Tem por objetivo apresentar considerações acerca do papel do psicólogo na Assistência Social e sua inserção na comunidade, através de ações que visam a proteção às famílias, a inclusão social e a aproximação da rede socioassistencial do território. O projeto supracitado fez parte das atividades desenvolvidas pelo psicólogo no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no qual trabalha em favor do fortalecimento de vínculos familiares em prol do bem-estar das famílias, considerando também o desejo dos casais participantes do projeto em oficializarem a sua união perante o Estado, por meio do casamento civil. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), através da diretriz da matricialidade familiar, reconhece a família como o elemento central das ações e serviços da Assistência Social, uma vez que os arranjos familiares são os mediadores das relações entre os indivíduos e a comunidade (BRASIL, 2004). A inserção da Psicologia na Assistência Social tem o compromisso ético de compreender a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, buscando sempre propor ações e realizar projetos com o intuito de valorizar as relações comunitárias e intervir na integração das famílias à comunidade, promovendo a emancipação humana e o fortalecimento dos indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade (CEFESS, 2007). A primeira etapa desse trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica contemplando o exercício da Psicologia nas Políticas Públicas de Assistência Social, especialmente direcionada ao CRAS, envolvendo artigos científicos e documentos referentes ao tema; seu método baseia-se no relato de experiência da aplicação do "Projeto Famílias de Fato e de Direito: Estreitando Laços" com trinta casais pertencentes à comunidade Nova Caiçara, na cidade de Sobral-Ce. Os resultados demonstram que, o trabalho do psicólogo no CRAS é voltado para a compreensão e intervenção dos processos psicossociais, respeitando os aspectos histórico-culturais no qual estão inseridos (CFP, 2007). O psicólogo deverá se apoderar da política e dos princípios norteadores de sua prática, bem como trabalhar de acordo com as diretrizes e objetivos da PNAS e da proteção social básica, atuando juntamente com a rede socioassistencial e com a comunidade. No que se refere à realização do projeto, este foi de grande importância para as famílias participantes, pois permitiu que casais oficializassem sua união perante o Estado. O projeto também favoreceu a criação de vínculos e fortaleceu a vida em comunidade, através do empoderamento do lugar e do sentimento de responsabilidade pelo seu crescimento, uma vez que essas famílias residem há um curto espaço de tempo naquele lugar e são oriundas de diversas localidades da cidade de Sobral. É possível concluir que tanto a atuação do psicólogo na rede socioassistencial, como a realização deste projeto na comunidade, se mostram de grande importância para as famílias participantes, no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos afetivos e familiares, comunitários, em favor da conjugalidade e na superação de situações de vulnerabilidade social dentro dessas famílias.

GT 02 A PRODUÇÃO DE IMAGENS E SUBJETIVIDADES EM PROCESSOS DE PESQUISA E INTERVENÇÃO NO CAMPO DA PSICOLOGIA SOCIAL

A fotografia nas redes sociais virtuais: modos de ver, ser e narrar-se na contemporaneidade

Jessica de Souza Carneiro (Universidade Federal do Ceará), **Idilva Maria Pires Germano** (Universidade Federal do Ceará)

O estudo da narrativa no campo das imagens circunscritas nos ambientes digitais se mostra como um caminho desafiador para a construção de conhecimento nestas três searas de conhecimento – fotografia, narrativa e redes sociais virtuais. Ao se pretender correlacionar em alguma medida as possibilidades de narrativas autobiográficas a partir de fotografias, é necessário ter o conhecimento sobre o que constitui uma narrativa, o que constitui uma autobiografia, e conseguir enxergá-las nas imagens. As fotografias pessoais, de uma forma ou outra, também tentam comunicar uma experiência, contar uma história de um momento específico, quer seja de uma comunidade inteira ou do trajeto individual de vida. Entendemos que a fotografia, em alguma instância, opera nos processos de significação, isto é, nos significados que os sujeitos conferem a um dado acontecimento, como também produz um tipo de memória peculiar. A fotografia digital não apenas produzida, mas pensada com a finalidade última de ser compartilhada online é o que muito interessa.Tentar-se-á investigar como as fotografias pessoais compartilhadas nos sites de redes sociais, sobretudo no Facebook, ajudam a produzir narrativas autobiográficas – ou se, de fato, produzem alguma narrativa autobiográfica, por conseguinte, como constroem este "eu". Antes de tentar estabelecer uma possível relação, será preciso investigar um pouco mais a fundo os processos históricos que conduziram aos modelos de narrativa que hoje conhecemos, como podemos compreender estes modelos hoje e, enfim, como eles podem nos dar pistas para compreender estes novos movimentos de formação de si e de produção das subjetividades contemporâneas. Propomos investigar somente as fotografias digitais de cunho pessoal produzidas e compartilhadas no Facebook online, que de alguma maneira retratem os sujeitos investigados. Descartaram-se, assim, as fotografias de cunho artístico, comerciais, institucionais e fotografias não-pessoais. O estudo qualitativo, dividido em duas etapas, analisou 6 fotografias compartilhadas em algum álbum do Facebook, sendo 3 fotografias de cada respondente, totalizando 2 participantes anteriormente selecionados de forma aleatória dentre o rol de amigos do Facebook. O convite à participação foi realizado dentro do próprio Facebook, através da caixa de mensagens. Na primeira etapa, foram analisadas as imagens segundo 5 critérios centrais: 1) estética da imagem, 2) conteúdo da imagem, 3) contexto de produção da imagem, 4) texto atribuído à imagem, 5) marcadores sociais da audiência. Na segunda etapa, dialogamos com os respondentes a fim de construir análises mais profundas a partir das fotos anteriormente analisadas. Através de um instrumento de coleta qualitativo (questionário semi-estruturado digital), os respondentes dissertaram sobre questões como o contexto de produção da imagem – onde, quando e como foi produzida –, as motivações que os levaram a compartilhar a imagem, a construção de memórias que os auxiliaram a elaborar histórias sobre a própria vida e sobre como se entendiam, a fim de estabelecer uma relação entre a produção de fotografias digitais e a fabricação de uma narrativa autobiográfica. Dentre os resultados, percebeu-se que os indicativos materiais de apreciação à imagem compartilhada (número de curtidas e comentários) predominam como preocupação primordial ao compartilhar uma fotografia, transformando-a em um instrumento comunicativo e não apenas arquivador de memória, o que permitia novas molduras das narrativas e memórias autobiográficas elaboradas pelos sujeitos. Ademais, constatou-se também certos padrões de enquadramento e conteúdo da imagem que parecem revelar um ethos negociado na rede que nivelam os tipos de fotografias publicizadas, e por consequência a produção de uma narrativa e uma memória autobiográficas inspiradas nestas imagens.

A Percepção dos Jovens sobre a Comunidade do Tamarido a partir do Mapeamento Psicossocial Participativo

Márcia Skibick Araújo (Faculdade Luciano Feijão)

A percepção do jovem sobre o seu espaço de convivência, sobre a sua comunidade foi o objetivo de um projeto de extensão da Faculdade Luciano Feijão, realizado na cidade de Sobral no norte do Ceará. A comunidade chamada Tamarindo, está localizada na periferia da cidade a onde vivem 406 famílias, em média 1.534 moradores, na sua maioria são jovens entre 20 e 39 anos. A formação da comunidade ocorreu em decorrência da seca, onde muitos imigrantes se estabeleceram formando um assentamento que levou o nome de Tamarindo devido a existência de muitos pés de tamarindo no local. A intervenção que será descrita busca essencialmente compreender como os jovens têm internalizado o espaço comunitário, como eles revelam e tratam o mesmo, e como a autoestima pode influenciar e/ou favorecer à apropriação do espaço por parte da juventude. Esta análise tem como base a psicologia, a sua fundamentação na subjetividade, no entendimento do psiquismo humano, e na sua participação na construção bio-psico-social, plural e diverso, de sujeitos nas suas dimensões: afetiva, social e política. A ênfase teórica será fundada na psicologia comunitária e ambiental, trazendo conceitos que venham a favorecer o desenvolvimento comunitário, desde o indivíduo à coletividade, situando o indivíduo no espaço psíquico e social na convivência com os seus. A psicologia comunitária proporciona um arcabouço teórico que vem nortear a intervenção psicossocial, independente da natureza qualitativa ou quantitativa, na compreensão dos processos grupais e individuais, a onde o ser constrói o contexto e é construído por ele. Nessa perspectiva, ao aproximarmos de uma comunidade podemos compreender o contexto social e psicológico na qual vivem seus moradores, na compreensão do seu modo de vida. A partir desse trabalho também foi possível verificar a importância da extensão na psicologia, passa por uma ação consciente, comprometida e transformadora, por parte dos agentes externos, que em sua intervenção, transforma não somente a situação, mas aos docentes e discentes involucrados. Ou seja, ao realizar o trabalho comunitário, não somente a comunidade, mas também os próprios extensionistas, seja profissional ou aluno, passa por uma mudança interior afetando a sua forma de ser no exterior. O projeto foi desenvolvido a partir de metodologias qualitativas de caráter participativo como o Mapeamento Psicossocial, que buscou identificar símbolos e signos que revelassem a forma de vida da comunidade a partir da fala e do olhar do jovem que ali residia. O Método DialógicoVivencial – MDV trouxe ao estudo a reflexão de uma atuação que promove o diálogo e a interação com os jovens de forma a produzir uma vivência entre os atores. A observação participativa e os diários de campo foram revelando a realidade e o processo de construção da aproximação e familiarização por parte da equipe de intervenção. O caminho desta proposta metodológica buscou apreender o jovem e a comunidade e entender as diferentes dimensões de suas vidas baseando-se em uma abordagem teórico-vivencial, promovendo o encontro da teoria e da prática, uma prática que é práxis, que reflete e transforma. Para completar, nos momentos de discussão com os jovens, durante os 5 encontros planejados, foi utilizada: o Círculo de Cultura. Criado por Paulo Freire na década de 60 é um instrumento de expressão e aprendizagem, abre caminhos para um diálogo que acontece na teia das relações sociais, fortalecendo os vínculos um diálogo amoroso através de palavras ou temas geradores. Como resultado foi possível alcançar os objetivos teóricos e práticos. A intervenção e o reconhecimento de uma área da periferia, supostamente possuidora de uma visão negativa e de baixa autoestima, podem levar aos moradores, e em especial aos jovens, a superar a vergonha ou a se conscientizar da realidade em que vivem, de forma harmônica e receptiva. Verificou-se que os jovens reagem de forma mais aberta frente uma aproximação gradual e participativa. O jovem atuante e participativo pode despertar para a criticidade e aprofundar uma reflexão individual e coletiva deixando de achar natural e "normal" as condições de vida em que vivem. Quando a intervenção leva o sujeito a um salto de qualidade, a partir de uma ação concreta, o seu pensamento e a sua linguagem se modifica, transformando a si e ao meio em que vive. A juventude como motor de transformação social transforma a si e a comunidade. O encontro com o jovem com o seu espaço comunitário, abriu a possibilidade de escuta de cada um e da totalidade. Foi possível a escuta individualizada e coletiva, a escuta dos jovens, a escuta dos espaços que falavam por si, a escuta do desenho, a escuta de si mesmo. A reflexão e a ação, juntas e articuladas, se configura uma voz uníssona e fácil de escutar.

A Produção de Vídeos na Pesquisa-Intervenção: A Oficina de Vídeo como potência de pesquisa

Lorrana Caliope Castelo Branco Mourão (Faculdade Leão Sampaio)

A pesquisa-intervenção é um dispositivo teórico-metodológico que afirma que não é possível controlar dados nem saber o fim de forma preestabelecida. Como uma crítica aos imperativos positivistas, a pesquisa-intervenção constitui uma aposta teórico-metodológica em que afirma que toda investigação é um ato político (RODRIGUES e SOUZA, 1987).

A partir da pesquisa de dissertação "As práticas de preconceito e de tolerância no contexto escolar: o outro como questão", finalizada em maio de 2015, em que foi trabalhada a aposta teórico-metodológica da pesquisa-intervenção, propusemos uma Oficina de Vídeo que buscou analisar as práticas de preconceito e de tolerância no contexto escolar de uma escola pública de Ensino Fundamental e Médio localizada no bairro Mucuripe. A pesquisa-intervenção foi realizada com 15 jovens da 8ª e do 1º ano, e com 15 professores de áreas diferentes.

Nesta pesquisa, a Oficina de Vídeo foi em busca de experimentações. Como diz Larrosa e Kohan (2014) a experiência, e não a verdade, é o que dá sentido ao que escrevemos, lemos, assistimos. A experiência nunca sabe onde ela vai chegar. Ela não se faz, mas se entra, e é nesse emaranhado de poder dizer o que não se espera, quanto pode fazer o que não se planeja que ela se processa. A experiência teria, segundo Larrosa (2011), um princípio de exterioridade e de interioridade. Ela supõe um acontecimento, um passar de algo que não é resultado de nossas verdades, nossas ideias, mas que também nos passa, nos atravessa. Foi pensando no caráter de experiência que a

Oficina de Vídeo fez parte desta pesquisa de dissertação.

Assim, na Oficina de Vídeo trabalhamos com vídeos do início ao fim: tanto com exibição de vídeos, quanto com produção. Assim, foram realizados oito encontros: três em que foram exibidos filmes, e cinco em que foram produzidos três curtas-metragens junto aos alunos. Os filmes exibidos tinham como temática o preconceito e a tolerância: “O Primeiro da Classe”; “Hoje eu Não Quero Voltar Sozinho”; “Xadrez das Cores”. Os vídeos produzidos pelos alunos foram curtas-metragens que giraram em torno de 3 a 13 minutos, sendo: “Xô preconceito nas escolas”; “Viver em um mundo sem preconceito”; “As Aparências enganam”.

Foi possível concluir que a Oficina de Vídeo teve uma centralidade nesta pesquisa. Como diz Miranda (2014), a centralidade do vídeo se deve ao fato de que a pesquisa não seria a mesma sem esse dispositivo. Dessa forma, as tecnologias da imagem se tornam uma possibilidade de narrar a experiência, de refletir sobre nossa participação na cultura e sobre nossas relações. Outro elemento muito importante é que o uso da produção do vídeo na Oficina permitiu a construção da coautoria, uma vez que o grupo de alunos participou do processo, ou seja, da intencionalidade, da finalidade da produção. A ideia da coautoria é importante para colocar em xeque a neutralidade da relação entre pesquisador-objeto. Dessa forma, o “objeto” da pesquisa participou da construção da pesquisa.

Em suma, a construção da Oficina de Vídeo nesta pesquisa de dissertação buscou um para além e aquém das práticas de preconceito e de tolerância. Através desta Oficina foi possível problematizarmos o estatuto de ciência que afirma que apenas instrumentos como entrevistas e questionários podem ser utilizados em uma pesquisa. Portanto, a produção de vídeos pode ser um dispositivo que, antes de produzir verdades, busca ser um território de passagem, algo que passa e ao mesmo tempo nos passa.

Coisa de menina: análise da prática discursiva acerca do gênero na publicidade

Maria Izabel Dantas Marinho (Universidade Potiguar), **Adriana Pereira dos Santos** (Universidade Potiguar), **Pâmmela Terceira de Paula Assunção** (Universidade Potiguar)

A representatividade midiática é algo que perpassa a construção de identidade dos sujeitos. Como instrumento de diálogo, as peças publicitárias trazem em seu contexto representações que permitem ao seu público alvo a possibilidade de construir e reconstruir novas representações. No que tange a mulher, as representações do feminino que circularam e circulam na mídia demonstram, a partir de vários estudos, que a mulher veio ao longo desses anos sendo inferiorizada e muitas vezes vista como objeto. A inserção no mercado de trabalho possibilitou a mudança do papel social e a divisão sexual desta, que se baseava apenas pelo fator biológico e teve que ser "adaptada" a partir das mudanças sociais, uma vez que elas se inseriram nos campos de trabalho exercendo atividades tais quais os homens. A luta por direitos iguais tem sido algo constante, como a quebra dos estereótipos classificadores que foram colocados ao sexo e gênero feminino. A carência de direitos, respeito e representatividade que as mulheres não tinham começa a ser dissolvida. Essas mudanças têm refletido nas produções publicitárias, trazendo novos discursos sobre o feminino. As representações de indivíduo inferior passaram a ser contestadas e com isso tem-se visto outras representações sobre o feminino nesse campo. Isso pode ter se dado como uma forma de adequação ao atual lugar da mulher, em que algumas empresas estão levando em consideração a ética da responsabilidade, que segundo Gonçalves & Nishida (2009) é quando há uma preocupação maior com o conteúdo produzido na publicidade e quais consequências disso. Como também, a preocupação associada a um zelo que as empresas estão tendo com seu público de interesse, mas principalmente com a imagem a qual querem associar ao seu produto e consequentemente vender mais. Diante disso, o presente estudo buscou analisar a prática discursiva acerca do gênero presente na publicidade, com ênfase sobre peças que produzem outras falas sobre o feminino. Como objeto dessa análise foi escolhida a propaganda "Always#Likegirl" da marca Always. O vídeo publicitário foi escolhido por conveniência, que se entendeu, possuir um outro discurso sobre o feminino que não se está habituado a ver no dia-a-dia. A propaganda foi pensada e dirigida pela artista americana, fotografa e cineasta premiada, Lauren Greenfield, com trabalhados centrados nas questões de gênero, na crise de autoestima e empoderamento das meninas, de acordo com Carim e Alves (2014). Para análise, o vídeo foi divido em três momentos e visto como uma peça pronta e acabada. A propaganda publicitaria foi descrita de forma sequencial, levando em consideração os momentos trazidos pelo próprio vídeo. A análise do seu conteúdo aconteceu paralelamente a descrição e o recorte teórico metodológico foi a partir da compreensão de Spink & Medrado (2013) sobre produção de sentido, com contribuições de Bluter (2003) acerca das questões de gênero. A análise do produto publicitário em conjunto com a leitura de estudos, possibilitou a compreensão de uma forma diferente, menos corriqueira, de se fazer propaganda, explicitando a necessidade de se fazer uma publicidade que dialogue com as questões contemporâneas, como por exemplo, o debate de gênero. A representatividade e a construção de novos discursos se forjam quando as representações clássicas não conversam com o público alvo. Assim, na peça analisada, os repertórios clássicos sobre o ser "como menina" estruturaram-se em torno de novas práticas discursivas, provocando rupturas na representação do feminino. Enxergando o dever de se debater as questões de gênero, estereótipos e as práticas discursivas que cercam a mídia, o estudo possibilitou uma perspectiva de discussão e análise, que não ignora a intenção de venda que atravessa a peça publicitária, mas reconhece a abertura existente a produção de outros sentidos quanto a representação da imagem da mulher. O trabalho partiu de uma escolha teórica metodológica que não se esgota nessa análise sobre práticas discursivas, mas que deu espaço para o início de discussões sobre as questões de gênero que permeiam a mídia.

Iconografia como método de investigação e intervenção de processos psicossociais

Luciano Domingues Bueno (Universidade Federal de Alagoas), **Adélia Augusta Souto de Oliveira** (Universidade Federal de Alagoas), **Lívia Teixeira Canuto** (Universidade Federal de Alagoas), **Paulo Sérgio dos Santos Júnior** (Universidade Federal de Alagoas)

A proposta tem como tema a iconografia como método científico. A questão se refere ao alcance do uso da fotografia, vídeo e desenho enquanto ferramenta metodológica, de pesquisa e de intervenção psicossociais, junto aos programas sociais, voltados às crianças e jovens de comunidades litorâneas. Pretende-se descrever as etapas desenvolvidas na construção de um acervo iconográfico (fotografias, vídeos e desenhos), produzidas em pesquisas com crianças e jovens de comunidades litorâneas, bem como discutir os conceitos de criação e imaginação. Relaciona-se com a proposta do GT 2 "A produção de imagens e subjetividades em processos de pesquisa e intervenção no campo da Psicologia Social", pelo interesse em discutir as análises de imagens elaboradas em pesquisas e intervenções no âmbito da Psicologia Social. Por outro lado, o eixo "Mídia, cultura e arte" nos parece ir ao encontro de estudos sobre imagem como método e dos processos psicossociais de produção de arte. Os pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica vigotskianos subsidiam a presente proposta, especialmente os conceitos de capacidade criativa e de imaginação como marcas humanas que necessitam efetivação. O método utilizado identificou, catalogou, descreveu e analisou imagens produzidas em investigações e intervenções psicossociais do Grupo de Pesquisa, desde 1998. Inicialmente, identificaram-se todas as produções de imagens coletadas e seus respectivos documentos textuais: projetos de pesquisa, relatórios parciais e relatórios finais foram digitalizados. Em seguida, a catalogação realizou-se por processos de armazenamento em um drive virtual de condicionamento de dados (nuvem) e protegidos por senha. Armazenadas, as imagens foram codificadas, segundo o tipo de imagem e projetos aos quais estavam vinculadas. Foram assim, ordenadas e categorizadas. Desenvolveu-se um ponto de centralização dos dados referentes às imagens em uma planilha anexa ao Banco Iconográfico. A catalogação das imagens recebeu três níveis de tratamento, identificados em primários (referentes às imagens), secundários (referentes aos projetos) e de conteúdo (referentes aos elementos visuais presentes na imagem). Viabiliza assim, busca e cruzamento de dados ligados às produções de imagens, e o próprio acesso às imagens, via hiperlink. Esses critérios de catalogação serviram tanto de base para estruturação de um modelo de ficha a qual cada imagem foi anexada individualmente, quanto de categorias que nomearam e alimentaram campos da planilha de consulta e acesso às imagens. Essa catalogação permitiu a realização da etapa de quantificação e de descrição das imagens, categorizadas pela presença de elementos visuais e de conteúdo constitutivo da imagem e de seu contexto. Importante considerar ainda a presença de elementos textuais presente nas imagens (fotografias, vídeos e desenhos). A etapa de interpretação analítica se deu com base nos conceitos de imaginação e criação vigotskianos. Os resultados do estudo permitiram criar um inventário iconográfico que resultou em 127 fotografias, 47 vídeos e 72 desenhos, produzidos entre os anos de 2007-2012, identificados em 3 projetos de investigação (iniciação científica) e 1 de intervenção (projeto de extensão). Do ponto de vista do uso do método, vimos que os vídeos são utilizados como recurso de registro de atividades em campo; as fotografias foram utilizadas como registro do pesquisador das atividades (48), autoimagem do participante sobre temas de interesse da pesquisa (21) e arquivo pessoal dos participantes, produzidas anteriormente à pesquisa (58). Por último, vimos que os desenhos foram identificados como autoimagem do participante, produzidos durante a pesquisa. Potencializou assim, a projeção da memória infantil; apresentou elementos que são previamente do conhecimento da criança; contextualizou experiências e vivências contadas e rememoradas pelos sujeitos da pesquisa. Do ponto de vista teórico, podemos afirmar que as imagens objetivam as subjetividades e permitem a produção de conhecimento científico sobre os processos psicossociais, como imaginação e criação. Em conformidade com a perspectiva sócio-histórica vigotskiana, entende-se que as imagens são cristalizações de processos de criação e imaginação humanos. Sendo assim, as imagens caracterizam-se tanto como produtos interligados a processos psíquicos, como produtores dos mesmos processos. Importante considerar ainda, a possibilidade de subjetivar quando nos deparamos com tais imagens. Por isso, o estudo mostra a relevância da utilização da iconografia no campo psicológico, na medida em que permite acessar conteúdos subjetivos através da mediação de instrumentos imagéticos (desenho, fotografia e vídeo). Conclui-se que a iconografia, enquanto alternativa frente a registros orais ou escritos, é um importante recurso metodológico em pesquisas psicossociais com crianças e jovens; que a estruturação do Banco Iconográfico, por sua vez, permite alcançar marcos, tanto qualitativos quanto quantitativos, com a construção de uma ferramenta capaz de potencializar pesquisas e intervenções com o uso de imagens na psicologia, garantindo a fácil acessibilidade e manutenção, bem como a segurança dos dados e informações disponibilizadas. Por último, que a sociedade contemporânea se caracteriza pela comunicação icônica e, consequentemente, resulta em impacto sobre a subjetividade humana; pelas constantes demandas pelas objetivações da imaginação e da expressão de interconexões culturais.

Intervenções Urbanas: provocações experimentais

Lillian Carlos Campos (Universidade Federal de Mato Grosso), **Camila Maria Santos de Pinho** (Universidade Federal de Mato Grosso), **Amanda de Oliveira Santana** (Universidade Federal de Mato Grosso)

Intervenções têm como principal foco causar impacto e estranheza no espaço. Isso é transmitido através da arte e carrega provocações problemáticas, abordadas pelo seu público. De acordo com esta análise, intervir frente à apropriação de espaços coletivos da Universidade nos permite dialogar com o grupo de trabalho. Traça-se um paralelo entre a produção de imagem e os seus significados, em relação ao tempo e espaço. Entende-se que espaços de âmbito público nem sempre são arquitetados com neutralidade, ou seja, são locais marcados por demandas e significados. Em concordância, Marquez (2009) afirma que a esfera pública é um campo complexo de interesses públicos e não um espaço público. Assim, ao pensar na Universidade, não podemos nos afastar de sua constituição histórica, função e o campo de interesses que o permeiam. Foucault (1987) faz uma análise das instituições prisionais. O espaço do espaço escolar, sua organização de classes e funções, manifesta um espaço com regras disciplinares, não neutras. Dessa forma, intervenções que fogem do regime disciplinar imposto é transgressor. Conforme Favaretto (2000), as manifestações são lugares de transgressão e também são locais que materializam signos de utopia. Pretende-se, assim, relatar a experiências de algumas intervenções realizadas no campus da UFMT/Rondonópolis. Estas decorreram de uma atividade prática da disciplina de Psicologia Social, a partir de discussões sobre os espaços na universidade e foram propostas intervenções que suscitavam provocações dentro da instituição. Para isso, três temas foram escolhidos: (I) Florescer, (II) depredação e (III) cemitério dos vivos. Na primeira intervenção foram utilizadas 300 flores, coladas em espetos de madeiras e enfincadas pelos caminhos da faculdade. Estas foram distribuídas entre espaços inóspitos e vazios, lugares que deveriam ser contemplados com árvores e gramas. A segunda intervenção, utilizou pedras recolhidas no próprio campus. Neste, a palavra "depredação", foi escrita no corredor do bloco central onde foram anexados três cartazes, na qual pessoas poderiam responder as seguintes perguntas: "O que você gostaria de apedrejar?", "O que é depredação?", "Florescer é...?" e "Discurso de ódio é?". E por fim, a intervenção "Cemitério de Vivos" contou com 80 cruzes de madeiras, montadas pelos próprios alunos. As cruzes, continham frases que questionavam a liberdade de expressão e a vivacidade dentro do campus. Estas, foram locadas na rotatória de entrada da Universidade. Cada intervenção teve uma intencionalidades e um contexto que as provocaram. A intervenção (I) florescer foi construída para ser instalada em uma área da universidade constituída por um quadrado de aproximadamente 15x 15 onde não havia nada além de aridez, situado no meio do bloco de Psicologia. Assim, ao enchermos este espaço com flores feitas manualmente, o objetivo dessa intervenção foi provocar a indagação do porquê suportarmos a existência de um espaço tão inóspito e árido na Universidade. A intervenção (II) DepredAção foi gestada a partir de denúncias de "autoridades" de que inscrições e grafites realizados durante um sarau na cantina eram depredação do patrimônio público. No caso dessa intervenção, ao colarmos pedras formando frases nas paredes do mesmo bloco em que o ocorreu a "depredação", o intuito foi o de questionar o que é uma depredação. A intervenção (III) "Cemitério de vivos" procurava denunciar a mortificação do campus e dos estudantes. Esta instalação foi inspirada na obra "Cemitério dos vivos" de Lima Barreto. As cruzes aludiam estar morto naquele campus: a vida, os desejos, o pulsar, a loucura, respirar = a viver?, dentre outros. Através dessas provocações tivemos a oportunidade de perceber como essas questões atingiram realmente quem por elas passavam. Em um evento que ocorria na Universidade, na mesma semana das intervenções, semana de Gênero e Diversidade, um palestrante ao tomar conhecimento das cruzes e do por que elas estarem ali fez uma apresentação artística no local, contribuindo por meio de dança e dramatização para o nosso objetivo. Desta forma, a intervenção é um processo de relação com o espaço considerando o seu aspecto contextual, como nos afirma Barja (2008). É um instante de releitura de determinado local, uma provocação que nos permite experimentar os espaços de diversas maneiras. A intervenção perpassou o momento da criação de imagens e culminou em um encontro com os significados que criamos a respeito dos símbolos utilizados, das questões levantadas.

O uso da técnica de Ambiente Fotografado para identificação de preferências ambientais e possibilidades de restauro psicológico em campi universitários

Dayse da Silva Albuquerque (Universidade Federal de Santa Catarina)

Pesquisas em Psicologia Ambiental têm constatado os benefícios para a saúde provenientes do contato com espaços verdes (Alves, 2011; Herzog, Maguire & Nebel, 2003; Kaplan & Kaplan, 1989; 1995; 2011). Os pesquisadores têm concluído que a distribuição da vegetação e seus aspectos de qualidade ambiental repercutem nos modos de vida das populações, em especial no que diz respeito à saúde e bem-estar. A ausência ou escassez de espaços verdes nas cidades contribui para o aumento dos níveis de estresse e fadiga (Costa & Colesanti, 2011). O investimento nesses espaços, em contrapartida, pode estimular a realização de atividades físicas, permitir e facilitar as interações sociais e auxiliar na prevenção de doenças, além de contribuir para ações comunitárias relacionadas ao cuidado ambiental (Comstock, Dickinson, Marshall, Soobader, Turbin, Buchenau & Litt, 2010; Honold, Beyer, Lakes & Meer, 2012; Hur, Nasar & Chun, 2010). A concepção de espaços verdes faz referência às áreas com vegetação predominante, seja gramínea e/ou arbórea, e com as quais é possível interagir de maneira passiva ou ativa (Barcellos, 1999; Castelnou, 2006). Esses espaços podem estar inseridos em contextos predominantemente urbanos, desde que exerçam funções promotoras de benefícios psicológicos e sociais (Steuer, Araújo, Oliveira, Silva & El-Deir, 2012). Comumente o uso de espaços verdes está associado a lugares públicos, os quais são frequentados esporadicamente por indivíduos que buscam intencionalmente fugir da rotina. Tais espaços também podem estar presentes em contextos de vivência diária, como escolas, universidades, hospitais e empresas (Andrade, Lima, Fornara & Bonaiuto, 2012; Felsten, 2009; Raanaas, Horgen, Rich, Sjøstrøm & Patil, 2011). Durante o desenvolvimento humano, as pessoas vinculam-se a esses ambientes institucionais, de uso comum e compartilhado por distintos grupos sociais, de maneira que a qualidade de vida das pessoas está atrelada à salubridade desses locais (Fischer, s/d; Gilmartín, 2002). As demandas cotidianas de ambientes institucionais resultam cada vez mais em níveis elevados de estresse e insatisfação. Em ambientes universitários, os estudantes sentem-se constantemente fatigados devido às exigências para um bom desempenho acadêmico (Felsten, 2009; Kuhnen, 2012). Pesquisas realizadas em campi universitários constataram a importância de espaços verdes no entorno do campus (Lázaro & Cabrerizo, 2002), a relação da presença desses espaços para o descanso (Felsten, 2009; Varney et al, 2014) e a percepção de qualidade de vida dos discentes (McFarland, Waliczek, & Zajicek, 2008; 2010; Speake, Edmonson, & Nawaz, 2013). Gressler (2014) concebeu um paralelo entre lugares escolhidos para descanso e os fatores que caracterizam os ambientes restauradores, a saber, escape, extensão, fascinação e compatibilidade (Kaplan & Kaplan, 1989), o que permitiu relacionar aspectos subjetivos aos requisitos para restauração.

Considerando a importância desses ambientes na rotina das pessoas e os benefícios dos espaços verdes para a saúde, apresentamos os resultados de uma pesquisa que buscou identificar lugares escolhidos por estudantes para descanso em dois campi universitários brasileiros e, a partir disso, explorar elementos de preferência ambiental e percepções associadas à capacidade restaurativa desses espaços. A proposta pauta-se na tentativa de subsidiar melhorias em processos de gestão universitária. Foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado para a identificação desses espaços. As escolhas dos 50 alunos de cada campus direcionaram o uso da técnica de ambiente fotografado para discussão de características associadas às preferências ambientais. Essa técnica consiste na seleção de imagens representativas do tema de estudo com o intuito de apreender as principais percepções sobre o ambiente em foco (Higuchi & Kuhnen, 2008). Nessa pesquisa, os lugares de cada campus foram selecionados de acordo com as citações dos estudantes nas entrevistas e posteriormente fotografados pelas pesquisadoras. As imagens subsidiaram a avaliação de características relacionadas às preferências ambientais, segundo a revisão de literatura realizada, e as falas dos estudantes guiaram a exploração de percepções ligadas à capacidade restaurativa desses ambientes. Em ambos os campi foram citados espaços verdes e não-verdes que revelaram possibilidades de restauro psicológico para os estudantes. No campus 2 foram escolhidos predominantemente espaços verdes, apesar do campus 1 ter área de vegetação mais extensa. Tais resultados são atribuídos ao fato de que o campus 1 se configura como uma área de proteção ambiental e o campus 2 sofreu maior influência humana em sua formatação. Portanto, é importante considerar aspectos socioculturais atrelados às necessidades de restauro e a oferta de ambientes que supram essa demanda. Nesse sentido, a proposta de estudo se adequa ao grupo de trabalho sobre a produção de imagens e subjetividades em processos de pesquisa e intervenção no campo da psicologia social ao articular discursos a imagens representativas de espaços utilizados para reflexão, construção e desconstrução de aspectos inerentes ao ambiente universitário. Além disso, as percepções ambientais dos estudantes entrevistados contribuem para fortalecimento de um novo olhar sobre o campus e suas demandas, de maneira a suscitar críticas sobre si e os demais atores desse cenário, o que pode contribuir para o cuidado e bem-estar humano-ambiental.

O vídeo como analisador na pesquisa com jovens estudantes

Mauro Michel El Khouri (Universidade Estadual do Ceará), **Jose Alves de Souza Filho** (Universidade Federal do Ceará), **Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira** (Universidade Federal do Ceará), **Luciana Lobo Miranda** (Professora)

Pesquisa realizada com trinta (30) estudantes do Ensino Médio e uma (1) professora em duas escolas públicas estaduais de Fortaleza, uma Escola Profissionalizante (EEEP) e outra de Ensino Regular (EEFM). A pesquisa teve como objetivo problematizar consumo, apropriação e produção de mídia no cotidiano dos jovens estudantes participantes da pesquisa, enfocando sobretudo sua incidência nos modos de subjetivação juvenis. Assume contribuições teórico-práricas de pensadores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, especialmente no que se refere à concepção de sujeito e subjetividade, e sobre a atual cultura midiática se discute com base em Paula Sibilia, Fernanda Bruno, Pierry Levi entre outros. Fundamenta-se em conceitosferramenta da Análise Institucional francesa, como implicação, restituição e analisador, para conceber o estudo como um pesquisar com os jovens e com as escolas, e não realizar um estudo sobre eles, através de ações que favoreceram o diálogo e a formação dos sujeitos envolvidos na pesquisa. No processo de construção de dados em ambas as escolas, foram realizadas observações semanais, conversas informais com gestores, professores e alunos, além de duas oficinas de vídeo: uma com vinte e um alunos da Escola Profissionalizante (EEEP), e outra com nove alunos e uma Professora do Laboratório do Informática Educativa (LEI) da Escola Regular (EEFM). As oficinas de vídeo tiveram como tema a relação juventude e mídia. Os vídeos criados pelos estudantes foram exibidos e debatidos nas escolas com a presença dos realizadores, professores e gestores. Ao final, cinco vídeos totalizaram a produção dos jovens, sendo os quarto primeiros da Escola Profissionalizante e o ultimo da Escola Regular: 1) "Verdade": confronta um estudante que prefere os livros e um jovem intensamente conectado ao mundo virtual. Ao fim, há uma mensagem de equilíbrio em relação aos usos; 2) "Só mais um besteirol": videoblog em que os estudantes conversam sobre os usos cotidianos da internet, respondendo a questões fictícias, elaboradas por eles mesmos; 3) "Viaje nas ideia!": stopmotion em que traçam a linha evolutiva dos aparelhos tecnológicos, promovendo reflexões sobre como era a relação dos jovens com a mídia nas décadas 80, 90 e anos 2000; 4) "Vamos brincar de quê?": narrativa sem diálogo que compara as brincadeiras de antigamente (jogar bola, pular corda e bambolê) e da atualidade, relacionadas à mídia e às novas tecnologias; 5) O "Mundo com Celular", discute a centralidade do celular do tipo smartphone no lazer e a sociabilidade juvenis dentro e fora do ambiente escolar. Analisaram-se tanto os produtos, os vídeos realizados, como o processo de produção e inserção nas escolas. O vídeo atuou como dispositivo de pesquisa potencializado como documento, disparador de debate, produtor de analisadores, objeto de estudo e enunciador de si no processo de construção de dados. Primeiramente, como documento do cotidiano de pesquisa, participantes e pesquisadores filmaram as diversas atividades ao longo da investigação, especialmente a oficina de vídeo. Ao invés de registrar a realidade, o arquivo de vídeo documentou os diversos elementos envolvidos na produção dos modos de agir e pensar em relação ao tema. Nessa perspectiva, o documento compreende não apenas o conteúdo, mas todo o processo de filmagem. Como elemento disparador de debate, vídeos curtos retirados da internet foram utilizados como motes para as discussões nas oficinas, promovendo nos jovens a possibilidade de ressignificar a realidade e o cotidiano. Como produtor de analisadores, o vídeo se apresentou como parte integrante da restituição, em que cenas de pesquisa foram analisadas e discutidas pelos jovens, promovendo uma avaliação interna de todo o processo, bem como a discussão sobre o papel da pesquisa na formação dos jovens. Outra forma de atuação do dispositivo vídeo foi como objeto de estudo. Através da linguagem audiovisual, questões técnicas, éticas e estéticas do uso do vídeo foram abordadas na oficina, no momento em que se uniu aprendizado teórico e prático. Aqui os jovens adquiriram conteúdo elementar de linguagem fotográfica para aplicar no vídeo que iriam criar. Por fim, o vídeo como enunciador de si destacou a análise da produção do vídeo com os próprios jovens, em que se discutiu com os envolvidos o que o uso do vídeo os faz ver e falar. O vídeo como dispositivo de pesquisa surgiu, portanto, como importante mediador na relação entre os jovens e as novas mídias no ambiente escolar. Assim sendo, os jovens se apropriaram da linguagem e da plataforma audiovisual para expressar a relação que estabelecem com as novas tecnologias no cotidiano que envolve não apenas a escola, mas também a realidade para além da instituição educacional. Portanto, ao mesmo tempo em que produziu analisadores, o vídeo se tornou ele mesmo um analisador, na medida em que figurou como mais um agente de pesquisa que modifica o campo de investigação, construindo novos dados e atuando diretamente na produção de subjetividades. Pesquisa financiada pelo CNPq e aprovada pelo comitê de Ética.

Oficinas terapêuticas e a formação em Psicologia: O uso do audiovisual como recurso potencializador da fala

Pollyanna Calixto da Silva (Universidade Federal da Paraíba), Zaeth Aguiar do Nascimento (Universidade Federal da Paraíba), Delosmar dos Santos Magalhães (Universidade Federal da Paraíba)

Com a emergência da reforma psiquiátrica no Brasil, e consequente implementação da rede de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, destacam-se os Centros de Atenção Psicossocial, que buscam o cuidado em saúde mental aos sujeitos com transtornos mentais graves e moderados, bem como aos que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. Sendo este integrado ao próprio território de origem, pressupondo um serviço aberto, de fácil acesso, e que propõe a inserção das famílias e dos próprios sujeitos na condução de seu tratamento. As oficinas terapêuticas surgem como uma oferta de cuidado complementar, e são oferecidas nesses serviços conforme os interesses do usuário e as demandas percebidas pela equipe técnica, sendo administradas de acordo com as necessidades de cada sujeito, respeitando a singularidade de cada caso. Ao construir o Projeto terapêutico de cada usuário, que é feito pela equipe juntamente com os mesmos e seus familiares, são incluídas também as oficinas a que estes têm interesse ou que sejam compreendidas como necessárias para a condução de seu tratamento naquele momento.

As oficinas de audiovisual surgiram no CAPS I – Porto Cidadania em Cabedelo inicialmente proposta como parte da programação da Semana da luta Antimanicomial realizada em 2013 pelo Coletivo Canto Geral, no momento em que havia um estagiário de psicologia no CAPS I, que pôde dar prosseguimento à mesma durante o referido ano, retomando apenas em 2015 como demanda do serviço com uma estagiária e um estudante colaborador de comunicação social, e passam a ser construídas com os usuários na perspectiva de uma TV, a "Porto Cidadania". Assim, nas primeiras oficinas, além da orientação para o uso dos equipamentos existentes no CAPS, também optou-se por construir artesanalmente o material do audiovisual: câmera, microfone e até um painel. Nas seguintes, percebeu-se a necessidade de que os usuários saíssem de trás das câmeras e pudessem estar à frente, comunicando aquilo que eles tivessem interesse. Fizemos um total de 7 oficinas que ocorreram no período de Fevereiro a Maio, e a proposta não era somente o olhar deles sobre as coisas na medida em que captavam as imagens, mas a fala, que permitia a expressão desse olhar sobre o mundo e sobre eles próprios. A cada oficina, mais usuários queriam contar sua história, desejando sair da posição de objeto em que foram colocadas nos espaços pelos quais passaram – visto que a maioria havia sido internada em hospitais psiquiátricos, e queriam contar essas experiências -, destacando a importância de atualmente estarem realizando seu tratamento no CAPS, um serviço aberto e que possibilita a (re)construção dos laços sociais. Como resultado das oficinas, recolhemos todo o material produzido e elaboramos um documentário, chamado "TV Porto Cidadania". Este material, além de um registro, representa uma estratégia de inscrição no social, tendo em vista que a voz das pessoas com transtornos mentais historicamente sempre foi negligenciada, pela sociedade, e mais especificamente, pela mídia. A fala da saúde mental, sempre parte do especialista, o médico, o técnico que fala pelo sujeito que sofre. Neste sentido, falar diante de uma câmera, permite o reconhecimento de sua posição de cidadão.

Operações no fio do fragmento: escrever, ver e cortar

Diego Drescher de Castro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Jaqueline Tittoni** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Rodrigo Schames Isoppo** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Pedro Augusto Papini** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A ideia deste trabalho surge com a demanda de se pensar sobre a escrita acadêmica e as formas de pesquisa que ela faz comportar. Para tanto, proposta de exercício que surge com uma atividade-experimentação, quase que uma brincadeira. Escrever, recortar, montar, desmontar e remontar. Trata-se da escrita de cartas direcionadas ao grupo de pesquisa, o que fez disparar uma série de acontecimentos. Fotografar a produção escrita, aproximar o olhar do texto-imagem, brincar com o foco, com sombras e padrões. Fora de foco, surge no texto uma incisão: estilo. A linha embaixo da palavra marca o corte que remete ao estilete, àquele dos sumérios que, ao sulcar a argila, nomeia o estilo. Recortar o texto e começar a brincar de quebra-cabeças, buscar em William Burroghs e nos poemas dadaístas a técnica do cut-up, juntar fragmentos de textos prontos formando novos escritos-imagem.

Blanchot diz que escrever é primeiramente destruir o templo antes de o edificar(O livro por vir, p303.). É a isso que pode nos remontar a nossa experimentação do fragmento, que fala da imagem e da escritura; do pensamento, da leitura e do bisturi. Enquanto pesquisadorxs, problematizar a escrita é deslocá-la de seu lugar comum, simples instrumento metodológico, para a atividade política que nos constitui a partir de seu processo. Diz Roland Barthes que "[A pesquisa] não deve, busque o que buscar, esquecer a sua condição de linguagem – e é isso que lhe torna finalmente inevitável encontrar a escritura". (Arredores da imagem, p393)

Colocar a escrita na discussão epistemológica de nosso ofício foi o que essa experimentação teve como efeito. O labirinto foi se tecendo em diversos percursos, num ato cirúrgico onde o corpo era o próprio conhecimento acadêmico, e o corte através do/com o olhar, e o resultado uma nova imagem de possibilidades. Os fragmentos passeavam, se entrelaçavam, e, cada vez mais, outras imagens se apresentavam. A partir da leitura de fragmentos de Jorge Larrosa, retirados dos artigos "O Ensaio e a escrita acadêmica" e "A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida" que problematiza a escrita objetiva e pura que impera na academia, fomos convocados enquanto grupo de pesquisa, cada um, a escrever uma carta. A partir de então, o bisturi/estilete/máquina fotográfica entrou novamente em ação trazendo novas composições e misturas destas cartas, e estas serviram de modelos para um ensaio fotográfico. A palavra enquanto imagem, ou até uma imagem de palavras. Nomeamos de incisões pois eram intervenções de outras pessoas em um texto aparentemente pronto, ainda que não finalizado. Desta experiência do corte, recorremos ao singular clínico, o estilo singular daquele detalhe que só através da operação, pode reivindicar sua visibilidade.

Os fragmentos sobre ensaio, a leitura coletiva, o exercício de escrita, a operação de estilo, a formação de novas imagens, a incisão através de seus punctuns (Barthes, 1980), o ensaio fotográfico foi uma série de procedimentos que nos colocavam como exploradores da palavra, esburacadores da linguagem, do texto e da imagem para deslocarmos a produção acadêmica do estandarte da neutralidade, do monopólio dos vencedores da história que varrem e invisibilizam as singularidades existentes. Averiguar, cortar, incendiar, destruir o templo são as ações possíveis de um texto, de um pesquisador colocado em sua pesquisa ao longo do percurso, portando sua caneta, bisturi, estilete, reconstruindo seu próprio labirinto, descobrindo novos desvios, inventando modos de escrever a escrita para que esta desapareça de sua própria face.

Para além da alfabetização: Paulo Freire como possibilidade de intervenção com educadoras

Eduardo Borges do Carmo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), **Carla Carneiro de Camargo** (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

O presente trabalho visa apresentar o relato de uma experiência de intervenção psicossocial com educadoras de em uma escola pública no sul de Minas Gerais. Esta intervenção caracterizava uma das quatro oficinas de um projeto de extensão, o qual era todo direcionado a referida escola. O objetivo geral da oficina com os educadoras(es) era proporcionar uma compreensão e aprimoramento da prática dos mesmos. A intervenção, planejada por uma professora e dois alunos graduandos do Curso de Psicologia, tendo em vista o objetivo proposto, promoveu discussões acerca da prática cotidiana de educadoras(es) no contexto do ensino fundamental e da autonomia dos educandos. Neste sentido, o trabalho apresentado vincula-se ao eixo temático "Educação, tecnologias e sociedade" pois se trata de uma proposta de intervenção junto à educação formal partindo de um importante teórico brasileiro da educação. Vincula-se ainda ao GT escolhido por propor discussões e reflexões acerca da práxis dos educadores em coerência com os debates da Psicologia Social, a partir, especialmente, da noção do quefazer e da noção de que educadoras(es) e professoras(es) reproduzem em suas práticas as ações e noções através das quais elas(es) mesmas(os) foram disciplinadas(os) na infância. Participaram 16 educadoras com idades entre 24 e 50 anos. As discussões ocorreram em encontros quinzenais com duração de 90 minutos, os quais eram realizados na própria instituição em que as educadoras trabalhavam. Os instrumentos utilizados foram seis obras de Paulo Freire e um memorial escolar de cada uma das educadoras. Cada uma das educadoras realizou a leitura de uma das obras e nos encontros seguintes as educadoras apresentaram para as demais o livro que haviam lido. O memorial escolar consistia em uma breve apresentação oral, com a utilização de slides, do percurso educacional que as educadoras haviam realizado até o presente momento, além de apontarem o que as tinha motivado a optar por esta profissão. Como resultados da intervenção percebeu-se que (1) o relato das experiências cotidianas das educadoras possibilitou uma melhor compreensão dos conceitos do autor trabalhado; (2) as leituras das obras de Paulo Freire proporcionaram que as educadoras correlacionassem suas experiências como docentes e também como discentes com os temas abordados pelo autor; (3) a utilização da técnica do memorial escolar fez com que algumas das educadoras repensassem suas práticas profissionais identificando elementos que vivenciaram enquanto estudantes e que hoje reproduziam como professoras; (4) a partir do memorial escolar, ficou nítida a "surpresa" das educadoras com o percurso escolar das colegas, mesmo algumas trabalhando juntas por muitos anos; (5) foi possível identificar outras demandas das educadoras e incorporá-las no cronograma do curso. O espaço de discussão tornou-se também um espaço de outros diálogos entre as participantes. Diálogos esses acerca do cotidiano das atividades dentro da instituição, da sala de aula, sobre alunos específicos, recados institucionais, além de outros temas. Ou seja, o espaço destinado às discussões da intervenção proposta, caracterizava também um momento de encontro entre as profissionais, denunciando assim a dificuldade que as educadoras tinham de se encontrarem durante o cotidiano escolar. Dessa forma, a intervenção proporcionou as educadoras um espaço para além do eixo teórico-técnico, transformando-se num espaço de troca de experiência entre as participantes.

Recontando a Nossa História: video-documentário colaborativo como preservação da memória e descrição do cotidiano na Comunidade Quilombola Marques

Alide Altivo Gomes (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), **Agnes Maria Gomes Murta** (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), **Cardes Monção Amâncio** (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais), **Dayse Aparecida Silva Pereira Coutinho** (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)

O presente trabalho é um relato de experiência de produção colaborativa de um vídeodocumentário, construído coletivamente com uma comunidade remanescente de Quilombo do Vale do Mucuri/MG, a partir de oficinas de introdução à linguagem cinematográfica, como recurso de preservação e resgate da memória coletiva. A comunidade Quilombola Marques situase a 40 km da cidade Carlos Chagas, e atualmente reside em território fruto de uma decisão judicial, após disputa política e jurídica com a empresa Queiroz Galvão, responsável pela construção de uma Pequena Central Hidrelétrica no município e que atingiu diretamente a comunidade. Parte da pesquisa de mestrado em andamento do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Saúde, Sociedade e Ambiente, da UFVJM, norteada pelo eixo epistemológico da Psicologia Sócio- Histórica intitulada "Comunidade Quilombola Marques: Análise comparativa entre o modo de vida da comunidade, antes e após o processo de translocação/reassentamento", a realização da oficina e a produção do vídeo-documentário, surgiram de demandas apresentadas pela Comunidade Quilombola Marques ao grupo de pesquisa, sobre a necessidade da comunidade em preservar, resgatar e transmitir seu histórico de lutas e conquistas sociais enquanto remanescentes de quilombo atingidos por barragens. Os principais objetivos da pesquisa são: a partir de entrevistas, selecionar juntamente com a comunidade, partes /trechos importantes para a realização de uma análise comparativa que subsidie a construção coletiva do roteiro de um vídeo-documentário. A proposta é capacitar membros da comunidade através de oficinas que forneçam subsídios teóricos e práticos sobre a produção de vídeo-documentários, técnicas e linguagem cinematográficas, para que pudessem produzir o documentário. Trata-se de um produto, construído coletivamente com a participação de toda a comunidade, desde a elaboração do roteiro à edição e divulgação do vídeodocumentário. A luta por reconhecimento e apropriação do direito às terras quilombolas, traz consigo traços afetivos significativos às lembranças individuais e coletivas que influencia diretamente na realidade cotidiana vivida pela comunidade, as quais auxiliam na definição e caracterização da identidade deste povo. A possibilidade de um registro permanente de sua memória, o resgate deste histórico de lutas e conquistas cotidianas, significa não somente a reafirmação de sua identidade, como também a preservação e possibilidade efetivas de transmissão destas memórias, não somente para seus descendentes como também, para incentivo e motivação para outras comunidades na luta pelos seus direitos. Esta proposta foi inspirada no projeto "Vídeo nas aldeias", e intencionou-se com essa ação gerar um produto que favorecesse à comunidade a expressão/transmissão de sua história e reafirmação de sua identidade, através de um panorama comparativo, que apresentasse o cotidiano, as vivências comunitárias, antes do processo de translocação/reassentamento até os dias atuais, mostrando fragmentações e desafios vivenciados, as conquistas alcançadas neste processo e a consolidação da comunidade, apresentando nesse trajeto histórico como era a comunidade antes e o que ela é hoje. A atividade registrada como curso de extensão, aconteceu ao longo de 7 dias, dentro da comunidade, contanto com 17 participantes de ambos os sexos, com idades entre 13 e 65 anos de idade, que experimentaram ao longo deste processo, o acesso aos aspectos constitutivos e instrumentais da produção cinematográfica, manuseio de câmeras, técnicas de captação de imagens e sons e edição, formas de captação de recursos para projetos cinematográficos através de editais e leis de incentivo. Distribuição de filmes para festivais e canais de TV. Como resultado da oficina, obteve-se além de um vídeo-documentário com duração aproximada de uma hora e vinte minutos, um acervo fotográfico com 1500 imagens e um total aproximado de 20 horas em vídeos, realizados pelos participantes da oficina e que ficaram registrados no acervo da comunidade. A proposta de oficina integrativa de aprendizagem que integre ações de pesquisa e extensão favoreceu não somente a apropriação dos processos de produção cinematográfica pela comunidade, como também passou a ser instrumento e subsídio para que a própria comunidade possa contar e recontar suas próprias histórias, resgatar e preservar suas memórias e recriar o seu cotidiano como um fator de empoderamento social da comunidade, ao mesmo tempo que facilitou à equipe de pesquisadores uma maior aproximação com o universo da pesquisa, suas contradições e processo dialético de constituição histórica de sua realidade social. A linguagem imagética, traz consigo formas diversas de interface cultural, alcance social e processos de subjetivação, uma produção colaborativa favorece não somente a construção e produção de conhecimento, como também a possibilidade de divulgação, manutenção e preservação das histórias e contextos vivenciados pelos grupos sociais que dispõem deste recurso.

Selfie: imagem e subjetividade em tempos de tecnocultura

Fernanda Carvalho de Almeida (Universidade Federal do Ceará)

No contexto da Sociedade de Consumo contemporânea, observamos a crescente emergência da Tecnocultura, caracterizada pelo entrelaçamento de homem, mercado, tecnologias informacionais e midiáticas. A miniaturização de alguns aparatos técnicos e a convergência de várias funções em um mesmo dispositivo favorecem a virtualização da interação humana e transformam indivíduos em potenciais terminais receptores e transmissores de múltiplas informações. Enfocamos, neste estudo, a emergência do fenômeno selfie, prática na qual o indivíduo fotografa-se por meio de smartphone ou webcam para compartilhar imagens de si em redes sociais. Esta prática tem crescido vertiginosamente e abrangido, em diferentes formatos, aspectos corriqueiros da vida de seus adeptos. Destacamos como exemplo o bedtimeselfie (selfie da hora de dormir) e o drivingselfie (selfie dirigindo), além dos braggies - selfie que busca gerar inveja através da ostentação de objetos e experiências desejáveis. Tais imagens destinam-se ao compartilhamento em redes sociais, buscando, preponderantemente, o olhar do outro através de curtidas. Neste cenário, o presente trabalho tem por objetivo analisar o fenômeno selfie e suas articulações com o mercado, considerando o culto à autoexposição estetizada, modelada por ideais de consumo, assim como as repercussões deste fenômeno na subjetividade e sociabilidade dos indivíduos. Para empreender nossa investigação, de natureza qualitativa, utilizamos como referencial teóricometodológico a Escola de Frankfurt e críticos da cultura contemporânea que tematizam questões vinculadas à Indústria Cultural. Metodologicamente, nos valeremos da proposta da Teoria Crítica, de uma "abordagem micrológica", na qual o detalhe, o particular é tomado como um valioso índice que remete ao todo. Deste modo procederemos a uma crítica imanente do fenômeno dos selfies, tomado como elemento particular, capaz de desvelar a totalidade de alguns ideais culturais significativos da contemporaneidade. Assim, integrará nossa postura metodológica o paradigma indiciário, o qual implica em princípios e procedimentos baseados na proposta de um método direcionado ao detalhe, a dados marginais, a vestígios e indícios. Para tal, faz-se necessário estar atento a elementos que costumam ser desprezados, de forma que nossa estratégia metodológica contou com a coleta de dados alusivos ao tema selfies como reportagens, hashtags (indexadores de categorias atribuídas pelos próprios autorretratados), comentários de cibernautas e selfies. Coletou-se ainda documentários, tutorias e vídeos concernentes ao fenômeno estudado. Posteriormente, os dados foram submetidos a uma análise teórico-crítica de modo a articular dados e teoria. Como resultado, a pesquisa vem nos apontando que os selfies possuem conteúdos fortemente influenciados pelo discurso midiático e pelo consumo, visto que o indivíduo veicula a si próprio enquanto um produto, modelado por ideais culturais próprios aos media. A partir disto, as reflexões finais apontam para o empobrecimento da experiência humana e da instrumentalização das relações, à medida em que o compartilhamento dessas imagens não se pauta em uma produção de sentido singularizada, mas em padrões culturais estandardizados pelo mercado, destacando-se a reconfiguração das relações humanas aos moldes de relações mercantis. A crescente autoexposição nos selfies representa, pois, um tipo de reconhecimento instrumentalizado, conferido pelo olhar do outro e contabilizado através de 'curtidas' que exprimem aprovação/rejeição aos indivíduos. Logo, à semelhança das trocas mercantis, selfies formatados e estilizados são intercambiados pela moeda de troca de um suposto reconhecimento social. Torna-se, portanto, premente para uma psicologia social crítica a compreensão de tais fenômenos reestruturadores das subjetividades e sociabilidades contemporâneas. Ao refletir acerca destes, abre-se não apenas possibilidades de intervenção, mas a própria reflexão torna-se uma intervenção, pois destacamos que o pensar não consiste apenas em argumentar ou raciocinar, mas em produzir sentidos e em criar realidades.

Uma pesquisa visual e compartilhada de Paraty: fotografias e narrativas de representação da cidade

Ligia Ungaretti Jesus (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo IP/USP)

Essa é uma pesquisa que aborda a fotografia na cidade de Paraty (RJ), em um trabalho qualitativo de base fenomenológica, através da experiência estética e ambiental (Berleant, 1992). A proposta de apreciação de registros fotográficos dos participantes da pesquisa foi complementada com entrevistas semiaberta como procedimentos de pesquisa para entender aspectos da realidade social. Esta pesquisa integra os trabalhos realizados junto ao Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte (LAPA) e é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Objetivos: Gerais: - Entender os processos vividos pelo indivíduo que cria uma representação fotográfica da cidadede Paraty. - Explorar a relação do nativo, do imigrante e do turista de Paraty com essa cidade, através deimagens fotográficas e narrativas. Específicos: - Explorar o cruzamento da imagem com as narrativas como metodologia de pesquisa. - Compreender aspectos da realidade social através da percepção dos participantes. Métodos e procedimentos da pesquisa: a) Seleção do participante; b) Primeiro encontro presencial: - Apresentação da pesquisa; - Aceite em participar da pesquisa; - Conversa sobre fotografia; c) Envio das fotografias selecionadas: - Impressão das fotografias; - Apreciação das imagens; d) Segundo encontro presencial: - Preenchimento da ficha catalográfica; - Assinatura do termo de concedimento de entrevista; - Realização da entrevista semiaberta;) Análise das entrevistas: - Transcrição da entrevista; - Redução do texto da entrevista; - Delimitação de categorias significativas; f) Elaboração de conjuntos multiautorais: - Cruzamentos narrativas e imagens; - Deixar emergir as unidades de sentido. Primeiramente aconteceu a seleção dos participantes (a), que se deu de forma aleatória, ora por indicação de conhecidos, ora através de contato direto entre a pesquisadora e o sujeito. Num primeiro encontro (b) a pesquisa era brevemente explicada ao participante e esse era convidado a fazer parte da mesma. Uma vez aceito o convite, esse se comprometia a enviar 12 fotografias de seu acervo pessoal para Ligia U.J. respondendo a seguinte pergunta: "Como é a sua Paraty?". As fotografias foram enviadas (c) via e-mail ou facebook para Ligia U.J., e essas foram impressas a fim de dar melhor qualidade à experiência de visualização das mesmas. No segundo encontro presencial (d) uma ficha catalográfica foi preenchida e um termo de concedimento de entrevista foi assinado por cada um dos participantes. Nesse momento cada participante optou pelo anonimato ou não na pesquisa. Uma vez preenchidos os documentos, deu-se início à entrevista semiaberta, a qual se deu em um contexto informal onde a pesquisadora atentou para abordar cada um dos tópicos préestabelecidos no roteiro da entrevista, porém permitiu que a conversa corresse de forma natural. Essa entrevista foi gravada e posteriormente transcrita (e). Mais tarde, reduzimos o texto da transcrição da entrevista (f) a fim de evidenciar seus aspectos mais significantes em função das imagens trazidas por cada um dos participantes. Resultados: Finalmente chegamos a 12 conjuntos de 12 fotografias, cada um correspondente a um dos participantes da pesquisa, totalizando 144 imagens. Além disso dispomos de 170 páginas de transcrições de entrevistas, as quais deram origem a doze pequenas introduções a cada um dos participantes da pesquisa. Conclusões: O uso da fotografia como método de pesquisa nos permitiu adentrar contextos da realidade dos entrevistados específicos, os quais dificilmente seriam tocados caso tivéssemos nos restringido à entrevista oral semiaberta. Entre estes contextos está também a relação dos participantes com a própria fotografia, que se deu por diversos aspectos como estética, autoria, memória e críticas à cidade. Também através da fotografia em combinação com a entrevista pudemos verificar que cada um dos perfis do público da cidade (nativos, imigrantes e turistas) estabelece uma relação específica com Paraty, ao mesmo tempo em que alguns aspectos permeiam todos os participantes de forma semelhante. Por fim, concluímos que os resultados de uma pesquisa compartilhada que envolve a fotografia permitem resultados estéticos que são em si uma obra gráfica análoga à uma exposição de fotos ou a um foto livro, dependendo da forma em que são apresentados.

"Cinema, subjetividade e sociedade: a sétima arte na produção de saberes" uma experiência de extensão na Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista

Eduardo de Carvalho Martins (Universidade Federal de São Paulo), Jaquelina Maria Imbrizi (Universidade Federal de São Paulo), Mauricio Lourenção Garcia (Universidade Federal de São Paulo)

O projeto de extensão "Cinema, Subjetividade e Sociedade: a sétima arte na produção de saberes" utiliza a produção cinematográfica para o aprofundamento de conhecimentos ligados à constituição das configurações subjetivas na contemporaneidade. As atividades tiveram início em 2015 e se desenvolvem em parcerias com projetos de ensino, pesquisa, extensão e dispositivos já existentes na cidade. Seu objetivo é suscitar reflexões sobre temas relevantes, pressupondo que o cinema pode contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos e propiciar questionamentos sobre as concepções fechadas que o sujeito tem de si, do meio sociocultural, político e educacional em que está inserido. Desenvolve metodologias diversas, entre elas, a exibição cinematográfica e mesas de debates com convidados internos e externos à universidade. O objetivo deste painel é discutir uma atividade de exibição, seguida de debate, dos documentários "Funk ostentação – o filme" e "Funk ostentação – o sonho". Neles são apresentados os sonhos das crianças que se miram nos seus ídolos MCs, rodeados por mulheres em trajes minúsculos e tendo carros de luxo como pano de fundo. A escolha desse tema emergiu das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão "Juventudes e Funk na Baixada Santista: territórios, redes, saúde e educação" que produz discussões sobre a sexualidade, prevenção à AIDS, violências de gênero e o lugar da mulher no contemporâneo. A mesa debatedora foi composta por duas estudantes, uma desenvolve a pesquisa "cartografias do funk na Baixada Santista" e a outra é militante de movimentos sociais, um MC, um frequentador dos bailes funk e uma professora da universidade.

No debate emergiram questões polêmicas e contradições expressas nas falas dos debatedores e nas perguntas apresentadas pelo público: o sonho de ser um funkeiro famoso afastaria os jovens do crime e tráfico comuns a uma população com pouco acesso ao lazer, à educação e aos direitos culturais; as letras das músicas enfatizariam o consumo e um projeto de transformação social permaneceria obstruído, como um não dito; a alusão ao assassinato de MCs na Baixada Santista que, embora aderidos à lógica da ostentação, não ficaram imunes à violência circundante; a desconstrução de preconceitos contra este tipo de manifestação cultural, podendo indicar certa igualdade de classes às avessas por meio do acesso aos produtos consumidos pela elite; "o papel da mulher no funk", que pode ser observado em músicas e clipes, nos quais é vista como um "objeto-troféu".

Algumas psicanalistas estão pesquisando as manifestações artístico-culturais das periferias das grandes cidades. Amaral (2013) pesquisa as relações dos jovens com as culturas contemporâneas, como o rap e o grafite, e propõe uma pedagogia da indignação que, por meio de oficinas, pode provocar: o estranhamento pela via sonora, histórica e poética; a sensibilização da escuta e da fala para o inenarrável; a produção de um novo jeito de estar no mundo. Cerruti (2014) desenvolve pesquisas sobre o movimento hip-hop e critica a proposta de redução das manifestações artísticas a meros modos de inserção social, pois considera que essas produções culturais são fenômenos orgânicos afirmativos que geram soluções criativas e autônomas para os impasses cotidianos. Se o movimento hip-hop problematiza o social através da crítica à desigualdade econômica inerente ao modo de produção capitalista, no funk ostentação parece haver uma falta de questionamento e uma adesão ao modo de consumo da sociedade do espetáculo, no qual há a fusão entre a cultura e a publicidade que convocaria todos a gozar de privilégios dos consumidores da elite. Tal como nos alerta Kehl (2004): "O desejo é social. Desejamos o que os outros desejam ou o que nos convidam a desejar".

As atividades do projeto de extensão têm conseguido problematizar a diversidade das manifestações artísticas e os discursos que as sustentam, entendendo-os como produções culturais que refletem violências não excêntricas aos fenômenos que os constituem. Em outras palavras, a violência mais visível perpetuada contra as mulheres e os jovens das periferias pode ser entendida, segundo Zizek (2014), como uma das faces de um fenômeno que em sua composição contém violências outras, não menos graves, como a sistêmica que se refere às consequências catastróficas do modo de funcionamento do capitalismo e a simbólica e imaginária. Atentar para tal sustentação ideológica se torna imprescindível se quisermos encarar a relação imanente entre tipos supostamente distintos de violência que, muitas vezes, nos conduzem a rejeitar veementemente alguns ao mesmo tempo em que aceitamos com espantosa passividade as formações discursivas que os sustentam.

Os fenômenos da violência e do consumo conspícuo podem ser compreendidos como um sintoma social, pois "um sintoma não pode ser separado de seus modos de expressão e de reconhecimento social nem dos mitos que constrangem a escolha de seus termos" (DUNKER, 2015, p. 31). Sendo assim, faz-se necessária a investigação em torno das distintas condições de possibilidade discursiva que favorecem a existência de tais fenômenos, tarefa urgente para psicanalistas que consideram a potência transformadora do cinema.

GT 03 ARTE E TESTEMUNHO: DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DOS TERRITÓRIOS INFAMES

A arte como dispositivo de resistência e/ou Como criar fissuras na sociedade disciplinar?

Moisés José de Melo Alves (Universidade Federal de Pelotas), **Édio Raniere** (Universidade Federal de Pelotas)

O trabalho pretende apresentar a experiência de monitoria na disciplina de Psicologia Social do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas. A disciplina é ofertada ao segundo semestre do curso, de modo que consiste o campo de investigação aqui tratado. Durante o período da disciplina, foi criado uma espécie de coletivo sala de aula, em que além das discussões teóricas foi estabelecido a proposta pedagógico/metodológica da construção coletiva de um Sarau artístico.

Fundamentado por pensadores como FOUCAULT (2013a, 2013b, 2014, 2015), NIETZSCHE (2009, 2011), DELEUZE & GUATTARI (2010, 2011, 2012), AGAMBEN (2007), o trabalho pretende discutir a questão do papel da arte na psicologia social, trazendo para tal alguns questionamentos: seria possível criar uma disciplina menos sedimentada (DELEUZE & GUATTARI, 2012), menos individualizada e menos permeada pelo poder disciplinar? Pode a intersecção arte/psicologia romper com a docilização dos corpos?

AGAMBEN (2007), partindo da prerrogativa de Benjamin que assume o capitalismo como religião, cita que a religião capitalista funciona no sentido de constante produção de divisão "Poderíamos dizer que o capitalismo, levando ao extremo uma tendência já presente no cristianismo, generaliza e absolutiza, em todo âmbito, a estrutura de separação que define a religião" (AGAMBEN, 2007, p. 71). Nesse sentido, como profanar (AGAMBEN, 2007) a máquina? A máquina de produção de desejos (DELEUZE & GUATTARI, 2010) que provoca todas essas injustiças sociais. Além do que, como se atravessa o paradoxo de como dizer desse contemporâneo, sem falar pelos outros (FOUCAULT, 2014)?

Sob esses questionamentos, em um primeiro momento, os estudantes foram provocados a pensar em um problema relacionado a psicologia social que gostariam de se debruçar. Posteriormente, duas aulas foram oferecidas para que as ideias fossem colocadas para apreciação do grupo, afim de serem discutidas coletivamente. A partir daí, cada aluno ficou responsável por um projeto, que deveria ser desenvolvido e apresentado com um dispositivo artístico em um possível Sarau. Segundo FOUCAULT (2013a) a invenção da nova sociedade que visou superar o poder da Soberania se utilizou de diversas novas técnicas, a fim de assegurar a mão de obra necessária ao novo regime socioeconômico na Europa do fim do século XVIII. FOUCAULT (2013b) cita que tal troca de gerência trouxe consigo a necessidade de se instituir novos regulamentos à crescente população, de modo que as punições em praça pública rapidamente cederam lugar ao encarceramento.

O paradigma criado foi o da vigilância e punição, o poder disciplinar instaura o novo regime de signos, tendo a individualização e o adestramento dos corpos como máxima institucional. Assim, o panoptismo surge como axioma de organização espaço-temporal, para fabricação de perfeitos corpos para o trabalho. Toda essa economia constantemente vigiada pelo exame e a sanção normalizadora (FOUCAULT, 2013a). A partir da necessidade de controle, psicologia, sociologia, psiquiatria são criadas com o intuito de normalizar o cotidiano, produzir corpos padronizados ao sistema. Além das ciências humanas, NIETZSCHE (2009) cita que a moralidade cristã foi outro dispositivo chave na legitimação da sociedade moderna, partindo da culpabilização cada um dos indivíduos, singularmente.

Na esteira desse pensamento, a arte seria a inocência criadora da criança (NIETZSCHE, 2011), a única figura das três metamorfoses da alma que é capaz de invenção, afastando-se das representações da realidade. Tal criação é a de linhas de fuga, rupturas aos instituído e disciplinado, capaz de potencializar a vida. Dessa forma, como resultados, o Sarau contou com vinte e cinco inscrições. Entre elas: duas instalações de fotos; apresentações audiovisuais; um cordel de contos com sete diferentes ensaios; "Árvore de Baobá"; "Máquina do Empoderamento"; e no auditório, quatro apresentações teatrais e um espetáculo de dança contemporânea.

A partir do poder disciplinar e da biopolítica (FOUCAULT, 2013a, 2015) pode ser pensado o caráter burocrático e sedimentado (DELEUZE & GUATTARI, 2012) da organização da vida a partir das instituições. A monitoria centrou-se em dar suporte aos projetos dos alunos, bem como em ajudar na organização do Sarau. Dessa forma, a potência do evento fica a cargo da tentativa de resposta à produção de novas suavidades dentro do enrijecido da academia a partir do diálogo psicologia e arte, bem como romper com o disciplinamento de lugares e desejos pela assunção do capitalismo e da consequente disciplinação.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. Profanações. São Paulo: Boitempo, 2007.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia 2, vol 3. Rio de janeiro: Ed. 34, 2ª ed., 2012.

FOUCAULT, M. A Verdade e as formas Jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013a.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 41 ed., 2013b.

_____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 28 ed., 2014.

_____. História da Sexualidade: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª Ed., 2015. NIETZSCHE, F. Genealogia da Moral. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

A arte urbana e seus impeditivos: um caminho de intervenção no campo da pesquisa

Renan De Vita Alves de Brito (Universidade Federal de Santa Catarina)

O foco da discussão do presente trabalho se refere a um acontecimento que emergiu a partir das atividades de campo de pesquisa de mestrado. Pesquisa esta desenvolvida junto ao programa de pós-graduação na Universidade Federal de Santa Catarina.

As atividades da pesquisa-intervenção são realizadas com jovens que frequentam uma ONG (Centro Cultural Escrava Anastácia) na cidade de Florianópolis/SC. O grupo é composto por uma média de vinte jovens, encaminhados à ONG por diversos programas de inclusão em assistência social, um coordenador responsável pela pesquisa e um cinegrafista responsável pelo registro das atividades.

Estruturada com base no projeto ArteUrbe: oficinas estéticas com jovens na cidade, em que participei como bolsista de iniciação científica durante o período de março de 2010 a novembro de 2013, a referida pesquisa tem como objetivo principal problematizar as relações dos jovens com a cidade pautada nos temas: arte, jovens e cidade. A cidade como espaço principal das atividades, ainda que não o único; os jovens, público a quem são dirigidas as oficinas artísticas; e a arte urbana (graffiti, estêncil, lambe lambe) como principal dispositivo para tensionar as relações dos jovens com o espaço urbano.

Nas atividades de campo da pesquisa, são ofertadas oficinas estéticas para jovens para, via intervenções artísticas no espaço urbano, construir com eles novas maneiras de viver a cidade; transformar a urbe e suas relações.

Considerando que, segundo Costa (2004, p. 181), na cidade prevalece a "centralização de práticas, construções sólidas que ordenam os corpos no seu deslocamento, fixando-os em lócus lógicos de um quadro classificatório", pretende-se, com as oficinas estéticas, estabelecer no espaço urbano relações outras que escapem às triviais; construir, a partir de intervenções estéticas, um "coágulo" em meio ao fluxo urbano que permita que as pessoas desacelerem seus ritmos, se esbarrem, se olhem, pois na urbe,

As vias e desobstruções evitam os coágulos, não apenas em prol da "circulação saudável", mas também temendo a articulação subversiva da multidão em movimento, fazendo com que esta escorra sempre. (COSTA; FONSECA; MIZOGUCHI, 2004, p. 181).

O acontecimento que se apresenta como foco de discussão deste trabalho, ocorreu em meio a uma das oficinas estéticas da linguagem artística denominada estêncil, cuja produção compreende dois momentos distintos.

No primeiro momento, com o auxilio de estiletes, são recortadas chapas de radiografias e transformadas em moldes vazados, que uma vez aplicada tinta em spray, imprimem a determinadas superfícies a ilustração recortada; no caso das oficinas da pesquisa, as ilustrações são aplicadas nas superfícies da cidade.

No segundo momento o grupo dirige-se à rua para escolher os locais em que serão inscritas suas produções. No dia do acontecimento, foco da discussão desse trabalho, o grupo escolhera uma praça pública consideravelmente degradada para realizar a intervenção. Havia muitos bancos espalhados pelo local, o que fez com que a maioria dos jovens escolhesse os encostos desses assentos como principal alvo de suas intervenções.

Durante o processo, algumas pessoas que transitavam pelo local se demonstraram descontentes com as intervenções dos jovens e após se dirigirem ao grupo com bastante hostilidade, agressões verbais e irritação, acionaram as autoridades policiais. Passados alguns minutos, os policiais chegaram à praça e abordaram o grupo, que na medida do possível dialogava para explicar os objetivos das intervenções artísticas.

Apesar da tensão e do alvoroço causado pela presença policial e, da aparente interrupção ao trabalho, foi possível enxergar a abordagem como acontecimento que contribuía com a atividade, fazendo com que esta não cessasse ali.

Ao grupo foi necessário responder pelas intervenções, assumir posições, dialogar, se responsabilizar pelos desdobramentos, escutar e construir em processo coletivo uma cidade diferente, uma cidade possível.

Se as possibilidades de transitar e participar da (re)construção dos espaços urbanos demonstraram-se, por um lado, demasiadamente restritas, por outro apresentaram-se passíveis de serem resignificadas e transformadas em abertura à continuidade no processo a que se propõem as atividades da pesquisa em questão: a formação ética, estética, política dos participantes. Foi possível problematizar as possibilidades de transitar a cidade de maneiras outras que escapem aos modos dominantes, pensar modos de ampliar as estéticas que nos colocam em contato com os espaços urbanos e estabelecer trocas e diálogos na constituição da urbe.

Ficou evidente que a reprodução e subordinação às normas estão invisivelmente enraizadas nos corpos, fazendo com que os próprios cidadãos assumam o papel das autoridades quando essa não se faz presente.

A abordagem e as decisões dos policiais, assim como a interferência dos pedestres, não significaram o encerramento da atividade; ao contrário, possibilitaram abertura a trabalhos outros junto com os jovens, dando continuidade às atividades nos espaços urbanos.

A Experiência do Projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental de Fortaleza

Naiane Gomes Andrade (Escola de Saúde Pùblica), Emanuella Cajado Joca (Escola de Saúde Pública do Ceará)

Este resumo é um relato de experiência acerca da execução do projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental de Fortaleza. Esse foi uma construção coletiva de participantes do programa de Residência Integrada em Saúde da ESP-CE e contemplado no edital II Chamada de Seleção de Projetos de Fortalecimento do Protagonismo dos Usuários e Familiares da Rede de Atenção Psicossocial. Alcançou 100 pessoas entre usuários e familiares da rede municipal. Foi divididos em quatro grupos que foram referenciados por quatro unidades de centros de atenção psicossocial (Caps). O relato do presente trabalho centra-se em um dos grupos, ligado ao Caps Geral da Secretaria Regional (Sr) III. Durante o processo tivemos 16 encontros que aconteceram na regional supracitada, especificamente na Cooperativa de Usuários dos Caps (Coopcaps). Os cooperados são usuários e familiares da rede de atenção psicossocial Realizam atividades manuais e artesanatos. Em cada oficina as pessoas puderam conhecer e experienciar a proposta de Augusto Boal de teatro, em que o foco é a desmecanização dos corpos, a reflexão crítica da realidade e a desnaturalização dos oprimidos e opressores. Os jogos e exercícios eram trabalhados e depois discutidos com a finalidade de potencializar a circulação do conhecimento libertador. Quanto à composição do grupo, este era misto e com pessoas de diversas idades e modos de estar no mundo. As opressões relatadas por cada sujeito descortinaram as diversas discriminações que estas pessoas vivenciaram e vivenciam cotidianamente e deslumbraram, para o corpo de facilitadores, histórias que não apareciam no cotidiano dos serviços de saúde, ou que muitas vezes aconteciam nesses espaços,mas que eram silenciadas pela frieza das isntituições. O preconceito nas ruas foi um tema forte nesse grupo, bem como, o preconceito em casa por familiares e até mesmo em espaços de participação social. O projeto contemplou a construção de uma cena de Teatro Fórum em que uma opressão vivida por um ou mais dos participantes do grupo deveria ser transformada em cena teatral. A plateia é convidada a pensar sobre quais alternativas de enfrentamento para a opressão destacada na cena.A Cena escolhida pelo grupo foi uma que envolveu a temática preconceito. Na situação , duas mulheres usuárias de um serviço CAPS foram impedidas de exercer sua participação social através do voto em um evento, pois alegaram que “doentes mentais” não podem votar. A cena foi lapidada dentro do conceito de Teatro Fórum. Diante da problemática, a platéia era convidada e pensar em alternativas. Foi estimulado o protagonismo da ação. No que tange sobre as reverberações do Projeto, observou-se o fortalecimento dos sujeitos participantes das oficinas e a gradual melhora da expressividade bem com da busca conjunta de estratégias de enfrentamento das dificuldades. Os corpos foram sendo desafiados a novos movimentos,expressões e novas práticas terapêuticas envolvendo a arte. Ofertou-se o cuidado não centrado no medicamento. Outro fato relevante a ser mencionado é o fortalecimento do protagonismo da COOPCAPS que acolheu o projeto em um momento delicado de sua existência.No contexo, a cooperativa completava 10 anos e estava com dificuldades em relação a estrutura física precária e outras questões envolvendo atritos institucionais e pessoais. Era um espaço fechado e de pouca visibilidade. Com a abertura para o Projeto, muitas das dificuldades puderam ser atenuadas. O Projeto imprimiu o selo da arte como uma contra-força nos desejos de manicômio que tentem a silenciar, aprisionar e normalizar.

Cidade Polissêmica

Neiva de Assis (Universidade Federal de Santa Catarina), **Andréa Vieira Zanella** (Universidade Federal de Santa Catarina)

O presente estudo teve como foco as relações construídas por moradores de São Francisco do Sul – Santa Catarina - com o patrimônio histórico cultural da cidade. A pesquisa defende a tese de que esta cidade, reconhecida oficialmente como conjunto paisagístico urbano na década de 80 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como patrimônio nacional, não é monológica, contém outros patrimônios não visibilizados, possui outros modos de preservação de memória não presentes no discurso hegemônico sobre a cidade. A pesquisa considerou fundamental prestar atenção ao modo como outras etnias, outros grupos culturais reivindicam suas presenças na cidade e as tensões que emergem do confronto com vozes sociais dominantes. Consistiu em uma imersão no contexto da cidade, com encontros com moradores, marcada pelo acolhimento ao imprevisível, à atenção aos vestígios de memórias, os restos de histórias, os objetos inéditos e infames. O percurso investigativo tomou corpo de uma etnografia no sentido de que a preocupação era dar visibilidade a contextos e problemáticas inéditos por meio de uma observação microscópica e uma descrição não contente com a superfície; em que se procurava alargar o olhar sobre patrimônios e memórias em São Francisco do Sul. A pesquisa encontrou resíduos de memórias e foi preciso interpretar insignificâncias e detalhes, por vezes, considerados negligenciáveis. Por isso, o paradigma indiciário de Ginzburg (2000) auxiliou a pensar a possibilidade de uma pesquisa por vestígios, fragmentos de histórias e memórias entretecidas no curso da investigação. Construiu-se um percurso analítico investigativo em que o pesquisador colecionou restos, objetos, fragmentos de memórias, de histórias de vidas, no encontro com cada entrevistado, que forneceu pistas de novas memórias. Ao seguir essas pistas, encontrou-se novas pessoas, com novas histórias e, por conseguinte, novas pistas para outras histórias e memórias.As análises pautaram-se nas discussões sobre relações dialógicas em Bahtin, produção de sentidos em Vigotski, estética e política em Rancière, bem como os estudos no campo da etnografia, patrimônio e memória e o contato com práticas de patrimonialização na Itália. Como resultados, constatou-se, no processo de patrimonialização, uma compreensão restrita, vinculada a políticas de patrimônio conservadoras e elitistas. Foram privilegiados bens pertencentes aos grupos sociais de tradição europeia e, por conseguinte, produziu-se um retrato de cidade atrelado aos colonizadores europeus e um apagamento de memórias de tantos outros grupos culturais presentes neste território. Com a imersão no contexto foi possível restituir alguns dos diversos patrimônios e apontar alguns rastros de memórias que compõem a polifonia da cidade: aldeias guaranis que mantém sua língua e seus artesanatos; remanescentes quilombolas resistindo ao apagamento de suas tradições; um último engenho ativo de farinha de mandioca artesanal; uma antiga dança festiva de colheita agrícola cultivada por uma família; histórias de um velho pescador artesanal objetivadas em poesias; tantos e tantos sambaquis esquecidos; o desejo de um museu de memória negra; um colecionista de objetos encontrados no lixo; lendas em torno de uma comunidade extinta com a instalação do porto naval, entre tantas outras. O diálogo entre essas memórias e experiências de museus etnográficos na Itália possibilitará a construção de novas propostas de registro de memórias para a cidade de São Francisco do Sul, bem como a restituição de patrimônios culturais socialmente invisibilizados.

Direitos Humanos e a Formação em Psicologia no Pará: entre silenciamentos, resistências e capturas

Ana Carolina Farias Franco (Universidade Federal do Pará)

A literatura sobre a história da psicologia brasileira enfatiza que a tônica da atuação do psicólogo, nas duas décadas posteriores a regulamentação da profissão (ano de 1962), esteve voltada para atender o perfil de profissão liberal e estava baseado em modelos teóricos da Europa e dos Estados Unidos, pouco condizentes com a realidade local. Tais estudos apontam ainda que, nos fins da década de 1970, no campo do saber psicológico emergiram críticas a este modelo de atuação e de formação de caráter elitista, individualizante e a-histórico. Destaca-se também que, nos anos de 1980, ocorreu uma aproximação dos/as psicólogas junto aos segmentos mais populares da sociedade brasileira, especialmente, por meio dos serviços de saúde mental, que exigiram a invenção de novas práticas no campo "psi". Ainda de acordo com a literatura, o debate acerca dos direitos humanos no campo da psicologia só começa a ser realizado após a abertura democrática brasileira. A constituição de uma Comissão de Direitos Humanos, no ano de 1997, pelo Conselho Federal de Psicologia, impulsiona a inflexão sobre os direitos humanos na atuação dos profissionais de psicologia, por meio de uma série de campanhas, seminários e publicações. No que se refere à formação de psicólogos, no Brasil, o objeto direitos humanos já tem sido abordado no currículo, por meio de disciplinas, palestras, projetos de extensão e de iniciação científica, ainda que de maneira tímida. A presente comunicação, situando-se neste debate sobre a formação em psicologia, pretende apresentar um relato de pesquisa em andamento sobre a constituição do objeto direitos humanos nas práticas curriculares da formação de psicólogos/as produzidas na Universidade Federal do Pará (Universidade Federal do Pará). Partimos de uma noção ampliada de currículo, em que este deixa de ser entendido, de modo restrito, como a organização de conteúdos disciplinares, para ser pensado de maneira articulada como a experiência formativa ampla, em que tanto aspectos técnicos como aspectos ético-políticos são agenciados. Trata-se de uma pesquisa histórica e documental, que arregimenta arquivos diversificados: o projeto político pedagógico do curso; seminários, palestras e rodas de conversa promovidos tanto pela Faculdade de Psicologia e os grupos de pesquisa; os projetos de extensão; projetos de iniciação científica; registros sobre atividades produzidas pelo centro acadêmico e movimento estudantil. Para o empreendimento da análise, nos apoiamos nos operadores conceituais do pensamento de Michel Foucault, a partir do qual pudemos problematizar esta formação em seus aspectos éticos, estéticos e políticos. Com este autor, entendemos que na produção do que se pensa como formação e no que se desenha como currículo subjacente há diversas lutas em torno do que será aprendido e o que se deixará de fora, de que forma os conteúdos serão hierarquizados e como estes conteúdos devem ser aprendidos e de que forma serão avaliados, o que nos impulsiona a lançar as seguintes questões: O que a formação de psicólogos/as da Universidade Federal do Pará produz como objeto de direitos humanos? O que aparece e o que é silenciado no currículo? Que modos de subjetivação são produzidos por esta formação em termos de uma política de direitos humanos? Em nossa análise parcial, entendemos que se torna dizível e visível uma pluralidade de práticas formativas que se materializam não somente em sala de aula, mas também em atividades outras, como as atividades políticas do centro acadêmico, grupos de pesquisa e movimento estudantil e que fazem emergir aquilo que se nomeia "direitos humanos" de modo diverso. No currículo oficial, o debate acerca dos direitos humanos aparece vinculado a uma disciplina específica, intitulada "Psicologia, Justiça e Direitos Humanos", estando ausente como eixo transversal do Projeto Político Pedagógico. Nesta disciplina, este objeto aparece relacionado especificamente a uma área de atuação em psicologia, aquela que mantém interface com práticas de justiça. Podemos afirmar também que as práticas curriculares desta formação produzem processos de silenciamento, resistências e capturas. Ora os direitos humanos são silenciados no currículo sob certa prática psicologizante, a qual aparta produção do conhecimento científico da política. Ora os direitos humanos são capturados por racionalidades de judicialização da vida. Ora os objetos direitos estão humanos estão vinculadas a práticas de resistência a uma lógica de formação/educação, que na atualidade, está cada vez mais relacionada a uma lógica utilitarista e de mercado.

Entre o Simbólico e o Real: Cenas de Manifestações da Violência

Maurício Garcia dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande), **Fabio Dal Molin** (Universidade Federal do Rio Grande)

O presente trabalho é resultado de reflexões geradas a partir de filmes e leituras trabalhadas em um grupo de pesquisa intitulado LAPOT do curso de psicologia da FURG. Tem como objetivos a busca de pontos de convergência entre a tática Black Bloc e um filme também dito violento. Tal investigação se propõe a entender como a violência é percebida na contemporaneidade. Para tal analisaram-se dois fenômenos: o filme "A Serbian Film"[um filme sérvio] que chegou aos cinemas brasileiros com o título de "Terror sem Limites"; e a adesão a tática Black Bloc em diversas manifestações no Brasil em junho de 2013. O que os aproxima é a intolerância que guia as discussões em torno deles. Uma repulsa é gerada ao primeiro contato, não permitindo um olhar aprofundado que permita compreender as representações, pulsões e desejos em cena. Tentamos compreender a contemporaneidade como "uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias."(AGAMBEN, 2010, pg.59)

Em junho de 2013, vimos nas ruas de cidades brasileiras uma série de protestos se levantarem. Inicialmente motivadas pelo aumento nos preços de passagens do transporte público essas manifestações tinham um caráter pacífico. Mas aos poucos um novo fenômeno foi se inserindo nestes espaços.

Novo para nós. A tática Black Bloc surge na Alemanha ocidental da década de 1980 com o intuito de funcionar como um cordão de isolamento e proteger manifestantes. Nos anos 1990 a tática é ressignificada. Ao perceber que a desobediência civil pacífica já havia se esgotado, alguns ativistas tentaram algo diferente. Eles provocaram a "destruição seletiva de propriedade privada" (pg. 284) atraindo a atenção das mídias de massa e transmitindo uma mensagem de resistência aos ideais neo-liberais e acordos de livre comércio. (SOLANO, 2013)

O filme chegou a ser exibido em algumas cidades brasileiras mas "Em 9 de agosto [de 2011], a obra foi proibida no território brasileiro". (GOMES, 2012, pg. 286). O filme viria a ser liberado somente no dia 11 de julho de 2012, quase um ano após sua censura.

O método utilizado é baseado no critério triádico da fenomenologia semiótica, o imbricamento sinérgico: Descrição, Redução, Interpretação. Esse tipo de "análise fenomenológico-semiótica leva obrigatoriamente ao confronto entre intensão (ou seja, o modo de percepção do individuo) e extensão (ou o modo de expressão)" (GOMES, 2008).

De acordo com Arendt (2011) o poder não é baseado em coerção ou violência, pois seriam termos opostos. A violência surge quando o poder se desintegra e não é mais generalizadamente acatado. O que observamos no movimento Black Bloc é um grupo de pessoas que não mais acatam silenciosamente as decisões do estado, muito menos se identifica com esta forma de organização. E a partir dos conceitos de violência subjetiva/objetiva de Zizek(2014) fica explicito que a forma de manifestar do movimento Black Block é através da violência subjetiva que age sobre um "grau zero" de violência, objetiva, sistêmica e simbólica que é causada pelo sistema político-econômico vigente. Identificamos na censura ao filme sérvio o mesmo tipo de relação.

Mais do que respostas, nos deparamos com uma série de perguntas que surgem no confronto com a violência na contemporaneidade. O que há de tão perigoso em imagens simuladas, encenadas? O que há de real nesse filme que pode fazer com que um juiz decida por sua interdição? E a ação direta dos adeptos da tática Black Bloc é um ato simbólico? Ali não há atuação. Vidraças se estilhaçam de verdade. As balas de borracha perfuram a carne, bombas causam efeito moral, gases e sprays arrancam lágrimas de uma população em convulsão. A violência faz com que nos percamos num labirinto entre o simbólico e o real.

O que pode ser apresentado como resultado é uma tentativa de apreender fenômenos sociais pela arte. Também a possibilidade pedagógica de estudar a violência através da arte e do que se viu nas ruas. Criando um elo entre a realidade, o virtual e o simbólico.

Referências:

AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Trad. Vinícus Nicastro Honesko. 2ºreimp. Chapecó: Argos 2010. 92p.

ARENDT, H. Sobre a Violência. Trad. André Duarte. 3ºed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2011. 167p.

GOMES, Mayra Rodrigues; PAGNOTTI, Ivan. Censura além da classificação: a recepção brasileira de A Serbian film. Significação - Revista de Cultura Audiovisual, [S.l.], v. 39, n. 38, p. 278-301, Jan. 2014.

GOMES, William Babosa; ROSEMBERG, Daniel; ALENCASTRO, Luciano da Silva; CASTRO, Thiago Gomes de. Reversibilidade entre percepção e expressão na experiência cinematográfica: A completação gestáltica para campo multiestável. Revista da Abordagem Gestáltica, XIV(2), p. 161-171, jul-dez. 2008.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração 2014. 336p.

ZIZEK, S. Violência. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo 2014. 198p.

Histórias de vidas artísticas: experiências de formação em Psicologia Social

Jaquelina Maria Imbrizi (Universidade Federal de São Paulo), **Lucas Delfin Ferreira Rodrigues** (Universidade Federal de São Paulo)

A produção escrita de narrativas de história de vida tem se apresentado como um dispositivo para a formação dos graduandos do curso de Psicologia do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo. No ensino há a oferta do módulo "Psicologia, Ideologia e Cultura" para o terceiro termo do curso, cuja principal atividade de avaliação é o convite para que o estudante produza uma escrita sobre sua trajetória de vida e estabeleça relações com os textos discutidos no módulo (IMBRIZI, 2014). Há o desenvolvimento da pesquisa (1) que objetiva discutir a narrativa de si como momento de entrelaçamento arte, experiências e conhecimentos na produção escrita e nos processos de subjetivação. Nas atividades do projeto de extensão (2) os extensionistas elaboram narrativas de história de vida dos artistas da cidade de Santos e imediações. Os três projetos se inserem no campo das pesquisas autobiográficas que inclui os "[...] diferentes tipos de narrativas de si, entre memórias, depoimentos, entrevistas, correspondências, diários ou blogs" (RAGO, 2013, p. 33). O estudante, ao escrever narrativas de vida, está se aproximando das técnicas de si e dos modos como gregos e romanos investiram na produção de subjetividade (RAGO, 2013). Essas técnicas incluíam a meditação, a dieta, os exercícios físicos e espirituais, a coragem de dizer a verdade e a escrita de si. Essa última está associada ao cuidado de si, mas também à abertura ao outro, como atividade sobre o próprio Eu num contexto de relações e laços sociais.

Foucault (1992) cita duas formas de escrita de si: hypomnemata e correspondência. Os primeiros eram cadernos de notas que, em si mesmos, constituíam anotações sobre a fala de alguém e um texto lido, que poderiam ser utilizadas para meditação ou reflexão pessoal. Já nas diversas formas de correspondência endereçadas ao outro, na maioria das vezes os assuntos versavam sobre modos de compartilhar notícias sobre questões de saúde e atividades cotidianas. O filósofo insiste que, ao escrever para um outro, o sujeito é surpreendido com ideias que desconhecia até para si mesmo. "Escrever é pois 'mostrar-se', dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro" (FOUCAULT, 1992, p. 150). Ou seja, as possibilidades de transformação dos sujeitos estão abertas para quem escreve e para quem lê.

O objetivo desta apresentação no XVIII Encontro Nacional da Abrapso é o de discutir os dados produzidos no projeto de extensão de modo a estabelecer articulações com as atividades de pesquisa e ensino voltadas à uma proposta de formação em Psicologia Social. No primeiro semestre de 2015, oito estudantes extensionistas produziram quatro narrativas de vida de artistas, sendo eles: 1. O ator e fundador do teatro do Kaos que oferece oficinas de teatro para jovens das escolas públicas da cidade de Cubatão; 2. A arte-educadora que incorpora a personagem "Maria do Lixo" e oferece oficinas de reciclagem para crianças em instituições escolares; 3.A bailarina que criou o projeto "Cantoras do Rádio" que convida idosas e idosos para que dublem e incorporem antigos cantores das rádios brasileiras; 4. A diretora que coordena oficinas de teatro com pessoas em situação de rua. Os dados produzidos nas narrativas de vida destes artistas serão analisados de modo a: cartografar o processo de criação; mapear os efeitos do encontro entre extensionista e artista; localizar um modo de pensamento contido na arte e o que ele provoca (RANCIERE, 2005; 2009); pautar os acontecimentos que possibilitaram a escolha da arte como profissão (CARRETEIRO, 2003); situar as relações entre arte e os regimes de visibilidade (RANCIERE, 2010); valorizar a singularidade em suas articulações com a cultura, a sociedade e os modos de existência dos sujeitos. Projetos:

(1) IMBRIZI, J. Projeto de pesquisa "Narrativas de si: o enlace arte, experiências econhecimentos na produção escrita e nos processos de subjetivação". CEP número 933.093, 2014.
(2) IMBRIZI, J. Projeto de extensão universitária "Arte, Cultura e Sociedade: modos deentrelaçar produções culturais e artísticas que acontecem na universidade e nas cidades da Baixada Santista", 2015.

Referências Bibliográficas:

CARRETEIRO, T. Acontecimento: categoria biográfica individual, familiar e histórica. In Féres-Carneiro, T. (orgs.) Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas. São Paulo: Loyola, 2003.

FOUCAULT, M. A escrita de si. O que é um autor? Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

IMBRIZI, J. Narrativa de História de Vida como Dispositivo da Formação em Psicologia. In: IV Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica - entre o público e o privado: Modos de Viver, Narrar e Guardar, 2014, Rio de Janeiro: BIOgraph, 2014. .

RAGO, M. Introdução – Balizas. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 23-59.

RANCIERE, J. Política da Arte. Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas. Vol 1, n.15. Florianópolis, outubro de 2010.

_____. A Partilha do Sensível. São Paulo: editora 34, 2005.

_____. O Inconsciente Estético. São Paulo: editora 34, 2009.

O teatro como ferramenta de criação de novos possíveis em psicologia e saúde mental

Larissa de Oliveira Pedra (Universidade Federal de Pelotas), **Édio Raniere** (Universidade Federal de Pelotas), **Andrea Basilio Dias** (Universidade do Rio Grande)

Este trabalho pretende problematizar aspectos relacionados aos mecanismos de controle com os quais se efetiva o biopoder, além da naturalização da territorialização em saúde mental, considerando o panorama atual destes serviços como fruto de grandes avanços já conquistados através da reforma psiquiátrica, mas com urgências ainda muitos sérias em eminência. Trata-se de uma pequena cartografia, onde se busca desenhar as principais linhas de força expostas durante o percurso realizado por ambas as autoras em seu estágio básico II no curso de psicologia da Universidade Federal de Pelotas. Nesta oportunidade se procurou formar um grupo capaz de acolher um novo tipo de intervenção em saúde mental, com a possibilidade de expandir o público alvo para atender outras demandas, além de objetivar uma nova forma de promover saúde, uma nova concepção de saúde e de como instrumentalizar os profissionais que nela atuam. Neste sentido, o trabalho com teatro criou condições de possibilidade para que o grupo acolhesse usuários do CAPS, com vistas à reinserção psicosocial, levando sempre em consideração que um dos objetivos da reforma psiquiatrica brasileira é promover a mobilidade e a cidadania desse sujeito no seu território e, especificamente no contexto de tratamento psicossocial, materializando no grupo uma proposta concreta de desencapsular (AMARANTE, 2003) estes pacientes/usuários, promovendo saúde de uma forma integral, inclusiva e menos manicomializada, visando os novos rumos necessários para o pleno avanço da reforma psiquiátrica.

A territorialização da saúde mental revela que a força que leva a institucionalização da loucura está presente nos mais diversos níveis e setores da vida social, sendo um ideia muito comum e frequente mesmo em profissionais e estudantes da área. É notada, ainda, nos próprios discursos e práticas dos usuários do sistema público. Assim sendo, é uma realidade bastante presente e naturalizada, permeando práticas que se perpetuaram ao longo da história, assumindo, em suas formas mais atuais aspectos sutilizados e com relações de poder mais complexas e rizomáticas. Para além da problematização, objetivamos, através da experimentação de hibridismos de técnicas e teorias que contribuam na busca de práticas emancipatórias, e o pleno exercício da autonomia dos sujeitos bem como a promoção da saúde integral, suspendendo as premissas de territorialização presentes nas políticas públicas e ainda mais cerceantes na prática a fim de compreendê-las em seu funcionamento, escavando caminhos possíveis para avançar na consolidação de uma saúde mental tal como almejada desde os primórdios dos movimentos reformistas. Esse percurso abrange também algumas questões cruciais na formação de psicólogos.

Tendo em vista o que objetiva este trabalho, pode-se imaginá-lo como imergindo de uma teia de possibilidades de inovação no método e pratica de estagio curricular de ensino da psicologia, de forma a se pensar através da arte, especificamente neste trabalho, do teatro, que o mesmo tem uma aproximação com o Grupo de Trabalho "ARTE E TESTEMUNHO: DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DOS TERRITÓRIOS INFAMES ao qual se propõe para discussão.

A proposta está embasada nos conceitos da grande saúde, de Nietzsche, sobretudo no aforismo 382 de A Gaia Ciência (NIETZSCHE, 2012), e a saúde enquanto interface entre desejo e pensamento, de Fuganti (1990). Os resultados obtidos na experiência do estágio cartográfico teatro apontam caminhos possíveis e potentes para pesquisa, ensino e extensão dentro e fora da universidade. Adentramos em questões e relações cruciais para a compreensão e os rumos em saúde mental,que envolvem desde os minicômios à territorialização da saúde mental Uma importante inovação para o ensino em psicologia, nos parece, a de estarmos atentos às lógicas instituídas que nos permeiam. Somente com a compreensão ampliada de saúde é possível produzir e potencializar uma saúde diferente em nossas práticas. Tanto a formação em psicologia quanto as políticas e práticas em saúde mental necessitam com certa urgência de avanços, mas antes disso precisam saber para onde e como avançar. A criação de novas possibilidades nos campos supracitados requerem práticas mais abrangentes do que estudos experimentais e estatísticos. Dessa forma, acreditamos que haja na relação aqui apresentada entre Teatro e Psicologia um dispositivo extremamente potente, ainda em emergencia, mas que hoje podemos compreender, pois atravessa nossos corpos, ultrapassando em nós o meramente racional.

Referências:

AMARANTE, P. A (clínica) e a reforma psiquiátrica. In: AMARANTE, P (Org.). Archivos de saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Nau, 2003. Cap II, p. 45-66.

BAREMBLITT, G. F. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.

Belo Horizonte: Biblioteca Instituto Félix Guattari, 2002.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2011.

FUGANTI, L. Saúde, desejo e pensamento. In: LANCETTI, A (Org.). SaúdeLoucura 2. São

Paulo: Hucitec, 1990. Cap II, p. 19-82

LAPASSADE, G. Grupos, organizações e instituições. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. NIETZSCHE, F. W. A Gaia Ciência. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Oficina de Criatividade HPSP - uma experiência audiovisual continuada

Daniel Wolfarth Mossi[1] (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O presente trabalho é uma composição audiovisual, com duração de 14min, decorrente do percurso de um estagiário de psicologia que se lança para criar um elo entre o fazer psicológico e a criação artística. Ao longo de um ano, durante o estágio básico, em 2012, atendendo e produzindo em conjunto com os moradores do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), tomado pela proposta aberta e experimental do estágio, decide produzir imagens com câmeras digitais variadas, como de celular e IPOD. Produziu-se, então, um vídeo-documentário acerca das produções cotidianas da Oficina de Criatividade, bem como um registro do depoimento de trabalhadores sobre esta história e sua devida importância dentro do contexto da Luta Antimanicomial.

Através destes depoimentos e de colaborações poéticas de trabalhadore e pacientes do Hospital, as imagens contam a importância do testemunho de vidas alçadas a um congelamento de seus tempos, corpos e desejos. A trilha sonora, gravada com o precário violão de três cordas da oficina, dá o tom a cada cena da multiplicada de sentimentos e sensações que vibram perante as histórias circunscritas nas paredes de uma Instituição Total centenária. Esta obra propõe-se como a criação de um testemunho ético-estético que almeja produzir narrativas de vidas que foram interrompidas pelas políticas repressivas de saúde mental, dando-lhe novas cores e enunciando no social nossa responsabilidade com o esquecimento e silenciamento dos corpos que escapam aos discursos normativos, visando produzir regimes de visibilidade e dizibilidade destas histórias. Criada em 1990, a Oficina de Criatividade atende os moradores do Hospital e possui um acervo com mais 30 mil obras, incluindo artistas que se consagraram para além dos muros do manicômio. A partir deste vídeo, foram produzidos mais dois curtas: Oficina do Cafofo parte 1 (8 min.), e Oficina do Cafofo parte 2 (6 min.), produzidas no Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso (IPF). As filmagens foram produzidas de forma colaborativa com os pacientes participantes da Oficina Cafofo, dispositivo de saúde mental que se dispôs e a inscrever um espaço de acolhida à expressão artística dentro do Manicômio Judiciário, embasado nos moldes da experiência da Oficina de Criatividade do HPSP, bem como outras experiências existentes no Brasil e no mundo.

Através desta produção audiovisual busca-se a construção de um elo entre a expressão artística e a produção de subjetividades, bem como a como uma ferramenta empoderadora e fomentadora de resistências através do acolhimento da diferença e a construção coletiva da alteridade ao próximo. Visa também munir de patrimônio cultural a cotidiana construção da implementação da Lei da Reforma Psiquiátrica, buscando abalar os manicômios tanto enquanto parede física bem como restrição que opera nos corpos através de discursos normativos. Através deste percurso e da produção de testemunhos, amplia-se a potência de ressignificação do lugar discursivo do louco no social, trazendo o lado humano para aqueles que foram ditos insanos, perigosos ou não mais aptos a fazerem-se presentes em seus laços familiares e comunitários.

Ao mesmo tempo, esta produção é resultado da construção de uma forma possível de suportar a experiência de testemunhar o esquecimento e o abandono dos corpos perante o aval do Estado. Traçando sobre a tela, através da luz, histórias esquecidas que aqui encontraram outra possibilidade de serem contadas, enquanto uma construção estética que busca dar visibilidade e expressão para corpos esquecidos, que mesmo dentre muros e tratamentos desumanos ainda resistem, produzem, desejam e sonham.

---

[1] Graduando em Psicologia Estagiário de Ênfase em Processos Clínicos II no Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso (IPF) Exibição de vídeo(s)

Ontologia histórica e a atitude crítica no presente: interrogações acerca do Projeto de Lei (PL) que tipifica o crime de "assédio ideológico"

Igor do Carmo Santos (Universidade Federal do Pará)

Presenciamos no ano de 2015, no Brasil, algumas manifestações de rua voltadas principalmente contra o Governo Federal, na figura da Presidenta Dilma Rousseff e do seu partido, o PT (Partido dos Trabalhadores). Dentro desses protestos era possível encontrar diversas faixas com pedidos de "Intervenção Militar" e outras que se referiam ao tema da educação em nosso país e traziam expressões como "Chega de Doutrinação Marxista/Basta de Paulo Freire". Nessa conjuntura, no dia 15 de maio do mesmo ano o Deputado Federal Rogério Marinho (PSDB/RN) apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 1411/2015 que tipifica o crime de "assédio ideológico". De acordo com o projeto, entende-se como assédio ideológico "toda prática que condicione o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário ideológico ou qualquer tipo de constrangimento causado por outrem ao aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente". Esse é apenas mais um exemplo de inúmeros outros casos postos na arena política e apresentados à sociedade brasileira desde as últimas eleições presidenciais ocorridas no ano de 2014 e que demarcou uma contra-ofensiva de forças reativas e conservadoras que tentam se instituir nos diversos espaços de luta política, principalmente pela via da força da lei. As práticas autoritárias atadas em diversos momentos da história brasileira, mas com a lembrança temporal mais recente da Ditadura Civil-Militar implantada na segunda metade do século XX, provocam a emergência de um passado que insiste em permanecer demasiadamente próximo. Esse tempo, portanto, que vivemos e que nos mobiliza pelos afetos que nos conecta é que ativa o pensamento e faz com que este possa ser afirmativo da vida. Dessa maneira, propomos através deste trabalho problematizar alguns dos possíveis efeitos que esse Projeto de Lei coloca no dispositivo "educação" em nosso país. Traçando um diálogo com Michel Foucault e Gilles Deleuze, percorremos alguns pontos de seus pensamentos nos apoiando principalmente nas noções de ontologia histórica do presente, de acordo com Foucault, e de uma ontologia do devir, segundo Deleuze. O cruzamento desses pensamentos torna possível outro tipo de interrogação filosófica que problematiza simultaneamente a relação com o presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio como sujeito autônomo. Foucault (2010) destaca a importância do texto de Kant sobre o Iluminismo como um ponto de emergência desse novo modo de fazer filosofia, pois a partir daí, ela se caracterizaria mais como uma atitude, ou um ethos filosófico demarcando uma crítica permanente de nosso modo de ser histórico. Entendendo, portanto, essas ontologias enquanto históricas, utilizamos metodologicamente neste trabalho a maneira de ver e trabalhar com a história a partir de Foucault, cujo trabalho foi afetado diretamente pela Nova Historia francesa, mais especificamente pela Terceira Escola dos Annales. Seguimos então as ferramentas teórico-metodológicas da arqueologia e da genealogia para fazer aparecer tanto as séries que buscamos evidenciar no documento como as políticas de verdade e os efeitos que nele circulam. Ao analisarmos o Projeto de Lei, percebemos como ele faz circular práticas de saber-poder na tentativa de governar condutas e produzir subjetividades marcadas pela lei, por via da judicialização da educação e através de discursos moralizantes que acabam por suprimir a produção de diferenças. Consideramos a importância desse trabalho por ser resultado da utilização de referenciais teórico-metodológicos ainda pouco usados na Psicologia no Brasil, mas que tem se mostrado muito potente por problematizar e desnaturalizar muitas das práticas que atravessam, principalmente, as políticas sociais e de direitos humanos no Brasil, e que dizem respeito sobre a nossa atualidade.

Políticas de narratividade: testemunhar em formação

Karine Shamash Szuchman (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Marina da Rocha Rodrigues** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Esse trabalho é fruto de inquietações surgidas a partir dos afetos e efeitos gerados nos encontros com crianças, jovens e familiares em contextos - do que se convencionou nomear - de vulnerabilidade social, e com suas vidas atravessadas pela violência institucional e estatal. Esses encontros produzem diversos incômodos aos modos como trabalhamos e indagações a respeito de como transmitir essas vivências.

Diante dos relatos de violência que nos são narrados nos perguntamos como dar contorno à experiência de testemunhar as condições de vida das populações da periferia de Porto Alegre. A experiência transborda de um corpo a outro, a afetação alcança outros corpos, de quem viu, presenciou e também de quem ouviu. Uma vez que o registro da experiência implica o compartilhamento, como então poderia ser compartilhado o que vivemos?

Ao longo da graduação em psicologia nos deparamos com situações que flertavam com as fronteiras e possibilidades da transmissão. Experiências que transbordavam nosso corpo e exigiam novas configurações de compartilhamento; experiências que fizeram marca e insistem em retornar e ser compartilhadas, lançando questionamentos a nossa atuação/prática/posição; experiências que não se esgotam, que se transformaram em trabalhos de conclusão de curso e agora em pesquisas de mestrado.

Experiências proporcionadas pela participação em projetos de extensão da Universidade, mais especificamente em dois deles: “Casa dos Cata-Ventos” e “Coletivo Fila”: projetos que acompanham crianças, adolescentes e familiares em contextos de vulnerabilidade social e violência, com vidas que carregam a marca da marginalidade e pobreza, e que se debruçam sobre experiências de cuidado com essas pessoas – um a partir do brincar e do lúdico e o outro do acompanhamento às medidas socioeducativas.

O envolvimento com tais projetos de extensão proporcionou experiências singulares de formação que aludem às práticas de formação e formação continuada. Compartilhamos, portanto, da compreensão da indissociabilidade dos três eixos na formação acadêmica: extensão, ensino e pesquisa, ao possibilitarem reflexões que se transformam em pesquisas e tencionam as formas de ensino.

Confrontamo-nos com situações em que os conhecimentos prévios que carregávamos se mostravam insuficientes, escorregadios àquele campo sensível, como se nossos bolsos estivessem furados. Era preciso, portanto, (re)inventar ferramentas de trabalho e intervenção que pudessem sustentar aquela escuta, sustentar nossa presença ali enquanto psicólogas. Observamos que os saberes em jogo naqueles encontros com relatos de violência institucional e estatal escapam a uma formação técnica, furando as disciplinas tais como conhecemos, desviando práticas psis e nos deslocando para a busca de novas estratégias que possam ser compartilhadas tanto dentro quanto fora da academia.

Entendemos que o trabalho como psicólogos se faz do encontro com as pessoas. É na prática que o nosso saber é colocado constantemente em xeque, no qual somos lembrados que não é só de teoria que se faz nossa experiência, mas sim de vida. Nossa problemática de trabalho não é só teórica, ela é um problema da ordem do viver, uma problemática política. Políticas narrativas. Em nosso trabalho é sempre de narrativas que tratamos. Nesse sentido, há diferentes maneiras de narrar e nos cabe tomar uma posição nessa política.

Assim, trabalhamos com o conceito de testemunho como ferramenta clínico-política que possibilita a transmissão de experiências de violência. Testemunhar diz de uma posição fundamentalmente ética, na qual a dimensão política está sempre presente: de fazer do exercício da palavra um dos campos de nossa atividade. Articular, como psicólogos, que se possa falar e lembrar, no exercício de oferecer a possibilidade de ser aquele quem escuta, aquele quem consegue ouvir a narração do outro e quem aceita que essas palavras sejam levadas adiante, sendo, assim, compartilhadas. Esse exercício é de abrir lugar para a palavra e para a lembrança daqueles sujeitos, daquelas histórias, daquelas vozes. O testemunhar, dessa forma, pode ser entendido como potência política, que não quer dizer de uma verdade universal sobre o que aconteceu, mas sim dizer de verdades, múltiplas, do que se passou. Assim, proliferar narrativas sobre o que foi vivido, escutando a voz de quem as narra como verdadeiras sobre aquilo que aconteceu.

Durante o processo de formação em psicologia, a inserção nesses projetos de extensão, produziu, além desses encontros, importantes reflexões sobre o compartilhamento de experiências para e na formação, permitindo falar da insuficiência dos saberes e ferramentas técnicas e possibilitando aberturas para (re)invenção de formas de transmissão.

Propomo-nos pesquisar como narrar a experiência e o que se produz nas vivências de formação, bem como na prática profissional. Apostamos a circulação dessas histórias e narrativas como um modo de transmitir também no meio acadêmico, criando aberturas para reflexões coletivas.

Psicologia Social e Políticas da Memória: quando o testemunho é um campo de lutas

Marcelo de Abreu Maciel (Universidade Federal FLuminense)

O tema deste trabalho são os discursos da memória divulgados a partir de livros, filmes, documentários, exposições, que trazem os testemunhos daqueles que viveram o período de ditaduras militares no Brasil e América Latina, entre os anos 60 e 80, bem como os relatos daqueles que atravessaram períodos de guerras mundiais. Parte do princípio que o discurso daqueles que sobreviveram aos enfrentamentos das guerras, bem como às prisões das ditaduras militares, possuem ainda uma função de luta na contemporaneidade.

No Brasil, assim como em várias partes do mundo, diversas pessoas e grupos testemunham suas histórias de tempos difíceis e traumáticos. Em particular, os relatos feitos por crianças e jovens, oriundos de épocas de guerras, bem como os livros do período da ditadura militar no Brasil, escritos ou não por aqueles que sobreviveram, me chamam a atenção e me despertam o interesse pelo que trazem de força, de ligação com a vida e a abertura para outros olhares possíveis dos fatos históricos. Ao contrário daqueles que defendem o silêncio e o esquecimento como uma forma de avançar na discussão dos chamados direitos humanos e da própria história, estas memórias e testemunhos surgem como potência capaz de trazer outras significações, elaborações, abrindo uma rede de possibilidades de ruídos e interpretações que afetam o próprio andamento das operações históricas e o sentido da vida.

Narrar estes acontecimentos é estratégico para estabelecer outros e novos caminhos para o entendimento do que seja o sentido de cidadania, da dignidade humana e, principalmente, de dizer para as novas gerações que a memória e o testemunho não são formas de aprisionamento ao que "passou" e sim mais uma forma de pensar a história a partir de outros sistemas de "arquivar a vida" (Artières, 1998).

Estes testemunhos são fundamentais por nos permitirem pensar que o trabalho da memória não é uma mera "narrativa do passado pelo passado" (BENATTI, 2000, p.86). Foucault (1979) em seu trabalho genealógico nos mostra que é preciso desmontar uma ideia que este passado ainda está lá, intacto, acabado, bastando acessá-lo para chegarmos à origem das coisas. A memória é um campo de composições, na qual passado e presente se articulam e formam novos cenários, possibilidades e potências de leituras do que se passou. Que tensões existem entre lembrar e esquecer? (PORTELLI, 2006; RODRIGUES, 2002). Aqui lembrar e esquecer fazem parte de um jogo, um funciona como apoio ao outro, um entrelaçamento de forças. Este entrelaçamento não fala somente das forças que operam num plano psíquico entre o querer lembrar e o traumático da fala, como nos lembra Freud em Recordar, Repetir e Elaborar. Porém, é importante salientar que este trabalho da narrativa de um testemunho está ligado também ao território político no qual ele se dá. Ou seja, testemunhar é uma forma de continuar lutando e enfrentar aqueles que julgam a história apenas na sua temporalização: "se isto passou, para que continuar falando". Enfim, se falamos de uma política da memória está em jogo também um enfrentamento a uma política do silenciamento.

Ainda em uma fase inicial, este projeto objetiva investigar qual a ressonância e os efeitos destes discursos no campo da formação de jovens, principalmente no que diz respeito a um diálogo com os chamados direitos humanos. Por outro lado, este trabalho nasce de uma preocupação com a formação em Psicologia e de que modo os alunos dialogam com estas informações para pensar a condição humana em suas práticas, principalmente aquelas que intervém em situações limites, traumáticas e excludentes.

Teoricamente, além dos autores já mencionados, o trabalho segue uma discussão sobre o conceito de história e memória a partir Jacques Le Goff , Pierre Nora e Roger Chartier. No que diz respeito a uma discussão sobre o testemunho, retoma os trabalhos de Márcio Seligmann-Silva, Jeanne Marie Gagnebin e Agamben.

Este trabalho se inscreve neste GT por achar que uma apresentação neste grupo trará contribuições para o que virá em termos de pesquisa e, por outro lado, poderá levar para o GT contribuições a partir de seus estudos.

Referências

ARTIERES, Philippe. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos. v.11, n. 21, CPDOC/FGV, 1998, RJ

BENATTI, A. P. História, ciência, escritura e política. Em: RAGO, Margareth; GIMENES, R. A. O. (Org.). Narrar o passado, repensar a história. Campinas: Unicamp, IFCH, 2000.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

PORTELLI, Alessandro. A bomba de Turim: a formação da memória no pós-guerra. História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 9, n.1, jan. 2006.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. No rastro dos cavalos do diabo: memória e história para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil. 2002. Tese (Doutorado) – IP, USP, 2002. p. 88-119.

Psicologia, educação e arte: a arte como ferramenta mediadora na formação acadêmica

Davi Sampaio Cardoso (Universidade Estadual do Ceará), **Ruth Maria de Paula Gonçalves** (Universidade Estadual do Ceará), **Natália Ferreira Barreto** (Universidade Estadual do Ceará), **Gladys Pontes Andrade Costa** (Universidade Estadual do Ceará)

A Psicologia Histórico-cultural, fundamentada no aporte marxista, defende uma intervenção que compreende o indivíduo na sua relação com a sociedade, percebendo-o como um sujeito que influencia na sociedade e que é, concomitantemente, influenciado por ela. É nesse sentido que a proposta de extensão realizada pelo Núcleo de Psicologia Social (NUSOL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a partir do Projeto Psicologia, Educação e Arte, nos propusemos de forma pedagógica, objetivar possibilidades de formação acadêmica, com vistas a facilitar processos de transformação humana, posto que o mesmo é um vir a ser, não algo dado e acabado. Com efeito, perscrutamos a criação de espaços relacionais, comunitários e institucionais, com a arte enquanto elemento mediador na transformação das funções psíquicas elementares em funções psíquicas superiores. A pesquisa teve por objetivo entender os processos que envolvem a relação entre sujeito e objeto, trazendo a arte (cinema, musica, literatura) como elemento mediador, tendo como eixo central o homem em meio às relações sociais, a fim de desenvolver a criticidade dos envolvidos visando a emancipação humana. Através dos debates provenientes dos temas elencados em nossa programação cultural, compreendendo a riqueza dos fundamentos teóricos na práxis humana, buscamos realizar atividades que repercutissem qualitativamente na formação do aluno de Psicologia. Norteados pela Psicologia Historico cultural em sua base marxista consideramos que a forma de sociabilidade do capital inverte o potencial artístico como elevação da inteireza humana, obscurecendo tal possibilidade em nome da concepção mercadológica de entretenimento. Em oposição a essa forma de sociabilidade, partimos da concepção de arte como mediação entre subjetividade e objetividade, enquanto via de expressão do patrimônio Histórico Cultural, sendo uma fonte para a compreensão do homem como sujeito transformador da sociedade. Ademais, a Psicologia Comunitária na perspectiva de Martin-Baró e Paulo Freire complementaram os fundamentos de nossas atividades, posto que a mesma evidencia a comunicação de significados e sentidos, compreendendo que, tanto o diálogo como a expressão dos sentimentos, estimula a cooperação entre os sujeitos, por conseguinte, facilita alcançar objetivos comuns a todos. Com efeito, através de leituras, vivências, rodas de conversa, destacamos a transformação da consciência mágica à crítica, a partir de diálogos problematizadores, partindo da linguagem como consciência prática. Essas linhas de ação, propostas pela extensão estiveram centradas no sentido coletivo, posto que fortalecem os processos grupal e individual, no sentido de ser um instrumento que tende a incrementar a potência de vida dos sujeitos. Realizamos análise bibliográfica sobre vida e obra de artistas da cena nacional que permeiam diversas modalidades e expressões artísticas, tais como o cinema e a literatura, focalizando na literatura nacional, mais precisamente na obra do Patativa do Assaré, poeta cearense. A pesquisa para o material didático acumulou obras teóricas e práticas, como textos do Vigotski sobre a arte e os processos de aprendizagem, o livro "Psicologia, Educação e Arte: uma leitura histórico-cultural da figura humana" de Sonia Barroco e obras sobre o artista em destaque, sendo escolhida a tese de mestrado "A poesia de Patativa do Assaré como voz de resistência à condição subalterna: uma leitura acerca do sertanejo nordestino" temáticas, tais como o trabalho e a exploração do trabalhador rural, e sua própria obra. Os grupos para discussão ocorreram quinzenalmente, debatendo os textos e as teorias, questionando o cerceamento a educação que busca formar um sujeito critico, a partir de relatos de experiência. Os autores e sua obra são patrimônios histórico-culturais e não podem, portanto, ser dissociados da realidade na qual o homem se insere, tendo em vista que a produção- ação possibilita a formação, tanto um sujeito ativo e crítico quanto uma arte crítica e ativa socialmente. A materialidade nos possibilita assinalar que a arte ou o que chamamos de comportamento estético nasce da vida cotidiana do homem, a partir das necessidades sociais. Daí, com a recepção estética ocorre um processo de elevação, o qual nos permite retornar ao cotidiano enriquecido em nossas funções psíquicas superiores em nossa produção de sentidos e significados. com as formas superiores de objetivação. A arte é obra do ser social, da necessidade nascida deste. A arte, como um incremento do trabalho, desprende-se deste, mantendo com ele uma relação de dependência ontológica e uma autonomia relativa. Com efeito, é uma das expressões do patrimônio humanogenérico acumulado pelo homem e dessa forma a arte não é neutra, associando-se a uma visão de mundo, a uma ideologia. É, contudo, parte da atividade criadora humana, representando a produção da existência humana que, sob nenhuma hipótese, é dissociada da realidade sociohistórica na qual se insere.

Resistir na cidade: problematizações sobre arte e modos de existência

Daiane Gasparetto da Silva (Universidade Federal do Pará)

A produção de espaços outros de existência nas cidades está fortemente relacionada à possibilidade de profanação das convenções. E é no processo de criação da vida cotidiana que a arte desponta como forma de fazer circular discursos tidos como equivocados diante de lógicas vigentes. Com base nessa premissa, é de grande relevância aos estudos da psicologia social tomar como analisadores práticas do presente que despontam como provocações ao que está previamente organizado por normas e racionalidades de ordenação urbana, no intuito de lançar pistas aos fazeres da psicologia contemporânea, relacionados a uma formação de base históricopolítica. Seguindo essa direção, o presente trabalho analítico – produzido a partir de reverberações da disciplina "Processos de subjetivação, história e política", ministrada pela Prof.ª Dr.ª Flávia Cristina Silveira Lemos, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará – busca apresentar uma discussão sobre como a aliança entre o fazer estético e político pode produzir efeitos de cidadania, de afirmação de lugares de sujeito na sociedade e de testemunho de múltiplas formas de habitar a cidade. O recorte de investigação, que tomou como fonte relatos registrados em mídias alternativas, traz duas experiências de coletivos de Belém-PA que, por meio da arte, lançam pistas sobre a possibilidade de reinvenção do cotidiano: 1) Ocupação Solar das Artes e 2) A Feira dos Afetos. A primeira experiência diz respeito a produções coletivas em 2015, durante 24 dias (de 8 de maio a 1 de junho) por parte de artistas independentes, mambembes, pessoas em situação de rua, prostitutas, estudantes, feirantes entre outros que compuseram a "Ocupação Solar das Artes", no prédio público "Solar da Beira", patrimônio tombado em nível federal, estadual e municipal, situado no complexo do Ver-oPeso/Belém-PA e cuja responsabilidade é da Prefeitura Municipal de Belém. Já a segunda experiência é relativa a uma ação pública realizada por coletivos, de forte ênfase artística, em parceria com a equipe multidisciplinar do Consultório na Rua (CnR) – serviço que no Brasil foi estabelecido a partir da Política Nacional de Atenção Básica. Junto aos profissionais da medicina, psicologia, enfermagem e assistência social, artistas e estudantes de áreas variadas, sem vínculos profissionais/institucionais com CnR, disponibilizaram-se a acompanhar o trabalho em uma ação chamada "A Feira dos Afetos", realizada, comumente, uma vez por semana em bairros centrais atendidos pelo serviço (Comércio, Cidade Velha, Campina). Dois grupos em especial auxiliam no desenvolvimento das atividades: Trupe da Procura (praticantes de palhaçaria atuantes desde 2009 em práticas na interface arte/saúde) e Viramundo (projeto de extensão da Universidade Federal do Pará). Com base nesses dois analisadores – problematizados a partir de autores como Foucault, Deleuze, Agamben, Rancière e Benjamin – é possível desdobrar questões sobre como podemos potencializar nossa relação com a cidade para além das prescrições diárias, fazendo emergir na esfera pública ações coletivas voltadas à aliança entre arte e política, tidas em muitos momentos como resistências impulsionadoras de estéticas e éticas singulares. Assim, tal debate – aliado à proposta do grupo de trabalho "Arte e testemunho: da formação em psicologia social e dos territórios infames" e do eixo temático "História, teorias, métodos e formação em Psicologia Social" – traz questões sobre processos de subjetivação no contexto urbano, as quais, no âmbito da formação em psicologia, podem auxiliar na reflexão acerca de como a inventividade é propulsora de saúde coletiva, propiciando, até mesmo, reconstruções das práticas profissionais operadas em políticas públicas.

Teatro e Testemunho: da formação em psicologia social e dos territórios socioeducativos

Mariana Pozzi Junges (Universidade Federal de Pelotas), **Édio Raniere** (Universidade Federal de Pelotas)

Neste ano de 2015 acompanhamos, atônitos, o avanço de uma proposta de emenda à constituição federal que propõe a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Cabe, a nosso ver, uma resposta da universidade a este retrocesso histórico. Propomos, aqui, mais do que uma análise conceitual sobre as medidas socioeducativas, mas uma ação prática onde se buscam novos dispositivos para colaborar com a reinserção social e emancipação de adolescentes em conflito com a lei.

Trata-se do Socieducação (en)cena: Agenciamentos entre Psicologia Social e Teatro, projeto de extensão, atualmente em andamento na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Partindo de um agenciamento entre Psicologia Social e Teatro o projeto pretende criar condições de possibilidade para reinserção social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, bem como dos egressos do sistema socioeducativo através da arte. Intenciona-se, da mesma forma, avaliar em que medida o teatro pode ser utilizado pelo psicólogo em formação como ferramenta de pesquisa e intervenção.

A proposta gira em torno da criação de um laboratório experimental de teatro aberto à participação de acadêmicos da UFPel, à adolescentes em conflito com a lei, a egressos do sistema socioeducativo, seus familiares e comunidade. Nesse sentido, tendo em vista que o Grupo de Trabalho 'Arte e Testemunho: da formação em psicologia social e dos territórios infames' pretende uma busca por possibilidades e intervenções para psicólogos em formação através da arte, bem como o Eixo "Políticas sociais: infância, juventude e novos arranjos familiares" tem envolvimento com medidas socioeducativas, justificamos as escolhas pelas afinidades com o projeto "Socioeducação (En)Cena".

Vivemos, atualmente, um aprofundamento do que podemos chamar verdadeiramente de cidades socioeducativas. Territórios que engendram, produzem, constroem subjetividade, sendo responsabilidade o conceito central em toda maquinaria. Fundamental, a nosso ver, é compreender se esta obsessão pela responsabilização juvenil está contribuindo verdadeiramente para que adolescentes em conflito com a lei responsabilizem-se por seus atos ou se num nível mais profundo nada consiga realizar além de paralisar a responsabilidade numa ética deontológica.

Como linha de fuga à responsabilização apontamos o Bricolar. Bricolar é um verbo menor. Seu operar está em congruência com improvisar, colar, reinventar, compor. O que se ousa aplicar é que se torne possível bricolar, ainda que se tratando de um projeto pautado pela indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão e direcionado à reinserção social de adolescentes em conflito com a lei. A intenção é que o bricolar possa dar passagem ao que pede sem estar aprisionado pela velha e pretensiosa majestade metodológica, ao mesmo tempo em que pretende se manter permanentemente aberto aos processos inventivos.

O trabalho vem sendo desenvolvido por equipe interdisciplinar. As ações estão sendo pensadas em diversas instituições do município de Pelotas que recebem adolescentes destinados a cumprir medidas socioeducativas. O que se planeja implementar está baseado nos princípios do ECA e do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE). O desenvolvimento do projeto está sendo pensado para que, no primeiro momento, o grupo tenha uma formação em arte e psicologia, e, posteriormente, se possa acolher os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nas atividades.

Tratando-se de um projeto que teve sua aprovação recentemente – julho de 2015 – o que se intenta é um trabalho socioeducativo pautado na arte como alternativa ao conjunto de ações tradicionais fundamentadas pela ética deontológica. Espera-se como resultado a organização de um grupo que exercite jogos dramáticos para que os experimentos cênicos possam, por si, serem disparadores e, assim, acolher os egressos do sistema socioeducativo, bem como os que atualmente cumprem medidas socioeducativas e a comunidade em geral. Uma espécie de laboratório cênico.

Utilizamo-nos dos conceitos de Teatro Pós-Dramático (LEHMANN, 2007) e de Testemunho (AGAMBEN, 2008) para que conseguíssemos, através do teatro, a busca de um não lugar que nos permita dar testemunho sobre as medidas socioeducativas, fugindo da representação. Essa busca é por um teatro que esteja aberto aos agenciamentos da Psicologia Social, colocando o presente em constante problematização.

Ao se utilizar do teatro para acolher processos de subjetivação que emergem no cumprimento das medidas socioeducativas este projeto tem como objetivo principal a cartografia das potencialidades testemunhais do teatro quando direcionadas à reinserção social de adolescentes em conflito com a lei, bem como oferecer um espaço, a partir do teatro, de produção de sentido, produção de si para os agentes envolvidos neste processo. Ademais, o projeto também pretende investigar as potencialidades do teatro como ferramenta de ensino/aprendizagem para graduação em psicologia.

Ainda julgamos importante ressaltar o curto tempo de existência do projeto e que os objetivos aqui colocados ainda se tratam de meras pretensões. Entretanto, são elas que continuam nos movendo num sentido de busca, não a um lugar específico, mas, ao contrário, a outras possibilidades que não a dos lugares - e identidades - dados.

Testemunho: cartografia da ferida (não) cicatrizada.

Karina Acosta Camargo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

O trabalho proposto para o GT Arte e Testemunho é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da PUC-SP. Esta pesquisa consiste numa cartografia dos processos de silenciamento que atravessam o abuso sexual infantil. Neste percurso, realizo uma discussão acerca do testemunho, pois quando criança eu tive o corpo dilacerado por esta violência. A realização da escrita testemunhal consiste numa tentativa de romper com a rede de silenciamento que atravessou meu próprio corpo como possibilidade de trazer novas reflexões para a temática do abuso sexual infantil.

O método utilizado nesta pesquisa é o da cartografia, a partir dos estudos de Deleuze e Guattari (1995). O método cartográfico implica que a pesquisadora, mais que investigadora, se transforme em cartógrafa e busque percorrer processos, paisagens, evidenciando o caráter não estático e apriorístico da realidade (ROLNIK, 1987). A cartografia busca romper com a dicotomia sujeitoobjeto, já que "[...] essa vertente convoca a imanência, a exterioridade das forças que atuam na realidade, buscando conexões, abrindo-se para o que afeta a subjetividade" (ROMAGNOLI, 2009, p.22). Trata-se de saber "o que fala através de nós" (GUATTARI apud PELBART, 2013, p.170); não se trata, portanto, de falar por alguém.

Como aliados neste percurso, além dos autores já citados – Deleuze e Guattari – esta pesquisa recorre, principalmente, a Foucault, Nietzsche, Benjamin, Agamben, Vilela, assim como o filósofo e orientador Peter Pál Pelbart. Os resultados desta discussão abrangem os desafios da realização do testemunho como uma narrativa impossível (AGAMBEN, 2008) ou inenarrável (BENJAMIN, 1994).

Como uma resposta singular ao acontecimento, o testemunho se configura num ato poético capaz de inaugurar caminhos no desconhecido. Assim, consiste numa narrativa do impossível, não por uma impossibilidade de dizer o acontecimento, mas porque esta narrativa fratura a linguagem, rasga o tempo e abre espaço para um sentido por vir (VILELA, 2010). Ainda, o testemunho aproxima a pesquisa da arte na medida em que o corpo, como campo de atuação de forças, é o palco de reinvenção e transformação da existência (arte de viver) (DELEUZE, 2005). As vozes que me atravessam dizem mais que uma vida em particular; não se trata de minha história, de minha vida, mas de uma vida (DELEUZE, 2002) que atravessa meu corpo, que me lança em direção a um imprevisível; se trata de alcançar com o corpo um estado de delírio, que possibilite estrangeirar a língua natal e acessar vozes silenciadas que falem através desse corpo (DELEUZE,1997). Testemunhar, então, é a possibilidade de ruptura do mutismo que se instaura sobre as vozes de um corpo.

Desta forma, nesta pesquisa, o texto é escrito com sangue (NIETZSCHE, 2011), exposição do excessivo e cruel. Neste sentido, arte e testemunho se entrelaçam como exposição crua, apresentação do real. Testemunho em que a escrita tem a perspectiva da ferida, onde se desmancham a noção de vítima e agressor e todos são lançados numa direção indeterminada. A exposição em carne viva tem o potencial de acessar o outro na dimensão do impessoal em que ambos estão conectados. O testemunho do abuso sexual infantil aponta a necessidade de romper com a rede de silenciamento que desconsidera a singularidade de um corpo e só aí pode emergir um sentido por vir.

Esta discussão é necessária à formação do psicólogo na medida em que a escuta do testemunho nos exige, como profissionais psi, despir as teorias que preexistem ao encontro e enquadram os sujeitos em categorias abstratas e universalizantes. Diante dos desafios ético-políticos enfrentados atualmente, é necessário que nossos corpos se exponham em carne viva para criar saídas singulares e produtoras de novos modos de vida.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: Crítica e clínica. Trad. Peter P. Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. A imanência: uma vida... Trad. Tomaz Tadeu. Revista Educação & Realidade, v. 27, n. 2, p. 10-18, jul./dez. 2002.

_____. Foucault. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

GUATTARI, Félix apud PELBART, Peter P. O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento. São Paulo: n-1 edições, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

ROMAGNOLI, Roberta C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. Psicologia & Sociedade; v. 21, 2, p. 166-173, 2009.

VILELA, Eugénia. Silêncios Tangíveis: corpo, resistência e testemunho nos espaços de

abandono. Portugal, Porto: Afrontamento, 2010.

Um olhar sobre laços afetivos: processos migratórios e modos de vinculação em Boa Vista, Roraima

Roberia Brenda Peixoto Vieira (Universidade Federal de Roraima)

Introdução: A psicologia é uma das principais áreas do conhecimento que permite a compreensão de processos que são ao mesmo tempo subjetivos, socioculturais, históricopolíticos. Assim sendo, ela pode corroborar a reflexão de temáticas que transcendem a individualidade, que tangem às coletividades, aos grupos e instituições e, como tal, ao que é da ordem da intersubjetividade, dos processos vinculares. Podemos dizer que pensar os vínculos significa, entre outros, considerar o espaço intermediário que liga os sujeitos entre si e em seus grupos de pertencimento, espaço no qual ocorre o acontecer humano. Isso posto, a presente pesquisa de iniciação científica busca compreender processos psicossociais relativos a experiências de vinculação/desvinculação relacionados ao fluxo migratório característico da cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, o qual faz fronteira com a Venezuela e a Guiana Inglesa. Objetivo: investigar possíveis ressonâncias psíquicas e sociais que o processo de migração imprime (ou pode imprimir) nos modos de vinculação estabelecidos por alunos de psicologia da Universidade Federal de Roraima. Ou seja, em função do fluxo migratório, busca-se investigar: (a) se os sujeitos da pesquisa percebem efeitos nos seus modos de vinculação e socialização, (b) se criam estratégias psíquicas conscientes e inconscientes diante da possibilidade de terem de se desvincular de colegas de curso ou de outros habitantes da cidade e quais seriam os mecanismos psíquicos mais frequentemente utilizados por eles; (c) se há diferenças nos modos de vinculação entre aqueles que são naturais da cidade e aqueles que são de fora; e, por fim, (d) se o uso da comunicação virtual e das redes sociais faz diferença em situações de (um possível) desenlace presencial. Orientação Teórica: Para responder aos objetivos propostos, a pesquisa tem sido fundamentada em contribuições da psicologia social tal como formulada por Pichon-Rivière. Segundo o autor (2009), considerar o vínculo como objetivo de investigação significava, entre outros, procurar decifrar o conjunto de experiências, conhecimentos e afetos com os quais o indivíduo pensa e age na vida cotidiana. Nessa mesma obra, o teórico propôs três dimensões de análise dos fenômenos investigados. São elas: a psicossocial, relacionada ao sujeito em sua relação com aqueles que fazem parte de seu cotidiano; a sociodinâmica, atinente ao grupo como estrutura; e a institucional, que consiste na investigação da macroestrutura, a qual envolve a economia, a política, a ideologia, a origem, história e estrutura de um determinado contexto. Tais dimensões estão intrinsecamente articuladas. Assim sendo, toda e qualquer manifestação do sujeito, do grupo, da instituição ou comunidade levam elementos umas das outras. Método: O campo teórico-metodológico operacional privilegiado por Pichon-Riviére para a compreensão de fenômenos psicossociais é o grupo. Por ser a estrutura básica de interação, o grupo é o meio pelo qual é possível atentarmos para o que se passa, se processa, se desenvolve e se transforma na relação dialética que há estrutura social e o sujeito. Pichon-Rivière desenvolveu uma teoria e uma técnica específica de investigação e intervenção: o grupo operativo, sendo que alguns dos vetores importantes para a análise do grupo dizem respeito, por exemplo, à pertença que há no grupo, isso é, analisa-se o sentimento de se fazer parte (ou não) daquele determinado grupo, bem como o grau de empatia que há ou não entre os membros do grupo. Ou seja, para o autor, compreender os processos vinculares envolve considerar, dentre outros, os sentimentos, os afetos e as emoções. Cumpre ainda mencionar que, do ponto de vista do procedimento, será realizado um grupo operativo com seis alunos do curso de psicologia da UFRR, metade constituída por alunos naturais de Boa Vista e metade por migrantes. Serão realizados quatro encontros de 1h30, os quais acontecerão uma vez por semana e terão como tarefa que os participantes falem como lidam psíquica e socialmente com suas experiências de enlace e desenlace ocorridas na cidade. RESULTADOS ESPERADOS: Pretende-se colaborar com o debate teórico sobre processos vinculares num contexto de migração e de intensificação da comunicação virtual. Em relação aos entrevistados, espera-se que a presente pesquisa possibilite-lhes ampliar o repertório que têm de si, de seus vínculos, de seus modos de vida e acerca da cidade onde habitam. Este trabalho também poderá ser subsídio para o conhecimento sobre modos de socialização e vinculação em Boa Vista. Justificativa para inclusão da pesquisa no GT: É possível considerar que a presente pesquisa, ainda que não esteja finalizada, está alinhada, do ponto de vista do tema e da fundamentação teórico-metodológica, com a proposta do GT em questão. Por ser uma pesquisa de iniciação científica, participar de um GT dessa natureza, ter a possibilidade de conhecer trabalhos com temas convergentes, conhecer novos referenciais e estudos, bem como contribuir com as discussões que ocorrerão será bastante proveitoso e enriquecedor.

Referência:

PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GT 04 ASSISTÊNCIA SOCIAL E JUVENTUDE NO BRASIL

A assistência social sob o viés da clínica-institucional: possibilidades de intervenção com o sujeito-adolescente

Sonia Wan Der Maas Rodrigues (Universidade de Fortaleza), **Leônia Cavalcante Teixeira** (Professor Titular da Universidade de Fortaleza -UNIFOR)

Introdução: É crescente o número de adolescentes que se encontram envolvidos com a infração às leis ora como vítimas, ora como autores de atos violentos esgarçando o laço social. Grande é a soma dos adolescentes predominantemente pobres, negros e com baixa escolaridade em cumprimento de medidas socioeducativas, tanto em meio fechado quanto aberto, segundo dados estatísticos. As políticas públicas voltadas para a assistência social têm exercido o seu papel colocando-se como defensora dos direitos daquelas pessoas que encontram-se em situação de vulnerabilidade, especialmente a infância e a adolescência, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Neste campo, em um tempo não muito distante, deu-se a inserção da clínica-institucional, orientada pela psicanálise, contribuindo com seu saber e olhar, especialmente na escuta do sujeito que ali se apresenta em alguma condição peculiar, trazendo seu mal-estar e sua história de vida. Aos Centros de Referências Especializados em Assistência Social (CREAS), coube a tarefa de acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, conforme orientações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) por uma equipe interdisciplinar. Na assistência social voltada para a infância e a adolescência, a psicanálise coloca-se à escuta do sujeito com sua demanda, que está para além da pessoa assegurada por direitos. Assim, a clínica institucional considera o sujeito, sua palavra e sua história, convocando-o a se posicionar frente aos seus atos, sem prometer cura ou bem estar. **Objetivo**: Discutir estratégias de intervenção clínico-institucional junto ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas. **Método**: Foi feito levantamento de publicações em livros e artigos científicos sobre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e a clínica institucional na assistência social, considerando as especificidades (limites e possibilidades) da inserção da psicanálise neste campo de produção de conhecimento. **Resultados**: Desde Freud (1919 [1918]/1996) sabe-se que a psicanálise não teria um lugar definido. Na verdade, a psicanálise deve estar onde o sujeito possa ser encontrado e demandar tratamento, seja nos consultórios, seja nas diversas instituições educacionais, de saúde, de assistência social, etc.. O que levaria os analistas a adaptarem a técnica da psicanálise a novas situações, sem abrir mão de seu rigor. Mas, deve-se a Lacan (2003) a inserção da psicanálise na esfera pública, nomeada por ele de psicanálise em extensão, referindo-se a uma psicanálise no mundo, aplicada às instituições. A clínica-institucional adequa-se aos objetivos da instituição e neste espaço se orienta, considerando especificidades como local, pagamentos, equipe de técnicos, demanda que o sujeito traz, etc. Quando voltada para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa procura articular a dimensão terapêutica e a socioeducativa, permitindo múltiplas possibilidades de expressão e mobilização social, possibilitando que o adolescente tenha reconhecimento social e possa ser visto além do espaço institucional. Na clínica institucional com adolescentes em conflito com a lei a cena psicanalítica depara-se com a cena sociopolítica colocando em xeque a possibilidade de sustentação de um trabalho analítico pela ocorrência dos atravessamentos diretos que esta impõe, como a adolescência, o uso de tráfico de drogas, o discurso jurídico e as desigualdades socioeconômicas. O analista buscará fazer emergir uma queixa que justifique o acompanhamento analítico, respondendo também às demandas institucionais. Uma vez que "a psicanálise é um tratamento que se dirige ao sujeito de direito como tal, ao sujeito pleno de direito" (Miller, 2011a, p. 57), portanto, àquele sujeito que responde pelo que diz e pelo que faz, ela quer implicar o sujeito naquilo que ele se queixa sem excluir as nuances da cidadania. Dessa forma, deve-se buscar na fala do sujeito a sua responsabilização. **Conclusões**: O envolvimento do adolescente em atos infracionais é de multicausalidade, por isso, a importância de se considerar questões sociais, familiares e psíquicas. Pois, onde a Lei (normas, os limites e o interdito) não se mostra eficaz, a aplicação das leis faz valer como suplência na medida em que organiza os vínculos sociais. Ao ofertar uma escuta, o psicanalista na instituição possibilita ao sujeito se implicar com sua vida, possibilitando outras saídas que não seja o crime, o ato, a infração, por acreditar que a palavra barra a violência. Sendo os pilares das medidas socioeducativa em meio aberto a educação do adolescente e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a reinserção social, e, de certa forma, uma reorganização psíquica e social, acredita-se que a construção de novas formas de vida se dá a partir da inserção do sujeito e não de sua inclusão no laço social. A inclusão vem do outro e já está dada, localizando o sujeito num perfil clínico e sobre ele exerce poder, diferentemente da inserção que é um trabalho do sujeito, fruto de negociações com o Outro e com este uma tentativa de produzir novas formas de encaixe a partir de suas identificações.

A relação entre mídia e música na perspectiva de estudantes pobres do Ensino Médio

Maria Carolina Pais Oliveira (Universidade Estadual de Maringá), **Edda Falzirolli Santiago** (Universidade Estadual de Maringá), **Wanessa Wonsoski** (Universidade Estadual de Maringá), **Mônica Salci Capelasso** (Universidade Estadual de Maringá), **Bruna Regina Braçal** (Universidade Estadual de Maringá), **Angela Maria Pires Caniato** (Universidade Estadual de Maringá), **Márcia Campos Andrade** (Universidade Estadual de Maringá)

O presente trabalho apresenta um recorte da Pesquisa Intervenção realizada pelo Projeto de Pesquisa "Phenix – a Ousadia do Renascimento do Indivíduo-sujeito, junto aos estudantes pauperizados do 2º ano do Ensino Médio de uma escola de periferia da Rede Estadual de Maringá. O projeto é realizado por acadêmicos de Psicologia, tendo como intuito desenvolver o pensamento reflexivo e a consciência crítica desses estudantes a fim de alcançar uma Educação Emancipatória (ADORNO, 1995). As intervenções são efetivadas sob a supervisão teóricometodológica das coordenadoras do Phenix. O tema ora em discussão constitui uma das questões demandas de interesse dos estudantes e se refere à relação entre música e mídia no contexto da indústria cultural. Essas músicas têm vital importância no cotidiano de suas vidas, em especial no que diz respeito às suas subjetividades e suas relações interpessoais: esses vínculos mediatizados pela música se articulam via mídia. A partir das anotações das intervenções semanais nos Diários Antropológicos, o objetivo das intervenções foi problematizar as experiências singulares e coletivas sobre o tema através da prática do diálogo, fundadas nas questões que atravessam a realidade cotidiana desses estudantes com os quais interagimos semanalmente. Entendemos que a relação entre música e mídia veicula a dimensões cultural e artística e que o processo dialógico e problematizador da Pesquisa Intervenção contribui para a compreensão das suas subjetividades e relações interpessoais. Temos a Psicologia Social Crítica como abordagem e as Teorias Crítica de Adorno e a Psicanálise Freudiana como nossas orientações teóricas. Em nossa pesquisa, os conceitos que nos guiam são os de indústria cultural de Theodor Adorno e de subjetividade e processo de subjetivação em Nardi (2006). Com estas referências buscamos compreender os relacionamentos dos estudantes com a música sob a influência da mídia.

Para Adorno (1986), a música popular, disseminada nos meios de comunicação é padronizada: são utilizadas melodias compostas de poucos acordes e que se repetem em sequências similares. "O que se oferece é tão semelhante ou idêntico que a predileção, na realidade, se prende apenas ao detalhe biográfico, ou mesmo à situação concreta que a música é ouvida" (ADORNO, 1999, p. 66). Desse modo, o indivíduo passa a ser iludido com a possibilidade de ter um "gosto pessoal" para um determinado estilo de música, haja visto que toda a variação (meramente ilusória) que está no mercado é programada antes mesmo de chegar ao consumidor. Como efeito dessa artimanha enganosa presente nas músicas-mercadorias, tem-se a infantilização e sexualização das letras com uma sequência simples de acordes específicos para que os indivíduos consigam ouvilas sem esforços de concentração. A música, então, passou a ser um meio, e não mais um fim de desenvolvimento cultural, mas uma forma de relaxamento programado para que o indivíduo se mantenha subsumido ao atual sistema de produção, sem perceber os danos a sua autonomia. Nossa metodologia consiste em construir com os estudantes uma relação de horizontalidade onde cada sujeito expressa suas crenças, gostos, costumes, problemas e perspectivas. Em cada encontro, realizamos a acolhida, propomos uma atividade a ser desenvolvida, refletimos sobre o que foi suscitado pela discussão, elaborando juntos as questões demandas produzidas pelo tema. Construímos, assim, a participação e o diálogo sobre a relação entre música e mídia, com o objetivo de produzir conhecimentos e possibilidades de mudança.

A partir dessas reflexões construídas junto com os estudantes, fica evidente que eles percebem a lógica na qual estão inseridos e como a música é uma forma de arrebanhar os indivíduos de forma inconsciente para agir de determinada maneira ou de outra conveniente ao status quo. Mesmo que eles tentem escapar de tal lógica, acabam entrando em outras. Assim, a música pode ser utilizada como forma de segregar uma parte da população em detrimento de outra: os estudantes afirmam que "quem escuta MPB tem uma carreira construída". Demonstram, então, perceber o processo excludente que vivenciam, que nem todos tem acesso a cultura como um todo e identificam o que é apenas restrito à classe social deles. Sabem que mesmo com a internet o acesso torna-se limitado devido aos limites deles de manejo tecnológico, consequentemente, estão expostos à regressão auditiva que a indústria cultural submete os indivíduos das classes desfavorecidas, tornando difícil para eles apreciar uma música mais elaborada do que as presentes no mercado. Adorno (1999) explica que a música "para vender" existe para preencher silêncios e onde existem silêncios é porque não se tem o que falar, e se não é capaz de falar obviamente não se é capaz de ouvir e nem de compreender.

Bibliografia

ADORNO, T. W. (1995). Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra.

_____. Theodor W. Adorno – Textos Escolhidos. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999.

_____. Theodor W. Sociologia. São Paulo: Ática, 1986

NARDI, H. C. Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Admirável Phone Novo: Percepções de adolescentes em situação de pobreza sobre o consumo de smartphones

Débora Cristina Vasconcelos Aguiar (Universidade Federal do Ceará), **Francisca Denise Silva do Nascimento** (Universidade Federal do Ceará)

O presente trabalho tem como objeto as percepções de adolescentes em situação de pobreza sobre o consumo de smartphones. O interesse pelo tema surgiu de uma conversa com um grupo de amigas sobre como a marca de algumas mercadorias definia o seu preço, bem mais do que o material utilizado e a força de trabalho despendida para a produção desse objeto. Com o tempo, outras questões foram sendo acrescentadas como a influência da publicidade e da propaganda sobre o consumo desses produtos e também as novas mídias, cada vez mais consumidas, que também influenciam estilos de vida e modos de ser. Elementos como consumo, pobreza e adolescência também se tornaram presentes, por considerarmos que o público adolescente está comumente mais próximo das novas mídias e dos avanços tecnológicos e, por apresentar, como característica ainda mais presente nessa fase da vida, a necessidade de inclusão e de aceitação grupal. O fator pobreza surge então como a presumível incapacidade de atender a esses apelos e de seguir esses estilos de vida idealizados. A mercadoria escolhida para esta pesquisa trata de smartphones que são produtos amplamente consumidos e divulgados atualmente e, por estarem constantemente se atualizando, têm um valor de distinção para os seus usuários, de acordo com a marca e o modelo consumido. Desse modo, a relevância do nosso trabalho consiste na reflexão sobre como a mídia constrói modos de ser e de atuar através do apelo ao consumo e de como os adolescentes reagem a esses ditames de maneira mais ou menos ativa, partindo da hipótese de que as percepções de adolescentes em situação de pobreza sobre smartphones são influenciadas pelos estilos de vida destacados na mídia. Vale destacar que o nosso intuito com esta pesquisa não é censurar ou impor concepções moralistas sobre o que deve ou não ser consumido por uma pessoa em situação de pobreza, mas conhecer os significados que eles atribuem ao consumo de smartphones. Com isso, o principal objetivo desta pesquisa é conhecer as percepções de adolescentes sobre smartphones e, a partir daí, buscamos também analisar quais os estilos de vida sugeridos pela mídia e identificar as semelhanças entre o estilo sugerido e a percepção de smartphones por adolescentes em situação de pobreza. Na construção teórica desta pesquisa buscamos contextualizar a sociedade atual, como uma sociedade voltada para o consumo em uma era de imediatismo e abordamos a história do surgimento e desenvolvimentos dos smartphones no Brasil. Portanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica para contextualizar o fenômeno e uma pesquisa de campo, com grupos focais e realizamos uma análise das novas mídias sociais. Dialogamos com Marx, sobre o fetiche da mercadoria, com Bauman ao falarmos de consumo identidade e globalização, com Canclini sobre consumo e cidadania, com Bourdieu sobre distinção, com Thompson e Guareschi ao falarmos de mídia e ideologia, entre outros. Em relação à metodologia, realizamos uma pesquisa qualitativa, com abordagem dialética a fim de compreender o fenômeno em sua totalidade. Como resultados parciais, podemos observar que os smartphones estão aproximando cada vez mais os adolescentes da internet e das mídias sociais, que por sua vez, contam com atores comuns, conhecidos do dia-a-dia, que divulgam marcas e novos modelos de smartphones, em suas redes sociais como forma de ostentação e status social.

Aproximações entre Psicologia e Direitos Humanos: A inserção da Psicologia nas políticas públicas

Paula Jéssica Pereira Limaverde Tenório Leandro (Faculdade Leão Sampaio), Tainná Barreto Feitoza (Faculdade Leão Sampaio), Víctor Renan Peixoto de Alencar (Faculdade Leão Sampaio)

Introdução: O presente trabalho possui como tema compreender a relação da profissão de psicologia e sua atuação no tocante as políticas públicas intercalando com os Direitos Humanos. O objetivo deste trabalho é expandir os conhecimentos a respeito da prática psicológica nas políticas públicas brasileiras e contribuir para uma melhor compreensão do papel do psicólogo no que concerne a garantia dos Direitos Humanos. Breve Histórico: E a psicologia entrou nas políticas públicas. No Brasil, o que se refere à psicologia comunitária nota-se estratégias voltadas com o embasamento histórico e social para a subjetividade e promoção do sujeito. Esta época foi marcante para a solidificação da psicologia como profissão e para sua expansão e independência fora das entidades conservadoras, visando um contato direto com as reais demandas do povo e buscando, segregar-se de um estado dominador que não atendia as práticas almejadas. (GONÇALVES, 2010). Com isso a psicologia junto às politicas públicas não tem o enfoque apenas no atendimento da população, mas colabora trazendo um novo viés para a criação e execução de politicas, voltandose para a subjetividade e fenômenos sociais; visando assim, o asseguramento dos direitos humanos dentro das políticas públicas (CILIBERTI; SAADALLAH; BARROS, 2013). Partindo do conceito elaborado pelo site da Declaração Universal de Direitos Humanos; Diretos Humanos são todos aqueles inerentes a todo e qualquer ser humano, independente de sexo, cor, raça, ou qualquer outra condição. Sendo eles protegidos por lei de qualquer ato que interfira na liberdade e dignidade humana. A psicologia e os direitos humanos têm muito mais em comum do que se acredita, podendo citar o objeto de estudo e a finalidade com o mesmo de buscar garantir a melhoria e o desenvolvimento do ser humano nas suas diversas condições de vida. Apesar de muitas pessoas acreditarem que Direitos Humanos está ligado apenas ao campo do Direito conclui-se que na verdade está ligada também com a psicologia e áreas afins. (ROSATO, 2011). A psicologia nas Políticas Públicas: formas de atuação. Na problemática de construção das Politicas Públicas, os Conselhos de Controle Social são espaços relevantes para a materialização destas práticas. Desse modo, o comprometimento do psicólogo, não só como cidadão, mas como profissional que possui conhecimentos e instrumentos para a prática, de forma ética, critica e articulada é fundamental. (SILVEIRA et al, 2007). As ações dos psicólogos na saúde pública são desenvolvidas com um trabalho voltado para a prevenção e a educação dos comportamentos da vida cotidiana fundamentados em uma subjetividade. Através do auxilio na elaboração de um projeto de investimentos com embasamento biopolítico, é que o profissional de psicologia se destaca, adquirindo um status e um lugar na saúde pública, tornando-se assim uma peça fundamental na construção do público. (BERNARDES;GUARESCHI, 2010). Com a criação do CREPOP em 2006 a psicologia tem expandido sua participação nas políticas públicas, tendo ele como principais objetivos ampliar a contribuição profissional da psicologia para a população brasileira. Tendo como propósitos regularizar e difundir os conhecimentos e as práticas psicológicas utilizadas no setor público estatal, assinalar as competências dos profissionais nesse setor, verificar novas possibilidades de atuação da psicologia, ou mesmo as limitações existentes no processo de atuação dos profissionais inseridos nas políticas públicas (Reis; Guareschi, 2010). Observou-se no campo de atividade da Psicologia que é possível identificar inúmeras ações e atividades que corroboram na implementação de políticas pública no Brasil. Essas contribuições abrangem desde a problematização e o debate de temas relevantes na política bem como elaboração, execução e avaliação de políticas, programas e projetos que beneficiam a sociedade (PASSONE E PEREZ, 2013). Método: Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, onde foi realizada uma revisão de artigos da base de dados do Google Acadêmico, bem como revisão de alguns autores trabalhados em sala de aula na disciplina de Políticas Públicas da graduação de psicologia. De acordo com Cervo e Bervian (2002), pesquisa bibliográfica é aquela que utiliza de forma total ou parcial de fontes bibliográficas podendo ser elas livros, websites, publicações periódicas, dentre outras. Conclusão: Perante o presente trabalho podemos perceber o quão a psicologia e os direitos humanos caminham juntos, pois apesar de estes abordarem o sujeito de diferentes maneiras, os mesmos trabalham para o bem estar do indivíduo de maneira que garanta que seus direitos sejam efetivados. Nota-se a transformação do fazer psicológico, que com o tempo adaptou suas técnicas para que abrangessem todas as classes. É importante ressaltar que foi a partir dessa transformação que a psicologia precisou integrar a sua prática ao conhecimento e a efetivação dos direitos humanos. Apesar dessa adaptação da psicologia clínica para uma psicologia social ter ocorrido mediante a necessidade de abranger o mercado de trabalho, se fez necessário para que, além disso, a psicologia aumentasse seu conhecimento de homem, de maneira a ver o indivíduo não mais como um ser individual, mas sim que está integrado a uma sociedade.

Atenção à violência sexual contra o jovem-adolescente na política de assistência social em Foz do Iguaçu-PR

Zelimar Soares Bidarra (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), **Eugênia Aparecida Cesconeto** (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

No Brasil somente a partir da década de noventa, final do século XX, tivemos o reconhecimento da violência sexual como problema público, que adentrou a agenda dos governos e passou a integrar o rol das preocupações e das intervenções do Estado. Desde então, o desafio da sociedade e de governos é o de incentivar a produção de informações e de conhecimentos que melhorem as formas de intervenção e de controle sobre essa violência, principalmente quando reproduzida no ambiente intrafamiliar.

O trabalho tem como tema a polêmica (in)visibilidade da violência sexual contra o segmento jovem-adolescente (categoria estabelecida pela Política Nacional de Juventude/PNJ, 2005, que compreende pessoas entre 15 a 18 anos). Propôs-se refletir sobre a questão da visibilidade e das formas de enfrentamento da violência sexual presentes nas intervenções de assistentes sociais e psicólogos responsáveis pela execução do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI), no município de Foz do Iguaçu (PR), no período de 2008-2012. O objetivo foi identificar determinantes que influenciavam nas condições de registro, de visibilidade e de enfrentamento das situações de violência contra os jovens-adolescentes, no município de Foz do Iguaçu (PR). Em conformidade com o GT 4 e Eixo Temático: Assistência Social, vulnerabilidades e violências.

Dispor de informações acerca de determinantes, de fatores de vulnerabilidade e de condições de risco para a ocorrência da violência sexual com o público criança e jovem-adolescente tem se constituído um enorme desafio para as equipes técnicas (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados) responsáveis pela execução dos serviços da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), inclusos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005), que instituiu como lócus para acolhimento e processamento das demandas relacionadas com às violências o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Postas as considerações, para os fins desse trabalho, apresentam-se dados e reflexões sobre as correlações entre a identificação das situações de violência sexual sofridas por jovensadolescentes e as formas de enfrentamento que mobiliza a execução do PAEFI, realizado pelo CREAS do município de Foz do Iguaçu (PR), categorizado como de grande porte, conforme PNAS (2004) e que tem como particularidade a localização na região da tríplice fronteira de países do Mercosul (Brasil, Argentina e Paraguai).

A metodologia foi referenciada no estudo exploratório e privilegiou a pesquisa de campo na fonte documental, no CREAS de Foz do Iguaçu. Para a coleta de dados foram utilizados os registros de atendimento aos usuários, ocorrido nos anos 2008 a 2012, com vistas a elaborar um mapeamento e caracterização sobre os casos de violência sexual, nas modalidades do abuso e da exploração, atendidos pela equipe técnica (formada por assistentes sociais e psicólogos), responsável pelo atendimento às vítimas e as ações de enfrentamento a essa violência.

O trabalho de pesquisa de campo obedeceu aos requisitos da ética na pesquisa, além de considerar as regulamentações dos conselhos profissionais de Serviço Social (CFESS/CRESSs) e de Psicologia (CFP/CRPs) relativas aos processos de guarda e proteção ética para a manipulação de documentos relativos às histórias de vidas dos usuários.

A abordagem documental foi feita em Registros de Atendimento (prontuários) e não se teve contato direto com os agentes e/ou vitimizados pelas experiências de violência sexual. No curso do trabalho de campo, se agregou a observação assistemática (ou não-participante), que consiste em incorporar ao corpus de conhecimento da pesquisa informações relevantes que foram obtidas por meio da presença e das observações do pesquisador no ambiente da coleta de dados. A investigação, em sua característica qualitativa, possibilitou descobertas que podem contribuir para o aperfeiçoamento da intervenção e da organização dos serviços responsáveis pelo enfrentamento e atendimento às pessoas vitimizadas pela violência sexual; bem como para as vitimizadoras. Mediante os dados obtidos se confeccionou um sucinto perfil das vítimas e dos denunciados como agressores e, construiu-se uma breve síntese sobre as formas, os recursos utilizados e o percurso do atendimento técnico com vistas a concretizar alguma resolutividade para os casos de violência sexual atendidos, principalmente quando se caracterizavam como abuso sexual intrafamiliar.

Dentre os resultados mais significativos, destacamos a existência de fragilidades e de inconsistência na estruturação das ações; bem como, as dificuldades vivenciadas pela equipe técnica para conseguir precisar/delimitar o "lugar", o caráter e a dimensão (se avaliativa, se pericial ou psicoterapêutica) da atuação dos assistentes sociais e dos psicólogos que efetuam o atendimento aos casos de violência sexual que envolvem jovens-adolescentes. A despeito das dificuldades e limites experimentados, os trabalhos desses têm contribuído sobremaneira para o acolhimento e a visibilidade dessa problemática. Contudo, se ganharam mais acento os limites e dificuldades, não se pode deixar de mencionar os acertos, relativos ao acolhimento qualificado dessa demanda, que vem sendo construídos nessa uma década de tentativa de formulação, de implementação e de consolidação dos serviços socioassistenciais, numa perspectiva que represente a garantia de usufruto de direitos humanos para crianças e jovens-adolescentes brasileiros.

Escrevendo uma nova história: assistência social, psicológica e judiciária em um caso de abuso sexual

Joyce Marly Gonçalves Freire (Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Psicologia - IPUFU), Dayane Dias Braz (Universidade Federal de Uberlândia), Ethyene Andrade Costa (Universidade Federal de Uberlandia)

A assistência social tem como princípio promover o bem-estar e a proteção social de adultos, crianças e famílias, por meio da criação e execução de políticas públicas baseadas na Constituição Federal. No entanto, o que se apresentou na experiência clínico-social aqui tratada, diz respeito à efetivação dessas ações sem considerar a peculiaridade do caso a que se pretendia assistir: a imposição judicial do atendimento psicológico a uma criança violentada sexualmente pelo pai, cuja trajetória inclui diversas temporadas em um abrigo, alternadas com períodos de guarda da criança pela família extensa, devolução da menina à instituição, a tentativa de uma outra guarda judicial com outro membro da família, nova devolução da criança à justiça. São repetições de situações de rompimento de vínculos que geram na criança outras formas de violência, para além das marcas indeléveis dos abusos sofridos anteriormente. O referido contexto apresentou à equipe de estagiárias e supervisoras o desafio de lidar com uma forma de relação transferencial na qual tanto a criança como sua família deposita no analista a representação do poder judiciário imbuído de vigilância, julgamento e condenação de situações e atos. O acompanhamento psicoterapêutico "imposto pela lei" tornou-se então um convite para realização do presente estudo, que teve por objetivo repensar práticas na clínica psicanalítica de forma a criar possibilidades de manejo do trabalho clínico-social que ultrapassem aquele imposto ao analista pela via judiciária e que possa contribuir para a tomada de decisões de toda a equipe – psicólogos e assistentes sociais do judiciário, juízes, promotores da justiça e a própria família- no sentido de fomentar um trabalho clínico-social na interface do Direito e da Psicanálise, direcionado à especificidade do caso. Para tanto, foram realizadas atendimentos individuais e em grupo com a mãe biológica, a criança, a atual guardiã, e ainda com a tia-avó, que se propõe a assumir a guarda e a promissora adoção da menina. Este trabalho é uma reflexão sobre a tentativa de uma de uma assistência psicológica, permeada pela construção psicanalítica sobre a subjetividade e o laço social no território do Judiciário, cujo intuito é o de criar um vínculo afetivo entre a criança e a pretensa guardadora, de modo a que difira das repetições de devoluções da criança sempre que o mal-estar dos efeitos do abuso sexual faz-se sentir nos espaços vividos pela criança. O que foi repetido e atualizado na relação com o terapeuta, gerou material para supervisões e construção de um saber em torno das singularidades da dinâmica familiar. A construção do caso clínico como método de pesquisa em psicanálise, permitiu elencar aspectos a serem trabalhados e considerados nas tomadas de decisões que envolvem a criança e a família. Foi possível considerar que o trabalho do psicólogo é fundamental para promover a escuta do desejo e do empoderamento dos sujeitos, que tantas vezes tornam-se alheios à própria vida, diante das intervenções institucionais às quais estão submetidos. Também é pertinente ressaltar a importância do trabalho interdisciplinar no acompanhamento dos casos tutelados pelo poder judiciário, que permite a promoção de decisões e encaminhamentos mais justos e adequados diante das singularidades de cada caso e cada sujeito.

Estratégias de efetivação do atendimento em situações de violação de direitos da criança

Thaís Morais Lima (Universidade Federal de Uberlândia), **Tatiana Benevides Magalhães Braga** (Universidade Federal de Uberlândia), **Alessany Teixeira Barbosa** (Universidade Federal de Uberlândia)

Os Centros de Referência Especializada da Assistência Social têm procurado construir dispositivos que permitam o atendimento de sujeitos em situação de violação de direitos sociais, notadamente em casos de violência e ou negligência, tais como a assistência jurídica, social e psicológica. No entanto, diversos elementos da própria condição de vulnerabilidade social presente em muitas das situações atendidas podem operar como dificultadores no acesso a uma intervenção efetiva: a ausência de recursos financeiros, as distâncias geográficas nas grandes cidades ou para famílias habitantes da zona rural, os obstáculos para conciliar atendimento e trabalho, principalmente em circunstâncias laborais de informalidade, situações de agravo em saúde na família ou na rede de apoio social, carência de suporte para o cuidado de menores de idade, entre outros, expressam a influência de condicionantes socioeconômicos e pragmáticos de vida em muitas das ocorrências de não comparecimento aos serviços oferecidos. Nesse contexto, o presente trabalho procura investigar as estratégias adotadas por um Centro de Referência Especializada da Assistência Social de uma cidade de médio porte do interior de Minas Gerais para favorecer o acesso da população ao serviço, ampliando as vias de efetivação do atendimento. Como metodologia, foi adotada a pesquisa interventiva de orientação fenomenológica, que acompanhou em campo, durante seis meses, o cotidiano do serviço. Os dados foram registrados em relatórios de atividades e diversos procedimentos foram analisados e reelaborados em discussões semanais. As principais estratégias encontradas foram a ampliação das vias de contato com a população para além do comparecimento ao serviço, principalmente por meio de contato telefônico e visitas domiciliares, bem como a ampliação do horário de atendimento, buscando maior conformidade com a real disponibilidade da população. O contato telefônico ganhou especial importância no acompanhamento constante da rotina de atendimento, confirmando a disponibilidade da família e auxiliando-a no seguimento da agenda. As visitas domiciliares permitiram a efetivação do atendimento junto às famílias cujas dificuldades materiais e práticas tornavam inviável o acesso à unidade de referência. Dentre tais famílias, destacaram-se casos de adolescentes com filhos, de idosos com dificuldades de locomoção responsáveis por crianças, de portadores de deficiência que dependiam de recursos especiais para deslocamento ao serviço, de famílias numerosas que não possuíam aporte financeiro para o transporte de todos os membros e não podiam recorrer a um adulto que se responsabilizasse pelos membros menores de idade, moradores da zona rural, entre outros. A adaptação do horário de atendimento ganhou especial destaque em situações em que o cotidiano de trabalho restringia a disponibilidade da população atendida e em situações em que a distância geográfica tornava necessário potencializar o encontro, incluindo numa mesma visita mais de uma atividade. A análise das diversas situações apresentadas como resultados leva a uma discussão sobre o modo como as dificuldades da população vêm sendo compreendidas pelos dispositivos de atendimento. Tradicionalmente, a focalização em aspectos individuais dos sujeitos atendidos tende à culpabilização da família pela ausência ao serviço, expressa em concepções tais como a de família desajustada, disfuncional ou resistente ao processo. Na presente pesquisa, a consideração mais ampla das condições relacionais e materiais de vida levou à composição de um cenário em que uma profusão de fatores se entrecruza para configurar a situação de não comparecimento. Atentar para tal complexidade permite a construção de vias de aproximação entre a população e os serviços oferecidos, de modo a ampliar a pertinência e a efetividade do atendimento.

Implicações de gênero no acolhimento institucional de adolescentes: uma perspectiva histórica

Emeriana Silva (Universidade Federal de Rondonia)

O presente trabalho originou-se a partir das observações da experiência como assistente social da Justiça da Infância e Juventude, atuando especificamente na avalição das medidas de acolhimento institucionais e da necessidade que re-pensar as questões sociais e de gênero que perpassam tais medidas.

As questões que nortearam o estudo foram: quais as implicações das relações de gênero que permeiam as situações e a prática do acolhimento institucional de adolescentes do sexo feminino? As relações de gênero que demarcaram a formação da população do Brasil têm repercussões no contexto social contemporâneo vivenciado pelas adolescentes que tem direitos violados e são submetidas a vivência institucional?

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa e envolveu duas fases de coleta de informações, a saber: 1º) de caráter bibliográfica, por meio do levantamento e análise da literatura pertinente à construção histórica e social da adolescência; da prática de institucionalização de crianças no Brasil e sobre gênero e, 2º) de caráter documental, por meio da análise dos documentos, fichas e registros das adolescentes mantidas nas instituições de acolhimento do município de Porto Velho/RO.

Os dados históricos sobre a constituição da população no Brasil com a chegada dos europeus no Brasil apontam para práticas de disciplinamento e dominação, especialmente em relação às crianças e às mulheres, fossem elas nativas ou trazidas nos navios estrangeiros. Em relação às mulheres adolescentes, o principal objetivo de sua vinda para a Colônia era a constituição de novas famílias ou para serem submetidas a trabalhos domésticos ou ainda para fins de exploração sexual. Tais práticas, muitas vezes, resultavam no nascimento de filhos indesejados e não aceitos pelos costumes da época.

O crescente número de nascimentos de crianças indesejadas ocasionou a necessidade de colocálas em locais que as tornassem invisíveis à sociedade. Assim foram criados os primeiros abrigos, denominados de asilos, mantidos por entidades religiosas e que sobreviviam da caridade da comunidade e de parcas doações governamentais. As condições de subsistência eram péssimas e as crianças que sobreviviam, lá permaneciam até adquirirem idade para poder trabalhar: as meninas no trabalho doméstico e os meninos no trabalho braçal ou na atividade rural. Os adolescentes que não se adequavam aos trabalhos que lhes eram designados, restava-lhes a vivência de rua e a denominação de delinquentes.

O olhar sobre a criança desvalida e sobre o adolescente delinquente perdurou até o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabeleceu novos paradigmas, concebendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e garantindo-lhes proteção integral.

No que concerne a questão de gênero, o uso deste conceito implica necessariamente falar de homens e mulheres e das relações que se estabelecem entre eles; implica na revelação das construções sociais que vão muito além dos aspectos biológicos, e que se constituem inteiramente a partir de contextos sociais inventados pelos próprios indivíduos e que expressam relações de poder, nem sempre vivenciadas de modo a serem questionadas.

As relações de gênero reproduzem as dissonâncias e as contradições existentes, abrem margem para rupturas e subversões e que vão, por sua vez, interferir na configuração da economia, da família, da educação e consequentemente na formação das crianças e adolescentes que se constituem nesses contextos. Comportam implicações nos diferentes grupos sociais que vão se evidenciando sistematicamente nas novas definições de papeis sociais, de relações e nas formas de pensar e vivenciar o cotidiano institucional.

Na segunda etapa da pesquisa realizou-se a análise dos documentos disponibilizados pelo serviço de acolhimento institucional do município: Termos de Acolhimento, Diagnóstico Multidisciplinar e Plano de Atendimento Individual. Os achados obtidos desenharam o perfil das adolescentes e os motivos do acolhimento. Predominaram aqueles relativos à violência e exploração sexual, à condição feminina de submissão, à gravidez precoce e a situações relacionadas à própria instabilidade da adolescência.

O cotidiano institucional e as condições objetivas de vida são essenciais na constituição dos sujeitos adolescentes acolhidas e nesse sentido a vivência em abrigo e sua condição de meninamulher, a situação de vulnerabilidade vivenciada, bem como as violações de direitos sofridas, terão um significado especial e impregnarão sua subjetividade na vida adulta.

Os principais achados e lições aprendidas com esse estudo permitiram uma reflexão sobre a construção social e histórica destas duas categorias: adolescência e relações de gênero evidenciando as desigualdades e a necessidade de se ampliar o diálogo entre elas. A escassez de estudos relacionados as categorias citadas às políticas públicas formuladas e implementadas constitui-se uma limitação neste trabalho, o que por sua vez evidencia a necessidade de realização de pesquisas na área e que, sobretudo, contribuam no fortalecimento de políticas públicas para mulheres e para jovens.

Juventude, Políticas Públicas e a Arte como estratégia de empoderamento

Lisandra Chaves de Aquino Morais (Universidade Potiguar UnP), **Tatiana Minchoni** (Universidade Federal de Santa Catarina), **Daniela Bezerra Rodrigues** (Programa das Nações Unidas), **Paula Francinete de Holanda** (Universidade Potiguar), **Iasmin Sharmayne Gomes Bezerra** (Universidade Potiguar)

O trabalho refere-se a uma Investigação-Ação-Participante, desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da comunidade África, no bairro Redinha, Natal/RN, caracterizada como uma localidade pobre, com poucos investimentos do poder público. Objetivou-se analisar a atuação do CRAS na comunidade, bem como identificar as reais necessidades inferidas, sentidas e percebidas por este grupo, chegando à uma análise diagnóstica para a proposição de uma intervenção, amparando-se teórico-metodologicamente na Psicologia Social Comunitária. Para tanto, utilizou-se como procedimentos entrevistas semiestruturadas, observações participante e diários de campo. A unidade do CRAS África possui uma equipe técnica composta por 02 psicólogas, 02 assistentes sociais, 01 coordenadora, 01 auxiliar de serviços gerais (ASG) e 01 assistente administrativo. As principais demandas da unidade são: cadastro da bolsa família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC); conflitos familiares (denúncia de maus tratos, negligência em relação a idosos e crianças, situação de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes); questões de documentações (necessidades e faltas). Realizam intervenções psicológicas e psicossociais; oferta de cursos pelo Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), sendo disponibilizados 02 cursos, durante 03 meses, aos alunos da comunidade; palestras; e tardes dançantes com gestantes e idosos. Na unidade é inexistente atividades voltadas para crianças e adolescentes, a causa foi apontada pela equipe como a falta de recurso financeiro que limitava a compra de lanches para ofertar durante as atividades, sendo esse o motivo de participação das crianças e adolescentes nos projetos. A partir do diálogo com a comunidade, foram identificados pelos moradores como principais demandas o uso e o tráfico de drogas, a violência recorrente, a baixa escolaridade, a precariedade das políticas públicas ofertadas aos moradores, principalmente aos jovens, que sofrem as consequências da ausência do Estado e das violações de seus direitos, que, na maioria das vezes, resulta em consequências desastrosas, como o alto índice de letalidade juvenil nas comunidades pobres. Em vista disso, foi possível perceber que a juventude da África muitas vezes encontra no tráfico de drogas uma possibilidade de retorno financeiro, reconhecimento ou até mesmo fuga, haja vista a constante violação de seus direitos, inclusive no que se refere aos direitos sociais e acesso às políticas públicas. Existem poucas estratégias políticas para esses jovens de bairros periféricos existirem, de fato, enquanto sujeitos de direitos, que pudessem dispor de estímulos para serem atores sociais de sua própria construção histórica, e terem alternativas expansivas, não os limitando aos caminhos tortuosos e violentos. Nesse sentido, partindo do pressuposto supracitado, dos dados obtidos e do diálogo com os moradores da comunidade África e os seus jovens, foi proposto como intervenção a realização de oficinas de arte desenvolvidas no CRAS para que os jovens possam ganhar um espaço de atenção, escuta, e atividades. Além disso, a realização de oficinas de artes tem como finalidade de se apropriar da realidade da comunidade da África por meio das artes e assim fazer com que os adolescentes internalizem as problemáticas que emergem em seu cotidiano e possam levantar questionamentos, refletindo sobre as mesmas para que possivelmente sejam capazes de intervir na realidade e transformar suas vidas. Além disso, a oficina possibilitará que estes ocupem seu tempo, já que uma das problemáticas que envolvem este lugar é a ociosidade e falta de atividades para os jovens. Ainda, as oficinas podem ser instrumentos para o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, ou seja, tanto do sujeito como da comunidade. O projeto das oficinas de artes se subdivide em oficinas de teatro, literatura, pintura e cinema. Tais oficinas serão formadas por adolescentes dos 12 aos 18 anos de idade, com o funcionamento em torno de uma hora ou uma hora e meia, dependendo da necessidade sentida. Essas oficinas se utilizarão da percepção da realidade advindo dos adolescentes pelos seus aspectos cotidianos, com temas sugeridos que são vulnerabilidade social, uso e tráfico de drogas, baixa qualidade de vida, escolaridade e saúde, violência, discriminação, álcool, estigmatização dos moradores. É importante salientar que no decorrer da realização das oficinas os temas poderão ser mudados de acordo com as demandas que serão trazidas pelos integrantes. Portanto, conclui-se que existe uma fragilidade das políticas sociais e atenção aos jovens da comunidade da África e aponta-se a necessidade de políticas públicas que sejam articuladas em todos os contextos, sociais, político, cultural e que também assegurem os direitos sociais. Para que isso aconteça é importante se abster do estereotipo e preconceito, voltando o olhar para essa juventude que sobre com a criminalização da pobreza, e conhecer as suas verdadeiras demandas.

Marcadores de apoio social e familiar em acompanhados pelo PAIF

Lígia Burton Ferreira (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Esequiel Pagnussat** (Escola de Saúde Pública do Ceará), **Adolfo Pizzinato** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **João Luís Almeida Weber** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Ezequiel Simonetti Cargnelutti** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Roberta Fin Motta** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Um importante marcador histórico das políticas sociais ocorreu em 2004, quando formula-se a Política Nacional de Assistência Social, que versa sobre a construção e regulação do Sistema Único da Assistência Social(SUAS), visa romper com a hegemonia de ações de caráter assistencialista, clientelista e de caridade historicamente vinculadas à Assistência Social no Brasil (Oliveira & Amorim, 2012; Oliveira et al.,2011).

A estratégia de atuação no SUAS está ancorada principalmente na Proteção Social Básica (PSB). O objetivo da PSB é prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, privações e/ou fragilização de vínculos afetivos (Brasil,2005).

A partir da publicação da NOB/SUAS e da aprovação da NOB-RH/SUAS, os psicólogos passam a poder integrar formalmente nas Equipes de Referência da Assistência Social. Dentre as possibilidades de inserção da Psicologia neste campo, pela abrangência e complexidade de seus objetos de estudo, algumas teorias e práticas possuem maior afinidade com as propostas do SUAS.

Dentro do panorama de possibilidades de ação e de operadores teóricos possíveis em Psicologia Social, os conceitos Apoio Social, figuram como os mais instrumentais. O Apoio Social pode ser entendido como uma das funções da Rede Social, sendo que seus efeitos influenciam o bem estar das pessoas. O Apoio Social, segundo Gracia(1997), é definido como um processo (real ou percebido) pelo qual os recursos na estrutura social (comunidade, redes sociais e relações íntimas) permitem satisfazer necessidades (instrumentais e expressivas) em situações cotidianas e de crise.

O apoio social pode incluir significados e representações psicológicas para o indivíduo, implicando em um nível de satisfação com suas relações de apoio social. Por contemplar esse caráter subjetivo, considera-se apoio social percebido aquele que o indivíduo acredita estar disponível se necessitar. Portanto, a experiência de um evento de vida vai além das características do evento em si, pois envolve características, significados e avaliações que o indivíduo faz para que o apoio seja efetivo.

Assim, o objetivo geral é identificar a configuração (estrutural e funcional) do apoio social em famílias acompanhadas pelos Serviços PAIF em Porto Alegre/RS e Esteio/RS e compreender como os profissionais participam na "construção" da Política de Assistência Social e do apoio social das famílias acompanhadas. Este trabalho foi financiado pela SAGI/MDS/CNPq, composto por três estudos integrando métodos quantitativos e qualitativos. A primeira parte foi desenvolvida através da aplicação de instrumentos quantitativos, avaliando o Apoio Social (Gracia et al,2011) e o Suporte Familiar (Baptista,2009), a segunda e terceira etapa buscam integrar os dados obtidos no primeiro estudo, com entrevistas de caráter biográfico com usuários e profissionais.

No primeiro estudo, foram entrevistados 201 usuários dos CRAS de Porto Alegre e Esteio. Os resultados preliminares identificaram correlações positivas da variável idade com os três seguintes constructos: Integração Comunitária, Participação Comunitária e Apoio Social Informal. Este resultado indica que com o passar do tempo, os participantes acompanhados pelo CRAS se mostram como pessoas participativas e engajadas com as questões da sua comunidade e tanto buscam como funcionam de fonte de apoio em sua vizinhança. A variável de renda familiar se correlaciona negativamente com a Participação Social. O resultado é contrário aos achados da literatura indicam que pessoas com menor renda, possuem uma participação social menor. Também há correlação negativa entre o número de moradores da casa e a integração comunitária. Por fim, foi identificado que a Integração Comunitária está positivamente correlacionada com o tempo que o participante está sob acompanhamento com o CRAS e, também, com o valor de benefício social que a família recebe.

No segundo estudo foram entrevistados 8 usuários. Análises preliminares das entrevistas apontam como principais temáticas os Acontecimentos Vitais Estressantes na Fase Adulta, pode-se observar nas narrativas que os participantes em diferentes fases de desenvolvimento tiveram situações estressantes e continuas. Outro tema relacionado foi do apoio comunitário tanto de serviços públicos como de instituições religiosas/caridade. A família biológica não foi referida como fonte de apoio, enquanto os vizinhos e amigos foram identificados como referência de suporte.

No terceiro estudo foram entrevistados 27 profissionais da Psicologia, a partir das análises, dividiram-se os dados em três categorias temáticas: Redes e Vínculos, Intersetorialidade e Funções do apoio. Identificou-se uma dificuldade dos(as) psicólogos(as) em nomearem-se como parte de uma rede de apoio, reconhecerem outros contextos de suporte, principalmente de origem comunitária, de vizinhos, e da família ampliada. Os mesmos identificam a rede institucional sócio-assistencial (saúde, habitação, educação) como parte significativa na contribuição de uma rede de apoio para o desenvolvimento e encaminhamento de demandas das famílias assistidas pelo CRAS.

Portanto, este estudo pretende colaborar com os profissionais que atuam no campo da Assistência Social, auxiliando a compreender e identificar os recursos de apoio social, de maneira a auxiliar no bem estar subjetivo e social das famílias em vulnerabilidade.

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a busca por novas estratégias

Aline Garcia Aveiro (Universidade de São Paulo)

O afastamento de meninos e meninas do convívio familiar e seu consequente acolhimento institucional surgiram no processo de colonização do Brasil, com o projeto português de educação e catequese das crianças indígenas. As "Casas de Muchachos" foram instituições criadas não somente para crianças indígenas, mas também para receber órfãos e enjeitados, vindos de Portugal, que aprendiam rapidamente a língua nativa tornando-se importantes auxiliares nesse projeto. Tais instituições, criadas no período entre 1550 e 1553 e custeadas pela Coroa portuguesa, seriam, segundo Sposati (2004), a protoforma dos abrigos e internatos educacionais que existem ainda hoje. Os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes são recentes enquanto estratégia pública de proteção a meninos e meninas em situação de risco por ação ou omissão do Estado. "Trata-se de uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para re(colocação) na família de origem ou em família substituta, não implicando privação de liberdade" (art. 101, ECA).

Após diversas mudanças estruturais e legais, foi estabelecido em 2010 um prazo máximo de permanência no acolhimento – 2 anos, durante o qual cada acolhido deve retornar à família de origem (nuclear ou extensa) ou deve ser inserido em família substituta. Busca-se romper um passado em que crianças e adolescentes ficavam por tempo indeterminado e bastante prolongado nas instituições. Na esteira dos pensamentos de Rizzini et Rizzini (2004) é possível afirmar que as leis e as políticas da área estão sendo construídas na direção de romper práticas institucionalizantes e assistenciais, e a implementação dessa política apresenta muitas dificuldades no cotidiano do trabalho.

Com o objetivo de desenhar um cenário através do qual seja possível identificar as forças constitutivas desse cotidiano, será compartilhada neste trabalho a experiência vivida entre 2012 e 2014 junto a uma família acolhida em um serviço do município de São Paulo (denominado aqui de "SAICA CE"). Os três irmãos, meninos com idade de 12, 15 e 16 anos, foram afastados de sua família em março de 2006 por "negligência e maus tratos" dos pais e, quatro meses depois, seus pais foram destituídos do poder familiar. Após isso, foram realizadas três tentativas de colocação em família substituta e, diante das dificuldades encontradas nesse processo, os irmãos voltaram a viver em acolhimento institucional. No final do ano de 2012, eles foram transferidos de um acolhimento que estava fechando para o SAICA CE, sendo esta a quarta instituição em que morariam. Diante de uma história complexa e, aparentemente, sem perspectivas de desacolhimento, o que pode a equipe do serviço fazer? Qual o papel do SAICA para essas famílias? Quais as intervenções a serem propostas para essas histórias?

Através da análise dos atravessamentos que compõem uma cena singular, constituímos saberes acerca de nós mesmos e do mundo. Portanto, essa análise não é apenas relacionada a um problema teórico mas, como diz Passos et al (2009, p. 151) relaciona-se a um problema político presente nos arranjos locais, nas micro relações (Foucault, 1977). Ao destacar o cotidiano e mapear as dificuldades enfrentadas na aproximação de alguma história, busca-se entrar em contato com as forças que instituem um cenário que apresenta tensões em relação ao que se propõe na legislação. A análise dessas tensões nos dão elementos importantes na direção da busca de novas estratégias no fazer cotidiano dos Serviços de Acolhimento.

O Agente Socioeducativo: possibilidades e impossibilidades da atuação e formação no território Socioeducativo

Graziela Contessoto Sereno (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro)

O presente trabalho tem como proposta apresentar as inquietações e reflexões produzidas a partir da pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora com agentes socioeducativos de uma unidade de internação para adolescentes do sexo masculino do estado do Rio de Janeiro. Com o objetivo de compreender o território socioeducativo através da atuação e formação destes profissionais foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema onde nos deparamos com poucos estudos sobre os agentes socioeducativos e pesquisa de campo através da metodologia da pesquisa intervenção e cartografia que como um mapa intensivo, uma dinâmica dos afetos, também expressa à prática do psicólogo/pesquisador no campo socioeducativo. Do lugar de pesquisador interrogamos os diversos sentidos cristalizados na instituição, produzindo evidências que tornam visíveis o jogo de interesses e de poder encontrados no campo investigado. Para efeito deste estudo foram destacados três conteúdos para análise que nos parece centrais neste processo, quais sejam: a atuação do agente que tenta se equilibrar entre a socioeducação e segurança; a relação dos agentes socioeducativo com a equipe técnica; e por último a manutenção da ordem na instituição. Observamos esses efeitos nas práticas mortificantes e serializantes típicas de instituições totais. O cargo de agente socioeducativo, teve seu primeiro concurso em 1994 para atuar no recém-criado Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) com o intuito de substituir o tratamento dado aos adolescentes através da premissa da situação irregular pela proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 2013, foram realizados encontros semanais em grupo com os agentes socioeducativos. Ao longo dos encontros surgiu a demanda, dos próprios agentes, por um instrumento que conseguisse realizar uma melhor análise das condições de trabalho desse profissional, e para dar continuidade a pesquisa utilizamos como dispositivo o Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho–PROART, esse instrumento possibilitou a emergência de diversas dimensões que envolvem a relação trabalhoorganização do trabalho. A partir da análise deste instrumento através dos diários de campo produzidos durante toda a pesquisa nos deparamos com ás precárias condições físicas e materiais de trabalho; distanciamento dos aspectos estabelecidos pelas normativas nacionais quanto ao trabalho dos agentes e a experiência real vivenciada por eles no cotidiano da instituição; à dificuldade no trato da relação socioeducação e segurança; à individualização dos erros; ao ingresso no serviço público visando à segurança e a estabilidade no trabalho; e a falta de um espaço político de discussão onde pudessem conversar sobre os diversos aspectos do trabalho tanto no nível emocional quanto prático.

Muitas inquietações me habitam ao término da pesquisa, pois não há como sair de uma instituição total sem marcas, sem nos sentirmos afetados, sem nos chocarmos com alguns discursos ou cenas, sem estranhar aquilo que éramos convocados a ter como familiar, afinal passávamos o dia na instituição e compusemos aquela paisagem. Estávamos ali para acompanhar processos, processos de vida e de trabalho, e isso requereu cuidado, pois o jogo de forças institucionais modifica as pessoas que lá estão, inclusive nós pesquisadores.

O contexto de privação e restrição de liberdade gera conflitos, inclusive para os agentes socioeducativos, que não são os alvos da internação. Através do PROART percorremos os caminhos dos riscos psicossociais causados pelo trabalho do agente socioeducativo e encontramos sofrimento e adoecimento desses sujeitos, transtornos do sono, ansiedade, sentimento de inutilidade, frustração, dores no corpo que em última instância limitam as possibilidades dando ênfase as impossibilidades do fazer socioeducativo.

Ao analisarmos a política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, constatamos um recrudescimento da repressão que produz efeito direto no sistema socioeducativo. Houve um agravamento no quadro de superlotação, e nos últimos dois anos cinco adolescentes morreram em unidades de internação e internação provisória da capital . Cabe destacar que os adolescentes não tinham passagem pelo sistema socioeducativo e que três deles foram internados por prática de ato infracional análogo ao tráfico de drogas, ato que não enseja medida socioeducativa de internação. Diante do exposto, acredito que o GT 4- Assistência Social e Juventude no Brasil, seja o adequado para as reflexões desta pesquisa que se propõe a pensar a atuação do psicólogo enquanto pesquisador, uma vez que para a realização da pesquisa dialogamos com os diversas políticas públicas na área da infância e adolescência e suas interfaces.

O olhar psi para as juventudes pobres: sentidos construidos

Vladya Tatyane Pereira de Lira (Faculdade Guararapes)

Esta pesquisa aborda o sentido de juventudes pobres compartilhados por psicólogos/as na cidade do Recife, cuja construção ocorreu no âmbito de uma pesquisa desenvolvida no Programa de PósGraduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Analisamos as representações sociais da juventude pobre por psicólogos/as que atuam no Sistema Único da Assistência Social em Recife e Região Metropolitana do Recife e prestam serviços a jovens. O estudo mostra-se relevante por sua consistência teórica e metodológica ao analisar conteúdos relativos a formação profissional em Psicologia, no recorte temporal de 1980 a 2013, a partir da investigação da análise documental de Programas e Ementas do currículo de cursos de Psicologia ofertados na cidade do Recife e Região Metropolitana na disciplina Psicologia do

Desenvolvimento, bem como por escutar os/as profissionais de psicologia, oriundos de várias dessas instituições de ensino superior e que atuam no exercício profissional de Psicologia junto às juventudes na implementação das Políticas da Assistência Social. A importância desse estudo ainda revela-se pela a complexidade do tema juventude que se destaca por sua ambiguidade, imprecisão e pelo seu caráter historicamente construído, o que provocou uma pluralidade conceitual no âmbito da Psicologia. Assim, tivemos como objetivos: identificar os sentidos compartilhados de juventudes e juventudes pobres pelos/pelas psicólogos/as que atuam nos serviços para jovem no Sistema único da Assistência Social; analisar os componentes curriculares relacionados ao Desenvolvimento e concepções de juventudes presentes nos cursos de Psicologia em Recife e Região Metropolitana; e relacionamos as representações de juventudes dos/das psicólogos/as participantes com a sua formação acadêmica. Adotamos como referencial teóricometodológico a Abordagem Estrutural das representações sociais de Abric, a qual nos possibilitou identificar o conteúdo das representações sociais de juventudes e sua estrutura. No método, qualitativo e plurimetodológico, realizamos na primeira fase uma análise documental das matrizes dos componentes curriculares de sete cursos de Psicologia de Recife e Região

Metropolitana referentes às concepções de juventudes nos ementários de 1980 a 2012; na segunda fase, aplicamos sessenta e um questionários de Associação livre com os termos indutores juventude e juventude pobre, seguidos da hierarquização das palavras e um questionário sociodemográfico para identificar o perfil profissional dos/das participantes; e na terceira fase, um grupo focal cuja escolha dos/das participantes teve como critério a atuação profissional exclusivamente junto aos/as jovens pobres. Os resultados: na primeira fase, que foi dividida em três subfases, foi identificado que no período de 1980 a 1990 a concepção de juventude era negativizada, sofrida e patologizada; no período de 1991 a 2000, houve forte influência da Psicanálise, sendo a concepção de juventude ainda inatista, universal e a-histórica e no período de 2001 a 2012, ocorreu um forte permanência de concepções anteriores e avanços com referências a diversidade, pluralidade e perspectiva política das juventudes. Na segunda fase, os resultados corroboram os achados da primeira, e no termo indutor juventude pobre foram realçadas as faltas e as vulnerabilidades; no grupo focal, os/as psicólogos/as expressam o sentido de falta social e econômica, no entanto, responsabilizam o próprio jovem por sua condição social justificada como decorrência da desestrutura familiar.

O Perfil de Crianças Vítimas de Agressão Sexual nos Contextos Intrafamiliar e Extrafamiliar Em Três Municípios Do Estado do Pará

Jacqueline Rodrigues de Sousa (Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará), **Carlos Joaquim Barbosa da Rocha** (Universidade Federal do Pará)

A agressão sexual contra crianças é entendida como todo ato sexual que é estabelecido por uma relação assimétrica de poder. Os atos sexuais ocorrem, geralmente, por meio de imposição de violência física, ameaça ou indução da vontade da criança. Pode ocorrer em contextos intrafamiliar e extrafamiliar, sendo o contexto intrafamiliar caracterizado pelo ato sexual praticado por uma pessoa que possui algum vínculo familiar com a vítima: pai, mãe, tio, primo, entre outros. Enquanto que, no contexto extrafamiliar, o agressor é aquele que não possui nenhum vínculo familiar com a vítima, como por exemplo, vizinho, conhecido ou desconhecido. Portanto, este trabalho tem como objetivo investigar as características biopsicossociais de crianças (0 a 12 incompletos) vítimas de agressão sexual nos contextos intrafamiliar (CI) e extrafamiliar (CE), mediante análise dos dados contidos em processos jurídicos, dos de 1998 a 2014, em comarcas de três municípios do estado do Pará (Abaetetuba, Belém e Parauapebas). Para coletar os dados foi utilizado um formulário elaborado pela equipe responsável pela pesquisa, com base no estudo de Habigzang, Azevedo e Machado (2005), que abrange um conjunto de informações sobre o autor de agressão sexual, a vítima, o contexto de agressão e o processo jurídico. Foram analisados 348 processos correspondentes a crimes sexuais contra crianças e adolescentes, sendo que 183 correspondiam a crimes sexuais contra crianças. Considerando estes casos, 55,8% (102) ocorreram no CI e 44,2% (81) no CE. As vítimas do sexo feminino foram mais frequentes tanto no contexto intrafamiliar 85,3% (87) quanto no contexto extrafamiliar 82,7% (67). Ao se considerar a cor/etnia, os resultados evidenciaram que as vítimas de cor parda predominaram em ambos os contextos, com percentuais de 55,9% no CI e 48,1% no CE. Quanto à escolaridade, a maioria das vítimas estava cursando o ensino fundamental incompleto, sendo os percentuais de 67,6% no CI e 67,9% no CE. Em relação à composição familiar, a mãe convivia com a criança em 84,3% (86) dos casos no CI e 86,4% (70) no CE. A convivência com o pai também foi relevante, pois 42% das vítimas conviviam com o pai no CI e 57% no CE. Quanto ao vínculo entre vítima e agressor, no CI, 29,4% dos casos era o tio e 25,3% era o pai das vítimas; já no CE, o conhecido ou vizinho (61,7%) e o desconhecido (13%) foram os autores agressão mais comuns. Com relação ao tempo de duração da agressão, no CI, em 27,4% (28) dos casos, o tempo de duração foi igual ou superior a um ano, em contrapartida, no CE, em 45,8%(37) dos casos a agressão ocorreu uma única vez. Houve a comprovação da agressão através do depoimento da vítima, dos familiares ou de terceiros em 76,5% (78) dos casos no CE e 85,2% no CI. Os laudos do IML ofereceram indícios para a comprovação da agressão em 76,5% (78) dos casos no CI e 85,2% (69) no CE. Foi registrado a ocorrência de outros tipos de violência além da agressão sexual, em 61,7% (63) das vezes no CI e 49,4% (40) das vezes no CE, sendo a violência psicológica a mais comum em ambos os contextos, com percentuais de 43,1% (44) no CI e 32% (26) no CE. Agressões sexuais com uso de poder e força física apareceram com maior frequência tanto no CI (65,7%) quanto no CE (46%). Os resultados deste estudo apontam que a agressão sexual cometida contra crianças nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar é um fenômeno multideterminado e complexo. Percebe-se que há mais semelhanças do que diferenças entre as características das vítimas e da agressão sexual ocorridas nos contextos intra e extrafamiliar. A maioria das vítimas é do sexo feminino, pardas, mora com a mãe e cursa o ensino fundamental. Observa-se que a maior parte das vítimas convivia com a mãe e o pai, sendo os agressores mais comuns o tio e o pai no CI. Com base nisso, verifica-se que o pai quando assume o papel de cuidador da criança, pode tornar-se aquele que viola o direito desta, ao invés de exercer a função de proteção. Já no contexto extrafamiliar, são o conhecido e o vizinho os autores de agressão sexual mais frequente, sendo, portanto, pessoas da comunidade que muitas vezes têm acesso à residência da criança ou que podem, com certa facilidade, ganhar a confiança da família e assim conduzir a criança para um espaço privado onde agressão pode ocorrer longe das vistas dos responsáveis. Conclui-se que é importante que os estudos sobre as características biopsicológicas das crianças vítimas de agressão sexual em contextos diversos sejam desenvolvidos, e que avancem no sentido de contribuir para pesquisas futuras e a formulação de políticas sociais destinadas à prevenção da violência sexual, orientando pais, professores, profissionais da saúde e assistência social e a comunidade em geral na identificação e intervenção nos casos de violência sexual contra crianças.

O processo de desligamento da instituição para adolescentes mães acolhidas com seus filhos

Juliana Castelo Branco e Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este trabalho é parte de pesquisa de mestrado, em andamento, realizado no Programa de PósGraduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A referida pesquisa foi desenvolvida entre os meses de abril de 2014 e janeiro de 2015, em uma instituição de acolhimento, localizada na cidade do Rio de Janeiro, que possui um projeto destinado a acolher até dez adolescentes grávidas ou que já são mães. No decorrer do período de pesquisa foram observadas inúmeras falhas na rede de proteção à infância e à adolescência do município. Aos adolescentes em situação de acolhimento, próximos do momento de serem desligados da instituição devido a maioridade, deveria ser proporcionada a construção de vínculos com uma rede de apoio comunitária que os auxiliasse no fortalecimento da sua autonomia, além do acesso à educação, à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. No entanto, percebe-se que a rede formada pelos diversos equipamentos e profissionais que atuam neste contexto não funciona de maneira efetiva, resultando em ações pouco eficazes e que não fornecem condições para que esses jovens possam desenvolver suas potencialidades e criar outras trajetórias de vida a partir do acolhimento. No caso das adolescentes que se encontram acolhidas juntamente com seus filhos a situação se torna ainda mais grave. Observa-se que a instituição de acolhimento, que deveria garantir a sua proteção, na verdade, constitui um local de vigilância constante sobre suas condutas enquanto mães. Dessa forma, a maioridade acaba funcionando como mais um pretexto para que essas jovens sejam culpabilizadas pela situação na qual se encontram e para reforçar o olhar direcionado a estas como mães de risco. Ressalta-se que, dificilmente, sem o auxílio de uma rede social de apoio eficiente, essas adolescentes conseguirão adquirir a autonomia necessária para que atendam aos requisitos exigidos pelo poder público para que permaneçam com a guarda de seus filhos após o acolhimento, como possuir um emprego e um local para residirem. Esse trabalho tem como objetivo problematizar questões relacionadas ao momento de saída da instituição onde estão acolhidas essas jovens e seus filhos, expondo algumas das dificuldades experimentadas por estas e a influência destes desdobramentos para a relação estabelecida com o filho. Pretende-se também buscar os apontamentos de leis, diretrizes e resoluções, em relação ao desligamento da instituição por parte de adolescentes e mães adolescentes, de modo a atestar a não efetivação de grande parte das diretrizes propostas com o intuito de garantir as condições necessárias para que as adolescentes sejam preparadas para uma vida autônoma fora da instituição. Para tanto, utilizaremos produções de autores como Michel Foucault, Jacques Donzelot e Robert Castel, além de leis, documentos e resoluções como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009). A pesquisa de campo, de caráter qualitativo, baseou-se na coleta de dados efetuada por meio de entrevistas individuais semiestruturadas e pela interação e observação em grupos operativos, desenvolvidos com a metodologia inspirada em Pichon-Rivière, ambos realizados com as jovens mães acolhidas. Com base nos dados coletados serão apresentados três casos, onde o momento de saída da instituição se configurou de diferentes formas, despertando ansiedades e inseguranças de maneiras distintas, com o propósito de demonstrar algumas das dificuldades e questionamentos presentes nas trajetórias dessas jovens nesse período tão importante e, ao mesmo tempo, temido de suas vidas. Após a apresentação dos casos, serão discutidas e problematizadas algumas das questões presentes neste contexto evidenciando a importância de uma maior atenção e apoio a essas adolescentes, por parte dos profissionais da instituição na qual se encontram inseridas, e de uma melhor articulação entre os dispositivos da rede de proteção à infância e a adolescência com o objetivo de tornarem eficazes as recomendações constantes nas leis e resoluções que versam sobre o tema. As conclusões da pesquisa apontam que é fundamental que os profissionais que atuam nas instâncias de proteção e o poder público invistam em ações efetivas que valorizem e garantam a construção da autonomia dessas adolescentes auxiliando-as na organização de outras trajetórias de vida a partir da maternidade e do acolhimento. Nesse sentido, acredita-se que este trabalho articula-se com o eixo temático “Assistência Social, vulnerabilidades e violências” e com a proposta do Grupo de Trabalho “Assistência Social e Juventude no Brasil” ao problematizar e refletir sobre práticas realizadas por psicólogos e demais profissionais, no campo da assistência social e das políticas públicas relacionadas às adolescentes mães acolhidas, e os efeitos produzidos por essas práticas quando as jovens atingem a maioridade.

Tecer testemunhos, desnaturalizar violências: pela possibilidade de narrativas de vidas desimportantes

Marina da Rocha Rodrigues (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Jaqueline Tittoni** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A inserção do psicólogo/a no cenário das políticas públicas de assistência social no Brasil vem produzindo problematizações aos modos como atuamos profissionalmente neste campo, bem como ao lugar da psicologia, enquanto saber especializado no corpo social. O presente trabalho emerge nesse contexto, e se produziu a partir da inserção, durante o processo de formação em psicologia, em dois campos de intervenção, atravessados pela política de assistência social: um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de uma das regiões de Porto Alegre e o Projeto de Extensão Universitária "Casa dos Cata-ventos" que se localiza em uma das vilas que fazem parte da área atendida pelo CREAS. Esses locais carregam outra marca em comum: a da violência, de vidas vulnerabilizadas na cidade. Violência essa que atravessa, delineia e, muitas vezes, desenha na intensidade de seus efeitos, nossas práticas profissionais. Dessa forma é que o conceito de testemunho/testemunhar é tomado e trabalhado como um modo a nos dispormos no trabalho em curso e de forma a indicar uma pista de trabalho possível. Este estudo é o resultado de um trabalho de conclusão de curso, que agora se desdobra em uma pesquisa de mestrado.

A violência a qual nos referimos é aquela que produz o cerceamento aos modos e possibilidades de vida e de viver, que atinge a vida operando a partir de mecanismos de práticas de exceção, da não tolerância às diversas formas de existência, da exclusão do diferente. Violência que destrói a vida, enclausurando, calando, desqualificando, deslegitimitando, matando alguns sujeitos e aos modos em que se constroem discursos e práticas que sustentam tal lógica. O estudo em questão refere-se mais especificamente à violência que atinge os corpos e as vidas de crianças e adolescentes que vivem nesses contextos.

No Brasil, as edições anuais do Mapa da Violência mostram os homicídios como a principal causa de morte entre os jovens de 15 a 29 anos, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Tais dados apontam para uma seletividade social e racial dos que são assassinados no país, relacionada ao processo de criminalização da pobreza, e assinalam um destino-morte traçado para a infância e a juventude em vulnerabilidade social. Dessa maneira, no cenário das políticas públicas de assistência social emerge a problemática dos modos possíveis de trabalhar a violência, a partir das narrativas desses sujeitos sobre a truculência da polícia, da organização violenta do tráfico de drogas, dos assassinatos de pessoas próximas e dos modos de relações violentos. É no atendimento a essas pessoas que emerge este estudo, a partir do encontro com as crianças e os jovens que vivem nesses contextos, bem como dessas histórias de vida atravessadas e contingenciadas pela violência. Neste contexto é que se coloca como importante que estas narrativas possam ser escutadas pelos trabalhadores que acolham esses sujeitos.

Cabe ressaltar o estatuto naturalizado de tal violência, muitas vezes não tomada como tal, ao não se problematizar o modo violento em que vivemos. Engendrando-se a isso a individualização de certos processos violentos, no qual se toma a violência e o ser violento como algo individual. No caso brasileiro, quando se trata de contextos de vulnerabilidade social e violência, não se pode deixar de apontar, na direção de desnaturalizar esse individual da violência, o processo de criminalização da pobreza - no qual a própria existência social é atrelada à ideia de perigo e deve assim ser combatida. Naturalização essa encontrada em como tomamos enquanto psicólogos/as a condição de pobreza. A lógica da criminalização da pobreza está institucionalizada na operacionalização das políticas públicas e na nossa escuta desses sujeitos. A qual produz também um processo de deslegitimação do lugar de fala, no qual, fala-se, mas o enunciado não tem valor, por se ser quem se é. A violência que destrói a vida e as suas possibilidades, também cerceia as possibilidades de narrativa e dessa narrativa ter algum valor.

Dessa forma que o conceito de testemunho aponta uma possibilidade de trabalho neste cenário. Destaca-se a posição nomeada como lugar de terceiro, daquele que ao escutar o horror não dá as costas e vai embora, mas fica e escuta – tornando, assim, possível uma história dessas vidas, histórias sobre os já referidos dados do Mapa da Violência.

A sustentação de que essas histórias possam ser narradas e escutadas no contexto das políticas públicas de assistência social se faz importante pela possibilidade da construção de narrativas do que foi vivido, de que essas histórias possam ser narradas, e assim, compartilhadas e transmitidas. Sustentar que essas histórias tenham direito a lembrança. Narrar inscreve-se, assim, como possibilidade de construção do presente, na direção de romper com os ciclos de repetição e produção de violência ao insistir que seja possível alguma história sobre o que se passou, da sobrevivência de qualquer coisa após a violência e, assim, desnaturalizar.

Vulnerabilidade social e vulnerabilidade psíquica: desafios para as políticas públicas de saúde mental e de assistência social

Leônia Cavalcante Teixeira (Professor Titular da Universidade de Fortaleza), Sonia Wan Der Maas Rodrigues (Universidade de Fortaleza), Alice Chaves de Carvalho Gomes (Universidade de Fortaleza)

Introdução: A rede de saúde mental se organiza em torno dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), quais sejam universalidade, integralidade, equidade, hierarquização e regionalização, descentralização e controle social, tendo como um dos eixos norteadores prioritários a intervenção junto a sujeitos que apresentam sofrimento psíquico e que demandam cuidados. Oferta serviços que privilegiam ações multi e interprofissionais e grupais que estão em consonância com os pressupostos da reforma psiquiátrica, favorecendo, de acordo com o SUS, a inclusão social e, segundo os dispositivos clínicos, substitutivos do modelo hospitalocêntrico hegemônico, privilegiando a subjetividade visando a inserção do sujeito no social. No que tange aos trabalhos com adolescentes, além dos impasses institucionais comuns aos serviços de saúde mental, apresentam desafios relativos ao momento do adolescer, isto é, ao trabalho psíquico que exige do sujeito-adolescente a construção de lugares de existência no social diferenciados de quando era criança. A adolescência é um momento singular de reelaboração edípica, do encontro com um outro sexuado, das transformações corporais e de um trabalho subjetivo que implique o adolescente com aquilo que ele vivencia, com o mal-estar que lhe é constituinte. Frente às demandas contemporâneas, marcadas pelo narcisismo, hedonismo e consumismo, ligadas ao corpo e à posse de objetos, adolescentes que apresentam impasses diante de figuras e instituições de autoridade – familiares, escola e seus profissionais, instituições civis e militares - e que se encontram em vulnerabilidade social constituem um número significativo de usuários da rede de saúde mental. Privilegiando o campo da saúde coletiva, a partir de intervenções junto a adolescentes em vulnerabilidade, pensamos ser desafios para as políticas públicas de saúde mental e assistência social, articular vulnerabilidade social e psíquica, sem ligá-las linearmente, postura que pensamos perigosa e, ainda hegemônica, na formação de profissionais e no planejamento e implementação d estratégias de cuidado. Objetivo: O objetivo deste trabalho foi articular vulnerabilidade social com vulnerabilidade psíquica, sendo esta relativa ao momento de constituição subjetiva do adolescente e seus impasses, especialmente no que tange ao corpo, à revalidação da lei e à construção de ideais que tenham como suporte identificações extra espaço familiar. Método: O método consistiu em uma pesquisa-intervenção em uma oficina terapêutica de contação de história com cinco adolescentes entre 14 e 17 anos, em seis sessões quinzenais em um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS no Ceará. As sessões da oficina terapêutica foram relatadas, logo após seu término, considerando as temáticas abordadas pelos participantes durante os encontros, como questões que mobilizaram o grupo, quanto adolescentes de modo individual. Os resultados foram categorizados em temas: infância, família, escola, entrada na adolescência, sintomas, uso de medicação e projetos de vida. Resultados: Considerando vulnerabilidade social como condições precárias de vida do ponto de vista econômico, precariedades em diversos quesitos que permeiam a família desses adolescentes, tais como habitação, educação etc; e vulnerabilidade psíquica correspondendo à condição de permanência e intensificação da condição subjetiva estruturante de desamparo, observou-se que a falta de referências subjetivas para o adolescente, desde quando criança, foi um dado que mostrou-se relevante em todas as categorias acima citadas. Entende-se por referência subjetiva pessoas ou instituições que funcionem como suportes, agentes organizadores das experiências psíquicas e sociais. A vulnerabilidade social/psíquica pareceu impedindo a elaboração psíquica e a construção de mecanismos de proteção. Apreendeu-se que desafios do processo de adolescer, especialmente a revalidação do Nome-do-Pai, parecem se mostrar difíceis de serem operados pelos parentes e membros do círculo social dos adolescentes, sendo dirigidas às instituições escola e CAPS demandas subjetivas de formalização da Lei e de limites subjetivos e sociais necessários à construção do sujeito no social. Concluiu-se que não há relação linear entre vulnerabilidade social e psíquica, mas que, na falta de representantes da Lei para o adolescente em vulnerabilidade social, parece caber às instituições que o acolhem construir espaços nos quais lhe seja oferecido possibilidades de ressignificação de sua história de vida, possibilitando ao sujeito respostas subjetivas outras, diferentemente daquelas, obtidas pelo narcisismo, hedonismo e consumismo que incitam a um gozo sem limites. No campo da saúde coletiva, vivenciamos questões cotidianas que apelam por discussões teóricas balizadoras de ações centradas no cuidado, em uma dimensão ético-política, nas quais o singular e o coletivo sejam apreendidos concomitantemente e em sua complexidade. Tal modalidade de construção de saberes e práticas em saúde exige postura profissional interdisciplinar e intersetorial. A partir da pesquisa-intervenção relatada, apreendemos que políticas públicas de saúde mental exigem olhares que privilegiem interfaces, por exemplo com políticas públicas de assistência social, consistindo em desafios para o campo da saúde coletiva.

GT 05 CONSTRUCIONISMO SOCIAL COMO POSTURA FILOSÓFICA: IMPLICAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

A construção da carreira ao longo da vida: uma proposta de intervenção em orientação profissional na universidade a partir do construcionismo social

Fabiano Fonseca da Silva (Universidade Mackenzie)

A leitura da carreira como construção social e como objeto de transformação ao longo da trajetória de vida ganha espaço na última década no campo da Orientação Profissional. As trajetórias das carreiras são cada vez menos lineares, pouco previsíveis, ao contrário de boa parte do século XX, onde as mudanças de trajetórias eram excepcionais e representadas negativamente. Essas transformações abrem espaço para uma leitura de transformação social e de construção e reconstrução de significados constantes de comportamentos vocacionais que antes eram entendidos como pouco sujeitos a mudanças, como interesses, aptidões, valores, motivação. Nesse contexto surge uma leitura contextualista no campo da carreira que rompe com o discurso tradicional na área, essas transformações levam a uma nova organizaçãos dos conceitos na área: a. discurso das inclinações: interesses, aptidões, personalidade são construções sociais e devem ser constantemente reinterpretados; b. discurso contextualizado: construção das trajetórias profissionais devem ser localizados dentro de contexto histórico, social, econômico; c. Subjetividade ou narrativa: estratégia de construção e percepção da carreira; d. discurso de processo: ênfase da Orientação Profissional deve ocorrer no processo e não na escolha final, orientando deve participar ativamente. Nessa nova leitura sobre o processo de construção da escolha da carreira novas modalidades de intervenção são criadas, dialogando com os novos ambientes sociais de execução dessas trajetórias. Uma experiência na orientação de carreiras em uma universidade privada no estado de São Paulo utilizam-se de duas experiências baseada nas narrativas para auxiliar na construção de novos projetos profissionais. Há 4 anos são organizados grupos utilizando-se o dispositivo do ateliê de projetos biográficos, desenvolvido por Christine Delory-Momberger, que consiste em grupos de até 15 pessoas oferecidos a estudantes do curso de Psicologia, cuja proposta é auxiliar na escolha das áreas de estágio e a construção de um projeto futuro de inserção profissional. Essa experiência foi incorporada ao curso sendo oferecida voluntariamente aos alunos que participam em horário oposto ao período de aula. Nesse tempo foram organizados 12 grupos acompanhando a 110 alunos entre 2010 e 2015. Outro instrumento utilizado para o planejamento de carreira dos alunos é uma proposta de intervenção baseada no modelo do "life-design", composto por cinco entrevistas individuais composto por uma ou duas entrevista de avaliação da situação do estudante, uma entrevista no modelo "minha história de carreira", uma validação da entrevista e outras duas focadas no plano de ação. Esse atendimento individual compõe o plano de estágio em Orientação Profissional dos alunos do curso de Psicologia, em 2015 foram atendidos 8 casos nesse modelo. Os trabalhos no campo da Orientação Profissional nesse modelo são iniciais, mas as perspectivas são positivas, avaliação dos ateliês biográficos de projetos ao final do processo indicam que os alunos consideram positiva a intervenção e, pouco a pouco, é incorporado à rotina do curso. No modelo do atendimento individual baseado no "life-design" há uma perspectiva positiva, dos atendimentos realizados os participantes mostraram ao final uma maior capacidade de explorar a si mesmo e as possibilidades de carreira, além de uma segurança no projeto profissional que não tinham antes. As entrevista servem para oferecer um contorno para as pessoas entrevistadas, levando a escolhas de carreiras mais bem definidas e com maior possibilidade de êxito. As estratégias de narrativas podem ser apontadas como uma das principais intervenções no campo do construcionismo social, criar novos modelos e utilizar experiências já consolidadas, são caminhos para auxiliar as pessoas na construção de projetos profissionais que sejam menos estereotipados e possíveis de dialogar com o contexto social no qual as pessoas estão imersas. Nesse sentido o relato dessas duas experiências oferecem, mesmo com limitações relacionadas à aplicação limitada, poucos grupos e acompanhamentos individuais, instrumentos para a reflexão sobre intervenções relacionadas ao construcionismo social.

A emergência do compromisso pró-ecológico no contexto brasileiro: um olhar socioconstrucionista

Raquel Farias Diniz (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Por mudarem com o tempo e serem relativos ao período em que se manifestam, os fenômenos sociais trazem em si uma carga histórica. Pode-se dizer que tais fenômenos têm memória porque são, também, resultantes da história de sua produção, das peculiaridades da cultura, das tradições e modos de vida da sociedade em que são produzidos. Assim, a forma como se manifestam no presente mantém relação intrínseca com sua genealogia, sendo decorrentes das práticas e relações sociais a partir das quais foram sendo constituídos. Sob essa perspectiva, o compromisso próecológico (CPE) – entendido como a vinculação cognitiva e afetiva que as pessoas estabelecem com o meio ambiente levando a práticas de cuidado com o mesmo – é compreendido, no presente trabalho, como um fenômeno processual, que se constitui mediante as interações sociais (e ambientais) e, desse modo, estando imerso num sistema sociocultural e ambiental. Desse modo, esta investigação teve como objetivo analisar a emergência do fenômeno do CPE no contexto brasileiro, a partir de um olhar socioconstrucionista inspirado pelas proposições de Kenneth Gergen, Tomás Ibáñez e Jerome Bruner. Foi utilizada uma abordagem metodológica de base qualitativa, com enfoque interpretativo, por via das construções narrativas de experiências de vida que, segundo Bruner, servem tanto no plano individual, dando ao indivíduo os instrumentos necessários para organizar sua vida em episódios significativos; como no plano cultural, contribuindo para a coesão das crenças compartilhadas, ao mesmo tempo em que facilita a transmissão de valores e crenças que fundamentam o nascimento e evolução das comunidades humanas. Assim, participaram do estudo 29 pessoas socialmente percebidas como compromissadas pró-ecologicamente (via indicação por pares), de diferentes estados do Brasil (DF, PB, RN, RJ, SA, SP) com idades entre 23 e 79 anos, sendo 17 homens. O grupo se distribuía em duas faixas etárias com características distintas: 16 participantes com idades entre 23 e 33 anos, alunos concluintes de curso superior, recém-graduados, ou estudantes de pós-graduação; e 13 participantes com idades entre 39 e 79 anos, com carreiras profissionais consolidadas ou aposentados. Observou-se, também, que a maior parte tem alto grau de escolaridade (apenas três participantes não têm ensino superior). Em entrevistas semiestruturadas individuais, os participantes discorreram sobre concepções de meio ambiente, de cuidado ambiental e narraram as experiências de vida significativas para a formação do seu CPE. As seções foram gravadas e transcritas, com autorização prévia e os dados foram submetidos à análise de conteúdo interpretativa. No tratamento dos dados foi utilizada a análise de conteúdo temática de base interpretativa. Para a presente discussão, ressalta-se o olhar sobre as distintas gerações contempladas no grupo de participantes, pois é bastante ilustrativa no que se refere às condições de constituição do fenômeno do compromisso pró-ecológico no contexto brasileiro. Mais de cinco décadas separam as infâncias do participante mais jovem e a do participante mais velho, algo que expressa a diversidade de enquadres nos quais se situam as experiências de vida relatadas. Os participantes mais velhos fizeram articulações entre contextos como as Ligas camponesas, Ditadura militar, atuação do partido comunista, Reforma Constituinte, Diretas Já, Redemocratização, expansão do planejamento urbano e da elaboração de planos diretores nas capitais brasileiras, e suas próprias experiências de infância, juventude, formação acadêmica e atividade profissional. No campo ambiental foram mencionados como marcos a Conferência de Estocolmo em 1972, a estruturação das organizações não governamentais ambientalistas (ONGs), a implantação dos órgãos ambientais e de fiscalização no âmbito do setor público nos anos de 1980, a Eco-92 e, mais recentemente, o debate sobre o Novo Código Florestal. Já os mais jovens, com trajetórias mais curtas, enfocaram experiências na infância e o contraste entre meio rural e urbano, visto que alguns são netos de pessoas que vivem em meio rural, e foi por essa via que entraram em contato com esse contexto. Outro aspecto marcante é a menção à formação acadêmica, em cursos mais recentes das áreas de meio ambiente, como Ecologia, Gestão Ambiental, e atuação em Educação Ambiental. Ademais, se remeteram a experiências e ações que caracterizam um cenário mais atual de atuação em meio ambiente, como permacultura, agroecologia, cicloativismo. Num traçado grosseir, porém útil para esta análise, observa-se: trajetórias que têm seu início antes dos marcos do ecologismo, num cenário de discussões incipientes e de atuação pouco definida e que se desenvolvem em conjunto com o amadurecimento desse debate no país; e trajetórias que nascem em meio à consolidação em nível global do debate ambiental e de difusão da noção de sustentabilidade, com campos de formação e atuação profissional já estabelecidos. Finalmente, ressalta-se a importância da emergência do debate ambiental no âmbito do senso comum como um marco importante que circunscreve cenários de escolhas e experiências significativas para os participantes, seja ainda em sua gênese, em princípios dos anos de 1970, seja no bojo de sua consolidação em nível nacional e internacional, em anos mais recentes.

A felicidade enquanto objeto indeterminado e sua performatividade no âmbito políticosocial

Luciano Espósito Sewaybricker (Universidade de São Paulo)

Motivada pelo interesse contemporâneo na felicidade, a Psicologia gradativamente passou a se debruçar sobre o tema com a intenção de desvendar seus processos psicológicos subjacentes e potencializá-la no âmbito social (DIENER, 1984; SELIGMAN, 2011). Nessa empreitada, provavelmente o maior desafio foi o de apresentar uma clara definição do conceito a fim de evitar tanto sua história polêmica como seu uso impreciso no senso comum. Os estudos derivados dessa nova área da Psicologia, denominada Psicologia Positiva, ganharam tamanha importância que passaram a embasar, inclusive, iniciativas políticas, tais como o desenvolvimento de índices de bem-estar na Inglaterra e França (DUNCAN, 2014; OECD, 2013), a Felicidade Interna Bruta no Butão (URA et al., 2012) e a defesa de um "novo utilitarismo" social por Veenhoven & Samuel (2011). Contudo, apesar do grande desenvolvimento da área nos últimos anos, ainda é comum encontrarmos diferentes conceitos de felicidade nos estudos acadêmicos e fragilidades em suas fundamentações (SEWAYBRICKER, 2012). Um exemplo é a relação entre felicidade, bem-estar e outros correlatos, que ora são utilizados como sinônimos, ora como distintos (WARR, 2007). Ainda, estudos entre culturas indicam diferenças significativas no entendimento de felicidade para grupos distintos e para um mesmo grupo ao longo do tempo. Tsai, Knutson & Fung (2006) apontam, por exemplo, que enquanto para os chineses felicidade relaciona-se com relações grupais e emoções de tranquilidade, para os americanos relaciona-se com individualidade e emoções de excitação. Já Oishi et al. (2013) encontraram mudanças significativas no significado do verbe "felicidade" no dicionário Webster entre 1961 e 2012. Esse cenário nos permite questionar se as definições de felicidade apresentadas são consistentes o bastante para sustentar as recentes descobertas da área e as propostas políticas derivadas. Além disso, será que é possível alcançar uma definição que permita cumprir com as intenções da Psicologia Positiva? Por meio da investigação histórica do tema e da análise dos fundamentos teóricos da Psicologia Positiva indicaremos a inconsistência dos atuais estudos de felicidade e a necessidade de uma moldura teórica mais abrangente, que coloque as diferentes propostas em perspectiva. Para tal, proporemos um campo de estudo da felicidade ancorado no construcionismo social, entendendo esse tema como um fenômeno social ao invés de natural-universal. A partir da análise histórica, encontramos nosso ponto de partida: ainda que a felicidade seja debatida desde a Grécia Antiga e diferentes definições tenham sido apresentadas, há um solo comum que permite reconhecer tais proposições como parte de um mesmo tema. Felicidade se refere à "melhor forma de se viver" (MCMAHON, 2006; WHITE, 2006). Contudo, aquilo que é "melhor" ou "pior" é justamente o objeto da divergência histórica, decorrência de diferentes entendimentos de ser humano e de mundo que cada proponente terá (GRAHAM, 2009). Isso faz com que a felicidade varie entre grupos, momentos históricos e até para uma mesma pessoa ao longo do tempo. A escolha de uma proposta de felicidade ao invés de outra será, sempre, um processo arbitrário que a fundamentação teórica da Psicologia Positiva não foi capaz de superar. A partir de nossa proposta quatro pressupostos devem ser considerados ao se estudar felicidade: a apreciação daquilo que é "melhor" na "melhor forma de se viver" exige certa hierarquia de valores; essa hierarquia de valores é construída socialmente e fluida; a felicidade não apenas diz respeito ao que é possível no presente, mas também ao ideal futuro; falar sobre a felicidade não apenas descreve, mas também prescreve uma melhor forma de se viver. Uma vez que qualquer definição de felicidade estará restrita no tempo e no espaço, é mais apropriado estudar suas variações ao invés de suas universalidades, como seus processos psicológicos. Como decorrência da perspectiva construcionista social, torna-se urgente uma reavaliação da agenda politica de mensuração e maximização da felicidade. Essas ações políticas devem ser entendidas como uma escolha arbitrária dentre as diversas felicidades e como um ato performativo (CALLON, 2005) da "melhor forma de se viver". Fortalece-se, portanto, a investigação das motivações não manisfestas e das consequências da felicidade na política tal qual autores como McKay (2013) propuseram.

Análise Institucional do Discurso e Construtivismo Social: possibilidades de encontro entre dois paralelos na pesquisa em psicologia

Marta Cristina Meirelles Ortiz (Universidade Federal de São Paulo)

O objetivo deste trabalho é pensar, por meio de contrapontos, as possibilidades de um diálogo teórico-metodológico entre a Análise Institucional do Discurso (AID), método de pesquisa e clínica proposto por Marlene Guirado, e o Construcionismo Social, deixando algumas aberturas para a construção conjunta da discussão durante a apresentação. Tal objetivo relaciona-se com o eixo temático "História, teorias métodos e formação em Psicologia Social" e com o Grupo de Trabalho 5, "Construcionismo Social como postura filosófica: implicações para a produção de conhecimentos teóricos e práticos em Psicologia Social", na categoria "ensaio teórico sobre aspectos significativos do referencial teórico-metodológico do construcionismo social". Um dos percalços no diálogo entre o construcionismo social e a AID é o fato de esta última se basear na Análise de Discurso (AD) francesa, corrente originada no pós-estruturalismo europeu continental e especialmente na linguística e na história, focada na análise de documentos. Em contrapartida, o construcionismo se estabeleceu como método baseado na AD anglo-saxã, cuja origem está na antropolologia pós-moderna e, seu desenvolvimento posterior, na sociologia e na psicologia, tendo como material principal a conversação cotidiana comum. A Análise Institucional do Discurso (AID) de Guirado tem suas referências teórico-metodológicas em Freud, em Foucault e na lingüística pragmática de Maingueneau. Compartilha, porém, com o construcionismo social sua definicao como proposta de método psicológico, tendo como material privilegiado de análise entrevistas semi-estruturadas e transcritas. A busca dos sentidos do discurso por meio de uma desconstrução e de uma reconstrução metodologicamente rigorosa também aproximam os escopos das duas abordagens. Entretanto, algumas diferenças radicais devem ser marcadas.

Guirado propõe que não há uma relação de externalidade entre sujeito e instituição, mas que ambos se engendram mutuamente. A instituição constitui sujeitos-atores de suas práticas, o que significa também que estes, na prática, são instituição. O termo "atores" remete Guirado ao conceito de "cena enunciativa", formulado por Maingueneau. Como prática institucional, a cena enunciativa aponta tanto para o sujeito da enunciação, como para as relações institucionais que o constituem, texto e contexto se sobressaindo no discurso na, e pela, análise. Guirado, assim, se volta para o discurso como enunciação e não como enunciado, afastando-se das abordagens construcionistas de análise de conteúdo.

O objeto da Psicologia, segundo Guirado, seriam "as relações, tal como imaginadas, reconhecidas e desconhecidas pelos que as fazem, no e pelo discurso." Numa inflexão foucaultiana, ela elabora o conceito de sujeito-dobradiça como metáfora analítica do modo de produção do sujeito delineado pela análise das condições de sua produção. Em termos mais próximos do construcionismo, pode-se falar de um self que se desconhece como instituição, mas que se dá a conhecer ao outro numa fala singular em, e por meio de que se reconhece.

Sob a ótica da AID, o conceito psicanalítico de transferência nos textos de Freud é redefinido como uma cena que se reedita e que vai forçar as amarras da cenografia institucional da psicanálise, ou da entrevista psicológica, tensionando-as. A escuta analítica acontece, portanto, na tensão entre diversas cenas que disputam a cenografia da sessão, ou da entrevista, entre elas as expectativas, fantasias e conceitos construídos ao longo da história de vida e de formação do analista: "ouvimos com as palavras que temos". Usando palavras mais familiares ao construcionismo, podemos dizer que tempo longo, tempo curto e tempo vivido são configurados num só tempo, o da transferência, dispondo um campo único de tensões para cada relação que acontece sob as regras que o definem como clínico, ou como entrevista para uma pesquisa. "Suspendendo" (sic) a meta-psicologia freudiana, Guirado propõe que a interpretação busque sentidos de um modo distinto da hermenêutica, ou do deciframento. O sentido da interpretação se constrói a partir, e não por trás, da cena enunciativa explícita, o que também soa familiar numa perspetiva construtivista social.

Conclui-se que, apesar das divergências, alguns compartilhamentos entre o construcionismo social e a AID parecem ser viáveis. Entre eles pode-se ressaltar um certo modo de produzir entrevistas a partir de roteiros semi-estruturados e de trabalhar com transcrições, visando uma reconstrução prospectiva e propositiva de sentidos e de realidades. Também pode-se aventar que procedimentos construcionistas de análise do discurso como Mapas, Árvores de Associação e Linhas Narrativas, voltados para o conteúdo, e os procedimentos da AID, voltados para a forma, possam conviver em função de certos interesses de pesquisa, até mesmo complementando-se mutuamente. Isso talvez possa dar origem a novos objetos, teorias, bem como outros modos de pensar e produzir conhecimento em Psicologia.

Aposta-se ainda numa potencialização, por meio da atenção à transferência como cenografia discursiva, da compreensão dos processos de subjetivação nos, e pelos, quais cada pessoa se reconhece como entidade singular e, simultaneamente, da escuta e da intervenção psicológica como prática instituinte capaz de desconstruir e reconstruir a matéria social, ou institucional, do self, ou "si" - pronome reflexivo -, na qual sempre nos re(des)conheceremos.

Características da difusão do construcionismo social no Brasil

Emerson Fernando Rasera (Universidade Federal de Uberlândia), **Ederglenn Nobre Vieira Júnior** (Universidade Federal de Uberlândia), **Carla Guanaes Lorenzi** (Departamento de Psicologia. FFCLRP-USP)

O construcionismo social é um movimento intelectual que ganhou relevância a partir da década de 1990 no Brasil, sustentando uma perspectiva social do processo de produção de conhecimento. Nessa perspectiva, o conhecimento é resultado dos processos sociais de comunicação, negociação e conflito na comunidade científica, os quais marcam o caminho da produção de teorias, sua legitimação, difusão e declínio. Buscando compreender a difusão do construcionismo social no contexto brasileiro, investigou-se como tem se dado esse processo na comunidade científica a partir da análise de teses e dissertações publicadas no país associadas com a expressão 'construcionismo social' disponíveis no Banco de Teses da CAPES. O estudo identificou um total de 233 trabalhos publicados entre os anos de 1997 e 2012. Desse total, 129 estão inseridos no campo da Psicologia. O grande número de publicações nessa área pode ser apontado como herança do fato do construcionismo social ter sido apresentado aos pesquisadores brasileiros por autores da Psicologia. Esses trabalhos foram defendidos em 43 instituições, mostrando que as ideias construcionistas tem alcançado grande amplitude territorial no Brasil, embora seu desenvolvimento ainda seja tímido em algumas delas. Os principais núcleos de produção dessas pesquisas estão na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto e Universidade Federal de Pernambuco. Foram identificados 135 orientadores, sendo que apenas 13 orientaram mais do que três trabalhos, e outros 105 participaram da orientação de apenas uma pesquisa associada ao construcionismo social. Esse dado sugere que quase metade das pesquisas foram realizadas como uma forma inicial de aproximação ao construcionismo social. A análise temática realizada identificou uma amplitude de interesses de pesquisa, tais como: "Linguagem e identidade"; "Saúde"; "Teoria e pesquisa"; "Desenvolvimento sociocultural e ambiental"; "Gênero e sexualidade"; "Trabalho e organização"; "Educação e formação"; e, "Família e desenvolvimento humano". Essa ampla variedade temática parece ser facilitada pelo caráter epistemológico abrangente do construcionismo social que, apesar de convidar a um certo olhar sobre a construção social da realidade, não propõe uma teoria específica sobre um objeto particular. Por outro lado, alguns temas ganham destaque, tais como "Linguagem e Identidade", "Saúde" e "Teoria e Pesquisa". O destaque do tema relacionado à "Linguagem e Identidade" aponta para o modo como ideias construcionistas sociais foram recebidas entre os pesquisadores brasileiros em relação à afirmação da construção da realidade por meio da linguagem, tomada em uma perspectiva performática e relacional. A segunda categoria de destaque é a de "Saúde". O grande número de trabalhos dessa categoria se deve ao fato dos principais grupos de pesquisa associados ao construcionismo social, "Práticas Discursivas e Produção de Sentidos" (PUC/SP) e "Psicologia, Saúde e Construcionismo social (USP/RP)" terem entre suas linhas de pesquisa a investigação da produção de sentidos em saúde.

A relevância do tema da "Teoria e pesquisa" está associada à diversidade temática anteriormente destacada. Nesse sentido, é interessante observar como, ao invés de um aprofundamento interno aos debates construcionistas, parece ser privilegiado um debate com o outro, num movimento de exploração e reconhecimento de uma perspectiva ainda em consolidação na comunidade brasileira. Além de colaborar para a visão do conhecimento enquanto prática social, sugerindo que o fazer científico é influenciado pelo conjunto de relações estabelecidas na comunidade científica, a pesquisa mostrou que o movimento construcionista tem se fortalecido no país e, embora os investimentos sejam consideravelmente mais fortes em determinadas regiões e núcleos de pesquisadores, seu alcance temático e geográfico é notável. Nesse sentido, o estudo chamou atenção para a importância dos processos de relação e formação entre os pesquisadores e as demais trocas presentes na comunidade científica para o entendimento da produção e difusão do conhecimento, reconhecendo que existe aí uma rede de relacionamentos que orienta esses processos e que merece ser estudada de modo mais profundo. (CNPQ/FAPEMIG)

Produção de sentidos sobre homens e masculinidades em uma pesquisa-ação: análise dos processos de reflexividade e pesquisa como prática social

Rodrigo Lira da Silva (Universidade Federal de Pernambuco), **Jorge Lyra** (Universidade Federal de Pernambuco - Departamento de Psicologia)

Este trabalho objetiva estudar a produção de sentidos sobre os homens e as masculinidades no processo de realização de uma pesquisa-ação intitulada "Paternidade e cuidado nos serviços de saúde". Por meio de localização e identificação de material potencialmente relevante (LUNA, 2009), este trabalho está pautado nas discussões sobre as relações de gênero, mais precisamente sobre a temática das masculinidades, e inserido no campo da ciência no âmbito das Ciências Humanas. Marko Monteiro (2013) no seu estudo sobre as masculinidades em revistas dos anos de 1960 a 1990, esclarece alguns pontos do contexto teórico das masculinidades ao afirmar que os estudos das masculinidades buscam levar a sério a afirmação de que o gênero não é só uma questão para as mulheres, mas é um fator de análise das relações entre elas e os homens e entre os próprios homens. Dessa forma, o gênero passa a ser visto como constituído socialmente, e não como fruto de diferenças biológicas imutáveis (MONTEIRO, 2013). Nessa perspectiva, o gênero refere-se aos mais diversos processos sociais pelos quais os sujeitos (incluindo aqui os/as pesquisadores/as) se constituem como masculinos e femininos em contextos histórico-culturais específicos (GUERRA, 2015). Nesse sentido, a partir da perspectiva epistemológica das pesquisas qualitativas como procedimento metodológico para a elaboração deste trabalho adotamos como referencial teórico-metodológico as práticas discursivas que se caracterizam pela linguagem como uma prática social, ao ter o seu aporte no construcionismo social. As práticas discursivas, remetem aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, correspondente aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade (MEDRADO; SPINK, 2013). Por meio dessa perspectiva, entrevistei sete pessoas (homens e mulheres) que em uma empreitada coletiva de 7 homens e 19 mulheres pesquisadores/as realizaram entrevistas estruturadas com 386 homens para a pesquisa "Paternidade e cuidado nos serviços de saúde". Assim, adotando a Psicologia Social Crítica como orientada para a mudança social (NOGUEIRA, 2005), há a compreensão de que ela adquire aspectos que transcendem a neutralidade e colocam o próprio pesquisador como parte do processo de produção, com suas dúvidas e questionamentos ao implicar um conhecimento singular que ele resulta diante do seu conhecimento situado (HARAWAY, 1995). Desta forma, o/a pesquisador/a pode tornar-se um ser reflexivo que adota um posicionamento que perpassa pela crítica constante a produção do conhecimento científico, que fortemente é moldada pelo viés positivista. Assim, como eixo norteador para identificação e discussão dos resultados e análises, compreendo que a minha posição é de um/a confeccionador/a que costura, edita e reúne pedaços do que se nomeia por "realidade", num processo que gera e traz uma unidade psicológica e emocional para uma experiência interpretativa co-produzida (DENZIN; LINCOLN, 2006). Desta forma, me implico para me/nos conhecer, numa permanente análise do impacto das experiências vividas/observadas sobre a história do pesquisador/a e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí, o próprio lugar de saber e o estatuto de poder do "perito-pesquisador" (PAULON, 2005). Adotando como referencial analítico o uso da interpretação de experiências, as quais são atribuídas sentidos num contexto marcado pela multiplicidade de saberes, em que a pesquisa qualitativa permite compreender o ser humano na fluidez das relações sociais (MENEGON; SPINK, 2013) partimos para a análise de três eixos: quais sentidos sobre homens e masculinidades nós (re)produzimos; os lugares dos/as pesquisadores/as; e a ciência intrínseca ao/a pesquisador/a. Dessa forma, a minha prática social na qualidade de pesquisador, a partir desta produção, possibilita o impulso para novos questionamentos sobre o fazer científico, a subjetividade, a implicação e o rigor. Assim, estes questionamentos iniciam uma prática voltada para a mudança da engrenagem social que tanto produz desigualdades pautadas nas diferenças.

Psicologias, feminismos e construcionismo social: hibridismos possíveis

Marília Saldanha da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este trabalho é um ensaio teórico que busca pensar que psicologias se mesclaram com vertentes do feminismo e refletir sobre o que algumas autoras têm denominado psicologia feminista. Interessa-nos também pesquisar em que campo(s) teórico(s) se situam autores e autoras dentro e fora do Brasil que reivindicam uma psicologia feminista. Um terceiro objetivo específico se refere a pesquisar quais práticas psicológicas se apresentam como feministas e dentre estas quais se propõem (e como) a lidar com a temática das violências contra as mulheres. Para tal, uma busca de artigos que se refiram a esta vertente foi realizada em dois periódicos feministas nacionais, Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu. Diante da escassez de material encontrado outro caminho tomado foi partir para uma pesquisa em revistas de psicologia tais como: Arquivos Brasileiros de Psicologia (FGV e UFRJ); Psicologia & Sociedade (da Abrapso); Psicologia USP; Psico; Psicologia: ciência e profissão; e algumas coletâneas da ANPEPP. O periódico Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas também foi consultado por se tratar de uma publicação voltada para educação que acolhe trabalhos com temáticas de gênero. O Portal de Periódicos da Capes foi pesquisado assim como os bancos de dados Scopus, Web of Science e o portal Scielo livros. Por fim foi feita uma varredura no google acadêmico e no google já que estes terrenos são próprios para a escavação arqueológica na contemporaneidade. Foram utilizados os descritores psicologia feminista e psicologia e feminismo e consideradas toda e qualquer produção acadêmica brasileira encontrada contendo os descritores escolhidos.

Consideramos por brasileira a produção realizada por autoras e autores brasileiras/os em revistas nacionais ou internacionais. Incluímos também artigos em idiomas português (de Portugal) e espanhol pois diante da escassez de material entendemos que em se tratando de sinônimos com uma escrita muito similar, psicologia feminista (português) e psicología feminista (espanhol) estaríamos desperdiçando produções que poderiam nos fornecer mais pistas para nossa empreitada arqueológica. Baseamo-nos aqui na proposta de Foucault (2007) que toma os discursos na sua exterioridade e busca suas condições de possibilidade. Esta análise não está interessada em verdades ou em psicologias mais "verdadeiras" que outras e sim em se referir aos discursos constitutivos destas práticas enquanto produções históricas. A psicologia social representou um campo que incorporou os estudos de gênero e suas alianças com teorias e campos que valorizam a cultura, o contexto social e a dimensão ativa e subjetiva dos sujeitos como nos afirma Nuernberg, 2008. No entanto, nem todas as vertentes da psicologia social acolheram estes estudos. Neste início de conversa sobre a porta de entrada dos estudos de gênero na psicologia social, destacamos aqui a psicologia social crítica, vertente, movimento ou postura filosófica que pode ser considerada como a de maior abertura às teorias feministas. Importante salientar que de acordo com alguns autores e autoras (Ferreira, 2010; Borges, 2014) a psicologia social crítica, no caso brasileiro, é uma expressão que teria abarcado diferentes posturas teóricas dentre estas o socioconstrucionismo. No seu hibridismo é a vertente mais impregnada pelo construcionismo social que se constitui numa das principais linhas epistemológicas feministas como afirma Narvaz e Kooler (2006) juntamente com o feminismo pós-moderno (pós-estruturalista e desconstrucionista). Esta perspectiva teórica incorporou a crítica das teorias feministas e valorizou seu potencial para promover a superação das concepções universalistas da psicologia. Nogueira (2001) nos diz ainda que na psicologia, o conhecimento como algo socialmente construído se funde na perspectiva do construcionismo social, na perspectiva da análise do discurso, da psicologia crítica e que estas são perspectivas que partilham entre si premissas semelhantes e se inserem num mesmo posicionamento epistemológico. Para esta comunicação oral trazemos para análise arqueológica a perspectiva do construcionismo social e sua relação com a psicologia e os estudos de gênero. A psicologia feminista brasileira pelo que apontou o estudo exploratório aqui realizado e os estudos de outros autores e autoras (Nurnberg et al,2011) vem ocupando um lugar marginalizado. As abordagens construcionistas saíram de um lugar periférico desvalorizado pelas concorrentes hegemônicas da psicologia social, consolidaram-se, ganharam visibilidade e reconhecimento como afirma Borges (2014). O que impede a vertente psicológica de que tratamos neste ensaio de empreender o mesmo percurso?

Remontando trilhas, fuçando rastros: discursos sobre as "cadeirinhas" na Folha de S. Paulo

Pedro Paulo Viana Figueiredo (Faculdade Esuda)

Em 28.05.2008 foi lançada a Resolução 277 do Conselho Nacional de Trânsito, divulgada pela mídia impressa e televisiva como "Lei da Cadeirinha". De maneira geral, a resolução regulamenta os dispositivos de segurança que bebês e crianças até sete anos e meio devem utilizar em carros de passeio – zero a um ano, bebê-conforto; um a quatro anos, cadeirinha; quatro a sete anos e meio, assento de elevação. Essa resolução surgiu para sanar o que foi identificado como ausência no Código de Trânsito Brasileiro (CTB): a proposição de dispositivos de retenção específicos para idades específicas. Porém, como surgiu a necessidade dessa resolução?

Para que sua elaboração fosse possível, dados estatísticos sobre a morte de crianças no trânsito viraram processos de inscrição (ROSE, 1998) que traduziram os acidentes fatais com veículos automotivos envolvendo crianças num dado material, tangível, no qual um cálculo político foi gerado para se intervir na população. Esses números não inscrevem meramente uma realidade pré-existente – crianças morrem em acidentes de – mas elas a constituem. A coleção de estatísticas sobre acidentes de trânsito torna possível a construção e a visibilização de um fenômeno: crianças morrem no trânsito quando transportadas em carros privados. Com o uso delas, a invenção (HACKING, 2002) de um novo tipo de pessoa: a criança em risco no trânsito. E mais, é a partir de uma rede heterogênea de diferentes atores – epidemiologistas, médicos pediatras, engenheiros, ortopedistas, ONGs interessadas na segurança da criança – que este fenômeno vai ser construído.

O presente trabalho é um recorte da tese de doutoramento do autor, cuja linha de argumento se inspira nos escritos de Michel Foucault sobre a governamentalidade, localizando a resolução como resposta do Estado para proteger seus cidadãos. Esta se apresentaria em um momento a partir de sua faceta biopolítica de controle e abrangência populacional, na construção da "criança em risco no trânsito", e num outro momento exigindo a implementação de um artefato de segurança de caráter individual, por meio de dispositivos disciplinares – as blitze, as multas etc. A tese teve entre seus objetivos analisar matérias que diziam respeito à Resolução 277/08 e/ou falassem sobre eventos que tinham a "cadeirinha" enquanto ator no jornal Folha de S. Paulo, almejando compreender como a mídia foi utilizada para a divulgação e sensibilização para o seu uso. As matérias escolhidas compreendem o período de 1994 a 2012 e foram analisadas utilizando os aportes metodológicos da abordagem de análise de práticas discursivas (SPINK, 1999; 2004), buscando remontar as trilhas que levam à resolução, fuçando os rastros dos diferentes atores que constituíram a rede que a tornou possível.

Como resultado, identificamos que o jornal segue argumentos distintos antes e após a implementação da Resolução 277/08. Anteriormente à vigência do CTB, as menções às cadeirinhas nesse jornal apresentam-nas como um acessório de segurança. Vários atores mencionavam a necessidade do uso, mas sem recorrer à obrigatoriedade. Com o advento do CTB, em 1998, a exigência do transporte de crianças com idade inferior a 10 anos nos bancos traseiros não foi colocada com precisão. Diante disso, os especialistas convocados para ensinar como transportar corretamente as crianças sempre recomendavam o uso da cadeirinha. Foi só a partir de 2002 que os discursos presentes nas matérias perdem o caráter de recomendação e passam a favorecer argumentos sobre a necessidade do uso, sempre com o apoio de especialistas.

Especialistas estes que pressionam o Contran a regulamentar o uso das cadeirinhas como item de segurança obrigatório, afirmando que as crianças que morrem no trânsito são um problema que poderia ser solucionado com o uso das cadeirinhas, mencionando dados estatísticos para demonstrar a gravidade da situação.

Nos anos que seguiram à vigência da Resolução 277/08, a obrigatoriedade do seu uso é dada como inquestionável. Porém, o jornal passa a veicular matérias que enfatizam mais a punição para o não uso do que a segurança provocada pelo seu uso. Por exemplo, entre a vigência da resolução em 2010 e o ano de 2012, 81 matérias mencionaram a cadeirinha: 27 centralizadas em argumentos de multa e 14 em argumentos de segurança. Desde a vigência da resolução, sempre é enfatizado, ao final das matérias, o aspecto punitivo do não uso das cadeirinhas, independentemente de trazer ou não argumentos de atores que querem promovê-la como segurança.

Pode-se concluir que a "lei da cadeirinha" resulta da visibilidade dada ao fenômeno das crianças que morriam no trânsito, inventando esse tipo de pessoa, a "criança em risco no trânsito". Essa visibilidade só foi possível a partir da sensibilidade a riscos em nossa contemporaneidade e, para tal, foi necessária a compilação e discussão sobre dados estatísticos no que diz respeito a acidentes automotivos envolvendo crianças. Os registros de acidentes e mortes de crianças em carros particulares foram utilizados para propor o controle de um fenômeno que não é mais considerado acaso, mas algo evitável.

Sentidos existenciais manifestos em cartas de suicidas.

Éser Técio Pacheco (PUC-Minas), **Francielle Fátima de Carvalho Gomes** (Pontifícia Universidade de Minas Gerais)

Sabe-se que, atualmente, o suicídio é uma das dez maiores causas de morte em todos os países e, o Brasil, embora não tenha uma cultura suicida, vem apresentando um crescimento progressivo dos números de suicídio nos últimos anos.

O trabalho em questão se trata de uma pesquisa realizada com cartas de suicidas arquivadas nos laudos do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte. O problema ao qual a pesquisa se propõe a responder é: o que as cartas de suicidas, nos casos estudados, fornecem como pistas para se compreender ato de tirar a própria vida?

Com a análise das cartas de suicidas pretende-se averiguar a existência de elementos que indiquem os sentidos associados ao ato de tirar a própria vida para, a partir desses elementos, elaborar uma reflexão do ato do suicídio, manifesto em cartas, na região de Belo Horizonte.

Tomou-se como base teórica para essa pesquisa, a Psicologia Fenomenológico Existencial, que se interessa em investigar a forma como os seres humanos lidam com o sentido da existência em diversos contextos. Como definição de suicídio, temos a de Cassorla que afirma que "o suicídio é uma agressão deliberada que o indivíduo exerce contra si mesmo com o sentido de pôr um fim à sua vida" (CASSORLA apud ROCHA; BORIS; MOREIRA, 2012, p.70).

Para se chegar à analise das cartas, primeiramente faz-se um levantamento dos laudos periciais de suicidas, do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte/MG, averiguando quais deles contêm cartas escritas pelos autores do ato. Essas cartas são transcritas pelos pesquisadores e, a partir daí, faz-se uma análise dessas cartas buscando extrair elementos que auxiliem na compreensão do ato suicida.

A metodologia utilizada nesse estudo é a análise fenomenológico-hermenêutica das produções discursivas das cartas e bilhetes de suicidas, nessa análise, o pesquisador toma o texto e, após sucessivas leituras, identifica, em primeiro lugar, o sentido total da experiência, apreendendo relações, apropriando-se da linguagem, conhecendo o texto, reunindo informações (MARTINS e BICUDO, 1989; MOREIRA, 2002; GIORGI, 2001, 2005).

A pesquisa se encontra em andamento e, no momento, estamos na fase final de transcrição das cartas e inicio da análise das mesmas. Até o momento, temos 55 cartas de suicidas dos anos de 2011 ao primeiro semestre de 2015. Essas cartas já estão sendo analisadas e, pelo que já foi observado até o momento, em algumas cartas o suicida manifesta um desejo, não de acabar com a vida, mas sim, de acabar com o sofrimento que o atinge; esse dado corrobora com a teoria que diz que, muitas vezes, "o corpo e a mente chegam à exaustão total e nada mais importa, desde que o sofrimento cesse. O indivíduo, na verdade, não quer morrer - quer e precisa parar de sofrer" (CASSORLA, 1984, p. 48).

Outro dado encontrado na literatura e que pôde ser percebido no conteúdo das cartas de suicidas, é que, além de geralmente serem endereçadas a alguém, elas possuem pedidos de desculpas, declarações afetivas e acusações, claras ou sutis, a alguma outra pessoa.

Este trabalho, ainda que não concluído, traz importantes elementos para a compreensão dos processos afetivos, bem como de seus papéis na vida social dos sujeitos. Vale ressaltar que esse trabalho não tem a pretensão de trazer uma resposta definitiva para este fenômeno social tão complexo que é o suicídio, busca-se, entretanto, trazer elementos que contribuam para os estudos e prevenção de tal fenômeno. E considera-se que a investigação de como o processo de autoextermínio se deu em pessoas do contexto específico de Belo Horizonte pode ser bastante útil, ainda que as cartas forneçam apenas alguns elementos para sua compreensão.

Mapeamento da inclusão escolar de crianças autistas na rede pública de ensino na cidade de Maceió/AL

Joyce Elisama de Lima Silva de Gusmão (Centro Universitário Tiradentes), **Thalita Carla de Lima Melo** (Centro Universitário Tiradentes), **Mirna Gabrielle Chaves Ernesto Bezerra** (Centro Universitário Tiradentes), **Danielle de Almeida Silva** (Centro Universitário Tiradentes), **Crislane dos Santos** (Centro Universitário Tiradentes)

O mapeamento da inclusão escolar de crianças autistas na rede pública de ensino de Maceió/AL se trata de uma pesquisa realizada pelo Centro Universitário Tiradentes através do PROBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica que a partir de estudos com base na psicologia sócio histórica foi possível compreender como acontece esse processo de inclusão e exclusão.

A exclusão social é um tema que abrange diversas áreas e aspectos da sociedade. Sawaia (1999) apresenta a exclusão social pela perspectiva ético-psicossociológica, tendo em vista que ela pertence a um processo sócio-histórico por estar presente em todas as esferas do social. O meio que a sociedade nos apresenta de inclusão social está diretamente atrelado à exclusão, pois segue o roteiro de incluir para excluir. "A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito produtivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico". (SAWAIA, 1999, p.8.).

O excluído não é aquele que está às margens da sociedade e sim aquele que sustenta a ordem social. Pois são eles que apresentam as necessidades éticas e afetivas da sociedade em todas as suas variáveis e determinações, sendo os que mais sofrem nesse processo perverso de inclusão.

Sendo assim, a parte prática da pesquisa tem o foco de visitar as escolas da rede pública de ensino de Maceió de educação infantil ao ensino fundamental I que tem autistas, e fazer entrevista com a coordenação, para identificar se existe as práticas inclusivas como também verificar a quantidade de alunos autistas matriculados na rede de ensino pública, já que os dados das secretarias de educação municipal e estadual não estão atualizados. Através do site "data escola Brasil" do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) 226 escolas foram selecionadas por meio da filtração, nos quais os critérios eram: Escolas de Maceió/AL, rede pública municipal e estadual, educação inclusiva, ensino infantil e ensino fundamental I. Após ter conhecimento desses dados, as escolas foram divididas por áreas, denominadas de 1 a 7 de acordo com as regiões da Cidade. O contato com as escolas já foi iniciado e assim a pesquisa já possui um resultado parcial e foi possível observar que por mais que existam programas de inclusão, começando pela aceitação desse aluno na escola, os professores não tem treinamento específico para trabalhar com as crianças autistas e nem a escola tem uma estrutura nem recursos materiais para trabalhar da maneira adequada com o aluno.

É necessário então fazer uma reflexão sobre esse processo de inclusão, pois entende que a escola é uma instituição, assim como a família que tem muito a contribuir no desenvolvimento dessa criança com autismo, desenvolvendo suas habilidades e a sua autonomia, mas para isso essa inclusão não pode ser mascarada. Se hoje existe a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional –LDB que assegura o direito a educação especializada para pessoas com necessidades especiais, é necessário que tenha também uma capacitação nessas escolas, que a instituição esteja apta a receber essa criança desde o seu espaço físico, quanto emocional, e que todos os profissionais da escola tenham treinamento para trabalhar com essa criança, pois de nada adianta a escola aceitar receber o aluno com uma necessidade especial se não tem estrutura para ajudar no processo de educação.

Assim, através das contribuições da psicologia de forma geral, a sociedade precisa enxergar a criança autista como uma criança sem diferença, mas que tem limites, porém que isso não é motivo para ser excluída. Muita coisa precisa ser feita para que a inclusão aconteça de forma esperada, não só por parte da escola ou da família, mas algo que precisa ser modificado na sociedade e a imagem que se tem de inclusão. Para isso, cabe a cada um que possa contribuir com essa realidade agir, seja com práticas, produção textual, mas que um dia a sociedade possa realmente aceitar todos aqueles que são vistos como "diferentes".

GT 06 ECOLOGIAS OUTRAS: TRAÇADOS POÉTICOS, ESTÉTICOS E POLÍTICOS

A produção de modos plurais de subjetivação em uma divisão de psicologia aplicada

Arthur Arruda Leal Ferreira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Este trabalho visa trazer à cena os diferentes modos de produção de subjetividades engendrados pelas práticas psicológicas clínicas e os modos de tradução e articulação entre elas. Tal investigação tem como base conceitual a Epistemologia Política de Stengers e Despret e a Teoria Ator-Rede de Latour e Law. Para estes autores, o conhecimento científico se produz não como representação da realidade através de sentenças bem formadas, mas como modos de articulação entre pesquisadores e entes pesquisados. De modo geral, estes modos de articulação podem engendrar um efeito de recalcitrância (problematização das hipóteses, conceitos, instrumentos ou mesmo questões da pesquisa) ou docilidade (extorsão de uma resposta) por parte dos entes investigados. Para Despret os modos de articulação docilizantes que as técnicas psicológicas produzem no campo terapêutico estão vinculados ao segredo de uma dupla maneira: 1) pela interiorização das demandas dos pacientes a uma instância psíquica interna; 2) pela preservação do terapeuta e do paciente em uma trama profissional. Como estes modos segredantes na clínica facultam acompanhar seus modos de agenciamento? Nossa proposta é acompanhar técnicas terapêuticas vindas de orientações distintas (Psicanálise, Terapia cognitiva-comportamental, Psicanálise existencial, Gestalt-Terapia e Análise Institucional Francesa) na maneira como estão sendo performadas na Divisão de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na impossibilidade de poder se acompanhar as atividades terapêuticas (dado o lugar do segredo), a abordagem foi feita especialmente por entrevistas abertas e acompanhamento das reuniões de supervisão, além da descrição dos artefatos presentes nas práticas terapêuticas. Quanto às entrevistadas estas foram feitas com pessoas em início de terapia, estagiários e a equipe de triagem. Tanto nas entrevistas como no acompanhamento da supervisão foi buscada uma composição conjunta na produção de conhecimentos (o "pesquisar com"), onde os pesquisados são considerados co-experts. Contudo, na nossa descrição podemos contar com outros atores não tão humanos: os artefatos dispostos na cena terapêutica, as normativas que regem o funcionamento da DPA, a disposição de seu prédio (distribuída entre recepção e salas de atendimento e supervisão) e a sua relação com o Instituto de Psicologia. Destacaremos nos relatos dois aspectos centrais em nossa descrição: em primeiro lugar a difícil circulação de pacientes, conceitos e experiências entre as diferentes orientações clínicas, demarcando este campo como o de uma pluralidade inarticulada (nos termos de John Law). Em segundo lugar, buscamos, inspirados em Michel Foucault, as técnicas de si, ou os modos regulados com que os pacientes produziram complexas técnicas de relação consigo com uma determinada substância, um conjunto de exercícios, um modo de regulação e um conjunto de finalidades. Tais técnicas puderam revelar um modo recalcitrante e singular de apropriação e composição com as técnicas terapêuticas, envolvendo a composição de diários, práticas de autoquestionamento e encaminhamentos performáticos das questões apresentadas nas sessões. Tomando esta ecologia plural, híbrida, heterogênea e artefatual dos nossos modos de subjetivação em práticas terapêuticas é que propomos a sua apresentação no GT ECOLOGIAS OUTRAS: TRAÇADOS POÉTICOS, ESTÉTICOS E POLÍTICOS, em que entendemos que há não somente uma aproximação temática, mas especialmente conceitual e estratégica ao trabalho proposto.

Arte na ação educativa das crianças: as paredes revelam

Norma Maria de Lima (Universidade Federal da Paraíba), **Fernanda Mendes Cabral Albuquerque Coelho** (Universidade Federal da Paraíba), **Adelaide Alves Dias** (Universidade Federal da Paraíba)

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa-intervenção, realizada com crianças da Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba – EEBas/UFPB, João Pessoa – PB. Teve como objetivo principal estimular o desenvolvimento estético das crianças através da vivência expressiva e da reflexão sobre a arte expressa nas imagens em paredes ou muros da escola e em variados ambientes sociais. Especificamente, buscamos refletir sobre as práticas artísticas infantis através da estética do cotidiano como suporte para o resgate das culturas infantis na educação dessas crianças. Partimos do pressuposto de que a contemporaneidade vem provocando mudanças significativas no convívio social das famílias e que as culturas visuais tornaram-se fatores determinantes para a vida cotidiana, impondo-nos a reflexão sobre as mensagens e informações que essas imagens revelam para as crianças no sentido de perceber-se no mundo. Isto porque, ao longo da história da humanidade, a Arte apresenta-se como uma das formas encontradas pelo ser humano para amenizar a rigidez da existência e transformar o mundo num lugar melhor de viver. Nessa perspectiva, partimos da compreensão de que vivência artística no ambiente escolar, considerando as culturas visuais expressas nas imagens do cotidiano, pode oferecer à criança a possibilidade de resgatar, construir, interagir e refletir sobre sua totalidade como ser humano. Totalidade esta que envolve as especificidades das dimensões afetiva, cognitiva e social, em uma relação que integra emoção e razão, subjetividade e objetividade, conhecimento e sentimento. Com base nos pressupostos teóricos da estética do cotidiano, apresentamos reflexões sobre a importância da cultura visual na educação das crianças. No entanto, compreender as representações infantis não significa interpretá-las sob as nossas próprias formas de pensar o mundo, mas respeitar as subjetividades e construções intelectuais das próprias crianças, empoderando-as e proporcionando-as autonomia da fala. Por esta razão, ao tempo em que refletíamos sobre a estética do cotidiano e cultura visual, possibilitamos à criança pequena a experiência artística capaz de aguçar sua percepção e valorização do seu universo cultural e estético. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva caracterizada como pesquisa-intervenção e foi realizada com 15 crianças de 08 a 09 anos, 7 meninas e 8 meninos, durante o período de março a junho de 2014. Os procedimentos adotados, para o desenvolvimento da pesquisa foram os seguintes: oficinas de produção artística com as crianças e rodas de conversas sobre leitura e interpretação de imagens visuais. As análises dos dados partiram do diálogo com a fala dos sujeitos investigados sobre as suas produções e vivências artísticas à luz das abordagens da sociologia da infância e da psicologia social. Os resultados obtidos revelam que o cotidiano e seu grande repertório de imagens geram sentido e significação nas culturas infantis favorecendo o processo formativo das crianças mediante vivências artísticas capazes de estimular o seu desenvolvimento estético. Por fim, destacamos as possibilidades de intervenção pedagógica com arte na ação educativa e nesse contexto destacamos a aprendizagens lúdica e prazerosa que a Arte propicia no fazer escolar e no cotidiano das crianças.

As máscaras de Congo de Roda D'água como expressão cultural entre sons, toadas, casacas e tambores

Andreia Teixeira Ramos (Universidade de Sorocaba)

Entre os desafios que encontramos nas culturas musicais contemporâneas em face as tendências e movimentos culturais populares, de que modo pensar o Congo de máscaras de Roda D'água como expressão cultural, musical e modo de resistência na sociedade contemporânea? Potentes acontecimentos vivenciados com a pesquisa me atravessam de modo político, ético, estético, epistemológico e metodológico no campo da Educação e no potencial ambiental na Educação. Esta pesquisa de doutorado em educação em andamento (PPGE/UNISO/Capes) tem como objetivo cartografar e problematizar saberesfazeres socioambientais com a produção das Máscaras de Congo de Roda D'Água, patrimônio cultural imaterial e endêmico de Cariacica, ES, Brasil, como expressões culturais de uma comunidade subalterna, oprimida (FREIRE, 2014) e periférica. A pesquisa tem base os referenciais teóricos-metodológicos nos estudos com os cotidianos de Nilda Alves (2010), (2005), nas pesquisas em Educação Ambiental de Leandro Belinaso Guimarães e Shaula Sampaio (2013), Marcos Reigota (2010), na noção de conversações de Maturana (1997; 1999 e 2006) e nas pesquisas cartográficas de Kastrup (2007), Passos et al. (2009). Além disso, nos inspiramos nos escritos de Paulo Freire (2009). Os sujeitos colaboradores da pesquisa são: professores/as, educadores/as e educandos de redes cotidianas escolares, mestres de congo, artesãos de congo, congueiras, filhos, filhas e familiares dos congueiros. Apostamos nas conversas como atitude metodológica, política, ética e estética, com os usos dos procedimentos do diário de campo, gravações, transcrições, fotografias, filmes, curtas metragens e narrativas vividas e preparadas com os sujeitos praticantes (CERTEAU, 2008a), nos espaçostempos do campo problemático da pesquisa. Nesse sentido, a produção de dados é atravessada por conversas e acompanha processos de modo rizomático, problematizando saberesfazeres socioambientais com os sujeitos praticantes, que para Certeau (2008a) são sujeitos que inventam e reinventam os mundos nos cotidianos, nas artes de fazer com os usos de táticas e estratégias de resistências, se reapropriando, a seu jeito, do espaço e do uso do lugar praticado, negociando as tensões e conflitos. Com a pesquisa pensamos a Educação Ambiental como relações e experiências no exercício de aceitação do outro como legítimo outro na convivência, nas conversas, no fazer com uma VIDA de mais colaboração, culturas de solidariedade e respeito a todas as formas de vida, apostando numa vida digna, cooperativa e amorosa. Como resultados parciais desejamos provocar reflexões e deslocamentos coletivos de discussão do potencial das redes de conversações nos processos de produção das máscaras de congo, apostando na potência da vida, nos bons encontros, nos movimentos de invenções de si e de outros mundos, articulando a vida cotidiana, seus rastros, cheiros, sabores, gestos, risos, saberes, poesias, fazeres, sons, tons, tambores, casacas, afetos e alegrias. Com as travessias da pesquisa apostamos numa política cognitiva inventiva e de narratividade, acreditando nas contribuições políticas, éticas, estéticas, pedagógicas dos aqueles que vêm das margens (REIGOTA, 2010). Nesse sentido, acreditamos numa educação que não se guarda, inventiva, menor, dos que vem das margens, dos infames (FOUCAULT, 2012), das desconstruções... que descolonizam os pensamentos, que nos devoram e que acontecem nas relações e nas redes de conversações tecidas na vida cotidiana. "A gente gostava das palavras quando elas perturbavam o sentido normal das ideias". Manoel de Barros (2010). Por aqui vou "in-concluindo", o texto dessa pesquisa em andamento, sem perder o fio do curiosear, tecido por temporalidades, intensidades, negociações que me compõem, criando encontros, desencontros, reencontros rizomáticos, um fio puxando o outro, e como dizia Deleuze (1992), cada um, como um todo já é muitos... sempre se trabalha em vários.

Baile de Formatura: Ensino Superior como Prática de Consumo, ou da Qualidade Acadêmica em Curso (POR UM TRIS) Nota 5

André Feitosa de Sousa

Trata-se de um relato de experiência profissional, onde um psicólogo reflete sua inserção profissional no campo político do Ensino Superior em instituições privadas do Norte* (* Região fictícia, para não identificação das instituições) brasileiro, a partir do exercício por quatro anos na função docente (como professor e supervisor de estágio específico, contratado sob o regime de dedicação horista, na Capital e Interior, em dois Estados da mesma Região), em cursos de Bacharelado em Psicologia. Utiliza-se da metodologia denominada "Histórias de Vida" (ou "Histórias Centradas na Formação"), uma abordagem biográfica em situações educativas desenvolvida por Marie-Christine Josso e Christine Delory-Momberger, para elaborar as tramas da formação, por exemplo, na docência do Ensino Superior a partir da reflexão com "narrativas da formação de si" - buscando identificar heranças, continuidades e rupturas nos projetos de vida.

O texto percorre uma situação de visita institucional para fins de avaliação externa (reconhecimento de Curso), onde foi obtida a nota (4,8) numa escala máxima de (5) pontos, referente ao quesito "Projeto Pedagógico de Curso" - em que pese o tratamento de confidencialidade atribuído para documentos dessa natureza em instituições particulares. Do relatório técnico submetido por avaliadores com amplo repertório de conhecimento docente (2530 anos) no funcionamento de Cursos e Projetos Pedagógicos de Psicologia, em diversas Instituições, constam duas observações, quais sejam a solicitação para o melhor detalhamento de atas para reuniões de Colegiado/Núcleo Docente Estruturante, bem como, atualização para os regimes de contratação (dedicação) de professores (parcial ou integral) vinculados ao Curso com o respectivo programa de cargos e salários. No que diz respeito aos demais indicadores avaliados, o Curso apresenta um nível superior de satisfação às exigências de formação acadêmica com a respectiva interface para a realização dos seus objetivos junto à comunidade local: “contempla de maneira excelente as demandas efetivas de natureza econômica e social”. Sob o prisma da formação específica ao longo de uma modalidade de estágio (9o. e 10o. semestres), bem como o repertório prévio de experiências formativas que seriam necessárias para a efetivação qualificada dessa prática curricular supervisionada, o autor discute a percepção docente-formativa de lacunas impeditivas da prática consistente em contraste à avaliação externa, institucional e dos colegas docentes no registro da "excelência". Do que tratam os critérios governamentais de qualidade no patamar de "excelência" que, paradoxalmente, sugerem a incapacidade de reconhecer as fragilidades institucionais acompanhadas no cotidiano formativo docente? Em que medida um conjunto de disciplinas, estágios básicos e áreas de concentração, fortemente articulados em torno de uma racionalidade BioMédica com fundamento no Diagnóstico e práticas de Controle sobre os corpos (a partir da Fisiologia, NeuroPsicologia, Psicometria, Avaliação Psicológica I, II, III, Psiquiatria, Psicofarmacologia, Psicopatologia I e II, Psicologia da Saúde, roupas brancas obrigatórias em disciplinas teóricas etc), é capaz de sugerir um regime discursivo de verdade que, junto aos discentes e avaliadores, suplanta experiências formativas em segmentos do pensamento psicológico não contemplados para tais enfoques hegemônicos? Como entender os desdobramentos dessa matriz Capitalista das Instituições Particulares, onde o professor vende aula e negocia por interessados em seus produtos didáticos (estágios, disciplinas eletivas, projetos etc), no horizonte mais amplo de um projeto de vida como docente do Ensino Superior? Como abrir novas experiências discursivas que possam resistir-profanar a captura semântica do existir pautado nos fascismos da história, da sociedade, da cultura, da religião que consumidores (estudantes) impõe como a fronteira do legítimo comercializado? Quais os caminhos para tracejar uma formação de contra-qualidade nos processos da Clínica e da Atenção Psicológica, que sejam capazes de propor novas estratégias para a discussão teórica, crítica e política, não reduzida à instrumentalização da vida em vista do mercado de trabalho? Trata-se, por conseguinte, de uma modalidade de escrita onde afetos, pensamento e política articulam sentidos do corpo para uma sensação habitual de violência, esmagamento e perseguição limítrofes, que desafiam qualquer vaga preocupação de exercício do magistério e liberdade de cátedra na Psicologia brasileira desse século. Onde 86,9% dos brasileiros se dizem Cristãos (IBGE 2012), com 64,6% católicos + 22,2% evangélicos, os adjetivos de "polêmico", "excêntrico" e "confrontador" pretendem invisibilizar quais espaços formativos no exercício docente da Psicologia? Especialmente na cultura do tradicional, do conservador, do reacionário à Direita, do repressor, da polícia, do controle etc, mais afastada do território em disputas nos grandes centros urbanos, o que significa reconhecer que, sob risco de demissão sumária: Não se fala do Diabo; de Desejos; de Drogas; de Pornografias; de Sexualidades; de Performatividades; de Gêneros; de Feminismos; da Teoria Queer; do Cu. Não é possível ir à contramão, no desacordo ao consenso, na contra-atualização.

(Não Questionar. Não debater. Não resistir. Não profanar. Não atacar. Não pensar.) Quando os 86,9% dos brasileiros que se dizem Cristãos podem requisitar intervenção da sua patrulha ideológica - quando esses Cristãos não são poucos, não são alguns circunstanciais, o que sobra do possível-docente na Psicologia?

Cartogra-Flona: construindo uma abordagem educacional, artística e ambiental na/da Floresta Nacional de Ipanema (FLONA)

Alda Regina Tognini Romaguera (Universidade de Sorocaba), **Adriana Teixeira de Lima** (Universidade Paulista)

Esta pesquisa tomou como objeto de estudo a Floresta Nacional de Ipanema, Unidade de Conservação Federal, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade desde 2007, antigo IBAMA. O ICMBio foi criado em 2007, pela Lei 11.516, sua sede principal está localizada no Distrito Federal, Brasília, e objetiva a Conservação e Gestão Ambiental Federal, conforme as regras definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O Instituto propõe implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação instituídas pela União. Outras atribuições lhe são ainda definidas, tais como: pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exerce também, o poder de Polícia Ambiental para a proteção das Unidades de Conservação Federais. O Instituto tem hoje aproximadamente 3.600 colaboradores, que são responsáveis pela administração de 312 unidades de conservação ambiental, 22 parques ecológicos e 4 florestas nacionais, que são abertas para visitação pública. Nesse contexto a Floresta Nacional de Ipanema ou Flona de Ipanema, foi criada em 1992, durante a ECO-92 pelo então presidente Fernando Collor de Mello, através do Decreto Federal nº 530 que constituía Unidade de Conservação Federal e que é administrada pelo ICMBio. A Flona de Ipanema se constitui uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, tem por objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas, é permitida a visitação pública de acordo com as normas estabelecidas no Plano de Manejo e a educação ambiental, que se insere dentro desse contexto, com desafio de reaproximar as pessoas da natureza, através da arte. Está localizada no município de Iperó/SP, em uma área com de 5.070 hectares de Mata Atlântica e Cerrado, faz divisa com os municípios de Sorocaba, Araçoiaba da Serra e Capela do Alto. A Flona constitui uma autarquia (administração pública indireta), abriga hoje uma das mais ricas biodiversidades brasileiras e uma das suas caraterísticas geográficas mais marcantes é o Domo de Araçoiaba. A Flona de Ipanema constitui intersecções, conexões e rizomas que traduzem sua potencialidade cultural e educativa. Para provocar novos olhares para as possibilidades de uso desse espaço, buscamos cartografar experiências significativas nesse território. Dentre elas, escolhemos quatro imersões/ações que se constituíram experiências inspiradoras de processos criativos, educativos e culturais realizados sob o cenário da Flona, a partir do "Programa Arte na Floresta". Estes eventos colaboraram para que este seja também um espaço de acontecimentos, tomado ele mesmo como potência de/para invenção, além de ser referência em integração socioambiental. Optamos pelo método cartográfico na composição de uma pesquisa narrativa no campo da educação, cujo referencial fundamenta-se em teóricos da filosofia da diferença e no pensamento artístico de Frans Krajcberg que ressignifica e transforma um pedaço de madeira queimada retirada da floresta e inserida em espaços públicos e/ou expositivos. A prova do crime ambiental que ocorre diariamente em nossas florestas e que seria deixado incólume é posto aos nossos olhos, e em destaque. Coloca-se diante do público o que ele não consegue constatar, enxergar, o que passa despercebido em nosso cotidiano. Este artista considera importante essa participação no contexto social, para transpor, através da cultura, os valores e os problemas da época para a sua obra. Assim, a arte pode demonstrar uma realidade da sociedade, preocupando-se com seu contexto histórico e não com o mercado. Nas obras de Krajcberg constata-se seu engajamento em defesa da vida, e também estão presentes em suas obras as desigualdades sociais, a violência, a segurança alimentar, a produção e o consumo, as minorias de raças e/ou etnias. Consideramos que todos esses aspectos são extremamente relevantes para a discussão ambiental e a criação de ecologias outras.

Corporalidades multiespécies numa dança/pesquisa em Psicologia Social

Danielle Milioli (Universidade Estadual Paulista), **Dolores Cristina Gomes Galindo** (Universidade Federal de Mato Grosso)

Retomar o corpo como interesse de estudo e pesquisa em Psicologia requer pensar uma objetividade que difere do espelhamento de um real exterior. Requer recuperar o papel ativo de pesquisadores, sujeitos participantes e outros actantes arregimentados na pesquisa para pensa-la como "produtora de existências", como prática criadora na qual corpos são convidados a falar (DESPRET, 2011). Traçar relação com a arte da dança vem se mostrando um caminho promissor. Neste trabalho nos propomos a discutir as corporalidades multiespécies numa dança/pesquisa em Psicologia Social entre dançarina/pesquisadora e cavalos. A proposição da dança/pesquisa que narramos aqui, realizada em uma escola de equitação e em baias, era entrar em contato com cavalos e com as especificidades físicas envolvidas nos acontecimentos criados por esse contato para dançar pelo que o corpo pede. Nas baias e na escola encontravam-se diferentes tipos de cavalos que também realizam diferentes práticas, de equitação as práticas realizadas nos CTGs aos trabalhos domésticos. Nossos contatos iniciais já incluíram, mesmo sem nenhuma intimidade prévia com esse tipo de animal, atividades de manejo como limpeza, alimentação, deslocamentos para pastagem e descanso, colocação dos aparatos para montaria e montaria com e sem a utilização de sela (assento acolchoado, habitualmente de couro, onde se senta o humano para cavalgar). Todas as atividades eram desenvolvidas com orientação da proprietária da escola de equitação, que é instrutora de equitação. A relação entre humanos e cavalos implica um intenso contato corporal e a comunicação humano-cavalo oferece uma lente única para compreender interações encarnadas, onde o corpo é a base a comunicação (Brandt, 2006) Em um dos passeios, realizamos um trabalho de solo (sem montar) com um dos cavalos. Propomo-nos a dançar sob improviso, num chão de areia próprio ao trabalho com cavalos. O interesse era dançar junto com o animal e para isso, precisamos encontrar um plano comum e possível naquela situação onde a imprevisibilidade modulava ações (DELEUZE e GUATARRI, 1992; AGAMBEM, 2005). Para dançar com não/humanos algumas questões relativas à dança de improvisação se modificam, já que os limiares de liberdade são evidenciados como políticas de agência entre humanos e não humanos: o que pode um cavalo? Psicologia Social, Arte Contemporânea e Etologia se encontram e formam planos para práticas estéticas em coexistências responsivas (MILIOLI e GALINDO, 2012; MILIOLI e GALINDO, 2015). Na dança com cavalos, não temos mais "o que é" um animal e "o que é um humano", mas sim o que um animal "torna-se" na "resposta" a maneira como é questionado: temos situações cocriativas de conhecimento, que produzem oportunidades para novos comportamentos, que produzem relações entre seres responsivos (DESPRET, 2010). No solo fértil da dança produz-se uma prática que articula matérias vivas que só se materializam no contato com outras matérias vivas: temos corporalidades multiespécies (HARAWAY, 2008). Pensamos que na dança/pesquisa, onde o contato com o cavalo nos fez entrar no inesperado, no fora das regras de funcionamento e cálculo, instaurou-se uma política de relacionamentos não regida pela lógica da reprodução do mesmo (HARAWAY, 2008). Uma dança/pesquisa em Psicologia Social que pode ser sobre as diferenças não domadas pela taxonomia, pelos identitarismos, pelos individualismos; mas sim sobre uma vida composta por agenciamentos heterogêneos, não apenas, e nem mesmo, humana.

Imagens da escrita: uma clínica

Érica Franceschini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O presente trabalho se faz como um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, e constitui-se no encontro com o Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) de Porto Alegre/RS e com as obras que são produzidas no Ateliê de Escrita, tomando esse espaço como campo empírico exposto às forças de uma história, e de histórias que atravessam os corpos, deixando suas marcas de dilaceramento no discurso e nos silêncios e enquanto campo de experimentação das palavras, onde à escrita é conferida uma possibilidade clínica. Para tanto, o Ateliê de Escrita compõe-se em um grupo aberto, sem roteiros pré-definidos, acolhe e promove as diferenças e as faz habitar a fronteira, zona de indiscernibilidade entre a clínica e política, e entre essas duas instâncias, no meio, a crítica nos atenta sobre os modos de produção de subjetividade. Assim, busca-se resgatar os vazios que fazem jorrar possibilidades na experimentação de uma escrita que efetue, além de sua função literária, potências outras, tendo como objetivo problematizar a produção do Ateliê de Escrita, reavivando as potências da escritura enquanto ato clínico. Pode-se dizer, por conseguinte, que dentro de um sistema psiquiátrico que sempre reforçou a homogeneização através dos diagnósticos e prontuários, o campo a ser pesquisado nesse projeto – Ateliê de Escrita – ganha contornos de resistência, deslocamento, pois faz ressaltar sua potência heterogenética, onde o que nos interessa é compor imagens de expressão da loucura, problematizando o que ainda está sendo dito, o que resta desses discursos, mesmo quando tudo impele ao silêncio e à mudez de seus "delírios". Para tanto, tomar a escrita enquanto imagem constitui-se em um gesto atento à transformação do olhar e não da representação do mesmo, que nos diz da impossibilidade de representar a história da loucura, para desembrulhá-la em vários e outros sentidos; portanto, ato político que confere à figura do "louco" certo estranhamento, expresso aqui pela narrativa testemunhal. Importam as imagens desviantes, clinamen, que se fazem pelo acaso e extrapolam os limites do olhar, dos jogos de saber-poder que insistem em colocar os discursos da loucura no espaço da infâmia. Propõe-se um outro plano de composição das imagens dos arquivos, calcadas no anacronismo temporal, nas fissuras que despencam na escrita para fazer sobreviver os ruídos infames ou aquilo que resta do indizível e invisível de tais imagens. Diante disso, o problema dessa pesquisa vai ao encontro da questão: o que pode sobreviver nas escritas da loucura? Imagens-sobreviventes que se insinuam (enquanto primeira tentativa de reavivar essas cinzas) pelo arcabouço teórico de Georges Didi-Huberman (2010; 2011; 2013) e Walter Benjamin (2007) com as imagens dialética e crítica, assim como de Gilles Deleuze e Félix Guattari onde aposta-se no tracejar do procedimento cartográfico, pois se oferece como algo que nos força a problematizar e a acompanhar o encontro entre pesquisador e campo pesquisado. Como pesquisa-intervenção, a cartografia pode traçar, junto ao Ateliê de Escrita, imagens novas e inéditas, compondo vias de acesso, fluxos, variação. Na arte da escrita, é o plano dos afetos que remete e o olho passa a alcançar a invisibilidade do sensível. Por isso, não pretende explicar por quê, mas problematizar como, produzir com. Nesse jogo, o que insiste é a experimentação e o que persiste é a afirmação da vida. Imagens postas na superfície, sobreviventes habitando des(territórios) em constante transformação.

Implicações psicossociais do local de trabalho situado num fragmento florestal urbano

Adria de Lima Sousa (Centro Universitário do Norte), Maria Inês Gasparetto Higuchi (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)

As mais diversas experiências humanas, incluindo o trabalho, ocorrem em um determinado lugar, o qual se caracteriza por um entorno físico, matriz de acontecimentos e significados sociais (FISCHER S/D; IÑIGUEZ & VIVAS, 2002; RIBEIRO, 2005; CRUZ, 2009). É nesse entorno físico onde o sujeito está inserido e vivencia suas distintas relações, que este se constitui como um agente social com todo o capital social que nele se instaura (BOURDIEU, 2003), seja com outros seres humanos ou não humanos (INGOLD, 2000). Este trabalho se insere nas discussões do eixo temático GT 6 – Ecologias outras: traçados poéticos, estéticos e políticos por ser capaz de estar em consonância com o objetivo de potencializa a interdisciplinaridade. Ao problematizar questões propostas pelo GT como os questionamentos sobre quais desafios éticos e políticos se interpõem às Psicologias Sociais quando deixamos de viver sob os auspícios do projeto modernizador, verifica-se que o presente estudo pode gerar contribuições à respeito da relação pessoa-natureza, bem como possibilitando abertura ecologista e inventiva. E também por isto implica diretamente nas discussões pertinentes ao eixo temático que trata das Políticas e questões socioambientais. Este estudo investiga quais as implicações psicossociais de trabalhadores, cujo local de trabalho se situa num fragmento florestal, como um oásis na cidade. A investigação ocorreu a partir de uma entrevista semiestruturada com 36 participantes (20 F; 16 M), servidores de uma Instituição de Pesquisa Científica e que executavam suas atividades de trabalho num Campus caracterizado como área de fragmento florestal urbano e classificada como Área de Proteção Ambiental (APA) na cidade de Manaus. Os servidores tinham entre 31 e 62 anos de idade e possuíam tempo de trabalho na instituição entre 4 e 35 anos. A análise dos dados teve tratamento qualitativo, mediante Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Constatou-se que para essas pessoas, os sentimentos associados ao lugar de trabalho direcionam-se tanto aos aspectos sociais quanto aos do entorno físico, a natureza. Os servidores de modo geral, ao reportarem as sensações de agradabilidade, estas se dirigiam à natureza presente no local, enquanto que as sensações de desagrado diziam respeito aos aspectos organizacionais e trabalhistas. As sensações vivenciadas no lugar de trabalho abarcam elementos estéticos e físicos bem como conectivos com a natureza que são notificadas e ressignificadas no cotidiano vivido e sobre o qual a atenção é dirigida (FLEISCHNER, et al., 2015). Verificou-se que as vivências pessoais e aspectos intersubjetivos compartilhados socialmente atuam como coadjuvantes na percepção desse cenário. Para essas pessoas, que vivem e viveram maior parte de suas vidas trabalhando neste local, conviver com a natureza possibilita uma relação de respeito a esse mundo e numa eventualidade desta natureza estar ausente no seu dia-a-dia traria sérias implicações para o seu bem-estar físico e psíquico. A natureza presente de forma real e simbólica no seu local de trabalho configura-se, para a grande maioria destes servidores, como um eixo estruturante e estruturado de suas próprias vidas. Por outro lado, ainda que esta natureza lhes possa ser restauradora da atenção e afeto, essas pessoas não sentem necessidade de optar, em seu entretenimento, por lugares de lazer e descanso no qual haja a presença de elementos naturais. A natureza em suas portas e janelas é, para a maioria dessas pessoas, um aspecto diferenciado positivamente, que pode contribuir para melhorar a qualidade de vida e propiciar sentimento de cuidado e afinidade com a natureza. Esses achados contribuem para que possam ser feitas reflexões e propostas eficazes e investimentos em políticas que valorizem a relação pessoanatureza nas suas vivencias cotidianas.

Memórias digitais em ficções futuristas: problematizando a lembrança e o esquecimento no cenário da hiperconectividade

Alana Soares Albuquerque (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Os questionamentos e a breve discussão que compõem este resumo fazem parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que visa problematizar as novas relações que se estabelecem entre lembrança e esquecimento no cenário da hiperconectividade, dadas as possibilidades da digitalização e compartilhamento em rede dos registros da memória. Esse cenário emerge em um contexto atravessado por um acoplamento cada vez maior entre humanos e máquinas tecnológicas, acoplamento esse já problematizado por autores como Félix Guattari, Gilbert Simondon e Bruno Latour. Tal contexto, do qual emergem hibridizações cada vez maiores entre humanos e não-humanos, atualizado para a contemporaneidade, proporciona o que chamamos de uma condição de hiperconectividade, partindo da possibilidade de conexão em rede – como pela internet – entre os mais diversos tipos de máquinas tecnológicas, em particular entre os dispositivos móveis de comunicação. Nesse cenário, corpos e máquinas se confundem, materialidade e imaterialidade se alternam pelas conexões sem fio e no labirinto infinito do ciberespaço. Tal hibridismo com as máquinas tecnológicas vem criando novas formas de se relacionar, comunicar e expressar pelas redes digitais, imprimindo profundas transformações nos modos de subjetivação contemporâneos.

Habitando esse cenário, os "hiperconectados" têm a possibilidade de deixar marcas o tempo todo na web. São constantemente localizados por seus celulares com GPS, controlados e seguidos pelos mais diversos rastros que deixam na internet. Essa obsessão pelo registro faz com que uma enorme quantidade de informação reste armazenada enquanto fragmentos de vida, como as postagens que se acumulam nos chamados sites de redes sociais. As máquinas que prometem editar memórias – e aqui nos referimos não apenas às modernas máquinas que habitam o mundo da ficção, mas também às tecnologias que nos cercam no cotidiano e permitem que registremos todas as nossas vivências – exercem um papel fundamental na nossa constituição enquanto "historiadores de si mesmo", para usar um termo de Pierre Nora. Essas máquinas mudam nossa relação com o esquecimento e a lembrança, proporcionando-nos um novo tipo de "museificação" do mundo através de uma forma de registro diferente: o registro digital e instantâneo do presente, transformado diretamente em arquivo, como que cristalizado e espalhado em formato de bits pelas redes digitais.

Tal problemática que nos colocamos é atravessada por uma diversidade de campos de saber, como a comunicação, a informática, a antropologia, a filosofia e, enfim, a psicologia. Ao mesmo tempo em que a transdisciplinaridade que envolve a temática torna-a rica e interessante, encontramo-nos, enquanto pesquisadoras-cartógrafas enredadas em conexões múltiplas, em uma espécie de limbo epistemológico, terreno fértil para a emergência das mais criativas experimentações metodológicas. Diante disso, interessa-nos aqui a perspectiva de Deleuze e Guattari quando se referem a um tipo de produção de saberes que tenha como intuito o rompimento das barreiras entre a ciência, a arte e a filosofia, já que pretendemos abordar esse assunto voltando o nosso olhar para o universo da ficção. Adotamos uma atitude cartográfica, entendendo que cartografar é acompanhar o desenho das linhas de força que dão forma a certas paisagens sociais, e atentamos aos encontros com diferentes ficções de tipo futurista produzidas na contemporaneidade, que de alguma forma problematizam em seus enredos a questão da digitalização das memórias e seu compartilhamento em rede. É importante ressaltar que nos referimos aqui aos mais diversos gêneros da ficção, podendo citar como obras a serem analisadas os seriados de TV Black Mirror e Humans, e produções cinematográficas como A.I.: Inteligência Artificial, e o recente Ex Machina.

Acreditamos que se tais ficções futuristas nos apresentam a robôs humanoides ou ciborgues, figuras que remetem ao que vivenciamos hoje como tendência a um acoplamento cada vez maior entre humanos e máquinas tecnológicas, é porque leem algo de nosso presente. Como nos fala Walter Benjamin quando pensa sobre os conceitos de história e de tempo: assim como o passado, o futuro também está inscrito nas linhas do presente, e não precisamos ser nenhum tipo de vidente para que saibamos lê-lo e interpretá-lo, leitura essa que serve, na verdade, para compreendermos o nosso próprio tempo.

As questões que colocamos aqui são múltiplas e ainda sem respostas, questões que no momento nos movem nesta pesquisa que intenta mergulhar no mistério da memória, que se complexifica ainda mais no cenário das máquinas que prometem editar nossas formas de lembrar e esquecer. Apesar de todas as incertezas, acreditamos que a era dos registros digitais está, de fato, transformando a relação do sujeito consigo mesmo, a nossa memória e a forma de registrá-la e transmiti-la, e enfim, de maneira particular ou coletiva, nossa forma de fazer história.

Narradores da maré: educação ambiental com os manguezais e cotidianos escolares

Soler Gonzalez (Universidade Federal do Espírito Santo), **Andreia Teixeira Ramos** (Universidade de Sorocaba)

Este artigo narra ações coletivas do Projeto "Narradores da Maré", articulando pesquisa, extensão, ensino e formação de professores/as em Educação Ambiental, envolvendo, docentes e estudantes de três escolas públicas da educação básica da rede municipal de Vitória/ES, e graduandos da Licenciatura em Geografia e Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo, além de comunidades tradicionais de pescadores, desfiadeiras de siri, catadores de caranguejos e grupos sociais do bairro Ilha das Caieiras, São Pedro e Goiabeiras, conhecidas pelos saberes socioambientais relacionados à pesca artesanal e à culinária capixaba. A justificativa pedagógica, política e social do projeto, aposta nas potencialidades dos diálogos entre saberes socioambientais dos sujeitos envolvidos. Algumas problematizações que emergiram com o projeto: quais saberes socioambientais produzidos entre os manguezais, as práticas dos bairros e as escolas da região? Quais as contribuições políticas e pedagógicas dos que vivem às margens e nas áreas de manguezais? Realizado desde 2012, um dos objetivos é cartografar e problematizar saberes socioambientais produzidos com as micropolíticas cotidianas entre as práticas do bairro e os manguezais e seus atravessamentos com os cotidianos escolares e comunitários. As ações do projeto têm base nos referenciais teóricos-metodológicos nos estudos com dos cotidianos de Nilda Alves (2010), Michel de Certeau (2008a e 2008b), Carvalho (2008), Ferraço, (2005), nas pesquisas em Educação Ambiental de Gonzalez e Ramos (2013), Guimarães e Sampaio (2013), Marcos Reigota (2010), nas pesquisas cartográficas de Virgínia Kastrup (2007), Passos et al. (2009) e nas noções de conversas de Maturana (1997; 1999 e 2006). A metodologia articula pesquisa cartográfica e narrativa com os procedimentos das conversas que emergem nos cotidianos escolares e comunitários. Como resultados apostamos nas conversas como atitude metodológica, política, ética e estética, com diário de campo, cenas cotidianas, gravações, transcrições, fotografias e narrativas com os sujeitos envolvidos e os espaçostempos do campo da pesquisa. As ações e pesquisas coletivas do projeto são alimentadas com as práticas do bairro, de narrar, morar, pescar e cozinhar, entremeadas por oficinas de cinema de animação, encontros, exposições fotográficas, formações de professores/as, criando espaços de convivências e diálogos entre políticas cognitivas inventivas e de narratividades com as comunidades escolares e pescadores tradicionais das áreas de manguezais da Baía de Vitória. Concluímos com a pesquisa e com as reflexões geradas que foi possível mapear e problematizar as práticas do bairro, tais como: o narrar, morar, pescar, cozinhar, assim como saberes, fazeres, memórias, afetos, modos de resistência e conflitos quanto à preservação e exploração dos manguezais, e seus atravessamentos nos cotidianos escolares da região. As ações e pesquisas coletivas com as escolas e comunidades tradicionais potencializaram experiências e a criação de espaços de convivências, formação e de aprendizagens, que dialogaram com diferentes políticas cognitivas, epistemológicas e de narratividade. E por aqui vamos encerrando o texto molhado por temporalidades, intensidades, negociações e processos autopoiéticos (Maturana, 1999 e 2006) com as várias mãos envolvidas no projeto, e, inspirado na poesia de Manoel de Barros (2010), desejamos continuar a navegar pelos manguezais, com o privilégio de não saber quase tudo. E isso explica o resto! ...Por isso o nosso gosto era só de desver o mundo...

Outros movimentos se aninham: por um corpo todo ouvido

Carmem Silva Machado (Universidade de Sorocaba), **Marta Bastos Catunda** (Universidade de Sorocaba)

Nosso trabalho é resultado de práticas artísticas e sociais aqui descritas como Oficinas de Sensibilização focadas em atividades com o corpo e com a audição. Essas oficinas foram experimentadas com os e as participantes do curso de capacitação "Práticas Sociais e processos comunitários" realizados em 2013 e 2014, no contexto da participação do Grupo de Pesquisa Perspectiva Ecologista de Educação da Universidade de Sorocaba na Rede Latino-americana e Europeia de Trabalho Social Transnacional (RELETRAN). Essa rede foi criada com o objetivo de promover a cooperação, intercambio e produção de conhecimentos envolvendo universidades e organizações em diferentes países, com o apoio do Projeto Alfa da União Europeia. O artigo está dividido em duas partes, sendo a primeira denominada O Processo e a segunda Caminhos. Em "Processo" descrevemos as atividades desenvolvidas nas Oficinas de Sensibilização, juntamente com a sistematização das Técnicas Klauss Vianna que tem por objetivo aprender a escutar e respeitar o próprio corpo, buscando através dele "estar presente" em suas sensações enquanto executa o movimento, sentindo, assistindo, tornando-se um espectador do próprio corpo. A partir desse contato com o corpo e com o corpo do outro, os participantes foram convidados a dialogar corporalmente com a música instrumental (craviola) composta especialmente para este trabalho. A ideia central da referida atividade foi trabalhar com a construção coreografada e musicada de um ninho, e para isso, as pesquisadoras escolheram trabalhar com duas espécies de passarinhos, o Beija-flor e a Japuíra . Elas contaram aos participantes como cada espécie se organizava para fazer seus ninhos, sua relação no ambiente de vida e seu temperamento do ponto de vista do observador. Ao final da atividade os participantes notaram que a relação com o ambiente e com os movimentos corporais, a música, influenciaram nas escolhas dos materiais, na construção dos ninhos, na escolha do grupo e na criação das coreografias.

Para nós, educadoras/ecologistas o método nunca está pronto, é ele que nos sugere a pensar em outras possibilidades metodológicas que nos faça refletir a transitoriedade do processo comunicativo, por isso, o processo se torna mais importante que o produto final. Para nós a prática pode ser artística e não exclusivamente pedagógica, ou seja a interpretação que fazemos é que são práticas que motivam a expressão, a arte do corpo, os sentidos, sem seguir um método pedagógico determinado.

Em Caminhos descrevemos os conceitos que nortearam as atividades artísticas, bem como os resultados significativos dessa união entre corpo e audição. A base teórica, política e pedagógica que sustenta nosso trabalho é a pedagogia freireana em conexão com o que tem sido definido por Marcos Reigota como perspectiva ecologista de educação, perspectiva essa que busca ampliar e contextualizar a ecosofia de Félix Guattari. Nossos referencias foram ampliados com os estudos de Klauss Vianna e de Jussara Muller sobre o que definem como "escuta do corpo" e com as contribuições de Mary Jane Paris Spink, Vera Mincoff Menegon e Benedito Medrado sobre as oficinas com grupos entendidas como práticas científicas. Ao considerarmos as referidas oficinas também como possibilidades políticas, sociais, ecológicas e pedagógicas de experiências de/com criação artística apoiadas no "paradigma eco-ético-estético" de Deleuze e Guattari, foi possível construir, coletivamente, coreografias e paisagens sonoras. No tempo presente de ressonância de experiências impossíveis de serem repetidas, adquire protagonismo nossa narrativa sobre os movimentos fugazes dos corpos nos processos e ambientes de escuta.

Pedalar: uma experiência educativa sobre duas rodas na cidade

Sheila Hempkemeyer (Universidade Federal de Santa Catarina), **Leandro Belinaso Guimarães** (Universidade Federal de Santa Catarina)

Este trabalho provém de uma pesquisa de Mestrado em Educação, em andamento, que tem como foco investigar as narrativas de "seres pedalantes" a partir da relação bicicleta-cidade.

Construindo narrativas ficcionais, poéticas e reflexões sobre a experiências destes seres e seus cotidianos, problematiza-se os modos de vida na cidade e as outras ecologias que esses sujeitos híbridos proliferam.

Pedalar não é só um esporte. Pode ser vivência, troca, pode ser muita coisa. Este estudo atravessa os corpos dos "seres pedalantes" para além do simples ato de pedalar. O olhar para esta temática se torna relevante já que contribui com o movimento de mudança das pessoas e suas práticas cotidianas na cidade. Como (e se) esta relação de "ser pedalante" os afetam, que experiências são vivenciadas, que efeitos são sentidos? O texto tem por objetivo possibilitar narrativas de si que reflitam práticas cotidianas/vivências destes seres com a bicicleta. Como se enxergam nesta relação? Que identificações são produzidas/estabelecidas? Quais discursos habitam seus corpos pedalantes? Que experiências emergem a partir deste encontro? Aqui pedalar é visto como prática e manifestação cultural, que educa e subjetiva. O movimento dos pedais e as engrenagens rodando na bicicleta no ato de pedalar, pode ser proporcional ao movimento almejado na cidade. Dialogar com a cidade através da bicicleta. Com ela e com as pessoas que a utilizam e vêm nesta relação uma outra forma de estar no mundo, provocando fissuras nos modos de viver/estar/experimentar o cotidiano na cidade. Há criação brotando nas esquinas e ruas como um sinal desta relação. Muitas vezes demonstrando resistência, ou insistência.

Esta é uma proposta de trabalho que se insere no GT 6 – Ecologias outras: traçados poéticos, estéticos e políticos, eixo mídia, cultura e arte, visto que dialoga sobre formas de subjetivação contemporânea, estratégias de resistência e expressão a partir da bicicleta na cidade. Além disso evidencia e propõe diálogos acerca de vivências em ambientes urbanos, podendo elencar outras ecologias nesta relação. Pensar esse emaranhado urbano relacionando o ambiente da cidade. Por meio da bicicleta e o movimento destes corpos que pedalam é possível outras formas de interação com o meio, tecendo múltiplas afetações estéticas, poéticas, políticas, abrindo brechas para pensar outros atravessamentos contemporâneos. Com isso não se tem pretensão de (re)produzir e dizer "verdades", mas de experimentar e provocar sensações.

Os pressupostos teóricos apóiam-se nos Estudos Culturais e em conceitos sobre cultura, cotidianos, experiência e narrativas ficcionais. Autores como Stuart Hall, Jorge Larrosa, Marcos Reigota, Carlos Eduardo Ferraço, Mary Jane Spink, Henry Jenkins, Italo Calvino, servem de fundamento na pesquisa.

A metodologia foi construída vivenciando-a com inspiração na (n)etnografia. Os primeiros resgates das narrativas foram encontros virtuais, que tornaram-se potência de pesquisa pelas imagens compartilhadas em redes sociais. A partir disso criou-se uma página no facebook "Seres Pedalantes" que serve para divulgar e disparar estas narrativas. Mas há também a troca in loco na pesquisa. Por isso a mistura de etnografia e netnografia. Adentrar nas narrativas dos sujeitos que pedalam. Ir ao encontro deles e capturar essas experiências através de suas falas (escritas ou sonorizadas) e imagens que possam complementar-se entre si. Ouvi-las, descobri-las, tecendo um novo olhar sobre a cidade. Uma pesquisa que leve em conta as subjetividades. Com a pretensão de contar histórias singulares sobre seres pedalantes e suas bicicletas na cidade, para além do concreto urbanístico. Um lugar que permita deslocamentos mais sensíveis, lentos e intensos. Por onde pedalam seus desejos na cidade?

Este estudo permitiu até o momento demonstrar que pedalar pode possibilitar outros modos de viver a/na cidade. A bicicleta pode ser um respiro, um suspiro, um freio ao aceleramento dos modos de vida atuais. Provoca mudanças nas pessoas e ao mesmo tempo que mudam seu olhar, mudam seu entorno. Reverbera a multiplicidade de ser e estar na cidade, ressignificando-a cotidianamente. Esta nova forma de estar na cidade transforma as pessoas e esta transformação equivale a transformação que querem na/para cidade. Através das sensações compartilhadas percebeu-se que há inúmeras possibilidades de se relacionar com a bicicleta na cidade. Cada "ser pedalante" elabora esta relação de maneira singular, subjetivando-se histórica e culturalmente pelos atravessamentos que ecoam em seu entorno. Uma polifonia multicolorida repleta de aromas proporcionada pela bicicleta, pela relação estabelecida com ela, sendo um/uma pedalante.

Práticas Discursivas sobre Drogas e a Perspectiva Ecologista

Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira (Universidade de Sorocaba), **Marcos Antonio dos Santos Reigota** (Universidade de Sorocaba)

Este trabalho relata a trajetória de construção da tese de doutorado em educação, na linha de pesquisa Cotidiano Escolar realizada na Universidade de Sorocaba tendo a psicologia social de Mary Jane Paris Spink e seus interlocutores e interlocutoras como apoio teórico central. A pesquisa explora as práticas discursivas sobre drogas por meio das trajetórias e narrativas no/do cotidiano escolar. O caminho teórico está pautado também nas contribuições de, entre outros, Félix Guattari, Michael Foucault, Nilda Alves e Paulo Freire. Esses autores e autoras e os seus conceitos e noções de, biopolítica, ecosofia, práticas discursivas, produção de sentido, espaçostempos, narrativas ficcionais e sujeitos da história têm sido alguns dos quais são priorizados no Grupo de Pesquisa Perspectiva Ecologista de Educação no qual a tese foi elaborada. Dividida em duas partes, a primeira traça um percurso histórico sobre as drogas, destacando a produção de sentido sobre elas a partir do início do século XX observando a temática como fenômeno plural, polissêmico e prática discursiva tecida por múltiplos aspectos visíveis e ambíguos, cujas nuances e sinuosidades escapam e não permitem definições únicas e universais. Nesse capítulo são destacados o uso e consumo de drogas como práticas culturais nas últimas décadas. Em seguida são destacadas as narrativas recolhidas no "campo-tema de pesquisa" (Peter Spink), configurando olhares, modos de compreender e de se aproximar do "outro" (usuários e usuárias) registrando as práticas discursivas sobre as drogas que circulam no cotidiano escolar, marcado por nossas trajetórias pessoais e profissionais em contexto bem diferenciados no Rio de Janeiro, Amazônia e São Paulo.

Utilizamos o recurso ético e metodológico das "narrativas ficcionais" (Marcos Reigota), amplamente discutido e empregado no nosso grupo de pesquisa para visibilizar e trazer ao espaço público e acadêmico diferentes possibilidades de experiências com as drogas e suas relações com as práticas sociais e pedagógicas cotidianas (não) discriminatórias e de (re)conhecimento dos saberes, conflitos, alternativas e barreiras nos contextos e ambientes escolares.

Com as narrativas ficcionais temos o cuidado ético de proteger os usuários e usuárias de possíveis discriminações ao mesmo tempo que nos é possível entrecruzar a produção científica contemporânea sobre as drogas, com situações presenciadas, ouvidas e recolhidas no cotidiano escolar.

As narrativas ficcionais são, portanto, uma possibilidade metodológica marcada pelo compromisso ético que nos impele a exercícios de escrita, ao mesmo tempo criativos e rigorosos com os, enunciados, conceitos e argumentos de diferentes sujeitos e áreas do conhecimento que se dedicam ao estudo (e/ou uso) das drogas.

Consideramos e trabalhamos com a hipótese de que que nos diferentes espaçostempos (Nilda Alves) do cotidiano escolar reproduz-se e ressoam as relações autoritárias e opressoras de poder que caracterizam a sociedade brasileira contemporânea. Ao mesmo tempo (e que nos interessa priorizar) consideramos que nos espaçostempos do cotidiano escolar existem possibilidades de criação, de encontros e de brechas para a constituição de outras experiências nas relações educacionais, assim como de práticas pedagógicas, focadas nas práticas discursivas e produção de sentidos dos sujeitos (incluindo os/as usuários de drogas).

Concluímos observando que o processo político e pedagógico que estamos denominando de "perspectiva ecologista de educação", busca (re)criar possibilidades teórico-metodológicas com os sujeitos (usuários e usuárias, professores e professoras) e conectar-se com modos de resistência social e experiências desconstrucionistas de opressão, padronização e de controle da e na vida cotidiana.

GT 07 IDENTIDADE, RECONHECIMENTO E EMANCIPAÇÃO

A música e suas articulações identitárias nas corporações musicais de São João Del-Rei e região: tradição e transformação no contexto histórico e sócio-cultural das bandas e orquestras

Marcos Vieira Silva (Universidade Federal de São João Del-Rei), Thamires Maria Miranda dos Santos (Universidade Federal de São João del-Rei)

Este trabalho refere-se a duas iniciações científicas desenvolvidas entre agosto de 2014 e julho de 2015, junto à pesquisa "A Música e suas Articulações Identitárias nas Corporações Musicais de São João del-Rei e Região: Tradição e Transformação no Contexto Histórico e Sócio-Cultural".

Este estudo é desenvolvido pelo LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial/UFSJ, sendo que é um desdobramento de uma pesquisa mais ampla sobre a música. Esta pesquisa tem sido desenvolvida desde 2004 junto às corporações musicais das vertentes, buscando aliar ensino, pesquisa e extensão. O objetivo da pesquisa é estudar as articulações identitárias tendo a música e o "fazer musical" como panos de fundo. Na Região dos Campos das Vertentes e, mais especificamente, em São João del-Rei, a cidade dos sinos, a música tem um papel muito importante na produção identitária de jovens e adultos. Tal fato parte da ampla participação destes em bandas e orquestras da cidade, e isto articulado à importância destas no cotidiano sócio-cultural e nas festividades locais. Sabe-se que, até o século XX, havia pouca ou nenhuma participação feminina no fazer musical e à mulher eram reservados afazeres tidos como mais femininos no espaço doméstico. A partir do século XX a mulher começa a ter maior acesso às corporações musicais, acompanhando as mudanças culturais em relação ao seu papel social e vai ganhando mais espaço na sociedade são-joanense. Outro aspecto a ser destacado é que o fazer musical em São João del-Rei e na região sofre influência considerável de aspectos religiosos, sendo estes, parte importante de um contexto que concorre para a manutenção e transformação da tradição musical da cidade. As bandas e orquestras têm importante participação nas festividades religiosas, missas e procissões que ocorrem durante o ano. Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi compreender a relação entre tradição e transformação cultural, no que se refere às relações de gênero, por meio de uma produção cultural - o fazer musical – nas corporações musicais de São João del-Rei e região. Ainda, buscamos compreender como o discurso religioso sobre o gênero afetou e afeta a participação de mulheres nas Orquestras São-joanenses, atentando-nos para as transformações no contexto sociocultural da região. As corporações musicais investigadas foram a Banda Salesiana Meninos e Meninas de Dom Bosco, a Banda Sinfônica do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, a Orquestra Ribeiro Bastos, a Orquestra Lira São-joanense e a Orquestra do Departamento de Música da Universidade Federal de São João del-Rei, onde foram realizadas entrevistas com integrantes, fotos e filmagens de apresentações e ensaios, além da leitura de publicações que contemplavam temas relacionados. Foram realizadas entrevistas com um jovem integrante da banda e com um dos regentes, e com duas coristas das orquestras. Ao se analisar as entrevistas com as coristas, percebe-se que as falas dessas mulheres ultrapassam suas trajetórias individuais e nos narram a participação das mulheres nas Orquestras São-joanenses nos últimos ¾ de século. Seus discursos trazem à tona histórias de outras mulheres que tiveram suas carreiras como musicistas atravessadas pelo poder patriarcal, de subjugação da mulher ao homem. Já nas Bandas de música, percebeu-se que há pouca diferença no fazer musical das mulheres nas bandas investigadas; não há uma divisão clara dos instrumentos, sendo que há meninas e meninos que tocam bateria, saxofone, flauta, e outros instrumentos. Em relação à religiosidade, sua influência é muito clara, tanto na participação das bandas e orquestras nas festas religiosas, quanto nos espaços dos ensaios, que pertencem às paróquias. Ressalta-se que o fazer musical se expressa também na vida desses jovens, como espaço gerador de possibilidades de futuro que vão se construindo, seja por projeto profissional, por relações de amizade ou valores aprendidos.As relações patriarcais, suas hierarquias, suas estruturas de poder estão presentes em toda a sociedade, permeando também a instituições como o Estado e a Igreja. De tal forma que também é possível perceber sua impregnação nas coorporações musicais, que em São João del-Rei estão intimamente ligadas à vida religiosa da cidade. A participação de mulheres nas corporações músicais torma visíveis diferenças nas relações de gênero em nossa sociedade, mas também materializa as mudanças culturais e sociais.

Apoio: FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

A Pedagogia Institucional como geradora de emancipação e protagonismo no combate ao Bullying

Jhuana Lícia Castro Moreira (Universidade Federal de Campina Grande), **Íris Vieira de França** (Universidade Federal de Campina Grande), **Diana Mara Cavalcanti Matos** (Universidade Federal de Campina Grande), **Carlúcia Cardoso Amaral** (Universidade Federal de Campina Grande)

O presente trabalho aborda a experiência vivida a partir da participação no Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX). O projeto intitulado "A Pedagogia Institucional no combate ao Bullying e a violência escolar", teve por objetivo geral desenvolver ações de caráter educativo voltadas à Pedagogia Institucional (PI) na Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro, na cidade de Campina Grande-PB, tendo em vista combater o bullying e a violência escolar. A Pedagogia Institucional nasceu na França através de Jean e Fernand Oury e já surge com o intuito de ser além de uma prática emancipadora, uma prática de grupo, não esquecendo de ser também uma pedagogia para os tempos de crise, que não recua diante da violência como nos ensina Pain (2009). O tripé essencial da Pedagogia Institucional se concentra na psicoterapia institucional; nas reflexões da teoria psicanalítica sobre a escola; e ainda no movimento Freinet, que objetiva reaproximar o ser humano de instituições fundadoras e reguladoras sociais. Para que pudesse ser colocado em prática no Brasil, a PI precisou passar por algumas adaptações, já que foi criada na França, onde o sistema educacional funciona de forma diferente. Para tanto, reuniões foram realizadas na escola para que, junto com os alunos, os professores pudessem citar o que era necessário fazer para melhorar a escola em todos os aspectos. Para que as adaptações fossem realizadas foram usados alguns dispositivos como: as faixas de comportamento, baseadas nas faixas do judô, idéia de Oury, que percebeu que podia dividir os alunos de acordo com o nível de desenvolvimento e, a partir disso, fazer com que os alunos progredissem de faixa à medida que melhorassem o comportamento, e assim, atribui-se direitos e deveres dentro da sala de aula e na escola, como ajudar a professora e os colegas, secretariar os conselhos, participar das galeras, etc; a afixação das leis da escola, onde se esclarece aos alunos as leis dentro do ambiente escolar, além do discente poder desenvolver o senso de justiça e responsabilidade; os conselhos, onde os alunos tem um lugar de fala e avaliam as suas boas ações e reclamações anotadas ao decorrer da semana através de um caderno colocado a disposição dos alunos; e também as galeras da amizade e do meio ambiente, onde os alunos incentivam uns aos outros a transformação da escola em um ambiente agradável. Dessa forma, a Pedagogia Institucional aplicada ao contexto da escola pública brasileira no ensino fundamental tem suas dificuldades, como atrasos ou os conselhos demoram devido à agitação dos alunos, e também suas conquistas, como alunos com muitas reclamações e, posteriormente, sem reclamações e até boas ações, os alunos conscientizando-se sobre o bullying e a violência escolar, além da receptividade dos profissionais. No entanto, se faz necessário, relatarmos aqui, a principal dificuldade vivenciada ao longo da execução do projeto. Refere-se a realidade de alguns professores que não se engajaram no processo de implantação da P.I na escola. Em relação a este aspecto, pudemos concluir que sem o apoio destes professores, torna-se inviável realizar as reuniões do conselho e a passagens das faixas de comportamento, ou seja, fica impossível desenvolver a Pedagogia Institucional como nos foi relatado por alunos e professores no final da experiência. Apesar de ser uma teoria francesa, a aplicação tem sido cada vez mais efetiva, como transformado a realidade escolar aos poucos, contribuindo para o convívio harmônico escolar, como para que as especificidades e as demandas de cada sujeito sejam escutadas e expostas; além de ensinar regras e limites sem autoritarismo e o respeito à heterogeneidade, bem como o combate à competitividade. É necessário que a mesma ultrapasse os muros escolares.

Apontamentos sobre a metamorfose humana e a memória

Alessandro de Oliveira Campos (Centro Universitário São Camilo)

A metamorfose humana, enquanto constituinte da identidade, vem recebendo alguns apontamentos que nos interessam, entre outras coisas, por conter e revelar a memória. O problema que isso indica nos formula uma questão: e o que compõe a natureza da metamorfose para considerar a memória como um de seus constituintes?

Tomemos emprestado o questionamento que Ardans (2001) realiza ao uso que diferentes autores fazem da palavra metamorfose. Pergunta ele se poderia Robert Castell (1995) ter intitulado seu livro As mudanças da questão social em lugar de As metamorofoses da questão social? Depois interroga se Freud (1905) tivesse dado o título Transmutações da puberdade ao capítulo Metamorfoses da puberdade de Três ensaios de teoria sexual? Depois sobre o termo de Marx (1867) metamorfoses da mercadoria substituido por transfigurações da mercadoria? Por fim, quando Nietzsche diz transmutações dos valores poderia ser metamorfoses dos valores? O que isso tudo envolve é a pergunta de Ardans que indica nosso objetivo.

Para nos auxiliar nos temas sobre a metamorfose nos faremos valer do sintagma identidademetamorfose-emancipação proposto por Antonio Ciampa e ao decorrer da reflexão buscaremos discutir essas articulações com aquilo que importa a esse tema e o lugar da memória. A proposta de Antonio Ciampa quando fala de metamorfose fala igualmente de identidade e leva em conta nesse processo seu projeto emancipatório. Identidade é metamorfose (Ciampa, 2005) e queremos considerar, quando trazemos à tona essa afirmativa, que há muitos equívocos no trato da metamorfose, bem como nos elementos que perpassam o sintagma identidade-metamorfoseemancipação (idem).

Metodologicamente corroborar com as críticas às teorias que entendem a identidade como algo estático e fixo; e sabemos o quanto este conceito está saturado. No entanto, pensar identidade como sinônimo de cristalização dos papéis sociais é considerar uma única possibilidade e cometer a tragédia de enterrar o corpo enquanto pulsa. Nosso interesse maior neste trabalho foca-se fundamentalmente na metamorfose e na memória e na possibilidade de uma epistemologia crítica, pois sem uma compreensão posicionada sobre a identidade, uma compreensão da identidade enquanto metamorfose, poderíamos incorrer no erro de entender a memória, que aqui ganha destaque, como um simples receptáculo de lembranças, um depósito de acontecimentos opacos do passado e inertes. Isso indica que o senso comum sobre a memória é similar ao da identidade. O que se constata é que metamorfose é movimento, assim como memória é plasticidade. Como falou Elias Canetti (1995), a metamorfose é constituida de um grande enigma e que foi essa capacidade, de metamorfosear-se, que rendeu aos seres humanos tanto poder sobre as outras criaturas: todos a possuem, todos a empregam e todos a consideram absolutamente natural (p.337). Exatamente por ser algo extraordinariamente difícil de conceituá-la e investigá-la em sua essência, que ela precisa ser abordada a partir de diferentes flancos (idem). Considerando a temporalidade em que todas as coisas precisam acontecer, nosso esforço agora está em considerar o lugar ocupado pela memória nesse processo.

Ao afirmamos que a identidade é metamorfose, é movimento, estamos dizendo que o agir e o devir é constituinte do processo de humanização da pessoa. Deve-se entendê-la, a metamorfose humana, como a progressiva e infindável concretização histórica do vir-a-ser humano, que se dá sempre como superação das limitações das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades (Ciampa, 1997). Nessa direção o que se busca nessa apresentação é uma articulação teórica entre as contribuições de Antonio Ciampa, Elias Canetti e Jaques Le Goff. Chegou-se a três pontos importantes de discussão: 1) O lugar da memória na constituição da identidade; 2) as marcações e aquilo que se conserva dos pressentimentos e anunciações sobre a metamorfose; e 3) A apropriação crítica da tradição.

Conclui-se, corroborando com o posicionamento de Le Goff (1990) que diz caber aos profisisonais científicos da memória, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica (p. 471). E por fim, a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens.(idem)

Temos que nos interrogar sobre o que queremos e ir mais adiante: queremos querer o que estamos querendo? Não é um jogo de palavras ou um exercício de retórica, mas um esforço de liberdade. Aprendo a perguntar isso na tradição? São as tramas da autonomia. A superação das contradições nos usos da memória, assim como nos enfrentamentos dos paradoxos e conflitos para uma metamorfose emancipatória, são condições do tempo presente, que reconhece o passado, mas que vislumbra a utopia para seguir caminhando e buscando viver em paz.

As marcas da interseccionalidade em trajetórias de professoras universitárias negras: um estudo sobre identidades

Juliana Araújo dos Santos (Universidade Federal de São João del Rei), **Sheila Ferreira Miranda** (Universidade Federal de São João Del Rei)

Em nossa sociedade, conduzida por uma ordem excludente e competitiva, os negros carregam a marca do diferente. Dessa forma, o lugar de professoras universitárias não é visto de forma natural, como um lugar a ser ocupado por mulheres negras. Este trabalho é fruto de uma iniciação cientifica em andamento, a qual pretende descrever e analisar o sentido do processo identitário de professoras universitárias negras com relação a suas trajetórias academicas, de modo a compreender como a questão racial intersecciona à questão de gênero. O GT identidade, reconhecimento e emancipação está intrinsecamente ligado ao tema do trabalho, pois se trata do estudo sobre a formação da identidade destas mulheres e suas histórias de modo a captar os processos de metamorfoses através de projetos políticos orientados pela ética da emancipação. A conexão com o eixo temático "História, teorias, métodos e formação em Psicologia Social" se relaciona com a superação do conceito estático e a tendência a adotar apenas um aspecto da identidade, com isso nos últimos anos houve um crescimento de estudos críticos envolvendo a questão da identidade como um processo que se dá empiricamente pelo movimento das personagens encarnadas pelos atores sociais ao longo de sua existência. Em relação ao aporte teórico a ser utilizado, a abordagem está baseada nos estudos de Ciampa. Aplicando o raciocínio desse autor à questão identitária dessas mulheres, ponderamos que é um conceito que está sempre sendo elaborado e modificado (metamorfose). O sentido da metamorfose permite-nos analisar o processo identitário como uma incansável busca pela emancipação que nos humanize. A emancipação só se torna possível através de um projeto de vida que vise ações políticas. Propomos neste trabalho que a questão de raça relacionada ao gênero seja o principal foco das intersecções, buscando o alargamento da compreensão do conceito de racismo na complexidade do cotidiano acadêmico. Para atender aos objetivos propostos foi adotada como metodologia suporte, a história oral temática. Esta proporcionou as entrevistas maior precisão para esclarecimentos dos dados das trajetórias escolares e vivências acadêmicas das mulheres, sem necessariamente abranger a totalidade de suas existências. Foram entrevistadas três professoras negras da região das Vertentes, Minas Gerais, independente do seu pertencimento institucional. O critério de seleção destas mulheres foi a auto-atribuição identitária. Realizaram-se contatos preliminares com essas mulheres para apresentação do projeto e após o aceite foi preparado um roteiro de entrevista e o termo de consentimento livre esclarecido. De posse das entrevistas, foram realizadas transcrições e análises. Para apresentar os resultados parciais, foi selecionada a entrevista de Pollyana, mulher fenotipicamente mestiça, cinquenta e um anos de idade, dezesseis anos de docência, dos quais seis são na instituição federal que atualmente trabalha. Pollyana vem de uma família de classe baixa onde o estudo era extremamente valorizado. Assim ela aprendeu que, a partir destes parâmetros ela poderia lutar por sua emancipação, ou seja, vislumbra o estudo como possibilidade de modificação de sua condição sócio-racial. A busca por ascenção social por meio da educação levou Pollyana a reiterar a abjeção da sua condição racial. Nossa personagem interioriza o discurso normativo da beleza, levando-a buscar o reconhecimento às custas da rejeição de elementos afrodiaspóricos de sua identidade. Nossa sociedade inclui num domínio de sujeitos os indivíduos com traços fenotípicos europeus e exclui, num domínio de seres abjetos os indivíduos com traços fenotípicos de origem afro. Neste contexto, Pollyana oculta seu cabelo crespo quando o alisa e em outro momento, relata que, quando se vê num espelho e não se reconhece naquele corpo. Em certo momento de sua vida, Pollyana afirma que passou por uma depressão profunda, e ao procurar a terapia descobriu novas possibilidades de existência. Lá ela descobriu que precisava estar sempre mudando, em movimento. Esta descoberta lhe aponta novos caminhos, caminhos emancipatórios que se constroem no diálogo, no contato com o outro e também nos conflitos vivenciados em seu cotidiano. Podemos concluir que a teoria da identidade nega o caráter fixo e rígido da personalidade, o sujeito nunca é pleno ou completo, sempre haverá a pretensão de emancipação, que visa um projeto político. Todas as mulheres entrevistadas tem o mesmo papel: professora universitária, que traduz uma atividade padronizada, caracterizando a interiorização de predicados normativamente definidos pela esfera coletiva, porém o toque pessoal de cada uma atribui adjetivos singulares aos seus personagens: mulher, negra, de classe baixa, filha, mãe, e todos esses personagens dialogam com papéis atribuídos pela sociedade. A partir destes resultados compreende-se que o mestiço, condenado pela sua natureza ambivalente no contexto brasileiro, faz uma escolha política, decidindo assumir um personagem "branco" ou "negro" no contexto organizado pelo mito da democracia racial. No caso de nossa colaboradora, há um cerceamento dos espaços de autonomia, provocando crises de sentido e construção de interações distorcidas que a levam à um contexto de desumanização. Em terapia, as possibilidades do agir comunicativo subvertem essa ordem, permitindo novos projetos de existência.

As metamorfoses da identidade e as possibilidades de emancipação na ação política

Débora Cidro de Brito (Associação Saúde da Família)

A Reforma Psiquiátrica brasileira, com seu início no final da década de 1970 e início da década de 1980, possibilitou mudanças importantes na política que garante os direitos dos portadores de sofrimento psíquico. Dessa mudança, destacamos a lei n° 10.216/2001 que alterou o modelo de atenção psicossocial e permitiu que o principal espaço de cuidado fosse no cotidiano da sociedade.

Neste processo, diversos coletivos antimanicomiais tiveram importância na garantia de tais direitos, como também possibilitaram que usuários dos serviços de saúde mental, familiares de usuários e demais cidadãos, ao participarem desses espaços, tivessem suas identidades metamorfoseadas pela participação política. Nos dizeres de Teixeira (1997, p. 184), a participação política "supõe uma relação em que atores, usando recursos que são disponíveis no espaço público, fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações."

Com o objetivo de discutir como se dão tais metamorfoses em militantes da luta antimanicomial, foi realizada em 2014 a pesquisa de mestrado intitulada "Luta antimanicomial: da participação política à formação da personagem militante", em que militantes foram entrevistados e puderam contar suas histórias de vida a partir da participação política. Tais entrevistas ocorreram após explicação de seus objetivos e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram gravadas por áudio. A opção pelo método de narrativas de história de vida, permitiu que fosse evidenciado as relações entre memória e identidade, possibilitando demonstrar como processos sociais se mostram no discurso de cada indivíduo. Nos dizeres de Queiroz (1987) e Minayo (2004), trata-se de um método que permite chegar a saberes subjetivos que complementam documentos e registram experiências do âmbito individual e coletivo.

Dessas entrevistas, destacamos para este evento, a história de Fernando, que nada sabendo sobre o diagnóstico de esquizofrenia de seu filho, pouco pode fazer. Ainda que incomodado, apenas representava a personagem familiar-que-nada-sabe. Porém, a partir da oportunidade de se reconhecer como pai-de-um-esquizofrênico faz contatos com pessoas que lhe inserem na participação política.

Como contribuição teórica para a análise desta narrativa, utilizamos referenciais que pensam a identidade pelo sintagma identidade-metamorfose-emancipação: Ciampa (1990, 2002, 2003, 2012) que afirma ser a identidade metamorfose em busca de emancipação. Ao utilizar a forma personagem, Ciampa nos permite entender que representamos personagens diferentes em contextos diversos e que tais personagens compõem nossa identidade; Almeida (2005) amplia o conceito de mesmice, antes visto como reposição e cristalização de uma personagem, podendo ser também elemento de resistência àquilo que é imposto para assegurar os interesses do capital que impedem emancipações; Por sua vez, Lima (2010) traz o conceito de "reconhecimento perverso" contribuindo para o entendimento de processos vistos como metamorfoses da identidade, porém encobrindo as possibilidades de acesso à fragmentos emancipatórios.

As relações entre memória e identidade se pautam em Bosi (1994), permitindo compreender como metamorfoses e resistências se fortalecem a partir do significado que as vivências vão recebendo ao longo da vida.

Ao narrar sua história, Fernando nos possibilita entender as relações entre memória e identidade, assim como os elementos que permitiram sua metamorfose, com a superação de algumas personagens pressupostas, mas quando necessário, a permanência de personagens que se mostram como resistência em relação às dificuldades impostas pela vida. Desse modo, Fernando resistiu frente aos desafios de lutar por uma sociedade mais igualitária, como também apresentou ao longo dos anos metamorfoses que superaram condições de opressão.

Referências

ALMEIDA, J. A. M. Sobre a Anamorfose: identidade e emancipação na velhice. 2005. 232 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CIAMPA, A. D. C. A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. Uma Psicologia que se interroga: ensaios. São Paulo: Edicon, 2002. p. 133-144.

_____. A identidade social como metamorfose humana em busca de emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico. Trabalho apresentado no XXIX Encontro da Sociedade Interamericana de Psicologia - SP, Lima, 2003. (mimeo).

_____. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 58-75.

LIMA, A. F. Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 8º Edição. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

QUEIROZ, M. I. P. D. Relatos orais: do indizível ao dizível. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 39. n.3, p. 272-286, mar., 1987.

TEIXEIRA, E. C. As dimensões da participação cidadã. Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan/dez 1997.

Da invisibilidade social ao heroísmo moderno: a busca pela ascensão social através do futebol

Carlos Eduardo Senareli Teixeira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Ao pensar o futebol, seus atores e os sentidos que produzem a partir de sua prática, não podemos deixar de considerar o lugar da formação do qual fazem parte. O estudo surgiu a partir da observação de reportagens dos meios de comunicação em que figuravam constantes aparições de jogadores reconhecidos socialmente não só pela fama e pelo sucesso, mas que são caracterizados como indivíduos que saíram de um meio social com renda baixa, muitas vezes oriundos de comunidades pobres, para se tornarem pessoas de prestígio social adquirido por meio do esporte mais praticado no Brasil e com grande visibilidade mundial. Esta pesquisa teve como objetivo analisar o discurso de jogadores de futebol em atividade, oriundos de famílias com baixa renda, que emergiram socialmente mediante a prática profissional desse esporte. O processo de socialização desses indivíduos, bem como a busca por igualdade e/ou reconhecimento social através da prática do futebol surge como importante tema em nossa discussão para se chegar ao objetivo proposto, nos levando a relacionar a pesquisa ao Grupo de Trabalho "Identidade, Reconhecimento e Emancipação". Além da discussão sobre o Mito do Herói, importante base para a pesquisa, é fundamental uma abordagem sobre o chamado herói moderno através das contribuições de Kátia Rúbio. Para análise dos dados das entrevistas, buscamos contribuições de Serge Moscovici, a fim de discutir representações sociais; Clifford Geertz, para discutir a diversidade cultural; Stuart Hall, para falar sobre identidade cultural; Darcy Ribeiro para aprofundar a discussão sobre a criação da identidade cultural brasileira, além de Gilberto Freyre e Roberto Damatta. As pesquisas de Mauricio Murad, Roberto Damatta e Mário Rodrigues Filho baseiam a busca pelo entendimento da cultura brasileira esportiva, em que o futebol é tido como principal modalidade praticada. A metodologia utilizada foi a técnica de análise documental de conteúdo, optou-se pela interpretação de reportagens da fonte primária revista Placar. A partir do levantamento das revistas citadas, foram selecionadas, ao final de toda a análise, 19 entrevistas de jogadores de futebol profissional divididas nas seguintes categorias: (i) ascensão social; (ii) questão financeira; (iii) sonho a ser realizado. A análise dos resultados foi realizada à luz do referencial teórico apresentado no trabalho. Nota-se a ênfase na ascensão individual, ou seja, aqueles nascidos em uma realidade de pobreza apontam isso constantemente em seus discursos. Além disso, o desejo de tornar-se um profissional de futebol com fama e sucesso é constantemente apresentado por alguns jogadores como o objetivo de quando eram crianças e, mais especificamente, de jogar por clubes europeus. No entanto, após conquistarem seus sonhos de infância e transferirem-se para o exterior, eles passam a ter o desejo em voltar ao Brasil por não se adaptarem à cultura ou ao clima de outros países e sentirem falta de seus familiares e amigos. Entendemos que pesquisas voltadas para o estudo da ascensão social de jogadores de futebol devem ser contínuas. Sua abordagem deve-se dar não apenas sob a ótica sociológica, mas também psicológica e antropológica. A importância de uma investigação interdisciplinar nesse tema, possibilitada pela Psicologia Social, tem por objetivo buscar uma melhor compreensão do universo desse grupo de profissionais que possuem grande influência social, tidos muitas vezes como heróis modernos, mas que antes sofriam com uma invisibilidade social.

Dialogicidade das narrativas de si de adolescentes articuladas à lógica de consumo e mídias sociais

Raquel de Andrade Souza Ew (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Cristiano Hamann** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Adolfo Pizzinato** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Este estudo tem por tema a investigação da construção das narrativas de si dos adolescentes e a análise do atravessamento da lógica do consumo neste processo. O objetivo é conhecer e analisar como os adolescentes constroem narrativas de si articuladas com práticas de consumo, a partir da análise das diferentes posições de eu por eles ocupadas (estudante, amigo, filho, pessoa) e do uso de mídias sociais. Neste contexto nossa investigação recai na análise dos fatores que atravessam e passam a constituir-se como importantes operadores na configuração das narrativas do si dos adolescentes. Tratamos então de três importantes articuladores de discursos sociais que propiciam a apropriação, relação e criação de narrativas de si, sendo eles: o consumo, a dialogicidade das narrativas e o acesso às mídias sociais. Para tanto a abordagem desta pesquisa se desdobrou em três estudos. O primeiro aborda a construção das narrativas de si seguindo a lógica do consumo, no qual a reflexão sobre si parte de aspectos de composição e acesso a elementos culturais, valorizados como pontos a serem desenvolvidos e adquiridos. O segundo estudo toma as narrativas de si de forma dinâmica e dialógica no sentido de implicar diferentes vozes, que são instituídas a partir do nomeado self dialógico. No terceiro estudo vemos como os adolescentes utilizam o facebook no processo de apresentação de si nas mídias sociais. A análise parte do recorte material ao acessar as narrativas de si no contexto virtual observando a dialogicidade e questões relativas à autoria e audiência. Este estudo parte de algumas perspectivas teóricas que orientam seu desenvolvimento. A adolescência é compreendida como instância social numa configuração contextual e histórica. Funda-se nas interações sociais e apresenta-se numa construção múltipla e dinâmica em suas configurações. Entendem-se as narrativas de si como processo construtivo permanente e flexível, imerso no contexto social; sendo recurso utilizado para dar contorno e unidade às diferentes posições e contradições experenciadas subjetivamente. O self dialógico (Hubert J. M. Hermans, 2001) aparece como construção narrativa dialógica decorrente da interação entre o sistema social e individual, que associa as múltiplas posições ocupadas pelo self. O consumo é entendido como processo simbólico, plural de produção cultural e subjetiva, que vincula a aquisição de atributos materiais, intelectuais e culturais valorizados na sociedade. Está, portanto, presente nas arenas do cotidiano possibilitando acessos e desenvolvimento das relações sociais. Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório. O estudo utiliza vertente qualitativa através da investigação dos pontos de vista dos participantes a respeito de suas estratégias, formas de pensar e intenções sobre o seu próprio processo de construção de identidade (quem eles são e desejam ser). Participaram da pesquisa 6 estudantes, 3 meninos e 3 meninas, de 16 a 18 anos, cursando o terceiro ano do ensino médio de uma escola privada de Porto Alegre. A coleta de dados foi realizada em duas vias: entrevista em profundidade e etnografia virtual do facebook dos participantes. A escolha do facebook como locus de observação e análise parte da percepção de que as mídias sociais são espaços de criação e referências na dinâmica de acesso a diversos contextos de realidade, em um tempo de identidades globais e fluídas. A entrevista foi orientada por um roteiro semiestruturado. Os participantes foram convidados a falar sobre o que é ser adolescente; quais os personagens que admiram e valorizam e por que; e quem são as pessoas que eles consideravam influenciar a sua forma de ser. O processo envolveu a transcrição das verbalizações dos entrevistados, com o agrupamento das respostas conforme significado e categorização discursiva de acordo com pontos ressaltados nos objetivos da pesquisa. Na análise dos dados utiliza-se uma estratégia metodológica da análise de discurso (Van Dijk, 2008) e a perspectiva de análise dialógica de narrativa (Hubert J. M. Hermans, 2001). Os resultados da pesquisa apontam na centralidade da vida laboral para os adolescentes com expectativas de estabilidade, colocando-se no contra fluxo da dinâmica das relações. Quanto à dialogicidade das narrativas, verifica-se que cada unidade de significado da fala carrega em si uma valência moral para a posição. Assim, as posições apresentam valores distintos de acordo com as experiências e negociação hierárquica polifônica na narrativa. A posição estudante apresenta-se correspondente às avaliações acadêmicas e as posições amigo e pessoa são descritas de forma mais positivas pelos participantes. Nas mídias sociais a percepção da construção de valorização positiva de si se expressa via curtidas e comentários de concordância; há a evitação de conflitos e questionamento sobre a autenticidade da imagem criada no facebook, ao verificarem que esta não coincide na íntegra com a percepção que o participante tem da audiência e de si mesmos. Assim, vemos o consumo como referência de valores e desejo, a dialogicidade como dinâmica para a construção das narrativas de si e o uso das mídias sociais como espaço de apresentação de si num exercício de autoria e audiência.

Jovens em rede: As identidades, as sociabilidades e a constituição do self dos sujeitos nas redes sociais

Leila Lima de Sousa (Universidade Federal do Piauí), **Flora Fernandes Lima** (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)

Desde os tempos mais remotos, o homem, como um ser gregário, fez uso da vida em sociedade para trocar símbolos e, assim, se fazer entendido pelos outros membros da comunidade a qual pertencia. Através dessas interações face a face arquitetadas nas comunidades, o homem foi construindo suas identidades. Com o passar do tempo, os conceitos de cultura e identidade sofreram rupturas e adaptações, a começar por entender que essas duas instâncias não podem ser vistas como essências dos sujeitos, tal como se pensou durante longo tempo e, sim, como espaços em constante construção.

As sociedades modernas e a narrativa da cultura global pelos meios de comunicação trouxeram consigo uma abertura e maior flexibilidade no processo de formação do self dos sujeitos. Muito além da interação face a face, antes determinante na formação da subjetividade dos indivíduos, hoje o que acontece são as interações mediadas que se dão ao trabalho de ofertar os materiais simbólicos tão necessários para a formação do eu.

O processo de formação do self sai, pois, de uma instância eminentemente local, baseado em valores e tradições locais, transmitidas de geração a geração, para um espaço global. O self assume, então, uma característica de descentralização e dispersão, perdendo qualquer unidade ou coerência, mudando a cada momento e, por conseguinte, as identidades construídas também assumirão tais características. Deve-se frisar que o self não é dissolvido nessa ambiência mediatizada e, sim, transformado, alterado (THOMPSON, 2005).

Na contemporaneidade, os espaços de sociabilidade ganham outras configurações, outras percepções. A individualidade, a insegurança nas cidades e a emergência de redes sociais fizeram com que as relações passassem a ser estabelecidas através da rede. A internet, segundo Braga (2011), tornou possível um ambiente simplificado para a veiculação de conteúdos online. Esses conteúdos podem ser compartilhados por usuários especializados ou não, fazendo com que o meio fosse compreendido como um espaço de expressão individual ou coletiva, representações identitárias e novas sociabilidades.

No ambiente virtual, há também o que Paula Sibilia (2003) denominou de imperativo da visibilidade, algo que vai de encontro ao que se entende por novas representações identitárias, além do contato com o outro, tão necessário para a construção do eu, há a necessidade de exposição pessoal. Para existir é preciso estar na rede, compartilhar o que se está fazendo, os lugares de visitação.

A rede é marcada, de acordo com Fragoso (2006), pela "apropriação das comunidades como elemento de identificação". Nessa medida, os jovens se articulam em tribos como locais de pertencimento, reconhecimento e identificação. Para existirem naquele ambiente é necessária a validação do outro. Nesse sentido, também cabe usarmos o termo proposto por Goffmam (1998), ao trabalhar as questões envolvendo a sociabilidade. O autor diz existir um processo chamado "gerenciamento de impressão". Tal prática diz respeito as diversas formas de agir de uma pessoa. Para ser aceita pelos outros, as pessoas costumam agir de maneiras diversas, buscando aceitação, aprovação e o contato com os outros sujeitos.

A internet estabelece ainda, segundo Breiger (1974, apud Recuro, 2009) um laço social, que traz aos sujeitos uma sensação de pertencimento ocasionado pela interação e também pela associação aos grupos de interesse. Recuero (2009) complementa ao dizer que as comunidades virtuais são, na verdade, comunidades simbólicas. Estão desconectadas de um espaço territorial concreto. Para além de uma interação face a face, os atores buscam troca de interesses comuns, uma troca que acontece no espaço simbólico.

O estudo tem como objetivo realizar uma discussão teórica sobre identidades, sociabilidades e formação do self dos sujeitos através das redes sociais. Traz-se uma discussão sobre as novas significações de território através das redes, bem como a função desse espaço como novo ambiente de sociabilidade e formação de tribos e webcelebridades. Ainda em fase de experimentação, a pesquisa tem como hipótese que as redes sociais funcionam como um espaço simbólico de troca e sociabilidade juvenil, também um espaço de articulação e de exercício de poder, que proporciona uma reterritorialização e um sentimento de pertencimento e apropriação de signos e símbolos partilhados pelos grupos de interesse.

Referências bibliográficas

BRAGA, Adriana. Sociabilidades digitais e a reconfiguração das relações sociais. In: Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 9, ago/dez, 2011, pp. 95-104.

FRAGOSO, Suely; et al. Territorialidades Virtuais: Identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. In: XIV Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, anais...RJ, junho de 2010.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2009. SIBILIA, Paula. A intimidade escancarada na Rede: blogs e webcams subvertem a oposição público/privado In: INTERCOM 2003 - XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Anais... Belo Horizonte, 2003.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Mais que uma nova geração: explorando os estereótipos e os indícios emancipatórios da Geração Y

Flávia Feitosa Santana (Escola Superior de Propaganda e Marketing)

A Geração Y, composta por indivíduos nascidos entre 1980 e 2000 (HOWE e STRAUSS, 2000), é tema constante no mundo organizacional e na mídia de divulgação, gerando discussões como: Como motivar a geração Y? (AMBLE, 2003); Nem todo mundo ganha o troféu: como gerenciar a Geração Y? (TULGAN, 2009); Prontos ou não, eles estão chegando: motivando e retendo a geração Milênio (LARRABEE e ROBINSON, 2010). Esses, entre outro temas, tiveram sua relevância ampliada nos últimos anos, pois os Jovens Ys ingressaram no mercado de trabalho e ocuparão 70% das vagas disponíveis em mais alguns anos e muitos alegam que esse movimento têm gerado mudanças nas demandas de gestão de pessoas. Entretanto, não há muitos estudos acadêmicos sobre o tema e muito do que se sabe sobre a Geração Y, é oriundo de estudos internacionais e não acadêmicos. Nota-se intensa generalização das características dos jovens, ignorando variáveis demográficas, contextos socioeconômicos e sem uma avaliação qualitativa sobre o comportamento dos jovens no ambiente de trabalho.

Esse estudo pretendeu aprofundar o conhecimento sobre as necessidades dos jovens no mercado de trabalho contemporâneo, seus valores e demandas para a gestão de pessoas, buscando compreender se há características emancipatórias no comportamento desses jovens. Trabalhou-se com a suposição de que a Geração Y tem sido fruto de uma política de identidade que busca manter um status nas relações de trabalho, a partir de um discurso que denuncia o comportamento eventualmente emancipador como inadequado.

A base teórica desse trabalho foi sedimentada no conceito de Identidade de Antônio da Costa Ciampa (2007); na concepção de modernidade de BAUMAN (2001) e no trabalho de pensadores da Escola de Frankfurt como Habermas (1986) e Adorno (1995), à luz de uma Psicologia Social e do Trabalho crítica e focada na busca pela emancipação humana. Este trabalho relaciona-se com os Grupos de Trabalho 7 (IDENTIDADE, RECONHECIMENTO E EMANCIPAÇÃO), 24 (PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: OLHARES CRÍTICOS SOBRE O TRABALHO E OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS) e 23 (TRABALHO NA PERSPECTIVA CRÍTICA II).

Para tanto foi realizada uma pesquisa qualitativa com 8 entrevistas em profundidade com indivíduos da Geração Y que tenham ingressado há menos de 4 anos no mercado de trabalho com passagem por pelo menos 3 empresas. O objetivo dessa especificação do grupo pesquisado foi o de explorar os motivos que fizeram com que esses indivíduos mudassem várias vezes de empresa, o que representa uma das principais queixas e desafios para as organizações na contemporaneidade. As entrevistas também buscaram explora a visão dos jovens sobre o trabalho, relação com hierarquia e perspectivas.

Chegou-se a conclusão de que os Jovens Ys entrevistados não apresentam as características estereotipadas dessa geração conforme apresentadas na mídia e em algumas pesquisas e que, conforme esperado, há indícios de características emancipadoras que são alvo de uma política de desconstrução por parte da literatura de divulgação. Os jovens que normalmente são retratados como egoístas, que desejam ascensão profissional "meteórica", dependentes de feedback constante e hedonistas, são capazes de se dedicarem intensamente ao trabalho e respeitam hierarquia, mas exigem autonomia, conhecimento global sobre as decisões da empresa e dos impactos no seu trabalho. Mais do que isso, identificou-se que, os Ys entrevistados para essa pesquisa, não são jovens descompromissados e imediatistas e sim que são indivíduos que estão dispostos a abrir mão de algumas coisas desde que vejam em seu trabalho a possibilidade de se desenvolverem, perspectiva de carreira, e principalmente, significado, isto é, sentido. Este trabalho gerou também insights para outras pesquisas já em andamento que estão agora comparando, na realidade brasileira, a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas, comportamentos e valores voltados ao trabalho, em indivíduos da Geração Y de diferentes classes sociais.

Masculinidade e performatividade, quando a construção da identidade masculina encontra a agressividade e a violência

Brenda Fischer Sarcinelli Pacheco (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

As estatísticas atuais sobre morbidade e mortalidade por causas externas apontam para uma triste realidade de divisão generificada da violência. São os homens jovens aqueles que mais causam e que mais sofrem com a violência por causas externas, são eles as maiores vítimas no ambiente público, enquanto as mulheres são as que mais sofrem violência no ambiente doméstico, de seus (ex)parceiros, (ex)namorados, (ex)companheiros ou (ex)maridos. Estando a masculinidade em nossa cultura diretamente ligada a ideias de atividade, virilidade, força e poder, o exercício da violência apresenta-se como uma prática consistente com os ideais hegemônicos do masculino. Associado a isto encontramos a naturalização e a invisibilização da realidade mortífera para inúmeros sujeitos do sexo masculino. O presente trabalho propõe-se a discutir a construção da identidade masculina como promotora de práticas violentas que penalizam e chegam a levar a morte expressiva parte dos homens em nossa sociedade.

A masculinidade e a feminilidade são parte dos atributos de gêneros, que tomado como categoria de análise desvela a distribuição de poder dentro do campo social, tal qual proposto por Joan Scott. No campo dos estudos de gênero, encontra-se a obra de Judith Butler que propõe a performatividade como modo de construção da identidade de gênero, que seria a primeira construção cultural identitária dos sujeitos. Estando dentro do campo heteronormativo, a masculinidade performatizada por sujeitos do sexo masculino reproduz os padrões culturais sustentados nesse processo reprodutivo. Ao reproduzir-se, a masculinidade, nos padrões hegemônicos de nossa cultura, assegura sua falácia de naturalidade e essência, que atrela os homens à violência. Assim, ao desvelar a contingência da ligação entre sexo, gênero e desejo, Butler acrescenta elementos para a problematização e a desnaturalização da masculinidade. Os estudos feministas que demonstraram a construção do lugar da mulher no campo social foram fundamentais para modificar a compreensão quanto a naturalidade da violência sofrida por elas em âmbito doméstico. Observando que o gênero é relacional, que não há feminino sem a construção correlata de um masculino, a necessidade de modificação dos padrões hegemônicos de masculinidade torna-se evidente. Todavia, não é apenas pela violência sofrida pelas mulheres que se deve colocar a identidade masculina em discussão, mas também pela violência sofrida e praticada pelos homens contra os homens.

O debate aqui desenvolvido, surge da dissertação Masculinidade, performatividade e precariedade desenvolvida ao longo do curso de Mestrado em Psicologia, que tinha como objeto os grupos reflexivos para acusados de violência doméstica, realizados no I Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (I JVD), que faz parte da rede de políticas públicas que buscam coibir e punir as diversas formas de violência contra a mulher e dar assistência a elas. Para tanto, utilizamos a metodologia da Pesquisa-Intervenção. Nesta dissertação, buscou-se identificar e analisar que linhas de produção de subjetividade eram acionadas na participação dos acusados nos grupos reflexivos e se esses modos de produção eram deslocados ou questionados pelos sujeitos durante o desenvolvimento do trabalho nos grupos.

Observou-se, que a identidade dos sujeitos – entendida como modo de produção de subjetividade – era desestabilizada quando os acusados se descobriam criminalmente processados no âmbito da Lei Maria da Penha. Maior desestabilização ocorria àqueles que eram encaminhados aos grupos reflexivos, onde propunha-se o questionamento e deslocamento dos padrões hegemônicos de gênero nos quais os sujeitos foram socializados. A identidade de “trabalhador” e “pai de família” mostrou-se incompatível, para os participantes dos grupos, com a de “criminoso”. Além disso, destituir-se do lugar de autoridade na relação íntima de afeto, através da intervenção da autoridade pública promovia a recusa dos acusados em reconhecer que a Lei Maria da Penha também era aplicável nos seus casos. A perplexidade dos acusados pode ser lida como índice da dificuldade em deslocar o padrão da masculinidade em nossa sociedade.

Colocar em pauta os modos de produção das identidades masculinas violentas pode ampliar a compreensão e permitir a produção de políticas que atuem na prevenção e na redução dos índices de morbidade e mortalidade dos homens. Para tanto propõe-se dar destaque nessa discussão a condição generificada e performática da identidade masculina.

Movimentos na constituição da Identidade docente: o que dizem as teses e dissertações

Giovana maria Belém Falcão (Univercidade Estadual do Ceará)

Estudar Identidade significa entender que este tema abarca múltiplas dimensões. Implica pensar nos aspectos histórico, social, político e subjetivo que se entrelaçam na constituição do ser, denotando a complexidade que a temática enseja. O presente trabalho orienta-se pelo seguinte problema: O que abordam os principais trabalhos produzidos sobre a categoria identidade docente? Nesse sentido, o objetivo central desse estudo é apresentar resultados do levantamento de produções científicas sobre a questão da Identidade docente. A investigação se insere no eixo temático Educação, tecnologias e sociedade, fazendo a interface de importante categoria da psicologia social: Identidade, com a Educação e a formação docente. Sendo assim, está incluída no grupo de trabalho 'identidade, reconhecimento e emancipação'. Buscando identificar de que modo a produção acadêmica compreende a categoria 'identidade docente', empreendemos uma busca em teses e dissertações produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação stricto sensu em educação. O acesso aos trabalhos aconteceu por meio eletrônico, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Empreender uma investigação desta natureza se constitui uma tarefa complexa e necessária, uma vez que a produção do conhecimento acontece na interseção de diversos saberes. Para Alves-Mazotti (2002) esta é uma construção coletiva de comunidade científica, um processo continuado de busca, onde as novas investigações se inserem, complementando ou contestando as contribuições que já foram produzidas anteriormente. Objetivando maior aprofundamento na compreensão dos trabalhos, estes foram lidos na íntegra. Para a análise, que aconteceu numa perspectiva qualitativa, foram investigados onze trabalhos, sendo duas teses e nove dissertações. Buscamos apoio conceitual nas formulações de Ciampa (2005) para compreender a categoria identidade. Para entender identidade docente, buscamos referência em Nóvoa (1995), Pimenta (2005) e Garcia (2005). Ciampa (2005), concebe a identidade como metamorfose e como tal é dinâmica, está em permanente processo de constituição, acontecendo ao longo da história, sujeita às transformações sócio-históricas. Para Ciampa (2005), este processo tem início desde o nascimento e continua até a morte, podendo inclusive ultrapassar os limites biológicos. Ainda de acordo com o autor, "é do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações e, consequentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade (CIAMPA, 2005, p.72). O autor expressa que quando compreendemos identidade também compreendemos a relação indivíduo–sociedade, reafirmando que este processo subjetivo expressa uma realidade concreta. Para ele, o processo identitário se faz na articulação entre igualdade e diferença, uma vez que vamos nos reconhecendo a partir do outro, denotando a importância das relações sociais no processo de individuação. Entender a identidade docente exige, portanto, que olhemos para o contexto social mais amplo, uma vez que as mudanças vivenciadas nas mais diferentes áreas da sociedade, ocorridas principalmente após os anos 1990, vêm impactando sobre a escola, a vida do professor e a forma que este vai se reconhecendo e constituindo sua identidade profissional. Os trabalhos analisados reafirmam a importância da formação docente continuada e da significação da prática pedagógica para o fortalecimento da identidade docente, considerando que esta se encontra em metamorfose constante. Também sinalizam para a necessidade de se desenvolver processos identitários que favoreçam a autonomia do professor e de uma formação profissional docente que possibilite o desenvolvimento deste profissional de modo integral. A história de vida e as narrativas dos professores foram os caminhos metodológicos mais utilizados nas pesquisas estudadas. Através das histórias de vida é possível conhecer como foi se constituindo a identidade dos professores, permitindo entender os aspectos mais importantes neste processo, como a identidade foi se movimentando e de que modo cada sujeito vai se percebendo. Ao mesmo tempo, quando narra sua história, o professor reflete sobre sua trajetória, fortalece o auto-conhecimento e assim é possível movimentar sua identidade. A referência a um mal estar docente está presente em muitos dos estudos investigados. As pesquisas reafirmam que as condições precarizadas de trabalho do professor têm contribuído para que venha se constituindo uma identidade docente fragilizada, resultando em uma atuação profissional com pouca autonomia, baixa capacidade reflexiva e crítica, impedindo assim que a identidade do professor se movimente em uma perspectiva da práxis. Também evidenciam que estudar a Identidade docente possibilita pensar em processos formativos mais realistas, atentos as reais necessidades dos sujeitos, ao mesmo tempo, quando o professor pensa em seu processo identitário coloca a identidade em movimento, permitindo uma maior consciência de si e de sua atividade profissional. A realização da investigação permitiu ampliar a compreensão conceitual sobre a categoria identidade docente, reafirmando a relevância da temática para o entendimento da constituição do ser docente como um fenômeno da práxis.

Nascer-morrer-(re)nascer: Narrativas identitárias de sujeitos acometidos por psoríase

Sandinelly dos Santos Nascimento (Faculdades Nordeste /DeVry), **Larissa Ferreira Nunes** (Faculdades Nordeste), **Carlos Eduardo Esmeraldo Filho** (Faculdades Nordeste)

Trata-se de uma pesquisa feita com pessoas com diagnóstico de Psoríase, a partir da Teoria da Identidade enquanto metamorfose, construída por Antônio da Costa Ciampa. A Psoríase é definida como uma doença sistêmica, inflamatória, mediada pelo sistema imunológico e caracterizada como crônica. Com causa desconhecida, estudos apontam fatores que podem desencadear e/ou agravar, como: comportamentos do indivíduo, localização geográfica, etnia, árvore genealógica, sofrimentos psíquicos e traumas físicos. Não possui cura, não é contagiosa, mas possui tratamentos tópicos e pelo uso de terapias sistêmica, biológica e fototerapia. Apesar de antiga essa patologia, sua relevância médica cresce a partir das novas tecnologias que permitem diagnosticar com precisão diferenças sociais e corporais simbolicamente conhecidas como doença. Atinge 1%-3% da população mundial. A pesquisa buscou preencher uma lacuna, tendo em vista que são poucos os estudos que abordam os aspectos psicossociais do indivíduo com diagnóstico de Psoríase. A maioria das pesquisas trata dos sintomas e tratamentos. O objetivo do estudo foi analisar a constituição da identidade de pessoas com diagnóstico de Psoríase. O trabalho está incluído na temática proposta pelo GT 7 – Identidade, reconhecimento e emancipação, na medida em que propõe analisar a constituição da identidade de indivíduos com diagnóstico de psoríase, na relação com o reconhecimento experimentado por eles tendo em vista sua condição. Ou seja, procura-se compreender as personagens expressas por esses indivíduos na busca por reconhecimento, bem como de que forma eles são reconhecidos. A partir da teoria da identidade proposta por Ciampa, foi possível pensar esse constructo considerando-o em todos os seus aspectos: psicológico, biológico, histórico-social, cultural e intersubjetivo. A identidade é configurada a partir de uma totalidade caracterizada por processos de reconhecimento, sendo consequência das relações sociais, bem como da inserção na cultura e sociedade. Identidade é articulação e sucessão de diferentes personagens, incluindo tanto o como me identifico, como também aquilo que o Outro identifica (como sou reconhecido pelos outros e pela sociedade). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uso de entrevistas narrativas como técnica de coleta de dados. Foram entrevistadas seis pessoas, quatro do sexo feminino e duas do masculino. A entrevista foi conduzida a partir de perguntas abertas, tais como: "Quem é você?", "Como você se vê?", "Como os outros te veem?", "O que você pensa para seu futuro?", "Como você se sente enquanto pessoa com diagnóstico de psoríase?". Realizamos, enfim, uma análise de conteúdo das narrativas, em articulação com as categorias a priori definidas a partir do referencial teórico anteriormente mencionado (identidade, metamorfose, reconhecimento). Identificamos elementos comuns nas narrativas dos entrevistados, tais como a vergonha, a negação da doença e a timidez. No que se refere à vergonha, expor as "manchas" é sinalizar seu corpo e receber olhares que segundo os entrevistados os deixam envergonhados por não aceitarem à inflamação na pele devido à sua característica avermelhada. Por fugir de um padrão beleza normativo, essas pessoas mostraram uma baixa-estima e dificuldades de relacionamentos interpessoais. Os entrevistados relatam ainda que se aproveitam do desconhecimento dos outros acerca da psoríase e as deixam pensarem que se trata de doença comum por assim se sentirem mais "aceitos". A negação é, portanto, uma busca por reconhecimento. São pessoas retraídas, tímidas, que relataram dificuldades na infância ao sofrerem preconceitos e discriminação. Dentro da história de vida identificamos sequências de reconhecimento perverso por parte do Outro, por não seguirem padrões hegemônicos de beleza, sendo reconhecidos somente a partir de sua doença. Trata-se, portanto, de um reconhecimento que recusa, nega, segrega e cristaliza a identidade dessas pessoas numa personagem "doente". Restringem-se, assim, as possibilidades de alterização, de maneira que os entrevistados acabam repondo essa personagem, caracterizando uma identidade feitichizada (mesmice, identidade-mito). Conforme Lima (2010), o reconhecimento perverso mantém um personagem na mesmice, impossibilita a expressão de outros personagens (metamorfose). Entendemos que seguir um padrão de beleza socialmente imposto configura uma busca por reconhecimento, de maneira que a fuga desse padrão leva a uma rejeição ou não reconhecimento. Quando o sujeito recebe um reconhecimento humanitário, pós-convencional, consegue ensaiar um processo de alterização, construindo projetos de vida que fogem à normatização social. Percebemos isso em alguns casos, quando os entrevistados mencionaram apoio de familiares, amigos e profissionais ao colaborarem com promoção de autonomia, autocuidado, reconhecimento pessoal e sensibilização de que sua condição não o impossibilita de fazer o que deseja, podendo se caracterizar como um reconhecimento pós-convencional, deixando espaço para a emergência de outros personagens, ou seja, para que se concretize a metamorfose da identidade. Em outros casos percebemos que esse mesmo apoio pode contribuir com uma identidade-mito ao cristalizar e estagnar o sujeito. Apreender narrativas de vida é entender a relação do sujeito-sujeito, sujeito-sociedade e sujeito-hospital/clínica o que pode contribuir para reflexões e proposição de políticas públicas que implique na qualidade de vida para essa população.

O Conceito de Identidade em Antônio da Costa Ciampa, Zygmunt Bauman E Stuart Hall

Wanessa Wonsoski (Universidade Estadual de Maringá), **Eliane Domingues** (Universidade Estadual de Maringá)

O objetivo da presente pesquisa é estudar a concepção de identidade em Zygmunt Bauman, Stuart Hall e Antônio da Costa Ciampa. Essa pesquisa deriva da necessidade de um aprofundamento teórico no estudo do conceito de identidade uma vez que é comum a utilização das definições de identidade dos três autores nos estudos de Psicologia Social sem, muitas vezes, ter uma compreensão mais ampla do conceito no interior do pensamento de cada um deles.

De acordo com Stuart Hall (2011) há três tipos de identidades relacionadas a diferentes períodos históricos: identidade do sujeito iluminista, em que se entendia identidade como um núcleo no interior do homem o qual nasceu com ele e permaneceria idêntico até sua morte; identidade do sujeito sociológico da idade moderna, em que ainda se considerava o núcleo ou essência interior chamado de identidade, mas também, que ela é formada e modificada na interação entre o eu e a sociedade e, por último, identidade do sujeito pós-moderno da atualidade, na qual essa identidade passa a ser fragmentada, em que um indivíduo pode conter várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.

O autor também define identidades culturais. Conforme ele, são "aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais." (HALL, 2011, p.8). É interessante destacar que o autor coloca que também as identidades culturais que foram centradas e unificadas, agora, na atualidade, estão deslocadas e fragmentadas pelo processo de globalização.

Para se compreender o conceito de identidade em Zygmunt Bauman faz-se necessário primeiramente considerar o contexto histórico-social em que vivemos, denominado por ele de "modernidade líquida". Esse termo é usado no sentido de liquido/fluido, em que nada se mantem na mesma forma por muito tempo, não dando possibilidade a solidez do estado do bem-estar social, da família, das relações de trabalho, dos hábitos e rotinas, entre outras; que havia na sociedade até o século XVIII. (BAUMAN, 2001,2005)

Assim, a identidade dos indivíduos também passa a ser líquida, diluída e alterada, e não mais prédeterminadas e inegociáveis (como na pré-modernidade). Na atualidade, "uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade." (BAUMAN, 2005, p.60). Torna-se mais sensato portar identidade "como um manto leve pronto a ser despido a qualquer momento" (BAUMAN, 2005, p.37). Alterar a identidade ou qualquer aspecto dela é algo fácil e comum, a preocupação se tornou qual das identidades alternativas escolher e por quanto tempo ficar com a identidade escolhida - "a construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infindável" (BAUMAN, 2005, p.91). Tem-se assim, uma identidade líquida.

Já para Antônio da Costa Ciampa (1984), a pergunta "Quem sou eu?" é um questionamento que remete à identidade e a narração da resposta pelo sujeito é feita de modo em que ele é autor e personagem da história. Isso porque há discursos embutidos na identidade que são dele e dos outros e a identidade do outro reflete na minha e vice versa. Dessa forma, pode-se dizer que, de acordo com Ciampa (1984, 2007), a identidade é consequência das relações que se dão, e também das condições dessa relação.

É nesse sentido que Ciampa (2007) propõe que a identidade é reposta a cada momento. Assim, ressalta que a identidade não é algo pronto, acabado e atemporal como muitos consideram ser, e sim, algo que está em um contínuo processo, em um dar-se constante. "Identidade é movimento, é desenvolvimento concreto. Identidade é metamorfose" (CIAMPA, 1984, p.74).

Conclui-se, que entre os autores há algumas diferenças e semelhanças no estudo do conceito de identidade. Nas diferenças se destaca que, Ciampa (1984, 2007), compreende a identidade como metamorfose (constante transformação), destacando a história pessoal dos sujeitos, história estas permeadas pelo contexto histórico e social. Já Hall (2011) e Bauman (2001, 2005) se voltam mais para a sociedade e sua história, descrevendo que em outras épocas as identidades eram únicas e coesas e as atuais estão fragmentadas, descentradas (HALL, 2011) e liquidas (BAUMAN, 2005). E apesar da formação distinta – Hall e Bauman são sociólogos, e Ciampa psicólogo – há semelhanças: concebem a identidade como um processo de reformulação e mudança que tem sua base nas influências sociais e históricas.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2005.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.

CIAMPA, Antônio da Costa. A estória do Severino e a história de Severina. 9ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2007.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

O diagnóstico psiquiátrico como dispositivo das (bio)políticas de identidade segregadoras na saúde mental: contribuições de Giorgio Agamben para a pesquisa da identidade

Beatriz Oliveira Santos (Universidade Federal do Ceará), **Aluísio Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará)

O objetivo dessa apresentação é assinalar as contribuições de Giorgio Agamben para a pesquisa da identidade, compreendida como metamorfose humana em busca de emancipação. Para tanto, partiremos da discussão acerca das contribuições de Antonio da Costa Ciampa para o entendimento do fetichismo da personagem e de Aluísio Ferreira de Lima no que se refere ao processo de reconhecimento perverso no território da saúde mental, para posteriormente apresentarmos os principais conceitos desenvolvidos por Agamben que percebemos serem articuláveis e promotores de potência para as investigações nesse terreno. A justificativa de articulação desses autores está no fato de acreditarmos que os mesmos oferecem uma contribuição significativa para a compreensão dos processos progressivos e regressivos da reforma psiquiátrica brasileira. Em "A estória do Severino e a história da Severina", Antonio Ciampa (1987) explica que da mesma forma como ocorre nas mercadorias presentes na lógica capitalista (MARX, 2013), a personagem fetichizada é reforçada em seu comparecimento pela forma de valor social, que força os indivíduos a se reproduzirem como réplicas de si mesmos, a fim de preservar interesses e conveniências que são, em última instância, interesses do capital. O fetiche da personagem, assim, pode ser entendido como um aprisionamento da representação de uma personagem ao mundo da mesmice (da não-mesmidade) e da má infinidade (a não superação das contradições), em que a atividade que engendra a personagem deixa de ser desempenhada, mas a representação da personagem persiste, conforme demonstrado na sentença: Severino "é lavrador", mas já "não lavra". Quando isso ocorre, a personagem reposta é vista como "dada" permanentemente e não como reposição contínua de uma identidade que um dia foi posta. Atualmente, o diagnóstico de doença mental, assim como todas as suas derivações apresentadas nos manuais psiquiátricos, diz muito sobre os efeitos dessa fetichização da personagem imposta pelo outro ao sujeito, que tem o efeito de reduzir a identidade a uma única representação. O processo de aprisionamento dos sujeitos às categorias tradicionais que configuram o estereótipo do louco em sua materialização cotidiana foi discutido por Lima (2010) como expressões do reconhecimento perverso e quando muito, tentam resolver problemas de ordem social com a administração de medicamentos (SZASZ, 2008). Ao ser diagnosticado como "doente mental", o sujeito é capturado por uma relação de exceção, de modo a ser incluído socialmente através de sua própria exclusão, através da redução de toda a sua forma-de-vida a unicamente um corpo biológico, enquanto vida nua, "corpo biopolítico da humanidade" (AGAMBEN, 2010). Com Agamben, portanto, é possível apresentar o diagnóstico como instrumento de captura, de redução do sujeito a vida nua, e essa relação de exceção vivenciada pelos sujeitos que "carregam o peso" de um diagnóstico de doença mental, coloca-os em uma relação de abandono. Afinal, não estaríamos experienciando uma atualização sofisticada das formas de violência presentes nos manicômios que tanto criticamos ao dopar e ao ignorar a fala dos sujeitos nas práticas dos diversos serviços substitutivos? Acreditamos que as proposições dos referidos autores podem contribuir positivamente nesse questionamento, sobretudo no que se refere à forma como os indivíduos vivem as metamorfoses de suas identidades, as negociações que realizam em sua luta por reconhecimento, as implicações do diagnóstico psiquiátrico no modo-de-vida e as vicissitudes presentes na implementação dos serviços substitutivos. Desse modo, esperamos que as reflexões geradas no GT identidade possam servir para a discussão dos diversos projetos e pesquisas apresentadas, assim como, as diferentes proposições apresentadas pelos participantes certamente contribuirão com o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Poesia, experiência e literatura marginal em saraus da periferia: um estudo acerca da identidade

Pricila Gunutzmann (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Estes são os apontamentos iniciais que fazem parte da tese de doutoramento em psicologia social que está em andamento e contempla a investigação da chamada literatura marginal, especificamente as relações entre poesia, experiência e o sintagma identidade-metamorfoseemancipação analisando o processo de construção da identidade de participantes de saraus nas periferias paulistanas.

De acordo com Hollanda (2004) e Vianna (2006) a afirmação de vozes da periferia, com sua beleza, inserção mercadológica e alto poder agregador, destacam-se como principal fenômeno. Sendo assim, neste início de século, ganham visibilidade os produtos e ações dos guetos, favelas, periferias, baixadas, subúrbios. Aqueles que sempre foram tema ou inspiração de criações artísticas passam de objeto a sujeitos, buscando transformar suas experiências em uma linguagem específica. (NASCIMENTO, 2010).

A linguagem específica utilizada e trabalhada por poetas e cronistas das periferias brasileiras originaram a chamada literatura marginal ou literatura periférica que, conforme Nascimento (2010): a) refere-se às obras literárias produzidas e veiculadas à margem do corredor editorial; b) não pertencem ou que se opõem aos cânones estabelecidos e c) são de autoria de escritores originários de grupos sociais marginalizados ou que tematizam o que é peculiar aos sujeitos e espaços tidos como marginais.

A movimentação e a produção cultural empreendida por artistas periféricos vêm ganhando centralidade na cena política, reivindicando políticas públicas específicas para a área cultural e estabelecendo conexões entre periferia e centros geográficos político-culturais. Estes artistas são atores do espaço e da cultura que estão se esforçando para construir em uma conjuntura de múltiplos discursos acerca da periferia e sua cultura. (NASCIMENTO, 2010).

Para realização deste trabalho apresentaremos as análises realizadas sobre a literatura científica dos autores que discutem a questão da identidade e emancipação, precisamente Ciampa (2008), e as possíveis relações estabelecidas com a arte poética e a literatura marginal utilizando o levantamento bibliográfico sobre o histórico da poesia no Brasil e de um determinado sarau da periferia paulistana.

Ciampa (2008) têm contribuído conceituando identidade como metamorfose humana. Para o autor, identidade é um processo composto por metamorfoses, que podem ou não expressar um sentido emancipatório. Este conceito possibilita um olhar para a complexidade do movimento humano, encontrada na intersecção de sua história de vida e do vir-a-ser de seus projetos futuros. Como este trabalho objetivou compreender as relações entre poesia, experiência e o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, envolvendo o papel político da poética neste movimento, utilizamos autores como Benjamin (1994), Marcurse (1977) e Fischer (1971) com o objetivo de discutir as relações entre arte e sociedade, analisando nossa sociedade atual a partir de elementos como experiência, estética, arte e movimentos políticos sociais.

Os resultados apontam a possibilidade de refletir criticamente sobre os desdobramentos e pertinências deste contexto frente o processo identitário. As biografias apresentadas na literatura de alguns dos saraus paulistanos e seus "agitadores culturais" mostram transformações sociais e um potencial emancipador através da poesia na periferia.

No material analisado é possível encontrar o esforço empreendido por moradores da periferia para produzir a própria imagem e cultura por meio dos saraus buscando criar novo reconhecimento e assim, uma nova identidade para si e para a comunidade onde vivem.

As indicações encontradas no levantamento bibliográfico são de que a literatura periférica produz mudanças no modo como estes autores são rotulados e também em como estes moradores pensam a si mesmos e se relacionam com o contexto urbano mais amplo. A representação destes artistas como porta-vozes dos moradores da periferia amplifica identidades coletivas, cujos vínculos têm caráter positivo.

Os saraus de periferia mostram-se ativos na construção e na busca da ressignificação simbólica do mundo contemporâneo. Vários são os artigos e notícias que apontam este objetivo. Os escritores da literatura marginal vêm produzindo uma nova maneira de fazer literatura. Lutam por reconhecimento da diferença e não por igualdade.

Conforme Marcurse: "A transcendência da realidade imediata destrói a objetividade reificada das relações sociais estabelecidas e abre uma nova dimensão da experiência: o renascimento da subjetividade rebelde. Assim, na base da sublimação estética, tem lugar uma dessublimação na percepção dos indivíduos – nos seus sentimentos, juízos, pensamentos; uma invalidação das normas, necessidades e valores dominantes. Com todas as suas características afirmativoideológicas, a arte permanece uma força dissidente". (MARCUSE, 1977, p. 21).

A literatura, de alguma forma, possibilita a singularidade e a universalidade das diferenças que constituem sua identidade e, ainda, a virtualidade do devir humano. O que vemos são sujeitos em processo de construção de autoria da própria vida, exercitando a alteridade. O mundo da vida, proposto por Habermas (2012), parece buscar espaço por meio da literatura marginal com um agir comunicativo.

O objeto integra-se à linha de pesquisa de estudos de identidade realizados à luz da teoria da psicologia social crítica - mais precisamente a teoria de Jürgen Habermas (1985) e também da teoria de identidade de Antonio Costa Ciampa (2009) - no Núcleo de Pesquisas de IdentidadeMetamorfose (NEPIM) da PUC-SP.

Reflexões sobre o atendimento psicológico a transexuais num ambulatório especializado

Heloisa Hanada (Centro de Referência e Tratamento DST HIV Aids)

O presente trabalho se baseia na experiência de atendimento psicológico de transexuais e travestis, usuários do Ambulatório de Saúde Integral da Travestis e Transexuais da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, e tem por objetivo trazer reflexões sobre a especificidade deste trabalho e das demandas implícitas destes pacientes.

Estes usuários chegam ao serviço com as demandas principais de hormonioterapia e cirurgia de redesignação sexual, com o objetivo inicial de promover mudanças corporais para adequação ao gênero ao qual se identificam. No Ambulatório são desenvolvidas atividades de acompanhamento com psicólogos, psiquiatra e médicos (clínicos gerais, endocrinologistas, ginecologista e urologista) e fonoaudióloga.

A própria existência de um ambulatório especializado representa um reconhecimento social da possibilidade de existência de identidades trans, e garante, em certa medida, um espaço de questionamento aos padrões tradicionais de gênero. O acompanhamento hormonal, o laudo psiquiátrico e o parecer psicológico, além de terem finalidades objetivas que garantem o direito ao cuidado à saúde, exigidos pela portaria regulamentadora do processo transexualizador no SUS, não deixam de ter um significado simbólico e político de reconhecimento da identidade de gênero dessas pessoas. Alguns dos usuários relatam este efeito, sentindo-se confirmados em sua identidade, como que autorizados serem quem sentem que são, a despeito de inúmeras experiências de negação de sua identidade pela família e pela sociedade.

As alterações corporais conquistadas com o uso de hormônio auxiliam as pessoas transexuais trazendo alivio com o ajustamento da auto-imagem, bem como o reconhecimento social de sua identidade de gênero.

No entanto, ser transexual implica em ser tão diferente dos outros, que faz com que tenham um empobrecimento de existência em várias esferas da vida, quais sejam: trabalho, escola, vida social e amorosa, o enfrentamento frequente de situações de discriminação e violência (física, moral e sexual) na rua ou em casa, e não raro, o desenvolvimento do temor à violência, dificultando se sentirem seguros para se apropriarem e se movimentarem nos espaços públicos. A adequação do corpo via uso de hormônios e cirurgia é um desejo que está relacionado também à tentativa de aceitação e ajustamento social, como proteção para as discriminações e violências. É também tentativa de ajustamento aos padrões tradicionais de gênero como alivio do sofrimento de ser diferente.

O acompanhamento psicológico tem como objetivo inicial investigar a psicodinâmica da personalidade d@ usuári@, focando nas questões da identidade de gênero para compreender e compartilhar sobre sua maturidade psíquica para as mudanças corporais pretendidas. É oferecido acompanhamento psicoterápico sempre que evidenciado algum conflito de identidade ou mesmo sofrimento psíquico. A equipe é composta por psicólogos de formações teóricas diversas (gestaltterapia, psicanálise, psicodrama), e podemos dizer que o trabalho terapêutico desenvolvido é de ressignificar a experiência de ser transgênero, qual seja, auxiliar na superação (ou, pelo menos, aliviar o sofrimento) de inúmeras violências vividas, além do sofrimento com o sentimento de inadequação do corpo e de inadequação social, recuperando a condição de sujeito da própria vida. É um trabalho que pode (e deve) possibilitar às pessoas trans que se autorizem a construir o caminho identitário que lhes for pertinente, com liberdade de questionar os padrões de gênero hegemônicos. E isto significou, com muitos deles, conseguir questionar e emancipar-se dos padrões de gênero, sentidos como opressores da individualidade, e retomando a condição de sujeito de direitos e de autonomia sobre a própria vida.

Sentidos e Significados ao Processo de Constituição da Identidade dos Moradores da Comunidade Quilombola Marques

Dayse Aparecida Silva Pereira Coutinho (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), **Agnes Maria Gomes Murta** (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), **Fábio Coutinho Andrade** (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), **Alide Altivo Gomes** (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)

Os quilombolas vivem em espaços comunitários étnicos organizados e ocupam, há séculos, diversos estados brasileiros. Tais espaços, de vivência coletiva, contribuíram para a formação da identidade desse povo – talvez, sua marca de resistência e sobrevivência no Brasil. No entanto, grande parte dos brasileiros desconhece, ou nega, a existência de Comunidades Remanescentes de Quilombos, apesar de haver grande quantidade delas vivendo em vários estados de nossa Federação. Sendo assim aprender e conhecer a população brasileira, principalmente os povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, é aprender a conhecer a história e a cultura de vários povos que aqui se encontraram e contribuíram com suas bagagens e memórias na construção deste País e na produção de sua identidade. As comunidades negras afro-brasileiras, denominadas remanescentes de quilombos, fazem parte de uma das grandes questões emergenciais da sociedade brasileira. Ao longo do tempo, tais comunidades vêm resistindo às influências externas e lutando pela inclusão social por meio das ações de atenção integral. A luta por reconhecimento é a forma com que os remanescentes das comunidades quilombolas reivindicam seus direitos, exigindo que barreiras culturais sejam suplantadas e que, seus direitos sejam respeitados. A Comunidade Marques, cenário deste estudo constituiu se em 1932 e foi reconhecida como remanescente das comunidades dos Quilombos pela fundação Palmares em 2005. Em 2012, devido construção da Pequena Central Elétrica do Rio Mucuri (PCH-Mucuri), houve várias transformações nessa comunidade. Os quilombolas tiveram suas terras desapropriadas e através de um acordo, foram reassentados nas proximidades da fazenda Santa Terezinha. A mudança foi necessária em vista do impacto da PCH-Mucuri sobre o território da comunidade, no qual ficou parcialmente alagado. É importante ressaltar que na Comunidade Marques não havia interesse dos moradores em sair de suas terras de origem. Neste contexto o presente estudo possui forte relação com o "Grupo de Trabalho 07 (Identidade, Reconhecimento e Emancipação)" , no qual almejo participar e apresentar este trabalho, com intuito de discutir com estudiosos que também desenvolvem estudos sobre identidade e com o eixo temático "Relações ético raciais e Contextos rurais urbanos", que aborda às lutas por territórios e reconhecimento cultural, as comunidades tradicionais O estudo teve como objetivo levantar, avaliar e desvelar os sentidos e significados atribuídos ao processo de constituição da Identidade dos Moradores da Comunidade Quilombola Marques, localizada ao Norte do município de Carlos Chagas. O presente trabalho se constitui em uma pesquisa qualitativa, de campo que teve como eixo epistemológico a Psicologia Sócio Histórica. Como categorias principais elegeu-se identidade, sentido e significado. Participaram deste estudo vinte e quatro sujeitos, dezenove adultos, sendo onze homens e oito mulheres e cinco adolescentes. Como técnica para apreensão de informações foi realizadas entrevistas semiestruturadas focal e recorrente com os sujeitos adultos e uma roda de conversa com os adolescentes. Vale ressaltar que a observação se deu durante todo o período de permanência dos pesquisadores na comunidade. Para análise das informações foi utilizada a estratégia de Núcleos de Significação. Como resultados observou-se que a identidade da Comunidade Marques encontra-se em construção, em busca de reconhecimento e da valorização. A despeito de sua relevância, é necessário entender a constituição da identidade quilombola face à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico, haja visto que com a implantação da PCH Mucuri surgiu a emergência da identidade e do autorreconhecimento. Os fortes laços de parentesco é uma importante característica desta comunidade. Assim como as formas solidárias de produção, feita através de mutirões, não só para a plantação e colheita na roça, como para qualquer serviço, como por exemplo, fazer beiju e farinha de mandioca. Os moradores mantem algumas tradições religiosas, como o terço dos homens, novenas e as festa dos padroeiros: Senhor bom Jesus da Lapa e Nossa Senhora Aparecida. No entanto a comunidade está adaptada á contemporaneidade, ao meio cultural, social e político em que está inserida, no qual se apropria e continua o seu processo de constituição da sua história quilombola. Portanto para maior compreensão e estudo das comunidades quilombolas é de suma importância que se desvincule a ideia do passado e se abra para uma nova concepção de comunidade, onde o processo identificatório, não seja fechado e acabado, pois mesmo mantendo traços característicos dos antepassados que os distinguem, abra a possibilidade de transformações, mudanças, isto é, que a identidade seja entendida como um processo em constante movimento, como metamorfose.

Ser Psi – identidade e memória coletiva no processo de formação profissional da (o) psicóloga (o)

Tânia Fator (Universidade Municipal de São Caetano do Sul)

Para introduzir o tema e o problema desse trabalho de pesquisa recorreu-se à teoria de Ciampa (1980) para quem a identidade é formada a partir do convívio interpessoal nas diversas organizações sociais que possibilitam a expansão e o desenvolvimento dos seres humanos. A identidade resulta da interação entre o eu e o outro, visto que reconhecer o outro é querer saber o que o outro é e o que não é - suas semelhanças e diferenças, por meio de um processo de identificação. Portanto, a identidade deve ser entendida como metamorfose, pois é uma construção ininterrupta a partir das relações sociais em um contexto histórico determinado, ou seja, deve ser considerado "... o processo de permanente transformação do sujeito humano, que se dá dentro de condições materiais e históricas dadas..." (CIAMPA, 1998, p. 88). Outro autor importante para o conceito de identidade é Moreno (1992), para quem a identidade é uma estruturação que se dá a partir do desempenho de diferentes papeis com a internalização das normas e do clima emocional que envolve o sujeito em um determinado momento. Essa identidade é formada durante um processo de desenvolvimento humano que tem sua fundação em três fatores interligados: o lócus, o status e a matriz de identidade. Com eles, Moreno (1992) quer estabelecer a ideia de que há um universo fundante de inter-relações que dá origem às qualidades humanas. A matriz não é apenas uma “fôrma” modeladora da identidade, mas, um espaço virtual (lócus) onde há uma possibilidade de concepção existencial (status nascendi). Esses conceitos possibilitam a Moreno (1992) estabelecer um processo de desenvolvimento a partir das vinculações psicossociais humanas: a materna, a identitária, a familiar, a social e a sociométrica, que em vez de irem se substituindo durante o processo de desenvolvimento humano, vão se integrando umas às outras, sem, contudo desaparecerem. Assim, a identidade é possível através da representação dos papéis; que são caracterizados pelas inter-relações (vínculos) presentes em cada uma e todas as matrizes de um ser humano. A imagem que cada pessoa tem de si mesma, então, é constituída ao longo de sua história de vida, de sua vivência subjetiva, constituindo sua memória coletiva, o que remete a um dos problemas na estruturação de sua vida: o seu modo de desenvolver a imagem profissional. Quer dizer, cada pessoa faz um caminho identitário e isto provoca o surgimento de muitos problemas existenciais, pois derivam de uma mesma memoria coletiva e ignoram o processo de identificação de cada sujeito com seu papel profissional. Dessa maneira, é possível supor que dependendo do conhecimento e da imagem coletiva que a pessoa tem sobre a profissão, o desenvolvimento de sua identidade profissional poderá ser facilitado ou dificultado pela mesma, visto que, produz contradições entre a memoria coletiva e a percepção de si mesmo. Daí que se estruturou o objetivo desse trabalho, ou seja, este é o ponto que provocou a iniciativa de investigar o tema da identidade profissional dos psicólogos e sua relação com a memória coletiva. A pesquisa, assim se justifica, na medida em que busca integrar diferentes estudos metodológicos, como também, contribuir com a prática de profissionais da Psicologia que se relacionam com indivíduos incluídos na categoria de alunos de graduação em cursos de Psicologia. Portanto, o objetivo deste trabalho foi o de investigar as relações que podem ser estabelecidas entre a percepção da imagem profissional de alunos de graduação de Psicologia com o desenvolvimento da sua identidade profissional, influenciada pela memoria coletiva, e, analisando a condição com que se dá o processo de formação dos mesmos. Além disso, a pesquisa está ligada com o objetivo de compreender como a identidade pessoal e a memória coletiva se articulam para a construção dos sentidos do processo de formação profissional, e em que condições eles se estabelecem na vida dos estudantes. Como metodologia, este trabalho se propôs a desenvolver encontros de estudantes do curso de Psicologia, com a aplicação de técnicas e jogos psicodramáticos e sociodramáticos, como forma de explicitar os sentidos atribuídos ao processo de formação, assim como, os de detectar os conectores sociais que interferem na construção das identidades e das memórias sociais destas pessoas. Sendo que esses encontros foram filmados e depois analisados. Além disso, como complemento à pesquisa, desenvolveu-se paralelamente, um projeto de extensão, aproveitando os encontros realizados para levar os sujeitos de pesquisa a identificar/compreender os aspectos/fatos mais importantes nas suas histórias de vida, resgatando suas trajetórias desde a infância até seu amadurecer, possibilitando com esse movimento uma possível ressignificação e atualização de sua identidade pessoal e de sua imagem profissional, com vistas a proporcionar uma formação adequada para essas pessoas.

Um estudo sobre as metamorfoses na identidade de quem viveu em abrigo

Vinicius Furlan (Universidade Federal do Ceará), **Aluísio Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará)

Esta proposta objetiva apresentar os resultados da pesquisa de dissertação de mestrado que visou compreender as metamorfoses da identidade de quem viveu em situação de abrigamento. Para tanto, recorremos à metodologia de narrativa de história de vida, a fim de que o sujeito participante da pesquisa pudesse narrar livremente sua história. Deste modo, o material empírico deste estudo refere-se à narrativa de uma pessoa que denominou sua personagem de Davi. A construção do texto da dissertação ficou organizado em três grandes momentos. Primeiro, foi realizado um estudo bibliográfico acerca das produções e discussões sobre o tema, e a partir disso construímos uma discussão que remete à contextualização histórica acerca da temática pesquisada, que conforma uma explanação das práticas e políticas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes ao longo da história do Brasil; tais práticas remontam ao período do Brasil colonial configurando-se como caritativo/assistenciais e carregam uma marca do abandono de crianças e adolescentes que se delineiam até meados da década de 1980, e é apenas com a implementação do Estatuto da Criança e Adolescente em 1990 que se vê uma mudança significativa na legislação que rege as formas de acolhimento institucional, embora as práticas de acolhimento ainda carreguem forte herança do período que antecede o ECA. O segundo momento apresenta a discussão teórica que sustenta a dissertação, neste sentido, trazemos as discussões sobre identidade propostas por Ciampa (1987), bem como as atualizações desta guinada com colaborações importantes de Almeida (2005) e Lima (2010), além de outros autores alinhados à Psicologia Social Crítica. O último momento trata da narrativa da história de Davi, bem como as análises e discussões produzidas a partir de sua história, em que buscamos tecer os dois momentos anteriores com a narrativa, como os fios de um tecido que se entrelaçam entre a trama

e o urdume. A história de Davi marca a singularidade de uma vida de muita luta e labuta na busca constante da construção de sua autonomia e garantia de uma vida digna de ser vivida. Viveu no abrigo durante sua infância, dos 3 aos 10 anos, e foi afastado pelo Conselho Tutelar por conta de situações de violência física sofridas por parte do padrasto, que inclusive queimava ele e sua irmã com cigarro, as quais as cicatrizes carrega até hoje. Sua vida no abrigo marca um período histórico importante, de 1994 a 2000, em que se buscava implementar as mudanças nas formas de acolhimento promulgadas pelo ECA. Davi retorna ao convívio familiar aos 10 anos, e desde então precisou trabalhar já menino para ajudar a família, além de ter de pedir dinheiro no semáforo fazendo malabares e ter ficado em situação de rua. Nas metamorfoses de Davi é possível interpretar um de seus processos de alterização como uma forma de modulação da mesmidade, na medida em (re)atualiza uma personagem já desempenhada a partir da emergência de uma nova função desta personagem: Davi ao retornar ao convívio familiar precisa desempenhar a personagem cuidador-responsável, e em determinadas situações, em que vê a mãe e a irmã sendo violentadas por seus parceiros, desempenha a função de protetor. Recuperamos a ideia de modulação da teoria musical, que entende que a modulação trata-se de uma mudança da tonalidade e na função de uma música. Assim ao mudar o modo de expressar a personagem, a partir de uma nova função, Davi sofre um processo de modulação do movimento da mesmidade. Davi ainda torna-se educador-social trabalhando numa ONG de direitos humanos e num projeto social com grafite no Centro de Hip Hop. Gradua-se em Publicidade e Propaganda; formação que não exerce profissionalmente, por escolher ser educador-social; o desejo de tornar-se educadorsocial emerge ainda na adolescência por conta de um projeto social que trabalha com pessoas em situação de rua ter trabalhado com ele quando estava na rua e no semáforo. Constitui também as personagens escritor-de-letra-de-hip-hop, grafiteiro e militante-dos-direitos-de-crianças-eadolescentes. De menino-que-foi-afastado-da-família hoje é marido e pai de família; isto o permite ainda representar a personagem cuidador-responsável-que-zela-pela-família. Entendemos que sua história nos permite considerar que sua luta lhe possibilitou o processo de construção de sua autonomia, podendo ser ressiginificada e atribuída de sentidos emancipatórios, na medida em que se compromete com questões sociais, isto é, com o bem comum, e pôde encontrar os caminhos para construir sua vida. A história de Davi, embora singular, possibilita expressar ainda as tantas outras histórias silenciadas de pessoas que vivem ou viveram em situação de abrigamento.

Um retrato da mulher nas letras de forró estilizado

Wéryka Cristina da Silva Dantas (Universidade Federal de Campina Grande), **Jhuana Lícia Castro Moreira** (Universidade Federal de Campina Grande)

Símbolo do Nordeste, o forró teve sua origem da expressão dada às festas promovidas pelos ingleses, que trabalhavam na construção de uma ferrovia em Pernambuco, ”for all” (para todos) e que mais tarde converteu-se em um gênero musical, tendo como alguns de seus representantes, Jackson do Pandeiro, Marinês e Luiz Gonzaga. No decorrer da história do forró, o ritmo sofreu algumas alterações dando espaço ao chamado forró estilizado que utiliza além do acordeom, zabumba e triangulo, também teclado, contrabaixo, bateria, guitarra e outros instrumentos. Com o surgimento deste novo ritmo, as letras e formas de propagar o estilo musical foram também se renovando, o forró estilizado passou a utilizar-se da mulher, bebida, relações sexuais e amorosas, e dinheiro como palavras-chave de suas músicas. Muitos dos discursos utilizados nessas letras acabam sendo afirmadores de uma prática social que está sendo combatida por um grande grupo de mulheres, o machismo. Nesse sentido, com a finalidade de realizar uma análise crítica acerca do conteúdo presente nas letras do supracitado ritmo, iniciamos um longo estudo, que se encontra em andamento, com as letras de duas das bandas mais populares no meio: Garota Safada e Aviões do Forró. Como Grupo de Trabalho a ser discutido, observamos que o estudo se encaixa de maneira contundente no GT 7 por ter como linhas de pesquisa a identidade feminina e o reconhecimento como esse objeto descritos nas letras, assim como a emancipação desta mulher, deste lugar onde ela está sendo colocada e se entende como tal, que é o lugar da “mulher fácil”, daquela que tem que fazer tudo para que o homem queira ficar com ela. O Eixo Temático escolhido como referência para nosso trabalho é: “Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais”, pois ele indica pontos cruciais na análise de conteúdo que devemos abordar no decorrer de nosso estudo. A metodologia utilizada foi sugerida por Bardin (1977) e denominada pelo mesmo de Analise de Conteúdo. Sendo assim, ao fazermos os levantamentos das músicas, poderemos analisar o que este conteúdo traz de relevante para os temas sugeridos anteriormente. A revisão bibliográfica tem como base teórica o feminismo, movimento social e acadêmico que, segundo Hall (1997), foi um dos grandes marcos das transformações socioculturais no decorrer do séc. XX, estando sua luta intrínseca a noção de pós-modernidade. Para Hollanda (1994), o movimento feminista tem se aberto a uma ampla área de discussão crítica acerca da cultura, tal postura é considerada como uma forma de enfrentamento e emponderamento frente aos valores patriarcais que constantemente inferiorizam minorias sexuais. Desta forma, vale salientar a importância do conceito de violência simbólica de Bourdieu (2007), que diz respeito a uma forma de violência silenciosa onde a dominação do patriarcado atravessa os diversos discursos e praticas sociais(músicas, novelas, anúncios, religiões, etc). Queremos assim, trazer a problematização de como o corpo feminino tem sido desprovido de autonomia e se tornado objeto de negociação, assim como vemos no forró e em outros gêneros musicais, a mulher é colocada no lugar de bem de consumo. Neste sentido, fica a problematização, o corpo da mulher é seu ou ainda não lhe pertence?

GT 08 IMPLICAÇÕES ÉTICAS E POLÍTICAS DOS SABERES PSICOSSOCIAIS NO BRASIL: REFLEXÕES HISTÓRICAS

A experiência com a arte na Colônia Juliano Moreira na década de 1950

João Henrique Queiroz de Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Ana Maria Jacó Vilela (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O presente trabalho foi elaborado com vistas à participação no GT 8: "Implicações éticas e políticas dos saberes psicossociais no Brasil: reflexões históricas". Ele é oriundo do processo de construção da minha dissertação de mestrado, orientada pela professora Ana Maria Jacó Vilela, que visa investigar os saberes e práticas psi presentes na constituição do Museu Nise da Silveira, fundado em 1982 e atualmente denominado Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea. Apesar de se propor a realizar um estudo historiográfico do Museu Nise da Silveira que compreenda o período entre os anos 1982 e 2000, quando teve seu nome alterado, a pesquisa atual não se prende a uma simples demarcação cronológica, apresentando dados anteriores ao ano de sua fundação. Isto porque, o Museu surge na década de 1980, em plena Reforma Psiquiátrica, a partir da "descoberta" de trabalhos artísticos realizados por internos da Colônia que tiveram grande visibilidade durante a década de 1950. Portanto, este trabalho tem por objetivo realizar uma análise da relação entre os saberes/práticas psi e a produção artística que viria a compor, mais tarde, o acervo do Museu Nise da Silveira. Para a sua elaboração, realizou-se uma pesquisa documental junto ao Centro de Estudos da Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro. Lá foram localizadas algumas edições do Boletim da Colônia Juliano Moreira, publicados com periodicidade irregular entre 1948 e 1954, e o catálogo da Primeira Exposição de Pintura e Arte Feminina da Colônia Juliano Moreira, que ocorreu em 1950, os quais foram utilizados como fontes neste trabalho. O acesso aos boletins não localizados no Centro de Estudos foi feito por meio da Biblioteca Nacional. A leitura histórica destes documentos foi acompanhada pela metodologia de análise do discurso proposta por Rosa, Huertas & Blanco (1996). Nos boletins, que apresentam artigos, informes, resumos de relatórios, comentários, transcrições e uma série de outras modalidades de textos, foram encontradas diversas menções aos trabalhos artísticos produzidos por internos. Nos anos 1950, estes trabalhos foram expostos na Exposição de Arte Psicopatológica, realizada durante o I Congresso de Psiquiatria, em Paris, e na exposição acima mencionada. Esta última teve como grande incentivador o diretor geral da instituição e criador do Boletim da Colônia Juliano Moreira, Dr. Heitor Péres. Este médico e psiquiatra via a arteterapia como um "desdobramento sutil" da praxiterapia, como explica no catálogo da exposição, que viria a se tornar posteriormente uma exposição permanente. Ainda nos boletins, em trecho de um relatório consta a informação que, em 1953, Heitor Péres levou obras de internos da Colônia ao IV Salão de Naturezas Mortas (de motivos alimentares), organizado pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.), onde, curiosamente, também apresentou um vídeo preparado pela instituição sobre eletrochoque lombo-púbico, tratamento que então classificou como "original método assistencial terapêutico da sordície". Os trabalhos também foram expostos na mostra Em torno de Van Gogh, em 1954, organizada durante o I Congresso Latino Americano de Saúde Mental, em São Paulo. A análise, realizada em conjunto com uma pesquisa bibliográfica, aponta algumas peculiaridades em relação à experiência com arte na Colônia Juliano Moreira, como a valorização de pinturas figurativas, em contraste com o trabalho realizado por Nise da Silveira, no Engenho de Dentro; a percepção da arteterapia enquanto abertura para o trabalho, no seu sentido técnico; e as leituras psicopatológicas feitas sobre as obras, o que fez da arteterapia não uma alternativa ao tratamento convencional, mas uma extensão deste.

A psicanálise no século XXI na universidade: os casos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro

María Eugenia González (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

A psicanálise se implantou durante o século XX num conjunto de representações culturais e instituições, incluindo os saberes da alta cultura e do âmbito acadêmico, penetrando em toda a cultura de Ocidente e também em alguns países de Oriente. Particularmente as cidades de Buenos Aires e do Rio de Janeiro têm sido consideradas até a atualidade como verdadeiras capitais mundiais da psicanálise, comparáveis talvez somente com o caso de Paris. No caso de Buenos Aires se destaca o predomínio histórico da disciplina nos programas de graduação em Psicologia, ao ponto de configurar o perfil do psicólogo e estabelecê-lo como um dado natural pela sociedade. Também no caso do Rio de Janeiro, desde mediados da década de 1970, a psicanálise teve uma grande influencia na formação dos psicólogos, porém mais nos grupos de formação extra universitários, onde predominava sua presença. Além disso, nessa cidade atualmente no âmbito universitário, aparentemente a maioria dos estudantes que frequenta os cursos de Psicologia aspira ter uma formação teórica voltada para a clínica dentro do modelo tradicional do atendimento individual. Por conseguinte, o presente projeto propõe analisar o lugar da psicanálise nos cursos de psicologia das principais universidades do Rio de Janeiro, estabelecendo uma comparação com o caso de Buenos Aires. Dado que nossa pesquisa tem em conta a situação atual da disciplina freudiana – no âmbito universitário- é preciso considerar que hoje em dia, além da chamada "crise da psicanálise" que tem lugar nas discussões internas à disciplina, não se pode ignorar a crescente presença da orientação cognitivo-comportamental, das neurociências, assim como a proliferação das terapias breves e também dos discursos sobre terapias complementarias ou das que provêm do movimento "New Age". Ao mesmo tempo, também se modifíca o cenário dos novos atores institucionais do mercado da saúde (como por exemplo, a medicina dos planos de saúde privados que exige tratamentos curtos e estandardizáveis). Isto implica novos desafios, que situam os psicanalistas numa posição de ter que dar conta da eficácia da sua própria prática em termos compreensíveis para os pacientes e aceitáveis para outros atores institucionais com poder de decisão. Por isto, é importante analisar o contexto sócio- histórico e cultural para entender o lugar que hoje têm as distintas vertentes da psicanálise no âmbito acadêmico argentino e brasileiro, e poder aportar elementos de análise para os debates mais atuais sobre o tema. Portanto, este projeto pretende estudar, sob o ponto de vista de uma lista de pesquisa históricocrítica e também apoiado nos estudos de políticas do currículo, o conteúdo de psicanálise em cursos de graduação em psicologia no Rio de Janeiro na atualidade, para estabelecer diálogo com as nossas pesquisas feitas na Argentina. A hipótese provisória que orienta nossos interrogantes é que, além das circunstancias do novo século, do avanço de outras correntes teóricas da psicologia e da diversificação na formação do psicólogo, a psicanálise nas suas distintas orientações dentro do âmbito acadêmico mantém uma posição que é hegemônica na Argentina, e também no Brasil embora neste último não seja tão ampla como na Argentina. Para tal fim, se utilizará um método de análise histórica que implica construção documental, entrevista e estudo teórico sobre a história da psicologia e da psicanálise no Brasil. Por construção documental entendemos a busca e seleção de documentos considerados relevantes para a pesquisa. No caso, serão programas de disciplinas introdutórias e de períodos finais de cursos de graduação em Psicologia de quatro universidades do Rio de Janeiro. Será realizada uma análise do conteúdo programático bem como uma análise bibliométrica das referências bibliográficas obrigatórias de dois grupos de disciplinas diferentes. Aqui se observarão os autores e suas orientações teóricas. As entrevistas serão semiestruturadas e serão realizadas com estudantes e professores das quatro universidades selecionadas. Em princípio, seu conteúdo versará sobre aspectos como: os professores importantes na sua própria formação, autores relevantes nas matérias ensinadas ou cursadas, visão geral sobre a formação nesse curso de graduação em psicologia em particular, opinião sobre as relações entre psicologia e psicanálise nos planos teórico e institucional, opinião sobre o enfoque predileto dos pelos estudantes, e, no caso dos professores, auto-representação como psicanalista, e sobre as dificuldades para conciliar esta função com a docência universitária. Finalmente, se estabelecerão as comparações destes resultados com o trabalho já realizado nas universidades argentinas. Espera-se que este trabalho aponte condições históricas que propiciaram o sucesso das diferentes formas de psicanálise na formação do psicólogo brasileiro (em comparação ao seu congênere argentino) e os efeitos sociais dessa escolha acadêmica. Em segundo lugar, espera-se que os resultados contribuam para uma discussão contextualizada dos cursos de psicologia em suas revisões curriculares.

A Psicanálise nos Arquivos de Medicina Legal e Identificação

Igor Teo Rodrigues (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Ana Maria Jacó Vilela (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

No início do século XX havia uma grande preocupação, no Brasil, em relação à moralidade, apresentada sob viés científico, como, por exemplo, ”vícios” que acarretariam malefícios sociais – o alcoolismo, a vagabundagem etc. Para conhecer, diferenciar e classificar os indivíduos pobres, objeto da atenção social, os saberes psi aparecem então como ferramentas. Também a identificação civil se insere neste período como um esforço científico de controle social. É a época de interesse da polícia pela “vadiagem”, quando a medicina legal e o parecer médico sobre os detidos diziam se estes estavam aptos ou inválidos para o trabalho. A política de identificação foi ainda um meio de prover um diagnóstico da criminalidade do Rio de Janeiro, através da identificação de criminosos e/ou de potenciais criminosos. É neste contexto que está inserido o periódico Arquivos de Medicina Legal e Identificação (AMLI), meio de divulgação do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro do período de 1931 a 1940, sob a direção do médico brasileiro Leonídio Ribeiro (1893-1976) em suas dezenove edições. O presente trabalho se situa como uma tentativa de historiar a psicanálise dentro deste periódico, onde ela foi discutida em quatro artigos, sendo estes: a) O conceito psicanalítico da pena – Julio Pires Porto-Carreto (Agosto 1933); b) Psico-análise – Henrique Roxo (Janeiro 1934); c) O educador e a psicanálise – Arthur Ramos (Julho 1934); d) Psicanálise do crime passional – Julio Pires Porto-Carreto (Julho 1934). Por meio da análise destes quatro textos, entende-se que o discurso da psicanálise no campo da criminalidade derrubou a separação entre homem honesto e normal do homem criminoso e anormal. Essa é uma perspectiva que destoa da maioria das publicações da revista, onde seus autores, orientados segundo a visão do direito positivo, buscavam traçar o diagnóstico do tipo criminoso, vendo este último como alguém biologicamente degenerado ou socialmente corrompido pelo meio, variando segundo a perspectiva de cada autor. A criminalidade, presente em todos os homens segundo a psicanálise, pode ser encontrada de forma mais intensa ou branda, mas isso nada teria relação com sua inatividade ou degenerescência, e sim aos escoamentos simbólicos que este sujeito realizou em sua vida para tais impulsos. A partir desta perspectiva, é defendido o fim do modelo punitivo, devendo se pensar numa profilática para tal problemática. A posição dos autores é de que sejam substituídas as penas por uma educação e tratamento com base na psicanálise. A pedagogia psicanalítica surge assim como resposta. Em tempos que se discute a redução da maioridade penal, retornar ao passado é oportuno ao percebermos como no início do século passado já havia vozes que propunham o incentivo à educação, em oposição ao modelo punitivo, ainda que estas vozes falassem em tons higienistas, pensamento que marcava o período.Por fim, fica claro que os autores, ao entrarem com contato com a psicanálise não abandonaram o ideal eugênico que os inspirava. A psicanálise era pouco conhecida na época em nosso país, e tais pioneiros na sua utilização e divulgação foram autodidatas que buscaram entender e aplicar tais ideias. Se, por um lado, tais ideias foram revolucionárias em muitos sentidos para o que se entendia na época sobre criminalidade, por outro, ainda eram utilizadas no mesmo sentido higienista que fazia parte do pensamento social daquele período. Financiamento: CNPq, FAPERJ, UERJ.

A Psicologia na Revista A Ordem: A produção de Hamilton Nogueira (1897– 1981)

Wilk Farias Nobre (Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação -IBMR)

Propõe-se que este trabalho faça parte do GT 8, Implicações éticas e políticas dos saberes psicossociais no Brasil: reflexões históricas. Este trabalho se constitui em um segmento de um dos eixos da pesquisa "Entre psicologia científica, moral e senso comum: a psicologia nas instituições no Rio de Janeiro. 1930-1960", coordenada pela Professora Ana Maria Jacó-Vilela e realizada pelo Programa Clio-Psyché da Instituto de Psicologia da UERJ. Trata-se do eixo que tem por objetivo a investigação das relações entre a psicologia e a igreja católica, visando à contextualização do desenvolvimento da psicologia no Brasil. A proposta de que faça parte do GT 8 decorre do caráter historiográfico da pesquisa que, aponta para implicações éticas e políticas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. Neste caso, trata-se de implicações que emergem das relações entre a psicologia e a Igreja católica. O objeto de investigação deste eixo da pesquisa é a revista A Ordem, periódico criado em 1921 com o objetivo de recatolizar a intelectualidade Brasileira, dado o contexto efervescente em que ideologias e discursos científicos e filosóficos punham em cheque os dogmas católicos – por exemplo, a emergência e influencia da teoria evolucionista de Charles Darwin entre os intelectuais Brasileiros que entrava em choque com a máxima criacionista, por tanto com dogmas defendidos pela igreja, abalando sua influencia. A revista publicou textos de diversos autores sobre temas que, em sua maioria, inseriam-se em debates políticos, religiosos e sociais. Verificou-se que uma quantidade significativa de textos tratavam de temas psicológicos ou se utilizavam de um discurso que se insere neste campo. Tais textos tratavam desde questões epistemológicas ou de aprofundamento teórico de um sistema psicológico específico até a utilização de um discurso psicológico como fundamentação em debates filosóficos, morais, teológicos.

Mediante visitas às bibliotecas onde os volumes do periódico se encontram, como a Biblioteca Nacional, o Centro Dom Vital, Divisão de Bibliotecas da PUC-RJ e a Academia Brasileira de Letras, foi feito um levantamento extensivo de todos os números do periódico, classificando os textos em função de sua relação ou não com a psicologia. Após este levantamento extensivo, foi feito uma estatística dos autores dos textos que tratavam de temas psicológicos. Verificou-se que a produção de Hamilton Nogueira era uma das mais extensas. Nascido no Rio de Janeiro, formouse em Medicina em 1918, exercendo a profissão em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Aderindo ao movimento católico, foi convidado a fazer parte do Centro Dom Vital – órgão que passa a ser responsável pela edição e publicação da a revista A Ordem -, assumindo a vice-presidência. Os resultados apresentam um total de 16 textos de Hamilton Nogueira publicados, sendo 14 na década de 1920 e 2 na década de 1930. Os textos selecionados foram lidos e analisados, tendo como ferramenta a análise do discurso. Conclui-se que a utilização da psicologia por parte do autor, em diversos textos, visava dar base à sua argumentação a respeito de temas que extrapolam o domínio da psicologia, como a moral, religião — especialmente temas que envolviam espiritismo — evidenciando-se o debate entre ciência e fé.

A psicologia no Exército Brasileiro entre as décadas de 1930 a 1960

Thais Lohanna Rocha Lins (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), **Ana Maria Jacó Vilela** (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este trabalho se propõe a participar do GT 8, Implicações éticas e políticas dos saberes psicossociais no Brasil: reflexões históricas. Ele faz parte do projeto de pesquisa "Entre psicologia científica, moral e senso comum: a psicologia nas instituições no Rio de Janeiro. 19301960", coordenado pela Professora Ana Maria Jacó-Vilela, o qual busca investigar as práticas e os saberes de psicologia no Rio de Janeiro nas décadas anteriores à regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, em 1962. O período analisado cobre os anos de 1930 a 1960, posto que os períodos anteriores e posteriores estão razoavelmente cobertos em termos historiográficos, e tem como objetivo específico a investigação da presença da psicologia no Exército brasileiro. Na pesquisa bibliográfica na área de história da psicologia, encontramos esta relação, tais como a preparação oferecida pelo psicólogo polonês Waclaw Radecki (1887-1953) de oficiais médicos do Exército para a seleção de aspirantes a aviadores para a Arma de Aviação que estava sendo implementada na década de 1930. Radecki também ministrou a disciplina de Psicologia no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Serviço de Saúde do Exército entre 1928 e 1929. A metodologia utilizada em nosso trabalho é a pesquisa documental. O Arquivo Histórico do Exército (AHEx), localizado no Palácio Duque de Caxias, tem sido, até o momento, o principal arquivo de pesquisa, e utilizamos o Boletim do Exército como fonte de destaque. Esta publicação é editada desde a época imperial e traz informações sobre os recursos humanos (falecimentos, exonerações, férias, licenças, nomeações etc) e materiais (armamentos, uniformes, veículos, orçamentos etc), resoluções judiciais, bem como todos os decretos e leis que dizem respeito à atividade militar, tais como aquelas que tratam do alistamento militar, da seleção de aspirantes e das condutas militares. O Boletim também publica algumas leis e decretos federais, tais como orçamentos anuais da União e leis eleitorais. Foram encontrados ainda, nesse material, cursos que mostram a presença da psicologia no Exército e atividades de militares em relação com a psicologia. Nesta, escolhemos a do psiquiatra Murillo de Souza Campos (1887-1968), médico militar que fez parte do corpo médico do Hospital Central do Exército. Murillo Campos, de acordo com os documentos que fazem parte de sua fé de ofício, prestou serviço no Hospício Nacional de Alienados (HNA) a fim de assistir aos oficiais e praças do Exército que ali se encontravam internados. Esses dados levaram a pesquisa ao Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB), onde se encontram arquivados os livros de Observações Clínicas do HNA. Levantamos os casos analisados por Murillo de Campos. Outra fonte de pesquisa foram os Archivos Brasileiros de Hygiene Mental e os Archivos de Medicina Legal e Identificação, periódicos onde este psiquiatra publicou artigos apresentando o desenvolvimento de seu trabalho e os resultados obtidos com a aplicação de testes psicológicos. Estes artigos analisavam e incentivavam o uso de testes no momento em que eles ainda eram pouco conhecidos no Brasil. A discussão se mostra embrionária tendo em vista que ainda não conseguimos cobrir todo o período pretendido. No entanto, chama a atenção alguns aspectos, como o uso de testes psicológicos na área médica, bem antes da área educacional, como a historiografia costuma relatar; algumas referências a cursos de psicotécnica, de psicologia geral e de psiquiatria não apenas para o Serviço de Saúde do Exército, mas também para os demais militares no âmbito da conduta e do Departamento de Pessoal.

Financiamento: CNPq, Faperj, UERJ

Análise histórica da produção bibliográfica do periódico Psicologia: Ciência e Profissão: fluxos e identidades

Fabia Monica Souza dos Santos (Universidade Federal Fluminense)

A nova perspectiva fundamentada em princípios ético-políticos para a atuação do psicólogo no cenário brasileiro, no final da década de 1970 e início da década de 1980, se apresenta como importante marco nas análises do presente trabalho de pesquisa proposto neste GT. Justamente neste período surgem novos problemas, novas teorias e novos métodos de produção de conhecimento e intervenção na psicologia brasileira, coincidindo com o lançamento da Revista Psicologia: Ciência e Profissão (1979), editada pelo Conselho Federal de Psicologia. De lá para cá já se passaram exatos 36 anos, nos quais a RPCP assumiu um lugar privilegiado no sentido de agregar produções de conhecimento e relatos de experiência profissional de forma a servir como cenário das complexas transformações pelas quais a psicologia vem passando nessas décadas, em seus fluxos e suas identidades, tendo publicado até o presente momento mais de cem volumes e mais de artigos científicos, o que evidencia não apenas a amplitude numérica dos textos produzidos/publicados, mas também a forte impregnação dos seus conteúdos junto ao públicoalvo preferencial. Trata-se, portanto, de um dos maiores veículos de construção e difusão de conhecimentos e saberes da psicologia brasileira, o que justifica a sua relevância como objeto de análise na presente pesquisa. Nosso TEMA, dessa forma, é a produção histórica de saberes da psicologia a partir das publicações do periódico RPCP, partindo da premissa básica de que esta revista encontra-se profundamente entrelaçada ao percurso profissiográfico dos seus atores principais (psicólogos brasileiros) e das transformações sociais que alimentam o campo dos saberes e fazeres da nossa psicologia. Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento ("Análise Histórica da Produção de Conhecimento em Psicologia no Brasil: Cenários, Temáticas e Encaminhamentos nos Periódicos Nacionais"), desenvolvida no Polo Universitário de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense desde 2014. Nosso PROBLEMA na presente pesquisa reside no mapeamento dessas produções (artigos científicos e demais publicações na RPCP) a partir de diversos delimitadores, entre eles: perfil autoral, análise temática, métodos de investigação, formulações teóricas, suas práticas, interfaces com campos discursivos distintos, e articulações da produção de conhecimento com o campo social. Como OBJETIVO geral, nossa pesquisa intenciona realizar um mapeamento das referidas produções bibliográficas identificando os elementos principais desta trajetória autoral, temática e epistemológica. É nesse sentido que identificamos clara relação com o eixo temático 2 e em especial com o GT 8. Como ORIENTAÇÃO TEÓRICA, a abordagem proposta em nossa pesquisa está ancorada na compreensão de que o objeto histórico, e consequentemente a operação historiográfica', são percebidas como fenômenos homogêneos, principalmente na sua produção escrita, desenvolvendo-se na continuidade das marcas deixadas pelos processos escriturários, como nos provoca Certeau em sua obra A Escrita da História (2015, p.222). Uma das formas de compreendermos o percurso histórico da psicologia como ciência e profissão é através da sua produção bibliográfica, daquilo que psicólogas e psicólogos vem publicando em seus relatos de pesquisa, de experiência profissional e em seus estudos teóricos/ensaios. A produção de conhecimento está sempre permeada pelos seus atores e por aquilo que em dado momento/contexto é tido como relevante de ser investigado, trabalhado e difundido. Como MÉTODO, temos utilizado a análise bibliométrica, tomando como algumas das referências principais a proposta de Carpinteiro e Peiró (1981) e Carpinteiro e Tortosa (1989). A partir de uma estratégia catalográfica, empreendemos a organização de micro dados de toda a produção bibliográfica da RPCP, o que nos permitiu a realização de análises globais e também comparativas (por década) sobre vários indexadores, dentre os quais: perfil autoral, modalidade dos artigos, filiação institucional e análise temática. Entre os principais RESULTADOS encontrados em nossa pesquisa, podemos destacar: significativa transformação na assinatura da produção do conhecimento (em direção à 'feminilização' e à 'coletivização' da autoria dos artigos publicados), com uma ênfase cada vez mais visível à pesquisa como fonte privilegiada de construção de conhecimento, além de uma certa hipervalorização do conhecimento acadêmico em detrimento do conhecimento profissional. Até o presente momento, conseguimos empreender a uma análise mais minuciosa das décadas de 1980 e 1990, que revelaram como dados mais emblemáticos uma tentativa de amadurecimento teórico-metodológico das produções bibliográficas da RPCP, a significativa ampliação dos temas de destaque e das abordagens de pesquisa, bem como a estratégia editorial de maior performance e 'profissionalização' do processo de publicação. De periódico 'intuitivo', no início da década de 1980, a RPCP ganha progressivamente características que demarcam uma similaridade com o próprio amadurecimento da psicologia como ciência e profissão. Por se tratar de pesquisa em andamento, as CONCLUSÕES que aqui apresentamos ainda possuem aspecto provisório, mas evidenciam alguns dos resultados anteriormente mencionados. Destacamos, por fim, que a presente pesquisa vem evidenciando a íntima relação entre a RPCP e a formação acadêmica/profissional em psicologia no Brasil, em especial no que tange às condições ético-políticas dos saberes, dos fazeres e das histórias da psicologia brasileira, em sua diversidade, seus fluxos e suas identidades.

Atravessamentos ético-políticos na historia dos saberes psicossociais

Márcio Luís Costa (Professor Pesquisador), **Rodrigo Lopes Miranda** (Universidade Católica Dom Bosco)

O objetivo desta comunicação é propor os atravessamentos ético-políticos como tema relevante para a historia dos saberes psicossociais no Brasil. A psicologia e a história dos saberes psicossociais são campos nos quais a relação sujeito e objeto do conhecimento ocorre de forma sui generis. O conhecimento sobre o objeto humano necessariamente muda os seres humanos, uma vez que cria práticas sociais, simbólicas e discursivas particulares. Além disso, os dois campos tornam claro o fato de que as diferentes formas de abordar os seres-humanos são sóciohistoricamente construídas. Isso nos ajuda a compreender que os atravessamentos ético-políticos da relação sujeito e objeto do conhecimento são contingentes à história e aos saberes psicossociais. Abordar historicamente tais saberes psicossociais nos ajuda a desvelar aspectos éticos e políticos da relação sujeito e objeto de conhecimento. Este trabalho se relaciona com GT em virtude de que coloca em discussão um tema correlacionado à sua principal preocupação, a saber: a história dos saberes psicossociais, se enquadrando em seu eixo temático fundamental bem como no eixo do evento como um todo. São utilizadas perspectivas filosóficas e historiográficas para compor o campo teórico do trabalho que se encontra nos limites do sabres psicológicos, políticos e éticos. Por um lado, levamos em consideração as propostas da história crítica da psicologia de acordo com a perspectiva de Kurt Danziger. Isso nos ajuda a compreender âncoras sócio-culturais de diferentes saberes psicossociais e, assim, suas amarras a variadas práticas ético-políticas. Por outro, tomaremos a perspectiva teórica da antropologia política pretendida por Hanna Arendt, na qual se discute o tema do espaço público como espaço de alteridade e de Emmanuel Lévinas, que se propõe uma meta-ética construída a partir da alteridade, para interrogar sobre quais interpelações ético-políticas atravessam e estão implicadas nos saberes psicossociais construídos no espaço político como espaço público de alteridades. Por se tratar de uma questão teórica em relação a uma forma de ver a construção de saberes e sua história, esta comunicação se desenvolve a partir de uma pesquisa bibliográfica que usa o avisinhamento de uma ou mais teorias com o propósito de ver e fazer ver questões implicadas na forma de atravessamentos e indagar pelas suas possíveis implicações. Se demandas ético-políticas emergem da alteridade que habita a relação do sujeito e do objeto de conhecimento e, portanto, o espaço público de alteridades, então, as referidas demandas poderão estar implicadas, de algum modo, na construção dos saberes psicossociais e sua historia, trazendo implicações para os mesmos. Dai se desprendem duas questões que nos parecem importante: quais são os modos deste estar implicado e quais seriam as decorrente implicações? A principal inquietação gerada por esta reflexão aponta na direção de um relevante campo de pesquisa na construção de sabres e de sua historia. Uma abordagem crítica da história desses saberes psicossociais no permitiria levantar questões éticas e políticas da relação entre sujeito e objeto ao longo do tempo. Dessa maneira, as questões ético-políticas não emergem a partir de dilemas ou problemas éticos relacionados às práticas pontuais de construção de saberes. Tais questões são constitutivas da prática mesma, como atravessamentos sempre implicados e que remetem à pergunta que interroga pelas modalidades do implicado e sua implicações.

Das inquietações de um estágio à produção de conhecimento em Psicologia

Raysha Thereza Nery (Universidade Federal de Pelotas)

O presente trabalho pretende, a partir da exposição de uma cena vivenciada em um estágio, problematizar questões referentes ao discurso científico da psicologia. Essa cena narra o acolhimento de um usuário em um Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), onde principalmente deve ser avaliado se o caso é adequado para o atendimento oferecido ou precisa de um encaminhamento para uma internação. Nesta avaliação dois pontos são extremamente centrais e determinantes, a saber: se o paciente apresenta ideação suicida ou alucinações. Em resposta ao segundo ponto, o usuário relatou ter visto há algumas noites um cão no quintal de sua casa, entretanto disse não saber do que se tratava, se de um acontecimento "real", uma alucinação ou uma visão. Dada essa última afirmação perguntei se possuía uma crença religiosa e o homem disse ser espiritualista.

Essa cena suscitou um incômodo ao impor uma classificação ao relato do usuário. Dessa forma, percebo que as questões referentes a esse sentimento perpassam a técnica profissional do psicólogo, no sentido da aplicação do seu conhecimento teórico-científico. Sendo nesse território que assento o problema dessa cena e, consequentemente, desse ensaio.

Para o desenvolvimento dessa problemática utilizo o método do pensamento diferencial de Deleuze a partir de intercessores, os quais, segundo Vasconcellos (2005), são encontros que fazem com que o pensamento saia de sua imobilidade natural, bem como os conceitos que proporcionam condições de resolução para um problema colocado, possibilitando dessa forma o pensamento, que para Deleuze é criação, é produção de idéias. Sendo assim, fabricarei intercessores para possibilitar a interrogação sobre o problema colocado por este ensaio.

Um primeiro intercessor possível para pensar a técnica seria a clássica distinção e dicotomia entre teoria e técnica, entre discurso e prática, entre saber e fazer, apropriando-se dos conceitos de discurso, saber-fazer e poder para Foucault. A psicologia durante o século XIX preocupou-se em adquirir o status de ciência, utilizando-se da matriz metodológica das ciências naturais. Desse modo, tinha por objetivo estabelecer leis universais que pudessem obter a verdade sobre o sujeito a partir de técnicas, admitindo assim uma interioridade, uma essência do ser humano (HUNING; GUARESCHI, 2005). A apropriação desse método científico, ainda segundo as mesmas autoras, culminou na utilização de princípios, como a experimentação, a objetividade, a neutralidade e a generalização. Assim, a psicologia sustentou a objetividade através da neutralidade do cientista, separando sujeito e objeto, um sujeito ativo, o psicólogo, seria o descobridor do objeto passivo, a realidade psíquica. Acreditando, dessa forma, que a técnica seria capaz de capturar a verdade desse sujeito universal, tornando inquestionável a generalização.

Nesse sentido, o conceito de palavra para Edgar Morin aparece como outro intercessor. A produção de conhecimento na área da psicologia tentou capturar na palavra, nas suas teorias, toda a realidade da subjetividade do ser humano, tentando dizer o indizível, entretanto, Morin afirma que nenhum conceito é capaz de capturar a realidade da qual tenta representar (CZERESNIA, 2003).

Outra categoria de intercessores que nos auxilia a pensar a primazia da técnica para a psicologia são os manuais diagnósticos, os quais surgem como instrumentos de regulação e controle a partir da Reforma Psiquiátrica (SILVA ET AL., 2006). É exatamente nesse contexto de classificação e diagnóstico, de controle extramuros que nossa cena no CAPS se estabelece, como uma tentativa de captura através desses instrumentos da subjetividade do sujeito a minha frente, bem como da sua realidade.

Podemos aqui retomar nossos primeiros intercessores para problematizar exatamente a proposição dos códigos classificatórios como instrumentos ateóricos, neutros e destituídos de intencionalidade. Foucault volta sua pesquisa para o poder de instituição de verdade dos discursos científicos e afirma que analisar o discurso seria dar-se conta das relações históricas que o produziram, bem como que o mesmo ultrapassa a simples referência ao objeto, pois ao mesmo que tempo que fala também produz o próprio objeto (FISCHER, 2001). Portanto, a ciência psicológica produziu suas tecnologias que possibilitaram não só a construção de saberes 'como também de sujeitos psicológicos.

Ao constituir a técnica enquanto problema e utilizar esses intercessores pudemos perceber o quanto a formação discursiva da psicologia sustenta a própria existência dos sujeitos, individualidades e patologias das quais fala, pois ao falar também os produz, sendo legitimados pelo poder atrelado ao discurso científico, estabelecendo um mútuo condicionamento entre saber e poder. Portanto, a ciência, os discursos legitimados, não se constituem como tal apenas por sua consistência epistemológica, mas por interesses políticos e econômicos que transversalizam sua produção e garantem sua manutenção (HUNING; GUARESCHI, 2007). Desse modo, o ensaio não se propõe a destruir ou anular a ciência psicológica, mas colocá-la como alvo da investigação, pois ao questionarmos seus fundamentos de objeto e de dicotomia entre saber e fazer, evidenciando o caráter histórico e contigencial do discurso, possibilitamos a reflexão e a crítica sobre si mesma.

Entre a Psicologia Social e a saúde mental: o percurso do conceito psicossocial

Thiago Sousa Felix (Universidade Federal do Ceará)

O conceito "psicossocial", desde que introduzido no cotidiano das políticas públicas brasileiras, tem se tornado objeto de reflexão profissionais militantes e investigação por parte de alguns pesquisadores. Aliás, é do contexto acadêmico e científico, particularmente do campo psicológico e sociológico, que esse termo parte a fim de se consolidar como denominador de significação preponderante, notadamente, no âmbito da saúde mental. O presente escrito define como objeto de investigação a definição e a apropriação do termo psicossocial numa perspectiva histórica e conceitual. Primeiramente histórica porque estabelecida como construção que vem se consolidando através de um processo historiográfico determinado e que atende aos anseios éticopolíticos de cada período. No caso, o recorte histórico (que envolve a política pública) toma como marco, no Brasil, o movimento de redemocratização juntamente com a Reforma Psiquiátrica, Sanitária, promulgação da Constituição de 1988 e criação do SUS. A perspectiva conceitual envolve a diversidade de definições que o termo foi acumulando e que prescinde uma categorização que, além de outras demandas, oriente o seu emprego. Essa análise conceitual envolve desde clássicos da sociologia, até teorias psicológicas mais recentes que empregam o psicossocial em sua formulação teórica. Apesar de ser sistematicamente empregada, por exemplo, na teoria de Erik Erikson, no desenvolvimento psicossocial, percebe-se uma tendência anterior que, apesar de não utilizar explicitamente o termo, antecipa o seu emprego ao inaugurar o arcabouço teórico em que esse se encontra. Dessa forma pode-se encontrar já em Émile Durkheim indícios dessa tendência, quando esse autor analisa o suicídio numa perspectiva sociológica acrescida ou paralela do fator psicológico. Em seguida, percebe-se o psicossocial, tal como o psicossociológico e o sóciopsicológico como termos comuns e em interseção da psicologia, da sociologia e da psicologia social. O termo é citado por Gilberto Freyre na sua sociologia e vem sendo discutido por autores da psiquiatria (Pichon-Rivière, Paulo Amarante), da psicologia social (Theoder Adorno, Martin-Baró, Maritza Montero), da psicologia (Vera Paiva, Abílio Costa-Rosa, Silvio Yasui) dentre outros. Vale ressaltar que os dois últimos autores tem refletido o psicossocial no âmbito da saúde mental sendo que o emprego desse termo hoje ultrapassa o da Atenção Psicossocial relativa à saúde mental, englobando os campos da assistência social, da saúde de modo amplo, dos estudos da Teoria Crítica, aplicações da Psicologia Comunitária. Partindo do pressuposto de que nem todos esses autores utilizaram de maneira uniforme o termo psicossocial, questiona-se não o imperativo de que o termo atinja um sentido único, mas a precisão de que haja um consenso acadêmico inclusivo e abrangente em torno da aplicação do termo psicossocial, ao menos para as políticas públicas de saúde mental brasileira. Da mesma forma que urge uma política de assistência em saúde que supere o dilema biopolítico, esses pontos devem concorrer para uma assistência do usuário em suas demandas e potencialidades favorecendo a superação dos desafios ético-políticos. O que se anseia ao final é garantir, mais do que uma discussão histórica e conceitual, porém uma ampliação da concepção do que é inerente ao humano e os desafios que as políticas tem para assistir esse sujeito.

Epistemologia e Função Sócio Política do Conhecimento: Teoria e Prática Psicológica em Questão

Amom Rodrigues de Morais (Universidade Federal de Goiás)

O presente texto trata-se de um ensaio teórico que se pretende ser uma tentativa de reflexão crítica sobre os fundamentos epistêmicos de determinadas teorias psicológicas na relação com a ontologia e os desdobramentos da constituição do conhecimento na concretude da vida social. Ou seja, nosso escopo consiste em tentar apresentar possíveis relações inerentes entre pressupostos filosóficos/ontológicos e implicações ideológicas de certas teorias, abordando, assim, suas gênesis em determinado contexto sócio histórico e as funções que exercem na sociedade sob condicionadas finalidades. Coube-nos analisar como alguns pressupostos teóricos na Psicologia lidaram com o problema ontológico apontando as consequências práticas ou ético políticas dos mesmos.

Entende-se aqui que as bases históricas da constituição científica da psicologia nos aponta que do ponto de vista epistemológico ela é demasiadamente problemática em função da diversidade de objetos e por possuir uma enorme variedade teórica. Além disso, uma abordagem ontológica de seus objetos nem sempre foi prioridade de grande parte dos pesquisadores em razão de uma falsa associação entre ontologia e metafísica apregoada por preconceitos cientificistas. E ainda acredita-se haver muito o que dizer dos nexos intrínsecos entre constituição teórica e seus efeitos concretos assumidos como função ideológica.

O caminho percorrido por essa pretensa reflexão crítica orienta-se por uma análise histórico sistemática baseada na ontologia materialista (lukacsiana/marxista) a qual prevê uma apreensão do fenômeno em sua totalidade dialética. Submeter certas teorias e fatos ao exame dialético significa desvelar suas contradições e insuficiências. Observar a onde o conceito não alcança, sua insuficiência, ou onde ele vai além do que se afirma aparentemente, ou mesmo diz o oposto do que se enunciou. Uma apreensão da totalidade social nos permite identificar nexos ocultados pela ideologia e reestabelecer uma associação real entre ideia e seu solo material, sua gênese e função social.

É através desse eixo orientador que se desenvolveu a presente argumentação que passa por alguns tópicos em específico no intuito de ampliar a hipótese aqui norteadora da relação intrínseca entre ciência e prática psicológica com a epistemologia e ontologia.

Desse modo, percorreu-se num primeiro momento questões gerais sobre uma suposta superação da perspectiva ontológica pelo primado da epistemologia a partir da pensamento moderno. A questão do método do conhecimento passou a ter prioridade em relação a ontologia do objeto a ser estudado, ou seja, a epistemologia ganha primazia nas preocupações científico-filosóficas. Em seguida é abordado alguns aspectos da emergência da psicologia enquanto ciência submetida aos vetos kantianos. Bem como estes se tornaram uma exigência normativa para o fazer cientifico no geral e como foram pré-condições para o desenvolvimento do neopositivismo e neoliberalismo, tratados como um problema teórico e político. Adiante, propôs-se mostrar a apropriação pelo markenting das ideias psicanalíticas e da psicologia de grupo nos Estuados Unidos. A produção do conhecimento científico guiada pelo signo do pragmatismo instrumental estava envolvida nos estudos dos grupos através da psicanálise que contribuiu para ascensão do eu na sociedade de consumo. O resultado da produção e manipulação de desejos inconscientes foi uma atomização generalizada da sociedade. Outro exemplo de apropriação é a incorporação de ideias psicológicas no mundo das corporações destinadas à reorganizar a dinâmica do trabalho. Numa época de expansão da indústria em série, psicólogos experimentais eram solicitados pelas corporações empresariais a solucionarem as questões de disciplina e da produtividade no trabalho. Psicólogos clínicos inspirados em ideias psicodinâmicas também tiverem um papel relevante nas mudanças inseridas nas novas organizações do processo produtivo. Por fim, ressaltou-se alguns abusos extremos de práticas e técnicas psicológicas afim de mostrar as sérias consequências ético políticas das mesmas. Se há uma concepção do ser do objeto, as vezes irrefletida, sua epistemologia levará a uma prática que responda às particularidades postas na sua gênese. Portanto, o texto pretendeu, assim, contemplar de certo modo a reflexão sobre os fundamentos mais elementares do saber da ciência psicológica ao propor iluminar as questões da relação entre ontologia, epistemologia e ideologia, geralmente ignoradas ou obscurecidas em muitas abordagens teóricas e que acabam por passar ao largo da questão em muitas de nossas formações acadêmicas. Por isso se faz de suma importância resgatar essa dimensão crítica e adentrar ao real do fenômeno psíquico e compreender a essencialidade histórica do homem. Algo crucial nesta perspectiva crítica do texto é que ela pode nos levar a uma compreensão da processualidade sócio histórica que faz a mediação da constituição e compreensão de qualquer que seja o objeto ou método de estudo da Psicologia em detrimento de concepções essencialistas, naturalizantes ou simplesmente superficiais.

Implic(ações) em saúde mental: ressonâncias da psicologia social no fortalecimento do SUS

Luis Fernando de Souza Benicio (Faculdade Nordeste Devry Brasil), **Mariana Tavares Cavalcanti Liberato** (Faculdades Nordeste - DeVry/Brasil)

Este relato é fruto de vivências de um estágio específico de Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito da Atenção Psicossocial. Trata-se de atividades que foram desenvolvidas ao longo de seis meses em um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas (CAPSAD) no Município de Fortaleza respondendo a proposta do grupo de trabalho, Psicologia Social: Diálogos e Práticas na Implementação e no Fortalecimento das Políticas Públicas de Saúde, no XVII Encontro Nacional da ABRAPSO. Utilizou-se da Psicologia Social crítica como perspectiva para pensar/intervir no campo de práticas e discursos acerca do cuidado em saúde mental, tencionando outras perspectivas sobre a atuação do (a) psicólogo (a), alinhadas com os princípios do SUS e com as diretrizes das políticas de saúde mental produzindo encontro de educação permanente em saúde mental. Realizou-se uma investigação ao longo de quatro meses sobre os processos de trabalho do psicólogo e dos demais profissionais a partir do construcionismo social que nos auxiliou na investigação de discursos e práticas no/do dispositivo. Perceberam-se práticas/compreensões conservadoras, reducionistas e higienistas acerca do cuidado das pessoas em situação de rua que faz uso abusivo de alguma substancia. Posteriormente, foram construídos espaços em conjunto com a equipe de referência, com o objetivo de fortalecer vias de trabalhos pautados no fortalecimento dos princípios da equidade, universalidade e integralidade na construção da clínica ampliada. O principal objetivo foi discutir-problematizar acerca da atuação profissional em saúde mental por meio de atividades com profissionais de educação permanente em saúde, rodas de redução de danos e contribuições nos processos de gestão no âmbito do apoio institucional. Nesses espaços, surgiram muitos elementos relativos ao sofrimento dos profissionais no trabalho em saúde mental dado por falas que traziam a necessidade de se reformular as condições de trabalho precarizado, pois, o processo de humanização contempla muitos atores, inclusive, o cuidado com os cuidadores. Dentre os principais resultados está a transformação de sentidos, de forma coletiva, sobre acolhimento, direitos humanos e cuidado compartilhado, (re)construindo outras possibilidades no enfretamento das iniquidades e discriminação no âmbito do SUS. Consideram-se alguns desafios na perspectiva da clínica ampliada, com ênfase na reformulação das formações em saúde mental, em especifico a da psicologia, trazendo a reflexão da atuação do psicólogo na atenção psicossocial, no agenciamento de espaços de encontros, redes de acolhimentos e serviços pautando na defesa dos direitos humanos e na promoção da vida. Também, torna-se relevante ampliar a compreensão da noção de redes em saúde nas práticas cotidianas, sendo fundamental considerar saúde como multidimensional, suspendendo definições prontas do saudável, superando a objetivação, atentando-se para o território das pessoas do serviço, nas diversas formas de produzir vida. Por fim, é evidente que avançamos consideradamente na substituição de hospitais psiquiátricos por serviços de base comunitária, entretanto, mesmo nestes avanços, ainda temos uma lacuna no campo técnico-assistencial, pelas práticas manicomiais citadas anteriormente, dado em grande parte pela formação manicomial em saúde, pois, desinstitucionalizar nossas práticas e conhecimentos se torna indispensável para o fortalecimento dos princípios do SUS em consonância com reforma psiquiátrica brasileira, a fim de garantir a dignidade humana.

Perspectivas históricas da (in)visibilidade homossexual no século XX: da inversão à transgressão

Leandra Sobral Oliveira (Universidade Estácio de Sá)

O presente trabalho tangencia as investigações propostas em meu pré-projeto de doutorado, ancorado numa perspectiva historiográfica que tem como temacentral a (in)visibilidade homossexual ao longo do século XX, com a proposta de mapear os discursos produzidos acerca da homossexualidade a partir de dois grupos distintos: os especialistas (saberes científicos) e os movimentos sociais. Possui como problema básico a recomposição de elementos que permitam uma operação historiográfica sobre a homossexualidade, de forma a contribuir com uma análise das implicações éticas e políticas dos saberes psicossociais no Brasil a partir de reflexões históricas, o que demonstra a clara relação com o eixo temático 2 (História, teorias, métodos e formação em psicologia social), e em especial com o GT 8. Dessa forma, o tema e o problema aqui apresentados encontram-se articulados a um amplo conjunto de questões, entre elas: Que diferenças perpassam historicamente a homossexualidade masculina e a homossexualidade feminina a partir dos saberes/discursos científicos e dos movimentos sociais do século XX? De que formas os especialistas (entre eles o saber psicológico e o saber médico) vão desenhando os diferentes processos que transformam o homossexualismo em homossexualidade? Que processos sociais vão delineando a representação da homossexualidade ao longo deste período, de modo que a dualidade invisibilidade / visibilidade seja tomada como analisador? Quando a inversão se torna transgressão? Como objetivo geral, está o mapeamento das principais produções acerca da homossexualidade no século XX no Brasil a partir de dois vieses principais: i) o discurso dos especialistas (entre eles o saber psicológico e o saber médico), e ii) o discurso dos movimentos sociais (movimentos de militância homossexual). Como objetivos específicos, posso citar o mapeamento das bases de construção dos movimentos LGBT no Brasil, entre eles a influência do Movimento Feminista; a realização de uma análise comparativa das diferentes formas como o saber científico classificou a homossexualidade feminina e a homossexualidade masculina, empreendendo ainda uma análise comparativa da produção discursiva dos movimentos sociais acerca de mulheres e homens homossexuais. No que tange à orientação teórica, numa sociedade heteronormativa e patriarcal, ainda mais delicado do que discutir a questão da sexualidade é o enredamento daquilo que representa a vivência de mulheres e homens em sua expressão homossexual.Diferentes saberes científicos do século XX tentam se apropriar do terreno na sexualidade e explicar as causas do homossexualismo em sua classificação como desvio mental e/ou patologia. Seus legitimadores (psicólogos, médicos, educadores, religiosos, juristas) auxiliaram na produção de teorias explicativas (causais) que mesmo na segunda década do século XXI ainda encontram espaço para a propagação de representações imprecisas e violadoras sobre identidade de gênero e orientação sexual. A homossexualidade compõe um objeto social em voga, principalmente a partir da visibilidade epidemiológica da AIDS na década de 1980. Era necessário criar estratégias de controle no campo da saúde pública, o que deixou em segundo plano a compreensão mais alargada dos estudos da subjetividade e historicidade desse grupo. Justamente por isso o século XX merece grande destaque na discussão sobre o campo da sexualidade, em especial no que concerne à homossexualidade, já que abriga um percurso extremamente complexo e ainda pouco explorado no entrecruzamento entre os saberes científicos e os movimentos sociais. Ao longo do século XX, apsicopatologia sexual e a definição do ato sexual normal ganham relevância cada vez maior, elencando as normas de conduta referentes ao campo da sexualidade, tomada naturalmente a partir da referência heteronormativa, tida como única saudável ou aceitável no modelo social pleiteado mesmo para as sociedades modernas. A proposta metodológica da pesquisa apresentada reflete uma perspectiva histórica que objetiva mapear os elementos construídos socialmente sobre a homossexualidade por dois grupos distintos, porém articulados: os especialistas e os militantes. Nessa empreitada, proponho a divisão do século XX em três subperíodos de análise: 1900 a 1930; 1930 a 1970; e 1970 a 2000.Longe de um esgotamento da revisão bibliográfica e da exposição metodológica, os recortes que aqui proponho encaminham o início de um longo percurso, que se por um lado corrobora a importância do tema, por outro lado reconhece o quanto as (homo)sexualidades esbarram em estigmas absolutamente atuais. Como resultados iniciais, posso destacar que esta incursão vem apontando um fértil cenário de estudo e compreensão acerca da sexualidade e dos modos de regulação social dos corpos, dos afetos e dos desejos, em especial da sexualidade desviante dos invertidos (termo comumente utilizado nos séculos XIX e XX para descrever indivíduos com desejos e/ou práticas homossexuais).Finalizo apontando o reconhecimento de que a presente investigação encontra-se submersa num jogo de tensões que marca de forma substancial o século XX nos paradigmas da invisibilidade/visibilidade que transformou invertidos em transgressores.

Projeto ético-político da Psicologia da Libertação: das origens às práxis contemporâneas

Thiago Sant' Anna Pereira (São Marcos)

A ausência de teóricos(as) psicossociais latino-americanos(as), durante nosso bacharelado em psicologia, fez nos questionar: "Por que elas(es) são tão pouco ensinados?". A pergunta nos levou à realização tanto de uma Iniciação Científica quanto de um Trabalho de Conclusão de Curso utilizando a teoria psicossocial de Martín-Baró, conhecida como Psicologia da Libertação, como referencial teórico e bibliográfico. A fecundidade do tema e a relevância de uma teoria coesa com nossas condições históricas nos levaram a dissertar, no mestrado, sobre elementos centrais do projeto ético-político dessa teoria, e agora no doutorado a ampliarmos a problemática e pensarmos como essa proposta amplia os limites da atual discussão sobre a necessidade da (re)construção de um projeto ético-político para Psicologia Social Brasileira; assim como analisarmos pontos de intersecção entre aquela proposta e algumas experiências que ocorre na chamada Psicologia Social Comunitária que aparece no Brasil, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. O horizonte de atuação para a Psicologia proposto por Martín-Baró afirma que é possível sem abrir mão de apresentar-se como científica, que teoria e práxis profissional assumam responsabilidade histórica frente às populações que atende. Ou seja, contribuam para mudar as condições subjetivas que mantêm desumanizadas as classes exploradas pelo capitalismo; que as alienam e impedem o desenvolvimento de sua identidade histórica. Entretanto, os dois últimos Congressos Internacionais da Psicologia da Libertação que participamos e a revisão bibliográfica que realizamos, apontam que, já no início do século 21, não há consenso entre pesquisadores dessa teoria psicossocial. Isso vai desde divergências sobre a utilização de determinados conceitos/categorias até mesmo a discussão sobre se esse projeto de orientação ético-político e profissional deve ter como horizonte a emancipação humana ou a política. Parece-nos, e essa é a tese deste trabalho, que a Psicologia da Libertação tem se guiado por bússolas que, apesar de apontarem a Libertação como norte, perderam de vista a correspondência crítico-concretorevolucionária que seu principal articulador lhe conferiu. Nosso objetivo geral, portanto é prosseguir, por meio de pesquisa histórica, apreendendo as contradições do processo de constituição e como tem se desenvolvido este projeto ético-político, a partir das discussões propostas por Ignacio Martín-Baró e interlocutores de sua obra. Para tanto, utilizaremos o materialismo histórico-dialético como referencial teórico. Deste objetivo geral desdobram-se os seguintes objetivos específicos: a) realizar uma análise crítica sobre possíveis mudanças éticas e/ou epistemológicas em seu projeto ético-político, da sua origem para o concretamente expresso por seus principais interlocutores no início do século 21; b) expor qual tem sido a práxis, ou a inserção profissional, dos psicólogos que se vinculam a esse projeto; c) pensar um diálogo entre Psicologia da Libertação e Psicologia Social Comunitária. Enfatizamos a importância de trazer essa pesquisa para o campo da História da Psicologia, pois trabalhar com historiografia não se relaciona apenas com o estudo do passado, antes, vincula-se intrinsecamente com a apreensão do presente; e, nas palavras do catalão Josep Fontana, condiciona a possível elaboração de projetos sociais. Para evitar uma leitura determinista da História, entendemos que só por meio da análise das correlações de forças sócio-históricas e econômicas uma determinada conjuntura pode ser historiografada em sua concretude (afinal, partimos do pressuposto que o humano é ativo nesse processo de construção). Valendo-se da perspectiva teórica dialética histórica e materialista, não pretendemos analisar a Psicologia da Libertação pelo que "ela diz de si própria", mas a partir das correlações entre suas produções teóricas e seus efeitos concretos na realidade, ou seja, considerando-a, em sua totalidade. Daí também o porquê da centralidade da categoria práxis para esta pesquisa. Ao ultrapassarmos a pseudoconcreticidade imediata ao fenômeno que estudamos, por meio do método materialista dialético e histórico, a práxis será um dos critérios de verdade dos conhecimentos que serão estudados.

Tudo que você disser... E não disser: um caso na história da psicologia do testemunho

Juliana Ferreira da Silva (Universidade Federal do Rio De Janeiro)

A comunicação discute o corpus teórico da psicologia do testemunho, do ponto de vista histórico, buscando discutir sua produção e reverberação no Brasil, assim como a relação com um procedimento investigativo de crime conduzido no país. Toma como momento de análise o ano de 1950, como materiais o Manual de Psicologia Jurídica de Emílio Mira y Lopez e notícias da mídia da época sobre o inquérito de um caso de homicídio conduzido pela 25ª Delegacia de Polícia no mesmo ano. O desenrolar do caso de homicídio estudado e – mais precisamente – os procedimentos adotados pela polícia ou requeridos através da mídia para as investigações evidenciam interessantes relações da psicologia jurídica com a operacionalização da justiça criminal.

Tais reverberações na mídia são estudadas não como fontes secundárias do fato criminal em si ou de sua investigação, mas como reveladoras dos discursos que compõem as relações de poder e saber que a psicologia construiu na interlocução com o sistema de justiça criminal. Não se trata, portanto, de uma análise do inquérito criminal "por meio" das matérias jornalísticas, mas de uma análise do discurso mesmo, da "coisa dita" nas matérias jornalísticas, que busca evidenciar as relações entre os enunciados e dispositivos que o discurso põe em funcionamento.

O trabalho discorre sobre o método de interrogatório centrípeto e o meio de prova psicanalítica Abraham-Rosanoff-Jung, analisando a forma como tais dispositivos teórico-práticos integraram o debate sobre o inquérito criminal do caso de homicídio e inseriram no debate social o saber psicológico como revelador da verdade na condução do interrogatório da testemunha e na produção dos meios de prova da evidência do delito. O método de prova de associações determinadas com registro do tempo de reação – o meio de prova psicanalítica de AbrahamRosanoff-Jung, adaptado e divulgado por Mira y Lopez em seu Manual, oferecera a não somente a comunidade acadêmica, mas também às instituições ligadas à justiça criminal, conhecimentos da psicologia para determinação da veracidade dos testemunhos criminais, a partir da avaliação

psicológica dos dados fornecidos (e não fornecidos, vale sublinhar) das testemunhas. O trabalho discute a presença do saber psi na construção de um discurso de verdade do testemunho na história do sistema de justiça criminal brasileiro. Os sinais psicológicos da verdade ou falsidade dos testemunhos incluíam: atraso na resposta, ausência de resposta, reação absurda, associação superficial anormal, repetição da palavra-estímulo, repetição das palavras-resposta, persistência, mudança no sentido da palavra-estímulo, repetição defeituosa da reação. Tais sinais apontariam para aquilo que o interrogado teria intenção de esconder, portanto apontariam igualmente para sua culpa. No caso trabalhado, o uso do método de prova psicanalítica AbrahamRosanoff-Jung foi explicitamente defendido para que a polícia técnica pudesse obter “provas objetivas” de culpa. Nesse dispositivo, os operadores do saber psi - psicólogos e psiquiatras descortinariam a verdade por meio de sinais, tais como: pausas, demoras, gaguejos, sorrisos, tremores, dentre outros. O discurso é revestido de valores baseados na superioridade do saber científico, na qualidade de conhecimento mais evoluído, mais adequado à modernidade, melhor. O trabalho defende a idéia de que a prova psicanalítica recorre a um saber característico do paradigma indiciário, modelo epistemológico no âmbito das ciências humanas usado para elaborar formas de controle social. A convicção da culpa é formada por essa ausência, pelo silêncio, titubeio, refugo do sujeito. A prova está naquilo sobre o que se cala, não sobre o que se diz. O saber psi fornece, portanto, a outra face da prova penal, calcada sempre apenas nas evidências dadas. Nesse dispositivo psi, as negativas em fornecer a evidência são, por si mesmas, as próprias evidências de culpa.

Por fim, a conclusão do trabalho faz alusão aos Direitos de Miranda (EUA), buscando evidenciar o contraste, o dispositivo diverso: uma culpabilidade formada não pelo que se diz, mas pelo que se silencia, se vacila, titubeia, gagueja. Seja pelo método de inquérito centrípeto - a partir do qual se infere disposição do sujeito em praticar o crime - seja pelo meio de prova psicanalítica Abraham-Rosanoff-Jung - com o qual se obtém a evidência do delito - este dispositivo conceitual e prático marca a presença do saber psi na construção de um discurso de verdade do testemunho no sistema de justiça criminal brasileiro, dando lugar a novas possibilidades de culpabilização. A vitalidade do trabalho reside em mostrar o processo de captura, de construção dessa culpabilidade por indícios, sustentada pelo discurso de verdade e dispositivos conceituais e práticos da psicologia jurídica. Àqueles que perpetuam tais teses, seja por sua reprodução a-crítica no ensino da psicologia, seja pela prática psicológica forense referendada no discurso de desvelamento da verdade do sujeito, este estudo histórico pretendeu oferecer a crítica reflexiva da prática segregadora e perversa que tal discurso enseja.

Uma história da ABRAPSO – Regional Minas Gerais: resgate dos Anais dos Encontros Mineiros (1985-2006)

Danielle Abrantes Campos Lima (Universidade Federal de São João del-Rei), Marcos Vieira Silva (Universidade Federal de São João Del-Rei)

Este trabalho refere-se a um projeto de Iniciação Científica recém-iniciado junto ao Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Tal proposta faz parte de uma sequência de investigações realizadas por grupo de trabalho composto por pesquisadores, estudantes e professores do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial-LAPIP, do Departamento de Psicologia da UFSJ. Em agosto de 2014 iniciou-se o trabalho de organização do arquivo da Professora Elizabeth Bonfim que culminou na separação inicial dos livros e registros em um programa específico denominado BookDB. Em seguida, foram separados os periódicos, os anais de eventos, as teses, as dissertações e todo o material relativo à Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. Com o trabalho prévio de organização desse material, a proposta geral dessa investigação é construir narrativas sobre a Associação Brasileira de Psicologia Social – Regional Minas Gerais, a partir do material de divulgação dos encontros (cartazes, folders e outros produtos) e dos anais dos eventos realizados, no período compreendido entre 1985 a 2006. A periodização escolhida para o objeto de estudo, compreende o surgimento da ABRAPSO Minas (1985) e o ano de doação do acervo à UFSJ (2006). O material a ser investigado se encontra arquivado no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Psicologia (CDPHP) do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP) da UFSJ, após a doação realizada pela Professora Elizabeth de Melo Bomfim. Para tanto, propõe-se como objetivos específicos organizar sistematicamente as fontes documentais ligadas à ABRAPSO, pertencentes ao acervo depositado no CDPHP/LAPIP-UFSJ, instalado no CEDOC - Centro de Documentação da Universidade Federal de São João del-Rei; fazer um levantamento detalhado dos eventos realizados no período investigado, entre 1985 e 2006; bem como construir narrativas acerca desses eventos, com foco investigativo nas temáticas discutidas, nas escolhas das sedes para sua realização e nas redes constituídas, analisando, também, a relevância dos Encontros Mineiros para a constituição e expansão da ABRAPSO em âmbito nacional. Dessa forma, este trabalho promove a continuidade dos estudos realizados a partir do CDPHP/LAPIP e ajuda a construir uma narrativa sobre essa entidade, bastante representativa da Psicologia Social brasileira, tomando como estratégia o método historiográfico de análise documental. Tal método caracteriza-se pela busca do historiador por assuntos e vestígios que possam contribuir para a ampliação de conhecimento e a partir de documentos, textos, anais, atas e fatos coletados, organizá-los e, posteriormente, analisá-los e interpretá-los conforme o referencial teórico adotado. Consideramos que com esse método poderemos investigar os documentos mencionados e, assim, construir uma cronologia da ABRAPSO-MG, levando em consideração as nuances sociais e políticas que permeavam os encontros realizados. Essa construção propiciará uma compreensão histórica e o percurso de ideias que se fazem presentes nessa instituição, na atualidade. A história da Psicologia Social no Brasil se funde com a da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO e, dessa forma, investigar, estudar sua origem, sua expansão e averiguar as bases da constituição da ABRAPSO Minas é entender alguns dos desdobramentos da Psicologia Social no Brasil. A criação da ABRAPSO propiciou um rompimento com as correntes da psicologia social americana e europeia e cumpriu o papel de divulgar e aumentar os ensejos para a produção de uma Psicologia balizada e pensada no "homem em seu conjunto de relações". Minas Gerais foi um estado que se destacou frente à Psicologia Social em comparações às demais regiões. Isso porque a Psicologia Social, no referido estado surgiu em meados dos anos 60 e 70 com as atividades dos professores do Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que desenvolviam trabalhos de pesquisa e aplicação psicossocial, ou seja, trabalhos de campo. Nos anos 80, iniciou-se um movimento interinstitucional entre a UFMG, PUC-MG e demais universidades com o objetivo de formar um núcleo da recém-formada ABRAPSO. Em 28 de setembro de 1985 um pequeno grupo de professores se reúne e decide criar a ABRAPSO Regional Minas, conjuntamente com o primeiro Encontro Mineiro de Psicologia Social. Os anais do primeiro encontro foram publicados juntamente com a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG. Desde então a ABRAPSO Minas está em crescente expansão e conta com a realização de encontros a cada dois anos. Desses encontros surgem os anais de eventos e cartazes que contam de forma concisa a temática desenvolvida, foco dessa pesquisa que visa resgatar esses anais, avaliar as implicações históricas dos eventos realizados e recontar a história da ABRAPSO Minas, a fim de ampliar o conhecimento sobre tal Associação. Além disso, expandir o trabalho do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Psicologia CDPHP/LAPIP-UFSJ, apresentando uma nova faceta da história e práticas da Psicologia Social no Brasil e Minas Gerais.

Apoio: FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Uma história das interfaces entre evangélicos e Psicologia no Brasil: os batistas

Filipe Degani Carneiro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O presente trabalho consiste em relato da pesquisa de doutoramento do autor, atualmente em desenvolvimento, a qual consiste em uma investigação historiográfica sobre a constituição do investimento evangélico pela Psicologia no Brasil. Por "investimento evangélico", entendemos os mútuos investimentos e apropriações entre o campo religioso evangélico/protestante e a Psicologia que se expressam no número cada vez maior de profissionais e instituições que articulam estes discursos acadêmico/profissional e religioso. Uma das faces mais visíveis da articulação entre o campo evangélico e o saber psicológico são as atividades de ensino teológico, ministradas por seminários, faculdades confessionais e outros institutos de educação superior mantidos por igrejas evangélicas. É comum encontrar atualmente a presença de disciplinas de temáticas relativas à Psicologia da Religião, Aconselhamento Psicológico e Psicologia da Educação, dentre outras, nos currículos de formação de pastores e líderes evangélicos. Entretanto, indagamo-nos sobre em que período e em quais condições históricas e culturais conteúdos psicológicos começaram a circular nos currículos de formação teológica evangélica no Brasil. Desta forma, esta pesquisa objetiva compreender historicamente os processos de apropriação do saber e prática psicológicos pelo campo evangélico no Brasil, com ênfase nas seguintes instituições batistas de educação superior, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, dentre as décadas de 1950-1990, a saber: a) o Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil (STBSB), criado em 1907 com o objetivo de formar pastores para a liderança de igrejas batistas; b) o Instituto Batista de Educação Religiosa (IBER), criado em 1949 (sob a denominação inicial de Instituto Cristão de Treinamento de Moças), com o objetivo de formar educadoras religiosas.

A adoção deste recorte temático (instituições de educação superior) se justifica porque os seminários evangélicos são centros de formação de líderes, além de concentrarem em seus corpos docente e discente a intelectualidade evangélica, isto é, os segmentos do campo evangélico mais voltados ao estudo do saber acadêmico e ao estabelecimento de diálogos com o saber teológico e à prática pastoral. Já a opção pelo segmento batista se justifica por sua relevância no campo evangélico brasileiro: trata-se da mais numerosa dentre as "denominações históricas", termo que designa os movimentos protestantes não pentecostais cuja inserção no Brasil ocorreu no século XIX.

Esta investigação tem empregado como método a utilização de pesquisa bibliográfica e documental, além da realização de entrevistas com ex-professores(as) e alunos(as) do STBSB e do IBER. Dentre os resultados parciais, logramos identificar a presença de disciplina de Aconselhamento Pastoral, já na década de 1950, ministrada por Antônio Dutra Jr., um pastor batista que realizara formação psicanalítica na Inglaterra. Dutra integrou o corpo de analistas didatas da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, criada em 1955.

Outro personagem relevante cuja atuação foi encontrada é José Novaes Paternostro (1916-1997), psicólogo com destacada atuação no campo da psicotécnica e da psicologia aplicada ao trabalho, que foi membro da Academia Paulista de Psicologia. Paternostro era um membro de uma igreja batista em São Paulo e realizava já no final da década de 1950 a aplicação de testes psicológicos para orientação vocacional e avaliação de personalidade nos candidatos ao ingresso no STBSB e no IBER.

Na década de 1970, ocorreu no STBSB um investimento voltado à capacitação de seminaristas e pastores na utilização de conhecimentos psicológicos em suas práticas pastorais: a criação da Clínica de Aconselhamento Psicológico, criada pelos pastores batistas José Roberto Pereira de Britto e James Musgrave Jr., ambos com formação em psicologia obtidas em seminários norteamericanos.

Desta forma, é possível observar a multiplicidade de enfoques que teve a apropriação dos saberes "psi" pelos batistas. Enfoques estes que são articulados com o contexto geral do saber psicológico no Brasil ao longo do recorte temporal adotado: a inserção inicial da Psicologia em cadeiras/cátedras de ensino superior; a psicotécnica e a hegemonia do modelo psicométrico nas décadas de 1940 a 1960; a substituição de tal modelo pelo clínico psicoterápico, que se torna hegemônico a partir da década de 1970.

Tal pesquisa se propõe à utilização da metodologia histórica como forma de compreensão do presente, de problemas de pesquisa relevantes na contemporaneidade, qual seja os limites entre a apropriação de saberes psicológicos por contextos religiosos.

A vinculação com o GT "Implicações éticas e políticas dos saberes psicossociais no Brasil:

reflexões históricas" se justifica pelo enfoque adotado na pesquisa histórica do campo religioso, qual seja a compreensão das práticas religiosas como produções históricas e culturais concretas. Interessa-nos notadamente investigar de que formas, sob quais condições e com quais objetivos institucionais ocorreu a apropriação da Psicologia no STBSB e no IBER, bem como relacionar tais práticas com o cenário histórico do período, notadamente com o contexto político-social brasileiro e com as transformações no campo evangélico.

Vinda de Carl Rogers ao Brasil nas décadas de 1970-1980: uma revolução silenciosa

Ellen Araújo Lima Feitosa (Universidade Federal da Bahia), **Paulo Coelho Castelo Branco** (Universidade Federal de Minas Gerais)

Este trabalho objetivou analisar o período histórico em que Carl Rogers visitou o Brasil em três ocasiões nas décadas de 1970-1980, situando o impacto de suas ideias políticas nesse país, imerso no Regime Militar. Foi esse contexto histórico que recepcionou as ideias políticas rogerianas, curiosamente contraculturais ao regime vigente. Pressupondo-se que cada época tem uma propensão de abertura para determinados conhecimentos em detrimento de outros, considera-se o encontro de Rogers com o cenário brasileiro objeto de reflexão sobre os efeitos desse embate na experiência dele e na Psicologia brasileira. Rogers entende política como uma questão de gestão e controle de poder sobre os outros. Entretanto, com base na criação de um microcosmo grupal, livre de manipulações e julgamentos, sua abordagem entende que o poder está na pessoa e que cabe ao psicólogo possibilitar que ela contate e acesse suas potencialidades para resolver situações pessoais, relacionais e sociais. Para cumprir o objetivo, utilizou-se metodologicamente a pesquisa bibliográfica, a partir da coleta e análise de cartas, entrevistas e textos de Rogers sobre a sua vinda ao Brasil. Nelas empregaram-se as técnicas de Leitura Seletiva e Reflexiva. Como resultado, estabeleceram-se três categorias sobre a vinda de Rogers ao Brasil: (1) Rogers antes da vinda ao Brasil; (2) Rogers no Brasil; (3) Rogers depois do Brasil. Em seguida, discutem-se esses resultados. (1) No período anterior a primeira vinda ao Brasil, em 1976-1977, Rogers trocou cartas com Antônio Bandeira, estudante de Psicologia e empresário que mediou o evento. Rogers demonstrou empolgação e inquietação com a possibilidade de impactar um país, imerso numa ditadura, com suas ideias em defesa da liberdade. (2) No Brasil, Rogers concedeu uma entrevista a Revista Veja, ele ponderou que seus pensamentos políticos e psicológicos possibilitavam uma alternativa aos ideais comunistas da época. Eram pensamentos de democracia, liberdade e consciência que poderiam ser cooptados pelo sistema capitalista e reconfigurados em outros moldes. (3) Na obra Um Jeito de Ser, no capítulo Crescer envelhecendo ou envelhecer crescendo?, Rogers destacou como foi desafiador para ele, com uma idade avançada, viajar para um país que lhe era distante e diferente. Ele reconheceu que seu trabalho teve alguma contribuição para a Psicologia local e para a política do Brasil, no sentido de apontar uma abordagem que colabora com a redemocratização, a partir do crescimento intra e interpessoal. Em suma, esses três momentos retratam que Rogers foi influenciado pelo cenário brasileiro ao arriscar colocar à prova sua prática em um contexto desfavorável aos ideais humanistas. Constata-se que muito da abertura nacional para receber Rogers ocorreu devido a sua fama e repercussão internacional. Conclui-se que a vinda de Rogers fomentou a criação de vários centros de formação humanista no Brasil, contribuindo com a assunção de uma Psicologia Humanista brasileira, situada as contendas regionais e com diversos trabalhos preocupados com a relação entre pessoa e sociedade. Por exemplo, situa-se as produções nacionais do Plantão Psicológico e das releituras freireanas, marxistas e fenomenológico-existenciais empreendidas sobre a abordagem centrada na pessoa. Essas produções caracterizam um movimento crítico especificamente brasileiro e que contribuíram para o avanço da Psicologia no Brasil.

GT 09 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O POLÍTICO E A POLÍTICA NOS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Atuação da Comissão de Psicologia e Assistência Social do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Viviane Siqueira Martins (Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeir), Claudia Simões Carvalho (Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro), Paula Smith Peixoto (Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro)

Introdução: Com a redemocratização do país na década de 80, houve grandes avanços relacionados a proteção social e garantia de direitos da população brasileira. Nesse período também se inicia o processo de consolidação das políticas públicas que asseguram o tripé da Seguridade Social, Assistência Social, Saúde e Previdência Social, direito integrado a Constituição Federal e posteriormente regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, 1993. Em 2003 na IV Conferência Nacional de Assistência Social foi deliberado a criação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Assistência Social- PNAS. No ano de 2011 com Resolução nº 17 que dispõe sobre as equipes de referências dos equipamentos e serviços socioassistenciais o psicólogo é um profissional obrigatório nas equipes mínimas. Diante deste cenário onde a Assistência Social absorveu um contingente expressivo de profissionais da Psicologia, evidenciando um território fértil para a prática da psicologia, embora esse espaço se apresente como oportunidade de atuação, também revela desafios cotidianos enfrentados pelos (as) psicólogos (as) entre eles os questionamentos técnicos, teóricos , éticos e políticos. Assim para potencializar essa discussão o XIV Plenário o CRP-RJ deliberou, em agosto de 2014, a criação da Comissão de Psicologia e Assistência Social. Objetivo: A Comissão de Psicologia e Assistência Social do Conselho Regional de Psicologia –RJ tem como objetivo fomentar a discussão sobre a inserção e prática do Psicólogo nas políticas públicas de Assistência Social, a necessidade de qualificar os psicólogos (as) que atuem na área, a atuação multidisciplinar nos dispositivos dessa política, a precariedade nos vínculos trabalhistas e a necessidade de que o SUAS seja implantado como uma política de Estado e não de Governo. Metodologia: A comissão se reúne uma vez por semana para discutir as solicitações da categoria e uma vez por mês realizamos reuniões ampliadas para participação dos profissionais e estudantes de psicologia com a pauta aberta. Realizamos ações descentralizadas nas subsedes do CRP- RJ onde realizamos Rodas de Conversa com psicólogos, profissionais do SUAS, estudantes e com a instituições parceira sobre a psicologia nas políticas de assistência social e suas contribuições na luta pela garantia de direitos e cidadania no processo de democratização da sociedade. Fomentamos também a participação dos psicólogos nos espaços de controle social, através dos conselhos de direitos da assistência social e nos fórum de trabalhadores do SUAS. A comissão também estará realizando em outubro deste ano um Seminário com o tema: Psicologia e Assistência Social: Novos espaços, quais percursos? Com intuito de aprofundar a discussão sobre a formação, qualificação através dos teóricos da psicologia social e comunitária. Conclusão: O trabalho nas políticas públicas de Assistência Social está pautado em uma prática que tem que estar atenta para aspectos que escapam completamente ao que se reconhece como peculiar a esse campo (é um campo em que ao psicólogo não cabe somente o que seria da ordem do sofrimento e da subjetividade), as condições em que se dá o trabalho são muito diferentes daquelas da profissão liberal, sobre as quais se conformou a profissão (é um o trabalho institucionalizado, precário e em equipe) e ainda as fronteiras construídas pela Psicologia se rompem em direção a um compartilhamento de saberes e práticas que, em muitas vezes, ainda estão por se construir (Yamamoto & Oliveira, 2010). O Psicólogo contribui neste espaço, através, de seu conhecimento sobre o processo da construção da subjetividade e os fenômenos deste na sociedade e com o seu compromisso profissional na garantia de direitos humanos. Além disso, aponta-se para a importância da psicologia na construção de ações comprometidas socialmente com a realidade do país, e que, contribuam para a quebra de vulnerabilidade social garantindo a autonomia do sujeito frente a sua realidade.

Espaço "Cine Psi Baixada": Lugar de diálogo com psicólogos, estudantes e a sociedade

Jacqueline dos Santos Soares (CRP/RJ Subsede Baixada Fluminense), **Vanda Vasconcelos Moreira** (Conselho Regional de Psicologia RJ), **Monica Valeria Affonso Sampaio** (CRP/RJ Subsede Baixada)

O presente trabalho tem como finalidade o relato de experiências profissionais, na modalidade comunicação oral, de uma das ações políticas desenvolvidas no CRP-RJ- Subsede Baixada Fluminense, denominada "Espaço Cine Psi Baixada Fluminense", em cumprimento das deliberações do VIII COREP, Eixo 2 – "Ampliar a presença qualificada e crítica da Psicologia na Sociedade e nas Políticas Públicas"; e do VIII CNP, Eixo 3 –"Ampliação da participação da Psicologia e Sociedade nas Políticas Públicas". A Subsede do CRP-RJ Baixada Fluminense tem em sua Gestão a Comissão Gestora composta por conselheiros, colaboradores e estudantes. A História da Psicologia na Baixada Fluminense coincide com a Ditadura Militar nos anos 70 e o processo de democratização da sociedade brasileira no final dos anos 80 e inicio dos anos 90. Estimulados pelo CRP-05, Psicólogos da Região começam a desencadear articulações e mobilizações em vários Municípios da Baixada Fluminense. Este Movimento foi chamado de "Núcleo de Articulação de Psicólogos da Baixada". Em continuidade aos movimentos de lutas fez-se necessário estabelecer uma Subsede na Região, nos anos 90 e foi inaugurada, no Município de Nova Iguaçu, "A Casa da Subsede Baixada Fluminense", que vem se consolidando como um espaço de referência dos profissionais psicólogos e da comunidade local na região da Baixada Fluminense.

O território da Baixada Fluminense é composto por 13 Municípios e marcado historicamente pela violência, baixo índice de desenvolvimento humano e violações de direitos da população. Inserida neste contexto, "A Casa Subsede Baixada Fluminense" passou a desenvolver inúmeras atividades de encontro com os psicólogos, estudantes e profissionais parceiros, como seminários e palestras e em 2010 criou-se o " Espaço Cine Psi" que através de filmes e agora com vídeos de produção da própria Comissão Gestora, abriu espaço para se pensar sobre as questões políticas e sociais da Baixada Fluminense como parte da conjuntura da sociedade brasileira, tendo como desdobramentos ações conjuntas da categoria de psicólogos, estudantes e atores sociais da Região.

Apresenta objetivos de constituir um espaço constante de diálogo, elevando o debate críticoreflexivo sobre as práticas do psicólogo com base nos Direitos Humanos, no Código de Ética da Psicologia, e nas deliberações do VIII COREP e VIII CNP. O Cine Psi tem se tornado um espaço de aproximação, mobilização e criação de possibilidades de ações que tenham efeitos no fazer do psicólogo e consequentemente na população atendida. Considera o contexto social, econômico e político da Baixada Fluminense, tendo em vista ampliar a comunicação com profissionais psicólogos, estudantes de psicologia, com as Faculdades de Psicologia da região da Baixada, Movimentos Sindicais e Movimentos Sociais, produzindo ações coletivas de enfrentamento de violação de direitos. Levantar bandeiras de lutas deliberadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, que possam contribuir na construção de Políticas Públicas e garantias de direitos. A promoção de um espaço de diálogo tem seu embasamento a psicologia no âmbito social, de acordo com os Direitos Humanos, a Ética e o Compromisso Social e a deliberação do VIII CNP e VIII COREP. A exibição de filmes, entrevistas, documentário ou criação própria de vídeos pela Comissão Gestora, com os temas de interesse dos psicólogos e estudantes e pertinentes na sociedade como gerador de debates. Organizado em encontros quase mensais, analisados de acordo com os temas sugeridos pela categoria, são convidados os psicólogos e profissionais parceiros, especialistas nas temáticas propostas, para palestrantes/debatedores dos "Cines Psis" que de forma participativa, contribuem com informações, formação, orientação técnica-científica, reflexão da prática da psicologia e sua relação multiprofissional.

O fomento de espaços de discussões teve como resultados aproximação com a categoria, espaços de extensão na formação dos estudantes, espaço de mobilização e ações conjuntas com os profissionais parceiros, aproximação com as faculdades de psicologia da região, movimentos sociais e movimentos sindicais.

O Espaço Cine Psi destaca-se das demais ações políticas da Subsede Baixada Fluminense pela proposta da utilização de imagens que exibem temáticas da profissão e a realidade social e política da sociedade brasileira e os reflexos na vida de grupos historicamente marginalizados.

Fomenta a reflexão de temas essenciais da Psicologia, através de filmes e similares que enfocam questões que atravessam as praticas do psicólogo levando-o a repensar suas práticas em direção a uma atuação critica reflexiva. A opção pela reprodução de filmes está intencionalmente ligada à idéia de disparar debates que possam mobilizar e causar inquietações, provocar estranhamentos, problematizar a esfera social. Fincar para a profissão bandeiras que sustente o diálogo com a sociedade, o fortalecimento dos direitos humanos e compromisso ético-político com a promoção da vida.

O ativismo político na contemporaneidade: um estudo sobre o movimento Fora do Eixo

Demetrius Lopes de Abreu (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

No ano de 2013 pudemos perceber os ecos virtuais das manifestações ocorridas pelo mundo, apesar de não termos sofrido grandes impactos com a crise mundial de 2008, também promovemos ações coletivas que assumiram caráter de massa, e as temos como pano de fundo para investigar o ativismo político. Compreendemos que os efeitos políticos destas grandes mobilizações continuam desdobrando-se, criando desafios à ampliação da democracia brasileira e uma reformulação do fazer político nacional. Curiosamente, as Jornadas de Junho não foram convocadas diretamente pelos movimentos tradicionais e ativos, estes agregaram forças em um segundo momento. Foram os movimentos sociais, mídia ativistas, entre outros coletivos sociais de menor expressão, que articulados e conectados em redes sociais virtuais mobilizaram a sociedade civil, com toda sua heterogeneidade e contradições, a participar dos protestos. E nesta rede de resistência se destacaram três atores sociais: Movimento Passe Livre precursor das mobilizações, coletivos anarquistas com as táticas Black bloc, mídia ativistas do Movimento Fora de Eixo que transmitiram ao vivo os protestos pela internet. As formas de organização e negociação com o estado, princípios e utopias, atuação e luta política desses grupos, apesar de diferenciadas entre si, parecem apontar para uma nova tendência no ativismo político nacional. Entendemos que a prática do ativismo político é um forte dispositivo nos processos de subjetivação, que ocorrem principalmente nas redes de movimentos sociais. Abordaremos a subjetividade sobre o prisma da processualidade, que admite o atravessamento de múltiplos vetores de forças político-desejantes, discursivas, tecnológicas entre outras que possibilitem o descongelamento identitário, gerando fluxo ao fazer político. Nosso corpo teórico transversaliza o pensamento de Foucault, Deleuze e Guattari para tratar da produção de subjetividades, a concepção de redes de movimentos sociais de Ilse Scherer e outras perspectivas que problematizam o próprio conceito de movimento social e militância política tradicional, e para abordar o político transitamos en passant por Arendt e Laclau. Destacaremos duas estratégias que têm marcado o ativismo político atual considerando-as como agentes que podem concorrer para a produção de subjetividades: Apropriação das tecnologias informacionais pelos atores sociais contemporâneos, modos de organização e experimentações políticas que valorizam jogos de poderes mais horizontais. Diante disso nos questionamos quais efeitos essas estratégias passam a ter nos sujeitos da ação política? Que repercussões trazem para suas práticas ativistas? Temos como objetivos investigar processos de subjetivação relativos ao ativismo político praticado no movimento Fora do Eixo. E compreender o impacto das apropriações tecnoinformacionais, e tentativa destes atores em horizontalizar suas relações políticas. Os procedimentos metodológicos incluíram uma etapa exploratória onde buscamos aproximar-nos dos três movimentos sociais que destacaram-se em 2013 (MPL, FdE, coletivos anarquistas). Esse momento inicial permitiu algumas adequações conceituais e operacionais, de modo a eleger o FdE-JP , na capital da Paraíba, para a realização de etapa posterior. Numa segunda etapa realizamos entrevistas semiestruturadas com integrantes do movimento e da Casa FdE-JP. Foram realizadas cinco entrevistas, quatro destes entrevistados atuaram como midialivristas do Mídia Ninja em Junho/2013 e são referências dentro do movimento, o outro entrevistado mudou recentemente para Casa. Acompanhamos duas páginas do movimento no Facebook, e página do twitcasting do Mídia Ninja que contém o histórico das transmissões ao vivo de 2013. Realizamos observação participante com registro em diário de campo na casa do FdE-JP onde os integrantes convivem coletivamente. A análise da dissertação encontra-se em andamento e utilizará categorização dos dados alinhada aos objetivos da pesquisa. Chegamos a alguns resultados e conclusões parciais: os ativistas do FdE-JP apropriaram-se organicamente de uma cultura digital e a utiliza não só para a divulgação dos conflitos sociais em sua eficiente rede midiática e colaborativa, mas também na construção de narrativas de resistência diferenciadas, associada ao partilhamento de tecnologias sociais junto a grupos locais, como a despoluição do rio Gramame, e luta contra desapropriação da comunidade Porto Capim. Quanto as experiências horizontais nos jogos de poder, acabam funcionando mais como uma ação de autonomia nas pontas das redes FdE, do que propriamente relações horizontais, pois uma lógica hierárquica e de liderança ainda prevalece em suas políticas internas. À nível dos processos subjetivos tem produzido identidades políticas que são marcadas pela expertise em produções de grandes eventos, captação de recursos de editais públicos e privados, gerenciamento de uma ampla rede de colaboradores, que permitem formar uma base ideológica que chamaria resumidamente de um devir empreendedor. Somada a um devir libertário em suas propostas: de vida coletiva, experimentação de simulacros que almejam uma prática discursiva diferenciada de mídia, de partido político, universidade e banco, e as coberturas das marchas da liberdade e Jornadas de Junho que ajudam a viralizar a ideia de um ciberativismo nacional. Resta-nos ainda investigar o quanto de singularidade este último devir promove na prática, e os efeitos para o campo do político dado seu estreitamento com uma política institucional partidária (PT).

O Grindr e a homossocialização individualizada: espaços virtuais de afiliação comunitária e estratificação geoespacial da cidade

Adolfo Pizzinato (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Cristiano Hamann (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

A presente proposta de discussão se embasa em uma pesquisa desenvolvida sobre o uso de aplicativos de busca de pares sexuais para o público masculino – em especial o Grindr – e seu impacto na socialização de práticas sexuais. Para além da discussão das especificidades de possibilidades homoeróticas facilitadas por tais ferramentas (tais como o anonimato e o controle da publicização de características e a busca estratificada de potenciais parceiros com base em certos dados físicos e sociais), emerge do contato com tais ferramentas uma reflexão sobre dos eixos também importantes ao analisarmos a trajetória da homossocialização pós-moderna: 1) a afiliação comunitária e 2) a ocupação de territórios. Tradicionalmente, os estudos sobre espaços sexualizados e queer de modo geral, postulavam que sua natureza "guetificada" era fundamental para a criação de processos identitários, majoritariamente urbanos, em quem ocupava tais territórios. O mesmo gueto que segrega, é o espaço geográfico que "protege", que possibilita a expressão de elementos identitários minoritários e, gera na construção de códigos de práticas e auto apresentação, processos afiliativos de ordem comunitária. Entretanto, como discutir contexto no campo virtual? Ainda mais, considerando uma ferramenta que ao mesmo tempo em que é virtual, se embasa em uma lógica de georreferenciamento (GPS). Além disso, como tal ferramenta opera em termos de exclusão/inclusão de usuários de periferias ainda é incerto. Os espaços geográficos, mesmo que guetificados das grandes cidades foram fundamentais para a politização das identificações públicas homossexuais e, espaços onde tradicionalmente as diferenças de classe e origem geográfica eram minimizadas - em detrimento de outras práticas afiliativas, aí sim, de caráter erótico. Ainda que o anonimato controlado e a desterritorialização geográfica guetificada podem ser interpretados como movimentos de libertários de individuação, tais aplicativos de encontro de pares podem gerar um efeito de "reinvisibilização" das identificações políticas queer, desarticulando movimentos afiliativos comunitários de ocupação e resistência na cidade. O foco de discussão do trabalho é a visibilidade a ocupação como consequências de um processo identitário afiliativo – ressignificado com nessa relação com uma smart city gay, onde sim se estabelecem relações comunitárias, mas, com a desarticulação da ocupação comunitária de territórios geográficos ameaça a identidade política de certos coletivos em detrimento de uma relação cada vez mais individualizada consigo mesmo e, com as práticas de homossocialização. Tais estratégias de controle e individuação não são novidades nos processos de identificação pós-modernos. Entretanto pelo impacto que podem gerar nas possibilidades de ocupação da vida pública urbana já conquistadas, merece nossa reflexão e discussão mais aprofundada. O que se pretende aqui é apresentar não apenas nossos argumentos, à luz dos processos de ocupação urbana e politização identitária, mas também os percursos metodológicos que utilizamos para alicerçar nossas discussões, como a etnografia participante, a netnografia e a entrevista por aplicativos de celular – integrada ou não com entrevistas situadas geograficamente. Marcadores de classe econômica, idade, etnicidade e práticas sexuais passam a ser interpeladas, negociadas e socializadas de forma diferente através da virtualização dos espaços de negociação sexual, dando outro caráter a ocupação política da sexualidade e suas consequencias na urbanização da diversidade.

Observatório do controle social do SUS das micro regiões de saúde Betim/Contagem: espaço "alfabetizador" político de estudantes

Rhayane Maria Medeiros Ribeiro do Carmo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Maria da Consolação Magalhães Cunha (PUcMinas Betim e Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte)

O presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência de estudantes da área da saúde que participam do Projeto de Extensão desenvolvido pela PUC Minas Betim "Observatório do Controle Social do SUS das micro regiões de saúde de Betim e Contagem" (OBCS/SUS). Reconhecida como processo de construção do conhecimento, a extensão universitária se articula com o ensino e a pesquisa nos cenários das práticas multiprofissionais permeados pelas demandas da sociedade. "No retorno à Universidade, professores e estudantes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, fará ampliar e elevar o nível do conhecimento anterior. " (SESU, 2008). O Observatório tem por finalidade fortalecer os mecanismos de controle social no âmbito do SUS por meio da capacitação de conselheiros, do monitoramento das resoluções das conferências de saúde e da disseminação do conhecimento adquirido durante os seis anos de desenvolvimento do projeto. Durante seu percurso, o projeto recebeu aproximadamente 50 alunos, sete trabalhadores do SUS Betim, oito professores e desenvolveu atividades de pesquisa, monitoramento de situações de saúde e capacitação de conselheiros de saúde, alunos e do público em geral. Para a atuação nas referidas linhas foram desenvolvidas estratégias e instrumentos de trabalho próprios aos objetivos do projeto. Como metodologia utilizamos a observação e discussão do percurso dos discentes ao longo do projeto. Estes estudantes foram selecionados a partir de suas habilidades para a extensão e disponibilidade para participar do projeto do "Observatório do Controle Social do SUS das micro regiões de saúde de Betim e Contagem". Como resultado alcançamos estudantes que modificaram sua percepção acerca do Sistema Único de Saúde e se inseriram como conselheiros e delegados em Conferência Municipais e Estaduais. Os alunos se apropriaram do marco conceitual e desenvolveram produção de trabalhos de conclusão de curso e pesquisas acerca da temática do projeto. Uma pesquisa desenvolvida pelo grupo denominada "Professores Universitários: abordagem sobre cidadania e controle social/SUS nas disciplinas da área de conhecimento em Saúde Coletiva/Saúde Pública, " permitiu a avaliação da inserção do controle social no SUS nas unidades de ensino dos cursos da área saúde no Campus Betim. Foi possível identificar que as ementas das disciplinas afins tinham carga horária insuficiente, tendo em vista a multiplicidade de conteúdo a serem apresentados no período. Durante oficinas realizadas em salas de aulas, os estudantes demonstraram-se participativos, mas nem sempre tinham conhecimento do conteúdo discutido. Denota-se que o projeto de Extensão OBCS/SUS se tornou um local onde os estudantes podem conhecer o SUS, construir consciência política e militar em prol de um sistema de saúde universal e com equidade. Ousamos dizer que o OBCS/SUS é um "alfabetizador político", instiga o aluno a se reconhecer como cidadão, considerando a definição de Bertolt Brecht (1898-1956) no poema "O Analfabeto Político". Esta experiência possui uma relação muito próxima com o eixo temático Movimentos sociais e desafios à democracia brasileira. Como relatado acima a extensão universitária propicia a reflexão do fazer política e do ser político. Durante o desenvolver das atividades realizadas pelo projeto, estudantes e a comunidade acadêmica refletiram sobre a política pública de saúde que estamos construindo com a nossa participação, ou não.

Para seguir rastros e pistas sobre a construção democrática: uma cartografia de controvérsias

Mariana de Castro Moreira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Este trabalho faz parte da pesquisa de tese em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ) e tem como foco a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas. A partir das contribuições da Psicologia Social e de novas possibilidades de pensar a construção de conhecimento nesta área, busca refletir sobre as transformações e reconfigurações nos modos de participação e de subjetivação no espaço público e na vida política. Lançamos um olhar especial para o campo dos projetos sociais como territórios de ação que dão materialidade às assim chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Organizações não governamentais, associações, institutos, fundações, terceiro setor: terminologias diversas que apontam práticas múltiplas e referenciais distintos, sinalizando o necessário reconhecimento da complexidade deste campo. A abordagem proposta não se dá em direção ao consenso, mas no desafio de transitar entre fronteiras, heterogeneidades e controvérsias.

Em comum, encontramos nestas práticas, a ação de pessoas, grupos e organizações que se mobilizam, na esfera privada, em torno da causa pública e que tem o princípio democrático como projeto político que norteia as bases da convivência em sociedade.

O recorte proposto situa-se nas últimas décadas, tomando a Constituição de 88 como marco. Um olhar sobre os anos 80 aponta o caldo de mobilização social produzido na luta contra a ditadura. Neste cenário, as OSC se destacam pelo protagonismo de importantes conquistas que vão do silenciamento, punição e interdição à participação como conquista e direito.

À época, OSC eram espaços de acolhimento de utopias e lutas. Hoje, o caldo de mobilização se transformou: há um movimento de criminalização destas iniciativas, associando-as a escândalos que envolvem corrupção, política partidária e desvio de recursos públicos, de tal modo que a própria legitimidade deste trabalho é colocada em xeque.

Parece-nos que, nos anos 60 e 70, as fronteiras entre o que se entendia por sociedade civil, Estado e iniciativa privada eram mais claramente delimitadas. Hoje, frente à complexificação das próprias demandas sociais, muitos atores passam a atuar e a fazer parte do que se chama de sociedade civil organizada, configurando um campo de forças e disputas por territórios, poder, públicos ou financiamento. Ao mesmo tempo, mesclam-se novas identidades e configurações híbridas a partir das parcerias que se estabelecem. Em uma mesma iniciativa, podem estar associadas OSC como executoras de projetos públicos que contam com recursos da iniciativa privada. Certamente a discussão sobre quem faz o quê – e sobretudo quem entra com qual recurso – não está dada, mas encerra desdobramentos éticos e políticos que precisam ser problematizados. Sobretudo a partir dos anos 2000, acompanhando a crise econômica mundial, inaugura-se longo período de transformações para as OSC quando a sustentabilidade financeira acaba por comprometer, muitas vezes, a própria sustentabilidade política de projetos de transformação social.

Deste modo, esta pesquisa acompanhou como o campo de atuação das OSC veio se configurando e transformando-se desde a década de 80 até os dias atuais, tendo como eixo principal a discussão sobre as possibilidades e alternativas de participação da sociedade civil na vida política/pública. Partindo dos 20 anos de experiência da OSC Espaço Compartilharte (Teresópolis-RJ), nossa porta de entrada neste campo, buscamos tecer uma "cartografia de controvérsias" (LATOUR, 2005) tendo como base referenciais teóricos da Teoria Ator-Rede. Inspirados no trabalho realizado por LATOUR, em sua etnografia da ciência, estamos desenvolvendo uma etnografia do trabalho das OSC, "entrando pela porta de trás", como sugere o autor, isto é, pelos vestígios que apontam como são construídas em seu dia a dia e não em seu caráter definitivo ou institucionalizado, o que implica olhar as práticas e seguir os atores, acompanhando as discussões, incertezas e embates em jogo.

Neste percurso, a Psicologia Social nos ajuda a problematizar e desnaturalizar a noção de social, vendo-o não como algo dado, mas como uma construção de elementos heterogêneos – materialidades e sociabilidades - que se fazem o tempo todo. Para isso, nosso olhar se volta para as práticas, acompanhando ali, em cada contexto, como são engendrados novos campos de força, atores, relações, cenários diversos.

Os resultados desta pesquisa apontam a pertinência e atualidade das questões colocadas, reforçando a premência de avançarmos na construção de novos aportes teórico-conceituais e metodológicos a fim de compreendermos a multiplicidade de formas de participação em curso hoje. Decorridas quase três décadas desta recente história de democratização, torna-se pertinente refletirmos sobre o que foi feito a fim de discutirmos coletivamente qual é o papel, novos desafios e alternativas de atuação destas OSC, fortalecendo uma agenda para as próximas décadas. Acompanhar e problematizar esta gênese potencializa reinventar as bases que sustentam – política, pedagógica e financeiramente – estas práticas, aproximando-nos da possibilidade de construir alternativas de radicalização da democracia e de reinvenção da participação social.

Prostitutas como sujeitas políticas: avanços e desafios do movimento organizado no Brasil

Letícia Cardoso Barreto (Universidade Federal de Santa Catarina), Claudia Andrea Mayorga Borges (Universidade Federal de Minas Gerais)

O trabalho visa debater resultados obtidos a partir da pesquisa de doutorado "Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte", escrita por uma das autoras e orientada pela segunda. A tese teve como objetivo analisar as relações entre prostituição e feminismos em Belo Horizonte, a partir de olhar sobre a emergência das prostitutas como sujeitas políticas e a produção do conhecimento sobre prostituição. Enfocaremos nas formas como os movimentos de prostitutas, ao longo de sua história, foram capazes de influenciar na produção de conhecimento e na realização de intervenções que toquem a prostituição, se mostrando progressivamente mais autônomos. Ressaltaremos ainda os desafios encontrados pelos movimentos neste processo. O artigo dialoga com o grupo de trabalho 9 por trazer questionamentos sobre a relação entre movimentos sociais e o Estado, as possibilidades de articulação com outras lutas políticas, a criação de políticas públicas e as contribuições deste processo à democracia brasileira. Em termos metodológicos, foi necessário mapear o contexto e atrizes que fazem parte deste processo de emergência, construindo sujeitas e subjetividades multifacetadas, e identificar deslocamentos e continuidades presentes nos discursos e conhecimentos. Em termos epistemológicos e metodológicos, adotamos uma postura interdisciplinar e feminista e utilizamos métodos de inspirações etnográficas, incluindo entrevistas, observação participante e diário de campo. Foi construída uma narrativa histórica do processo de construção do movimento de prostitutas em Belo Horizonte e sua relação com o contexto nacional e internacional, tomando como centrais os momentos de surgimento (19641989), consolidação (1990-2002) e autonomia do movimento (2003-2015). A pesquisa indica que o movimento de prostitutas em Belo Horizonte se alinha a outros movimentos nacionais e internacionais, em sua origem nos confrontos e parcerias com o poder público, na consolidação a partir de políticas de enfrentamento às DST/AIDS e pela mais recente autonomia ao pautar debates sobre prostituição na cidade. A autonomia do movimento de se dá especialmente em alguns contextos, como é o caso da luta contra a AIDS, a produção de projetos de lei e a relação entre o tráfico de pessoas e os grandes eventos. Nestes âmbitos, as prostitutas têm se mostrado mais aptas a influenciar as discussões, embora nem sempre esta influência se converta em alterações nas formas de se produzir conhecimento sobre prostituição ou de se pensar as políticas públicas que afetam este grupo. As dificuldades se mostram especialmente ao tentarem inserir pautas e reivindicações no que toca às políticas para as mulheres ou no diálogo com feministas, evidenciando que a prostituição se mantém como divisor de água das formas de se pensar a sexualidade e o gênero, bem como restrita às questões de saúde, sobremaneira de AIDS. Para pensar sobre os avanços e desafios encontrados pelo movimento, por vezes num mesmo espaço, analisaremos ainda a relação desenvolvida pelas prostitutas organizadas de Belo Horizonte com a Marcha das Vadias local. Uma das conclusões do trabalho é a importância de se considerar o movimento de prostitutas como parte dos feminismos que se constroem em Belo Horizonte e no mundo e de estabelecer um diálogo efetivo com este grupo de mulheres como forma de construção de um conhecimento e de um agir coletivos e compromissados socialmente.

Psicologia brasileira e ações coletivas: concepção sobre mudança social e a política na produção científica

Amanda Layse de Oliveira Feitosa (Universidade Federal de Alagoas), **Lívia Barbosa Lima** (Universidade Federal de Alagoas), **Frederico Alves Costa** (Universidade Federal de Alagoas)

A psicologia social crítica brasileira tem fomentado desde a "crise" da psicologia social, nas décadas de 1970 e 1980, a análise sobre fenômenos psicopolíticos, tendo como preocupação a dimensão ética e política dessas análises, direcionadas à contribuição da ciência para o enfrentamento de relações de dominação presentes no país.

A partir desta perspectiva crítica, o objetivo do trabalho é discutir a maneira como pesquisadores do campo da psicologia social têm analisado o fenômeno das ações coletivas, levando em consideração a concepção de mudança social. Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla, na qual: a) construímos um mapeamento de pesquisadores brasileiros que se identificam com a psicologia social e/ou com a psicologia política e que investiguem temas políticos; b) produzimos uma caracterização de artigos publicados por esses pesquisadores sobre temas políticos.

Este trabalho se articula com o tema do GT no que se refere à análise sobre a ação coletiva no Brasil, considerando a pluralidade dos sujeitos políticos e das formas de participação na construção das ações coletivas. A proposta circunscreve-se em torno do modo com as análises realizadas pela psicologia social brasileira têm debatido as ações coletivas e suas implicações para o processo de democratização da sociedade brasileira. Nesse sentido, vincula-se ao eixo temático "Movimentos sociais e desafios à democracia brasileira".

A produção científica analisada na pesquisa refere-se a artigos de pesquisadores de Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social ou em Psicologia (desde que tivessem área de concentração ou linhas de pesquisas em psicologia social e/ou referentes a temas políticos). Os Programas de Pós-Graduação foram selecionados a partir da Relação de Cursos Reconhecidos e Recomendados na área de Psicologia, fornecida pela CAPES. Já os pesquisadores foram incluídos de acordo com a identificação, na área de atuação do currículo Lattes, em psicologia social e/ou psicologia política, e por terem artigos publicados referentes a temas políticos.

Os pesquisadores e sua produção científica foram caracterizados a partir de dois eixos: formação acadêmica e temas políticos. No primeiro eixo, os docentes foram caracterizados quanto ao período de formação, instituição de formação e orientador em mestrado e doutorado. No segundo eixo, caracterizamos as produções científicas desses docentes em seis categorias temáticas: 1) ação coletiva; 2) intervenção política; 3) política pública; 4) estado; 5) concepção sobre temas políticos e práticas cotidianas; 6) modelos teóricos e dimensão política.

Neste trabalho, focaremos nos artigos categorizados como ação coletiva, ou seja, produções científicas que se referem à dinâmica dos movimentos sociais ou de outras formas de comportamento coletivo que visam enfrentar ou reproduzir relações de dominação. Ademais, consideraremos apenas os artigos publicados a partir do ano de 2003, levando em consideração o cenário da política brasileira no que diz respeito ao estreitamento da relação entre Estado e movimentos sociais a partir do primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Foram selecionados dezessete artigos, os quais discutem a dinâmica de movimentos sociais a partir, principalmente, do debate sobre participação política, identidade política, identidade coletiva, subjetivação política. Para além disso, abordam diferentes formas de organização, estratégias de articulação e limites e possibilidades no campo da mobilização política. A análise da concepção de mudança social presente nos artigos permite-nos refletir sobre conceitos-chaves para a psicologia social crítica como emancipação, sujeito, político e política, contribuindo para o debate sobre processos de democratização no Brasil.

"Taca Cachaça que Ela Libera": A Naturalização da Violência Contra a Mulher nas Músicas Brasileiras

Ellen Caline Castanha Bonfim Ferreira (Universidade de Pernambuco), Amanda Maciel Calado (Universidade de Pernambuco), Tássia Mayra Oliveira Farias (Universidade de Pernambuco - Campus Garanhuns)

Hodiernamente as mulheres vêm se posicionando mais diante dos padrões normativos de gênero, conquistando espaços e adquirindo liberdade em vários âmbitos, entretanto, estas mudanças ainda perpassam um contexto envolvido em violência, opressão e relações de poder envoltas ao gênero. Historicamente, pessoas com menor valor/poder social (pobres, idosos, mulheres, negros) são mais acometidos pela violência, justamente pela posição ao qual foram construídos socialmente. Neste sentido, a violência contra as mulheres pode ser considerada uma violação dos direitos humanos das mulheres resultante da construção histórica das diferenças entre os sexos, que distribuiu o poder de forma desigual ao homem e a mulher. O cenário hodierno é permeado por uma cultura patriarcal e machista, onde a imagem da mulher ainda é relacionada a reprodução, submissão ao homem, e a objeto sexual, a qual é comumente disseminada através de músicas, valores, crenças socialmente internalizadas e demais símbolos e situações corriqueiras, as quais estão presentes em nosso dia-a-dia de maneira praticamente imperceptível, e que, consequentemente, corroboram uma cultura de violência. Neste sentido, o presente estudo recai sobre uma discussão em torno da construção sócio-histórica do ser mulher e suas implicações nas particularidades da violência contra a mulher, bem como propõe uma problematização da incitação e naturalização de tal violência nas músicas brasileiras. Deste modo, o referido trabalho relaciona-se ao Grupo de Trabalho intitulado: "Gênero e direitos sexuais: consensos e confrontos nos dias atuais", bem como ao Eixo 06 "Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais", uma vez que envolve a temática da violência contra a mulher a partir de uma perspectiva de gênero, sugerindo uma discussão acerca das raízes culturais dessa problemática, constantemente produzida e reproduzida na arte musical. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, através de um levantamento bibliográfico na literatura pertinente, com o marco teórico de Scott e Foucault, em que relacionados a cultura musical depreciativa ás mulheres alertam aspectos onde estas ainda são vistas socialmente como ser dominável e objeto disponível, o que se traduz nos numerosos casos de violência e nas próprias justificativas a estes atos. Como resultado, é possível entrever que mesmo diante do preceito constitucional de proteção aos direitos, de garantias de liberdades, e de seu ideal de igualdade, ainda se encontram diferenciações arbitrárias no que concernem aqueles ditos minorias (em detrimento de raça, sexo, idade, entre outras), que muitas vezes encontram explicações nos âmbitos mais diversos, como os de cunho religioso, educacional e mesmo diante dos posicionamentos (personalidade, atitude social, forma de se vestir, etc) destes que são ainda fragilizados por uma sociedade opressora. Além disso, a arte musical mostrou-se como mais um desafio para as lutas feministas na coibição das diversas formas de violência contra a mulher, que de forma naturalizada é colocada numa posição de objetificação, em que o homem tem o poder de dominação e a mulher o dever de subserviência. Junto com a propagação destas músicas há uma disseminação crescente da cultura machista e patriarcal, que se torna a cada dia naturalizada, proporcionando uma perpetuação da posição hierárquica entre os sexos, e por conseguinte, fomentando a violência contra mulher.

GT 10 O PODER COMUM DE AGIR E A PRODUÇÃO DE NOVOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: A DEMOCRACIA COMO UMA ATIVIDADE COMUN-ITÁRIA

A indisciplina como analisador de processo educativos

Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicologos do Estado do Rio de Janeiro)

Inspiramo-nos no trabalho desenvolvido numa escola municipal na periferia da cidade do Rio de Janeiro, detentora, alguns diziam, de um índice de desenvolvimento humano (idh) dos mais baixos da cidade. Fazemos parte de uma equipe interdisciplinar – PCRJ constituída de dois psicólogos lotados na SME (Secretaria Municipal de Educação), uma assistente social cedida pela SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) e um professor da rede de ensino do município.

Propomos uma reflexão sobre os sentidos de certos modos de ser, agir na escola considerados "indisciplinados". Tais modos convidam a uma análise da instituição da educação cujo dispositivo, a escola é uma máquina de aprisionar (René Lourau, Vozes, 1975).

Faz-se necessária uma análise vigorosa da instituição educativa. Compreendemos instituição como processo, no qual efeitos de tensões entre forças e formas hegemônicas e forças e formas constituintes se mostram no quotidiano e que necessitam ser analisados (Loura, idem; Lúcia Ozório, ANRT, 2004).

Quando propomos análises, pensamos numa práxis transformadora da realidade. Isto nos leva a pensar nas complexas relações entre o Estado e a sociedade, e em composições singulares entre práticas e discursos que inspiram nossa práxis. A análise das implicações (René Lourau, idem, Lúcia Ozório, idem) dos envolvidos no processo educativo também se faz necessária, o que nos leva a pensar nas nossas ações e suas consequências. Quantas vezes convivemos tranquilamente com uma teoria crítica e uma prática adaptacionista. A problemática da implicação é a de todos os que participam de um processo de trabalho. É problemática ético- político - epistemológica de conhecimento da realidade na qual estes atores fazem uma análise crítica de suas ações, abrindose às transversalidades e multiplicidades que os percorrem.

Na análise das implicações, os analisadores têm papel importante. O analisador são vetores de análises múltiplas que impedem o esquecimento da política do quotidiano que dá acesso às tramas e aos dramas de todo campo de trabalho (Lúcia Ozório, idem; Georges Lapassade, Economica&Anthropos, 2005).

Os analisadores nos dão pistas sobre o que acontece no quotidiano da escola e reivindicam uma atitude disposta a questionar fronteiras e rediscutir limites.

Neste trabalho nossa equipe participou de um processo em que foi chamada para interferir numa turma de jovens de determinada escola cujos alunos eram considerados indisciplinados.

Consideramos a indisciplina um analisador do institução da educação.

Eric Debarbieux (Esf éditeur, 1996) entende o espaço social educativo, investido de sonhos, visto ou desejado como lugar de encontros, de alegrias, de muitos aprendizados que as Escolas se furtam a reconhecer e/ou a favorecer. Concordamos com este autor, percebendo a defasagem entre este lugar e a escola, organização burocrático administrativa, dispositivo mais das forças e formas hegemônicas que querem regular a educação.

Vale então perguntar: Como favorecer outros espaços-tempos de liberdade na escola? Pensando nos jovens, com quem trabalhamos: Como se aliar ao "ser jovem", às intensidades da juventude que como diz Canevacci (M. DP&A , 2005) se dilata sem limites.

Esta interminabilidade do "ser jovem" incomoda o sistema educativo, suas regras, seu controle. Estes jovens da periferia com sua indisciplina desarrumavam uma divisão social desigual, uma educação desigual cujos efeitos eram explicitados nas suas vidas.

A história oral de vida como dispositivo de trabalho no processo educativo traz para a escola a experiência de vida, seus dramas e tramas (Christine Delory-Momberger, Anthropos, 2003; Lúcia Ozório, L´Harmattan, 2014). Como analisador do processo dá acesso ao que insiste na vida, na escola, apesar dos caminhos estreitos que a educação oferece. A educação fecha muitos canais possíveis de reflexão sobre as experiências.

A Roda de Conversa foi nosso dispositivo para trabalhar com as histórias de vida dos alunos desta escola.

Ouvimos dos jovens histórias de vidas fantásticas, a proximidade com o tráfico e como esse atravessava sua vidas, relatos de perdas de amigos que foram mortos, o sacrifício das famílias em manter um distanciamento das drogas, outras com pais fazendo uso de álcool e outras drogas, a entrada violenta das policias nas comunidades, a violência doméstica, enfim...

Liberou-se a experiência com as histórias de vida. Com isto os jovens se abriram mais aos sonhos. Juntaram como diz Fourier (Leandro Konder, Civilização Brasileira, 1998) o desejo à política. A escola funcionou também como lugar da alegria. Experimentaram desejos, manifestaram anseios, buscaram devires. Estes jovens intermináveis experimentaram contando suas histórias de vida em comum, uma juventude que se pluraliza e se dilata sem limites. Interessante refletir sobre a in-disciplina como imposição da cultura de um sistema educativo monocultural, reproduzido pela escola. A história de vida permite que se tenha acesso à cultura da experiência de vida. Esta é inter/multicultural, é efeito do tanto que percorre a vida. A história de vida dá acesso à cultura da experiência de vida.

Como dizia Walter Benjamin (Brasiliense, 1985), há que dar mais importância à experiência em tempos mais interessados na informação.

Associações de Moradores e Processos de Subjetivação: Reflexões sobre uma Experiência de Intervenção

Bárbara Andrade Guimarães (Pontifícia Universidade Católica Minas), **Roberta Carvalho Romagnoli** (Pontifícia Universidade Católica Minas)

As associações de moradores são organizações da sociedade civil que atuam de forma delimitada territorialmente, exercendo atividades com e para determinada comunidade, buscando solucionar demandas urbanas específicas. Apresentam impasses em seu cotidiano a saber: falta de mobilização e participação de moradores; necessidade contínua de captação de recursos; carência de conhecimentos das lideranças na área de gestão e falta de capacidade de articulação com os setores público e privado. Embora, também se constituam em um espaço comunitário no qual conquistas são efetivadas.

Nesse contexto, esse trabalho apresenta uma experiência profissional realizada junto a uma associação de moradores situada no município de Paracatu, em Minas Gerais. Trata-se de uma intervenção cuja demanda inicial não partiu da organização atendida e sim de uma empresa atuante no bairro no qual a associação estava localizada. O programa tinha como objetivo promover melhorias na gestão organizacional. Apesar de não haver inicialmente uma demanda explícita da organização pelo trabalho, o foco da intervenção foi na demanda feita pela organização logo no primeiro encontro realizado. Ao longo dos encontros foi possível identificar mudanças na forma de atuação da associação e também os processos de subjetivação presentes na mesma. Nesse sentido, busca-se responder com este relato em que medida as associações de moradores contribuem para a construção de novos territórios subjetivos. A referida experiência é também objeto de estudo da pesquisa de mestrado que está sendo realizada com o apoio da FAPEMIG, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, cujo tema são os processos de subjetivação presentes nas associações de moradores na atualidade.

Este trabalho possui relação com o GT escolhido uma vez que, ao lançar o olhar para as associações de moradores aposta no "poder comum de agir" e nas possibilidades que ele encerra de produção de processos de subjetivação. O fazer comunitário presente nestes coletivos mostra a força de resistência dos mesmos ao modo de subjetivação dominante, no mundo atual, no qual predominam o isolamento, o individualismo, e a competição. Assim, de forma alinhada ao GT, a reflexão proposta sobre a atuação dessas organizações aponta para a sua dimensão ético-política cujo princípio é a afirmação da vida e de suas possibilidades de invenção e de transformação. A intervenção analisada tem como fundamentação teórica a Análise Institucional de René Lourau e a Esquizanálise proposta por Deleuze e Guattari. A Análise Institucional compreende as instituições a partir da dialética de forças instituídas e instituintes e do questionamento das relações de poder. Ela busca por meio dos analisadores fazer emergir a força instituinte. Já a Esquizoanálise defende que a subjetividade não se aplica apenas ao indivíduo, mas é imanente a um campo social ativado por multiplicidades de dimensões que operam por transversalidade.

Trata-se de uma orientação teórica que privilegia a composição ético-política de forças de diferentes naturezas, que emergem nos encontros e que possibilita a invenção de novos territórios.

O trabalho consistiu na realização de dez encontros, com periodicidade mensal com membros da associação de moradores. As intervenções realizadas junto ao grupo buscaram promover a reflexão e crítica entre os participantes sobre a própria atuação e sobre o processo institucional, visando a construção de novas formas de funcionamento. Para tanto, foram trabalhados os analisadores que emergiram ao longo do processo visando o surgimento do questionamento, da transformação e da invenção próprios do instituinte. As linhas molares e moleculares foram rastreadas visando a criação de práticas singulares que favorecessem a micropolítica. Buscou-se fomentar no grupo conexões com a exterioridade, visando promover funcionamentos rizomáticos e processos de desterritorialização e agenciamento.

Como resultados da intervenção a associação conseguiu reformar e colocar em uso a quadra esportiva do bairro que funcionava como ponto de drogas; foi iniciada a construção de sua sede; o grupo se mostrou mais unido e fortalecido, tornando o trabalho da associação mais alegre e prazeroso; ao final do processo o grupo, que inicialmente se queixava do trabalho na associação e manifestava interesse em não continuar na diretoria após o término do mandato, se recandidatou e ganhou as eleições para um novo ciclo à frente da associação de moradores do bairro.

Conclui-se que as associações de moradores apresentam um grande potencial de contribuir para a criação de territórios subjetivos mais solidários. Elas podem funcionar como dispositivos que possibilitam experiências em que predominem a colaboração e o fazer coletivo de forma prazerosa, se contrapondo ao modelo individualista em que vivemos no contexto atual. Porém, observa-se que diante da constante reafirmação deste modelo de funcionamento, muitas vezes iniciativas que se propõem a funcionar de uma forma distinta, como as associações de moradores, acabam por se fragilizar e não conseguem atingir seus objetivos. Observa-se na experiência relatada que uma intervenção externa como a realizada pela autora pode se tornar um elemento potencializador da atuação da associação, ajudando o grupo a se fortalecer e a criar novas formas de vida em coletividade.

Biopolítica e Consumo: algumas reflexões relativas a infância e a publicidade hoje.

Paulo Germano Barrozo de Albuquerque (Faculdade 7 de Setembro)

No mundo contemporâneo, acredita-se que a infância, assim como a adolescência, já não são como eram no século XIX e início do século XX. O consumo de massa, a exposição cada vez mais precoce aos meios de comunicação, a informatização, a vida urbana e sua experiência de fragmentação e solidão têm modificado as condições em que as crianças constroem suas relações umas com as outras e com os adultos. Outra "pedagogia" se instalou desde meados do século XX: a da televisão (CASTRO, 1998).

Nessa relação entre as crianças e as mídias, principalmente com a televisão, mas também com a internet, muitas questões e polêmicas surgiram devido aos problemas relativos à violência e perda da autoridade familiar em relação aos jovens, a sexualidade precoce e a gravidez na adolescência, a obesidade infantil, a bulimia e a anorexia que, para muitos, estão ligados a essa entrada das crianças no universo adulto através do consumo (SANTOS, 2009). A transformação da criança em consumidor é uma das questões fundamentais do início do século XXI, e acreditamos tratar-se de uma questão que ultrapassa a mera dimensão jurídico/legal, pois representa uma transformação na maneira com que sentimos, pensamos e vemos a infância e, portanto, das práticas que estão ligadas a ela.

Nesse pequeno trabalho, nosso objetivo é trazer mais alguns elementos para a discussão acerca do papel atual do Estado e da sociedade civil em relação à infância e da proteção que deve ser dada às crianças, em especial a proteção contra sua transformação em consumidores. Para isso será necessário também construir uma análise histórica e crítica das transformações que o capitalismo, juntamente com homens, mulheres e crianças, sofreram do século XIX aos nossos dias, a partir das alterações do que Foucault (1998, 2008a, 2008b) chamou de biopoder, que é a forma específica de organização do poder nas sociedades ocidentais desde meados do século XIX até nossos dias. A nosso ver, tais alterações estão na base das questões acerca das transformações da infância na contemporaneidade, e podem ajudar a esclarecer e avaliar as diferentes posições em relação à regulamentação da publicidade infantil e a polarização entre os que são a favor de uma regulamentação do Estado e os que defendem os interesses do mercado.

Daí, sem sombra de dúvidas, a importância do debate sobre a regulamentação da publicidade infantil na mídia brasileira. E não nos parece estranho que tal debate se concentre em temas como a obesidade infantil, na qual o papel das biopolíticas dos Estados é questionado e o corpo da criança faz valer seu lugar central na organização do biopoder das sociedades contemporâneas. Não se trata de uma mera questão localizada, pois por trás dela vemos as questões cruciais das sociedades democráticas atualmente, e as transformações que elas vêm sofrendo há pelo menos 40 anos, devido às novas formas de organização do biopoder e do capitalismo. Trata-se, portanto, de entender as relações entre infância, biopoder e capitalismo no século XXI tendo como pivô a mídia e seu papel na produção de subjetividades, principalmente da subjetividade infantil.

Cinelândia: entre processos de subjetivação e movimentos culturais e sociopolíticos

Regina Gloria Nunes Andrade (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), **Cibele Mariano Vaz de Macêdo** (Universidade Santo Amaro)

As cidades, das pequenas vilas às metrópoles, possuem lugares, ruas ou praças que as identificam. Basta pensar na Torre Eiffel, em Paris, na Avenida Paulista, em São Paulo, no Canal Grande, a principal Avenida de Veneza, na Praça Venceslau, em Praga, ou nas ruas de pedras da Cidade de Goiás. Cada um desses lugares contém parte significativa da história da cidade em que se localiza e, ao mesmo tempo, exerce influência na formação da subjetividade de quem ali vive. Lugares que sustentam a hipótese deste artigo de que algumas características convergem para que espaços se definam como territórios de socialidade e influenciem os processos de subjetivação dos que neles encontram-se inseridos. Escolhida como objeto deste estudo, o território da Cinelândia foi palco de momentos significativos na história sociopolítica e cultural do Rio de Janeiro durante seus 450 anos. Nesse contexto, entende-se o conceito de território foi como espaço geográfico, apropriado por meio de processos dinâmicos e mutáveis; espaço do vivido, agregando caracteres políticos e culturais, tal qual proposto por Sodré (1988). Enquanto que o conceito de socialidade, refere-se à propensão do sujeito de querer-viver social, a busca do outro pelo prazer de comunicar-se, estabelecendo vínculos sem finalidade, como definiu Maffesoli (2005). Então, tomando por base as definições de território e de socialidade, é aqui proposto o conceito de território de socialidade, ao considerar-se que alguns espaços apresentam características peculiares, que os diferenciam de outros e os tornam mais propensos para o exercício da socialidade entre os sujeitos. Neles, o território se torna laço; a circulação, a movimentação e a existência em torno dele o tornam depositário de trocas de socialidade. Para a realização da pesquisa utilizou-se a narrativa como método visando o acesso aos sentimentos dos sujeitos e à experiência cotidiana. Um roteiro de entrevista semiestruturado foi utilizado para entrevistar 15 pessoas, que tivessem alguma relação com o território da Cinelândia. A análise da enunciação, que concebe a comunicação como um processo e a narrativa como palavra em ato foi utilizada para a análise dos dados. Buscou-se a compreensão do significado da narrativa, conectada ao tema abordado e a sua própria produção. Destacam-se duas entrevistas, representativas de movimentos sociopolíticos e culturais de resistência presentes no território da Cinelândia. A da líder comunitária moradora, juntamente com outras quarenta e duas famílias, da Ocupação Manoel Congo, na Rua Alcindo Guanabara, na Cinelândia, desde 2007. Uma das lideres do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, ela trabalha em favor do direito à moradia e refere-se à escolha de ocupar um prédio abandonado na Cinelândia como forma de tornar-se pauta do Estado, por chamar a atenção do poder público e pelo fato de a Cinelândia ser território de constantes manifestações. Também explicita seu desejo de denunciar o esvaziamento de povo e, consequentemente, da vida em torno da Cinelândia, desde quando o Centro da cidade foi transformado somente em local de trabalho. E a outra a da produtora cultural do bloco carnavalesco O Samba Brilha, descrito por ela como um projeto de resistência cultural, que há oito anos une pesquisadores, historiadores, gente de movimento social, movimento popular, movimento sindical e várias frentes partidárias de esquerda, para desenvolverem pesquisas, oficinas, resgate do movimento de rua e shows populares com a divulgação de compositores. Ambas, em diferentes áreas, fazem parte da história de militância e de resistência cultural da Cinelândia. A escuta das narrativas torna possível perceber que a Cinelândia tem, como escreveu Bosi (2003b, p. 74), "não só uma fisionomia como uma biografia". As narrativas percorrem a história cultural e política do local, sua transformação ao longo do tempo e seus diferentes sentidos e significados. Assim, conclui-se que a Cinelândia que se vê depende de onde se olha, de como se olha e para onde se olha. Para cada olhar uma Cinelândia diferente será apreendida. Não existe uma Cinelândia verdadeira; ela é tudo: lugar de passagem, de trabalho, de lazer, de abandono, de manifestação. É complexa, plural, híbrida e em constante construção e reconstrução, assim como os sujeitos que a animam. E seu sentido enquanto território de socialidade só é alcançado nas relações de troca que abriga. E, por fim, são essas relações que dão sentido e significado próprio, colorido e múltiplo à Cinelândia. A presente pesquisa articula-se com o Eixo Temático, Políticas públicas, direitos sociais e emancipação e Movimentos sociais e desafios à democracia brasileira e com o Grupo de Trabalho O poder comum de agir e a produção de novos processos de subjetivação: a democracia como uma atividade comunitária, pois a partir dos processos de subjetivação presentes nas relações comunitárias e sociais, reflete sobre os movimentos culturais e sociopolíticos de transformação e reinvenção subjetivas.

Como se dão as relações sexuais na terceira idade

Theodoro Caldas Polycarpo (Consultorio)

Pelo fato de terem nascido na primeira metade do século passado, as mulheres idosas estão marcadas pela divisão, pelo conflito de valores, pois durante o curso de suas vidas, muitas transformações sociais aconteceram e, consequentemente, muita mudança de padrões de comportamento.

A expectativa de vida tem aumentado espetacularmente, fato que se associa a um importante incremento na população de idosos. Mesmo assim esse tema não tem recebido a devida importância da sociedade.

A crença de que o avançar da idade e o declinar da atividade sexual estejam inexoravelmente ligados, tem sido responsável para que não se prestasse atenção suficiente a uma das atividades mais fortemente associadas à qualidade de vida, como é a sexualidade.

Dificilmente a entrevista médica, do clínico geral ao reumatologista e geriatra, tem valorizado as queixas sexuais do paciente idoso. É dada a impressão que os médicos evitam esse assunto por medo de não saberem lidar com ele, por receio de não saberem o que fazer com as respostas que o paciente pode dar. Assim sendo, se a sociedade evita o assunto, se os médicos evitam o assunto e se os próprios pacientes têm constrangimento dele, o panorama sexual da terceira idade ficará inexoravelmente abandonado ao conformismo e apatia cultural.

Para compreender a sexualidade na terceira idade, precisamos levar em conta que o comportamento sexual é definido por vários princípios, tais como: cultura, religião e educação. Estes valores influenciam intensamente o desenvolvimento sexual, determinando como o sujeito irá vivenciar e lidar com o sexo ao longo de sua vida.

Apesar da revolução sexual no anos 60, que trouxe importantes mudanças no que se refere ao comportamento sexual em nossa sociedade, valores morais, sociais e sexuais permanecem arraigados dentro de cada indivíduo. Dessa forma, o sexo na terceira idade ainda é um assunto difícil de ser abordado pela maioria das pessoas, em todas as idades.

O tema sexualidade nem sempre é tratado com abertura e com naturalidade, pois nos remete a vivências pessoais e extremamente íntimas. Se na idade adulta esse tema já é muitas vezes considerado um tabu, podemos imaginar o quão complexa é a exposição deste assunto para um idoso.

Nem a História nem a literatura nos deixaram um testemunho válido sobre a sexualidade das mulheres idosas. O assunto é ainda mais tabu do que a sexualidade dos velhos machos (Beauvoir S.,Nova Fronteira:1970).

O presente trabalho trata de uma pesquisa de abordagem metodológica qualitativa exploratória, realizada no dia vinte e seis de maio de 2011.

A pesquisa qualitativa denominada "Como se dão as relações sexuais na terceira idade", realizada com cinco mulheres em torno de 60 anos, de classe média carioca, residentes na Tijuca, foi concebida de forma estruturada, a partir de nove perguntas, às quais as entrevistadas responderam discursivamente. A média de duração das entrevistas ficou em torno de uma hora.

Antes das entrevistas, foi explicado às entrevistadas o objetivo da pesquisa, lhes garantindo o anonimato e a liberdade de se retirarem da pesquisa a qualquer momento. Foi feita a entrega do Termo de Consentimento e respectiva assinatura.

De tudo que foi dito, vimos que o grupo pesquisado advindo de um estrato significativo, em torno de 60 anos classe média carioca (zona norte) mostra-se favorável ao exercício do sexo na terceira idade. Afirma em sua maioria a existência de preconceitos dos jovens em relação ao sexo na terceira idade, mas, contraditoriamente, negam ter sofrido preconceito. Notamos, inclusive, que há também o preconceito contra si mesmo.

Há também certa dificuldade dos filhos enxergarem os como "normais", iguais aos outros adultos que fazem sexo. Apesar de uma aparente normalidade na visão dos jovens em relação ao tema, somente uma das entrevistadas acha que não há preconceito ou atitude "anormal" dos jovens com relação ao sexo na terceira idade. A palavra "normal" vem do grego norma, que era um esquadro de carpinteiro,aquela ferramenta com ângulo reto para estabelecer exatidão. Obviamente, tal ferramenta produzirá "desvios" e tudo que não for "reto" e "quadrado" será patológico (Hillman J.,Vozes:2011).Mais adiante afirma que "O patológico reduz o melhor ao pior".

As entrevistadas pertencem a uma geração na qual o discurso era libertador, mas não condizia com o comportamento. Dessa forma, podemos claramente perceber o conflito entre atitude e comportamento.

Existe ainda na nossa cultura uma falsa idéia de que o idoso não tem desejo ou vida sexual e, como consequência, a sociedade tenta negar a sexualidade do idoso. Muitos acham feia a imagem de um idoso namorando, negando-se a aceitar que um senhor ou uma senhora possam querer ter uma vida sexual ativa.

Esquecem que a sexualidade não é só genitalidade, existe também uma afetividade que é essencial ao ser humano, em qualquer idade.

Bibliografia

Beauvoir,S. A Velhice. RJ: Nova Fronteira,1990.

Hillman,J. Suicídio e Alma. RJ: Vozes, 2011.

Corpo e a biopolítica um registro das inovações comunicacionais e os sintomas somáticos contemporâneos

Edionara Celedonio da Silva (Universidade de Fortaleza), Brígia da Silva Amaro Lima (UFCE)

O presente trabalho tem o corpo e sua relação de poder na contemporaneidade como principal interesse neste estudo. Segundo Ortega (2010) o mundo público é o lugar privilegiado da ação na contemporaneidade, para o autor essa crítica vem sendo aplicada ao cenário de exteriorização que vem passando os modos de subjetivação da modernidade. Esse termo exteriorização é uma designação dos sentidos e expressões dos sujeitos perante uma resposta da modernidade invasiva. No século XIX a família era abrigo contra os temores da sociedade, tudo era restrito a família, o domínio público era compreendido e experienciado como o oposto da vida privada, na modernidade ocorre o contrário, somos emergidos pelo público. A tendência a somatização e externalização da subjetividade inclui tanto o campo da normalidade, quanto o da patologia, na primeira está o sujeito considerado saudável, que passa a desenvolver uma série de preocupações físicas e estéticas, desde o controle ao peso, até a busca de beleza infindável, a fim de atingir a longa idade em boa forma e aparência. Já no campo das psicopatologias, entra em cena a bulimia, anorexia, adicções em geral, envolve uma soma de entidades clínicas a ascensão de quadros difíceis decifrações. Segundo o mesmo autor as práticas de somatização e exteriorização se fazem notar e são alimentadas pelo registro das inovações comunicacionais, dando lugar aos meios, internet, blogs, sites de relacionamento, etc. Prendemos neste estudo realizar um contraponto a respeito da mídia e sua influência na subjetividade do sujeito, o poder do estado perante os corpos e suas formas de subjetivação, a respeito de uma modernidade tardia e repressora a fim de reduzir o indivíduo cada vez mais a mesmice. Compreendendo a metodologia como "o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade" (MINAYO 2002) esta pesquisa foi dada em dois pontos, uma análise bibliográfica a partir de livros, artigos, periódicos, internet, a respeito do corpo e a biopolítica uma análise genealógica de Michel Foucault. Em relação a biopolítica Foucault (1999) detectou a emergência por volta do século XVII de um processo de investimento político no corpo pelos mecanismos de exercício do poder. Tomando a vida como ponto de incidência, o funcionamento do chamado biopoder perpassava o corpo e, ao mesmo tempo, abrangia a vida da espécie e os fenômenos da população. Esse poder centrou-se no corpo em seus processos biológicos, a proliferação, os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longetividade e todas as condições que podem fazer um corpo variar. Tais processos são assumidos como foco de intervenção política, mediante uma série de controles reguladores. Ou seja, os processos próprios à vida são considerados como formas de regulação de procedimentos de poder e saber. Os efeitos do dispositivo biopolítico passam pela estimulação do corpo, pela intensificação dos prazeres, pela incitação ao discurso, pela formação de conhecimentos, pelo reforço dos controles e das resistências. Assim, temos como resposta ao estudo que vivemos em uma contemporaneidade que o contato físico é mínimo, e-mails, batepapos, tem levado a fictícia noção de suprir o contato, exibindo cada vez mais os corpos ao público. O poder biológico a fim de normatizar os corpos tem levado cada vez mais a somatização, o interesse da medicina em padronizar os sintomas, compreender nossos sintomas e tem resposta e significado para tudo, levando cada vez mais ao comum e igual, o sujeito perde em si sua subjetividade e identidade tendo a mídia como uma forma de poder a padronização.

É no chão da praça: ativismos políticos e espaço público na Praça da Juventude - Serrinha

Maria Aparecida dos Santos (Universidade Federal do Ceará)

Ativismos políticos e culturais organizados em rede na forma de frentes, coletivos, comitês, conselhos e movimentos sociais, constituem itinerários de jovens que ocupam a Praça da Cruz Grande/Juventude na Serrinha, construindo o espaço público como lugar do debate, do agenciamento de expressões artísticas e da sociabilidade da comunidade local. A análise sobre os eventos-acontecimento, as performances dos grupos culturais e políticos e a reconstrução dessa memória coletiva, em um contexto de valorização da periferia como produtora de discursividades e simbologias próprias, do debate sobre o direito à cidade, na forma de pautas como a garantia do acesso ao lazer, compõem o mosaico de práticas, cenários e referentes estéticos e ideológicos que dão suporte à ação cotidiana na "ágora" urbana. A constituição de um circuito "alternativo", quase invisível nas franjas da cidade, visa produzir uma territorialidade livre do forte estigma de lugar perigoso, cenário do medo social e de inúmeras práticas ilícitas, tais como o uso e tráfico de drogas, assaltos, homicídios e brigas entre facções rivais. Nesse sentido, a pesquisa buscou se debruçar sobre as fronteiras e apropriações socioespaciais do chão da praça, território de fundação de práticas de educação não formal e produção da diferença social. A análise dos envolvimentos de face entre os indivíduos permitiu observar os laços sociais construídos pelas organizações coletivas atuantes na Praça, bem como seus propósitos e as propriedades das situações que controlam as atitudes dos atores sociais circunscritos a um lugar, as regras de interação social e as formas de convivência. Buscou-se a partir do encontro dialógico com a comunidade ocupante da Praça da Juventude, dos seus múltiplos usos, construir uma narração possível sobre a efervescência da cultura local, da arte produzida na periferia pelas juventudes e discutir o espaço público para o exercício da micropolítica do cotidiano, entendida como polifônica, fronteiriça e teatral, nesse sentido o direito à cidade. A partir da tentativa de um olhar etnográfico sobre a experiência da construção política do espaço público da Praça da Juventude é que podemos traçar um quadro panorâmico das práticas culturais minoritárias, infinitesimais e transgressivas de singularidades, as histórias entrelaçadas no devir urbano que se constroem no exercício cotidiano das performances rituais, da fabricação de discursividades e nas estratégias de mobilização e organização política. Buscando contextos significativos para a "descrição densa", procurarei articular interações e experiências representativas do discurso tentando visualizar relações de poder e de conhecimento que conectam as lideranças em foco, configurando um caleidoscópio da vida na Praça, sempre buscando a experiência etnográfica, nas situações de comunicação involuntária, não planejadas, não intencionais. As conversas informais, o mapeamento com o olhar e a capacidade de ser afetada pelas dinâmicas intersubjetivas. Absorver todo o fluxo dos acontecimentos como uma estratégia para ser o máximo afetada pelas emoções, desejos e devires. Fazer política na cidade, principalmente nos territórios urbanos periféricos, é antes de tudo, engendrar a disputa simbólica pelo "direito a ter direitos". Ou seja, na expressão arendtiana, buscar o reconhecimento do pertencimento ao mundo público, a uma comunidade de iguais onde a confirmação do sentido de humanidade se encontra respaldado pela liberdade de agir e de falar. Nesse sentido, a existência de uma política da existência cotidiana, se traduz no debate sobre as formas de resistência às reduções classificatórias do senso comum, às formas de violência simbólica, às exclusões, às hierarquizações de toda monta. É no espaço público não privatizado onde se tem a possibilidade, ainda que imprevisível, da revelação de uma vida ativa, da aparição de uma pluralidade de vozes e de presenças, de compartilhamento de desejos e de ações que possam dar sentido a uma existência coletiva. As praças públicas, configuram-se temporal e espacialmente, como lugares do encontro, das trocas e da visibilidade. O realinhamento dos limites sociais e simbólicos empreendido, visa politizar a vida cotidiana, utilizando expressões culturais como forma de fundação de um novo território e de ampliação das redes sociais envolvidas na"transformação" radical das situações perigosas para os jovens e reverter a culpabilização dos mesmos. A crítica ao Estado, a recusa do autoritarismo policial, a problematização da injustiça estrutural, condensam processos de autonomia coletiva que gera avanços políticos nas lutas com pautas específicas. O declínio do político, do espaço público, a dificuldade de se estabelecer comunidades políticas de iguais, a ampliação do "deserto", de poder agir com outros é sintoma de um processo de destruição da experiência, da história, da memória, da capacidade de imaginar futuros possíveis e de resistir à massificação e à homogeneização. A indiferença política, o ficar blasé aos acontecimentos, aos fluxos vivos da ação, é empobrecer e encolher o mundo da vida.

Educação permanente e análise de práticas profissionais: questões singulares e produção coletiva de conhecimentos

Luiza Helena Dalpiaz (PPG Educação - Universidade do Oeste de Santa Catarina)

A Constituição Federal de 1988 marca uma ruptura com a tradição do modelo assistencialpaternalista e orienta as políticas públicas para defesa e afirmação da democracia, da cidadania, dos direitos humanos e sociais. Em um percurso de lutas e de contradições, este contexto institucional produz uma demanda para a profissionalização de operadores de políticas públicas e a emergência da educação permanente como tema da agenda de organizações governamentais e sociais (CECCIM, 2005; SOUZA, 2007). Nesta comunicação apresento elementos de um programa de pesquisa-formação, por mim coordenado, no qual está sendo construída e desenvolvida uma perspectiva particular de educação permanente. Este programa vem sendo implementado através de um conjunto heterogêneo de trabalhos realizados, e em andamento, em diferentes contextos institucionais, junto a diversas políticas sociais. A perspectiva adotada para a educação permanente está enraizada no fundamento filosófico do inacabamento do homem e nas finalidades paradoxais da educação: ao mesmo tempo, reproduzir saberes estabelecidos e construir possibilidades de um vir a ser diferente (ARDOINO, 1971). Neste programa de pesquisa são articulados dois objetivos indissociáveis: desenvolver um método para problematizar práticas profissionais de operadores locais de políticas públicas; e, analisar práticas profissionais instituídas construindo, simultaneamente, condições que possibilitem instaurar modificações em atos e discursos de sujeitos singulares (individuais, grupais e/ou coletivos), implicados em diferentes instâncias de operacionalização de políticas públicas. No plano conceitual este trabalho fundamenta-se em uma tríade de referências indissociáveis: a multirreferencialidade (ARDOINO, 1988), a análise institucional (LOURAU, 1970) e um modelo de avaliação de políticas sociais (ZECCA, 1989). Esta tríade está na origem de duas noções operativas: crise do praticante e tensão paradigmática (DALPIAZ, 1994, 2005, 2014), as quais particularizam a construção de um caminho/método (MORIN, 1986) para problematizar práticas profissionais. O método estabelece condições que produzem, em ato, um processo de ruptura epistemológica: o sujeito, tradicionalmente dissociado do objeto que investiga, passa a problematizar sua prática reconhecendo-se (sobre)implicado em relação à trama social que interroga (LOURAU, 1990). Para realizar este trabalho são realizados diversos procedimentos metodológicos, entre os quais destaco: estabelecimento de um tempo-espaço regular de trabalho em grupo; construção de um contexto de escuta e autorização que favorece o exercício da expressão do sujeito, do não julgamento do outro e da reflexão compartilhada; seleção e estudo de situações singulares de intervenção; sistematização de aspectos emergentes da cultura oral própria aos saberes profissionais acumulados; mapeamento de elementos constitutivos do cenário da prática profissional, atores e organizações sociais; realização de produções textuais individuais e coletivas. Este processo de trabalho provoca os seguintes resultados: formulação de questões singulares pelos sujeitos, as quais (re)encontram e (re)complexificam questões das políticas públicas e dos campos científicos de referência; emergência do desejo de conhecimento e da/o autoria-protagonismo singular dos sujeitos, desconstruindo pensamentos monorreferenciais e práticas científicas estereotipadas; constatação da superposição e da concomitância implícitas de elementos de diferentes modelos de políticas sociais, historicamente estabelecidos, e respectivas modalidades de trabalho social, (assistencialismo, conscientização, participação, gestão social); distinção e articulação entre pedidos, necessidades e demandas de intervenção, emergentes da diversidade de pontos de vista que caracteriza o contexto profissional; compreensão da interdependência entre trajetórias da população e trajetórias de profissionais das políticas sociais, na reprodução da cronicidade de situações de exclusão e vulnerabilidade; redefinição e resignificação de termos naturalizados e simplificados pelo ativismo institucional (questão social, intervenção, parceria, rede, intersetorialidade, etc.); abordagem dos efeitos da precarização das condições de trabalho, nas organizações, em consequência da transversalidade do modelo flexível de produção capitalista; percepção das formas estabelecidas do formalismo democrático, em diversos espaços do controle social; (re)organização de estratégias de intervenção, em diferentes planos institucionais; explicitação de demandas focalizadas para a formação e a qualificação profissionais. Em síntese, neste programa de pesquisa-formação, método e resultados interagem, produzindo influências recíprocas, no percurso para a simultânea produção de conhecimentos científicos e de modificações em certos aspectos das práticas profissionais. Neste mesmo sentido, a parceria entre praticantes e pesquisadores se constitui em exigências epistemológica e política, tendo em vista superar, em ato, as tradicionais dicotomia e hierarquização entre atores sociais, com funções distintas e complementares. Esta parceria apresenta-se, também, como condição para a emergência de novos e delimitados objetos de investigação, em uma cultura acadêmica caracterizada, pelo menos em parte, pela reprodução de temas abrangentes e recorrentes. Em consequência, a perspectiva de educação permanente, aqui apresentada, aponta para a indissociabilidade entre pesquisa e formação, particularizada pelo método para problematizar práticas profissionais, como um modo para desenvolver a profissionalização de operadores locais de políticas públicas. Assim sendo, proponho nesta comunicação um conjunto de elementos que, a meu ver, contribuirão com os debates referentes eixo temático educação, tecnologias e sociedade, o qual me parece constituir, transversalmente, os três GTs indicados em ordem de preferência, conforme solicitado.

Grupos de fortalecimento de vínculos no SUAS, enfrentamento da vulnerabilidade social e promoção da cidadania

Tatiana Benevides Magalhães Braga (Universidade Federal de Uberlândia)

As recentes transformações das políticas públicas brasileiras, em especial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm buscado a implantação de estratégias metodológico-interventivas que favoreçam o enfrentamento da vulnerabilidade social por meio da promoção da cidadania, entendida como ampliação da autonomia e da legitimidade de apropriação dos espaços sociais concretos e simbólicos. Assim, esta pesquisa intentou compreender as possibilidades de promoção da cidadania abertas pelo trabalho com grupos de Fortalecimento de Vínculos realizados no SUAS. Adotou como proposta metodológica a hermenêutica fenomenológica, registrando a analisando a trajetória de vinte grupos: sete de adolescentes, sete de crianças e pais e seis de mulheres, realizados pelo serviço de fortalecimento de vínculos do SUAS, em uma cidade do sul de Minas Gerais. Os grupos ocorreram em diversas instituições da rede, tais como escolas, igrejas e centros de educação infantil que a população atendida já frequentava. Os dados de pesquisa foram registrados pela gravação de supervisões, pela elaboração de diários de campo e relatórios de atendimento das atividades realizadas, e foram analisados buscando desvelar o entrelaçado das relações de sentido presentes na emergência dos fenômenos. Na etapa descritivointerpretativa dos fenômenos, encontramos como resultados que, inicialmente, a trajetória do trabalho abrangeu dificuldades de aderência na formação dos grupos, compreendidas nas reflexões em supervisão como relacionadas ao modelo diretivo de apresentação do trabalho à população, adotado por orientação administrativa. A partir da problematização dos papéis sociais que se convidava a população a desempenhar, esse modelo foi reelaborado, sendo propostas atividades de apresentação de caráter dialógico, baseado na discussão reflexiva sobre o espaço a instaurar, levando ao maior envolvimento e posterior adesão da população em risco de vulnerabilidade social. Nos grupos com adolescentes, temas como limites e o acesso ao espaço da cidade, dificuldades de diálogo com a família, estereótipos sobre a adolescência, sexualidade e relações de gênero, projetos profissionais e a relação com o espaço escolar apontaram para a presença constante de situações de opressão social em diversas esferas do cotidiano. Desvelou-se então a importância da dialogia como eixo de elaboração das experiências e de construção de um espaço compartilhado que favorecesse ações no mundo comum: nas relações com os espaços familiares, culturais, educacionais, de trabalho, etc. Nos grupos com pais e crianças, temas como impasses na criação de referências para embasar orientações dadas aos filhos, dificuldades de contato próximo e de diálogo apontaram a necessidade de elaboração das próprias experiências educativas, de resgate de recursos experienciais socialmente negados e de diferenciação entre autoridade e autoritarismo no processo educacional. Nos grupos de mulheres, observou-se marcadamente a narrativa de violências de gênero, dificuldades de legitimação na vida ocupacional e de criação de espaços de autocuidado em meio a demandas de terceiros, principalmente familiares, socialmente compreendidas como responsabilidades únicas das participantes. Nesse contexto, a discussão das representações sociais sobre o feminino, do sentido dos papéis de gênero, das negociações sobre as realizações de cada participante em sua trajetória pessoal constituíram recursos para seu reposiocionamento nos espaços sociais. Após a formação dos grupos, novas dificuldades sucederam na construção de institucionalidade para o trabalho proposto: constantemente a equipe se via frente a diretrizes e estruturas institucionais e discursivas de reificação dos estereótipos sociais e lugares de exclusão que traziam o risco de esvaziar os espaços de diálogo e apropriação de si pela população e que a própria atuação do Serviço de Fortalecimento de Vínculos buscava romper. Para tal enfrentamento, mostrou-se fundamental a compreensão clínico-cartográfica dos percursos, brechas, rugosidades e desvios do território e a intervenção no sentido de ampliar, para além do atendimento estrito, os espaços de diálogo junto a outros atores institucionais atuantes nos espaços que abrigavam o grupo. Na elaboração de reflexões sobre tais resultados, desvelou-se a relação entre três esferas: construção do diálogo no espaço público, apropriação do cuidado de si e a construção da cidadania. As dificuldades enfrentadas e os espaços conquistados na garantia do reconhecimento de escuta, aparição e legitimação no espaço público pela população em vulnerabilidade social refletiram-se diretamente nas possibilidades dos indivíduos assumirem seu cuidado e o protagonismo de suas histórias. Inversamente, a garantia de escuta e compreensão da experiência nos grupos permitiu ampliar a atuação coletiva no enfrentamento das relações cotidianas. Partindo da concepção arendtiana de cidadania como "direito a ter direitos", tais percalços e conquistas desvelam um profundo entrelaçamento entre a dimensão clínico-interventiva e a dimensão ético-política no trabalho com grupos de fortalecimento de vínculos. Retomando o sentido originário do termo política como referente à polis grega, ou seja, ao mundo compartilhado e constituído no falar e ouvir testemunhado por outrem, o grupo pode operar como um microcosmo na experimentação e reelaboração do estar com outrem nos cenários sociais, facilitando a compreensão da experiência, enquanto retomada dos laços de sentido entre o mundo e minha vivência singular, a partir dos significados a ele atribuídos e constantemente transformados.

Mediação comunitária e políticas públicas : uma experiência democrática de reconhecimento de direitos

Daniela Lucia Cavalcante Machado (Faculdades Nordeste)

Erguida sobre os pilares da solução pacífica de conflitos, a República Federativa do Brasil reforçou, em seu processo de redemocratização, na década de oitenta, a vocação do povo brasileiro em procurar o apoio Estatal na concepção de mecanismos que possam estabelecer a harmonia entre os cidadãos, demarcando a consciência de seus direitos e deveres. Este trabalho foi articulado no intuito de apresentar e discutir as vicissitudes sociais e políticas das ações desenvolvidas nos núcleos de mediação comunitária do Ministério Público do Estado do Ceará através do projeto de formação de equipe multidisciplinar dos referidos núcleos (FEMMEC) como uma experiência de reconhecimento de direitos através de ações extrajudiciais de solução de conflitos. A prática da mediação de conflitos, sancionada em 26 de junho de 2015, através da lei 13.140/2015, trata-se de uma atividade exercida por um terceiro imparcial sem poder de decisão, que, escolhido ou aceito pelas partes envolvidas no conflito, as estimula e auxilia na busca de soluções consensuais para a controvérsia. Assim, sem o apelo da justiça privada, a sociedade cria seus próprios meios de subsistência, tornando-se protagonista de seu processo de emancipação social, pois através da prática da mediação, reconhecem seus conflitos e principalmente, passam a refletir sobre a realidade do outro diferente, se apropriando do conflito e se responsabilizando pelos caminhos a serem tomados. Inserindo o sujeito mediado no coletivo, nos aproximamos da abordagem sócio histórica para evidenciá-lo como um ser ativo e social, percebendo sua capacidade de interagir com o mundo e com a realidade em que convive. A relação eu-outro-realidade vivenciada pelo mediador, quando se utiliza das técnicas próprias da mediação de conflitos, contribui para a facilitação do diálogo, possibilitando uma intervenção nas relações que irá reverberar em uma atuação objetiva na realidade, bem como uma intervenção histórica entre os indivíduos inseridos na sociedade, na medida em que ressignifica a consciência critica e cidadã dos sujeitos mediados, refletindo na ação desses indivíduos no meio social. Assim, faz-se necessária a interface da Psicologia com o Direito, no processo contínuo de formação do sujeito mediador que, sem formalidades jurídicas, levam a reflexão dos indivíduos envolvidos no processo a se posicionarem de forma empática na busca de um consenso, concretizando a justiça de forma harmônica e verdadeiramente cidadã. O campo dos direitos sociais ocupam, com a promulgação da lei da mediação, um lugar de importância nas políticas públicas brasileiras da atualidade, fazendo dos sujeitos que colaboram cotidianamente com dinâmica da mediação comunitária, indivíduos aprendizes de sua própria vivência. Neste estudo, se enfatiza as práticas constituídas no âmbito dos núcleos de mediação comunitária do Ministério Público do Ceará, objetivando discutir casos acompanhados por alunos do curso de Psicologia da Faculdade Nordeste (Fanor) da disciplina de estágio supervisionado básico, pertencente ao eixo dos direitos humanos, contextualizando-os a partir da dinâmica de cada comunidade.

Considerando o sujeito que está em conflito e, portanto, em sofrimento, de forma diferente do Direito, os acadêmicos de psicologia passam a atuar de forma a produzir transformações no outro, a partir do seu movimento relacional, substituindo o olhar objetivo do cotidiano jurídico, por uma forma sistêmica e relacional de se portar diante da dinâmica dos fatos. Sob a égide do Estado Democrático, consideramos que as políticas públicas de cidadania possuem como metas a emancipação e o fortalecimento dos direitos sociais e, dessa forma fortalecem o ideário dos profissionais que atuam no campo da psicologia em interface com o direito a perseguir o caminho da construção da autonomia como base para a cidadania. E nesse estudo que intenta reconhecer a dignidade e os direitos dos usuários dos núcleos de mediação comunitária, que apresentaremos a temática proposta para enriquecimento do grupo que versa sobre a democracia como uma atividade comunitária, tendo como eixo temático as políticas públicas, os direitos sociais e a emancipação.

Música e criança : novas intensidades no hospital

Eleonora Maria Osorio Barroso (Secretaria de Saúde)

Trazemos reflexões sobre a arte, especificamente a música como atravessadora de fronteiras.

Falamos de micro-utopias, práxis no quotidiano do trabalho, ousadias de misturar arte e vida.

Sabemos que a utopia no mundo pós-moderno é descredibilizada ou manipulada pelos ideólogos que dela se servem de modo perverso para pensar um futuro para o mundo. Apostamos no quotidiano de trabalho e sua capacidade de revolucionar.

Nossas reflexões se inspiram nos trabalhos que realizamos no Hospital Municipal Jesus no Rio de Janeiro, um hospital de crianças. Importante desde esta dimensão utópica, pensar nas crianças e sua interminabilidade. "... um novo começo, um jogo, uma roda que gira por si mesma, um movimento inicial, um sagrado dizer sim. » (F. Nietzsche; Bertrand Brasil S.A, 1989 :44). Pensamos em articulações entre a psicologia e a música, na saúde. Sabemos que a saúde está atravessada por biopoderes, forças e formas instituídas que no hospital se empenham pela realização de uma máquina burocrático-administrativa cadenciada pela lógica estato-capitalista. No entanto acreditamos que se há poderes que buscam um controle sobre a vida, há potências que insistem em buscar outros caminhos que não os apresentados pelos poderes especializados (L. Ozório, l´Harmattan, 2014).

Entendemos a psicologia como uma ferramenta importante para apostar nas potências no hospital, intervindo em práticas discursivas da psicologia adaptacionista que referendam a Ordem hospitalar. Não podemos esquecer que precisa ser desconstruída uma concepção da psicologia como guardiã da ordem (Cecília Coimbra, Oficina do Autor, 1995).

E a criança, neste empreendimnto, é aliada importante na construção de uma saúde criadora, se assim podemos dizer. Como diz L. Ozório (Revista Pediatria Atual, 2004) "Todos nós que gostamos de crianças devemos fazer duas perguntas : uma a elas e a nós : o que elas querem ? E outra a nós mesmos : o que queremos com elas" .

Penso que são questões importantes. No nosso trabalho no hospital impossível não perceber a capacidade disruptiva da criança, se construindo o tempo todo com caminhos e movimentos múltiplos, convidando-nos o tempo todo a questionar fronteiras e rediscutir limites (Deleuze e Guattari, Minuit, 1980) .

O que queremos com as crianças? Questionamento importante que nos leva a pensar na nossa implicação com o que fazemos. A implicação, conceito importante da análise institucional mostra a necessidade de analisarmos nossas inserções no campo de trabalho, nossas alianças, nossos conformismos, nossas contradições. E nossos desejos (R. Lourau, Vozes, 1975).

Nesta empreitada de ter as crianças na construção de uma saúde criadora, trazemos a música como outra aliada importante. A música chegou a partir da demanda das crianças que nos encontros que tínhamos, faziam suas circunvoluções, desafiando os fios, os cortes, as imobilidades. Entendemos que a necessidade dos movimentos que apresentavam precisava de mais apostas nas potências que explicitavam.

Assim a música chegou no hospital, pelo movimento – imobilidades??? das crianças, por suas expressões diversas com choro, com alegria, com desespero, desejos de romper barreiras, desejos de trazer a vida no hospitalocentrismo reinante.

Deleuze e Guattari (idem) dizem que as crianças são espinozistas, se movimentam sem fórmula prévia, com um compromisso básico com a alegria. É importante relevar a música, aliada das crianças, na sua capacidade para despertar afectos, de efetuar uma potência que subverte, faz o eu vacilar. As crianças, estes músicos em potencial ... Música e crianças, numa sintonia única convidavam a outras visibilidades, outras paisagens, a novos modos de invenção da existência, explicitando alianças únicas entre saúde e vida.

Interessante dizer que a música chegou no hospital seja por uma flauta, por uma canção, por um canto individual e coletivo. Chegou...

Falando da potência da música lidando com as fronteiras não como muros mas como pontes entre mundos, onde sempre algo pode acontecer, impossível não se lembrar de Daniel Baremboim, diretor de orquestra, de Israel e Edward Said intelectual palestino que fundam a orquestra Westeastern divan com músicos de Israel, Palestina, Líbia, Jordania e de outros países árabes.

Na Escola, o Mundo se Movimenta. Trocas Interculturais Entre Crianças do Brasil e da França através de seus desenhos

Elizabeth Galdino de Lira (Secretaria Municipal de Educação - RJ)

A educação é um dever do Estado e da família com a finalidade de atingir o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho. Além disso, pode estar relacionada com alguns princípios, tais como: pluralismo de ideias, respeito à liberdade e apreço a tolerância, valorização da experiência extra escolar e principalmente a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Apesar de ser professora do Município do Rio de Janeiro por mais de 30 anos ainda não consigo deixar de me espantar e questionar os altos índices de reprovações e consequentes exclusões de alunos das camadas mais pobres. Estes meus espantos me fizeram lembrar Paulo Freire (Paz e Terra , 1975) quando falava dos seus encontros com seus alunos de classes populares, considerando estes espantos como efeitos da luta de classe que atravessam sua prática de professor.

Ao longo deste percurso, mais especificamente, quando cursava psicologia em busca de respostas às minhas inquietações, encontro ecos aos meus anseios nas disciplinas de psicologia institucional e psicologia comunitária, além da práxis em estágio supervisionado na área. Constato que o sistema educacional é atravessado pelo capitalismo cuja burocracia confia "ao pessoal da escola uma tarefa capital: a de adaptar a criança ao saber e valores da sociedade dominante" (Guattari, F Recherches, 1977 :54). E com estas inquietações, depois de tantos caminhos percorridos, tomo contato com o Projeto Sonhar com a Interculturalidade através dos desenhos das crianças da França e do Brasil que nasceu a partir de uma pesquisa realizada com crianças e jovens da comunidade da Mangueira na Cidade do Rio de Janeiro, coordenada pela professora/pesquisadora Lúcia Ozório (Ozório, L. Revista Psicologia&Sociedade – São Paulo: ABRAPSO, vol. 17, no. 3/2005. p. 33-41 2005). Nesta pesquisa as crianças e jovens de Mangueira se aliam às das escolas públicas do Departamento da Educação Nacional de Limeil-Brévannes e de Valenton, Val-de Marne, França; e às da RASED (Réseau d´aide spécialisé pour les enfants en difficultés – Rede de ajuda especializada aos alunos em dificuldade), Créteil, França.

Termino me engajando nesta pesquisa a fim de uma práxis que instaurasse novos espaços-tempos para nossos sonhos e práticas. Para esta pesquisa, nos inspiramos em Paulo Freire (Paz e Terra, 1983), Gilles Deleuze e Felix Guattari (Minuit, 1979), René Lourau (Vozes, 1975), Stuart Hall (UFMG, 2003) Zygmund Bauman (Jorge Zahar, 2003) ; Sigmund Freud (Editora Nueva, 1973) ; Milton Santos(Publifolha, 2001) e Lúcia Ozório (ANRT, 2004).

A pesquisa se expandiu. Podemos dizer que nos engajamos no sonho das crianças de Mangueira, precursoras do projeto da pesquisa, acima citada. Começamos a trabalhar também com outras crianças, de 06 a 12 anos, já alfabetizadas e outras consideradas produtos do fracasso escolar de algumas turmas de uma escola pública onde eu trabalhava, que atende a comunidade do

Jacarezinho, Rio de Janeiro. Na nossa metodologia, desenhos e cartas das crianças dos dois países foram nosso dispositivo de trabalho. As crianças desenhavam seu quotidiano ou o que desejavam. Elas prolongavam, através dos seus desenhos as equações oníricas da interculturalidade, buscando lhes dar movimentos e durações diversas. Como os sonhos, os desenhos e suas cartas tiveram a capacidade de super-restituição da realidade, convidando-nos a reativar as forças da imaginação. O desenho e a carta, embora diferentes, puderam fazer-nos experimentar um excesso sobre eles mesmos. Daí, podermos dizer que como dispositivos, nos convidaram às mais diferentes manifestações de interculturalidade no campo de pesquisa. As culturas da comunidade do Jacarezinho e da França, se interconectavam, viajavam através dos desenhos das crianças. Neles apareciam seus modos de sentir, agir, viver. Os desenhos ou as pequenas cartas das crianças francesas ao serem apresentados às crianças da escola do Jacarezinho, despertavam curiosidade. Estas queriam saber mais sobre seus colegas franceses, sobre a França, sobre seus significados. Também é de se relevar que muitos enquanto desenhavam, contavam suas histórias de vidas.

Esta pesquisa suscitou reflexões "... desejantes de compartilhar diversidades e semelhanças, formando alianças que na diferença constroem a comunidade.". Estas alianças, interculturais, contribuem para que se desconstrua um entendimento de cultura desde uma concepção substancialista, identitária, antropocêntrica. Por outro lado, permitem que se detecte um processo de comunidade na problemática intercultural, na medida em que assinala operações transdutivas de colocar em relação culturas diferentes, e de construir um entre-culturas com procedimentos de inclusão do excluído e de colocar em comum o não comum (Ozório, Polêmica, 2007). Relevamos também neste processo a necessária análise da nossa implicação. Pudemos também fazer uma análise da implicação de outros professores neste processo, referendando a escola mais como prisão, como dizia René Lourau (idem).

Esta pesquisa-ação corroborou para que todos nós nela envolvidos vivenciássemos a construção de um processo de singularização. Buscas de novas referências práticas e teóricas nos ajudaram a desejar cada vez mais intervir na homogeneização/segregação do mundo atual.

O Amor e as Relações Amorosas na Era das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC'S)

Luíza Manassi da Conceição de Castro (Centro Universitário Franciscano), Roberta Fin Motta (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

As atuais tecnologias da informação e comunicação (TIC´s) têm ganhado espaço e gerado novas formas de socialização, em velocidade crescente e imensurável. A maior indicação para esta situação está no fato destas mudanças, sejam elas psicológicas, sociais ou econômicas, serem percebidas na mesma medida em que, nem mesmo uma análise abrangente, consegue dar conta de explicar a complexidade das interações que se estabelecem neste contexto.

Entre as mudanças causadas pela Revolução Tecnológica está o desenvolvimento de relações afetivas ou amorosas através do uso da internet, caracterizadas não só pela facilidade de construção destes laços, como também pela rapidez com que são desfeitos.

As novas TIC's, exemplificadas neste caso por dispositivos que agregam cada dia mais funções, como os smartphones, desenham uma nova formatação para a apreciação desta temática na mesma medida em que são apontadas, em muitos estudos, como preponderantes às mudanças que se configuram no campo das relações sociais. Entretanto, o problema que esta investigação pretende caracterizar é, ainda, mais pontual do que as relações sociais como um todo. Se estabelece em torno da construção das relações amorosas contemporâneas e da busca por elas, através da utilização de aplicativos para smartphones que permitem a construção de redes sociais, no intuito de viabilizar encontros aos seus usuários.

O uso do smartphone e sua conexão com a internet, que permite aos sujeitos passar muito tempo online e conectados ao mundo virtual, colocando-os em contato com um mundo repleto de possibilidades e, principalmente, com diversas pessoas que antes poderia ser inconcebível, até mesmo, no decorrer de toda uma vida.

O presente trabalho tem por objetivo compreender as relações amorosas na era das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como entender o que leva as pessoas a buscarem relações amorosas nos aplicativos sociais de smartphones, investigando os fatores psicológicos, comportamentais e sociais envolvidos nas relações amorosas construídas a partir desses aplicativos. E por fim, analisar os desafios presentes nas formas emergentes de relações amorosas através das tecnologias da informação e comunicação.

A pesquisa é importante para o campo da Psicologia, pois irá investigar o fenômeno das novas tecnologias e as suas implicações nestas relações, visto que esses fenômenos geram transformações sociais e também subjetivas.

Para investigar esses fenômenos foi realizada uma pesquisa social de caráter exploratório e descritivo, a qual ainda se encontra em andamento. Os participantes desta pesquisa foram estudantes de graduação de uma instituição de Ensino Superior Privada, localizada na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O critério de seleção foi por meio de disponibilidade dos participantes, os quais deveriam utilizar esses aplicativos em busca de encontros.

Para a coleta de dados foi desenvolvido um Grupo Focal com os participantes da pesquisa, com dois encontros de uma hora e meia cada. Os encontros foram gravados e transcritos na íntegra, sendo apagados do gravador logo após a transcrição. No decorrer dos encontros foi proposto reflexões e opiniões dos participantes sobre as questões do amor na atualidade, o uso dos aplicativos de smartphones para buscas de relações amorosas e, outros assuntos que surgiram durante os encontros devido as demandas e necessidades do grupo.

Como resultados parciais da pesquisa, foi possível perceber que as novas tecnologias de informação e comunicação constituíram um marco importante e complexo de possibilidades de se relacionar, assim como, também proporcionou novas perspectivas de relacionamentos amorosos, através do uso da internet.

O Discurso do Jovem Empreendedor a a subjetivação de Jovens das Escolas Profissionalizantes

Francisco Ullissis Paixão e Vasconcelos (Universidade Federal do Ceará)

Dentre os discursos agenciadores de jovens, encontramos o empreendedorismo achegado às instituições educacionais e que, nas escolas de Ensino Médio Profissionalizante do Ceará, tem ares de oficialidade, e produz um cenário onde a promessa de emprego pela aprendizagem de uma profissão é aos poucos substituída pela autoresponsabilização dos jovens por seu futuro de sucesso, uma vez que devem tornarem-se empreendedores de seu futuro, empreendendo-se. O fenômeno em questão toca a Psicologia, uma vez que objetiva a produção de corpos e subjetividades dos jovens estudantes, por meio de práticas e discursos que balizam as experiências do eu e, na medida em que proporcionam um movimento que fomenta práticas de autonomia e performatiza os corpos, modela as formas de ser e aprender, além de administrar os sonhos dos jovens para que caminhem ao encontro dos anseios neoliberais. A escola, suposta redentora da humanidade, parece um lugar propício para o funcionamento destas maquinarias, uma vez que ela é umas das principais instituições que ecoa discursos que funcionam como regimes de verdade. Verdade que está vinculada aos tipos de discurso que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiros. Este estudo toma como elemento de problematização os movimentos discursivos subjetivantes de jovens estudantes das Escolas Públicas de Ensino Médio, por ocasião das mudanças nas políticas públicas de educação, que fomenta nestas instituições o ensino profissionalizante, fundamentado nas perspectivas da Tecnologia Empresarial Sócio Educacional (TESE) que tem no discurso empreendedor seu potencial produtivo de sujeitos. Embora a LDB nº 9.394/96 tenha elegido novos objetivos para o Ensino Médio, demarcando-o distintamente do ensino profissional, ela possibilitou que este pudesse ser desenvolvido tanto paralelamente como integrado ao Ensino Médio, sobretudo com a implementação do programa "Brasil Profissionalizado", do Governo Federal. E é este cenário que encontramos no Estado do Ceará, tanto no tocante à integração entre os ensinos Médio e Profissionalizante, como no desenvolvimento de uma educação marcada pelos movimentos agenciadores do sistema capitalista por meio das perspectivas de gestão empresarial na educação, balizadoras das vivências curriculares, por meio da Tecnologia Empresarial Sócio Educacional (TESE), um modelo adaptado da filosofia de gestão empresarial denominada Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO). Isso explica, em parte, a presença dos discursos que fomentam o empreendedorismo dos jovens no cenário do Ensino Médio-Profissional cearense, já que este modelo de gestão trata do desenvolvimento de uma "atitude empresarial" que deve ser vivida também pelos alunos. Temos como proposição de objetivo problematizar a emergência do discurso do jovem empreendedor nas Escolas Profissionais do Ceará, seus efeitos subjetivantes na articulação com as políticas públicas para a Educação Básica/Profissional e com as vivências escolares dos jovens estudantes. Nesta conjuntura, entendemos que as discussões apresentadas dialogam, de certo modo, com as perspectivas propastas pelo GT "O poder comum de agir e a produção de novos processos de subjetivação: a democracia como uma atividade comum-itária" (GT 10), uma vez que nos inquietamos por discutir os movimentos das políticas públicas, as tensões advindas das mesmas, e como estas podem atuar como subjetivantes por meio de um processo de singularização que evoca a experiência de si na produção da dinâmica social. Esta pesquisa, em fase inicial de desenvolvimento, está fundamentada teórico-metodologicamente a partir de um referencial pós-estruturalista, sobretudos nos estudos de Foucault (1972; 1984; 1999; 2008; 2009; 2010) e de Amado (2009), Larrosa (1994) e Mansano (2009). Quanto aos princípios do método, esta pesquisa se configura como uma pesquisa qualitativa. Elegemos como método a cartografia social que possibilita uma atuação interventiva do pesquisador, e como possibilidades de aproximações com o campo instrumentos como a observação participante e a realização de grupos de problematização. A produção dos dados se dará por meio da anlise de discurso como proposta por Foucault. Os movimentos iniciais de pesquisa apontam para o fato de atualmente existir um grande esforço para que a ação educativa produza mais do que indivíduos habilitados e qualificados a responderem às demandas do sistema produtivo. De forma muito mais intensa, articulada e engenhosa do que em outros momentos da história, os dispositivos pedagógicos são mobilizados visando à produção de subjetividades, num empreendimento de si, cujos atributos devem estar atualizados em relação ao modo de funcionamento acelerado e fragmentado exigido pela sociedade contemporânea.

Organização de Arraial como estratégia de fortalecimento comunitário no Parque Riachuelo I, Manaus/AM

Eduardo Barbosa de Menezes Guimarães (Universidade Federal do Amazonas), **Marcelo Gustavo Aguilar Calegare** (Universidade Federal do Amazonas), **Marcelo Augusto Silva das Dores** (Universidade Federal do Amazonas)

O seguinte trabalho apresenta resultados de projeto de extensão, realizado pelos acadêmicos de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que se propôs ao fortalecimento de laços comunitários entre moradores de uma comunidade de Manaus/AM, a partir da mobilização para a realização de um arraial. A comunidade alvo foi o Parque Riachuelo I (Tarumã, zona oeste de Manaus), que conta com aproximadamente 600 pessoas e infraestrutura precárias: uma única rua mal asfaltada, constante alagação, falta escola, creche, posto policial, área de lazer e linha de ônibus com circulação interna. Em função do histórico de ocupação, uma parte das famílias é de baixa renda e se encontra em situação de vulnerabilidade socioambiental, vivendo em condições precárias de habitação, falta de acesso a serviços básicos de saúde e à educação, incidência de violência familiar e sexual, drogadicção de jovens, falta de opções de lazer e ocupação profissional. Em 2011, foi criada a Associação de Moradores e Amigos do Parque Riachuelo I (Amar) na tentativa de mobilizar a população local, mas atualmente encontra-se completamente desarticulada e sem atuação nenhuma. Tomando como referência a Psicologia Comunitária, temos que o norte do trabalho comunitário é fazer com que haja maior controle dos moradores sobre sua própria realidade, diminuindo a convicção fatalista de imutabilidade, mesmo que elas continuem utilizando o mesmo esquema para explicar o desenvolvimento de suas vidas. Outro aspecto da atuação dos psicólogos comunitários é o do fortalecimento dos laços comunitários Nesse sentido, deve-se buscar a ruptura da situação vigente por meio de mudanças coletivas, sendo a organização popular e união de classe em prol de um evento cultural a proposta deste projeto. Diante desse cenário, foi observada a necessidade de se trabalhar com o fortalecimento dos laços comunitários dos moradores a partir da organização do 1º Arraial do Parque Riachuelo I, por meio do qual se gerou engajamento, conscientização e uma identidade coletiva do bairro. A realização do Arraial envolveu distintos atores sociais na organização, planejamento e execução do festival, além de aumentar a participação comunitária e conscientização de problemas e soluções coletivos. Por acreditar que uma atividade coletiva eficiente parte do pressuposto de que seus membros devem possuir o mínimo de sentimento de pertença comunitária, assim como uma boa integração das relações afetivas necessárias para a união em prol de uma ação comum é que acreditamos que este trabalho se relaciona com o GT escolhido, por se tratar de um projeto que parte da utilização de conceitos da Psicologia (Social) Comunitária na criação de estratégias de fortalecimento dos laços comunitários como mecanismo de reorganização de um espaço sociopolítico mais democrático. Partindo dessa área, que pressupõem o uso de metodologias colaborativas e participativas, utilizou-se a pesquisa-ação, que coloca as atividades de extensão e pesquisa como indissociáveis. Conceitos como participação, fortalecimento dos laços comunitários, autonomia e sentimento de pertença nortearam as ações ao longo do projeto. Foram realizadas visitas semanais, utilizando-se abordagem multimétodos para os instrumentos de intervenção e produção do conhecimento. Os instrumentos utilizados foram reuniões coletivas, técnicas de abordagem grupal, visitas domiciliares, registro fotográfico e diário de campo. Como resultado, obteve-se a realização do 1º Arraial do Parque Riachuelo, no dia 27/07/2015, com aproximadamente 400 pessoas, tendo sido bastante significativo o envolvimento de distintos atores sociais na organização, planejamento e execução da festa. Além disso, ao longo da organização deste, com replanejamentos das estratégias de ação, houve o aumento da participação comunitária e conscientização dos problemas e soluções comunitários, tanto nos aspectos relacionais (fortalecimento das redes comunitárias) como sociopolíticos (organização para luta por melhorias) que circunscrevem a vida desta comunidade. Desta forma, acredita-se que o projeto foi bem sucedido, tendo em vista que a realização do evento reavivou as relações estabelecidas dentro da comunidade e que são de vital importância para a mesma, pois são geradoras e fortalecedoras de estratégias de enfrentamento dos problemas que ali se encontram. Além disso, a festa foi tida como altamente satisfatória para organizadores e participantes da mesma, que já se mostrou favorável a realização de novos eventos culturais e reestruturação sociopolítica, com o possível fortalecimento de sua Associação de Moradores.

Projeto Ação Comunitária: a práxis e os diálogos na formação em Psicologia

Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes (Centro Universitário UNIFAFIBE), **Pauliana Tamires Papel** (Centro Universitário Unifafibe), **Claubia Regina Ramos Nogueira** (Centro Universitário Unifafibe), **Michael Luís de Alencar** (Centro Universitário Unifafibe), **Camila Ferrari** (Centro Universitário UNIFAFIBE), **Jaqueline Garcia Diniz** (Centro Universitário UNIFAFIBE), **Leandro Amorim Rosa** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Introdução: Para Campos (2014), a concepção sociointeracionista de Vygotsky é propícia para estudar a vida nas comunidades, porque o ser humano constrói seu conhecimento por meio da interação "[...] mediada por símbolos e artefatos produzidos culturalmente[...]". Desta forma, "[...] duas consequências se impõem aos psicólogos: conhecer a cultura local e contribuir para a construção de novos significados através da interação." (p.137). Podemos chamar de Psicologia Social Comunitária esta disciplina que une saberes críticos e uma práxis voltada, efetivamente, para a transformação social e o processo de conscientização das comunidades (CRUZ; FREITAS; AMORETTI, 2014). A consciência nesta perspectiva, não deve ser implantada pelo(a) psicólogo(a), mas sim promovida por meio de reflexões e bons encontros geradores de novas formas de ação que confrontem as alienações geradas por ideologias dominantes (LANE, 2004; SAWAIA, 2011). A partir deste contexto, como promovemos uma educação voltada para estudantes de Psicologia, enfatizando a vivência na/da comunidade? **Objetivo**: Construir democraticamente com os alunos um aprendizado em Psicologia Social Comunitária, que fosse intersetorial e interdisciplinar, atuando e refletindo a partir da prática integrada nas instituições e na comunidade, localizadas em um território de vulnerabilidade socioeconômica. Relação clara com o GT e eixo temático escolhido GT 10: O poder comum de agir e a produção de novos processos de subjetivação: a democracia como uma atividade comun-itária. Nosso trabalho traz possibilidades de discutir a práxis e a democracia da Psicologia Comunitária na formação dos alunos. **Eixo Temático**: História, teorias, métodos e formação em Psicologia Social. A questão central do nosso trabalho é a formação em Psicologia Social Comunitária, pautada na práxis e na produção de um conhecimento dialético entre professor e aluno. Orientação teórica: Como orientação teórica, temos a composição de três questões centrais: a) A visão crítica de mundo da Psicologia Sócio-histórica; b) Estudos sobre Psicologia Social Comunitária; c) As contribuições de Paulo Freire para a construção de uma educação dialógica. **Método**: Esta reflexão que trazemos para o Encontro Nacional da ABRAPSO é baseada em uma experiência de um ano (2014-2015) em um projeto entre docentes e alunos do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro-SP. O Projeto Ação Comunitária objetivou construir com os alunos, uma aprendizado intersetorial e interdisciplinar na atuação em uma comunidade em vulnerabilidade social da cidade. A participação dos alunos no Projeto se dividia em estágio, pesquisa e extensão. Fazíamos discussões quinzenais integrando práticas e teoria, além de construir conjuntamente as intervenções. **Resultados**: Durante o tempo do Projeto, tivemos claras dificuldades em "penetrar no território". Inicialmente tentamos realizar reuniões diretamente com as pessoas da comunidade, mas aparecia apenas uma ou duas pessoas. Depois, identificamos barreiras como o tráfico de drogas que é um dos poderes deste local. A partir disto, mudamos a estratégia de ação utilizando a instituição como via de acesso à comunidade, privilegiando "[...] a instituição como campo de pesquisa e ação sobre a comunidade". (NASCIUTTI, 2014, p.94). O caminho que optamos seguir, foi realizar os estágios curriculares e atividades de extensão, no interior das instituições desta comunidade. Os alunos estavam presentes em: duas escolas (estadual e municipal) fazendo atividades com mães e crianças/adolescentes de 8 a 14 anos; uma casa de acolhimento com crianças em situação judicial; uma Unidade de Saúde da Família; e um grupo de idosos no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social. As discussões sobre os estágios e as atividades de extensão e pesquisa na comunidade, tinham o papel de integrar estes conhecimentos. Estas permitiram um processo ensino-aprendizagem dialógico, enfatizando a dialética educando-educador em que todos "[...] se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos [...]" (FREIRE, 2005, p.79), inclusive as pessoas do território. **Conclusões**: A formação em Psicologia Social Comunitária ligada à práxis nas instituições/comunidade e também ao diálogo dialético entre educador e educando, gera novas possibilidades de transformar a sociedade e os processos educativos.

Referências

CAMPOS, R. H. F. Psicologia Comunitária, cultura e consciência. In: _____ (org.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CRUZ, L. R.; FREITAS, M. F. Q.; AMORETTI, J. Breve história e alguns desafios da Psicologia Social Comunitária. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (orgs.). Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.76-96.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LANE, S. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. LANE, S.; CODO, W. (Orgs).

Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.40-47.

NASCIUTTI, J. C. R. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, R. H. F. (org.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In:

SAWAIA, B. B. (org). As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p.99-119.

Saúde e Educação: Políticas Públicas em Interlocução

Rosemarie Gartner Tschiedel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Adriane Vieira** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Ilaine Schuch** (Funcionário Público Federal), **Leila Rechenberg** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

As políticas públicas advindas das premissas da Constituição de 1988 têm deslocado saberes e práticas de seus lugares instituídos desafiando posicionamentos ético-políticos no diálogo entre as diferentes áreas profissionais e as políticas setoriais. O Programa de extensão "Viver Melhor na Escola: saúde, educação e cidadania" – PROEXT desenvolve-se no contexto do Programa Saúde na Escola (PSE), política pública intersetorial que propõe a integração e a articulação continuada entre Saúde e Educação, com o objetivo de contribuir para a formação dos estudantes e dos trabalhadores de escolas públicas por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde. O projeto ocorre a partir do trabalho integrado entre a Unidade Básica de Saúde (UBS) Santa Cecília UBS - HCPA, a UFRGS, seis escolas estaduais e três escolas de educação infantil do município de Porto Alegre - RS. Este tem o propósito de potencializar os vínculos no território, ampliar o acesso e a garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens. O público a que se destina é constituído de professores, educandos e familiares. As ações, baseadas nas diretrizes apresentadas no Caderno 24 de Atenção Básica (SUS), visam: articulação entre redes, para maior alcance e impacto de ações em saúde nas comunidades; educação permanente para professores e funcionários, acreditando no seu potencial multiplicador; fomento de novos espaços de autonomia, como exercício da cidadania; construção conjunta de um ambiente saudável, visando ampliar o conceito de saúde incessantemente e fortalecimento da participação da comunidade na construção de políticas públicas. Todas estas proposições contêm atravessamentos institucionais que apresentam lógicas diversas, ora convergentes, ora antagônicas, apresentando-se em linhas mais ou menos flexíveis, produzindo o encontro e o convívio entre diferenças tanto na equipe participante do Programa – constituindo-se em uma política de formação – como nas escolas, cenários do território.

O Programa, em toda sua extensão, contempla profissionais da UBS, funcionários das escolas, voluntários de diferentes áreas, professores e bolsistas vinculados à UFRGS e outros agentes da rede pública. A equipe de bolsistas de extensão é composta por doze ou graduandos de diferentes áreas como Psicologia, Comunicação e Relações Públicas, Fisioterapia, Fonoaudiologia,

Nutrição, Medicina, Educação Física e Serviço Social, criando um espaço excepcional de troca, o que possibilita refletirmos sobre a saúde e a educação em nossas práticas diárias a partir de diferentes ângulos e saberes.

No trabalho com políticas públicas intersetoriais, produz-se uma interação em que o diálogo é intensificado pelos acontecimentos do cotidiano, tornando-se necessário problematizar as fronteiras profissionais e as relações entre os diferentes atores. As atividades do programa estão organizadas como reuniões semanais, onde são discutidas e planejadas situações específicas de cada escola, compartilhando com as Equipes de Saúde da Família ali presentes, conforme área de abrangência da equipe.

O projeto propõe intervenções de diferentes formas nas escolas conforme as demandas, podendo ministrar conjuntamente oficinas, rodas de conversa, atividades lúdicas, cursos de formação e educação permanente discutindo temas como: sexualidade, cultura da paz, alimentação saudável, entre outros, constituindo-se assim, um trabalho em rede. Neste primeiro semestre focamos em uma aproximação com essas escolas em visitas periódicas aos locais, a fim de conhecê-las pela voz dos que a vivem. Nesta ação montamos urnas levando a frase "Viver Melhor na Escola é..." para ser completada, e recebemos respostas de toda a comunidade escolar. A partir desse contato, outras atividades poderão ser construídas.

Os processos de avaliação são feitos em três instâncias: entre o grupo de extensão da UFRGS, visando reflexões sobre as atividades, nas reuniões semanais feitas na UBS com o grupo ampliado; e nas escolas, com participação ativa dos envolvidos. O conhecimento vai se produzindo em ato (CAPPOZOLO, CASETTO, HENZ, 2013) configurando uma vivência do comum em que movimentos instituintes propiciam novos modos de subjetivação que se referem ao cuidado e a possibilidades de interface entre saúde e educação.

Sujeito e subjetivação da escola na atualidade

Neiara Parente de Araújo (Universidade Federal do Ceará)

Diante das mudanças das relações sociais atuais, o presente trabalho problematiza a escola e seus dispositivos, bem como alguns participantes que a faz funcionar (estudantes e professores). Essas modificações se referem ao fato de os estudantes estarem conectados a mídias sociais virtuais, que trazem uma nova maneira de comunicação, e as questões se referem à situação da escola: se é adequada a esse sujeito virtual e se realmente os dispositivos dela estão trazendo efeitos de subjetivação, tendo como base de análise os conceitos Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle, respectivamente de Foucault e Deleuze.

É devida a importância dada à escola, por ser uma instituição principalmente de subjetivação. Na escola, os alunos participam de redes de forças, e isso contribui para reforçar comportamentos. As variadas disciplinas escolares, em um contexto histórico, produzem um sujeito, e esse último, em contrapartida, confirma-as, através de práticas verbais e não verbais. Atuam exercendo poder e saber inter-relacionados sobre os sujeitos. Desse modo, os saberes, legitimados pela escola, são expressos no ambiente. Esses são ditos verdadeiros, porque possuem poderes e porque foram produzidos por poderes.

Tradicionalmente, a escola é um espaço de confinamento, aspecto da Sociedade Disciplinar. O aluno passa horas sentado numa cadeira. As salas possuem portas que fecham o espaço da aula. As regras da escola são rígidas: há o horário determinado para as aulas ocorrerem, um número limite de faltas, notas a serem atingidas para o aluno ser aprovado, matérias determinadas a serem ministradas pelo professor, farda e material escolar apropriados. Cada turma de alunos passa por uma rotina diária repetitiva cujo docente ensina conteúdos, dissociados de outras áreas de saber e, muitas vezes, da realidade cotidiana do estudante. Assim, essas regras e rotina estão mais próximas da Sociedade Disciplinar. Além disso, atualmente, em contraponto às regras e rotina mencionadas, outros modelos e aspectos do ensino-aprendizagem estão sendo utilizados: a educação à distância, que traz a liberação do aluno em escolher o horário de estudo, o uso de computadores, a comunicação via internet, cursos de formação permanente, os quais são ofertados com base na necessidade permanente do sujeito em se adequar às novas tendências contínuas e ilimitadas do mercadores trabalho (um controle social), tendo em vista a concorrência. Dessa maneira, os exemplos representam certas adaptações e atualizações dos meios antigos da escola da Sociedade de Controle, até porque, hoje, temos sujeitos com diferenças em relação ao modelo de subjetivação da Sociedade Disciplinar.

Mesmo assim, a escola está utilizando dispositivos antigos na tentativa de adaptá-los ao contexto atual da Sociedade de Controle e está sofrendo resistências. Como essa adaptação possui desconexões, a instituição se encontra em crise. Está em processo de reforma, contudo, não está correspondendo ao aluno de hoje - envolvido com o mundo virtual e com as necessidades do mercado, o que traduz a transição da Sociedade Disciplinar para a de Controle.

Portanto, para trabalhar o tema, foi feita uma pesquisa bibliográfica das teorias da Filosofia da Diferença, tendo como autores Foucault, Deleuze, Gallo, Sibilia e Veiga-Neto, que discutem a escola, os dispositivos dela, outras tecnologias e a sociedade. Com isso, o trabalho teve o objetivo de responder sobre o papel da escola na contemporaneidade e sobre os aspectos pedagógicas que estão sendo criadas em consonância com o sujeito virtual. Teve a constatação de que o sistema escolar está passando por uma crise. Além de haver resistências na escola, hoje, o sujeito é legitimado por outras formas de subjetivação as quais a escola tradicional não as domina, como as mídias sociais da internet, que ultrapassam o confinamento dos colégios. Por isso, veio a educação à distância para ser uma alternativa e reformulação desse regime, a qual é uma adaptação à Sociedade de Controle. O ambiental virtual educacional traz a liberação do sujeito em não precisar mais estar presente na sala de aula em um certo horário. Certamente, a educação à distância é uma das características e tendências da “nova escola". Existem outros aspectos dessa escola importantes que possam ser discutidos em trabalhos futuros e os quais não foram analisadas no presente trabalho.

GT 11 PERCURSOS METODOLÓGICOS INVENTIVOS E EXPERIMENTAÇÕES NA ESCRITA EM PSICOLOGIA SOCIAL

A escrita em psicologia social e a invenção do sujeito criminoso: potencialidades do uso de pressupostos arqueogenealógicos na pesquisa

Amanda Gabriella Borges Magalhães (Universidade Federal do Pará), **Flávia Cristina Silveira Lemos** (Universidade Federal do Pará)

No atual contexto de "insegurança pública" do Brasil, onde a criminalidade de rua é vista como um dos maiores perigos sociais a serem combatidos - enfaticamente com punição -, faz-se de suma importância analisar as engrenagens dessa máquina de morte e o papel integrante das práticas dxs psicólogxs nesse contexto, seja na atuação profissional cotidiana nos equipamentos governamentais, prisões, etc., seja na academia, pesquisando e produzindo discursos que objetivam o criminoso – invenção de práticas que tem efeitos avassaladores sobre as vidas de quem se enquadra nos critérios para ser dessa forma classificado. Que cuidados devemos ter na escrita ao tratar deste tema tão delicado em pesquisa, e que por vezes resulta em produções fascistas, segregadoras, naturalizantes de subjetividades historicamente forjadas? Como construir a pesquisa de forma a permitir uma postura crítica num campo marcado por tantas afirmações estereotipadas que naturalizam o acontecimento "criminalidade", relacionando-o a uma classe social específica, quando sabemos que crimes são cometidos, por pessoas de todas as classes sociais, todos os dias? A fim de problematizar estas questões, o presente trabalho se compõe de reflexões a respeito da fecundidade do uso de ferramentas arqueogenealógicas propostas por Michel Foucault como pressupostos teórico-metodológicos na pesquisa em psicologia social sobre o acontecimento "criminalidade", e as reverberações dessa escolha na escrita do pesquisador. Objetivou-se analisar as potencialidades do uso de tais ferramentas para a investigação da temática supracitada, analisando os efeitos ético-políticos produzidos por essa escolha metodológica. Para tanto, nos baseamos em algumas produções de autores que estudam o "efeito Foucault" na Psicologia no Brasil - ou seja: quais implicações surgem inevitavelmente com a apropriação de suas produções teórico-metodológicas-políticas nas práticas psi -, e em textos do próprio autor, a fim de trazer pistas para a análise proposta e suscitar discussão sobre este tema - desvencilhando-se também do fascismo prescritivo de condutas que possam ser absorvidas como verdade sem questionamento. Nesse sentido, o uso de operadores conceituais elaborados por esse importante pensador francês, nos lança diante da problemática de questionar o presente, desmontando as evidências a partir da visibilidade que podemos lançar sobre os jogos entre verdade, poder e saber. A arqueologia do saber e as genealogias do poder e da ética tornaram-se ao longo do seu trabalho exemplos de modos investigativos de como esses elementos operam práticas que objetivam e subjetivam os sujeitos. Embora muitos autores gostem de demarcar "fases" para Foucault, as linhas que separam a arqueologia da genealogia são muito tênues, porque seu propósito ao longo dos trabalhos foi demarcar os modos de objetivação que transformam as pessoas em sujeitos, para tanto ele pontuou: a objetivação do sujeito no discurso; a objetivação do sujeito nas práticas divisoras, de poder; e a objetivação de práticas que fazem com que o indivíduo se reconheça enquanto sujeito. Podemos dizer, portanto, que cada uma dessas preocupações, foi demarcada de maneira mais enfática, em determinados momentos de sua escrita. Assim, lançamos como pistas para um tipo de pesquisa que deseje utilizar como referencial essas teorizações, algumas afirmações: o uso de tais ferramentas exige uma mudança de postura do pesquisador na medida em que o coloca na posição de produtor de verdades históricas e incita a problematizar os efeitos de nossas produções discursivas nos corpos, assim como a questionar especialismos e intimismos, e apresenta a produção da subjetividade como um processo também histórico, forjado nas malhas do poder, em relação com dispositivos dos quais os discursos psi são parte integrante. A partir dessa construção teórico-metodológica, a escrita do pesquisador psicólogo social torna-se política, na medida em que inventa "criminalidade" e o "sujeito criminoso" no próprio ato de escrever – uma vez que, para Foucault, não existe nada a priori que possa ser concebido sem as práticas discursivas e não-discursivas que materializam acontecimentos. Concluímos que as ferramentas arqueogenealógicas de Michel Foucault têm bastante a contribuir nas pesquisas sobre o tema por possibilitar o surgimento de questões urgentes a serem pensadas no presente sobre a invenção dos sujeitos criminosos e seus efeitos de poder, assim como por propôr uma ética do intelectual, cujo papel seria o de diagnosticar: anunciar os perigos produzindo pistas sobre o que está acontecendo nos domínios onde o intelectual é competente, fazendo aparecer como visível o que parece tão natural, ligado a nós, que por essa razão não conseguimos ver.

A Escrita enquanto Instrumento de Reflexão Ética na Produção Acadêmica

Gabriel Medeiros Escobar (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O presente trabalho tem como foco as práticas de escrita relacionadas à produção científica contemporânea. Toma-se como ponto de partida a investigação realizada por Blanchot a respeito de um denominado espaço literário, que se encontra no interstício das vivências e, por isso, ainda não é tomado por conhecimento prévio. Nesse lugar, quem escreve não é autoridade, pouco sabe e nada pode afirmar. Isso estabelece uma ética própria, já que a singularidade da experiência da escrita é justamente a de se deixar instigar não só pelo que se escreve, como pela própria linguagem. Cabe propor esse entendimento ao ato próprio da pesquisa e produção científica, já que elas devem ser considerada como exercícios ético-estéticos. Em outras palavras, pensar sobre a forma que se escreve é pensar também sobre sujeito, campo, método etc. Essa ação pode ser solitária, mas também será subjetiva, já que as muitas forças e formas nela se encontram, produzindo uma experiência que não é somente a do pesquisador e nem somente a no campo de pesquisa.

Também a posição referente à linguagem é passível de ser ligada a produção e entendimento do registro e memória da pesquisa. Expressar "através de" é diferente de fazer expressar. Essas duas vias podem indicar a própria interação com o que pesquisamos, ou seja, devemos estar atentos se estamos utilizando de algo com um fim ou se estamos deixando um silêncio próprio para que as nossas experiências também possam vir a convidar outros a participar e desenvolver com. Assim, a escrita traz sempre o incontrolável e o incerto. A partir disso, reflete-se a respeito da forma de produção hegemônica, calcada em certeza e em uma divisão delineada entre sujeito e objeto, assim como entre forma e conteúdo.

Cabe propor, a partir desse entendimento, as questões de como conciliar a produção de um escrito acadêmico e o entendimento da escrita enquanto exercício ético-estético, além de como fazer com que a vivência possa ser feita com a linguagem e não apenas descrita por ela. O entendimento que temos do ato de escrever é aqui entendido como equiparável com a reflexão acerca do próprio pesquisar, já que a comunicação deveria ser pensada sem endereçamento e sem fins específicos que não sejam os de convidar à leitura. As formas hegemônicas de fazer-escrever uma pesquisa não passam por essa via, mas sim a de produção de certeza e de uma ideação de autoria própria, que são incompatíveis com um lugar impessoal e incontrolável e, além disso, não consideram que o lugar de leitor não necessita ser também o de pesquisador formalizado.

Faz-se uma reflexão da escrita enquanto Atividade, tal qual é definida pelo campo da Ergologia, já que o que entra em questão é a ressingularização das normas e a possibilidade de criação com o trabalho. Assim, o ato de escrever acadêmico não é somente visto por sua via de atingir um objetivo ou chegar a um ponto, ou seja, é algo feito na vida, com a vida e não através dela. É próprio, portanto, assumir que a escrita está num campo de forças e deveria estar a cada instante a ser renegociada e pensada como exercício político.

Essa reflexão parte de uma vivência própria de escrita acadêmica com aquilo que muitas vezes é inexprimível ou que não tem o lugar para ser desenvolvido em certos espaços. Nesses pontos, a questão de como desenvolver uma atividade que seja singular e que seja aproveitável como nota é muito complexa. Para além disso, há as questões de como se relacionar com o campo a partir da escrita e quais os usos possíveis de uma linguagem que seja o mais elíptica e instigadora o possível.

Com essas questões, realiza-se uma análise conceitual a partir de algumas produções que se encontram nessa fronteiras entre um opaco de escrita e uma clareza demandada como ciência, que objetiva problematizar essa relação, além de trazer a discussão de uma dimensão ético-estética do trabalho em escrita. Tem-se como método a cartografia durante as leituras, abrindo espaço para o encontro com outras formas de trabalhar a escrita. Toma-se como inspiração a conceituação a respeito de iconização, tal qual é trazida por Jakobson, e as suas ligações com o conceito de atividade definido por Schwartz, assim como o entendimento do escrever como parte dessa potência. Além desses, toma-se as produções encontradas durante o percurso como fonte de instigação.

A saudade narrada e a (re)invenção da lembrança: uma inflexão sobre os mortos no Sertão

Vanessa Souza Eletherio de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco)

Este trabalho se trata de um recorte de minha pesquisa de doutorado em Psicologia Social e tem como objetivo central analisar como os processos de bem lembrar funcionam como uma estratégia narrativa que é, ao mesmo tempo, para suportar a vida em ausência como também para (re)construir narrativas que foram silenciadas pelas versões hegemônicas de vida (PÉREZ, SHAFIR, 2015). É importante enfatizar que este estudo não versa sobre a saudade per si, mas sobre as narrativas que a produzem e alimentam as lembranças dos vivos em relação aos mortos em um regime discursivo de ocultamento da morte (ARIES, 1977/2012). Ao falar dos mortos, camponeses/as mantém a memória coletiva do seu grupo social, fazendo com que histórias de outro tempo continuem circulando enquanto referência de vida deve ecoar na comunidade. A saudade narrada se apresenta não por uma história cronológica, mas por instantâneos que ora lançam luz, ora obscurecem os acontecimentos. O argumento central é que a memória de um ente querido que já faleceu é uma produção coletiva, constituindo uma prática social que contribui para construir aquilo que se nomeia de passado (PIPER et al., 2013). Sobre esse mesmo argumento, é possível pensar a memória como uma forma de prática social, política e cultural que é construída simbolicamente, além de ser de ordem interpretativa e relacional. A interpretação do passado que envolve a figura do morto se realiza de maneira contínua e é nutrida pela saudade, o que implica em efeitos concretos na produção de realidades sociais. A força simbólica das lembranças se dá justamente pelo seu caráter de produção de sujeitos, de relações e de imaginários sociais (PIPER et al., 2013). As narrativas da saudade remontam, então, mais que a memória, uma vez que as lembranças convocadas não são aleatórias, mas aquelas que dizem respeito a uma estética relacionada ainda a uma noção de beleza. Sendo o belo uma dimensão importante ao ponto de serem criados espaços privilegiados de culto à lembrança forjados sob um tom artístico, cuidadoso e de fazer ver as mortes que ceifam a vida no campo. Para tanto, a aposta teórico-metodológica que norteará a produção e análise de dados busca elementos tanto da etnografia narrativa, quanto da história oral. De acordo com Gubrium e Holstein (2009: p.25), a etnografia narrativa pode ser entendida como uma prática de investigação que "focaliza a atividade narrativa cotidiana que se revela na interação situada". Ainda segundo os autores, as histórias são "montadas e contadas para alguém, em algum lugar, num certo momento, por diferentes motivos e com uma variedade de consequências" (2009: p.10). Já da história oral, é possível buscar elementos que permitem articular as dimensões éticas da co-construção de narrativas, a análise da relação entre pesquisadora e pesquisadas/os, a posição de "ouvinte especializada" e ao estado de alerta e cuidado para a elaboração das transcrições de entrevistas audiogravadas (PATAI, 2010). A pesquisa será realizada em comunidades rurais do município de Santa Cruz da Baixa Verde – PE, pertencente ao Território da Cidadania Sertão do Pajeú. Na região do Sertão, a pesquisa que desenvolvi, por ocasião do mestrado, ocorreu em parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (MMTR) e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde - PE. Com isso, o trabalho de campo será composto por quatro etapas: I) (re)aproximação com o campo; II) entrevistas narrativas; III) análise das narrativas e IV) devolução. Cumpre dizer que os resultados esperados dessa produção narrativa pode apontar para uma distribuição sexual do trabalho no que se refere à manutenção da categoria analítica do que se chama de passado. As camponesas trazem para a vida quem já morreu e quem morreu permite que aqueles que ficaram vivam de alguma maneira, apesar das agudezas do campo. Assim, as mulheres têm o trabalho de manter um arquivo social de vivos e mortos para promover certos estilos de vida em detrimento de outros. Ao passo que as mulheres consideram os mortos como referência de vida, os vivos colecionam suas histórias, seus textos e seus pertences como uma demonstração de reverência que possibilita tolerar uma vida precária e com pouco acesso à saúde e educação. É quando o caráter sócio-político da saudade se expressa com mais força sobre as diferenciações de gênero. A morte se impõe à vida para que as formas de ser no mundo consideradas como dignas de serem vividas ecoem nas comunidades. Ao (re)lembrar os mortos, as mulheres narram ainda uma referência que é digna de memória e, portanto, deve ser atualizada no presente. Por fim, considero que a (re)criação histórica dos mortos torna-se possível pelas relações sociais narradas pelos vivos, sobretudo por mulheres, enquanto agente que alimenta e preserva a lembrança do morto. Assim, o 'morto' ou 'ente querido' é produzido a partir da lembrança e da saudade dos vivos.

Da Psicologia como ciência e suas transformações ao conceito de Gênero

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello (Universidade Federal de Pernambuco)

Ao ser reconhecida como ciência, na segunda metade do século XX, a Psicologia buscava adequar-se ao modelo vigente, fisicalista e laboratorial, tentando adequar-se a ele. Desta forma, deixava de lado muito do que se relacionava ao humano, uma vez que não acessava através de seus métodos os inúmeros objetos menos ou não mensuráveis de maneira direta. À medida em que a Psicologia foi se desenvolvendo, novos paradigmas precisaram ser adotados, e assim as condições de cientificidade também precisaram ser repensadas no que diz respeito a suas delimitações teórico-metodológicas. Foi compreendido então que é preciso considerar a linha que costura as ideias que nos servem de base para os conceitos, e suas relações, estudados de forma a garantir a cientificidade almejada, no entanto, com formatações que permitam dar conta ainda dos objetos, na aquisição de conhecimentos acerca deles, o que nos aponta à crucialidade da demarcação dos critérios científico-metodológicos que serão utilizados e os paradigmas teóricos que os basearão, bem como a toda a construção do olhar sobre o objeto, como forma de garantir a objetividade nas ciências sociais. Desta forma, considerando hoje gênero como uma medida de personalidade e objeto de estudo da Psicologia, onde vem ganhando cada vez mais visibilidade, fica clara a necessidade de discussões e compreensões acerca deste conceito, adotado para este estudo como foco. No entanto, pensar gênero nos remete ainda a suas interrelações com a sexualidade, família e religião, como temáticas que interferem sócio-historicamente em sua expressão na sociedade e entendimento científico. Neste ínterim, almejando uma análise e entendimento desta trajetória, utilizamos autores epistemólogos da ciência, desde Popper e Kuhn, até outros mais atuais que pensam as ciências sociais e a Psicologia, como Haraway, Bruner e Foucault numa construção teórica dos percursos da Psicologia experimental até as concepções vigentes da temática. Considerando que a Psicologia ainda tem formas diversas de concepções acerca de gênero, definimos a nossa a partir da noção de Butler que nos direciona a sua fluidez e performatividade, Adotaremos aqui uma concepção de gênero que o considera fluido e performático, desestabilizando noções de natural e artificial, interno e externo, ou seja, é constituído e constitui-se incessantemente a partir das próprias experiências e expressões de si, efeitos ainda das instituições e práticas de poder que ocorrem de forma tática nos discursos da sociedade, legitimando o falocentrismo e heterossexualidade compulsória. De forma a explicitar a expressão do interesse em gênero, foi realizado um levantamento quantitativo dos trabalhos apresentados nos últimos três anos do Conpsi - Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, como importante evento da área, compreendendo que a temática ganha destaque e visibilidade nas ciências humanas e na Psicologia. Neste sentido, compreendemos que pensar gênero, considerando sua dimensão sóciohistórica, como medida de personalidade, nos remete ainda a refletir suas interrelações levando em conta que na Psicologia atual se faz obrigação ética profissional o não julgamento do outro e o respeito a suas formas de ser e crer, prevista pelo seu código de ética de 2005. Nesta interrelação algumas temáticas se fazem fundamental serem (re)pensadas com relação ao conceito aqui utilizado de gênero: a sexualidade, a família e a religião (com suas intensas e contínuas influências no funcionamento social). Neste sentido do interesse de compreensões acerca desta teia conceitual dentro da Psicologia, alinhada às condições que produzem seu funcionamento prático da profissão, apontamos à importância de entendimentos acerca das interrelações entre família, gênero, sexualidade e religião na formação em Psicologia.

O abrigar da escuta: compreensões acerca da ética e da política na experiência clínica

Ana Paula Galdino de Oliveira (Universidade de Pernambuco), **Janne Freitas de Carvalho** (Universidade de Pernambuco)

Ao pensarmos no trabalho do psicólogo, torna-se inevitável não refletirmos sobre as características que compõem o seu ofício, sendo a escuta destacada como uma das mais importantes. A escuta do psicólogo é uma possibilidade de acolhimento ao cliente que ali se mostra e que vai ao seu encontro a fim de colher compreensões sobre o seu sofrimento. A escuta atenta a esse cliente pode possibilitar outro modo de olhar para a sua vida, podendo ser o momento de novas significações para a sua existência, assim como o encontro com o sentido que a habita. O cliente, agora responsável sobre si e sobre suas ações, consegue transformá-las em possibilidades de mudanças para sua existência no mundo, sendo ator não só de sua própria história, mas tendo papel também nas transformações da sociedade a qual está inserido. A presente pesquisa refere-se a um projeto desenvolvido a partir do trabalho de conclusão de curso em Psicologia. Com uma leitura fenomenológica existencial pretende-se focar a experiência da escuta por profissionais de Psicologia de diferentes campos de atuação. Neste sentido, compreende-se a clínica não como lugar determinado, e sim, como movimento de inclinar-se, de estar junto a um alguém em sofrimento, tornando-se assim uma ação voltada para o cuidado. Diante disso, os caminhos deste trabalho se delinearão a partir das narrativas das experiências colhidas, a fim de compreender a escuta clínica e os modos como a ética e a política se manifestam em seu fazer profissional. Deste modo, o presente trabalho se mostra como possibilidade de refletir sobre o papel da escuta do psicólogo em nossa sociedade e de pensar nos modos como o seu fazer pode estar voltado a um compromisso ético e político com a nossa profissão, sendo também um agente de transformações sociais, assim como, também, sendo relevante para academia enquanto espaço de produção e diálogo em que tais debates poderão ganhar novos olhares e novos rumos. Pensar na história da Psicologia Social no Brasil também é pensar nos modos como se inclinam o trabalho do profissional que se volta para intervir em uma comunidade. A escuta pode ser tratada e vista, aqui, como porta de abertura para questões que atravessam sua atuação dentro de uma comunidade. Estar aberto e atento aos fenômenos sociais que cercam a sociedade exige, hoje, do psicólogo, uma escuta acolhedora, articulada a uma atitude ética que se volte a ações que possam engendrar transformações. Com isso, a partir de uma ação voltada à comunidade, pensamos em como a Psicologia está cuidando dos espaços em que se insere. Assim sendo, a escuta enquanto ação profissional está inclinada ao acolhimento do sofrimento e cuidado de demandas que emergem nos lugares os quais o profissional está inserido, podendo se tornar abertura para transformações de ordem social. Por isso, a escuta, compreendida como ação de cuidado, poderá dar a possibilidade de o psicólogo refletir sobre sua atuação e compromisso com a profissão, de modo que sua ação possa desdobrar-se em uma atitude éticopolítica frente aos territórios em que atua. Assim, este trabalho insere-se nos grupos de trabalho

Implicações éticas e políticas dos saberes psicossociais no Brasil: Reflexões históricas; Identidade, Reconhecimento e emancipação; e Percursos metodológicos inventivos, e experimentações na escrita em Psicologia social, situando-se no eixo História, teorias, métodos e formação em Psicologia Social. Como dito anteriormente, trata-se de um trabalho de conclusão de curso, move-se ao intuito de engendrar reflexões e discussões não só no mundo acadêmico, mas que se lancem como abertura para novas compreensões do fazer psicológico em seus diversos campos de atuação. Ressalta-se o olhar para a escuta como parte da identidade do profissional de Psicologia, e na qual pode ser reconhecida e diferenciada das demais escutas conhecidas. Portanto, torna-se uma oportunidade problematizar a questão da atuação e dos modos como o trabalho do psicólogo está presente nos movimentos e mudanças sociais, como também, refletir sobre como a ética e política podem atravessar a ação do psicólogo em suas práticas, pensando-se na realidade presente em nosso país.

O desabrochar da formação de psicólogo: a clínica-esola como possibildiade de atuação

Jéssica Caroline de Moraes Veríssimo (Universidade de Pernambuco), Janne Freitas de Carvalho (Universidade de Pernambuco)

Este trabalho visa apresentar desdobramentos da minha monografia que está sendo construída na Universidade de Pernambuco, na graduação em psicologia. Tem como objetivo compreender a formação de psicólogos em clínica-escola e a dimensão do cuidado desvelada pelas práticas psicológicas desenvolvidas, a partir da experiência de estágio obrigatório no último ano da graduação. Neste sentido, pretende-se contextualizar a formação de psicólogos em clínica-escola, expondo concepções possíveis sobre o cuidado, dialogando com a ação clínica e as práticas psicológicas desenvolvidas. Serão colhidas narrativas de estagiários que atuam em clínica-escola, buscando compreender como o cuidado se desvela na atuação. Este trabalho recorre à uma metodologia fenomenológica existencial de investigação, através de uma pergunta disparadora. A entrevista será, portanto, aberta e servirá como ponto de referência para as articulações feitas ao longo do trabalho. A compreensão das narrativas será possível a partir das afetações e meditações decorrentes do diálogo entre o referencial teórico e o pesquisador. A história da psicologia é longa e perpassou por diversos períodos, possuindo raízes nos fundamentos filosóficos e mitológicos. Estes períodos foram de fundamental importância para a gestação do espaço psicológico, bem como para o reconhecimento da psicologia enquanto ciência, no século XIX. Ao passar dos anos a Psicologia, como ciência e profissão, foi buscando formas de se fortalecer e se afirmar, estabelecendo assim, todo um arcabouço de conhecimento. Hoje quando falamos em psicologia, não estamos apenas fundamentados em um modo de fazer desta profissão, estamos falando de "psicologias" e suas múltiplas possibilidades de atuação e perspectivas teóricas. Partindo deste princípio os centros universitários se encarregaram de possibilitar aos psicólogos em formação, o conhecimento explícito, fundamentado em teóricos, estudos cientificamente comprovados, respaldados em uma estrutura curricular de formação de psicólogos. Trazer a luz sobre a temática da formação do psicólogo, não se limita apenas a uma atribuição caracterizada pela atuação consumida pela técnica e objetividade. De outro modo, possibilita lançar reflexões através do lugar que se ocupa e como a atitude de ser-psicólogo possibilita o diálogo e interlocuções com as práticas psicológicas desenvolvidas. Desta forma, faz-se necessário olhar atentamente para aquilo que chamamos de atuação profissional do psicólogo em clínica-escola. Do sentido e o significado presente na atuação emerge a noção ética aqui considerada como uma colcha de retalhos sobre a diversidade presente em uma dimensão ampla e complexa. Tais articulações ecoam no cotidiano do estagiário como um leque de possibilidades que o permitem refletir sobre o seu fazer saber. A troca de saberes se constrói através de uma teia de significado presente nas relações que circulam na esfera da formação acadêmica, a dialogicidade ética se constrói desde o compartilhamento de conhecimento tácito e explícito na graduação. O estágio obrigatório nesta perspectiva é um lugar possível, de cuidado, escuta e ação política, que reverbera na atuação do estagiário junto à comunidade. É uma condição da clínica-escola, colocar o aluno em práticas psicológicas que estejam necessariamente articuladas com as demandas sociais, sendo extremamente importante para a formação do discente, de modo que amplie contribui para este olhar de concepção de intervenção social. Se tratando da atuação do psicólogo em clínica-escola há o dialogo com razões de esfera pública e privada, pode-se levar em consideração que é através destas razões que as ações são motivadas e assim, compreende-se a importância das intervenções para haver diferença nas ações. Não é raro, ouvir de psicólogos em formação o estar angustiado pelo último ano da graduação, principalmente por ter que lançar mão de práticas psicológicas que denotam cuidado e responsabilidade pela sua ação. Responsabilizarse por si mesmo no contexto da psicologia clínica é fazer automaticamente alusão à dimensão do cuidado vivenciado na prática do psicólogo, na atitude ética e política deste profissional. Este é um momento em que muitos graduandos se apropriam das suas escolhas e muitos outros se veem lançados no movimento do ter que escolher para concluir mais uma etapa que é exigência da academia. Este apropriar-se de si recombina atos de tomada de consciência, é o dar-se conta de suas ações e responsabilizar-se por elas. Portanto, é preciso olhar atentamente para aquilo que nos salta aos olhos. Esta atitude implicada pode favorecer ao desenvolvimento de práticas psicológicas engajadas com as demandas sociais e que contribui para colocar o estagiário em contato direto com a emergência dos sofrimentos na atualidade. É preciso cuidar deste espaço de troca, que aqui está sendo contemplado pelo espaço clínico. É preciso pensar de que lugar se fala e de que modo se cuida deste atuar. É neste movimentar-se, questionar-se, é saindo do lugar de conformismo que é possível elaborar o sentido e a apropriação do torna-se psicólogo. Diante do exposto, compreende-se que a temática se articula com o eixo temático "Educação, tecnologias e sociedade", justamente por possibilitar reflexões críticas sobre a formação do psicólogo diretamente relacionadas à Psicologia Social.

O esgotamento profissional no âmbito da enfermagem: uma revisão bibliográfica

Mateus Estevam Medeiros-Costa (Universidade de Fortaleza), **Francisco Dantas Damião** (Faculdade 7 de Setembro), **Lucimar Lucas de Lima** (Universidade Potiguar), **Maria Eliziane Pinto da Silva** (Universidade Potiguar)

Há cerca de quatro décadas a Síndrome do Esgotamento Profissional (SEP) ou como é mais conhecida, a Síndrome de Burnout, vem sendo investigada no cenário acadêmico. Tal doença surge da cronificação do estresse interpessoal decorrente do contexto de trabalho. Muito embora seja reconhecida como uma psicopatologia de cunho ocupacional (Grupo V da CID-10), sendo inclusa no Anexo II do artigo 2º do Decreto 6.957/1999 regido pela Previdência Social, seu diagnóstico é pouco utilizado. A SEP é, na maior parte das vezes, entendida como um modelo teórico tridimensional, alicerçado na perspectiva psicossocial. De acordo com esse modelo, a SEP envolve três dimensões: a exaustão emocional, a despersonalização e a falta de realização pessoal. A exaustão emocional se apresenta como uma manifestação direta do estresse individual, sendo exteriorizadas sensações de estar além dos limites com deterioração dos recursos físicos do indivíduo. Já a despersonalização está ligada à conjuntura interpessoal da síndrome, em que atitudes negativas e de cinismo são direcionadas às pessoas destinatárias do trabalho. A despersonalização se caracteriza como uma perda de compaixão para com os outros. Por fim, a falta de realização pessoal se relaciona a avaliações negativas do indivíduo quanto ao seu desempenho no trabalho e seu futuro naquela profissão. Nos estudos empíricos sobre a Síndrome do Esgotamento Profissional, os profissionais da área da saúde parecem constituir uma das categorias profissionais mais suscetíveis à doença. Por outro lado, entre os profissionais da saúde os enfermeiros são os que mais experimentam o estresse e SEP. Estes trabalhadores têm como ofício o cuidado constante a pacientes e nesse contexto, presenciam frequentemente casos de morte e luto, sendo expostos às tensões emocionais de tais eventos, o que pode levar ao aparecimento da Síndrome do Esgotamento Profissional. Diante do exposto e pelo elevado número de estudos e pesquisas sobre a Síndrome do Esgotamento Profissional no âmbito da enfermagem, este trabalho tem por objetivo investigar e caracterizar a produção científica sobre a Síndrome do Esgotamento Profissional no âmbito da enfermagem. Ao mesmo tempo, pretende-se quantificar os dados encontrados nas pesquisas em relação às três dimensões da Síndrome do Esgotamento Profissional e compará-los (metanálise). A hipótese é que os profissionais de enfermagem apresentam níveis altos da Síndrome do Esgotamento Profissional. Trata-se de uma pesquisa de revisão sistemática da literatura com intuito de caracterizar a produção científica acerca da SEP no âmbito da enfermagem – profissionais de enfermagem (enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem), professores e alunos dos cursos de enfermagem. Foram investigados artigos científicos no período de janeiro de 2005 a maio de 2015. As bases de dados investigadas inicialmente foram: Biblioteca Virtual em Saúde (Base de Dados de Enfermagem; Índice Bibliográfico Espanhol de Ciências da Saúde; Index Psicologia-Periódicos técnico-científicos; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online). Em seguida, foram consultadas as bases: Scientific Electronic Library Online e o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia. Com o processo de identificação, seleção e inclusão, foram selecionados 82 artigos e, destes, 37 foram selecionados para a metanálise. Na metanálise foram calculados os escores e desvio-padrão médios nas três dimensões da Síndrome do Esgotamento Profissional, auferidos pelo mesmo método. Em sua maioria, os estudos são de prevalência, descritivos, quantitativos, com delineamento quase experimental, sendo estudos de caso em que foi aplicado o MBI. Além disso, o construto mais relacionado com a Síndrome do Esgotamento Profissional é o estresse. No que se refere à metanálise realizada, verificou-se uma exaustão emocional e despersonalização baixas e uma realização pessoal moderado-alta, mostrando que os profissionais de enfermagem não se enquadram dentro do que é considerado crítico para a Síndrome do Esgotamento Profissional. Para tanto, é necessária uma maior exploração de estudos de cunho qualitativo e exploratório, como também, pesquisas de caráter intervencionista.

O Politicamente Correto promovendo a aproximação da Representação Social e a Psicanálise

Juçara Rocha Soares Mapurunga (Universidade de Fortaleza), **Tereza Glaucia Rocha Matos** (Universidade de Fortaleza)

Esse trabalho foi extraído do processo metodológico de minha tese doutoral: "Ecos da Contemporaneidade: A Invenção do Politicamente Correto", que objetivou investigar as representações sociais acerca do que seja o politicamente correto, fazendo uma leitura psicanalítica dos dados obtidos. Por isso está inscrito no GT 11.

A expressão politicamente correto (PC) refere-se a uma política que consiste em tornar a linguagem neutra em termos de descriminação, como, também, em evitar comportamentos considerados ofensivos e moralmente condenáveis pelo mundo contemporâneo. O pressuposto construído através do referencial teórico é o de que o PC divide-se em duas vertentes: a defesa dos direitos humanos e a censura ou patrulha de linguagem e atitudes (Bizzocchi, 2008; Cabral, 2013; Cabrera, 2012; Pondé, 2012; Possenti, 1995 e Rossoni, 2009).

Existem correntes que denigrem o PC, acusando-o de tolher a liberdade de expressão, fazendo uma articulação entre linguagem, seu funcionamento ideológico e a luta de forças sociais em prol do poder de legitimar seus discursos (Cabral, 2013). Outras defendem-no acreditando que com ele pode-se evitar o preconceito e a violência contra o outro.

No processo metodológico, utilizou-se as representações sociais como subsídio na coleta de dados e a psicanálise freudiana na interpretação dos dados, pois as representações sociais referem-se ao posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais, com o sentido de constituir as percepções dos indivíduos, acerca dos fatos sociais que os rodeiam (Moscovici, 2003) e a psicanálise analisa os mecanismos inconscientes subentendidos.

Para conseguir realizar o objetivo central dessa pesquisa qualitativa, um dos objetivos específicos foi investigar o uso da linguagem politicamente correta e suas manifestações no social, para tanto foi elaborado para coleta de dados um Teste de Associação Livre de Palavras-TALP , com palavras indutoras retiradas do documento "Politicamente Correto & Direitos Humanos" (Queiroz, 2004), lançada no governo do presidente Lula, condenando palavras ou expressões julgadas pejorativas.

O TALP constitui uma técnica projetiva, que tem por principal objetivo, identificar as dimensões latentes, ou preexistentes, dos objetos representacionais, partindo da associação dos conteúdos evocados a partir de estímulos indutores. (Damião, Coutinho, Carolino & Ribeiro, 2011).

Para cada participante, recrutado dentre os estudantes da graduação e pós-graduação da Universidade de Fortaleza-UNIFOR, foi entregue um TALP e solicitou-se que escrevessem as cinco primeiras palavras que lhes surgissem em livre associação, após ouvirem as palavrasestímulo (Afro-brasileiro; Doido; Idoso; Pobre; Veado).

Os dados obtidos foram analisados pelo software IraMuTeQ version 0.7 alpha 2, desenvolvido por Pierre Ratinaud, que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras.

A análise das associações dos estudantes às seis palavras estímulos-indutores possibilitou o registro de 2.268 palavras como respostas. As cinco palavras mais citadas foram: Preconceito (87 vezes), seguida de Negro (54) ; Respeito (40); Animal (37) e Cuidado (30). Na defesa dos direitos humanos, a principal luta é contra os preconceitos (Queiroz, 2004). Percebe-se uma articulação entre a questão do preconceito que o PC pretende combater. Mas, também, há a palavra negro, considerada pejorativa pelo documento, denunciando que, apesar da censura, a imagem, ou representação social, retornam na mente ou memória do sujeito.

Quando o documento do PC sugere que afro-brasileiro ou afro-descendente seriam termos corretos para se designar as pessoas de pele negra, escura, não quer dizer que elimina do repertório cultural do sujeito a imagem de uma pessoa com a cor escura, e a palavra negro para designá-la. Não é a mudança de palavra que muda comportamento, mas todo um contexto cultural, na pesquisa a Representação Social que se tem de uma pessoa de cor escura é de uma pessoa negra.

A análise dos dados, comprovou os pressupostos da pesquisa de que o PC divide-se nas vertentes da defesa dos direitos humanos e da censura da linguagem. Apesar do PC pretender regular o uso das palavras, quando associando livremente elas retornam em suas formas culturalmente e ancestralmente usadas.

Na hipótese psicanalítica, apesar da repressão social do uso das palavras, elas designam um sentido para o sujeito e por isso, esse sentido retorna através do retorno do recalcado. O recalque é um mecanismo de defesa que lança para o inconsciente as representações afetivas que nos são insuportáveis (Freud, 1915). A linguagem correta, ou não, modela a representação que os sujeitos fazem do mundo, e tem um papel ativo no processo de conhecimento e comportamento humano, porque é produto do meio social. O PC está inscrito em uma grande contradição, pois ao mesmo tempo que surgiu em prol da inclusão de grupos minoritários e da defesa de seus direitos, criou uma patrulha para salvaguardar o uso de palavras consideradas não ofensivas e não marcadas por uma carga histórica pejorativa. Apesar desse paradoxo, pois ao limitar a liberdade de expressão, fere os direitos humanos, o PC lembra o fato de que é preciso respeitar o outro para que todos possam conviver harmoniosamente dentro de uma cidadania plena.

O "curto circuito" da pesquisa com jovens: apontamentos iniciais sobre subjetivação sexual e desigualdades sociais

Jaileila de Araújo Menezes (Universidade Federal de Pernambuco), **Karla Galvão Adrião** (Universidade Federal de Pernambuco), **Emília Bezerra de Miranda** (Universidade Federal de Pernambuco), **Leyllyanne Bezerra de Souza** (Universidade Federal de Pernambuco), **Raissa Rodrigues Falcão** (Faculdade Estácio de Sá do Recife)

A presente proposta se insere no campo-tema da pesquisa com jovens, especificamente a partir da problematização da subjetivação sexual de jovens homens e mulheres residentes em território de desenvolvimento econômico. Em meio a uma polifonia discursiva sobre a juventude na atualidade ainda predomina um significado social que negativiza algumas vivências nesse momento do ciclo vital, entre elas o exercício da sexualidade. A construção do percurso de pesquisa com jovens ganhou aqui o sentido de produzir situações de encontro e construção encadeada de instrumentos de pesquisa com potência para: posicionar os/as jovens como atores/atrizes implicados/as com a dinâmica de desigualdades sociais que circunscrevem suas existências; dar visibilidade ao circuito (des)integrado que perpassa suas vidas; inseri-los/as no debate do campo dos direitos sexuais (DS) e direitos reprodutivos (DR). O presente trabalho problematiza o processo de pesquisa e sua potência em produzir afetações nos/nas pesquisadores/as, nos/nas jovens participantes, em sua rede de convívio e (des)apoio, considerando as contribuições para a subjetivação sexual de jovens a partir do campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Está fundamentado no debate feminista pós-estrutural (BUTLER, 2004 e 1998; HARAWAY, 1995) sobre o uso do gênero e de outras categorias de desigualdade, a partir da noção de interseccionalidade (PISCITELLI, 2008) e de subalternidade (SPIVAK, 2010); e na reverberação destes para os processos de subjetivação sexual de mulheres e homens jovens. A noção de interseccionalidade ajuda-nos a compreender e tratar dos fenômenos sem os considerar como linhas paralelas que não se encontram, ou como categorias que se sobrepõem sem serem relacionadas efetivamente. O conceito de subalternidade (SPIVAK, 2010) atualiza a noção de territorialidade propondo uma relação entre microanálise e macro análise. Seguindo a inspiração dos estudos sobre subalternidade nos propomos a pesquisar com jovens ao invés de pesquisar sobre eles/elas (CASTRO, 2010), posicionando-os/as como edificadores do mundo no aqui e agora de suas possibilidades de ação e entendimento da vida social. Trabalhar de forma interseccional e questionar a possibilidade de voz dos sujeitos subalternos é um desafio que nos propomos a partir do modelo metodológico de circuitos integrados (HARAWAY, 2009). Os/as atores/atrizes da pesquisa foram jovens participantes de um grupo de pesquisa-intervenção denominado "Ação Juvenil" e sua rede de convívio e apoio. A primeira etapa da construção dos dados foi realizada através de entrevistas individuais com vinte jovens. Aqui abordamos questões sobre condição de vida, escolaridade na interface com projeto de vida, práticas de lazer e sociabilidade em um contexto de intenso crescimento econômico. Buscamos pela significação dos pertencimentos de classe, de geração, de gênero e de território (BRUNER, 1990 e SAHLINS, 1990) e produzimos um quadro sinóptico que nos permitiu acessar a diversidade de cruzamento entre estas categorias analíticas. A segunda etapa de produção dos dados consistiu em entrevista sobre temas relativos aos campos dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos tal como figuram nas comunidades das/dos jovens, a partir de quatro sementes e de sua rede de convívio, utilizando a noção de circuitos integrados. Compuseram o circuito: familiares; pessoa de referência na comunidade, pessoa de referência do contexto escolar e sistema de saúde, atores relevantes na formação/subjetivação sexual das e dos jovens e no apoio (ou ausência deste) às situações de agravos com relação aos DS e aos DR; Destacamos os diversos sentidos que os/as jovens construíram para a sua participação no momento da entrevista, desde se sentirem importantes, mas também envergonhados, intimidados quando da abordagem aos temas de sexualidade, outros também disseram estar aliviados por poder compartilhar algumas de suas experiências sexuais com o/a entrevistador/a. Houve dificuldade para indicar pessoas de sua rede de convívio a serem entrevistadas, o que nos leva a refletir sobre diversas modalidades do exercício do poder na subjetivação sexual dos/das jovens. Particularmente o segundo roteiro de entrevista com foco biográfico de abordagem à carreira afetivo-sexual da/do jovem mostrou a dificuldade de acessarem conhecimento qualificado sobre sexualidade e desconhecimento sobre a esfera de direitos sexuais e direitos reprodutivos, o que dificulta sobremaneira o enfrentamento das opressões vivenciadas, principalmente por jovens mulheres e jovens de orientação divergente da heteronormativa. A realização de entrevistas com a rede de convívio nos permitiu destacar modos diferentes de articulação entre os marcadores de desigualdade, complexificando a tarefa analítica. Interessante observar que uma certa dose de insistência para que os/as jovens e a rede de apoio falassem de alguns pontos considerados "delicados" sobre as vivências sexuais constituiu disposição fundamental para: questionarem os saberes que tomavam como verdades absolutas, perceberem-se como (re)produtores de posturas que consideravam inadequadas e por outro lado como usurpados em seus direitos de acessar informações qualificadas sobre sexualidade. Por fim, quando alguns atores/atrizes do circuito puseram-se a falar sobre a experiência sexual dos/das jovens foi inevitável narrarem suas próprias experiências, o que nos permitiu entender os posicionamentos que assumem com relação aos/as jovens.

Pesquisando mulheres na Psicologia Social: roda de conversa como espaço de empoderamento feminino

Zaira de Andrade Lopes (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), **Gabriela Lopes de Aquino** (CRAS / SAS), **Vivina Dias Sól Queiróz** (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Este estudo tem como objetivo analisar a roda de conversa como instrumento metodo-lógico da Psicologia Social para a pesquisa com mulheres visando transformações nas relações de gênero e emancipação feminina. Está vinculado à pesquisa "condições de vida, trabalho e educação da mulher ribeirinha da bacia dos rios Aquidauana e Miranda em Mato Grosso do Sul: sentidos e significados na construção das relações de gênero", com objetivo de analisar os processos psicossociais, culturais e econômicos que envol-vem a constituição das identidades, as condições de trabalho e escolarização da popula-ção feminina circunscrita às bacias hidrográficas dos rios Miranda e Aquidauana, to-mando como eixo de análise as representações sociais - RS, das mulheres ribeirinhas sobre trabalho, educação e relações sociais de gênero. O estudo fundamentase na com-preensão de que são nas relações sociais que se constituem as RS que vão definir as subjetividades, e nesse sentido, nos processos grupais é possível evidenciar elementos que permitem a troca de experiências enfatizando o caráter de mediação do grupo, arti-culando a relação entre os indivíduos e a sociedade, conforme propõem a abordagem Laneana sobre o processo grupal, bem como a vertente Histórica Cultural da Psicologia delineada por Vygotsky. Outro fator a ser considerado é o enfoque do social na forma-ção das representações sociais. A expressão social, no conceito apresentado por Mosco-vici (1978; 2003), assegura exatamente que as RS se constroem nas comunicações entre os indivíduos, isto é, nas histórias narradas pelas mulheres percebe-se como o entorno social se manifesta e se como estas se comportam diante da opressão social desferida contra elas. As representações sociais são formadas e partilhadas socialmente, para tanto as alterações nas ações profissionais e a formação de redes de apoio certamente exerce-rão influências para a modificação das elaborações mentais da sociedade. Nesse estudo também se buscou articular a discussão de Nogueira que considera as psicoterapias de enfoque feministas um diferencial para o processo emancipatório das Mulheres, em que este se dá, entre outras questões, ao possibilitar a mulher identificar a causa de sua opressão no contexto histórico-social, de modo que ela se sinta fortalecida e busque formas de reivindicar seu espaço social e, principalmente, perceber que não está sozinha no processo. Assim o grupo pode dar inicio as experiências de troca de diálogos sobre as histórias de vida das participantes. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa. Os procedimentos para coleta de dados aconteceram em dois momentos, primeiramente fez a coleta em entrevistas individuais, e posteriormente, a realização dos grupos de roda de conversas com as mulheres pescadoras. A Roda de conversa é entendida como uma metodologia que privilegia a conversação grupal ou diálogo, do qual participam diferentes pessoas, agrupadas em círculo, mediadas por uma coordenação, com o objeti-vo de levantar as principais ideias, opiniões ou elementos gerais sobre um tema proposto, produzindo dados significativos para a pesquisa. Neste trabalho fez-se o recorte para se analisar o procedimento grupal e sua relevância para os resultados da pesquisa e para a produção de conhecimento em Psicologia Social. Realizaram-se dois encontros, com duração de 3 horas cada um. Para a realização dos grupos elegeu-se atividades que per-mitissem que cada participante se sentisse segura e a vontade para relatar suas histórias de vida, permitindo às pesquisadoras conduzir as discussões e identificar os elementos mediadores da constituição de suas subjetividades. Considera-se que a roda de conversa com as mulheres pescadoras, além de servir como instrumento de coleta de dados, ao reuni-las para dialogarem sobre suas vidas, desencadeou reflexões sobre suas trajetórias e construções das condições reais de existência de cada uma delas. Os resultados alcan-çados permitiram conhecer os aspectos centrais das histórias de vida das pescadoras participantes: infância, juventude, vida adulta, trabalho, casamento, separações. A análi-se dos dados e da técnica de roda de conversa evidenciou que o grupo funcionou como ponto inicial das transformações de RS, e principalmente no grupo as participantes encontraram os elementos comuns que constituem suas histórias, possibilitando a criação de vínculos identitários que levou ao estabelecimento de aprofundamento e fortalecimento de vínculos afetivos e emocionais entre elas, para desencadear sentimentos de cooperação, solidariedade e o compromisso de ajuda mútua. As histórias narradas evidenciaram sentidos de infância marcadas pela precarização das condições de existência e da priorização da responsabilidade com a manutenção da vida familiar, como central nas atribuições femininas, bem como, a infância enquanto processo de construção de elementos necessários para a profissão de pescadora. Outro aspecto comum em suas narrativas foi a presença da violência em toda a trajetoria de vida, na infância, percebido como processo educativo e na vida adulta como inerente à vida conjugal. O grupo funcionou como um momento de "desabafo", constituindo-se em um processo de "catarse", de liberação de energias retidas e que no grupo puderam partilhar seus saberes, suas alegrias, mas também, suas amarguras, dores e vontade de mudanças.

Práticas colaborativas e experiências ético-estéticas no compartilhamento de informações de pesquisa

Luciana Kind (Pograma de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Universidade Federal de Pernambuco)

Nosso objetivo é discutir as dimensões éticas e políticas nos escritos de pesquisa, tomados como prática social colaborativa. A escrita é problematizada em uma pesquisa que envolveu duas equipes em diferentes regiões do Brasil (Sudeste e Nordeste) e mulheres ativistas de dois movimentos sociais brasileiros: o Movimento de Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (MMTR-SC/PE) e o Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP). Para realizar esta investigação assumiu-se a construção de um processo dialógico e colaborativo como uma tarefa imperativa. Colocamos em discussão três interfaces de diálogo e produtos (co)produzidos nos encontros entre pesquisadoras e participantes durante o trabalho com os métodos narrativos: blog, grupo de Facebook e livro. Além dessas estratégias, houve oportunidade de relatos sobre o desenvolvimento da pesquisa durante encontros regulares dos movimentos. O blog Narrativas sobre a morte (narrativassobreamorte.blogspospot.br), criado em fevereiro de 2013, tem uma ordenação por conteúdos relativos à pesquisa: composição da equipe, indicações de leitura, registros de apresentações em eventos e produtos (resumos, slides e textos completos já publicados). O grupo de Facebook foi criado em 4 de setembro de 2013, produziu uma linha do tempo da pesquisa, a partir daquela data. Conta com postagens que mostram da dimensão viva da pesquisa como afetação. Trocamos informações, textos, vídeos e imagens relacionadas de modo direto ou indireto à realização da pesquisa. Apenas o grupo foi aberto às participantes ao final da vigência formal do projeto. A participação das entrevistadoras foi tímida, utilizando a ferramenta "curtir" para algumas postagens e poucos comentários. Entretanto, o alto índice de visualização das postagens antigas deixa entrever o interesse despertado nas participantes. O grupo se constitui como uma modalidade de devolução virtual, uma vitrine de certos movimentos do grupo que permite às entrevistadas conhecerem as pesquisadoras por variados ângulos. O blog está em revisão para ser compartilhado em duas etapas: a primeira para colaborações das participantes e a segunda como relato público da pesquisa, com acesso irrestrito. O livro foi pensado no início das etapas de análise das entrevistas narrativas, tendo em vista o teor literário das histórias que nos foram contadas. Com apoio nas perspectivas de pesquisa baseadas nas artes (art based research), convidamos as entrevistadas para coeditarem as entrevistas em formato de conto. O resultado foi fruto de um trabalho intenso e colaborativo, tendo cada um dos capítulos coautoria entre participantes e integrantes da equipe de pesquisa. Nesse esforço de reflexividade, tomamos esses três produtos (blog, grupo de Facebook e livro) com foco nas assimetrias das relações de poder na atividade investigativa e no potencial para a construção de novos modos de pesquisa/intervenção que persigam experiências ético-estéticas no compartilhamento das informações coproduzidas. Dos encontros diretos para compartilhamento de relatos da pesquisa, resultados parciais foram apresentados em encontros regulares MMTRSerão Central de Pernambuco e do Movimento Nacional de Cidadãs Posithivas. Essas oportunidades de interlocução direta entre pesquisadoras/participantes revelaram desafiadoras e estimulantes para a conclusão da análise e projeção do alcance da pesquisa em ambos os movimentos sociais. Seria um caminho aparentemente seguro apostar que nossa pesquisa entra na linhagem das investigações que "dão voz às mulheres". Além de frágil, esse seria um caminho insustentável. Colocamo-nos em encontro com mulheres situadas em contextos específicos cujas vozes não precisam de mediações acadêmicas e políticas. A despeito disso, ao propormos o tema da morte em modo de narrativa, posicionamo-nos em "um tipo intenso de escuta" como nos propões Patai (2010) sobre algo que não se pode considerar irrelevante nas experiências das participantes. Apostamos na potencialidade das narrativas de mulheres como diferentes registros da experiência – político, pessoal e coletivo – e na possibilidade de se produzir reverberações em outras mulheres e na sociedade, de modo mais abrangente, quando extrapolamos os modos convencionais de produção acadêmica. Ampliamos, portanto, as narrativas científicas possíveis da nossa prática investigativa.

Psicologia Social, vulnerabilidades e gênero: vulnerabilidade de mulheres em relações de conjugalidade ao HIV/aids

Patrícia Chaves do Nascimento (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - São Gabriel), **Luciana Kind** (Pograma de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Este trabalho tem por objetivo discutir as contribuições da Psicologia social no debate sobre as questões de gênero e a vulnerabilidade de mulheres em relações de conjugalidade ao HIV/aids. Se origina de uma pesquisa de mestrado que tem sido desenvolvida no programa de pós-graduação em psicologia da PUC-Minas e conta com apoio financeiro da CAPES. Toma como ponto de partida o fenômeno da feminização da aids como um apontamento epidemiológico, social e histórico e tem como foco principal para a produção de dados narrativas de mulheres heterossexuais soropositivas. O recorte utilizado para a definição das entrevistadas da pesquisa foram mulheres que contraíram o vírus HIV através de relações sexuais com seus maridos ou parceiros fixos em relacionamentos que se aproximam do que podemos caracterizar como relações de conjugalidade estáveis. Buscou-se as perspectivas teórico-metodológicas que adotam elementos da pesquisa narrativa utilizando-se de uma triangulação de métodos para a produção dos dados: pesquisa bibliográfica crítica, diário de campo e entrevista narrativa. Ferramentas de análise pautadas nas análises estrutural, temática e performática das narrativas produzidas e discussões acerca de conceitos como vulnerabilidade ao HIV/Aids, conjugalidade, relações de gênero e sexualidade dão suporte para exploração dos dados produzidos. Os dados até agora explorados apontam a importância dos estudos sobre a vulnerabilidade de mulheres heterossexuais ao HIV/Aids em suas articulações com a conjugalidade, problematizando o atrelamento socialmente construído entre conjugalidade e imunidade à infecção sobretudo no campo da Psicologia Social, uma vez que a maioria das pesquisas têm sido desenvolvidas em outras áreas do conhecimento. A chegada da epidemia da aids em nosso país com suas multidimensionalidades sociais, biológicas e subjetivas coincide com a entrada massiva da Psicologia na saúde pública brasileira. No entanto, após mais de três décadas de atuação da Psicologia na saúde e da aids no Brasil, muitos ainda são os desafios e problemas relativos às políticas de enfrentamento à doença e aos cuidados efetivos e humanizados no tratamento de pessoas soropositivas. Nessa perspectiva a atuação de uma Psicologia Social comprometida com os princípios éticos relacionados aos direitos humanos, e que considera a subjetividade de seus pacientes configura-se como um agente fundamental na elaboração de políticas públicas efetivas no contexto da aids. Ousamos afirmar que a atuação de um profissional que se pauta numa Psicologia comprometida com esses princípios, e que considera os aspectos sociais e políticos que envolvem o viver com o HIV/aids em nossa sociedade pode contribuir também para práticas clínicas e de cuidados verdadeiramente eficazes. Dados divulgados pelo Ministério da Saúde em dezembro de 2012, indicam que a razão da taxa de incidência de aids entre a população masculina e feminina caiu de 9,1 M:F, no ano de 1987, para 1,7 M:F no ano de 2011(BRASIL,2012). O que demonstra que o número de mulheres contaminadas com o HIV em relação ao número de homens cresceu sensivelmente. Como consequência desses dados algumas medidas, tais como o "Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia da AIDS e Outras DST" foram implementadas pelo Ministério da Saúde. No entanto, o relatório de monitoramento deste plano divulgado em 2010, afirma que as ações executadas pelo mesmo, não foram bem sucedidas na maioria dos estados brasileiros, precisando de várias adequações. Dentre elas um diálogo com os movimentos de mulheres e/ou de luta contra aids, apontando assim uma necessidade do fortalecimento das discussões sobre vulnerabilidade das mulheres à aids (BRASIL, 2010). Assim, este trabalho sobre a vulnerabilidade de mulheres ao HIV/aids através da ótica da Psicologia social pretende sinalizar contribuições que possam auxiliar na discussão de gênero e nas propostas de enfrentamentos ao fenômeno da feminização da aids, podendo também contribuir em alguma medida para se pensar as políticas públicas de enfrentamento à este fenômeno.

Representação da psicologia e do psicólogo entre as diferentes classes sociais e níveis de escolaridade

Cibele Mariano Vaz de Macêdo (Universidade Santo Amaro), Rodrigo Assis Da Silva (Universidade de Santo Amaro), Patricia Barbosa dos Santos (Universidade de Santo Amaro), Esny Cerene Soares (Universidade de São Paulo)

Ciência jovem, são 136 anos desde a fundação, por Wilhelm Wundt, do Laboratório de Psicologia Experimental, em Leipzig-Alemanha, e apenas 57 anos de regulamentação da profissional, no Brasil, além das diversas e mesmo divergentes teorias fazem da Psicologia campo fértil à incontáveis e controversas representações sociais. Representações estas que dificultam o estabelecimento de uma identidade própria da Psicologia e a afastam de sua função social. Neste contexto, a presente pesquisa objetivou mapear aspectos da Representação Social da Psicologia e do Psicólogo entre moradores da Cidade de São Paulo de diferentes segmentos sociais e níveis de escolaridade. Especificamente, pretendeu-se contribuir ao aprimoramento do reconhecimento da profissão, bem como sugerir novas maneiras de apresentação da Psicologia e do Psicólogo à população em geral. Desse modo, partiu-se da hipótese de que, independentemente da camada social e do nível de escolaridade, as variações da Representação Social do Psicólogo e da Psicologia seriam mínimas, apontando para uma ciência e profissão com características elitistas e com pouca relevância social. Para tanto, utilizou-se da Teoria das Representações Sociais de S. Moscovici, que refere-se ao um saber compartilhado, originado no âmbito dos grupos, por meio de processos cognitivos individuais, mas concretizado, essencialmente, nas atividades sociais que envolvem uma experiência de elaboração e adaptação de ideias estranhas ao universo dos sujeitos em uma realidade consensual. Assim, produz e determina comportamentos, penetra e influencia a atitude e é constantemente (re)pensada, (re)citada e (re)apresentada, constituindo-se em produtos do comportamento criador do homem. À vista disso, para a coleta dos dados foram utilizados dois instrumentos, um questionário de caraterização da amostra que a circunscreveu quanto à: profissão, idade, sexo, estado civil, nível de escolaridade e renda mensal. E uma entrevista semiestruturada, composta por sete perguntas abertas. A amostra foi composta por três grupos de sujeitos, num total de 50 sujeitos, 10 estudantes ingressantes ou concluintes do curso de Psicologia, 30 estudantes dos cursos de Direito, Administração e Serviço Social, e 10 pessoas não inseridas no ambiente acadêmico, moradoras de bairros da periferia de São Paulo. Os dados foram analisados a partir do método do Discurso do Sujeito Coletivo de F. Lefèvre, que a partir dos conceitos de Ancoragem, Palavra-chave e Ideia Central de cada um dos discursos, busca as Representações Sociais próprias de cada grupo de sujeitos. Os resultados demonstraram que a Psicologia e o trabalho do Psicólogo para os estudantes de Serviço Social tem um caráter de ajuda. O Psicólogo é visto como aquele que irá trabalhar com os problemas mentais do sujeito, e que atende em consultório particular, sendo dificilmente encontrado em órgãos públicos de saúde.

A maior parte dos estudantes de Administração vê o Psicólogo como um médico que trabalha com pessoas em situação de doença ou como como um profissional que irá estudar comportamentos para mudá-los. Já os estudantes de Direito, utilizando-se de termos jurídicos e linguagem formal, e referem-se ao Psicólogo como alguém que deseja modificar as pessoas através do estudo de seus comportamentos, que trata de doentes mentais e que no Brasil ainda não visto como uma profissão importante. A população não acadêmica considera o Psicólogo como uma profissão que deve ser procurada ou indicada em situação de doenças mentais. E o atendimento do psicólogo é algo caro, distante ou um luxo por não ser encontrado em órgãos públicos. Por fim, a Psicologia é vista pelos seus estudantes como uma ciência que estuda o ser humano como um todo, o seu comportamento, seu desenvolvimento, sua mente, seus pensamentos, sua subjetividade e suas interações e reações no meio ambiente em que as pessoas estão inseridas, além de proporcionar o autoconhecimento e com possibilidade de atuação em diversas áreas. Finalmente, com a presente pesquisa foi possível observar que as palavras “ajuda”, “cuidar”, “auxiliar”, apareceram com bastante frequência nas respostas, concebendo ao Psicólogo um status de “profissional que cuida”. As ideias de que o Psicólogo muda o comportamento das pessoas, acabam ficando ancoradas na concepção de que a Psicologia está a serviço de adequar, ajustar e adaptar as pessoas ao convívio social. Há ainda a grande incongruência que ao mesmo tempo em que é considerado um profissional de difícil acesso, oneroso, elitizado, podendo atuar nas mais diversas áreas, há, por parte dos estudantes um interesse maior em atuar na área clínica, mantendo o status quo equivocado em relação à profissão e deturbando a sua Representação Social. A presente pesquisa articula-se com o Eixo Temático, História, teorias, métodos e formação em Psicologia Social e com o Grupo de Trabalho Percursos Metodológicos inventivos e experimentações na escrita em Psicologia Social, pois a partir de representações sociais deturpadas repensa o papel social do Psicólogo e levanta a importância dos profissionais inserirem-se no cotidiano social assumindo o desafio ético-política de sua prática.

Tecendo redes de composição entre universidade e equipamentos de saúde

Mauricio Lourenção Garcia (Universidade Federal de São Paulo), Adriana Barin de Azevedo (Universidade Federal de Sao Paulo - Campus Baixada Santista)

Introdução: Esta pesquisa que se insere no edital do PPSUS no eixo temático "Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em Saúde" responde para o desenvolvimento de trabalhos que visem contribuir para resolução dos problemas prioritários de saúde da população brasileira e para o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Com financiamento da FAPESP, a pesquisa em questão busca investigar de que modo a atenção básica se apresenta como ordenadora do cuidado em rede no município de Santos - SP. Desde 2014, o grupo de pesquisadores do LEPETS – Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Trabalho em Saúde, alocado na UNIFESP- Baixada Santista vem pesquisando as experiências de ensino e de cuidado em saúde na rede nas quais estão envolvidos usuários, trabalhadores dos serviços e a própria universidade. Objetivo: um dos principais objetivos desta pesquisa é fortalecer a parceria e trabalho conjunto com a rede de serviços do sistema de saúde, com a intenção de incluir como pesquisadores os profissionais da rede da atenção básica, de modo a possibilitar a participação destes em todo o processo de elaboração do estudo. Metodologia: Os pesquisadores dividiram-se em pequenos grupos para construir junto ás equipes das unidades de saúde, cenários de estudo a partir de casos que melhor expressassem esse cuidado em rede. Utilizamos o método cartográfico que tem por premissa uma aposta na dissolução da relação sujeito cognoscente / objeto cognoscível e que compreende o trabalho do pesquisador não se fazendo de modo prescritivo, mas em processo. Assim, os dados são produzidos a partir das experiências de campo e não coletados como se já estivessem prontos. Para tanto, foi selecionado 01 caso (pessoa ou família) por serviço, totalizando assim, 11 casos para investigar de que modo as redes de cuidado, tanto formais quanto informais, aparecem ou se produzem. Resultados: a participação das equipes em todas as etapas da pesquisa, desde as reuniões iniciais com pesquisadores da Universidade para pensar nos casos que seriam acompanhados, assim como os encontros de pesquisa na Universidade para debater as questões surgidas pela experiência de campo e também a participação junto aos pesquisadores na produção do registro de acompanhamento dos casos em diários de campo, indicam que existem muitos elementos em jogo nesta parceria fundamentais para pensar a rede de cuidados. Alguns aspectos que pretendemos dar visibilidade neste trabalho são: o lugar da Universidade compreendido como espaço de respiro frente as tensões vividas cotidianamente pela equipe; o lugar da Universidade como disparadora de novos modos de pensar os casos que já são acompanhados há muito tempo pela equipe; o desafio dos pesquisadores em se deslocar de seu lugar de saber instituído e de seus julgamentos quanto a maneira das equipes trabalharem; a tentativa de ouvir a equipe naquilo que ela realiza nas ações de cuidado. Tanto pesquisadores da Universidade quanto profissionais dos serviços deslocam-se de seus papéis conhecidos, de seus jargões de linguagem para agir e pensar junto a partir dos casos selecionados. Por tratar-se de uma pesquisa intervenção, todos os seus participantes saem modificados, porque variam seu modo de sentir e pensar seu trabalho.

Uma reconfiguração do medo da morte: a pesquisa como potência de descobertas

Rebeca Ramany Santos Nascimento (Universidade Federal de Pernambuco)

O medo sempre foi presente na minha trajetória de vida e muito forte na minha relação com a morte. Por muito tempo nutri uma aversão a tudo relacionado a esse universo, cemitérios, caixões, cadáveres, necrotérios, entre outros. Desde criança, minha relação com a morte foi conflituosa. Considero que isso se deu pelo fato da minha mãe ter morrido quando eu tinha três meses de idade. Não lembro como essa morte foi a mim apresentada. O que lembro é do meu medo toda vez que ouvia alguém pronunciar as palavras: mortos, morte, morrer. Mas eu tive a oportunidade de reconfigurar minha relação com a morte a partir de experiências de estudos. Nesse trabalho pretendo discorrer sobre a potência do pensar na reconfiguração dos meus medos sobre a morte. No primeiro semestre do mestrado em Psicologia, fui convidada a pensar sobre a morte e na relutância me deparei com o texto "Psicologia e epistemologia: por uma perspectiva ética de potencialização da vida", do Jardel Sander da Silva.

Mas, afinal, por que – ou mesmo para que – pensar? Pensar é um modo de traçar um movimento conjunto à vida: uma dança, uma improvisação. Não se pensa porque se decidiu a fazê-lo; pensase porque se é provocado a, convocado. A vida – enquanto caos-germe – nos atravessa com seus fluxos (devires) e nos convoca ao movimento, às desterritorializações e reterritorializações. Ao pensamento, cabe acompanhá-la nesta dança, neste jogo. (SANDER DA SILVA, 2008, p.230231)

Entre 2009 e 2011 participei como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do projeto "Gênero, pobreza e documentação civil em Contextos Rurais". A partir dos resultados da pesquisa sobre registro civil de nascimento, minha orientadora elaborou um projeto com o tema da morte "Biopoder, gênero e pobreza em contextos rurais: a regulamentação da morte e as práticas de resistência no Sertão de Pernambuco" e me convidou a participar. Instigada pela provocação do autor, me dispus a repensar meus medos. Aceitei a convocação e me coloquei a disposição de desterritorializar e reterritorializar meus conceitos sobre a morte.

Utilizei as pesquisas de campo como estratégia de aproximação do campo da morte. As pesquisas ocorreram num município do Sertão pernambucano durante duas viagens no ano de 2012. A primeira viagem de campo marcou minha aproximação inicial com o tema. Já havia realizado pesquisas no Sertão e sempre considerei essa etapa um dos melhores momentos do trabalho de pesquisa. Mas dessa vez foi diferente. Eu já havia começado a desbravar o Sertão, esse seria o momento de iniciar desbravar a morte. Seria um dos primeiros contatos com cemitérios e o medo de enterros e caixões me deixava apreensiva. Meu maior desafio foi 'manejar' o medo da morte. A segunda viagem foi marcada pela relação que estabeleci com o coveiro do município e sua família. O primeiro contato com o coveiro foi na primeira viagem, enquanto ele abria uma cova. Movida pela curiosidade, comecei a fazer uma série de perguntas sobre os enterros. Percebi que ele ficou intimidado com aquela pessoa estranha, que queria saber de tanta coisa. Quando voltamos ao município, fiz uma entrevista com ele e sua família. Contei sobre meus medos e fui questionada várias vezes a respeito da minha participação numa pesquisa sobre os mortos, tendo eu medo da morte. Brincaram me convidando a ir morar com eles, pois assim eu teria a oportunidade de trabalhar no cemitério e perder o medo das 'almas penadas'. Esse encontro foi uma experiência singular na minha trajetória de pesquisadora.

Também ingressei num grupo de estudo sobre a morte. O medo continuou presente, mas a cada encontro do grupo eu fazia uma nova descoberta e deixava para trás um pouco desse medo. Todas as pessoas que me conhecem sabem que eu morro de medo de defuntos, velórios, enterros, caixões, cemitérios, tudo que faz parte desse universo. Mas, nos últimos tempos é o que mais tenho estudado e pesquisado. Quando hoje me vejo cercada de livros sobre a morte, indo para velórios, enterros, circulando tranquilamente nos cemitérios, chego a não me reconhecer. Nessa trajetória, meus objetos de pesquisa foram se reconfigurando. Na minha dissertação, articulei os estudos de documentação civil com os estudos da morte. Agora, na minha pesquisa do doutorado, tenho adentrado num estudo mais desafiador, os mortos indigentes. Desafiador pelo lócus de pesquisa que será o Instituto de Medicina Legal de Pernambuco.

Considero que, entre tantos medos, as pesquisas de campo, os estudos e as reflexões sobre a morte vêm reconfigurando minha relação com este tema, além de ter potencializado minha coragem e despertado o desejo de conhecê-la mais. Como ressalta Sander da Silva (2008), a pesquisa possibilita descobertas de um mundo novo, potencializa a vida que segue "rizomática e insistente".

"Loucos" por participar? Impasses metodológicos de uma pesquisa participativa-avaliativa em saúde mental

Simone Mainieri Paulon (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGPsi), Mário Francis Petry Londero (Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucion), Afonso Wenneker Roveda (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Com o objetivo de contribuir para a qualificação das práticas de saúde mental na Atenção Básica, uma investigação-intervenção de caráter qualitativo, participativo e avaliativo, inspirada nas metodologias das Pesquisas Avaliativas de quarta geração, vem sendo desenvolvida desde o final do ano de 2013, junto a seis municípios da região metropolitana de Porto Alegre. Na esteira do processo avaliativo do primeiro ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), a pesquisa intitulada 'Qualificação da Saúde Mental na Atenção Básica: uma análise das práticas de equipes da Região 10 – Macrometropolitana/RS a partir do PMAQ' propõe a ampliação das questões mais diretamente relacionadas à atenção psicossocial presentes nos questionários daquela avaliação nacional para serem analisadas conjuntamente com as equipes de saúde. Trata-se, portanto, de um desdobramento qualitativo e intensivo de uma investigação feita em todo território nacional, e, neste recorte proposto para a pesquisa participativa, tomando por foco de intervenção as práticas em saúde mental desenvolvidas nos serviços de Atenção Básica à Saúde daquela Região. Os procedimentos metodológicos incluem um conjunto de ações diversificadas que se propõem a dar visibilidade à complexidade do trabalho em saúde mental na Atenção Básica dialogando com o maior número possível de atores diretamente interessados nos efeitos e resultados da investigação – stakeholders. A formação de grupos de interesses, neste caso, tem sido costurada com cada um dos municípios separadamente e envolvido os diferentes atores do Sistema Único de Saúde nessas localidades. Assim, cada município pactua com grupos de gestores locais, conselho municipal, grupos de trabalhadores nas Unidades de Saúde da Família suas participações distribuídas em três etapas da pesquisa, a saber: 1) Análise dos resultados do Programa Nacional de avaliação referentes aos serviços da região macrometropolitana abrangida; 2) Discussão desses resultados com trabalhadores, usuários dos serviços e grupos de interesses de cada município e 3) Devolução dos resultados em seminários temáticos por municípios abertos à comunidade. Atualmente se encaminhando para a organização da terceira etapa, a perspectiva participativa da metodologia da pesquisa tem colocado com alguns impasses à inclusão de todos os segmentos interessados que requerem constantes exercícios de análise de implicações da equipe de pesquisadores e convidam à reflexão. Ao colocar o tema das interfaces saúde mental-atenção básica em debate com os diferentes segmentos, um certo ideal de pesquisa científica é posto em xeque, tanto para pesquisadores acadêmicos, quanto para aqueles a quem se destina a pesquisaintervenção. Transparece certa expectativa de que uma 'coleta de dados' se desenrolasse a partir de um lugar de neutralidade, por mais debatido e desidealizado que este parecesse aos pesquisadores em formação no processo. Os grupos focais, realizados na segunda etapa com os diferentes segmentos envolvidos, acabaram assumindo o caráter de rodas de conversa, espaços também para problematizar discursos instituídos acerca da loucura e do uso de drogas. A análise de dados, nesta perspectiva, não diz mais respeito a um trabalho posterior dos pesquisadores, mas acontece em ato, quando o pesquisador convoca os atores para refletir sobre o emergente no desenrolar do grupo. É neste sentido que, ao incluir os vários atores na pesquisa e redesenhá-la a partir das próprias demandas que aí vão se delineando, este tipo de aposta metodológica afirma a importância da experiência como guia no pesquisar, operando uma inversão no primado da meta sobre o caminhar. Qualquer pretensão de controle e de planejamento cai por terra e o que se tem, ao visualizar um objeto pesquisado, são questões que se produzem no caminhar junto ao campo problemático. Esta inversão das metodologias clássicas, que tem sido referida como hódos-meta, exige, portanto, que o pesquisador se mantenha muito mais atento a uma ética de escuta sobre o campo problemático em que atua. Guiar-se no campo pelas marcas que o caminhar vá nele imprimindo implica a pesquisa numa ética do trabalho vivo, de conexão inventiva junto ao campo, sendo necessário o agenciamento de afecções entre pesquisador e pesquisado, num encontro transversalizado que modifica rumos a partir das questões que ali se enunciam. Entram em circulação diferentes percepções e discursos sobre as práticas em questão, contribuindo para a criação de novos sentidos para as mesmas e dando visibilidade para diferentes posições-olharessaberes acerca do tema. Os impasses e alternativas a eles criados resultantes deste percurso de uma pesquisa avaliativa em saúde mental que se encaminha para sua conclusão são algumas das reflexões que o grupo de pesquisadores traz ao debate e entende poderem contribuir com os desafios que se colocam para articulação das redes de cuidado nesta confluência formada pelos campos das Reformas Sanitária e Psiquiátrica do Brasil.

GT 12 POBREZA, POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social na perspectiva dos usuários: representações sociais e ideologia

Cristiane Davina Redin Freitas (Universidade de Santa Cruz do Sul)

A assistência social no Brasil foi, historicamente, marcada por uma trajetória fragmentada e sem força política. Reconhecida como campo da benemerência, de ações clientelistas, essa política mantinha-se em um lugar secundário diante das prioridades governamentais. Porém, desde a Constituição de 1988, e até mesmo antes dela, a sociedade brasileira tem lutado pela modificação deste cenário. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei 8742), iniciou-se o processo de reorganização da Assistência no Brasil e a necessidade de modificação das práticas assistencialistas. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), atualmente em vigência, propõe a consolidação da Assistência Social como política pública e direito social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ao reconhecer os usuários como parte fundamental da construção da política de assistência social, pois é a eles a quem ela está destinada, esta comunicação oral, originária de uma pesquisa, tem como objetivo central descrever e analisar a representação social dos usuários sobre a assistência social por meio dos serviços oferecidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs). A vinculação da presente proposta de Comunicação Oral com o Eixo Temático: Assistência Social, vulnerabilidades e violências e o Grupo de Trabalho (GT) 12: Pobreza, Políticas Sociais e Assistência Social coloca-se de acordo com a proposta do GT por discutir as impressões do usuário sobre a Política de Assistência Social no que se refere aos serviços oferecidos a ele, que faz parte do lugar social instituído pela pobreza. Pobreza esta que corresponde ao status social inferior e desvalorizado socialmente, em suas crenças, seu modo de ser e estar no mundo. Ao pobre, usuário da assistência social, é negada a possibilidade de cidadania em diversos aspectos e, inclusive, do direito de poder dizer a sua palavra. Ao contrário, ao usuário lhe é dada apenas a possibilidade de aceitar tudo que é oferecido e a condicioná-lo a seguir um modo de vida que não condiz com a sua realidade (FREITAS, 2014). Neste sentido, o GT 12 apresenta em sua descrição as representações sociais do pobre na cultura brasileira (PATTO, 1990, p. 209) que o designa como primitivo, vadio, ignorante, propenso à violência, à marginalização e à delinquência. Este trabalho, por sua vez, pretende contrapor a representação social que desqualifica o usuário/pobre, mostrando quais são os pensamentos desse usuário sobre os serviços que utiliza, no intuito de valorizar e divulgar os saberes construídos por essa camada da população. Para cumprir com esses propósitos, o presente estudo utilizou os pressupostos da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) o que possibilita uma melhor apreensão das ideias e significados atribuídos pelos usuários a respeito de suas vivências na assistência social. Parte-se do entendimento de que as representações sociais são saberes ou conhecimentos, socialmente elaborados e partilhados, com objetivos práticos e que contribuem para a construção de realidades comuns a um grupo social (JODELET, 2007). Com intuito de detectar essa representação social, foram realizados nove encontros em grupo com usuários em três CRASs de Porto Alegre RS. Esses encontros foram desenvolvidos dentro da proposta dos círculos epistemológicos cuja ideia é incorporar o círculo de cultura, método de ensino na educação, como metodologia de pesquisa que integra um instrumento de coleta e análise de dados nos quais os integrantes participam ativamente de todo o processo de pesquisa. Como achados, foram identificadas duas dimensões da representação social: uma delas ideológica, que se mostrou em grande parte das falas dos usuários quando reconhecem a assistência social como suporte, ajuda e acolhimento e, as condicionalidades, impostas pelos programas de transferência de renda, são consideradas como incentivo. Essa dimensão revela que os usuários, em geral, colocam-se em uma posição de dominação quando aceitam sem restrições tudo o que vem da assistência social. A segunda dimensão chamada crítica demonstrou que os usuários conseguiram entrever, ao menos preliminarmente, alguns aspectos ideológicos presentes nas práticas da assistência social. Nesse processo, puderam transformar seus posicionamentos de aceitação dos serviços da assistência social em uma reflexão mais crítica, que abrangeu também alguns aspectos negativos sobre as práticas realizadas. Eles chegam a mencionar que se entendem como sujeitos de direitos, mesmo não tendo clareza do quê se tratam esses direitos. Concluiu-se com a presente pesquisa que os serviços da assistência social continuam sendo realizados, atualmente, de forma semelhante às práticas de beneficiência, tutela e clientelismo, que antecederam à implantação do SUAS. Da mesma forma, os programas socioassistenciais revelam-se, por meio da análise dos usuários, como não possuidores de uma ação efetiva para favorecer o seu protagonismo. Nesse sentido, a pobreza política é mantida entre a população, com o objetivo de conservar, na sociedade brasileira, a experiência política da dominação. É dessa forma que os governos e classes dominantes utilizam-se da ideologia para criar formas de difundir e reproduzir seus próprios interesses como aspirações de toda a sociedade (DEMO, 2001; YAZBECK, 1993/2009).

A construção do fazer-saber da Psicologia: desafios e possibilidades no cotidiano de trabalho nos CRASs, em Porto Alegre/RS

Roberta Fin Motta (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Adolfo Pizzinato** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Ezequiel Simonetti Cargnelutti** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Nathália dos Santos Lobo** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Lígia Burton Ferreira** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Este estudo, parte da pesquisa de doutoramento em Psicologia desenvolvido no Programa de PósGraduação em Psicologia da PUCRS. Buscou compreender como vêm se constituindo os processos de construção das práticas profissionais dos (as) psicólogos (as) na Assistência Social, tendo em vista as transformações em curso na realidade brasileira e que repercutem diretamente no mundo do trabalho, principalmente do (a) trabalhador (a) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e especificamente dos (as) psicólogos (as) que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRASs), na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Assistência Social brasileira foi estabelecida como Política Pública a partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil (CF) (1988) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (1993), compondo, assim, a Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Em 2004, foi formulada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), visando a construção e a regulação do SUAS. O SUAS reorganiza os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com as funções que desempenham, bem como o universo de pessoas que participam dos mesmos, além da sua complexidade. Sua intervenção se dá a partir de duas grandes estruturas articuladas entre si: a Proteção Social Básica (PSB) – ligada à prevenção de situações de risco social, tendo como referência os CRASs, responsáveis pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da PBS – e a Proteção Social Especial (PSE) – considerando a necessidade de ações de média e alta complexidade. A inserção e a atuação da Psicologia no campo da Assistência Social são recentes, assim como as discussões sobre as práticas psicológicas na área. A ampliação dos serviços, programas, projetos e benefícios de caráter permanente ou eventual, vinculados ao SUAS, e a sua rápida expansão por todo o território nacional, redimensionam consideravelmente a entrada da Psicologia nessa área. A composição da equipe de referência dos CRASs inclui o (a) psicólogo (a) como integrante do quadro para a prestação de serviços e execução das ações. No entanto, ao mesmo tempo e no próprio processo, há precarização das condições em que este trabalho se realiza, o que aponta para a necessidade do debate sobre as transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho e provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades para o trabalho do (a) psicólogo (a) no âmbito das políticas sociais. Para tanto, participaram da pesquisa 27 profissionais vinculados (as) aos CRASs. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas e analisados com o apoio na Teoria Fundamentada (TF). Os resultados indicaram que os (as) trabalhadores (as) estão submetidos (as) a condições adversas que podem ser explicitadas no campo da formação e das relações de trabalho, desde o modo de contratação até o desenvolvimento das atividades rotineiras do trabalho no SUAS. Destaca-se que, por ser um campo novo e em expansão, pelos dados da pesquisa, sua materialização como atendimento às necessidades sociais da população ainda carece da construção de mediações para a sua realização. A caracterização das trabalhadores (a)s psicólogos (as) do SUAS em Porto Alegre aponta inúmeros desafios para a construção de um fazer profissional comprometido com os direitos sociais.

A vivência de estágio em um Centro Socioeducativo de internação para adolescentes em conflito com a lei

Rafael Lopes Varela (Faculdades Nordeste)

A violência é um dos fatores a qual está presente nos mais diversos espaços da sociedade, atingindo todas as classes e raças, isso é incluindo a violência física, social e psicológica, dentre outras formas de violência. Umas das áreas em que está em grande discussão no cenário atual, são os adolescentes em conflito com a lei, aos quais são julgados, por uma parcela da população como "grandes" responsáveis pela onda de violência, sem sofrer alguma punição para "corrigir o erro" que cometeram. O presente trabalho é fruto da experiência prática da disciplina de Estágio Supervisionado I, pela ênfase Psicologia, Sociedade Civil e Direitos Humanos, do curso de graduação em Psicologia da Fanor/Devry, no segundo semestre do ano de 2014. O mesmo foi desenvolvido dentro de um Centro Socioeducativo para adolescentes, com idade entre 15 e 16 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A capacidade da instituição é de, no máximo, 60 adolescentes. Porém, no momento inicial de nosso estágio haviam 183 adolescentes internos, acarretando dificuldades para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo pelos profissionais da casa, afetando até mesmo as relações entre os próprios adolescentes, gerando alguns conflitos entre os mesmos.. As atividades do estágio consistiam em um trabalho sistemático com um grupo, tendo como tema "Dignidade, autoconhecimento e reconhecimento". Não podendo trabalhar com todos os socioeducandos, por questão de viabilidade e segurança, resolvemos fazer uma triagem que envolveu uma análise dos prontuários e diálogos com o setor de Psicologia, com o objetivo de observar o histórico de contato com substâncias psicoativas. Após essa análise, iniciamos uma conversa com alguns adolescentes, para explicar a proposta e saber de seu interesse em participar de nossas intervenções. Foram selecionados, ao final, seis adolescentes, sendo importantes mencionar que a maioria dos adolescentes que estavam internados na instituição, 70% eram oriundos do interior do Ceará, e apenas 30% eram da Capital Fortaleza e Região Metropolitana. Dos seis selecionados, 5 eram do interior, e um de uma cidade da Região Metropolitana. O trabalho foi desenvolvido em seis intervenções, nas quais trabalhamos com estética, perspectiva de futuro, liberdade, família, sonhos e desejos. Observamos que esses atores são sujeitos de grandes potenciais, os quais algumas vezes estão encobertos, necessitando assim de um espaço dentro de suas famílias e na sociedade que os façam mostrar diversas características e assim poderem modificar suas vidas. Os centros educativos na cidade de Fortaleza-CE, estão vivendo um momento de grande precariedade, os adolescentes estão contando com pouco amparo para uma verdadeira ressocialização. A justiça precisa intervir de forma contínua para que o Estado busque essa real responsabilidade, pois essa está sendo deixado de lado, e esses adolescentes estão perdendo a dignidade de pessoa humana, não encontrando alternativas para o seu crescimento tanto no que envolve os aspectos sociais, como os profissionais. Esse fator é tão importante que no período a qual estivemos presente na instituição, a casa foi interditada duas vezes pelo Ministério Público, para que assim chegasse mais adolescentes na unidade, fazendo assim com que buscassem uma qualidade de atendimento para esse público.

Acolhida: Resultados Parciais do Projeto de Extensão em Psicologia Social Comunitária em Juiz de Fora – MG

Ana Claudia Ferreira Cezario (Universidade Federal de Juiz de Fora), **Márcio Gonçalves de Souza** (Universidade Salgado de Oliveira), **Fernanda da Silva Inacio** (universo), **Patrícia Aparecida Dias da Silva** (Universidade Salgado de Oliveira)

Ao estudar os seres humanos envolvidos em sua cultura e sociedade, a Psicologia Social Comunitária, reflete acerca de algumas temáticas, presentes nos dias de hoje que interferem na vida e no bem estar físico e psicológico da população. Podemos citar assim: o abuso de álcool e outras drogas, a violência, as vulnerabilidades sociais, a pobreza, o desemprego, o preconceito, dentre outros (Accorssi, Scarparo & Guareschi, 2012; Aronson, Wilson & Akert, 2014; Buss & Filho, 2007). Neste sentido, Andery (2004, p. 203) afirma que a psicologia na comunidade "é um movimento de aproximação do cotidiano das pessoas principalmente nos bairros e instituições populares onde a grande parcela da população vive, organiza-se e cria seus canais de expressão." Entretanto, muitas vezes, este é um debate realizado apenas de forma teórica dentro das salas de aulas nas instituições privadas de ensino superior. Assim, com a crescente inserção da Psicologia no campo das políticas públicas, nas últimas décadas, torna-se importante trabalhar e preparar os alunos de graduação para o enfrentamento destas questões territoriais. No intuito de promover tal discussão, em Abril de 2015, foi estabelecida uma parceria entre a ONG ABAN (Associação Beneficente Amigos do Noivo) e o curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira na cidade de Juiz de Fora - MG, com a criação do Projeto de Extensão Acolhida. Dentre os objetivos do mesmo estão: discutir as teorias da psicologia social (Garrido & Álvaro, 2007) aliada à realidade das políticas sociais no campo da prática, promover um saber aos alunos através do contato com a comunidade e suas vulnerabilidades, promover a atuação de um trabalho interdisciplinar através do contato com assistentes sociais, médicos, advogados - também inseridos no projeto - além de estimular a construção de novas estratégias de prevenção à criminalização e promoção da saúde da população. Já que a complexidade e profundidade das temáticas sociais vão além do campo estrito da Psicologia Social exigindo uma abordagem interdisciplinar, com a cooperação mútua entre saberes, práticas e instituições. Uma cooperação esta cada vez mais preconizada na prática profissional do psicólogo em muitos de seus campos de atuação na territorialidade e construção de protagonismos. Visto ser um projeto novo, no que se refere aos resultados parciais obtidos até o momento, percebeu-se algumas resistências iniciais sendo observado desconforto e insegurança por parte dos moradores até que fosse estabelecido o vínculo dos alunos com a comunidade. Entretanto, a partir da construção de tal vínculo, foi possível identificar demandas coletivas e individuais dos moradores. As demandas coletivas mais frequentes solicitadas pela população local foram relacionadas à saúde da população, educação, moradias, uso\abuso de substâncias, ociosidade e necessidade de um espaço para socialização, onde a população pudesse interagir, desenvolver atividades e praticar esportes. Já em relação às demandas individuais, foram apontadas a violência de gênero sofrida, dificuldades na busca por empregos, demanda de intervenções para dependência química e relatos de abuso de autoridade por parte das mulheres em relação aos seus parceiros íntimos, chefes de família. Além destas, observou-se uma forte demanda por parte da população no que se refere ao apoio psicológico numa busca de desenvolver uma maior autonomia dentro de seus lares, na comunidade e a necessidade de serem ouvidos. Percebe-se assim, que o projeto tem proporcionado à população, da comunidade do Dom Bosco na cidade de Juiz de Fora - MG, a possibilidade de se expressarem no sentido de acolhimento de seus sofrimentos presentes em seus conflitos na vida diária e um encaminhamento destes à rede parceira existente proporcionando um desdobramento às suas necessidades psicológicas, sociais, jurídicas e médicas. Assim, pode-se afirmar que o Projeto de Extensão Acolhida deu origem a uma parceria que vem alcançando êxito e gradativamente contribuindo para uma melhor qualidade de vida aos moradores da região. Proporcionando também, aos alunos do curso de psicologia, uma maior inserção na comunidade tornando possível um aprendizado prático e realístico da psicologia social juntamente às teorias estudadas e problematizadas em sala de aula.

Análise e Reflexões: Um Olhar sobre as Práticas Medicalizantes produzidas a partir dos Relatórios do UNICEF/Brasil

Fabiana de Lima e Silva (Universidade Federal do Pará)

Trabalho relacionado a um ano de pesquisa CNPq, intitulado "Práticas do UNICEF de medicalização de crianças no Brasil, de 1990 a 2010". Orientado pela professora Doutora Flávia Cristina Silveira Lemos. O relatório baseou-se neste período para realização da pesquisa pautada nos pressupostos teórico metodológico de Michel Foucault tendo como objetivo apresentar discussões referentes ao tema sobre medicalização da infância e juventude brasileira por meio das práticas do UNICEF. O objetivo final foi analisar e refletir sobre a atuação das agências multilaterais em suas prerrogativas de intervenção nos países membros, propondo ações, realizando articulações políticas e acompanhando resultados de programas e projetos desenvolvidos pelas mesmas. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) está ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), sediando escritórios nestes espaços, como é o caso do Brasil, deste a década de cinquenta no século XX, atuando na garantia, defesa e promoção de direitos das crianças e adolescentes. O UNICEF realiza uma série de práticas nos países em que atua, entre as quais: publica relatórios com indicadores de violação de direitos; produz documentos com análises destes indicadores e realiza recomendações para diminuir as violações constadas; organiza conferências e divulga declarações entre diversas ações de articulação política para provocar incidências nos países integrantes. Os assessores dessa agência escrevem textos comentando a qualidade e alcance das políticas públicas dirigidas à infância e adolescência, recomendam saberes e conceitos que consideram relevantes para o trabalho de proteção de crianças e adolescentes, participam de reuniões com lideranças do Estado com fins de fomentar decisões. O UNICEF financia alguns projetos que atendem crianças e adolescentes e premia os programas e projetos que classifica como de boas práticas; compara os indicadores de todos os países e prescreve metas, assinadas e ratificadas pelos países membros em pactos pela criança e pelo adolescente. Vale mencionar que esta agência tem sua sede brasileira, em Brasília, em um prédio do Ministério da Saúde e que também criou escritórios em quase todas as capitais dos estados brasileiros. A partir do objetivo dessa pesquisa foram analisadas as práticas medicalizantes e não medicalizantes do UNICEF nos corpos de crianças e adolescentes no Brasil, no período que corresponde de 1990 a 2010. As diferenças entre as subjetividades produzidas pela disciplina e o biopoder sinalizam uma mudança nos processos de subjetivação gestados. Nesse sentido, podemos afirmar a importância de estudos a respeito dos dispositivos medicalizantes que, por meio de uma governança transnacional, efetuam capturas de corpos, docilizando-os, e de populações, tornando-as governáveis. A medicalização da vida não é o objetivo de qualquer programa multilateral ou governamental, mas um dos seus efeitos, quando passam a gerenciar dentro da esfera das políticas públicas. Entender os efeitos positivos do UNICEF, na promoção da infância e adolescência, e um fator importante, deste a década de cinquenta atuando no Brasil, sua contribuição para o planejamento e desenvolvimento da infância e juventude, tem seus pros e contra assim como a problematizar a internacionalização de formas exemplares de conduzir a vida, trazendo verdades que sustentam as políticas sociais e educativas para a infância do País, analisar os feitos e os excessos dessas práticas, foi o caminho desta pesquisa.

Arte e visibilidade social: resistências ao evanescimento da população em situação de rua

Lucas Delfin Ferreira Rodrigues (Universidade Federal de São Paulo), **Jaquelina Maria Imbrizi** (Universidade Federal de São Paulo)

Introdução: Diante de um fenômeno como o da (in)visibilidade social, as perguntas sobram: o que é capaz de produzir a (in)visibilidade social de um grupo e/ou uma pessoa? Esta pesquisa, financiada pela FAPESP, detém-se sobre a questão, buscando acompanhar os processos que produzem o fenômeno e investigando brechas e possibilidades de intervenção. A invisibilidade é compreendida como um processo que está vinculado à reificação das relações e das pessoas, especialmente as mais pobres. Neste caso, pensa-se na arte como um dispositivo capaz de produzir interferências e de engendrar regimes de visibilidade. A invisibilidade social, entendemos, além de derivar da reificação, também está diretamente relacionada a outros dois fenômenos: o da humilhação social — sofrimento político que atravessa o sujeito em suas formas de subjetivação, conforme discutido por José Moura Gonçalves Filho e Fernando Braga da Costa — e o narcisismo das pequenas diferenças, conceito concebido por Freud e atualizado por autores contemporâneos como Betty Fuks e Christian Dunker. **Objetivo**: A pesquisa em curso busca acompanhar os diversos processos que se atravessam na produção do fenômeno da (in)visibilidade social das pessoas em situação de rua. Isto passa por explorar como as imagens e percepções sobre estas pessoas estão sendo produzidas nas diversas manifestações culturais: na mídia, na arte etc.; discutir como alguns autores têm trabalhado com os sofrimentos decorrentes de processos de exclusão e humilhação; investigar trabalhos artísticos que podem potencialmente produzir sensibilidades na sociedade no que diz respeito à população em situação de rua; e, por fim, contribuir na concepção de uma arte que seja uma via possível de expressão desta população. **Metodologia**: Tratando-se de uma pesquisa cartográfica, pressupõe-se que o conhecimento não está pronto, a espera de ser descoberto, mas está a ser construído a partir do olhar dos (as) pesquisadores(as), aqui indissociáveis em seus aspectos pessoais, experienciais e profissionais. Além das discussões e proposições teóricas, a pesquisa, ainda em curso, entrevista pessoas em situação de rua ou abrigamento que participaram de oficinas de teatro realizadas pela Secretaria de Cultura de Santos, entrevistando também a artista que coordenou tais oficinas e outros artistas que realizam apresentações nos espaços públicos da cidade. Através deste percurso busca-se criar analisadores que permitam acompanhar e intervir sobre o fenômeno da (in)visibilidade social. **Resultados**: Os resultados parciais desta pesquisa apontam para a participação de alguns elementos na produção do fenômeno em voga: a) a humilhação social, enquanto disparidade política; b) a reificação, como processo histórico de objetificação das pessoas e das relações, intrínseca ao capitalismo; c) a configuração das cidades e a relação entre público e privado; d) os efeitos subjetivos do avistamento de pessoas em situação de rua; e) os estereótipos que dão subsídios ao preconceito de classe social que cegam, ao imporem uma única característica no modo como essas pessoas são percebidas e impedem que outros atributos e qualidades lhe sejam atribuídas. Estes pontos se atravessam constantemente, de forma que sua separação é meramente teórica. As investigações preliminares apontam para a arte como portadora da capacidade de produzir outros regimes de visibilidade e outras formas de ser e estar junto, coexistir e conviver nas cidades.

Bolsa Família e educação: avanços e possibilidades

Juliana Ferreira Barreto Seno (Centro de Ensino Superior de Juiz De Fora), **Lara Brum de Calais** (Universidade Federal de Juiz de Fora), **Laiana Gonçalves Sabioni** (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora)

O Programa Bolsa Família se caracteriza como um programa social que busca reduzir o índice de pobreza e desigualdade através da transferência de renda para famílias que se encontram em situação de extrema pobreza. O benefício concedido às famílias está relacionado ao contexto socioeconômico e à composição familiar dos beneficiários. Para que as famílias tenham acesso ao benefício, devem cumprir algumas condições que o programa exige, com intuito de manter o controle de sua proposta. Em relação à educação, a condicionalidade que faz parte do programa exige a frequência mínima de 85% de presença das crianças e adolescentes entre a faixa etária de 6 a 15 anos nas aulas, sendo que, o não cumprimento dessa exigência implica no desligamento do beneficiário do programa (SENNA et al, 2007). Inserido nesta discussão, o presente trabalho tem como objetivo analisar a condicionalidade de frequência escolar do Programa Bolsa Família e suas implicações na educação de jovens, a partir da perspectiva de professores de uma escola pública de Juiz de Fora. O trabalho está em consonância com o Eixo Temático "Educação, Tecnologias e Sociedade", tendo em vista a necessidade de ampliação de discussões que se dediquem à educação em interface com áreas como a assistência social, enfatizando a intersetorialidade como uma possibilidade de melhoria dos contextos de vulnerabilidade que envolvem ambos os universos. Para realização desta investigação, a metodologia adotada é de caráter qualitativo, com delineamento exploratório. Foi adotado como recurso instrumental a entrevista semi-estruturada, que será realizada com os professores de uma escola da rede municipal na cidade de Juiz de Fora, para levantamento de dados, com intuito de obter informações direcionadas à temática, mas também apreender a realidade das famílias beneficiárias no que concerne à educação e vulnerabilidades. O critério de escolha da amostra está fundamentado nas possibilidades de alcance dos dados necessários para o estudo através dos participantes selecionados. Além das entrevistas, foram realizadas visitas à escola a fim de possibilitar conversas com pessoas de referência do contexto. Para realizar a interpretação dos dados utilizou-se como abordagem a análise do discurso. Pesquisas realizadas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste mostram que, após a implementação do Programa Bolsa Família, houve um aumento da frequência e dos níveis de escolaridade e diminuição das evasões escolares dos alunos cujas famílias recebem o benefício (SILVA et al, 2009). A partir disso, compreende-se que há um impacto já apresentado por pesquisas realizadas acerca do tema, que demonstram um aumento da inserção de crianças e jovens na educação a partir da instituição do programa. O que não necessariamente proporciona uma educação de qualidade. Compreendese que o objetivo do programa vai além da transferência de renda, buscando promover um maior nível de escolaridade de jovens em relação ao de seus pais, com a finalidade de romper a transferência de pobreza entre gerações, possibilitando que esses jovens beneficiários sejam inseridos no mercado de trabalho e adquiriram qualificação profissional. Levando em consideração que para alcançar esse objetivo, existe a condicionalidade de frequência escolar do PBF, surge um questionamento em relação à efetividade do alcance desse objetivo através da condicionalidade. Portanto, é necessário se pensar a respeito do impacto qualitativo de tais ações de políticas públicas na educação, considerando que o fato de estes jovens estarem vinculados a uma instituição de ensino, não necessariamente dá sustentação para uma educação de qualidade, nem mesmo cria uma relação direta entre permanência na escola e qualidade da educação. Ao propor essa pesquisa, que visa uma análise qualitativa acerca do impacto da condicionalidade educacional, foram encontrados resultados que apontaram para a efetividade de contribuição do programa na educação, assumindo o recorte municipal e que possibilitaram caminhos para o controle social a partir da problematização acadêmica de questões tais questões.

Discursos de conselheiras municipais de Direitos sobre creche, educação e cuidado de crianças pequenas

Elizangela André dos Santos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

O censo demográfico (2010) informou que o Brasil conta com 19,6 milhões de crianças de zero a seis anos. Especificamente na cidade de São Paulo a educação e cuidado para crianças de zero a três anos, vem sendo reivindicada pelos movimentos sociais de forma a garantir direitos sociais à educação infantil e o acesso a 150 mil novas vagas em creches, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1991) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Os

Estudos Sociais da Infância defendem a infância como uma construção social e histórica propondo uma visibilidade das crianças nas pesquisas acadêmicas e nos dados, acesso desigual às políticas públicas, até mesmo entre crianças. Tais estudos Sociais da Infância subsidiam teoricamente as reflexões sobre a visibilidade das crianças nas pesquisas acadêmicas e oferecem uma nova perspectiva sobre a visão adultecêntrica onde adultos tem mais visibilidade nas pesquisas e em dados, em detrimento das crianças. A teoria da ideologia de acordo com John B. Thompson (2011) busca analisar como as formas simbólicas, podem ser usadas para estabelecer e manter relações de dominação nas sociedades modernas em determinados contextos sóciohistóricos. A interpretação será realizada conforme a análise de conteúdo desenvolvido por Rosemberg (1981) e Bardin (1977).

Os Conselhos de direito da criança e do adolescente são compostos por representantes da sociedade civil e do poder público com atuação voluntária e exercem o controle social e a deliberação de políticas para crianças e adolescentes de acordo com o ECA. O presente projeto pretende descrever e interpretar discursos proferidos por conselheiras municipais de direito da cidade São Paulo, sobre educação e cuidado de crianças pequenas de zero a três anos e compreender o espaço na agenda das políticas públicas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na cidade de São Paulo. Qual a visibilidade a educação e cuidado para crianças de zero a três anos no discurso das conselheiras de direito do CMDCA/SP? Até o momento foram entrevistadas duas ex-conselheiras que admitem a falta de visibilidade na agenda das políticas públicas. Os desdobramentos decorrentes da falta de ofertas de vagas em creches com qualidade e a imagem negativa a ela associada, quando não problematizados com determinados atores sociais, parecem favorecer a naturalização de uma crença que associa o espaço privado às crianças pequenas, a educação e cuidado como atribuição das mães, avós e babás. O projeto de mestrado pretende descrever e interpretar discursos proferidos por conselheiras municipais de direito da cidade São Paulo, sobre educação e cuidado de crianças pequenas de 0 a 3 anos. O enfoque visa problematizar a desigualdade em termos de ofertas de acesso e condições de permanência para determinadas crianças pequenas nas políticas educacionais no Brasil. Os Conselhos de direito da criança e do adolescente são órgãos paritários, compostos por representantes da sociedade civil e do poder público com atuação voluntária. Os Conselhos municipais do direito da criança e do adolescente atuam nas instâncias municipais. A tarefa designada aos (as) conselheiros (as) é exercer o controle social e deliberar políticas para crianças e adolescentes atendendo ao Estatuto da criança e do adolescente (ECA).

João e Maria: Um estudo de caso sobre Paixão, Família e Pobreza

Andréa Karyne Rocha Marques (Universidade Federal do Ceará), **Poliana Silveira Fonteles** (Faculdade Luciano Feijão), **Slana Marta Marques de Lima** (Faculdade Luciano Feijão), **Anne Graça de Sousa Andrade** (UECE/Faculdade Luciano Feijão)

O presente trabalho relata a experiência de estágio em Psicologia Social de um acompanhamento familiar no CREAS (Centro de Referencia Especializado da Assistência Social) de Bela Cruz – CE. O CREAS é um equipamento social que se configura como uma instituição pública e estatal, a qual oferece serviços especializados e contínuos a famílias e sujeitos em situação de ameaça ou violação de direitos (PNAS, 2004) Nesse sentido o objetivo desse trabalho é compreender a vivência de um casal em situação de vulnerabilidade social que enfrentam a barreira das diferenças e analisar o acompanhamento destinado aos mesmos através do CREAS. Assim o grupo temático escolhido foi "Pobreza, políticas sociais e assistência social", por tratar do fenômeno da pobreza em seu caráter multidimensional, assim como do olhar e das ações da assistência social para essas questões. A assistência social tem a missão de ajudar quem necessita de sua ajuda, sua oferta tem como foco a família e a situação vivenciada. A pobreza tem um caráter multidimensional, abarcando diversas variáveis. Dentre as variáveis que integram a formação da identidade do sujeito, está o seu contexto de vida, e este contexto estando resguardado pela pobreza, pelo sentimento de incapacidade, etc. os quais influenciam sobremaneira os comportamentos dos sujeitos direta ou indiretamente relacionados. A metodologia usada foi o estudo de caso, com uma beneficiária do CREAS. A metodologia de estudo de caso é favorável para averiguar novos conceitos, assim como para averiguar como são sobrepostos e utilizados na prática dados de uma teoria. Maria Lúcia é beneficiária do CREAS, tem 34 anos, casada, tem uma filha de 2 anos e é deficiente mental. Advinda de Família de Classe Média, Maria casa-se com o morador de rua João, depois de algum tempo, devido a desaprovação da família, foge para uma cidade vizinha, e começa a viver em situação de pobreza extrema. Tal demanda chegou ao CREAS através de uma denuncia de estrupo, tendo em vista que devido sua condição, Maria foi declarada perante a lei de "incapaz", portanto, embora haja consentimento, perante a lei esse fenômeno é considerado como "estrupo de incapaz". A partir de então o casal foi acompanhado pelo CREAS de Acaraú- CE, e continuado pelo CREAS de Bela Cruz- CE após fixarem moradia no município. Devido essa ocorrência, a família de origem de Maria pediu uma ordem de proteção contra o marido, ordem esta que, de forma alguma, ela respeitava. Tendo em vista que sempre que deixávamos ela em Acaraú, cidade de origem, afim de que respeitasse a ordem de restrição e o marido não fosse preso, Maria retornava para sua casa em Bela Cruz e portanto para o marido. Percebemos que havia um conflito de interesses, a família de Maria tinha posse do beneficio que ela recebia por sua condição, o que nos fez questionar a veracidade do sentimento da família de tê-la de volta, o que fez a equipe suspeitar de caso de violência patrimonial. Maria e José mostravam-se se dar muito bem, e Maria gostava e queria ficar com João, mas devido a denúncia estava impossibilitada de viver sua paixão. Então surge um questionamento: o que seria melhor para a qualidade de vida de Maria? Ficar com João em situação de pobreza, mas feliz? Ou com sua família de origem, em situação confortável, mas infeliz? É sabido que os conflitos resultantes do sistema social o qual fazemos parte, é desigual e injusto. Assim, sujeitos que crescem em um ambiente mal adaptado, onde predominam miséria, fome e exclusão, são afetados por esse sistema, se desenvolvendo e se adaptando a noções de sobrevivência e dor, tendo sua identidade, por muitas vezes, seriamente comprometida, com a visão de si mesmos como incapazes de transpor as barreiras sociais. Essa realidade é claramente na relação Maria-João, posta na identidade e na relação de dependência amorosa entre eles. Apesar de Maria ter a possibilidade de viver em condições assistenciais melhores (com a família de origem), a beneficiaria prefere estar com o marido e filha em ambientes com menor estrutura. Não cabe aqui julgar a sua escolha mas compreender os fenômenos psicológicos que acompanham a pobreza , portanto percebemos que o desenvolvimento psicológico foi comprometido diante de sua situação adversa.

O enfrentamento da pobreza em comunidades cearenses: uma análise das políticas públicas de assistência social e de educação

Marilia Studart Barbosa (Universidade Federal do Ceará), **Janaína Miranda Cruz** (Universidade Federal do Ceará)

A pobreza multidimensional (SEN, 2010) se apresenta como uma questão social e política que necessita de uma análise psicossocial. O Brasil vem implementando políticas de enfrentamento à pobreza como o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e o Programa Bolsa Família (PBF) que também contribuem na ampliação do acesso de estudantes pobres às escolas por meio do sistema de condicionalidades, obtendo como avanços uma considerável redução da taxa de evasão escolar entre as faixas etárias de 6 a 16 anos e aumento das taxas de aprovação no ensino médio para os alunos acompanhados pelo PBF quando comparados com a média nacional de aprovação dos demais alunos do ensino público (CRAVEIRO; XIMENES, 2013). Ainda no cenário educacional, o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, o ENEM associado ao SISU, o PROUNI e a Lei de Cotas são estratégias nacionais que contribuíram para o acesso e permanência de estudantes populares na educação básica e superior. Apesar de essas considerações demonstrarem alguns avanços relativos à maior participação e rendimento dos estudantes no cenário escolar, muitos autores têm questionado o tipo de educação que tem sido ofertado para populações em situação de pobreza e extrema pobreza, apontando a necessidade de uma revisão mais profunda nos métodos, estratégias e políticas educacionais que deem conta desse novo contexto de inclusão (GUZZO, 2005; PIRES, 2013; SETUBAL, 2010). A partir do exposto, objetivamos compreender como as políticas públicas de Assistência Social e de Educação impactam no enfrentamento à pobreza a partir dos discursos de moradores de comunidades rural e urbana do Ceará-Brasil. O enfoque dado a essas duas políticas parte da compreensão de que o incentivo ao acesso à educação e à assistência social tem sido vistas como relevantes para a transformação do contexto de pobreza e desigualdade social em que se encontram milhares de brasileiros e brasileiras, o que se aproxima da proposta do GT – 12 Pobreza, políticas públicas e assistência social, posto que envolve discussões relacionadas à pobreza e desigualdade social associada a políticas públicas consideradas pelas autoras como imprescindíveis para a transformação das condições materiais e subjetivas da vida dos sujeitos em situação de pobreza, expressando visibilidade a esses sujeitos. Utilizamos como categorias principais de análise a pobreza multidimensional (SEN, 2010), as implicações psicossociais da pobreza (CIDADE; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2012) e o pensamento social da pobreza (ACCORSSI, 2011). Na metodologia, utilizamos delineamento quantitativo com aplicação de questionário com informações sociodemográficas a 417 pessoas, sendo 210 participantes residentes na comunidade urbana do Grande Bom Jardim, localizada no município de Fortaleza (Ceará-Brasil), e 207 residentes na comunidade rural da Canafístula, localizada no município de Apuiarés (Ceará-Brasil). Além disso, lançamos mão do método qualitativo por meio de grupos focais com 38 sujeitos adultos de ambas as comunidades. Dentre os principais resultados, identificou-se que a concepção de pobreza dos participantes corrobora a visão de Sen (2010), estando vinculada a privação de necessidades básicas como alimento, moradia e educação. Os participantes reconhecem que o Bolsa Família auxilia na redução da fome e da extrema pobreza, entretanto, o pensamento social (ACCORSSI, 2011) que ecoa nos discursos da comunidade rural é de que os programas de transferência de renda não são a solução para acabar com a pobreza e que, por sua vez, promovem a acomodação e estagnação de muitos que preferem receber o benefício e não ter que trabalhar. Verificamos também que o acesso ao benefício tem mobilizado outros hábitos de consumo que vão para além da aquisição de alimentos assim como também contribui para a mudança na percepção das mulheres que passam a se aperceberem enquanto cidadãs autônomas que cuidam da dinâmica familiar. Quanto à educação no contexto rural, há em geral, uma satisfação com os avanços conquistados no âmbito da educação pública com um enfoque na possibilidade de se ter acesso a uma formação superior. Por outro lado, no contexto urbano, muitos sujeitos da pesquisa evidenciaram a precarização da educação pública. Apesar de se perceber a melhoria no acesso e na permanência às instituições públicas de educação básica e superior, ainda não se conseguiu uma educação transformadora para populações vulneráveis. A análise dessas políticas acima mencionadas aponta a urgente necessidade de implementação de políticas públicas emancipatórias, tanto no âmbito da educação quanto da assistência, que possam abrir espaços de diálogo acerca das contradições expostas pelo capitalismo, voltados para o avanço da consciência dos sujeitos, em uma proposta que reflita sobre as necessidades das camadas populares, tendo como norte, a desnaturalização da desigualdade social (GUZZO; EUZÉBIOS FILHO, 2005).

O fio do cuidado na proteção social básica e os "nós" do trabalho em rede na Assistência Social

Cristina Maranzana da Silva

O cotidiano de intervenção do Serviço de Atendimento a Família na rede de Proteção Social Básica de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, junto a famílias em situação de vulnerabilidade social é o foco de discussão deste trabalho. Tem-se por base o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que prioriza a família como foco de atenção e o território como base da organização de ações e serviços. A trajetória da política de assistência social no Brasil passou por diferentes momentos de avanços e retrocessos. Dentre os avanços é significativo a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004, que dispõe a construção de um Sistema Único de Assistência Social- SUAS, como diretriz para a construção de um sistema de proteção social. Yasbek (2004) ressalta como um dos aspectos positivos desse sistema, a incorporação das demandas da sociedade na área da assistência social, a noção de território e a centralidade da família e de sua proteção integral. Trabalha-se na transição da lógica da falta, do assistencialismo e do controle para uma lógica de emancipação e protagonismo social. Para isso, o trabalho em rede é a principal estratégia de intervenção, pois pressupõe uma organização que amplia as possibilidades de ação, facilitando a articulação entre as políticas setoriais e os atores envolvidos. A partir de situações vividas na interface entre assistência social e saúde, o exercício de trabalho em rede, queremos discutir sobre o trabalho na proteção social básica, o fortalecimento de vínculos e a rede como uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Mas como avaliar os impactos? Como superar a lógica individual da necessidade e do atendimento imediato para um planejamento de acompanhamento integrado? O exercício de construir em rede um Projeto Terapêutico Singular apresenta questionamentos sobre a tênue ligação entre proteção-cuidado - controle, tensiona fragilidade que há entre direitos sociais e as escolhas individuais. Como tecer fios de cuidados diante da fragilidade de laços familiares? Quais tessituras podem ser tramadas nas artimanhas do comprometimento ético frente a vida versus judicialização da vida?

O território sócio assistencial pode ser visto como um campo tenso, uma arena de lutas e embates políticos, ideológicos e filosóficos. Com a implementação do SUAS, a psicologia nesse território está cada vez mais na linha de frente, nesse contexto de reordenamento da política de assistência social na cidade, novos cenários surgem. Desafiando a compreensão ético-política da nossa intervenção e implicação social uma vez que trabalhamos pelo viés do fio do cuidado dentro da rede de proteção básica. Cabe questionarmos: como desenvolver práticas de cuidado/proteção que propiciem diretrizes para a emancipação social? Como compor com o usuário propostas de transformação de sua realidade? Como tecer a rede que se que se faz necessária como construção diária, na lógica da integralidade, no fortalecimento de vínculos fami-liares e comunitários? A reflexão teórico-prática de uma clínica que vai além dos settings convencionais, de uma psicologia que vai ao encontro das necessidades apresentadas, no tempo e no território do sujeito servem de ancoragem na elaboração deste trabalho.

O homem de rua produzido no discurso de agentes de assistência social e psicológica

Cesar Eduardo Gamboa Serrano (Universidade Anhanguera de Sao Paulo)

Este trabalho é oriundo de uma pesquisa de doutorado realizada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Apresenta um estudo a respeito das relações de poder, das práticas e das subjetividades produzidas em uma instituição de assistência psicológica e social à pessoa em situação de rua. Foram analisados os discursos de agentes institucionais e de usuários de um Centro de Inclusão da Pessoa em Situação de Rua e foram discutidos temas como a heterogeneidade da população de rua, as regras, a exclusão e a inclusão, os encaminhamentos, o tratamento e a regulação da vida de pessoas que vivem nessa situação. A partir de autores como Foucault, Agambem, Deleuze e Guirado, discutimos a produção de um "homem doente", que vive nas ruas brasileiras. Discursos acadêmicos e de agentes institucionais da saúde e da assistência social parecem produzir um sujeito de rua que teria, pela própria condição de miséria, justificada toda e qualquer prática de saúde ou de assistência que se exerça sobre si e/ou sobre o seu corpo. Um sujeito de rua, doente universal por condição, cujo corpo e mente demandam tratamentos em consonância ou à revelia de sua vontade. Tratamentos em encaminhamentos que, além de curar uma doença presumida pela condição, produzem algo paradoxalmente surpreendente: a regulação da vida. Corpo e vida tornam-se regulados e controlados pelas rotinas impostas pelos tratamentos e pela medicalização a que pessoas de rua são submetidas, quando se tornam usuários de instituições de saúde ou de assistência social. Na expectativa de produzir autonomia (e na ilusão de fazê-lo), o que parece produzir-se são automatismos, disciplinas e regulações. Um homem de rua doente é forjado institucionalmente pela e na ação de seus técnicos. Poder-se-á discutir de que maneira, no mesmo discurso dos técnicos, produz-se, de um lado a existência de um sujeito de rua doente, carente e viciado e, de outro, a expectativa de um usuário que precisa ser são, de corpo e mente, e estar livre de vícios para que possa fazer parte da instituição. Isto nos fala sobre objetivos e expectativas institucionais. Apesar de haver um usuário imaginário que vive nas ruas e que precisa de cuidados e de atendimentos, nas condições em que supostamente se encontra ele não pode entrar ou permanecer na instituição. Falamos sobre a produção de um homem de rua imaginado pelos técnicos e que, paradoxalmente, não poderia ser um usuário da instituição que fazem cotidianamente, ou seja, a pessoa de rua não seria o cliente ideal para o Centro de inclusão da pessoa em situação de rua. Um paradoxo que, apesar de inacreditável, dirige e regula práticas institucionais de assistência social e psicológica. Verificamos, entretanto, a presença de vetores de resistência, tanto nas ações dos agentes institucionais, quanto nas dos usuários, que se opõem aos discursos homogeneizadores e aos dispositivos de regulação da vida e de exclusão daqueles que se valem da instituição. As relações afetivas e as negociações produzem o encontro entre técnicos e usuários e dele emergem singularidades, tanto de um lado, quanto de outro. Esperamos que este trabalho dispare discussões acerca da prática efetiva do psicólogo, seja em instituições de assistência social, seja nos mais diversos lugares em que atuamos, tanto no cuidado direto, como na produção de conhecimento acadêmico-científico.

Pessoas em situação de rua: experiências de um projeto intervenção, protagonizado por estudantes de Psicologia

Thamyres Ferreira de Lima (Faculdade Luciano Feijão), **Francileuda Farrapo Portela** (Universidade Estadual Vale do Acaraú), **Cecília Beatriz Souza Cruz Langbeck** (Faculdade Luciano Feijão), **Francisco Ullissis Paixão e Vasconcelos** (Universidade Federal do Ceará)

Sabemos que os problemas de ordem social são extremamente gritantes em nosso país, e que atingem milhares de brasileiros. Uma das grandes questões sociais encontradas no cotidiano da Assistência é quando nos deparamos com pessoas em situação de rua. Estas, muitas vezes, não possuem assegurados os seus direitos, o que as levam a sofrer os mais diversos tipos de violência. A Política Nacional para Inclusão Social da População em situação de rua, criada em 2008, considera que não é de hoje que acontecem lutas pela liberdade, democracia e justiça social. Na década de 80, as altas taxas de desempregados e as questões sociais fizeram com que uma parcela significativa da população buscasse as ruas das cidades como sua única forma de sobrevivência. Com o passar do tempo a situação se agravava e os grupos e movimentos sociais ganham força e visibilidade. Assim as primeiras iniciativas de enfrentamento da realidade vão sendo tomadas e movimentos e instituições começam a surgir com o objetivo de devolver o direto humano à vida e à dignidade dessas pessoas em situação de rua. É neste contexto que se insere este trabalho, fruto das reflexões de estudantes de Psicologia, inseridos no contexto da promoção da Assistência, junto a pessoas em situação de rua na cidade de Sobral-Ce. Esta pesquisa é de caráter qualitativo, do tipo pesquisa-intervenção, realizada no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), implementado enquanto política de governo na cidade de Sobral-Ce, e está situado como uma unidade de referência de Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS, sendo referência no atendimento especializado à população adulta em situação de rua. Nesta conjuntura entendemos uma estreita relação com as proposições do GT Pobreza, Políticas Sociais e Assistências Social (GT 12). Elegemos como objetivo geral desta pesquisa, facilitar vivências promotoras de valorização das potencialidades dos usuários do serviço do Centro Pop. Os objetivos específicos foram: propiciar, através de ações, como roda de conversa e dinâmicas, a ressignificação do sentido da rua para cada usuário; desenvolver atividades que possibilitem a construção de um novo olhar sobre si, para além do julgo excludente a que são submetidas as pessoas em situação de rua, favorecer momentos de reflexão e ressignificação do sentido de estar na rua, motivando-os a continuarem construindo suas histórias a partir de seus sonhos e crenças, valorizando a autoestima, a altivez e a dignidade da pessoa humana. As atividades desenvolvidas estão fundamentas a partir de teóricos como Ciampa (1988), Martín-Baró (1996), Lopes (1990), Sen (2000), Merleau-Ponty (2000) e Mattos & Ferreira (2004). O processo de intervenção foi pensado a partir de cinco momentos: inserção no serviço, mapeamento psicossocial, desenvolvimento de estratégias para a construção de vínculos, planejamento de ações e facilitação de vivências. Os resultados das intervenções nos permitiram perceber o quanto as políticas públicas ainda estão distantes dos interesses dos usuários e necessitam ser pensadas a partir de um olhar sensível para as múltiplas realidades. Mas, sobretudo, nos permitiu compreender que a atuação do Psicólogo deve ultrapassar as barreiras que nos distancia daqueles que estão marginalizados, excluídos, explorados, oprimidos frente à sociedade e que esses mesmos sujeitos - sem vez, sem voz - necessitam de profissionais comprometidos com tal realidade, de forma a promover as potencialidades, favorecendo a percepção que são eles capazes de conduzirem e transformarem suas vidas.

Pobreza enquanto motivo para acolhimento institucional: o paradoxo entre a lei e sua aplicação à luz da Psicanálise

Emilie Fonteles Boesmans (Secretaria do TRabalho e Desenvolvimento Social do CEará/ Universidade Estadual do Ceará), Karla Patricia Holanda Martins (Universidade Federal do Ceará)

Até 1990, ano em que foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estava em vigor o chamado Código de Menores o qual previa como critério para o abrigamento a situação irregular, que aglutinava dois públicos: os "menores" infratores e os "menores" carentes e abandonados pela família. Estas crianças e adolescentes, denominados de "menores", eram encaminhados para internatos, pela concepção de que a família pobre seria incapaz de cuidar de seus filhos. Com o ECA, apoiado na Constituição Federal de 1988, o acolhimento passa a ser medida protetiva excepcional e provisória, sendo determinada por juiz ou emergencialmente pelo Conselho Tutelar, tendo como elemento primordial para avaliar a necessidade do acolhimento a existência da ruptura de vínculos familiares e violação de direitos. A pobreza e a carência de recursos materiais não se configuram mais como motivos para aplicação de tal medida protetiva, rompendo com a chamada doutrina menorista. Desta maneira, o vínculo afetivo torna-se preponderante quando se trata de decidir sobre o afastamento da criança do seio familiar. Entretanto, a determinação legal ainda não alcançou de todo a prática daqueles que são responsáveis pelo acompanhamento e trabalho social com estas famílias, como os profissionais do Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), de órgãos de defesa de direitos de crianças e adolescentes, como o Conselho Tutelar, nem tampouco por aqueles do sistema judiciário (juízes, promotores e defensores). Tal qual o panorama encontrado no país, o contexto do acolhimento em Fortaleza ainda é efetivado em desacordo com as orientações técnicas e legais previstas. Um desses desacordos é o acolhimento de crianças, nas unidades de Fortaleza, por motivo de pobreza, constatado na experiência dentro das unidades. Entretanto, o termo pobreza foi retirado dos relatórios acerca dos motivos do acolhimento, levando à informações imprecisas sobre a centralidade dessa situação para decisão pelo acolhimento. Em contrapartida, os mesmo relatórios nos fornecem dados de que as crianças acolhidas são oriundas de famílias das classes mais pobres e socialmente desassistidas, que habitam bairros periféricos e com elevado índice de violência urbana. Pesquisas demonstram que esses são fatores que precipitam o acolhimento, camuflados sobre a nomenclatura da negligência familiar, que se figura como um dos maiores motivos para afastamento familiar da criança. Frente a essas contradições e controvérsias e, movidos pelo desejo de aprofundar a discussão acerca dos motivos do acolhimento, empreendemos uma pesquisa de mestrado alicerçada sobre a Psicanálise, que teve como objetivo questionar os argumentos jurídicos que respaldam a decisão pelo acolhimento, tensionando as considerações pelos aspectos objetivos e subjetivos que complexificam cada situação. Este trabalho tem como propósito apresentar alguns resultados encontrados nesta pesquisa, e mais detidamente na análise acerca de em que medida as situações entendidas como negligência familiar não são, de fato, situações de pobreza ou carência de recursos materiais, apontando para uma consideração exclusiva da realidade material em detrimento da subjetividade e do afeto na decisão de afastamento. A pesquisa consistiu na análise de documentos do prontuário individual de 17 crianças acolhidas no período de outubro à dezembro de 2014 em uma Unidade de Fortaleza, em especial a Guia Nacional de Acolhimento. A partir desta análise pudemos problematizar a consideração acerca da realidade psíquica, do afeto e da subjetividade em face às considerações sobre as condições materiais de vida na aplicação da medida protetiva, evidenciando a discrepância que há entre a lei e sua aplicação. Deparamo-nos com o fato de que a psicologia, e mesmo a Psicanálise, são apresentadas e consideradas nas leis, cartilhas e planos que tratam sobre tal medida protetiva, compondo seu substrato teórico, e ocupando lugar de suporte essencial no trabalho social com famílias. Entretanto, o que está no cerne dos argumentos que determinam o acolhimento ainda são discursos fundamentados nas condições materiais e objetivas de vida, deixando de lado a dimensão do afeto. Os argumentos jurídicos utilizados tomam como base o discurso da assistência social em completa desarticulação com o discurso da Psicologia e, por vezes, adotando posturas paternalistas e assistencialistas. Entendemos então a necessidade de a Psicologia, e, porque não, a Psicanálise, se fazer mais efetiva e presente nestas instituições, propiciando o reposicionamento da subjetividade, do afeto e dos vínculos afetivos de modo a considera-los no momento da aplicação da medida protetiva de acolhimento.

Políticas públicas, legislação infantil e enfrentamento social: uma perspectiva temporal

Eliana Oliveira, Nicolas Roussiau, Laura Lima (Université de Nantes)

Introdução: As políticas sociais fazem parte das sociedades modernas, refletindo ao mesmo tempo ideais de justiça e esforços de enfrentamento das desigualdades. Em relação à infância, as políticas sociais têm necessariamente como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) cuja adoção em 1990 trouxe uma reorganização institucional, com a implantação de novos modelos de gestão. Símbolo de uma nova mentalidade dentro do sistema judiciário, o Estatuto propõe medidas que garantem o resgate da cidadania, em oposição as formas clássicas de assistencialismo. Ações preventivas e emancipatórias procuram retirar crianças e adolescentes da pobreza e de marginalidade e integrá-los, de modo durável à sociedade, enfrentando o desafio de não colocálos em um estatuto inferior, próprio a todos aqueles que são objeto de assistência social. Tais mudanças, no entanto, enfrentam conflitos de interesses e diferenças no modo de representar a ação social. Os responsáveis pela aplicação do Estatuto se deparam com atores sociais que veem na criança pobre um sinal de perigo e de ameaça à população, e assim preferem a continuação de um modelo punitivo e penitenciário, reivindicam a mudança na lei da maioridade penal e recusam as propostas de proteção e cuidados junto à família e à comunidade. As políticas públicas voltadas às crianças de rua ilustram bem este percurso histórico complexo, marcado por rupturas e resistências. Fechadas em instituições punitivas regidas pelo Serviço de Assistência ao Menor (SAM), colocadas sob a tutela do Estado que pretende substituir a educação familiar pela internação na Funabem e na Febem, assistidas pela Pastoral do Menor e por educadores de rua, elas deixaram de ser vistas como culpadas ou vítimas e se tornaram sujeito de direitos com a adoção do Estatuto. Objetivo: A partir destas considerações, nos interessamos pelo discurso social sobre crianças de rua a partir do impacto trazido pelas mudanças introduzidas nas práticas profissionais e assistenciais. Temos como objetivo identificá-lo em duas épocas distintas. Postulamos que, nos anos que se seguiram a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, este discurso caracterizou-se pela polêmica entre os atores sociais, caracterizando-se por uma diversidade temática. Recentemente, este discurso, tende à uma simplificação e polarização das posições. Relação com o GT: Através de uma postura crítica o grupo de trabalho Pobreza, Políticas Sociais e Assistência Social busca entender os problemas brasileiros, tendo como objetivo a sua superação. Nosso trabalho tem como ponto de partida as mudanças institucionais e assistenciais trazidas pelo Estatuto ao atendimento da população infanto-juvenil. Procuramos determinar os discursos engendrados pela nova legislação na representação de um grupo social específico - as crianças de rua. Acreditamos que, de modo dialético, as práticas e os discursos se engendram mutuamente, contribuindo para a criar e solidificar a realidade social. Referência teórica: Nossa principal referência teórica é a obra de Serge Moscovici sobre as representações sociais. Relevamos dentro da teoria de Moscovici dois aspectos: a relação privilegiada das representações sociais com os meios de comunicação de massa, consideradas como reflexo do senso comum, e o fato de que certos fenômenos funcionam como “processos generativos”, transformando o pensamento social. Em nossa perspectiva o Estatuto tem o papel de “processo generativo”, levando à uma modificação das representações sociais. Metodologia: Realizamos a análise temática de duas amostras de artigos de jornais das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A primeira amostra é formada de 1280 artigos publicados entre 1995 e 1999. Os anos 90 foram marcados por uma grande efervescência nos debates sobre a infância; em 1995 foi criada a FIA – Fundação para a Infância e Adolescência que teve por função normatizar, implantar e executar as determinações do Estatuto, em 1999 a FIA foi vinculada a Secretaria da Criança e do Adolescente. A segunda amostra, atual, é composta de 202 artigos publicados nos mesmos jornais entre 2012 e 2014. Resultados: Segundo nossas observações, no discurso entre 1995 e 1999, dois eixos temáticos se comportam como representações nodais: ''criança de rua infratora'' e ''criança de rua objeto de medidas sociais''. No primeiro eixo encontramos representações resistentes à evolução do pensamento social: a criança de rua é fortemente associada a estereótipos. No segundo eixo, há uma associação da representação ''criança objeto de medidas sociais'', com outros assuntos, como discussões sobre o Estatuto, debates entre professores universitários, relatos de produção artística. Entre 2012 e 2014 estes dois eixos temáticos são mantidos, mas não estão mais associados à outras discussões. Considerações: Percebemos uma resistência às mudanças institucionais e às modalidades assistenciais propostas pelo Estatuto: nos anos que se seguem a sua adoção, os debates, mais vivos e polêmicos, envolvem vários temas e diferentes atores são chamados a opinar. Atualmente, os debates se encontram polarizados e simplificados, a maior parte deles gira em torno da criminalidade, dos problemas relacionados ao uso de drogas e a falta de medidas punitivas adequadas.

Potenciais de Enfrentamento em contextos de pobreza: uma análise psicossocial do documentário Lixo Extraordinário

Elívia Camurça Cidade (Universidade Federal do Ceará), **Marilia Studart Barbosa** (Universidade Federal do Ceará), **Bárbara Barbosa Nepomuceno** (Universidade Federal do Ceará), **Janaína Miranda Cruz** (Universidade Federal do Ceará)

A pobreza, enquanto realidade que congrega elementos materiais, políticos e ideológicos, ultrapassa questões monetárias para sua avaliação e reivindica o conhecimento dos aspectos morais a ela relacionados (ACCORSSI, 2011). É preciso reconhecer o sujeito pobre para além de suas debilidades financeiras, encarando sua condição psicossocial dentro de um cenário político e ideológico marcado pela desigualdade e pela vulnerabilidade. Apesar de se evidenciar no senso comum o potencial de padecimento (SAWAIA, 2009) dos sujeitos em situação de pobreza, podese dizer que viver nesse contexto acarreta como consequências o desenvolvimento de potenciais de enfrentamento na medida em que os sujeitos encontram modos singulares de manifestação de seus desconfortos, de suas necessidades e de seu mal-estar diante de contextos que se apresentem, por vezes, intransponíveis. O enfrentamento é avistado como uma alternativa para a ampliação de respostas afetivas, cognitivas e comportamentais utilizadas para lidar com o estresse, com o sofrimento e com a estagnação das situações cotidianas, envolvendo aspectos tanto individuais quanto coletivos. Sua expressão é observada no processo de conscientização (FREIRE, 1980), na capacidade do indivíduo de planejar ações e estratégias, na autonomia das ações e da tomada de decisões, passando a ganhar controle sobre o seu próprio destino, na participação por meio de ações fundamentadas na solidariedade e no apoio social, no processo político que leva ao desenvolvimento da cidadania e no compromisso levado pelo sentimento ético que gera as ações coletivas (MONTERO, 2006). O objetivo deste trabalho é discutir potenciais de enfrentamento à pobreza considerando suas implicações psicossociais. Com este intento, o estudo se aproxima do GT 12 - Pobreza, políticas sociais e assistência social posto que apresenta como temática para discussão questões relacionadas às experiências objetivas e subjetivas da pobreza procurando entender a situação vulnerável a que os indivíduos estão submetidos e a realidade concreta de suas potencialidades que, por sua vez, podem se converter em subsídios para a implementação de políticas públicas que favoreçam o enfrentamento à vida em pobreza através do fortalecimento dos sujeitos. Utiliza-se como metodologia a análise fílmica do documentário "Lixo Extraordinário", que narra o desenvolvimento de um projeto idealizado pelo artista plástico brasileiro Vik Muniz para ajudar catadores de material reciclável a construírem sua autoimagem de forma artística, a partir do uso de materiais extraídos do lixo. O intuito inicial era que as obras produzidas poderiam gerar renda aos catadores de material reciclável, perspectiva que, com o tempo, foi sendo superada quando as narrativas das histórias de vida dos participantes vão se integrando ao processo artístico, permitindo um novo olhar sobre si. A partir do filme, teceu-se uma análise das histórias de vida dos trabalhadores catadores, onde foram feitas análises sobre os potenciais de enfrentamento à pobreza encontrados ao longo do filme. Nesse sentido, partimos de categorias como pobreza multidimensional (SEN, 2010), processos subjetivos envoltos no fenômeno da pobreza (GÓIS; 2008; ACCORSSI, 2011; CIDADE; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2012), fortalecimento (MONTERO, 2006), apoio social (VALLA, 2000), potência de ação (SAWAIA, 2009), capacidade de resiliência (YUNES, 2003; ARCINIEGA 2013), dentre outras categorias para compreender o processo complexo de enfrentamento. A análise do documentário traz como relevância a necessidade de compreender as possibilidades de elaboração da realidade através do desenvolvimento de capacidades criativas e de ressignificação das experiências cotidianas, o que representa um desafio necessário à desmistificação e à desideologização do ser pobre. A análise do documentário nos fez chegar a compreensão de três potenciais de enfrentamento: um primeiro que dispõe sobre a necessária denúncia às implicações psicossociais da pobreza, dando ênfase às categoriais que contemplam os potenciais de ressignificação da realidade por parte dos sujeitos apresentados no documentário, um segundo que discute as condições de trabalho as quais os catadores estão submetidos, as redes de apoio social desenvolvidas como estratégias coletivas de superação às problemáticas vividas e garantia da articulação popular e um terceiro que põe em evidência o precário acesso às políticas públicas como mecanismo de perpetuação da pobreza, enfatizando a necessidade de melhorias na oferta e qualidade de acesso às ações públicas, dando destaque às áreas de saúde e educação. Os potenciais apontam para a necessidade de desnaturalizar o que está dado e uma consequente busca por caminhos possíveis, sejam eles oficiais ou marginais, onde a identidade dos sujeitos deve ser fortalecida na sua dimensão individual, coletiva e política, ampliando o entendimento da complexidade dos fenômenos psicossociais que não podem ser fragmentados e compreendidos somente por um ou outro potencial.

Representações Sociais de Projetos de Vida de alunos do PRONATEC: um estudo comparativo com os objetivos do programa

Francisca Denise Silva do Nascimento (Universidade Federal do Ceará)

Atualmente, temos visto em nosso País uma enorme preocupação em relação à capacitação de profissionais que ocupem cargos de nível técnico com a finalidade de reduzir a elevada taxa de desemprego. Uma onda de políticas de inserção social de uma classe denominada "pobre" e "excluída" tem se apresentado no Brasil como a redenção de nossas dívidas sociais para com aqueles que não alcançaram a sombra e a água fresca provenientes da nossa economia de mercado aberto e global. O que precisamos entender é se essa classe beneficiada assim se vê e se é interesse dela ser inserida no mercado que lhe é designado. Nessa pesquisa trabalhamos com um segmento dessa classe dita desfavorecida e em condições de vulnerabilidade social: são alunos dos cursos PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). O projeto de vida e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho são duas variáveis que praticamente se confundem em nossos dias. Não há como separá-las já que a depender dos projetos que tem os sujeitos eles poderão ou não se inserir no circuito mercadológico. Tentamos nesse trabalho, que é fruto de pesquisa ainda em execução financiada pelo CNPQ, a partir do referencial da Teoria das Representações Sociais (TRS) - que entendemos como sendo o conjunto de valores, normas, ideologias, crenças, saberes que constituem o tecido social de nossa sociedade - perceber se os projetos de vida de jovens beneficiados pelo PRONATEC tem consonância com os objetivos do programa. A Teoria das Representações Sociais nos dá suporte para compreendermos a força das crenças no modo de se perceber dos sujeitos envolvidos. Defendemos que a relevância do presente trabalho está na tentativa de identificar se estas políticas públicas estão contribuindo para a realização de projetos de vida dos jovens beneficiados e de que forma exercem esse papel, se promovem os sujeitos envolvidos rumo à emancipação. O problema a ser investigado é: qual a Representação Social de Projetos de vida que tem os alunos do PRONATEC? Nosso principal objetivo é perceber se há uma correspondência entre as representações sociais de projeto de vida dos jovens beneficiados e os objetivos do programa. Especificamente, buscamos perceber qual a capacidade que a educação profissional promovida por essas políticas públicas tem em construir, questionar, ou modificar o mundo social e conhecer aspectos das trajetórias de vida dos alunos do PRONATEC para poder situar seus Projetos de Vida.

Nosso ponto de partida teórico é a discussão da relação entre a TRS e o mundo da vida cotidiana. Pretendemos mostrar que dependendo da Representação Social que o sujeito tem de seu Projeto de Vida ele poderá ou não se adequar aos objetivos pretendidos pelo programa. A dimensão empírica do projeto se orienta para uma análise das visões de mundo sobre os Projetos de Vida a partir do discurso de jovens beneficiários do PRONATEC. O contato com o referido público vem se dando através de ações de extensão e pesquisa que apontam dados que indicam uma determinada distância entre o que pretendem os alunos na dimensão profissional de suas vidas e os objetivos do programa.

Com o entendimento de que o projeto dos jovens estudantes é representado e elaborado dentro de um contexto de vivência histórico social e econômico, avançaremos rumo ao entendimento da relação entre os projetos de vida e os objetivos do PRONATEC, que está inserido dentro da lógica das políticas públicas de educação profissional emergindo como uma preocupação das diversas esferas governamentais. Para tanto, nossa investigação será de cunho qualitativo e terá como corpus geral para análise do problema as informações coletadas através de entrevistas semiestruturadas e de Grupos Focais. Privilegiamos essas técnicas para alcançar os objetivos de ter acesso à descrição individual sobre o tema que perseguimos e para compreender as especificidades culturais dos grupos. (Minayo,1996;122). Este trabalho é fruto de pesquisa ainda em execução. Nossos resultados parciais apontam um desencontro entre o que pretendem os jovens e o que objetiva o programa.

Este trabalho se configura, paralelamente, como um esforço transdisciplinar de capturar um entendimento mais claro sobre os usos e funções do escopo do referencial teórico, balizado por uma teoria – a TRS – de cunho psicossociológico (MOSCOVICI, 2011) que atualmente vem ganhando cada vez mais produções em diversas áreas do conhecimento, sendo a Psicologia Social um de seus maiores campos de repercussão, ainda em processo de expansão. Esta pesquisa é também uma tentativa de alargar os horizontes de alcance da TRS dentro da Psicologia Social, propondo seu uso como uma ferramenta de análise e enfrentamento da realidade.

Representações Sociais e Extrema Pobreza: Artifícios de (r)existência

Bruna Clézia Madeira Neri (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Pedrinho Arcides Guareschi** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento e visa investigar as representações sociais de pessoas categorizadas pelas Políticas Públicas como 'extremamente pobres' acerca de suas condições de existência dentro dessa realidade social. O termo “Extrema Pobreza” só era até então bem conhecido dentro dos manuais de macroeconomia, vindo realmente a ser citado a partir de 1990, quando o Banco Mundial, em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial, criou uma linha econômica imaginária baseada na renda per capta para categorizar um sujeito como pobre ou extremamente pobre. Essa linha equivale ao limite de um dólar e meio por dia. Pessoas que sobrevivem com menos que isso ao dia estão, assim, abaixo da linha de pobreza.

No Brasil, o Governo Federal adota essa “linha” com um valor convertido em nossa moeda, o que equivale a 77 reais por mês e foi através desse parâmetro estatístico que o IBGE apontou no Censo de 2010 o percentual preocupante de 8,5 % da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza, ou seja, quase 10% dos habitantes de nosso país estão extremamente pobres. Na última década, diversas Políticas Públicas nasceram e foram se transmutando para dar conta da chaga do pauperismo que devasta o Brasil. Dentro deste panorama, este trabalho buscará investigar que aspectos do problema estão para além das definições dadas por especialistas da área ou indicadores que apontam apenas números, mas deixam fora de questão uma análise mais profunda e detalhada sobre a pobreza. A partir de uma investigação com pessoas categorizadas pelo governo como extremamente pobres, balizada pela Teoria das Representações Sociais, buscaremos elucidar quais são as representações sociais circundantes da extrema pobreza, tomando como perspectiva as vivências dos sujeitos nela inseridos.

Nossa proposta consiste em compreender os aspectos que permeiam a construção de significações sobre este fenômeno, tendo como ponto de vista o mundo da vida dos sujeitos que o vivenciam diariamente. Afinal, como se constroem as representações sociais da pobreza dentro de um ambiente de pobreza extrema? Quais determinantes emergem na experienciação de ser/estar pobre na vida de um sujeito situado em condições limítrofes de miserabilidade? Acreditamos que os processos identitários pelos quais os sujeitos atravessam criam modos únicos de traduzir os contextos em que estão inseridos, e tais processos configuram, no caso de uma situação de extrema pobreza, possíveis estratégias de enfrentamento e ressignificação.

Nosso objetivo é identificar as representações sociais sobre pobreza a partir do ponto de vista de indivíduos classificados pelo governo como extremamente pobres. Este ponto se desdobra nos seguintes objetivos secundários: confrontar o conceito de Extrema Pobreza trazido pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza) com as representações sociais dos sujeitos classificados nessa categoria, bem como elencar elementos constitutivos do referencial sobre pobreza, apontados pelos informantes da pesquisa e conhecer as trajetórias de vida dos mesmos.

O ponto nodal da investigação será, portanto, tentar capturar esses modos de enxergar e vivenciar as diversas facetas que emergem no cotidiano de durezas daqueles que o governo e a sociedade impingem, entre tantos rótulos, os de miseráveis e vulneráveis. As reminiscências desse processo terão um aporte fecundo na Teoria das Representações Socais (TRS), que constituirá dentro da investigação uma ferramenta chave de análise e interpretação dos dados obtidos. Articularemos conceitos como a Universos Reificados (UR) e Universos Consensuais (UC) a fim de estruturar de forma clara e completa os pressupostos da TRS e sua aplicabilidade em campo.

O local escolhido para a pesquisa é o município de Sobral- CE, e lá está sendo feita uma inserção institucional na Secretaria de Ação Social e Combate à Extrema Pobreza, através da rede de acolhimento de Proteção Social Básica – representada pelos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social). Serão feitas vistas a campo junto com as equipes da rede, e a metodologia de coleta de dados será a Entrevista Narrativa, acompanhada da técnica do Diário de Campo. Serão escolhidos aleatoriamente, a partir do cadastro da secretaria, pelo menos 10 usuários que se encontram em situação de Extrema Pobreza e foram acolhidos pela Política Pública. A análise dos dados visa investigar as narrativas desses interlocutores e fazer uma contraposição dos elementos integrantes da fala dos sujeitos sobre seu modo de vida e estratégias de sobrevivência a partir da Teoria das Representações Sociais.

Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil

Antonio Euzébios Filho (Universidade Estadual Paulista - Bauru)

Com este artigo procuramos demonstrar que os Programas de Transferência de Renda (PTR), dentre eles, o Bolsa Família (BF), vem se configurando no atual cenário político como palco de ideologias que podem contribuir para obstaculizar processos de conscientização, principalmente, para aqueles que estão envolvidos na trama das relações materiais que perpassam estes programas. Buscamos, assim, identificar algumas características ideológicas dos PTR, compreendendo ideologia como um processo social, complexo e contraditório, disseminado em várias dimensões da sociabilidade humana com o objetivo de amenizar conflitos de classe e naturalizar a desigualdade social. Pois bem, entendemos que no cenário do neoliberalismo vem-se difundindo a ideologia do fim da história, isto é, aquela que anuncia a ausência de alternativas ao capitalismo, afirmando que falharam todas as tentativas de construir sociedades mais justas, de que o egoísmo é um atributo natural do indivíduo, etc. Deste modo, ao naturalizar a realidade histórica e política, a burguesia tenta se livrar da responsabilidade de erradicar as mazelas da sociedade que ela própria criou. Na atual etapa econômica do capitalismo, a classe dominante retoma a perspectiva clássica de Estado liberal, já deflagrada por Marx em Glosas Críticas, de uma entidade que se limita a administrar a pobreza para que ela não atinja graus insuportáveis e comprometa os níveis de lucratividade do capital. Diante da conjuntura política que vivenciamos na atualidade com a ascensão (econômica e ideológica) do neoliberalismo, consideramos que os PTR constituem-se como uma das formas mais eficazes de administração da pobreza, ao mesmo tempo em que aumentam o poder de consumo da população pobre permitindo ao mercado estratificar (de acordo com o que se convencionou chamar de "classe c") seus produtos e expandir seu capital. Os PTR ganharam ainda mais importância no âmbito da política nacional, principalmente depois que foi criado o BF, e assim foram unificados programas anteriores do governo federal fazendo esta política se expandir e se proliferar por todo o país. Mas, para além da capilaridade que o programa atingiu atualmente, a literatura crítica mostra que o BF está inserido no processo de precarização da seguridade social e da proteção social básica no Brasil. Não queremos negar que os programas melhoraram a condição de vida imediata do pobre, mas não sem importantes efeitos colaterais que queremos debater neste texto, a saber: do ponto de vista econômico, como indica dados recentes do IBGE, uma crescente dependência financeira em relação aos programas. Do ponto de vista social, uma dependência política que se reflete, no mínimo, em um processo de despolitização da questão social. Analisamos a natureza destas dependências (financeira e política) tomando as categorias marxistas da ideologia e consciência de classe. Deste modo, atrelado às questões materiais, vemos que os programas favorecem processos de ideologização da realidade. Assim, chamaremos por falta de um termo melhor, de características ideologizantes dos PTR. Identificamos, algumas destas características sem a intenção de esgotar o debate sobre a questão, são elas: (1) A primeira corresponde ao deslocamento da responsabilidade do Estado para a família, o que contribui para ocultar o caráter de classe do Estado e a crise cíclica do capitalismo; (2) A culpabilização da família aparece articulada com a culpabilização do pobre pela própria condição de pobreza. Neste sentido, os critérios de focalização e seleção podem se configurar como elemento objetivo de acirramento da competividade entre membros de setores mais pauperizados da classe trabalhadora - a garantia do benefício é disputada entre os mais pobres e a permanência nos programas fica atrelada à meritocracia e ao esforço individual; (3) Uma terceira característica ideologizante refere-se às condicionalidades. Aqui observamos um desfiguramento da política de assistência social, que não aparece mais, necessariamente, como direito universal; (4) Outra característica revela-se no fato de a inclusão nestes programas acontecer pelo consumo e não pelo trabalho. Neste sentido, pode se abrir uma lacuna entre ser beneficiário e ser trabalhador. A identidade de classe pode assim se enfraquecer entre os beneficiários; (5) Os PTR e sua contribuição ao personalismo político: quem garante o direito é o Estado, mas quem presta ajuda é o indivíduo, o governante. Isto pode ser observado em estudos que tratam do comportamento eleitoral e político de beneficiários; (6) Por fim, indicamos uma sexta característica: aquela que compreende a pobreza apenas pela quantidade de renda, não referenciado, necessariamente, na desigualdade social, tampouco, na sociedade de classes. Concluímos que os PTR não são ideológicos por si mesmos. Todavia, eles não bastam para superar a pobreza. Esta superação só é possível se dermos um primeiro passo: reconhecer que o capital não pode superar as mazelas produzidas pelo próprio capitalismo.

Violência Contra Mulher: Um Recorte de Estudo em um CRAM do Alto Sertão Paraibano

Elaine Christina Monteiro de Oliveira (Faculdade Santa Maria), **Noélia Kally Marinho de Sousa** (Faculdade Santa Maria), **Patrícia Emille Bento Gonçalves** (Faculdade Santa Maria), **Maria Anailsa dos Santos Furtado Dias** (Faculdade Santa Maria), **Isabelle Tavares Amorim** (Faculdade Mauricio de Nassau)

A pesquisa a seguir intitulada, violência contra a mulher, justifica-se pela necessidade de discutir as relações sociais de gênero, assim como analisar fenômenos da violência contra mulher, ressaltando a promoção da saúde e enfrentamento de problemas psicossociais que assegurem a redução da violência contra a mesma. O trabalho teve como objetivo caracterizar o perfil Biopsicossocial das mulheres atendidas pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Susane Alves da Silva – CRAM na cidade de Cajazeiras - PB, bem como identificar os tipos de violência sofrida a partir da análise dos prontuários das mulheres atendidas pelo referido órgão, promovendo o levantamento estatístico dos dados conhecidos desse tipo de violência. Segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (2006), os referidos centros são estruturas essenciais à promoção da prevenção e enfrentamento à violência que atinge à mulher, buscando políticas públicas que visem o fortalecimento e resgate da cidadania por meio de atendimento multidisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. O presente estudo vinculado ao eixo, Assistência Social, vulnerabilidades e violências, justifica-se pela possibilidade de proporcionar informações às equipes multidisciplinares do sertão paraibano, prestando melhor assistência às mulheres vítimas de violência. Cabe a construção de políticas públicas que mobilizem ações de empoderamento feminino, para que diante da violência, nossas mulheres nunca se calem. Compete ainda destacar as categorias de pesquisa que compõem o estudo, sendo a violência contra a mulher entendida como violência de gênero, não devendo ser analisada em termos individuais, uma vez que a violência e a vulnerabilidade a ela estão relacionadas a fatores sociais e programáticos. As políticas públicas de acordo com Faleiros (2006) são vistas como equidade ou redução de desequilíbrios, dividindo o "bem-estar social" em vários componentes a partir de "carências" em áreas de saúde, educação e habitação. A Lei 11.340, de 7-8-2006 - Lei da Violência Doméstica revela-se como um grande avanço do Ordenamento Jurídico Vigente no Brasil, ao se analisar que, entrando em vigor, tornou normas já existentes neste, mais rígido, a exemplo de alguns artigos do Código Penal. Porém é preciso destacar que a criação desta lei, nos revela que o estado por meio desta, utiliza-se de seu poder de coautor, para amenizar os efeitos desse mal que assola o âmbito familiar e que muitas vezes é responsável por grandes tragédias que incomodam e despertam o senso crítico da sociedade. Para Farah (2004) o conceito de gênero, ao destacar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, como um componente central das desigualdades de poder. Trata-se de uma pesquisa documental, tendo como metodologia a abordagem Quantitativa dos dados levantados a partir dos prontuários fornecidos pelo CRAM, bem como de finalidade exploratória e descritiva, com base em amostras do período de 2011. Foram analisados 40 prontuários, sendo que 25 tratam de algum tipo de violência e 15 são solicitações de assistência social, a saúde e assistência jurídica. Os resultados levantados apresentam que os maiores índices de violência contra mulher são dos tipos: física, psicológica e moral, muito embora, num grau bem menor, também prevaleça à tortura e as violências sexuais e patrimoniais. A maior parte dessas violências foi praticada pelos companheiros das vítimas, ocorreram no recinto domiciliar. A faixa etária das mulheres varia dos 17 aos 54 anos de idade, tendo uma incidência maior a partir dos 30 anos, sendo que boa parte dessas mulheres se considera branca, possui baixa escolaridade e uma média de 2 a 3 filhos. Dos prontuários analisados apenas 4 mulheres apresentaram algum transtorno mental ou deficiência. A ocupação das vítimas da violência, relatadas nos prontuários é a agricultura e/ou o cuidado com o lar, para muitas, estas também são suas fontes de renda. A razão da permanência do convívio com o agressor, não foi manifestada pela maioria das mulheres, mas das que assim manifestaramse, a permanência neste convívio se dá pela dependência emocional e financeira. Fazendo um levantamento demográfico da violência, a mesma parte do centro da cidade, seguindo para as periferias e zonas rurais da mesma, seguindo para as cidades circunvizinhas. Neste esteio o perfil biopsicossocial das mulheres que sofrem violência e são atendidas pelo CRAM da cidade de Cajazeiras - PB, trata-se em sua maioria de mulheres em situação de baixa renda, pouca escolaridade e que dependem financeira e emocionalmente de seus parceiros.

GT 13 PODER, RESISTÊNCIA E TERRITÓRIO EM CONFLITOS SOCIAIS: UM DEBATE TEÓRICO E METODOLÓGICO

Arte, ação política e re-existência: construindo sentidos de criação e transformação sobre, com e para mulheres

Camille Maria Bezerra de Holanda (Universidade de Pernambuco), Érika de Sousa Mendonça (Universidade de Pernambuco), Thaíris Ferreira de Arruda (Universidade de Pernambuco)

Parte-se do pressuposto de que as verdades são construídas sócio-historicamente, perpassadas por relações de poder e governabilidade com fins de controle de conduta. Na instituição de verdades, são inúmeras as elaboradas para designar às mulheres papeis sociais secundários, ausentes de voz e autonomia, figurados para atuarem à margem da sociedade, sustentando um sistema patriarcal opressor e configurando-as como minorias sociais. Apesar deste contexto adverso, reconhecemos e destacamos o potencial criativo e de ação política da mulher - especialmente de mulheres que assumem a vida artística como meio de expressão de si e de suas lutas – levando-se em conta sua capacidade de transformação, tanto no que se refere às suas próprias trajetórias de vida como às possibilidades de atuação e modificação do meio que a circunda. Nesse contexto, chamam-nos a atenção caminhos disruptivos traçados por mulheres artistas que articulam maneiras de unir criação e transformação. OBJETIVO: Nosso objetivo principal residiu em compreender como a arte repercute na construção de processos de subjetivação política e viabiliza caminhos de reexistência em mulheres artistas. Para tanto traçamos, ainda, como objetivos específicos: investigar sentidos construídos por mulheres artistas sobre arte e política e suas possíveis interlocuções; conhecer suas trajetórias de vida, identificando modos como reconhecem a arte em seu processo de subjetivação política; e compreender dissonâncias e convergências nos processos de subjetivação política desdobrados por mulheres artistas. EIXOS TEMÁTICOS: O trabalho está em sintonia com as vertentes abordadas no grupo de trabalho 13 - Poder, Resistência e Território em Conflitos Sociais: um debate teórico e metodológico, podendo também ser contemplado pelos GT 26 - Cidadania, Protagonismos e Identidades: reflexões acerca de itinerários de enfrentamento das desigualdades sociais e outras frentes de emancipação humana; e GT 27 - Gênero e Direitos Sexuais: consensos e confrontos nos dias atuais. ORIENTAÇÃO TEÓRICA: Caminhamos junto a Simone de Beauvoir (1967) em seu convite a desconstruir a perspectiva essencialista das diferenças dos sexos, em suas reflexões sobre os contextos em que as mulheres estão inseridas e como a sociedade designa à mulher o papel de Outro – e, para ser outro, é preciso que haja antes uma referência primeira que, nestes termos, configura-se como o homem cis branco heterossexual. De modo a pensar as mulheres que resistem às imposições das diversas instâncias de poder, abordamos o conceito de resistência, também contemplado pela ideia de agência, trazidos por María Lugones (2014) e Judith Butler (2003), dialogando com as perspectivas foucaultianas sobre construção de verdades, afirmação de sujeitos e relações de poder (1970). METODOLOGIA: A pesquisa é de caráter qualitativo e contemplou, após aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em pesquisa da UPE, a realização de entrevistas em profundidade, semi estruturadas, junto a três mulheres artistas pernambucanas. RESULTADO: A pré-análise dos dados foi conduzida de modo a eleger três categorias de discussão, a saber: 1) arte como ação política com fins de transformação social; 2) arte como possibilidade de criação e transformação de si. e 3) gênero, poder e resistência. A pesquisa está em desenvolvimento através de uma análise do discurso, objetivando desenvolver "uma preocupação com o discurso em si mesmo; uma visão da linguagem como construtiva (criadora) e construída; uma ênfase no discurso como uma forma de ação; e uma convicção na organização retórica do discurso" (GILL, 2005, p. 247). DISCUSSÃO: Estas mulheres estão sendo vistas nesta pesquisa, considerando sua trajetória de vida e seus modos de relacionar arte e política, em seus exercícios de ressignificação e "invenção de novos modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo" (RAGO, 2013, p. 43), ou seja, atentando às suas resistências políticas como modos de re-existir. As entrevistadas apresentaram, em seus discursos, que compreendem suas ações cotidianas perpassadas pela ação política e, portanto, enxergam na produção artística um meio de veicular seus discursos de reivindicação e resistência, aconteça isto intencionalmente ou não. Seus enfrentamentos diários são refletidos no que produzem em sua arte a partir do que experienciam em suas vidas, podendo alcançar outras experiências de pessoas outras. A experiência sensível quando compartilhada evoca possibilidades de transformação, uma vez que a arte se propõe a provocar os indivíduos a se reconhecerem em um discurso capaz de mobilizar, ou seja, de movimentar e, uma vez em movimento, já não se está no mesmo lugar. Em movimentação, a ação política diz de quem/o que transforma: mudança na forma de estar com outros, de estar no mundo e ser consigo. Resistir se revela reinventar-se e ao mundo ao redor, revela-se em re-existência.

Implosões na mecânica ensurdecedora do urbano: Teatro de rua como resistência comunicativa

Samantha Torres (Universidade Fderal do Rio Grande do Sul), Pedrinho Arcides Guareschi (Universidade Fderal do Rio Grande do Sul)

Este é um trabalho de análise sobre o potencial da Mídia Radical Alternativa - no caso o Teatro de Rua - como dispositivo de comunicação e resistência. Os meios comunicação massivos no Brasil, devido a uma ditadura civil-militar que durou 21 anos, acabaram se configurando como espaço de alguns grupos que podem dizer ou silenciar certas verdades. Dessa forma, essa grande mídia acaba por ter um efeito político muito forte. Usamos aqui o termo "político" em sua etimologia grega "politiké", uma derivação de polis (cidade), que designa aquilo que se refere ao convívio social, ou seja, político no sentido de ter resultados no meio social. Então essa mídia tem efeitos sociais por criar e manter subjetividades hegemônicas, que se cristalizam em modos de saber e poder deixando outros discursos e saberes no silencio da oficialidade. Assim como a grande mídia tem efeitos políticos, as pequenas mídias também criam efeitos políticos pelo simples fato de serem saberes/poderes em circulação, mesmo que com pouca abrangência territorial.

A proposta desse trabalho foi analisar alguns grupos de teatro de rua como meio de comunicação alternativo. Para isso, acompanhamos algumas apresentações dos grupos, fazendo filmagens das encenações e realizando algumas entrevistas com alguns espectadores no sentido de analisar que informações circularam, e como isso elas eram recebidas ou atravessadas pelos transeuntes. Usamos como ferramentas orientadoras de nossa análise: Teoria das Minorias Ativas e o conceito de Mídia Radical Alternativa. Através da relação entre Minorias Ativas (Serge Moscovici) e Mídia Radical Alternativa (John Downing) foi discutida a produção de novos saberes através da comunicação contra-hegemônica. Discursos hegemônicos são perpetuados através das Grandes Mídias, porém Minorias Ativas tomam o espaço de comunicação através das Mídias Radicais, possibilitando com isso a circulação de novos discursos. Usamos o conceito de Mídia Alternativa Radical do referencial teórico de John Downing que a entende como dispositivos comunicativos que entrelaçam cultura popular, culturas locais e regionais e culturas de oposição, que podem ser: grafitismo, internet, hip-hop , TV's e rádios comunitárias, jornais, zines, teatro de rua etc. Algumas reflexões a partir das primeiras análises é que o teatro de rua é a possibilidade de descentralizar e democratizar a arte do teatro, levando-o às mais distintas pessoas e lugares, além de resgatar o seu potencial original de diálogo com a polis. Ocupando as áreas abertas fazendo delas seu espaço cênico, o teatro de rua interfere re-significando esses locais. Em tempos em que tudo parece mais veloz, a rua mais perigosa e pela qual devamos passar rapidamente, o teatro pode ser o elemento estranho que interrompe a agonia moderna, levando o passante a sonhar e a refletir sobre sua condição de sujeito histórico dentro da cidade. Com suas cores, cheiros, gritos e musicas o teatro implode a rotina. A cidade se transforma, ela agora é o próprio palco em que o cidadão também encena. Quando o ambiente urbano torna-se cênico, passa-se a questionar e incitar uma reflexão sobre os valores dos próprios espaços e da existência das pessoas nesses espaços. O teatro de rua usado como mídia radical no cenário da vida cotidiana da polis, é um dispositivo de informação e revelação de alguns conflitos, instigando questionamentos que libertam poderes e possibilidades.

A escolha pelo GT 13 (PODER, RESISTÊNCIA E TERRITÓRIO EM CONFLITOS SOCIAIS: UM DEBATE TEÓRICO E METODOLÓGICO) se deu por se tratar o teatro de rua como um dispositivo de resistência comunicativa em meio a massificação informacional da grande mídia. Além do mesmo ser um modo de ocupação da cidade, levando para mesma problematizações e diferentes vivências.

Samantha Torres: Psicóloga e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Pedrinho Arcides Guareschi: Dr. em Psicologia Social e Professor Adjunto UFRGS

Lixo e as tecnologias de governamentalidade da miséria

Ricardo Abussafy de Souza (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Apresentar os resultados parciais de uma pesquisa de pós-doutoramento que destaca como território de investigação os modos de gestão dos restos produzidos pelas aglomerações urbanas, tecnicamente conhecido como gestão de resíduos sólidos urbanos, e sua articulação entre questões sociais históricas e a urgência das problematizações ambientais contemporâneas. Sobre tal território, aponta-se como recorte de análise os modos pelos quais se desenvolvem as tecnologias e as práticas de governamentalidade sobre a miséria, pautados pela articulação entre os discursos de inclusão social, mercado informal e globalização. Nas últimas duas décadas, observa-se uma reconfiguração no tratamento dos restos derivados da existência do sujeito em sociedade. Estas mudanças implicam desde uma mudança radical de nomenclaturas, em que a palavra lixo se decompõe em termos técnicos que tentam amenizar um impacto, não apenas social, econômico e ambiental, mas também semântico. A palavra lixo se desmancha no ar, suportada por aparatos técnicos e jurídico-políticos que apresentam um novo vocabulário.

Resíduos, rejeitos, materiais recicláveis, embalagens pós-consumo são alguns destes termos que desvelam um novo contexto sobre a relação entre o sujeito e os refugos por ele expelidos A coleta de dados e levantamento dos documentos possibilitou a precisão nos recortes e trajetória de análise que virá a seguir. Isto porque a análise genealógica dispensa-se de formulação a priori das hipóteses, mas em localizar certas problematizações emergentes no contemporâneo que definem primeiramente uma superfície de análise. Deste modo, o material de pesquisa pauta-se fundamentalmente na análise dos efeitos das práticas e de seus sentidos discursivos. Para as visitas de campo foi necessário um período prévio de pesquisa sobre instituições que trabalham com a temática nestes países, realização de contato, apresentação da proposta e posterior agendamento de visita para entrevistas com integrantes das equipes das instituições que trabalham na área social e/ou ambiental com o apoio de grupos de catadores. A análise sobre a produção de tais mecanismos de governamentalidade coloca em questão o contexto de uma economia política internacional sobre a gestão de resíduos, em especial efetivados em países considerados de baixa e média renda, que considera a inserção dos catadores de materiais recicláveis como estratégia fundamental para o sucesso de um modelo sustentável de desenvolvimento ambiental, social e econômico. Na efetivação de tal modelo indaga-se sobre os efeitos de verdades das práticas-discursivas destacadas, os interesses implicados e as alianças articuladas para a produção de modos de conduta governáveis. Neste recorte e até o momento, estão sendo analisados os contextos de alguns países pertencentes a Blocos Econômicos como BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul) e alguns países pertencentes ao MERCOSUL (Uruguai, Argentina e Colômbia). O processo genealógico que caracteriza esta pesquisa coletou documentos jurídicos de Estado, bem como, tratados e normas internacionais, mapeamento de projetos conduzidos por organizações governamentais e não governamentais, seus relatórios e suas práticas de gestão do cenário apresentado. A análise parcial dos documentos, relatórios e entrevistas, até o momento, realizada indica para a utilização de práticas discursivas sobre inclusão social, mercado informal e globalização por diferentes setores como movimentos sociais, instituições sociais e institutos de sustentabilidade representantes de indústrias multinacionais e instâncias governamentais e intergovernamentais. Tal atravessamento que rompe com um ideal de luta de classes reflete na emergência de outros modos de análise que possam atender tal complexidade deste novo movimento de governamentalidade da miséria que vem se fortalecendo desde a década de 1970.

Mapear outros espaços: Uma proposta de articular derivas urbanas e cartografias no intuito de identificar heterotopias

Marcela Montalvão Teti (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O presente trabalho tem o objetivo de debater questões de método. Propõe que derivas urbanas, técnica do caminhar lúdico pela cidade, associadas ao método de investigação cartográfico venham a ser um procedimento de pesquisa para investigação de heterotopias portuárias. As derivas, para além do seu caráter de método de investigação, vêm a se caracterizar como uma forma de percorrer caminhos, sem uma perspectiva de trabalho rigidamente estabelecida. Inspirada na figura do flaneur, coloca para aquele que pratica a errância, a possibilidade de vivenciar a realidade de outras formas, diferente da que está habituado. Os encontros, o acaso, os imprevistos, contingenciam a forma de caminhar e as respostas, reações, que emergem no momento mesmo que eles interferem no caminhar. O espaço que a deriva vem a produzir vai ao encontro do que se considera heterotopia. Conceito cunhado por Foucault, as heterotopias são espaços outros que, distintos da realidade cotidiana, proporcionam aos indivíduos experiências de um espaço de perfeição ou de compensação. São em geral determinadas por meio de 6 princípios de investigação. Para este trabalho, no entanto, interessa particularmente o de que a heterotopia produz uma relação de oposição com relação ao espaço da vida cotidiana. Considera-se que é por meio deste jogo de oposições, manifesto pela heterotopia em relação aos espaços hegemônicos e compartimentalizados da vida, que ela encontra as derivas. Ainda que tenham sido criadas pelos Situacionistas, com um projeto teórico distinto do foucaultiano, procurou-se salientar os paralelos políticos entre a prática da errância e a concepção de espaço que o termo heterotopia cria. No entanto, para efetivar a investigação de um espaço heterotópico ainda é necessário articular, durante a análise, dimensões de saber, poder e efeitos de subjetivação. A cartografia colocada em prática por essa pesquisa se distancia da concepção de investigação de máquinas desejantes, ou da produção de singularidade, para se aproximar dos estudos foucaultianos a respeito do dispositivo. Constituindo um móbil de investigação e análise, ele comporta dimensões discursivas, não discursivas, experiências e efeitos de subjetivação. No processo de associação da pesquisa cartográfica com a técnica das derivas urbanas, tem-se que se o espaço heterotópico é identificado na realização do caminhar lúdico, mas sua análise será realizada a partir da articulação de linhas de saber, poder e subjetivação. A fim de evidenciar a presente afirmação, foram realizadas derivas nas regiões centrais e portuárias do Rio de Janeiro. Com esta experiência, o objetivo era observar e acompanhar como processos de reurbanização, em particular no porto do Rio de Janeiro, modificavam a vida dos locais. Ou seja, como discursos e práticas produzem efeitos de subjetividade. As derivas conduziram ao encontro com os movimentos de resistência aos megaeventos esportivos e aos locais de lazer disponíveis aos indivíduos que ali chegam. Tomou os discursos e das bandeiras defendidos pelos movimentos e as formas de organização dos mesmos, além das ações que seus membros colocavam em prática para o exercício efetivo da organização. O encontro com os movimentos políticos do Rio fez ver a mobilização de moradores contra processos de remoção e de limpeza social que a reurbanização de bairros realizava. Mas se o posicionamento assumido pelos movimentos vai na oposição de uma política de governo, o encontro com os espaços de lazer, coloca para a pesquisa o tipo de relações de força que ocupará o espaço heterotópico da zona portuária quando as reformas urbanas estiverem encerradas. Se no momento, moradores enfrentam ações de coerção de governo e ofensivas políticas para saírem de suas casas, quando o projeto de reurbanização estiver concluído as relações de exclusão passarão para outra ordem. Práticas específicas e modos de subjetivar marcarão a distinção entre tipos de indivíduos e quem pode ou não ocupar o espaço da heterotopia portuária.

Ocupações Urbanas: o acesso aos direitos sociais e a construção de territorialidades

Manoela Guimarães Gomes - autora (Universidade Federal d Rio Grande do Sul), **Carolina dos Reis** – coautora (Universidade Federal d Rio Grande do Sul), **Neuza Maria de Fátima Guareschi** – coautora (Universidade Federal d Rio Grande do Sul)

O GT intitulado "Poder, Resistência e Território em Conflitos Sociais: Um Debate Teórico e Metodológico", que propõe uma reflexão sobre as possíveis formas de resistência, operadas por meio de ações individuais e coletivas, à lógica mercantil de apropriação dos territórios do país, que viola direitos sociais, assim como agrava a vulnerabilidade de sujeitos marginalizados socialmente, conecta-se com a discussão que pretendemos realizar sobre o território das ocupações urbanas e a busca de garantia dos direitos sociais das famílias ocupantes. Nos últimos anos, vivemos um processo de planejamento urbano nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 no qual a desenfreada realização, tanto pelo Estado, quanto pela iniciativa privada, de empreendimentos e obras de mobilidade urbana acarretaram na violação de direitos e remoções de diversas pessoas de suas casas e comunidades. A Copa do Mundo, contudo, foi apenas uma oportunidade de viabilizar uma lógica de planejamento e desenvolvimento urbano, baseada nos pressupostos neoliberais de apropriação e lucro que acirra desigualdades sociais. Em paralelo às imposições dessa lógica excludente, movimentos populares de resistência se organizaram no intuito de reivindicar e tentar garantir os direitos sociais dessas famílias. A ocupação urbana por moradia é um exemplo de movimento social que, a partir da organização popular e territorial, reivindica a moradia como um direito social básico. Dentro deste cenário, este trabalho tem como objetivo apresentar um mapeamento dos serviços sócio-assistenciais situados na área de abrangência de duas ocupações urbanas da zona norte de Porto Alegre. A partir desse mapeamento buscamos analisar o modo como vem se articulando as noções da territorialidade na garantia de direitos sociais, no contexto das ocupações urbanas. Ou seja, como alguns serviços das políticas públicas como CRAS, CREAS, Unidades Básicas de Saúde, Escolas municipais e estaduais estão dispostos nos territórios e como se relacionam com essa população a fim de dar a devida assistência aos mesmos. Para o desenvolvimento da pesquisa estabelecemos uma parceria com o NAT - Núcleo Amigos da Terra Brasil – instituição que tem apoiado as populações excluídas do acesso à moradia formal em diversas disputas pela garantia de direitos sociais. O conceito de território é pensando aqui para além de um espaço demarcado geograficamente. Fundamentados em autores que discutem o conceito de território e territorialidade como um espaço atrelado as dimensões cultural, política e econômica que o constituem e o transformam, o território constitui-se como uma produção social em que tais dimensões acima citadas atravessam as relações ali existentes e produzem subjetividades. A produção de subjetividade, portanto, se dá nas relações sociais, políticas e econômicas. Desta forma, o conceito de território também se faz presente quando se pensa a assistência social como estratégia na garantia de direitos humanos. É a partir da constituição de 1988 que este conceito ganha importância na organização das políticas públicas e a territorialidade, então, se torna uma diretriz de trabalho, determinando a organização dos programas e ações da assistência social através das características sociais e econômicas de cada território. Assim, a política de assistência social, como garantidora do acesso aos direitos sociais da população, deve se preocupar com o território, de forma a considerar as relações e as práticas existentes do lugar onde se pretende garantir tais direitos. Na Constituição Federal de 1988, a assistência social é reconhecida como uma política pública que compõe a Seguridade Social e em 2004 é lançada a Política Nacional da Assistência Social que planeja e viabiliza o efetivo acesso aos serviços da assistência, pensados de acordo com as singularidades sociais de cada região, o que faz com que o território se torne uma das principais diretrizes desta política. A ideia da territorialidade não se restringe apenas à assistência social, mas também à organização das demais políticas públicas, como educação e saúde que são pensadas e conectadas a efetivação do alcance dos direitos sociais. Para a operacionalização da pesquisa estamos realizando o mapeamento dos territórios de duas ocupações, assim como analisando os materiais produzidos pelo NAT no qual são sistematizadas informações sociais e técnicas do território de cada ocupação. Além disso, estamos visitando as ocupações para a participação em reuniões e fóruns de discussão junto à população. Os dados analisados dos mapeamentos das ocupações e as informações das discussões das reuniões nos possibilitam problematizar a noção de território que vem sendo construída na articulação com a política de assistência social na busca de direitos desta população.

Poder, política e território: a migração haitiana na cidade de Florianópolis

Marcela de Andrade Gomes (Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - CESUSC)

Este trabalho visa trazer algumas análises sobre a migração haitiana rumo a cidade de Florianópolis (Santa Catarina) que vem se acentuando desde 2010. O Haiti, território com dez milhões de habitantes, é o país com o menor Índice de Desenvolvimento Humano da América Latina, o primeiro país no mundo a abolir a escravatura e alvo de um terremoto no ano de 2010 o qual matou, em média, 300 mil pessoas, e destruiu 80% de suas construções. Além dos problemas subsequentes da pobreza, miserabilidade e perseguição política, o terremoto veio agravar de forma devastadora a vida psicossocial desta população, acirrando, ainda mais, a situação de risco e vulnerabilidade de haitianos e haitianas. A partir da expedição humanitária da ONU que nomeia o Brasil como principal agente no processos de restauração do Haiti, o Brasil passa a conceder o visto humanitário aos haitianos/as, ampliando a definição de refúgio postulada pela Convenção de Genebra, a qual não inclui "os desastres naturais" como causa de solicitação de refúgio. A partir de um estudo qualitativo de cunho etnográfico, buscamos investigar as narrativas, significações e modos de vida de haitianos que "escolheram" o Brasil como uma nova morada. Os fluxos migracionais exigem olhares interdisciplinares já que são atravessados por questões econômicas, culturais, políticas, jurídicas e subjetivas. Assim, este trabalho propõe uma reflexão do processo histórico e jurídico no contexto brasileiro e, também, aborda os impactos subjetivos de refugiados haitianos recém residentes na cidade de Florianópolis. Fruto de um pesquisa produzida pelo grupo "Retirantes e Retirados: os impactos subjetivos dos fluxos migratórios", mantido pela Faculdade CESUSC (Florianópolis), os dados coletados nos levam ao direcionamento de entender a migração como um processo de produção de subalternidades e de resistências políticas. As práticas discursivas coletadas nos apontam para a existência de uma ideologia hegemônica pautada na discriminação que reduz, rechaça e exclui este imigrante. O sentimento de estranhamento diante do diferente produz, em muitos casos, experiências de violência e segregação que vieram acarretar sofrimento psíquicos e violação de direitos humanos nestes refugiados. Por outro lado, algumas instituições e sujeitos da cultura hospedeira, revelaram-se como um ponto de identificação e referencia que serviram de amparo e preservação de sua identidade e de sua saúde psicológica. Assim, partimos da ideia de que a imigração pode ser vivenciada de forma traumática e/ou criativa, dependendo das condições históricas, políticas, culturais da cultura hospedeira e do processo de significação de cada imigrante. Ao se unificarem em torno de associações e de atividades estéticas-expressivas, este grupo faz movimento de resistência às práticas mercantilizadas, excludentes e discriminatórias, subvertendo a lógica vigente e repaginando o mobiliário urbano em diferentes territórios – escola, trabalho, universidade, comunidade. Por fim, é importante destacar que a migração deve ser entendida como um direito do cidadão, como uma causa humanitária e como um processo social e político sujeito a ocorrer na história de qualquer vida coletiva e singular. Dessa forma, precisamos pensar em políticas públicas, legislações e programas que venham humanizar a acolhida dos imigrantes e refugiados, de modo a promover e proteger a saúde psicológica e cidadania destes grupos sociais.

Psicologia, Risco e Defesa Civil: um debate sobre a inclusão de famílias no auxílio aluguel.

Juliana Catarine Barbosa da Silva (Universidade Federal de Pernambuco), **Jaileila de Araújo Menezes** (Universidade Federal de Pernambuco)

O presente trabalho foi desenvolvido a partir das reflexões iniciais da tese de doutorado que está sendo desenvolvida pela primeira autora no programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal de Pernambuco que também participar do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas GEPCOL, também da mesma universidade. O estudo objetiva analisar o contexto discursivo da inclusão de pessoas no sistema de auxílio aluguel gerenciado por órgãos de defesa civil da região metropolitana do Recife. Em nosso estudo focamos os serviços que possuem a atuação do profissional de psicologia em suas equipes multiprofissionais. Para que possamos avançar, alguns elementos precisam ser contextualizados. Mais de 226 milhões de pessoas são afetadas por desastres, a cada ano em todo o mundo. Os fatores que acentuam o aumento do número de pessoas vulneráveis aos desastres estão relacionados ao crescimento populacional, o grande impacto das mudanças climáticas, a pobreza, o aumento da urbanização com falhas de planejamento, a falta de gestão no ordenamento territorial e a degradação dos ecossistemas (CEPEDES/FIOCRUZ, 2013). É importante refletirmos também que 70% dos desastres ocorridos nos últimos anos atingiram países em desenvolvimento, sinalizando uma estreita relação entre situação socioeconômica, vulnerabilidades e desastres (WHO, 2012). Entre 1970 e 2010, a proporção da população que vive em bacias hidrográficas sujeitas a inundações aumentou 114%; já nas regiões costeiras o aumento foi de 192%. Enfatiza-se ainda que a elevada densidade populacional representa um condutor do risco, na qual a qualidade das moradias, a infraestrutura e os serviços são deficientes (CEPEDES/FIOCRUZ, 2013).

Nesse contexto, os órgão de proteção e defesa civil, representantes do Estado no gerenciamento de riscos e desastres na maior parte das cidades do Brasil, possui como um dos instrumentos de ação a classificação de risco de imóveis e posterior inclusão dos casos mais graves no benefício de auxílio aluguel. O referido benefício possui como objetivo garantir um valor monetário para pagamento de aluguel fora do local de risco até que a situação habitacional da família contemplada possa ser solucionada.

Nossa pesquisa de orientação construcionista tem como inspiração a análise do discurso foucaultina a partir da compreensão de que as práticas discursivas produzem significados e sujeitos. Para o autor "os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das relações de força; pode haver diversos e até contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem pelo contrário, circular sem mudar de forma, entre estratégias opostas" (FOUCAULT, 1995, p. 105) O presente estudo teve como base uma análise documental de processos que fundamentam a inclusão de pessoas/famílias no sistema de auxílio aluguel, compreendendo como se deu a inclusão, quais os profissionais envolvidos e quais as perspectivas futuras para as pessoas na situação de beneficiárias do auxílio aluguel.

As famílias contempladas pelo auxílio são acompanhadas por uma equipe multiprofissional de agentes de Defesa Civil - composta por Arquitetos, Assistentes sociais, Engenheiros, Geólogos, Psicólogos e Técnicos em Edificações. As equipes buscam definir o risco através de critérios como grau de comprometimento da estrutura do imóvel, do terreno no qual o mesmo está localizado e impossibilidade financeira ou social de que a família possa sair por conta própria do endereço de risco.

Nossas análises iniciais registram um grupo de pessoas que estão no auxílio moradia por já terem passado por situação de sinistro tendo perdas afetivas, emocionais e financeiras, em alguns casos tendo sofrido lesões físicas ou mesmo tendo ocorrido falecimento de algum membro da família por ocasião do sinistro. Registramos ainda, a predominância de pessoas desempregadas ou fora do mercado formal de trabalho, com baixa escolaridade e que encontraram em locais de risco a única forma de moradia para condições precárias de existência.

Com relação ao papel dos profissionais de psicologia no processo de inclusão de famílias no benefício de auxílio aluguel observamos um foco nas questões relacionadas ás relações sócioambientais, com foco nas relações vicinais, e possíveis intercorrências de saúde decorrentes do sinistro.

Nesse sentido, problematizamos que os órgãos de Defesa Civil muito mais do que o gerenciamento de riscos ambientais ou de desastres naturais atuam no gerenciamento de processos de urbanização deficientes que levam grande parte da população pobre para as periferias onde encontram condições precárias de moradia e de existência.

Ressaltamos ainda que os processos de urbanização impostos pela biopolítica das populações aos pobres engendram um ordenamento territorial que os encurrala em área de risco e as intercorrências sociais que ali se dão são tratadas como desastres naturais. Refletimos ainda que a forma como um povo ocupa os diversos espaços das cidades diz muito das políticas que lhes são impostas.

Referências:

CEPEDES/FIOCRUZ. O mundo hoje e os desastres (2013). Disponível em:http://andromeda.ensp.fiocruz.br/desastres/content/o-mundo-hoje-e-os-desastres. FOUCAULT, M. Arquelogia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Collaborating Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED). The International Disaster Database (2012).

Subjetividade Negada: Discussão sobre Representações Sociais das Substâncias Psicoativas

Roberto Silva de Souza (Centro Universitário de Itajubá FEPI)

Introdução: Há muito tempo, as atenções de diversas instâncias sociais se voltam, em grande parte, ao uso de substâncias psicoativas por quaisquer pessoas. As consequências devastadoras causadas por tais substâncias são faladas repetidamente, criando um discurso de cunho aterrorizante, como se fosse possível, com isso, criar uma defesa contra tais hábitos. Interessante perceber que não há grande eficácia em tais discursos, por vezes causando descrença e fomentando a curiosidade acerca dos efeitos das drogas e do álcool. Os modelos de tratamento mais utilizados permanecem presos a antigas propostas, grande parte delas remontando épocas distantes, como as partidárias de estratégias que remontam à terapêutica moral pineliana. Assim, há a laborterapia como forma privilegiada de perspectiva de tratamento. Podemos citar as comunidades terapêuticas, cada vez em maior número nas cidades, bem como outros modelos como, por exemplo, as fazendas de recuperação ou outros similares. Dentro de todos estes espaços, o sujeito é submetido a trabalhos pesados, grupos com um viés de ajuda mútua e, eventualmente, reflexões religiosas, grupos de oração ou ações semelhantes, as quais oferecem ao indivíduo uma possibilidade de melhora através dos preceitos religiosos. Dispor de mecanismos orientados para novas propostas, diferentes das atuais, segregadoras, produtoras de métodos geralmente excludentes é um desafio. Atualmente, há também a proliferação de esclarecimentos parciais e geradores de preconceitos que, ao invés de buscar construir meios de alimentar outras perspectivas, ao contrário, fortalecem ainda mais os meios existentes para afastar os "perigosos" usuários de álcool e outras drogas. Como na Inquisição, ser acusado já é sinônimo de culpa, e a condenação é garantida pela exclusão. A proposição de articular a condição de sujeito sem a orientação da abstinência parece viável e, por isso, é recomendável tornar legítimo uma nova matriz terapêutica baseada não somente nas bases dos programas de redução de danos, como também em possibilidades de construção de novas compreensões sobre os principais problemas da dependência de substâncias psicoativas. Para além de uma possibilidade de tratamento, vislumbrar reiterar o dependente a uma reconstrução ou reencontro com a percepção de si mesmo como sujeito de sua própria existência. Objetivos: Debater sobre a viabilidade e a necessidade de promoção de alternativas terapêuticas a dependentes químicos além das hegemônicas, cujos pressupostos incluem longas internações e abstinência completa de álcool e outras drogas; refletir quanto à discussão acerca da eficácia da interrupção do uso das substâncias como única maneira de exercício pleno de cidadania; propor debates referentes às iniciativas surgidas após a proposta da adoção dos programas de redução de danos como possibilidade terapêutica efetiva; propor debates para a desconstrução de percepções sociais contaminadas quanto aos dependentes químicos, haja vista a negatividade que cerca essas pessoas. Fundamentação Teórico-metodológica: No intuito de estabelecer os rumos de práticas que valorizem o exercício pleno da cidadania e o respeito às subjetividades, este trabalho terá como fio condutor o institucionalismo, aproveitandose o discurso ético-político de defesa de fortalecimento do sujeito, mesmo diante de situações desfavoráveis. Isso é garantido pela proposição de linhas de fuga, afastando-se possibilidades de retomada de ações práticas reacionárias e produtoras de exclusão e enfraquecimento do sujeito cidadão. Para tal empreitada, os nomes de Guattari, Deleuze, Lourau e Lapassade serão frequentes nos debates. Quanto à representação social do uso de substâncias psicoativas, os discursos mais acalorados que se tornam verdadeiras apologias pró ou contra entorpecentes, este trabalho terá Moscovici como norteador. Quanto à investigação das bases e origens das discussões acerca do uso de substâncias psicoativas, suas consequências para a saúde e coletividade, os debates quanto à legalidade ou não, e também quanto à descriminalização, liberação ou legalização de uma ou de várias drogas, será proposta uma reflexão a partir de elementos de uma genealogia, cujo modelo é apresentado, principalmente, por Foucault, principalmente pelos fatores assumidos pelos poderes constituídos para tal enfrentamento.

Resultados Encontrados: As formas de tratamento propostas nos modelos de exclusão do sujeito servem ao patrulhamento ideológico típico daqueles que exercem seu poder através da segregação dos recalcitrantes. Transgressores, infratores, marginais: estes são os adjetivos comumente atribuídos aos dependentes químicos pelos agentes da "assepsia social" de plantão. Não-cidadãos, não-sujeitos. As alternativas propostas pelos programas de redução de danos criam espaços de resistência que repudiam tamanha opressão. Dependente químico, mas também cidadão e sujeito.

Conclusões: Algumas perguntas devem orientar os debates da temática apresentada: do que sofre o dependente químico? O que o leva a tal ponto de destruição de si e do outro? O que lhe falta? Tão frequentemente acusados de fracos e desviantes, assumem papeis sociais que alimentam ainda mais sua visão negativa. A necessidade de novas formas de enfrentamento do problema é imprescindível, pois somente assim é possível vislumbrar a reconstituição da subjetividade do dependente químico.

GT 14 PRÁXIS QUE APREENDEM AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS NA DIALÉTICA DA RELAÇÃO ENTRE PSIQUISMO E SOCIEDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA SOCIAL

A conscientização freiriana e suas reverberações na obra de martín-baró: considerações preliminares

Caio Gustavo David Ribeiro (Universidade Estadual do Ceará), **Ruth Maria de Paula Gonçalves** (Universidade Estadual do Ceará), **Suzanne Rocha Bandeira** (Universidade Estadual do Ceará), **Antonio Dário Lopes Júnior** (Universidade Estadual do Ceará)

Este estudo baseia-se na pesquisa intitulada: Contribuições freirianas ao quefazer psicológico nos estudos de Martin-Baró: um ensaio de compreensão que integra o conjunto de esforços empreendidos no seio do Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará – NUSOL/UECE. O cerne deste recorte consiste em elucidar o papel da concepção de conscientização freiriana no arcabouço teórico de Martín-Baró. Nesse sentido, buscamos nas obras dos dois autores, elementos que atendessem a nossa questão central, destacando lineamentos teóricos freirianos presentes em obras como Pedagogia do Oprimido e Conscientização além de artigos que tratam diretamente sobre o tema. Com efeito, este foi a bússola para analisarmos a categoria conscientização nas elaborações de Martin-Baró no que se refere a práxis. O estudo compreende a dimensão bibliográfica, tendo como norte a perspectiva onto-histórica, para a qual, a linguagem é a consciência prática, materializada nas fontes bibliográficas concernentes ao nosso objeto de estudo. Evidenciamos as categorias de práxis, totalidade, contradição e mediação, as quais convertem no suporte teórico-metodológico de nossa pesquisa, consolidando o objeto e sua análise. Optamos pelo referencial marxianolukacsiano, ao considerarmos que o processo de formação humana integral ou a (de) formação humana se constitui na própria história dos homens, a partir de situações objetivas criadas pelo próprio homem, as quais também, por sua própria ação, podem ser transformadas. Como resultado, sinalizamos que o primeiro ponto de articulação entre o processo de conscientização em Paulo Freire e o quehacer (quefazer) nas elaborações de Martín-Baró, está radicado na relação que ambos os autores travaram ao longo de sua vida, ao perceberem uma totalidade social marcada pela contradição, caracterizada pela miséria do povo latino-americano. Neste cenário Martin-Baró propõe sua Psicologia da Libertação, acreditando que a tomada de consciência irá refletir sobre o sujeito repercutindo na sua identidade nas dimensões pessoal, social, grupal e nacional. Nesse sentido, o processo de conscientização é visto como uma possibilidade do sujeito se apropriar de sua historicidade, rompendo com a naturalização presente no cotidiano, assumindo uma postura de autenticidade nas experiências vividas; projetando o futuro tanto pessoal quanto nacional. Além disso, a Psicologia da Libertação propõe uma reformulação dos conceitos já existentes com vistas a uma nova Psicologia, o que nos leva a refletir sobre a própria formação do psicólogo. Quanto a contribuição do processo de conscientização para a formação do psicólogo, conclui-se que as reformulações curriculares têm surgido como demanda nos cursos de Psicologia, uma vez que essa reflexão sobre os contextos sociais, culturais e históricos diversificados se faz necessária para uma atuação consciente, por conseguinte uma práxis libertadora. Partindo deste olhar, assinalamos a necessidade da construção de novos sentidos e significados para a prática psicológica desde a formação profissional, na busca por inteirar-se da realidade social e cultural das populações as quais busca atender, não dissociando o indivíduo da sua realidade. Este é um aspecto relevante observado ao longo dos estudos sobre o "quehacer" (que fazer) do psicólogo na obra de Martin-Baró, permeada por Freire, uma vez que ambas as teorias caracterizam-se por romper com o status quo no qual uma forma de pensar já existente favorece o sistema e oprime o povo, principalmente latino americano, já marcado pelos anos de colonização.

A Literatura como aporte humanizador da educação: práticas de formação integral do homem na academia

Suzanne Rocha Bandeira (Universidade Estadual do Ceará), **Ruth Maria de Paula Gonçalves** (Universidade Estadual do Ceará), **Ana Kelly Adriano Viana** (Universidade Estadual do Ceará), **Estefanni Mairla Alves** (Universidade Estadual do Ceará), **Natália Ferreira Barreto** (Universidade Estadual do Ceará), **Caio Gustavo David Ribeiro** (Universidade Estadual do Ceará)

A formação acadêmica tem sido permeada de exigências cada vez mais voltadas para as demandas do capital, tais como a alta produtividade por parte dos discentes e docentes, estabelecendo metas a serem cumpridas pelos estudantes, causando uma automação do processo de ensino e aprendizagem. Partindo desta realidade, o Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho (NUSOL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) desenvolve desde abril de 2015 o projeto de extensão intitulado "A literatura como aporte humanizador na formação acadêmica". Ancorados na ontologia marxiano – lukácsiana e na Psicologia sócio - histórica em sua base marxista, com o intuito de romper com o academicismo tão presente em nossas instituições de ensino, propomos com esse projeto vivenciar possibilidades da formação humana integral do estudante de Psicologia dessa Universidade a partir da literatura. Para tanto promovemos encontros, rodas de leitura e reflexão, nos quais os discentes podem compartilhar sua realidade uns com os outros e (re) pensar sua formação enquanto futuros profissionais que atuarão na nossa sociedade. Considerando que as atuais relações sociais reproduzem de modo contundente a sociabilidade capitalista, mercantilizando a força de trabalho humana, dividindo - a entre trabalho intelectual e trabalho técnico, o projeto objetiva fomentar a produção de sentidos e significados por parte dos discentes trazendo a literatura como aporte potencializador da humanização na formação acadêmica. Busca – se ainda um fortalecimento do diálogo entre as poesias escolhidas e o objeto da psicologia, articulando temas centrais na vida e obra destes com as vivências dos estudantes e seu cotidiano em sala de aula, estágios e práticas integradas de trabalho. Por estas vias buscamos fortalecer nossa práxis através da articulação adequada entre teoria e prática, através do debate, reflexão e compartilhamento das dificuldades vivenciadas no processo de formação acadêmica. A universidade, apoiada no tripé ensino – pesquisa – extensão, proporciona inúmeras experiências aos discentes, constituindo elementos fundamentais para a formação acadêmica. Atividades como: iniciação à docência, a pesquisa e atividades extensionistas, possibilitam aos discentes um amplo repertório de conhecimentos teórico-práticos. Embora se reconheça a relevância da pesquisa universitária, estudos recentes tem denunciado o produtivismo como elemento de (de)formação acadêmica e, porque não dizer de (de)formação humano social, sendo uma questão central abordada pelo projeto. Com efeito, pautada na chamada formação de qualidade, evidencia-se a exigência de metas a cumprir, pontos a alcançar como diagnóstico de excelência acadêmica, no qual medidas quantitativas são postas em alto relevo, em detrimento da qualidade das formulações teóricas dos docentes. Em nome das metas a alcançar, as universidades seguem a reboque da lógica da reprodução do capital ignorando a formação humano-genérica. Desta forma, o projeto reconhece a importância dos processos de consciência e linguagem e o lugar que ocupam na reprodução social, tendo o trabalho como atividade fundante do gênero humano. Assim, utiliza – se da literatura como mediador da realidade objetiva para realizar transformações na realidade subjetiva dos discentes. Para tanto, realizou – se a análise bibliográfica de autores da literatura nacional, focando inicialmente na vida e obra de Carlos Drummond de Andrade, além das rodas de leitura e debate e as visitas de campo e eventos que proporcionem a interlocução entre a universidade e a comunidade. Desde o início do projeto em Abril de 2015, foram realizadas pesquisas sobre a vida e obra de Drummond, sendo escolhido o livro "A Rosa do Povo" para ser trabalhado nos encontros, além da apresentação do documentário "O poeta de sete faces", apresentado no primeiro encontro grupal, o qual trouxe um panorama geral sobre a vida e obra do autor. Os encontros seguintes voltaram – se para a leitura das poesias "Carrego Comigo" e "O Medo", que promoveram reflexões sobre temas tais como o produtivismo, a historicidade nas abordagens psicológicas, a precarização do sistema educacional e da universidade, o papel da mulher na sociedade e o feminismo. Os grupos têm acontecido quinzenalmente, às quintas – feiras, reunindo alunos do curso de psicologia, mas pretendendo que estes tornem – se multiplicadores, alcançando discentes de outros cursos da UECE, possibilitando uma integração entre saberes e práticas, promovendo um espaço rico de trocas e construção de novos conhecimentos, contribuindo para a interdisciplinaridade desde a formação e criando novos caminhos no campo teórico – prático destes futuros profissionais que atuarão na sociedade. Através de atividades educativas emancipatórias, esperamos poder contribuir para um processo amplo de humanização na formação acadêmica, iluminados pela perspectiva de processos de trabalho como produção de vida, seguindo, portanto, na contramão da reprodução do sistema capitalista.

A relação dialética entre consciência e inconsciente: o enfoque da teoria psicológica SócioHistórica

Inara Barbosa Leao (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

A cultura ocidental incorpora na sua tradição de explicação dos seres humanos a existência de uma parte da nossa vida da qual não temos consciência; que é subconsciente ou inconsciente. O inconsciente tem sua discussão registrada desde o pensamento filosófico grego, mas a sua designação como a conhecemos vem do latim inconscius. Atualmente, mantem-se como um conceito clássico da psicologia, que carrega significados diferentes. No seu aspecto genérico, do senso comum, é o conjunto dos processos mentais que se desenvolvem sem intervenção da consciência. Porém, a aceitação da existência da instancia inconsciente significou na história do pensamento ocidental o reconhecimento da subjetividade, que até a filosofia de Descartes não constituía um campo para a investigação. Após a sua proposição de que o conhecimento da realidade é incerto, mas a capacidade dos homens a cogitarem em seu pensamento é uma certeza, ela se converteu em um aspecto central da constituição humana. A consciência cognoscente tornou-se a característica principal do homem. Diferentemente dessas análises, a nossa pesquisa tem aprofundado a compreensão sobre o inconsciente e a sua relação dialética com a consciência, que é o processo que o constitui; conforme os fundamentos materialista histórico e dialético que embasam a teoria psicológica Sócio-Historica. Portanto, trabalhamos o inconsciente como uma propriedade do psiquismo de representar a realidade primeiramente de forma inconsciente, uma vez que este tem sua gênese material posta no organismo biofisiológico, o qual traz a determinação filogenética. Ou seja, o inconsciente é, geneticamente, a histórica do desenvolvimento da espécie, que se manifesta como marcas físico-químicas, que mantêm as capacidades construídas durante o desenvolvimento da espécie, e que devem ser manifestadas na ontogênese, conforme a síntese estabelecida no enfrentamento com o meio sociocultural, no qual a relação entre os sujeitos e a sociedade tem papel determinante. Estas e outras constatações decorrem das analises que vimos realizando sobre a forma como Vigotsky concebeu estas instâncias do psiquismo e as suas características que derivam da cultura. Nesta concepção, o inconsciente só pode ser estudado em sua relação dialética com a consciência, pois ambas são construções sócio-culturais. A intenção é construir um entendimento da relação proposta por Vigotsky entre a atividade trabalho e a constituição dos processos inconscientes dos sujeitos, visando compreender a função do inconsciente para o ordenamento das emoções e das relações interpessoais. Trata-se de investigação com caráter teórico para recompor o conjunto dos estudos de Vigotsky sobre a consciência e o inconsciente, uma vez que o inconsciente é tratado de maneira assistemática na sua obra e exige analise detalhada para indicar as suas implicações no e do trabalho sob a organização capitalista e quanto às implicações para os trabalhadores desempregados. A base epistemológica que dirige a pesquisa é o materialismo histórico dialético. Sendo que a busca bibliográfica é orientada pelos princípios da história como recomposição da trajetória do desenvolvimento que levou a gêneses da problemática, e a analise e interpretação dos dados se orienta pela observação da relação dialética que embasa o movimento dos conteúdos entre a consciência e o inconsciente como produto da contradição sócio cultural. O que explica a característica cultural do inconsciente como um processo desenvolvido pelas relações materiais que se estabelecem no meio social e é derivado dos aspectos apreendidos sob a forma de tônus emocional, mas que não são conscientizados, explicitados como sentidos e/ou significados comuns ao ambiente social, próprio da realidade histórica e social.

Inara Barbosa Leão, Doutora em Psicologia Social. Professora dos cursos de graduação e mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Vice Presidente da ABRAPSO – Regional Centro-Oeste.

As contribuições de Walter Benjamin para a compreensão da estética da mercadoria: a propaganda de perfumes

Yuri Marcondes Lisbão (Universidade Federal do Ceará), Aluísio Ferreira de Lima (Universidade Federal do Ceará)

Este trabalho objetiva discutir as artimanhas da publicidade e da indústria cultural, mais especificamente, como essas, no intuito de garantir a circulação das mercadorias, fazem uso de "promessas da aura" em propagandas. Para tanto, valeremo-nos da discussão desenvolvida por Walter Benjamin acerca da Aura, incluindo sua discussão sobre o declínio da obra aurática — o que configura uma crise da aura — e o momento de sua destruição, bem como das implicações da reprodutibilidade técnica e da leitura benjaminiana de um estado do mundo regido pelo capital e pela mercadoria. Na compreensão do autor sobre o conceito, há um elemento espaço-temporal, "a aparição única de uma distância, por mais próxima que esteja" (BENJAMIN, 2012, p. 27); e um caráter de unicidade ao objeto aurático, pautado no "aqui e agora" da obra de arte. Esta relação ambigua (distância, ainda que próxima) sugere a impossibilidade de uma completa apreensão e compreensão do objeto, ainda que seja possível haver certa familiaridade e até um entendimento limitado sobre o mesmo, enquanto que sua existência única, no local onde se encontra, é aonde realiza-se a história à qual foi submetida no decorrer de seu existir. Sendo assim, para aqueles em outros tempos e outros lugares, algo ali será sempre inacessível, incompreensível e inapreensível. Além disso, também discutiremos as contribuições dos demais autores da Teoria Crítica para a compreensão da Indústria Cultural, sobretudo as proposições de Theodor Adorno e Max Horkheimer. A partir de uma propaganda de perfume — mercado em que o Brasil destaca-se, desde 2011, como sendo o maior consumidor mundial (SCHELLER, 2011) —, procuraremos fazer uma articulação teórica que possibilite a compreensão das relações fetichizadas entre o sujeito e a mercadoria, no contexto estético-mercadológico que orienta estas relações, na sociedade de consumo. Para tanto, um vídeo comercial de perfume — onde uma marca mundialmente conhecida o lançava no mercado — foi escolhido como objeto de análise a partir da triagem de uma série de outros comerciais [de perfumes]. A escolha deveu-se aos elementos constituintes do mesmo e a forma como fora produzido: envolvente, em uma linguagem sedutora e convidativa, estimulando o imaginário do telespectador e alimentando seu desejo pelo que ali é oferecido. Ao refletir criticamente sobre o mesmo, algumas perguntas surgem: o que está sendo apresentado no filme? O que a marca parece prometer nele? E, por fim, é realmente o perfume que está sendo vendido? Estas perguntas nortearam a análise e procuramos respondê-las ao longo do trabalho. Acreditamos que ao apresentar as contribuições de Walter Benjamin para a compreensão da estética da mercadoria estaremos contribuindo com uma discussão extremamente atual para se pensar o sujeito e a cultura na sociedade de consumo que é a contemporânea, uma vez que, a partir do referencial teórico adotado, uma série de análises e reflexões críticas podem ser realizadas sobre as dinâmicas - e processos destas relações fetichizadas - dentro da Indústria Cultural, bem como alguns de seus desdobramentos, o que cria a possibilidade de novas questões a serem exploradas emergirem, evidenciando que o assunto está longe de esgotar-se.

As relações entre a organização da escola pública e a patologização das dificuldades de aprendizagem

Juliana Chioca Ipolito (Universidade Federal do Tocantins - curso de Pedagogia)

As discussões aqui realizadas foram motivadas pelos resultados da pesquisa de dissertação de mestrado, defendida no ano de 2012, acerca do trabalho do psicólogo na instituição escolar pública, bem como pela experiência profissional da autora enquanto docente. Partindo do entendimento de que a maneira como a educação será oferecida dependerá da classe social do educando e que isso, consequentemente, determinará como as dificuldades de aprendizagem serão tratadas, consideramos que a escola pública está imersa na lógica capitalista de produção e, portanto, a ideologia neoliberal necessariamente perpassa a forma de organização e execução do trabalho escolar, determinando-as. Isso não quer dizer que escola está impossibilitada de mudar. Ao contrário, acreditamos que dada à contradição presente neste modo de produção, os trabalhadores da educação podem se conscientizar de sua posição nesse processo e transformá-la. Por isso, iniciamos com uma breve discussão acerca das consequências das reformas políticas de cunho neoliberal, realizadas principalmente a partir da década de 1990 nos países considerados em desenvolvimento, na educação escolarizada pública brasileira, o qual trouxe como uma das consequências o método pedagógico do aprender a aprender, amplamente incentivado e divulgado pelo MEC. Esse novo enfoque da educação utiliza como fundamento para as suas proposições várias distorções das teorizações de Vigotski sobre o aprendizado, sem considerar a base filosófica marxista do autor. Posteriormente, utilizando o método materialista histórico e dialético da Psicologia sócio-histórica, realizamos a análise de como as dificuldades de aprendizagem têm sido tratadas no contexto atual, a partir de pesquisa bibliográfica. As conclusões das análises levaram à compreensão de que se para a Psicologia Socio-histórica de Vigotski a preocupação da educação deve ser a de transmissão do saber científico à classe trabalhadora, a partir das suas experiências, ou seja, da atividade, da construção do conhecimento, para as Pedagogias do aprender a aprender a educação limita-se a suscitar o gosto no aluno por aprender a aprender, alegando que, como a verdade é relativa, não é necessária sua apropriação, mas apenas a habilidade de ser flexível e adaptável aos novos saberes. Nesse contexto, a Psicologia terá como tarefa a transmissão aos professores dos conhecimentos necessários ao ensino do gosto pela aprendizagem aos alunos, pois o enfoque é no como aprender a aprender e não no quê aprender. Por isso, para que este aprendizado ocorra, a capacidade cognitiva do educando também será foco de atenção. Isso explica a importância dada ao psicodiagnóstico, às doenças psicopatológicas, aos distúrbios neurológicos e deficiências cognitivas no ambiente escolar ainda nos dias de hoje, apesar de décadas de críticas à patologização das dificuldades de aprendizagem. Daí a importância de se investigar de onde provêm estas concepções que se renovam com o decorrer dos anos. Sabemos da importância da influência ideológica para a manutenção destas práticas e constatamos sua funcionalidade para o capitalismo, qual seja: a de responsabilizar o indivíduo pelo seu próprio fracasso e não o modo de organização societário.

Contudo, acreditamos na possibilidade dada pelo movimento da contradição, na qual professores e demais profissionais da educação podem conscientizar-se de sua condição de classe e romper com estes ideais patologizantes e excludentes historicamente construídos.

Concepção do Ciúmes

Tatiane Isabel Silva (Fepi Centro Universitario de Itajubá; FAPEMIG), Roberto Silva de Souza (Centro Universitário de Itajubá FEPI)

O tema abordado refere-se à concepção do ciúme para homens e mulheres, tendo como objetivo principal saber qual a representação social do ciúme para estas pessoas e as características que diferenciam o ciúme normal do patológico. Esta pesquisa é classificada como exploratória e bibliográfica e tem como base o referencial teórico da Psicologia social e Psicanálise, contendo uma breve história do Ciúme na literatura, a abordagem na Psicologia, as representações, ciúmes e gênero. Através de livros e artigos pode-se perceber que o ciúme pode ser um causador de várias separações. "A palavra ciúme tem origem no latim zelumen, que, por sua vez, vem do grego zelus. Na acepção original, significaria zelo, cuidado". (SANTOS, 2007 p. 18). Basicamente, ciúme é o medo de perder alguém amado para uma terceira pessoa. Segundo Ballone, o ciúme normal é transitório e baseado em fatos. O maior desejo é preservar o relacionamento. Algumas pessoas o encaram como prova de amor, zelo ou valorização do parceiro. Outros o consideram uma prova de insegurança e baixa autoestima. Segundo o livro Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise o ciúmes é um sentimento ligado à inveja, porém compreende uma relação de, pelo menos, mais outras duas pessoas envolvidas. O indivíduo com ciúmes sente que o amor que lhe é devido foi roubado, ou está em perigo de sê-lo, pelo seu rival tal como descrito por Freud em relação ao ciúme edípico. Na Psicologia o ciúme é estudado de acordo com a linha teórica adotada pelos autores. Segundo Melanie Klein, psicanalista infantil, o ciúme origina-se no amor que o indivíduo sente e teme que lhe seja tirado pelo rival, e visa à posse do objeto amado. (KLEIN apud JÚNIOR, 2003, p.62). A autora faz uma relação entre a inveja e o ciúme: A inveja é o sentimento raivoso de que outra pessoa possui e desfruta algo desejável – sendo o impulso invejoso o de tirar este algo ou de estragá-lo. Além disto, a inveja pressupõe a relação de um indivíduo com uma só pessoa e remonta à mais arcaica e exclusiva relação com a mãe. O ciúme é baseado na inveja, mas envolve uma relação com pelo menos, duas pessoas; diz respeito principalmente ao amor que o indivíduo sente como lhe sendo devido e que lhe foi tirado, ou está em perigo de sê-lo, por seu rival (KLEIN, 1991apud FERREIRA-SANTOS, 2003, p. 67). Segundo Ferreira (2003), o ciúme é um sentimento de posse em relação a um determinado indivíduo, ele pode ser produzido pelo desejo de manter o outro na relação ou por não ter a capacidade de "dividi-lo" afetivamente com outras pessoas, além de ser um sentimento que pode ser oriundo de uma desconfiança em torno da fidelidade do companheiro. O ciúme é um "[...] estado emocional caracterizado pela ansiedade, sentimento de amor e desejo de obter a segurança e a ternura que uma segunda pessoa demonstra a uma terceira" (DORIN, 1978, P. 53). "ao mesmo tempo em que visa proteger o amor, o ciúme é um mecanismo capaz de destruir relacionamentos, dependendo de sua intensidade, frequência e de alguns comportamentos a eles relacionados" (GRENBERG & PYSZCZYNSKI, apud RAMOS, 2000, p. 35).

Da dialética Inconsciente e Consciência no desenvolvimento da Sexualidade: novos pensares para a emancipação do humano

Jeferson Renato Montreozol (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

O presente trabalho objetiva apresentar uma análise prévia das relações estabelecidas entre os conteúdos inconscientes e a sexualidade, os quais permeiam o desenvolvimento da consciência humana enquanto instância integradora do psiquismo. Para tanto, tomamos os pressupostos epistemológicos do materialismo histórico-dialético, especificamente na forma em que é trabalhado pela teoria psicológica sócio-histórica, a qual considera o inconsciente de maneira fundamentalmente diferente, isto é, em uma relação de dialeticidade com a consciência. Nessa concepção, existe uma relação dinâmica e permanente, pautada na realidade objetiva, em que consciente e inconsciente são compreendidos como qualidades diferentes do mesmo objeto, uma relação em que um não se dilui no outro, mas, também, em que um não existe sem o outro. Compreendemos que o psiquismo é constituído por ambos os aspectos: consciência e inconsciente, e que o inconsciente, igualmente à consciência, é um processo ativo que integra todas as Funções Psicológicas Superiores do homem e suas mediações, inclusive com a sexualidade. Desta forma, o inconsciente não se apresenta como mera instância a priori no psiquismo, pois dinamicamente engloba conteúdos conscientes, mesmo que no formato de potencialidades (possibilidade de tornar-se consciente), e, ao mesmo tempo, também se faz presente nos conteúdos conscientes. Assim, na ausência dos mediadores (por questões pessoais ou ainda sociais), as construções sociais acerca da sexualidade tornam-se inconscientes nos sujeitos, não transmutando-se em aspectos conscientes. Isto porque somos mutuamente determinados por formas sociais e particulares de conceitos e valorações sociais que, ao serem interiorizados, ganham sentidos e passam a integrar a estrutura do sujeito, estabelecendo as possibilidades para sentirmos, agirmos, nos emocionarmos. Porém, quando não interiorizados, mantém-se como conteúdos ligados ao não-verbal, mantidos no formato de potência que influem no desenvolvimento da consciência subjetiva, dos processos psicológicos e da identidade sexual. Nossa tese inicial compreende que o inconsciente se relaciona com a sexualidade através das estruturas e processos não-verbais (sentimentais - emocionais), permitindo ao sujeito desenvolver suas identificações sexuais mesmo sem compreendê-las, isto é, impossibilitando-o de desenvolver abstrações para compreender como a realidade exterior está afetando-o. Portanto, se a consciência representa a síntese da relação estabelecida entre os significados (enquanto processos sóciosexuais) e os sentidos pessoais, é a ausência destes dois que caracteriza o inconsciente na subjetividade. Esse, por sua vez, é formado primordialmente por tônus emocional, como um direcionamento da intensidade dos estados sentimentais (afeto - prazer) que orientam o sujeito a dado objeto, sinalizam seu interesse, mas que ele pode não compreender (e, por conseguinte, explicar), mesmo que interfiram na forma como ele desenvolve sua identificação com a sexualidade. Porém, os sentidos podem ficar inconscientes porque não ganham representação na forma de um signo como, por exemplo, uma imagem, uma palavra, os quais possibilitariam suas representações na consciência. Neste caso, mesmo não sabendo a qual emoção se refere o tônus que me impulsa a algo (ou alguém – enquanto desejo), em um segundo momento posso ter a consciência que foi um sentimento específico em relação ao outro (distinto de mim), mas que não me recordava. Logo, o sentido que construí é inconsciente, devido à impossibilidade de representá-lo plenamente: com sentido e significado. Uma vez que o inconsciente é passível de ser descoberto, torna-se necessário que o sujeito adquira novos elementos que permitam a ele atribuir um sentido mais elaborado ou desenvolvido e, destarte, amplie sua consciência. Essa mudança circunstancial de inconsciente para consciente possibilita ao sujeito que se insira na realidade de forma a dominá-la, permitindo assim sua emancipação enquanto humano. Se não possuo instrumentos para compreender e lidar com a realidade, esta me domina e me impossibilita de executar uma ação efetiva que permita minha libertação, minhas reais escolhas e identificações sexuais, mantendo assim meus conteúdos (ou ainda os conteúdos sociais) inconscientes.

De Eu e Tu a Nós: Novas Reflexões sobre a Psicologia Social de Lucília Reboredo

Deyseane Maria Araújo Lima (Centro Universitário Estácio do Ceará), **Vinicius Furlan** (Universidade Federal do Ceará), **Aluísio Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará)

Este trabalho visa retratar a trajetória profissional e acadêmica da psicóloga social e docente Lucília Reboredo, com ênfase em seus estudos sobre Processos Grupais e Psicologia Social, proveniente das discussões presentes em seu livro intitulado "De Eu e Tu a Nós: O Grupo em Movimento como Espaço de Transformação das Relações Sociais" (1994), resultante de sua tese de doutoramento, bem como as discussões sobre os seus trabalhos profissionais e atividades docentes na Psicologia Social. A autora articula a prática docente com a práxis social-comunitária junto às comunidades do município de Piracicaba (interior de São Paulo). Assim, retratamos a importância de Reboredo para a construção de uma Psicologia Social Brasileira criticamente orientada. O estudo partiu de uma metodologia qualitativa e desenvolveu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica dos escritos fundamentais da Psicologia Social com base na vida e na obra da autora. Deste modo, discorreremos acerca da trajetória de Reboredo, demarcando, principalmente, sua contribuição para os estudos acerca dos processos grupais e a articulação da Psicologia com a comunidade, aprofundando elementos fundamentais de sua obra, a qual recorre às categorias sartreanas acerca do movimento grupal para o trabalho com grupos para propor uma metodologia de intervenção para se trabalhar com grupos e comunidades. Deste modo, o livro "De Eu e Tu a Nós" retrata o trabalho desenvolvido por Reboredo nas favelas de Piracicaba, num momento em que os moradores desses espaços faziam resistência à política de habitação do poder local que propunha a remoção das favelas para áreas distantes do perímetro urbano, na contramão dos direitos dos moradores. Reboredo destaca as categorias sartreanas acerca do movimento grupal que se caracterizam por diferentes momentos de organização do grupo, que se inicia pela saída do agrupamento, pelo reconhecimento do outro como portador das mesmas necessidades e com objetivos em comum, para a mobilização à formação do grupo, isto é caracterizado, conforme descrevem Reboredo e Sartre, pela saída da serialidade para a sua fusão. É o movimento que vai do isolamento da relação Eu e Tu para a socialibilidade do Nós, que vai de uma pluralidade de solidões para aglutinação em grupo. Num movimento como de espiral dialética, o grupo pode se organizar em outros momentos, que resumidamente podemos explicitar: 1) Juramento, em que há o sentimento de pertencimento ao grupo e se jura compromisso e fidelidade com o grupo; 2) Organização, em que se dividem as tarefas entre seus membros, deste modo o grupo se subdivide em subgrupos; 3) Fraternidade-Terror, momento que há o temor da dispersão do grupo por conta da divisão de tarefas e há maior cobrança com relação ao juramento de fidelidade; e, por fim, a 4) Institucionalização do grupo, onde as relações se tornam burocratizadas e a opressão dessa burocracia se sobrepõe aos indivíduos pertencentes ao grupo, o que para Sartre resulta na "morte do grupo". Diferente de Sartre, Reboredo entende que a institucionalização não necessariamente pode configurar-se como "morte do grupo", pois no seu trabalho com a Associação dos Favelados de Piracicaba (ASFAP), demarca que o grupo ter se institucionalizado não resultou em sua dissolução, pelo fato de ter sido marcado pela rigidez da burocratização, mas a institucionalização possibilitou o grupo reorientar a sua práxis e encontrar novas possibilidades de o grupo se afirmar como força política e assim levar adiante o projeto de Urbanização das favelas e o processo educacional que marcavam a política do movimento; configurou um recurso para a efetivação do Nós, mantendo-se com a flexibilidade necessária para a luta. Lane comenta que Reboredo foi uma das primeiras psicólogas que contribuíram para a sistematização da práxis na comunidade, resgatando a cultura popular como conhecimento de valor para a reflexão científica, e contribuindo para a universidade levar seu saber às comunidades e aprender com ela. Por fim, prestamos uma homenagem a esse grande nome da Psicologia Social no Brasil, e trazemos uma de suas últimas lições traduzidas em seu último livro, que foi produzido pela autora após ser acometida pela ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica) apenas com o piscar dos olhos, em que afirma que a vida é sempre a opção e inscrever-se nela a melhor lição.

Gerontolescência ou Reorganização da Consciência Idosa? Uma análise a partir da Psicologia Social

Ana Cláudia Martins Lugo Siebra (Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN, Capital), **Jeferson Renato Montreozol** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), **Claudia Rosa dos Reis** (UFRS/UNIDERP)

O presente trabalho objetiva efetuar uma análise crítica sobre a temática da Gerontolescência, conceito este utilizado para indicar pessoas cronologicamente acima de 60 anos, mas que se mantêm funcionalmente e psiquicamente ativas, jovens, garantindo assim mais alguns anos de vida útil. Esta classificação é da Organização Mundial da Saúde (OMS), que classifica como idosas pessoas cronologicamente com mais de 65 anos de idade em países desenvolvidos e com mais de 60 anos em países em desenvolvimento. E, portanto, compreendemos ser necessário discuti-lo a partir dos pressupostos da psicologia social, uma vez que entendemos o envelhecimento e seus processos correlatos como elementos do desenvolvimento humano, englobados dentro de uma dinâmica psíquica e também social. O interesse é emanado principalmente por visualizarmos que a população mundial com pessoas idosas, com mais de 60 anos, deverá triplicar até 2050, o que tem provocado uma inversão na pirâmide etária uma vez que o Brasil já está incluído num levantamento onde constam países com a taxa de natalidade abaixo do atual nível de reposição desta população. Outra questão importante é que em nosso país ainda não existe uma política efetiva voltada para atender esta crescente população. Porém, percebemos que a Lei nº 10.741, de 01 de Outubro de 2003, a qual visa amparar os idosos, na prática ainda não é aplicada em totalidade, como por exemplo na área da saúde pública e nas possibilidades de acessibilidade, pois com o advento da longevidade poderemos ter dois tipos de população acima dos 60 anos: a pessoa idosa saudável, e a pessoa idosa com diversas patologias, necessitando assim do acesso à saúde pública e também com a acessibilidade nas vias urbanas. Hoje percebemos que as pessoas estão mais preocupadas com sua qualidade de vida, com questões sobre como envelhecer melhor e estão recebendo a nova denominação de gerontolescentes. O gerontolescente é aquela pessoa que não está interessada em envelhecer como seus pais e avôs envelheceram; ela busca se manter no mercado de trabalho por mais tempo, fazer atividades físicas com regularidade e também busca uma vida social ativa. Estas pessoas não querem se submeter ao modelo antigo de velhice, querem fazer diferença e buscar o respeito perante uma sociedade discriminatória e preconceituosa. Estas questões são importantes para que se inicie uma discussão efetiva, um novo olhar sobre o processo que envelhecimento. Assim, nosso trabalho realiza uma análise teórica pelas produções já desenvolvidas na área da gerontologia, psiquiatria, e os escassos estudos desenvolvidos na psicologia. Trazemos para a discussão da psicologia e para a percepção sobre um viés que não está recebendo a devida atenção, pois na vida acadêmica estudamos sobre o desenvolvimento da criança, sobre a adolescência e poucas vezes chegamos perto das questões do envelhecimento. E ainda mais nas questões desenvolvidas e trabalhadas pela psicologia social, para compreender que este fenômeno moderno está relacionado também com a reformulação do sistema capitalista, e a necessidade de manter os trabalhadores por mais tempo em seus postos de trabalhos. Uma vez que o idoso se mantém ativo na sociedade, possibilita ainda a produção, o desenvolvimento e acumulo do capital, e consequentemente, a consciência se reorganiza frente o processo de atividade na realidade objetiva.

Inconsciente e cultura: uma análise desde a Psicologia Sócio-histórica

Lívia Gomes dos Santos (Pontifícia Universidade Católica)

Afirmar que o inconsciente é cultural não é nenhuma novidade. Quaisquer teorias que considerem a existência de aspectos inconscientes do psiquismo indicam alguma forma de relação com a cultura. Entretanto, em ciência é necessário ter cuidado com aquilo que pensamos ser óbvio: se aparentemente o inconsciente e a cultura possuem uma indissociável relação, na essência é necessário estabelecer com clareza o que estamos chamando de inconsciente e de cultura antes de explorarmos a relação entre estes dois conceitos. Afinal, como afirmou Vigotski (1934/2010), cada palavra é um significado que têm implícito toda uma teoria e toda uma história que modificam completamente a compreensão que temos da realidade; e são esses significados que orientarão nossas atividades e nossas práticas cotidianas e, portanto, definições e teorias não são meros palavreados, são complexas teias de significados que afetam diretamente a características das nossas atividades.

Sem perder de vista que a teoria, por pretender captar uma realidade em movimento, é sempre parcial, aprofundar a compreensão dela é condição indispensável para a construção de uma prática transformadora, de uma práxis no sentido stricto da palavra. Tendo isso como norte estamos desenvolvendo um trabalho que pretende ampliar a nossa compreensão acerca do conceito de inconsciente e sua relação com o capitalismo atual, tema que pretendemos desenvolver nesta apresentação.

Para nós, o inconsciente é cultural porque o psiquismo humano, em qualquer um de seus aspectos, só é possível porque as transformações que são materializadas sob a forma de construções culturais são passíveis de serem convertidas em instrumentos internos que permitem a orientação dos sujeitos singulares na realidade.

Ora, se as Funções Psicológicas Superiores foram interpsicológicas antes de serem intrapsicológicas; e se consideramos também que "cada pessoa é em maior ou menor grau o modelo da sociedade, ou melhor, da classe a que pertence, já que nela se reflete a totalidade das relações sociais" (VIGOTSKI, 1927/2004, p. 368), não deveria ser nenhuma surpresa afirmarmos que se há inconsciente é porque há na cultura o seu correspondente. A cultura não apenas influencia a constituição do inconsciente, mas o engendra.

O inconsciente não é algo que remete à anterioridade da cultura, não é algo que teríamos perdido quando nos tornamos seres culturais, muito menos uma espécie de denúncia de nossa verdadeira essência, tal como o pressupunha os românticos. Ao contrário, é algo que só existe e só pode ser considerado tendo como norte a construção cultural do nosso psiquismo. Nós compreendemos que a forma como o vemos hoje é consequências da forma como nos organizamos socialmente e que faz com que os indivíduos de determinada classe não tenham disponíveis uma série de conteúdos que poderiam ser utilizados para a atuação na realidade. Isso realmente resulta no desenvolvimento de formas de existência em que aquilo que nos definiria verdadeiramente nos escapa e em uma forma de comportamento cada vez menos pautados pela consciência, cada vez menos criativos e passível de transformação, comportamentos que se tornam automatizados, mecânicos, repetitivos, insuficientes, limitantes.

É necessário também não perder de vista a dialética desta relação entre cultura e psiquismo: a cultura constitui o psiquismo, o que faz com que os sujeitos singulares estejam (ou não) aptos para realizar modificações na própria cultura. A cultura não é linear, única: ao contrário, é de uma rica complexidade que nos permite conceber e buscar formas distintas de ser humano. Por isso compreender as implicações deste processo é condição sine qua non para a transformação das relações sociais. Afinal, se estamos falando que é a forma como nos organizamos que culmina no desenvolvimento de um comportamento limitante, é a transformação destas formas que permitirá o desenvolvimento de sujeitos ativos e criativos, capazes de transformar a própria existência; mas para a transformação destas formas é importante que compreendamos do fenômeno psíquico ao menos o suficiente para poder realizar algumas modificações que deem impulso à tal transformação. As teorias podem ser importantes elementos de mediação entre os processos e portanto conhecer para transformar é nosso principal norte.

Pensamos que o melhor espaço para o desenvolvimento de nossas questões é no GT 14 – "Práxis que apreendem as determinações históricas na dialética da relação entre psiquismo e sociedade: contribuições para a Psicologia Social".

Mediação da política de assistência social: o sentido na consciência do morador de rua

Carlos Heber de Oliveira (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Inara Barbosa Leao (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

A teoria psicológica Sócio-Histórica dedica-se ao estudo da consciência individual, sendo esta explicada como a condição do psiquismo de representar a realidade e organizar a atividade dos sujeitos; pautando-se nos significados sociais e sentidos individuais construídos de acordo com as determinações sociais que incidem sobre cada um de acordo com o trabalho que realiza para manter a sua própria vida e a do seu grupo social. Portanto, esta teoria psicológica, por se fundamentar filosoficamente nos princípios do materialismo histórico e dialético, tem o trabalho social como o principal mediador entre a sociedade, concretizada nas relações sociais organizadas pelo modo de produção, e a constituição da consciência individual. Esta relação é, então, entendida dialeticamente, como a oposição entre os dois aspectos fundamentais da realidade: a objetividade da sociedade e a subjetividade dos homens. Uma das determinações do modo de produção capitalista é a manutenção de um exército de reserva de trabalhadores, que permite a regulação da oferta e procura pelos postos de trabalho e a regulação do seu preço. Na atualidade uma das concretizações desse exército é a população moradora de rua é definida como: grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, rompimento ou fragilidade das relações familiares e a inexistência de moradia convencional regular, visto que as pessoas que o constituem utilizam logradouros públicos, tais como ruas, praças, viadutos e áreas degradadas e/ou abandonadas como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente. Podendo utilizar abrigos para pernoitar na busca de saída das ruas. Daí que neste trabalho temos por objetivo discutir o sentido de si presente na consciência dos moradores de rua que estão situados na cidade de Campo Grande, MS, tomando a Política Nacional da Assistência Social como a expressão do significado que a sociedade atribui a este grupo, uma vez que esta lhes atribui direitos que não são assegurados, tal como a promoção para o trabalho através da economia solidária, que deveria, então ressignificá-lo alterando o sentido de si. Para a exploração da problemática temos mantido a coerência metodológica com as teorias adotadas, tanto que tecnicamente estamos recompondo um contexto para a problemática da consciência e a ausência do trabalho. Sobre o que já podemos afirmar que o Brasil incorporou em sua Política assistencial o conceito de "Bem Estar Social" promovido pela Declaração Universal dos Direitos humanos. A aceitação deste conceito liberal e vazio é criticada por autores marxistas tais como Netto (1996), pois afirma que ao invés de promover o direito dos sujeitos explorados pelo sistema capitalista, o Estado se vale de uma política assistencialista respaldada em um novo discurso, mas que fundamenta sua prática no benemérito religioso, bem como auxilia apenas a manutenção do status quo. Ao morador de rua resta apenas a ideologia que justifica sua condição como única e exclusiva culpa pessoal. Na sequência devemos buscar conteúdo das consciências através de entrevistas semiestruturadas que analisaremos com a técnica da Análise Gráfica do Discurso e interpretaremos embasados nos autores clássicos e alguns estudiosos da Teoria psicológica Sócio-Histórica.

Carlos Heber de Oliveira, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Inara Barbosa Leão, Professora do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O Trabalho do Trabalhador: Impacto do Capitalismo Contemporaneo na Subjetividade do Proletariado

Claudia Rosa dos Reis (UFRS/UNIDERP), **Ana Cláudia Martins Lugo Siebra** (UNIGRAN Capital), **Jeferson Renato Montreozol** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

O presente trabalho objetiva realizar uma pesquisa bibliográfica com bases históricas nas áreas de administração e das psicologias do trabalho e social, visando enfocar os fatores que influenciaram na transformação do trabalhador e os impactos sobre a sua subjetividade na contemporaneidade. Nos pautamos então nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, principalmente nos trabalhos e análises desenvolvidas por Marx e Engels, e especificamente na psicologia, pelos trabalhos de Vigotski, Luria e Leontiev. E para tanto tomamos como início a concepção de trabalho como uma atividade social, desenvolvida em determinado grupo para satisfazer as necessidades destes. Os primórdios do trabalho desde o artesanato, no qual o trabalhador desenvolvia desde peças simples as mais elaboradas, sendo este um ofício que se passava de pai para filho, no qual as ideias eram objetivadas e tomavam formas pelas próprias mãos dos sujeitos. Esse panorama é estudado há décadas por profissionais da saúde, psicologia, sociologia e também por instituições governamentais e não governamentais. Buscando compreender como a então subjetividade do artesão trabalhador foi alterada pela organização capitalista, ou seja, quais os impactos psicossociais gerados a partir desta organização social que nos rege até os dias atuais. Sabemos que o homem contemporâneo herdou, desde o sistema taylorista, mudanças e transformações no modo de organizar a produção industrial, pois este sistema, desenvolvido no final do século XIX por Frederick W. Taylor, visava a fragmentação das tarefas dos trabalhadores para o aumento da produção com o menor custo/benefício. O Taylorismo, com suas organizações burocráticas, rotinizou e mecanizou cada tarefa do trabalhador, perdendo assim a ação participativa e criadora, separando então o trabalho mental do físico nas fábricas como em outros tipos de organizações. Outro marco significante no mundo do trabalho foi o Fordismo, originado quando Henry Ford contratou Taylor para reorganizar sua indústria automobilística. A união de ideias de Ford e Taylor criou um sistema onde as organizações eram controladas como se os trabalhadores fizessem parte da engrenagem. O trabalho nas fábricas passou a exigir do trabalhador horário e supervisões rígidas, cargas horárias elevadas, tarefas e rotinas repetitivas. Esse contínuo quadro levou os trabalhadores a problemas crônicos de saúde, tais como: transtornos do humor, sintomas de depressão, fobias, sintomas de ansiedade, estresse, esquizofrenia, insônia, pressão alta, etc. Consequentemente, elevou-se o nível de absenteísmo e o nível de turnover (alta rotatividade). Já na década de 50, uma nova proposta no mundo do trabalho atingiu os trabalhadores, quando o japonês Toyota viajou para os Estados Unidos da América, especificadamente à Detroit, visando contatar as Indústrias Ford. Após estudar o Fordismo/Taylorismo, retornou ao Japão e desenvolveu um sistema mais flexível, já que não concordava com o sistema americano. No Sistema Toyota de Produção os trabalhadores passaram a se agrupar em torno de um líder que dava a eles responsabilidades sobre a execução de várias tarefas. Os trabalhadores de cada grupo com seus respectivos líderes reuniam-se para discutir melhorias nos processos de produção. Na década de 60, o engenheiro Emti Chavanmaco, funcionário da indústria automobilística da Volvo em Kalmar na Suécia, desenvolveu o sistema Volvista que se destacava pelas várias inovações, pela participação constante dos trabalhadores e a flexibilidade criativa. Estrutura menos rígida, pois encorajava atitudes abertas e novas visões, descentralizou o poder e deu autonomia aos grupos de trabalhadores. A flexibilidade criativa da Volvo levou os trabalhadores a retornarem ao espírito de produção manual, porém com ajuda da automatização e a informatização. Estas principais formas de organizações do mundo do trabalho têm organizado não somente os meios de produção na sociedade capitalista, como também perpetuado o esfacelamento de características psíquicas dos trabalhadores que, quando alienados às visões do sistema, tendem por reproduzir atividades que não objetivam suas subjetividades. Levando então, a um processo de desidentificação do trabalhador, uma vez que não reconhece o produto de suas produções e ao adoecer humano. Leontiev nos esclarece que cabe à psicologia estudar este sujeito passivo às influencias externas, condicionadas por sua organização. Estudar as atividades do homem, no que concerne a objetividade e a subjetividade de cada indivíduo é o foco de uma psicologia que priorize não somente seu desenvolvimento científico e profissional, mas que permita ao sujeito uma emancipação enquanto ser, que o leve então às indagações sobre a realidade e busque, assim, as possíveis modificações.

Politicas Publicas de Educação e as Implicações na constituição do sujeito

Cecília Pescatore Alves (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Esta proposição justifica-se no GT em questão, na medida em que, os pressupostos teóricos firma-se no materialismo histórico; e ao discutir as políticas públicas de educação, incorpora o debate que permeia as relações vividas cotidianamente no contexto da instituição escolar e da atual situação educacional no Brasil. Nesse sentido, pretende-se dialogar sobre as implicações da configuração da base infraestrutural da sociedade promovida pela atual reorganização do Capitalismo para a formação da criança e do jovem. A partir de um levantamento bibliográfico e de pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Práxis Contemporâneas (NIPPC) esse estudo considera a função da escola enquanto instituição educativa e discute: o desaparecimento da dimensão humanística na formação escolar atual e a ausência da relação entre educação e cultura - que deveria estar presente na centralidade das formulações das políticas educacionais, para dar conta da dimensão cidadã no processo de educação. Voltando o olhar para a realidade brasileira, observa-se a mobilização da história da sociedade civil, em torno da questão da criança e do adolescente. Exemplo disso foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A aprovação desse estatuto significou, sem dúvida nenhuma, um avanço. No plano legal, a criança e o adolescente brasileiro, dispõe hoje de um dos mecanismos de proteção mais avançados do mundo. O problema que se apresenta é que após uma década da aprovação desse estatuto sua aplicação esbarra nas adversidades impostas pela realidade do nosso país. Entre os aspectos positivos, incorporados ao ECA podemos destacar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos; para tanto deve ser levada em conta sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; seus direitos deverão ser tratados com prioridade absoluta. Portanto, se consideramos que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos constitui-se como imperativo refletir sobre a educação formal e a função da escola a partir dessa premissa. Ao recorrermos às contribuições de Vigotski observa-se que este considera o saber que os homens têm do mundo como resultado e condição de sua transformação pelo trabalho, gerando o conhecimento científico. Este conhecimento faz parte do mundo cultural, mundo específico do homem, onde ele (o homem) construiu sua existência. Neste sentido, a educação formal – parte integrante da educação - não é algo necessário, mas sim, um direito. Entretanto, vivemos atualmente uma realidade tecida, ao longo das ultimas décadas, por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemonia. Por outro lado, a educação foi se construindo ou (des) considerada ao longo da história brasileira pelo poder público. Essas considerações se articulam com as reflexões relativas às políticas de identidade que se manifestam no contexto escolar nos possibilitou identificar que: 1. O projeto de educação, tecido ao longo da história brasileira tem sustentado a instituição escolar como mediadora de uma política de identidade que prioriza a colonização em detrimento da emancipação; 2. O século vigente foi inaugurado com novas definições de políticas educacionais cujos projetos de ensino não possuem significado que mobilize ações transformadoras na medida em que os fins são extrínsecos e retroalimentados por uma rede que envolve estratégias governamentais de desenvolvimento como os meios de comunicação de massa, as agências internacionais, e o mercado econômico; 3. As transformações sociais, ocorridas na década de 1990 do século passado, decorrentes da internacionalização da economia (a chamada globalização) têm afetado a educação escolar, gerando contextos diversificados de relações. Autores como Dubet (1996), Touraine (1999), Tommasi (2000), Gentili (2001), Bianchetti (2001), entre outros, analisaram o impacto dessas transformações na educação, em um plano de abordagem macroeconômica, considerando os problemas educacionais como decorrentes do reordenamento institucional promovido no âmbito das mudanças estruturais em desenvolvimento. Da perspectiva dessa abordagem macroeconômica, acentuam-se algumas consequências: a interferência de agências multilaterais internacionais na organização e estruturação dos sistemas escolares nacionais (sobretudo em países periféricos); a adoção de propostas distintas de regime escolar para sujeitos de classes pobres, sobretudo no sistema educacional público; a mudança do discurso oficial sobre as políticas educacionais; a introdução de mecanismos avaliativos do sistema educacional, baseados na produtividade, através da definição das prioridades de investimento; o crescente processo de exclusão social; as transformações no estatuto do sujeito contemporâneo; a ruptura ou a dissolução do papel mediador da escola no processo de socialização, entre outras. Conclui-se que a crise educacional resulta da falência dos poderes públicos em propor políticas educacionais direcionadas aos interesses públicos e, das características mercantis da cultura hegemônica. As investigações realizadas identificaram a função de reprodutora cultural da escola, como apontado por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1982), e discutida por Raymond Williams (1979-2000). Os sistemas educacionais são formas de transmissão de "conhecimento" ou "cultura" em sentido lato, sem esquecer, entretanto, que em cada época e em cada um dos diferentes sistemas educacionais, há uma transmissão de versões muito diferentes de conhecimento e cultura.

Por uma psicologia social crítica analiticamente orientada

Emanuel Messias Aguiar de Castro (Universidade Federal do Ceará), **Larissa Arruda Aguiar Alverne** (Universidade Federal do Ceará)

O trabalho que segue é produto de uma pesquisa maior ligada ao programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Ceará. Temos nesse texto o intuito de articular dois campos do saber, aparentemente distintos, a saber, a psicologia social crítica e a psicanálise, em torno de um objeto comum: a ideologia. Advogamos, com isso, em nome da frutífera relação entre as Teorias críticas contemporâneas e a psicanálise (especificamente ao que concerne a obra de Freud a partir da leitura de Jacques Lacan). Entendemos, pois que a articulação de alguns conceitos fundamentais de ambas as teorias produzem uma crítica potente e atualizada das novas modalidades de exploração e dominação ideológicas. Desse modo, de um ponto de vista metodológico, nos propomos uma revisão bibliográfica que busque integrar esses campos. Se do lado da psicanálise optamos pela articulações conceitual de Freud e Lacan, ao tratarmos de Teoria crítica nossa "aposta" situa-se nas obras e nas ideias dos teóricos da Escola de Frankfurt, com ênfase no pensamento de Theodor W. Adorno, e da Análise do discurso, principalmente o pensamento do filósofo frances Louis Althusser. Buscamos, também, na contemporânea leitura que o filósofo esloveno Slavoj Zizek tem realizado dentro do campo da crítica elementos de atualização da crítica a ideologia na intersessão entre psicanálise e Teoria crítica. Todas essas relações teóricas tem o intuito de abarcar a complexidade do conceito de ideologia em suas múltiplas facetas, desse modo, algumas noções serão fundamentais para o êxito de nosso trabalho. Partiremos da crítica à ideologia proposta por Marx que entende esta como o mecanismo que esconde a verdade sobre as relações econômicas dos meios de produção na sociedade capitalista, para chegarmos as duas ramificações críticas que tomam a psicanálise como elemento articulador. Na primeira metade do século XX a escola de Frankfurt pensadores como Max Horkheimer e Theodor Adorno dedicaram-se ao estudo da mudança dos modos de racionalidade da sociedade industrial apropriando-se do conceito weberiano de razão instrumental para falar da burocratização da vida e da reprodução em massa das singularidades concernente a obra de arte, ou seja, para esse autores a ideologia é marcada por uma adesão voluntária em massa desse modelo de racionalidade. O conceito de identificação, primordial a constituição do "eu" na teoria psicanalítica é acionado aqui. A identificação que na obra de Freud surge como aquilo que singulariza o individuo em relação a sociedade para os críticos da razão instrumental surgem como elemento que massifica, pois marca um processo de individuação em escala industria. Já na segunda metade do século XX o pensamento do filósofo Louis Althusser introduz um novo elemento a teoria crítica que é a interpelação por meio do discurso ideológico personificados nos AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado). Nessa modalidade de crítica a ideologia se instrumentaliza nas instituições que compõe o pacto de civilidade. O estado mantém sua condição de soberania a partir de instituições auxiliares que tendem a perpetuar a condições de possibilidade de reprodução do capital. Por fim, em cunho de complementaridade as outras duas ideias, buscamos a crítica contemporânea, que marca o final do século XX e inicio do século XXI, que tem na figura de Slavoj Zizek um de seus mais proeminentes representantes para introduzir dois novos elementos da teoria psicanalítica: a Fantasia e o Gozo. Para esse autor a ideologia é constituída pela própria fantasia não havendo um dentro e um fora da ideologia, mas sim a realidade, na medida em que é constituída de fantasias, é puramente ideológica. Esperamos esmiuçar estes elementos na tentativa de demonstrar o quão frutífera é a articulação entre psicanálise e teoria crítica. Por isso, advogamos nesse texto em nome de uma Psicologia Social Crítica analiticamente orientada.

Possibilidades à formação segundo Adorno: análise dos cursos de formação de professores para educação de pessoas com deficiência

Maria Cristina Dancham Simões (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Este estudo, que parte da pesquisa de doutoramento da pesquisadora, teve como foco de investigação a formação inicial de professores para a educação de pessoas com deficiência, com base na Teoria Crítica da Sociedade, particularmente Adorno e o conceito de formação. Trata-se aqui de dimensões da formação distintas, mas entrelaçadas: a formação de professores, capacitação e criação de quadros, nos cursos de licenciatura que habilitam para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio; e o conceito de formação, possibilidade intrínseca ao indivíduo de construir condições de enfrentamento às pressões sociais, evitando adesão cega e atitudes irrefletidas. Estudar a formação de professores para educação de pessoas com deficiência implica o reconhecimento de que ao se particularizar a questão, tem-se a possibilidade de ampliá-la na problematização de elementos da sociedade que possibilitem ou impeçam a barbárie. Assim, entende-se que o escopo teórico adotado permite reconhecer a complexidade e dialética da questão, considerando também as possibilidades de superação das condições que impõem a reprodução da barbárie e do preconceito. Neste estudo objetivou-se examinar aspectos das licenciaturas à luz do conceito de formação, tendo como pano de fundo a educação de pessoas com deficiência: analisar se o conteúdo oferecido apresenta possibilidade de propiciar e incentivar experiências formativas; e verificar como é identificada e tratada a educação para pessoas com deficiência. Para isso, efetuou-se levantamento de programas de disciplinas de 27 universidades federais brasileiras, elegidas, entre outros, conforme disponibilidade de informação em seus sites. As licenciaturas selecionadas foram elegidas a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Recorreu-se a 469 disciplinas com respostas válidas (206, excluindo-se repetições), lidas e categorizadas podendo abarcar mais de uma categoria, estas criadas a posteriori expressando os cinco eixos identificados ao longo da leitura do material. A categoria "Sociedade, história e cultura" refere-se a expressões que buscassem apresentar e/ou problematizar o entendimento das relações sociais. Em "Conceituação" reuniu-se expressões referiam deficiência ou Educação Especial. "Legislação e Políticas" abrigou as referências à legislação ou políticas sobre a educação para pessoas com deficiência. "Práticas de Inclusão" reuniu menções à inclusão das pessoas com deficiência, não diretamente a uma função pedagógica, uma vez que a categoria "Questões Pedagógicas" agrupou tais referências. Observando-se o total de disciplinas, pode-se dizer que houve uma distribuição razoável entre as categorias, com exceção da categoria "Legislação e Políticas", que teve quantidade menor de menções, seguida de "Sociedade, história e cultura". Do ponto de vista adotado, ambas permitiriam maior problematização, questionamento e reflexão por conta de supostamente possibilitarem a relação entre a educação de pessoas com deficiência e aspectos políticos e sociais. Analisando as categorias, "Práticas de Inclusão" e "Questões pedagógicas", percentualmente, tiveram mudança significativa em sua contribuição, ao se analisar a totalidade (com repetição) e as entradas únicas (sem repetição). A análise dos dados permitiu indicar que, de um lado, as disciplinas com elementos das práticas de inclusão são mais frequentes nas universidades em geral – o que poderia sugerir que alunos de diversos cursos se encontrariam nessas disciplinas e discutiriam o tema, algo relevante para a perspectiva aqui adotada –, enquanto que "Questões Pedagógicas", ao se retirar as repetições, aumenta proporcionalmente, o que pode indicar que as disciplinas são oferecidas de forma a contemplar as características e especificidades dos cursos. Ao se analisar as disciplinas e suas características, os resultados são diferentes. No total de 469 disciplinas ("com repetição"), 72% tem de uma a três temáticas. Já nas disciplinas "sem repetição" se acentua a quantidade com categoria única, o que permite inferir sobre a variabilidade na construção e a possível participação em espaços de reflexão e debate. Em ambos os casos, a maioria das disciplinas tem categoria única e menos de 5% delas contemplam-nas todas, o que poderia significar, entre essas, maior preocupação com uma amplitude de abordagens possíveis. Considerando-se os conteúdos "repetidos", a incidência de disciplinas com categorias múltiplas é alta, somadas as quatro possibilidades, o que apresenta um quadro que poderia ser configurado da seguinte maneira: ainda que mais de um quarto das disciplinas sejam monotemáticas, as disciplinas multitemáticas têm maior representatividade na distribuição bruta da incidência. Ou seja, é possível constituir um quadro ilustrativo em que as disciplinas multitemáticas estão chegando aos alunos de cursos diferentes que se matriculam numa mesma turma. Além disso, podemos considerar também que a própria inserção em grupos que vão além da sua área de estudo, bem como o compartilhamento de experiências de outras áreas, pode vir a contribuir com sua formação. Ainda assim, ampliando-se o olhar, ultrapassando os limites de cada universidade e considerando-as no conjunto ("sem repetição"), mais da metade das disciplinas oferece apenas um ou dois temas dos que aqui foram considerados. Cabe destacar que todo o conteúdo das ementas e programas foi contemplado dentro de uma categoria, não existindo questões que ficaram de fora e que poderiam constituir uma nova classificação.

Psiquismo E Sociedade: Implicações do Sofrimento Psíquico na Cultura Contemporânea

Jurema Barros Dantas (Universidade Federal do Ceará), **Adryssa Bringel Dutra** (Universidade Federal do Ceará), **Evelyn Cristina de Sousa Penas** (Universidade Federal do Ceará), **Renata Eudocia Melo Barreto** (Universidade Federal do Ceará)

O presente trabalho, contando com a apoio do PIBIC/ CNPq, pretende apresentar algumas considerações preliminares sobre a pesquisa qualitativa que está sendo realizada na Clínica Escola da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca dos diferentes modos de apresentação e representação do sofrimento psíquico na contemporaneidade. Trata-se do levantamento dos dados da pesquisa por meio da análise de conteúdo de aproximadamente 100 triagens no período de 2010 a 2015. As discussões sobre sofrimento psíquico têm mobilizado pesquisadores nas mais diferentes áreas e nossa inquietação se configura em torno da possibilidade de analisar os diferentes modos de enunciação do sofrimento psíquico na contemporaneidade a partir da hipótese geral de que numerosas doenças e problemas da sociedade se apresentam atualmente sob o termo "Sofrimento Psíquico" e passam a propor soluções em termos de "saúde mental", mais especificamente, em termos de uma intervenção medicamentosa. A discussão que se pretende aqui diz respeito a análise dos modos de desvelamento do sofrimento psíquico e suas implicações para práxis psicológica, tomando como base analisadora uma fenomenologia dos discursos deste sofrimento na forma de patologização do viver cotidiano. Em particular, busca-se perceber quais impactos a transformação da sociedade acarreta nos processos de subjetivação e quais os modos de sofrimentos diretamente influenciados por uma cultura contemporânea. Entendemos, desse modo, que não é possível compreender as subjetividades contemporâneas desconectadas do contexto sócio-histórico no qual estão inseridas, considerando que a cultura contemporânea acaba por gerar transformações importantes na forma de pensar, de sentir, de se relacionar e de sofrer do sujeito contemporâneo. Nossa discussão encontra-se norteada pelo fato de que as transformações históricas e sociais ocorridas ao longo do tempo vêm instaurando novas formas de constituição das subjetividades. Em nosso horizonte histórico hipermoderno, como bem nos lembra Lipovetsky, as subjetividades vão se constituindo frente ao excesso e à urgência. Trata-se de uma sociedade narcísica e imediatista pautada no consumo desenfreado e na busca por várias formas de prazer. Percebe-se, assim, que o modo pelo qual a sociedade se apresenta impacta diretamente nos modos de existir dos indivíduios, em seus vínculos e encontros intersubjetivos. Parece se configurar um cenário social que, ao mesmo tempo, apresenta suas condições de existência e suas soluções para aqueles que ficam à deriva em tempos de tamanha aceleração e propagação de ideais. Assim, pressionado a assumir responsabilidades crescentes num mundo em permanente e rápida mudança, o "indivíduo incerto", como definido por Ehrenberg (1995), e fragmentado de nossa contemporaneidade, mergulha na fadiga, insônia, ansiedade, indecisão, assimiladas a um quadro de depressão, que se naturaliza como modo de ser e de estar-no-mundo. É dentro deste quadro de incerteza e busca por um "estado de melhora", que este projeto se insere, procurando entender os modos de desvelamento do sofrimento psíquico na contemporaneidade. Mediante a este panorama o presente trabalho pretende elaborar, a partir de uma perspectiva fenomenológica, uma análise sobre as grandes inquietações da razão e da emoção na atualidade, na tentativa de descrever suas principais formas de manifestação, bem como suas condições de possibilidade, suas contrariedades e seus desdobramentos na esfera dos diferentes discursos e práticas sociais e "psi", face aos modos de desvelamento e expressão do sofrimento psíquico e às tonalidades afetivas atuais.

Sociedade, Classe e Individuo: A Consciência Enquanto Representação do Movimento Real

Juberto Antonio Massud de Souza (Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Compreender as radicais transformações da realidade, que permitem que os homens sejam sujeitos da e de sua história, ainda que em vários momentos não de forma consciente, sempre foi um desafio para as ciências modernas. Tornar-se sujeito social, e assim construtor da história, decorre de se ter um desenvolvimento psicológico na ontogênese que promova a constituição de uma consciência individual ampliada o suficiente para que se saiba agir para mudar o mundo a favor de si e da sua classe. Para tal, entender o movimento da realidade, as transformações das relações interpsicológicas, e como elas determinam o movimento intrapsicológico, expressos nas formas de manifestação das consciências individuais, foi o que serviu de orientação para a construção e desenvolvimento da presente comunicação oral, que tem como objetivo analisar a consciência de classe como possibilidade de ser um mediador para a consciência individual. E, não é possível a compreensão desta relação, sem entender que os interesses envolvidos aparecem como produtos genuínos de uma sociedade estratificada em classes, e que cada relação interpsicológica do cotidiano se mostra como determinação de um movimento social mais amplo. As classes sociais, seus interesses divergentes, e a representação que fazem de si são determinantes da sua atuação cotidiana. Mas, a criação e a expansão da consciência também são prejudicadas porque a objetividade das transformações sociais oculta um caráter que não nos é dado de forma direta, mas que indica complexas mediações que fazem com que um indivíduo só possa interiorizar parte da história das gerações anteriores. Isso dá a possibilidade de nos apropriarmos dos instrumentos criados ao longo do desenvolvimento da humanidade e culmina com o movimento de desenvolvimento da consciência. O movimento interpsicológico se mostra no plano intrapsicológico. Mas para que consigamos entender isto, é necessário tomar como base que o processo de interiorização da realidade depende de instrumentos sociais para que ocorra e quando se efetiva, constrói em cada um uma representação do mundo que nos orienta na vida e permite o desenvolvimento da consciência. Como existe a interdependência entre movimento inter e intrapsicológico, esta correlação se mostra na determinação que as atividades e seus instrumentos propiciam conforme a posição que um indivíduo ocupa dentro da estrutura estratificada de uma sociedade de classes para a construção da estrutura da consciência individual: os significados e sentidos das coisas da vida para cada classe social. Mas já que os instrumentos e ferramentas criados pelo trabalho coletivo, necessários para agirmos sobre o mundo e assim nos tornarmos conscientes dele, não estão distribuídos e nem disponíveis igualmente, para que todos os indivíduos possam potencializar o desenvolvimento de todas as suas possibilidades enquanto sujeitos, os significados e sentidos que cada classe social experimenta na produção das suas vidas se diferirão. Portanto, com a desigualdade social, também a subjetividade desenvolvida dependerá do que pode ser apropriado por cada um neste intrincado complexo mediacional, e que pode adquirir o seu valor contrário: uma limitação na processualidade do desenvolvimento da consciência. Para entendermos a forma pela qual a instrumentalidade hegemônica cria ferramentas responsáveis por velar e mascarar as verdadeiras relações sociais e pessoais que, assim condicionadas, tornam a realidade um mistério; é necessária a dissecação das formas de produção e reprodução da organização social. Isso porque a forma de organização do trabalho social é que determina a maneira pela qual os instrumentos estarão disponíveis para cada indivíduo. Em sociedades divididas em classes sociais, também a forma como o movimento da consciência se mostra decorre da manifestação dessas relações. Isto porque cada classe social cria uma representação do mundo derivada da sua posição de classe, a qual utiliza para orientar sua atividade na realidade. É assim que a classe social medeia de forma determinante a constituição da consciência individual. Para tal, partimos dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, buscamos verificar as determinações que fazem com que uma classe social incida no processo de desenvolvimento da consciência individual. Para tal, realizamos um estudo da obra de Vigotski, Marx e Lenin para objetivar três diferentes momentos da pesquisa: compreender as determinações da consciência social, da consciência de classe e da consciência individual. Sabendo que todas as relações sociais são mediadas, analisamos a importância mediacional que torna possível as diferentes graduações de formas mais amplas da consciência e maneira pela qual é sintetizada em um indivíduo. Retomamos a discussão do pensamento criativo em Vigotski para colocar em primeiro plano a capacidade criadora humana para se pensar formas de organização dentro de uma classe social. Como resultado da pesquisa, concluímos que sem a consideração da marcação da classe social, e sua respectiva representação consciente da realidade, não é possível a compreensão do processo de desenvolvimento da consciência do indivíduo. Retomar a discussão de como uma sociedade cindida em classes sociais serve como determinação para a processualidade do desenvolvimento da consciência individual é tarefa imediata da psicologia.

GT 15 PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO, VIOLÊNCIAS E CRIMINALIZAÇÃO

A disciplinarização dos corpos: velhas práticas nos "modernos" manicômios judiciários

Giane Silva Santos Souza (Escola Superior da Amazônia- ESAMAZ), **Marcelo Moraes Moreira** (Escola Superior da Amazônia - ESAMAZ)

Este ensaio visa expor os resultados da visita de inspeção realizada em 2013 e 2015 no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Estado do Pará (HCTP), como parte da "Inspeção Nacional a Manicômios Judiciários, Hospitais de Custódia, Alas Psiquiátricas e similares", iniciativa do Conselho Federal de Psicologia e Ordem dos Advogados do Brasil, assim como entidades civis. O HCTP tem capacidade máxima prevista para 120 pessoas, na inspeção realizada em 2013 estavam sendo acolhidas 218 internos, distribuídos entre 196 homens e 20 mulheres, em 2015 são 197 internos sendo estes 180 homens e 17 mulheres. Ao cruzarmos as informações das duas inspeções, verificamos que praticamente não houve alterações, tanto em nível de estrutura física como nas garantias de direitos dos internos, pois de acordo com a direção o tempo médio de internação continua entre 05 a 08 anos. Os internados são acomodados em celas, em geral coletivas, onde permanecem em média 05 ou 06 pessoas. As alas e celas são insalubres, escuras, quentes, úmidas e pouco ventiladas, apresentam um forte odor de urina sem possuir qualquer vestígio de limpeza diária ou semanal. As paredes são sujas, as roupas e os poucos objetos pessoais são dependurados. Em algumas alas são dispostos colchões pelo chão e em outras, identificam-se camas, os sanitários de algumas celas não são usados porque estão entupidos e sem condições de uso. Algumas celas individuais são reservadas para pacientes portadores de HIV e pessoas consideradas "prêmio" pela prática de delitos relacionados à pedofilia. De acordo com a direção existem celas especiais destinadas à triagem, não constituindo "isolamento", à observação da Comissão verificou-se tratar-se de espaço em situação mais precária ainda que a situação geral. Mas, a uma cela de isolamento que contêm apenas cama. Esta cela é usada para colocar os custodiados com problemas mentais em estado de surto psicótico até sua melhora. A ala feminina é separada da ala masculina, mas sem apresentar qualquer diferença das demais, foi observado que não existe espaço para convivência intima, tampouco se explica de forma convincente o motivo para tal privação. O acesso aos corredores nos quais se dispõem os alojamentos – "alas", é guardado por vários portões de ferros, fechados com cadeados, de onde os internos "saem" monitorados pelos agentes penitenciários, quando para o banho de sol, ou para as atividades na escola e de trabalho (em torno de 45 internos). Com relação aos cuidados médicos, estes são precários, há dependentes químicos com tratamentos paliativos para abstinência, não recebem atendimento médico necessário e nem medicação adequada, apenas medicação atenuante das crises. Segundo alguns relatos, existem presos que há 09 meses aguardam um atendimento ambulatorial, sendo que só conseguem ser atendidos após muita insistência e, ainda, somente pela enfermeira do hospital; há mulheres que nunca passaram por exames ginecológicos durante o tempo que estão presas (média de 3 anos); Com relação a atenção jurídica, o HCTP dispõe de uma defensora pública que atende em média de 8 a 10 pessoas por semana. A junta pericial é constituída por 1 (um) psicóloga (o), 1 (um) assistente social, a direção e a vice- direção que cooperam para elaboração dos estudos e laudos, sendo que não se vêm cumprindo a periodicidade mínima de 01 (um) ano para a realização dos exames de cessação de periculosidade, os quais são realizados no Instituto Médico Legal. A atenção em Psicologia é realizada por 3 (três) psicólogas(os) com regime de 40 horas semanais, sendo realizado em médias 3 (três) atendimentos individuais diários. Em ambas inspeções ficou óbvio o incômodo provocado nos profissionais da instituição, sendo evidente a tentativa de justificar e/ou explicar o porquê de algumas medidas cercearem os direitos dos internos. Segundo Lemos (2015), o espaço fechado do hospital psiquiátrico, nos moldes disciplinares, se caracterizam pela reclusão, opressão e tentativa de correção do corpo e da subjetividade dos pacientes. Este é o modelo bloqueio dos corpos, da exclusão dos mesmos como forma de tratar-corrigir a massa carcerária. Desta forma, entendemos ser necessário sair deste contexto entre muros e expor a sociedade a falta de garantia de direitos, desses homens e mulheres que estão reféns do sistema judiciário brasileiro

A redução da maioridade penal: problematizando seus regimes de verdade e efeitos de subjetivação.

Mariana Barreto Vavassori (Universidade Federal de Santa Catarina), **Maria Juracy Filgueiras Toneli** (Universidade Federal de Santa Catarina)

Este trabalho trata-se de uma discussão sobre as propostas de redução da maioridade penal como um dos desdobramentos da biopolítica na contemporaneidade. Tem como objetivo geral dar visibilidade a alguns dos regimes de verdade sobre jovens em conflito com a lei que emergem das/nas propostas de emendas constitucionais (PECs) sobre rebaixamento da idade penal e seus efeitos de subjetivação. Como ponto de partida discutimos o fenômeno da judicialização/criminalização da vida, mais especificamente aquele que incide sobre os jovens em conflito com a lei, a partir das contribuições de Michel Foucault, entendendo a judicialização, e a consequente criminalização, como uma entre tantas formas contemporâneas de governamentalidade. Utilizamos como operador metodológico o conceito de problematização proposto por Foucault, inicialmente mapeando os regimes de verdade em jogo e as práticas que objetivam estes jovens de que nos falam os legisladores, para em seguida, problematizar tais regimes de verdade. Descrevemos os discursos/práticas sustentados por nossos legisladores, partindo da compreensão que os discursos são um conjunto de práticas muito concretas que não são em si nem verdadeiros nem falsos, mas funcionam como uma maquinaria de poder, sendo alvo e instrumento de disputas diversas. Os argumentos dos legisladores favoráveis ao rebaixamento da idade penal podem ser, didática e sinteticamente, organizados em quatro eixos principais: a) O aumento da criminalidade juvenil nos últimos anos; b) O discernimento do adolescente, tendo em vista o desenvolvimento da sociedade e, em especial, dos meios de comunicação, o que possibilita cada vez mais acesso a informação, acelerando a maturidade; c) O fato de o adolescente de 16 anos poder votar, possibilitando o exercício da cidadania política; d) O adolescente autor de ato infracional se beneficiaria de uma suposta impunidade, cometendo assim mais crimes ou crimes mais violentos. O tema da atenção à infância e juventude possui historicamente um repertório de discursos/práticas bem conhecidas, com suas diversas matizes desde proteção, tutela, controle, vigilância, e na falência destes processos, o encarceramento. A temática da redução da maioridade penal atualiza formas de controle e coerção sustentadas pelas práticas menoristas, como a criminalização da pobreza. Outras práticas que são tão escamoteadas quanto frequentes, pois assolam cotidianamente a vida dos jovens pobres das periferias urbanas são as práticas de tortura e de homicídio aos quais estão submetidos. Na polarização do debate sobre a redução da maioridade penal destaca-se que, tantos os favoráveis quanto contrários à proposta, sustentam, ainda, as ilusões "re", como sugere Vera Malaguti Batista, acionando eufemicamente a ideia de reeducação, ressocialização, reintegração. Como regime de enunciação, o qual dá suporte de saber para o dispositivo da judicialização, percebe-se o uso da criminologia positivista e sua persistente busca pela causa da conduta delituosa, a produção de estereótipos, criando ainda condições de maior vulnerabilidade aos grupos-alvo do arbitrário processo de criminalização. A criminologia positivista e a racionalidade penal moderna aparecem como pano de fundo que sustenta a tendência à judicialização/criminalização dos jovens. A capacidade de discernimento atestada cientificamente é justificativa para a punição, que, por vezes, aparece nos discursos dos legisladores traduzida sob a rubrica da responsabilidade. Sugerimos uma inversão da compreensão dominante sobre a judicialização/criminalização, entendendo esta como efeito do conflito e não como solução. Observamos que, seguindo a lógica penal, os legisladores procuram um indivíduo consciente, autônomo, pleno de suas capacidades mentais e responsável por seus atos. Entende-se que a criação de mecanismos legais mais rígidos para os jovens é uma forma de gestão de risco social e a judicialização/criminalização responde a demandas sociais, formalizando conflitos a partir da perspectiva penal, produzindo, assim, dois modos possíveis de configuração de sujeito: o de agressor ou de vítima, tendo como um de seus efeitos a polarização da opinião pública e, também, dos modos destes jovens de ser e estar no mundo.

A saúde de homens presos: promoção da saúde, relações de poder e produção de autonomia

Andreia Resende dos Reis (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Este trabalho visa refletir sobre a saúde de homens presos. Traz para o debate as noções de gênero, masculinidade, promoção da saúde, relações de poder e produção de autonomia. O campo de investigação no qual a produção de dados empíricos se desenvolveu foi um complexo penitenciário de segurança máxima localizado na região metropolitana de Belo Horizonte-MG. Os dados produzidos neste trabalho resultam de entrevistas realizadas com treze homens que desempenham atividades laborativas dentro da unidade prisional. As entrevistas foram registradas em diário de campo, durante e após sua realização, respeitando-se as normas da administração prisional do Estado, que impedem a utilização de qualquer instrumento eletrônico para captar os dados. O trabalho analítico se amparou na abordagem teórico-metodológica das práticas discursivas, para o desenvolvimento de questõeseixo que contemplavam repertórios interpretativos discutidos, sentidos construídos sobre saúde e práticas de cuidados. Os dois eixos iniciais se desdobraram em quatro possibilidades analíticas para: 1) compreender os discursos produzidos sobre a saúde; 2) compreender como os homens lidam com as práticas de cuidado no cotidiano; e 3) compreender o que dizem sobre a perspectiva de mudança na oferta de saúde nas prisões. As discussões sinalizam que o modelo hegemônico de constituição do masculino tem trazido consequências negativas para a saúde e para a vida dos homens entrevistados. Constatou-se isso no momento das revisões da temática sobre Saúde no Sistema Prisional, quando se observou que a literatura é escassa, além disso, nota-se que a maioria dos trabalhos produzidos partem de abordagem quantitativa ou de revisão de literatura e das doenças sexualmente transmissíveis (Aids e hepatites virais), tuberculose e doença mental. Observa-se, ainda, que nessas produções, gênero aparece como sinônimo de mulher. Tal constatação é de extrema importância, pois só reforça as desigualdades de gênero, e, nessas relações de desigualdade entre homens e mulheres, e as diferenças de poder e de acesso aos recursos, traz como consequências dessas desigualdades impactos negativos em suas vidas, em suas saúdes. Tal observação foi de grande relevância, pois grande parte da descrição do homem produzida pelos presos remete a um homem generificado por modelos hegemônicos de masculinidades, marcado pela violência, avesso às praticas de cuidados e possuidor de um corpo doente ou predisposto à doença. A despeito disso, discute-se como os homens presos reproduzem um corpo masculino visível, em fragilidades e vulnerabilidades, que impactam em obstáculos para desenvolver práticas de cuidado. A dimensão institucional atravessa as práticas discursivas e a produção de sentidos sobre a saúde e o cuidado de si. Sem a pretensão de esgotar o tema, acredita-se que os resultados poderão expandir as discussões, tanto na área da saúde quanto na área da segurança pública. Em relação ao objeto de investigação, no qual se pretendia identificar as produções discursivas a respeito de saúde/doença expressos pelos homens presos, foi possível, a partir dos seus repertórios, encontrar certa polissemia entremeada nos modos de compreender a saúde, e como essas construções trazem ressonâncias aos modos de lidar com os próprios cuidados. No que tange à promoção da saúde, as análises levam à reflexão sobre os discursos de sustentação centrados no saber biomédico e na perspectiva de saúde como ausência de doença, bem como apresentam discursos sobre autonomia, que escapam à dimensão institucional e institucionalizada da prisão. Tal fato é importante, pois a impressão é que a pessoa que está presa só cumpre pena e como estratégia de resistência também produz cuidados.

Cartografia de processos de subjetivação em políticas sobre drogas no Brasil

Roberta Brasilino Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro), **Polianne Delmondez** (UnB/UFRJ)

O presente trabalho analisa os processos de subjetivação envolvidos nas políticas sobre drogas operantes no contexto nacional brasileiro a partir da lei 11.343/06 e de um projeto de lei (PCL 37/2013) em tramitação que pretende modificá-la. Na cartografia, os dispositivos são considerados máquinas que possibilitam ver e falar, mediante campos de visibilidade e dizibilidade, em que aparecem relações forjadas por discursos e suas estratégias de poder-saber. Os dispositivos lei e projeto de lei que aqui são analisados atuam de modo a produzir, em primeiro lugar, subjetivações que se operam sobre espaços urbanos tratados como diferenciados, as favelas, e que estão diretamente relacionadas ao comércio varejista de psicoativos que lá ocorrem. Em segundo lugar, esses dispositivos engrendam subjetivações diretamente relacionadas com as ações de internação/recolhimento do poder público para com pessoas identificadas como usuárias de crack que se encontram nas ruas das grandes capitais do país. Observa-se entre as linhas de composição desses dispositivos fortes marcas de um Proibicionismo e uma Guerra às Drogas e, nesse sentido, constitui-se tarefa ético-política da pesquisa em curso apontar não só certos efeitos que vem sendo produzidos pelas atuais políticas sobre drogas, como também pensar outras configurações possíveis. A partir da pergunta, qual é a concepção de sujeito e de subjetividade colocada no âmbito dos dispositivos lei 11.343/06 e o projeto de lei 37/2013, é possível destacar a atuação de diferentes áreas de saber, sempre indissociadas de relações de poder, produzindo formas matáveis de existência, formas que conduzem a constantes processos de sujeição. Tachados como indivíduos destituídos de capacidade de escolha em virtude do uso real ou virtual de crack ou outras drogas, esses sujeitos são frequentemente identificados como zumbis, mortos-vivos, lixo urbano. Tratamento semelhante estão submetidos aqueles moradores de favelas cuja relação (novamente real ou virtual) de qualquer espécie com o comércio varejista de drogas é estabelecida. Tornam-se imediatamente traficantes e por isso personificações do mal.

Se existem formas regulatórias que proporcionam a emergência de sujeitos e se sua constituição segue alguns critérios do poder por meio da incorporação de padrões sociais, a teoria de formação do sujeito deve levar em conta um importante processo de sujeição aí em operação. Algumas formas de categorizações sociais podem estabelecer uma vulnerabilidade de sujeitos a partir de mudanças históricas, produzindo efeitos sobre a forma de constituição de direitos sociais. A problemática na qual se inserem as situações tanto das pessoas identificadas como traficantes nas ações policiais em favelas, quanto daquelas recolhidas das ruas brasileiras em virtude do 'crack' nos mostra isso mais uma vez. Tratam-se de operações que implicam em constantes assujeitamentos ou perdas de referências e produzem recorrentes processos de dessubjetivação por meio da violência do Estado. As características assumidas nessas ações parecem demonstrar que as categorias produzidas representam uma grande perturbação da ordem e por isso precisam ser contidos, retirados do convívio social que 'contaminam'. Eles são alvo constante da preocupação de diferentes saberes que simultaneamente operam e produzem essa categoria de sujeitos que necessitam permanecer em espaços de exclusão em nome da segurança do restante da população. E enquanto o discurso oficiais esforça-se em se afirmar defensor dos principais interesses e valores da sociedade, as práticas estão fortemente comprometidas com o exercício de uma violência dita excepcional, porém permanente.

Diversas faces da legitimação de um linchamento: reflexões sobre a produção social da violência.

Marcos Pablo Martins Almeida (FAVIP/Curso de Psicologia), **Arles Monaliza Rodrigues Nascimento** (Centro Universitário do Vale do Ipojuca), **Joanna Caroline Araújo Monteiro** (Universidade do Vale do Ipojuca (Unifavip-DeVry)), **Angélica Morgana de Jesus Oliveira** (Universidade do Vale do Ipojuca - UnifavipDeVry), **Deysiane Kelly do Nascimento Macedo** (Unifavip DeVry), **Hannah Dâmaris Torres de Lima Silva** (Unifavip DeVry), **Gabriel Pereira de Souza** (Universidade Federal da Paraíba)

O linchamento é uma prática de violência coletiva que existe há séculos, tanto no Brasil quanto em outros países. Ganhou no último ano, no contexto brasileiro, maior notoriedade quando alguns casos tiveram repercussão nos diversos canais de comunicação como televisão, jornais e internet. As manifestações de apoio a esse tipo de violência também têm se reproduzido nos comentários de publicações postadas na internet. Esses acontecimentos chamaram a atenção do Grupo de Pesquisa em Psicologia do UNIFAVIP/DeVry, que passou a estudar o tema, buscando compreender o fenômeno do linchamento a partir dos sentidos que na contemporaneidade produzem a legitimidade social constitutiva da disposição para este tipo de violência. No percurso desse estudo foi definido que o grupo analisaria vídeos sobre linchamentos postados na rede social de compartilhamento de vídeos Youtube e seus respectivos comentários. Nesse sentido, o resumo em questão visa apresentar elementos iniciais da análise de uma reportagem produzida por um telejornal "policial" de abrangência nacional. A proposta se insere no Eixo Temático "Processos de urbanização, violências e criminalização" tendo em vista que o linchamento no Brasil é um tipo de violência que acontece principalmente na periferia das grandes cidades, empreendida por grupos que se configuram de forma comunitária, seja pelas relações familiares e/ou de vizinhança que antecedem à associação repentina para o crime, ou pela própria experiência da comunidade imaginária ligada pelo medo que mobiliza e consolida a multidão de "desconhecidos" envolvidos. Utiliza-se enquanto orientação teórica a conceituação de autores que caracterizam o linchamento como um ato de reafirmação da ordem comunitária "violada" pelo sujeito linchado. Os autores afirmam ainda que consiste em um ato de expurgação do "estranho", que assim se configura por seu comportamento (crime ou violação imputada) e/ou por sua identidade social. Considera-se também que é comum aos linchamentos no Brasil o caráter ritualístico, ou seja, a quase "replicação" ritual do crime cometido na punição aplicada pela população. Ainda nesse sentido, o linchamento quase sempre envolve a desfiguração da vítima, o que sinaliza uma "vontade coletiva" de desumanização do linchado. De acordo com essa conceituação existe uma distinção do tipo de linchamento de acordo com a motivação dos linchadores: (1) Quando o linchamento ocorre por parte de parentes, amigos e vizinhos das vítimas, acontece por vingança, já que existem laços afetivos estreitos e o forte sentimento de pertença de grupo; assim, quando as normas e valores sociais são quebrados e desestabilizados, não perpassam apenas pela dimensão individual, mas pelo corpo de toda a coletividade envolvida na comunidade. (2) Já nos linchamentos cometidos por transeuntes "desconhecidos" o que tende a ser motivação é o castigo, pois as pessoas não conhecem a vítima e por isso não possuem do que se vingar, apenas castigar quem rompeu as normais sociais. Enquanto método trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório realizado através da análise de uma reportagem sobre o linchamento de uma mulher que foi exibido em um telejornal "policial" de abrangência nacional e que se encontra disponível no YouTube. O linchamento em questão aconteceu em 06 de novembro de 2012 em Dias D'ávila, região metropolitana de Salvador. A vítima do linchamento sofreu a violência por ser acusada pela população de "esconder" um dos suspeitos de um crime de estupro seguido de morte, cometido contra uma moradora do local. O vídeo começa com o "âncora" pedindo as imagens que mostram uma mulher caída no chão, sendo apedrejada por populares. As imagens mostram um corpo caído em uma calçada, próximo a um muro e uma multidão envolvendo pedestres, motocicletas e bicicletas. Em geral, o grupo é composto por homens e mantêm uma distância de cerca de dois metros da vítima. Algumas pedras grandes são atiradas na mesma. Em seguida o âncora afirma com toda convicção: "É uma assassina!" e continua sustentando a acusação sobre ela. Aparecem imagens de mulheres e crianças exibindo cartazes e sorrisos nos rostos. Em coro, se ouve: "Queremos justiça". A polícia chega ao local e impede o assassinato da vítima de linchamento. A mesma é colocada na viatura sem nenhum cuidado com sua saúde, logo depois, é entrevistada pelo repórter da equipe do telejornal, e embora negue a participação no crime, é desmentida pelo âncora. As imagens mostram um profissional de saúde a tratando de forma descuidada e violenta. Após várias repetições das imagens do apedrejamento e da demolição de sua casa, a reportagem é encerrada sem que haja a revelação da sua inocência. Através da análise do vídeo citado, foi possível perceber o descrédito da vítima do linchamento por parte não somente das pessoas que o praticaram, mas também da mídia e das instituições públicas que estiveram envolvidas. Durante toda a duração do vídeo, o linchamento foi legitimado por essas instâncias, que julgaram a vítima como culpada, e, sendo assim, merecedora do linchamento.

Encarceramento e subjetividade: compreendendo o papel da Psicologia na construção e desconstrução dos discursos acerca da questão criminal contemporânea

Anna Paula Fagundes Bezerra (Faculdade Católica Rainha do Sertão)

Este trabalho é fruto da atuação em psicologia, durante três anos, em uma unidade prisional localizada na região metropolitana de Fortaleza/CE. Considerando a complexidade da situação que atravessa as biografias das pessoas que se encontram presas, bem como sua relação com as inúmeras condições sociais, históricas, políticas e econômicas que a questão da criminalidade contemporânea e suas múltiplas formas de penalização, pretende-se problematizar a inserção do profissional psicólogo em um presídio masculino. Entendendo a criminalização como algo não natural e regido por causas biológicas e/ou individuais, mas como um processo social e histórico, delimitado por uma definição de crime como determinado socialmente e de acordo com determinado momento histórico, discute-se as possibilidades de atuação da psicologia no ambiente carcerário. Considera-se que o lugar daquele sujeito fixo, natural, individual, essencial e determinado por qualquer ordem natural, moral, religiosa, etc. perde espaço e poder diante da complexidade e instabilidade que a questão criminal contemporânea e suas múltiplas formas de olhares e dispositivos tentam explicitar. É com este espírito e princípios que o debate sobre o trabalho no âmbito da Psicologia no sistema prisional se impôs, produzindo questionamentos e desacomodações, A possibilidade de produzir uma intervenção na prisão em diferentes níveis, desde a promoção da acessibilidade a recursos para dar tratamento aos sofrimentos impostos pela experiência do cárcere, até a desconstrução das necessidades históricas, sociais e ideológicas que têm sustentado a sua existência será tratada aqui, a partir do exercício da reflexão e da crítica acerca do conceito de justiça e do próprio conceito de pena. A Psicologia, em sua interface com o Direito, vem atuando na área penal a partir de princípios e marcos lógicos instituídos por uma política comprometida com os direitos humanos, conduzida por movimentos sociais e respaldada pelos organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como pelos órgãos governamentais através da garantia de respeito a preceitos éticos e legais que embasam atualmente a Psicologia como ciência e profissão.

Um olhar sobre nossa legislação penal e processual penal é suficiente para que se perceba uma característica especialmente perversa que acompanha todo o aparato persecutório brasileiro: o rigor penal no Brasil está tanto mais presente quanto mais o perfil dos delitos praticados envolver pessoas marginalizadas socialmente ou excluídas. Os avanços alcançados no que diz respeito à construção e ao fortalecimento de um Estado Democrático de Direito Brasileiro perpassa, necessariamente, pela problematização e pela superação das estruturas arcaicas que se radicam na negação dos direitos e que se alicerçam num paradigma de Estado autoritário e, consequentemente, antidemocrático. A partir dos princípios expostos na Constituição de 1988, deriva-se a necessária orientação de um projeto político de profissão no sentido de produzir intervenções que efetivamente contribuam para a construção e o fortalecimento da cidadania plena, da promoção dos direitos, da defesa incondicional da vida e na construção de uma sociedade pautada por relações democráticas. Promover e acompanhar o projeto de atenção à saúde e de inserção social da pessoa presa, segundo os princípios constitucionais de garantia de direitos e dos documentos normativos, é dever fundamental do psicólogo em sua atuação no sistema prisional. O objetivo deste trabalho é problematizar a atuação do profissional de Psicologia nesse contexto, destacando os discursos engendrados nas práticas jurídicas ao longo dos tempos .

Judicialização das "vidas indignas": atualizações a respeito da Unidade Experimental de Saúde em São Paulo

Cássia Maria Rosato (Universidade Federal de Pernambuco)

O presente trabalho objetiva problematizar a criação e manutenção da Unidade Experimental de Saúde (UES), localizada na cidade de São Paulo. Trata-se de uma instituição para "atendimento" de jovens autores de ato infracional que foram diagnosticados como portadores de transtornos de personalidade e/ou periculosidade e se propõe a abrigar egressos de unidades de internação e interditados pelas Varas de Família e Sucessões.

A partir de conceitos de Agamben e Foucault, esse estudo procedeu uma análise de documentos públicos (portarias, leis, dissertações, teses, jornais, sites, etc.) que tinham como tema a Unidade Experimental de Saúde.

Os dados produzidos permitiram evidenciar a junção de diferentes conhecimentos (médico, jurídico, psi), técnicas (exame, diagnóstico, contenção e vigilância) e poderes (executivo, judiciário e soberano) que (re)ativam modos de sujeição/assujeitamento.

O primeiro jovem entrou na instituição aos 21 anos e hoje se aproxima dos 30, ou seja, passou sua juventude encarcerado por um ato infracional que cometeu aos 16 anos. Isto porque esta Unidade pode ser caracterizada por não dispor de tempo de privação de liberdade.

Agamben nos ajuda a compreender como o homo sacer e as "vidas indignas" se fazem presentes na atualidade e quem são eles, sobretudo, aquelas pessoas que são consideradas perigosas. A UES emerge como um dispositivo que ignora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Política Nacional de Saúde Mental, retrocedendo, de uma só vez, ao Código de Menores e à lógica manicomial. Aliado à isso, de acordo com determinados interesses, leis, normas e demais regramentos instituídos podem ser relativizados criando novas lógicas que "suspendem" a ordem jurídica.

Já Foucault traz análises de relevância para pensarmos o elemento "periculosidade" na gestão desta proposta, ou seja, a ideia de jovens perigosos subsidiou a necessidade de um espaço de contenção para internos que já haviam cumprido o tempo máximo da medida socioeducativa de internação. Tendo em vista que, do ponto de vista da saúde, o atendimento de pessoas que apresentam transtornos tem como diretriz principal a política de saúde mental com tratamento prioritariamente em serviços de saúde abertos, não houve interesse por parte da justiça paulista neste modelo de cuidado. Desta maneira, o saber médico psiquiátrico poderia "justificar" a necessidade de inventar uma "prisão-hospício" para jovens, ao arrepio da lei, fazendo uso de suas técnicas: o exame e o diagnóstico. Ao saber psi (psiquiátrico e psicológico) que examina e nomeia um distúrbio de personalidade, se agrega a ideia de periculosidade, que advém do campo da criminologia e não da saúde.

Neste sentido, a UES revela como modos contemporâneos de exclusão social têm sido implementados, tendo em vista as novas roupagens que práticas autoritárias podem assumir. Também podemos entender como processos de institucionalização de ações e técnicas que buscam aparentar o direito à saúde, guardam perspectivas conservadoras que violam direitos já conquistados. Os documentos analisados permitiram compreender como tais práticas ganham status de legitimidade, através de estudos, opiniões de especialistas, enfim, uma série de recursos que são ativados para construção de uma retórica de convencimento da população de que tal instituição pode ser necessária. Os jovens internados precisam de laudos de especialistas que os autorizem a deixar a Unidade. Isso não ocorreu nos últimos 8 anos; parece se tratar de um lugar de exceção, nos termos de Agamben, onde tais jovens vivem o retorno de tecnologias disciplinares que envolvem punição, vigilância e violação de direitos.

Podemos concluir como a vida de jovens adultos que cometeram atos infracionais tem sido conduzida, na contemporaneidade. Entende-se que a UES emerge com o intuito de re/ativar técnicas de assujeitamento e encarceramento de pessoas, judicializando vidas consideradas indignas. Ao mesmo tempo, torna-se possível vislumbrar a retomada de processos autoritários sob novas fachadas, mais "modernas", no entanto, com velhos objetivos que almejam disciplinar corpos e vidas indóceis.

Esta investigação tem relação direta com este GT pois aborda processos de criminalização, associado à produção do medo e da insegurança. No caso da Unidade Experimental de Saúde se vê "a reedição de propostas urbanísticas e criminológicas positivistas que embasam políticas destinadas a conter o fenômeno da criminalidade".

Ode ao ódio: Dificuldades e entraves para atuar com ressocialização no sistema prisional

Janete de Paiva Borges Janete (Universidade Federal Fluminense)

Nem o Código Penal nem a LEP preveem assistência psicológica ao detento. Ao psicólogo, no sistema prisional, compete fazer exame criminológico para instruir decisões judiciais e participar de comissões que decidem penas privativas de liberdade e restritivas de direitos: lugar investigador e punitivo. Diretrizes como o PNSP, no entanto, advertem: "presos, qualquer que seja a transgressão, mantêm os direitos de gozar dos mais elevados padrões de saúde física e mental; estão privados de liberdade, não dos direitos humanos" e prevê "redução dos agravos psicossociais decorrentes da situação de confinamento". Amparados nestes norteadores, buscamos implementar ações para além do trabalho prescrito. A partir de queixas de pensamentos suicidas; ansiedade, depressão, etc, propusemos intervenções reflexivas sobre o delito (circunstâncias; vivências disparadoras, o lugar da vítima, responsabilização e reparação), considerando-se a conjunção de fatores históricos, políticos e psicossociais da realidade em questão.

Apesar das limitações, procuramos estabelecer um canal de comunicação autêntico para estabelecimento de vínculos. A seguir, elencamos temas para discussão (prevenção e redução de danos no uso de drogas; estresse; tuberculose, justiça restaurativa, mediação de conflitos), incentivando-os a protagonizar seu próprio processo de aquisição e transmissão de conhecimentos. Dentro do ambiente inóspito e exacerbador da violência, tentamos desenvolver um campo relacional para o desvelamento da experiência, facilitando a reflexão sobre preconceitos e desafios no retorno à sociedade, com perspectiva fenomenológica: sem nenhum viés rotulador de ordem intrapsíquica, psicofisiológica ou determinantes sociais, com aporte gestáltico: experimentações criativas que surgiam espontaneamente no processo. Sem recursos e respaldo de outros atores, as atuações ficam restritas, no que tange à sua divulgação e aprofundamento. Os entraves se dão não por falta de demanda, mas pela representação que agentes institucionalizados e parte da sociedade possuem do delituoso (bandido bom é bandido morto); na ausência de dispositivos legais que assegurem a prática do atendimento psicológico, subsidiados pela instrumentalização básica para sua consecução (infraestrutura e suporte mínimos) e na desqualificação do trabalho (isso está atrapalhando o bom andamento do trabalho carcerário; aqui não é consultório; dê um jeito de agilizar aí; tenho coisa mais importante para fazer do que trazer interno para a Psicologia, vá para o inferno; entre outros). Conforme Kayo (2014), "todo crime deve ser punido, mas o modo de punir influencia na reincidência do criminoso, que fará novas vítimas; reabilitar reduz a criminalidade; o trauma vivido na cadeia agrava os problemas psicológicos [...] ficam mais propensos a perpetuar a vida marginal e não há reabilitação para que deixem a vida do crime". Alternativas como a justiça restaurativa (Mc Cold, 2003, p.2) que propõem uma "nova maneira de abordar a justiça penal, focando relacionamentos e fortalecimento dos agressores para assumir responsabilidade por suas ações" não são bem vistas ao abordar a violência e a criminalidade, em função do estigma: Segundo Moutinho (2002), um juízo de valor enraizado, que é preciso combater para compensar a falta de oportunidade e a defasagem" e "o Estado, ao segregar, nega o princípio da igualdade e é obrigado a atuar para superar o estigma que ele mesmo ajudou a produzir, com difícil e lenta reversão". O estigma reveste os "guardiões da ordem" que, ora desdenham das práticas de ressocialização, ora desqualificam o profissionalismo e as demandas que nos chegam, mesmo com ofícios judiciais: impedindo ou atrasando a vinda dos internos; permanecendo no atendimento para comprometer a privacidade necessária ao estabelecimento da confiança; pronunciando ameaças, etc. Tais posicionamentos deixam entrever a concepção de que; uma vez praticado um delito, o sujeito não tem mais nenhum direito nem é mais um ser humano.

A igualdade apregoada pela Constituição e cuja defesa repousa também em nossos códigos de ética, conforme diz Hanna Arendt (1979),"não é um dado, mas um construído". Para defendê-la no exercício de nossa profissão, devemos abandonar julgamentos maniqueístas e moralistas e investir na dignidade humana. O delito precisa ser compreendido dentro da relação do sujeito com o meio, deixando perspectivas psicologizantes e culpabilizadoras (desvio de personalidade, mentalidade criminosa; determinação genética), focando o presente, em perspectiva com o que se projeta para o futuro, de modo singular. Alguns feedbacks, por vezes, expressos com lágrimas, foram: "ao abrir o coração, foi como tirar um peso dos ombros"; "tenho pensado muito e não quero mais a vida do crime"; " bom saber que um estranho acredita na gente"; "quero continuar trabalhos assim fora do presídio"; "ainda ouvirão falar e ter orgulho de nós", entre outros. O trabalho pareceu contribuir para a reflexão da relação entre restrições experienciadas ao longo da vida, a implicação e responsabilização pelas consequências advindas das escolhas feitas, com perspectivas mais livres e criativas de existência. É oportuno lembrar que a violência diz respeito a todos: os detentos retornarão ao convívio social ao final de suas penas e, quanto mais aptos a articular a responsabilidade pelo delito com um recomeço ético, mais a sociedade se beneficiará.

Pixação/Graffiti e a Desobediência: cartografando adolescências

Kenia Soares Maia (Universidade Federal Fluminense)

"O gesto estético transformado em arma de combate social pode fazer da pixação a mais potente forma de arte de nosso tempo." (Tiburi, 2013)

Esta pesquisa abordou a adolescência pobre no Brasil, a partir de uma cartografia dos processos de produção de subjetividade insurgentes na atualidade, como forma de resistência à criminalização e à morte. Tomamos a Pixação/Graffiti como formas de expressão que nos levam à aproximação da desobediência enquanto algo positivo, produtor de coletividade e saúde. Por isso escolhemos o GT 15: PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO, VIOLÊNCIAS E CRIMINALIZAÇÃO.

O Mapa da Violência 2014 – Os Jovens do Brasil é uma referência importante para quem pesquisa a juventude pobre no Brasil. A cartografia produz um mapa diferenciado deste, onde os dados são produzidos ao longo do processo de pesquisa, (Barros e Barros, 2013) . A experiência vai traçando um trajeto que desenha o mapa. Mais que dados a serem atingidos, a cartografia inclui problemas que provocam a atenção do pesquisador. O Mapa da Violência, que não é universal, tampouco naturaliza o que traz enquanto dado, nos aponta um problema: como estamos lidando com a juventude pobre e negra no Brasil? O Mapa da Violência torna-se uma pista importante na nossa pesquisa. Verificamos através dele que adolescentes em situação de pobreza, moradores das chamadas comunidades, em sua grande maioria negra, sofrem um tipo de controle social distinto de outros adolescentes. Esses jovens sofrem contenções e repressões massivas, são foco de ações policiais e vítimas de extermínio. Como nos mostrou Waizelfiz (2014) a tendência geral, desde 2002, é a queda no número absoluto de homicídios da população branca e o aumento nos números de "mortes matadas por armas de fogo" da população negra. Esses números são observados tanto no conjunto da população adulta quanto na população jovem. O número de brancos, vítimas de homicídio diminuiu de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, o que representa uma queda de 24,8%. Entre os negros, as vítimas aumentaram de 29.656 para 41.127 nessas mesmas datas, havendo o crescimento de 38,7%. Entre os jovens, a evolução foi muito semelhante, mas com manifestações mais intensas: em 2002 foram registrados 10.072 homicídios de jovens brancos, reduzidos para 6.823 em 2012. Em 2002 17.999 jovens negros foram mortos e esse número aumentou para 23.160 em 2012. Para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros. Esses dados evidenciam uma morte específica, de grupos específicos e o formato de intervenção social que vem operando com esses grupos.

Esses dados nos apontam para uma rede, para os agenciamentos que produzem essa situação mortífera dos jovens. A cartografia recai sua atenção sobre essa rede e busca destacar suas linhas e revelar suas engrenagens. (Kastrup, 2009) Para isso, aproximamo-nos de Movimentos Culturais do Hip Hop, oficina de Graffiti e acompanhamento de graffiteiros em mutirões de Graffiti na cidade de Sã Gonçalo e Niterói.

Cartografar é acompanhar processos, construir narrativas acerca desses processos e registrá-los. Não se trata de um retrato, nem pretendemos definir e diagnosticar nossos jovens, mas sim contar sobre seus processos de resistência, sua insurgência. A cartografia é ela mesma um processo que se delineia ao caminhar, sem uma direção pré-estabelecida como um traçado méta-hódos, mas sim um hódos-méta. (Passos e Benevides, 2009) Com isso, a cartografia nos levou à pixação e ao graffiti. Nunca havíamos nos aproximado dessas artes, mas acompanhando a desobediência chegamos até elas como quem, deambulando pelo mundo, chega a uma cidade desconhecida. Uma cidade "colorida" ou "preta fosca", que de alguma forma nos leva de volta a nossa cidade, nos devolve a ela. Uma cidade dentro da outra, mas que como ítalo Calvino nos revela, são "Cidades Invisíveis". Conhecemos nossa cidade oculta ao encontrarmos a pixação/graffiti. O artistador, como chamamos os graffiteiros e pixadores, por se tratarem de interventores da arte no espaço urbano, é um cartógrafo de muros livres, a espera de artistações, de vida e movimento. Esse movimento é dado por ele que desvela a potencialidade do muro, da marquise, dos trens e arranha-céus.

Trabalhamos com a desnaturalização da psicopatia na adolescência de forma a questionar, num breve histórico, a criminalização da desobediência ao longo da história da psiquiatria e psicanálise. Recorremos ao conceito de agressividade em Reich e Winnicott por serem autores que propõem uma perspectiva positiva da experiência da agressividade e da adolescência. Consideramos que a Pixação/Graffiti é uma forma de saúde na cidade. A artistação ou a desobediência podem ser um caminho para a produção de um território mais democrático, exercendo o direito à cidade e conquistando visibilidade através da Pixação/Graffiti.

Políticas de Segurança Pública na Maré: uma análise do medo como operador político

Fhillipe Antônio Araújo Pereira (Universidade Federal do Rio de Janeiro), **Roberta Brasilino Barbosa** (Universidade Federal do Rio de Janeiro), **Pedro Paulo Gastalho Bicalho** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania - NIAC, programa de extensão universitária da Pró Reitoria de Extensão da UFRJ, destina-se ao atendimento das comunidades do entorno da Ilha do Fundão, especialmente dos moradores do Complexo da Maré. Objetiva, entre outras coisas, potencializar os esforços empreendidos desde 2009 pela instituição Redes de Desenvolvimento da Maré por meio do projeto "Movimento Maré que Queremos", contribuindo com ações de defesa e promoção dos direitos dos moradores deste território. Nesse trabalho buscamos lançar um olhar a partir da experiência de uma pesquisa intervenção junto à comunidade citada durante o processo de inserção das Forças Armadas no período da Copa do Mundo da FIFA 2014, cartografando os efeitos subjetivos relacionados às angústias e esperanças dos moradores com a nova rotina. O Complexo da Maré, um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, vem passando por diversas transformações em seu território, fruto do intenso reordenamento urbano ocasionado pelas políticas de segurança pública e também pela organização dos mega eventos esportivos. Tais transformações interferem no cotidiano dos moradores que passam a presenciar cotidianamente as ações dos agentes públicos de segurança em um território até então majoritariamente comandado por grupos de comerciantes de drogas e milicianos. As análises sobre exclusão social permearam nossas observações acerca do novo contexto que se apresentava à comunidade. Que parte deste grande evento, marcado por um caráter festivo, de entretenimento e de transformações no espaço urbano, cabe aos moradores da Maré? Para tais reflexões tivemos contribuições importantes através do conceito teórico da dialética da exclusão/inclusão desenvolvido por Bader Sawaia. A partir dos discursos aos quais tivemos acesso, que enfatizavam angústias e expectativas com relação à ocupação e a possível criação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), constatamos a importância de nos amparar teoricamente nos temas da violência urbana, medo e políticas de segurança pública. Para tanto nos referenciamos nas contribuições de Vera Malaguti Batista, Luiz Eduardo Soares, dentre outros teóricos alinhados ao tema. Na realização da pesquisa intervenção a equipe participou de reuniões de discussão acerca da implementação do contingente das tropas militares na Maré. Nessas reuniões se encontravam presentes os líderes das associações de moradores das diferentes favelas do território, membros das forças militares que o ocupavam e organizações da sociedade civil que atuam no espaço. Além de observações participantes nesses encontros, a equipe também fez observações participantes no território da Maré, assim como realizou entrevistas semiestruturadas com os moradores das 16 favelas que compõe o bairro com vistas a estabelecer uma maior aproximação da realidade que estavam experimentando. Promovemos encontros semanais, nas diferentes comunidades que compõem o Complexo da Maré, de modo que ao final cobrimos todo o território, abordando os moradores sobre o que mudou na vida da comunidade após a ocupação das forças armadas, nos seus diferentes aspectos. A iniciativa possibilitou evidenciar processos de coerção social capitaneadas pelo medo frente a reais e possíveis violações de direitos. Isso pôde ser constatado desde a recusa de alguns moradores em participar das entrevistas, até relatos explícitos de outros sobre violações sofridas. A própria metodologia da pesquisa intervenção teve de ser repensada logo no início do campo. A ideia de realizar plantões de atendimento e escuta nas associações de moradores teve que mudar para a abordagem nas ruas, uma vez que identificamos que para os moradores não era muito "convidativo" se expor indo as associações falar de possíveis violações de direitos em um contexto de imprevisibilidade de riscos. A pesquisa nos permite afirmar acerca de um certo uso político do medo como importante instrumento de regulação no ordenamento urbano. Sentimentos de insegurança, que acarretam em demandas por políticas de controle destinadas a populações e espaços específicos da cidade, são produzidos inclusive a partir das ações de ocupações militares de áreas urbanas tidas como diferenciadas. E assim deixam como grande legado para essas populações reafirmações sutis e constantes de exclusão social.

Políticas no limiar da pele: direitos, urbanidade e violência

Wanderson Vilton Nunes da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Neuza Maria de Fátima Guareschi** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Esta proposta relaciona-se ao GT Processos de urbanização, violências e criminalização a partir da discussão sobre urbanização, violências e garantias de direitos. Nos últimos anos a demanda por garantias de direitos é pauta que move as políticas de urbanização das cidades brasileiras. Bem como são produzidas estratégias e ações do Estado pela via do direito para solucionar e viabilizar alternativas à vida nas cidades. Por esta via, o direito à cidade tornou-se algo recorrente nas manifestações em ruas e instituições políticas do país, propondo problemas e alternativas para questões relacionadas à circulação e à habitação de sujeitos nos espaços urbanos. As cidades colocam-se em uma relação importante com a produção de uma urbanização que põe em jogo as vidas de determinadas populações a partir de discursos-práticas que remetem às práticas de garantias de direito. A proposta desse trabalho é problematizar aspectos dessa urbanização através de discursos e práticas referentes aos modos pelos quais pessoas em situação de rua tornam-se sujeitos de práticas e de discursos que visam garantir e implementar direitos, tendo as questões do direito e de suas violações como elementos que compõem esse campo de problemas. Atualmente, a população em situação de rua do Brasil é produzida como um problema de governo sobre o qual incidem políticas públicas e práticas sociais de diversas instituições que buscam efetivar e garantir direitos. Essas práticas buscam devolver dignidade às suas vidas de modo a garantir condições para sua sobrevivência. No entanto, ao nos aproximarmos desse campo de problematizações relacionados à implementação de direitos a esses sujeitos, encontramos uma série de denúncias de violações de direitos por parte de algumas instituições do Estado, como a polícia militar. Do mesmo modo, comerciantes e outros habitantes das cidades, ao buscarem assegurar seu direito à propriedade, realizam intervenções nos espaços urbanos das ruas, criando estratégias que dificultam a vida e a sobrevivência das pessoas em situação de rua, inventando um campo de intervenção na cidade e nas ruas sobre o qual o corpo aparece como alvo de violência e de violação de direitos. Através dos conceitos de subjetivação e biopolítica de Michel Foucault e os de biopolítica e vida nua de Giorgio Agamben, buscamos problematizar as relações que estas práticas põem em pauta ao referirem-se ao direito à cidade e à moradia daqueles sujeitos em situação de rua. Para tanto, apresentamos relatos de campo relacionados a reuniões e seminários do Movimento Nacional da População de Rua em Porto Alegre e textos de matérias de jornais disponíveis na internet que abordam práticas para a população de rua, relacionadas às garantias de direitos e suas violações. Os relatos de campo referem-se a dois momentos importantes para a população em situação de rua de Porto Alegre: 1) o período da Copa do Mundo e as práticas de remoção dessa população dos espaços urbanos; 2) seminário realizado na Câmara Municipal de Porto Alegre com representantes do governo municipal que abordava a questão dos direitos desta população. Já os textos de matérias de jornais abordam questões como: 1) a remoção pela polícia de moradores de rua de viadutos e de ruas da cidade, devido denúncias de moradores de casas; 2) a construção de estruturas anti-mendigos em calçadas e lugares utilizados por pessoas em situação de rua para dormir. As análises que fizemos operam com os conceitos de biopolítica como campo de disputas e de guerra que fabricam uma realidade e com o de subjetivação como espaço de produção de cuidado de si na cidade; e deste modo abordamos o corpo e as ruas como esse lugar de passagem no qual as políticas se inscrevem, colocando a vida em jogo. Com estas análises apontamos para os seguintes analisadores: a) para os discursos que apresentam práticas de violação de direitos em uma impossibilidade de tornarem-se denúncias jurídicas; b) para as ruas e os corpos como lugar de inscrição política; c) para as relações entre as práticas de garantias de direito, de violação de direitos e de violência nos espaços das ruas. Podemos pensar as políticas públicas como elemento de guerra que produz mundos e realidades, construindo um campo de verdades e de elaboração de modos de vida, de políticas de existência e de modos de operar com a vida dos outros, produzindo governo, mas também visibilidades e verdades em um campo enunciativo a partir do qual as vidas são postas em relações de poder. Deste modo, assinalamos a importância em abordar a produção de violências e de violações no âmbito das práticas e discursos que asseguram e asseveram garantias de direitos através da construção e elaboração de um campo de verdades, a partir do qual políticas, pesquisas e demais práticas sociais irão interagir, intervir e criar condições para transformação de modos de vida e de existência nas cidades.

Processos de subjetivação e pesquisa-intervenção: deslocamentos e ressonâncias no estudo de violências infantojuvenis

João Paulo Pereira Barros (Universidade Federal do Ceará)

Nossa proposta com este trabalho é discutir como as consonâncias entre o debate sobre processos de subjetivação e a perspectiva da pesquisa-intervenção podem produzir ressonâncias na composição do campo multifacetado da Psicologia Social. Para tanto, traçamos diálogos com autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari, assim como psicólogos que traçam interlocuções com esses autores para fazer da pesquisa e da intervenção em Psicologia Social no Brasil uma aposta na vida pensada em sua potência de variação. Inicialmente, problematizamos retóricas contemporâneas e antigas capturas ainda presentes acerca da relação subjetividadesociedade. O aparente consenso sobre a "mútua influência" entre "indivíduo" e "sociedade" tornar a articulação subjetividade-sociedade tão autoevidente que fragiliza questionarmos sobre os efeitos dos diferentes modos de pensar esse enlace. Corroboramos com o ponto de vista de que determinadas formações discursivas tão em voga entre psicólogos sociais, ao se valerem de noções como "socialização", "internalização", "reflexo psíquico" para advogar em favor da formação da subjetividade por meio da "influência social", dão novo fôlego à velha lógica binária interno-externo e travestem a perspectiva segundo a qual a subjetividade é permanece associada à interioridade. Vários outros efeitos da interiorização da subjetividade se fazem sentir atualmente em diversas práticas institucionais cotidianas, como as das áreas da saúde e da educação. Dentre os analisadores desse processo de expansão de um modo-indivíduo de subjetivação, estão a medicalização e a judicialização do fenômeno da violência envolvendo segmentos infantojuvenis, que reduzem aspectos sociais a problemas do indivíduo. Como exemplo, podemos citar o modo recorrente de analisar os fenômenos recentemente classificados como bullying no contexto escolar e a criminalização de determinados segmentos infantojuvenis associados ao risco nos territórios urbanos, no bojo do que Michel Foucault cunho de "dispositivos de segurança". Em um segundo momento do trabalho, apresentamos a noção de "processos de subjetivação" como uma ferramenta potente para a recusa da dicotomia interno-externo, servindo, consequentemente, para recolocar o problema da psicologia social e repensar sua função na atualidade.. Já em uma terceira etapa, refletimos ainda sobre quatro deslocamentos relacionados à pesquisa-intervenção que podem contribuir com o estudo micropolítico dos processos de subjetivação contemporâneos por parte de psicólogos sociais: desconstrução dos dualismos; análise das implicações pessoais e coletivas; afirmação do múltiplo, ao invés do consenso; invenção de dispositivos de coletivização das práticas. Por fim, a fim de ilustrar as discussões empreendidas, compartilhamos estratégias utilizadas em duas experiências de pesquisa-intervenção sob o método da cartografia que consideram a problemática das violências envolvendo segmentos infantojuvenis um dos principais desafios ético-políticos que se impõem atualmente no Brasil. A primeira experiência visou cartografar modos de operação do dispositivo-bullying no território da escola. Ocorreu de 2012 a 2013 em uma escola da cidade de Parnaíba-PI. Dela participaram profissionais da escola; estudantes de 11 a 15 anos e familiares desses estudantes. A segunda experiência teve início em 2015 e ainda se encontra em curso. Ela está centrada na cartografia de processos de subjetivação produzidos na articulação de discursos e práticas institucionais em torno da violência urbana envolvendo segmentos infantojuvenis da cidade de Fortaleza. Sua realização vem ocorrendo em territórios da cidade identificados sob o signo da vulnerabilidade-risco social. Valendo-se das mesmas ferramentas teórico-metodológicas, tais experiências de pesquisa-intervenção têm em comum o fomento a uma perspectiva ético-estético-política acerca das violências infantojuvenis que ofereçam resistência a modos de governamentalização que naturalizam e despolitizam tal problemática, localizando a violência no indivíduo a partir de uma noção substancializada da subjetividade. Essa perspectiva ético-estético-política convoca uma análise micropolítico das processualidades, singularidades e multiplicidades da violência infantojuvenil, problematizando as práticas de saber-poder e subjetivação envolvidas nas relações marcadas por violências entre pares na/da escola. Em suma, tomando como ilustração o fenômeno da violência entre crianças, adolescentes e jovens, as conexões entre pesquisa-intervenção e produção de subjetividades sugerem aos psicólogos sociais que coloquem em análise modos de existências a partir do plano da imanência, dando visibilidade e dizibilidade às forças que os atravessam e constituem os encontros e desencontros na contemporaneidade.

Reflexões metodológicas: a construção da percepção sobre usuários de crack no processo de uma investigação

Alexandre Kerr Pontes (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Hoje, no Brasil, a temática do uso de crack tem cada vez mais se tornado um assunto de debate.

Discussões, políticas públicas e pesquisas têm sido criadas para dar conta deste fenômeno social. O presente trabalho surge como repercussão de uma pesquisa relacionada ao tema do uso de crack. Um estudo foi inicialmente realizado nas 25 capitais e Distrito Federal com o objetivo de coletar dados sobre o perfil epidemiológico dos usuários de crack. Nesta investigação, os pesquisadores foram divididos entre as funções de recrutar voluntários para participar da pesquisa e de entrevistar usuários de crack. Posteriormente, o grupo de pesquisadores reuniu-se para refletir a respeito da experiência metodológica, em especial, a construção das percepções sobre os usuários de crack, isto é, como os entrevistados foram selecionados para participar do estudo e como a impressão dos pesquisadores mudou ao longo da investigação. Para tanto, foi criado um grupo focal em que cada um dos colaboradores poderia compartilhar as experiências da investigação e pensar sobre como construíram as suas percepções daquilo que se constituía como um usuário de crack. As descrições das experiências relatadas foram gravadas e, em seguida, analisadas, agregando as falas através de eixos temáticos. A partir desse material, o presente relato diz respeito àquelas falas que contavam a experiência da construção da percepção sobre o usuário de crack nos diversos momentos da pesquisa: dos momentos iniciais, quando uma parcela de pesquisadores contava com elementos midiáticos para compor a construção do indivíduo usuário de crack, até os momentos finais, onde os pesquisadores já teriam interagido suficientemente com o campo para incorporar novos elementos discursivos para comporem suas experiências de percepção desta população. Influenciado pelos trabalhos de Ian Hacking e Michel Foucault, esta apresentação foca nos modos como constituímos sujeitos através das relações de poder e saber. Pode-se observar que os diversos discursos a respeito dos usuários de crack elencam percepções que produzem o que Hacking chamou de "tipos de pessoas". Para além de uma descrição de qualidades e atributos, descrever um indivíduo ou população a partir de saberes revela um dispositivo que produz assujeitamento - sujeito objeto de um saber e alvo de um poder. Porém esta objetificação se dá de forma móvel, os “tipos de pessoas” criadas e estudadas pela ciência se modificam pelas interações dos saberes com o indivíduo e, igualmente, os saberes são modificados pelos tipos de pessoas estudados, constituindo aquilo que Hacking chamou de efeito looping. Entendemos que é necessário enxergar a pesquisa como um processo, cujos meios de construção produzem realidade, ou seja, objetificam indivíduos e os enlaçam em relações de poder. Pensamos que a investigação produz os seus dados indo além de uma simples coleta ou observação objetiva e neutra. Produzem realidade cujos efeitos de poder deveriam ser analisados pelos integrantes da uma investigação a todo momento. Questionar o modo através do qual determinados indivíduos e populações são classificados e socialmente ordenados pode nos levar a compreender melhor como saberes e práticas científicas podem contribuir ou resistir com o processo de criminalização, ou seja, com um modo de produção de subjetividade que organiza e produz alteridades sobre as quais se deve agir e controlar. Por fim, torna-se necessários questionar as formas de assujeitamento, o que requer uma quebra de paradigma que possibilite dissolver o engessamento de determinadas categorias de pessoas e os respectivos modos de existir a elas associado.

Representações de adolescentes em conflito com a lei na mídia

Flora Fernandes Lima (CREAS)

As narrativas acerca do crime geralmente apresentam um acontecimento vinculado à interrupção do fluxo cotidiano normal e usualmente trabalham com descrições simplistas e estereotipadas de criminosos. Essas descrições podem vir a ser responsáveis por boa parte da elaboração de preconceitos e produção de segregação espacial materializada por muros e tecnologias de segurança, bem como de comportamentos e interações sociais movidas por suspeitas, no que diz respeito aos sujeitos dos quais trata (CALDEIRA, 2000). A interface entre mídia e violência, principalmente quando se leva em consideração que seus procedimentos e meios têm influência direta sobre as camadas mais fragilizadas da sociedade, é um dos aspectos mais relevantes da experiência do contemporâneo (principalmente no meio urbano). Nesse sentido, pode-se afirmar que nossos conhecimentos e representações, de maneira geral, podem ser diretamente influenciados pelos suportes midiáticos, que muitas vezes são a principal via de acesso aos acontecimentos públicos e implicam em considerável dependência dos fatos e estereótipos, conforme a maneira como são repassados. Ao enunciar notícias e sentenças, a mídia ensaia uma hierarquia do espaço social por ordem de importância convencionada e prioriza alguns valores em detrimento de outros. A mídia, portanto, é capaz tanto de instituir uma realidade a ser apresentada quanto de organizar o modo de observá-la (GOMES, 2000), constituindo-se uma ferramenta da normalização e manutenção dos mecanismos de poder e desigualdades sociais. O crime, ao ganhar visibilidade social, deixa vislumbrar, pela grande concentração de notícias relacionadas, uma sociedade em forte desequilíbrio e tensões sociais (mesmo que esse desequilíbrio e tensões não correspondam à realidade das ruas de fato), capazes de naturalizar a forma como é apresentado o ato considerado criminoso, associando esse ato a sujeitos específicos (CALDEIRA, 2000). Sendo assim, os estereótipos disseminados a respeito da violência, trabalho, beleza, etc, assim como as representações sociais de maneira geral, acabam sendo adotados como correspondentes legítimos da realidade, por grande parte das pessoas que têm acesso a essas informações. Esse estudo buscou analisar mediante pesquisa bibliográfica alguns dos processos de constituição de representações e estereótipos de adolescentes em conflito com a lei no espaço midiático. Abordam-se inicialmente alguns aspectos da interação entre mídia e construção das representações sociais e estereótipos, buscando compreender como são caracterizados os adolescentes nas imagens construídas acerca destes e disseminadas pela mídia e como essas imagens podem, inclusive, influenciar a alteração de legislações, como o ECA, voltado para crianças e adolescentes. São utilizados como aportes teóricos para o texto autores como Hall (1997) e Rondelli (1996; 1998), Caldeira (2000), além de Moscovici (2010) e Jodelet (2001) para abordar as representações sociais. Foi possível observar que as narrativas acerca do crime geralmente apresentam um acontecimento vinculado à interrupção do fluxo cotidiano normal e trabalham com descrições simplistas e estereotipadas de criminosos. Essas descrições podem vir a ser grandes responsáveis pela elaboração de preconceitos e produção de segregação espacial materializada por muros e tecnologias de segurança, bem como de comportamentos e interações sociais movidas por suspeitas, no que diz respeito aos sujeitos dos quais trata. Levando-se em consideração a instância midiática, pode-se dizer que essa atua como potencializadora de conceitos já socialmente disseminados ao direcionar, além dos conteúdos, a forma como os mesmos são visualizados, auxiliando assim na manutenção de representações e hierarquias sociais. O resultado disso vem sendo uma tendência de associação entre pobreza e periculosidade, que quando traz à tona a questão dos adolescentes, revela tratamentos diferenciados em um discurso que, para se consolidar, costuma utilizar recursos que vinculam, dentre outros aspectos, a periculosidade atribuída ao adolescente e desvalorização do ECA, tendo como fundo manutenção e propagação de estruturas culturais e sociais.

Sistema Prisional e Educação: Algumas Reflexões

Ana Priscila Barroso Araújo (Universidade de Fortaleza), **Luciana Maria Maia Viana** (Universidade de Fortaleza)

Dados sobre a população carcerária indicam que esse grupo é composto, principalmente, por homens jovens, não brancos (negros e pardos), que praticaram crimes contra o patrimônio e possuem baixa escolaridade. Em relação à educação, os dados apontam que o acesso ao ensino formal e ao trabalho é prejudicado em decorrência da prisão. Os presos estudam mais antes de entrar na prisão, menos durante o tempo que passam lá e ainda menos depois que saem. Em relação ao trabalho, a legislação garante este direito ao preso, mas não ao egresso. Ressalta-se, contudo, que as atividades profissionais que desenvolvem durante o período que estão presos, de uma forma geral, não os capacitam para ingresso no mercado de trabalho formal. Considerando esses dados, este estudo, desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Psicologia, propõe uma reflexão acerca do sistema prisional, partindo de um viés educativo e social e discutindo processos de inclusão e exclusão, destacando um olhar sobre o papel da educação, do psicólogo no sistema prisional e das leis que regem as práticas em tal contexto. Defende-se que o conhecimento e a problematização dessas práticas são relevantes à compreensão da importância dos demais aspectos observados a partir desse estudo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que parte de uma análise bibliográfica, de autores clássicos, bem como de artigos disponíveis em bases de dados, como SciELO e PePSIC. Para seleção dos artigos, adotou-se como critério de inclusão as seguintes palavras-chaves: inclusão, exclusão, ressocialização, inserção, prisão e educação. Além disso, considerando a necessidade de aprofundar essas análises, bem como de promover uma articulação entre teoria e prática, realizouse uma entrevista com um professor que atua em uma unidade prisional, localizada no interior do Ceará. Reconhece-se a importância do estudo pelo fato de apresentar discussões relacionadas à contextualização do sistema prisional brasileiro, as políticas públicas, principalmente a sua interface com a educação. Diante dessas explanações, esse estudo aponta para a exclusão da população carcerária, o que parece indicar que esses espaços sinalizam as diferenças as quais são apresentadas o jogo dual das representações que assolam a nossa sociedade - rico/pobre, preto/branco, normal/patológico, criminoso/vítima. Por fim, destaca-se que o material bibliográfico relativo ao tema educação no sistema prisional ainda é escasso, o que parece refletir o pouco interesse dispensado a essa temática, apontando a necessidade de construção de redes, em que diferentes atores estejam envolvidos para o enfrentamento dessa problemática: a mídia enquanto poder de comunicação em massa, abrindo discussões; a comunidade, aceitando e favorecendo espaço para a inclusão. Ademais, destaca-se a importância de uma prática que envolva a articulação entre as Secretarias da Educação, Cultura, Esporte e Trabalho, a fim de favorecer contribuições intersetoriais. Em outro nível de intervenção, recomenda-se o reordenamento e revisão do sistema prisional atual, bem como da prática educacional, a revisão da Lei de Execução Penal - LEP, no que se refere à especificação do direito à educação e investimentos em atividades socioeducativas que abranjam todos os internos. Essas propostas visam o desenvolvimento de um trabalho em dimensões dialógicas e reflexivas, que possa promover a autonomia do sujeito vitimado por condições de extrema vulnerabilidade e exclusão social.

Sofrimento psíquico e criminalização: impactos do estigma na trajetória de vida dos sujeitos inimputáveis

Renata Fernandes de Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

No Brasil, até a vinda da Família Real Portuguesa, não havia sequer estabelecimentos de tratamento aos padecedores de sofrimento psíquico, pois até então estes sujeitos não eram considerados doentes nem merecedores de cuidados. O que parecia ser uma benéfica inovação terminou por se revelar uma forma de higienização da sociedade, afastando dela os indesejados, promovendo a eugenia como forma de erradicar a doença mental.

As pessoas que padecem de algum sofrimento psíquico estão vulneráveis ao estigma e à exclusão social em decorrência automática da publicidade do diagnóstico a elas atribuído. Segundo Link & Phelan (2006), o estigma produz fortes e profundas consequências, que estão sempre presentes e são bastante debilitantes, para além de que a vida diária dos indivíduos pode ser fortemente influenciada pelas expectativas e experiências de rejeição, pelo tratamento e pelas estruturas de controle social.

Quando este sujeito pratica uma conduta criminalmente punível, é prontamente avaliado como perigoso, ou ainda, especialmente perigoso, unicamente em virtude da presença da patologia. O medo, o preconceito e a ignorância fomentam atitudes de intolerância e rejeição pela sociedade, mais especificamente com Jakobs & Meliá (2003), que pretendiam trabalhar a questão da inimputabilidade em razão de sofrimento psíquico sob a ótica do direito penal do inimigo, pois, como estes sujeitos não compreendem a estrutura e normas do Estado de Direito kantiano, deveriam ser considerados inimigos da sociedade. Nesta hipótese, o indivíduo estaria sendo punido não pelo que fez, mas pelo que poderia, eventualmente, fazer e, assim, a segregação seria uma medida pré-delitual restritiva da liberdade, que deve ser prontamente rechaçada. Deegan (1993) realça o papel negativo da comunicação social para com os padecedores de sofrimento psíquico quando diz que é importante que entendamos que eles são confrontados com a recuperação não só da doença mental, mas também dos efeitos de terem sido rotulados como doentes mentais.

Hespanha [et al.] (2012, p. 9) complementam este entendimento afirmando que “em proporção escandalosa, quem sofre de doença mental grave continua ainda a ser excluído dos direitos fundamentais da cidadania e de padrões de vida minimamente dignos, para além de ser privado de participar nas decisões que afetam a sua vida pela simples razão de que se generalizou a ideia de que essas pessoas não podem assumir quaisquer responsabilidades.”.

Outra violação dos direitos fundamentais, talvez a mais gravosa do ponto de vista jurídico, e por essa mesma razão a mais preocupante, é a atinente ao termo limite de cumprimento da internação forçada. Apesar de o regime das medidas de segurança dever seguir o regime das penas, e em grande parte segue, no momento fulcral da sua cessação, deparamo-nos com a

inconstitucionalidade da norma, quando percebemos que o Código Penal permite que a medida de segurança tenha caráter perpétuo, desrespeitando o artigo 5º, XLVII, “b”.

O objetivo principal deste trabalho é desmistificar a associação automática entre sofrimento psíquico e perigo para a sociedade. Para este fim, foi criada uma base de dados cuja amostra é constituída por 192 sujeitos e foi obtida através da análise documental que se cristalizou na recolha de informações dos relatórios periciais psiquiátricos no incidente de insanidade mental no curso do processo criminal no qual o sujeito é réu, sendo composta por indivíduos de ambos os gêneros, em idade adulta.

Como resultados encontramos que apesar de haver uma co-ocorrência pontual do diagnóstico de esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes com a prática de fatos ilícitotípicos contra as pessoas, não se pode afirmar que estes indivíduos sejam automaticamente mais perigosos que a população em geral, significando apenas que quando os sujeitos que recebem esse diagnóstico, ao praticarem fatos ilícito-típicos, praticam mais fatos contras as pessoas do que um fato ilícito-típico de outra natureza. Através dos resultados pudemos concluir que não pode haver associação direta entre o diagnóstico e o fato praticado, resultando infundada e discriminatória a associação costumeiramente feita.

Supervisão de estágio em Psicologia na prisão: espaço de vivências e ressignificações

Ellen Taline de Ramos (Universidade de São Paulo)

Analisando as discussões efervescentes em nosso país sobre questões penais e acreditando que a Psicologia tem muito a contribuir na área prisional vemos que essa temática tem sido pauta em diversos momentos de nossa história e vem ganhando repercussão nas atuações psicológicas. É sabido que as questões relacionadas com a segurança pública e a violência são constantemente debatidas e problematizadas devido a sua repercussão social e política. Ao tratarmos especificamente da prisão encaramos uma instituição que é marcada historicamente por aspectos de crueldade e de desrespeito aos direitos humanos, além disso, com as práticas ditas "humanizadas" presenciarmos a exploração e precarização da mão-de-obra dos encarcerados e encarceradas. Atualmente as unidades prisionais no Brasil enfrentam situações precárias com superlotações e condições desumanas que levam aos que lá estão a uma dificuldade e/ou impossibilidade da chamada ressocialização social, outro ponto relevante para este tema é que atualmente o Brasil encontra-se com a terceira maior população carcerária do mundo, temos mais de meio milhão de indivíduos presos. Um outro ponto que torna a discussão psicológica e social relevante na área prisional são as discussões a respeito das possibilidades de redução da maioridade penal e das parcerias público privadas (PPP's) que direcionam a questão da segurança pública para um caminho ligado a desresponsabilização do Estado diante dessa demanda e a um aumento do encarceramento. Além disso sabemos que a demanda por vagas nas prisões vem aumentando devido as práticas de encarceramento em massa o que está ligado ao processo denominado "tolerância zero", inspirado em políticas Estadunidenses (WACQUANT, 2001). O encarceramento em massa potencializa a segregação social uma vez que acaba absorvendo uma parcela da população marginalizada e sem acesso aos direitos básicos, fato que acaba colocandoos como alvo do encarceramento. Podemos considerar também que essas práticas têm um cunho higienista, pois "tira de vista" aqueles que supostamente são criminosos e perigosos para a sociedade e, consequentemente, essas pessoas fazem parte de uma parcela da população pauperizada e, prioritariamente negra ou parda o que delimita quem são nossos presos e presas. Diante dessas questões esse trabalho tem como objetivo possibilitar aos alunos e alunas de último ano de graduação em Psicologia de uma instituição de ensino do interior de São Paulo o desenvolvimento de competências necessárias ao profissional da psicologia que atuará no âmbito institucional e comunitário, por meio da vivência de estágio em uma unidade prisional do interior de São Paulo. Tal experiência vem apresentando a possibilidade de interlocução entre teoria e prática, além de oportunizar aos alunos e alunas novos olhares sobre a prisão e aqueles que lá estão, seja em situação de trabalho ou na condição de apenado. Essa proposta de estágio tem viabilizado um trabalho riquíssimo, que perpassa o processo de aprendizagem tanto pessoal quanto profissional, uma vez que se apresenta como alternativa de quebra de estereótipos e preconceitos a respeito do sistema prisional e a articulação com conteúdos aprendidos durante a formação. Além disso, é proporcionado aos alunos e alunas a reflexão e compreensão das situações de vulnerabilidade em que as pessoas em situação de cárcere se encontram o que os leva a maior compreensão do controle social realizado via Estado Penal e as constantes violações de direitos humanos que os encarcerados e encarceradas vivem cotidianamente. Um outro ponto importante na formação desses estudantes é em relação a compreensão de quem são nossos presos e presas, bem como entender que são as minorias em direitos que acabam nesses verdadeiros "navios negreiros". Durante o desenvolvimento desse estágio de quase dois anos de duração é possível ver a repercussão positiva gerada no interior da unidade prisional, bem como na instituição de ensino devido a carência existente na prestação de serviços psicológicos nas unidades prisionais. No dia-a-dia das supervisões, há momentos em que tensões e emoções vêm à tona e tomam conta de todos, em outros procuramos certa descontração, todavia sempre há a problematização e a reflexão sobre a prática do psicólogo no sistema prisional e sua responsabilidade técnica, ética e acima de tudo o seu olhar humanizado. Por fim, é importante ressaltar que os referenciais teóricos discutidos durante o desenvolvimento do estágio são diversos, no entanto relacionados às áreas social, comunitária e institucional.

Uma "rede de arrasto" entre terra e mar: resistência da Vila dos Pescadores do Jaraguá

Leonardo Santos Aguiar da Silva (Universidade Tiradentes/AL)

O acesso à cidade foi social e politicamente garantido pela Prefeitura de Maceió aos moradores da Vila dos Pescadores do Jaraguá? Nosso objetivo, amparado em uma abordagem interdisciplinar, foi analisar a trajetória de resistência da comunidade Vila dos Pescadores do Jaraguá frente a um duplo movimento do Poder Público: ao mesmo tempo em que a inviabiliza em sua infraestrutura, não ofertando equipamentos e recursos para manutenção de seu modo de vida local, também institucionalmente a transforma em alvo do "atraso" diante do progresso prometido pela Prefeitura no âmbito de uma revitalização local.

Situada na zona litorânea da capital alagoana, a comunidade é compreendida pela Prefeitura de Maceió como um empecilho para a construção de um Centro Pesqueiro, e outras obras que atenderão aos interesses turísticos da Gestão Pública. Atualmente, o conflito ocorre nas instâncias jurídicas, após a municipalidade mover uma Ação Civil Pública contra a permanência dessas pessoas neste território urbano.

No entanto, este é só mais um capítulo de tantos outros, sendo o enredo principal a favelização e remoção gradual da comunidade desta região. Desde a gestão Ronaldo Lessa (1993-1996) até a atual, do Prefeito Rui Palmeira (2013-) houve projetos de revitalização não concretizados, remoções para o bairro Benedito Bentes II, região norte da cidade e para a praia do Sobral, Litoral Sul. Ausência dos serviços básicos para a comunidade, a exemplo do saneamento básico e coleta de lixo, desqualificação social dos moradores da Vila pelos gestores via mídia local, dentre outras práticas.

Para viabilização da pesquisa, adotou-se metodologia qualitativa, empregando análise documental e interpretação de paisagem urbana por meio de fotografias e imagens de satélite, além de incursões in loco na comunidade possibilitando uma descrição e análise do ambiente comunitário. Inicialmente, foi definido o local de pesquisa. Na segunda etapa, houve uma revisão do material bibliográfico com o objetivo de aproximar o pesquisador dos conceitos que seriam utilizados na análise documental. Na terceira etapa foram produzidos levantamentos fotográficos no local e observações in loco.

Para análise dos dados, utilizamos o recorte histórico de 1991 até maio de 2015, período decisivo na história recente do local de pesquisa. Realizamos um estudo interdisciplinar unindo a Psicologia em suas abordagens Ambiental e Social-Comunitária em diálogo com áreas do Planejamento Urbano e Políticas Públicas. Discutindo conceitos de lugar, território, pertencimento e afetividade ao lugar como fundamentais na construção subjetiva do individuo. Além de problematizar o papel do psicólogo nas questões que envolvem a cidade e o planejamento urbano. Foram também produzidos breves estudos sobre a história da cidade de Maceió e do bairro do Jaraguá. Análises de projetos de revitalização da região, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade de Maceió, das políticas públicas de habitação tanto federais, estaduais e municipais, assim como matérias veiculadas pela mídia local. Defendemos que houve, por parte da Prefeitura, uma mostra de desrespeito com os moradores da "Vila", com história da cidade e sua tradicional cultura pesqueira, ao usar manobras para remover uma comunidade que vive da pesca artesanal, última remanescente da zona urbana litorânea da cidade, para a construção de um centro pesqueiro e entretenimento. Uma contradição justificada apenas se considerarmos que o compromisso do Poder Público não é, em primeiro plano, com as pessoas. Afinal, cuidar da tradição não se sustenta apenas por revitalizar armazéns antigos, pavimentação colonial ou ferrovias desativadas. E sim, pela preservação do modo de reprodução do cotidiano entre as pessoas.

GT 16 PSICOLOGIA, TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES

(Trans)formação

Gil Marquez de Andrade Neto (Universidade Federal de Uberlândia), **Danilo Silva Barbieri** (Universidade Federal de Uberlandia)

As questões relacionadas à população de lésbicas, gays, bisssexuais, travestis e transexuais (LGBT) não têm tido, historicamente, um amplo espaço de reflexão no contexto de diversas universidades e na Universidade Federal de Uberlândia não acontece de maneira diferente. Contudo, recentemente, tivemos a aprovação de resolução sobre o nome social, o que aponta para um momento de abertura e sensibilidade da comunidade universitária em relação às necessidades dessa população e, de forma mais significativa, ao fortalecimento de um ambiente democrático e plural. No bojo dessas discussões são identificadas outras necessidades e ações institucionais que poderão contribuir para a plena inclusão da população LGBT, para a melhor formação dos estudantes, bem como para a ampliação do ideal dos direitos humanos na Universidade Federal de Uberlândia e em outras universidades.

Destacamos algumas necessidades que merecem atenção, são elas: criar estruturas organizacionais nas universidades voltadas à atenção das questões da diversidade sexual; incluir aspectos relativos à diversidade sexual nas atividades promovidas pelas PROREH de inserção de novos servidores nas universidades; capacitar de forma contínua e permanente os docentes e técnicos, bem como os trabalhadores terceirizados, para o respeito com a comunidade LGBT, evitando a reprodução de estereótipos e preconceitos no cotidiano das relações nas instituições; promover o debate sobre a introdução de conteúdos relativos à diversidade sexual no currículo dos cursos de graduação das universidades, visando a formação dos alunos para o adequado tratamento com pessoas LGBT no exercício futuro da profissão; fomentar ações de pesquisa e eventos científicos voltados à análise das condições de trabalho, estudo e participação da comunidade LGBT no contexto universitário; fortalecer ações de extensão que promovam o diálogo das universidades com a comunidade LGBT das cidades onde há campus da universidade; desenvolver ações de comunicação que explicitem o compromisso institucional com a diversidade humana, incluindo a diversidade sexual, e que sensibilizem a comunidade universitária para que denunciem práticas intolerantes junto à ouvidoria; introduzir aspectos relacionados ao respeito à diversidade sexual, de gênero e raça no formulário de avaliação dos servidores, docentes e técnicos, bem como na avaliação institucional das universidades; sensibilizar a comunidade estudantil e prevenir ações de desrespeito à diversidade sexual, de gênero, e raça, incluindo desde a reflexão crítica sobres logans das festas universitárias e músicas das bandas estudantis, passando pelo planejamento de atividades durante os eventos das Universidades que contemplem esse público, até o apoio a iniciativas dos estudantes – em suas diversas formas organizativas, como grupos, coletivos, Diretórios Acadêmicos e DCE - voltadas a essa temática.

Esperamos que elas se concretizem em ações efetivas realizadas a curto e médio prazo, contribuindo para a transformação e desenvolvimento da universidade.

Tendo isso em vista o grupo de bolsistas do projeto de extensão "Educando Pelos Pares" do programa "Em Cima do Salto" propõe a ampla discussão da questão da travestilidade em um vídeo realizado com quatro transexuais estudantes da UFU procurando fomentar discussões sobre como essxs alunxs tem sido tratadxs, quais suas principais demandas e como a Universidade pode se tornar um espaço acolhedor e que abarca a diversidade.

A construção da subjetividade das mulheres trans através das identidades corporais e de gênero

Alessandra de Lima Correa (Faculdade CESUSC)

A transexualidade hoje ainda é vista com estranhamento para a grande maioria das pessoas, por falta de informações, por grande preconceito enfrentado pela população trans que a distancia das discussões sociais, mas, principalmente, pela confusão de conceitos como identidade de gênero e orientação sexual. Além das alterações corporais, a pessoa trans busca alterar seu pronome e sexo legal, buscando evitar constrangimentos pessoais e sociais de viver um sexo oposto à de sua identificação civil. Com o objetivo de compreender como vivem e se identificam em sua identidade corporal e de gênero, esta pesquisa, de caráter etnográfico e de natureza exploratória, tem o objetivo de mostrar como se configuram as relações conjugais, configurações familiares e parentalidade, a partir do sujeito de pesquisa, as mulheres trans. Para tal, busca-se a compreensão do modelo social no qual estamos inseridos, da constituição das relações do patriarcado, da naturalização do sexo/gênero e natureza/cultura; e analisa a categoria parentesco como experiência distinta em cada cultura. Foram realizadas entrevistas com questionário aberto, após a revisão da literatura já existente, baseando-se em três artigos científicos Além disso, a participação de grupos de estudos semanais, palestras, seminários, congressos, mídias virtuais e eventos na área médica, o que contribuiu para alcançar os objetivos da pesquisa que se pautava em familiarizar o estranho. Esta aproximação da realidade das mulheres trans mostrou no cotidiano cenas do Discurso Social heteronormativo, estabelecendo e reproduzindo formas dicotômicas de enxergar o fenômeno e as configurações homem e mulher. A patologização da população trans, como condição de acesso ao tratamento na rede pública cria um paradoxo sobre a constituição da subjetividade e identidade de gênero, pois esses não se enxergam como portadores de desvios psicológicos aumentando o preconceito e estigma do sujeito que não se adequa a esse modelo social heterossexista, naturalizado e binário, fomentando a violência e a opressão. O prenome civil, de grande relevância na constituição das identidades, não é tratado de maneira acessível como em outros países; a burocratização dos direitos dificulta a inserção no meio social, na contratação de outros empregos, que não sejam no Mercado do Sexo, e na dignidade de ser tratado no gênero em que se identifica Os grupos, como a comunidade LGBT, por exemplo, tornam iguais todos os sujeitos que o compõe, não diferenciando as necessidades distintas de cada população, acabando por invisibilizar ainda mais as transexuais. Os movimentos e crenças religiosas , permeando alguns valores e aspectos da sociedade legitimam a opressão das “minorias” e a violência. As mulheres trans são rotineiramente confundidas com as travestis, e apresentam algumas demandas específicas, como o desejo de reprodução e maternidade em alguns casos. O distanciamento entre o campo de pesquisa e os conceitos bibliográficos utilizados pela área médica, que categorizam a saúde biopsicossocial apoiados no modelo biologicista, desconsiderando a constituição da subjetividade das identidades corporais e de gênero ,impedem um atendimento profissional especializado. Percebe-se que as políticas públicas precisam avançar juntamente com os direitos sexuais para que a população trans possa ser atendida em sua integralidade e, assim, consiga expressar sua identidade de gênero e exercer seus direitos civis e sexuais e suas relações em sociedade.

Apontamentos sobre o ciberativismo transfeminista e sua relação com movimentos trans/travestis

Carolina Cavalcante Lins Silva (Universidade Federal de Alagoas), Marcos Ribeiro Mesquita (Universidade Federal de Alagoas)

O presente trabalho tem como proposta refletir a presença política do ciberativismo transfeminista em movimentos sociais trans/travesti periféricos bem como as discussões proporcionadas pela categoria 'cisgênero' nas pautas de seus debates sobre transgeneridades. A partir disso, pretende-se compreender se tal categoria é tão representativa off-line quanto online, e em quais meios articula enfrentamentos ou continuidades à heteronorma, compreendendo que a cisgeneridade enquanto um conceito relativamente recente pode ser facilmente confundida com uma concepção naturalizada do que se costuma nomear como "mulher/homem biológico". Desse modo, será possível compreender se o ciberativismo transfeminista proporciona subjetivação política, nos termos de Ranciére. Para tanto, partimos da articulação de discussões sobre as identidades trans, sobre o transfeminismo e a participação/pesquisa num movimento social trans/travesti periférico. Tal movimento é compreendido neste trabalho como aquele forjado em região econômica e socialmente desfavorecida (como a região nordeste do Brasil, lugar onde se insere o movimento trans/travesti em questão), constituído majoritariamente por pessoas pobres, negras e de baixa escolaridade, isto é, por sujeitos que dificilmente estão circunscritos dentro de categorias privilegiadas, pensando numa perspectiva interseccional. A partir da participação em atividades e discussões do referido movimento social e acompanhamento das páginas de redes sociais diretamente vinculadas ao mesmo, em comparação às discussões mais predominantes do transfeminismo no meio online, pensamos sobre a inserção precária da noção "cisgênero" dentro do movimento social aqui tratado, de maneira que apontamos para um suposto despojamento das discussões do transfeminismo em tais contextos, em detrimento do florescimento dos debates conduzidos por pessoas trans no movimento feminista e por meio do ambiente digital, isto é, a internet. Dessa maneira, introduz-se o debate do ganho de espaço (ou poderíamos chamar de predominância) das discussões transfeministas na internet, e a consequente necessidade de reflexão sobre o caráter privilegiado desse lugar. Logo, acredita-se na pertinência de questionar o papel do meio digital na produção de desigualdades, e de discutir a reprodução de certas hierarquias neste âmbito tão popular e "democrático", face à desvalorização das vozes subalternas provenientes de movimentos sociais periféricos, por exemplo, que não possuem meios de fazer seus discursos ecoarem na grande rede. Por fim, compreende-se que o ciberativismo transfeminista não parece fugir ao debate político, sabe-se que a política lhe é de suma importância, porém, a produção de política implica em questionar e destituir categorias dos lugares que lhe foram dados. De maneira mais geral isto indica o quanto seria importante que essa vertente dos movimentos sociais trans/ travesti e feminista desestabilizasse seu lugar privilegiado e se apropriasse de discussões em outros espaços e contextos, ou conseguisse agregar tais discussões em seu meio; ainda assim, compartilhar um mesmo ideal de sociedade não produzirá política e tornará os participantes de tal intento sujeitos políticos, porém, se caracterizará enquanto um passo inicial em direção ao desmembramento da conjuntura predominante, ou seja, o rompimento com as noções hegemônicas atribuídas à travestis e transexuais. É possível concluir que para além de visibilizar as falas das identidades trans de maneira igualitária, faz-se necessário discriminar as concepções normativas que gerem essas identidades e as desqualificam enquanto sujeitos falantes.

Clínica Psicológica e Transexualidade: contribuições para um debate

Polianne Delmondez (Universidade de Brasília / Universidade Federal do Rio de Janeiro), **Roberta Brasilino Barbosa** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A Psicologia é constituída por um conjunto de saberes, técnicas e práticas, e, inegavelmente, traz indicações sobre o manejo das práticas de subjetivação. É importante, por isso, discutir sobre a importância do saber psicológico na esfera da constituição das subjetividades trans. A partir de um breve panorama, situa-se algumas concepções de gênero e de sexualidade no âmbito da Psicologia para contextualizar o seu papel enquanto dispositivo partícipe do Processo Transexualizador. O debate que se evoca diz respeito à como os/as psicólogos/as podem se encontrar numa posição paradoxal a que são convocados/as, entre realizar pareceres psicológicos a partir de critérios e protocolos normativos e promover a saúde mental de pessoas trans, pois a demanda de acesso à saúde está vinculada à psicopatologia de formas singulares de subjetivação. Trata-se de analisar, inclusive, o contexto em que a pesquisa se insere: o setting de atendimento clínico às pessoas trans solicitantes da cirurgia de redesignação sexual. É possível observar, mediante um recorte histórico, a trajetória em que a Psicologia, juntamente à Psiquiatria, tem se constituído discursivamente como saber estratégico para patologizar as experiências sexuais. As Ciências Humanas, incluindo a Psicologia, produziram determinados discursos sobre gênero e sexualidade ao longo da modernidade ocidental. Assim, o saber psicológico tem se baseado numa visão normativa e polarizada no que diz respeito às expressões de gênero e às sexualidades. É importante ressaltar a existência de várias psicologias comprometidas com diferentes projetos políticos, por isso existem várias abordagens de gênero na área. Desde o século XIX, enquanto produção de uma expertise, tem sido formada no interior de uma tecnologia biopolítica, ou seja, de um gerenciamento sistemático da subjetividade. Assim sendo, compõe-se como uma autoridade heterogênea e um campo de saberes e métodos advindos de diversas fontes, pois a Psicologia é uma disciplina que oferece tanto uma construção de verdade como algumas fórmulas de eficácia. É exatamente essa a abordagem a ser discutida no que se refere aos jogos de verdade produzidos pela disciplina. O contato de uma das presentes pesquisadoras com a transexualidade no consultório de Psicologia consistiu como um desafio e matéria de reflexão para o trabalho. Observar a experiência investigada e a própria prática profissional desafia os padrões de neutralidade na produção científica positivista, no entanto, constitui-se como um recurso metodológico na cartografia. Durante a condução da prática clínica como procedimento da pesquisa, buscou-se realizar uma postura de escuta às histórias pessoais e acompanhou-se aspectos ligados à produção da subjetividade transexual, como, no caso de homens trans, envolve a passagem da utilização do gênero feminino ao masculino para referir a si mesmo. É relevante considerar que as transformações corporais, por meio da utilização de hormônios, configuram-se um marco no que se refere ao desenvolvimento de uma personalidade transexual. No entanto, um aspecto ainda mais importante refere-se ao momento de assumir para si a sua condição transexual. Muitas pessoas, por exemplo, relatam essa tomada de posição quando tomam conhecimento da existência do primeiro homem trans no Brasil, o psicólogo João W. Nery, na mídia, nas redes sociais ou por meio da leitura de sua autobiografia. Ele tem sido um personagem atuante na militância social de homens trans no Brasil. Nesse sentido, trata-se de uma experiência reveladora do desenvolvimento cultural da personalidade, em que há identificações entre relatos autobiográficos, situados num determinado contexto histórico-social. Na busca de integração do eu (self) com a sua expressão e sua materialidade corpóreas, pois há muitos relatos que pontuam a assertiva: "nasci com o corpo errado", os processos de subjetivação na transexualidade são produzidos mediante, em primeiro lugar, uma busca de coerência interna ao sujeito; em segundo, à conquista de um lugar para si na relação com o outro. Então, a técnica analítica realizada, no contexto dessa demanda específica, consistia em promover uma tecnologia individual de acordo com uma hermenêutica própria a cada sujeito. Ou seja, envolvia elaborações sobre processo de constituição de si mesmo, os manejos cotidianos ligados à transfobia presente na sociedade contemporânea e o cumprimento protocolar de atendimento para a cirurgia de redesignação sexual e mudança de nome e sexo nos registros civis. Assim, eram desenvolvidos os processos de subjetivação ligados à auto-formação e autogoverno por meio da vigilância de suas próprias condutas. Apesar do caráter paradoxal dos atendimentos, pois envolve a dimensão de sua obrigatoriedade e psicopatologização da experiência, ou seja, existem jogos de poderes imbricados nessa relação, os encontros primavam pela promoção da saúde psicológica devido à vulnerabilidade e ao mal estar psicossocial a que esses sujeitos estão expostos. Uma vez pautado pelo respeito à diversidade de expressões de gênero e de sexualidade, esse pode ser um importante parâmetro no que tange à atuação de psicólogos/as para atendimentos clínicos de pessoas transexuais.

Identidade de Gênero Trans e contemporaneidade: Representações Sociais nos processos de formação e educação

Robson Batista Dias (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Este estudo faz parte da pesquisa IDENTIDADE DE GÊNERO TRANS E CONTEMPORANEIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO que tem como objetivo investigar, analisar e compreender as representações sociais dos indivíduos trans acerca da constituição de sua identidade de gênero, em interlocução com seus processos educativos formais e informais. Compreende-se indivíduos trans aqueles que se auto-identifiquem como tal, a partir da concepção butleriana de que o gênero de uma pessoa não necessariamente decorre do sexo biológico. A pesquisa fundamenta-se nas teorias Histórico-Cultural para a compreensão da constituição da subjetividade e das Representações Sociais para identificar os elementos mediadores presentes nos contextos históricos e culturais da sociedade e dos grupos. Entende-se que é possível articular o caráter psicossocial e cultural das representações sociais e que estas compreendem o sujeito em sua totalidade social e histórica, respondendo satisfatoriamente aos questionamentos acerca da formação da subjetividade, bem como sobre a constituição da identidade de gênero no campo social. O estudo traz ainda construtos de identidade, pautado nos estudos de Ciampa, e gênero, à partir de Judith Butler e Joan Scott, uma vez que a formação identitária perpassa as relações de gênero estabelecidas socialmente e compreendendo as novas configurações que se apresentam, conceitos cristalizados e hostilizadores poderão apresentar novos significados.

Metodologicamente o estudo desenvolve-se em duas etapas: inicialmente, levantamento e análise do estado da arte de teses e dissertações em bancos de dados nacionais e, posteriormente realização de entrevistas com pessoas trans. Mediante análise dos estudos encontrados, identificou-se número reduzido, contudo, crescente de trabalhos dentro da área nos ultimos anos, especialmente no campo da Psicologia. Os estudos sobre trasexualidade no meio acadêmico, ainda que crescentes, são poucos e começaram a pouco tempo, apontando para a necessidade de mais pesquisas nesta temática. Os dados coletados apontam para as situações de violência vivenciadas nas diversas esferas sociais, apresentando elementos específicos dentro de cada campo. Os processos educativos formais, em cada fase da vida, denotam especificidades tanto na compreensão de cada pessoa em relação ao grupo, bem como na relação do grupo com a pessoa trans, incluindo nestes, a compreensão da transexualidade pelos professores. No ambito familiar, observamos uma experiencia marcada por dois momentos distintos, o primeiro de não compreensão e não aceitação, e um segundo, posteriormente e que acontece de maneira gradativa, onde a pessoa transexual é acolhida e compreendida em seu gênero de identificação. A questão do corpo mostrou-se igualmente importante e, muitas vezes, determinante na constituição identitária de homens e mulheres transexuais. Desde a não aceitação do sexo biológico à readequação do corpo pela hormonização e cirurgias. Ainda neste aspecto, observamos como se dá a compreensão da própria transexualidade pelo indivíduo, bem como o processo de aceitação, marcado por uma identificação com a homossexualidade inicialmente, até chegar a plena compreensão de sua identidade de gênero. Os resultados, ainda que em caráter preliminar, mostram-se uma ferramenta facilitadora na apreensão dos elementos constitutivos e/ou estruturantes das identidades trans, possibilitando a compreensão da maneira como estas se constroem em contextos formais e informais, analisando os aspectos históricos, sociais e culturais por meio de suas práticas discursivas.

Identidade, glamour e lacração: a nova geração Drag Queen da cidade de Fortaleza

Lilith Feitosa Acioly (Universidade Federal do Ceará), **Amanda Araujo Mendes** (Universidade Federal do Ceará), **Livia Araujo Aragao** (Universidade de Fortaleza), **Mariana Brito Silva** (Universidade Federal do Ceará)

A temática do estudo está voltada para a arte e cultura Drag Queen e suas influências sobre a identidade dos indivíduos envolvidos nela. Drag Queen pode ser entendido como uma forma de expressão artística em que homens interpretam personalidades femininas, muitas vezes de maneira caricata e extravagante. Os termos utilizados no título e no corpo do trabalho foram escolhidos de acordo com o vocabulário local constantemente utilizado pelos performistas. Embora a visibilidade desses artistas tenha se potencializado nos últimos anos, ainda são constantemente julgados (e até condenados) por uma cultura que nem sempre os compreende. Temos como objetivo analisar e compreender a produção de subjetividade encontrada na arte Drag Queen, com base na exteriorização de uma nova identidade trazida pelo sujeito enquanto personagem e na forma que ele concebe esse processo de transformação e suas consequências. Também visa mostrar as diferentes maneiras que a sociedade percebe e interage com esses artistas. Busca ainda explorar o cenário atual costurado pela nova geração de transformistas na cidade de Fortaleza e a mudança do público e de sua receptividade para com todos os elementos da cultura produzida pelas Drag Queens.

A análise dessa cultura foi realizada sob o olhar da teoria Queer, com enfoque na questão das performances de gênero apresentadas pelos artistas considerados enquanto pessoa e personagem. A Drag Queen transita, deliberadamente, entre duas performances de gênero, demonstrando, assim, a fluidez percebida nesse conceito.

O método utilizado consistiu em revisão da literatura acerca do tema e na aplicação de de um questionário sobre termos que permeiam a questão de gênero (identidade de gênero, orientação sexual, travesti, transexual e drag queen), aplicado via internet e respondido anonimamente por 50 pessoas. O mesmo também foi aplicado para as 18 Drag Queens que aceitaram participar do estudo até o presente momento. Além disso, também foram feitas entrevistas semi-estruturadas, com perguntas direcionadas às experiências pessoais dos transformistas como: trajetória, motivação, medos e inseguranças, relações pessoais, processo de montação e ativismo. Foi feita, ainda, observação de performances em bares e boates de Fortaleza.

Com as respostas do primeiro questionário, pôde-se perceber que o conhecimento acerca dos termos anteriormente citados ainda é bastante limitado, tanto por parte da sociedade, em geral, como, algumas vezes, pelas próprias Drag Queens. Já a partir do segundo questionário, puderamse inferir algumas variações quanto à elaboração das identidades personificadas por cada transformista entrevistado: Três tipos de respostas foram pertinentes. Em uma delas há uma identidade nitidamente diferente para a personagem e para o sujeito que a representa, a Drag ganha uma personalidade moldada segundo a vontade de seu criador. Em outras, a Drag Queen aparece como uma parte do sujeito a qual sempre esteve presente em seu interior, mas que só pode se manifestar a partir do processo de montação (transformação), no qual o indivíduo passa a pensar e se expressar de forma diferente da habitual. E, em uma última, o sujeito reconhece a Drag Queen como sendo a possibilidade de libertação para a mudança de determinados comportamentos e formas de agir em relação à sua postura, porém com os mesmos pensamentos e sentimentos, ou seja, apenas uma variação daquilo que o sujeito é quando não está montado. Até o momento, pôde-se concluir que a cena Drag Queen de Fortaleza, atualmente, possui uma configuração muito diferente da que existia há alguns anos. Os cenários mudaram (um maior número de boates e bares conta com apresentações das Drag Queens em seus eventos) e os participantes, tanto o público quanto os performistas são bastante jovens (os entrevistados têm entre 16 e 25 anos e puderam-se observar idades semelhantes entre os frequentadores das festas). O trabalho está situado no eixo temático porque ao longo dos últimos anos, a psicologia social tem se aproximado da temática da identidade e, também, da questão de gênero envolvida nela. O tema abordado tem ganhado visibilidade no momento social atual, no entanto, ainda há algumas limitações no âmbito de pesquisa na psicologia sobre o assunto no estado do Ceará. Desse modo, surge a necessidade do aprofundamento da questão. Paralelamente, relaciona-se com o GT 7, pois o ser drag possibilita a esses artistas um reconhecimento e aceitação de partes de suas personalidades e talentos, até então reprimidos, conquistando uma melhora em sua confiança e autoestima.

Identificações de sexo, gênero e conjugalidade na Galeria de Travestis do Presídio Central De Porto Alegre

Gabriela Baptista Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Adolfo Pizzinato** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

A proposta para esse relato se deu a partir experiência iniciou em outubro de 2012 quando passei a ser responsável técnica por um dos projetos sociais em convênio entre a Associação de Travestis do Rio Grande do Sul /Igualdade-RS e a Faculdade de Psicologia do IPA Metodista em Porto Alegre. O objetivo dessa parceria é de prestar assessoria institucional à ONG, intervindo essencialmente nas áreas de saúde, direitos humanos e políticas públicas. Quanto ao trabalho desenvolvido pela ONG Igualdade no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), este teve como objetivo inicial atender a uma série de denúncias referentes às violações de direitos dentro do sistema prisional, especialmente em relação ao grupo de travestis. Portanto, ainda no ano de 2012 foi possível concretizar uma das principais estratégias pensadas como medida protetiva para as travestis apenadas: a criação da "3ª do H", uma ala destinada exclusivamente às travestis, dentro do PCPA, registrada como a segunda ala específica em presídios masculinos no Brasil. Atualmente, na Galeria de Travestis do PCPA também são acolhidos homens que se relacionam com travestis dentro ou fora do sistema prisional e homens homossexuais cisgêneros. A inserção do projeto social desenvolvido pela ONG Igualdade no PCPA conta com a colaboração de uma equipe técnica interdisciplinar composta pela Psicologia, Serviço Social, Direito e Educação. As propostas de intervenções são executadas quinzenalmente através de oficinas coletivas, visando atender demandas específicas e garantindo que o tratamento penal seja digno, além de evitar exposições às inúmeras violações que vinham sofrendo em espaços compartilhados com outros detentos. Durante as oficinas se observa que os depoimentos são constantemente interpelados por questões que envolvem as relações afetivas e sexuais entre travestis e seus companheiros,. Sem dúvida, as questões de gênero e sexo também permeiam a instituição carcerária onde, embora nos dias de hoje esteja considerando as especificidades das travestis, é uma prisão originalmente direcionada à população masculina de forma exclusiva. Além disso, o sistema penitenciário fomenta o recrudescimento de discursos tradicionais sobre a masculinidade, o que potencializa ainda mais a violação de direitos das travestis e de seus companheiros, simbolicamente em um espaço inferior de masculinidade. Sobre a conjugalidade se observa que, como uma estratégia de aproximação identitária com o estereótipo feminino, as travestis se posicionam de forma submissa e, inclusive, sofrem violências por parte de seus companheiros, os quais tendem a exercer uma posição dominadora. Sendo assim, a dinâmica de relacionamento entre travestis e seus companheiros é regida por um padrão hegemônico e heteronormativo de relacionamento. A partir dessas constatações, considera-se conceito de gênero como um processo transitivo e provisório de construção identitária, ou seja, as identidades masculinas e femininas são construídas através de um campo relacional, contextualizado histórica e socialmente. Nesse sentido, descrever "quem são" e "como são" as travestis, principalmente em um ambiente prisional, é uma tarefa consideravelmente delicada e complexa, à medida que é necessário articular a compreensão da construção subjetiva de identificação de gênero a uma diversidade de conceitos teóricos, políticos, culturais, históricos e institucionais. Contudo, de forma introdutória, partimos do entendimento de que travestis são pessoas que nasceram com a genitália masculina, mas que buscam viver de acordo com a identificação de gênero feminino, inserindo em seus corpos símbolos legitimados socialmente como pertencentes às mulheres, independente de sua orientação sexual. No entanto, cabe ressaltar que quando se aborda as questões identitárias que envolvem as travestis não há intenção de reduzir o conceito de gênero feminino a uma categorização singular, fixa e de oposição – ou desconsideração - a tudo o que se refere à identidade masculina. Ao contrário, se tem a ideia de problematizar a relação de gênero estabelecida sob uma perspectiva binária, ou seja, a partir de um entendimento polarizado no qual se opõe, entre outros conceitos, o feminino e o masculino, o homem e a mulher, o heterossexual e o homossexual. Diante dessa proposta de um espaço protetivo para as travestis em um contexto considerado como um dos maiores e piores presídios do Brasil, a dinâmica de funcionamento carcerário, desde as práticas da gestão, dos agentes de segurança e dos próprios sujeitos detidos, é provocada a ser repensada em direção a novas configurações do sistema prisional como um todo. Nesse sentido, é importante compreender quea contemporaneidade tem sido cada vez mais urgente à ruptura de antigos padrões hegemônicos, para além dessas necessárias reconfigurações no cárcere. Portanto, a proposta da Galeria de Travestis no Presídio Central marca a transitoriedade histórica das penas privativas de liberdade, no Brasil, o que justifica a relevância de aprofundar esse estudo.

Nuances e Contradições de ser uma Travesti na Cidade de Manaus

Andrews do Nascimento Duque (Universidade Federal do Amazonas)

Este estudo investigou os significados da travestilidade a partir de um grupo de travestis da cidade de Manaus, partindo da perspectiva da psicologia histórico-cultural proposta por Vygotsky. A partir desta abordagem, aponta-se que esta investigação foi atravessada pelas dimensões sociais, históricas e culturais em seu processo de desenvolvimento. Teve como objetivo geral compreender os significados da travestilidade para um grupo de travestis da cidade de Manaus. Os objetivos específicos, apontar quais as construções conceituais acerca dos modos de vida das travestis que vivem no contexto sociocultural estudado, conhecer quais são as principais dificuldades nas trajetórias de desenvolvimento das travestis, investigar quais os significados atribuídos a travestilidade pelas respondentes e identificar os âmbitos de sociabilidade onde as travestis participam. Como metodologia escolheu-se a pesquisa qualitativa, utilizando-se a entrevista semiestruturada, os dados coletados foram transcritos e então submetidos à análise dos núcleos de significação. Os resultados a partir das falas das travestis indicam que elas são atravessadas por concepções presentes na cultura ocidental paternalista, emergindo alguns núcleos, tais como: a cultura local, a força do biológico, a feminilidade hegemônica e a relação com as instituições sociais. As dificuldades envolvem vários âmbitos: nos relacionamentos, como relações familiares, relações de amizade ou entre as próprias travestis, contextos de escolarização, trabalho e acesso ao o banheiro feminino. Como significados da travestilidade surgiram núcleos ora fazendo referência a travesti por meio de adjetivos, ser travesti como sinônimo de ser mulher, ser em metamorfose versus um ser estereotipado, travesti boa e má, como desdobramentos da heteronormatividade. Nos âmbitos de sociabilidade temos um núcleo: lugar de travesti é no mundo: dialética da exclusão/inclusão. Os resultados deste estudo nos permitem refletir criticamente sobre os significados referentes a ser travesti na cidade de Manaus, indicando que o contexto sociocultural da Cidade de Manaus participa da construção dialética da maneira como elas significam "ser travesti" neste contexto, suas dificuldades e quais seus âmbitos de sociabilidade. Desejamos que a partir dos achados deste estudo estudo, que seu processo de desenvolvimento possa ser pensado e re-significado, na medida em que colaboraram na compreensão de quais suas estratégias para continuar seu processo de desenvolvimento enquanto travestis, as dificuldades em seu desenvolvimento, bem como quais são aqueles lugares onde sua participação ainda é negada, podendo ser indicadores de barreiras que precisam do fomento de políticas públicas, participação dos movimentos sociais e academia na construção de uma sociedade mais igualitária. Um desdobramento dessa pesquisa está em se criar um espaço de reflexão crítica sobre as implicações no desenvolvimento das travestis, referentes as influencias, dificuldades, significados e quais seus âmbitos de sociabilidade. Os achados deste estudo indicam que as significações existentes em nível coletivo sobre a travesti, acabam infiltrando para as elaborações subjetivas que as próprias travestis constroem sobre suas vivências, de maneira que seus modos de vida também são reiterados por algumas delas. É possível inferir que existe um poder no meio social que acaba criando formas naturalizadas de desenvolvimento humano, atrelados a uma visão biologizante, estes encontram-se representados prioritariamente nos meios de comunicação e nos escritos científicos sobre as travestilidades enquanto construção de gênero e sexualidade. esse poder legitimador de verdades também influencia grandemente em seus processos de apreensão de significados sobre o que é ser uma travesti, vista na maioria das vezes de maneira bastante pejorativa.

Peles urbanas: considerações sobre as paradoxalidades nos territórios de prostituição rueira de travestis e as utopias na construção do corpo de mulheres transexuais

Douglas Tavares Borges Leal (Universidade de São Paulo)

Este estudo trata da investigação das poéticas corporais de travestis e transexuais em territórios de prostituição rueira do centro da cidade de São Paulo. Pesquisas anteriores apontam que os territórios de prostituição travesti são marcados por contrastes relacionais entre os eixos centro/margem, inclusão/exclusão, masculino/feminino e público/privado que acabam por instituir um caráter paradoxal na espacialidade que ocupam (ORNAT, 2009; GARCIA, 2007; PERES, 2005). Por sua vez, os estudos sociais e psicanalíticos contemporâneos sobre as transexualidades indicam a linguagem e o corpo como matérias de performatividade de gênero a favor de uma expressão singular dos sujeitos, deixando para trás abordagens essencialistas que, de certa forma, corroboravam o saber médico-patológico (COSSI, 2011; CECCARELLI, 2008; RUBIN e BUTLER, 2003). Esses fenômenos, de ordem subjetiva, formam a tessitura da identidade de travestis e transexuais em sua relação com uma espacialidade complexa que não pode ser entendida a partir de um paradigma cartesiano clássico. A reflexão teórica empreendida tem como motivação a seguinte questão: Quais são as poéticas corporais elaboradas por travestis e transexuais em territórios de prostituição rueira, com vistas a expressar resistências às opressões? Pretende-se levantar argumentos da Teoria Queer e dos escritos de Foucault para avaliar, de uma maneira crítica, os processos nos quais o corpo travesti e transexual transforma e é transformado nas expressões complexas que estabelece com o território. Os geógrafos Ribeiro e Mattos (1996) e Ornat (2009) os quais indicam que a territorialidade da prostituição é constituída cotidianamente a partir de práticas de poder plurilocalizadas de sujeitos que tensionam e intercalam a ocupação de posições de centro e margem. Mais especificamente, ao investigarem a espacialidade da prostituição nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro/RJ e Ponta Grossa/PR, os autores levam ao entendimento que os processos de legitimação do território de prostituição não se restringem às ações de profissionais do sexo no espaço, mas se dão em uma teia de relações sociais complexas, onde espaços contraditórios se sobrepõem e coexistem. Rose (1993) nomeia este arranjo territorial de paradoxal, ou seja, conjugação no mesmo território de grupos e indivíduos de diversas matrizes psicossociais que não compartilham os mesmos códigos culturais e cuja vida espacial é gestada e organizada a partir de forças ora opositoras ora sintonizadas. Conceber desta maneira o território de prostituição requer uma compreensão da ligação dos sujeitos ao espaço que não se restringe às categorias da conquista e da permanência mas leva em conta a múltipla articulação das diferentes estruturas de poder atuantes e diariamente reinventadas. De fato, a dimensão espacial em zonas de prostituição não diz respeito a operações fixas do poder e nem mesmo a socializações identitárias que remetam a moldes clássicos e rígidos: o controle territorial de prostituição se exerce a partir de pontos móveis cuja dinâmica simbólica do ato de pertencer se organiza em torno de influências não só paradoxais, mas também instáveis, passageiras e que podem ser experimentadas simultaneamente. Qual seria então a ligação de profissionais do sexo ao território de prostituição? A forma como exercem poder é influenciada pelos modos de ocupação do território? Se não é a propriedade que define a mediação do sujeito na espacialidade, como compreender a dinâmica de relações sociais em um território?

Qual é o banheiro de estudantes travestis e transexuais na escola?

Cláudio Eduardo Resende Alves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

A presente comunicação oral representa um recorte da pesquisa de doutoramento no Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUC Minas, iniciada no ano de 2013, tendo como foco primário o uso legalizado do nome social por estudantes travestis e transexuais nos documentos internos da escola em acordo com a Resolução CME/BH Nº 002/08 e, como foco secundário, o uso do banheiro por tais estudantes. Nesse texto, propomos uma reflexão epistemológica, a partir de nosso diário de campo, sobre o objeto de investigação "banheiro" e seus interditos em escolas municipais de Belo Horizonte.

Nossa investigação de campo utilizou três estratégias metodológicas de intervenção no cotidiano:

1. Observação participante; 2. Rodas de conversação com profissionais da educação; e 3. Entrevistas semiestruturadas com estudantes trans. Em todas as estratégias, o uso banheiro por estudantes trans esteve presente, polemizando as discussões, criando paradoxos e possibilitando leituras analíticas diferenciadas. Nesse contexto, utilizamos o conceito de analisador institucional de Lourau (1995), como pressuposto epistemológico para interpretação dos dados obtidos no trabalho de campo, pois o banheiro se revelou como um potente analisador institucional da organização escolar. Discursos e práticas escolares produzem verdades e significados, revelam regras oficiais e extra-oficiais de convivência, evidenciam posições e relações hierárquicas, nomeando e legitimando condutas sociais. A análise institucional tem como proposta compreender uma determinada realidade social e organizacional por meio desses discursos e práticas (L'Abbate, 2012).

Como analisador institucional, o banheiro aponta para uma possível desconstrução de saberes tidos como verdades universais sobre os sujeitos, nos dizeres de Bento (2006) o dispositivo trans, aquele conjunto de saberes que se tornam verdades sobre sujeitos trans. Esse espaço arquitetônico com suas instalações, representações imagéticas e normas de utilização é hermeticamente fechado em si mesmo, refratário a fatores de desestabilização e organizado numa perspectiva ontológica do sexo anatômico. O banheiro, concebido como um espaço de reiteração do binarismo de gênero (BUTLER, 2003), regula performances e legitima lugares para o masculino e o feminino. Para usar um banheiro masculino, necessariamente, é preciso possuir um pênis? Para usar um banheiro feminino, necessariamente, é preciso possuir uma vagina? E qual banheiro travestis e transexuais devem usar? A partir dessas questões, uma rede de significados e legitimações é (re)construída e colocada em xeque. Aqueles que fogem à regra naturalizada da continuidade sexo-gênero estão sujeitos ao não reconhecimento, cabendo aos mesmos usar o banheiro em discordância com sua identidade de gênero, o que poderá acarretar na exposição à violência e à discriminação. Preciado (2011), sinaliza que a organização dos banheiros funciona como uma "tecnologia de gênero", ou seja, como um elemento de regulação da masculinidade e feminilidade com base na heterossexualidade.

Entre a regulação e a exclusão, os sistemas de desigualdade que nos enredam no cotidiano, resultam de complexas teias de poder, pelas quais grupos hegemônicos constroem e impõem linguagens, ideologias e crenças, implicando na rejeição e na marginalização de sujeitos (SANTOS, 2003). Tomando o contexto da fabricação cultural da diferença, tida como interdito, o banheiro é uma ferramenta de controle que normatiza e produz subalternidades, num movimento de silenciamento das diferenças.

Nossa pesquisa de campo no âmbito local de duas escolas públicas situadas em regiões de vulnerabilidade social do município de Belo Horizonte considerou a enunciação de diversos sujeitos como educadores, diretores, coordenadores, equipe administrativa, funcionários da biblioteca, da limpeza, da segurança da escola e, sobretudo, das próprias estudantes trans. A partir das histórias de vida e das trajetórias escolares de duas estudantes: a travesti Sofia e a transexual Nazaré, encontramos refinados mecanismos de discriminação, exclusão e negação de direitos, muito comuns às práticas transfóbicas presentes em diversos setores da sociedade brasileira contemporânea. No entanto, encontramos também relatos de negociações, envolvendo discentes, docentes e equipe administrativa, que acabam por concorrer para a produção de novos arranjos de convivência.

Entre polêmicas e enfrentamentos, identidades e corpos se instituem e são instituídos numa relação polissêmica em que tensões insurgem como focos de resistência no sistema saber-poder (FOUCAULT, 1988), ampliando espaços para as (trans)subjetividades no combate às práticas transfóbicas em ambientes escolares (JUNQUEIRA, 2009). Diante do exposto, nossa comunicação oral atravessa o Eixo Temático "Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais" em diálogo com o GT 16 – "Psicologia, travestilidades e transexualidades".

Tacones Lejanos: Melissa vai à Universidade

Francisco Valberdan Pinheiro Montenegro (Uiversidade Federal do Ceará), **Francisca Alana Araújo Aragão** (Universidade Federal do Ceará)

O que é ser mulher? O que é ser homem? São questões que ganham cada vez mais espaço no universo acadêmico sob a forma das pesquisas sobre gênero, sejam elas filiadas aos estudos de gênero, feministas, queer, etc. Problematizando mais que gênero e sexualidade, essas pesquisas questionam noções de sujeito e põem em xeque muitos pressupostos da heteronorma. Se interrogam sobre os efeitos de poder que constituem modos de viver considerados dissidentes.

Alinhados com essas perspectivas, realizamos no PET/Psicologia da UFC a roda de conversa:

"Desfazendo o Gênero: Poéticas da Diversidade" - parte do ciclo de diálogos "Direitos Humanos: Gênero, Sexualidade e Poder". Objetivando funcionar como um espaço para a problematização das questões contemporâneas relativas ao gênero e trazendo para dentro da universidade a pluralidade de sentidos, discursos e modos de existência dissidentes da matriz normativa heterossexual. No presente trabalho objetivamos relatar, brevemente, a experiência vivenciada na roda de conversa e no seu processo de construção, destacando as problemáticas que emergiram durante o diálogo, as questões que foram mote para o debate. Refletimos, ainda, sobre os discursos existentes em torno das questões de gênero - na sua polissemia. Nos ajudam nesta reflexão autores como BUTLER (2010), LOURO (2008), PRECIADO (2011) e MISKOLCI (2013), LAQUEUR (2003), FOUCAULT (2013). Na senda do que aqui chamamos de analítica queer (Miskolci, 2009) buscamos nos distanciar de um definição estanque de gênero e da idéia de que gênero é cultural e sexo é natural. Entendemos que ambas constituem um regime discursivo de verdade que produz sujeitos homem/masculino e mulher/feminino. O Gênero aqui não entendido como identidade e, a identidade é considerada um construto performativo. É prática discursiva. Assim, os sujeitos sexuados/generificados de quem falamos são constituídos como tal no discurso; pelos atos que executam. O gênero é tratado aqui como uma categoria útil - neste momento - para compreender relações de poder específicas que possuem uma história (Scott, 1995). É nesse sentido que dialogamos com o conceito de gênero performativo de Judith Butler e gênero prostético de Beatriz Preciado. O corpo entra nessa discussão como experiência plástica, não é mero substrato biológico. É questionável a idéia de que começa ou termina na pele (Haraway, 2000). É preciso agora relatar essa experiência, num exercício quase cartográfico. É por isso que nos pomos a descrever os elementos que compuseram este espaço. O encontro se deu de modo dialogal e livre na forma de uma roda de conversa, com o uso de elementos audiovisuais e performances artísticas. Na ocasião , por meio do uso de um projetor exibimos um ensaio fotográfico no qual trabalhadoras do sexo transsexuais francesas eram retratadas na Paris dos anos 1950. Uma das convidadas era a Drag Queen Melissa Linisk, usando um vestido repleto de pedrarias sintéticas, plumas e calçando um salto alto de 30 cm ela se dispôs a nos contar de que modo constrói uma personagem feminina. Conforme Butler e Louro a Drag Queen em sua performance parodística do feminino denuncia o caráter construído do gênero. Ao performatizar o feminino de modo extravagante e caricatural as Drag Queens potencializam subversões da identidade. Melissa ao ocupar uma instituição tradicional de ensino "montada" opera uma perturbação nas normas regulatórias de gênero. Seu corpo feminino construído de forma prostética faz um duplo movimento: denuncia a construção social do que temos chamado de gênero e ocupa um espaço em que essas normas funcionam sem grandes problematizações e resistências. Assim, chamou-nos a atenção uma frase dita por Melissa: "Eu gosto de fazer a confusão na cabeça das pessoas. A confusão no bom sentido, claro.", disse ela. A confusão à qual se refere é a desestabilização de uma matriz binária do gênero. Sua fala descreve o efeito subversivo da performance Drag Queen. A fala de Melissa nos fez recordar o filme Traones Lejanos (1991) de Almodóvar em que a Drag Queen Letal perguntada sobre seu "verdadeiro nome" (essa é uma pergunta que na verdade remete à idéia do "verdadeiro sexo") responde que pode ser chamada do que quiserem. Em seguida lhe questionam se Letal é feminino ou masculino - a pergunta mais parece uma estratagema para acomodar a personagem no sistema sexo/gênero/práticas sexuais, uma vez que sua coerência se viu perturbada. Ela responde: "Depende. Para ti soy un hombre". Melissa e Letal ensaiam, portanto, resistências ao constrangimento das normas de gênero. Ao final do evento a poesia "Especulações em torno da palavra homem" de Carlos Drummond de Andrade foi declamada, operando uma reflexão sobre masculinidades. Consideramos, portanto, que a roda constituiu um espaço de problematização e reflexão crítica sobre práticas sociais hegemônicas, processos regulatórios e normalizadores. Compartilhamos ideias sobre essa complexa temática e percebemos que a presença de uma Drag Queen, o uso dos elementos audiovisuais funcionaram como elementos de desnaturalização do gênero e da identidade como papeis sociais cristalizados e da coerência fictícia entre sexo/gênero/desejo (Butler, 2010).

Transexualidade na psicologia brasileira: tendências, repetições e outros horizontes

Juliana Vieira Sampaio (Universidade Federal de Pernambuco), **Benedito Medrado Dantas** (Universidade Federal de Pernambuco)

As pesquisas sobre sexualidade têm ampliado em dimensão e complexidade, nas últimas décadas, principalmente, após a emergência e fortalecimento dos estudos e movimento feminista, como também do movimento LGBT e estudos sobre direitos sexuais (GAMSON, 2006). A temática específica da transexualidade surge como objeto de estudo da ciência, em meados da década de 1950, vinculado, principalmente, ao campo da medicina, particularmente nas produções da psiquiatria, que Bento (2006) nomeia como "fenômeno transexual". Anterior a esse período a fronteira entre as categorias homossexual, transexual e travesti não estava bem definida. Tendo em vista, que historicamente a transexualidade esteve associada ao domínio do saber médico, interessa-nos investigar as produções científicas a partir do campo da psicologia sobre tal temática. A psicologia é uma área que permeia a produção do "fenômeno transexual", mas que possui uma menor visibilidade, por suas contribuições estarem "diluídas" e "misturadas" entre outros campos do conhecimento (BENTO, 2006). Desta forma, o objetivo que orienta o presente artigo é identificar as produções da psicologia sobre transexualidade, em duas bases de dados, Scielo, e Banco de Teses e Dissertações (BDTD). Buscamos com esta pesquisa, visibilizar os estudos produzidos na psicologia, ajudando, desse modo, futuros pesquisadores que venham a se interessar por investigar questões relativas à sexualidade, e particularmente a transexualidade. Partindo de uma perspectiva ética e metodológica inspirada nos estudos foucaultianos entendemos que a presente produção também poderá produzir, dentro do saber psicológico, fissuras e permeabilidades, principalmente no que se refere aos conceitos de sexo e gênero (SPINK, 2004). Tais deslocamentos visam colocar em questão a naturalização do binarismo de sexo/gênero e a possibilidade de transitar sem regulação por diferentes formas de viver a sexualidade. Foram encontrados 85 estudos, utilizando os descritores transexualidade e transexualismo, no banco de dados do Scielo e do Banco de Teses e Dissertações (BDTD), dentre estes foram selecionados, a partir dos critérios de inclusão como produção do campo da psicologia, 25 trabalhos. O principal critério de inclusão foi que pelo menos um dos autores do texto fosse psicólogo ou estivesse vinculado a algum programa de pós-graduação, nessa área do conhecimento. Durante o processo de análise dos documentos observamos que quando utilizamos o descritor transexualidade, as áreas temáticas de maior destaque foram humanas e saúde pública, 12 artigos de 15 no Scielo, enquanto, o termo transexualismo foi mais frequente entre as produções de neurociência e psiquiatria, 13 artigos de 16, ainda no Scielo. A análise foi estruturada a partir das subáreas da psicologia na qual classificamos as produções: Psicologia Social, Psicologia da Saúde, Psicologia Clínica/Hospitalar e Psicanálise. Os temas que emergiram com maior frequência foram: saúde, transtorno psiquiátrico, despatologização da transexualidade, políticas públicas e normas de gênero. Partindo desse panorama inicial, temos informações para discutir com maior propriedade sobre como a psicologia tem abordado a temática da transexualidade em suas produções acadêmicas e na conduta profissional. Os discursos da psicologia sobre a transexualidade não são homogêneos, mas divergentes em muitos pontos. Ainda há poucos e são recentes os estudos de psicólogos abordando a transexualidade, mas já é possível identificar mudanças no modo como a temática tem sido discutida. Há uma crescente produção de pesquisas que têm privilegiado perspectivas que situam historicamente a produção do conhecimento e colocam em questão a naturalização das normas. Tais transformações acompanham um movimento que se materializa não apenas no campo teórico, como também na conduta dos profissionais e na elaboração de novas políticas públicas, por exemplo. Essas pesquisas reconhecem que, de algum modo, que a psicologia, como prática profissional, pode não apenas reproduzir as normas para que os corpos se conduzam a partir do padrão binário de sexo e gênero, e da lógica heterossexual, mas se posicionar política e eticamente para que os sujeitos se reinventem e continuem subvertendo as fronteiras do feminino e masculino, já que, estas linhas são fluidas e não rígidas.

Travestilidades, violências e a não visibilidade

Marcelo de Oliveira Prado (Universidade Federal de Santa Catarina)

Na presente pesquisa problematizo a respeito das violências vivenciadas por pessoas transexuais e travestis, pois esta é uma temática que me toca. Na condição de pesquisador sou atravessado por práticas e discursos que me atribuem referências como homem cisgênero, gay, pardo, pobre. Essas referências configuram uma condição singular associada à específica inserção social e histórica e apontam à impossibilidade de falar por outras pessoas. Entretanto, arrisco-me a realizar a pesquisa junto com pessoas que se reconhecem como transexuais e travestis e que vivenciaram e vivenciam situações que elas denominam como violentas.

Historicamente, teorias da psicologia, psicanálise e psiquiatria, contribuíram para a construção do saber/poder no qual as transexualidades e as travestilidades foram consideradas perversões e psicoses. Por esse motivo é importante propor outro olhar da psicanálise para a vivência das pessoas trans, que contribua com a escuta dessas pessoas e com a luta política pelo direito à autodeterminação de gênero, pela despatologização da transexualidade e pelos direitos básicos que são negados a esta parte da população brasileira. A proposta de uma leitura não sexista se dá a partir do diálogo da teoria psicanalítica pós-freudiana com teorias feministas e transfeministas, problematizando as concepções da subjetividade universal e da sexualidade como verdade do sujeito e entendendo que essas concepções oprimem e excluem as pluralidades de performatividades, identificações de gênero e sexualidades não conformes à cisheteronormatividade[1] .

Na pesquisa utilizo a concepção da subjetividade como singularidade atravessada por identificações; pelo (con)texto; pela complexa trama entre consciência, corpo, linguagem, inconsciente (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004). Ainda, a desconstrução dos binarismos proposta por Judith Butler (2003) quanto às questões sexuais e de gênero também faz parte da leitura aqui proposta. Para problematizar a questão da violência utilizo a leitura psicanalítica e psicossocial de pós-freudianos, como Jurandir Freire Costa (1986) e Joel Birman (2009), que analisam a temática sem naturalizar a violência, aliando-a, por exemplo, à queda dos ideais da modernidade, como aspecto de um mal-estar específico na contemporaneidade. Também recorro à filósofa Marilena Chauí (2003) que discute a questão da violência como estrutural na sociedade brasileira. A escuta das pessoas que se denominam trans e travestis se faz por entrevistas segundo as concepções da Psicanálise extra-muros, que sustenta a escuta para além do contexto clínico tradicional, considerando que as pessoas são atravessadas pelos referenciais sociais e políticos (MEZAN, 2002).

Quanto aos resultados iniciais, na pesquisa bibliográfica, tenho percebido, entre outras questões, o número reduzido de pesquisas que abarquem como tema central as violências vivenciadas por travestis e transexuais (AMARAL et al., 2014). Tal escassez reflete uma não visibilidade preocupante, uma vez que o Brasil é o país com maior número de assassinatos de pessoas travestis e transexuais no mundo (TGEU, 2015), o que implica na falta de análises e pesquisas que subsidiem políticas públicas voltadas para redução destas violências. Nas entrevistas-piloto pude perceber que as violências – físicas, psicológicas e outras – são recorrentes nas vidas destas pessoas, em várias situações e contextos. Diante da não visibilidade da violência que sofrem as travestis e transexuais, faz questão o que estas pessoas têm a dizer sobre a violência, bem como o que entendem por violência.

Referências

AMARAL, M., S., CRUZ, K., O., SILVA, T. C., TONELI, M. J. F.(2014) "Do travestismo às travestilidades": uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010.Psicologia & Sociedade, 26(2), 301-311.

BIRMAN, J. Cadernos sobre o mal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAUÍ, M. Ética, Política e Violência. In: CAMACHO, T. (org.). Ensaios sobre a violência. Vitória: EDUFES, 2003.

DERRIDA, J. ; ROUDINESCO, E. De que amanhã: diálogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. FREIRE COSTA, J. Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ªed. 1986. MEZAN, R. Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos, reflexões. Em: Interfaces da Psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TGEU – Transgender Europe. Alarming Figures: More Than 1,500 Reported Murders of Trans People Since January 2008.In: TGEU's Trans Murder Monitoring Project.

V. Viviane. Explorando Momentos Inconformes – Esboços Autoetnográficos. I Seminário Internacional Desfazendo Gênero (Natal, RN), 2013.

---

[1] Butler fala em heteronormatividade, porém, escolhi adaptar para o termo cisheteronormatividade já que os termos cisnormatividade e cissexismo têm sido utilizados por representantes dos movimentos transfeministas, que pautam políticas e direitos das pessoas trans. Cisgênera é a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento e que por estar dentro da norma possui privilégios em relação às pessoas transexuais. O termo se justifica neste trabalho com o objetivo de marcar um tipo específico de violência, aquele decorrente do preconceito, discriminação ou intolerância de gênero que sofrem as pessoas trans, diferente do foco que pode ser dado à opressão por orientação sexual no termo heteronormatividade. Ver V., Viviane (2013).

Travestis e transexuais: entre políticas públicas e demandas por uma vida habitável

Marco Antonio Torres (Universidade Federal de Ouro Preto)

Discutirei nesta apresentação a insuficiência e a necessidade de políticas públicas como formas de reconhecimento social das travestilidades e transexualidades. Considero que tais políticas correm o risco de nunca se tornarem suficientes diante transfobia que nega a humanidade dos corpos trans. Por mais incisivas e detalhadas as normativas legais/formais que digam da existência de travestis e transexuais, por mais que se constituam como um outro diante de seus adversários, permanece o desejo de extermínio, de assassinado desses corpos como tentativa de exclusão de qualquer inteligibilidade discursiva. Contudo, defendo que é pela visibilidade trans que somos capturados/as em uma linguagem que nos faz responder a uma alteridade potente. Deste modo, temos regulado aquilo que pode ser reconhecido, de um rosto que pode ser "visto e ouvido". Elaboro meu argumento retomando alguns elementos do itinerário de Marina Reidel, uma militante do movimento de travestis e transexuais que tenho me aproximado há algum tempo. Acompanho o itinerário de Marina desde 2010 e divido este período em três etapas. Inicialmente aproximei-me dela durante minha pesquisa de doutorado, quando a entrevistei e realizamos juntos uma consultoria para uma séria de tv. O segundo momento se deu pela leitura de sua dissertação de mestrado intitulada A pedagogia do salto alto. Histórias de professoras travestis e transexuais na educação brasileira. Atualmente acompanho sua atuação como ativista de políticas públicas para LGBT, todavia esta etapa ainda está em curso e dela poucos elementos posso trazer. Neste período uma questão tem emergido para mim: como travestis e transexuais tem demandado por uma vida habitável? Como as políticas públicas entram nestas demandas? Para analisar estas questões busquei dialogar com elementos do itinerário de Marina e o ensaio vida precária de Judith Butler, entre outros escritos. Analiso como as garantias de uma vida vivível não são dadas pelo formalização de determinados direitos, pois travestis e transexuais ainda precisam de um rosto para acessar a condição humana. Considero que o discurso das políticas públicas não tem conseguido produzir de modo suficiente a humanização destes sujeitos, seu reconhecimento como um outro. O discurso das políticas públicas não tem conseguido produzir um rosto para travestis e transexuais, ou seja, um reconhecimento de travestis e transexuais no registro da humanidade. A dificuldade de reconhecer as próprias falhas e insuficiências das políticas não dão conta, ou não desejam fazê-lo, das formas de existir além daquelas chanceladas pela matriz heterossexual. Os discursos das políticas públicas não coincidem facilmente com as demandas que eles/as produzem para uma vida habitável. Esta noção de rosto, aqui referida, é analisada por Butler a partir de Emmanuel Levinas. Para ele o rosto não é apenas uma parte do corpo físico, estético ou psicológico, mas diz das marcas de uma trajetória, é condição de humanização e é isto que Butler destaca no ensaio. Considero que o itnerário de Marina, como de outras/os travestis e transexuais, podem revelar as marcas do sofrimento e precariedade que tem produzido demandas por uma vida vivível, algo que está para além das políticas públicas. Muitas vezes o reconhecimento social é conseguido apenas com a submissão/aceitação das heteronormas e da negação da própria possibilidade de humanização. Na trajetória de Marina busco decifrar/registrar este rosto que possibilita acessar o status de humano, a busca de uma vida vivível em meio a um cenário em que a transfobia e o transfeminicídio negam a possibilidade de existência de travestis e transexuais, se recusam a "ver e ouvir" seu rosto rascado, pintado, mordido, siliconado, enfim, um corpo trans. Lembramos que em Levinas o rosto não diz necessariamente das feições humanas, podendo ser mesmo um dorso arqueado pelo sofrimento. Destaco sua trajetória como professora, batuqueira e ativista trans indicando um modo de vida que tem se tornado vivível. Assim, considero que além das políticas públicas o rosto de travestis e transexuais precisa ganhar outros espaços, outras significações, precisa se constituir em um rosto político para ser visto e ouvido como alteridade exigente.

Uma análise comparativa da medicalização da intersexualidade em Fortaleza (CE) e Rio de Janeiro (RJ)

Anacely Guimarães Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

A proposta para esse trabalho é apresentar as discussões da pesquisa de doutorado, ainda em andamento, cujo tema versa sobre a assistência em saúde voltada para as pessoas intersexuais. Trata-se do aprofundamento de um recorte feito durante a investigação de mestrado em que se verificou que a medicalização da intersexualidade reafirma códigos culturais dominantes não apenas referentes aos dimorfismos de sexo e gênero, abrangendo também as diferenças organizadas em torno da classe social e da origem regional dos familiares de crianças e adolescentes intersexuais. Nesse sentido, apesar do suposto caráter universal e homogêneo das propostas atuais de intervenções para a intersexualidade, o exame da aplicação dos protocolos médicos internacionais mostra-se ancorado em elementos e temporalidades heterogêneos e locais. A partir dessas questões, a presente pesquisa examina as relações entre a produção de inovações tecnológicas, manuais classificatórios globalizados de saúde e diferença corporal em contextos geopolíticos distintos. O material empírico consiste de observação participante, em curso, feita em um hospital infantil na cidade de Fortaleza (CE), além de entrevistas feitas com profissionais de saúde na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e dados referentes à participação no V Congresso Internacional de Especialidades Pediátricas, módulo de Urologia Pediátrica, realizado em junho de 2015 em Curitiba (PR). O referencial teórico apoia-se nos estudos da ciência e tecnologia em interface com gênero e sexualidade (Carrara, 2004; Rohden, 1999; Machado, 2005; 2007), como nas contribuições feministas (Abu-Lugohd, 2006; Brah, 2006). Busca-se investigar, por um lado, os discursos sobre os graus de medicalização da intersexualidade a partir da percepção de profissionais de saúde (médicos e psicólogas). De outra parte, a abordagem interseccional de marcadores sociais auxilia na compreensão de como a diferença corporal é lida em espaços médico-hospitalares, uma vez que as representações dominantes acionadas nesses ambientes incluem uma ampla rede de forças normativas, além da sexualidade e do gênero.

Nesta comunicação, o foco está em analisar como e quando os profissionais de saúde acionam as categorias “atraso” e “progresso” em termos de intervenções médicas e psicológicas nestes distintos locais. A superespecialização biomédica, que constitui os profissionais e os centros hospitalares de determinados lugares como referências de atenção em saúde à intersexualidade, simultaneamente produzem as margens dessa assistência. Estas estratégias de saúde estão diferencialmente distribuídas entre as regiões brasileiras, repercutindo de modo direto na realização do diagnóstico e no restante do acompanhamento. As considerações preliminares permitem afirmar que os acessos diferenciados aos saberes e tecnologias biomédicas impõem ritmos distintos aos “tempos das urgências”. Seguindo a retórica do “progresso” médicotecnológico europeu e estadunidense, o horizonte da medicina brasileira é intervir cada vez mais cedo em crianças intersex, contudo, a assistência oferecida não é uniforme. Por exemplo, em Fortaleza, os relatos mais comuns entre os profissionais de saúde referem-se às dificuldades de permanência e de adesão ao tratamento devido a fatores socioeconômicos enquanto os profissionais que atuam no Rio de Janeiro tendem a focar na preocupação com a “demora” de crianças intersex a passar pelo escrutínio biomédico. Do ponto de vista dos entrevistados, a classe social e a distância dos centros urbanos impõem um pesado encargo na dinâmica de atenção às crianças/adolescentes intersexuais, sendo mesmo possível traçar uma espécie de linha do tempo, separando os lugares que eles julgam que supostamente alcançaram os níveis estimados de biotecnologia daqueles que ainda vivem em uma espécie de “atraso”. Por fim, ainda que as práticas locais assimilem configurações globais, explicitando as relações de poder nas questões de saúde, é perceptível como outros fatores comparecem nas decisões dos profissionais de saúde em relação ao atendimento das famílias de crianças e adolescentes intersex.

"Tem que falar: homem trans, mulher trans, travestis..." – Políticas do discurso e produção de subjetividades

Ematuir Teles de Sousa (Universidade Federal de Santa Catarina), **Mara Coelho de Souza Lago** (Universidade Federal de Santa Catarina)

Considerando a provocação que Foucault (2012) nos faz sobre a existência de uma política do discurso que controla certos enunciados e faz emergir e documentar certas falas, supomos que uma das formas de luta pela igualdade de direitos de pessoas transsexuais, travestis, transgêneros, lésbicas, gays e bissexuais (TTTLGB), dá-se a partir da afirmação de suas existências por meio dessas e outras "categorias", que assumem no âmbito discursivo, um lugar complexo de práticas subjetivas onde as próprias relações históricas e concretas se fazem presentes e formam o objeto de que falam (Foucault, 2004). Essa pesquisa tem por objetivo problematizar políticas discursivas marcadas por posicionamentos identitários de pessoas Travestis, Transsexuais e Transgêneros e os possíveis efeitos desses posicionamentos numa conjuntura histórica e cultural balizada por tensionamentos constantes. Inicialmente faz-se necessário localizar a criação do desejo de produzir a pesquisa, como foi se tecendo o conjunto de afetações sobre a temática e delineando as formas de conduzi-la. Na trajetória acadêmica de um dos pesquisadores foi desenvolvida pesquisa (de iniciação científica), sobre discursos produzidos em entrevistas que abordavam questões de gênero e sexualidades, por homens que se "auto intitulavam" homossexuais e heterossexuais. Foi possível problematizar o paradoxo essencialista do uso estratégico de categorias identitárias (tais como as contidas na sigla TTTLGB) para conquistas de direitos, mas que se revelam também como prática excludente, ao universalizarem sujeitos (Sousa, 2013), reiterando Joan Scott (2005) sobre ações afirmativas em outros contextos, quando trata do "enigma da igualdade". Esta pesquisa produziu inquietudes e curiosidade a respeito das tensões existentes nos próprios segmentos da diversidade e dos movimentos feministas, em que diferentes perspectivas montavam um percurso discursivo paradoxal. Deste modo, atentos aos discursos sobre categorias identitárias por parte de participantes de diferentes eventos acadêmicos/políticos com grupos feministas e TTTLGB, realizados entre 2014 e início de 2015, foram resgatadas algumas situações presenciadas e registradas, como viés inicial de uma pesquisa em curso no Programa de Pós Graduação de Psicologia. Inspirados no que Judith Butler (2000) designou como performatividade, ficamos atentos, nas situações presenciadas, aos modos de enunciação dos participantes que se manifestaram pelo uso das categorias homens trans, mulheres trans, gays, lésbicas, demonstrando práticas e políticas do discurso nestes territórios. Dessa forma, adotamos posicionamentos metodólogos da cartografia, que compreende a produção do conhecimento como um processo em curso, que se inicia antes mesmo de tal intenção de produção, e entende o momento presente constituído por uma história anterior e com uma espessura processual. (Barros; Kastrup, 2009). A pesquisa já iniciada pode ser modificada a qualquer momento pela sua processualidade e por serem essas problematizações parte de uma discussão inesgotável, com possibilidades de novos manejos, fluxos e configurações no seu devir. Isso não nos impede de realizar problematizações a partir das situações já vivenciadas, subsidiadas pelas produções foucaultianas e butlerianas, que consideram os discursos como jogos estratégicos de ações, lutas, em que fatos linguísticos não são tomados como verdades, mas como condições de possibilidade, tornam-se regulares em diferentes contextos (Focault, 2002, Butler, 2003), produzindo sujeitos num processo constante de sujeição e resistência. Dessa forma as categorias identitárias nos apontam para condições de emergência de enunciados discursivos e para novas formas de subjetividades, considerando a historicidade do processo de subjetivação e de construção de políticas identitárias, onde a sexualidade é tida como dispositivo de controle e disciplinamento dos corpos, em que operam práticas discursivas (Foucault, 2002). Por fim, ressaltamos a complexidade que envolve os processos de subjetivação e as condições de possibilidades dos sujeitos se auto afirmarem, estrategicamente ou não, num cenário histórico e cultural marcado por práticas excludentes de poder, que lhes possibilitam dar sentido a si próprios e aos outros.

GT 17 PSICOLOGIA, POLÍTICAS SOCIAIS E DESIGUALDADE SOCIAL: APROXIMAÇÕES COM O MARXISMO

A Dialética Escuta-Ação e Garantia de Direitos como instrumento de atuação de psicólogos nos CRAS's

Gustavo Henrique Carretero (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Esta comunicação tem como objetivo propor a dialética escuta-ação e garantia de direitos como instrumento do trabalho do psicólogo no SUAS, mais especificamente na proteção social básica que se realiza nos CRAS's. Ela é resultado da prática profissional na área e pesquisa que está sendo realizada sobre a temática.

Marx em "O Capital" destaca que as contradições da sociedade capitalista se sintetizam em objetos, que carregam em si toda a complexidade das relações sociais sob esta forma de produção. A mercadoria (na sua forma de produção, circulação e consumo) seria a síntese do Capitalismo. Ao se debruçar sobre tal objeto o autor ilustra como a exploração do trabalho em determinado sistema econômico acaba por produzir a desigualdade que se demonstra na sociedade, onde alguns se tornam proprietários dos meios de produção e outros possuem uma única mercadoria a partir da qual tentam reproduzir a vida: a mão-de-obra. As contradições que aparecem na sociedade, a partir de uma perspectiva materialista-histórico-dialética, são provenientes da organização econômica da vida entre os homens e acabam por produzir tensões no campo da política. Por isso, a preferência do Marxismo pela Economia Política.

A partir da cisão ideológica entre Economia e Política surge a concepção de que as desigualdades econômicas entre os indivíduos podem ser resolvidas no campo político, não se levando em consideração as condições econômicas e relações sociais que as produzem e mantêm. Nesse sentido, caberia ao Estado promover políticas sociais capazes de "resolver" tais contradições. O próprio Estado é uma instituição criada para abafar as tensões provenientes da dominação social e acaba por recair sobre ele a esperança da redenção das desigualdades produzidas na relação entre os homens pela exploração. Caberia a ele prover, por meio de politica públicas, o mínimo necessário à reprodução da classe trabalhadora e do lupemsinato.

Dessa maneira, a política pública de Assistência Social é uma das respostas do Estado à proteção social daqueles que não estão amparados pela seguridade social oficial. Assim, se percebe que as contradições das sociedades capitalistas não se reproduzem apenas no trabalho, mas também na sua negação a um contingente (imenso no Brasil) que não é detentor de meios de produção e que deveria produzir sua existência por meio da venda de sua vida.

A assistência social, enquanto campo de atuação do Estado, tem como objetivo o provimento dos mínimos sociais àqueles que são a manifestação mais aguda das crueldades do próprio processo social. Tal política pública estatal não possui um cunho de transformação estrutural da sociedade, mas apenas amenização de elementos conjunturais.

Tais elementos são o cenário concreto da inserção do psicólogo nessa política pública e possibilitam a percepção de um elemento que se coloca à atuação nos CRAS's: o trabalhador da área também está submetido às contradições entre capital-trabalho, tais como: ameaça de perda das condições de sobrevivência (demissão), exploração de seu trabalho, relações hierárquicas de poder. Portanto, o questionamento sobre as práticas do psicólogo no CRAS's não é algo banal. Outro elemento de controvérsia a respeito da inserção de psicólogos nos CRAS's diz respeito às atividades desenvolvidas pelos profissionais nesse espaço. Pesquisas e relatos de trabalhadores destacam o ouvir (suposta competência que psicólogos devem desenvolver em sua formação) como um dos elementos centrais da atuação na área. Todavia, algo soa como parcial nessa colocação: sendo a assistência social uma política pública de garantia de direitos, bastaria o ouvir para garanti-los?

Infere-se a partir de perspectiva teórica adotada que a garantia de direitos não seja alcançada apenas na passividade do ouvir ou do falar. Ela implica a ação e não apenas a linguagem. Portanto, o mero recurso da escuta não poderia produzir a superação de vulnerabilidades e riscos sociais.

Mas qual o tipo de ação deve ser executada no exercício profissional na assistência social? Ao trabalhar no CRAS, o psicólogo deve levar em consideração a experiência acumulada pelos outros profissionais da área, especialmente os de serviço social. Tal ciência e profissão se caracterizou, por muitas décadas, pela ação irrefletida no sentido de suprir necessidades imediatas, sem o compromisso com a mudança da sociedade e de trajetórias de vida da população atendida. Essa prática ficou conhecida como assistencialismo e clientelismo e foi largamente criticada por assistentes sociais. Portanto, do psicólogo se requer uma ação que produza autonomia.

A partir do exposto propõe-se aos psicólogos que trabalham em CRAS's não recaírem em uma escuta passiva, indiferente e individualizante das demandas apresentadas pela população atendida e muito menos em um ativismo que aprisiona a pessoa à sua situação de vida. Para tanto, deve-se levar em consideração a dialética que se realiza entre escuta-ação e garantia de direitos pensando nas mediações, contradições e possibilidades práticas dessas esferas. Há de se refletir também como a própria organização social e a padronização da experiência na sociedade capitalista (im)possibilitam uma dialética que envolva escuta-ação e garantia de direitos.

A dimensão subjetiva da desigualdade social: construindo o mapa da desigualdade em São Paulo

Maria da Graça Marchina Gonçalves (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), **Ana Mercês Bahia Bock** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

A pesquisa "A Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social – um estudo da vivência da desigualdade na cidade de São Paulo" vem sendo desenvolvida por um grupo de professores pesquisadores e alunos bolsistas de iniciação científica na PUCSP. Seu objetivo geral é caracterizar a dimensão subjetiva do fenômeno social da desigualdade. A pesquisa está em sua terceira etapa, após a realização de entrevistas em grupo (primeira etapa) e aplicação de um questionário (segunda etapa). Partiu-se da análise das regiões do município de São Paulo, no tocante a indicadores da desigualdade social, apresentada no Atlas da Exclusão Social (Campos et al, 2004). A análise aí apresentada considera sete índices (pobreza, emprego, desigualdade, alfabetização, escolaridade, juventude e violência), depois sintetizados em um oitavo índice, de exclusão social. Todos os índices são classificados em quatro níveis, representados nos mapas do Atlas por quatro cores (vermelha, laranja, amarela e verde), que indicam do pior (vermelha) para o melhor (verde) resultado. As entrevistas da primeira etapa foram realizadas com moradores das regiões vermelha, laranja e verde. Os questionários da segunda etapa (385 no total) foram aplicados em uma amostra de distritos representativos de cada uma das quatro regiões (150 questionários na região vermelha; 92 na região laranja; 77 na região amarela; 66 na região verde). Nas duas etapas, questões metodológicas, além do tema da desigualdade social, foram objeto de discussão e investigação. Na primeira etapa, avaliou-se os recursos metodológicos que as entrevistas em grupo ofereceram: construção de informações ao longo do processo do grupo; possibilidade de enriquecer as informações com colocações de diferentes sujeitos; a identificação de indicadores sobre o tema que puderam ser aprofundados com o questionário. Na segunda etapa, a elaboração do questionário procurou garantir as características da epistemologia qualitativa e da perspectiva sócio-histórica: tendo por base a categoria historicidade, tomar o fenômeno em sua processualidade e determinações históricas; superar a imediaticidade da "epistemologia da resposta" (González Rey, 2005), identificando mediações constitutivas do fenômeno; identificar significações e alcançar elementos indicativos dos sentidos subjetivos produzidos pelos sujeitos a partir da vivência da desigualdade social. Paralelamente, o tema da desigualdade está sendo debatido com a identificação de aspectos que contribuam para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno. O objetivo final da terceira etapa da pesquisa, é produzir o mapa da dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo. A categoria dimensão subjetiva de fenômenos sociais, de acordo com a psicologia social sócio-histórica, procura dar visibilidade à dimensão dos fenômenos sociais referente às produções subjetivas constituídas por e constituintes do fenômeno. É o caso da desigualdade social em São Paulo, considerada como fenômeno que abarca as vivências dos moradores da cidade, as quais passam a dele fazer parte. Em outras palavras, essa compreensão implica o reconhecimento de que a realidade é constituída também de uma dimensão subjetiva. Os fenômenos sociais, enquanto delimitações de aspectos da realidade, carregam a objetividade da materialidade na qual existem, mas incluem as produções decorrentes da presença de sujeitos em sua constituição. É a dimensão subjetiva da realidade, configuração dos elementos subjetivos agregados à materialidade (da natureza, do trabalho, das relações sociais) por meio da presença nela de indivíduos e sua subjetividade. São os sujeitos que atuam produzindo, nesse sentido, a realidade. Identificada a dimensão subjetiva, os resultados estão sendo transformados em indicadores que possam ser representados no mapa da cidade, de forma a se construir o mapa da dimensão subjetiva. As justificativas para a construção do mapa passam pela identificação de que a dimensão subjetiva contribui para a produção e reprodução do fenômeno da desigualdade. Assim, intervenções que pretendem enfrentar e superar a desigualdade social devem reconhecer a importância de considerar esse aspecto. Isso se dá, por exemplo, no campo das políticas públicas sociais, claramente atravessado pela desigualdade social e que muitas vezes reproduz, nas propostas de intervenção que apresenta, visões naturalizadoras da situação social vivida pela população, as quais contribuem para a reprodução da desigualdade.Entendemos que as informações colhidas na pesquisa poderiam ser potencializadas na direção de produzir visibilidade a esse aspecto da dimensão subjetiva e, para isso, deveríamos procurar formas mais efetivas de apresentar o "mapeamento" realizado.A apresentação proposta para o GT PSICOLOGIA, POLÍTICAS SOCIAIS E DESIGUALDADE SOCIAL: APROXIMAÇÕES COM O MARXISMO trará uma síntese dos resultados obtidos na segunda etapa, bem como a proposta de elaboração de índices ou indicadores para a produção do mapa. Justifica-se a escolha deste GT considerando sua proposta de debater o fenômeno da desigualdade social e suas implicações para a atuação da psicologia, particularmente no campo das políticas públicas sociais. Também porque a perspectiva sócio-histórica fundamenta-se no materialismo histórico e dialético e na concepção marxista de homem, sociedade e história.

Análise da Dimensão Psicossocial de moradores de ocupação urbana em São Paulo

Diana Jaqueira Fernandes (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

O trabalho Análise da Dimensão Psicossocial de moradores de ocupação urbana em São Paulo que está sendo proposto para apresentação oral, é fruto da pesquisa de mestrado em andamento e parte do Núcleo de Estudos da Dialética Exclusão/Inclusão, da Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP. Como o estudo não foi concluído até o momento ainda não temos as conclusões do presente trabalho.

Grande parte das ocupações urbanas em São Paulo é espontânea, ou seja, acontecem aos poucos e de modo desorganizado. O que os moradores têm em comum é o fato de não terem moradia própria e condição econômica suficiente para pagar os altos preços do aluguel ou parcelas de um imóvel na cidade, são áreas nas periferias de São Paulo que no momento da ocupação não se encontravam valorizadas economicamente, permitindo assim a fixação das famílias. A ocupação ilegal não é um ato de infração, mas uma estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora, cuja renda impossibilita habitar em outras condições. Assim eles só podem sobreviver se forem incluídos como trabalhadores pela exclusão da moradia legal.

Qual a dimensão subjetiva da moradia irregular? O que se pretende com esta pesquisa é discutir a dimensão psicossocial, subjetiva, na análise das questões de moradia em áreas de ocupação, de modo a contribuir com os demais trabalhos realizados nesta área. O objetivo geral da presente pesquisa pode ser sintetizado como: análise da vivencia dos moradores de áreas de uma ocupação urbana em São Paulo. O conceito de vivência é o de Vigotski (1994) para indicar que as condições sociais nos afetam não de forma reflexa, mas afetiva e cognitiva e, portanto, de forma singular.

Para esta pesquisa utiliza-se como referencial metodológico a abordagem de Lev Vigotski (1998). Em diálogo com pesquisadores da área experimental em psicologia, Vigotski defende três ideiaschave para o seu método de investigação: que a análise das funções psicológicas deve ser dinâmica e observadas como processos, e não como objetos fixos, pois uma característica fundamental dessas é que sofrem constantes mudanças; devem ser explicativas, em contraposição às descritivas, pois as relações dinâmico-causais exigem que os fenômenos aparentes sejam submetidos as origens do problema em questão. Deve-se também atentar ao comportamento fossilizado, quando os processos psicológicos foram muito repetidos e tornaram-se mecanizados, e observá-lo desde o processo de estabelecimento desses fenômenos, e não de seu produto final. Os procedimentos utilizados foram entrevistas e observações em uma ocupação irregular na zona sul de São Paulo. Antes das entrevistas foram realizadas pré-entrevistas para levantar temas promissores e ajudar na construção do roteiro da entrevista. Para tanto, interessou-nos verificar como conheceram e se fixaram nas áreas; como apreendem o local de moradia e a cidade de São Paulo; suas vivências cotidianas frente à ilegalidade; suas desconfianças ou apostas em relação ao poder público; seu interesse em relação às ações que vêm sendo deflagradas; suas expectativas e eventuais mudanças na relação estabelecida com o lugar, a partir da possibilidade de regularização, as emoções e ações. Durante as entrevistas foram feitos diários de campo de modo a registrar impressões da pesquisadora e elementos que não poderão ser registrados pela fala dos entrevistados de modo a acrescentar na análise de conteúdo das entrevistas. (Neto, 1994). Como dito anteriormente, esse trabalho não foi concluído até o momento. Entendemos que as contribuições deste se darão especialmente na área de educação em direitos.

Entre flores e espinhos: Um olhar sobre a dinâmica de famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade

Slana Marta Marques de Lima (Faculdade Luciano Feijão)

Este trabalho foi construído pelo desejo em compreender as implicações que surgem acerca do contexto da monoparentalidade feminina, buscando identificar e conhecer a experiência destas famílias no que diz respeito à criação e educação de seus filhos. Sendo assim fora realizada uma revisão da literatura relacionada às novas configurações familiares, onde se pode perceber cada vez mais famílias o crescimento do número de famílias com esta estrutura, ou seja, famílias monoparentais, que na maioria das vezes são chefiadas pela mãe, com a ausência de uma figura paterna, esta se dando por diferentes motivos. Participaram da pesquisa três mulheres chefes de famílias monoparentais envolvidas em diferentes atividades ofertadas pelo CRAS, todas em situação de vulnerabilidade social. O objetivo do referido estudo é analisar os fatores que favorecem para melhoria da qualidade de vida desta família e verificar as principais dificuldades trazidas pela mãe, assim como seus medos e limitações. Para alcançar tais finalidades foram feitas investigações bibliográficas sobre a temática, assim como também foi realizada pesquisa de caráter exploratório, sendo esta qualitativa. Para tanto foi utilizado questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, sendo estes elaborados exclusivamente para este fim. Para a análise dos dados obtidos através da realização das entrevistas com as mulheres chefes de família fora empregada a análise temática de conteúdo de Bardin (1997). Sendo assim as entrevistas foram gravadas, transcritas e o conteúdo foi posteriormente analisado, resultando em seis categorias, sendo elas: 1) Família: Concepções e estrutura da família de origem; 2) Relação conjugal: Percursos e Conflitos; 3) Núcleo familiar monoparental: Cotidianidade, Percepções e Sensações; 4) Sobre a influência e ausência da figura do pai; 5) Expectativas quanto a um novo relacionamento; e 6) Mãe chefe de família: avaliando sua função. Através das interpretações feitas em cada categoria tivemos resultados relevantes e cabíveis no âmbito de uma família monoparental feminina. Destacou-se que as famílias entrevistadas são originadas de família nuclear patriarcal. Percebeu-se que as mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados da família e que um novo relacionamento não é prioridade em seu cotidiano, dando atenção à criação de seus filhos. Os resultados indicaram uma coerência no que se refere à busca do bem estar familiar e dificuldades das mesmas. As mulheres nesta configuração familiar assumem as responsabilidades da casa sozinhas, tendo o pai como uma figura distante das relações familiares. A dificuldade abordada como principal no que se refere à criação dos filhos, foi a dificuldade financeira, as mulheres relataram não desejar um novo companheiro em suas vidas e também incluíram em seus discursos serem mulheres que desenvolvem um bom trabalho no que se refere ser mãe e chefe de família. Este trabalho é só um início de discussões feitas a respeito da família monoparental feminina em situação de vulnerabilidade social deixando o anseio para mais reflexões acerca do tema. Com a realização desta pesquisa compreendi mais ainda como e com quais artifícios se pode trabalhar a família dentro dos saberes da psicologia. Trabalho este que a psicologia poderá envolver as politicas públicas para a melhoria de seu fazer. As mulheres advindas de famílias monoparentais femininas entrevistadas nesta pesquisa fazem parte de atividades do CRAS no distrito de Lapa, o que fez perceber que as politicas públicas estão sendo feitas e dão atenção as pessoas em situação vulnerável. No que se refere à participação do pai no convívio familiar, verificou-se um afastamento do mesmo, no que se pode dizer que os pais estão totalmente ausentes das relações familiares. Verifica-se também que apesar de estas famílias monoparentais estarem cada vez mais presentes na sociedade, ainda assim estão sujeitas a atitudes preconceituosas. Almeja-se com este estudo poder ter contribuído para uma visão mais elaborada das famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social, deixando mais esclarecido o dia a dia as dificuldades e características destas famílias.

Ética, Cidadania e as Políticas Desenvolvimentistas: uma reflexão sobre o PRONATEC

Marco César de Souza Melo (Universidade Estadual do Ceará)

O presente trabalho é fruto das atividades de pesquisa do Laboratório de Estudo das Desigualdades – LAEDES, vinculado ao CNPQ e realizado no Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC Campus Sobral. O referido trabalho tem como escopo apresentar uma reflexão de cunho ético acerca de projetos que compõem as chamadas políticas desenvolvimentistas instituídas pelo Governo Federal desde o inicio do século XXI, mais especificamente do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que integra os projetos da área de educação destas políticas. O Governo Federal apresenta as políticas desenvolvimentistas como mecanismo para superação das condições de miséria e desemprego que assolam o país. No campo da educação projetos como o PRONATEC pretendem oferecer capacitação para o trabalho a fim de conferir ao cidadão condições de acesso a emprego e renda. Sabemos que educação e trabalho são fatores que não contribuem exclusivamente para a efetivação da cidadania, mas, sobretudo, embasam a própria autoestima do indivíduo e sua realização. Ocupar-se com uma determinada tarefa, isto é, escolher a profissão tem a ver muito mais com a satisfação pessoal do que meramente com a sustentação material, por isso, a formação para o trabalho não pode deixar de contemplar as aspirações do cidadão. O que pretendemos investigar nesta pesquisa é se a oferta da educação profissional viabilizada pelo projeto PRONATEC possui legitimação ética. Para definirmos o ético neste caso utilizamos como referencial teórico autores da ética e filosofia política contemporânea e autores da sociologia atual, tais como John Rawls e Pedro Demo. De acordo com Demo, o conceito de cidadania compreende a possibilidade dos integrantes de uma determinada sociedade participarem ativamente da sua manutenção em todos os aspectos: político, econômico, cultural. Para que isso ocorra é necessária a superação das desigualdades, que passa pelo fornecimento via estado dos bens necessários aos indivíduos (justiça distributiva). É, portanto, o equilíbrio da distribuição de bens e o estabelecimento e controle de direitos e deveres que possibilita o exercício da cidadania nas sociedades democráticas. O pensamento de Rawls lança luz à discussão sobre a eticidade no âmbito das sociedades democráticas constitucionais. Conceitos como igualdade de direitos e liberdade devem embasar todo o projeto político dos estados democráticos. Nesse sentido, os cidadãos são reconhecidos como iguais perante a lei e livres para escolher a ocupação com a qual realizarão seu projeto pessoal de vida e ao mesmo tempo contribuirão para o benefício da sociedade. Nessa perspectiva, é dever do estado oferecer aos cidadãos uma formação profissional em acordo com as escolhas e aptidões naturais de cada sujeito, bem como o direito de escolha pela profissão respeitando os projetos individuais de vida. A reflexão que podemos estabelecer aqui é: seria ético construir os projetos de educação profissional com base na economia de mercado em detrimento das aspirações do cidadão? De acordo com os teóricos estudados a resposta a que chagamos é negativa. Chegando a esse resultado temos condições de avaliar o projeto em estudo. Conforme os objetivos do referido projeto e em confronto com o referencial teórico pesquisado não notamos que o mesmo cumpre finalidade ética.

Imigração haitiana no Rio Grande do Sul: dificuldades pós-migração e saúde mental

Alice Einloft Brunnet (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **João Luís Almeida Weber** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Laura Teixeira Bolaséll** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Adolfo Pizzinato** ((Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

O fenômeno das migrações vem sendo mundialmente discutido no ano de 2015. Diversos elatos expostos pelas mídias mostram uma difícil jornada dos migrantes em busca de uma maior qualidade de vida. Apesar da grande repercussão atual, já existem diversos estudos do impacto da migração na saúde mental, realizados principalmente em países europeus ou nos Estados Unidos. Estes estudos apontam uma série de fatores que estão associados a problemas de saúde mental aos quais os imigrantes estão expostos: pobreza, dificuldades de acesso ao sistema de saúde, preconceito, desemprego, entre outros. A partir do terremoto de 2010, iniciou-se um processo de imigração haitiana para o Brasil. Dados oficiais da Organização Internacional para as Migrações indicam que atualmente estão registrados 1575 imigrantes haitianos no Estado, no entanto, a mídia estima que atualmente residam no Estado cerca de 7 mil Haitianos. Até o momento, não foram encontrados estudos que relatem as condições de vida dos haitianos no Rio Grande do Sul (ex. taxas de desemprego, acesso ao sistema de saúde, etc) ou questões relacionadas a saúde mental. O presente estudo é uma análise preliminar de um estudo maior chamado "Imigração haitiana no Rio Grande do Sul: Processos de aculturação e saúde mental" e tem como objetivo descrever possíveis dificuldades e facilidades encontradas pelos haitianos no que diz respeito à vida no Brasil, bem como encontrar associações entre essas questões e problemas de ansiedade e depressão. Até o momento, foram realizadas entrevistas com doze imigrantes haitianos de primeira geração que residem na grande Porto Alegre/RS. As entrevistas realizadas foram estruturadas, através de uma ficha de dados sóciodemográficos, dos instrumentos List of Migration Experiences, o qual objetiva verificar as possíveis dificuldades enfrentadas pelos haitianos no Brasil, e Hopkins Symptom Scale, para verificação de sintomas de ansiedade e depressão. Os entrevistados possuíam uma média de 32 anos, eram em sua maioria homens (2 mulheres) e possuíam em média 11 anos de estudo. Com relação a situação laboral, cinco estavam trabalhando e sete não estavam exercendo nenhuma situação laboral no momento da entrevista. Os entrevistados relataram dificuldades relacionadas ao trabalho, principalmente no que diz respeito a problemas com pagamentos não recebidos, ou salário inferior àquele que consta na carteira de trabalho. Apesar de o principal motivo de vinda dos entrevistados ao Brasil ter sido encontrar um trabalho com melhor remuneração do que o do Haiti, apenas três (25%) relatam possuir uma melhor remuneração no Brasil. Além disso, onze dos entrevistados (91,7%) acreditam que os haitianos sofrem discriminação no trabalho, sendo que quatro (33,3%) relatam ter vivenciado situações de discriminação pessoalmente. Outra dificuldade citada pelos entrevistados foi a da comunicação. Com relação a facilidades, a maioria dos entrevistados relatou ter tido bom atendimento de saúde quando necessário e também relatam se sentirem em segurança. Com relação à discriminação em outros âmbitos além do trabalho, os entrevistados relatam não sofrerem discriminação da polícia ou para encontrar moradia. Com relação à saúde mental, todos os entrevistados pontuaram abaixo do ponto de corte da escala, no entanto, foi encontrada uma correlação positiva entre sintomas de ansiedade e depressão e o número de dificuldades encontradas no Brasil. Até o momento, os dados da presente pesquisa informam que os haitianos que habitam em Porto Alegre e região metropolitana relatam dificuldades ligadas principalmente ao trabalho. Além disso, foi encontrado que estas dificuldades estão relacionadas com sintomas de ansiedade e depressão. Estes dados preliminares, portanto, indicam possíveis fatores de risco para problemas de saúde mental na população de imigrantes haitianos de primeira geração. Com a continuidade da presente pesquisa será possível confirmar e ampliar o conhecimento sobre os fatores de risco nesta população, bem como pensar em possíveis estratégias de intervenção em saúde mental e assistência social.

Interfaces entre educação e desigualdade social: um estudo da dimensão subjetiva do processo de escolarização de jovens pobres e ricos

Rita de Cássia Mitleg Kulnig (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), **Ana Mercês Bahia Bock** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), **Luane Neves Santos** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), **Rodrigo Toledo** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), **Brisa Bejarano Campos** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

A desigualdade social é, para nós, um dos maiores problemas da sociedade brasileira, na medida em que tem marcado todas as instituições, relações e fenômenos no país. Uma desigualdade econômica, de acesso a bens e serviços da sociedade e traduzida na sua concretude como miséria econômica, mas também como uma miséria emocional, existencial e política. A Desigualdade Social é constituída por múltiplas determinações, portanto, a possibilidade de enfrentamento desse complexo fenômeno social emana de um maior conhecimento sobre o mesmo. Assim, defendemos a necessidade de ampliação dos estudos sobre este fenômeno, que, tradicionalmente, evidenciam os aspectos econômicos, sobretudo a diferença na distribuição de renda e no acesso aos bens produzidos. Há a necessidade de serem realizados estudos que evidenciem a Dimensão Subjetiva desse processo, em especial no campo da educação. No Brasil, vários estudos têm demonstrado a relação entre desigualdade social e educação. Embora o desafio da universalização do acesso e da permanência no Ensino Fundamental já tenha sido superado, a qualidade do ensino ainda é uma questão polêmica. Há uma dualidade perversa no sistema escolar brasileiro que alimenta e reforça a desigualdade social: uma "escola do conhecimento" para os ricos e uma "escola do acolhimento social" para os pobres. A partir deste quadro, duas questões se impõem: a primeira se refere à necessidade de estudos sobre as expressões da desigualdade na educação. Supõe-se aqui que a desigualdade social pode se tornar visível a partir de dados oriundos do campo da educação: regiões e/ou estratos sociais pobres têm maiores índices de analfabetismo, maior defasagem idade/série, média de número de anos de escolaridade menor e outros aspectos que demonstram que a pobreza e o baixo nível de escolaridade caminham juntos. Uma segunda questão se refere à Dimensão Subjetiva dessa realidade de desigualdade, que se expressa também no campo da educação. Essa segunda questão é o objetivo central dessa pesquisa. O estudo da Dimensão Subjetiva se apresenta como uma possibilidade apontada pela Psicologia Sócio Histórica de superar a dicotomia objetividade/subjetividade presente em várias pesquisas sobre os fenômenos sociais, por perceber que ambas as dimensões se constituem e se transformam mutuamente, em um processo dialético. A partir da compreensão de que subjetividade e objetividade se relacionam dialeticamente, entende-se que há uma dimensão social no sujeito e uma dimensão subjetiva na realidade. Desse modo, a Dimensão Subjetiva se refere a construções subjetivas que constituem a realidade. Na escola, a desigualdade social está esta presente nas relações professor-aluno e aluno-aluno; está camuflada no material didático, nas avaliações realizadas tanto pelo professor quanto nas realizadas pelos sistemas educacionais. Está nos resultados da educação, na qualidade do trabalho realizado, na motivação e empenho dos professores; nos salários dos professores e na participação dos pais e da comunidade. A desigualdade está nas significações constituídas pelos alunos sobre a escola e seu processo de escolarização. É finalidade desse trabalho investigar estes sentidos e significados constituídos, buscando jovens ricos e pobres para que se possa dar visibilidade à dimensão subjetiva da desigualdade social a partir da vivência do processo de escolarização. As informações são produzidas a partir do método da conversação em que pesquisador e participantes compõem uma unidade dialógica na qual ambas as partes precisam se implicar para que haja produção de sentidos subjetivos. A fluidez é o elemento que permite essa produção a partir do momento que na conversação, mais do que perguntas, ou a obediência a um roteiro estruturado, são oferecidos temas norteadores para o diálogo, a partir de eixos que permitam responder aos objetivos da pesquisa. Os eixos se caracterizam por questões, comentários, reflexões, em torno de temáticas especificas. Na presente pesquisa são dois os eixos: o jovem e a desigualdade na vida e o aluno e a expressão da desigualdade na escola. A pesquisa encontra-se em andamento e já foram realizadas diversas entrevistas com jovens pobres e ricos, oriundos de escolas públicas e privadas de São Paulo. As análises das informações são baseadas no procedimento teórico-metodológico "Núcleos de Significação" e apontam que a experiência escolar é vivida de forma diferenciada pelos jovens. Para os jovens ricos, a escola é um lugar de transmissão-assimilação do saber sistematizado; de apropriação de valores, símbolos e atitudes e de estabelecimento de redes de relações. Para os jovens pobres, a escola se apresenta como um espaço que o protege da rua; de humilhação, menosprezo e desamparo; uma possibilidade de redenção da pobreza; de bagunça. Para ambos os jovens a escola é o lugar de estar com os amigos, tornando marcante o seu papel de socialização. Os resultados apontam aspectos importantes sobre como a desigualdade social se apresenta naturalizada em nossa sociedade e se reverbera na vivência escolar dos jovens. A escola ainda se constitui como um espaço meritocrático, na qual as oportunidades não são iguais para todos.

Jardim dos Sentimentos: promoção da saúde mental em um espaço de bosque

Carlos Joaquim Barbosa da Rocha (Universidade Federal do Pará), **Letícia da Silva Rodrigues** (Universidade Federal do Pará), **Fabiana de Lima e Silva** (Universidade Federal do Pará), **Magda Freitas Oliveira** (Universidade Federal do Pará)

A articulação da Psicologia Clínica, tradicionalmente realizada em atendimento individual, com a Psicologia Social Comunitária, destinada ao trabalho com grupos em "contextos naturais", nos lança bases para uma atuação atenta às demandas sociais contemporâneas, capaz de oferecer acolhimento de maneira menos individualizada e patologizante, em espaços alternativos e mais acessíveis a população. O plantão psicológico é uma dessas novas possibilidades de atendimento psicológico e promoção de saúde mental, caracterizando-se como uma modalidade de atendimento clínico, requisitando do profissional que oferece este serviço um pronto acolhimento do sujeito e uma escuta atenta de suas demandas. Esta modalidade de atenção psicológica busca promover a saúde, numa perspectiva do acolhimento e do cuidado, possibilitando que a pessoa atendida, no momento em que lhe é oferecida a escuta, possa escutar a si própria e, em uma relação de confiança e aceitação, possa elaborar estratégias para lidar, autonomamente, com suas próprias questões. Objetivo do projeto foi oferecer um serviço de atenção psicológica e promoção de saúde mental à comunidade interna e externa da Universidade Federal do Pará (Universidade Federal do Pará), em uma área de bosque. O espaço estruturado para oferta de serviços de atenção psicológica e promoção de saúde mental foi denominado "Jardim dos Sentimentos", pois se encontrava no interior do bosque do "Espaço ITEC-Cidadão" (EIC). O EIC foi criado em 2011, nas imediações do rio Tucunduba, com a proposta de aproveitar o potencial ambiental do local, fornecendo à comunidade acadêmica e a população vizinha à Universidade Federal do Pará uma opção sustentável para momentos de convivência e realização de atividades socioambientais. Atualmente, diversos projetos e atividades são desenvolvidos no local, como oficinas de reciclagem, leitura, paisagismo, fotografia, jogos de xadrez e educação socioambiental, envolvendo pessoas de mais variadas idades. Antes de iniciar as atividades do "Jardim dos Sentimentos" foi realizada ampla divulgação, por meios físicos e virtuais, o dia de inauguração do espaço, bem como o período e os horários do serviço de plantão psicológico. O primeiro dia de atividades do espaço contou com apresentações musicais, dinâmicas de grupo, oficina de expressões corporais e degustação de frutas e sucos naturais, sendo uma oportunidade para a divulgação do funcionamento e objetivos do projeto. O serviço teve a duração de três semanas e contou com a participação de nove plantonistas (estudantes de psicologia) e uma professora-supervisora. No dia determinado para a oferta do serviço, um estagiário ficava responsável por recepcionar, tomar registro de dados básicos dos usuários/clientes e encaminhar para um estagiário disponível para o atendimento. As supervisões ocorriam uma vez por semana. Durante a oferta do serviço, foram atendidas cerca de 15 pessoas (membros da comunidade interna e externa à universidade). As queixas mais comuns foram relacionadas à depressão, ansiedade, sintomas psicóticos e sexualidade. Entre os encaminhamentos realizados pela equipe estiveram: atendimento no serviço clínica-escola, CAPS, participação das oficinas do grupo de idosos do EIC. O projeto "Jardim dos Sentimentos" funcionou como um importante articulador da rede serviços psicossocial existentes dentro e fora da universidade e que não eram conhecidos pela comunidade atendida, bem como potencializou o acesso aos projetos que já eram desenvolvidos no EIC. Desta maneira, configurou-se como um importante espaço de acolhimento e atenção psicológica, proporcionando a promoção da saúde mental e a uma formação mais global para os estudantes de Psicologia, na medida em que tiveram a oportunidade de atuar em contextos alternativos de atenção à saúde.

Liberdade de escolha: diálogo entre Marx e Skinner

Ana Carla Nascimento Sales (Universidade Federal do Ceará), **Juliana Maria do Nascimento Mota** (Universidade Federal do Ceará)

Neste trabalho acadêmico, o qual foi produzido após uma reflexão acerca da possibilidade de um diálogo entre a psicologia e o marxismo, proponho investigar a significação do conceito de liberdade e a aplicabilidade dessa liberdade para o homem no cotidiano dele, para isso recorro aos pensadores Skinner e Marx, dos quais utilizei como referencial teórico, algumas obras como: Ciência e Comportamento Humano e O Comportamento Verbal de Skinner, e Manuscritos Econômico-filosóficos, A Ideologia Alemã de Marx. Diferente de Skinner, Marx não deixou um escrito intitulado com a palavra liberdade, porém, pode-se constatar, que Marx (1975, 1978, 1986) parte do exame ontológico do homem, em que o ato fundante do ser social é o trabalho, pois este funciona como uma mediação através da qual o homem transforma a natureza, adequando-a aos seus fins e, ao mesmo tempo, se constrói a si próprio. Dessa forma "Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de suas escolhas e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 1997, p. 21), ou seja, "o eu que assim parece ter uma opção é o produto de uma história da qual não está livre e que, de fato, determina o que ele fará agora." (SKINNER, 1982, p. 145). A partir dessa constatação, nota-se que o pensamento de liberdade de escolha adquire outra percepção, já que liberdade nem sempre será o poder de exercer livremente a sua vontade, pois o sujeito encontra-se inserido em uma sociedade, a qual possui regras e restrições externas. Entretanto, se não houvesse leis, para punir crimes como furtos ou homicídios, o indivíduo se encontraria em um caos, já que ninguém faz o que quer, e sim o que tem que fazer para evitar a punição ou escapar dela (SKINNER, 1982). Desse modo, percebe-se que quando o homem executa uma tarefa que não o satisfaz, ele se esgota fisicamente, além de desistir do próprio poder de escolha em prol de satisfazer outras necessidades. Vale ressaltar também que, o sujeito ao nascer já possui uma bagagem cultural, a qual transmitida pelos pais e familiares, determinará certos costumes e ensinamentos aplicados na vida deste sujeito. Esse conjunto de ideologias, concepções morais e culturas, Marx chamou de superestrutura e concebeu que, nas relações sociais de produção de uma sociedade, uma estrutura determina uma superestrutura (MARX; ENGELS, 1996). De forma semelhante, na obra Sobre o Behaviorismo, atenta-se para a construção teórica de que o indivíduo já determinado pela estrutura social, ou seja, produto de uma história da qual não está emancipado, é condicionado a agir de acordo com o que está perante os outros (SKINNER, 1982), pois a superestrutura dele é influenciada desde cedo. Portanto, meu objetivo é analisar o conceito de liberdade de escolha, através de uma trilha teórica entre ambos os autores, a fim de chegar-se a uma Educação Libertadora defendida por Paulo Freire. Sem deixar de considerar a importância do desenvolvimento de um maior senso crítico acerca das relações existentes entre o organismo e o ambiente, que para Skinner implicam na associação do homem com o mundo, em que o homem age sobre o mundo modificando-o e, por sua vez, é modificado pelas consequências de sua ação (SKINNER, 1974), do mesmo modo que, para Marx, existe a importância do trabalho na formação do sujeito, pois o trabalho torna-se a mediação por meio da qual ele transforma o ambiente econômico. Destarte, nota-se que quando o indivíduo é convidado a refletir sobre os atos mais corriqueiros do cotidiano, como o homem olha para as coisas e como ele interpreta essas coisas, ele depara-se com o fato de que "conhecer não é ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante, implica em invenção e reinvenção." (FREIRE, 1979, p. 10). Ressalto ainda que, reconheço o desafio que é relacionar pontos de vista, os quais possuem bases epistemológicas distintas, porém não é impossível interpretar e perceber o desenrolar de teorias, em minha opinião, magníficas para uma maior compreensão do indivíduo.

Limites do "compromisso social" da psicologia na perspectiva da emancipação humana

Larissa Soares Baima (Pontificia Universidade Catolica de Campinas), **Gabriel Silveira Mendonca** (Pontificia Universidade Catolica de Campinas), **Raquel S. L. Guzzo** (Pontificia Universidade Catolica de Campinas)

Este trabalho propõe discutir a questão do "compromisso social" do psicólogo no contexto das políticas sociais no Brasil e a possibilidade de um projeto ético-político para a profissão refletindo a partir da teoria marxista acerca da relação entre emancipação política e emancipação humana. Nessa tradição teórica, a emancipação política significa a inclusão dos indivíduos à esfera dos direitos civis, da cidadania, no interior da sociedade burguesa, mediada pelas instâncias do Estado, enquanto a emancipação humana aparece como possibilidade e necessidade histórica para a efetiva construção da liberdade e fim da exploração, injustiça e desigualdade. Articula-se essa discussão com a análise conduzida por Yamamoto acerca do "compromisso social" da psicologia brasileira. Ao discutir acerca dos 50 anos de profissão do psicólogo no Brasil, sua atuação nas políticas sociais e os projetos ético-políticos envolvidos o autor compreende o ideário do "compromisso social" da psicologia no Brasil perpassando dois caminhos: a) o alcance social dos serviços psicológicos, ou seja, a extensão da atenção do profissional de psicologia a setores historicamente desassistidos e b) sua capacidade de ser um agente de mudança social. Conforme argumenta o autor, com base em estudos apresentados em seu trabalho, a atuação profissional de psicólogos junto às políticas sociais e o "terceiro setor", por si só, não representa uma resposta aos anseios expressos nos debates levantados pelo mote do compromisso social. Ou seja, ainda que se verifique a ampliação do alcance de seu serviço às populações desfavorecidas, a atuação ainda permanece majoritariamente nos moldes da atuação clínica tradicional (psicodiagnóstico e aplicação de testes psicológicos). No conjunto dos profissionais que se propõem e efetivam práticas, em alguma medida, alternativas, ainda que possam apresentar transformações na esfera imediata, levando ao alcance de melhorias nas condições de vida e garantia de direitos civis, tem-se um limite posto em relação à dimensão das mudanças sociais viáveis dessa ação. Esse limite, encontra-se nos limites inerentes a qualquer categoria profissional na divisão social do trabalho, dentro de uma formação social capitalista. Como qualquer outra profissão no interior da formação social capitalista, a psicologia subordinase às determinações desse modo de produção dominante e insere-se na divisão social do trabalho como função específica na reprodução das relações sociais capitalistas. Tem-se, portanto, um limite profissional regulado por parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho (de assalariado e específica do psicólogo) em que o profissional se insere. Nesse sentido, pensar a prática do psicólogo que se oriente para mudança social na perspectiva da emancipação humana, demanda distinguir ação política propriamente dita das dimensões políticas de uma ação profissional, pois é nesse âmbito que se situa a discussão. Historicamente, não cabe ao psicólogo ou qualquer outra categoria profissional como tal um papel decisivo em processo algum de transformação estrutural da sociedade. Contudo, existem ações que tem nortes teóricos e práticos menos reprodutivos que outros e que, além disso, podem constituir-se como práticas emancipadoras ao articularem-se com lutas populares que transcendam à luta pela cidadania e visem projetos societários que miram a emancipação humana, isto é, a superação da sociabilidade do capital o socialismo.

Medicalização da vida: a lógica do modo de produção capitalista

Osvaldo Gradella Júnior (Universidade Estadual Paulista, Departamento de Psicologia)

O objetivo desse estudo é problematizar a lógica da medicalização, não só psiquiátrica, mas em relação à saúde da população em geral. Compreendemos a medicalização como "o processo pelo qual o modo de vida dos homens é apropriado pela medicina e que interfere na construção de conceitos, regras de higiene, normas de moral e costumes prescritos – sexuais, alimentares, de habitação – e de comportamentos sociais." (LUZ, 1988 e 1997) O modo de produção capitalista ao expropriar os trabalhadores do conhecimento sobre o sua atividade na produção também possibilitou com que a ciência médica se apropriasse do conhecimento dos trabalhadores sobre seu próprio corpo, colocando-o sobre o controle das instituições médicas e alienando-o do seu próprio corpo. Ao centrar-se no paradigma biológico da relação organismo-meio que decorrem dos modelos naturalizantes acerca do homem e da sociedade, essa ciência médica produziu uma única possibilidade para a solução dos problemas de saúde, bem como da vida, que seria através de um artifício medicamentoso. Por sua vez, a Psicologia hegemônica de base positivista e uma certa parcela da psicanálise, observando que essas teorias são as predominantes nos serviços de saúde, incorporam esse modelo e o reproduzem em suas práticas clínicas individualizantes e normalizadoras com pressupostos morais da classe dominante em relação às condutas humanas. O estudo se identifica com o GT pela orientação teórico-metodológica, ou seja, pelo marxismo como instrumento de compreensão e análise da realidade e com o Eixo temático "Políticas públicas, direitos sociais e emancipação" por tratar de questões referentes às políticas públicas de saúde e saúde mental, construídas a partir da intensa mobilização dos movimentos sociais, em uma perspectiva de autonomia e emancipação humana. Utilizamos os pressupostos filosóficos do materialismo histórico, tendo o trabalho enquanto a categoria nuclear de análise sobre os fenômenos humanos e o fenômeno saúde e doença como uma produção histórica, portanto processual e dialética. Recorremos há duas pesquisas (GRADELLA e MARTINS, 1998 e GRADELLA e outros, 2007): a primeira realizada em 1998, em um Pronto Socorro Central onde foram coletados os dados sobre a demanda das pessoas atendidas no período de 19h00 as 07h00 de segunda a segunda, em que há pouca ou nenhuma informação seja sobre sexo, escolaridade, local de moradia, profissão e ocupação, descaracterizando um possível diagnóstico com necessário aprofundamento e com dados que possibilitem qualificar a intervenção. A segunda, realizada em 2007 sobre saúde mental e qualidade de vida em um bairro popular em que o único serviço de saúde fica localizado em outro bairro dificultando o acesso a esse serviço por parte dos moradores. Dos participantes da pesquisa, 28,8% respondem ter uma pessoa doente no domicilio, 16,6% tomam medicamentos de uso contínuo e desses, 43,8% tomam medicamentos psiquiátricos, sem o necessário acompanhamento médico. Os resultados indicam que a dificuldade de acesso e a não resolutividade dos serviços de saúde que se orientam pelo paradigma biologicista, potencializam essa dependência dos medicamentos e da automedicação, pois os diagnósticos deveriam considerar a integralidade do sujeito e o planejamento do serviço em uma perspectiva epidemiológica, ao invés de medicalizá-los sem uma avaliação criteriosa e contribuindo para reproduzir o paradigma hegemônico na saúde: a medicação pura e simples. Observa-se que os indivíduos e os serviços de saúde têm se relacionado com o adoecimento, em específico ao adoecimento mental, com enfoque na doença e pouco voltado às multideterminações que favorecem o aparecimento de doenças, se mantendo majoritariamente na ordem biológica, onde o tratamento por via dos medicamentos se mostra como a principal terapêutica. Isto corrobora com a lógica da produção capitalista, visto que este favorece a manutenção dos sujeitos no trabalho, mas também intensifica o processo de desgaste da classe trabalhadora, pois é o modo específico no processo biológico de desgaste e reprodução que possibilita o surgimento da doença. Á guisa de conclusão, temos que a medicalização não é um evento circunstancial, mas sim um dos elementos fundamentais no modelo médico neopositivista. Assim, serão os postulados de uma Psicologia de base materialista histórico dialética que possibilitará o caminhar em uma perspectiva do desenvolvimento do psiquismo e da emancipação humana. Romper com as práticas hegemônicas na saúde que compreendem o homem em uma perspectiva biológica individual e o social como uma somatória de situações individuais é uma tarefa que se impõe aos trabalhadores psicólogos. Portanto, há que se criar condições para a mudança efetiva do modelo curativo e medicamentoso se pretendemos a efetiva promoção da saúde, resgatando para tanto, os princípios do Sistema Único de Saúde e da Reforma Psiquiátrica naquilo que compreende o homem enquanto ser histórico-social.

O desafio da inclusão social de pessoas diagnosticadas com esquizofrenia em Asturias, ES

Aline de Mesquita Dummar (Universidad de Oviedo)

O estudo articula a saúde mental e a inclusão social a partir da análisis da realidade psicossocial de pessoas com diagnóstico de esquizofrenia em Asturias, Comunidade Autonômica da Espanha. O interesse desse estudo parte do número crescente de pessoas diagnosticadas com um transtorno mental grave, como é o caso da esquizofrenia, que dependem únicamente de prestações sociais, causando un grave impacto social e económico no Estado Espanhol e na Comunidade Européia. Para alcançar o objetivo proposto, foram analizadas as características das políticas públicas em saúde mental, a qualidade da atenção prestada dos serviços sócio-sanitários da rede pública e as principais dimenões de inclusão social (adscrição política e cidadania, participação na produção e criação de valor, características das redes relacionais). O método combinou duas técnicas qualitativas complementares de investigação: grupos de discussão e entrevistas em profundidade.

Os participantes selecionados foram: 7 professores universitários da Universidade de Oviedo (especialistas no tema), 8 profissionais de saúde mental (psiquiatras e psicólogos), 8 representantes de associações que trabalham na área de inserção social e laboral, 24 pessoas com diagnóstico de esquizofrenia e 11 familiares. Foram realizadas 22 entrevistas e 5 grupos de discussão que foram transcritas e analizadas. Os resultados constatam que as políticas públicas em saúde mental não estão oferecendo respostas efectivas para proteger e atender adequadamente as pessoas com diagnóstico de esquizofrenia. Apesar de progressos importantes, como a reforma sanitaria e psiquiátrica, as pessoas com diagnóstico de esquizofrenia e seus familiares ainda nao contam com uma rede de serviços bem coordenadas e estruturadas para promover uma inclusão social consolidada. Os resultados indicam que o problema da saúde mental nao parece ser uma prioridade para a classe de dirigentes políticos, a pesar da existência de Livros e Manuais que promovem o desenvolvimento de programas comunitarios de intervenção em saúde mental. Porém, na prática os serviços em saúde mental do sistema de saúde público não oferecem atendimentos basados no modelo comunitario (integral e integrador), predominando um modelo de intervenção psicofarmacológico, reducionista e pouco intensivo. O nível de participação dos usuarios nas intervenções não é satisfatório. As redes familiares estão, por sua vez, debilitadas e sobrecarregadas com a falta de apoios necessários. A rede relacional é instável e escassa. A inserção laboral é débil e instável e as prestações sociais recebidas são insuficientes para promover um nivel de vida digno e normalizado, agravando a situação dessas pessoas. Os resultados demonstram uma alta e significativa relação entre saúde mental e exclusão social. Um fator importante que fomenta a exclusão social é o estigma, prejudicando significativamente a vida cotidiana das pessoas com um diagnóstico de um transtorno mental grave, fazendo com que essas pessoas se encontrem numa situação de grande vulnerabilidade. A imagem social negativa dessa pessoas, que sao na maioria das vezes basadas em falsas premissas, dificulta a participação na produção de valor e no mercado de trabalho. As pessoas com diagnóstico de esquizofrenia sofrem uma combinação significativa de fatores de desvantagem social (participação social e política limitada, serviços sócio-sanitários insuficientes e ineficazes, acesso débil al emprego, estigmatização e discriminação) que dificulta ou impossibilita uma inclusão social plena.

O trabalho de psicólogos em favelas na cidade do Rio de Janeiro: relatos de Vigário Geral e Cidade de Deus

Mariana Alves Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Francisco Portugal

Este resumo pretende expor ao grupo reflexões e caminhos percorridos durante o curso de doutorado em psicologia, iniciado em 2013, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Seu objetivo consiste em mapear a atuação de psicólogos em favelas na cidade do Rio de Janeiro. Com a preocupação de pensar a atuação profissional, principalmente após o surgimento de práticas "alternativas", as atuações comunitárias e as transformações no curso da psicologia social latino-americana, esta proposta pretende discutir uma psicologia que se deslocou pela cidade e chegou à periferia, às favelas ou comunidades. Os novos objetivos dessas propostas contribuem para deselitizar a psicologia, aproximá-la da realidade concreta da população e afastála de seus lugares tradicionais de trabalho. A partir da trajetória de pesquisas em Psicologia social comunitária, objetivada como um campo disciplinar, chegamos em investigações anteriores a algumas considerações sobre as práticas da psicologia quando inserida em atuações comunitárias no contexto brasileiro. No entanto, essas considerações tiveram como pressuposto sua constituição disciplinar, esta forma que as práticas comunitárias da Psicologia acabaram tomando engendradas pelo título PSC. Sabemos que a Psicologia Social Comunitária no Brasil surgiu como uma tentativa de aproximação de alguns setores da população, antes negligenciados pela psicologia, a fim de realizar algum tipo de intervenção, mesmo sem referenciais teóricos e objetivos bem definidos. A tarefa de dar uma forma ao que foi produzido tem sido fruto de um esforço identitário da PSC. Deste modo, torna-se mais fácil distinguir quem pertence ou não pertence a ela, quem está autorizado a falar e a responder suas questões, quais são, afinal, as suas práticas, orientações e métodos. Com o intuito de fugir desta captura identitária, e de responder a seus efeitos de verdade e de controle, este trabalho realiza alguns deslocamentos em relação a pesquisas anteriores consciente de que trajetória da PSC e o que foi produzido em seu nome tangencia e atravessa todas as nossas questões. Este projeto opera dois deslocamentos em relação às pesquisas realizadas anteriormente na graduação e no mestrado: o primeiro transita da PSC para o que estamos, atrevidamente, nomeando Psicologia Favelada; e o segundo dispensa o termo comunidade em favor do termo favela. A proposta de estudar atuações de psicólogos em favelas busca, portanto, provocar um deslocamento daquilo que é produzido em nome da etiquetaespecialismo PSC. Consideramos também nesta investigação uma particularidade histórica das atuações comunitárias nesta cidade que se apresenta como justificativa da realização desta pesquisa: os relatos sobre práticas comunitárias da psicologia no Rio de Janeiro não se identificam com o campo da Psicologia Social Comunitária. Entendemos que a história dos trabalhos comunitários em Psicologia tiveram diferentes percursos nos distintos locais do país. No Ceará, por exemplo, o seu formato disciplinar consolidou-se em espaços institucionais e a circulação da PSC se estabeleceu como um campo específico. Aqui no Rio de Janeiro, cidade marcada pela formação de favelas, há uma diversidade de psicólogos inseridos nestes espaços periféricos. No entanto, não há uma identificação de suas práticas com a PSC, e por vezes, nem com a Psicologia. Esta proposta busca identificar o que se produz em termos de atividade profissional naquele espaço. É importante ressaltar que esse deslocamento dos profissionais para novos espaços de atuação não necessariamente os desvinculou das práticas tradicionais, já instituídas nos campos consagrados de atuação da psicologia. É nesse contexto todavia que se insere essa proposta de investigação – analisar o que é feito como prática profissional em lugares que denominamos favelas. A pretensão da pesquisa se resume a mapear as práticas de psicólogos nestes territórios e as possíveis transformações operadas por seu trabalho. Escolhemos dois espaços da cidade, a princípio, para realizar este projeto: Vigário Geral e Cidade de Deus. A inserção começou com a identificação de lideranças comunitárias que fizeram a mediação da pesquisadora com as instituições do território e permitiram identificar alguns psicólogos que atuam nestes lugares. A princípio, foram identificados alguns profissionais em organizações do terceiro setor, igrejas e nas políticas sociais. Apesar da pluralidade de inserção institucional, enfatizamos que o recorte desta pesquisa é territorial, já que a favela é o critério usado para identificar estes profissionais. Todos os psicólogos que serão entrevistados foram encontrados nestas favelas. Além de realizar entrevistas, estamos acompanhando alguns destes atores em campo em suas atividades profissionais. O objetivo é descrever e analisar as práticas dos profissionais neste determinado território, considerando quais são seus objetivos e em que se fundamentam e pensar os sentidos que os psicólogos oferecem a esses espaços territoriais em que atuam. Com isso, esta proposta busca trazer a psicologia reflexões sobre a sua relação com as diversas questões que atravessam este território, como por exemplo a pobreza, desigualdade e violência, e suas estratégias de enfrentamento e transformação social.

Políticas públicas e saúde: estudo de caso num contexto de pobreza e vulnerabilidade social

Kelen Gomes Ribeiro (Universidade Federal do Ceará), Luiz Odorico Monteiro de Andrade (Universidade Federal do Ceará), Andrezza Aguiar Coelho (Universidade Federal do Ceará)

O estudo sobre os determinantes sociais da saúde (DSS) atende ao chamado feito pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com a criação da Commission on Social Determinants of Health – CSDH, em 2005, para promover uma tomada de consciência sobre a importância dos determinantes sociais na situação de saúde de indivíduos e populações e sobre a necessidade do combate às iniquidades em saúde por eles geradas. Verificamos que ainda há poucos estudos sobre os DSS em regiões periféricas de grandes cidades. Esta investigação apresenta-se como importante estudo de caso sobre a influência das condições de vida na saúde dos moradores de uma das regiões mais populosas da cidade de Fortaleza, com concentração de indicadores sociais e econômicos que apontam acentuado contexto de pobreza e de vulnerabilidade social. É resultado da tese de doutorado desenvolvida no programa de pós-graduação em saúde coletiva da Universidade Federal do Ceará, defendida em 2015, que teve como referência a psicologia social em interface com a saúde coletiva. Tivemos como objetivo compreender os DSS no Grande Bom Jardim (GBJ), em Fortaleza (CE), nas décadas de 1990 e 2000, à luz do modelo de DSS proposto por Dahlgren e Whitehead (1991). Utilizamos as técnicas de entrevista, grupo focal e a pesquisa documental para obtenção dos dados com 45 participantes. Adotamos as abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa. A demarcação temporal deu-se a partir da disponibilidade de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por serem as décadas subsequentes à promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, que incluiu uma série de direitos sociais como direitos fundamentais. A investigação sobre os determiantes sociais em saúde da população do Grande Bom Jardim Bom Jardim ultrapassou a política pública de saúde. Foram abordadas as políticas e programas públicos que, a partir de um novo arcabouço jurídico-institucional que culminou com a CF de 1988, contribuíram para a criação de um projeto estratégico de desenvolvimento social para o Brasil. Dentre eles, destacamos, inicialmente, a Seguridade Social: saúde, assistência social e previdência; e a educação. Com o desenvolvimento desse estudo, políticas como a de habitação e de segurança ganharam força a partir do contexto do Grande Bom Jardim. Numa perspectiva histórica, observamos que houve melhorias nos aspectos e serviços que se evidenciam "dentro das casas" dos moradores, como a alimentação, a própria estrutura das casas, o abastecimento de água e de energia elétrica. Os serviços oferecidos "fora das casas" como o saneamento básico, o transporte e a iluminação públicos e a oferta de equipamentos para prática de esportes e para o lazer apresentaram índices muito baixos para atender as necessidades da população e promover saúde. Além disso, a falta de segurança evidenciou-se como um determinante social que tem grande influência negativa na saúde da população do GBJ. A partir desta pesquisa, o modelo de DSS de Dahlgren e Whitehead adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) mostrou-se insuficiente para abordar os principais aspectos da vida urbana estudada. Propomos adaptações ao modelo com a inclusão dos temas segurança, energia elétrica, saneamento básico, mobilidade urbana e assistência social.

Destacamos a importância da assistência que ainda se faz muito necessária em contextos como o do GBJ, em que a cobertura da atenção básica em saúde não chega a 50%, o saneamento não chega a 30%, a taxa de analfabetismo ultrapassa os 10% e grande parte da população vive do mercado informal de trabalho, sem a garantia dos direitos trabalhistas, com renda que, em mais de 50% dos domicílios, não ultrapassa o salário mínimo. As condições individuais para que ocorra a superação dos quadros de pobreza estão fragilizadas e, portanto, a necessidade dos benefícios da assistência social se faz presente para que essas pessoas tenham condições de avançar e, a partir disso, entrar no mercado de trabalho formal, por exemplo. Consideramos que a exposição a essas situações e aquilo que é oferecido pelo Estado em forma de assistência, num primeiro momento, constitui-se como um determinante social em saúde. Apontamos ainda que a (in) segurança pública é um determinante social que tem grande influência na saúde da população do Grande Bom Jardim. As pessoas estão com medo, vivem assustadas. Isso tem afetado à saúde mental dos moradores e tem feito também com que diminua o número de profissionais dos mais diversos serviços, como saúde e educação, porque muitos profissionais não querem mais trabalhar na região. Com o modelo adaptado, esperamos favorecer a identificação de pontos que orientem a implementação de políticas públicas cujo direcionamento leve, em última instância, à redução das desigualdades e iniquidades sociais, promovendo melhorias na saúde das pessoas.

Políticas Públicas para quê? Uma análise sobre a dimensão subjetiva das políticas públicas de redução da desigualdade social

Beatriz Borges Brambilla (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

A dimensão ético-política das políticas públicas coloca em questão uma importante discussão: Para que são formuladas, implantadas e monitoradas as políticas públicas? Face ao exposto, historicidade emerge como categoria ontológica fundamental para leitura do mundo, o presente trabalho analisa a dimensão subjetiva das políticas públicas de redução da desigualdade social e da pobreza no século XXI, no Brasil, em especial nos governos Lula e Dilma. São problematizados os sentidos e significados, interfaces, desdobramentos destas políticas no processo de consciência, emancipação e transformação social. O encontro nacional da ABRAPSO, ao fomentar o aprofundamento teórico-metodológico da Psicologia Social na análise e desenvolvimento de Políticas Públicas, poderá contribuir para reflexões críticas sobre a temática, o trabalho está inserido no eixo Políticas públicas, direitos sociais e emancipação, com possibilidades de diálogo com o grupo de trabalho 17 - PSICOLOGIA, POLÍTICAS SOCIAIS E DESIGUALDADE SOCIAL: APROXIMAÇÕES COM O MARXISMO. Na medida em que, compreende-se que analisar a dimensão subjetiva na/das políticas públicas significa se debruçar sobre uma dimensão que está materializada nas possibilidades do trabalho emancipatório, onde a criatividade e totalidade da cultura humana podem aparecer, como produto do processo histórico do gênero humano. Pergunta-se novamente: E as políticas públicas de redução da desigualdade social adotam esta perspectiva? A emancipação da humanidade deverá ocorrer como transformação da apropriação da cultura e da objetivação tanto do gênero humano quanto de cada indivíduo. Trata-se da apropriação da totalidade das forças produtivas pela totalidade dos trabalhadores, necessária tanto para o desenvolvimento da auto atividade como também para a própria sobrevivência dos trabalhadores. Desigualdade social e pobreza tem sido hegemonicamente compreendidas sob o viés economicista, o que reduz o real significado deste fenômeno. A sociedade tem naturalizado a desigualdade e tem aceitado produzir “gente” de um lado e “subgente” do outro. No Brasil calcula-se os índices de desigualdade social, a partir do coeficiente de Gini, que é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). Assim, quanto menor o Índice de Gini, menor a desigualdade na distribuição de renda no país. No Brasil de 2004-2012, valores indicam que o índice de Gini passou de 0,5730 (2004) para 0,5227 (2012), evidenciando uma diminuição de 8,78% na desigualdade da renda domiciliar per capita. Reduzir a desigualdade social requer distribuir a riqueza, no entanto, atualmente redistribuição de riqueza não consiste em transferir renda do rico para o pobre, ao menos não de modo explícito. Consiste, sim, em financiar serviços públicos e substituir receitas que são mais ou menos iguais para todos, especialmente em áreas como saúde, educação e previdência. Coloca-se em discussão o campo da desigualdade social e da pobreza como fenômenos que produzem nos sujeitos sofrimento éticopolítico, humilhação social, fatalismo, desqualificação social. Ou seja, há de ser compreendida a dimensão subjetiva das políticas públicas de redução da pobreza e da desigualdade social, compreendendo sua dimensão subjetiva e seus efeitos na realidade dos sujeitos.O trabalho em questão é um recorte da pesquisa de doutorado que tem como objetivo a investigação do desenvolvimento de consciência crítica e processos de emancipação humana a partir da implementação das políticas públicas sociais de redução da desigualdade social. Para o trabalho foi realizado um levantamento teórico e documental sobre as transformações no modo de vida e na atividade humana de famílias beneficiarias de programas de transferência de renda. Constatando-se o caráter conservador e pouco emancipador das políticas públicas, ao serem formuladas e implementadas de maneira pragmática e imediatista. Neste cenário, surge a necessidade da formulação de políticas sociais que tenham como horizonte o processo de desalienação e emancipação humana, adotando a dimensão subjetiva e o desenvolvimento de uma consciência crítica como aspecto estruturante da ruptura dos ciclos de dominação-exploração.

Políticas sociais no Brasil do século XXI: esforços para a superação da desigualdade social

Luiz Odorico Monteiro de Andrade (Universidade Federal do Ceará), Kelen Gomes Ribeiro (Universidade Federal do Ceará), Andrezza Aguiar Coelho (Universidade Federal do Ceará)

A desigualdade social é um fenômeno presente em quase todos os países do mundo na contemporaneidade. De acordo com o lugar, varia o grau da desigualdade, mas, em geral, é desencadeada pela distribuição desigual da renda, a qual acarreta também desigualdade no acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Inicialmente estabelecidas pela força e liderança, as desigualdades ampliaram suas dimensões gradativamente, passando a incluir os aspectos sociais, perpassados pela renda e por outras formas de prestígio social e poder. Na perspectiva de Karl Marx (1990), a desigualdade social é um fenômeno ocasionado pela divisão de classes, no qual as classes dominantes mantém o domínio sobre as dominadas através do acesso desigual à renda. As primeiras constituem a burguesia, detém os modos de produção, enquanto o proletariado detém a força de trabalho. Essas posições ocupadas pelos indivíduos no sistema de produção definem suas vidas, de modo que os interesses, valores e visões de mundo compartilhadas por uma classe são antagônicos aos compartilhados pelos indivíduos de outra classe. Segundo Barata (2009), a desigualdade social refere-se a situações que implicam algum grau de injustiça, ou seja, diferenças que são injustas porque estão associadas a características sociais que sistematicamente colocam alguns grupos em desvantagem com relação à oportunidade de ser e de permanecer sadio, por exemplo. A partir desses referenciais, da psicologia social e da saúde coletiva, desenvolvemos um estudo, entre os anos de 2010 e 2015, sobre a influência das condições de vida, o que inclui a desigualdade social, na saúde (OMS, 1948) da população do Grande Bom Jardim, região constituída por cinco bairros do município de Fortaleza-CE: Granja Lisboa, Granja Portugal, Siqueira, Canindezinho e Bom Jardim. Contamos com 45 participantes e utilizamos as abordagens metodológicas quantitativa e qualitativa, com as técnicas de entrevista, grupo focal e análise documental para obtenção dos dados e a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e a estatística descritiva (AGRESTI, 2012) para análise. Vimos que entre os dez bairros onde os moradores têm menor renda no município de Fortaleza, estão os cinco que constituem o Grande Bom Jardim, onde 52,9% das pessoas responsáveis pelos domicílios têm renda de até um salário mínimo (IBGE, 2010). De sua população de 204 mil habitantes, cerca de 10% vive na situação de extrema pobreza (IPECE, 2012). A fome deixou de existir como fenômeno social no GBJ, o que não quer dizer que não existam casos de pessoas que passam fome. Isso trouxe o alerta para a necessidade de atenção especial a esses locais, no que concerne à implantação e/ou implementação de políticas sociais que contribuam para a reversão de quadros dessa natureza. Os participantes da pesquisa apontaram avanços no campo da assistência social, especialmente ao longo das duas décadas de 2000. O Programa Bolsa Família (PBF) foi apontado como um programa com potencial para promover queda na desigualdade de renda. Atende, no GBJ, a cerca de 15% da população e coloca-se como importante para suprir uma demanda de necessidades básicas das famílias. A redução da desnutrição foi uma das melhorias constatadas como ganho do PBF. A alimentação deficiente tem um impacto direto na altura das crianças e o programa contribuiu para reduzir a baixa estatura delas. A alimentação foi o item mais comentado pelos participantes desta pesquisa como aquele para onde se destina o dinheiro recebido pelos beneficiários do PBF. A aquisição de bens semi duráveis ou duráveis, através de compras parceladas, e o pagamento do aluguel, no todo ou em parte, estiveram bastante presentes no relatos, mostrando a possibilidade de, nas palavras dos participantes, uma vida mais digna. Para eles, essa dignidade se revela, por exemplo, na condição de "não precisar se submeter a lavar um absurdo de roupa, o dia todo, por vinte reais". A renda da população pobre aumentou e, com isso, o poder de compra. Isso não se deu somente através de programas de transferência de renda, mas também por meio do aumento do salário mínimo e de empregos formais. Além de aspectos como o poder de compra, foram observados outros elementos que dizem respeito ao cumprimento das condicionalidade do PBF, favorecendo o maior acesso aos serviços de saúde e de educação. Destacamos também outros tipos de mudanças na vida das mulheres beneficiárias que, com condições mínimas de sustento, sentem-se mais fortalecidas e encorajas para tomar decisões em suas vidas, assumindo papel ativo em seus processos de emancipação. Consideramos que os aspectos psicológicos relacionados à credibilidade dos beneficiários do PBF no seu valor e poder pessoal (GÓIS, 2010) os impulsiona para a realização de seus trabalhos e sonhos. Isso se constitui como algo relevante dentro de uma perspectiva ampla de saúde e deve ser considerado nos serviços relacionados às políticas sociais, como a de saúde e de assistência social.

Senso comum gramsciano: potencialidades críticas e transformação social

Leandro Amorim Rosa (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

O senso comum é entendido, via de regra, como relacionado predominantemente à alienação e ao conservadorismo. A vida cotidiana, na qual o senso comum possui sua origem, é vista como espaço onde impera o imediatismo, o utilitarismo e a naturalização de fenômenos sociais - entre eles, desigualdades e opressões de diversas ordens (Sandoval, 1994). Assim sendo, partilhar do senso comum, oriundo das experiências cotidianas, condenaria o sujeito ao mundo da pseudoconcreticidade e dificultaria processos de conscientização e de engajamento político em movimentos ditos progressistas ou mesmo revolucionários. Sem dúvidas as críticas à vida cotidiana e ao senso comum são de grade pertinência. No entanto, pretendemos abordar outra forma possível de encarar a temática. Historicamente o senso comum possui um percurso marcado por diferentes e contraditórias concepções (Colucci, 2007). Gramsci – seguindo a tradição iluminista – defenderá um entendimento marcadamente crítico sobre a questão. Para o marxista italiano, o senso comum é a filosofia do cotidiano, uma concepção de mundo elaborada a partir das relações sociais vivenciadas pelos sujeitos (Gramsci, 2007). Assim, embora intensamente caracterizado por elementos conservadores e acríticos, o senso comum também carrega traços advindos das contradições que perpassam uma organização social divida em classes. Gramsci defenderá a potencialidade crítica existente no senso comum, a qual encontra sua raiz nas contradições sociais que permeiam a vida cotidiana. Colucci (2007), em coerência com a tradição gramsciana, definirá o senso comum como um sentimento-pensamentoconhecimento profundamente polimórfico e polissêmico. A partir de entrevistas com militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi possível identificar as características abordadas por Gramsci e Colucci (Rosa, 2013). Um dos entrevistados, ao falar sobre seu processo de engajamento no MST, retrata como suas experiências anteriores à militância foram importantes. Ele relata que, como trabalhador rural assalariado, possuía uma jornada de trabalho que o deixava exausto ao final do dia, sem forças sequer para dar a atenção que gostaria para seus filhos e esposa. No entanto, apesar de tamanho esforço, ele percebia que mal conseguia alimentar a sua família e sustentar sua casa. O militante conta que se perguntava com frequência por que ele tanto trabalhava e vivia naquela situação, enquanto seus patrões possuíam várias casas e carros. De acordo com o entrevistado, sua experiência e questionamentos foram determinantes para a sua participação no MST, no qual, segundo ele, foi possível encontrar respostas para as perguntas que ele se fazia cotidianamente. O caso abordado ilustra de forma significativa a nossa posição sobre o senso comum. Os questionamentos de nosso entrevistado não tem origem em seus estudos ou em algum sistema teórico específico, mas possui sua gênese na concretude das relações sociais contraditórias vividas por ele. Em especial, o exemplo retrata como a contradição capital – trabalho foi sentida física e psicologicamente por aquele trabalhador. A partir de tal experiência, contradições também se instauram no senso comum partilhado pelo entrevistado. Contradições essas que, ao serem potencializadas pela prática no movimento social, geram um salto qualitativo na concepção de mundo do sujeito. Evidentemente, a complexidade do tema abordado se estende além dos limites desse trabalho, no entanto pretendemos aqui incitar a discussão sobre a postura a ser tomada diante do senso comum. Defendemos que o senso comum mais do que combatido deve ser entendido e analisado. Os processos que visam o engajamento em uma práxis política emancipadora não devem ignorar o senso comum ou apenas ataca-lo, mas entender as contradições existentes em sua constituição e potencializá-las. Compreendemos que a luta pela transformação social passa necessariamente por uma batalha pela hegemonia. Tal guerra de posição – nos termos gramscianos – deve basear-se no entendimento dos potencias críticos existentes nas vigentes concepções de mundo – em seus valores, pensamentos, conhecimentos e sentimentos -, potenciais críticos esses advindos das vivências concretas e cotidianas dos sujeitos em uma sociedade de classe. No entanto, evidentemente deve-se ir além do entendimento. Faz-se necessário que tais elementos críticos e contraditórios sejam potencializados em um genuíno diálogo entre a teoria e a prática.

Reconhecer a criticidade presente – em ato ou potência – no senso comum legitima a voz política daqueles cujas experiências e concepções não são advindas da academia e dos livros, mas da vida e do trabalho.

Referências

Colucci, F. P. (2007). Common sense and everyday life as corresponding and potentially critical concepts. The International Journal of Critical Psychology, 20, 41-76.

Gramsci, A. (2007) Quaderni del Carcere. Edizione crítica dell' Istituto Gramsci. Valentino Gerratana (Org.). Torino: Einaudi.

Rosa, L. (2013). Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP), Ribeirão Preto, SP.

Sandoval, S. A. M. (1994). Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In M. J. Spink (Org.), A cidadania em construção: Uma reflexão transdiciplinar. São Paulo: Cortez.

"De Braços Abertos" com a Saúde: relato de vivência de Residentes Multiprofissionais Cearenses no Programa

Nathália Nunes e Araújo (Escola de Saúde Pública do Ceará)

A experiência que pretendemos compartilhar no VIII Encontro Nacional da Abrapso em Fortaleza pretende descrever e problematizar a vivência de uma equipe de Residentes Multiprofissionais em Saúde do Ceará composta por quatro psicólogas, duas assistentes sociais e uma enfermeira, no programa De Braços Abertos da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Esta experiência ocorreu durante o estágio eletivo, em que os residentes têm a oportunidade de conhecer e vivenciar experiências inovadoras em sua área de atuação, no caso dessa equipe, os cenários que compõe a Atenção Básica em Saúde e também a Saúde Mental. Nossa escolha pelo programa deu-se pelo fato de este ser atualmente uma das principais referências de atuação dentro da Política de Redução de Danos com usuários de crack e outras drogas em extrema vulnerabilidade social no Brasil. A escolha também responde a proximidade que os residentes têm acerca desse tema, tendo em vista que nosso principal cenário de atuação é o Centro de Atenção Psicossocial para usuários de Álcool e outras drogas que tem demandado cada vez mais ações que possam oferecer cuidado em liberdade aos pacientes, tendo em vista o grande crescimento de Internações Compulsórias.

A experiência no programa teve duração de 15(quinze) dias, que incluíam visitas técnicas aos setores de coordenação do programa, bem como experiência nas áreas em que os técnicos do programa realizam as ações e o cuidado com os usuários, mais especificamente no Bairro da Luz, centro da cidade, na região conhecida como "Cracolândia".

Percebemos nesta vivência a possibilidade de entrar em contato com ações e práticas que seguem os princípios do SUS, da Reforma Psiquiátrica Brasileira, da Política Nacional de Atenção ao Usuário de Álcool e Outras Drogas e da Estratégia de Redução de Danos, de forma a se contrapor ao modelo, ainda hegemônico no Brasil, de higienização urbana, no que concerne ao acompanhamento e tratamento ao usuário de álcool e outras drogas, que, na maioria das vezes, é marginalizado e criminalizado, quando deveria ter garantido sua cidadania e seu cuidado em liberdade.

Vale aqui ressaltarmos que, o trabalho do Psicólogo deve estar alinhado às políticas sociais que garantam minimamente a dignidade e a liberdade dos sujeitos que fazem uso abusivo de drogas, tendo em vista esse ser um dos principais eixos de atuação dessa categoria frente ao atual panorama da Saúde Mental, em que, contraditoriamente, as premissas da Reforma Psiquiátrica vêm sendo postas em xeque, tanto no que concerne ao financiamento das comunidades terapêuticas, instituições privadas e, por vezes, religiosas, que recebem financiamento do SUS, e se caracterizam enquanto espaços de clausura, retirando as pessoas do convívio com a comunidade para isolá-las e excluí-las, bem como ao estigma de criminalização que a sociedade ainda insiste em inserir os usuários de álcool e outras drogas.

Portanto, percebemos no programa a possibilidade de mudança de paradigma na forma de cuidado a estas pessoas, a partir das práticas que priorizam a cidadania e autonomia destes sujeitos, em que o foco não é a droga, mas a pessoa. De forma que a política de redução de danos é prioritária, e não a abstinência.

GT 18 PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, SAÚDE COLETIVA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSOS GRUPAIS E ESPAÇOS COLETIVOS DE ATUAÇÃO E REFLEXÃO

A experiência Intersetorial :Intervenções em situação de vulnerabilidade social e risco social

Mirella Nayra De Oliveira Cavalcante (Centro de Referencia em Assistência Social), **Thiago Sousa Felix** (Universidade Federal do Ceará), **Beatriz Oliveira Santos** (Universidade Federal do Ceará), **Brígia da Silva Amaro Lima** (Universidade Federal do Ceará), **Stephanie Caroline Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará)

Este trabalho relata um modelo de intervenção baseado na perspectiva da Intersetorialidade transcorrida entre o Serviço de Assistência Social (CRAS) e Saúde Mental (CAPS AD) no município de Quixadá. Tomando como referência a Psicologia Social, o presente texto objetiva descrever uma práxis que contempla a integralidade do usuário que desafia os serviços com demandas que perpassam diversos setores e saberes. O intuito é proporcionar intervenções que promovam o fortalecimento dos recursos subjetivos que visam ao enfrentamento da vulnerabilidade e do risco social presentes no território. No âmbito da Política de Assistência Social existe o Programa de Atenção Integral à Família, por meio do qual é organizado o serviço de proteção básica que inclui a gestão territorial que articula as redes socioassistenciais e intersetoriais. A partir daí, busca-se primordialmente refletir acerca da perspectiva da intersetorialidade que se baseia em um trabalho conjunto entre profissionais que dialogam entre si e permutam saberes para produzir uma rede de cuidados que opere de forma sistêmica fortalecendo a atuação junto ao usuário e potencializando seus impactos. O sistema, e as redes, pelo menos na teoria, operam de forma integrada buscando construir conhecimentos com diversos atores sociais para interferir na realidade dos usuários em maior vulnerabilidade. Nessa perspectiva, valoriza-se uma psicologia comprometida com a transformação social em direção a uma ética centrada na emancipação humana. Essa perspectiva não descarta a necessidade de articular parcerias para potencializar ações continuadas que considerem os laços significativos onde o indivíduo está inserido. São relevantes as condições socioeconômicas vivenciadas, os desafios que enfrentam os quais envolvem múltiplas dimensões: família, educação, saúde, segurança alimentar, moradia, segurança pessoal, dentre outros. É preciso, por conseguinte, que em qualquer situação de intervenção haja o comprometimento dos profissionais envolvidos com essa visão integral do sujeito e com respeito à autonomia destes, de modo que possam ser reconhecidos, cada vez mais, como sujeitos de direitos dentro das políticas públicas. Como também, deve-se considerar a dimensão subjetiva do indivíduo. É empregado uma metodologia que considera o relato de experiência que embasa um modelo de intervenção. A síntese desse trabalho se vale de estratégias intersetoriais entre CRAS e o CAPS AD. Foi proposto trocas de experiências e saberes de forma mútua e continuada, operando de forma integrada e complementar, valorizando um espaço de diálogo que prioriza a construção de aprendizados coletivos e oportunos a cada desafio. Não obstante, busca-se fortalecer uma visão integrada e interdependente do indivíduo que é atendido pelo serviço público, no qual, os saberes atuam de forma conjunta compartilhando os seus conhecimentos e interagindo entre si para assistir onde o sujeito mais demanda atenção, cuidado e suporte. Isso ocorre ponderando-se o contexto social e político que o individuo está inserido, para que se favoreça a construção de novos significados e aconteça o reconhecimento da sua identidade e de seu poder pessoal. Diante do exposto, afirmase que a construção dessa rede de diálogos e pactos que envolve familiares, comunidade, serviços socioassistenciais e de saúde tem possibilitado modelos de intervenções mais efetivos e comprometidos com as necessidades dos sujeitos, especificamente, as demandas psicológicas, mas inclusive outras demandas que compõem o sujeito biopsicossocial. Contudo, percebe-se que as relações entrelaçadas entre as equipes possibilitou a promoção de novos significados e vínculos entre áreas que potencializam os resultados, tanto individual quanto coletivamente, proporcionando uma percepção integral do atendimento nos dispositivos de política pública frente às situações de risco e vulnerabilidade social. São muitos os desafios que ainda precisam ser enfrentados, contudo discussões como essa podem contribuir com o fortalecimento de mais dispositivos que operem refletindo e intervindo em situações de vulnerabilidades e riscos sociais com compromisso ético e político.

Adolescentes com diabetes: sobre implicações da experiência de grupo na adesão ao tratamento

Daniela Procópio de Rezende (Universidade Federal de São João del Rei), **Marcos Vieira-Silva** (Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Psicologia)

O trabalho aqui relatado diz respeito a uma pesquisa intervenção que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João Del-Rei, na Linha de Pesquisa Processos Psicossociais e Socioeducativos. Trata-se do estudo sobre a experiência de um grupo de adolescentes com diabetes e suas implicações na adesão ao tratamento. A literatura sobre o tema e as experiências de Associações de Apoio a pessoas com diabetes e as considerações de profissionais de saúde ligados à própria Sociedade Brasileira de Diabetes mostram que os adolescentes são o público mais difícil em termos de adesão ao tratamento. Por outro lado, sabe-se que a diabetes mellitus, ou o diabetes, já que as duas formas são corretas, é uma patologia que depende enormemente da adesão ao tratamento por parte de seus portadores. Vale ressaltar, ainda, que o bom controle da glicemia depende de uma tríade que envolve o uso de medicamento hipoglicemiante ou da própria insulina, no caso do Tipo 1 da doença, a prática cotidiana de atividades físicas e a adoção da dieta nutricional. A escolha da temática a ser estudada parte da experiência anterior dos autores no Programa Doce Vida, um programa de extensão vinculado ao LAPIP - Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial, do Departamento de Psicologia da UFSJ. Neste Programa, desenvolveu-se um trabalho de atenção psicossocial, junto a pessoas com diabetes, através da Associação de Portadores de Diabetes de São João Del-Rei (APD-SJDR). Além disso, em parceria com a Prefeitura Municipal de São João Del-Rei, foram feitas palestras em escolas, bem como participação em Campanhas de Detecção e Prevenção em Diabetes. A partir destas experiências e a considerar as poucas publicações neste tema, percebeu-se a importância de oferecer um trabalho de grupo voltado para os adolescentes com diabetes. Neste sentido, objetiva-se compreender como as questões que emergem da experiência do grupo influenciam na adesão ao tratamento. O grupo foi formado em uma parceria entre a Associação de Portadores de Diabetes de São João del-Rei e o programa Doce Vida, sendo um espaço para que haja troca de experiências e novos conhecimentos acerca do diabetes, através de oficinas de grupo. Busca-se, por meio das intervenções, estimular o diálogo entre reflexão e conhecimento, priorizando a aprendizagem e a busca por autonomia dos adolescentes em relação ao diabetes. Para isto, o diálogo teórico e metodológico é feito de acordo com os pressupostos da pesquisa intervenção, bem como com as contribuições dos estudos sobre oficinas de grupo, de Lúcia Afonso. Considera-se, também, as contribuições dos grupos operativos de Pichón-Rivière e dos círculos de cultura de Paulo Freire. As experiências grupais que vêm sendo realizadas pelo Programa Doce Vida com adultos apontam para bons resultados no controle das glicemias e no cuidado com as implicações psicossociais do diabetes. Uma experiência piloto que foi desenvolvida com crianças e adolescentes também teve resultados positivos, o que nos levou a propor a realização da presente Pesquisa Intervenção Psicossocial. Outro dado significativo que contribui para justificar a presente investigação é a alta incidência da diabetes entre crianças e adolescentes a nível mundial na atualidade, debitada principalmente à vida sedentária, à má qualidade da alimentação consumida hoje, com quantidades excessivas de carboidratos e à incidência de obesidade entre crianças e adolescentes.

---

* Daniela Procópio de Rezende (mestranda - Universidade Federal de São João del-Rei)

Aprimorando redes de atenção aos usuários de drogas: descrição e análise de uma intervenção psicossocial

Valéria Cristina Antunes Lisboa (pesquisador/professor), **Simone Peixoto Conejo** (CRR - Universidade Federal de São Carlos Sorocaba), **Marcos Roberto Vieira Garcia** (Universidade Federal de São Carlos)

Este trabalho tem por objetivo fomentar a discussão sobre os desafios e contribuições de psicólogos sociais diante da necessidade de articulação da rede de cuidado, por meio da análise do projeto "Fortalecendo Nós", coordenado por psicólogos e realizado por meio de convênio com a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, em parceria com a Prefeitura Municipal de Sorocaba/SP. Os objetivos deste trabalho baseou-se em melhorar a articulação intersetorial das diferentes políticas públicas no campo das drogas, de forma a aprimorar a rede já existente e o modelo de saúde mental em Sorocaba/SP (historicamente baseado na funcionalidade do modelo hospitalocêntrico/medicamentoso), e incorporar novos atores a esta rede. Tais reflexões foram amparadas em duas etapas: 1) um mapeamento das instituições envolvidas no atendimento dessa população e 2) uma intervenção presencial de base psicossocial para aprimoramento da rede. Foram mapeados 162 grupos e instituições na rede local, utilizando-se como fontes: o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); o Sistema Único de Cadastro de Assistência Social (CadSUAS); uma lista cedida pela Secretaria de Desenvolvimento Social local; um levantamento realizado pelo Ministério Público; mecanismos de busca na Internet e a cadeia de informantes até o ponto de saturação. Foram feitos contatos telefônicos, presenciais e por e-mails, pelos quais foram convidados representantes a responder um questionário que possibilitou uma análise quantitativa e qualitativa da rede de atenção a essa população. Além das instituições vinculadas às redes SUS e SUAS, a rede conta com grupos e instituições voltados à população em situação de rua, abrigos e unidades de acolhimento para menores de idade, grupos de mútuaajuda, clínicas e comunidades terapêuticas que trabalham com internação de usuários. Participam da rede também instituições do sistema prisional e de atenção a egressos desse sistema, da segurança pública e do sistema de garantia de direitos. O mapeamento permitiu conhecer a estruturação e funcionamento da rede, a caracterização das instituições e da população atendida, a localização de serviços, aspectos das formas encontradas de acesso à atenção, dos tipos de cuidados, das principais estratégias de intervenção, das características funcionais das relações cotidianas, da qualidade do trabalho em rede, do interesse pela formação continuada direcionada a essa área, a visibilidade dos temas mais abordados, das principais necessidades e do que não aparece como relevante para os serviços no momento atual. O mapeamento, também se configurou por iniciar o processo de sensibilização para o envolvimento dessas pessoas na realização da intervenção presencial visando o aprimoramento da rede, etapa que durou cinco meses (em encontros em um ou dois dias de cada mês), com duração de 60 horas. Todas as atividades dessa intervenção foram planejadas para promover o diálogo entre os participantes, incluindo workshops, atividades de adensamento teórico, avaliações, planejamento de diversas ações grupais e formação de Grupos de Trabalhos, que davam continuidade às atividades, conversas, divulgações reflexões nos períodos entre os encontros, por meio de visitas institucionais, encontros e uso de redes sociais. Os grupos construíram ações nos seguintes temas principais: redes, territórios e parcerias, cuidados ao cuidador, reivindicações e ações com usuários e familiares. Após cada encontro, os participantes e os membros das equipes de coordenação e organização recebiam relatórios dos encontros e davam continuidade a comunicação entre os mesmos por meio de emails e outras redes sociais. Inicialmente as narrativas dos participantes mostraram a reprodução do discurso proibicionista comum na fala da população que frequenta os serviços e dos cuidadores, baseado em conceitos advindos de uma concepção moral ou biomédica do fenômeno das drogas. Para estes, a falta de estrutura, capacitação, suporte, diálogo e a própria especificidade do trabalho, reforçavam o sentimento de impotência, criando um abismo entre o conhecimento atual sobre cuidados e as vivências pessoais envolvidas nas práticas de cuidado cotidianas. Observou-se como resultado da análise dessa intervenção: a ampliação do conceito de rede; a aproximação, valorização e possibilidade de troca entre diversos profissionais e voluntários que atuam na rede, ampliando a possibilidade de cuidar de forma integrada; o trabalho em parceria e a integração dos participantes a partir do uso de redes sociais e; o reconhecimento e valorização dos diferentes serviços existentes. De maneira geral, surgiu a demanda para que esta construção se tornasse um processo contínuo, para ampliação dos espaços construtivos de discussões sobre conceitos, visões de pessoas e de mundo, modelos de intervenção, políticas públicas, possibilidades e desafios humanos, parcerias e estratégias de cuidados em grupo. Deste modo, um dos desdobramentos está sendo a constituição de um fórum, favorecedor do processo reflexivo individual, profissional e coletivo das pessoas que atuam nesses cuidados. Conclui-se que a intervenção psicossocial, se traduz como uma alternativa promissora para o aprimoramento de redes locais de atenção a usuários de drogas e seus familiares, a partir de sua articulação interna e da disseminação dos princípios do cuidado humanizado em saúde e do respeito aos direitos humanos dos usuários.

Autonomia psicossocial e qualidade de vida em adultos com hipertensão

Sarah Cecílio Fonseca (Universidade Federal de São João del Rei), **Marcos Vieira Silva** (Universidade Federal de São João Del-Rei), **Tatiana Bahia Abreu** (Universidade Federal de Sao Joao del-Rei), **Vanessa Aparecida da Silva** (Universidade Federal de São João del Rei), **Andréa Carmen Guimarães** (Universidade Federal de São João del Rei), **Marina Carvalho Freitas** (Universidade Federal de São João del Rei), **Maria Nivalda de Carvalho-Freitas** (Universidade Federal de São João Del-Rei), **Carina Aparecida do Vale** (Universidade Federal de São João del Rei/PIBIC/FAPEMIG), **Fernanda do Nascimento Pereira** (Universidade Federal de São João del Rei/PIBIC/FAPEMIG), **Jéssica Maíres Severino Mota** (Universidade Federal de São João del Rei)., **Nathalia Mariane Carvalho** (Universidade Federal de São João del Rei), **Tatiana Bahia Abreu** (Universidade Federal de São João del Rei), **Larissa Medeiros Marinho Santos** (Universidade Federal de São João del Rei /FAPEMIG)

Introdução: A saúde é considerada um direito humano fundamental, além de ser reconhecida como elemento fundamental nos desenvolvimentos social, pessoal e econômico. Como promoção de saúde, considera-se na presente proposta cinco dimensões: construir políticas públicas de saúde, criar ambientes favoráveis, fortalecer ações comunitárias, desenvolver habilidades pessoais e reorientar os serviços de saúde (Who, 2009). Segundo o Ministério da Saúde (2006), a hipertensão é uma doença crônica não transmissível que atinge 35% da população brasileira acima de 40 anos, indicando que 17 milhões de pessoas possuem a doença atualmente. Destaca-se que a hipertensão é fator significativo na redução da qualidade e expectativa de vida das pessoas, sendo que as intervenções não farmacológicas têm se apresentado eficazes, com baixos custos e riscos. Além disso, 75% da população brasileira acima de 40 anos que tem hipertensão recorre ao atendimento na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (Ministério da Saúde, 2013). **Objetivo**: Elaborar e avaliar um programa de promoção de saúde física e psicológica visando a promover o aumento da autonomia psicossocial e da qualidade de vida de adultos com hipertensão. **Orientação teórica**: De acordo com Pichón-Rivière (1988), o vínculo se constitui a partir da relação entre a estrutura social e a configuração do mundo interno do sujeito. Este se determina a partir de suas relações sociais sendo estas, intersubjetivas, que se configuram para satisfação de suas necessidades como homem. Considerando o vínculo como uma relação bicorporal, porém tripessoal, a tendência inicial das pessoas que compõem o grupo é de se manterem mais contidas devido às fantasias em relação ao outro. A partir do momento em que as pessoas vão se conhecendo mutuamente, a presença de tal fantasia é diminuída, aproximando-se do que o outro realmente é. A presente proposta tem como base os fundamentos do grupo operativo desenvolvido por Pichón-Rivière (1988), bem como das oficinas de grupo de Afonso (2010). As oficinas de grupo, compreendem um conjunto de atividades coletivas, que propiciem primeiramente a construção do vínculo grupal e em seguida a ressignificação de condutas, organizadas em torno de uma tarefa lúdica (Pichón-Rivière, 1988; Afonso, 2010). Como critério de análise das oficinas e avaliação do processo grupal, são utilizados os vetores do cone invertido de Pichón-Rivière (1988). **Método**: O programa conta com o trabalho de uma equipe interdisciplinar, que envolve os cursos de Psicologia e Educação Física da UFSJ. Antes da intervenção foram feitos exames laboratoriais, avaliação médica, análise do grau de ansiedade, depressão, desesperança e autoestima, e avaliação física. Em seguida, iniciou-se a intervenção por meio de atividades físicas, realizadas duas vezes por semana, e oficinas de grupo, realizadas uma vez por semana, totalizando em 12 encontros segundo a metodologia de Afonso (2002), sendo realizadas, respectivamente, duas e uma vez por semana. As oficinas de grupo se ancoram nos pressupostos teóricos de Pichon-Rivière (1988) e trabalham a reelaboração grupal da vivência subjetiva da hipertensão, demandas que emergem no grupo e a produção de projetos de vida. **Resultados**: Com as observações feitas até o presente momento, identifica-se uma melhora considerável quanto aos níveis de ansiedade e depressão, e maior autonomia psicossocial frente às dificuldades apresentadas pelo grupo. A respeito das atividades físicas, o grupo já se encontra mais independente quanto ao temor inicial do uso e a maneira correta de utilizar os equipamentos da academia. Apresentam melhoras na coordenação motora, tanto nos alongamentos quanto nos aparelhos. Ainda que não se tenha resultados finais dos impactos causados pelas atividades pelo motivo do projeto ainda estar em andamento, foi possível observar até então, através de relatos e comportamentos no grupo, uma mudança por parte das integrantes de maior adaptação, e maior autonomia para transformar-se a si mesmo e à realidade cotidiana. Os grupos se mostram capazes de buscar novas respostas e possibilidades com relação às dificuldades psicossociais vivenciadas. **Conclusões**: O programa tem previsão de dois anos de duração e está em andamento. Portanto, uma avaliação mais conclusiva desse processo ainda será realizada. **Apoio**: FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Construindo a participação social junto a usuários de um grupo de apoio: desafios para a qualificação da atenção em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)

Renata Bellenzani (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), **Vitor Corrêa Detomini** (Universidade Federal de Uberlândia), **Daniela Megliorini Paro** (Núcleos de Apoio à Saúde da Família -Chapadão do Sul/MS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) sustenta-se numa concepção de política pública em que o Estado deve oferecer respostas aos problemas sociais dos cidadãos, cujos direitos foram historicamente conquistados. A Constituição Federal determina a participação dos usuários do SUS no planejamento e na gestão das práticas, recursos e serviços. Assim, pessoas com necessidades e direitos comuns tornam-se atores sociais no cenário político, por meio de sua organização coletiva nas instituições. No Brasil são poucos os estudos que abordam o tema da participação/controle social, um dos princípios do SUS, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ou no âmbito da Saúde Mental. A relevância do tema se expressa não somente pela relação entre participação social e melhora da qualidade assistencial, como também pela especificidade dos usuários. Seus engajamentos em atividades coletivas capazes de acolher e encaminhar suas demandas tendem a incrementar sua reabilitação psicossocial e a qualificar a assistência ofertada. Este relato de experiência objetivou problematizar a participação social dos usuários do SUS na construção do modelo de atenção preconizado para os CAPS no Brasil. O tema emergiu de uma experiência prática no âmbito das atividades de Estágio Curricular em Psicologia e Processos de Saúde, do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), desenvolvida no CAPS I de Paranaíba-MS. Foram compilados, em extenso e detalhado relatório final, os registros escritos de 54 sessões semanais de um grupo de apoio para pessoas com depressão, de orientação teórico-metodológica construcionista social, que ocorreu neste serviço, de fevereiro de 2012 a dezembro de 2013, cujos facilitadores eram estagiários de psicologia sob supervisão docente. O presente estudo é embasado por dois tipos de fontes documentais: a primeira, o supramencionado Relatório Final de Estágio de um dos estagiários. A segunda fonte, de caráter técnico-normativo, são documentos técnico-legais concernentes: a) à Política Nacional de Saúde Mental; b) à Política Nacional de Humanização; c) ao SUS, de modo geral, incluindo diretrizes técnicas, Decretos, Portarias e Leis. Estes foram prospectados em coletânea de legislações sobre saúde mental, no site do Ministério da Saúde em geral e, principalmente, na base de dados Saúde Legis (Sistema de Legislação da Saúde). Analisaram-se, criticamente, os passos e descompassos da assistência ofertada pelo serviço da ótica dos usuários e à luz dos respaldos técnicos e legislativos prospectados. Focaram-se as necessidades, reivindicações, queixas e críticas dos participantes do grupo de apoio. Com relação ao processo grupal, identificou-se o movimento na direção de alargar o escopo da atividade e o teor predominante das conversas. A dimensão terapêutica, às vezes, ficava secundária: a conversação ganhava tons de assembleia ou reunião de usuários desejosos de escuta e voz no serviço. Progressivamente, o espaço dialógico se tornou acolhedor para depoimentos e conversas entre os participantes, sobre o que pensavam acerca do serviço e do atendimento de suas necessidades e direitos. Formulavam-se avaliações, solicitações e expectativas, tanto pessoais, como coletivas; a identidade social como usuários do CAPS foi sendo, assim, construída/fortalecida. As demandas eram, até então, pouco reconhecidas; as reclamações interpelavam a qualidade assistencial do CAPS. Estas foram categorizadas em aspectos relativos à estrutura do serviço (ambiência, alimentação, medicamentos, materiais para oficinas, número de profissionais, horário de funcionamento) e ao processo de trabalho da equipe (atendimento por agendamento prévio, pouco acolhimento, falta de opções de oficinas, comunicação insatisfatória, tensões usuários-profissionais, etc.). A maior parte das questões expressas pelos usuários tem respaldo técnico e legal, ou seja, eram reivindicados aspectos inerentes ao modelo de atendimento oficialmente preconizado, porém, ainda não instituído satisfatoriamente no serviço. As hipóteses formuladas para compreender os aspectos que dificultam efetivar a participação dos usuários de serviços de saúde mental, na direção das melhorias necessárias - previstas técnica e legalmente, são: a representação social dos usuários como "loucos"; o modelo ambulatorial predominantemente médico-centrado; a insuficiência de profissionais da equipe e da gestão com perfil afinado com a reforma psiquiátrica; e a desvalorização sociocultural do serviço como um todo. O direito dos usuários de saúde mental de participar das decisões que afetam o funcionamento dos serviços tem amplo respaldo na legislação e precisa ser garantido. Se gestores, juntamente com as equipes dos CAPS, estiverem implicados em trabalhar conforme as diretrizes, - possibilitando e incentivando espaços de participação social nos serviços, - a qualidade da atenção tende a melhorar. E a reabilitação psicossocial tende a extrapolar o nível individualista de "restauração do funcionamento da pessoa" para intensificar sua condição de cidadã. Para efetivar o princípio da participação social nos CAPS, devem-se orientar os processos assistenciais pelo princípio da indissociabilidade entre clínica e política, e desconstruir as representações de loucos, ou usuários de CAPS, como incapazes, destituídos de razão e capacidade crítica. Finalmente, os espaços coletivos de participação não podem se esgotar em si mesmos, portanto, precisam derivar encaminhamentos práticos que aprimorem estruturas e processos de trabalho, contemplando solicitações e críticas legítimas dos usuários.

Estratégia Saúde da Família: processos de trabalho, condições de oferta de serviços e integralidade

João Leite Ferreira Neto (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

A literatura confirma que a associação entre integralidade e Atenção Primária em Saúde (APS) constitui-se tema de pesquisa central em Saúde Coletiva. Todavia, não há propriamente uma discussão de como as ações de promoção/prevenção se transversalizam nas práticas cotidianas da ESF, foco de nosso estudo. Este trabalho investiga as ações de promoção da saúde, na perspectiva da integralidade, desenvolvidas no processo de trabalho de Equipes de Saúde da Família (EqSF) no contexto da APS de um distritos sanitários do município de Belo Horizonte. Aborda como a atenção integral é desenvolvida no cotidiano da assistência das UBS, na gestão de seu processo de trabalho e no território local. O estudo está associado com a proposta do GT 18 em sua preocupação de analisar os avanços e impasses da ESF especialmente em municípios grandes. Trabalhamos com a literatura em Saúde Coletiva que discute APS, com os sentidos da integralidade, privilegiando sua necessária articulação entre ações de tratamento e reabilitação com as de prevenção e promoção. Trata-se de um estudo que utiliza métodos mistos, combinando contribuições quantitativas e qualitativas. Inicialmente, aplicamos um questionário aos profissionais das 88 EqSF do Distrito, a fim de investigar diferentes contextos do processo de trabalho. Posteriormente realizamos estudos de caso de duas UBS do Distrito, escolhidas por contraste aprofundado. Uma delas possui todos os médicos efetivos, com boa fixação, comporta residência médica e estágio em odontologia, comissão local de saúde atuante, boa estrutura física, e prevalência de população de médio risco. A outra tem dificuldade de fixação de médicos (dois médicos estrangeiros do Programa Mais Médicos), estrutura física deficiente, e prevalência de população com elevado risco. Construímos um cronograma de entrada em campo sempre com dois pesquisadores em cada turno, privilegiando os dias de reunião (de ESF, com o Nasf, com a Saúde Mental, com Comissão Local de Saúde, com diferentes categorias profissionais, etc.), durante 5 dias alternados, nas 11 horas de funcionamento das duas unidades. Isso gerou um total aproximado de 200 horas de observação. No final, realizamos entrevistas gravadas com sujeitos escolhidos. Os dados quantitativos indicam o problema da fixação de médicos. Entre os profissionais que se encontram nos postos de trabalho atualmente, 48,43% estão ocupando esses cargos há menos de um ano. As unidades com população de médio risco médio disseram ter, com maior frequência, atividades de prevenção/promoção. Nas unidades de risco elevado, 26,5% dos respondentes dizem sempre indicarem atividades de prevenção e promoção, já nas unidades de médio risco, 73,5% sempre indicam atividades de prevenção e promoção. Nas unidades de médio risco é apontado que seus usuários têm, em sua maioria, sua demanda resolvida no acolhimento, 71,8%, contra 28,2% das unidades de elevado risco. Mesmo assim as unidades de elevado elevado risco indicam, com maior frequência (73,6%), realizarem reuniões de planejamento de ações no território. Na etapa da observação participante o contraste entre a estrutura e condição de vulnerabilidade entre as unidades revelou-se significativa. Enquanto na UBS1 muitos usuários possuem planos de saúde (foram 18 registros dessa menção feita por usuários ou profissionais sobre o tema), realizando um uso não exclusivo da unidade, na UBS2 há ausência de equipamentos sociais na comunidade e um histórico de violência e ameaças na unidade, o que explica parcialmente a dificuldade de fixação de médicos. Em ambas as unidades, ouvimos muitas queixas sobre a dificuldade de acesso ao atendimento médico e uma desvalorização das demais profissões. Uma usuária chegou a dizer: “por que colocar uma enfermeira na triagem? Ela não passa remédio, não pede exame, não resolve nada! Que fique o médico de uma vez!”. Entretanto, na UBS1 há várias menções à qualidade do atendimento. Já na UBS2 demonstravam impaciência com consultas mais demoradas, como no caso de um médico latino que, para se fazer entender, repetia várias vezes as orientações: “a gente fica sem paciência”. De modo geral, os usuários de ambas UBS reconhecem receberem orientações sobre modos de vida saudáveis, mas a adesão é baixa. Os dados indicam que diferentes usuários portam diferentes concepções de saúde e participação no autocuidado individual e coletivo. Gostaríamos de ressaltar a relevância da escolha metodológica para se alcançar os objetivos propostos. É notório que o objetivo de investigar como as ações de promoção da saúde são desenvolvidas no processo de trabalho de equipes de Saúde da Família é desafiador. Adotar uma pluralidade metodológica, contemplando uma inspiração etnográfica mostrou-se fundamental. Operar com aspectos qualitativos e quantitativos, permitiu que as limitações de um tipo pudessem ser compensadas pelas potencialidades de outro, proporcionando uma investigação mais complexa do problema. Outro fator importante foi contemplar aspectos ligados aos processos de trabalho, sem negligenciar as condições de oferta dos serviços durante a análise. Os dados indicam que diferentes usuários portam diferentes concepções de saúde e participação no autocuidado individual e coletivo.

Experienciando o território: Reflexões sobre Saúde e Drogas em Unidades Básicas de Saúde em Garanhuns/PE

Janielly Dayse Silva (Universidade de Pernambuco - Campus Garanhuns), **Grazielle Serafim dos Santos** (Universidade de Pernambuco), **Marilyn Dione de Sena Leal** (Universidade Federal de Pernambuco)

Este trabalho surgiu a partir das atividades relativas ao projeto PRÓ SAÚDE/PET-Saúde, intitulado "Saúde Mental na Rede: Práticas de Educação Permanente e Acionamento da Rede de Cuidados de Garanhuns/PE". Financiado pelo Ministério da Saúde e vinculado à Secretaria de Saúde de Garanhuns/PE e à Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns. O objetivo deste trabalho é o relatar experiências vivenciadas por discentes bolsistas, no âmbito da Estratégia de Saúde da Família (ESF) em relação às práticas de cuidado realizadas pelos profissionais aos usuários de drogas. Portanto, pretende-se discorrer sobre a lógica de cuidado nas UBS's com usuários de Crack, álcool e outras drogas à luz da apreensão do processo de estigmatização vivenciado pelos usuários nos serviços, evidenciando que o estigma dificulta o acesso destes à Atenção Básica e, portanto, interfere de forma significativa na demanda de cuidado dos usuários de drogas nas USF's. Diante deste contexto, torna-se fundamental a reflexão sobre as práticas de cuidado dos profissionais que atuam na Rede de Atenção Básica e suas estratégias de acolhimento para a inserção dos usuários de Crack, álcool e outras drogas na rede. O presente trabalho é alicerçado nas teorias sociais construídas por Goffman (1988) e por, Parker e Aggleton (2002), ambos discorrem sobre o conceito de estigma e suas consequências sobre a pessoa estigmatizada. Para a apreensão da noção de cuidado foi utilizada a perspectiva de Ayres (2004). No que tange aos usuários de Crack, álcool e outras drogas as experiências vividas por este público mediante a necessidade de acolhimento, vem, geralmente, atrelada à noção de periculosidade deste usuário construída pela mídia e incorporada no discurso do senso comum. O estigma pode ser compreendido através de processos culturais de uma sociedade, revelando estruturas de poder que tendem a amplificar o processo de exclusão social dos usuários de drogas. Ao longo do PET, foram realizadas ações interventivas de promoção e prevenção em relação ao uso/abuso das drogas e sobre a política de redução de danos tanto para os profissionais quanto para a comunidade, com a finalidade de proporcionar reflexões sobre a temática das drogas na rede. Inicialmente tentou-se à formação de grupos, compostos pela comunidade e profissionais das UBS's com encontros semanais, porém, devido às dificuldades e/ou resistência de participação do público nesses grupos, utilizou-se estratégias como, palestras/rodas de conversas com os usuários nas salas de espera das UBS's, visitas domiciliares e a participação nas reuniões das equipes profissionais. Em uma das unidades, foi possível realizar intervenções com o grupo de educação física após seus encontros, que aconteciam semanalmente. Foi notável que há dificuldades na elaboração de estratégias, desde a evolução nos prontuários até o modo de acolhimento e cuidado para com os usuários que apresentam demanda relativa ao uso das drogas. Encontrou-se, inicialmente, resistência dos profissionais para abordar esses usuários e também resistência dos próprios usuários para acessar a Atenção Básica, refletindo sobre o preconceito e estigma presente na comunidade a respeito do tema proposto a ser trabalhado. Outra dificuldade presente foi a dificuldade de circulação de informações sobre as outras redes de acolhimento, como por exemplo, o CAPS II e CAPSad, impossibilitando, muitas vezes, o cuidado compartilhado na rede. Com este trabalho percebe-se a importância de compreender e refletir acerca das políticas públicas direcionadas para os usuários de crack, álcool e outras drogas e sobre quais estratégias estão sendo utilizadas para que as práticas de cuidado não estigmatizante sejam efetivadas na rede de Atenção Básica. Diante do exposto, acredita-se que a temática se articula com o eixo Políticas Públicas e Saúde Coletiva e com o GT Psicologia Social Comunitária, Saúde Coletiva e Assistência Social: processos grupais e espaços coletivos de atuação e reflexão.

Experiências com grupos sócioeducativos na assistência à saúde de pacientes com dores crônicas em uma clínica-escola

Talita Alves Estrela (Universidade de Fortaleza)

Esta comunicação tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pela equipe de estagiários de psicologia com pacientes portadores de dores crônicas cadastrados e atendidos pela Fisioterapia, entitulado "Escola de Postura", do Núcleo de Atenção Médico Integrada da Universidade de Fortaleza. Tais atividades fazem parte da ação desenvolvida pelos alunos no estágio profissionalizante em processos educativos e sociais, além da parceria com alunos das práticas integrativas. Em 2015 realizamos contato com o NAMI no sentido de oficializar o estágio a partir da interface da psicologia social e a saúde coletiva, tendo a coordenação da Escola de Postura apresentado demandas para a realização de atividades, haja vista os perfis dos pacientes estarem vinculados a aspectos sócioemocionais e psicossomáticos, tais como: processos de enlutamento, questões vinculadas as características depressivas e/ou ansiosas, conflitos familiares e/ou interpessoais, além de questões voltadas a baixa autoestima e níveis de socialização, que requer um processo de conscientização sobre as influências psicológicas para o bem-estar físico. O serviço ofertado caracteriza-se pela participação de 20 pacientes, na faixa etária de 40 a 90 anos, a maioria do sexo feminino e condições econômicas consideradas baixas. É um serviço gratuito oferecido através da parceria NAMI com as políticas públicas de saúde seguindo o Sistema Único de Saúde nas prerrogativas e níveis de atenção primária e secundária. Desde então estamos realizando atividades de implatação do serviço de psicologia com objetivo principal de trabalhar a qualidade de vida dos pacientes. Nossa meta é mediar as relações intersubjetivas e/ou emocionais presentes no processo de promoção da saúde, a partir da criação de um contexto de ensino-aprendizagem capaz de envolver cada paciente no (seu) processo de apropriação intersubjetiva em direção ao bem-estar. Como fundamentação teórica utilizamos os autores: Fernandes (2009); Benjamin (2004); Pereira & Rabelo (2003), Kelly (1992) citada por Sarriera e Saforcada (2010), Portnoi (2014) para compreender como os pacientes com o perfil psicossomático percebem o dia-a-dia com as dores crônicas; Montero (1994) citada por Sarriera e Saforcada (2010) como fundamentação do processo de inserção em campo; além das portarias e normas ministeriais específicas do SUS no Brasil (CONASS, 2003; Ministério da Saúde, 2006; ABRASCO, 2001; CONASS, 2006). Em relação ao método de atuação: (1) iniciamos com o levantamento das demandas e necessidades institucionais com a meta de conhecer a proposta da Escola de Postura e do NAMI. Nesta etapa utilizamos o levantamento documental para coletar dados e visitas aos pacientes atendidos pela fisioterapia em caráter de observação-participante. (2) Ao iniciarmos a segunda etapa participamos das reuniões com a equipe de profissionais e nos foi proposto realizar ações de acolhimento aos pacientes. (3) Depois elaboramos um roteiro com perguntas semiestruturadas para conhecer as demandas psicológicas, a partir da técnica da entrevista de ajuda (Benjamin, 2004). As perguntas versaram sobre: identificação pessoal e familiar, acompanhamentos anteriores, além das expectativas e motivação para participarem do serviço de psicologia. Iniciamos o semestre 2015.2 com atividades sócioeducativas em interface com a saúde coletiva no formato da sala de espera, bem como momentos de acompanhamento individual através do apoio psicológico e/ou contato com os familiares. Destacamos que estas etapas seguem as grelhas propostas na análise de necessidades de Freitas (1998) e Montero (2006), bem como o Método Dialógico Vivencial proposto por Góis (1991). O serviço também realiza esclarecimentos sobre o papel do psicólogo social (Martin-Baró, 1996), ampliando a compreensão das populações sobre outras formas de atuação do profissional na saúde coletiva. Entretanto, reflexões foram sendo delineadas sobre a importância do uso de metodologias ativas que incentivam cada paciente na (des)construção de supostos saberes sobre a dor crônica. É a postura dialógica e reflexiva incentivada nas atividades sócioeducativas que potencializa as práticas dos estagiários e a produção de conhecimentos mútuos sobre a saúde. Existe o incentivo para que os pacientes saiam da postura passiva e reflitam como suas dores no eixo emocional são cristalizadas no corpo mental e a forma como estas interagem de forma. Este é o principal ponto de interseção da nossa experiência com a proposta do GT 18 – psicologia social comunitária, saúde coletiva e assistência social: processos grupais e espaços coletivos de atuação e reflexão; assim como a perspectiva de compartilharmos experiências em uma clínica-escola a partir dos instrumentos e métodos da psicologia comunitária latinoamericana.

Intervenção da Psicologia Comunitária em Comunidades Terapêuticas – possibilidades de atuação

João Silveira Muniz Neto (Faculdades INTA), Luiz Gomes da Silva Neto (Universidade Federal do Ceará)

A dependência química é um tema bastante atual em nossa realidade nacional e se estabelece com um grau de complexidade alarmante. Esse tema está inserido em um ambiente social que passa, intensamente, por aprofundadas transformações socioeconômicas, culturais e políticas em que antigos paradigmas são desfeitos e novas concepções são agregadas em diversos contextos. Esse tipo de dependência é um fenômeno substancialmente debatido e divulgado em todo o mundo, uma vez que a prática abusiva de substâncias psicoativas desenvolveu um grave problema social e de saúde pública em diversas realidades. Mediante a tal problemática surgem as Comunidades Terapêuticas, que vêm ganhando cada vez mais espaço no cenário nacional havendo, atualmente, uma proliferação dessas instituições no cuidado aos usuários de substâncias psicoativas. Partindo de uma compreensão do conceito, e do funcionamento efetivo destes locais, o presente trabalho busca analisar as possibilidades de uma intervenção psicossocial nas Comunidades Terapêuticas a partir da óptica da Psicologia Comunitária. Além disso, tem-se como pretensão provocar questionamentos acerca da viabilidade e dos possíveis desafios de uma intervenção do profissional de psicologia nessas instituições. Algumas perguntas disparam reflexões acerca da temática desenvolvida no presente trabalho, tais como o que sustenta a lógica de funcionamento das comunidades terapêuticas? Sua rotina permitiria a efetiva atuação do Psicólogo Comunitário nesse espaço? Ou haveria certa incongruência entre ambos os projetos – as comunidades terapêuticas e a Psicologia Comunitária – ainda que seus objetivos sejam semelhantes? É a isso que este trabalho pretende contemplar, não com vistas a respostas definitivas e conclusas, mas sim a formas de pensamento que coloquem em desarranjo aquilo que nos parece tão familiar, fomentando, inclusive, que outros pesquisadores se debrucem sobre o tema. Nesse trabalho, utiliza-se a análise dos preceitos interventivos do Psicólogo Comunitário, isto é, aqueles pautados em uma ética interventiva, levando em consideração a realidade social, as questões psicossociais e o contexto histórico-cultural em que determinada comunidade se desenvolve. O referencial teórico, portanto, será atravessado pelas conceituações da Psicologia Comunitária. Dentro dessa perspectiva, o sujeito que faz parte de Comunidades Terapêuticas não seria visto enquanto um ser passivo às mudanças, mas sim como um agente transformador e ativo em seu próprio processo de mudanças. Utilizamos como referencial teórico autores que trabalham com os princípios e conceitos da Psicologia Comunitária, tais como Sílvia Lane (1996), Martin Baró (1997), Ximenes & Góis (2011). Desse modo, tivemos insumos para a elaboração de um texto que visa, principalmente, mostrar uma atuação do psicólogo pautada na ética e na promoção da autonomia do sujeito, levando em consideração, também, o Código de Ética do Psicólogo e algumas orientações do Conselho Federal de Psicologia acerca do tema. Enfim, ao refletirmos sobre essa temática e a possível atuação de Psicólogos Comunitários, entendemos que é preciso que existam ações capazes de suplantar as problemáticas de determinada Comunidade Terapêutica, de modo a atender aos sujeitos ali presentes, mas não suas próprias expectativas. Agir eticamente nesses espaços é o alicerce fundamental para se pensar em uma intervenção efetiva e comprometida com a emancipação do indivíduo frente ao que, naquele momento da sua vida, soa como sujeição ao consumo de substâncias psicoativas. Em outras palavras, este trabalho busca questionar até que ponto o psicólogo comunitário pode atuar como interventor de forma flexível e promover a autonomia do sujeito em uma instituição pautada em ideais, muitas vezes, religiosas, que carrega toda uma leva de preceitos, costumes e normas. Não argumentamos em favor de uma impossibilidade na integração entre essas formas de intervenção, mas admitimos a complexidade da situação. Logo, se faz necessário uma contínua reflexão ética sobre as comunidades e suas complexidades. Portanto, é imprescindível ao psicólogo compreender o funcionamento das Comunidades Terapêuticas, estar ciente de possíveis adversidades e carregar consigo toda a bagagem metodológica. Mas, antes de tudo, se permitir conhecer aquela comunidade terapêutica que ele pretende intervir, visto que as propostas de intervenção devem partir da realidade concreta e do contexto profissional de cada agente.

Juventude e HIV- "tá a fim de conversar?": aproximando juventude e saúde sob a perspectiva social

Amélia Campos Furtado (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora), **Lara Brum de Calais** (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Os Jovens representam atualmente um público envolvido em contextos de vulnerabilidade para o HIV/Aids. Segundo dados do UNICEF (2014), aproximadamente 2.500 jovens, entre 15 e 24 anos adquirem o vírus anualmente na América Latina. Torna-se, portanto, impossível ignorar os resultados decorrentes do aumento do número de jovens infectados e seus desdobramentos no âmbito da saúde pública. Em resposta a esse desafio e também, a problemática da deficiência de projetos que atraem jovens que vivem com HIV/Aids, foi proposto através de uma prática de estágio sob a perspectiva da Psicologia Social e da Saúde, o projeto "Juventude e HIV: Tá afim de conversar?" no Serviço de Atendimento Especializado, na cidade de Juiz de Fora, MG. O trabalho encontra sustentação nas construções da Psicologia Social crítica em interface com políticas públicas de saúde voltadas à juventude e prevenção, envolvendo temáticas como protagonismo e participação juvenil, educação em saúde, avaliação de políticas públicas, entre outros. Utilizou-se como delineamento metodológico a pesquisa-intervenção e como orientação teórica a Psicologia Social e da Saúde. Tal articulação teórica e metodológica propõe a vinculação ao Eixo Temático "Políticas Públicas e Saúde Coletiva", tendo em vista a promoção de iniciativas que se dediquem a fortalecer ações no âmbito da saúde que estejam preocupadas em, a partir de uma perspectiva crítica, viabilizar práticas mais próximas da realidade atendida pelos diferentes equipamentos de saúde. Sendo assim, o projeto possibilitou a abertura de um espaço de diálogo e reflexão de jovens com faixa etária de 15 a 25 anos com objetivo de problematizar questões relevantes sobre a vivência da juventude com HIV/Aids, assim como sobre a participação social e as políticas públicas de enfrentamento à epidemia. Acredita-se que propiciar um espaço de escuta aos jovens, buscando dar voz àqueles que muitas vezes têm seu discurso silenciado pela sociedade, principalmente no contexto das políticas públicas, torna-se fundamental para que se alcance, de fato, uma atenção integral à saúde, com ações mais próximas da realidade social vivenciada pela juventude no Brasil. Além disso, à medida que o espaço tornase acolhedor para com os jovens, o trabalho direto com este público se ajusta às necessidades do grupo, ou seja, os temas a serem discutidos nas rodas de conversa são flexíveis, havendo a possibilidade de partir de uma demanda do grupo e caracterizando a perspectiva participativa das ações em psicologia social e da saúde. Sendo assim, é possível conhecer a realidade social na qual estão inseridos. Acreditamos que o grupo seria um momento privilegiado, no qual os jovens podem dialogar acerca de questões conflituosas que envolvem o tema. Tais questões, nem sempre explícitas, podem acarretar a não adesão ao tratamento, podendo também o grupo atuar neste sentido. As atividades foram pensadas no formato de rodas de conversa participativas sobre o tema proposto. Cada encontro teria duração aproximada de 1 hora e 30 minutos, onde seriam trabalhados temas como "Vivendo com AIDS", "Preconceito e HIV", "Amor e Sexo", "Novas tecnologias de prevenção", entre outras temáticas. Como resultado, a estratégia de criação de um grupo de discussão em um serviço de saúde revelou grandes desafios e apontou possibilidades de caminhos de aproximação junto aos jovens. Revelou-se no desenvolvimento das atividades (que além das rodas em si envolveram observações e conversas com pessoas de referência), uma significativa resistência dos jovens a participar de atividades no serviço de saúde em questão. Tal resistência, dentre inúmeros fatores, se fortalece pela questão de a instituição estar diretamente ligada à materialização do preconceito sobre a doença, assim como, da dificuldade de compreensão das diferentes demandas das juventudes que de alguma forma utilizam o serviço. Considerando conceitos da psicologia social, tais como compromisso e participação, os efeitos produzidos pela proposta ultrapassaram a ação do grupo como técnica e propiciaram uma reflexão acerca da forma como os jovens são (ou não) acolhidos nos serviços de saúde. Neste sentido, abriu espaço para questionamentos sobre a atuação da psicologia neste âmbito, sobre questões institucionais e sobre os caminhos que deverão ser tomados para que a atenção à saúde do público jovem se dê efetivamente de forma integral e condizente com as diversas práticas sociais existentes. A partir do que foi experienciado no campo do estágio e identificado como demanda principal, torna-se de suma importância o serviço sair de seu espaço essencialmente assistencialista e garantir aos jovens novos trabalhos e novas perspectivas.

O Teatro do Oprimido como estratégia da Luta Antimanicomial: fortalecendo o protagonismo social na rede psicossocial

Emanuella Cajado Joca (Escola de Saúde Pública do Ceará)

O Teatro do Oprimido (TO) no campo da saúde mental é uma prática que tem promovido a autoralidade e o protagonismo dos sujeitos ante sua própria história e esse caráter reflexivo e biográfico tem posto em cena sua dimensão terapêutica e social. É uma metodologia teatral presente há mais de dez anos na Política Nacional de Saúde Mental e consiste em uma proposta ético-estética que visa problematizar as relações sociais de poder. Foi nesse sentido que um grupo de trabalhadores em processo de Educação Permanente em Saúde, por meio do programa de Residência em Saúde Mental Coletiva da ESP/CE, propôs o projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental de Fortaleza, apoiado pelo Ministério da Saúde.

O objetivo desta exposição consiste em apresentar um relato de experiência com a metodologia do TO como instrumento para a Luta Antimanicomial, no sentido do fortalecimento do protagonismo social na Política de Saúde Mental.

O TO tem um conjunto de jogueexercícios e técnicas denominados por Augusto Boalde de arsenal e buscam estimular o ser humano a reconhecer, enfrentar e questionar a organização social opressora. Dentro da perspectiva da Saúde Mental o objetivo foi proporcionar o questionamento e o enfrentamento dos estigmas.

No projeto foram montados quatro grupos compostos por usuários e familiares da rede psicossocial do município. As atividades práticas ocorreram em dezesseis encontros e foram conduzidos por um artista multiplicador de TO e dois profissionais residentes que atuaram como referência terapêutica. Nas oficinas foram experienciadas e debatidas a prática e a proposta teórica da metodologia, conjuntamente foram analisadas as opressões que os grupos vivenciavam.

O primeiro passo do projeto consistiu no primeiro desafio, a articulação com as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para busca ativa dos usuários e familiares. Poucos trabalhadores dos serviços apoiaram a proposta e uma situação foi emblemática, quando apresentávamos o projeto fomos questionados acerca do perfil para participar, utilizando a classificação por doença mental. Um profissional insistiu em questionar a falta de categorização por patologia, pois os grupos eram abertos para as pessoas que se interessassem pela proposta. Analisando a situação verifica-se que esse pensamento é um dos desafios para a Reforma Psiquiátrica porque é reforçador do imaginário social calcado no preconceito/rejeição em relação à loucura. É o desejo de dominar, subjugar, classificar, oprimir.

Atuando em espaços comunitários o projeto buscou superar a prática de tutela dos serviços CAPS, que em muitos casos estão atuando como estabelecimentos ambulatoriais e fazem com suas práticas médico-centradas a tutela e o confinamento dos sujeitos em seu espaço. A ação com o TO promoveu a problematização de relações até então cristalizadas e que também poderiam estar no campo do individual, mas que com a amplificação cênica receberam outro relevo: o uso do medicamento como proposta terapêutica principal; a relação médico x paciente; os estigmas da loucura; a discriminação familiar e social; bem como a discriminação dentro dos próprios serviços CAPS.

A relação da sociedade com a loucura foi analisada através de meios estéticos e por sujeitos ativos, quando um participante ao ser questionado quem tem mais poder dentro do CAPS afirmou ser o médico e ao questionarmos o porquê, disse: “porque ele me domina com o remédio” (sic). A auto-observação da dominação pode ser uma poderosa arma de libertação.

Como trabalhadores-militantes da saúde mental o grupo propositor buscou efetivar um estado de direitos através de meios ético-estéticos em consonância com a Reforma Sanitária e Psiquiatrica do Brasil. Como proposta de intervenção no âmbito sociocultural o TO, dentro do projeto de Fortaleza, contribuiu para a discussão/problematização social das opressões vividas por sujeitos em sofrimento psíquico na medida em que através dos fóruns produziu diálogos cênicos com diferentes pessoas. Cada grupo montou uma apresentação que ocorreu dentro do espaço/momento da assembléia, cujo objetivo foi de efetivar o controle social, convidando diferentes atores sociais da comunidade a discutir os conflitos que os usuários e familiares da rede psicossocial vivenciam. Esse momento também potencializou os participantes, pois atuaram na comunidade como atores e não como doentes e incapazes.

Problematizar relações de poder que estavam cristalizadas e fortalecer os sujeitos em sofrimento psíquico a atuar frente às opressões de suas vidas faz do Teatro do Oprimido uma proposta de cuidado que coaduna com o paradigma psicossocial tanto no sentido técnico da assistência quanto no sociocultural. A construção artística proposta pela Estética do Oprimido coloca as pessoas como produtores de si e do mundo, sendo possível de transformar a si e ao mundo. Problematizar por diálogos cênicos o paradigma da psiquiatria clássica coloca o TO como uma ferramenta importante para uma efetivação da Reforma Psiquiátrica.

Oficinas psicodramáticas com Adolescentes: possibilidades de intervenção no campo da saúde coletiva

Isvânova Reinaldo Guimaraes (DOCTUM), **Edmilla Teixeira Carvalho** (DOCTUM - Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni), **Alide Altivo Gomes** (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)

Apresentação: Este trabalho é o resultado de uma intervenção em direitos humanos realizada com adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social da cidade de Matias Lobato-MG, em Parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho Tutelar. Trata-se de uma oficina psicodramática que tem como tema afetividade e adolescência, realizada em um fórum de saúde na adolescência, cujo objetivo foi a mobilização da população adolescente e rede de serviços para uma discussão coletiva e participativa para levantamento de propostas de enfrentamento ao alto índice de casos de gravidez na adolescência naquele território. Esta ação surgiu da identificação de uma demanda psicossocial apresentada ao serviço de psicologia da UFVJM, por um grupo de estágio supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social, desta mesma universidade, no qual verificou-se o alto índice de adolescentes grávidas no município supracitado. Metodologia: A escolha pelo formato de Fórum de Discussão se deu devido à facilidade do processo de participação social neste tipo de configuração, uma vez que os aspectos envolvidos na problemática, podem ser elucidados através de pequenas palestras e mesas de debate. Assim, o tema foi discutido, confrontado, apontadas delimitações através das oficinas e discussões temáticas. Pensando nas características da própria adolescência, suas peculiaridades, seus questionamentos e anseios, buscou-se uma metodologia que pudesse ser interativa, num linguagem mais acessível, participativa e que desse voz aos conteúdos trazidos pelos jovens a respeito de si e dos processos sociais envolvidos na questão da afetividade/ sexualidade, bem como, da saúde na adolescência naquele município. Para tanto, utilizou-se do método de oficinas que foram inspiradas a partir da proposta de oficina de Dinâmica de Grupo de Maria Lúcia Afonso, que se apresentam como um recurso técnico interventivo que, além de mediar as interlocuções de seus participantes, favorece o diálogo e participação dos envolvidos de forma lúdica e dinâmica, sendo um facilitador nos processos afetivos de subjetivação. A estruturação e planejamento são flexíveis e partem dos conhecimentos mínimos e desejos dos envolvidos, observando a participação do próprio grupo na escolha das temáticas da oficina. E para o modelo funcional da oficina, baseou-se no modelo socionômico de Jacob Levi Moreno, pontuando o uso interventivo das técnicas e métodos psicodramáticos como sociodramas, jornal vivo, role playng entre outros, os quais apresentam a idéia de se trabalhar o treino da espontaneidade e treino de papeis para compreensão do papel social da adolescência, conservas culturais relacionadas a afetividade/sexualidade, as emoções e os dramas envolvidas com tais temáticas que perpassam o imaginário e vivências destes adolescentes.Conclusão: Participaram da oficina 23 adolescentes com idade entre 14 e 18 anos, todas do sexo feminino. Observou-se ao longo da oficina, o quanto a questão da afetividade trás consigo conflitos, principalmente de cunho moral e religioso, pois a maioria dos participantes são de grupos religiosos diversos que em seus conteúdos ideológicos apresentam forte repressão às vivências adolescentes e suas imagens sobre a sexualidade. Na discussão nos grupos, muitos questionamentos surgiram a respeito do projeto de vida, tipos de relacionamentos afetivos, promoção e prevenção em saúde voltadas para o público adolescente. No momento do levantamento das propostas para serem apresentadas ao poder público, através do formato de discussão, foram apontadas as deficiências dos serviços de saúde no que tange as ações específicas da saúde adolescente; falta de articulação entre os setores da saúde, educação e outros serviços para realização de ações conjuntas de empoderamento das lideranças juvenis, principalmente ações de promoção e prevenção que envolva a participação desses jovens de forma efetiva, com linguagens apropriadas e atrativas para esse público tão específico. A ação realizada trouxe questionamentos sobre a luta pelos direitos do adolescente, principalmente aos serviços de saúde e educação de maneira integradora, reforçando junto ao poder público a elaboração de políticas públicas que de fato sejam voltadas para as especificidades desta fase. A oficina demonstrou ser um ótimo recurso de dialogo com os adolescentes, trazendo uma participação mais efetiva, um espaço de escuta e intervenção psicossocial. Esta ação trouxe ainda um outro apontamento importante: o município de Matias Lobato, é atravessado por uma das principais BR do pais, a 116; apresenta um baixo índice de desenvolvimento humano; a maioria de sua população se concentra nas faixas etárias que compreendem o período da a adolescência e a vulnerabilidade social da população, são fatores o que agravam ainda mais os quadros de violência, criminalidade, drogadição e gravidez na adolescência, colocando o município carente de um olhar mais direcionado ações que visem a melhoria da qualidade de vida desta população e olhar diretivo para os fatores de risco em saúde vivenciada por ela. Coloca-se ainda o papel importante da psicologia como articulador social entre os diversos setores(educação, saúde, assistência social, entre outros) para o desenvolvimento de ações que favoreçam uma melhor compreensão da realidade da adolescência, oferecendo arcabouço teórico/técnico e interventivo na mudança deste quadro social.

Plantão psicológico em unidade de saúde da família da Ilha do Combú: A atenção e promoção de saúde em comunidades ribeirinhas

Camila Neves da Silva (Universidade Federal do Pará), **Fabiana de Lima e Silva** (Universidade Federal do Pará), **Telma Cavalcante da Silva** (Universidade Federal do Pará), **Mariana Emi Yoshikawa Pamplona** (Universidade Federal do Pará), **Maria Eunice Figueiredo Guedes** (Universidade Federal do Pará), **Cristianne Pinheiro Silva** (Universidade Federal do Pará)

Fruto do projeto de extensão "Promovendo os Direitos Humanos, Saúde e Cidadania através do apoio e atenção a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual", que deu origem ao Grupo de Estudos em Saúde e Gênero Isa-Iaiá (GEISAI), orientado e conduzido pela Profª Doutoranda Maria Eunice Figueiredo Guedes, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (PROEX/Universidade Federal do Pará), tem suas ações voltadas, dentre outras linhas de atuação em outros locus, às comunidades ribeirinhas da Ilha do Combú, das microrregiões/comunidades da mesma (Combú – Ilha Central, São Benedito, Ilha Grande, Murutucum I e II). Primeiramente o projeto era voltado à pesquisa e reconhecimento da comunidade e atualmente como promoção e atenção psicossocial e atendimento psicológico a vítimas de violência doméstica e sexual em formato de Plantão Psicológico; funciona às quartasfeiras na Unidade de Saúde da Família (USF) localizada na comunidade do Combú - Sede e as demandas são encaminhadas pelas seis agentes comunitárias de saúde (ACSs), moradoras da ilha, e pela equipe técnica da própria unidade, composta de uma enfermeira e dois médicos, um deles contratado pelo "Programa Mais Médicos", um técnico administrativo para marcação de consultas e uma de serviços gerais. Além de nossa equipe e a da USF, lá atuam outros projetos das áreas de Medicina, Enfermagem e Odontologia, sendo, portanto, um trabalho conjunto. O que nos propomos a tratar nesse trabalho é a questão de como vivem os ribeirinhos, a assistência que não só a equipe da Unidade de Saúde da Ilha do Combú, mas que nós da Psicologia, como Projeto de Extensão Universitária, estamos oferecendo à comunidade, em forma de Plantão Psicológico, além de explicitar a violência de gênero, doméstica e sexual que nos deparamos até então e relacionar com teorias sobre a violência. Na violência doméstica e sexual estão presentes práticas e noções culturais, socialmente construídas, tais como a noção de proteção à infância, de castigo como instrumento pedagógico, de hierarquia familiar e de dominação do mais forte. Isso reforça as relações assimétricas de gênero, raça, etnia e geração colaborando na continuidade de relações de dominação e de desigualdade social. Relações essas que foram identificadas em todo o momento de contato com as comunidades, ditas ribeirinhas, e nos relatos produzidos pelos integrantes do grupo. A Ilha do Combú é tão próxima da Universidade Federal do Pará, tão próxima da zona urbana de Belém, porém não recebe a atenção que merece, sendo esquecida pela atual gestão pública e ausência de políticas públicas voltadas a essas comunidades. Não é incomum ver mães adolescentes nas microáreas. Para tratarmos da questão da violência, utilizaremos os relatos feitos pela pesquisa de campo e atendimento de crianças, adolescentes, mulheres, idosas e famílias inteiras, em forma de Plantão Psicológico na USF da Ilha do Combú, onde a intervenção assume caráter educativo quando a população alvo é estimulada pelo agente externo a desenvolver a habilidade de diagnosticar e analisar seus problemas, decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los, executar tais ações e avaliá-las, buscando, sempre que necessário, novas alternativas de ação e da forma de ser e de viver, tendo como método e proposta de discussão pela psicologia social por meio da pesquisa qualitativa e análise de dados, atrelado ao conhecimento do Sistema Único de Saúde e seus programas adjacentes, saúde coletiva e Psicologia comunitária.

Políticas do comum, território insurrecional na saúde. O hospital em questão

Lucia Maria Ozório Barroso (EXPERICE e LIPIS), Tereza Cristina Coury Amin (Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - FIOCRUZ)

Propomos um debate sobre políticas de saúde como políticas do comum. Ou seja, nos interessamos em refletir sobre um poder comum de agir, no dizer de Negri (Stock, 2006), presente nos mais diversos campos de trabalho. Buscamos um questionamento vigoroso de processos de institucionalização de políticas de saúde que atravessam a instituição hospitalar, ou seja, políticas que ratificam os biopoderes, aqui compreendidos como poderes hegemônicos sobre a vida a serviço da reprodução do mercado, com mecanismos de interceptação de processos mais interessados nas mutações.

Compreendemos a institucionalização como processo, no qual tensões entre forças e formas hegemônicas e forças e formas constituintes explicitam uma lógica participativa em que temos pistas para problematizar as políticas de saúde atualizadas no quotidiano hospitalar (Lourau, Vozes, 1975; Amin, Fiocruz, Ensp, 2001; Ozório, ANRT, 2004; Lapassade, Anthropos, 2005). Sabedoras dos riscos desta proposta abrimos debates sobre relações da psicologia com o campo social, relações entre o Estado e a sociedade, composições singulares entre práticas e discursos que se aliam a um entendimento de psicologia comunitária como uma in/ter/disciplina. Se o in, mesmo sabendo das contradições da práxis, reforça uma possível práxis da psicologia comunitária mais como indisciplina que disciplinarização, o inter traz para a discussão uma práxis interessada nas composições. Referimo-nos à composições singulares, entre psicologia, antropologia, análise institucional e sua proposta como contra-sociologia, filosofia, educação popular e saúde, estudos culturais e o saber-experiência dos usuários do hospital que maquinam por propostas mais generosas de mundo. Por propostas digamos que apostem num poder comum de agir entre práticas e discursos.

Vale perguntar: como investir desejantemente, se assim podemos dizer, a subversão da produção da subjetividade no hospital de modo a intervir num processo de subjetividade dominante de medicalização e docilização dos corpos, atravessada pela semiótica capitalista? Sabemos que o hospital é lugar de uma multiplicidade de práticas e discursos que buscam normatizar os indivíduos (Amin, idem). Importante dizer que por subjetividade referimo-nos a processos que não têm a ver com o indivíduo, com a pessoa, com o sujeito. Subjetividade é produção " .... essencialmente social, e assumida, vivida por indivíduos em suas existências particulares." (Guattari, 2005: 33). São assim processos de semiotização vários, que atravessam os indivíduos mas não são neles centrados. No contexto pós-moderno falar de subjetividade é considerar seu duplo significado: como submissão e resistência (Ozório, Trivium, 2014) .

Daí nosso interesse pela política do comum, como problemática micro-política. Como tal, supõe uma matriz conflitual como variante metodológica nos trabalhos no hospital, que expõe o que resiste a forças e formas de controle e nos convida a dar visibilidade às potências constituintes que aí acontecem, através de experiências que apostam na potência que a vida tem de se criar e inventar (Negri, DP&A editora, 2003; Ozório, L´Harmattan, 2014).

As políticas do comum se situam pois no campo da subjetividade e têm na experiência um aliado importante. Nestes tempos neoliberais « fracos » de experiência (Lazzarato M. e Negri, A. DP&A Editora, 2001) urge nela investir, prestando atenção à sua trama quase invisível no ordinário, no quotidiano da vida. Tal investimento permite habitar a democracia, favorecendo intervenções na produção de subjetividades dominantes no hospital a partir de experiências individuais e coletivas, de experiências comuns (Ozório, L. VST, Ed. Erès, 2013). Afinal, a experiência expõe uma implicação com o que vivemos, fazemos, sentimos e inevitavelmente, nos coloca diante de um questionamento ético-político sobre nossos atos, sobre a vida. Urge captar a dimensão de aprendizagem que a experiência porta. Paulo Freire, um grande inspirador da educação popular em saúde, falava "desta difícil aprendizagem do mundo" (Freire, Paz e Terra, 1983). A educação popular em saúde é movimento vigoroso na saúde que busca trazer para esta a importância da experiência (Valla, Fiocruz, 1998; Oliveira e Sousa EdUFSCAR, 2014). Quantos modelos criticamos mas quantas políticas de saúde respaldadas nestes modelos reproduzimos no quotidiano de trabalho. As subjetividades que reduzem a vida a um nada de vontade, respaldadas em políticas de saúde proliferam no hospital. No entanto, a experiência no hospital permite um questionamento das práticas discursivas que produzem/reproduzem estas subjetividades, encontrando modos de não nos perdermos neste contexto, com a invenção de sentidos, de inteligência e criação.

A potência da experiência como positividade imanente e expansiva trabalha pela produção de processos de subjectivação apesar dos biopoderes, na medida em que estimula demandas de políticas para uma saúde construída a partir de seu quotidiano. A potência da experiência considera a saúde como trabalho vivo voltado para inovação social e colaborativa versus novos cerceamentos e formas de apropriação. Mas se há contradições a analisar há certamente fluxos em que se apostar.

Protagonismo Social em Saúde: um relato de experiência sobre os espaços democráticosreflexivos no CAPSad de Maracanaú

Linda Inês Oliveira Diógenes (Centro Universitário Estácio/Fic), **Selene Regina Mazza** (Centro Universitário Estácio do Ceará)

A participação e o controle social no âmbito da saúde coletiva acompanharam o processo de abertura político-democrática apresentados pela construção histórica brasileira. De acordo com este pensamento, no contexto contemporâneo do Brasil existe uma tentativa de ampliação das práticas protagonizadas pelos atores sociais que usufruem dos serviços oferecidos pelos três níveis de atenção à saúde. Neste sentido, o presente trabalho almeja apresentar uma reflexão teórica-crítica a partir da experiência do estágio supervisionado em Psicologia no Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Outras Drogas III (CAPSad III) do Município de Maracanaú no qual ocorrem atividades que incentivam o protagonismo e emancipação política através da promoção de Encontros da Rede de Saúde Mental do município e Assembleias Locais e Gerais dos três CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) implantados. A partir da descrição das formas de participação política, o estudo visa promover uma discussão teórico-comparativa acerca da práxis do profissional Psicólogo dentro das políticas públicas de saúde coletiva no que diz respeito à promoção e ao incentivo da construção de espaços de reflexão e atuação no nível do levantamento de necessidades e propostas de resolução de problemas advindos do descumprimento das diretrizes estabelecidas pelas Leis Orgânicas de Saúde (lei 8.080 e 8.142) trazendo a experiência do CAPSad III como parâmetro comparativo. Com este intuito, foi realizado, a priori, um levantamento bibliográfico em periódicos eletrônicos acerca das políticas públicas de saúde atuais; do percurso histórico que culminou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS); a atuação do Psicólogo nesse processo e o atual movimento de participação político-democrática preconizada pelas diretrizes do SUS. Posteriormente, através da elaboração de relatórios de estágio, foram coletadas informações advindas da observação participante de Assembleias e dos Encontros da Rede de Saúde Mental promovidos pelo mencionado Serviço de Saúde. Por fim, intercruzou-se as informações coletadas através da revisão bibliográfica e por meio da experiência enquanto profissional em formação atuante no CAPSad III do Município citado. A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi consequência de um longo período de militâncias políticas combatentes do Regime vigente no Brasil nas décadas da ditadura. Dentre as principais reivindicações estava à ampliação do acesso à saúde à coletividade assegurando a participação social, hierarquização dos serviços, integralidade e descentralização das ações administrativas do sistema enquanto diretrizes a serem cumpridas. Neste contexto, os CAPSad oferecem serviços especializados em saúde a nível secundário às pessoas que possuem transtorno mental por uso/abuso de substâncias psicoativas. Enquanto componente hierárquico do SUS deve estabelecer o protagonismo social através da promoção de formas não institucionalizadas de participação social. Tomando como exemplo o CAPSad III de Maracanaú, as ações de controle social foram iniciadas com a promoção do Encontros da Rede em saúde Mental do município onde usuários e trabalhadores dos serviços de saúde se reúnem para "discorrer" acerca das formas de cuidado à saúde oferecidas sem, no entanto, abrirem espaços para discussão de problemas relacionados às práticas dos serviços. No final do ano de dois mil e catorze, por iniciativa da Terapeuta Ocupacional do serviço, iniciou-se a realização de Assembleias de usuários e familiares do CAPSad III. A partir daí, e com parceria dos residentes em saúde mental da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP), foi implantado o projeto das "Assembleias Gerais", que reúnem usuários, familiares e profissionais da saúde mental presentes no Município, no intuito de abrir espaço para a integração da compreensão das necessidades vivenciadas pelos atores sociais participantes dos quais são eleitos delegados para as Conferências Nacionais de Saúde. Neste espaço existe a proposta de ampliação do acesso às assembleias a população em geral. Contudo, existe pouca adesão dos usuários e de alguns profissionais ao protagonismo social advindo do não conhecimento do direito à participação política. Dentro desta perspectiva, cabe aos profissionais da saúde, neste montante os Profissionais Psicólogos, atuarem como mediadores do conhecimento e emancipação política dos usuários e familiares leigos dos direitos e deveres preconizados pelas Leis Orgânicas de Saúde. Assim, colocam-se as pessoas que necessitam dos serviços de saúde como seguradoras da criação e manutenção de Políticas Públicas de Saúde resolutas de demandas emergidas da realidade social vivenciada e é repensado a práxis psicológica comprometida em atender o contexto no qual está imersa e se constrói. A partir do exposto, percebe-se a tentativa de estreitar as relações entre as concepções teórico-metodológicas propostas pela Psicologia Social no contexto da Saúde Coletiva através da reflexão descritiva e crítica de propostas interventivas que priorizam a resolução das necessidades apresentadas pela sociedade vigente por meio da promoção de práticas que incentivem características emancipatórias e críticas da maioria social, como a promoção da cidadania através do controle social resultante da abertura de espaços que estimulem a reflexão cidadã tendo como exemplo as Assembleias que, conforme o exposto no decorrer do presente trabalho articula temáticas acerca da análise crítica das Políticas Públicas, Direitos Sociais e Saúde Coletiva.

Psicologia Comunitária no Quissamã/SE: a experimentação política da amizade e os desafios da pesquisa-intervenção

Samira Pires Damaceno (Universidade Federal de Sergipe), Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo (Universidade Federal de Sergipe)

Na pesquisa-intervenção a pesquisa é construída através da produção e transformação coletiva que se dá através do trabalho compartilhado entre pesquisador e pesquisado. Não existem hierarquias que separam os profissionais dos sujeitos da pesquisa, bem como os objetivos não são de antemão impostos, mas se dão no decorrer do trabalho onde os sujeitos participam ativamente na detecção dos problemas enfrentados pelo grupo. De acordo com a teoria dos afetos em Espinosa a amizade em sua qualidade política é entendida como uma relação produtora de alegria, que aumenta a potência de agir dos corpos, onde as pessoas estão sempre abertas a troca de opiniões provocando construções coletivas que levam a outros modos de funcionar que não são aqueles impostos pela ordem dominante. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo viabilizar a experiência discursiva da experimentação política da amizade como proposta de pesquisa intervenção propiciando o aumento da potência de ação do corpo coletivo, através de visitas e rodas de conversa na comunidade Quissamã, um assentamento do MST localizado no município de Nossa Senhora do Socorro em Sergipe. Através das rodas de conversa os moradores estão discutindo juntos estratégias e saídas para os problemas da comunidade, fazendo-se presente a experiência discursiva da amizade. A detecção de objetivos comuns e a união de esforços levou a montagem de um pequeno grupo de trabalho coletivo que através de mutirões, mesmo com grande dificuldade, tem tentado acelerar e aumentar a produção de hortaliças, como também acelerar a montagem de uma fábrica de reaproveitamento de alimentos em busca de autogestão como uma alternativa a lógica capitalista de geração de trabalho e renda. Mesmo com um espaço garantido numa feira de orgânicos, além da pouca produção, a comunidade se depara com a falta de transporte para chegarem até o local de venda, o que tem sido um dos principais problemas. Ganhar um treinamento adequado e vários equipamentos da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social para montar uma fábrica de reaproveitamento de alimentos ainda não foi o suficiente. A comunidade se deparou com um grande obstáculo, que atualmente ainda tentam contornar, é necessário construir um espaço para que a fábrica possa funcionar. Pediram doações a empresas privadas, estão cobrando da Prefeitura promessas antigas. Estratégias e articulações essas que fazem parte do processo de pesquisa-intervenção. No decorrer do trabalho nos deparamos com os desafios e dificuldades de se fazer a pesquisa-intervenção. Seja pela presença opressora de um Estado aqui representado claramente pela Secretaria de Agricultura do Município que não só impede a autonomia da comunidade, mas também dificulta os processos de análise. Seja pela nossa dificuldade de se apresentar com clareza e cautela para o povo do Quissamã como não sendo produtores de um trabalho assistencial. E ainda pela falta de diálogo com o MST, movimento que fundou e ainda exerce um papel importante de liderança dentro da comunidade, dificultando o acesso a algumas informações e o progresso do trabalho. Continuamos no Quissamã rumo ao exercício da autonomia. Continuamos também por perceber, lembrando a teoria dos afetos em Espinosa, o quanto este trabalho nos afeta com alegria e por acreditar que conseguimos da mesma forma afetá-los.

Psicologia e as Políticas Sociais: Práticas que acessem a dimensão públicas das políticas

Rafael Dias Valencio (Universidade Federal do Espírito Santo), **Lígia Caroline Pereira Pimenta** (Universidade Federal do Espírito Santo)

Uma política é considerada pública quando está conectada ao coletivo (como plano impessoal) e aos seus interesses. Elas devem estar ao acesso de todos, abrangendo a vida em suas variações e singularidades, visando sempre produzir autonomia e mudança de realidade social. Um dos desafios constantes das políticas sociais é a organização dos trabalhadores para a problematização dos espaços de produção de tais políticas, principalmente no cotidiano delas. A quem interessa a democratização das políticas públicas? Assim, o convite feito neste trabalho é o de uma análise e um reordenamento das práticas dos psicólogos no que concernem às políticas públicas e sociais. Quais os principais desafios encontrados pelo trabalhador social? Certamente podemos citar a gestão coletiva e a autonomia relativa como sendo os que nos preocupam de antemão. O cenário político contemporâneo denuncia um paradoxo: a democracia representativa é mortificada pela atuação do Estado em nós, e ao mesmo tempo em que se anseia [e exige] a responsabilidade do Estado para com as minorias sociais, se anseia que o trabalhador social paute sua atividade numa perspectiva individualizante e meritocrata.

As experiências que temos vivido enquanto profissionais comunitários têm nos ensinado que tais práticas não têm se mostrado eficazes quando se encontram frente à heterogeneidade e multiplicidade dos modos de existência. A vida em comunidade inventa sujeitos e territórios em processos de subjetivação que transitam e criam diferentes modos de ser/estar no mundo. Uma psicologia que se pretende pública precisa se reinventar cotidianamente para não se deixar cooptar por políticas coercitivas. Assim, um outro fator a ser considerado é que as políticas sociais convivem com uma hierarquização suas ações, de forma que muitas vezes são sujeitas aos saberes do especialista, que por vezes produzem tutela. Assim, cabe ao trabalho atuar por meio de ações que desconstruam modos hegemônicos e possibilitem, desta maneira, falas, escutas, ações, modos de vida antes ditos como incapazes de cuidar de si, tutelados (IGLESIAS, 2009). É necessário, portanto, como explica Deleuze (1998), des-territorializar antigas práticas tutelares e autoritárias e re-territorializar práticas que produzam protagonismos e autonomia.

Afirmamos em conexões feitas nos territórios permitam criação de vida frente aos processos de assujeitamento, pois mesmo em relações de dominação encontram-se movimentos de resistência (FOUCAULT, 1980). Ou seja, um modo de intervenção que potencialize a criação de um outro mundo possível, em uma clínica na perspectiva do clínamen, que se alie às políticas sociais permitindo acessar a dimensão pública dessas políticas. Com isso afirmamos a indissociabilidade entre clínica e política de forma que a clínica não é, nesse sentido, algo de ordem individual e a política de do coletivo, pois essa divisão produz uma certa despolitização dos sujeitos. Nessa divisão, é preciso dizer que:

aí também há a produção de uma certa política: aquela que coloca de um lado a macropolítica e, de outro, a micropolítica; de um lado, o Sistema Único de Saúde como dever do Estado e direito dos cidadãos, como conquista garantida pela lei, pela Constituição e, de outro, os processos de produção de subjetividade (BENEVIDES, 2005).

Um posicionamento ético-político que permite que a psicologia aproxime a clínica da política, o cuidado cotidiano dos sujeitos com a produção de macropolítica das políticas sociais, de forma que se torna caro para todos que a condução política não se restringe a tramites locais, mas amplia-se em todas as esferas sociais e conectado às demais políticas sócio-assistenciais. Afirmase então um ethos das práticas do psicólogo na intervenção no mundo, não apenas na dimensão individual, mas trazendo à cena a co-responsabilidade em nossa atividade (BENEVIDES, 2005). É neste contexto que o trabalho social se constitui como intervenção nos modos de construção de novos mundos, de variações da existência.

Destarte, acessar a dimensão pública das políticas implica intervir nos modos de produção de subjetividade que só é possível coletivamente. Acessar um plano coletivo não se remete a um determinado agregado de pessoas, mas sim a uma composição de subjetividades, elemento de diferenciação. É necessário criar constantemente estratégias para combater a fragmentação do trabalho e os especialismos com o qual nos deparamos. Criar novas tecnologias em psicologia social requer também transformar o mandato de uma psicologia individualizante para estar atento aos modos de constituição do humano, do coletivo, de relações. Falar aqui de um plano coletivo não se remete a relação entre dois ou mais termos, sujeitos definidos, mas sim relação apreendida como relação do ser, no ser, dos modos de ser (SIMONDON, 2009).

Segundo Benevides (2005) "No coletivo não há, portanto, propriedade particular, pessoalidades, nada que seja privado, já que todas as forças estão disponíveis para serem experimentadas", e é neste direcionamento que embasamos a atuação do trabalhador social, numa experimentação pública, micro e macropolítica.

Reflexões epidemiológicas em um CAPS AD

Esequiel Pagnussat (Escola de Saúde Pública do Ceará)

Em coerência com a Reforma Psiquiátrica, os CAPS AD são importantes ordenadores de cuidados na Saúde Mental, e o trabalho exige uma transformação nos modos de agir, cuidar e acolher (Sales, Dimenstein, 2009). A Psicologia é uma categoria profissional, historicamente, ligada a Reforma Psiquiátrica e suas mudanças sociais demandadas. Teve participação em movimentos de luta pela regulamentação das políticas públicas que garantissem a dignidade humana (Macedo, Dimenstein, 2012; Oliveira, Amorim, 2012). Esse caminhar pode ser qualificado por uma epidemiologia na Saúde Mental, a fim de planejar estratégias de prevenção, assistenciais e políticas coerentes com a prática do psicólogo compromissada com a lógica reformista.

Assim, o objetivo do estudo é identificar o perfil dos usuários do CAPS AD do município de Horizonte/CE, inter-relacionando os resultados com as práticas do psicólogo e as políticas públicas. Optou-se pelo estudo de delineamento misto, que procura expandir achados de uma abordagem metodológica inicial, quantitativa, seguindo com os de outra abordagem, qualitativa. Quanto à metodologia, Minayo e Sanches (1993) consideram que esse tipo de estudo visa a uma complementaridade, mesmo com naturezas diferentes.

Utilizou-se, para identificar o perfil, o livro de registro de ingresso no CAPS entre 2013 e 2014.

A amostra ficou em 392 usuários. Criou-se um banco de dados analisado com auxílio do Programa SPSS versão 21. Para além dos dados apresentados, que visam generalizar, pretende-se refletir sobre a população que (não)acessa o CAPS AD de Horizonte. Quem é esse usuário (não)acessa? Qual a relação entre o psicólogo e as políticas públicas?

Os resultados apontam média de idade 38 anos (M=37,63; DP=14,21), composta principalmente por Homens (83,7%). Quanto a renda, grande parte recebe até 1 Salário Mínimo (61,9%). A maior porcentagem é composta por usuários com Ensino Fundamental Incompleto (40,1%), seguidos de Analfabetos e Semianalfabetos (18,5%) e Ensino Médio Incompleto (15,1%). Quanto ao tipo de substância, 57,9% informam utilizar substância(s) Lícita(s), seguidos de 26,5% que utilizam substância(s) Licita(s) e Ilícita(s), e 15,6% referem utilizar substância(s) Ilícita(s). Quanto ao uso de substâncias, álcool foi referido por 68,1%, tabaco por 37,8%, crack por 25,5%, maconha por 17,1%, cocaína por 14,5% e medicamentos por 3,8%.

A partir de análises preliminares, evidenciou-se associação estatisticamente significativa entre tipo de substâncias utilizada (lícita, ilícita, ou lícitas e ilícitas) e a identidade de gênero (Homem/Mulher). Identifica-se forte associação entre mulheres e substâncias Lícitas, e forte associação entre homens e Sustâncias Lícitas e Ilícitas. No que tange as drogas lícitas, encontrouse forte associação entre homens e uso de álcool. Ainda, ocorreu forte relação entre mulheres e uso de tabaco.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na comparação entre média de idade e grupo que faz uso de determinada substância. O grupo que respondeu utilizar álcool apresentou em média 39 anos, enquanto os não utilizam apresentam em média 33 anos. Para tabaco 42 anos, enquanto os que não utilizam 34 anos. Para o crack a média de idade foi de 29 anos, enquanto os que não utilizam 40 anos. Usuários de cocaína média de 28 anos, os que não utilizam apresentam 39 anos. Usuários de maconha em média 25 anos, enquanto os que não utilizam 40 anos.

A partir dos dados, emerge a imprescindibilidade de o CAPS AD funcionar voltado para fora, buscando parcerias com variadas instâncias sociais (Sales, Dimenstein, 2009), a fim que ampliese a produção de saúde, especialmente, para os usuários de drogas ilícitas, que caracterizam minoria de acesso a esse serviço. Destaca-se, o papel do psicólogo, normalmente, presente, nos CAPS AD, de produzir práticas rumo à efetivação de uma atenção psicossocial territorializada, ampliada em relação aos modos tradicionais do atendimento clínico institucionalizado.

Ademais, é preciso o compromisso com a construção de sujeitos sociais protagonizadores de suas formas de caminhar na vida (Merhy,2001) e com mecanismos com potencialidade de romper e gerar forças sociais produtoras de mudanças na ordem estabelecida, nos modelos de atenção e nas práticas profissionais cronificadas (Sales, Dimenstein, 2009). Ao focar nos usuários mais jovens, parcela a cujo consumo/abuso de drogas ilícitas é, predominantemente, associado. Urgem (re)pensar/propor intervenções de prevenção e problematização com os atores escolares, e de outros espaços de que se apropriam desses jovens. Também, traz à baila a modernidade líquida de Bauman (2000), em que há excesso de símbolos, informações, valores e referências, que se esvaem aceleradamente, da moda, do ser feliz associado ao poder de consumo, produzindo incertezas e instabilidades. Percebe-se vinculado ao consumo de drogas ilícitas a predominância de baixa renda, pode-se refletir sobre a ligação ao narcotráfico e outros crimes como possibilidades mais rápidas de ganhar dinheiro, poder e proteção social. Tais alternativas podem representar um lugar em uma sociedade que ignora esses jovens confundindo-os com referenciais múltiplos e líquidos. Destaca-se, o papel do psicólogo na problematização desse recorte de realidade, oportunizado pela epidemiologia. É preciso fugir à lógica de produção de saúde como procedimentos e produzi-la com políticas públicas eficazes.

Sentidos da saúde e formação profissional

Ana Lucia Paes de Barros (Universidade Estácio de Sá), Vinicius Kalebe Alves Viana (Universidade Estácio de Sá)

Saúde e doença não são estados ou condições estáveis, mas sim conceitos vitais, sujeitos a constante avaliação e mudança. Num passado ainda recente a doença era frequentemente definida como "ausência de saúde". Definições mais flexíveis quer de saúde quer de doença, consideram múltiplos aspectos causais da doença e da manutenção da saúde, tais como fatores psicológicos, sociais e biológicos . Contudo, apesar dos esforços para caracterizar estes conceitos, não existem definições universais. Mas o que é um indivíduo saudável? O que é estar com saúde? Existe diversidade nas percepções e vivências do processo saúde/doença. Cada sociedade tem um discurso sobre saúde e doença e sobre o corpo, que corresponde à coerência ou às contradições de sua visão de mundo e de sua organização social. Portanto, nota-se que saúde, não é algo estático, mas ao contrário, é um processo, algo dinâmico em constante mutação. Pressupondo-se que as práticas sociais são sustentadas pelos sentidos construídos e partilhados pelos sujeitos no seu cotidiano deve-se partir deles para possibilitar a reflexão sobre as práticas que os sujeitos desenvolvem questioná-las e superar suas limitações. Assim, a lógica do conhecimento prático pode ser entendida através da ótica das representações sociais. A representação social pode ser considerada como uma modalidade de conhecimento particular, socialmente elaborada e partilhada originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais que tem como objetivo controlar a realidade. Escolhemos trabalhar com a teoria das representações sociais por entendermos ser esta um instrumento relevante para conhecer as motivações das pessoas. Uma vez que, a representação social que os jovens possuem da saúde estará, possivelmente, influenciando na maneira com eles irão atuar na realidade social. O objetivo do estudo é conhecer a representação social que jovens universitários da área da saúde têm acerca da saúde. Também se tem interesse em conhecer que fatores identificam como comprometedores da saúde, os cuidados e estratégias que na visão deles devem ser utilizados na promoção e na busca do bem estar. Participaram da pesquisa 350 jovens (sendo 100 do curso de psicologia, 50 do curso de educação física e 50 do curso de fisioterapia, 100 curso de enfermagem e 50 do curso de medicina), oriundos de 3 instituições de ensino superior do estado do Rio de Janeiro e iniciantes do curso de graduação. Para a coleta das informações, foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas. As questões objetivas abordaram as características pessoais e socioeconômicas e as abertas temas ligados ao que os jovens pensam sobre saúde. O estudo encontra-se ainda em fase de análise dos dados. Entretanto, os resultados preliminares apontam que as palavras mais frequentemente associadas à saúde foram: Bem estar, hospital, vida, alimentação, atividade física, profissionais da saúde, doença, cuidado, descaso/abandono. Parece que na visão dos participantes saúde é prevalentemente bem estar, mas também ausência de doença, é vida, atividade física, boa alimentação, mas também hospital e necessidade de cuidado. Acreditamos ser de grande relevância a discussão desse tema dentro de sala de aula, podendo assim, contribuir para uma reflexão crítica sobre saúde e suas praticas e a formação dos profissionais da saúde.

Violência obstétrica: a desumanização no atendimento às gestantes no Brasil e a ineficaz atuação das políticas públicas

Patrícia Padilha Lima (Instituto de Desenvolvimento do Alto Uruguai), **Priscila Flores Selem de Moraes** (Universidade De Caxias do Sul), **Roberta Rolim Rodrigues** (Universidade de Caxias do Sul)

O Brasil é um país na contramão de uma tendência crescente: o parto natural. Registra a marca de 20% dos partos cesáreas realizados na rede pública de saúde e 80% na rede particular, totalizando 43%. Esses percentuais são considerados extremamente elevados quando comparados com estatísticas de países como a Holanda, que apresenta 15 % de parto cesárea. Os procedimentos obstétricos assemelham-se a uma linha de produção, na medida em que desconsideram aspectos importantes e ricos de um processo que não é somente biológico, mas, como discorre DavisFloyd (1998) é também cultural, sexual e espiritual. As práticas indevidas e consideradas abusivas para com a mulher vão desde a episiotomia, praticada em 90% dos partos vaginais, passando por intervenções com fins didáticos, as quais expõem as mulheres para que estudantes possam “aprender” a realizar o exame de toque. Também são comuns práticas como exame de toque com fins de “dilatação” ou “redução manual do colo do útero” e a manobra de Kristeller, na qual é realizada uma pressão no fundo do útero para empurrar o bebê. Também são muito comuns as repreensões, humilhações e gritos à recusa de alívio da dor, xingamentos grosseiros, de caráter discriminatório quanto à classe social ou cor da pele. Essas e outras formas de violência física e psicológica expõem as mulheres e ocasionam traumas e percepções equivocadas quanto ao momento do parto. Este trabalho teve como objetivo geral detalhar melhor esses aspectos e apresentar dados estatísticos levantados por meio de consultas bibliográficas às pesquisas qualitativas e quantitativas, que evidenciam a dura realidade dos hospitais brasileiros e a falta de cumprimento de políticas públicas e saúde coletiva para parturientes. Assim, essa pesquisa inserese de maneira significativa com o Eixo temático escolhido, pois deflagra a precariedade das políticas públicas para garantia à integralidade e equidade da saúde materno-infantil, bem como demonstra falhas no atendimento ao planejamento familiar e na instrução aos diretos reprodutivos da mulher. A história da obstetrícia é atravessada pela prática de parteiras-leigas, às quais detinham um saber empírico e assistiam mulheres durante a gestação, parto, puerpério e com os recém-nascidos. (Brenes, 1991). A medicina incorporou essa prática nos séculos XVII e XVIII, denominando os profissionais de parteiro ou médico-parteiro. No Brasil, essa prática iniciou com a inauguração das escolas de medicina e cirurgia no ano de 1808 (Brenes, 1991). Foi a partir dos anos quarenta que a tendência à hospitalização dos partos começou a crescer, alcançando mais de 90% dos partos eram realizados em hospitais. Nesse contexto insere-se a violência obstétrica, caracterizada por todos os atos praticados contra a mulher no exercício de sua saúde sexual e reprodutiva cometidos por profissionais de saúde, servidores públicos, profissionais técnicoadministrativos e civis. Esses atos podem ter caráter físico, psicológico, sexual, institucional, material e midiático (Parto do Princípio, 2012). Na violência obstétrica ocorre a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, por meio de um tratamento desumanizado, abuso da medicação e patologização dos processos naturais. Causa a perda da autonomia e da capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando na qualidade de vida (Alcântara, 2014). Os dados da pesquisa foram levantados por meio de pesquisas bibliográficas a artigos, revistas e sites oficiais ligados a políticas públicas de direitos às mulheres. Identificou-se que a situação vivida por muitas gestantes no Brasil, especialmente entre as classes mais altas, é um processo que se pode tranquilamente ser nomeado de "a indústria da cesárea brasileira" ou até mesmo “o nascer em série”, fazendo uma analogia aos sistemas de produção adotados em escala mundial, com vistas à redução de custos e aumento de lucros. Infelizmente a realidade de muitas mulheres brasileiras, principalmente as de camadas menos privilegiadas da sociedade brasileira, é dura e cruel. A falta de atendimento adequado, locais impróprios para atendimento, práticas de atendimento desumanas e totalmente aniquiladoras de escolha dessas mulheres compõe o cenário do nascimento no Brasil. Parir é, em grande parte, um movimento de rotina prescrito a qualquer mulher com o mesmo procedimento: cesárea. A humanização da assistência perpassa, seguramente, pela qualidade da assistência prestada no pré-natal: pelo envolvimento da mulher, sua família e demais acompanhantes, no processo de gestar e parir. Essas e outras questões suscitadas por este estudo permitem uma análise do papel do psicólogo nesse contexto, o qual deve estimular o envolvimento dos profissionais de saúde nesse processo. É papel da psicologia estimular o respeito às escolhas das gestantes, como também o de auxiliar na divulgação das informações sobre os riscos e benefícios de cada tipo de parto, para que ela possa escolher com maior segurança o parto que achar mais adequado às suas condições físicas, emocionais e subjetivas.

GT 19 PSICOLOGIA SOCIAL DOS AFETOS: SUBJETIVIDADE, ÉTICAS E POLÍTICA

A Culpabilidade como Fator de Produção da Subjetividade Capitalística em Ambiente Carcerário

Ana Carolina Azevedo de Medeiros (Universidade Potiguar), **Antonio Vladimir Félix-Silva** (Universidade Federal do Piauí), **Maria Clarisse Souza Silva** (Universidade Potiguar)

Esta é uma pesquisa qualitativa e um estudo a partir de revisões literárias que tem como tema a culpa/culpabilidade/culpabilização em contexto carcerário. Tomaremos aqui a culpa como dispositivo agenciador (GUATTARI e ROLNIK, 2010) de muitas instituições pelas quais todos somos atravessados, bem como, revelar o atravessamento da culpabilidade nas relações intersubjetivas e dos próprios sujeitos nas mediações semióticas. Pretendemos desvelar as marcas e consequências desse dispositivo milenar, o qual ainda engendra as relações humanas dentro do sistema penitenciário e engessa novas formas de devir. A metodologia utilizada é a cartografia (PASSOS e BARROS, 2009) do contexto de vida (através de uma experiência aproximada com o cenário prisional) e das afecções (SPINOZA, 2011) dos indivíduos em cárcere. Objetivamos a reflexão acerca da culpabilidade, seus efeitos reais e profundos como um dispositivo que reproduz a subjetividade capitalística dominante (GUATTARI e ROLNIK, 2010).

O capitalismo se configura enquanto sistema econômico e como produtor de subjetividade, uma vez que a forma das pessoas pensarem e existirem no mundo reflete a "lógica maquínica." (GUATTARI e ROLNIK, 2010). Essa subjetividade, moldada e maquínica, diz de um modo de agir disciplinar, regulado, controlado e normatizado. Colaborando com essa formação de subjetividade, existem as instituições e dispositivos, como a religião, a família, a mídia, a ciência, etc., que reproduzem e agenciam tais componentes da subjetividade, carregando a ideia de possuir um sentido e importância coletiva. Estes dispositivos que as pessoas em restrição de liberdade possuem contato durante toda a vida atenuam esse pensar/ser-modelado. E é aqui onde a culpa se configura um elemento central da reprodução da subjetivação dominante nos apenados. Segundo Moacyr Scliar em seu livro "Enigmas da culpa" (2007), a culpa é da ordem do sentimento e não da emoção. Emoção transborda, derrama, escapa e muitas vezes é inevitável demonstrá-la. A culpa como sendo da ordem do sentimento, está ali guardada, ora inerte na consciência, ora proativa na produção de subjetividade, e, independente de um momento em que ela venha à tona através da fala ou da ação, o sujeito não escapa dela. Mesmo que a culpa esteja instalada, ela não será necessariamente diagnosticada por uma máquina que mede emoções e não sentimentos.

Favorecendo uma formação de modelos de agentes e apenados que reproduzem a subjetividade dominante, a culpa veda e captura qualquer possibilidade existente dos processos de singularização à medida que este dispositivo disciplinar vai se fortalecendo. Carregados de culpa os apenados quase não possuem o direito de existir. "Os indivíduos são reduzidos a nada mais do que engrenagens concentradas sobre o valor de seus atos". (GUATTARI e ROLNIK, p. 48, 2010). Mesmo privados de liberdade os esquemas dominantes continuam produzindo nesses indivíduos as sensações de culpa, de marginalização, de sujeitos desajustados socialmente, etc. No entanto, é importante também compreendermos que a subjetividade não se localiza totalmente arraigada e centralizada no indivíduo, ela é construída através do encontro com o outro. (GUATTARI e ROLNIK, 1996, citado por MANSANO, 2009). E é exatamente neste ponto que se torna possível se construir linhas de fuga e formas de agir inverso ao que faz referência à subjetividade engessada.

Por meio dos encontros potencializa-se a criação de espaços para que se faça emergir a diferença. Não se trata denunciar para esses indivíduos a produção de subjetividade capitalística de modo que os sujeitos passem a combater essa produção, mas sim de revela-la (GUATTARI e ROLNIK, 2010), permitindo a expressão da singularidade, encontrando brechas nesse sistema de modo a promover a liberdade de invenção de uma "subjetividade delirante" (GUATTARI e ROLNIK, p.39, 2010), ou totalmente outra da subjetividade capitalística.

O processo de singularização diz de um pensar diferente, um escape para essas pessoas que estão engessadas nessa estrutura carcerária. Em contato com esses sujeitos, o psicólogo possui o desafio de promover essa fuga, esse desprendimento, contribuir para que essas pessoas sejam capazes de devir-sujeito (GUATTARI e ROLNIK, 2010), movimentar-se mesmo privados da liberdade, permitir a experimentação de sensações inovadoras: "uma música, um livro, um amor que nos faz experimentar outros tempos, tempo sem passado, sem presente, sem futuro, um tempo suspenso. Dito em outras palavras, acontecimento: tudo aquilo que escapa ao que está organizado, instituído, estabelecido". (SOARES, G. P. et al., p. 92, 2014).

Como devemos nos posicionar mediante a uma forma de agir/pensar-sujeito totalmente mergulhada nas sensações que o dispositivo culpa provoca nos sujeitos que desejamos observar?

O desafio de possuirmos um compromisso ético-estético-político (PAULON e ROMAGNOLI, 2010) é árduo. Marginalizados, vivendo em condições inóspitas, com saúde, alimentação, assistência jurídica precária os apenados permanecem nessas condições que é justificada pelo delito cometido por os encarcerados. Se isso é o adequado pouco importa, amontoados esses homens e mulheres continuam sobrevivendo e se alimentando da culpa.

Afeto como estratégia de gestão: um estudo sobre os processos afetivos no mundo do trabalho

Ana Céli Pavão (Universidade Estadual de Londrina), Eduardo Augusto Tomanik (Universidade Estadual de Maringá)

Naquele que é considerado o campo por excelência da ação, ou seja, no mundo do trabalho, por muito tempo se acreditou na separação entre o fazer e o sentir como estratégia eficaz para o alcance do melhor resultado produtivo, com base na noção de que alguns processos afetivos atrapalhavam o desempenho profissional. Com os novos direcionamentos neoliberais do cenário econômico e sociocultural, esta forma de pensar foi alterada, provocando mudanças intensas nos formatos de gestão do trabalho que, a partir de então, passaram a contar com a participação ativa do trabalhador, seus saberes e capacidades de encontrar soluções rápidas em um mercado cada vez mais competitivo e imprevisível. A mobilização dessas funções humanas aciona, inerentemente, processos afetivos, e, diante da exigência por um repertório variado de habilidades cognitivas, comportamentais e relacionais, os afetos tornaram-se também um foco da gestão organizacional, sendo considerado necessário manipulá-los e direcioná-los a favor dos objetivos do capital. De acordo com Heller (1993) e Vigotsky (1934/1998; 1930/2007), tal tentativa vai na contramão da dinâmica dos processos afetivos, entendidos por eles como construções da interação humana com o mundo, cujo caráter é multidimensional, heterogêneo e, ao mesmo tempo, idiossincrático, o que nos leva à compreensão de que devem ser cuidadosamente estudados tanto na amplitude das dimensões social, histórica e cultural, quanto no sujeito singular e no mais íntimo de seu cotidiano. Sendo assim, o objetivo desse projeto foi o de investigar as emoções construídas por trabalhadores na relação com o trabalho, levando em conta, além de suas vivências e expectativas, o mercado de trabalho atual, com suas exigências pela constante busca por atualização e desenvolvimento de habilidades diversas. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio da qual oito trabalhadores, alunos de cursos de pós-graduação lato sensu de uma instituição de ensino superior de Londrina/PR, passaram por entrevistas semidiretivas que tiveram, como pontos norteadores, a trajetória profissional de cada sujeito, o que o levou à busca por qualificação; a experiência atual com o trabalho; a percepção de si mesmo; a construção de emoções na vivência cotidiana do trabalho, e as expectativas relativas ao curso de especialização e ao futuro profissional. A Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005; 2010) foi o norte teórico-metodológico dessa pesquisa, abarcando o conhecimento como um processo aberto, em permanente construção e gerador de novos significados. Nossos estudos nos levaram a conceber que o desempenho humano no mundo do trabalho, por mais racional que possa parecer, é regido pela dinâmica dos processos afetivos e que as relações produzidas entre as atividades de trabalho e as emoções são complexas, ainda mais considerando que as emoções vividas no ambiente de trabalho misturam-se à bagagem de emoções já construídas no decorrer da história de vida de cada sujeito, e cujos efeitos podem ser, até mesmo, conturbados e contraditórios, refutando a ideia de que as emoções podem ser facilmente instrumentalizadas e direcionadas unilateralmente. Além disso, o contato com os nossos sujeitos demonstrou que o trabalho é um manancial de emoções, que podem ser prazerosas, quando os vínculos afetivos com a organização e as relações construídas nesse contexto contribuem para o desenvolvimento pessoal do sujeito, como também, de modo simultâneo, podem gerar intenso sofrimento, tornando-se um campo aberto para o adoecimento e a presença de comportamentos extremos como o suicídio e o assédio moral. Torna-se urgente, portanto, atentarmos para modelos de gestão que, na tentativa de manipular emoções em prol de objetivos organizacionais, possam favorecer ações que potencializem sofrimentos e impeçam a realização pessoal e o fortalecimento de laços afetivos num terreno estritamente humano: o trabalho.

Referências:

González Rey, F. L. (2005). Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F. L. (2010). Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning.

Heller, A. (1993). Teoria de los sentimientos. Ciudad de México: Coyoacán.

Vigotsky, L. S. (1934/1998). Pensamento e linguagem (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. Vigotsky, L. S. (1930/2007). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (7ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Comunicação de Notícias em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal:desafio da equipe multiprofissional

Carla Andréa Costa Alves de Campos (Centro Universitário Cesmac), **Andressa Laiany Cavalcante Soares** (Centro Universitário Cesmac), **Luciano Bairros da Silva** (centro universitário Cesmac), **Sônia Maria Soares Ferreira** (Centro universitário Cesmac)

Esse estudo faz parte da dissertação: ENTRE PÁSSAROS E FLORES: percepção da equipe multiprofissional e familiares sobre a produção da comunicação de notícias em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal

Comunicar notícias é prática diária dos profissionais de saúde e deve ser realizada com respeito, responsabilidade, sensibilidade e cuidado. Transmitir bem uma notícia exige que o profissional de saúde reconheça a importância desse ato, receba preparo para tal e acima de tudo tenha sensibilidade (SILVA, 2012). Apesar de todas as inovações tecnológicas, a comunicação permanece um desafio e uma ferramenta de produção de afetos importante para os profissionais. A adequada comunicação interpessoal, a organização baseada na integralidade da assistência respeitando a interdisciplinaridade, o acolhimento, o aporte material e de pessoal, além do suporte dos grupos de apoio e a vontade de ajudar o outro são os pilares básicos para otimização do trabalho dentro de uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) (VICTORINO et al., 2007). O objetivo da pesquisa é analisar as relações afetivas produzidas em uma equipe multiprofissional, da UTIN do Hospital Universitário Dr. Alberto Antunes da Universidade Federal de Alagoas, para comunicar notícias. O estudo é relacionado ao grupo temático 19, pois propõe discutir a produção da comunicação de notícias por uma equipe multiprofissional, em UTIN, pondo em análise os sentidos e afetos envolvidos e coletivizados durante esta produção. A pesquisa é qualitativa, usando entrevistas semiestruturadas individuais com os profissionais a partir de perguntas baseadas no protocolo SPIKES (BAILE et al., 2000). Participaram 10 profissionais de diferentes áreas da UTIN, convidados por conveniência e aleatoriamente. As entrevistas foram realizadas em ambiente reservado, para evitar interrupções ou induções de respostas. As conversas foram gravadas, transcritas e analisadas através da análise do discurso (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005), por meio da observação da palavra que se usa e os sentidos que ela produz nos sujeitos. O sigilo foi garantido em todas as etapas da pesquisa e para escrita foram trocados seus nomes por nomes de flores. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do CESMAC com Parecer nº: 981.561. Durante análise das entrevistas, foram produzidas quatro categorias de estudo: Ambiência, Preparação da equipe, Processo de trabalho e Relação interpessoal, além dos mapas dialógicos e repertórios linguísticos que demonstraram ausência de local adequado para dar notícias na UTIN, o que interferiu negativamente no processo de trabalho e nas relações interpessoais no setor, através da falta de atendimento humanizado, acolhedor e resolutivo, como preconiza a Política Nacional de Humanização (PNH) (BRASIL, 2013). Como na fala da profissional Girassol: “Não existe ambiente adequado para dar notícias na UTIN.” A falta do acolhimento leva aos pais o medo e a insegurança (COSTA et al., 2012): “Aí a mãe desmorona na porta da UTIN. Sem apoio nenhum.” Bromélia. O valor emocional dos grupos de apoio foi reconhecido pelos profissionais através de suas falas e segundo Buarque et al. (2006) reduz o estresse e o isolamento social e promove interação afetiva entre genitores e equipe. Gérbera comentou: “Existe muita coisa pra melhorar na estrutura do hospital: primeiro o apoio emocional às mães pela psicologia”. Não se pode esquecer do cuidado com os profissionais, da sua educação continuada, do apoio dos gestores que fazem parte do tripé da PNH: usuários, profissionais e gestores (BRASIL, 2004). Margarida reforçou a falta de cuidado com as fores: “quando se fala de humanizar só se pensa no cliente, mas nossa equipe é muito sofrida.” Leite e Vila (2005), assim como esse estudo, verificaram dificuldades da equipe em uma UTI: o estresse de lidar com a morte e com as famílias, a escassez de recursos materiais e humanos, falta de harmonia, falta de união e de comprometimento de alguns membros, levando a sensações de fracasso, cansaço e desânimo. Houve produção de estratégias pela equipe multiprofissional na tentativa de sobrevivência: proteção, ataque, frieza, insensibilidade e afastamento, sendo observadas a mecanização do serviço e a coisificação, despindo as pessoas de suas identidades (SILVA, 2012). Papoula assumiu: “a sobrecarga de trabalho é que leva à algumas situações de brigas, stress, discussões, insensibilidades...” e aconteceu com Tulipa: “pedi autorização ao pai para fazer a necropsia antes da morte do filho, depois me senti péssima com essa insensibilidade. Parecia que eu estava lidando com uma caixa.” Os profissionais sentiram a fragilidade da sua preparação para comunicar notícias em UTIN e a enorme diferença entre a teoria e a prática na rotina profissional. Rosa refletiu: “porque na sala de aula você não vivencia o sentimento da família.” Outros entenderam que não há como fugir da dor e do sofrimento, mas como diminuí-los pelo apoio e acolhimento e deve-se dar espaço para sentir a dor da perda, pois não há como fugir dela. Trabalhar os próprios sentimentos e afetos pode ser o principal facilitador para melhorar a comunicação interpessoal.

Contribuições da Psicologia para o desenvolvimento da autonomia: pesquisa e intervenção com idosos

Vanessa Aparecida da Silva (Universidade Federal de São João del Rei),**Sarah Cecílio Fonseca** (Universidade Federal de São João del Rei), **Marina Carvalho Freitas** (Universidade Federal de São João del Rei), **Marcos Vieira Silva** (Universidade Federal de São João Del-Rei), **Tatiana Bahia Abreu** (Universidade Federal de Sao Joao del-Rei), **Andréa Carmen Guimarães** (Universidade Federal de São João del Rei), **Carina Aparecida do Vale** (Universidade Federal de São João del Rei), **Fernanda do Nascimento Pereira** (Universidade Federal de São João del Rei), **Jéssica Maíres Severino Mota** (Universidade Federal de São João del Rei), **Nathalia Mariane Carvalho** (Universidade Federal de São João del Rei), **Giselle Barreto Diniz Rocha** (bolsista BAT/FAPEMIG), **Larissa Medeiros Marinho Santos** (Universidade Federal de São João del Rei)

Introdução: A expectativa de vida da população tem aumentado e, com isso, surgido questões acerca dos processos do envelhecimento populacional e de como se desenvolve esta população. Assim, torna-se necessária a realização de pesquisas voltadas para esta temática, com o intuito de compreender possíveis melhorias na qualidade de vida da população idosa (Guimarães, 2012). Com isso, destaca-se a importância de maior autonomia para uma melhoria da qualidade de vida, na qual o idoso seja capaz de realizar suas atividades e tomadas de decisão, de forma independente. A proposta deste projeto inclui atividades físicas e psicológicas, sendo que as psicológicas visam à troca de experiências entre os participantes, buscando reelaborações e novas formas de lidar com a realidade (Pichón-Rivière, 1988). **Objetivo**: Elaboração de diagnósticos traçando o perfil dos grupos atendidos; desenvolvimento de atividades voltadas para o aumento da autonomia funcional e melhoria nas condições afetivoemocionais dos participantes; avaliação longitudinal dos impactos do programa na autonomia e na melhoria da qualidade de vida; criação de protocolos de intervenção e de avaliação física e afetivo-emocional; contribuição para a elaboração de linhas orientadoras interdisciplinares, que possam auxiliar na prescrição de programas de saúde pública; contribuições para a formação de alunos, pesquisadores e profissionais das áreas do conhecimento envolvidas. **Método**: Divulgação do projeto de pesquisa nos postos de saúde da cidade e em locais estratégicos da comunidade, além da mídia eletrônica e de rádio. Após a inscrição dos interessados, foi traçado o perfil destes. Foram realizadas avaliações físicas dos participantes, contendo exames laboratoriais e biofísicos e avaliação psicológica, por meio de entrevistas semiestruturadas. Em seguida foram estipuladas as atividades físicas realizadas pelos grupos, e uma sequência de doze encontros nos grupos de psicologia. **Resultados (parciais)**: Após análise dos testes, pode-se perceber uma diferença significativa nos índices de ansiedade dos grupos, indicando redução destes níveis após as intervenções. Com relação aos testes de desesperança, depressão e auto-estima, pode-se perceber, por meio da análise das falas dos participantes, uma melhora nestes quesitos após as intervenções. Desta forma, entende-se que o grupo cumpriu certa função terapêutica, possibilitando um processo reflexivo, além de podermos apontar que o grupo conseguiu realizar aprendizagens, uma vez que passaram a modificar alguns comportamentos em outros espaços de convivência. O movimento foi de transformar aquele espaço coletivo em espaço de troca de experiências e ressignificação das vivências. Quanto à realização das atividades físicas, pode-se dizer que houve aumento na disposição, diminuição de dores no corpo e facilitação dos afazeres domésticos. Foi percebida melhora na autonomia em realizar as atividades, melhora na capacidade de coordenação motora, equilíbrio, condicionamento aeróbico e força muscular. **Conclusão**: Os resultados parciais obtidos até o presente momento mostram-se bastante significativos frente à importância do ambiente que foi estruturado pelos grupos. Todas as atividades realizadas nos grupos têm efeitos de médio a longo prazo, sendo inicialmente as pequenas mudanças que os participantes vão conseguindo realizar até obter maiores impactos na sociedade. A criação dos protocolos de atendimento específicos para cada grupo também possibilitará o aumento do alcance dos processos de mudanças. Como o Programa ainda se encontra em andamento, será necessária sua conclusão para que as ações realizadas sejam avaliadas em definitivo. **Apoio**: FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Entre o Afeto e o Artefato: o conforto em questão

Victor Mourthé Valadares (Universidade de São Paulo)

Antenção: a primeira opçao de área é o GT 19 - psicologia social dos afetos, mas ela não consta na relação dos GT's apresentados na opção por area para a inscrição. A segunda opçao de área é o GT 06 - ecologias outras: traçados poéticos, estéticos e políticos; a terceira opção de área é o GT 07 - identidade, reconhecimento e emancipação. O GT 25 não está entre áreas de opção. Ele foi selecionado apenas para driblar a rigidez do sistema, de forma a fazê-lo aceitar a inscrição do trabalho, pois faltava a opçao nais desejada do GT 19 como acima informado. Agora o Resumo: Este trabalho reflexiona sobre o conforto humano segundo uma perspectiva analítico-sintético que contribui para uma abordagem compreensiva desse tema e vislumbra repercussões potenciais dele sobre modos de ser, estar e conviver na contemporaneidade. Inicialmente foi elaborada uma pesquisa sobre a palavra a partir da consulta a um dicionário morfológico (Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa) e outro etimológico (Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa), o que possibilitou apreendê-la em sua denotação relativa ao vínculo de origem, retrocedendo no tempo e indo de encontro ao lexema indo-europeu, fonte matriz do latim, dentre outras linguas antigas do continente europeu e mesmo asiático, do qual deriva a língua portuguesa. Foi identificada a família à qual a palavra conforto pertence no contexto da língua portuguesa, assim como o seu lexema e os gramenas que lhes constituem, sendo que em relação a esses últimos, foi possível fazer emergir a dimensão intersubjetiva do conforto através da compreensão do prefixo que se amalgamou à raiz. A partir daí outro percurso foi seguido, aquele através de novas consultas, agora a três dicionários tradicionais, também da língua portuguesa (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa; Novo Aurélio, o Dicionário da Língua Portuguesa – Século XXI; e Dicionário Caldas Aulete), as quais foram úteis para observar o caráter ativo da palavra, assim como identificar suas acepções de forma a compor seu quadro conotativo apresentando um panorama de suas acepções gerais. Em seguida, foram identificadas acepções específicas do conforto em diversos campos disciplinares como naqueles das ciências da saúde (enfermagem, de onde originou uma teoria do conforto), das ciências sociais aplicadas (arquitetura e urbanismo, design, direito, economia, ergonomia), e das ciências humanas (antropologia, história, psicologia, sociologia). Importante aqui foi apontar o conforto como um fenômeno inerente à interação humana no e com o mundo, às circunstâncias do seu cotidiano sensíveis, reflexivas e ativas, consistindo mesmo numa atitude de significação na e da vida, mostrando sua pertinência e esvanecendo-o da aura pejorativa que o envolve para substituí-la por outra dignificante, rumo a uma ética do conforto. E nesse sentido foi necessário debater com críticas contemporâneas relativa ao conforto especialmente aquela que, embora reconheça-o atrelado ao desejo de bem–estar cuja origem é salutar, considera a sensação de aconchego supérflua, estando o conforto imiscuído por ideias de relaxamento, passividade, comodidade desviada, solidão, silêncio, individualismo, privacidade, afastamento, configurando uma atmosfera que instaura desafortunado retrocesso ou renúncia em relação ao social, insustentável numa sociedade complexa, especialmente urbana e multicultural com contradições várias, como as étnicas, sexuais, etárias e de classe. Como síntese dessas reflexões o conforto foi situado num contínuo experiencial, desde sua carência, numa polaridade caracterizada pela situação da penúria até o seu excesso, noutra polaridade caracterizada pela situação de luxúria, tomada aqui no sentido etimológico do termo, que nos remeta à superabundância, ao excesso propriamente ditto, e ao luxo. Por fim estamos atento para o fato de que uma aproximação à noção de conforto em sua essência, requer também assumir a possibiidade de se prescindir da palavra, ora antecedendoa, pois o ser humano tem atuado no mundo imbuído de seu latente elã, antecedendo sua nomeação, seu devir lexical; ora nos desvencilhando dela e indo além, pois como assevera Merleau-Ponty, não precisamos de um substituto verbal para constatar o mundo e nossa experiência nele no exercício de uma filosofia original.

Militância e afetação como possibilidade de produção de espaços de coletividade, emancipação e produção de saber – um caso de envolvimento com Grupos de Trabalhos inovadores junto a um conselho de psicologia. Pelas vias dos direitos humanos

Lidiane de Melo Drapala (Conselho Regional de Psicologia - CRP19)

No ato da criação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia, temos sua formalização através da lei 5.766 de 1971. Em seu artigo 9º encontramos as atribuições dos CRPs. Dessas, destacamos a alínea b, a saber, "orientar, disciplinar, fiscalizar o exercício profissional em sua área de competência". Além dessa, todas as outras oito alíneas expressam fazeres com uma índole cartorial burocrática e administrativa.

Daí, tendo cunho muito voltado a dominação de limites, de fronteiras bastante demarcadas entre o "autorizado" e o "não autorizado". A estratificação, portanto, das responsabilidades, das autoridades, da determinação se corporifica com vigor. Retomando os verbos no imperativo: orientar, disciplinar, fiscalizar, há a criação desse espaço legalizado de imposição.

Em Sergipe, o CRP 19, ainda muito novo no processo de sua assunção de relativa autonomia (criado em 2010), nos primeiros anos, enveredou na constituição desse corpo de autoridade compondo sua estrutura burocrático-administrativa comum a um órgão de registro profissional. Seguiu o sugerido nas linhas magnas da citada lei de criação dos órgãos normatizadores. E, ainda, o faz; ainda persegue o ideal/ideário proposto.

Todavia, urgem linhas outras, linhas que se querem tecelãs de outros enredamentos, linhas que até podem ser de fuga, porém, que não largam seu comprometimento com um coletivo diversificado de outras forças. Através dos partícipes das Comissões de Direitos Humanos, de Políticas Públicas, de Ética assessorados por essa psicóloga funcionária da referida instituição subscrevente do presente argumento, precipitam a eclosão do movimento mobilizador, articulador, inventivo. Há agulhas alfinetando a tessitura de práticas interventivas da/na vida política dessa autarquia classista, entre os profissionais que a compõem (tanto xs psicólogxs funcionárixs quanto conselheirxs e xs 'psis' "associadxs").

Inspira-nos, por exemplo, o que demarcam Coimbra e Leitão (2003): "Pensar no trabalho que nós, psicólogos, temos desenvolvido é pensar neste lugar instituído e naturalizado, percebido como ahistórico, neutro e objetivo que nós, muitas vezes, temos ocupado e fortalecido: o do saber-poder".

Assim, seguimos num movimento caótico e curioso. Podendo ser paradoxal ou transpondo excessos de regramentos, buscamos abrir brechas. Ainda que sigamos o cumprimento de normativas grosso modo, em certa medida transgredimos o essencialismo ao produzirmos espaços de construção de outras formas de conhecer, agir, praticar a profissão. Através da autoreflexão, auto-análise e desejando aprender com a auto-gestão.

O método eleito foi uma aproximação com temas tabus ou pouco trabalhados em Sergipe pela categoria profissional. Direitos Humanos serviu enquanto disparador. A polêmica "cura gay", a prática compulsória de psis produzirem laudos para processos de transgenitalização, trazem-nos a homofobia e transfobia à baila. Não passa batido, literalmente, as questões de gênero, uma vez que a noção de feminino atravessa todas as temáticas. Alinhadas às questões do CREPOP quanto a demanda da pesquisa "Direitos Sexuais e Reprodutivos" agregamos e realizamos o "GT Gênero e Diversidade Sexual".

Com grande repercussão e interesse tanto de profissionais e estudantes da psicologia quanto de outras profissões e áreas de interesse também tivemos adesão de um grupo de pessoas trans e travestis para rasgarmos o véu de nossas inoperâncias e buscarmos crescer junto a esse universo de vidas que pulsam e sangram suas rotinas e cotidianos. Dali visibilizamos atividades em meios de comunicação livres e fomos provocados por um grupo "antiproibicionista" a discutirmos nosso comprometimento com o uso de substâncias psicoativas. Questionaram-nos até que ponto estamos envolvidos com os ciclos de uso, dependência, quais pontos diferenciam um uso recreativo a um uso problemático. Com essa inquietação, formou-se o grupo de estudos sobre o uso medicinal da cannabis sativa. Há interesse em compor um grupo de trabalho. E, o cuidado meticuloso tem levado a um aprofundamento das questões que lhe atravessam sejam políticas, econômicas, morais, éticas.

Tais aberturas nos puseram enquanto grupo vanguardista até certo ponto. E, de todo modo, abertos ao que toca nossa profissão coletiva e socialmente. Assim procedeu com o GT de Relações Interétnicas. A partir de uma psicóloga indignada com o fato de não encontrar um grupo no estado que passara a viver a poucos meses (início do corrente ano), deflagramos um grupo de pessoas já implicadas com as discussões raciais para articular com este Conselho de Classe sua responsabilidade com o social. A coordenação do Grupo de Trabalho foi constituída e esta já se filiou a outros grupos no estado que possuem, sim, um trabalho sobre. A atualização foi inserirnos enquanto representação de categoria.

Esses três grandes exemplos nos colocam em cheque categoricamente. Permitem-nos análises contínuas "praticamos ou que discursamos!?"; "militamos o tanto que desejamos!?"; "efetivamos o ideal democrático com legitimidade efetiva!?"; "representamos com responsabilidade um coletivo diversificado e miscigenado tal qual a nação brasileira!?". Tais provocações tem sido potencialmente motivadoras, nos trazem esperança alegre em meio a tanto sofrer e abusos de poder, especialmente, com as máculas de uma "profissão que serviu a vários domínios".

O esgarçamento dos afetos: aceleração, experiência e depressão na contemporaneidade

Raimundo Edmilson Pereira Silva Junior (Centro de Referência à Infância (INCERE)), **Maria de Fátima Vieira Severiano** (Universidade Federal do Ceará), **Jéssica Silva Rodrigues** (Escola de Saúde Pública do Ceará)

O século XXI desponta como um período de grandes e intensas inovações tecnocientíficas na cena mundial fomentando a concretização de aspirações do homem moderno. Neste cenário da globalização, o desenvolvimento técnico-científico ensejaria, de acordo com os ideais do Iluminismo, além da liberação do homem da labuta e do trabalho braçal, em vista dos avanços no desenvolvimento material e nos processos de automação da produção, a emancipação do sujeito em termos de felicidade e de qualidade de vida. Assim, liberado das longas e intensas jornadas de trabalho, em face do desenvolvimento tecnológico, cada vez mais indivíduos teriam condições favoráveis à vivência de seu tempo livre. Todavia, esse traçado tem tomado outra direção, não prevista por esta perspectiva, que evidencia um paradoxo entre os exponenciais níveis de desenvolvimento tecnológico e a escassez de tempo. Se por um lado, destaca-se a proliferação dos recursos tecnológicos e das mídias informacionais – a serviço dos encurtamentos das distâncias e aumento da comunicação; de outro, vê-se surgir, alguns efeitos imprevisíveis referentes à experiência de aceleração temporal do sujeito. Partindo do pressuposto de que as subjetividades se constituem a partir de referenciais sociais, no sentido de que novas formas societárias implicam, a gestão de novas formas de organização da identidade e do comportamento humano, este trabalho propõe-se uma reflexão acerca das relações existentes entre a escassez de tempo fomentada pela atual sociedade capitalista e a crescente aceleração da experiência temporal dos sujeitos contemporâneos mediada pelos mais diversos aparatos tecnológicos, a exemplo de celulares, smartphones, tablets e outras tecnologias de comunicação miniaturizadas e o consequente sofrimento psíquico derivado dessa relação. De forma específica, elege-se como objeto de investigação o fenômeno da depressão como efeito/resposta psicopatológica mais ilustrativa da privação do tempo que resulta em uma imobilidade da própria dinâmica subjetiva. Numa perspectiva psicossocial, a depressão é aqui abordada sob a forma de mal-estar contemporâneo, como sintoma/resposta a uma sociedade imersa na compressão do tempo, na demanda exaustiva por produtividade, na crescente exigência de padrões de excelência das atividades humanas, bem como nos imperativos de felicidade, de saúde e de beleza divulgados amplamente, via ideais de consumo. A partir do referencial teórico-metodológico da Escola de Frankfurt e de autores contemporâneos que tematizam essas questões, propõe-se uma análise teórico-crítica, de natureza qualitativa, que objetiva, a partir da literatura pertinente ao tema, desvelar as implicações psicossociais e políticas existentes nessa macro dinâmica social, problematizando seus efeitos sobre o psiquismo do indivíduo. Em especial, o trabalho envolve uma reflexão crítica sobre a experiência subjetiva de aceleração social contemporânea, a partir dos seguintes conceitos frankfurtianos: dialética do iluminismo, razão instrumental, indústria cultural, fetichismo, tecnologia, aceleração social e fome temporal. (Adorno; Horkheimer; Marcuse; Rosa). Como resultados da nova dinâmica marcadamente virtualizada e acelerada, destacam-se pois os efeitos gerados ao nível de sofrimento psíquico, em especial ao esgarçamento da experiência subjetiva e afetiva, assim os fatores potencializadores de processos depressivos no sujeito contemporâneo. Tal abordagem reflete criticamente sobre as ressonâncias do sofrimento psíquico depressivo na especificidade da contemporaneidade, marcada por uma dinâmica social atravessada por intensas e constantes demandas de um tempo acelerado, bem como as respostas e estratégias da ciência frente a esse mal-estar. Nesse sentido, aponta-se que orbitam o sofrimento psíquico na contemporaneidade questões relativas à medicalização da vida, sob a égide da Cultura do consumo. Portanto, aqui se estabelece uma relação direta com o eixo temático "Mídia, cultura e arte", à medida que investiga como a relação com estes aparatos tecnológicos informatizados e midiáticos refletem no ritmo da experiência subjetiva contemporânea, no caso de sofrimento psíquico, de forma a delinear novos processos de subjetivação. Quanto ao GT escolhido, fica evidente informar que aquele que mais se aproxima dos pressupostos e objetivo deste trabalho, diz respeito ao "GT 19 – Psicologia Social dos Afetos: Subjetividade, Éticas e Política", tendo em vista a proposta de leitura dos fenômenos depressivos relacionados ao ritmo social e suas implicações culturais ao nível dos afetos, como produtos das dinâmicas psicossociais e políticas envolvidas nas relações de poder vigentes na cultura do consumo. Acrescenta-se ainda a relevância de estudos que partam de uma perspectiva da Psicologia Social para se pensar as mais diversas e abrangentes facetas dos processos de saúde na sociedade contemporânea.

O singular dentro da instituição: Relato de experiência acerca da produção de subjetividade em um abrigo para idosos

Layres da Conceição Loiola Soares (Universidade Federal do Ceará), Kerolayne Oliveira Ximenes (Universidade Federal do Ceará), Lúryan de Jesus Morais Carvalho (Universidade Federal do Ceará)

Introdução: Essa reflexão foi feita em uma instituição para idosos localizada na cidade de Sobral-CE, inicialmente nossa primeira aproximação com a instituição se deu para o exercício de formulação de um projeto de pesquisa como forma de avaliação de uma disciplina no semestre 2014.2 de psicologia da Universidade Federal do Ceará- Campus Sobral. No qual nosso principal olhar foi pensar sobre os idosos que se encontravam abrigados por período integral e tempo indeterminado que em sua maioria não tinha mais vínculos familiares fora da instituição. O projeto de pesquisa focava na concepção de velhice pela visão dos próprios sujeitos e a partir daí percebemos diversas questões que nos impulsionaram a prosseguir no contato junto à instituição de modo a perceber novas dificuldades e demandas que pudessem nos inquietar ainda mais, e assim pensar possíveis horizontes em uma intervenção em psicologia. Metodologia: Nossa motivação surgiu, sobretudo, pois é um tema pertinente para nós como sujeitos contando que a velhice pode estar presente em nossas vidas em diversos âmbitos, como também na visão atual do aumento da expectativa de vida, assim questionamentos de 'como se daria os processos de subjetivação nesses sujeitos'. Procuramos entender o processo de institucionalização do idoso nos abrigos, buscando entender a subjetividade desses sujeitos e sua relação com os cuidadores, com a família e com aquele contexto. Realizamos visitas no qual, os idosos do local, através de conversas informais, sempre nos demandavam uma necessidade de expor as suas histórias de vida, suas vivências, desde suas vidas antes da instituição, como também sobre o que os fizeram chegar ao local. Descreviam todos os períodos marcantes de suas histórias, com certa ânsia de que o enredo nos interessasse cada vez mais. A partir das visitas, foi buscada uma maior aproximação com os idosos para tentar entender essa premência de falar e ser ouvido, por meio da observação participante através de conversas que variavam quanto à duração de tempo e assuntos à medida que os idosos se sentiam à vontade. O principal questionamento levantado foi quanto ao isolamento à que estes sujeitos estão submetidos. Quando passam a residir em Instituições de Longa Permanência perdem em alguns aspectos a autonomia de sua vida e certos afetos familiares. A partir de todas essas inquietações e hipóteses, pensamos em como abranger essa demanda de expor suas histórias, de se fazer pertencer a um determinado espaço e tempo, e de principalmente chamar atenção para externos àquela realidade ali vivida. Com a ideia de propor no projeto de intervenção a criação de um memorial, no qual seria colocado o que os idosos nos demandassem, mesmo que não tenhamos o posto em prática, nos fez também considerar o caráter individual do sujeito e pensar sobre. Sistematização dos Aprendizados: Nossa relação de vinculo com os idosos foi bastante forte, portanto, como não efetivamos a pesquisa e a intervenção, nosso trabalho se foca no relato dos nossos aprendizados através dessa experiência de poder adentrar em um campo dito tão hostil e pensar um projeto de pesquisa e intervenção. O contato com os idosos em questão, visualizando seu dia-a-dia nos trouxe á tona varias questões, como por exemplo, a iniciativa pessoal da equipe, pois não sabíamos o que íamos exatamente fazer já que a instituição em questão não conta em sua equipe com um psicólogo, assim, ao se colocar enquanto futuro profissional pudemos repensar e tentar conectar aquilo que ainda estudamos com o que presenciamos e presenciaremos futuramente. Acreditamos que a partir do relato de todas essas experiências possamos desmitificar diversos (pre) conceitos acerca da concepção de velhice e do que idosos institucionalizados sentem em relação a sua própria subjetividade, mostrando que a necessidade de se fazer participar da sociedade é bastante marcante, que mesmo estando em uma situação institucional eles não perdem suas principais raízes e historias. E que expondo todas essas questões, possamos enquanto estudantes e profissionais de psicologia discutir como a ideia de construção de um memorial que partiu dessa necessidade de falar, tem sua importância naquele âmbito, de estreitar os vínculos e principalmente, evocar angústias, alegrias, orgulhos e o que de mais atravessa os discursos dando sentido ao que os constitui como sujeito. Esperamos que os externos aquela realidade possam perceber os indivíduos que ali estão e que eles não apenas sobreesxistem, mas que operam em funções diversas da vida (percebendo isso através de suas histórias e vivências); o principal foco do dialogo é entender o quão importante é a potencialização da fala do sujeito, a partir desse relato de experiência. Considerações Finais: Dessa forma, com o exercício da construção dos projetos podemos discutir a importância da inserção e atuação dos psicólogos nas instituições, onde debatemos sobre as práticas que podemos construir dentro desse âmbito de sujeitos que vivem em certas vulnerabilidades de afetos, de escuta das angústias e fazer nosso trabalho em cima disso.

Preconceito de estudantes da área de saúde contra mulheres com Doenças Sexualmente Transmissíveis

Elís Amanda Atanázio Silva (Universidade Federal da Paraíba), **Amanda Trajano Batista** (Universidade Federal da Paraíba), **Celestino José Mendes Galvão Neto** (Universidade Federal de Pernambuco)

Os países ocidentais desenvolveram, nas últimas décadas, normas que coíbem a discriminação explícita contra grupos minoritários, havendo uma reprodução amplamente compartilhada de que todos devem ter direitos iguais perante a Lei. Todavia, observa-se que determinados tipos de preconceitos não se diluíram a partir dessas normas, como é caso do preconceito contra mulheres que sofrem de DSTs, tendo este se tornado um problema em nossa sociedade. As mulheres, deste modo, se tornam vítimas secundárias desse preconceito, uma vez que além de terem de enfrentar as consequências negativas advindas da doença, ainda enfrentam os julgamentos sutis ou flagrantes sobre si mesmas. O preconceito aqui pode ser entendido como uma atitude negativa em relação a uma pessoa baseada na crença de que ela tem as características negativas atribuídas a um grupo socialmente desvalorizado. O preconceito sutil caracteriza o julgamento mais indireto, frio e distante, já o flagrante se caracteriza pela maneira direta, aberta e "fervorosa" que se apresenta. Partindo do exposto, este estudo pretendeu investigar o preconceito de estudantes da área de saúde contra mulheres que vivem com DSTs. Para tanto, paticiparam 90 estudantes universitários, sendo 61 do curso de medicina e 29 de enfermagem, todos estando no período do internato ou residência, isto é, próximo da conclusão do curso. Para coleta dos dados fez-se uso da técnica de Associação Livre de palavras a partir de duas questões indutoras: "1) Quando você pensa numa mulher que vive com uma DST, quais são as cinco palavras que vem à sua cabeça?"; "2) Quando você pensa que a forma como a mulher contraiu a DST foi através da relação sexual desprotegida, quais as cinco palavras que vem na sua cabeça?". A coleta de dados foi realizada em um hospital universitário da cidade de João Pessoa, Paraíba. A maioria dos participantes eram do sexo feminino (71%) com idades de 19 a 49 anos (M = 25,3; DP =4,5), sendo a maioria católicos (66,7%) e solteiros (85,6%). Em relação à primeira questão, emergiram 125 palavras no total, sendo as cinco palavras mais enunciadas, respectivamente: prevenção (f =34; 27%); promíscua (f = 30; 24%); desinformadas (f = 16; 13%); descuidadas (f = 15; 12%); Aids (f = 15; 12%). No tocante à segunda questão, emergiram 90 palavras no total, sendo as cinco palavras mais enunciadas: desinformada (f =40; 44 %); descuidada (f =23; 26 %); irresponsável (f = 21; 23%); promíscua (f = 19; 21%); preservativo (f = 15; 17%). A partir dos achados, observou-se que os futuros profissionais da saúde apresentaram preconceito flagrante contra essas mulheres, uma vez que elucidaram palavras relacionando-as como promíscuas, desinformadas, descuidadas e irresponsáveis, até mesmo na primeira questão onde não se anunciava a forma que esta mulher contraiu a doença. Assim, pode ser vista a prevalência de julgamentos que situam a mulher com DST como um ser desviante, tendo como principal ameaça a doença como provocadora de uma condição social patológica. No caso do HIV, desde o advento da sua epidemia, na década de 80, associava-se o vírus à culpabilização das pessoas infectadas e reforçava-se a ideia de "responsabilidade individual" do risco e da prevenção, atribuindo ao próprio indivíduo o dolo por suas enfermidades, o que só aumentava a onda de discriminação para com essas pessoas. Todavia, o estudo também destaca que no teste de associação surgiram aspectos relacionados à prevenção e a prática do sexo seguro, o que transparece um olhar desses futuros profissionais para elementos de vulnerabilidade ao adoecimento.

Processos de Subjetivação: Capturas e Resistências

Suany Lima Carneiro Alves (Faculdade Nobre de Feira de Santana), **Diego Solci Toloy** (Faculdade Nobre de Feira de Santana-BA), **Jaciara Carneiro Rios Almeida** (Faculdade Nobre de Feira de Santana)

Esse trabalho tem como intuito produzir uma reflexão sobre as transformações observadas na organização do trabalho, na produção e consumo de bens, nas características e demandas por trabalhadores, bem como sobre os processos de subjetividade que compuseram estes sujeitos ao longo do século XX e início do século XXI. Para tanto, perseguiremos os discursos capitalistas desde a sua composição sólida, estável, material, até a sua saturação e transbordamento em uma composição leve, etérea, imaterial, cognitiva. Entendemos que nessa passagem de uma composição a outra, o trabalho imaterial se sustenta na leveza da força de trabalho e se modifica com intensa rapidez, o que nos faz sujeitos perambulantes em um universo de informações fugazes e sem consistência. Somos sobrecarregados de mensagens onde quer que estejamos: seja nas propagandas que assistimos, seja nos modos de vida "perfeitos" que as marcas das grandes corporações tanto se esmeram em construir, aflorando-se nos meios publicitários. É dessa forma que somos capturados e que nossa subjetividade vai se modificando, isto é, as informações nos enlaçam ao passo que o trabalho imaterial cria novas demandas para o trabalhador, envolvendo-o, sugando suas ideias e os arremessando nos precipícios da transitoriedade. O trabalho imaterial faz parte do momento histórico no qual estamos inseridos, servindo como um pano de fundo à serviço do capitalismo para as deflagrações da produção das subjetividades contemporâneas; estas se fazem em rede, pois conectamo-nos com diversos discursos, por vezes vazios de significação para nós mesmo, mas que têm por estrito objetivo atuar como força motriz para a máquina capitalista. O capitalismo da contemporaneidade se alimenta da força de criação para ostentar suas ramificações dilacerantes reverberadas pelo Marketing, pela propaganda e a mídia de forma geral nos ideias de felicidade estampados nas marcas. Ele usufrui, de maneira perversa, dos nossos corpos. Nosso objetivo é iluminar as rebentações das subjetividades capturadas/reformuladas a partir dos ideais capitalistas nos corpos dos sujeitos contemporâneos, assim como aguçar a seguinte inquietação: quais as consequências para o sujeito mergulhado na confluência das subjetividades mutantes? Inclinar nosso campo de visão para que ele se estenda na discussão desse tema tão relevante na contemporaneidade é um manejo delicado, afinal estamos lidando com o atravessamento de uma rede de saberes que também nos afeta. Ainda assim, e por isso mesmo, sentimo-nos instigados a suportar os intempéries dessa inclinação.

Nosso trabalho é uma problematização teórica, uma discussão acerca de vieses da contemporaneidade. O que nos impulsiona é a implicação com os modos de vida que se estampam e se refazem no tecido social. Passam por esse campo de problematização contribuições da Psicologia Social, inserindo, contemplando, e desnudando o sujeito navegante das desventuras pós-modernas. As leituras da Suely Ronik, perpassando pelas formas de subjetividade e possibilidades de fuga através da arte; André Gorz; referindo-se ao trabalho material e imaterial; Baumann, esclarecendo as transições e liquidez da modernidade; Deleuze, trazendo a sociedade do controle para amparar ainda mais nossas implicações. Cada autor foi selecionado de acordo com o que precisávamos de mais substancial, fundamentando nossas inquietações sedentas de clarificação. É certo que nem tudo está perdido no universo seccionado por essas exposições supracitadas. Há modos de se desviar da captura incessante que nos entrelaça. O desejo, a singularidade e a arte como resistência, linha de fuga e potência nos dá a ínfima, mas poderosa, arma para subverter as violentas e impiedosas tempestades contemporâneas. Trata-se de um trabalho que se faz e refaz nas cartografias do tempo, já que estamos mergulhados nesse mar de rebentações imprevisíveis e ondulatórias que é a contemporaneidade.

Psicologia Social Comunitária e Processos Afetivos: Oficinas com Crianças de um Assentamento Rural

Jerbbson Dias dos Santos (Universidade Estadual da Paraíba), **Thelma Maria Grisi Velôso** (Universidade Estadual da Paraíba), **Amanda Raylla da Silva Melo** (Universidade Estadual da Paraíba), **Larissa Moura da Silva** (Universidade Estadual da Paraiba), **Mísia Carolyne Pereira de Morais** (Universidade Estadual da Paraíba), **Virgínia Gonçalves de Melo** (Universidade Estadual da Paraiba), **Karolina Mirella Oliveira Pereira Costa** (Universidade Estadual da Paraiba), **Larissa Ribeiro Florentino** (Universidade Estadual da Paraíba), **Laylla Cristiane de Moura Carvalho** (Universidade Estadual da Paraíba)

Este trabalho vincula-se a um projeto de extensão universitária, intitulado "Psicologia e Educação Popular no meio rural". O projeto de extensão desenvolve-se num assentamento rural constituído pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Assentamento Pequeno Richard, que se localiza em Catolé de Boa Vista, Campina Grande - PB. Esse assentamento tem cerca de 1.210 hectares, distribuídos entre quarenta e nove famílias. O objetivo principal do projeto é de fortalecer, incrementar e fomentar espaços de escuta, questionamento e problematização da realidade de assentados e militantes do MST, visando estimular a autonomia popular e o desenvolvimento de formas de articulação e organização dos problemas cotidianos. Com base nas proposições da Psicologia Social Comunitária e da Educação Popular, realizamos visitas domiciliares e conversas informais com os assentados e oficinas com um grupo de crianças, um de adolescentes e um de mulheres. Nas visitas domiciliares, através das conversas informais e da observação participante, fortalecem-se os vínculos estabelecidos com a comunidade e obtêm-se informações acerca do cotidiano dos assentados. Esse também é um espaço de escuta e de problematização da realidade. As oficinas objetivam estimular a criatividade, o protagonismo social e a reflexão crítica. São planejadas considerando-se quatro etapas complementares e sequenciais, de acordo com a abordagem de oficina criativa proposta por Cristina Allessandrini (1996): a sensibilização, a expressão livre, a elaboração, a transposição da linguagem não verbal para verbal e a avaliação. Essas oficinas se concretizam a partir de temas escolhidos pelos próprios participantes, propostos nas oficinas especificamente elaboradas para esse fim.

Utilizamos nas oficinas diversas linguagens artísticas, como os exercícios e os jogos do Teatro do Oprimido, propostos por Augusto Boal. Com o grupo de crianças e o de adolescentes, além de empregar as linguagens artísticas, recorremos às estratégias de leitura, porque estimulamos também o gosto pela leitura. Nas oficinas realizadas com as crianças e os adolescentes, o grupo é dividido em subgrupos de acordo com a faixa etária. Neste trabalho, propomos fazer uma reflexão sobre algumas oficinas realizadas com as crianças, com o intuito de contribuir para a discussão sobre o estudo dos processos afetivos. Entre as oficinas realizadas com as crianças de quatro a seis anos, destacamos as que trataram do tópico geral "Sentimentos". Foram realizadas sobre essa temática cinco oficinas: a primeira, sobre a Alegria; a segunda, sobre a Vergonha; a terceira, sobre o Medo; a quarta, sobre a Saudade, e a última, sobre a Solidão. Compartilhamos as ideias propostas pelo GT 19 - "Psicologia Social dos Afetos: subjetividade, ética e política", ao defenderem que afetos, emoções ou sentimentos são processos psicossociais e fenômenos éticopolíticos que podem interferir nos processos de emancipação dos sujeitos. Assim, este trabalho está vinculado ao Eixo Temático "História, teorias, métodos e formação em Psicologia Social", pois se dispõe a promover uma discussão que contribua com a produção do conhecimento teórico-metodológico e com a formação em Psicologia Social comprometidos com os Direitos Humanos. Nos anos 1990, Silvia Lane já alertava que as emoções, mediadas pela linguagem e pelo pensamento, são construídas socialmente e podem desencadear o desenvolvimento de uma consciência crítica ou fragmentá-la. Problematizar, numa oficina, os sentimentos e as emoções contribui para um processo em que as crianças possam ressignificar e desconstruir sentidos. Dialoga-se com aspectos sociais e afetivos, compartilham-se ideias e experiências e se estimulam posicionamentos que contribuam para a mudança de si próprios e da realidade social. A utilização das estratégias de leitura é uma forma de, através das histórias infantis, as crianças experimentarem e problematizarem as emoções que acometem os personagens em cada momento da história. Ao dramatizar ou fazer uma representação plástica do conto ou da temática da oficina, em grupo, diferentes formas de expressão das emoções são refletidas e vivenciadas. Os recursos artísticos são ferramentas que podem transformar e reelaborar afetos e reinventar o cotidiano. Nesse sentido, o Teatro do Oprimido é um recurso que estimula o desenvolvimento de habilidades sociais, afetivas e cognitivas e trabalha movimentos, formas, volume e relações físicas, numa alternativa de prazer e de exercício de compreensão, o que ajuda os participantes a conhecerem a si mesmos e a sua sociedade, para ocupar o papel ativo de pessoas criativas e autônomas. Nas oficinas, o sujeito encontra uma possibilidade concreta de expressar não só aquilo que é, mas também o que ainda poderá ser, construindo, através da arte, outros modos de subjetivação. Fundamentados na Psicologia Social Comunitária e na Educação Popular, trabalhamos com o intuito de desenvolver a compreensão crítica das crianças por meio da leitura de textos infantis e da arte, fomentando a participação e o incentivo à cidadania, compreendida em sua dimensão psicossocial.

Reflexões Sobre Maternidade no Contexto Prisional

Paula Francinete de Holanda (Universidade Potiguar), **Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), **Ludmila Vitoria Lino de Carvalho** (Universidade Potiguar)

O número de mulheres presas tem aumentado significativamente. Muitas dessas mulheres são mães ou se tornam mães durante o cárcere, em decorrência disso, o presente trabalho tem como objetivo compreender a maternidade no sistema prisional, tendo em vista não só mulheres grávidas, mas também mães em cumprimento de pena em regime fechado, possuindo seus filhos junto a elas ou sob guarda de algum familiar ou órgão no Estado. Para contextualizar, foram utilizados orientadores teóricos como, Foucault, Lima, Aguirre, Agra, Badinter, Stella, Assis e Constantino, Vargas e Winnicott. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, buscando mapear as condições de encarceramento de mulheres que são mães e estão presas. Para a construção do trabalho, foram feitas quatro visitas ao Complexo Penal João Chaves, ala feminina localizado em Natal/RN, tendo como público alvo, mães grávidas e mulheres que estão sob cárcere junto aos seus filhos. Os métodos utilizados para produção de dados foram, entrevistas semi- estruturadas, rodas de conversas, recursos lúdicos e observações. O processo de pesquisa pode constatar inúmeras violações de direitos. O presídio possui uma cela destinada as mães com filhos e para as grávidas, tendo o dobro do tamanho de uma cela comum, que é a única diferença das outras, pois não existem berçários e nenhum outro tipo de estrutura para os bebês. Em relação ao tempo de prisão, a detenta mais antiga entrevistada, está presa há cerca de oito meses, e a mais recente há dezessete dias. Algumas delas haviam sido transferidas recentemente devido a gravidez. A respeito das dificuldades, foram muitas as relatadas, com relação a família longe, visitas, saúde, estruturas físicas e técnica do lugar, a falta de voz dentro da prisão e a rotina que as deixavam ociosas. Uma das principais queixas se dizia a alimentação. As presas fazem três refeições por dia, tendo uma alimentação limitada e não havendo nenhuma diferença para a gestante ou a mãe que está amamentando, sabendo que com uma alimentação precária, a produção de leite para a criança decai, o que também foi citado por uma das mães, que está no seu oitavo filho, recémnascido, tendo que ser amamentado por outra mãe que está no seu primeiro filho e sua produção de leite é maior. Os bebês só mamam. A água foi outro ponto bastante questionado por elas, relatando tomarem água quente e da torneira, a mesma usada para tomar banho, lavar roupas e banheiro, dentre outras coisas. No tocante sobre os filhos, havia as mães que já tinham filhos fora da prisão e mulheres que estavam sendo mães pela primeira vez. Todas elas tinham vínculos afetivos com seus filhos, apesar de algumas não receberem visitas, dos que se encontravam em liberdade sob a guarda de outro familiar, devidos as condições precárias do sistema prisional nesse quesito. Elas apresentavam boas perspectivas em relação ao futuro deles e queriam ser mais presentes na educação e no dia a dia, falando inclusive dos prazeres que sentiam falta ou de coisas que a prisão as privaram de fazer junto aos seus filhos, e muitas vezes, se sentido culpadas pelas condições presentes trazendo a fala ''eu errei, então tenho que pagar pelo o que eu fiz, né.'' Mesmo com todo o sofrimento exposto, algo bastante frequente no diálogo delas se refere a felicidade de ser mãe, relatando-as serem mães atenciosas, carinhosas e preocupadas. Dado o exposto o que se vê claramente é um descaso, pela falta de cumprimento dos direitos das mães presas e grávidas e dos direito da criança segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, no referente ao psicológico e ao físico do mesmos. Portanto, conclui-se que existe uma deficiência quanto às políticas de atendimento no sistema prisional e faz-se necessário um olhar mais cuidado para essas mães e seus filhos, que acabam sendo punidos mais do que é para ser feito por lei.

Palavras-chave: maternidade, cárcere, filhos, cuidado, dificuldades

Reflexões sobre os afetos na pós-modernidade

Bethânia Cabrera de Souza Bortolato (Universidade Estadual de Maringá), **Regiane Cristina de Souza** (Universidade Estadual de Maringá), **Eduardo Augusto Tomanik** (Universidade Estadual de Maringa)

Podemos entender a Modernidade como sendo um cenário no qual o homem e a sociedade passam a ser explicados pela razão e não mais por um ideal teológico, como ocorria na Idade Média. Com isto, conseguimos estabelecer uma distinção clara entre aqueles dois períodos históricos. O mesmo não acontece quando tentamos distinguir a Modernidade do momento atual. Tanto é assim que, para Lipovetsky (2004), tanto Modernidade quanto Hipermodernidade são conceitos vazios, indefinidos e que, por si só, são incapazes de falar sobre o que há de substancial em ambos. Este autor prefere utilizar o conceito de Hipermodernidade para designar o que considera apenas como um período de uma acentuação das características da modernidade. Por outro lado, Mancebo (2002) acentua o caráter de maior intensidade das mudanças ocorridas, ao considerar a contemporaneidade como uma época que buscou desconstruir a hegemonização da ideologia individualista da Modernidade. Assim, diante convergências e divergências de representações sobre tais momentos, a afirmativa de Harvey (1989) sobre a inexistência de uma data específica e de elementos que sejam absolutos na transição da modernidade para a pós deve ser considerada. Apesar disto não podemos desprezar as mudanças ocorridas entre estes dois momentos históricas, no cotidiano das pessoas e nos processos de construção e compreensão dos afetos, ou seja, nas maneiras que as pessoas se implicam com o que ocorre em seu cotidiano. Esta temática, que é o foco deste estudo, conecta-se à proposta de Grupo de Trabalho "Psicologia Social dos Afetos: subjetividade, éticas e políticas" de constituir-se em, um espaço para a exposição, debate, e aprofundamento acerca destes fenômenos. No que se refere ao direcionamento teórico, combinamos leituras acerca da Modernidade e Pós-Modernidade com a "Teoria de Los Sentimientos" de Agnes Heller. Como procedimentos de pesquisa, combinamos a pesquisa bibliográfica com observações pessoais e a utilização de materiais disponíveis nos meios de comunicação, tentando construir uma leitura crítica do momento que vivemos, à partir da temática proposta. Para Heller (1993) o ser humano é essencialmente histórico e social. Atuar, pensar, sentir e perceber fazem parte de um processo unificado. Ela enfatiza que sentir um estímulo vindo do ambiente, por exemplo, pode ser muito diferente de reconhecer a intensidade que ele tem. Além disso, descreve que as formas de construção e expressão dos afetos podem mudar consideravelmente de acordo com a sociedade, nação e classe social. Diante disto, consideramos inicialmente que, havendo mudanças nas práticas e produções sociais, assim também ocorreu com os afetos e passamos a tentar compreender e dimensionar as diferenças na produção e manifestação dos afetos da modernidade para a pós-modernidade. Assim, por exemplo, Heller (1993) considerava o amor como um afeto capaz de ser construído como uma norma social, nos orientando na produção de contatos cotidianos e gozando, assim, de uma relativa estabilidade. Em contrapartida Bauman (2003) considera que, na atualidade, as relações passaram a ser instantâneas durante apenas o tempo tido como conveniente e podendo ser desfeitas a qualquer momento. Ele considera um afeto, por exemplo, o amor, como sendo "uma hipoteca baseada num futuro incerto e inescrutável" (p.23). As relações amorosas passam a ter um estatuto de efemeridade, a ser um contato ou relação que "pode ser encerrada, real e metaforicamente, sem nada mais do que apertar um botão" (p.78). Ambas as representações, em princípio, caracterizam e evidenciam contextos específicos nos quais os sentidos do amor foram construídos e afetam as pessoas de maneiras distintas. Temos, no presente, que os sentimentos acontecem e se desenvolvem em alta velocidade mas sem que haja, necessariamente, intenções de sua continuidade ou preservação. Podemos tomar como exemplo o amor conjugal. A aceitação da existência e a prática do divórcio, anteriormente incomuns e atualmente corriqueiras e frequentes mostram que os vínculos matrimoniais passaram a ser vistos como um contrato de prazo flexível. Ainda sobre o amor, podemos perceber suas mudanças nas relações familiares, tais como entre pais e filhos; desde um processo de relações rígidas em que os filhos executavam as determinações impostas pelos pais até as condições atuais, de amplas possibilidades de expressão de afetos mas nas quais os pais direcionam seus afetos principalmente e quase apenas para a satisfação dos desejos dos filhos. Em síntese, a atualidade, seja denominada ou considerada como for, pela quantidade e facilidade dos processos de comunicação, pode constituir-se num terreno fértil para o desenvolvimento de relações e de trocas afetivas. No entanto, o que vem prevalecendo são as relações efêmeras, instrumentais e baseadas no individualismo. No mundo do imediato, os vínculos se (des)fazem com maior velocidade.

Sentidos existenciais manifestos em cartas de suicidas

Francielle Fátima de Carvalho Gomes (Pontifícia Universidade de Minas Gerais)

Sabe-se que, atualmente, o suicídio é uma das dez maiores causas de morte em todos os países e, o Brasil, embora não tenha uma cultura suicida, vem apresentando um crescimento progressivo dos números de suicídio nos últimos anos.

O trabalho em questão se trata de uma pesquisa realizada com cartas de suicidas arquivadas nos laudos do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte. O problema ao qual a pesquisa se propõe a responder é: o que as cartas de suicidas, nos casos estudados, fornecem como pistas para se compreender ato de tirar a própria vida?

Com a análise das cartas de suicidas pretende-se averiguar a existência de elementos que indiquem os sentidos associados ao ato de tirar a própria vida para, a partir desses elementos, elaborar uma reflexão do ato do suicídio, manifesto em cartas, na região de Belo Horizonte.

Tomou-se como base teórica para essa pesquisa, a Psicologia Fenomenológico Existencial, que se interessa em investigar a forma como os seres humanos lidam com o sentido da existência em diversos contextos. Como definição de suicídio, temos a de Cassorla que afirma que "o suicídio é uma agressão deliberada que o indivíduo exerce contra si mesmo com o sentido de pôr um fim à sua vida" (CASSORLA apud ROCHA; BORIS; MOREIRA, 2012, p.70).

Para se chegar à analise das cartas, primeiramente faz-se um levantamento dos laudos periciais de suicidas, do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte/MG, averiguando quais deles contêm cartas escritas pelos autores do ato. Essas cartas são transcritas pelos pesquisadores e, a partir daí, faz-se uma análise dessas cartas buscando extrair elementos que auxiliem na compreensão do ato suicida.

A metodologia utilizada nesse estudo é a análise fenomenológico-hermenêutica das produções discursivas das cartas e bilhetes de suicidas, nessa análise, o pesquisador toma o texto e, após sucessivas leituras, identifica, em primeiro lugar, o sentido total da experiência, apreendendo relações, apropriando-se da linguagem, conhecendo o texto, reunindo informações (MARTINS e BICUDO, 1989; MOREIRA, 2002; GIORGI, 2001, 2005).

A pesquisa se encontra em andamento e, no momento, estamos na fase final de transcrição das cartas e inicio da análise das mesmas. Até o momento, temos 55 cartas de suicidas dos anos de 2011 ao primeiro semestre de 2015. Essas cartas já estão sendo analisadas e, pelo que já foi observado até o momento, em algumas cartas o suicida manifesta um desejo, não de acabar com a vida, mas sim, de acabar com o sofrimento que o atinge; esse dado corrobora com a teoria que diz que, muitas vezes, "o corpo e a mente chegam à exaustão total e nada mais importa, desde que o sofrimento cesse. O indivíduo, na verdade, não quer morrer - quer e precisa parar de sofrer" (CASSORLA, 1984, p. 48).

Outro dado encontrado na literatura e que pôde ser percebido no conteúdo das cartas de suicidas, é que, além de geralmente serem endereçadas a alguém, elas possuem pedidos de desculpas, declarações afetivas e acusações, claras ou sutis, a alguma outra pessoa.

Este trabalho, ainda que não concluído, traz importantes elementos para a compreensão dos processos afetivos, bem como de seus papéis na vida social dos sujeitos. Vale ressaltar que esse trabalho não tem a pretensão de trazer uma resposta definitiva para este fenômeno social tão complexo que é o suicídio, busca-se, entretanto, trazer elementos que contribuam para os estudos e prevenção de tal fenômeno. E considera-se que a investigação de como o processo de autoextermínio se deu em pessoas do contexto específico de Belo Horizonte pode ser bastante útil, ainda que as cartas forneçam apenas alguns elementos para sua compreensão.

Stencil: O olhar da Psicologia Ambiental sobre uma técnica de intervenção urbana em Fortaleza/CE

Lígia Cristina Azevêdo Sousa (Universidade Federal do Ceará), **Priscila de Morais Borba** (Universidade Federal do Ceará), **Sofia Azevêdo de Araujo** (Universidade Federal do Ceará), **Ariane Gleice Pires Lima** (Universidade Federal do Ceará)

O stencil consiste em uma técnica de expressão artística por meio da qual frases e/ou imagens são impressas a partir de uma moldura em material vazado, preenchida por tinta ou spray. O interesse em refletir sobre a arte urbana e suas possíveis influências na relação dos sujeitos com a cidade surgiu como fruto de uma avaliação da disciplina de Psicologia Ambiental, ofertada pelo departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. O objetivo geral foi traçar um paralelo com o trabalho do artista Serginho Gouveia, comparando os resultados desta pesquisa com os intuitos almejados por ele no projeto "Beijo na Cidade", que aborda a temática do uso de stencils em Fortaleza, e pretende desencadear sentimentos positivos, provocando reflexões existenciais em meio aos cenários de caos e aglomerações urbanas, por meio de frases de fácil entendimento. Tais movimentos - stencils, grafittis, cartazes, pichações, cenas de teatro, dentre outros - vêm ganhando visibilidade nos grandes centros urbanos do Brasil, exprimindo manifestações políticas e ideológicas, e tomando a cidade como um cenário de denúncia de problemáticas sociais. Foi encontrado na Psicologia Ambiental o embasamento teórico durante a realização deste estudo, na medida em que estas práticas podem ser compreendidas como uma tentativa de apropriação do espaço por ação-transformação, potencializando a topofilia e o pertencimento, sentimentos que alcançam maior estima de lugar. A aproximação com o grupo de trabalho escolhido consiste, dentre outros aspectos, em considerar a arte urbana como importante estratégia na prevenção contra a violência e a degradação dos espaços públicos. Como recurso metodológico, foram aplicados, via internet, 22 questionários com perguntas semi-estruturadas, visando uma análise qualitativa do fenômeno em destaque. Cada instrumento é composto por 5 perguntas abertas sobre os stencils, utilizados em um público-alvo de 15 a 29 anos, abarcando jovens que moram em Fortaleza. Do total abordado, 16 entrevistados afirmaram que os stencils desencadeavam sentimentos positivos e os faziam lembrar uma experiência especial. Foi recorrente o relato da visualização de um stencil que traz uma mensagem como "O sinal fechou? Lembra do cheiro dela!", proporcionando um momento de reflexão em um espaço geralmente ocupado pelo tédio dos engarrafamentos. 3 entrevistados apresentaram sentimentos negativos relacionados aos stencils, questionando a natureza dessas construções, além de acreditarem não agregar algo positivo à cidade. Outros 3 entrevistados alegaram curiosidade, mas demonstraram desatenção a este tipo de arte. A respeito da questão que abordava a possibilidade do aumento do número de stencils na cidade, 19 mostraram-se a favor, desde que com conteúdos variados e bem posicionados, como em locais de tráfego intenso, onde os longos períodos estáticos favorecem um olhar mais demorado pelas redondezas. Além disso, promoveria a revitalização de estruturas, como postes e quadros de energia. Um entrevistado afirmou que se houver um aumento excessivo no número de stencils na cidade, eles não mais surtiriam efeito, por enfraquecer o caráter de surpreender os cidadãos. Os resultados foram debatidos em uma roda de conversa com o articulador da ideia, Serginho Gouveia, proporcionando um feedback à equipe do projeto "Beijo na Cidade", o que possibilitou reflexões para a continuação destas ações, bem como o desenvolvimento de novas ideias de intervenção urbana em Fortaleza.

Violência de Gênero: Revisão Sistemática Sobre a Agressão e Vitimização no Contexto Familiar

Paulo Mateus Elmor (Universidade Salgado de Oliveira), **Ana Claudia Ferreira Cezario** (Universidade Federal de Juiz de Fora), **Laís Lage de Carvalho** (Universidade Federal de Juiz de Fora)

De acordo com o Ministério da Saúde (2005) a violência é "um fenômeno sócio histórico e acompanha toda a experiência da humanidade" (Brasil, p. 10, 2005). Uma face desta violência, aquela encontrada dentro dos lares e famílias, denominada como Violência Doméstica, tem se destacado na sociedade. No que se refere ao seu aspecto conceitual, a violência doméstica abarca a violência infantil, a violência contra o adolescente, a violência contra o idoso e a violência de gênero. Esta última, objeto de estudo desta pesquisa, também é denominada pela Organização Mundial de Saúde (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002, p. 91) como violência perpetrada por parceiros íntimos e é definida como "(...) qualquer comportamento que cause dano físico, psicológico ou sexual àqueles que fazem parte da relação." Diante da natureza dos atos violentos, de acordo com o dec. da Lei n. 11.340/06, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), a violência de gênero poderá se manifestar através de agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais. A literatura nacional e internacional (Kwagala, Wandera, Ndugga & Kabagenyi, 2013; Pereira, Vieira & Magalhães, 2013; Selic, Svab & Gucek, 2013) aponta a mulher como a principal vítima da violência por seu parceiro íntimo. Entretanto, alguns trabalhos já mencionam o homem não somente como agressor mas em alguns casos como vítima de sua parceira ou parceiro íntimo (Alvim & Souza, 2005; Bhona, 2011; Schraiber et al, 2012); revelando um aspecto bidirecional da violência de gênero. Neste sentido objetivou-se fazer uma revisão sistemática da literatura para investigar o fenômeno da violência nas relações conjugais de modo a compreendê-la também nas situações em que a literatura aponta o homem como vítima da violência. Assim, foi realizada uma busca nas bases Psycinfo, Pubmed, Scielo, Scopus e Web of Science com os termos: "violência entre parceiros íntimos contra o homem", "violência entre casais", "violência conjugal", "violência de gênero", "intimate partner violence against men", "spousal abuse", "family violence against men", "family violence by women". A princípio foi encontrado um total de 5142 publicações nas bases pesquisadas. Para refinamento da coleta foram estabelecidos três critérios de exclusão: 1) exclusão dos artigos repetidos, 2) exclusão por leitura de títulos que não se remetiam ao tema da violência de gênero e 3) leitura dos resumos, excluindo os artigos que não consideravam a perspectiva do homem também como possível vítima da violência conjugal. Ao final da terceira etapa, chegou-se a uma amostra total de 893 publicações. No que se refere aos resultados, diante dos dados preliminares obtidos, percebeu-se um aumento de estudos relacionados à violência de gênero, inclusive no que se refere à perspectiva da violência sofrida e perpetrada ao mesmo tempo pelos parceiros íntimos (Cezario & Lourenço, 2013). Observa-se que a literatura aponta de forma expressiva a existência da violência sofrida pelo homem por sua parceira, porém grande parte dos artigos encontrados menciona a violência contra a mulher; tendo em vista que esta é a principal vítima da violência de gênero no Brasil e no mundo (Blay, 2003; Durfee, 2012; Fiestas, Rojas, Gushiken & Gozzer, 2012). Juntamente à temática da violência de gênero foram encontradas comorbidades relacionada às agressões como Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), usoabuso de substâncias e alguns transtornos psicológicos como depressão e ansiedade. Comorbidades também apontadas em estudos realizados no Brasil (Zaleski, 2010). A partir destes dados percebe-se a necessidade em se estudar melhor a temática, principalmente no Brasil visto que é visível a existência da violência de gênero tornando a mesma como um problema de saúde pública nacional (Brasil, 2001). Observa-se também a existência da violência contra o homem tanto em relações heterossexuais onde sua parceira é caracterizada como agressora, quanto em relações homoafetivas onde o homem é apontado como vítima e agressor da violência conjugal (Dragiewicz & DeKeseredy, 2012; Rothman, Exner, & Baughman, 2011; Welles, Corbin, Rich, Reed, & Raj, 2011). Porém, por tratar-se de resultados parciais ainda são necessários maiores análises acerca deste tema. Desta forma, é importante ressaltar a necessidade de mais estudos sobre a violência de gênero e compreensão da problemática para que, no futuro, possam ser desenvolvidos e implementados programas de prevenção e de conscientização no que se refere às vítimas e agressores deste tipo específico de violência.

GT 20 PSICOLOGIA SOCIAL E RURALIDADES

"Perdidos no mundo": juventude rural e emigração internacional no interior de Rondônia

Renata da Silva Nobrega (Universidade Estadual de Campinas)

Esta comunicação tratará de experiências de vida relacionadas a duas modalidades de deslocamentos populacionais de grande porte que se deram em Rondônia em diferentes momentos históricos. A primeira, quando centenas de milhares de pessoas, majoritariamente de origem rural, dirigiram-se para aquela unidade federativa entre a década de 1960 até meados da década de 1980, durante a colonização conduzida prioritariamente pelo Estado, em plena ditadura civil-militar; e a segunda, intensificada nos anos 1990, de Rondônia em direção a outros países, tornando-a o segundo estado brasileiro com maior proporção de emigrantes no exterior, tendência captada pelo Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Seu assunto é, portanto, a transformação de uma área de expansão de fronteira agrícola na Amazônia brasileira em um significativo foco de emigração internacional tendo como foco trajetórias individuais e familiares marcadas por mobilidades.

As reflexões aqui propostas derivam da pesquisa de doutorado em andamento referente ao mesmo tema, que vem sendo realizada desde 2011, centrada no município de Ji-Paraná e em localidades vizinhas e com uma etapa de pesquisa etnográfica na região metropolitana de Boston, especialmente em Framingham. Se fossem inscritos em um mapa, os itinerários dos homens e das mulheres que se tornaram interlocutores desta pesquisa, e os de seus familiares, apontariam para inúmeras direções e sentidos, traçando percursos que cortam o Brasil de ponta a ponta e ultrapassam as fronteiras nacionais, alcançando Espanha, Portugal, Estados Unidos e Japão, entre outros países. Para a maior parte deles, a mudança para Rondônia consistiu em mais uma etapa migratória de uma sequência que poderia alcançar até oito migrações, evidenciando uma “longa caminhada em busca de terras” (MONTE-MOR, 1980, p. 103) e de oportunidades.

Embora a emigração internacional dos rondonienses também envolva pessoas que vivem em área urbana, sem quaisquer vínculos com espaços rurais, como muitos dos meus interlocutores, as pesquisas existentes ressaltam o "perfil rural" dos que se deslocam, muitos dos quais já retornaram ou preparam-se para empreender novas viagens. Há que se considerar que a peculiar organização do “urbano” em Rondônia, fortemente articulado com o meio rural reforça ainda mais o caráter predominantemente rural da emigração rondoniense. Muitos dos meus interlocutores que afirmavam residir na sede urbana de Ji-Paraná dedicavam-se também a lotes, chácaras, sítios ou fazendas e alguns circulavam em acampamentos sem-terra. Para boa parte deles, o projeto migratório envolveu a aquisição ou melhoria de propriedades rurais e a criação de gado tornou-se um importante alvo de investimento de suas remessas. Por outro lado, a penhora de propriedades familiares junto a agiotas locais para o financiamento das viagens tem implicado em sua perda para muitos. Aliadas à compra de terra em localidades menos valorizadas, ou “novas fronteiras”, um dos efeitos difusos destes deslocamentos é um certo reordenamento no mercado de terras local.

Em geral, os “rondonienses ausentes” vivem como clandestinos no exterior e trabalham em diferentes atividades, dentre as quais se destaca a construção civil e o trabalho doméstico, mas também o mercado do sexo, como é o caso de um dos entrevistados, criador de gado leiteiro no interior de Rondônia e dono de um “delivery” de prostitutas nos Estados Unidos. Para os jovens, a “aventura” de emigrar, de tão corriqueira, têm se transformado em ritual de passagem, dando contornos cosmopolitas à experiência de juventude, conforme expresso na fala de que um rapaz que entrevistei: “O pessoal da minha idade, um pouco mais velho do que eu, que tava por aí... Meu time de futebol praticamente foi todo pros Estados Unidos, da linha onde eu morava”. Tais migrações inserem novos elementos nos arranjos sociais previamente estabelecidos, alterando paisagens e construindo novos sentidos e práticas em torno da experiência de juventude e trabalho, bem como em torno do que é o "rural". Longe de um suposto isolamento, pequenas cidades, sítios, assentamentos e acampamentos fazem parte da dinâmica transnacional instaurada pelos deslocamentos internacionais. Estes, por sua vez, são informados por experiências prévias de mobilidade, entendidas aqui como estratégias intergeracionais de reprodução social (e de produção de vida) tanto individuais quanto familiares, calcadas em projetos migratórios que envolvem expectativas, investimentos emocionais e financeiros, substantivados pela aparente oposição entre "sonho" e "ilusão".

A igualdade de oportunidade na Educação Infantil do/no Campo: o desafio do acesso equânime

Adelaide Alves Dias (Universidade Federal da Paraíba), Maria do Carmo de Moura Silva Soares (Universidade Federal da Paraíba)

A necessidade de assegurar uma educação de qualidade para todos, com ênfase nos grupos historicamente relegados e vulneráveis é referendada nos diversos documentos e agendas internacionais contemporâneas. No que se refere à criança, em contexto nacional, a universalidade da Educação Infantil é definida na legislação educacional vigente e prevista no Plano Nacional da Educação – PNE (2014-2024). Assim, torna-se obrigatória a oferta de matrículas para todas as crianças, a partir dos quatro anos de idade, independentemente de serem do campo ou da cidade. Entretanto, em nível local, percebe-se o fechamento de escolas situadas no campo e o deslocamento dessas crianças para outras escolas, sob o argumento da nucleação escolar. Tal procedimento é justificado, mediante um discurso fundado na busca da igualdade de oportunidades, que pode ser conquistado com a oferta de uma educação de qualidade. Nessa perspectiva, a qualidade postulada torna-se possível através da minimização dos custos de funcionamento e na otimização dos recursos disponíveis nas escolas, possibilitados pela nucleação de algumas escolas e do fechamento de outras. Diante dessa realidade, o presente estudo propõe uma reflexão acerca das perspectivas de igualdade de oportunidades para as crianças da Educação Infantil residentes no campo, discutindo especificamente sobre a qualidade e a equidade no âmbito da Educação Infantil do/no campo mediante um estudo qualitativo em que se utiliza a análise documental como instrumento. Trata-se de uma discussão que se vincula à Psicologia Social e Ruralidades, por tratar especificamente da Infância do/no campo, mediante o estabelecimento de diálogos entre as recentes mudanças no plano normativo-jurídico de garantia e proteção aos direitos da criança e as políticas educacionais vigentes. Para tanto, utiliza-se a perspectiva teórica crítica sobre as culturas da infância, em articulação com os estudos brasileiros acerca da Educação Infantil do/no campo. As análises das políticas realizadas permitem compreender que a garantia da igualdade de oportunidade para as crianças do campo significa mais que ampliar o número de vagas e matrículas, pois a qualidade está intrinsicamente articulada à equidade, isto é, ao direito da criança ser reconhecida em suas especificidades e necessidades. A equidade consiste, em um princípio da justiça social que supõe o respeito às diferenças como condição para se atingir a igualdade, portanto a igualdade não significa homogeneidade. A legitimidade em ter diferenças reconhecidas é que constitui a equidade. Trata-se, pois, do comprometimento com o respeito às diferentes infâncias brasileiras, tendo em vista que as características históricas, geográficas, sociais e culturais de um lugar estão implicadas na construção da identidade da pessoa desde criança, na sua constituição enquanto sujeito e, por conseguinte, na pluralidade das infâncias brasileiras que não devem ser generalizadas, negadas ou invisibilizadas. Assim, o acesso equânime está implicado na garantia do respeito às diferenças como condição para se atingir a igualdade de oportunidade, portanto refere-se ao direito da criança do campo ter acesso à instituição escolar em seu próprio lugar e de serem respeitadas na escola pelo que são, enquanto sujeitos de cultura e de direito. Nessa perspectiva, as políticas de Educação Infantil do/no campo, as infâncias do campo e o próprio campo precisam ser vistos na complexidade de dimensões que os constituem e os significam.

Alguns achados de pesquisa: um estudo em turmas de educação infantil em escola do campo

Denise Rangel Miranda (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Temos vivido, no Brasil, nas últimas décadas, uma série de mudanças advindas de clamores da sociedade em seus diversos extratos, o que impactou, de certa forma, nas políticas públicas. Uma das recentes mudanças é o tratamento da Educação Infantil, como parte integrante da educação básica e com foco no direito social das crianças. Assim, também no campo de estudos teóricos, as temáticas relativas a infância tem se configurado num amplo espaço de discussões e produção de conhecimento. O que trazemos aqui são algumas considerações e achados dos estudos sobre a temática da educação infantil rural/do campo em que o ponto de partida foram as políticas públicas de educação infantil, bem como as demais políticas que interferem diretamente na vida das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. O objetivo do referido estudo foi, a partir da escuta da voz das crianças, tentar trazer à tona o seu entendimento sobre o atendimento recebido por elas nas turmas de Educação Infantil, considerando seu cotidiano escolar e doméstico. A nosso ver, a proposta de estudo a ser relatada através da comunicação, aqui proposta, tem relação direta com a constituição do GT 20 - Psicologia social e ruralidades cujo perfil é multidisciplinar e pretende acolher contribuições teóricas e práticas de diferentes domínios disciplinares e campos de atuação com o propósito de reunir as discussões sobre processos psicossociais que os sujeitos dos territórios rurais contemporâneos vivenciam. Outro ponto convergente é o entendimento da necessidade de se pensar o contexto rural/do campo para além de sua redução como contraponto ou avesso do urbano, mas, através de sua caracterização considerando as vivências e significações de seus atores, ou seja, das populações que habitam os espaços rurais. A Sociologia da Infância foi a base teórica elencada para a realização deste estudo cujo intuito foi o de ultrapassar o pressuposto de que as crianças são meros objetos de conhecimento social para alcançar a compreensão das mesmas, como sujeitos do conhecimento. O estudo teórico foi composto por uma base qualitativa, onde foram utilizados recursos da etnografia. Para fins de análise, foram elencadas categorias de estudo que compuseram o corpus das análises. Houve o cuidado na busca da definição dos termos rural, urbano, campo e cidade como uma das tarefas mais importantes do processo de pesquisa, o que não se constituiu numa tarefa simples. A pesquisa se deu com duas turmas de Educação Infantil numa escola rural pública o que resultou na reunião de farto material de campo e que possibilitou o encontro de alguns achados de pesquisa, tais como: a preferência das crianças por algumas atividades do cotidiano escolar e doméstico, a ressignificação feita pelas crianças, dos espaços já existentes e a idealização de uma escola direcionada às crianças pequenas, algumas reflexões sobre as relações e, a constatação de que a frequência, na escola, estava atrelada ao transporte escolar. Outro achado, foi a presença de uma cadela que se tornou a guardiã da escola. Foi possível concluir, que este estudo conseguiu, através da escuta das crianças, elucidar algumas de suas perspectivas acerca das atividades realizadas em seus cotidianos domésticos e na escola onde foi destacado o brincar como a atividade preferida. Houve dificuldade no levantamento de dados mais precisos sobre quais espaços são ocupados e ressignificados pelas crianças no cotidiano doméstico. Ao sugerirem um modelo de escola para crianças pequenas, as crianças apontaram dados bem próximos da realidade vivenciada por elas, em termos escolares, porém as sugestões apresentadas se referiam à melhoria do lúdico/do brincar com aquisição de brinquedos e inclusão nos prédios de elementos relacionados ao lazer como área de areia. Deixamos, como contribuição para outros estudos, o desafio da implementação da Educação Infantil em contextos rurais, ou seja, da transformação das políticas públicas no sentido de que possam se aproximem da realidade dessas escolas; a garantira da oferta de educação infantil para o campo, com qualidade de atendimento, buscando estratégias pedagógicas que não contemplem tão somente a escolarização partindo de modelos pautados na cultura da cidade.

Carroceiros rurbanos: problemática ambiental e representações sociais na cidade de Seropédica-RJ

Isis Campos da Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Introdução: As cidades brasileiras passam por um processo de urbanização acelerado que produz territórios pólos e territórios periféricos. Muito frequentemente as áreas periféricas têm características rurais, mesmo que a produção agropecuária já não as dinamize economicamente. A tensão entre os processos psicossociais centrais e periféricos, nestes casos, reproduz a tensão histórica entre o urbano e o rural com significativos problemas socioambientais. Neste contexto de transição o ambiente rural passa por uma ressignificação onde a noção de ruralidade comparece como um conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo que orienta práticas sociais distintas em ambientes culturais heterogêneos. Além da ressignificação mesma do rural, surge no contexto das pesquisas psicossociais a noção de rurbano, significando a formação de uma configuração híbrida com respeito às práticas ambientais e sociais. A sociologia brasileira já contava com este conceito desde 1982, quando Gilberto Freyre propugnou a adoção de modelos de desenvolvimento que superassem, por um lado, o excesso patológico de urbanização e, por outro lado, a retomada romântica de arcaísmos rurais. Duas décadas após as sinalizações de Gilberto Freyre, a sociologia enfim retomou a proposta de rurbanização para explicar a interpenetração dialética dos dois meios e estabelecer novas pautas de desenvolvimento, especialmente nos territórios situados nas consideradas periferias mundiais (Froehlich, 2000). Objetivos: Buscou-se a confirmação da hipótese já trabalhada (por um grupo de pesquisadores argentinos), onde nas últimas décadas houve a constatação de que certas transformações que preocupam a sociedade e centram-se fundamentalmente em ambientes mega-urbanos, e na probabilidade de extinção definitiva do meio rural, devem ser revistas. Para os pesquisadores, o ambiente rural se manifesta em um conjunto de processos psicossociais que não podem interpretar-se unicamente desde uma prefiguração urbana. Entendem eles que as respostas à pobreza, às migrações forçadas, à marginalização, exigem contemplar o rural como dimensão que ajuda a compreender melhor o que sucede nos centros urbanos (Cimadevilla, 2002). Logo, é considerado que a presença de modos de produzir sociais e culturais típicos da vida rural, em situações de intensa urbanização, consistem em rurbanidade. Orientação Teórica: A partir desta hipótese, Cimadevilla e Carniglia (2010) localizam a inserção definitiva na agenda das pesquisas sociais e das práticas de planejamento ambiental, do fenômeno que consiste na persistência do transporte de tração animal (no Brasil, as chamadas "carroças") em cidades de pequeno, médio e grande porte. Em suas observações, constataram que um número crescente de famílias resolve sua existência diária através de atividades que implicam o transporte por carroças. Método: Aqui apresentamos resultados de uma pesquisa sobre as práticas psicossociais relacionadas ao uso de transporte de tração animal em Seropédica, Rio de Janeiro - Brasil, avaliando o grau de visibilidade dos carroceiros, suas representações sociais e a importância que a população local lhes atribui. Houve três momentos desta pesquisa: entrevistas com a população jovem de alunos do ensino médio de dois colégios do município, onde foram entrevistados 122 alunos que também responderam a questionários acerca de suas opiniões sobre os carroceiros, entrevistas face a face com 15 motoristas de transportes alternativos, onde estes também dialogavam sobre suas percepções sobre o uso de transporte de tração animal na cidade e seus guiadores e, por fim, entrevistas com 5 carroceiros onde estes dialogavam sobre suas vidas e si mesmos. Finalmente procedeu-se a uma análise a fim de perceber se o simbólico que representavam diferia da realidade vivida por eles. Resultado: Após as respostas obtidas nas três etapas das entrevistas, os resultados e dados quantitativos permitiram perceber que as carroças não são concebidas como meio de transporte do município, em flagrante contraste com a evidência de que são muitas vezes utilizadas para fins de transporte. Complementar ao fato, os resultados demonstram que os carroceiros nem sempre têm visibilidade social, entretanto quando evocados recebem uma avaliação predominantemente positiva por parte da população. Os resultados apresentam também um perfil etnográfico do grupo que evidencia identidade cultural bem definida, justificando programas socioambientais dirigidos às suas necessidades. Conclusão: Chama atenção um conjunto de respostas no qual os carroceiros são avaliados no plano moral, com uma forte incidência de respostas que os caracterizam como pessoas normais. A ocorrência desta categoria também confirma nossa hipótese de trabalho inicial de que esta identidade cultural é vivida como uma alteridade frente aos demais protagonismos sociais. A insistência em classificá-los como normais revela a avaliação subentendida de que não fazem parte da hegemonia social. Sendo assim, algumas das respostas obtidas nestas entrevistas evidenciam que a percepção, representação e opinião sobre os carroceiros são difusas e parciais. Quase sempre estão fundamentadas em situações distantes da prática real atual.

Do escondido ao sério: o namoro dos/as jovens rurais sob o controle da família

Fernanda Sardelich Nascimento-Gomes (Universidade Federal de Pernambuco), **Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro** (Universidade Federal de Pernambuco)

O campo disciplinar da Psicologia tem sua base como ciência, focada primordialmente no urbano, tomado como referência de seus estudos. Neste contexto, a Psicologia passou a fazer afirmações, generalizações e universalizações considerando a categoria de "humano" como sinônimo de "urbano", ficando o universo rural invisibilizado. Esse distanciamento do mundo rural acabou por gerar a falsa impressão de que o mesmo é homogêneo e mais atrasado do que o urbano. A partir dessa problemática, autores/as (ALBUQUERQUE, 2002; LANDINI, 2015; LEITE, 2015; MARTINS, 2010; MIGLIARO, 2015; MONTEIRO, 2015) defendem a importância de uma Psicologia Rural, que tenha um olhar focado nas questões existentes nesses espaços, compreendidos como agregadores de processos psicossociais que produzem subjetividades, formas de ser nos indivíduos que compartilham desse contexto, e que embora existam temas que não são específicos do rural, nestes contextos sua manifestação é específica. O rural é compreendido por nós, a partir dos autores/as (WOORTMANN, K., 1990; WOORTMANN, E., 1995; WANDERLEY, 2000; 2006; 2009, 2009a; PAULO, 2010; 2011) utilizados neste trabalho, como espaço de vida, que envolve características específicas, pautados em um modo de vida compartilhado baseado em uma ética camponesa produtora de uma ordem moral, que tem como elementos nucleantes a hierarquia familiar, o valor-família, a honra e as tradições passadas de geração em geração. Importante destacar que pensar o rural desta forma envolve aceitar que não há uma maneira homogênea de compreendê-lo. São nessas densas relações sociais de interconhecimento, que os/as jovens estão inseridos, por isso como destaca Wanderley (2006) para estudar a juventude rural é necessário a compreensão da dupla dinâmica social: espacial (casa, comunidade e relação com a cidade); a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro que compõe a dinâmica temporal (tradição familiar, o presente com foco na vida cotidiana - trabalho, estudo e socialização, e o futuro- profissão, trabalho, matrimônio etc). Diante disso, o objetivo dessa comunicação, fruto da pesquisa de doutoramento, é analisar a forma como esses/essas jovens vivenciam a sexualidade no contexto de suas relações afetivo-sexuais, bem como as diferenças de gênero presentes nessas vivências. O campo de pesquisa foi desenvolvido durante cinco meses entre 2013 e 2014 em uma escola estadual localizada no Sertão Central de Pernambuco. A população da região é residente de áreas rurais, majoritariamente, segundo o senso do IBGE de 2010. A escola, localizada na sede municipal, funciona nos três períodos sendo que pela manhã e à noite atende alunos/as da sede municipal, enquanto à tarde atende principalmente alunos/as das áreas rurais. Durante a pesquisa a pesquisadora viajava semanalmente para a região, e passava dois dias na escola, à tarde e à noite. Estrategicamente a pesquisadora ficava sentada no refeitório e aguardava a aproximação espontânea dos/as jovens, e gradativamente foi incluída no cotidiano dos/as estudantes e convidada, pelos/as jovens, a participar das rodas de conversas dos/as mesmos/as. As metodologias de pesquisa utilizadas foram observação participante e entrevistas individuais. A partir das observações e das entrevistas realizadas constata-se a influência da família na escolha do/a parceiro/a para namorar, que deve ser conhecido e aprovado pela mesma. Em geral os pais controlam o local (na sala de casa na presença dos pais), a frequência e o tempo do namoro. Há diferenças de gênero, enquanto as regras são destinadas as jovens, que tem sua sexualidade mais controlada, e é atribuído a ela carregar a honra da família, através de um comportamento condizente com o "ser de família" e de "respeito", os jovens não tem esse controle sobre eles, podendo circular de forma mais livre e ter experiências sexuais antes do casamento. O controle do comportamento da jovem ocorre de diferentes formas, desde proibições em sair de casa sem um familiar, permissão para namorar apenas na sala de casa na presença de um familiar, até a fofoca da comunidade sobre a forma de se portar das jovens. O "ficar falada" é algo que atinge não apenas a jovem, mas a honra de toda a família. Porém, os/as jovens buscam estratégias para driblar esse controle familiar e comunitário, e nessas situações, as primas, as tias, e os/as amigos/as tem papel fundamental para encobrir namoros escondidos e facilitar encontros longe do olhar dos pais ou "fugas para casar", ainda presentes na região. Diante dessas situações entendemos que o compartilhamento da ordem moral faz com que os/as jovens naturalizem esses controles como algo que eles/elas devem se submeter. Porém, como lembra Foucault (2006) há espaços para resistência, com a criação de estratégias para driblar esse controle da sexualidade e do namoro. Esta comunicação tem relação com o GT "Psicologia Social e Ruralidades" por buscar problematizar a vivencia da sexualidade dos/as jovens inseridos nesses contextos, e submetidos à ordem moral vigente, a qual é diferente das vivenciadas nos espaços urbanos. Não buscamos pensar o rural como contraponto ao urbano, mas como espaço agregador de processos psicossociais e produtor de subjetividades.

Encontros e desencontros entre ribeirinhos e agentes comunitários: análise de diário de campo

Bruna Jesus dos Santos (Universidade Presbiteriana Mackenzie), **Erich Montanar Franco** (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Introdução: Povos tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social, econômica e cultural, e que se reconhecem como tais. As comunidades ribeirinhas vivem com base em uma produção extrativista voltada para a subsistência. Nesse trabalho, partimos de uma concepção de sujeito sócio histórico, compreendendo as especificidades da realidade amazônica. **Objetivo Geral**: Buscou-se compreender as possibilidades de atuação do psicólogo nesse contexto, considerando as fronteiras entres os campos de saber e as relações de alteridade vividas em encontros e desencontros de uma equipe multidisciplinar, que tinha como proposta o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e cuidado no campo da saúde e da educação. **Método**: Analisamos diário de campo elaborado durante a experiência na comunidade Resex Lago do Cuniã, localizada no baixo rio Madeira – RO. Focamos os elementos presentes nas relações cotidianas, onde se evidenciam as relações comunitárias, institucionais e grupais. A observação participante também foi um recurso utilizado. Membro da equipe multidisciplinar, a pesquisadora esteve inserida no cotidiano ribeirinho, o que permitiu a interação com as pessoas e grupos comunitários. O acesso a comunidade se deu por meio da participação na Ong Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA), que atua em algumas comunidades da região. A formação inicial era de cinco pessoas, sendo a pesquisadora – enquanto estudante de Psicologia - dois estudantes de Medicina, uma Arquiteta, e uma Socióloga, ao final da atuação a equipe era formada por um Administrador, duas Psicólogas, um estudante de enfermagem, um estudante de medicina, uma estudante de psicologia, e um engenheiro florestal. Apesar da diversidade de formações, as ações estavam divididas entre saúde e educação, por conta das demandas da comunidade. Principais Resultados: Destacam-se dois polos das relações vividas: (i) por um lado se configuraram relações de poder-saber hierarquizadas e dominadoras, que produziam ações opressoras e fomentadoras do assistencialismo, promovendo a manutenção da submissão; (ii) por outro, situações de caráter democrático e participativo que apoiavam-se no reconhecimento da contribuição de todos. Nesse caso, os participantes agiam como facilitadores para que a comunidade busque soluções para seus problemas de saúde a partir dos modos de saber e viver próprios. Entende-se que esses movimentos distintos, sofrem grande influência das identidades de classe e profissional dos agentes comunitários (estudantes e profissionais e outros participantes do projeto). **Considerações finais**: Entendemos que as raízes históricas de hegemonias culturais e de saberes científicos, sobre a cultura e o saber popular, ainda estão fortemente arraigadas nos currículos acadêmicos e práticas cotidianas, dificultando a ruptura com os modos de relações de submissão-domínio. Acreditamos que o encontro entre culturas deve ocorrer a partir de um compromisso ético-político dos sujeitos pesquisadores e profissionais as comunidades atendidas. Nesse contexto, o psicólogo(a) possui uma multiplicidade de espaços para atuar, desde o campo da saúde, educação, trabalho e geração de renda, cultura, organização social e comunitária, entre outros. Nesses espaços, deve considerar as singularidades e similaridades de cada grupo ribeirinho, sendo fundamental a compreensão dos aspectos étnicos e identitários que constroem as subjetividades locais, e como cada grupo se organiza social e politicamente. Dessa forma, destaca-se o trabalho formativo junto às equipes multidisciplinares.

Jovens assentados: histórias de vida e projetos de felicidade

Denise Zakabi (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)

O assentamento Maceió, em Itapipoca, litoral do Ceará, tem sido local de conflitos pela terra desde a sua formação, nos anos oitenta. Foi formado a partir da luta de trabalhadores que reivindicaram o direito pela posse da terra, com apoio das Comunidades Eclesiais de Base. Atualmente, os conflitos pela terra têm ocorrido contra grandes empreendedores do turismo e a implantação de indústrias eólicas. A comunidade tem recebido apoio de ONGs e do Movimento Sem-Terra. Como conquista, em 2010, foi construída uma escola estadual de ensino médio do campo na comunidade, Nazaré Flor.

A pesquisa teve como objetivo geral colher a história de vida de jovens estudantes da escola Nazaré Flor, para compreender, no contexto de trajetórias singulares, vivências significativas na comunidade, elaboração dos conflitos relativos à posse da terra e perspectivas e sonhos de futuro. Esse objetivo foi buscado através de entrevistas semiestruturadas, nas quais foram construídas narrativas de história de vida de jovens estudantes ingressos e egressos da escola do campo, associadas com a observação participante de atividades comunitárias.

A análise foi compreensiva, inspirada principalmente nos conceitos de enraizamento e projetos de felicidade. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IPUSP (CAAE 36349614.2.0000.5561).

Como os jovens falaram de temas íntimos, a pesquisadora optou por escolher nomes fictícios para não expô-los.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, de cerca de uma hora cada. Quase todas as entrevistas foram realizadas em salas na escola do campo, exceto uma, que foi realizada em Fortaleza, local onde morava uma jovem entrevistada à época da entrevista.

Foram entrevistados seis jovens, estudantes ingressos e egressos da escola do campo Nazaré Flor. Os ex-estudantes entrevistados eram funcionários da escola, uma trabalhando na biblioteca e outro como professor substituto. Os demais eram alunos regularmente matriculados.

Todos os jovens entrevistados e com os quais se conversou durante a observação participante demonstraram um sentimento de enraizamento na sua comunidade. Quando pensavam em projeto de futuro, lamentavam-se por precisarem se deslocar para outra cidade para ampliar sua formação com uma graduação. Todos consideravam que seria um deslocamento temporário, pois pretendiam voltar para comunidade para contribuir com esta e com sua família. A comunidade é uma continuidade de suas casas, sendo em alguns relatos indiferenciada a menção às duas, por exemplo, quando Beatriz descreve sua comunidade, quando as casas mudaram para alvenaria, a luz elétrica chegou e houve desvalorização da renda.

Houve diferenças entre os jovens entrevistados das comunidades que pertenciam ao assentamento, Apiques e Maceió, em relação àqueles da comunidade fora do assentamento, Pau D'Arco. Os terrenos das comunidades do assentamento foram adquiridos através da mobilização da comunidade já residente e trabalhadora no local. Os terrenos fora do assentamento foram adquiridos através de compra. Os jovens da comunidade do assentamento relataram maior união das pessoas da comunidade em casos de necessidades, por exemplo, de oferecer hospedagem, alimentação, realizar mutirão e participar de atividades coletivas, como o feitio da tapioca, a farinhada. Os jovens do assentamento também relataram maior mobilização contra a entrada de grandes empresas de turismo e de outros empreendimentos nos quais não houvesse uma gestão comunitária, como a indústria eólica, diferentemente de Pau D'Arco, na qual há a entrada dessa indústria, e a Praia da Baleia, cujos terrenos têm sido vendidos para construção de casas e hotéis para turismo e há grande fluxo de turistas durante as altas temporadas. Mesmo com essas diferenças, os jovens do assentamento também relataram transformações nas relações dentro da comunidade, de trocas de produtos em caso de necessidade, para trocas comerciais por dinheiro. As descrições sobre as farinhadas e os mutirões, de Francisco, da comunidade Maceió, e de Aldo, da Pau D'Arco, ilustraram as diferenças entre mobilizações comunitárias conjuntas por trocas de serviços e por serviço prestado por dinheiro: na comunidade Maceió, uma família contribui com a farinhada da outra, por solidariedade e ajuda mútua, já na comunidade Pau D'Arco, as pessoas se ajudam por prestação de serviço, sujeito a pagamento em dinheiro.

Como maneira de lidar com situações de opressão, os jovens podem agir taticamente, por exemplo, diante de condições futuras de sua comunidade, instáveis e imprevisíveis, devido à falta de políticas públicas voltadas para garantia de direitos desta população, pode-se pensar somente no presente e evitar pensar nas ameaças à comunidade, como os investimentos públicos serem voltados para o grande capital, representado pelas eólicas e as empresas de monocultura, e não para as necessidades locais, como a pesca artesanal e o turismo de base comunitária. Este estudo traz a relevância das histórias de vida dos jovens assentados e os modos de vida rurais. Pode gerar reflexões sobre como o psicólogo social pode atuar nas áreas rurais, especialmente com jovens assentados.

Além disso, evidencia a importância de políticas públicas voltadas para a população do campo, particularmente, para que jovens enraizados não sejam forçados à migração.

Mulheres Agricultoras na construção de sentidos sobre Vida de Qualidade: um relato de pesquisa

Carla Fernanda Barbosa Monteiro (Faculdade Ingá)

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa de base Construcionista Social realizada como parte da dissertação de mestrado da autora. Teve por objetivo construir novos sentidos sobre vida de qualidade com um grupo de 5 mulheres agricultoras familiares da mesorregião noroeste do Paraná. O Construcionismo Social, metateoria que enfatiza a criação de sentidos através da conversação e reflexão conjunta, propõe que juntos podemos realizar a revolução de pensamento e da prática (Gergen, 2010). Com base nisso, orientamos o trabalho buscando problematizar o tradicional modelo de aferição de Qualidade de Vida (WHOQOL-100 e WHOQOL-bref) com o objetivo de compreender o que agricultoras familiares compreendiam por Vida de Qualidade. O discurso das mulheres, denominado Vida de Qualidade, foi analisado e comparado ao discurso científico denominado Qualidade de Vida. Foram estabelecidos semelhanças, diferenças e especificidades dos discursos. A metodologia para a realização da pesquisa seguiu: pesquisa teórica, preparação da ação grupal, convite às participantes, visitas nas propriedades, entrevistas individuais, criação das fábulas, discussão grupal sobre os sentidos individuais produzidos e criação de sentidos a posteriori. Após a realização de todas as entrevistas individuas, a autora transcreveu todas as entrevistas, e dividiu as falas em subcategorias que caracterizavam a descrição de uma Vida de Qualidade. Em seguida, classificou por semelhanças e maior frequência as falas em quatro principais categorias de análise. Essas foram: trabalho, família, autonomia e companhia. Diante dessas quatro categorias fundamentais a autora criou quatro fábulas, protagonizadas por animais, que configuravam situações semelhantes às apresentadas no resumo das narrativas, respectivamente. As fábulas foram apresentadas às participantes no momento denominado Encontro Conjunto, onde elas problematizaram e discutiram novos sentidos conjuntamente. Concluímos que, apesar de os discursos das mulheres apresentarem semelhanças com o que prevê a literatura científica sobre o tema, houveram inúmeras questões que ainda não foram consideradas nos instrumentos tradicionais. As principais dificuldades enfrentadas pelas agricultoras participantes deste estudo foram: difíceis condições de trabalho, falta de reconhecimento, dificuldades na relação conjugal, não remuneração pelo trabalho, múltiplas tarefas domésticas, falta de recursos para empreendimentos de capacitação pessoal, não se sentir feminina, sofrer violência verbal e velada. Esses são obstáculos para a emancipação das mulheres, bem como a busca por condições mais favoráveis de vida e trabalho. A mulher rural também não se vê potencializada diante das circunstâncias sociais e ideológicas e contribui, com práticas reprodutoras de desigualdade de gênero, situações de violência através da banalização e desconsideração de tal situação. Vida de qualidade para as mulheres envolvidas na pesquisa pressupõe visibilidade, autonomia, confiança, independência financeira e investimento em si mesmas. Há, portanto, um afunilamento do sentido de "ser mulher" para as agricultoras, já que essa identidade se fundamenta basicamente na prática dos cuidados familiares, apesar de apresentarem pontos positivos em relação ao fato de viverem e produzirem no campo. A proposta de inversão do termo Qualidade de Vida por Vida de qualidade leva-nos a olhar além daquilo que os questionários tradicionais preveem. Convida-nos a considerar a desigualdade e sofrimento que continua a existir sob a aparência de uma vida boa. A relação com o tema proposto pelo grupo de trabalho se justifica por problematizar questões como a invisibilidade e a violência de gênero no campo na para a avaliação da qualidade de vida da população rural como algo participativo, que desconsidera a dicotomia na produção científica da Psicologia Social contemporânea. A subjetividade e o encontro que permitiu a realização de tal pesquisa é o que faz as respostas tornarem-se peculiares, distintas, humanas ou mesmo confusas. Ou seja, considerar o que uma população compreende por Vida de Qualidade é englobar as características subjetivas assumidamente como constituinte do processo. Espera-se que este trabalho possa contribuir com a produção de novas realidades para as mulheres agricultoras, no sentido de torná-las autoras de suas narrativas.

Notas sobre a luta de jovens por uma educação camponesa em Rondônia

Juliana da Silva Nóbrega (Universidade Federal de Rondônia)

No estado de Rondônia, quase 25% da população residem na zona rural, o que significa um grande contingente de crianças e adolescente usuárias do sistema público de educação. Essas famílias são compostas, em geral, por migrantes que vieram para Rondônia durante o período de colonização e ocupação da Amazônia, disparado pelo regime militar brasileiro. São famílias camponesas que sustentam, cotidianamente, um modo de vida fundado numa profunda relação com a terra, através do trabalho (WOORTMANN, 1997). A discussão acerca da permanência do/da jovem no campo passa, frequentemente, pelo debate sobre a educação oferecida a essa população. Um olhar mais atento é capaz de observar que a educação oferecida para a população do campo historicamente é ainda centrada na vida urbana (urbanocêntrica); pautada pela desconsideração da diversidade socioeconômica e cultural dos sujeitos sociais do campo (sociocêntrica) e etnocêntrica (WHITAKER & ANTUNIASSI, 1992). O efeito mais devastador dessa lógica se verifica no crescente número de escolas do campo ligadas às pequenas comunidades rurais que vem sendo fechadas para dar lugar a abertura de grandes escolas "pólo", em geral localizadas mais próximo dos centros urbanos. Em Rondônia, do período de 2003 a 2012 foram fechadas 1.150 mil escolas. No país, foram fechadas 29.459 mil escolas, o que equivale a uma redução de aproximadamente 30% de escolas (INEP, 2012). Por outro lado, no intuito de contribuir com a construção de narrativas de lutas contra-hegemônicas operadas por essa população, este trabalho pretende relatar a disputa cotidiana de um grupo de famílias camponesas, em especial dos jovens, por um modelo de educação mais conectado com o modo de vida camponês. Trata-se de parte de um estudo realizado junto a um coletivo de 10 famílias vinculadas a Via Campesina de Rondônia que optaram por coletivizar as terras e o trabalho no assentamento em que vivem há mais de vinte anos. Em 1992, cerca de 100 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocuparam as terras de um latifúndio improdutivo nas margens da BR-364, em Rondônia. Ali passaram mais de 16 anos até que o Estado brasileiro reconhecesse integralmente a área como um assentamento. Uma escola para as crianças foi logo montada embaixo das árvores e lonas. Além do processo de educação, a escola cumpria um papel – juntamente com outros elementos – de fortalecer a luta e evitar as constantes ordens de despejo operadas pelo poder judiciário. Quando o despejo, por fim, ocorreu e os camponeses acamparam na cidade vizinha, a escola tornou-se itinerante. Depois de dois meses acampados em frente ao INCRA, as famílias ocuparam novamente a mesma área. Nessa segunda ocupação, resolveram assentarem-se por conta própria, independentemente do Estado. Demarcaram as terras e construíram as casas, deixando a realidade do acampamento para trás. Metade das famílias resolveu criar uma agrovila, um sistema de lotes em que as casas são aproximadas umas das outras e onde há um centro social. Nesse contexto, a escola foi ampliada e deu continuidade ao seu trabalho de formação das crianças, pautada numa perspectiva de educação do campo. Em 2003, um grupo composto por 10 famílias de militantes dos dois movimentos constituiu oficialmente o grupo, através do “Coletivo”, forma escolhida para implementar, no cotidiano, uma proposta de coletivização da vida no assentamento. Ali, a convivência com uma lógica de trabalho fundada na gestão coletiva dos meios de produção e da vida familiar possibilitou que as crianças e jovens compreendessem sua realidade camponesa a partir de um referencial de luta social que questiona o modelo de escola oferecido a eles. A escolinha do assentamento foi ameaçada de fechamento, assim como as outras do estado, mas conseguiu manter-se em funcionamento. Entretanto, atende apenas as crianças mais novas. Os jovens, estudantes da pequena escola do assentamento desde o tempo da ocupação, hoje estudam na escola pólo da região e, a partir de suas trajetórias familiares e coletivas, tecem algumas críticas ao modo como a educação no campo vem sendo feita, especialmente em relação ao projeto de sociedade voltado para o capital e cada vez mais avesso à diversidade de modos de vida do campo. Pouco a pouco, essa juventude militante transforma também a própria escola, introduzindo temas para debate e novos projetos. A tenra vivência nos movimentos sociais de luta pela terra e na terra em conjunção com a experimentação de um modo de organização da produção e da reprodução da vida baseado na coletividade possibilitou também diferentes formas de compreender e se relacionar com a sociedade.

Percepção de risco do uso de agrotóxicos entre trabalhadores rurais na região do Médio Jequitinhonha

Fábio Coutinho Andrade (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), **Agnes Maria Gomes Murta** (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), **Dayse Aparecida Silva Pereira Coutinho** (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), **Antonio Sousa Santos** (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)

Estima-se que dois terços da população do Brasil estão expostos, em diferentes níveis, aos efeitos nocivos dos agrotóxicos, seja em função do consumo de alimentos contaminados, do uso de agrotóxicos para o combate de vetores de doenças infectocontagiosas ou pela atividade laboral. Mas nenhum grupo populacional brasileiro é tão vulnerável a esses produtos quanto os trabalhadores rurais. Geralmente a exposição ocupacional desses trabalhadores ocorre por falta de informação ou por falta de recursos para adquirirem os equipamentos de proteção individual. Entender a dimensão da percepção de risco dos agricultores é um dos grandes desafios da parcela dos setores da educação e da saúde, voltada à assistência e à vigilância das populações rurais. Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi desvelar a percepção de risco da utilização de agrotóxicos na atividade de trabalho de produtores rurais feirantes da cidade de Araçuaí. Diante do XVIII Encontro Nacional da Abrapso, e no anseio do pesquisador em divulgar as informações colhidas da presente pesquisa, esse estudo possibilita inseri-lo dentro do eixo temático de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, na perspectiva em discuti-lo no grupo de trabalho sobre a psicologia social: diálogos e práticas na implementação e no fortalecimento das políticas públicas de saúde, uma vez que, o estudo abrange a Saúde da população do Campo visando entender a vulnerabilidade e a percepção do risco dos produtores rurais feirantes, frente aos agrotóxicos. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter transversal, realizada no segundo semestre do ano 2015, que tem como eixo epistemológico a Teoria Cultural. Essa teoria nos possibilita explicar como as pessoas percebem e agem sobre o mundo ao seu redor, determinado por aspectos sociais e aderência cultural, nos permitindo ampliar a percepção do risco na utilização do agrotóxico. Participaram da pesquisa 41 agricultores feirantes que comercializam os seus produtos na feira de Araçuaí-MG, há pelo menos um ano. Como instrumento para produção das informações, foi utilizado a entrevista semiestruturada, adaptada da abordagem tipo diagnóstico rápido (ou estudos tipo RAP, do inglês Rapid Assessment Procedures) no trabalho rural. A análise das informações está sendo realizada a partir da técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados parciais indicam que os agricultores possuíam uma noção dos perigos e riscos associados ao uso de agrotóxicos; muitos se mostraram preocupados com a contaminação potencial do meio ambiente e com a saúde. As informações que os agricultores tinham sobre agrotóxicos eram advindas de programas de TV, dos familiares e de trabalhos executados por algum órgão governamental ou não governamental. Pode-se dizer que percepção de risco no universo pesquisado é construída através de um conhecimento advinda de diversas fontes e compartilhada, inserido na realidade cotidiana do senso comum. Finalmente, deve-se ressaltar que o presente estudo, ao revelar um universo particular de maneiras de pensar de uma população relacionado aos perigos da utilização do agrotóxico, aponta para a necessidade de programas educativos que reconheçam a natureza simbólica das práticas dos sujeitos sociais. Programas que enfatizem técnicas alternativas de manejo de pragas e práticas seguras de uso de agrotóxicos, direcionados a essa população.

Práticas de lazer e sociabilidade entre os/as jovens nas comunidades quilombolas de Garanhuns/PE

Roseane Amorim da Silva (Universidade Federal de Pernambuco), **Jaileila de Araújo Menezes** (Universidade Federal de Pernambuco)

Este trabalho faz parte da pesquisa realizada em 2013, para fins de dissertação de mestrado, no Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFPE. Participaram do estudo, jovens (18 - 24 anos), moradores/as de duas comunidades quilombolas, Castainho e Estivas localizadas na área rural de Garanhuns/PE. O objetivo foi conhecer as vivências juvenis nas comunidades quilombolas e os significados atribuídos ao uso de álcool, prática frequente nas localidades investigadas. Aqui abordaremos as práticas de lazer e sociabilidade dos/as jovens. A pesquisa foi de caráter qualitativo e inspiração feminista e foi desenvolvida em duas etapas. Na primeira, estivemos nas comunidades realizando observação participante. Participamos de diferentes momentos, onde pudemos observar os/as jovens no momento de trabalho, em suas casas, no campo de futebol, nos bares e nas festas que ocorrem todos os anos nas comunidades, a Festa da Mãe Preta e a Festa do Quilombo Estivas. Esta etapa possibilitou que construíssemos uma etnografia das localidades estudadas. No segundo momento realizamos entrevistas semiestruturadas com os/as jovens. Os dados construídos durante as observações e entrevistas foram analisados a partir da perspectiva da interseccionalidade (NOGUEIRA, 2013). Considerando os marcadores sociais, gênero, classe e raça/etnia, o olhar interseccional nos convocou à diversidade de tramas que os marcadores sociais de diferenciação vão engendrando, e os efeitos no modo de vida dos/as jovens. Refletindo sobre os/as jovens rurais, Wanderley (2007) ressalta que esses/as pertencem à família de agricultores, que desenvolvem estratégias de sobrevivência baseadas em arranjos familiares para o acesso a terra, e a produção para próprio consumo e comercialização. Assim, pensar sobre a juventude rural implica a compreensão de uma dupla dinâmica social, uma que se relaciona a família, a comunidade local, e outra à cidade. São nesses espaços que os/as jovens vão experienciando e constituindo-se enquanto sujeitos sociais. Durante a pesquisa alguns e algumas jovens afirmaram que nas comunidades não tem o que fazer para se divertirem. Mas alguns e algumas jovens desenvolveram formas para terem suas práticas de sociabilidade e diversão, a exemplo dos encontros onde ocorrem os jogos de baralho e bozó. As mulheres jovens e adultas jogam baralho e os homens jovens e adultos jogam bozó, em espaços diferentes. Esses jogos são apostados e o valor é definido entre jogadores. Durante esses jogos é comum também o uso de álcool, que em demasia ocasiona desavenças entre os/as jogadores/as, dado os efeitos de alteração na atenção ao jogo e ao acerto de contas. Alguns jovens jogam futebol em um campo localizado em Estivas, há períodos que existem campeonatos e vão times de outros lugares jogar com os quilombolas. Muitos dos/as jovens que conversamos durante a pesquisa afirmaram que para se divertir vão aos bares e fazem uso de álcool, pois para estes/as é a única diversão que as comunidades possuem. Nos bares, bebem, dançam, namoram e conhecem pessoas de outras localidades, a exemplo de jovens e adultos da área urbana, que nos finais de semana costumam frequentar esses espaços. Observamos que o álcool faz parte de diferentes momentos de sociabilidade nas comunidades, presente nas diversas atividades realizadas pelos quilombolas. Quando olhamos para estas atividades pensando a interseccionalidade de gênero, classe social e raça/etnia, alguns fatores nos chama atenção. Nas localidades estudadas impera uma cultura sexista que tem repercussão na vida, sobretudo das mulheres. As jovens que frequentam os bares para se divertirem, são “mal vistas”, ficam “mal faladas”. As jovens casadas que jogam bozó são consideradas aquelas que não têm “responsabilidade”, que deveriam estar em casa, cuidando dos afazeres domésticos, questões que não são colocadas para os homens. Estamos considerando no presente estudo que os marcadores sociais estão entrelaçados na constituição das desigualdades e formas de opressão, mas em alguns casos alguns se sobressaem. Como também observamos além das desigualdades de gênero, as de classe social e raça/etnia. As pessoas que vão da área urbana para os bares e possuem um melhor poder aquisitivo, comportamse nesses espaços como querem, ligam som em alto volume, até altas horas, ficam no espaço do bar que consideram melhor. Já os/as jovens quilombolas que vão se divertirem na cidade, quando chegam ao espaço urbano, os lugares que conseguem acessar são os bairros periféricos, onde também frequentam os bares, que nos parece ser os lugares acessíveis aos/as jovens pobres e quilombolas. Os jogos e o uso de álcool nas comunidades são práticas de sociabilidade endógenas que fazem parte do repertório de diversão e momentos de encontros, mas não podemos desconsiderar alguns agravos que lhes são recorrentes. Como observamos o uso do dinheiro para as apostas nos jogos, interfere na economia doméstica. O uso de álcool realizado de modo abusivo tem ocasionado problemas de diferentes ordens nas comunidades. Estes dados revelam também a importância de um olhar das políticas públicas para as comunidades rurais que favoreçam aos/as jovens equipamentos e atividades diversificadas de lazer.

Produção de sentidos sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST/RN

Antonimária Bandeira de Freitas Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

O tema das relações de gênero no interior do MST marca significativa presença no conjunto dos seus discursos e práticas cotidianas. Essa luta por direitos sociais contribuiu para legitimar um novo "sujeito político" – as mulheres agricultoras. Nesta perspectiva, as lutas de gênero em contextos que demandam por igualdade dizem da afirmação de uma identidade política por conta do não reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e por ausência de acesso a direitos socioeconômicos. Essas mulheres têm se revelado ao longo de anos, na história de muitos assentamentos, como sendo um importante agente de articulação com o poder local e na elaboração de alternativas produtivas. Desse modo, a presente pesquisa teve por objetivo geral investigar a produção de sentidos sobre a militância política por mulheres vinculadas ao MST/RN. Como objetivos específicos se buscou: identificar as permanências e rupturas em relação ao papel feminino no âmbito familiar das mulheres militantes, investigar o posicionamento discursivo das militantes em torno do trabalho. Spink e Medrado (2013) assinalam que o sentido parte de uma construção social, um empreendimento coletivo, por meio do qual as pessoas na sua dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e os fenômenos a sua volta. Filiada à corrente do pensamento construcionista em psicologia social, a pesquisa acerca da produção de sentidos busca identificar processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo elas próprias. Em termos metodológicos, participaram da referida pesquisa seis mulheres militantes vinculadas ao MST no RN, idade a partir de 24 a 62 anos, sendo uma representante de cada região de atuação do movimento (Mato Grande, Grande Natal, Litoral, Oeste, Alto Oeste e Vale do Assú) e que apresentavam uma trajetória de inserção nas ações do MST (formação política, coordenação de setores – educação, gênero, juventude, produção e frente de massa). A produção das entrevistas foi orientada inicialmente por questões disparadoras dos eixos: militância política, família e trabalho, sendo realizadas no período de janeiro a março de 2015. Após produção destas, o material em áudio foi transcrito e vem sendo analisado a partir de uma categorização inicial, tomando por base os eixos acima descritos. Estamos utilizando como recurso de análise dos dados as linhas narrativas, que busca compreender as produções discursivas por meio de uma perspectiva temporal. Elas ainda possibilitam esquematizar os conteúdos trazidos pelas participantes na sua relação com o fenômeno da militância política, de modo a conhecer seus posicionamentos discursivos no decorrer da entrevista. Quanto aos resultados parciais, apresentamos no primeiro eixo a produção dos sentidos sobre a militância política produzida pelas participantes, sendo estas: contribuição, esperança, reconhecimento, transformação, conscientização e luta. Nesta via os discursos produzidos vêm justificados pelo investimento coletivo de luta, não só pelo acesso a terra, mas por conquista dos direitos sociais. Isso nos permite pensar sobre o agenciamento do processo de formação do militante no MST e a construção de uma identidade política dentro do movimento. No segundo eixo quanto ao sentido de família partimos das primeiras associações produzidas pelas mulheres, sendo estas; porto seguro, pilar, base sólida e tudo. O sentido família deflagra um tempo de parada, investimentos afetivos e apego. Aqui duas estruturas familiares ganham visibilidade frente aos discursos produzidos. Surge a família MST vinculada diretamente à família nuclear, com diferenças claramente demarcadas, não apenas nos sentidos, mais principalmente nas relações de poder e no lugar ocupado por cada mulher no seu arranjo familiar. Por fim, o terceiro eixo sobre o sentido do trabalho encontra-se em construção.

Ruralidade: o caso de agricultores atingidos pela violência

Maria Carolina Veiga Ferigolli (Universidade de São Paulo)

Introdução: Este estudo foi realizado no interior do Peru com populações oriundas de comunidades tradicionais rurais de regiões da cordilheira dos Andes, na porção centro oriental do país. Os sujeitos dessa investigação foram pequenos agricultores durante as décadas de 1980 e 1990, uma vez que são parte da cosmovisão conhecida como cultura andina em que a adoração a Pachamama é o centro das relações comunitárias. Esses agricultores foram atingidos pela violência durante as décadas do conflito armado interno que marcou a história peruana de 1984 a 2000. Esse grupo de agricultores viveu um processo de deslocamento forçado, que os expulsou do campo rumo à reconstrução da vida em um contexto urbano bastante específico, no terceiro estado mais pobre do Peru. Esse contexto propôs uma problemática acerca dos modos de vida desses agricultores que viviam imersos em sua cultura a partir do deslocamento forçado. Desse modo, é importante pensar: Quem são esses sujeitos em relação à ruralidade? Como viviam enquanto residentes na zona rural desde os antepassados, arraigados na cultura andina? De que forma a experiência do conflito os atravessa em termos de rupturas e continuidades em relação ao rural? Como as memórias narradas revelam a tensão entre o rural de outrora e o urbano de hoje? O que é ruralidade, tendo em vista esses sujeitos? Nesta pesquisa, pretendemos perpassar por essas questões que nos foram suscitadas a luz dos dados empíricos coletados no campo. Objetivo: O objetivo deste trabalho é discutir o que pode ser entendido como ruralidade a partir das características culturais que evidenciam, por meio da memória coletiva, um determinado grupo de trabalhadores rurais que viveram a experiência do deslocamento forçado devido às ações de violência durante duas décadas de conflito armado. Iniciaremos este estudo, tendo em vista a dicotomia entre rural/ urbano, expandindo a discussão na direção de ampliar o olhar para além desta relação, entendendo os processos psicossociais vividos por estes sujeitos que trazem na experiência da reconstrução da vida na periferia urbana marcas significativas do ser sujeito de territórios rurais e seus modos de vida e práticas culturais. Relação com o GT e eixo temático escolhido: Considerando o objetivo deste GT e a escolha pelo eixo temático trabalhado, pensamos que este estudo pode contribuir com a discussão proposta aqui, porque os dados empíricos de nosso estudo suscitam características do rural a partir do ponto de vista desta população que foi constituída num contexto bastante interessante, marcado por "redes de significados" e "práticas sociais" essencialmente rurais desde as gerações anteriores. Orientação Teórica: Como pressupostos teóricos, utilizaremos as contribuições de Maurice Halbwachs para conceituar memória coletiva e Jorge Larrosa Bondía para conceituar experiência. E do entrelaçamento destes dois conceitos pretendemos estabelecer relação com o conceito de ruralidade proposto por Sorokin, Zimmerman e Galpin; e também por Maria José Carneiro. Método: Essa investigação se insere no que se entende como abordagem qualitativa. E utilizou como principal técnica de coleta de dados entrevistas de caráter biográfico, pensadas como narrativas de vida . Os entrevistados nasceram de 1930 a 1970. Foram realizadas doze entrevistas, dez mulheres e dois homens. Esses indivíduos representam um grupo maior de agricultores em diversas realidades da América Latina, que tiveram histórias de vida bastante semelhantes, no que tange a sua constituição enquanto sujeitos sociais, marcados pela (i) infância e juventude na zona rural, fortemente alicerçadas na cultura andina; (ii) fuga do campo em virtude do conflito armado nas décadas de 1980 a 2000 e (iii) condição de precariedade na periferia da cidade de Huánuco pós-migração. Resultados e Conclusões: Na ocasião do envio deste resumo, estamos trabalhando com os dados empíricos e iniciando as análises, já que a pesquisa esta em pleno andamento. Na data do evento, segundo nosso cronograma, já teremos concluído as análises, que pretendemos apresentar no congresso, caso esta proposta seja aceita. Apesar disso, podemos fazer alguns apontamentos mais gerais sobre resultados e conclusões. As narrativas evidenciam o que caracteriza a ruralidade aqui explicitada, à medida que podemos entender a lógica social existente neste grupo que está: no cuidado com a terra, nos costumes alimentares, nas moradias, nas tarefas cotidianas que estão focadas na agricultura e no cuidado aos animais; nas relações de sociabilidade entre os vizinhos, os diversos parentes que habitam a mesma casa e os casamentos por "concierto"; e no sofrimento quando são obrigados a deixar o pueblo de origem e recomeçar a vida na cidade.

Telurica - Territórios de experimentação em limiares urbanos e rurais: In(ter)venções em coexistências autorais

José Ricardo Kreutz (Universidade Federal de Pelotas)

Introdução: TELURICA - Territórios de Experimentação em Limiares Urbanos e Rurais: In(ter)venções em Coexistências Autoriais é um grupo de pesquisa transdisciplinar proveniente da necessidade de discutir problemas dicotômicos urbano/rural. Diante de uma imagem de pensamento que impõe que façamos tão somente intersecções entre o rural e o urbano, somos convocados à construções de limiares urbanos e rurais. TELURICA parte de um pressuposto que tenciona produzir intercessões nestes limiares. Criar novas problemáticas a partir das in(ter)venções em coexistências autorais nestas tensões entre o rural e o urbano, cartografar estes limiares e reconfigurar as forças investigadas em novas territorialidades. O cineasta, o educador, o psicólogo, outros técnicos acadêmicos e outras máquinas técnicas encontram em TELURICA um território de experimentação e invenção: in(ter)venção é o primeiro conceito do grupo. In(ter)venção é híbrida, remete ao problema do tempo e como atua no tempo, pois não se repete, possui um devir pois pode ser invenção, pode ser também produção. In(ter)venção é incorporal e só se efetua nas experimentações, por isso TELURICA tenciona ser uma arena de experimentações que migram de limiar em limiar de múltiplas urbanidades e ruralidades. Objetivo: O grupo objetiva investigar e dar visibilidade aos campos de tensão e invenção de vida em coletivos urbanos e rurais materiais e imateriais. Além de problematizar os regimes de verdades institucionalizados pelo Estado no contexto do socius consumista com estes coletivos e criar estratégias transdisciplinares de análise e in(ter)venções nestes coletivos e suas produções materiais e imateriais, em dalogismos com a arte, linguagens, tecnologias, educação, saúde, psicologia, clínica. Relação clara com o GT e eixo temático escolhido, orientação teórica: Ao problematizar as coletividades do campo e da cidade e seus limiares, TELURICA dialoga com o GT na medida em este reconhece a diversidade de "contextos rurais-urbanos onde os trabalhos construídos pelo grupo remetem a diversas questões de ordem social. Dentre elas, podem ser citadas: racismo; políticas afirmativas; combate ao preconceito; reconhecimento das minorias sociais; estudos de grupos étnicos; demandas por políticas públicas específicas; lutas por territórios e reconhecimento cultural; interação entre espaços urbanos e rurais; povos e comunidades tradicionais". Há aí um ponto de inflexão possível, tanto das práticas quanto com a teoria. Os pressupostos teóricos de TELURICA se sustentam em grande parte pela pedagogia dos conceitos em Deleuze e Guattari (1992), a problematização da diferença em Deleuze (1996), a genealogia da moral e das práticas de si em Foucault (1984). Estes pressupostos são disparadores iniciais para animar a metodologia TELURICA. Método: As práticas do grupo se desenham pela necessidade de convergir problemas investigativos decorrentes das ações de ensino e extensão de cursos de graduação na área de Artes e Ciências Humanas, incialmente provenientes da UFPel. Prioriza investigar e propor in(ter)venções na emergência da tensão/criação social em limiares urbanos e rurais. Pratica a autoria coletiva e também a coexistência de diversos autores nas suas linhas de pesquisa. Lança mão de recursos de produção audiovisual no contexto do cinema. Faz da pesquisa-intervenção, a cartografia, a etnoficção e etno-biografia como pressupostos teóricos para as práticas que estão. Resultados: O grupo atualmente conta com quatro ações e articulando outras: (1) Projeto de Extensão "Histórias e Memórias dos Carroceiros de Pelotas"; (2) Projeto de Pesquisa Interinstitucional tendo como parceiros o nosso curso de Psicologia da UFPel, a secretaria municipal de saúde de Pelotas, a secretaria de saúde de Porto Alegre sendo coordenado pelo Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero cujo título é "Racismo, relações de saber-poder e sofrimento psíquico"; (3) Um projeto de pesquisa que acolha os limiares múltipos dos alunos da graduação intitulado "Territórios de Experimentação e Problematização da Diferença a partir de ações de Ensino e Extensão na graduação da UFPel". (4) Em uma aproximação com o grupo EADEM Educação Interativa, Estudos e Movimentos, iniciamos a rascunhar um projeto de pesquisa intitulado "Filosofia, histórias e memórias da/na Faculdade de Educação/UFPel". Conclusões: Não há o que concluir quando a obra TELURICA é um rizoma. Ademais os trabalhos estão começando. Temos que picotar os territórios, criar pontos de deriva para que permitam estes germens de ação crescer. Estamos aqui para buscar afecções abrapsianas para que a potência de vida que se contingenciou em TELURICA viralize assim como viralizou a autoria coletiva deste resumo. Ele não seria possível sem a preciosa contribuição da Prof. Dra. Janaina Bechler (UFPel), acadêmicos do curso de Psicologia Eduardo Spiering Soares Júnior (UFPel), Micaela Gonçalves Vivan (UFPel) e Morgana Nunes (UFPel). A ideia de "viral" aliás é uma ideia muito próxima ao que Deleuze chama de fenômenos de matilha, de contágio, que encontram possibilidades de proliferação nos limiares.

Bibliografia:

DELEUZE, Gilles. Diferença e Repetição. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006

DELEUZE, Gilles; GUATTARI. O que é a Filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 2: O uso dos Prazeres. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1984.

Trabalhadoras em movimentos sociais rurais no sul do Brasil (1987-2013)

Giovana Ilka Jacinto Salvaro (Universidade do Extremo Sul Catarinense)

O presente texto apresenta uma reflexão sobre a emergência e trajetória de movimentos sociais de trabalhadoras rurais no sul do Brasil. Trata-se de um estudo do estado da arte (FERREIRA, 2002) sobre o tema em questão a partir de dissertações e teses produzidas no período de 1987-2013. O levantamento bibliográfico foi realizado no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Considerando as diferentes nomeações que os movimentos sociais de trabalhadoras rurais assumiram no contexto brasileiro, como procedimento de busca, realizada em março de 2015, optou-se pelos descritores "Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais", "Movimento de Mulheres Agricultoras", "Movimento de Mulheres Camponesas". O interesse pelo tema remonta ao ano de 2006, quando iniciei uma pesquisa de doutoramento sobre a constituição de sujeitos e subjetividades em lutas de gênero enquanto práticas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC). No contexto brasileiro, como um movimento social nacional de mulheres, o Movimento de Mulheres Camponesas foi constituído no ano de 2004, na e pela unificação de diferentes movimentos rurais autônomos de mulheres, com trajetórias iniciadas na década de 1980, envolvendo lutas por redistribuição socioeconômica e reconhecimento identitário (SALVARO, 2010). Conforme evidencia Paulilo (2004, p.242), quando comparados a outros movimentos sociais, os movimentos de mulheres apresentam uma "organização mais fluida e menos hierárquicas." No texto em questão, tem-se como foco as ações coletivas de mulheres e os movimentos sociais que se formaram nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, pela formação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul –MMTR-RS, na década de 1980, "a categoria das trabalhadoras rurais obteve representação política e ganhou visibilidade na arena pública." (VAN DER SCHAAF, 2003, p.412). Em Santa Catarina, a criação do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), de igual modo, remete aos anos de 1980, envolvendo lutas por direitos nas esferas trabalhista e sindical (CASAGRANDE, 1991). Entre linhas gerais, são apresentados os principais temas analisados nas produções, autores/as, área de conhecimento, natureza do estudo, instituições de origem, bem como a contribuição para o campo de estudos feministas e de gênero. Nos levantamentos bibliográficos realizadas, ao longo da pesquisa de doutoramento 2006-2010 e no ano de 2015, foram identificados e selecionados 21 estudos (18 dissertações e três teses), oriundos de 11 instituições universitárias dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal. Os Programas de Pós-Graduação em Educação e Sociologia Política, respectivamente, apresentam quatro e três estudos, totalizando os maiores índices. Os Programas de Ciências Sociais, Educação nas Ciências, Extensão Rural e História, igualmente, reúnem dois estudos. Como relação ao ano de conclusão e defesa, os anos de 2011 e 2012 concentram um maior número, com seis estudos. Os estudos evidenciam que, em grande medida, ao longo da trajetória dos movimentos sociais de trabalhadoras rurais são produzidas demandas e lutas por redistribuição/reconhecimento nos campos social, econômico, político, cultural e subjetivo.

GT 21 TRABALHO DOCENTE E PRECARIZAÇÃO NAS RELAÇÕES LABORAIS DA EDUCAÇÃO

A terceirização e a precarização na Educação Superior: o processo saúde-adoecimento no trabalho docente

Jordana Wruck Timm (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

A terceirização e a precarização podem interferir no processo saúde-adoecimento no trabalho docente na Educação Superior? Esse foi o problema de pesquisa que instigou a realização do presente estudo. O processo saúde-adoecimento na docência na Educação Superior tem sido pesquisado pela autora como tema central de sua tese de doutoramento. Questões relacionadas a precarização, a proletarização e a intensificação são constantes quando se fala nos percalços dessa profissão. Paralelo a isso, o país tem discutido amplamente a recente aprovação do projeto de lei 4330/2004 que prevê a contratação de serviços terceirizados. Diante do exposto, o tema do presente trabalho é a terceirização e a precarização do trabalho docente na Educação Superior e sua relação com o processo saúde-adoecimento dos profissionais que atuam nesse contexto. Com a realização do presente estudo, objetivou-se compreender como esse projeto de terceirização pode afetar o trabalho docente no referido nível de ensino, levando em consideração a precarização e o processo saúde-adoecimento desses trabalhadores. Esse estudo relaciona-se ao eixo temático "Psicologia Social e trabalho", em especial, ao grupo temático "trabalho docente e precarização nas relações laborais da educação", já que apresenta resultados de pesquisa, justamente, no âmbito do trabalho docente e com relação a precarização dessa modalidade laboral. Por sinal, essa temática tem estado cada vez mais em voga e sendo alvo de discussões e preocupação, merecendo especial atenção e pesquisas a seu respeito, o que justifica a realização e socialização do que aqui está exposto. Os conceitos que guiaram a realização da pesquisa aqui apresentada foram a terceirização, a precarização, o processo saúde-adoecimento e a docência na Educação Superior. Conceitos estes muito discutidos pela autora já para a construção de sua tese. A partir do material analisado para a escrita do presente trabalho surgiram também os conceitos de intensificação e proletarização. A orientação teórica adotada teve vistas a atender a demanda de tais conceitos, visando fundamentá-los, levando em consideração a aproximação dos teóricos com o respectivo tema e de sua relevância para o mesmo. Para tanto, o trabalho foi construído com base no percurso metodológico qualitativo, tratando-se de uma revisão sistemática (estado da arte) do que se tem pesquisado sobre o assunto até o momento. Convém destacar que apesar da crescente pesquisa sobre as questões relacionadas à terceirização e à precarização, o que se tem até o momento é bastante atual, por esse motivo, não foi adotado um recorte temporal. Para realização da revisão foram consultados seis bancos de dados, sendo eles: CAPES (Portal de Periódicos), CAPES (Banco de Teses e Dissertações), SCIELO, PEPSIC, LILACS E EDUC@. A última revisão foi realizada no dia 20 de julho de 2015 e adotou apenas um descritor: terceirização. Apesar de estar ciente de que um bom volume surgiria para o mesmo, preferiu-se fazer uma procura manual. Como resultados dessa busca, no primeiro banco trezentos e trinta e oito artigos foram encontrados no total, sendo que, pelo título, apenas seis aparentavam relação com a temática de pesquisa aqui apresentada e destes, a partir da leitura do texto, quatro fazem relação, mas apenas um menciona a questão de saúde. No segundo banco, cento e quarenta e três teses e dissertações foram encontradas no total, mas já pelo título e resumo foi possível perceber que apenas duas dissertações tem relação com a pesquisa. No SCIELO foram encontrados cento e dois artigos, sendo dois voltados para a temática da presente pesquisa, porém, ambos já tinham aparecido nos outros bancos pesquisados. No PEPSIC, com o descritor "terceirização" quatro artigos apareceram e nenhum na área da educação. No EDUC@ apareceram cinco artigos no total, sendo três relacionados com a área da educação, um deles já encontrado em outro banco, outro que não se refere a Educação Superior. E, no último banco (LILACS), cento e dezenove artigos foram encontrados com o referido descritor, sendo que apenas um está relacionado com esta pesquisa. Vale destacar que o primeiro recorte foi realizado, mediante leitura flutuante, a partir do título, o segundo pelo resumo e, posteriormente, pelo texto completo. A análise dos textos foi feita com base na Análise de Conteúdo. A partir do exposto, concluiu-se que a temática da terceirização é bastante atual, crescente e apresenta tendência a aumentar o número de pesquisas a seu respeito devido, em especial, a aprovação do projeto de lei mencionado e, também, pelas fortes discussões a esse respeito. Sobre a terceirização no contexto da Educação Superior pouco se tem desenvolvido e as discussões parecem que estão começando a tomar corpo após tal aprovação, onde percebeu-se, a partir da revisão feita, um entrecruzamento entre o projeto de terceirização e a precarização das condições do trabalho docente. Esta última, por sinal, é constante nos debates sobre a educação nesse nível de ensino e, também, considerada fortemente quando se trata do processo saúde-adoecimento dos profissionais do ensino.

As condições de trabalho como fatores constituintes da profissionalidade de professores iniciantes no ensino superior

Lisandra Marisa Princepe (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Rodnei Pereira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Rodrigo Toledo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Este trabalho aborda os processos de constituição da profissionalidade de professores nos três primeiros anos de exercício profissional em cursos de Licenciatura. A investigação está centrada na perspectiva de que a presença de um corpo docente renovado vem atuando nos cursos de formação de professores e que as condições de trabalho incidem sobre a constituição de suas profissionalidades.

Com base nesses pressupostos, a análise se ocupou dos significados atribuídos por dois professores que lecionam em cursos de licenciatura numa IES privada, sobre suas próprias condições de trabalho. De acordo com Huberman (1995) o período considerado de iniciação à docência corresponde aos três primeiros anos de atuação profissional, sendo esse o recorte temporal feito junto aos participantes da pesquisa. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas do tipo semiestruturada.

Sguissardi (2008) alerta que o crescimento do ensino superior está diretamente ligado a um processo de mercadorização. O autor lembra que desde 1997, legalmente, a educação superior passou a ser considerada um bem de serviço comercializável. Com isso proliferaram-se instituições privadas, inclusive entidades de capital financeiro aberto, no Brasil.

Nesse contexto, em acordo com Gatti (2010), o número de matrículas nos cursos de Pedagogia e licenciaturas aumentaram consideravelmente, sendo que a rede privada responde por 64% das matrículas no curso de Pedagogia e 54% nas demais licenciaturas.

Para problematizar o conceito de profissionalidade, valemo-nos, inicialmente, de Roldão (2005), que faz uma discussão examinando os descritores deste conceito e suas particularidades quando aplicados à atividade docente.

A autora conceitua o termo profissionalidade como "o conjunto de atributos socialmente construídos que permitem distinguir uma profissão de outros muitos tipos de atividades, igualmente relevantes e valiosas" (p.108).

Os atributos concernentes ao termo profissionalidade destacados pela autora contribuem para o entendimento da afirmação de que a profissionalidade diz respeito àquilo que é específico na ação docente, devendo ser contextualizada, conforme afirma Sacristán (1993), de acordo com o momento histórico concreto e realidade social que o conhecimento escolar pretende legitimar. Diante do exposto, podemos entender a profissionalidade docente como um processo dinâmico e contínuo que envolve as dimensões afetivas, sociais e cognitivas do professor e é desenvolvida ao longo da vida, da formação e do exercício profissional. Para desvendar tão complexo termo, é preciso analisar as características/atributos próprios da profissionalidade a partir de uma leitura cuidadosa da atividade concreta dos professores em seus contextos de trabalho, das suas histórias de vida, pois são vários os fatores que repercutem na constituição da profissionalidade docente. Fondón, Madero e Sarmiento (2010), no que se refere à profissionalidade docente do professor de ensino superior, destacam que nas últimas décadas está se prestando mais atenção aos problemas enfrentados por aqueles que estão no início da carreira.

A relevância de se compreender esses problemas se deve ao fato de que a entrada na carreira é um momento crucial para a constituição da identidade profissional docente, em acordo com Gross e Romana (2004).

No que se refere à inserção profissional, para Ruiz (2008), em seu processo de inserção profissional o professor iniciante se encontra em um período repleto de angústias, incertezas e inseguranças. O "choque de realidade" pelo qual passa esse professor, diante da dicotomia entre o pensado e o vivido por ele, no que se refere ao perfil dos alunos, à prática pedagógica e à cultura institucional, trazem temores e dúvidas, necessidade de ajuda e companheirismo. Diante disso, é comum que o professor busque soluções pessoais ou que, em determinados momentos, solicite ajuda dos colegas, sendo mais provável que recorra ao ensaio e erro, no esforço em desenvolver práticas que lhe outorguem maior segurança (p. 177).

Experiências como essas marcarão com intensidade a aprendizagem da profissão docente, a tessitura do ensinar e do aprender no contexto universitário e mais que isso, a constituição dos alicerces do processo de socialização profissional (DUBAR, 2006).

No caso brasileiro, a compreensão desse processo representa um campo fértil de investigação.

Para análise dos dados utilizou-se os estudos de Sguissardi; Ruiz; Pimenta e Anastasiou; Nóvoa; Fondón e Morchio e Fresquet. Os resultados apontam para a precarização percebida pelos professores e anunciada em termos das condições em relação aos baixos salários, ao número de alunos em sala de aula e, principalmente inexistência de trabalho pedagógico coletivo, além da falta de apoio ao processo da aprendizagem da docência.

Podemos inferir que as "engrenagens" do ensino superior deterioram as condições de trabalho dos professores das licenciaturas de tal maneira que podem provocar a "corrosão" da profissionalidade.

Defendemos que o investimento sistemático e cuidadoso com o professor iniciante deve compor as condições de trabalho no ensino superior, seja pela criação de programas de inserção à docência, seja por um acompanhamento pedagógico institucional e sistemático.

As políticas educacionais e suas implicações no trabalho docente

Mônica Rafaela de Almeida (Universidade Federal Rural do Semi-Árido)

A reestruturação produtiva, a ascensão do neoliberalismo e a reconfiguração do papel do Estado diante da globalização da economia influenciaram de modo significativo o campo da educação. Essas mudanças buscaram adequar a educação às exigências do padrão de acumulação flexível, levando a uma transformação profunda das estratégias de gerenciamento e financiamento do sistema escolar. O Estado desincumbiu-se da responsabilidade pela gestão executora dos serviços, que é repassada para as escolas, mas continua centralizando a formulação e o controle sobre os resultados. Essa nova regulamentação das políticas educativas interfere na organização do sistema escolar. Neste sentido, observamos que os programas da reforma educacional focalizam a escola como a unidade do sistema, transformando-a em núcleo de gestão e planejamento. Tais programas são aplicados diretamente nas escolas, tanto no sentido de financiarem ações quanto no sentido da avaliação dos resultados. Isso vem associado com o estímulo à administração por objetivos; à pedagogia de projetos, à cultura da eficiência e à demonstração de resultados. Em meio às transformações ocorridas nas escolas, encontram-se as professoras, que são tidas como agentes responsáveis pela mudança nos contextos da reforma. Este trabalho foi um recorte de nossa dissertação, que teve como um dos objetivos analisar as implicações dessas políticas no trabalho de professoras de escolas públicas do município de João Pessoa/PB. Participaram voluntariamente dessa investigação vinte e quatro professoras e um professor da primeira fase do ensino fundamental (1º ao 5º ano), provenientes de três escolas públicas do município de João Pessoa /PB. Para tanto, fizemos uso de observações da atividade e da constituição de comunidades ampliadas de pesquisa. A análise dos materiais produzidos foi realizada seguindo a perspectiva dialógica do discurso. Vimos que com a pretensão de colocar o Brasil no rol dos países desenvolvidos que têm a educação na pauta de suas políticas governamentais, diversas proposições educacionais foram instituídas desde a década de 90 com o objetivo de tentar elevar o padrão de acessibilidade e de excelência da educação pública da rede básica de ensino. Entretanto, o que diversos estudos apontam, como é o caso deste, é que se verifica nas escolas públicas brasileiras - apesar das (questionáveis) investidas governamentais baseadas em princípios empresariais de produtividade, competitividade, mérito e excelência - um cenário de baixa qualidade do ensino público, com profissionais recebendo salários irrisórios. Um aspecto destacado nas discussões dos encontros sobre o trabalho com as professoras, instaurando um debate de normas e valores, foi que concretamente os investimentos públicos voltam-se mais para a garantia do aumento do número de alunos e a diminuição da evasão escolar. Ou seja, garante-se a permanência física e formal do alunado nas escolas, porém não são dadas as condições objetivas adequadas para que as professoras realizem um trabalho de qualidade, comprometendo assim o sentido do seu trabalho. As professoras, em geral, não veem o seu trabalho devidamente reconhecido sendo, muitas vezes, responsabilizadas pelo desempenho insatisfatório dos alunos, da escola e do sistema de ensino. Ora, o atual modelo de gerenciamento educacional, que impõe novas demandas às trabalhadoras e institui um ritmo acelerado de trabalho, com turmas superlotadas, insuficiente número de profissionais, necessidade de adaptação às exigências das políticas educacionais vigentes, realização de várias atividades simultaneamente, além das cobranças por rendimento do alunado e a falta de condições de trabalho, tem contribuído para intensificar as vivências de sofrimento e processos de adoecimento das professoras no ambiente escolar. Verificamos ao longo dos encontros com as docentes que os programas e projetos educacionais em curso são vistos como medidas imediatas e paliativas que não resolvem efetivamente os problemas da educação e da qualidade do ensino, já que não envolvem processos mais amplos, que incluam, dentre outros aspectos: escola em tempo integral, apoio pedagógico de fato para os alunos no contra turno, uma formação básica e continuada qualificada das docentes, condições de trabalho mais adequadas, redução da jornada de trabalho com a alocação das docentes em uma única unidade escolar, e um salário digno para as profissionais da educação. Assim, foi possível constatarmos que as políticas educacionais que vêm sendo implementadas seja pelos últimos governos federais, seja pela Prefeitura de João Pessoa -, têm engendrado uma forma de organização do trabalho escolar que expressa um novo modo de regulamentação do sistema educacional, tendo como efeito uma reestruturação do trabalho docente, que altera sua natureza e definição. O que contribui para um sentimento de desprofissionalização, de perda de referência profissional, e a constatação de que ensinar, às vezes, não é o mais importante. Contudo, apesar das inúmeras dificuldades encontradas no cotidiano escolar, ao lançarem mão da sua capacidade criativa, as professoras mobilizam, em paralelo, diversos modos de regulação da atividade, o que possibilita a reconfiguração do seu trabalho, contribuindo por conseguinte para a afirmação da vida (no e pelo trabalho).

Atuação do psicólogo no Ensino Superior: dos ProUnistas aos professores

Flávia de Mendonça Ribeiro (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

O Ensino Superior brasileiro vem sofrendo diversas modificações nos últimos anos, resultando em um crescimento das Instituições de Ensino Superior privadas. De 2000 a 2009, ou seja, entre os governos de FHC e de Lula, o crescimento de IES privadas foi de 48,52 e seu acesso de 1995 a 2009 foi de 236%. Dos 52% dos jovens de 18 a 24 anos, em 2009, que concluíram o Ensino Médio apenas 19% teve acesso ao Ensino Superior – público e privado. O papel da universidade e o tipo de profissional em formação estão em disputa entre alguns os docentes, estudantes e a gestão e o governo do país.

Essa política de investimentos em IES privadas resulta, consequentemente, no sucateamento das Instituições de Ensino Superior públicas. Agravando essa situação, somente nesse ano foram cortados quase um bilhão de reais dos investimentos em Educação no país. É importante fazermos uma caracterização de todas as políticas da Reforma Universitária implementadas nas públicas e privadas – recomendações do Banco Mundial.

Desde sua criação, as políticas da Reforma Universitária - dividida em Lei de Inovação Tecnológica, Educação à Distância, SINAES e ENADE, REUNI e ProUni – foram pensadas em garantir e reafirmar a Parceria Público Privada, ou seja, uma forma de garantir que o setor privado receba um grande volume de recursos públicos nos setores de infraestrutura, educação, ciência e tecnologia entre outros.

O ProUni é o maior exemplo que temos da PPP, já que o Programa Universidade para Todos, tem o intuito de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Um dos objetivos do ProUni é diminuir as barreiras entre o público e o privado.

A atuação da Psicologia com os estudantes ProUnistas é necessária, visto que diversos estudantes sofrem com o preconceito dentro da universidade, por serem bolsistas e não sabem como agir em situações de opressão. O preconceito pode ser produzido e adquirido na nossa cultura, sendo transmitido de geração a geração. Crescemos e somos educados em contato com determinados sistemas padronizados de classificação das coisas e das pessoas, que acabam por instigar a descriminação entre seres humanos. No caso de estudantes ProUnistas, o preconceito vivenciado pode ser caracterizado como preconceito de classe, pois os ProUnistas são discriminados de outros espaços por seus colegas universitários, por não terem o mesmo nível socioeconômico. A Psicologia que, em sua maioria, aprendemos nas faculdades pretende manter a sociedade como está, já que a cada dia ela individualiza e culpabiliza mais ainda a pessoa pelos problemas que na verdade são sociais, portanto o papel do psicólogo no ES também deve pensar em formas práticas na atuação do fortalecimento dos estudantes, professores e funcionários.

O presente trabalho é parte da dissertação defendida na PUC-Campinas pela orientação da Proª Drª Raquel Guzzo, e pretende apresentar a ação do psicólogo dentro da Instituição de Ensino Superior com estudantes cotistas e a necessidade de uma atuação com professores do Ensino Superior.

O estudo foi realizado com dados de um grupo virtual criado por ProUnistas (114 participantes) e diários de campo de reuniões presenciais semanais com 19 desses estudantes, em que a pesquisadora observava, em uma universidade privada da Região Metropolitana de Campinas. Nessa universidade, em sua maioria, os estudantes não bolsistas têm uma condição econômica superior aos ProUnistas. Um dos exemplos apresentados no grupo presencial foi o caso de uma estudante que sentiu o preconceito de seus colegas de sala, ao afirmarem que se ela não tinha dinheiro para comprar os materiais necessários para sua formação e, assim, continuar o curso, seria melhor sair e largar a faculdade, afirmando ainda que aquela IES seria lugar de gente que tem dinheiro. E, assim, o papel do psicólogo nessa realidade deve ter como foco o processo de tomada de consciência individual sobre os elementos concretos da realidade vivida.

Além disso, os estudantes apresentaram que muitas vezes há um abismo na relação professor – estudante, já que algumas vezes são os próprios professores autores do preconceito sofrido pelos ProUnistas. Portanto, o psicólogo pode auxiliar nessa relação professor-estudante pensando em formas práticas na atuação do fortalecimento desses estudantes, dos professores e funcionários, a partir do exercício político e crítico de sua participação na sociedade, fazendo uma orientação individual e/ou coletiva, encaminhamentos internos e externos, atendimento às famílias e comunidade, entre outras ações

Conclui-se, portanto, que a atuação do psicólogo no ES voltada para estudantes, funcionários e professores se faz necessária, pois a partir dessa atuação poderíamos prevenir ações que por ventura possam reproduzir atos que possam prejudica-los para sua permanência na IES de forma plena e saudável.

Da formação de psicólogos: os esquemas ideológicos imanentes e os seus elementos de reprodução

Luiz Roberto Paiva de Faria (Universidade Paulista)

Introdução: O presente trabalho tem como objetivo analisar os elementos ideológicos imanentes à formação do psicólogo pela análise da prática docente de sete professores de Instituições de Ensino Superior (IES) e suas percepções sobre o tema. Esta pesquisa, fruto de um programa de pós-doutoramento, contribui para o desenvolvimento de outro projeto de maior dimensão, no programa de pós-graduação da PUCCampinas, intitulado "conscientização, fortalecimento e envolvimento em mudanças sociais: processos psicossociais contra a alienação e fatalismo", coordenado pela prof.a. Dr.a. Raquel Sousa Lobo Guzzo, e que investiga processos de empoderamento de populações oprimidas. Sobre os fundamentos: um breve relato de como chegamos até aqui. O presente estudo tem seis eixos e três categorias de análise Os eixos são a vida no capitalismo, apresentando uma análise conjuntural onde se produz a vida na contemporaneidade; a relação da psicologia em um sociedade mercantilizada e onde a relação capital trabalho intermedeia outras formas de relação; a formação da consciência dentro deste contexto; o papel da ideologia na construção do fazer psicológico; o construto de atitude da psicologia social clássica, de onde se extraí as três categorias de análise dentro de cada eixo; e o conceito de fatalismo, conforme apresenta Ignácio Martin-Baró. A partir do conceito de atitude, relacionei os seis eixos com as dimensões de comportamento, afeto e cognições acerca de cada tópico analisado. Os caminhos percorridos neste projeto indicam a fragilidade da construção do conhecimento psicológico no ambiente ideológico burguês onde a relação capital/trabalho tornase um importante pilar. Este trabalho inscreve-se no eixo 21 preferencialmente sobre trabalho docente e precarização nas relações laborais de educação, na medida em que indica as deformações do mister docente e o impacto disso em sua subjetividade. O referencial teorico desta pesquisa e as bases argumentativas de sua análise remetem nos a Marx, posto que não há como prescindí-lo em uma análise tanto da sociedade capitalista como da própria constituição da subjetividade, teoricos da psicologia social clássica como Fritz Heider e Aroldo Rodrigues, e representantes da psicologia social crítica, como Ignácio Martin-Baró. No seu interior, discute-se o conceito de Autopoiese, apresentado por Matura e Varela, como apoio à ideia de uma pratica que alimenta o status quo nesta relação capital/trabalho. Objetivos: O objetivo deste estudo foi ampliar o conhecimento sobre a formação do profissional psicólogo a partir das concepções e percepções de mundo e sociedade que os formadores têm. entender os mecanismos autorreguladores da vida no capitalismo através de um de seus pilares – a construção do saber na interface com a formação profissional. Método: O materialismo histórico dialético é a base do expertise deste projeto. Todavia seu delineamento implica em uma pesquisa qualitativa que envolveu entrevista com psicólogos que são professores. O marxismo é uma matriz filosófica. O método em si, como desdobramento desta visão de mundo, implica em reconhecer no sujeito o objeto mesmo de conhecimento, na resposta as questões que serão levantadas alhures. As entrevistas foram transcritas, agrupadas segundo os eixos e as categorias de analise relativas a cognição, atividade e afetos. Desenvolvimento da Pesquisa, resultados e discussão: Os entrevistados, na média, apresentaram compromisso com a formação profissional, sem que este compromisso se estenda para a consciência de uma diferença entre capital e trabalho. Eles próprios não se apercebem desta diferença. Não conseguem descrever-se dentro desta estrutura como parte de uma máquina de produção do capital, na qual possam interferir ou romper. Caem facilmente na lógica do fatalismo, aceitando esta condição de venda de força de trabalho como naturalizada e pouco engajada para a transformação da sociedade, de modo estrutural. Uma sociedade justa, na visão destes profissionais, é uma sociedade em que cada individuo cumpre o seu papel. De certo modo, estes profissionais afirmam essa diferença, antes vendida pela própria instituição e apartam os profissionais psicólogos da própria relação entre ciência e profissão, pois, tornados mercadorias, os alunos se alinham na busca de formação profissional e não científica.

Referências.

Baró, M. (1996). Writings for a liberation psychology. Cambrige: Havard University Press.

Marx, K. (2004). Manuscritos Econômico - Filosóficos. São Paulo: Boitempo.

Maturana, H. (2001). Cognição, Ciência e Vida Cotidiana. (C. Magro, & V. Paredes, Trads.) Belo Horizonte: UFMG.

Rodrigues, A., Assmar, E. L., & Jablonski, B. (2009). Psicologia Social. Petrópolis: Vozes.

Mapeamento das dificuldades de aprendizagem de crianças e jovens em escola municipal de Cajueiro da Praia - PI

Taís Fontenelle Carneiro (CRAS)

No Brasil há diversos problemas na educação da rede pública de ensino, como indisciplina, desinteresse, abandono escolar, violência, entre outros. Após as mudanças nos métodos de ensino e aprendizagem ocorridas nas escolas brasileiras nas últimas décadas, diversos sujeitos sejam eles educadores, psicólogos, pais, responsáveis, diretores e coordenadores escolares, vêm modificando suas práticas em âmbito escolar. No município de Cajueiro da Praia no estado do Piauí, existe um número grande de reprovações anualmente, entre crianças e jovens. Contudo, mesmo procurando debater e entender quais as condições que implicam nas dificuldades de aprendizagem que ainda persistem atualmente foi preciso envolver uma equipe multidisciplinar a fim de desenvolver um mapeamento dessas dificuldades para que se pudesse traçar novas ações e estratégias. Este estudo surge na perspectiva de tentarmos entender a situação vivida pelos escolares, enfocando alguns aspectos relacionados ao cotidiano dos mesmos, sob sua própria ótica e de seus familiares. O critério de escolha das famílias participantes foi à existência de duas ou mais reprovações da criança ou jovem. Foram voluntários na pesquisa 50 estudantes com suas famílias. Foi aplicada uma entrevista semiestruturada elaborada por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais do CRAS, NASF e secretaria de educação do referido município, sendo estes: pedagoga, psicólogas, assistentes sociais e fonoaudióloga. Na entrevista são abordados temas como: motivação, acompanhamento familiar, saúde, método de ensino, dificuldades escolares, implicação da família com a vida escolar do estudante e suas relações sócio afetivas com os colegas e professores. Os números apresentados referem-se à análise das 50 entrevistas, das quais foram encontrados os resultados de 10 estudantes com necessidade de avaliação médica para tratamento de transtorno de aprendizagem com uso de medicação, 15 estudantes com necessidade de psicoterapia para melhora de desempenho escolar e 25 estudantes com desmotivação por método de ensino, falta de incentivo da família e/ou por dificuldades de relacionamento com os professores. Nas entrevistas foram perceptíveis as controvérsias entre família e escola. Os resultados aqui expostos indicam que as questões relativas a reprovações escolares necessitam de um acompanhamento multidisciplinar na escola e abrangendo também as famílias dos estudantes. É uma grande necessidade manter diretores, coordenadores e corpo docente em constante formação com orientação psicológica e pedagógica para a melhora do desempenho profissional, uma vez que as análises das avaliações indicaram por parte dos docentes desmotivação, estresse e em alguns casos resistência a novos métodos. Cabe ressaltar que os gestores e educadores são efetivos na rede municipal, e dependem da iniciativa da prefeitura para que sejam ofertadas capacitações. Há também desgaste e dificuldade na relação entre professor e aluno, que pode se prolongar devido ao reduzido quadro de profissionais, o que resulta em um mesmo professor lecionar em diversas turmas do ensino fundamental e assim conviver com os mesmos alunos por anos consecutivos. A escola não conta com profissional da psicologia, que poderia colaborar com a relação aluno-professor, professor-família e assim sucessivamente. Outro fato citado é a presença escolar como cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família como um agravante nestas relações. Ficou claro que alguns pais se encontram acomodados na educação dos filhos e apesar de sofrerem com estas relações por vezes desrespeitosas, não desejam se comprometer em mudar suas posturas para implicar em exemplo e novas posturas para os filhos. Um olhar atento dos familiares poderá fazer toda a diferença na educação e aproveitamento escolar das crianças e jovens, pois, por ela perpassa o estabelecimento de limites e outras ações que compõem a prática educativa, assim como a percepção prematura de que a criança ou jovem precisa de suporte de profissional da saúde, pois em alguns casos ficou comprovado que a família procurou ajuda médica tardiamente ou nunca havia procurado. A pesquisa teve como interpretação que a dificuldade de aprendizagem pode ser um problema já presente na vida da criança ou se instalando em determinada fase, sendo que não é possível ter compreensão ampla dos processos pelos quais essa dificuldade se instalou, posto que os pais não tem relatos precisos da historia de vida do(a) filho(a). Nesse sentido, é de grande valia o desenvolvimento de estudos longitudinais para a melhor identificação dos fatores de risco. Consiste um desafio à frente investigar sob quais mecanismos operam esses fatores, prevenindo ou causando as dificuldades de aprendizagem.

O trabalho e a violência na escola representada pelos docentes: evidências da precarização das relações trabalhistas

Viviana Cristina Parizotto Rezende (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Zaira de Andrade Lopes (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Considerando a relevância em compreender a atividade docente em uma perspectiva mais ampla e suas relações com a escola, neste artigo, pretende-se identificar as representações sociais de professores(as) sobre o trabalho docente frente à violência que se apresenta na escola. O estudo toma como referência os resultados de pesquisa empírica e da revisão bibliográfica das investigações sobre as representações daqueles que participam do contexto educacional. Parte-se da premissa de que o sentido e o significado do trabalho relacionam-se com o desenvolvimento produtivo da sociedade, e esta por sua vez, tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, requerendo dos educadores novas exigências e desafios, refletindo em mudanças nas formas de organização do trabalho na escola. Fundamenta-se teoricamente na teoria Histórico-Cultural para a compreensão da constituição do sujeito e como o conhecimento é apropriado nas relações sociais. Também recorreu-se à Teoria das Representações Sociais para a análise dos elementos que medeiam a interação comunicativa e por sua função elementar de orientação de condutas que regem as práticas sociais. As perspectivas teóricas adotadas permitem tecer considerações sobre pesquisas que têm como foco a dimensão psicológica do ser humano e como os conhecimentos que são produzidos e partilhados repercutem na constituição da subjetividade e nas suas práticas cotidianas. Metodologicamente, trata-se de uma investigação de caráter explicativo de análise qualitativa por se pretender identificar e analisar as representações sociais que os docentes possuem sobre a temática no contexto escolar. Participaram da pesquisa 09 docentes, sendo 04 mulheres e 05 homens. Para a coleta de informações foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas transcritas foram posteriormente analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin. O roteiro da entrevista, incluíram os dados de identificação, tópicos sobre a história de vida e o cotidiano do sujeito, bem como, indagações para identificar as representações sociais do trabalho docente. Nos relatos dos(as) entrevistados(as), foram identificados os temas de maior frequência, bem como as categorias que permitiram uma análise das representações sociais expressas pelos(as) professores(as). No aspecto relacionado ao trabalho, as categorias que emergiram referem-se a precarização do trabalho, a valorização do(a) professor(a), as condições de trabalho e o conflito entre saúde x trabalho. Já no aspecto relacionado a violência, as categorias foram subdivididas em: violência e suas manifestações, violência e adoecimento, violência e as formas de enfrentamento. Para os docentes entrevistados existem vários fatores que determinam as condições do trabalho docente, dentre eles: a relação com outros docentes, gestores e demais funcionários da instituição de ensino; o sistema burocrático que é imposto aos docentes; os controles externos sobre sua prática no cotidiano escolar; as condições estruturais da instituição e as implicações das políticas educacionais na escola. As condições de trabalho constituem um dos fatores principais do mal-estar docente. Tais condições podem trazer danos à saúde física e mental dos(as) professores(as) levando-os(as) ao absenteísmo e, às vezes, ao abandono da profissão. A diminuição na qualidade das aulas, a impossibilidade de se qualificar e se manter atualizado, a instabilidade dos contratos de trabalho e o tempo insuficiente para se preparar e refletir criticamente sobre a prática pedagógica, são importantes fatores a serem considerados no âmbito do(a) profissional em educação, pois além de terem consequências na sua prática cotidiana, podem contribuir para o adoecimento do docente. Quanto a valorização do trabalho, esta categoria traz os conteúdos que se referem a carreira, a remuneração e a capacitação profissional. Os discursos revelam que as perspectivas de melhoria na qualidade do ensino estão articuladas com a valorização docente, traduzidas pelas condições concretas de formação, remuneração e de trabalho dos docentes. A violência que ocorre na escola também é um aspecto predominante nos discursos dos docentes que vivenciaram ou não situações de violência. As práticas violentas estiveram relacionadas tanto às questões das relações de trabalho, como nas diversas formas como elas podem ser manifestadas, ou seja, por meio de insultos, ameaças, vandalismos, humilhações, falta de respeito, violência advinda das relações de poder, agressões físicas ou verbais, falta de reconhecimento. Quanto ao enfrentamento da violência na escola, verificou-se que a presença da família na escola configura-se como um fator relevante que se interpõe nas relações sociais e, principalmente, na definição das ações e papéis vinculados ao docente. Nesta questão, os discursos demarcam a função docente no processo educativo e o distanciamento da escola como substituta ou complementar das funções parentais. Evidenciou-se que, apesar dos docentes se mostrarem conscientes do processo de precariedade das relações de trabalho, bem como das diversas formas de manifestações da violência, ainda prevalecem as medidas individuais de enfrentamento, enquanto as estratégias coletivas que considerem uma perspectiva histórica e social são pouco enfatizadas. Estas questões necessitam que o(a) educador(a) seja capaz de lidar com as demandas da realidade contemporânea de forma crítica, bem como da necessidade de políticas públicas e educacionais que contemplem a realidade do cotidiano escolar.

Panorama da saúde dos docentes da Educação básica no Brasil

Maria Terezinha Corrêa (Apeoesp)

Considerando que este ano o Brasil foi intitulado "Pátria educadora", esta comunicação tem como objetivo discutir sobre a saúde dos docentes da educação básica, tendo em vista o cotidiano laboral e a sua precarização, a partir de levantamentos feitos pelo Sindicato dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo (Apeoesp) publicada em 2013 com entidades da área, como: a Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação (CNTE) em parceria com a Universidade de Brasília e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do trabalho, do Governo Federal; além de algumas pesquisas de campo sobre professores ribeirinhos/leigos, enfatizando o descaso com a categoria nas várias regiões do país desde a chamada "Década da Educação" com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS) oriente que o professor só trabalhe em um período por ser considerada uma das carreiras mais estressantes e ter constatado o afastamento cada vez maior de docentes da sala de aula e, a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende que 50% da jornada de trabalho seja dedicada a atividades extraclasses, na prática, os professores têm encarado três turnos de jornada de trabalho, deslocando-se entre diferentes Unidades escolares e/ou exercerem outras funções que não a do ensino e aprendizado, enfrentado salas superlotadas e violências de modo geral, o que tem causado muitos problemas de saúde tais como: depressão, redução na voz, problemas respiratórios, de varizes, Lesão por Esforço Repetitivo (LER), síndrome de Burnout, entre outros. A mobilização dos sindicatos junto aos órgãos da área da saúde tem estimulado a participação e a organização de coletivos de saúde para pensar a qualidade de vida do trabalhador em educação não como um argumento e, sim, como política de negociação para a promoção de saúde e prevenção de doenças, promover o debate, pois o adoecimento da categoria está muito elevado. De acordo com a primeira pesquisa feita pela CNTE, em 1999, constatou que 48% dos educadores sofriam de Síndrome de Burnout. Em 2004, 22% das licenças médicas em todo país incluía esgotamento mental e físico. Conforme a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do trabalho, em 2010, 19 mil docentes da rede estadual de São Paulo tinham como causa dos afastamentos problemas emocionais. Outra pesquisa feita sobre a saúde dos professores no Brasil aponta que no "período de maio de 2001 a abril de 2002 a Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica da Prefeitura de Belo Horizonte realizou 16.556 atendimentos de servidores da educação. Os transtornos psíquicos ocuparam o primeiro lugar entre os diagnósticos que provocaram os afastamentos". Segundo Codo, 48% dos professores sofrem de "Burnout", isto é, transtorno psicológico que provoca cansaço, esgotamento e falta de motivação. Dos 39 mil docentes estudados no país, 32% apresentavam baixo envolvimento emocional na profissão, 25% com exaustão emocional e 11% com sintomas de despersonalização. Outra pesquisa realizada pela psicóloga Nádia M. B. Leite (UNB), com mais de 8 mil professores da educação básica da rede pública na região CentroOeste do Brasil revelou 15,7% dos entrevistados sofrem da mesma síndrome. Parece desprezível, mas alerta que "caso o índice seja o mesmo em todo o país, por exemplo, então mais de 300 mil professores brasileiros convivem com a síndrome, isso somente no ensino básico. Isso tudo acarretado pelas políticas educacionais dos governos que desconsideram que o docente é um fator importante para tratar da prevenção da saúde da população em geral. No entanto, o próprio profissional da educação está sendo alvo de descuido em sua qualidade de vida profissional e, consequentemente, pessoal. Diante disso, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (Inep) de 2010 mostram que professores "leigos" cresceram 35% em dois anos, de 2007 a 2009, em diversas regiões do país, sendo uma estimativa de 62.373 docentes sem formação adequada para o efetivo exercício, contratados pelos sistemas de ensino para ocupar as vagas de muitos professores que se afastam por problemas de saúde. Nesse contexto, a realidade dos professores é preocupante devido as condições inadequadas de trabalho. Assim, neste encontro, espera-se contribuir com políticas públicas de prevenção para os docentes.

Produtividade acadêmica e modos de subjetivação: modulação do trabalho do pesquisador docente

João Henrique de Sousa Santos (FEAD)

Este estudo teve como objetivo investigar o cenário de produtividade acadêmica e modos de subjetivação que incidem sobre o trabalho do pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Psicologia. O caminho adotado para discutir os processos de subjetivação assume alguns conceitos desenvolvidos ao longo do pensamento de Foucault, especificamente aqueles que dão contorno à problematização das práticas de constituição de si. O campo teórico aponta um cenário no qual os pesquisadores estão cada vez mais imersos em uma normatividade que impõe a produção enquanto palavra de ordem. Além disso, a classificação dos programas e dos pesquisadores faz emergir uma complexa rede de práticas produtivistas no âmbito da pesquisa científica no país. Em um cenário mais amplo, a cultura da produtividade abarca um conjunto de práticas necessárias ao desenvolvimento científico e produção de conhecimento no país. Entretanto, o modo como essas práticas vão constituindo o cenário acadêmico e os efeitos que elas produzem no campo, pode fazer insurgir ações que ditam uma certa discursividade e impõe um modo de produção que foge aos ideais de cientificidade, agregando parâmetros mercadológicos, quantitativistas, produtivistas e, por vezes, distantes de uma postura ética. A investigação consistiu na elaboração de dados por meio de informações disponíveis nas páginas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do CNPq, análise de currículos Lattes e entrevistas semidirigidas realizadas com 7 (sete) bolsistas de produtividade. Dado o campo de investigação, optou-se pela análise temática como perspectiva analítica possível ao estudo proposto. Atualmente a área de psicologia conta com 315 bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ). Destes, 196 são do sexo feminino e 119 do sexo masculino. Os resultados da análise dos currículos mostram que pesquisadores com bolsas de nível mais alto apresentam maior média de produção. Destacam-se, para esses, as produções de nível internacional nas classificações 1A e 1B, quando comparadas com os demais níveis. A análise das entrevistas aponta uma articulação entre produtividade e intensificação do trabalho do pesquisador-docente. O produtivismo emerge em meio à cultura da produtividade, enquanto um acontecimento na academia, produzindo modos de subjetivação e práticas de resistência. Pode-se considerar, a partir dos dados analisados, que o trabalho docente tem sofrido relativa precarização, que se intensifica frente às políticas de gestão e avaliação regidas pelas agências de fomento. Tais políticas atuam no cenário pesquisado, sobretudo, com a disposição de critérios que privilegiam o quantitativo, porém não se furtando do qualitativo. Verifica-se que a área de Psicologia tem produzido elementos que faz frente à lógica produtivista, com o intuito de agregar à avaliação critérios que evidenciam a qualidade das produções acadêmicas. Porém, ainda se está longe do ideal e as tentativas têm se mostrado insuficientes frente ao efeito produtivista. Cabe uma constante problematização sobre o campo investigado, especialmente os processos de gestão e avaliação, a fim de interrogá-los como experiências demarcadas no tempo e no espaço e que servem a determinados propósitos. A análise indica, ainda, que o trabalho do pesquisador é atravessado por múltiplas configurações, moduladas pela tecnologização das relações cotidianas (com alunos e agências de fomento), pressões por inserção acadêmica, mas, particularmente, pela manutenção de alta performance de publicação e internacionalização da produção.

Revisão integrativa sobre a gestão da saúde de professores de escolas públicas*

Franciele Ariene Lopes Santana (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), **Ilidio Roda Neves** (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Introdução: A saúde dos trabalhadores docentes vem progressivamente sendo afetada de maneira negativa, nem sempre com doenças facilmente diagnosticáveis, sendo comum o uso de termos como "mal-estar", "síndrome" e "sofrimento". Diante da evidência de adoecimento relacionado ao trabalho docente e precarização nas relações laborais da educação especialmente, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas Públicas de Saúde Coletiva voltadas para esta categoria. Assim, este estudo contribui no sentido de compilar e analisar criticamente a maneira como a gestão de política vê e atua para a saúde específica deste público. Objetivo: compreender, através dos estudos que tratam do adoecimento docente, "se" e "como" a gestão em saúde do trabalhador tem proposto ações e políticas voltadas a esta população. **Método**: Revisão integrativa de literatura, executada em 6 etapas: 1°: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2°: estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão 3°: Identificação dos estudos préselecionados; 4°: Categorização dos estudos selecionados e 5°: Análise e interpretação dos resultados. 6°: Apresentação da revisão/síntese do conhecimento: relatório. A investigação partiu dos dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), tendo como descritores: Docente; Professor; Professor Ensino Fundamental e Médio; Saúde do trabalhador; Ambiente de trabalho; Serviços de Saúde do Trabalhador; Programas de Assistência a saúde dos trabalhadores; Atenção à saúde do trabalhador; Licença médica; Condições de Trabalho; Esgotamento profissional, Educação Infantil. Resultado: Foram encontradas 242 publicações, sendo 52 pré-selecionadas (41 artigos, 8 dissertações de mestrado e 3 teses de doutoramento) e 190 excluídas. Sobre os estudos: dos 52, 11 relatam algum tipo de ação/ assistência à saúde docente, sendo que apenas 4 concernem à assistência através gestão em Saúde Pública e os 7 demais relatos referem-se à programas desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior, em algumas experiências associadas aos sindicatos dos trabalhadores docentes. Quanto aos objetivos de investigações das publicações, 18 estudos concentraram-se em problemas da voz, seguido de temas como: estresse, síndrome de burnout, depressão, transtornos mentais comuns (TMC) presentes em 10 pesquisas; em terceiro lugar apareceu a investigação acerca da dor muscoesquelética/osteomuscular em 9 trabalhos; 7 referem-se a estudos com relação ao trabalho/prazer/desprazer; 4 correspondem à qualidade de vida; 2 estudos abordam a questão de gênero e adoecimento docente; como estudos únicos encontrou-se um relacionado à Saúde docente e movimento social/sindical e outro Saúde docente e estilo de vida também. Conclusões: Pensando que o Sistema Único de Saúde (SUS) possui uma ampla política destinada a trabalhadores, e que os docentes são também trabalhadores, buscou-se compreender o que o sistema brasileiro de saúde tem feito frente a tal realidade. De acordo com os resultados é possível observar que embora exista um considerável número de publicações que versem sobre a questão da saúde, ou adoecimento docente, poucas relatam sobre a ação da saúde pública em relação a essa população específica. Perante esta realidade, considerando o espaço de tempo e o local pesquisado, levantam-se duas hipóteses, primeira: Os programas voltados para esta categoria estão sendo realizados, contudo os gestores não estão divulgando as experiências, portanto não existem publicações OU, segunda: realmente não existem programas que trabalhem com adoecimento docente no âmbito das políticas públicas. Neste sentido novos estudos precisam ser realizados como forma de demonstrar a realidade de adoecimento desta categoria, reforçando assim a necessidade de políticas públicas que contemplem a assistência à saúde dos/as professores/as. Do mesmo modo se faz imperativo que as redes de atenção, assim como preconizado pelo SUS se atentem à questão, sendo um importante instrumento, os estudos epidemiológicos locais, que poderiam apontar o adoecimento coletivo, combatendo a ideia de que o adoecimento docente ocorre individualmente. De igual importância é a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), por meio das notificações e investigações de casos de doenças e/ou agravos, de acordo com a lista nacional de doenças de que se enquadram como de notificação compulsória, destacando-se que é permitido aos estados e municípios agregar outros problemas de saúde que aparecem de modo considerável em sua região.

---

*Este estudo é uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso da autora (Saúde do Trabalhador em Educação: uma revisão integrativa sobre apontamentos da gestão da saúde de professores de escolas públicas brasileiras), na Pós-graduação, Latu Sensu, de Gestão em Saúde pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), sob a supervisão do coautor.

Saúde e trabalho em professores; revisão da literatura recente:(2003-2014)

Luiz Carlos Avelino da Silva (Universidade Federal de Uberlândia), **Pedro Afonso Cortez** (Universidade Federal de Uberlândia)

Segundo Assunção e Oliveira (2009) o desenvolvimento de políticas públicas em educação no Brasil é movido por valores de universalização e promoção da justiça social na educação, desde o início da década de 1990, às custas da precarização do sistema educacional e da intensificação do trabalho docente. Nesse contexto, verificaram-se na literatura nacional produções relacionadas ao trabalho docente, buscando compreender fatores relacionados ao sofrimento psíquico em professores. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática de literatura na Biblioteca Virtual de Saúde em Psicologia (BVS-Psi) baseada em estudos nacionais, publicados entre os anos de 2003 e 2014, indexados pelas bases de dados SciELO Brasil - Scientific Eletronic Library Online e

PePSIC (Períodicos Eletrônicos em Psicologia).

Como modalidade textual, optou-se pelos artigos científicos, por compreender que as teses e dissertações com maior relevância em suas áreas são divulgadas nesta modalidade textual. Utilizaram-se os descritores considerados representativos à temática investigada, os quais foram empregados isoladamente e em associação, tais como: saúde professor, sofrimento psíquico professor, trabalho professor, subjetividade professor, prazer professor, trabalho docente, subjetividade docente, prazer docente, sofrimento psíquico docente. O resultado preliminar da busca resultou em 1603 trabalhos, dos quais foram selecionados 412 após análise do título. Desses 412 trabalhos, fez-se a leitura dos resumos, resultando na exclusão de 356 inadequados ao tema da investigação. Assim, alcançou-se o total de 56 trabalhos lido na íntegra, os quais foram incluídos nessa revisão sistemática de literatura. Os resultados foram sistematizados em eixos de análise, conforme dispostos a seguir:

- Referencial teórico e área dos estudos: O desenvolvimento das investigações foi realizado, emsua maioria, por profissionais das áreas de Fonoaudiologia (dezoito), Psicologia (treze), Pedagogia (oito), Medicina (cinco), Educação Física (quatro) e Administração (três). A maior parte dos autores adotou como referencial teórico uma perspectiva "sócio-interacionista" (quarenta e um). Nos demais estudos prevaleceram como referencial a psicodinâmica do trabalho (onze), ressaltando aspectos da subjetividade existente na relação sujeito e trabalho, e documentos de ordem legislativa (dois).
- Temas dos estudos: qualidade de vida e saúde vocal do professor (dezesseis), subjetividade e trabalho (onze), organização e intensificação do trabalho docente (seis), ruído no trabalho e estresse docente (cinco), adoecimento físico e mental do professor (quatro), promoção de saúde na escola (três), poder público, políticas públicas e saúde do trabalhador na escola (três), qualidade de vida e saúde no trabalho (três) envelhecimento físico e dor corporal (dois) e Síndrome de Burn-out (dois).
- Participantes dos estudos: Houve prevalência de professores na participação dos estudos, apesar de não consensual entre os autores o critério para classificação dos participantes (local de trabalho ou nível de ensino em que o mesmo atua). Nesse sentido, verificaram-se como participantes e objetos das investigações: professores de rede pública de ensino (onze); professores de ensino fundamental e médio (nove); professores de ensino superior (oito); artigos, teses e dissertações sobre o tema (seis); legislações, prontuários e diários de campo (sete).
- Método e coletas de dados: A maior parte dos estudos apresentou na condução da investigação metodologia quantitativa (vinte e dois); seguida de metodologia qualitativa (vinte e um) e multimétodo (sete). Houve também em menor ocorrência o uso da metodologia etnográfica (quatro) e da revisão de literatura (dois). Quanto ao tipo de coleta de dados verificou-se a prevalência de questionários (quatorze), análise de registros ou documentos (treze), entrevistas (oito), observação participante (três), registro de campo (dois), grupo focal (dois) e técnicas projetivas (um). Os demais estudos utilizaram técnicas mistas.
- Resultados e discussões apresentadas pelos estudos: influência das políticas públicas na organização do trabalho docente (dezenove); necessidade de promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho (doze); incluir a subjetividade na análise do trabalho docente (onze); interferências do adoecimento docente no trabalho e eficácia de modelos curativos (dez); agendas de pesquisa (quatro).

Os estudos realizados sobre a saúde do trabalhador docente nos últimos anos apresentaram-se restritos às suas áreas de conhecimento. Tal concepção não seria um problema, caso não fosse constatado pela maior parte dos autores a multideterminação dos aspectos que influenciam a saúde no trabalho do professor. Nesse sentido, sugere-se que os próximos estudos articulem, em caráter interdisciplinar, os problemas vocais, a subjetividade, as legislações e políticas, bem como outros fatores relacionados à temática, a fim de promover a construção de metodologias e práticas que respondam ao problema de forma concreta. Afinal, somente assim será fomentada a proposição de políticas públicas que preservem e promovam a saúde docente no trabalho de forma integral.

Subjetividade, Discurso, Adoecimento e Políticas Públicas em Do(c)entes Readaptados das Escolas Públicas de Campo Grande – MS

Angélica de Moreira Ribeiro Lima (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Antônio Carlos do Nascimento Osório (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

Neste estudo pretende-se, a partir do significativo acontecimento "professores readaptados" nas escolas da rede pública da capital Campo Grande/MS, ilustrar e refletir sob as formas de adoecimento psicológico e os discursos que permeiam as práticas dos docentes que aqui residem e trabalham, bem como ilustrar quais as perspectivas vem sendo destacadas em trabalhos já realizados nesta temática, e quais as dimensões estudadas a respeito dos temas: políticas públicas, subjetividade e discurso dos professores readaptados por desordens psicológicas e as possíveis concordâncias e discordâncias a cerca dos temas, contidas nas obras levantadas para análise e auxílio na realização do estudo, assim como as conclusões favoráveis e desfavoráveis decorrentes destes estudos, de modo a angariar contribuições para com a saúde psíquica do professor. A relevância deste estudo se dá pelo elevado número de profissionais docentes em situação de readaptação nesta capital e pelo Brasil a fora, e pela ausência de projetos ou políticas públicas voltadas a esses sujeitos. Almejamos assim, dar maior visibilidade a esta condição, bem como aos elementos contidos nos discursos que perpassam o exercício profissional destes. Os primeiros passos realizados para o início deste estudo concerniram ao estado do conhecimento. Para a realização do estado do conhecimento, a metodologia de gênero bibliográfico pelo qual o levantamento das obras foi realizado teve os seguintes critérios: trabalhos socializados no Brasil; publicações nos últimos dez anos (2004 a 2014); e, seis (06) fontes de pesquisa. As bases de dados pesquisadas foram: Repositório Institucional CBC da UFMS; Portal de Periódicos CAPES/MEC; Base de Dados Scientific Electronic Library Online (SciELO); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil); Base de Dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). As consultas foram realizadas entre os meses de outubro a dezembro de 2014. A busca pelos títulos foi realizada com as seguintes palavras-chave: "Discurso", "Professor" e "Readaptação" e suas possíveis combinações com essas palavras. Numa segunda filtragem, procuramos identificar pelo título e pela temática abordada os trabalhos que estavam mais afinados com a temática que pretendemos investigar, o que levou a um outro olhar, permitiu uma nova perspectiva sobre o objeto de estudo a ser pesquisado. Por conseguinte será realizada uma pesquisa empírica de base qualitativa, através de entrevista semi estruturada, onde realizar-se-á o levantamento sobre os significados da readaptação na vida dos entrevistados, através da análise do discurso destes. Dentre as perspectivas teóricas possíveis, elegemos o viés de Michel Foucault (1926-1984) o qual empregaremos para a caracterização da problemática dos dados coletados, através da análise focaultiana do discurso, concomitantemente ao debate teórico com o auxílio de revisão bibliográfica acerca da temática, por intermédio da interlocução com o estado do conhecimento já realizado e, por fim, a confecção dos resultados finais sob forma de análise para qualificação. A partir deste estudo, buscar-se-á verificar e discutir as formas de resistências construídas por esses sujeitos como forma de 'sobrevivência' no ambiente de sala de aula, e o adoecimento psíquico como possibilidade de uma dessas formas de resistência.

Trabalho docente e precarização das relações de trabalho na universidade pública

Cristina Miyuki Hashizume (Universidade Estadual da Paraíba)

Este trabalho foca as relações de trabalho dos docentes da universidade pública, que passa por um processo de intensificação e precarização nas atividades fins acadêmicas. Levando-se em conta o referencial teórico marxista, propomo- nos a, partir do analisador professor- substituto, problematizar a intensificação do trabalho nas universidades públicas, demonstrando que a flexibilização das relações de trabalho na universidade tem como fim o barateamento nos custos com pessoal, trazendo a lógica empresarial e mercadológica de intensificação na exploração do trabalhador. Nossa indagação inicial no presente projeto de pesquisa ainda em andamento é a respeito dos processos de subjetivação através do trabalho, investigando clinicamente os impactos aludidos pelos professores substitutos em sua constituição subjetiva. Nesse estudo qualitativo utilizamos entrevistas individuais semi- estruturadas, sugerindo temas que focam nossos objetivos do estudo. Alguns resultados parciais obtidos até o momento são: a dificuldade na convivência com professores efetivos, a intensificação do trabalho, um processo de resiliência de se adequar às adversidades, o que gera uma certa conformação às condições dadas. A comparação das condições de trabalho com outros vínculos já tidos durante a vida profissional (trabalhos, muitas vezes não acadêmicos) colabora na aceitação das condições ora oferecidas, sem muito questionamento em relação às especificidades do trabalho acadêmico. É notório que o perfil do professor substituto é diferente do professor efetivo. Com uma origem mais popular, e em geral, sem vínculo prévio com a preparação acadêmica, esse profissional aprende o fazer docente através de tentativas e erros, desenvolvendo a resiliência e contando com ensinamentos de “bons professores” em suas experiências profissionais. Apesar de todas essas dificuldades pelas quais passa o professor substituto, é importante refletirmos que boa parte das disciplinas dos cursos de graduação estão em suas mãos, já que os professores efetivos estão sobrecarregados com atividades da gestão universitária. Nossa discussão vai no sentido de problematizar a flexibilização como um fenômeno que acirra ainda mais a intensificação dos trabalhos na universidade pública, além de comprometer a qualidade do ensino, pesquisa e produção de conhecimento, prioridades acadêmicas. A precarização da qualidade de vida do professor substituto denuncia a precarização dos professores em geral na universidade, que se vêem cada vez mais assoberbados com as incumbências administrativas e acadêmicas, numa atividade que ultrapassa a carga horária de trabalho docente. Nossas considerações finais vão em direção de questionarmos junto às políticas públicas do ensino superior a necessidade cada vez mais premente de abertura de novos concursos públicos e estímulo à formação acadêmica de mestrados e doutorados, no sentido de capacitar melhor nossos professores, e também para que consigamos reter os bons acadêmicos nas universidades, e não no setor produtivo nem fora do país. Dessa forma, acreditamos que a universidade pública poderá novamente se focar na produção de conhecimento estratégico em áreas importantes para a manutenção do desenvolvimento do país. Melhorar as relações de trabalho de todos os docentes, sejam eles, efetivos ou substitutos pode ser uma saída interessante para a melhoria da qualificação dos profissionais de nível superior, estratégia imprescindível para o progresso de um país em crise.

GT 22 JUVENTUDE, MARGINALIDADE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO?

A indissociabilidade entre pesquisa e extensão na investigação em psicologia social: relato de experiência

Marlla Rúbya Ferreira Paiva (Graduanda), **Elívia Camurça Cidade** (Universidade Federal do Ceará), **Poliana Silveira Fonteles** (Faculdade Luciano Feijão), **Jayne Vasconcelos Silva** (Faculdade Luciano Feijão)

O presente trabalho surge a partir da experiência de facilitação de uma oficina com jovens realizada em uma comunidade pobre na cidade de Sobral-CE; que surgiu vinculada a realização de uma pesquisa intitulada como: Fatalismo, Insegurança Social e Insegurança Psicológica: um estudo sobre as implicações da pobreza na vida de jovens pobres da cidade de Sobral (CE). A pesquisa com jovens demanda do pesquisador novas metodologias de investigação, como afirmado por Sarriera e Câmara (2008). A pesquisa se configurou como pesquisa-intervenção, onde nesta foram desenvolvidas metodologias que buscam a aproximam universo vivido pelos jovens. A pesquisa-intervenção foi realizada em parceria com a coordenadoria de Politicas Publicas da Prefeitura municipal. Objetivamos apresentar a experiência de facilitação da oficina produto de um processo de pesquisa intervenção com jovens pobres da cidade de Sobral, através de uma exposição dialogada dos resultados da pesquisa. O trabalho mantém relação com o GT 22 Juventude, marginalidade social e direitos humanos: o que a psicologia tem a ver com isso? Uma vez que investigamos as relações estabelecidas por jovens em situação de vulnerabilidade social. A pobreza é abordada pela compreensão de um fenômeno multidimensional (SEN, 2000) e psicossocial (ACCORSSI, 2011), dessa forma é delineada para além dos fatores econômicos mas pelos impactos nos modos de vida e relação social vivida pelos jovens que uma vez nessas condições desenvolvem artifícios de enfrentamento dessa realidade que se apresenta adversa e injusta. Segundo Scisleski (2012), a juventude pobre é vista como um problema para sociedade, tomando isso como base já se deduz que esses jovens estão associados ao uso de drogas, marginalidade e outros defeitos vistos pela sociedade. A oficina realizada teve como tema o autoconhecimento, a autoestima e autoconfiança. Foram observados dados apresentados anteriormente no grupo focal, como o reconhecimento do outro e a mediação de conflitos. Participaram quinze jovens com idades entre 12 e 17 anos. Inicialmente se realizou a apresentação do grupo dos facilitadores e dos objetivos da realização da oficina para os jovens. Como dinâmica de inserção foi realizada uma atividade de cooperação, onde para concluir o desafio precisariam do auxiliar uns ao outros. Realizou-se ainda uma dinâmica de entrosamento e reconhecimento do outro onde precisaram atribuir características que achassem mais relevantes nos colegas, favorecendo a percepção sobre características humanas consideradas relevantes pelos jovens. A atividade central da oficina consistiu na exposição de oito imagens de emoticons que foram escolhidos e apresentados em uma perspectiva de escala da expressão mais triste até a mais feliz. Apresentamos os emoticons junto a imagens de quatro contextos: família, comunidade, amigos e escola. Utilizamos como frases mote “Eu me sinto... quando...” e “Eu gostaria de ser mais....”, os jovens precisariam completar as frases identificando o emoticon que melhor expressasse o seu sentimento no contexto escolhido. As reflexões foram escritas e a partir destas elaborou-se um painel com os principais elementos discutidos e conversados por eles. Para o encerramento tivemos uma breve avaliação da oficina, onde foi solicitado que expusessem palavras sobre como foi participar da oficina, estas foram escritas em um mural. Os jovens diante da problemática da dinâmica, logo tomaram atitudes de cooperação e todos conseguiram resolver a problemática da dinâmica auxiliando o colega. Assinalaram as características positivas que viam nos colegas o que gerou reflexões sobre a aproximação, ou não, da autoimagem com a percepção reconhecida pelo outro. Muitos se identificaram como as características a eles atribuídas, já outros discordaram da qualidade a ele atribuída. A análise do painel produzido na oficina possibilitou percebemos que existem muitas emoções positivas relacionadas ao contexto dos amigos, depois da família e por ultimo na escola. Para a comunidade, utilizaram o emoticon relacionado ao sentimento de raiva. No contexto familiar também, foram atribuídos emoticons de maior grau de tristeza. Nos contextos de família, amigos e escola também foi atribuído o emoticon deprimido. A utilização da linguagem dos emoticons permitiu a aproximação do universo vivido pelos jovens com a forma de comunicação que eles utilizam cotidianamente nas redes sociais, essa metodologia possibilitou o a interlocução com os participantes bem como o alcance dos objetivos da oficina. Observa-se a partir da experiência vivida a indissociabilidade da pesquisa social com a intervenção e da importância de poder contribuir e de socializar sobre o que foi alcançado com a pesquisa.

A socieducação em análise: construção de sentidos de si e de futuro em um sistema em transição

Isadora Dias Gomes (Universidade Federal do Ceará)

O presente trabalho sintetiza reflexões co-construídas a partir de vivências profissionais e pesquisas acadêmicas que buscaram compreender o modo como a socialização violenta e a experiência de privação de liberdade atuam sobre os processos de subjetivação dos jovens nessas situações. Tendo como base principal a teoria histórico-cultural de Vygotsky, buscamos compreender mais especificamente os processos vividos pelos jovens acerca da significação de si mesmos e de suas trajetórias de vida, bem como o sentido de futuro de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Compartilhamos da inquietação diante da insuficiência e da inadequabilidade do atendimento socioeducativo desenvolvido nos centros educacionais do estado do Ceará e da percepção da urgência em se problematizar as diversas práticas presentes nos referidos centros, já que as mesmas têm sido foco de denúncias de graves violações dos direitos humanos. Ao desenvolver pesquisas empíricas acerca da estreita relação entre a cultura de violência - expressa em situações de humilhações e agressões de toda ordem – e discursos e práticas que estigmatizam os internos, apontamos para a necessidade de superação de modelos socioeducativos baseados em tecnologias de correção ou reforma moral. Por outro lado, verificamos alguns outros efeitos colaterais da privação de liberdade, uma vez que esta se apresenta na forma de uma situação que dificulta a redefinição de trajetórias de vida já que, da maneira como a medida socioeducativa de internação tem sido aplicada, além da liberdade os adolescentes têm sido também privados de escolhas, de interações culturais, de valorização e de reconhecimento, gerando sérias consequências sociais e pessoais. Com 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente percebemos certo avanço dos centros educacionais na superação de discursos e práticas menoristas de punição, porém ainda tem sido difícil pensar em estratégias socioeducativas reais, com vistas à valorização do adolescente como sujeito integral.

Consideramos que o atendimento de viés correcional estabelece ordenamentos morais que atuam na reprodução das "vozes sociais" no discurso dos socioeducandos sobre si mesmos e seu senso de futuro, reificando as significações já presentes e dificultando a sua pluralização. O desafio proposto é o de conceber um atendimento que facilite a esses jovens processos de apropriação de novos significados e sentidos sobre si mesmos e sobre o outro, promovendo novos estilos de convivência social e auxiliando-os no estabelecimento de novas trajetórias de vida que os desvinculem do ciclo de violência. Faz-se necessário, então, trabalhar na construção conceitual e operacional da idéia de "socioeducação", que é apontada na legislação como o mecanismo ou processo através do qual adolescentes teriam a oportunidade de reorientar suas histórias, porém os detalhes dessa forma de ação sócio-política têm sido pouco explorados. Assim, na construção de um sentido para esse conceito-ação, seguimos por um caminho em que o "social" promova a interação plural, o reconhecimento e a garantia de direitos e onde a "educação" seja libertadora, pautada no respeito e na valorização das potencialidades e talentos. Uma socioeducação, portanto, promotora de liberdade, no sentido vygotskiano de "domínio de si": domínio da atividade psíquica e dos signos construídos, capaz de superar determinismos diversos.

A Violência Imbricada na Sociedade: Casos de menores em conflito com a lei

Rebeca Míriam Siqueira Coelho (Universidade Federal do Pará), **Camila Neves da Silva** (Universidade Federal do Pará)

As crianças em tempos da Revolução Industrial, na Inglaterra, tinham direitos tanto quanto as mulheres, ambos vitimados pelas mazelas sociais, sendo estas crianças consideradas um miniadulto, tendo responsabilidades que se sobrepunham ao respeito pela sua fase de desenvolvimento e o direito de ser criança. No Brasil não era diferente, onde crianças e adolescentes eram empregadas em fábricas e lavouras. Anterior à promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, havia o Código de Menores, juntamente com o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, a substituta do Serviço de Assistência ao Menor, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), exerciam controle social separando as crianças e os adolescentes em duas categorias: os protegidos pela família e os que estavam em situação irregular (aqueles que haviam sido abandonados e/ou se encontravam em situação de delinquência - menores abandonados, infratores e de conduta antissocial); estes o Estado internava segundo a prática higienista no Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, aprovado em 13 de julho de 1990, foi instaurado a partir de uma nova forma de pensar provocada pelas violações de direitos destes e pela Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, representando ao país, à criança e ao adolescente deixarem de ser tratados como objetos de direitos e passarem a ser considerados sujeitos de direitos e deveres, pessoas em desenvolvimento, sendo priorizados e tendo proteção integral da família, sociedade e Estado. O ECA, além dos direitos das crianças e adolescentes, aborda a questão da infração cometida pelo menor e prevê medidas sócio-educativas não punitivas, diferente de como geralmente acontecia no antigo sistema, entretanto, carregamos heranças malévolas quanto à desigualdade social que ainda é relembrada ao menor infrator com vida pregressa, esfacelada e que já sofreu um processo de descasos, exemplificado quando a pessoa em si é criminalizada e, não o ato praticado, o que agrava ainda mais a chance de recuperação. Por vezes são empregadas questões biopsicossociais, incluindo a família, o desenvolvimento de identidade e a questão das subjetividades para explicar a marginalidade, o comportamento desviante e criminoso de menores. A impropriedade constitutiva é uma delas sendo configurada pela existência de uma vivência num mundo de acordo com suas duplicidades, como a duplicidade mimetismo/exotismo, estas as quais são constituintes da própria subjetividade e cultura, a quais são versões tão diferentes e incompatíveis e que possuem a necessidade de serem conciliadas, não somente com esta questão individual, como também no meio social. Entre Sennett, Ariès e DaMatta percebe-se a imbricação de pensamentos quanto a descoberta da família e a partir desta a situação social para as ruas, traçando o paralelo de regime da "casa" e o regime da "rua", assim como também a descoberta da infância, sendo este um estágio especial, tornando-o um momento de inocência perante as mazelas e perversidades encontradas na sociedade, inseparáveis da subjetividade do brasileiro na sua prática da vida do "malandro", que sempre dá os seus "jeitinhos" de burlar as regras, ou seja, pauta-se na "lei da transgressão", decorrendo para a constituição subjetiva em construção do adolescente que está numa situação de transição biopsicossocial. Perversidades essas discutidas por Hannah Arendt sob o corpo da banalidade do mal, que é, para ela, a institucionalização de caracteres violentos a partir da sistematização e "naturalização" destes por meio político-cultural, dados em conta da educação e exacerbação de imposições normativas, sendo estas seguidas cegamente sem o aparato da reflexão em sua ação, com o intuito de desvalorizar a dignidade da vida humana, exercida através de um certo desencanto ocorrido a partir da própria não aceitação da alteridade instituída, podendo ser estas violências nomeadas como instrumental e paradoxal, como pode-se ver no artigo de Figueiredo, publicado no livro "Adolescência pelos Caminhos da Violência", em 1998, há a menção a respeito da ética na modernidade, citando a demarcação imposta de três esferas: o público, o privado e o íntimo. Objetiva-se entender a violência que afetam os adolescentes em conflito com a Lei e que por eles é gerada. Para se chegar a uma aproximação de uma conclusão para este motivo enigmático é preciso passar pelo assunto violência, a história da família e da sociedade e a construção de subjetividades e identidades como geradora para tal e para a perturbação do estado de inocência da criança e do adolescente; por pesquisa bibliográfica utilizando-se três artigos de jornais de grande circulação, sendo um a nível nacional e dois, a nível regional, com foco na cidade de Belém do Pará.

As Relações entre Igreja e Estado na produção de Políticas Públicas destinadas à Juventude

Rodrigo Kreher (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Neuza Maria de Fátima Guareschi** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O presente trabalho propõe colocar em discussão as relações de tensão, aproximação e distanciamento entre instituições religiosas e o Estado no campo de produção das políticas públicas destinadas à juventude. Compreendendo a separação institucional entre Igreja e Estado como um importante elemento que compõe a implementação de um projeto de modernidade; esta aporta em nosso país em 1891, com a outorga da Constituição de mesmo ano, a qual organizaria social e politicamente a recém instituída República (1889). Em oposição ao antigo regime, o período de vigência desta Constituição, foi, ao menos do ponto de vista formal, o mais radical no que diz respeito ao distanciamento entre Estado e Igreja, o ensino passou a ser leigo e os registros de nascimento, casamento, óbito, etc., deixaram de ser realizados pelas igrejas, estando a cargo do Poder Público. Porém, na prática se mantiveram muitas das relações e acordos existentes entre as duas instituições desde o regime imperial, inclusive no que tange ao cuidado e assistência dos desprovidos de toda sorte, como crianças órfãs e abandonadas. Já, a Constituição de 1934, contemplando algumas exigências da Igreja Católica, ao mesmo tempo em que sustenta o programa de laicidade, confere a possibilidade de igrejas serem parceiras do Estado na resolução de algumas problemáticas, sobretudo aquelas de caráter social, legitimando algo que sempre aconteceu. A Constituição de 1988 vai manter arranjo semelhante ao da de 1934. Tendo este cenário como pano de fundo, o trabalho objetivou investigar como os jogos de forças entre as instituições religiosas cristãs e o Estado tem atuado e interferido historicamente na constituição das políticas de assistência e proteção à infância e à adolescência e, posteriormente, de juventude, no Brasil. Considerando que o Grupo de Trabalho "Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos: o que a psicologia tem a ver com isso?" visa discutir a inclusão da Psicologia no arranjo entre os Direitos Humanos e as práticas voltadas à juventude, sobretudo no campo das Política Públicas, a pesquisa realizada contribui para o debate quando evidencia alguns dos pontos nevrálgicos nas relações entre Igreja e Estado, a partir dos quais se torna possível refletir em que medida as práticas de cuidado e assistência à infância, adolescência e, posteriormente, juventude, no processo de formação do Estado brasileiro, se constituíram e, ainda hoje, assumem contornos que permanecem alicerçados em uma lógica de moral cristã de caridade e condução do rebanho à salvação e/ou à determinados modos e projetos de vida. Para tornar possível nossa problematização, tomamos, principalmente, o conceito de governamentalidade, elaborado por Michel Foucault a partir de 1978, o qual se refere a uma racionalidade de governo das populações; atualização e apropriação do Estado na modernidade de técnicas formuladas e executadas pelo Cristianismo no decorrer da Idade Média como estratégias de condução da vida dos indivíduos e da comunidade. Neste sentido, governo passa a ser entendido como aquele conjunto de práticas que tem por objetivo conduzir e orientar, sem cessar, o modo pelo qual as pessoas conduzem e tem suas vidas conduzidas. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos o método de pesquisa histórico com orientação genealógica. Desta forma, de acordo com a proposta de Michel Foucault para uma genealogia, procuramos não estabelecer uma relação linear e estruturada, ou de causa e efeito, das relações entre Igreja e Estado naquilo que diz respeito a produção de políticas de assistência destinadas à juventude; mas, ao contrário e justamente, os momentos de singularidade nesta história em que se tornaram possíveis aproximações, distanciamentos, rupturas e acomodações destas relações. Neste sentido, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, nos interessou saber, quais as condições de possibilidade que tem atravessado as relações entre as instituições religiosas cristãs e o Estado e os efeitos destas tensões na produção das lógicas que tem pautado a construção de políticas públicas juvenis. Portanto, destacamos que o processo de laicização do Estado, um dos principais projetos para o Ocidente na modernidade e decorrente de um processo de secularização da sociedade, diferente do que se pode pensar, não eliminou as relações políticas entre Igreja e Estado; estas tem se mostrado constantes, sendo, porém, em contextos históricos distintos, reorganizadas e recolocadas em outros patamares. Tal movimento tem produzido efeitos no âmbito das políticas de assistência à infância e adolescência, bem como naquelas destinadas à população juvenil, uma vez que muitas entidades executoras destas políticas são de origem religiosa cristã. Por fim, no atual contexto brasileiro, se observa um momento de maior saída da religião da esfera privada, passando as instituições religiosas a reivindicarem e participarem do espaço público e do debate político mais intensamente.

Cartografando as medidas socioeducativas em meio aberto no município de fortaleza

Luara da Costa França (Universidade de Fortaleza), Luciana Lobo Miranda (Professora)

Esse trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado e tem como objetivo descrever as práticas que atravessam a operacionalização das medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC) no Município de Fortaleza, a partir da analítica foucaultiana. O problema da pesquisa se aproxima do eixo temático "Políticas sociais: infância, juventude e novos arranjos familiares", pois além fez-se necessário investigar o território discursivo de construção da adolescência (em especial, da adolescência infratora, percebendo a disputa dos termos "adolescência" e "juventude"), bem como o cenário histórico brasileiro, entendendo-os como condição de possibilidade para a invenção das medidas socioeducativas, interface da psicologia e políticas públicas. Articula-se também ao Grupo de trabalho 22, pois o tema atravessa a noção biopolítica de marginalidade, criminalidade e de risco da população jovem. Metodologicamente, fez-se uma pesquisa intervenção baseada no método cartográfico. Realizou-se visitas aos espaços onde se operacionalizavam as medidas (Núcleos e os Centros de Referências Especializados de Assistência Social - CREAS) nas regionais de Fortaleza onde houve a participação de grupos de acolhidas de socioeducandos e de atendimento de construção de Plano Individual de Atendimento (PIA). Buscou-se cartografar a aplicação da Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade através do uso de diários de bordo e de entrevistas com técnicos, adolescentes e familiares. Usamos das contribuições de Foucault acerca do biopoder, ao articular as práticas disciplinares (que incidem sobre o socioeducando) e práticas biopolíticas que gerenciam a população da adolescência pobre/infratora. Da pesquisa, resulta-se percepções de que a gerência da juventude infratora acontece desde a fiscalização da freqüência escolar e do comparecimento do adolescente nos atendimentos e encaminhamentos da equipe das medidas, contabilização de documentos faltosos, enquadramento desse jovem a partir de sua conduta (bom comportamento, bom convívio familiar e comunitário, onde mora, situação socioeconômica, cor, orientação sexual, conflitos territoriais, uso de drogas, envolvimento com o tráfico), índice de cumprimento ou descumprimento ou reincidência da medida, etc. Dessa forma, conclui-se que a partir de práticas investigativas, esses jovens são alvo de normalizações classificatórias: deslizam entre os lugares de "cidadão" e de "vagabundo", entre os que "aderem" e "não aderem". Assumem rotulações híbridas de vítimas (da exclusão social, da falta de possibilidades do fracasso da garantia de direitos, da falta preventiva das políticas públicas) e de culpados ("os que não querem nada mesmo, os que não aderem, que não largam a droga, que são ruins mesmo"). Assim, na operacionalização das medidas, administra-se a liberdade do adolescente, este passa por exercícios de reflexão (de arrependimento) para ressignificar sua vida. Durante a pesquisa, utiliza-se como elementos de análises algumas cenas enunciativas que se destacaram no processo de produção do campo. Nas cenas destacam-se os três A (Acolher, Assinar e Aderir) – verbos que perpassam a questão do acolhimento, da burocratização das práticas (representada pela assinatura) e da adesão dos socioeducandos às medidas – e os três C (Cidadania, Confissão e Contestação da LA e da PSC) – analisadores potentes que refletem sobre a documentação como via de constituição do ser cidadão, sobre os refinamentos de dispositivos confessionais presentes na aplicação das medidas, bem como algumas contestações feitas pelos técnicos sobre a LA e a PSC – atravessadas por falas de descrença. Por fim, analisa-se também a implicação do pesquisador no próprio pesquisar.

Direitos Humanos Universais? Discutindo essa concepção a partir de visitas num Centro de Medida Socioeducativa

José Jardeson Martins De Vasconcelos (Fanor/ DeVry Brasil), Isadora Dias Gomes (Universidade Federal do Ceará)

O presente trabalho surgiu como requisito de aprovação no componente curricular "Optativa de Ênfase IV" do curso de Psicologia da Fanor/Devry Brasil tendo como foco a ênfase de "Psicologia, Sociedade Civil e Direitos Humanos". Ao longo do semestre de 2015.1 nós fomos convidados a acompanhar um estudante que estivessem no estágio específico para termos uma proximidade no campo quando iniciássemos esse estágio. Ao todo foram feitas três visitas: um grupo com os adolescentes, uma roda de conversa com o CUCA e um outro dia sem atividades para conhecer a interação dos adolescentes entre si e com os profissionais. Este centro, que teve a sua fundação no ano de 2001, se tornou o único na cidade de Fortaleza que oferece a medida de semiliberdade, somando um total de quatro no estado do Ceará. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990), é considerada criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, o adolescente, por sua vez, é aquela pessoa de 12 a 18 anos incompletos. Seguindo o Estatuto podemos perceber que se trata de um conjunto de leis que direciona uma série de medidas às crianças e adolescentes no território nacional. Em geral, fala-se dos direitos e deveres destas pessoas, bem como os deveres da família e do Estado para um suporte a estes jovens cidadãos. Com isso pretendemos discutir, a partir da experiência de estágio, o conceito de Direitos Humanos com a realidade deste Centro Educacional e juntamente analisar a conjuntura social que produz estes sujeitos. Sabemos que a construção dos Direitos Humanos não foi suficiente para tornar a sociedade mais habitável para todos, pois após a sua positivação ainda foi presenciado pela humanidade momentos de ditadura, principalmente na América Latina. No Brasil quase que diariamente eram comuns violações de direitos humanos com o intuito de proteger o país do avanço do Comunismo. Divergindo da ideia de direitos humanos naturais e universais a todas as pessoas, adotamos a ideia de que os mesmos são referentes a um determinado momento histórico e produzidos pelas nossas ações. Ao falarmos de direitos humanos estamos implicitamente envolvendo valores éticos e morais presentes na sociedade de um momento histórico. Dessa forma não podemos falar de direitos humanos de forma universal sem questionar de que direitos e de que humanos estamos falando. Esse questionamento é relevante devido ao momento social atual: um tempo de produção da exclusão e repleto de valores individuais em detrimento do coletivo, onde mesmo existindo uma lei para regular uma ação, ainda existem pessoas que querem colocar os seus valores pessoais para julgar o que é certo e/ou errado. Várias questões merecem destaque para analisar a proposta do Centro Educacional, seja na conduta dos adolescentes quanto na dos profissionais do Centro. O manual do Socioeducando do referido Centro inicia com a frase "Você veio para esta unidade porque errou, e também para organizar o seu futuro". Acreditamos que a ideia de apontar o culpado não é a melhor forma de resolver o problema, pois não existem ações isoladas, num mundo globalizado como o nosso, entendo que tudo está ligado pela teia das relações que são construídas.

Entendendo este lugar como produtor de subjetividade, é importante que seja reconhecido o seu potencial de transformação na vida dos jovens, mas que para isso preconceitos precisam ser desmistificados e acreditar nessa política pública. Assim, concluímos que analisar a problemática envolvendo os jovens em conflito com a lei deve ser mais abrangente. Faz-se necessário avaliar aspectos biológicos, psicológicos e sociais do adolescente, o ato infracional e todo o contexto. Pois somos seres com essas ordens de grandeza e não é justo que estes jovens sejam visto de forma parcial e preconceituosa. É notório que muita coisa ainda deve ser feita, mas uma sociedade mais justa requer que seus habitantes sejam sensíveis aos produtos que estão sendo produzidos por nós historicamente. Também se faz necessário o questionamento dos legisladores, pois nós precisamos adentrar na discussão deles e problematizar as medidas que estão sendo tomadas desenvolvendo um pensamento crítico acerca das leis e dos direitos humanos. Imagino que com isso a nossa sociedade se paute mais na humanidade que somos e tirar o foco do capital. Uma prática compromissada com Direitos Humanos pode produzir outras alternativas, que não envolvam a criminalização e tentativa de adequação de modos de existência. Por fim, quero ressaltamos o quão transformadora foi a experiência este Centro de Semiliberdade, trazendo a percepção de pontos que precisam ser melhorados e potencialidades que devem ser exploradas, pois é um local singular que pode promover mudanças. Ressaltamos, ainda, que essa não é apenas uma discussão da Psicologia, mas a sociedade como um todo merece estar ciente dessa política e se apoderar dela.

Egressos do sistema prisional no contexto do trabalho: o que pensam universitários?

Iara Andrade de Oliveira (Universidade de Fortaleza), **Luciana Maria Maia Viana** (Universidade de Fortaleza), **Luana Elayne Cunha de Souza** (Universidade de Fortaleza)

Este trabalho tem como objetivo identificar como estudantes universitários representam a participação de egressos do sistema prisional no contexto de trabalho. Dados de pesquisas sugerem que a população egressa é composta, sobretudo, por homens jovens, não brancos (negros e pardos), que praticaram crimes contra o patrimônio e possuem baixa escolaridade. Os dados ainda apontam que o acesso à educação e ao trabalho diminuem no período após a prisão. Os egressos estudam mais antes de serem presos, menos durante a prisão e ainda menos depois que saem. Em relação ao trabalho, a legislação garante este direito ao preso, mas não ao egresso. Quando este deixa a unidade prisional, deixa-a como mais um desempregado em busca de inserção no mercado, com o agravante de que agora possui registro de antecedentes criminais. Essas questões dificultam ainda mais a assunção de postos de trabalho que garantam a esses sujeitos uma sobrevivência digna. Vale ressaltar que essa realidade se aplica a egressos, de um modo geral, independente do crime que cometeram. Desse modo, é possível supor que essa realidade esteja associada fortemente às concepções e imagens compartilhadas sobre esse grupo que sustentam e fortalecem o preconceito. Sobre este fenômeno, reconhece-se que é uma problemática presente em diferentes períodos e contextos sociais, que favorece que diversos sujeitos tenham seus direitos e sua dignidade humana cerceados, determinando graves desigualdades e injustiças sociais. Abordar o preconceito no campo laboral é justificado pela centralidade que o trabalho assume na contemporaneidade para a construção da subjetividade. A opção por estudar esse processo a partir da ótica de estudantes universitários fundamenta-se no reconhecimento de que esses sujeitos estão sendo formados para atuar no mercado de trabalho e estarão desenvolvendo suas atividades profissionais de algum modo implicados com problemáticas sociais contemporâneas, como é o caso da participação de minorias na sociedade. Neste trabalho, o fenômeno do preconceito é descrito como uma forma de relação que se manifesta por atitudes negativas e depreciativas e por comportamentos hostis e discriminatórios. Esta compreensão pressupõe que o preconceito precisa ser estudado em cada contexto social, a partir das imagens elaboradas pelos grupos a respeito dos outros grupos e dos significados psicológicos e ideológicos construídos nos contextos das ideologias de cada sociedade. Isso significa que o preconceito varia de acordo com os contextos sociais e históricos em que ocorre, sendo necessário reconhecer a influência das normas sociais e jurídicas nas formas como esse fenômeno se apresenta. Essa perspectiva de analisar o preconceito tem sido desenvolvida por várias teorias que compartilham o pressuposto de que existem novas expressões do preconceito que se manifesta de forma disfarçada e indireta e que têm como característica a intenção de não ferir as normas anti-discriminação, próprias da maioria das sociedades ocidentais contemporâneas. Para desenvolver esse estudo, realizou-se uma pesquisa de campo, do tipo descritiva, em que participaram 80 estudantes, de ambos os sexos, oriundos de cursos de graduação de instituições de ensino superior de Fortaleza. Na coleta dos dados, utilizou-se um Questionário de Associação Livre de Palavras, para identificar o campo semântico relativo às concepções sobre a participação de egressos do sistema prisional no contexto do trabalho. Além de considerar a frequência com que cada palavra foi mencionada, para a análise dos resultados foi utilizada a técnica nuvem de palavras, um recurso gráfico usado para descrever as palavras mais frequentes de um determinado texto. O gráfico apresenta as palavras em tamanhos distintos, que variam em relação à frequência com que são utilizadas. Foram mencionadas 132 palavras diferentes para se referir à participação de egressos do sistema prisional no contexto do trabalho, sendo seis mencionadas por pelo menos seis participantes. Uma análise preliminar sugere a predominância do preconceito flagrante, o que pode ser evidenciado na maior utilização de termos negativos: “Preconceito” (N=26), “Desconfiança” (N=17), “Medo” (N=12) e “Dificuldade/Difícil” (N=5, N=3). Em relação às novas formas de preconceito, podem ser evidenciadas nos termos “Oportunidade” (N=18) e “Superação” (N=7), considerados atributos positivos para caracterizar a inserção desse grupo no contexto de trabalho. Esses resultados corroboram dados da literatura que apontam a existência de duas formas de expressão do preconceito: tradicional e moderno. Considera-se que esses achados lançam uma luz sobre como universitários, futuros profissionais, estão se posicionando frente a problemática da inserção de egressos do sistema prisional no contexto do trabalho. Acredita-se que essa pesquisa, analisada junto a outras que compõem um projeto mais amplo, favorecerá o desenvolvimento de práticas que diminuam o preconceito e a discriminação em relação a minorias sociais. Além disso, acredita-se que as reflexões advindas desse conjunto poderão contribuir para fomentar discussões sobre o papel da universidade na formação profissional e, consequentemente, na transformação da realidade social. Financiamento: CNPq (Edital Chamada Universal – MCTI/CNPq 14/2014) e FUNCAP (BICT/FUNCAP 2015-2016).

Historicizacão de intervenções com adolescentes pobres: Phenix a caminho da desvinculação da opressão social

Flávia Cunha Pacheco (Universidade Estadual de Maringá), **Naiara Valdelaine Balduino** (Universidade Estadual de Maringá), **Isabella Silveira** (Universidade Estadual de Maringá), **Gabriela Queiroz Batistão** (Universidade Estadual de Maringá), **Angela Maria Pires Caniato** (Universidade Estadual de Maringá)

O objetivo desse estudo é traçar um panorama histórico sobre o Projeto "PHENIX: A Ousadia do Renascimento da Subjetividade Cidadã", posteriormente designado "PHENIX: A Ousadia do Renascimento do Indivíduo-Sujeito", de modo a evidenciar os desafios políticos e éticos assumidos pelos alunos e professores envolvidos com o Projeto do ano 2000 até os dias atuais. Nossa pesquisa-intervenção tem visado desvelar as relações de dominação e opressão vivenciadas na sociedade pelos jovens pobres de Maringá. Além disso, buscamos desenvolver junto aos adolescentes um pensamento reflexivo, a fim de que esses jovens, que vivem em condições sociais desfavoráveis, possam se tornar agentes transformadores da realidade social. Isso significa dizer que tais reflexões permitem o desenvolvimento de uma consciência crítica, tendente à construção de uma coletividade mais solidária e que vise a politização da vida cotidiana de cada adolescente.

Nesse sentido, conduziremos nossas discussões a partir da proposta do grupo de trabalho número 22 do XVIII ENABRAPSO intitulado: "Juventude, marginalidade social e direitos humanos: o que a psicologia tem a ver com isso?". Consideramos importante problematizar não só as situações de violência, estereotipia e preconceitos vivenciadas por esses jovens, como também entendemos que esse Projeto de Pesquisa - Intervenção tem sido ao longo desses 15 anos uma forma possível de se fazer uma Psicologia mais humana voltada aos princípios essenciais de respeito à dignidade e a vida humana, do de bem-estar e da responsabilidade social para com as pessoas (WECHSLER, 2006).

Nosso projeto teve inicio no ano de 1999 quando, ao assistir a fala de um dos coordenadores estaduais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Paraná (MST/PR), Roberto Baggio, que na época discutia sobre o MST e o direito político de resistência, a professora Angela Caniato, foi acometida por uma força revolucionária que culminou na elaboração de um trabalho que discutisse o "direito político de resistência" com as populações excluídas. Nessa oportunidade, se plantou o embrião do que viria a ser o Projeto PHENIX. Já em 2000 nasceu o primeiro grupo do Projeto, intitulado "PHENIX: a Ousadia do Renascimento da Subjetividade Cidadã" que recebeu a proposta de intervenção junto a adolescentes pauperizados da periferia de Maringá cujo trabalho estava ligado ao Programa Governamental "Agente Jovem". Esses jovens frequentavam, sob o sistema de contra-turno, uma

Instituição Assistencial Pública dirigida por uma Fundação Religiosa. A princípio o objetivo do Projeto foi o de mobilizar o renascimento de uma subjetividade cidadã. Contudo, no decorrer dos trabalhos teóricos-metodológicos do grupo, houve a necessidade de renomear o Projeto, pois se constatou em estudos do conceito de cidadania e na obra de Theodor Adorno, que inexiste a cidadania numa sociedade autoritária e estruturada sob a manipulação da indústria cultural (ADORNO, 1986b). Desse modo, em 2008 o Projeto passou a ser intitulado "PHENIX: A Ousadia do Renascimento do Indivíduo-Sujeito".

Atualmente o trabalho se encontra na Fase IV e vem sendo realizado desde 2010 em uma Escola Pública da periferia de Maringá com adolescentes pauperizados que frequentam a escola no horário noturno. Temos por orientação epistemológica a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e como procedimento metodológico a pesquisa-intervenção, com vistas a investigar a realidade dos adolescentes, levantando demandas que emerjam da própria população. Desse modo, o objetivo das intervenções do projeto PHENIX seria tanto denunciar as imposições ideológicas e repressoras, as desigualdades sociais, o processo de alienação psicossocial da população, o sofrimento perante as injustiças sociais, quanto fomentar o desenvolvimento de suas capacidades de reflexão/consciência crítica que visem a autonomia/emancipação desses jovens.

A partir disso, buscamos fugir de práticas adaptativas e estandardizadas que violam os direitos humanos dos adolescentes. Assim, a perspectiva política e preocupação central que orienta esse Projeto de Pesquisa-Intervenção está baseada na constatação de que as classes sociais pauperizadas vivem sob a violência psicossocial, expostas à ações marginalizadoras e de coerção de suas vidas. Com efeito, esses jovens vem sendo considerados como parte da "população de risco", pois são interpretados como ameaçadores ao status quo dominante . Segundo Caniato, 2001 a exposição dessa população às "categorias de acusação" (VELHO, 1987) e às injúrias do "mito das classes perigosas" (COIMBRA, 2001) torna tais indivíduos vulneráveis ao desenvolvimento do "sentimento de culpabilidade", pela internalização dessas violências sociais (FREUD, 1981). Esses adolescentes acabam, portanto, se tornando presas fáceis dessas padronizações estereotipadas produzidas pela sociedade capitalista contemporânea (ADORNO, 1986b).

O grande desafio ético-político posto ao grupo de acadêmicos e professores do Projeto Phenix seria a desconstrução do ideal de fatalismo (MARTIN-BARÓ, 1987) presente entre esses adolescentes, que passam a esperar pelo futuro de forma passiva e conformista. Nossa ação envolve, portanto, a discussão crítica acerca da condição real e desigual dos adolescentes e em seguida a construção coletiva de instrumentos que os levem a tomar consciência das condições a que estão expostos para que, mudando sua forma de entender sua inserção social, possam transformar o meio que vivem.

Juventude, pobreza e insegurança: um relato de pesquisa

Poliana Silveira Fonteles (Faculdade Luciano Feijão), **Elívia Camurça Cidade** (Universidade Federal do Ceará), **Paloma Carvalho Alves** (Universidade Federal do Ceará), **Ana Mércia Melo Alves** (Faculdade Luciano Feijão)

A perspectiva multidimensional da Abordagem das Capacitações de Amartya Sen (2010) permite conceber a pobreza como fenômeno atrelado às impossibilidades de que os sujeitos transformem meios em finalidades ou funcionalidades, o que abre à discussão de que se trata de elemento composto não somente do fator econômico, determinado pela ausência de dinheiro, mas sim como um fenômeno psicossocial. É, portanto, possível afirmar que a vida em condições de pobreza está associada a fatores de ordem social, política e ideológica que irão interferir em implicações psicológicas (Cidade, Moura Júnior, Ximenes, 2012) e na acentuação da vulnerabilidade dos sujeitos aos fatores de risco ao desenvolvimento humano. No Brasil, são concebidos como jovens pessoas com idade entre 15 e 29 anos (Brasil, 2013). De acordo com dados da UNICEF (2011), 38% dos brasileiros entre 15 e 19 anos estão em condição de pobreza. São sujeitos forjados nas periferias dos centros urbanos duplamente estigmatizados pela pobreza e pela violência (Cepal, 2004), o que acentua sua exposição aos riscos sociais. A questão que se coloca é que os fatores de proteção, contraditoriamente aos de risco, favorecem a aquisição de controle sobre a vida e o incentivo ao bem-estar e à saúde psicológica (TROMBETA; GUZZO, 2002). O presente trabalho tem como objetivo apresentar os dados provenientes da realização de um grupo de pesquisa intitulado: "Fatalismo, Insegurança Social e Insegurança Psicológica: Um estudo sobre as implicações da pobreza na vida de jovens pobres na cidade de Sobral", financiado pela Coordenadoria de Pesquisa de uma Instituição de Ensino Superior e desenvolvido entre os meses de agosto de 2014 e julho de 2015. Parte de uma leitura crítica dos processos sociais, sobretudo daqueles que favorecem a exposição da juventude brasileira à elementos de risco e de proteção ao desenvolvimento humano quando inserida em condições de pobreza que acentuam a insegurança social e a insegurança psicológica. Nesse sentido, o trabalho se vincula ao Grupo Temático "Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos: O que a Psicologia Tem a Ver com Isso?", por este propor uma discussão quanto ao desenvolvimento da atuação em psicologia em contextos onde a temática juventude ganha visibilidade. A pesquisa foi realizada com 23 sujeitos com idade entre 12 e 20 anos, participantes das ações do Programa Estação da Juventude, vinculado à Coordenadoria Especial de Políticas para a Juventude da Prefeitura Municipal de Sobral. Como instrumento de obtenção de dados, foram realizados três grupos focais com base em um Guia de Tópicos previamente estruturado. Os dados foram analisados com auxílio do software Atlas Ti 5.0. As experiências de insegurança social vividas pelos jovens são descritas quando narram casos de violência vividos na comunidade e nos bairros vizinhos, assim como a exposição às práticas ilícitas e a convivência com uso abusivo de drogas por familiares e amigos. Os jovens estão, ainda, expostos a estigmas, muitos dos quais compartilhados pelos próprios moradores da comunidade e também por membros externos. Com isso, há contradição existente entre concepções positivas versus concepções negativa da comunidade, sendo o jovem associado ao crime e à prática ilícita por residir em determinado território. É válido, frente a este dado, questionar quais os avanços existentes na atualidade para a transposição do que Coimbra e Nascimento (2003) denunciaram como o mito da periculosidade do jovem pobre, quando são construídas teias de associação entre pobreza, criminalização e juventude. No estudo, as experiências de fome, o reconhecimento de si como pobre, o desemprego de membros da família e a visão sobre outras comunidades pobres são descritos como conteúdos vinculados às experiências de pobreza. Os jovens também convivem com situações de insegurança psicológica expressas quando narram o receio quanto aos vínculos de amizade e as visões depreciativas sobre o jovem na comunidade. Afinal, sabe-se que, sob um olhar psicossocial, conviver com experiências de pobreza e com os fatores de risco ao desenvolvimento humano, irá favorecer a incidência das experiências de insegurança psicológica. É importante destacar, contudo, que os jovens manifestam planos e estratégias de enfrentamento à pobreza, dentre as quais, merecem atenção as estratégias de aceitação social, de convivência com a violência e de superação da pobreza. O possível caráter paradoxal das instituições também apareceu neste estudo, quando a escola, a família, a comunidade e a política pública para juventude implantada no bairro são apresentadas como fator de risco e de proteção. As considerações finais apontam para a importância de que psicólogos estejam inseridos nas políticas públicas a fim de constituírem ações que possam recair sobre a ampliação de estratégias de apoio social e psicológico aos jovens para o enfrentamento da pobreza, o que perpassa o fortalecimento da família, da escola e da comunidade como locus de amparo e referência social.

Meninas adolescentes internadas: gênero e sexualidade importam?

Sofia de Souza Lima Safi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O trabalho que trago aqui é fruto da participação em uma pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizada em 2014, abordando as temáticas da medida socioeducativa, adolescência e gênero - aproximando-se com o tema de meu atual projeto de pesquisa de mestrado. Da série "Justiça Pesquisa" e intitulada Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas (em) cinco regiões, a pesquisa foi realizada conjuntamente com a doutoranda de ciências sociais, Mariana Chies Santiago Santos, e a graduanda em direito Roberta Pamplona Silveira. O tema da pesquisa era a medida socioeducativa de internação e as condições de cumprimento em relação a adolescentes do sexo feminino em cada região do país, e, a partir disso, foi escolhido o Rio Grande do Sul como estado a representar a região Sul. O objetivo da pesquisa era verificar a estrutura física das unidades; a identificação do perfil socioeconômico das adolescentes; compreender o grau de cumprimento da Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei nº 12.594/12, lei que implementa o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), verificando direitos individuais das adolescentes, observando, dentre outros direitos, os peculiares ao sexo feminino; e, por fim, a comparação de ferramentas pedagógicas entre unidades femininas exclusivas e mistas. A partir do que se observou e do que foi coletado de dados na Casa de Internação Feminina do Rio Grande do Sul, foi possível perceber as peculiaridades da realidade dentro desta unidade e os processos de sujeição a que as adolescentes são colocadas e, simultânea e contraditoriamente, de emancipação. Para tanto, foram realizadas 13 entrevistas não estruturadas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) de internação (com e sem possibilidade de atividade externa), 7 entrevistas semi-estruturadas com a equipe técnica da casa, além da etnografia e da cartografia, em que foi relatado, através do uso de diários de campo, o cotidiano dentro da unidade de internação, durante todo o mês de janeiro de 2014.

Para compreender as questões levantadas a partir da unidade de internação, pensou-se, primeiramente, nos princípios que norteiam a execução da medida socioeducativa de internação, especialmente aqueles relacionados ao gênero e à sexualidade. Desta maneira, o ECA e a Lei do SINASE serviram como parâmetro. Posteriormente, como forma de compreender e problematizar as práticas e os discursos apresentados na instituição, utilizou-se o aporte teórico das teorias pósestruturalistas e das teorias queer. Com isto, foi possível analisar os dispositivos e estruturas que regulam, normatizam e constroem as identidades de gênero e sexuais dentro da unidade de internação de adolescentes no Rio Grande do Sul. Ao final, na parte empírica do trabalho, traz-se à tona a realidade da unidade de internação e os possíveis questionamentos que se colocaram às pesquisadoras. Assim, em primeiro lugar, expõe-se a rotina da casa e os sujeitos que a compõe, seguido pelo questionamento "quem são essas adolescentes?", pensando-o através de questões como família, município de origem, escolaridade das adolescentes e relação com entorpecentes. As questões de gênero e de sexo, bem como sua importância dentro da instituição, também são trabalhadas por se verem cristalizadas em discursos heteronormativo e patriarcal reproduzidos dentro da casa.

Parlamento Jovem: desafios da formação política através da extensão universitária

Hananda Gabriele Silva (Pontifícia Universidade Católica Minas Betim), **Aline Consolação da Silva** (Pontifícia Universidade Católica Minas Gerais), **Luiz Carlos Castello Branco Rena** (Pontifícia Universidade Católica Minas Gerais)

O Projeto Parlamento Jovem em Betim como prática extensionista é compreendido como uma resposta à necessidade de formação política da juventude brasileira e a baixa oferta de espaços para problematização das práticas políticas desencadeadas a partir das casas legislativas. Em parceria com a Assembleia Legislativa de MG, com a Câmara Municipal de Betim e sete escolas de ensino médio da Rede Estadual e da Rede Particular. foi definido como tema para 2016 a questão da segurança pública e dos direitos humanos. Essa experiência extensionista ocorre no contexto de um projeto mais amplo de base estadual que envolve outros 37 municípios de MG. Neste trabalho a reflexão foi elaborada a partir da experiência municipal em Betim/MG. O projeto tem como objetivo "contribuir para a formação política de jovens do ensino médio e estudantes dos cursos de psicologia, direito e sistemas de informação, visando a discussão de temas relevantes ao fortalecimento dos direitos constitucionais, possibilitando a compreensão da dinâmica do legislativo e experiências de democracia participativa." (Rena, 2015). Ao articular a discussão sobre as políticas de segurança pública e suas implicações para a sociedade, tendo como público prioritário os jovens, o presente trabalho se alinha com o eixo temático "Políticas sociais: infância, juventude e novos arranjos familiares" permitindo uma interlocução de qualidade no GT Juventude, marginalidade social e direitos humanos: o que a psicologia tem a ver com isso? Este trabalho se apoia na literatura e estudos recentes sobre juventude e política como Leon (2006), Dayrell e Corrochano (2006) e Sposito e Carrano (2003) Abramo, Freitas e Sposito (2005), Castro (2011) e Moreira, Rena e Souza (2013). Compreende-se o fazer político na juventude como acontecimento sócio-histórico que, cada vez mais, encontra lugar nos cenários do cotidiano dos jovens que já não se identificam com as formas convencionais de participação política. O exercício da política extrapola as instituições tradicionais e se revela no enfrentamento dos conflitos que emergem nos espaços de convivência em que estão inseridos. Entende-se neste trabalho "que a adolescência e a juventude são categorias construídas historicamente. [...] portanto, adolescentes e jovens são constituídos em seus contextos particulares, e ao mesmo tempo têm a potencialidade de transformar tais contextos e, produzir sentidos singulares para as suas vivências." (Moreira, Rena e Souza: 2013).Para a etapa municipal do projeto está previsto o estudo da temática geral e seus subtemas, subsidiando a preparação de propostas que serão encaminhadas para as casas legislativas como provocação para projetos de lei de iniciativa popular nas etapas posteriores. Em Betim, adotou-se as oficinas (Rena, 2014) como estratégia metodológica de abordagem dos 45 jovens organizados em seis grupos, distribuídos nas sete escolas para realização do percurso formativo, agregando-se o Seminário Temático, os Grupos de Trabalho - GTs e a Plenária Municipal. A discussão conceitual do tema na perspectiva da psicologia social crítica ocorreu utilizando-se recursos da dinâmica de grupo, tendo como ponto de partida as vivências dos(as) jovens e suas comunidades no que se refere à segurança e aos direitos humanos. Os grupos foram envolvidos no esforço de fazer um diagnóstico através de uma pesquisa com a aplicação de questionário em 277 pessoas de 70 bairros da cidade. No que se refere aos objetivos propostos para a etapa municipal podemos afirmar que foram plenamente alcançados com produção de três propostas para cada um dos três subtemas: prevenção social do crime; proteção à seguimentos vulneráveis à violência; novas perspectivas para a atuação da polícia. Os grupos estão consolidados e estabelecendo seu planejamento para intervenção na escola e na comunidade. As oficinas se revelaram mais uma vez como estratégia de intervenção psicossocial valiosa, permitindo a construção coletiva do conhecimento, o compartilhamento de responsabilidades num processo grupal mais amplo e como espaço de negociação e construção de consensos entorno de ideias e práticas coletivas. Para além da política como pauta temática, como conteúdo, as oficinas proporcionam um fazer político diferente que inclui a todos e todas como iguais. As tensões na relação com a Câmara se constituíram como oportunidade de discussão sobre a lógica que orienta o funcionamento do poder legislativo e os riscos de manipulação presentes nesta parceria e as resistências ao efetivo protagonismo dos jovens que deveriam ocupar o centro da cena. Na perspectiva dos estudantes o projeto contribui para a ampliação da discussão, ultrapassando a temática proposta, o Parlamento Jovem promoveu o debate sobre cidadania e a vida em comunidade. Ao longo do projeto foi possível perceber a qualificação dos questionamentos entre os jovens, superando a visão reducionista da política como "roubalheira" ou "corrupção", reconhecendo a ação política como algo que é necessário para se viver bem em sociedade. Hoje podemos afirmar que os jovens participantes veem a política com outro olhar, acreditando na possibilidade de mudança que eles poderão construir.

Playground virtual e indústria cultural - Um estudo sobre as implicações psicossociais decorrentes do consumo das novas tecnologias na infância

Débora Cavalcante de Figueiredo (Universidade Federal do Ceará)

Em face ao contexto tecnocultural da sociedade de consumo contemporânea, observa-se que constantemente são lançados no mercado aparelhos eletrônicos de alta tecnologia - tablets e smartphones - direcionados ao público infantil, expondo-o desde a mais tenra idade à mídia publicitária e à indústria cultural veiculada nestes produtos. Profissionais das mais diversas áreas – tais como a comunicação social, a educação, a economia, a sociologia e o direito – têm se preocupado com a excessiva abordagem comercial ao público infantil, bem como com o estímulo aos mais novos aparatos tecnológicos, que sofisticam-se cada vez mais com a proposta de enriquecer e otimizar as "experiências" infantis por meio desses recursos, através de aplicativos com os mais variados objetivos: desde o puro entretenimento até mesmo aos jogos lúdicos, em que a criança supostamente aprende brincando. Em meio aos atuais debates acalorados travados no Brasil entre ativistas, grandes empresários e o Estado acerca dos direitos das crianças frente aos apelos das grandes corporações, faz-se pertinente uma avaliação acerca desse problema com base nos subsídios que a psicologia social nos oferece. A criança começa a utilizar os chamados gadgets em diversas situações: seja em momentos de lazer, estando ela sozinha, na presença dos familiares ou dos amigos; seja nos estudos. Assim, suportes eletrônicos sofisticados proliferam-se no universo infantil, o que finda por naturalizar esses novos modos de viver a infância, por vezes, restringindo suas experiências, que passam a ser mediadas pelo uso dessas tecnologias. O presente trabalho visa propor uma análise crítica acerca das estratégias utilizadas pela indústria cultural para estimular o uso dessas novas tecnologias na infância, em especial na esfera do lazer, a fim de se refletir acerca das implicações psicossociais decorrentes deste contato precoce. O eixo teórico-metodológico desta pesquisa pauta-se no referencial da Escola de Frankfurt, cuja reflexão crítica acerca do fenômeno da indústria cultural, termo cunhado pelos pensadores Theodor Adorno e Max Horkheimer na obra Dialética do Esclarecimento, fornece-nos subsídios teóricos para (re)pensar a influência da mídia na sociedade contemporânea, em especial, no universo infantil. Metodologicamente, utiliza-se de uma análise teórico-crítica de produções culturais direcionadas ao público infantil – enfocando, especificamente, as histórias em quadrinhos infantis, nas quais se evidencia o uso da tecnologia em seus personagens. Assim, o estudo pautase em uma análise micrológica, que privilegia o particular, enquanto aspecto representativo da totalidade da sociedade - no caso, as revistas em quadrinhos, nas quais evidencia-se, em análises já realizadas, um crescente uso dessas tecnologias, apresentada por várias cenas de personagens portando estes aparatos. Tanto nos quadrinhos infantis publicados em revistas impressas, quanto nos que são publicados em sites infantis, notamos que não apenas os personagens fazem uso dos recursos tecnológicos avançados, como procuram apresentá-los de forma entusiasmada, mostrando suas vantagens e os novos modos de uso no cotidiano infantil. Observamos, então, que se faz presente o estímulo ao uso e à aquisição desses produtos, atualmente tão fetichizados no contexto da sociedade de consumo contemporânea, ou seja, produtos que conferem status àqueles que os possuem e que são desejados não apenas pelos adultos, mas cada vez mais também pelas crianças.

Políticas de saúde e violência escolar na sociedade da insegurança

Gabriela Gramkow (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo)

O presente trabalho é parte de projeto de pesquisa de pós doutoramento na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo com supervisão da Professora Dra Flávia Schilling. A pesquisa objetiva problematizar as políticas educacionais de proteção de crianças e adolescentes desenvolvidas para a construção de uma cultura de paz no ambiente escolar. Pesquisas evidenciam que crianças e adolescentes não implicados diretamente com o circuito da criminalidade são também afetados na contemporaneidade pela medicalização e pela associação de seus conflitos à periculosidade, produzindo práticas de judicializacão do cotidiano. O tema da pesquisa a ser tratado é o da gestão da infância e da adolescência no cenário da violência escolar. As práticas de detecção precoce de transtornos mentais no contexto mais rotineiro da vida do adolescente - a escola - parecem evidenciar certas tendências de gestão dos corpos e dos riscos no contemporâneo, configurando-se como um analisador. A hipótese da pesquisa é que a conclamação por proteção, ao invés de segurança, permitiria instaurar e legitimar estratégicas de controle e contenção da vida das crianças e dos adolescentes em suas práticas capilares operadas por mediadores escolares e a rede de rastreamento precoce de crianças e adolescentes seja pela via da saúde, seja da segurança, ou ainda da rede de proteção saúde-justiça. Assim, ao invés de adequar a proteção ao efetivo nível de risco, tende-se a adequar a percepção do risco à crescente necessidade de proteção, fazendo da proteção mesma um dos maiores riscos que, para cumprir o imperativo da proteção, gera o risco que pretende defender. A pesquisa promove uma problematização da política pública do Sistema de Proteção Escolar (SPEC) desenvolvida pelo Estado de São Paulo a fim de contribuir com aportes para o aprimoramento da política pública nas áreas da saúde e da educação. O Sistema de Proteção Escolar foi implantado em 2010 após divulgação de dois eventos de repercussão midiática: em 2008 ocorreram conflitos entre os alunos na escola estadual "Amadeu Amaral" e em 2009 na escola estadual "Professor Antônio Firmino de Proença", ambos com intervenção policial. O SPEC apresenta como suas principais ações os projetos de: 1. Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC), 2. Vigilância Eletrônica, 3. Registro de Ocorrências Escolares (ROE) e 4. Atividades Formativas sobre a gestão de conflitos, a redução de vulnerabilidades e riscos no ambiente escolar, a prevenção de uso de álcool e outras drogas, a prevenção ao bullying e a formação voltada para os direitos humanos e garantias fundamentais em parceria com a Unifesp, Instituto Sou da Paz, Ministério Público e Polícia Militar. A pesquisa está circunscrita a rede de discursos dos principais atores envolvidos no funcionamento do SPEC a fim de problematizar a concepção de proteção-tutela que produzem modos de subjetivação da infância e da adolescência. Pretende-se pôr em análise quem deve ser protegido. Desse modo, as táticas de prevenção em nome da proteção produziriam que efeitos de verdade no cotidiano escolar? A que serve a política pública do Sistema de Proteção Escolar? É de suma importância analisarmos a política pública do SPEC e seus efeitos de saber-poder nos primeiros cinco anos de implementação em conexão com as práticas do campo da saúde e da segurança, tendo como foco a análise dos processos de subjetivação da criança e do adolescente em seu lócus da gestão da vida dos corpos juvenis: a escola.

Produtos da exceção: morte, abandono e desproteção da juventude em conflito com a lei

Giovana Barbieri Galeano (Universidade Católica Dom Bosco), **Andrea Cristina Coelho Scisleski** (Universidade Católica Dom Bosco), **Camilla Fernandes Marques** (CRAS Aero Rancho), **Bruna Soares Bruno** (Universidade Católica Dom Bosco)

Este texto se origina de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no contexto de campo grande – ms/Brasil e que busca problematizar as políticas públicas para jovens em conflito com a lei. nosso objetivo, no presente trabalho, é analisar a maneira como o discurso sobre os direitos humanos se direciona a população jovem que cumpre medida socioeducativa, evidenciando certa demanda por abandono, desproteção e morte dessa população. É neste aspecto que o presente trabalho se insere no Grupo de Trabalho: Juventude, marginalidade social e direitos humanos: o que a psicologia tem a ver com isso? Do eixo temático Políticas públicas, Direitos Sociais e Emancipação. Tomamos como operadores teóricos os estudos de Michel Foucault e Giorgio Agamben para a análise das práticas de governamentalidade – e soberamentalidade - que são operacionalizadas à categoria jovem em conflito com a lei. É a partir do método genealógico que podemos visibilizar a tensão de forças em um determinado espaço-tempo. Desse modo, buscamos pensar o presente e, assim, evidenciar as relações de poder e as produções de saber sem qualquer pretensão de uma busca por origem da verdade ou de uma continuidade histórica, mas para refletir acerca das condições de possibilidade para a existência de certos discursos. Nessa perspectiva, nossa discussão se dá pela problematização de documentos oficiais de âmbito nacional, em especial três guias elaborados no ano de 2006 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República que, mesmo com a implementação da Lei nº 12.594 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase e regulamenta a execução das medidas socioeducativas, ainda fundamentam as práticas dos técnicos que atuam com os jovens que cumprem medidas socioeducativas, e as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) relacionada à redução da maioridade penal. Esses documentos são pensados a partir de um paradigma de governo que possibilita não apenas o investimento e proteção, mas o desinvestimento, desproteção e abandono dos sujeitos, violando, portanto, os direitos estabelecidos nas legislações específicas e, principalmente, violentando a vida: produzindo mortes. Durante o desenvolvimento da pesquisa, pudemos dar visibilidade a uma população jovem que é capturada pelos dispositivos das instituições da saúde e da justiça, a partir da infração, e que, diferentemente do que as políticas socioeducativas propõem, os jovens têm seus direitos cotidianamente violados e suas vidas expostas. Nesse percurso, uma das questões intrigantes e que se destacou no que diz respeito à configuração do sistema que atende aos jovens em regime de internação, nos remetendo à operacionalização de medidas socioeducativas com caráter penal e não socioeducativo foi o fato de a coordenação no âmbito das Unidades Educacionais de Internação ser feita pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e não pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social (Setas), no contexto de Mato Grosso do Sul/Brasil. E ainda: o Sistema de Administração da Justiça Juvenil, novamente temos a presença da Segurança Pública (Polícia Militar e Civil) e a ausência de qualquer referencia à Assistência Social. Evidencia-se, então, a partir da configuração do sistema que atende aos jovens em regime de internação, a lógica punitiva e ilegal, diga-se de passagem. Neste aspecto, as Propostas de Emenda à Constituição legitimariam uma prática já operacionalizada onde, caso aprovadas, legalizariam a violência para com a população jovem. Isto é, a operacionalização das políticas públicas para os jovens em conflito com a lei indica a execução de medidas que, subsidiadas por discursos produzidos na relação entre as instituições da saúde e da justiça, violam os direitos garantidos em lei, visto que o tema da periculosidade, das condições psicológicas envolvidas na compreensão do ato criminoso e sobre o ECA ser brando em relação às medidas socioeducativas sempre está em pauta quando da redação do texto das Propostas de Emenda à Constituição. Evidenciar essas violações de direitos anteriores ao ato infracional e no cumprimento das medidas socioeducativas é fundamental para que se dê visibilidade a essa demanda pela produção legal de encarceramento, morte e abandono, demanda essa justificada em nome da segurança. Desse modo, é no contexto de proteção e violação que buscamos refletir sobre a vida e o que se tem tomado por direitos humanos a partir do campo das políticas públicas, especialmente no que se refere à população jovem autora de infrações.

Programado pra morrer: #SÓQUENÃO! Políticas públicas, produção de morte e a insistência de vida entre sujeitos jovens

Fernanda Bassani (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Neuza Maria de Fátima Guareschi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Para o filósofo alemão Nietzsche (2008), o processo de formação do indivíduo ao longo da vida deveria ter por finalidade "tornar-se aquilo que se é". Colocada em oposição à tradição socrática do "conhece-te a ti mesmo", essa máxima propõe tomar a vida como uma obra e não como uma trilha previamente rascunhada, a ser desvendada. Para tanto, deve-se sequer suspeitar aquilo que se pode ou deve ser, semelhante ao trabalho do artista que tem uma intuição inicial, mas cujo sentido de sua obra só se dá enquanto acontece o trabalho. Nessa postura, se aceita o trágico (as perdas e as violências da vida) não como o prenúncio de um destino, mas como combustível para a invenção daquilo que se é.

Essa resumida explanação de uma premissa filosófica complexa abre espaço para o tema do trabalho a ser apresentado: Como se dá o processo de tornar-se pessoa entre os jovens tidos como perigosos nos guetos do Brasil? Para esse trabalho entende-se por jovem algo que ultrapassa a ideia de "pessoas entre 15 e 29 anos" , constituindo-se como um "foco de intervenção estatal, a partir de determinadas urgências históricas" (Hadler, 2010). Já, a noção de perigosidade, relaciona-se a "pessoas que, conforme um encadeamento causal difícil de reconstituir portam um índice parcialmente elevado de probabilidade criminal, sendo em si mesmo, um risco de crime" (Foucault, 2010, p.22). Virtualidade que pode envolver desde condições como raça, nível sócioeconômico, "desestruturação familiar" e passagens pela polícia, até estilo pessoal e local de moradia. O conceito de gueto é trazido por Wacquant (2004) e refere espaços de confinamento moderno, como algumas periferias e também prisões, que conformam identidades maculadas. O trabalho tem por base as histórias de vida de sujeitos jovens que passaram pelo sistema penitenciário e posteriormente conseguiram escapar ao "não-lugar" do bandido ou do trabalhador de subemprego. A partir de estratégias criativas de sobrevivência ética-política - seja pela música, trabalhos sociais, empreendedorismo, etc - estes sujeitos emergem como possíveis pontos de resistência a um governo que se não busca a produção de morte, ao menos decide por deixar morrer determinados indivíduos. Suas histórias sugerem a participação de instituições sociais e de segurança pública, que pelo argumento da proteção especial e inclusão, acabam atualizando formas perigosas de ser jovem e justificando intervenções do campo da segurança pública, como aprisionamentos e homicídios.

Profanando a profecia dos "Três C's: cadeia, cadeira de rodas e cemitério " que paira sobre o universo existencial dos jovens transgressores, essas formas de vida que insistem em viver são o ponto de partida para compreender como se dá a "colocação do governo em movimento" sobre o sujeito jovem. Aborda-se, portanto, duas categorias de sujeito de direitos: a criança/adolescente (0-18 anos) e o jovem (18-29 anos), enquanto focos de políticas públicas distintas, mas cujos marcadores sociais de risco, vulnerabilidade e perigosidade acabam por uni-los em uma mesma racionalidade de defesa de uma sociedade biopolítica (Foucault, 2005,2008).

Considerando-se a circulação crescente destes personagens pelas estatísticas de violência letal, pretende-se problematizar a produção de morte enquanto uma escolha governamental, orientada pelo paradigma de gestão dos riscos à sociedade (Spink, 2001).

BASSANI, F. Visita íntima: o gerenciamento da sexualidade nas prisões do sul do Brasil.

Dissertação (Mestrado).Psicologia Social – UFRGS, 2013. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. FOUCAULT, Michel. (2008). Segurança, Território e População. São Paulo, Ed: Martins Fontes.

_____(2005). Em defesa da sociedade. (4ª edição). São Paulo: Martins Fontes. NIETZSCHE. F. Ecce Homo. São Paulo, Companhia das Letras: 2008

SPINK, M. J. P. (2001). Trópicos do discurso sobre risco: Riscoaventura como metáfora na modernidade tardia. Cadernos de Saúde Pública, 17(6), 1277-1311.

Wacquant, L. QUE É GUETO? CONSTRUINDO UM CONCEITO SOCIOLÓGICO. Rev.

Sociologia e Política, Curitiba, 23, p. 155-164, nov. 2004

Redução da maioridade penal e modos de fazer justiça na contemporaneidade

Fernanda Teixeira de Barros Neta (Universidade Federal do Pará)

Este trabalho tem como principal inquietação problematizar se questionar acerca de: Qual justiça está se pedindo quando se defende a redução da maioridade penal? Tal pergunta busca analisar o que se quer quando se pede por justiça para os jovens brasileiros envolvidos com ato infracional, tendo em vista os acalorados clamores por mais punição da juventude, sobretudo. Na história do pensamento e das teorias da Criminologia, no modelo inicial desta, exemplificada pela obra "Dos delitos e das penas", de autoria de Beccaria, previa-se que a pena e o castigo seriam aplicados como equivalentes das lesões, instituindo uma relação de credor e devedor, onde o sujeito deve pagar pelo dano que cometeu a alguém. A Criminologia Moderna/Positivista, por sua vez, inaugura um novo pensamento, no qual a pena aplicada não será de acordo somente com o delito cometido, mas sim entra em cena a figura do "criminoso" e a produção da delinquência. Neste momento, inaugura-se a relação entre os saberes 'psis' e a justiça, na medida em que os primeiros, a partir do exame, tornam-se indispensáveis na busca por motivos individuais, pessoais, psicológicos que sejam capazes de dar conta do motivo do suposto crime. A biografia do sujeito – toda e qualquer sorte de infrações às normas anteriores ao ato delituoso - passam a interessar à justiça quando for aplicar uma punição, legitimando, segundo Foucault em Os anormais, a extensão do poder de punir para além da infração, pois se investigam e examinam as condutas irregulares anteriores como lugar de formação do crime e produção do "criminoso". Seguindo por essas lógicas, os adolescentes em situações de conflito com a lei, estariam "quites" com a justiça, pois no artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente está inscrito em lei a responsabilização pela infração cometida. Então, que produções subjetivas são essas em nós que anseiam por certo tipo de justiça? Muito é dito e defendido sobre o quanto o rebaixamento da idade penal seria uma forma de lutar contra a impunidade dos ditos "menores" que assola o país, confundindo inimputabilidade com impunidade. Impunidade de quem? Esta palavra de ordem – impunidade – alimenta a lógica judicializante da vida e o espírito de vingança, forjando subjetividades as quais clamam pelo endurecimento penal. Produzem ainda a noção de dívida infinita, a qual pressupõe uma justiça infinita, onde se busca culpados incessantemente. Sob o manto da defesa da justiça e da sociedade, e sob o discurso científico efetivamos fascismos cotidianos contra os nossos jovens. Como nos diz Foucault, o racismo nessa tecnologia do biopoder (que objetiva fazer viver) introduz um corte entre o que deve viver e o que deve ou se pode deixar morrer. E assim, deixa-se morrer e matam-se determinados jovens no Brasil. Pouco importa se eles têm 18 ou 16 anos, quando já lançamos sobre eles o olhar criminalizante antes mesmo do cometimento de alguma infração. A deflagração de uma idade, a partir da qual se torna imputável, é um critério arbitrário da política criminal. A idade, pois, não é um fator de violência. Estaria a lei em conflito com os adolescentes?

Redução da Maioridade Penal: o que a Psicologia pode dizer sobre isso?

Mariana Allgayer (Universidade do Rio Grande do Sul), **Luciane Engel** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A proposta da Emenda Constitucional – PEC 171/93, altera a imputabilidade penal de 18 para 16 anos de idade e está embasada erroneamente na crença de que a criminalidade e violência no Brasil tem aumentado por conta de atos cometidos por adolescentes. Nossa discussão sobre o tema se baseia na análise dos processos sociais contemporâneos com auxílio dos estudos foucaultianos e autores implicados na discussão dos processos de criminalização e Judicialização da vida. Com posicionamento contrário à Redução da Maioridade Penal, o Conselho Regional de Psicologia do RS sentiu necessidade de debater junto à categoria e à sociedade através do acompanhamento das discussões e atos públicos compondo o Comitê Gaúcho contra a PEC 171/93, e tem buscado desmistificar o que está sendo imputado à realidade brasileira, ampliando o entendimento acerca dos propósitos que estão contemplados nesta pauta. O aporte elaborado no campo das ciências psicológicas nos leva a questionar a relação simplista de causa-efeito entre comportamento consciente – estímulo – punição. Entendemos que tratar a violência ultrapassa o âmbito da segurança pública, e nos remete a uma problemática que, primordialmente, passa por acessar direitos fundamentais tais como educação, saúde, moradia, renda e convivência social com uma correlativa produção de sentidos para a vida. Percebemos que, lamentavelmente, ainda hoje, a discussão sobre a violência no país se organize em torno da criminalização de adolescentes que se encontram alijados de laços sociais que poderiam lhes proporcionar outras alternativas que não a violência ou a morte. Ou seja, temos aqui um processo de criminalização da pobreza que associa à população pobre a ideia de periculosidade. (Coimbra, 2001; Sell, 2007). Diante disso, não é surpresa que o Código Penal possua dezenas de tipos penais e apenas três tipos superlotam as penitenciárias do Brasil: Furto (art. 155), Roubo (art. 157) e Tráfico de Drogas (art. 33).

A PEC 171/93 nega a produção social da violência, buscando no cárcere a solução para problemáticas sociais que se apresentam em nosso país, como a enorme desigualdade social mantida por grupos elitistas que se perpetuam em práticas de corrupção e aviltamento dos direitos sociais. Também nos cabe ressaltar que, associado a isso, temos uma incalculável desigualdade racial em nossa sociedade, demonstrada em vários índices governamentais e não-governamentais, como na pesquisa promovida pela Unesco e apresentada em 2014 no índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial.

Reconhecemos que a sociedade se encontra temerosa com a possibilidade de se tornar alvo de práticas violentas e criminosas. No entanto, chamamos a atenção para a sensação de insegurança que se produz em situações midiatizadas, vinculadas a processos sociais e econômicos sobre os quais se forja uma explicação para a violência.

Associa-se à matéria, uma solução que dá cabo ao que foi veiculado, como se a própria matéria midiática não fosse ela própria uma criação interessada. Ou seja, cria-se o problema sobre o qual a solução já está pensada e articulada antes mesmo dele existir, porque esta é a condição criada para se propor algo que dê à população a esperança de obter mais segurança para viver, como promete a proposta da PEC 171/93. Quanto à acusação de impunidade dos adolescentes, uma falácia se aplica nesta afirmação. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas socioeducativas nas quais os adolescentes infratores são responsabilizados pelos crimes que cometem. O ECA, no entanto, prevê que esta responsabilização aconteça pelo viés do desenvolvimento, podendo oferecer a este jovem condições de ele buscar alternativas para viver que sejam menos vulneráveis, que possa conhecer a sua realidade, cuidar de si e sentir-se cuidado em redes e vínculos que lhe apoiem nos enfrentamentos cotidianos e, principalmente, que lhe dê oportunidade de trânsito social diante da percepção adquirida e das potencialidades desenvolvidas.

Entendemos, contudo, que as práticas em funcionamento no âmbito das medidas socioeducativas necessitam um amplo debate e corresponsabilidade nos vários segmentos sociais e governamental para que as ações educacionais previstas pela regulamentação recebam o investimento necessário para a sua implementação. O que vemos em muitas instituições para adolescentes em conflito com a lei é muito mais uma lógica punitiva vigente nas prisões, do que a escolha pela via da responsabilização social prevista e discutida no ECA. Ou seja, uma das dificuldades de se trabalhar conforme o ECA, está justamente na transposição da lógica punitiva nos serviços que deveriam ser pautados pela socioeducação. Neste sentido a psicologia tem a contribuir nesta mudança paradigmática, pautando sua atuação na promoção de saúde e autonomia dos adolescentes.

Por fim, concluímos que punir é diferente de dar limites e responsabilidades, apenas remete a sofrimento. O aumento de internação do adolescente não pode ser utilizado como justificativa para viabilizar uma reformulação do ECA. Visto que uma revisão desta legislação deve considerar a complexidade da questão a partir da avaliação do processo educativo na linha do cuidado e da atenção com vidas em desenvolvimento.

Violência e a noção de ciclo de vida: interrogando as práticas de saber/poder do UNICEF

Juliana de Castro Nogueira Ribeiro (Universidade Federal do Pará)

Estudar o objeto violência significa adentrar em um campo heterogêneo de forças que envolvem múltiplas definições conceituais, as quais dizem respeito a uma crescente categorização sobre o objeto violência, objetivada de acordo com o público atingido, a forma como se manifesta, o local onde ocorre, o impacto que provoca, etc. Tratando-se da objetivação da violência no tocante às crianças e adolescentes, não podemos deixar de mencionar que a luta pela garantia de direitos à infância e adolescência atrela-se a uma pauta internacional vinculada à ação de organismos de defesa dos direitos das crianças. Nesse contexto, observa-se a marcante presença da agência multilateral ligada à Organização da Nações Unidas (ONU) denominada Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que, desde a década de 1950, atua no Brasil. Suas ações encontram-se difundidas em quase todo o território nacional, na promoção e desenvolvimento da infância. Todavia, as práticas do UNICEF vêm sendo problematizadas por diversos autores. Esses organismos exerceram pressão sobre o governo brasileiro para que fossem feitas mudanças na legislação, de modo a adequá-la a legislações internacionais de direitos humanos, o que culminou, no período da Nova República, na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 (ECA). Este trabalho teve por objetivo analisar a objetivação da violência para o UNICEF, a partir da problematização da noção de ciclo de vida, estratégia adotada por essa agência para o enfrentamento da violência. Realizamos uma pesquisa histórico-documental do livro Análise da violência contra a criança e o adolescente, segundo o ciclo de vida no Brasil conceitos, dados e proposições, publicado em 2005. As análises pautaram-se na metodologia arqueogenealógica proposta por Michel Foucault. Observamos que a produção da violência, nesse documento, levou em conta sua abrangência e especificidade de manifestação em cada fase de vida por meio de analises embasadas nos saberes da Psicologia do Desenvolvimento. A produção da violência é feita no livro em análise de forma compartimentada, em várias modalidades que traduzem uma tentativa do UNICEF de organizar os corpos para gerir, não a população de crianças e adolescentes do país como um todo, mas sua parcela mais pobre, que emerge como um grupo "perigoso", ou seja, relacionado à criminalidade, fazendo-se oportuno gerenciar esses corpos juvenis de forma utilitária e preventiva. Acreditamos que as manifestações de violência, tais como a fome, tortura, assassinato, exploração do trabalho sexual, dentre outras, podem ser entendidas enquanto efeitos de um conjunto de práticas sustentadas nas formas de poder/saber produzidas por nossa sociedade. Com isso, o UNICEF buscou operar a gestão biopolítica dos corpos de crianças e adolescentes pobres do Brasil, em uma perspectiva calculista neoliberal. Nesta investigação, procuramos, através da historicização do objeto violência e das racionalidades da Psicologia do Desenvolvimento, problematizá-los, com o objetivo de romper com as racionalizações que frequentemente paralisam e rotulam os segmentos mais empobrecidos do país, de maneira elitista e estigmatizante. Assim, buscou-se analisar como vêm sendo trabalhadas as práticas de saber-poder nos documentos do UNICEF, já que estas norteiam políticas públicas no Brasil, em que se direcionam estratégias à população, muitas vezes de forma hierarquizada. A partir dos estudos e análises realizadas na produção deste trabalho, concluímos que as práticas voltadas às crianças e aos adolescentes, no Brasil, pautam-se nos saberes médicohigienistas, pedagógicos e psicológicos, com forte ênfase nos pressupostos da Psicologia do Desenvolvimento, os quais são acionados constantemente pelo UNICEF, nos diversos documentos e ações dirigidas por esse organismo internacional, entrelaçados com a lógica de gestão econômica neoliberal, que, por sua vez, produz subjetividade –modos de ser, pensar e agir.Observamos que as ações de enfrentamento se direcionam principalmente à família, à escola e à comunidade representada pela sociedade civil, nas quais se devem somar esforços para dirimir fatores de risco que tornem as crianças e adolescentes vulneráveis à violência. Nesse contexto, a família assume papel de destaque no documento, sendo disparadas práticas de saber/poder de proteção em um viés funcionalista e utilitarista, as quais individualizam, responsabilizando os pais, sobretudo as mães, pelos desvios à norma dos filhos, sem maiores reflexões sobre os fatores que produzem a pobreza, a exclusão, social e a marginalidade dessas famílias. Concluímos que as práticas de saber/poder propaladas por essa agência procuram o controle dos riscos através da individualização da problemática da violência, o que em nossa análise contribuiu para a estigmatização das famílias pobres, tomadas como as principais responsáveis pela reprodução da violência. Conforme observamos nas políticas públicas neoliberais que têm como foco a redução de custos, sempre oferecendo o mínimo à população pobre, que, ao invés de possibilitar melhores condições de vida, produzem um lugar de exclusão e fazem morrer sonhos, projetos e perspectivas de mudança. Porém, acreditamos que, com a problematização de tais práticas, contribuímos para um pensar inquietante e esperamos com isso, de alguma forma criar uma abertura a outros possíveis.

"Tá com pena? Leva pra casa" – análise sobre a redução da maioridade penal.

Bruna Genú Almeida (Universidade Estadual do Ceará)

O objetivo desse estudo foi analisar, sob a ótica da Psicologia Social, as problemáticas que envolvem a redução da maioridade penal, baseando-se na PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 171/93, a qual versa acerca da mudança da imputabilidade penal de 18 para 16 anos de idade, bem como nas discussões promovidas por diversas plataformas midiáticas que se propuseram a expor o tema e na impossibilidade de se discutir isoladamente juventude, marginalidade e direitos humanos. Visto que, esses três eixos temáticos possibilitam refletir sobre a questão social no Brasil, especialmente no que toca os jovens moradores de periferias enquanto atores sociais considerados ameaçadores socialmente, tendo sua identidade vinculado ao bandido marginal.

Referencia-se à música diário de um detento, popularizada pelo grupo de rap paulistano racionais mc's nos anos 90. O trecho selecionado diz: "Minha vida não tem tanto valor quanto seu celular, seu computador." A frase é perpassada por uma ideia bastante difundida, especialmente pelos meios de comunicação especializados em noticiar a violência. Estes apontam que a vida do "cidadão de bem" vale o preço, por exemplo, de um aparelho eletrônico.

No entanto, a música propõe uma inversão no modo de interpretar essa frase, a fim de se pensar a partir da perspectiva desse outro, a quem é atribuída a causa do sofrimento de muitos indivíduos. Percebe-se que o exercício que propõe essa troca é muito difícil e raramente realizado. Talvez porque a experiência da marginalidade não seja encarada em seu caráter de alteridade, o que dificulta a identificação entre os sujeitos. Além disso, pela existência de uma concepção fortemente arraigada no imaginário popular de que ao bandido toda redenção deve ser negada, sendo um direito popular exigir que este não viva – tanto no sentido literal, quanto no sentido da reclusão penitenciária e, consequentemente, da exclusão social, sofrendo, de acordo com Castel (2000) uma desafiliação que, consequentemente, dificultará sua reinserção na sociedade. A fim de problematizar a questão, conceitua-se a noção de exclusão social na contemporaneidade e o caráter de fixidez da identidade, utilizando a ideia de estigma (Goffman,2014) para desmistificar a concepção que relaciona pobreza à marginalidade, percebendo como os significados e atribuições são construídos socialmente. O método para desenvolver essa pesquisa se deu através de levantamento bibliográfico juntamente à análise de dados obtidos através das plataformas midiáticas.

Como resultado, percebe-se que há uma forte descrença no poder transformador das medidas socioeducativas propostas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) devido a um grande número de reincidência de crianças e adolescentes às dependências da Fundação Casa. Dessa forma, a sensação de impunidade é, sem dúvidas, um dos principais cordões que unem a sociedade brasileira e que a fazem se posicionar frente a algo de forma mais homogênea, ainda que não por completo, certamente. Esta infiltra o sentimento popular de justiça, o qual foi desenvolvido a partir da morosidade do sistema judiciário, da descrença nos órgãos governamentais que deveriam se mostrar responsáveis pela proteção do povo e da falência evidente do sistema penitenciário. Isso pode ajudar a esclarecer porque cerca de 87% da população, segundo o Datafolha em pesquisa divulgada no mês de abril, apoia a redução da maioridade penal, tornando esse percentual o mais alto em 12 anos de apurações.

A crença de que a redução da maioridade penal seria a solução para, finalmente, controlar a criminalidade expõe o quanto o Brasil está acostumado a gerenciar medidas de caráter imediatista. Reduzir não é solucionar, porque não modifica os alicerces que sustentam a violência e, qualquer tentativa de transformação que não propõe essa análise profunda, se torna apenas mais uma política pública incapaz de atingir objetivos concretos. Foucault (1975, pp.196) sintetiza esse pensamento ao dizer que "conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. E, entretanto não "vemos" o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução da qual não se pode abrir mão".

Conclui-se que é válido questionar, prioritariamente, a quem servirá a redução da maioridade penal – se ao filho do rico ou se ao filho do pobre. O mapa do Encarceramento – levantamento realizado pelo Governo Federal em 2015 a fim de analisar o perfil do encarcerado brasileiro – aponta que há uma discrepância na aplicação das leis, as quais deveriam, supostamente, ser iguais para todos e isso implica em uma discriminação racial no campo da justiça criminal. Assim, entre a acusação e a efetivação da condenação existe um abismo, mostrando que a condenação e o encarceramento de negros é 1,5% superior ao de brancos. Não é proposto, aqui, negar o contexto de violência e insegurança vivenciado diariamente, mas sim trabalhar, a partir de uma consciência crítica acerca do problema, em prol do desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, tendo como marco a preocupação com a sua reinserção social de forma branda e efetiva.

"Vai dar certo!": apontamentos a partir de trabalho com adolescentes em conflito com a lei

Filipe Augusto Barbosa Alencar (Universidade Federal do Ceará)

Que imagem nos vem à cabeça quando ouvimos o termo "centro educacional"? Como imaginamos a aparência física de um local com essa denominação? Que tipos de profissionais deveriam trabalhar numa instituição assim? Afinal, qual deveria ser a finalidade de um "centro educacional"?

Tomando como guia os questionamentos acima, seguindo do último até o primeiro, acreditamos que o principal fim de qualquer estabelecimento educacional deva ser a promoção da Educação, ou, ao menos, de algum tipo de Educação. Para tanto, teria de contar com os trabalhos de pessoas de áreas como Pedagogia e Psicologia, Serviço Social, professores de diversas disciplinas, educadores físicos, nutricionistas etc. O ambiente onde o processo educacional ocorre influencia decisivamente na eficácia deste. Assim sendo, aquele deve ser um ambiente agradável, esteticamente atraente, adequado às necessidades climáticas da região, enfim, onde as pessoas participantes do processo sintam-se à vontade. Desta maneira, temos o esboço de uma imagem ideal para um "centro educacional": um lugar agradável onde trabalhem profissionais capacitados para a promoção da educação.

Em se tratando de uma instituição destinada ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade, algumas peculiaridades devem ser observadas. No entanto, não excluem a imagem ideal construída acima.

Surgem, então, outros questionamentos: de que maneira determinadas crenças ou imagens acerca dos jovens em conflito com a lei interferem no trabalho desenvolvido em uma unidade de internação? Como certas relações de saber-poder podem constituir ou serem constituídas a partir de práticas institucionais em um local desta natureza? De que forma os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas significam este processo? E como se dá sua participação no mesmo? Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de estágio em Psicologia em um centro educacional destinado à aplicação de medidas socioeducativas de privação de liberdade a adolescentes em conflito com a lei, no município de Fortaleza. Descreveremos nossas impressões acerca da instituição, notadamente do trabalho que ela desenvolve e sua relação com as conjunturas local e nacional dos debates sobre juventude e violência. Apontaremos possíveis razões que impedem o pleno funcionamento da unidade de internação, bem como potencialidades e também possíveis saídas para os problemas identificados. Dentre os quais, destaca-se a falta de espaços para a valorização das ideias e expressões dos adolescentes internos. Nossa experiência com aqueles jovens nos faz crer no diálogo como fundamental ferramenta para potencializar a autonomia e o protagonismo dos garotos, facilitando, por exemplo, sua participação na gestão do estabelecimento, como determinam as diretrizes nacionais que regem a aplicação das medidas socioeducativas. Ademais, a estrutura física inadequada, a superlotação, o número insuficiente de profissionais e a baixa capacitação dos que lá atuam, aliadas a certos padrões normativos, são fatores a serem superados. Com base nas demandas observadas, descreveremos, ainda, as atividades realizadas durante o primeiro semestre de 2015, tais como a elaboração do plano de ação, participação política junto a movimentos contrários à redução da maioridade penal e pesquisa sobre este tema com atores envolvidos no contexto interno do centro educacional. Entendemos que nosso trabalho se aproxima do eixo "Políticas públicas, direitos sociais e emancipação" por fomentar problematizações relacionadas aos direitos humanos e de cidadania de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, bem como acerca do protagonismo juvenil e participação dos jovens em políticas e proposições relacionadas a eles. Acreditamos que o presente trabalho associa-se, também, ao eixo "Políticas sociais: infância, juventude e novos arranjos familiares" por estar diretamente relacionado às políticas públicas voltadas para a infância e juventude, com foco nas medidas socioeducativas. Pelos mesmos motivos, vinculamos este trabalho ao GT 22 – "Juventude, marginalidade social e direitos humanos: o que a Psicologia tem a ver com isso?", haja vista estar relacionado às polêmicas atuais no Congresso Nacional, mídia e sociedade civil acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente e da proposta de redução da maioridade penal. Pensamos que os debates e reflexões acerca de temas que relacionam direitos, políticas públicas e "minorias" em situação de vulnerabilidade são de extrema necessidade para a constituição do saber e fazer psicológicos coadunados com as reais demandas de uma sociedade que se pretenda justa e equânime.

Guiamos nossas reflexões e ações, de início, principalmente a partir do referencial teórico da Psicologia Comunitária, fornecido por Cézar Wagner de Lima Góis, e das legislações e diretrizes atreladas ao nosso tema (ECA e SINASE). Mais recentemente, temos incorporado os referenciais teóricos de Michel Foucault e a Análise Institucional de René Lourau.

Com este trabalho, esperamos contribuir para a construção de novas possibilidades de atuação da Psicologia junto aos adolescentes privados de liberdade. Atuação esta que possa ser mais crítica e menos cristalizada em padrões generalistas, além de não prescindir do diálogo com saberes de outras áreas e naturezas.

GT 23 TRABALHO NA PERSPECTIVA CRÍTICA II

A concepção de trabalho na psicologia social abrapsiana: exame inicial nos anais dos encontros nacionais (2009-2013)

Victor Mateus Macario Portto (Universidade Estadual do Ceará), **Antonio Dário Lopes Júnior** (Universidade Estadual do Ceará), **Ruth Maria de Paula Gonçalves** (Universidade Estadual do Ceará), **Betania Moreira de Moraes** (Universidade Estadual do Ceará)

O surgimento da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) no Brasil correspondeu, ao ápice de um movimento que visava a criação de um novo modelo de Psicologia Social, tendo em vista que as perspectivas em foco, até então, consistiam, a grosso modo, de importações das matrizes estadunidense e europeia. A partir dos anos de 1970 o grupo da Escola de São Paulo começa a questionar os paradigmas então vigentes, uma vez que a constatação da inconsistência dos resultados encontrados e de sua inadequação a fenômenos sociais presentes na realidade pesquisada no Brasil apontou um vazio teórico que gerou a certeza de que era urgente o desenvolvimento de pesquisas que levassem a uma nova sistematização. Ao compreender a ABRAPSO como um espaço ímpar na difusão dos conhecimentos em psicologia social, evidenciando a possibilidade de uma psicologia social crítica, o escopo de nossa proposta versa sobre a concepção de trabalho presente nos anais dos encontros nacionais promovidos por esta instituição, os quais são alocados no Grupo de Trabalho (GT): Trabalho, no período entre 2009 e 2013. Para tanto, efetivou-se o exame dos resumos presentes no referido GT na tentativa de compreender como o conceito de trabalho, entendido como o elo que liga as propostas submetidas ao mesmo, foi significado ao longo deste intervalo de tempo. Ao retomarmos o aspecto do trabalho, sinalizamos que uma das vertentes teóricas da ABRAPSO repousa nos pressupostos do materialismo dialético tal como inaugurado por Marx e apropriado pela Escola de Vigotski. A estes teóricos acrescentamos Lukács, uma vez que este compreende o marxismo como uma ontologia do ser social. Na esteira destes autores, passamos a sinalizar o trabalho como: protoforma da atividade humana, categoria fundante do ser social, ato-gênese do homem. Assim, investigamos em que medida a concepção de trabalho constante nos resumos apresentados no período em foco, coaduna ou não com esta perspectiva teórico-metodológica. Justificamos a seleção desse eixo temático pelo fato de, dentro da lógica marxiana, o trabalho, ao representar o complexo fundante do ser social, nos auxilia a pensar o indivíduo em relação a sua materialidade histórica, concepção esta tão cara à Psicologia Social em sua práxis com vistas à emancipação humana. Desta forma, o estudo compreendeu as dimensões bibliográfica e documental, considerando a realidade concreta da qual emergem os problemas sociais – objeto de estudo das investigações realizadas no âmbito da Psicologia Social. Algumas categorias como práxis, totalidade, contradição, historicidade e mediação, destacam-se na pesquisa realizada no âmbito da Psicologia Social, tendo como alicerce a ontologia marxiana. Tais categorias deram suporte teórico-metodológico, no sentido de consolidar o objeto e sua análise. Assim, o universo da pesquisa remonta ao total de 108 resumos analisados nos anos de 2009 e 2013, uma vez que ao longo do percurso da pesquisa, os resumos de 2011 encontravam-se indisponíveis. Como resultado preliminar, evidenciamos que do total do universo da pesquisa, cerca de 12 estudos estão diretamente ligados ao marxismo em seu sentido ontológico. De conclusões, assinalamos que embora o aspecto do trabalho seja o eixo norteador de tais propostas, este é apropriado mais em sua dimensão cotidiana, enquanto um conceito, e não com o estatuto ontológico de protoforma de toda atividade humana sendo a natureza destes estudos de caráter vivencial-prático mais do que voltado para discussões epistemológicas acerca do mesmo.

A dialética do arbitrário e o inevitável: o trágico em Dois perdidos numa noite suja

José Estevam Salgueiro (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Dos 22 textos escritos por Plínio Marcos para teatro, este estudo debruça-se sobre Dois perdidos numa noite suja (1966), que o lançou como autor para o grande público e crítica e é considerada a obra mais marcante em sua trajetória dramatúrgica. Busca identificar e analisar quais os sentidos e significados acerca do trabalho e do trabalhador estão presentes no texto, e, para isso, utilizando-se do método objetivo-analítico, proposto por Vigotski em Psicologia da Arte para o tratamento das obras de arte, recorta unidades dramáticas, o que permite abordar o texto teatral conservando a sua especificidade como obra de arte. O procedimento metodológico básico é buscar no texto teatral passagens, situações e falas das personagens que exprimam e provoquem pensamentos e sentimentos acerca do tema focado (neste caso o trabalho e o trabalhador) e assim mapear o que pode ser chamado de unidades dramáticas: conjuntos menores de falas e réplicas, diálogos e ações, rubricas e indicações de texto, objetos de cena, cenário, luz, figurino, com unidade de sentido, a menor cena passível de sentido. Tendo como foco a centralidade do trabalho na formação da subjetividade, como perspectiva para entendimento geral da obra, o estudo propõe a dialética do arbitrário e do inevitável para a apreensão da dimensão trágica da condição do trabalho e do trabalhador quando submetidos à lógica exploratória do capitalismo contemporâneo e, dessa forma, demonstra que as dimensões objetiva e subjetiva da realidade estão presentes e articuladas quer na estrutura da obra teatral e como na configuração das personagens, com especial atenção para explicitar como o texto teatral, enquanto forma de abordar os fenômenos, contextualiza e enreda a realidade e a subjetividade do trabalhador. Os fatos trágicos, aqueles contém tragicidade, combinam tristeza e dignidade e os fatos que o texto apresenta ao leitor/espectador são de uma crueza contundente e com forte conteúdo de entristecimento, e ao mesmo tempo, elevam esses homens nele representados à condição de suprema nobreza: é pela dor e pelo sofrimento narrados no texto que é possível que o público/leitor reconheça nessas personagens a condição humana e com elas se identifiquem. O trágico que o texto encerra revela a dignidade do trabalhador, seja em que condição esteja, estranhado ou não. O que evidencia a tragicidade da condição desses trabalhadores é a brutal indiferença da realidade, do mundo, aos seus esforços e às suas qualidades: ainda que empenhem esforços (até mesmo sacrifícios) o fracasso é inevitável; ainda que se dediquem ao máximo, cumpram o que lhe é exigido, o alcance do almejado não está garantido e a frustração é inevitável. A única inevitabilidade é a decepção, o fracasso; o sucesso e a consecução se mostram como que arbitrários e aleatórios — o desejo dos homens e a indiferença do universo, esse desencontro entre o desejo dos homens e a realidade. A situação que as personagens (Tonho e Paco) vivem — como trabalhadores excluídos e marginalizados — é arbitrária: pois eles não necessariamente precisariam estar aí, poderiam estar em situação diversa (Tonho lembra por todo o texto que não deveria estar ali, mas que lhe caberia, por origem e por mérito, outro lugar) e assim como não seriam eles que obrigatória e necessariamente deveriam estar nessa situação (também é arbitrário serem eles a estar nessa situação: outros trabalhadores poderiam ter sido os escolhidos pelo acaso para ali estar). E ao mesmo tempo a situação é inevitável, porque alguém estará nessa situação, algum trabalhador estará, necessária e inevitavelmente, na posição de trabalhador excluído e marginalizado, pois as condições materiais que caracterizam o modo de produção capitalista impõem e determinam que assim seja: aqui Tonho e Paco apenas cumprem aquilo que é destinado aos trabalhadores, a qualquer trabalhador.

A participação humana na segurança do trabalho no setor elétrico

Rosemary Cavalcante Gonçalves (Universidade de Fortaleza), **Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel** (Universidade de Fortaleza)

Segurança industrial é uma importante questão nas organizações de alto risco para evitar acidentes que podem causar impactos sociais e econômicos. No setor elétrico, apesar das crescentes regulamentações e desenvolvimento tecnológico, as fatalidades ainda preocupam pelos custos humanos, tanto com relação aos trabalhadores diretamente envolvidos nas operações como à população em geral exposta a riscos com eletricidade. No Brasil, acidentes de trabalho fatais registrados no setor elétrico superam as taxas nacionais. Em 2012, registrou-se uma taxa de 8,3 acidentes fatais típicos com empregados próprios, enquanto a taxa nacional foi de 5,1. No periodo de 2009 a 2013 foram 354 mortes por acidentes de trabalho no setor elétrico no país (COGE, 2013).

Em investigações sobre acidentes de trabalho é comum afirmar a implicação do fator humano. O erro humano é citado, com frequência, como o maior contribuinte ou causa dos acidentes. Pesquisas sugerem que cerca de 70 a 80% dos incidentes analisados são atribuídos ao elemento humano (WOODS et al., 2010). Subjaz a crença de que o ser humano não é confiável, e a solução para isto reside em modificar o comportamento das pessoas, bem como reduzir ou disciplinar seu papel no sistema. Contudo, contrapondo esta visão tradicional, uma nova abordagem compreende a segurança como o resultado das habilidades das pessoas em utilizarem uma variedade de recursos para atingir objetivos e evitar acidentes. São as pessoas que criam a segurança com suas práticas em todos os níveis de funcionamento da organização (DEKKER, 2013).

Neste contexto, a psicologia social do trabalho pode contribuir para a compreensão dos aspectos psicossociais e organizacionais envolvidos nos acidentes de trabalho, possibilitando ampliar as dimensões de análise deste fenômeno.

O estudo tem como objetivo analisar o papel dos fatores humanos nos acidentes de trabalho no setor elétrico. Para isto, foram realizadas pesquisa bibliográfica sobre o trabalho dos eletricistas e análise documental de dados estatísticos de acidentes de trabalho nesta atividade. Os resultados mostram que a maioria dos acidentes ocorreu em empresas distribuidoras de energia elétrica, onde os eletricistas desenvolvem atividades expostas a diferentes riscos relacionados ao ambiente e variabilidade do trabalho. O trabalho com eletricidade é considerado de alto risco para ocorrência de acidentes (GUIMARÃES et al., 2002).

De acordo com a Fundação COGE (2013), as principais causas dos acidentes fatais ocorridos, em 2013, foram devido a origem elétrica, veículos e queda. As análises dos acidentes mostram que, dos 17 acidentes fatais registrados em empresas próprias (concessionárias), os fatores causadores atribuídos abrangeram: 6 relacionados ao ato inseguro, 6 ao fator pessoal, e 12 à condição ambiente de insegurança. As análises sugerem que as atividades no setor elétrico são fortemente influenciadas pelo ambiente, podendo interagir com comportamentos ou práticas humanas. Estudos realizados sobre o trabalho dos eletricistas mostram que diferentes fatores de risco estão associados ao exercício da profissão. Fatores relativos aos ambientes de trabalho, tais como condições atmosféricas, instabilidade do terreno, condições do poste e ações agressivas da comunidade, contribuem para a complexidade do trabalho (Melo, 2003). Exposição a altas temperaturas, subir em postes e turno de trabalho implicam em desgaste físico e fadiga (Guimarães, 2003). Pressão psicológica relacionada ao ritmo de trabalho, reduzida autonomia, como também o ambiente público com presença de pessoas e/ou animais no local são fatores que influenciam na atividade (Guimaraes et al, 2002). Exigências de inclinações do corpo e posições inadequadas para execução das operações e o trabalho em altura ampliam o risco de acidentes (Hembecker et al., 2009).

Desta forma, as restrições decorrentes do contexto de trabalho intervêm nos procedimentos para realização dos serviços, o que leva os eletricistas a elaborarem modos operatórios, muitas vezes, divergentes das normas estabelecidas. Diante da imprevisibilidade das situações de trabalho, cabe aos eletricistas avaliarem os riscos e tomarem decisões diante das adversidades (Melo, 2003) A partir das análises dos dados, observou-se que a interação dos fatores humanos com os aspectos ambientais e organizacionais são significativos para compreender os acidentes de trabalho, sendo necessário uma abordagem compreensiva da participação humana na gestão da segurança para o desenvolvimento de ações de prevenção eficazes.

A prática cotidiana do SUS: novos modelos de gestão?

Ilidio Roda Neves (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

Introdução: A proposta do SUS, sua legislação, seus decretos e portarias, nos apontam para um sistema que tem uma proposta de trabalho integralizadora, produtora de sentidos, que presa pela dignidade humana e pelo fortalecimento do vínculo entre aqueles que nela estão envolvidos. Tem em sua gênese a participação popular como elemento central e no controle social a defesa de um modelo que presa pela atuação e ação coletiva dos trabalhadores, sejam eles usuários ou profissionais de saúde, em todas as suas etapas: concepção, planejamento, execução e reflexão e uma estrutura organizacional participativa. Um trabalho que não reproduz a lógica do capital de exploração da mão de obra e, desta maneira, não leva o trabalhador ao adoecimento. Parte de uma pesquisa de doutoramento, nos perguntamos aqui como se dá o convívio cotidiano num serviço de saúde e que tipo de gestão desenvolve. Será que o SUS, nas relações diárias entre profissionais e profissionais-usuários, é humanizador ou, repete a alienação do trabalho presente nos espaços privados de trabalho? Será que sua gestão respeita os princípios do SUS ou nos mantemos vinculados ao antigo modelo biomédico e uma lógica gerencial produtivista? Objetivo: Investigar as relações de trabalho de um serviço de saúde e suas convergências/divergências com a proposta do SUS. Relação com o GT e eixo temático: Temos aqui um estudo no campo do trabalho, com forte influência teórica de Marx, na sua concepção de trabalho, de Oddone, sobre a participação popular na organização de um trabalho que dignifique a pessoa humana, de Campos para pensarmos a co-gestão de coletivos em saúde e Merhy para a ação da saúde em rede. Metodologia: Trata-se de um estudo de caso, conduzido como uma observação participante, ao longo de vinte e três meses entre 2011 e 2013 junto a um serviço de saúde. As informações obtidas foram registradas em um diário de campo e analisadas intercruzando, relatos, documentos oficiais do serviço, relatórios e a legislação (portarias, decretos e leis) nacional. Resultados: A Unidade de saúde estudada tinha pouca autonomia em relação a secretaria municipal de saúde (SMS). Pelo que pudemos observar ao longo da pesquisa, as relações na SMS não primavam pelo diálogo. As decisões, eram autocráticas, adotadas sem a participação dos trabalhadores da unidade e, em certas circunstâncias, sequer comunicadas ao gestor da unidade de saúde. Aqueles que expressavam opiniões diferentes e/ou contrárias aos mandatários da prefeitura, receavam por retaliações e perseguição. Desta forma denuncias de más condições de trabalho e riscos à saúde dos trabalhadores dentro dos serviços de saúde não encontravam espaços para emergir. Até onde os dados obtidos nos permitiram afirmar a SMS dava a sua coordenação uma margem muito pequena de manobra. Não obstante a pressão por resultados quantificáveis sobre aqueles que se encontram em cargos de confiança era sentida como um assédio silencioso, que se reproduzia em cadeia, trazendo medo e inibindo ações mais ousadas. A gestão do serviço estava concentrada na figura do Coordenador, que se somava a fragmentação e serialização do trabalho, que podia ser observada na forma como era conduzido os atendimentos. A própria estrutura física da unidade fora projetada, visando à fragmentação e individuação dos trabalhos: a recepção, seguida por uma sucessão de pequenas salas para consultório, sem espaços para reuniões ou atendimentos coletivos. A atividade clínica de saúde, assim estruturada, poderia funcionar da mesma forma em quaisquer espaços geográficos: as ações de cada profissional, não dialogavam com a do seguinte, o que coadunava com uma aceitação por parte do conjunto dos profissionais que ali atuavam, que a ela se adequaram e que, em certa medida, se beneficiavam dela, em que pese os prejuízos no andamento de um trabalho em prol da saúde do usuário. O que se buscava era a eficiência no atendimento individual e não a integração entre os profissionais para um trabalho visando o coletivo dos usuários. Conclusões: O trabalho em saúde deve ser visto como compromisso e não como obrigação que é submetida ao controle. Compromissos e autonomia do sujeito devem estar juntos e trabalhados de forma dialética, para a reconstrução de uma prática de trabalho. Não só isso, mas que possibilite aos técnicos do serviço atuarem como sujeitos da ação, cogestores de suas atividades e tarefas e se sintam mais integrados ao saber-fazer do serviço. Trabalhar sujeitos e instituições intrinsecamente e incessantemente com a repactuação dinâmica e constante de suas normas e leis, contratos organizados coletivamente, num movimento que deve produzir mais liberdade e emancipação e menos controle e dominação.

Breves reflexões sobre Psicologia e Trabalho: uma busca pela valorização da subjetividade do trabalhador

Stéfanne Vaz Jomar (Universidade Federal de Goiás), **Janaina da Silva Alves** (Universidade Federal de Goiás)

No que se refere à psicologia do trabalho, este trabalho tem por finalidade apresentar como o trabalho é concebido ao longo da história da humanidade, através de uma compreensão relativa das formas de produção, as consequências da crise da produção dos sistemas de gestão, bem como as consequências dos trabalhos excessivos, as más condições de trabalhado e em como tal atividade interfere decisivamente na constituição da subjetividade humana.

Estudar sobre a psicologia do trabalho e as formas de trabalho existentes nos faz compreender o quanto o trabalho tem significado para a constituição subjetiva. Por isso, para que houvesse um contato mais próximo com a situação vivenciada pelos trabalhadores nas instituições, realizou-se uma discussão teórica prática pautada na psicologia do trabalho e visitas a uma instituição para se pensar possibilidades de atuação do psicólogo neste meio.

O mundo do trabalho sempre passou por profundas transformações no processo produtivo. Desde a pré-história até os dias atuais, ele vem ganhando espaço e se consolidando diante das necessidades humanas sendo fundamental para manter e garantir a sobrevivência. Na Grécia antiga, conforme Garcia e Silva (2011), quem trabalhava não tinha tempo para dedicar às questões da alma e, por isso, essas pessoas eram consideradas seres inferiores assim como os animais. Nessa época havia uma espécie de classificação social onde um mandava e outro obedecia.

Não diferente desta realidade, na Idade Média as formas de trabalho também definiam a condição de vida do homem que "só era considerado livre, se pertencesse a uma dada classe, na qual os seus integrantes estavam voltados para a vida pública" (GARCIA E SILVA, 2011, p. 07). Anos mais tarde com o surgimento do capitalismo, o trabalho assumiu como característica principal a aquisição de lucro, por meio do trabalho assalariado e pelo comércio. Com a ascensão do capitalismo, sistemas de gestão da produção e da força de trabalho surgiram: Fordismo, Taylorismo e Toyotismo.

O Fordismo visava alcançar a produção e o consumo em massa, agindo em busca da lucratividade por meio de um trabalho repetitivo e cansativo, tendo como resultado uma crise na produção (LARANJEIRA, 2002). O Taylorismo, sucessor do Fordismo, além da produção, pensou o sujeito como uma peça da engrenagem industrial, investindo em empresas de pequeno e médio porte, buscando compreender o mundo do trabalho operário, garantindo maior rendimento e menos desperdício (CATTANI, 2002).

Para suprir novas exigências de mercado, surge então o Toyotismo, que tentou superar as crises na produção que o antecederam. A consequência deste foi uma redução do estoque e a melhoria da comunicação no ambiente de trabalho (XAVIER SO, 2002).

Refletindo sobre estes três sistemas de gestão, é perceptível a negligência dos empregadores com seus funcionários, o esforço e repetição das funções, e os imprevistos que acontecem no ambiente de trabalho, ocasionando situações problemas que precisam ser resolvidas. Desse modo, o trabalho deve se adequar ao trabalhador promovendo-lhe uma melhor qualidade de vida no espaço de trabalho.

Valendo-se da maneira com que o modelo de produção capitalista se apropriou do trabalhador, é fundamental que haja uma relação entre psicologia e trabalho, sendo de suma importância para a formação de saberes e práticas do psicólogo, uma vez que são as relações de trabalho que determinam o comportamento, expectativas, etc. do homem, objeto de estudo da psicologia. A psicologia do trabalho é um campo voltado à saúde mental dos trabalhadores, mas muitas vezes é negligenciada pelas empresas, e relações de trabalho submetidas às vontades do capital. Porém, é inegável que a atuação do psicólogo esteja pautada no indivíduo e nas relações de trabalho, pois este ao se deparar com as características dos sujeitos, não examina somente o que há de errado, mas encontra respostas de problemas, que muitas vezes são determinados pelas situações de trabalho e por aspectos da história de vida pessoal do trabalhador.

Assim, este trabalho foi realizado em uma Confecção de roupas da cidade de Catalão-GO, uma instituição terceirizada de uma empresa têxtil brasileira especializada em moda. A confecção comporta treze funcionárias atuando em quinze máquinas onde cada uma desempenha uma função. Realizou-se nesta, três visitas para observar e coletar informações por meio de uma entrevista semi-estruturada sobre as condições de trabalho vividas pelas funcionárias da empresa. Na realidade desta instituição constatou-se uma insatisfação dos funcionários relativa à desvalorização da mão-de-obra trabalhista no local, o que interfere em todos os setores da empresa no que tange aos baixos salários, exaustão, repetição e falta de treinamento, sendo estes aspectos que comprometem a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Mediante a análise cuidadosa da empresa e assim verificando as condições de trabalho ali postas, cabe ao psicólogo buscar identificar e compreender a real demanda existente, além de se envolver no planejamento de recursos humanos a fim de atender à necessidade de lucro da organização sem cercear os funcionários.

Contribuições psicanalíticas aos estudos da precarização do trabalho: Montagem perversa, servidão e desamparo

Lucianne Sant'Anna de Menezes (Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia)

Introdução: A precarização do trabalho se refere a um complexo processo de perda constante e tendencial de direitos conquistados e dos modos de vida estabelecidos, assim como das condições de saúde e de trabalho que se degradam dados os constrangimentos e a lógica do capital. Faz parte dos fenômenos atuais da 'informalização' (desregulamentação) e das formas de 'flexibilização' do trabalho, crescentes e dominantes na contemporaneidade, sustentando uma condição de trabalho precarizado visível, principalmente, nas formas de subcontratação e terceirização e que, no âmbito do processo de produção, expõe os trabalhadores a um alto risco de adoecimento, como mostram, em especial, Ricardo Antunes, Graça Druck, Tânia Franco, Annie Thébaud-Mony e Edith Seligamnn-Silva. E quanto à dimensão psíquica deste processo? O Presente trabalho é fruto das investigações desenvolvidas pela autora nas fronteiras conceituais entre a psicanálise e a saúde do trabalhador, com foco nos processos de subjetivação em jogo no fenômeno social da precarização do trabalho. A partir de um caso investigado na Vigilância em Saúde do Trabalhador (VST) da COVISA (Coordenação de Vigilância em Saúde do Município de São Paulo), no segmento de fabricação de manequins para exposição de roupas e acessórios utilizados em vitrines de lojas no comércio em geral, apresenta-se uma reflexão psicanalítica sobre a organização dos processos produtivos de trabalho na atualidade, um estudo sobre o mecanismo psíquico em jogo na 'naturalização' do processo de precarização das condições de vida e de trabalho. Insere-se numa perspectiva de caráter interdisciplinar, compondo com as discussões do GT24: "Psicologia social do trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos", no eixo temático da "Psicologia social e trabalho". Objetivos: O objetivo geral deste estudo foi examinar como o referencial psicanalítico freudiano poderia colaborar na abordagem da precarização do trabalho, na contemporaneidade. O objetivo principal foi investigar os modos de subjetivação que ocorrem na precarização do trabalho, sendo privilegiada a questão da servidão neste processo. Para refletir sobre a servidão em um campo estritamente psicanalítico, foi preciso trazer alguns aspectos do sistema colonial brasileiro em relação às marcas do regime servil na nossa sociedade e de seus efeitos nas subjetividades, como a re-atualização de um modelo identificatório do domínio, baseado nos historiadores/sociólogos Maria Silvya de Carvalho Franco e Otavio Ianni. Método: Procurou-se estabelecer um diálogo na interface psicanálise, saúde e trabalho, a partir da 'observação psicanalítica' do caso da 'fábrica de manequins', dispondo de dispositivos de análise da articulação sujeito e sociedade e recuperando o fundamento do método psicanalítico na sua dimensão de extensão, em que o método de investigação do inconsciente, da psique em relação, prioriza a abordagem psicanalítica dos fenômenos sociais, como enfatiza o pensamento freudiano de que a psicanálise pode se dirigir para fora-do-tratamento, na direção da cultura. Assim, foi possível transmitir uma investigação psicanalítica sobre o fenômeno social da precarização do trabalho. Esta característica, somada ao pressuposto metodológico básico da VST, que é a abordagem interdisciplinar, tornou legítima a contribuição da psicanálise na análise da relação da saúde com o processo de trabalho. Resultados: A análise da organização do processo produtivo demonstrou que o trabalhador é submetido a uma condição de trabalho precarizada com exposições múltiplas que podem levar a perda da saúde e morte precoce. A condição de risco encontrada, na pequena fábrica, foi caracterizada como uma "banalização do risco", tendo em vista que o processo de risco à saúde do trabalhador transformou-se em prática cotidiana. A situação encontrada na empresa foi remetida ao conceito de "cadeia produtiva" que, sob um olhar psicanalítico, revelou uma "montagem perversa", marcada pelo viés da servidão e sustentada por certo mecanismo de manipulação do poder na contemporaneidade: a dominação perversa. 'Fábrica de manequins' expressaria os efeitos das relações que se estabelecem entre as grandes empresas com seus fornecedores. Tais relações desvelam modalidades de satisfação ávidas pelo domínio, com ânsia de um poder absoluto, caracterizadas pelo acúmulo, excesso e usufruto do outro. O trabalhador é considerado como objeto de uso e de gozo, sendo a sua existência condicionada a uma posição servil. Conclusões: As estratégias destrutivas de poder buscam criar condições para um impedimento da ação política, procurando desarticular as respostas do sujeito para sua condição de submissão, lançando-o no abismo do desamparo. Desenvolve-se um tipo de laço social que privilegia o funcionamento perverso, pois visa a coerção a negar a alteridade do outro e o dever de instrumentalizá-lo. A recusa da castração implica-se na recusa da diferença, do outro, da alteridade. A partir da ideia freudiana desenvolvida em O mal-estar na civilização(1930), de que o trabalho é um dos instrumentos que o homem criou para lidar com o seu desamparo(Hilflosigkeit) e viver em sociedade, foi possível articular precarização do trabalho, desamparo e servidão. A montagem perversa fomenta o que há de pior na civilização: a destruição da alteridade, os mecanismos de exclusão e dominação, a violência, devendo ser sempre denunciada.

Diálogos em sala de espera: o fortalecimento político do espaço público

Barbara Maria Turci (Universidade Federal de Uberlândia), **Eliane Regina Pereira** (Universidade Federal Uberlandia)

No mundo moderno, o conceito de política perpassa a institucionalização, a burocracia, e o afastamento do cotidiano e das relações interpessoais. A partir disso, tem-se uma sociedade despolitizada e marcada pela instrumentalização de tudo, inclusive da vida, valorada e assegurada pelo Estado, burocrático e controlador. Assim, as decisões são transportadas da esfera pública para o sistema político e os sujeitos limitam-se a influenciar ações tomadas pelos centros de poder. Contrariando essa visão, o presente trabalho, realizado como trabalho de conclusão do curso de psicologia, baseia-se nos conceitos da filósofa política Hanna Arendt para pesquisar e entender como a política se dá no dia-a-dia do espaço público, e mais especificamente da saúde pública. A discussão proposta segue uma lógica que defende necessariamente a articulação entre a política e a vida. Para Arendt (1999) um espaço que seja político precisa, primeiramente, estar destituído de relações de poder, de domínio, não deve haver quem dê ordens e quem obedeça, nem um governante e um governado, mas sim, o diálogo (Larrauri, 2000). Dessa forma, a relação política é aquela que acontece entre iguais, na partilha de variados pontos de vista, o que tem lugar no espaço público. As diferenças provocam reflexões no modo como cada sujeito percebe o mundo e, em lugar da persuasão, a tentativa é de debater sobre as diferentes percepções. Para isso, foram realizadas rodas de conversa na sala de espera de uma Unidade Básica de Saúde do interior de Minas Gerais, das quais uma foi escolhida para ser analisada e auxiliar na reflexão sobre o fortalecimento político desse contexto.

A escolha da roda em questão justifica-se por suas próprias características, pelo modo como a conversa aconteceu, pelos assuntos que foram abordados e pelas possibilidades provadas a partir reflexões realizadas. Primeiramente, os rumos que a conversa toma deixam claros que o recurso estético, que é utilizado como disparador das discussões, afeta cada sujeito, de diferentes maneiras e que a experiência estética caminha para onde a relação deseja, e não para onde as coordenadoras planejam. A roda também possibilitou que, para além dos assuntos pessoais que surgiram, discussões gerais e ampliadas sobre solidão, preconceito, educação e saúde pública, fossem realizadas, permitindo que os usuários do serviço (re)pensassem suas relações e o modo como elas são construídas. Além disso, ainda, a conversa se encerra tratando justamente de política, com debate e reflexões sobre esse conceito e sua prática. Pensar sobre as cenas em questão nos faz perceber como a ação política acontece, estando presente na possibilidade que os sujeitos encontram de se expressar livremente; no repensar das próprias relações, que fazem com que as pessoas se reconheçam autoras da própria história e se reconheçam nas histórias dos outros sujeitos, se empoderando para realizar mudanças; na reflexão sobre conceitos instituídos e naturalizados, abrindo a possibilidade de flexibilizá-los e provocando fissuras em modos de existir enrijecidos. Nesse sentido, ressaltamos a potência dos grupos e do recurso estético, que, incitam o debate e as reflexões, fundamentais à política, que acontece no espaço de diálogo horizontal e pelas trocas que ele possibilita.

Emancipação social por meio do trabalho: experiências de empreendedores na cidade de Maranguape

Deborah Leite de Abreu Souza (Universidade Estadual do Ceará), **Nilberto dos Santos Pinto** (Universidade Estadual do Ceará)

Existem muitas reflexões acerca do trabalho e sua função na vida do homem, as quais estão presentes desde os tempos remotos de sua existência até os dias atuais. De acordo com Junior, Reis e Sato (2011), o trabalho possui um importante papel na vida do homem, visto que, além de ser fonte do seu sustento, é também de onde este pode se sentir útil, produtivo e valorizado, proporcionando a ascensão de sua autoestima e a possibilidade concreta de auto realização. Nesse sentido, diante do aumento da força de trabalho, a precarização do trabalho e a crescente competição no mercado atual, o trabalhador busca novas formas de atuação neste cenário, em busca de garantir sua renda e sua atividade neste local. Em relação a este fenômeno, as atitudes empreendedoras, surgem como exemplos de grande êxito nesta área. Bispo et al (2000), apontam que devido a grande competitividade no mundo econômico atual, é necessário que o homem apresente um perfil de empreendedor, o qual possa apresentar um diferencial, promovendo a mudança e o desenvolvimento econômico. No que se refere ao sistema capitalista, Lima (2008) afirma que, apesar de haver um controle dos meios de produção por um determinado número de pessoas que detém a mão de obra, não há, todavia, um controle total do processo, visto que este depende de aptidões pessoais que escapam ao seu domínio. É neste sentido estas aptidões podem surgir como novas formas de subjetivação humana e que, por vezes são substituídas pela crescente modernização do trabalho ou tecnicismo deste. Em relação ao contexto da Psicologia Social e do Trabalho, este trabalho surge como uma reflexão acerca da atitude empreendedora e da possibilidade desta tornar-se a emancipação deste sujeito. Neste sentido, foi possível observar a relação com o Grupo de Trabalho 24: PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: OLHARES CRÍTICOS SOBRE O TRABALHO E OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS, na medida em que propõe questionamentos acerca da atitude empreendedora e dos processos intersubjetivos que atravessam este cenário nas vivências cotidianas destes sujeitos. Com isso, tendo como base as seguintes reflexões, surge um questionamento acerca da temática que irá nortear a pesquisa: O trabalho empreendedor pode proporcionar experiências de emancipação social aos indivíduos? Neste sentido, tendo como base este problema de pesquisa, o presente trabalho tem por objetivo apresentar exemplos de pessoas empreendedoras, que, além da geração de renda, buscam novas possibilidades de atuação e de subjetivação por meio do seu próprio trabalho, visto que, na maioria dos casos, os trabalhos atuais são bastante diferentes dos anteriores. Tendo como aporte teórico a Psicologia Social, a Psicologia da Libertação de Ignácio Martin Baró e Pedagogia da Libertação de Paulo Freire, busca-se, por meio deste trabalho, exemplificar casos de empreendedores, os quais possibilitam a emancipação humana e social, por meio de suas ações libertadoras e empreendedoras. A metodologia utilizada foi a entrevista, a qual, segundo Aguiar e Medeiros (2009), é uma das formas que permite uma maior interação entre o pesquisador e o pesquisado. A modalidade da entrevista foi a semi-estruturada, em que Gil (1999, p. 120) explica que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Isto é, busca-se uma tentativa de flexibilizar o que é estudado, moldando-o, de acordo com as necessidades dos sujeitos envolvidos, de acordo com a realidade na qual participam e estão inseridos. Além disso, convém destacar a utilização de perguntas motivadoras, na tentativa de proporcionar uma maior reflexão dos sujeitos, fazendo-os entrar em contato com os motivos que os levaram a apreender e executar esta nova forma de trabalho, bem como os pontos positivos provenientes destes e as dificuldades, tomando-as como possibilidades a serem resolvidas de acordo com soluções apontadas por eles próprios. Neste sentido, foi possível observar a tentativa de propor, por meio da pesquisa, ações educativas, no sentido de promover aos sujeitos envolvidos, movimentos que possibilitem sua emancipação social e humana, contribuindo para a modificação de sua posição social, política e comunitária no local em que vivem. Ao final do processo, observou-se a movimentação dos sujeitos, em suas reflexões acerca do seu trabalho e da forma com que estes atuavam por meio dele, trazendo alguns elementos acerca da importância deste trabalho para além da renda adquirida, proporcionando sentimentos de satisfação e alegria por parte destes. De acordo com o discurso de um indivíduo participante: "Gosto de trabalhar com isso, pois estou fazendo o que gosto, me sinto feliz fazendo isso." Assim, tornou-se claro a importância deste trabalho como fonte de emancipação social e humana para estes sujeitos. Além disso, foi possível observar a possibilidade destes trabalhos como diferentes maneiras de geração de emprego e renda para a cidade.

Fantasmas do trabalho: o trabalhador perante as suas angústias

Luciano Ferreira Rodrigues Filho (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Pela atividade o sujeito constitui a sua consciência; e pela capacidade teleológica do sujeito é o que difere dos animais e o torna um ser social. Portanto, este artigo busca discorrer sobre esta relação do sujeito com o trabalho, focando no sofrimento psíquico do trabalhador, este, um trabalhador que, conforme suas condições sociais apresentam ilusões fantasmagóricas. Assim, percebe-se que seu sofrimento e suas ilusões estão, pertinentemente, relacionados com sua condição de vida atual. Compreendendo a atividade como mediador do sujeito com o seu mundo. Este movimento pode levar a uma dimensão subjetiva distorcida sobre a realidade, com um conhecimento fragmentado sobre o seu contexto, esta visão fragmentada faz emergir uma consciência "falsa" (pseudoconcreticidades) sobre a realidade. Pensando que o sofrimento psíquico pode ser uma constituição teleológica do sujeito, este sofrimento como um fenômeno histórico e social do sujeito, portanto, eclode no cenário do trabalho como uma expressão das barreiras e limitações impostas ao trabalhador no que tange o ser produtor de seu produto - deverser. Portanto, limitado a objetivação das coisas - dialética - o sujeito tendo como fator ontológico a capacidade teleológica sobre o produto e objetivação do mesmo, espoliado pelo mundo do trabalho desta qualidade, procura artimanhas de comparecer novamente no mundo, de sentir-se parte integrante, de agente ativo e transformador, perceber-se vivo, procura brechas dentro do contexto social em que vive. Vigotski contribui para esta discussão no Tomo V de suas Obras Escogidas, nesta obra o autor discorre sobre a defectologia, onde seus textos contribuem para o entendimento das deficiências do sujeito, especificamente, das crianças. Porém, seus princípios de análise colaboram para a compreensão dos sofrimentos psíquicos proposto neste projeto. Um dos conceitos que Vigotski utiliza é o de menos valia. Este conceito é utilizado pelo autor para entender que na incapacidade dos órgãos para realizar suas funções, existe um funcionamento que compensa esta insuficiência, Vigotski utilizou este conceito para descrever os casos de crianças com algumas deficiências, como crianças surdas que aprimoram outros sentidos. Mediante a "configuración de los factores sociales que intervienen en la salud humana, y, la forma concreta en que la afectan" (GONZALEZ-REY, 1998, p. 57), como o contexto cultural e as correntes simbólicas do mundo contemporâneo, principalmente, sobre o sentidos do trabalho. Estes significados e sentidos, não respondem as necessidades do sujeito teleológico, elas oprimem as capacidades do sujeito, ou mesmo, não possibilitam a expressão criativa do sujeito, os sujeitos vivem oprimidos pela própria cultura. No caso analisado deste artigo, o trabalhador apresenta diagnósticos fantasmagóricos: imagens distorcidas, sons estranhos, pessoas que não existem, eventuais fenômenos “sobrenaturais”. No entanto, estes fenômenos podem ser relacionados com sua condição atual: desempregado, despejado da casa, prateleira de alimentos vazia, são condições para que acentue o seu sofrimento. Com uma entrevista com o trabalhador ele pode dizer tudo o que sente e o que percebe, e juntos foi possível traçando o paralelo existente entre sua consciência e sua realidade. Segundo Gonon (2013, p. 123) “o sofrimento psíquico apenas pode encontrar seu sentido e sua superação na história singular da pessoa”, desta forma, entre suas possibilidades o sofrimento é a que torna real, já que foi expropriado e fragmentado de toda forma de ação e participação sobre o produto. O sofrimento é o seu produto, ele se identifica nela, necessita dela para tornar humano: é o trabalhador na fila de espera, o contato íntimo com o doutor, possui um dossiê médico particular, tem seus direitos de repouso e financeiro, carrega no corpo as marcas históricas do trabalho árduo, todos o reconhecem como o "ser doente", todos perguntam "como está?", "precisa de alguma ajuda?", enfim, o sofrimento possibilita o sujeito uma oportunidade de se sentir integrante, vivo.

Funcionalismo Público e prestação de serviço: representações construídas socialmente na Cidade de Parnaíba-PI

Carinny Lima Leal (Universidade Federal do Piauí), **Raquel Pereira Belo** (Universidade Federal do Piauí), **Antonia Beatriz da Costa Santos** (Universidade Federal do Piauí), **Matheus Barbosa da Rocha** (Universidade Federal do Piauí), **Angra Crislayne Lima da Silva** (Universidade Federal Do Piauí), **Jessyca de Lacerda Araújo** (Universidade Federal do Piauí)

A modificação da força de trabalho em mercadoria, com o advento do Capitalismo, proporcionou, e em certas medidas intensificou, um movimento na história da sociedade ocidental, o qual se caracteriza pela abrangência do trabalho em diversas instâncias na vida dos indivíduos, ocasionando a transformação do mesmo em elemento indispensável da condição humana. Tal importância de exercer uma atividade é perceptível quando se analisa que o trabalho, segundo Borges e Yamoto (2004), além de produzir respostas às necessidades de muitos seres humanos, bem como proporcionar uma transformação na maneira dos seres humanos (re) inventarem seus respectivos modos de existir, também pode ocasionar a organização de muitas sociedades, possibilitando a compreensão das relações sociais que nelas são produzidas. De acordo com Pires e Macêdo (2006), as organizações públicas são bem recentes no Brasil, só vindo a se desenvolver em meados da década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas, tendo uma decaída com o fim de seu governo e uma retomada na década de 1980. Atualmente as referidas prestadoras de serviço são amarradas por medidas externas, ou seja, pelo poder governamental, o que causa certa dificuldade de inovação como demonstra o estudo de Pires e Macêdo (2006). Ferri (2003) pontua que o funcionário ou servidor público é o trabalhador que coloca à disposição do Estado a sua capacidade de trabalho, prestando serviços em caráter permanente (ou temporário) de forma direta ou indireta de acordo com as atividades do Estado, sendo renumerado com recursos públicos. Todo o corpo do aparato estatal é formado por esse tipo de trabalhador que possui em sua volta toda uma historicidade e imagem perante a sociedade, são eles que, segundo Silva e Ishikawa (2009) fazem a máquina administrativa funcionar e são responsáveis pela consolidação das medidas públicas. A partir da observação desta dinâmica, a presente pesquisa pretendeu identificar como os indivíduos representam o campo de trabalho do serviço público. O presente estudo foi realizado no município de Parnaíba-PI, contando com uma amostra de 96 participantes escolhidos de forma aleatória, com idades que variaram entre 18 e 65 anos. Para a sua realização, foi utilizada a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), a qual foi analisada por meio da Técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Mediante a proposta de conhecer a representação social do funcionalismo público pôde-se perceber que a visão que os participantes possuem girou em torno de aspectos negativos e que para os mesmo o serviço precisa melhorar para poder atender as necessidades da população que faz uso dessa prestação de serviço. Identificou-se, dessa forma, a partir dos resultados, como a forma negativa de se perceber o serviço público pode afetar a visão dos participantes no que tange ao que os mesmos mais buscam no setor público. Neste sentido foi o setor da Saúde o que suscitou repetidamente um sentido negativo. Dessa forma, o comportamento desses funcionários pode ser explicado a partir da estrutura organizacional na qual eles estão inseridos, uma vez que a soma desta estrutura ao modelo de gestão burocrático e à efetividade na organização é que podem ser responsáveis pelo comportamento dos funcionários e a partir deste comportamento se tem origem a Representação Social construída pela clientela do serviço. Jodelet (1993) define esse conceito como ponte de influência do comportamento social, sendo construída pelos indivíduos e passando a nortear seus comportamentos e seus pares além de movimentar a realidade na qual esses indivíduos vivem. Os resultados alcançados sugerem como o imaginário social concebe o tipo de serviço ofertado pelo Estado Brasileiro, uma vez que revela a descrença nas suas instituições, podendo influenciar o comportamento de outros indivíduos. A partir do explanado, conclui-se refletindo que o Estado brasileiro parece cada vez mais um estado mínimo – tendo como prioridade a redução extrema de serviços – reflexo das contradições do avanço do modelo econômico em questão sobre o guardião dos interesses da sociedade. Na contramão dessa política de austeridade avançam as políticas de privatizações das estatais e a oferta de serviços de qualidade para aqueles que tão somente podem pagar por ele, transformando assim a maioria dos direitos em mercadorias. Desta forma está organizada a sociedade no tempo presente.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 6 ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
FREITAS, M. E. Cultura Organizacional – Evolução e Critica. São Paulo: Pioneira Thomson, 2009.
JODELET. D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. As representações sociais. Rio de Janeiro: UFRJ – Faculdade de Educação, 1993.
MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
PIRES, J. C. de.; MACÊDO, K. B. Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil.
RAP. Rio de Janeiro, vol. 40, nº 1, 2006, p. 81-105.
SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

Inclusão no trabalho, produção de afetos e subjetividade

Regiane Cristina de Souza (Universidade Estadual de Maringá), **Eduardo Augusto, Tomanik** (Universidade Estadual de Maringá), **Bethânia Cabrera de Souza Bortolato** (Universidade Estadual de Maringá)

No Brasil, a Lei 8.213/1991 dispõe sobre os benefícios da Previdência e determina, em seu artigo 93, cotas de emprego para as pessoas com deficiência: empresas que tenham em seu quadro funcional um número igual ou superior a 100 (cem) funcionários devem destinar um percentual de vagas para as pessoas com necessidades especiais (PNE). A mesma Lei estabelece que o benefício de prestação continuada (BPC), que consiste em um auxílio financeiro concedido pelo INSS ao deficiente que não está formalmente inserido no mercado de trabalho, será suspenso pelo órgão concedente quando a pessoa com deficiência passar a exercer atividade remunerada, ou seja, uma vez que assuma um contrato formal de trabalho, o PNE não receberá mais o auxílio financeiro da previdência. Diante do cenário imposto pela "lei de cotas" será que os PNE´s optariam por deixar de receber o BPC e retornar ao ambiente laboral? Quais são os afetos que a inclusão desperta nos trabalhadores que se encontram afastados do trabalho e são convidados a refletir sobre esta possibilidade? A partir disso, objetivamos investigar os afetos presentes nas representações, sejam elas sociais ou individuais, de um grupo de PNE´s que optou por continuar recebendo o BPC, ao invés de (re)ingressarem no mercado formal de trabalho. Esta temática está relacionada com o Grupo de Trabalho "Psicologia Social dos Afetos: Subjetividade, éticas e políticas", pois este grupo apresenta como parte dos seus objetivos "promover a aproximação de estudos e de estudiosos dos afetos como processos psicossociais, visando, a partir de diferentes perspectivas, buscar o aprimoramento das compreensões sobre aqueles fenômenos, sua constituição e seus efeitos", o que será contemplado nos resultados e conclusões deste trabalho. Como orientação teórica, esta pesquisa teve como direcionamento central a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2007) estabelecendo diálogos com a Teoria de Los Sentimientos, de Agnes Heller (1993) com o propósito de fortalecer a ideia de que as representações são essencialmente afetivas. Desenvolvemos uma pesquisa de campo em que a escolha dos participantes ocorreu através de um contato inicial com a Agência do Trabalhador de Maringá, Estado do Paraná, com o setor que atua especificamente com a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho. As entrevistas foram realizadas na casa dos participantes, haja vista que todos eram cadeirantes e tinham dificuldades de locomoção e em um caso, a entrevista foi realizada na instituição de ensino em que o mesmo estudava. Os diálogos que estabelecemos com eles foram direcionados por alguns princípios norteadores: 1- a história de vida do deficiente e sua relação com a deficiência; 2- o sentido atribuído ao trabalho; 3- as expectativas acerca da inclusão. Como resultados, podemos dizer que cada entrevistado possui uma história particular acerca da deficiência. Alguns desenvolveram a necessidade especial por conta de acidentes automobilísticos, uma participante tornou-se deficiente em função de um tumor intramedular e apenas uma participante convivia com a deficiência desde a sua infância, por conta de uma paralisia infantil. Das cinco pessoas entrevistadas, quatro tinham contato com o mercado formal de trabalho antes da deficiência e todos os entrevistados recebiam o BPC. No que tange ao sentido atribuído ao trabalho, também encontramos representações distintas, mas todos concordaram que o trabalho é um espaço social que possibilita relações interpessoais e que contribui para o desenvolvimento da identidade (ainda que a constituição desta não seja permeada apenas pelas relações de trabalho) e para a valorização, do ponto de vista social, do sujeito que trabalha. Todavia, nenhum dos entrevistados expressou desejos de retornar ao mercado formal de trabalho, pois relataram sentir medo da perda do benefício, associado às possibilidades de não adaptação às regras rígidas impostas pelas empresas. Concluímos a partir das representações individuais a nós reveladas pelos participantes, construídas pelas implicações afetivas existentes entre estes sujeitos e o fenômeno, que a opção pela não inclusão no ambiente laboral envolve tanto aspectos cognitivos quanto afetivos. Os sentimentos de medo (da não adaptação; da perda do benefício e de não terem suas necessidades especiais atendidas) direcionaram suas práticas, que no momento da pesquisa, envolviam a opção pela não inclusão no trabalho, ainda que contraditoriamente a esta opção, o trabalho fosse repleto de sentidos positivos, como uma das possíveis alternativas para a construção e metamorfose da identidade para todos os entrevistados.

O adoecimento psíquico do profissional de segurança pública e seus desdobramentos sociais

Thais Helena Ramos Queiroz Mourão (Universidade Estadual do Ceará), **Cynthhia de Freitas Melo** (Universidade de Fortaleza), **João Bosco Feitosa dos Santos** (Universidade Estadual do Ceará)

A precarização das condições de trabalho, decorrentes do modelo econômico estabelecido, tornam os vínculos entre o trabalhador e sua atividade laboral cada vez mais vulneráveis e, em muitos casos, inexistente. Os efeitos dessa falta de vinculação incidem sobre todos os âmbitos da saúde do sujeito, a nível orgânico, psíquico e social, já que não se tratam de aspectos dissociados. No contexto da segurança pública, alguns fatores agravam o cotidiano da atuação prática do profissional, aumentando a probabilidade do adoecimento, como: o desgaste físico e mental decorrente da natureza da profissão e o método disciplinar no qual é inserido, muitas vezes vinculado ao sistema militar. Paralelo a esses aspectos, percebe-se aumento na violência e criminalidade em âmbito nacional, como também maior incidência de casos nos quais medidas extremamente violentas são utilizadas por estes profissionais como forma de combate ao panorama social turbulento. Nesse contexto surge um questionamento: de que modo o adoecimento psíquico dos profissionais de segurança pública interfere na prestação de serviços à população? A partir dessa problemática, a presente pesquisa objetiva avaliar se os profissionais da Guarda Municipal de Fortaleza possuem Síndrome de Burnout, haja vista o relato de servidores acerca de sintomas que caracterizam essa patologia, como a despersonalização, a exaustão emocional e a baixa realização pessoal no trabalho. Portanto, esse tema se insere na discussão acerca da psicologia social do trabalho, já que se pretende analisar criticamente como ocorre o processo de reconstrução da subjetividade do sujeito quando implicado em uma pratica laboral adoecedora e os desdobramentos dessa (des) vinculação no âmbito social. Nesse intuito, os referenciais teóricos são constituídos por autores que falam acerca da precarização do trabalho e os efeitos desta na saúde do trabalhador, principalmente no âmbito menta, e em suas relações sociais. Portanto, utiliza-se dos conceitos trazidos por Sennett, Bauman, Dejour e SeligmannSilva, entre outros autores. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, de cunho quantitativo, que contou com uma amostra de 314 profissionais, representativos da população a um nível de confiança de 95% e do erro amostra de 5%. Estes responderam a duas escalas: a Maslach Burnout Inventory – Human Service Survey (MBI – HSS), construída para verificar os três principais sintomas associados à síndrome, já citados anteriormente; e a Self Reporting Questionnaire (SQR), instrumento multidimensional que pode verificar a existência de outros transtornos mentais, considerados mais frequentes. Além das escalas, utilizou-se um questionário composto por perguntas sociodemográficas, como sexo, idade, tempo de serviço e função da atividade exercida, se operacional ou administrativa. Os instrumentos foram aplicados de forma individual, respeitando todos os aspectos éticos para pesquisa com seres humanos. Os dados estão sendo analisados com auxilio do pacote estatístico SPSS, por meio de estatística descritiva. Nas análises preliminares do SQR, cuja pontuação variou de 0 (nenhuma probabilidade) a 20 (extrema probabilidade), observou-se que a media de pontuação foi 5,51 (DP= 4,69). Contempla-se ainda que 64 (20,38%) profissionais apresentaram pontuação acima de 8 (ponto de corte considerado na literatura como indicativo para presença de transtorno mental não-psicótico). De modo subjetivo, durante a aplicação dos instrumentos, escutaram-se também os relatos dos servidores expressando o intenso processo de adoecimento em que estes se encontravam, pois muitos, principalmente os que atuavam na função operacional, relatavam os efeitos da rotina de trabalho em vários âmbitos, no funcionamento orgânico irregular, no elevado nível de estresse e/ou no enrijecimento na interação com familiares e colegas. Entre as causas da aversão ao trabalho desempenhado, alguns relatavam que, apesar da pouca estrutura física e dos precários materiais de trabalho, a relação de distanciamento e superioridade exercida pelos comandantes, além da falta de comunicação e da mínima autonomia em seu trabalho, eram os fatores que mais interferiam na qualidade do serviço prestado. Ademais, eles percebiam que a desmotivação e a dessensibilização na prática de atividades cotidianas interferiam no modo que eles lidavam com a população. A partir dos dados apresentados, se pode pensar sobre como a organização da instituição interfere nesse adoecimento e não apenas as atividades a serem realizadas. O fato de não haver comunicação entre o comandante e o subordinado representam um modelo hierárquico, disciplinador e autoritário, que de forma conjunta podem interferir na forma de interação desse sujeito com a população a que este presta serviços. Deste modo, se um profissional é inserido em uma lógica de trabalho na qual a autonomia e o estabelecimento de relações são ignoradas, a prestação de serviço dificilmente será oposta a isso.

O contexto de trabalho do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Rebeca Araújo Kramer de Mesquita (Universidade de Fortaleza), **Mateus Estevam MedeirosCosta** (Universidade de Fortaleza), **Beatriz Pinheiro Bezerra** (Universidade de Fortaleza), **Daniel Araujo Kramer de Mesquita** (Universidade de Fortaleza), **Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel** (Universidade de Fortaleza), **Cynthhia de Freitas Melo** (Universidade de Fortaleza)

A presente investigação traça o percurso teórico alicerçado na Psicologia Social do Trabalho, a qual dialoga com a Ergonomia, sabido que a prática em relacionar a Ergonomia com a Psicologia não é nova e se remete a sua constituição quanto uma disciplina científica do trabalho, já que em sua proposição estavam psicólogos e essa prática se perdura até os dias de hoje, esses em sua maioria buscam analisar em seus estudos as condições de trabalho. A nomenclatura condições de trabalho ganhou seu espaço em averiguações na área da psicologia e sociologia, contudo, pode ser vista também em outras áreas como nas engenharias e na administração. Sendo assim, a empregabilidade conceitual ganha amplitude em discussões e investigações. Sobre as condições de trabalho, é pertinente elucidar que a Ergonomia aponta as atividades repetitivas, os trabalhos detentores de força, problemas ligados à organização do trabalho, quanto ao local propriamente físico, como um fio potencializador no surgimento de transtornos psíquicos ligados ao trabalhador, e como consequência é acarretado prejuízos à organização como faltas, rotatividade e desligamento. Diante do que foi discorrido, o estudo em questão toma como objetivo avaliar o contexto de trabalho dos profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de Fortaleza, com ênfase especial sobre a organização do trabalho, condições de trabalho e relações socioprofissionais. Utilizou-se a metodologia da pesquisa descritivo-exploratória, de cunho quantitativo numa amostra composta por 247 profissionais do SAMU, tais como: enfermeiros, médicos, condutores-socorristas, pessoal do administrativo, estagiários e o pessoal do apoio. O SAMU de Fortaleza conta com 470 profissionais ativos. Aplicou-se como instrumento a Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT) do tipo Likert de 5 pontos, que se referem à frequência de ocorrência de determinados acontecimentos, em que o valor 1 indica nunca, 2: raramente, 3: às vezes, 4: frequentemente e 5: sempre. Tal instrumento é composto por três fatores: organização do trabalho (Retrata a divisão e conteúdo das tarefas, normas, controles e ritmos de trabalho), condições de tra¬balho (Retrata a qualidade do ambiente físico, posto de trabalho, equipamentos e material disponibilizados para a execução do trabalho) e relações socioprofissionais (Retrata os modos de gestão do trabalho, comunicação e interação profissional). Os níveis de avaliação da EACT são como: Nível acima de 3,7: Avaliação mais negativa, grave; entre 2,3 e 3,69: Avaliação mais moderada, crítico; e abaixo de 2,29: Avaliação mais positiva, satisfatório. Posteriormente, os dados coletados foram depositados no Programa SPSS e realizadas as análises descritivas, tais como médias, desvios padrão, mínimo e máximo. Salienta-se que o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da UNIFOR e recebeu parecer favorável para sua realização. Como resultado, foi verificado que o contexto de trabalho apresentou-se de modo moderado-crítico, sendo que dos fatores, separadamente, as Condições de Trabalho obtiveram escores mais altos, seguidos pelos fatores Organização do Trabalho e Relações Sócioprofissionais. Concluiu-se, portanto, que o contexto de trabalho em que os profissionais do SAMU realizam suas atividades carece de intervenção, principalmente, nas condições de trabalho, fazendo-se necessária a atuação dos gestores e sindicalistas responsáveis pelo SAMU, a fim de sanar a situação desfavorável observada.

O poder de agir dos trabalhadores terceirizados: uma reflexão a partir da Clínica da Atividade

Pamella Beserra de Melo (Universidade Federal do Ceará), **Cássio Adriano Braz de Aquino** (Universidade Federal do Ceará)

O presente trabalho insere-se nos estudos e pesquisas voltados para a discussão das transformações no mundo laboral, pela passagem do modelo Fordista/Taylorista para o modelo Toyotista, e seus rebatimentos frente a saúde dos trabalhadores submetidos a vínculos de trabalho precários. A proposta surgiu de intervenção realizada junto a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas como Psicóloga de uma Instituição de Ensino Superior Pública (IES), através das atividades desenvolvidas junto ao projeto Elaborar por meio do qual desenvolve-se uma atuação voltado para saúde do trabalhador no qual se propõe transformações nos contextos de trabalho. Assim, pretendemos analisar as quatro dimensões do ofício, quais sejam: dimensão impessoal, transpessoal, interpessoal, pessoal, dos trabalhadores terceirizados dentro da perspectiva da Clínica da Atividade de Yves Clot, por meio do qual realizou-se a análise do trabalho do setor do almoxarifado central da IES. Essa baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-cultural de Vygotsky e na linguística de Bakhtin. Os métodos propostos pela Clínica da Atividade, como a instrução ao sósia ou a autoconfrontação, visam descristalizar a atividade, uma vez que ao colocá-la em movimento, o trabalhador poderá refletir sobre ela e, então, desenvolvê-la. Serão discutidos os conceitos de atividade real, aquilo que o trabalhador realiza, que é observável; de real da atividade, como aquilo que o trabalhador poderia ter feito, poderia ter realizado de forma diferente, porém não o fez por inúmeros motivos; de gênero profissional, que corresponde a cultura partilhada pelo grupo de trabalho e de estilo profissional, que refere-se a marca impressa pelo trabalhador na sua atividade, aquilo que ele cria, recria e adapta, renovando o gênero de acordo com suas possibilidades materiais e simbólicas. Tal proposta alinha-se aos estudos da Psicologia Social do Trabalho numa perspectiva crítica, uma vez que questiona o status quo e visa contribuir para melhores condições de vida e trabalho da classe trabalhadora submetida a ataques constantes em seus direitos trabalhistas e sociais. Diante das transformações do modelo capitalista de produção, pudemos perceber contradições do Toyotismo que exige do trabalhador a polivalência, a capacitação constante, a cooperação, colaboração entre as equipes, autonomia, etc. Porém, o que se constata é a fragmentação crescente dos coletivos de trabalho, com o enfraquecimento dos sindicatos e das mobilizações coletivas, em que os trabalhadores vivem sob a constante ameaça do desemprego e para "sobreviver" nesse mercado intensifica-se a competitividade e, consequentemente, o individualismo. Assim, o gênero profissional que corresponde as regras implícitas, partilhadas pelo coletivo, das quais o trabalhador se apropria para agir e lidar com as lacunas presentes naquilo que foi prescrito, encontra-se enfraquecido, uma vez que nas organizações não há mais espaço para o diálogo, para realização de reuniões onde o trabalhador possa se colocar e propor mudanças e melhorias. Os processos de trabalho são na maioria das vezes, impostos pelos níveis hierárquicos sem debate e discussão com os trabalhadores e, muitas vezes, não condizem com a realidade de trabalho. Desta forma, espaços que promovam a interação, debate e participação dos trabalhadores se faz de extrema importância, para que eles possam, fortalecendo os coletivos de trabalho, desenvolver seu poder de agir e realizar um "trabalho bem feito".

O significado do trabalho para jovens da qualificação profissional no âmbito da assistência social

Denise Alves de Neiva (Universidade Federal do Ceará), **Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá** (Universidade Federal do Ceará)

Introdução: O trabalho vem sendo estudado sob diversas perspectivas, entre elas a do seu significado, que se refere às atribuições dinâmicas construídas através da experiência no mundo laboral. O construto do significado do trabalho é constituído por quatro facetas: atributos valorativos (aquilo que o trabalhador acha que o trabalho deve ser), atributos descritivos (aquilo que o trabalhador acha que o trabalho é), hierarquização dos atributos e centralidade do trabalho. Para se inserir no mercado de trabalho, é opção para as pessoas que estão já há algum tempo fora do mercado e para estudantes que buscam o primeiro emprego ingressar em cursos do Programa Nacional do Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/Brasil sem Miséria – PRONATEC/BSM. Apesar de não se referir diretamente ao que se estuda e se conceitua por "significação do trabalho", vê-se que há muitas coincidências entre a ideia de se buscar a colocação de pessoas nesse contexto laboral com o sentido de evitar sua permanência em quadros econômicos e sociais desoladores por meio da sua transformação em pessoas que se tornem profissionais e trabalhem. **Objetivo**: Esta pesquisa considera a qualificação profissional como um espaço produtor de significados e, nessa perspectiva, se busca conhecer o significado do trabalho para os indivíduos de 18 a 28 anos concludentes do PRONATEC/BSM de uma cidade da região norte do Ceará. **Método**: Adotou-se para este projeto a pesquisa qualitativa de cunho descritivo. O procedimento de coleta dos dados será através de entrevistas individuais para identificar a centralidade do trabalho, os atributos valorativos, descritivos e sua hierarquia segundo ex-alunos em três instituições de ensino do PRONATEC/BSM. As entrevistas foram gravadas e submetidas ao método de análise de conteúdo. **Resultados**: Foram entrevistados quatro concludentes de cursos do PRONATEC/BSM entre 18 e 20 anos, com renda de até três salários mínimos e que atualmente encontram-se como jovens-aprendizes em uma multinacional especializada na produção de calçados. Acerca do construto do significado do trabalho, os entrevistados, descreveram que o trabalho é satisfatório, tem bom salário, requer esforço físico e proporciona independência financeira. Ao mesmo tempo, o trabalho é ter boas relações com os colegas e superiores. Todos os entrevistados relataram conflitos com os veteranos como algo recorrente na multinacional. Os conflitos com os veteranos, segundo os entrevistados, ocorrem pelo fato deles serem jovens-aprendizes e isso representar ameaças constantes para quem já se encontra na empresa há algum tempo. Sobre o que eles acham que o trabalho deveria ser, os participantes relataram a importância de fazer carreira na empresa e também estabelecer boas relações com os superiores. Relacionado ao aspecto de fazer carreira na empresa, os participantes relataram que desejam fazer um curso superior, mas somente em um deles o curso está relacionado ao trabalho atual e que com esse curso poderia crescer dentro da empresa. Acerca da centralidade no trabalho em relação às esferas da vida, este encontra-se em segundo lugar, após a família que está em primeiro. Sobre as outras esferas da vida: lazer, ficou em terceiro, seguido pelo empate de comunidade e religião. **Conclusões**: Os participantes desta pesquisa são pessoas consideradas de baixa renda e encontram-se cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e assim, a questão socioeconômica se torna prioritária na hora de escolher os cursos do PRONATEC/BSM, tendo em vista a necessidade de conseguir um emprego para sobreviver. Como essas pessoas a priori buscam uma inserção no mercado de trabalho diferente de uma inserção profissional que está relacionada a um curso superior e deste derivam as atividades laborais; qualquer trabalho para elas se torna uma maneira de alcançar o tão desejado curso superior. Este fato fica claro quando os participantes descrevem o trabalho atual como satisfatório mas ainda almejam um curso superior, sendo que apenas um deles almeja um curso relacionado ao trabalho executado atualmente. O trabalho atual é, portanto, uma forma de conseguir o dinheiro para custear uma faculdade particular, tendo em vista que a multinacional tem convênios com as faculdades da região. Com base nos resultados obtidos podem ser apontadas novas estratégias para melhorar as políticas públicas de inserção laboral visando assim melhor inserção no mercado de trabalho dos jovens através de orientação profissional.

Os jovens e os sentidos do trabalho: construção dos modos de vida e das subjetividades

Alexandre Akio Casoto Suenaga (Universidade de São Paulo)

O trabalho proposto ao XVIII Encontro Nacional da ABRAPSO, GT 23 – Trabalho na perspectiva crítica II – é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP e financiada pela FAPESP. A pesquisa tem como objetivo estudar as relações dos jovens estudantes do ensino médio com a atividade de trabalho. Para tanto, abordamos o trabalho em seu sentido amplo, como atividade fundante do ser social; não apenas restrita ao universo das profissões e do mercado de trabalho, mas como atividade vital do ser humano de transformação da natureza, do próprio corpo e das relações sociais. O trabalho é uma atividade originariamente social. "No trabalho os homens entram forçosamente em relação, em comunicação uns com os outros" (LEONTIEV, 2004, p.92). Não podemos, portanto, separar trabalho de comunicação, ambos fazem parte do mesmo processo de humanização do homem e do mundo que o circunda. A noção de trabalho como categoria central da relação do ser humano com o mundo advém do materialismo histórico dialético a partir dos estudos de Marx e Engels (2007; 2013). Além disso, outros teóricos como Leontiev (2004), Vigotski (2008) e Bakhtin/Volochínov (2010) nos auxiliam a pensar a atividade de trabalho na construção social do psiquismo humano, em que a linguagem assume um papel fundamental de mediação entre pensamento e realidade.

É neste processo incessante de construção e autoconstrução relacional que emergem as subjetividades e que o ser humano cria seus modos de existir. Sendo assim, o estudo dos meios de produção não é uma mera abstração das macroestruturas da sociedade, mas a própria reflexão de como os seres humanos produzem e reproduzem a vida. Neste sentido, estudar a relação dos jovens com o trabalho nos permite compreender quais modos de existir têm sido privilegiados em nossa sociedade e quais os conflitos e contradições que os atravessam. Da observação micro da pesquisa, também é possível inferir um cenário macro de transformações contemporâneas no mundo do trabalho e de construção de novas subjetividades, constatação que se relaciona com a discussão do eixo temático – Psicologia social e trabalho.

Como recorte metodológico, trabalhamos com a pesquisa-intervenção em uma escola pública da cidade de São Paulo/SP, a Escola Estadual Maria José localizada no bairro do Bexiga. O intuito de utilizar a pesquisa-intervenção foi o de encontrar um método que contemple o caráter processual da pesquisa, que não sirva "[...] para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude" (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010, p.10-11). Toda pesquisa é uma forma de intervenção e "nesse sentido, conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência" (PASSOS; BARROS, 2010, p. 30-31).

Trabalhamos com duas turmas ao longo de um semestre com encontros semanais durante o turno regular buscando uma proximidade com os jovens, para então compreender no plano da experiência os sentidos que eles constroem para o trabalho, suas inquietações, dúvidas, experiências e expectativas. No espaço de discussão proposto pela pesquisa os jovens têm a possibilidade de elaborar seus sentidos do trabalho e seus modos de existir a partir da representação do vivido e do exercício da linguagem, partindo de suas referências culturais, sociais e históricas.

Durante os encontros observamos que diversas contradições atravessam a relação dos jovens com o trabalho. Por um lado eles apresentaram uma compreensão ampla de trabalho, não o relacionando apenas com profissão e salário; por outro, em suas experiências como trabalhadores, vivenciam uma realidade de exploração e de trabalho relacionado majoritariamente com a obrigação e sobrevivência. Contradição esta que evidencia a relação do trabalho com a luta de classes como foi discutido por Marx e Engels. Essa entre outras observações fazem parte dos resultados parciais da pesquisa que agora se encontra em fase de análise, finalizada a pesquisa de campo.

Referências

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 2010.

LEONTIEV, Alexis. O Desenvolvimento do Psiquismo. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K, ENGELS,F. A ideologia alemã. São Paulo; Boitempo, 2007.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisaintervenção. In PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

VYGOTSKI, Lev Samenovitch. Pensamento e linguagem. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Reconhecimento e (in)visibilidade na prostituição de luxo: as histórias de Mara e Letícia

Diva Rodrigues Daltro Barreto (Faculdade Maurício de Nassau)

O referido trabalho que ora inscrevo no XVIII Encontro Nacional da ABRAPSO versa sobre minha Dissertação de Mestrado em Psicologia defendida no ano de 2014 na Universidade Federal do Ceará (UFC). O Objetivo de minha pesquisa foi realizar um estudo sobre a história de vida de duas acompanhantes de luxo, mulheres que encontraram no mercado do sexo o meio para ganharem dinheiro e assim administrar suas vidas. Para isso, utilizei como método de investigação as narrativas de história de vida, de modo que foram analisadas as narrativas de duas acompanhantes, Mara (nome fictício) e Letícia (nome de batismo), buscando a partir de suas histórias, entender como foram suas vidas, quais os percalços que passaram até tornarem-se quem são nesse momento, como aconteceu o conflituoso processo de (des)construção e (re)construção de suas identidades, quais os personagens que representaram e representam em suas vidas, quais metamorfoses suas identidades sofreram. Atrelada a essa investigação, buscou-se, a partir do referencial teórico de autores que discutem e dialogam com a proposta de uma Psicologia Social Crítica, analisar criticamente as histórias por elas contadas. Entre os principais autores utilizados destacam-se Antônio da Costa Ciampa (1987), com sua teoria da identidade-metamorfose, atualizada recentemente por Aluísio Ferreira de Lima (2010); Axel Honneth (2011, 2003), e sua discussão sobre Invisibilidade e Reconhecimento; e Howard Becker (2008) com suas considerações críticas feitas a partir do conceito de outsiders. Nas análises das entrevistas ficou evidente que, embora ocupando um espaço social diferenciado frente as demais profissionais do sexo, essas mulheres ainda sofrem preconceito e estigmatização social por representarem a personagem acompanhante de luxo. Do mesmo modo, evidenciamos as diferentes representações dessa personagem para Mara e Letícia, a primeira vivendo a acompanhante de luxo de uma forma invisível, negociando esta com suas outras personagens e gerenciando sua vida na base do segredo, já que em sua família, ninguém sabe que ela com a comercialização do sexo; a segunda, por outro lado, representa a personagem acompanhante de luxo de uma forma explícita, de modo a articulá-la com suas outras personagens e lutar por reconhecimento de sua profissão. Letícia não esconde sua personagem acompanhante de luxo, e busca o reconhecimento da sua identidade, lutando pelo direito de ser reconhecida dignamente como uma mulher trabalhadora, autônoma, que tem o direito de utilizar seu corpo da forma como bem quiser. As narrativas de história de vida de Mara e Letícia evidenciaram, além das dificuldades e alegrias de suas atuações enquanto acompanhantes de luxo, uma mundo que embora seja muito lucrativo e mobilize mulheres, mercado de moda, gastronomia, viagens, cirurgias plásticas etc., ainda é pouco (re)conhecida na esfera pública. Do mesmo modo, as narrativas ensinam que embora possamos representar determinadas personagens que garantem nosso acesso a bens de consumo e estabilidade financeira isso não significa que desejemos necessariamente o reconhecimento dessa representação e a integremos a nossa identidade. Por fim, será apresentado ainda os percalços, as dificuldades, e os desdobramentos que atravessaram essa pesquisa, que foram de grande valia tanto para a construção deste trabalho quanto para minha experiência enquanto pesquisadora.

GT 24 PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: OLHARES CRÍTICOS SOBRE O TRABALHO E OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS

Análise de redes sociais em uma feira de roupas: um estudo de caso

Renata Guimarães de Carvalho (Universidade de Fortaleza), **Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel** (Universidade de Fortaleza), Iara Andrade de Oliveira (Universidade de Fortaleza)

Este estudo teve o objetivo de investigar o processo de formação e funcionamento de redes sociais no contexto de trabalho de uma feira de roupas localizada no centro da cidade de Fortaleza – CE. Para tanto, utilizou a abordagem da 'Análise de Redes Sociais – ARS', que envolve teorias, modelos e aplicações cujo interesse está nas relações, sobretudo a estrutura das conexões, os tipos de laços e as trocas em que os sujeitos estão inseridos. Dessa forma, o objetivo proposto se articula com o GT 24 – Psicologia social do trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos, pois busca compreender a configuração das relações e significados construídos pelos trabalhadores em seu cotidiano. A pesquisa apresentou delineamento exploratório e qualitativo, sendo caracterizada como estudo de caso. Teve por foco uma banca de venda de roupas localizada em um galpão na feira José Avelino, no centro da cidade de Fortaleza. Foram realizadas 05 entrevistas com feirantes desta banca abordando sua trajetória laboral, o processo de trabalho na feira e a formação de redes. Foram utilizados os programas Ucinet e NetDraw e a técnica de Análise de Conteúdo para descrição e análise dos dados coletados. As entrevistadas eram todas mulheres, com idade variando entre 21 e 33 anos; nível de escolaridade entre fundamental incompleto e médio completo; e renda individual variando entre R$ 1.000,00 e R$ 4.000,00 mensais. A trajetória laboral de todas as entrevistadas era marcada pela descontinuidade, precarização e informalidade, sendo que o trabalho como feirante era significado como algo positivo, apesar da percepção de desconforto ligada às condições de trabalho e, principalmente, ao horário de funcionamento da feira. Os dados apontaram para a existência de uma rede social cuja finalidade principal era viabilizar trabalho para seus integrantes e produção de mercadorias. Esta rede surgiu a partir de um núcleo familiar, envolvendo relações de parentesco de conjugalidade e de parentalidade. Depois foi sendo expandida para "conhecidos" ou "vizinhos de bairro" que indicavam outras pessoas para trabalhar. Sendo assim, a rede era baseada em laços familiares, de amizade e também vínculos laborais. Os atores centrais da rede atuavam na feira e também no espaço de uma pequena fábrica, onde eram produzidas as roupas comercializadas. No espaço da feira, foram identificadas funções laborais diferentes: 02 entrevistadas eram as "donas" da banca, responsáveis pela organização do trabalho, pelo gerenciamento das mercadorias vendidas na feira e pelo caixa; 03 entrevistadas eram "funcionárias" que atuavam como vendedoras e recebiam remuneração por dia trabalhado. As entrevistadas que detinham os meios de produção e o poder decisório sobre o trabalho eram aquelas ligadas por laços familiares, tendo maior nível de renda e também maior nível de centralidade na rede. Esta funcionava como um elemento de organização do trabalho na banca, gerando capacidade de adaptação e flexibilidade para atendimento das demandas de clientes. A confiança permeava todos os vínculos na banca; já com os outros feirantes do galpão a confiança era reduzida, sobressaindo mais relações de competição do que de cooperação. Concluindo, foi possível identificar a existência de uma rede social entrelaçada ao ambiente de trabalho na feira, que funcionava por meio de trocas imateriais, como amizade e confiança, e também materiais, como remuneração, mas que era profundamente marcada pelas relações familiares.

As práticas dos psicólogos organizacionais e a produção de subjetividades em contextos empresariais

Maristela de Souza Pereira (Universidade Federal de Uberlândia)

O presente trabalho resulta da pesquisa de doutorado da autora, que buscou investigar a atuação dos psicólogos em empresas privadas e construir uma reflexão sobre o mundo do trabalho atual e a produção de subjetividades, que se espraiam deste contexto para os demais aspectos da vida. Tomando-se como ponto de partida a Psicologia Social do Trabalho, procedeu-se a uma leitura crítica sobre a inserção dos psicólogos no âmbito empresarial, marcada pela perspectiva hegemônica da Psicologia Organizacional. O eixo escolhido para guiar a investigação foi a Saúde do Trabalhador, buscando-se conhecer as concepções dos psicólogos organizacionais sobre o adoecimento dos sujeitos e descortinar suas intervenções profissionais a este respeito. A perspectiva teórica adotada assume a centralidade do trabalho, ao tomá-lo como fundante na constituição dos seres humanos e sociais, e como categoria chave para a compreensão dos modos de viver das coletividades, indissociáveis dos modos de produção criados por estas. Este estudo ancora-se assim nos pressupostos da Medicina Social Latinoamericana, que considera os processos de trabalho como um dos determinantes principais da saúde/enfermidade, reconhece o caráter social da doença e aponta a historicidade vinculada a este aspecto. Sob esta ótica, o adoecimento dos sujeitos ocupados não ocorre por fatalidade e tampouco tem suas origens em fatores puramente orgânicos ou individuais, mas é produzido pelas condições e relações de trabalho, que se vinculam ao modo de produção vigente em cada momento e em cada formação social. No cenário atual, a produção das relações de trabalho e das formas de vida se dá dentro dos contornos do capitalismo global, assentado na exploração, na competição e na hierarquização dos sujeitos, aspectos fundamentais para se compreender os processos de adoecimento dos mesmos. Com relação à realização da pesquisa, utilizou-se a Etnografia, que compareceu não apenas como método, mas como modo de acercamento do fenômeno, perseguido em diferentes territórios de investigação: foram realizados grupos de discussão sobre a prática profissional com psicólogos organizacionais, grupos de sala de espera e grupos de escuta e acolhimento com trabalhadores adoecidos pelo trabalho, entrevistas com psicólogos organizacionais brasileiros e italianos, análises de práticas profissionais apresentadas em congressos da área, e uma revisão da literatura sobre as correntes teóricas e metodológicas atuais no intercruzamento da Psicologia, Trabalho e Saúde. Esta proposta, condizente com a Etnografia Multissituada, ao invés de focalizar locais específicos, buscou gerar conexões entre materiais e discursos provenientes de lugares distintos e oferecer um panorama sobre a atuação profissional do psicólogo nas organizações, sob diferentes ângulos. Os resultados foram analisados sob a luz das contribuições do estruturalismo construtivista de Pierre Bourdieu, cuja teoria da prática comporta reflexões sobre os determinantes estruturais da ação cotidiana, ao mesmo tempo que incorpora a interpretação subjetiva de seus agentes. Assim, foi possível constatar que os psicólogos organizacionais têm suas ações delimitadas pelo contexto empresarial onde estão inseridos e pela posição que ali ocupam, sendo esperada, por parte dos empregadores, dos gestores e, deles próprios, uma atuação voltada para o amortecimento dos conflitos entre trabalhadores e a organização, decorrentes da própria contradição existente entre capital e trabalho. Verificou-se que tais psicólogos não se comunicam diretamente com os trabalhadores da produção e dos níveis hierárquicos mais baixos, o que se explica pela própria posição ocupada pelos psicólogos nas empresas, em funções de gestão ou de apoio aos gestores, de forma que sua comunicação se dá essencialmente com este nível. Tal função é desempenhada através das tarefas técnicas de recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento, pesquisa de clima organizacional, avaliação de desempenho, dentre outras. Não fazem parte do seu escopo ações voltadas à efetiva promoção de saúde dos trabalhadores. Com relação às concepções sobre o adoecer dos sujeitos, estas se baseiam em explicações de cunho individual ou aspectos psicogênicos, não sendo considerados fatores objetivos e materiais, como condições e organização do trabalho, na promoção do adoecimento. Ao serem confrontados com as contradições do sistema, as quais perpassam também o seu discurso profissional, estes psicólogos demonstram vivenciar dilemas e situações de conflito em relação ao seu fazer. Entretanto, raras são as iniciativas de resistência, posto que não há uma consciência clara sobre os efeitos da sua atuação e como esta participa da reprodução do próprio sistema. Conclui-se que os psicólogos, ao se inserirem dentro das empresas, se deparam com uma estrutura objetiva de distribuição desigual de poder, regida e mantida por uma ideologia gestionária, que contribui para a dominação simbólica e concreta dos homens sobre outros homens. A internalização destas estruturas objetivas, enquanto estruturas mentais, dá origem a um habitus, ou seja, subjetividades compartilhadas por estes psicólogos, os quais, por sua vez, também participam ativamente, ainda que de modo inconsciente, da criação e disseminação de subjetividades calcadas na lógica gerencialista, através de suas práticas profissionais, que, ancoradas nesta mesma lógica, contribuem para a divisão, categorização e hierarquização dos sujeitos, em suma, para a manutenção das desigualdades do mundo social.

Autonomia Profissional e Condições de Trabalho em Enfermagem: Um Estudo a partir de Incidentes Críticos

Mara Aguiar Ferreira (Universidade de Fortaleza)

Introdução: A enfermagem compõe expressivo contingente da força de trabalho em saúde no Brasil. Trata-se de grupo profissional amplamente distribuído e que vem ocupando importante espaço no contexto público e privado da saúde, nos diversos âmbitos da assistência. Com a ampliação dos espaços de atuação e das contribuições do campo, a área vem discutindo cada vez mais questões ligadas ao seu objeto de estudo, entraves para uma maior inserção política e ampliação da sua contribuição social, entre outras. Uma análise da literatura pertinente a essas temáticas evidenciou a existência de vasto número de estudos que problematizam a questão da autonomia profissional, assinalandoa como direito e elemento fundamental para a consolidação da enfermagem. Contudo, verifica-se a escassez de estudos que se voltem para a análise da autonomia profissional de enfermeiros em sua inter-relação com as condições de trabalho, aspecto fundamental para uma compreensão da temática. Objetivo: Com base no exposto, esta pesquisa ancora-se nos estudos sobre autonomia profissional e no aparato teórico da Psicodinâmica do Trabalho e da clínica da atividade a fim de investigar as relações entre condições de trabalho e a vivência da autonomia profissional de enfermeiros, a partir do estudo de casos concretos de seu cotidiano de trabalho. Relação clara com o GT e eixo temático escolhido: Este trabalho corrobora a perspectiva do eixo temático Psicologia social e trabalho e do GT Psicologia Social do Trabalho: Olhares Críticos sobre o Trabalho e os Processos Organizativos, na medida em que trás um olhar crítico da psicologia na interface com outras disciplinas sobre importantes aspectos envolvidos na superação da precarização das condições laborais em prol da promoção de um trabalho digno e emancipado. Método: Os dados necessários à sua concretização foram obtidos mediante o desenvolvimento de uma pesquisa de cunho descritivo, exploratório e qualitativo, articulando dois estudos, o primeiro realizado por meio de entrevistas semiestruturadas, baseadas no Método de Decisões Críticas, e o segundo a partir da utilização da Técnica de Confrontações por Pares, inspirada na abordagem da Clínica da Atividade que, posteriormente foram organizados e submetidos à análise de conteúdo. Resultados Dentre os principais resultados, os entrevistados sinalizaram a falta de recursos materiais e de pessoal como dificuldades presentes no cotidiano de trabalho, que dificultam a prática autônoma e refletem negativamente na satisfação profissional. Outro aspecto levantado diz respeito à existência de precarização dos vínculos de trabalho na enfermagem que, por se basearem em um contrato temporário de dois anos, dificultam a vinculação com a comunidade. Os pesquisados destacaram também as dificuldades que a racionalização de custos interpõem para a realização do trabalho, relacionadas com a falta de material, com a precariedade da infraestrutura e com a escassez de recursos financeiros. Outro ponto destacado pelos pesquisados diz respeito às cobranças por resultados que, além de estarem cada vez maiores e pautadas em resultados numéricos, desumanizam a assistência de enfermagem e distanciam os enfermeiros do objeto do seu fazer - o cuidado humanizado. Constatou-se que a divisão das tarefas preconizada desde os primórdios da enfermagem, pautada pelo modelo taylorista de administração do trabalho, marcado pela cisão entre trabalho prescrito e trabalho real, fomenta a edificação de uma prática tecnicista, desvinculada do saber critico reflexivo, que acaba por engessar o gênero profissional e bloquear seu poder de agir. Verificouse, assim, que a ausência de recursos e a precarização dos vínculos de trabalho são fatores que afetam a prática autônoma do enfermeiro, enrijecendo o gênero profissional, restringindo o seu estilo, diminuindo seu poder de agir, aspectos que repercutem tanto na saúde desse profissional como na qualidade da assistência prestada aos pacientes. Contudo, o estudo denotou que o enfermeiro, para concretizar a autonomia, precisa, para além de lidar com desafios do cenário externo, relativos às condições de trabalho, precisa rever posicionamentos internos que remetem à abdicação do trabalho prescrito e à renúncia ao poder de agir, manifesto por um real da atividade restrito em termos de práticas independentes e auto resolutivas. Desse modo, o estudo evidenciou que os enfermeiros não fazem uso máximo das prescrições postuladas pelos dispositivos trabalhistas, legais e de classe e que, notavelmente, o real da sua atividade apresenta-se mais restrito que o trabalho prescrito, no que se refere a práticas autônomas. Conclusões: Verificou-se que os enfermeiros, em sua atividade, não põem em prática prescrições que demandam autonomia por não possuírem consciência critico reflexiva em relação à realidade posta e por considerarem as prerrogativas do campo como os únicos balizadores do seu agir em relação à autonomia. Nesta perspectiva, a melhoria das condições de trabalho, obtida através do incremento dos recursos físicos e humanos e do desenvolvimento de ações interinstitucionais com a participação efetiva dos enfermeiros nas estratégias de mudança, mostrou-se como uma das facetas necessárias para a edificação da autonomia na enfermagem.

Como "anda" o taxista de Chapecó/SC? Relação entre trabalho e saúde na prática desse profissional

Scheila Girelli (Universidade Comunitária da Região de Chapecó), Ana Luísa Damin (Universidade Comunitária da Região de Chapecó)

Introdução: Vários estudos, realizados a partir de uma perspectiva social crítica, vêm apontando para as implicações do regime de produção capitalista, em especial, a reestruturação produtiva, nos processos organizativos e de gestão do trabalho. Nesse ínterim, pesquisas como as de Lancman e Snelwar (2004), Codo (2004), Selligmann-Silva (2011), Sato e Oliveira (2011) sinalizam para as repercussões psíquicas provocadas pelo trabalho, considerando a sua dimensão histórica, política e estrutural. Tais pressupostos têm orientado os estudos vinculados ao Núcleo de Pesquisa de Iniciação Científica Trabalho, Organizações e Inclusão Social da Unochapecó. Objetivo: Dentre estes, um buscou compreender a relação entre trabalho e saúde dos taxistas da cidade de Chapecó/SC. Metodologia: O estudo baseou-se nos pressupostos teórico/metodológicos da pesquisa qualitativa (Flick, 2009), interessando-se pelas práticas e conhecimentos produzidos no cotidiano desses trabalhadores. Participaram da pesquisa seis taxistas, sendo cinco homens e uma mulher, com idade entre 30 e 60 anos. A entrevista semi-estruturada (Zago, 2003) foi de extrema valia como procedimento de busca de informações, pois possibilitou ampliar a compreensão acerca do fenômeno estudado, a partir de um processo interativo com os participantes. A apreciação crítica dos resultados foi construída com base na Análise de Conteúdo (González Rey, 2002). Resultados: Os resultados encontrados apontam que o exercício profissional do taxista apresenta algumas exigências, dentre as quais cabe ressaltar: habilidade e atenção para dirigir, responsabilidade com o cumprimento dos horários, boa comunicação, conhecimento das vias por onde circula e flexibilidade para o atendimento em diferentes horários. Este último fator tem levado a jornadas extensivas de trabalho, descanso e alimentação interrompidos pelos constantes chamados por "uma corrida". Considerando o trânsito como ambiente de trabalho, a atuação do taxista está suscetível a poluição sonora, oscilação de temperatura, poluentes atmosféricos, bem como, violência urbana, a exemplo dos assaltos e acidentes de trânsito, com risco de morte. Além destes aspectos, alguns taxistas são terceirizados, situação de informalidade que fragiliza a garantia aos direitos sociais e trabalhistas. Observa-se, pelo exposto, que as condições sociais conferem ao trabalho um sentido penoso, a partir do qual o sujeito se constitui na experiência, pelo movimento de contínuas tensões entre dimensões instituídas e instituintes. (Ferreira, 2013). Embora tais condições deflagrem a precarização do trabalho, a população entrevistada não relatou apresentar danos relacionados à saúde, o que pode ser justificado pela existência de vivências de prazer, tais como orgulho, satisfação, comprometimento e perspectiva de futuro ligada à continuidade na referida ocupação, prevalentes na percepção do contexto laboral atribuída especialmente pelos trabalhadores que atuam há mais tempo no ramo e ascenderam profissionalmente como taxistas. A realização periódica de exames de saúde, de atividades físicas, o conforto e segurança do veículo utilizado, e, em especial, a qualidade das relações interpessoais com os passageiros configura-se como algumas das principais estratégias de enfrentamento às situações adversas. Aspectos como este demonstram, a partir da perspectiva Dejouriana, o quão o trabalho é também um lugar de construção de relações sociais, onde a identidade é construída essencialmente por meio do reconhecimento. Assim, trabalhar pressupõe uma mobilização da subjetividade, que engloba o uso da inventividade, da criatividade, da engenhosidade, capazes de mobilizar no sujeito a transformação do sofrimento em prazer, a partir do resgate do sentido ontológico de trabalhar. Conclusão: Conclui-se, a partir deste estudo, que o serviço de táxi assume, sob a perspectiva dos entrevistados, um papel importante para a mobilidade urbana, contribuindo com o transporte de pessoas com qualidade, conforto e segurança. Contudo, as distintas modalidades de prestação de serviço imprimem modos diferentes de gestão e realização dos processos organizativos, implicando formas singulares de produção de sentido ao contexto laboral, o que influencia vivências significativamente distintas de prazer e sofrimento correlacionados ao trabalho. Por fim, cabe salientar a necessidade e importância da ampliação de estudos e intervenções interdisciplinares nesse contexto, os quais estejam comprometidos eticamente com a melhoria das relações e condições de trabalho, em especial, com a ampliação de estratégias coletivas de promoção à saúde, as quais, como na perspectiva de Dejours (1994), ao invés de conduzir para a alienação, possam romper com o individualismo, a banalização das injustiças e a submissão do desejo dos trabalhadores aos objetivos da organização.

Condutores/Socorristas do SAMU 192 em Fortaleza, Ceará: Condição e Organização do Trabalho

Emanoella Pessoa Angelim Guimarães (Universidade Estadual do Ceará), **João Bosco Feitosa dos Santos** (Universidade Estadual do Ceará)

O Serviço Móvel de Urgência - SAMU faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências desde 2003, e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população. O SAMU Fortaleza é vinculado à Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, ao Ministério da Saúde e às prefeituras municipais e cobre uma população de cerca de dois milhões e meio de pessoas. Este estudo teve como objetivo investigar e compreender as condições e organização do trabalho dos condutores de veículos do SAMU 192, do Município de Fortaleza. Especificamente objetiva descrever as suas rotinas diárias; identificar como esses profissionais lidam com os desafios do trabalho e conhecer as estratégias desenvolvidas para fazer frente à alta demanda em meio a condições adversas e possíveis necessidades de competências técnicas na realização do trabalho. Assim, com esse estudo buscamos conhecer o profissional condutor do SAMU cuja importância é extraordinária, visto que esses profissionais conduzem outros profissionais e a população em geral, acometida por acidente, em situação limítrofe. Nesses casos a corrida contra o tempo é a luta a favor da vida. Esses condutores tem a responsabilidade de desempenhar sua função, com excelência, em um trânsito caótico, fazendo uso de veículos muitas vezes em condições precárias em vias igualmente deficientes e diante de uma população que, geralmente, não possui conhecimento e empatia para entender a importância desse trabalho. A metodologia do estudo envolveu pesquisa documental a banco de dados do SAMU, observação do trabalho e entrevista semiestruturada com condutores socorristas. A presente pesquisa teve como ferramenta principal entrevistas semiestruturadas com os condutores/socorristas do SAMU Fortaleza. O uso de roteiro pré-definido nos guiou durante as entrevistas servindo de orientação para a mesma. O objetivo da utilização das entrevistas semiestruturadas é a explicitação das narrativas dos entrevistados e a valorização da história de trabalho dos profissionais do SAMU. Como os demais trabalhadores de saúde, os condutores do SAMU também estão submetidos aos processos de precarização do sistema. Questionados quanto aos problemas enfrentados no dia a dia os condutores entrevistados relataram inúmeros problemas relacionados à má conservação dos veículos que dificultavam o bom desempenho do trabalho além de lhes causarem riscos à vida. Dentre os profissionais entrevistados nenhum deles cumpria apenas a sua carga regular de plantões no SAMU. Mesmo os condutores que não tinham outra profissão complementavam sua renda com plantões extras chegando a trabalhar mais de 70 (setenta) horas semanais. Os condutores/socorristas de ambulâncias do SAMU são profissionais que se diferenciam da categoria motorista por possuírem treinamento técnico para auxiliar no socorro às vítimas. Eles trabalham com a responsabilidade de conduzir pessoas em situações de vulnerabilidade. Às vezes apenas uma remoção para realização de exames, outras, situações em que 1 (um) quilômetro ou mesmo 1 (um) minuto, podem fazer a diferença para a sobrevida do paciente. Os condutores são profissionais comumente negligenciados apesar de sua evidente importância na operação de resgate dos pacientes e estão em constante pressão por que há inúmeros fatores interferindo nos resultados de sua atividade. As condições de trabalho apresentam risco à saúde desses profissionais que se deparam com a má conservação das vias e veículos, o transito caótico, a tensão e responsabilidade sobre a condução da equipe (medico, enfermeiro e auxiliar de enfermagem) e, sobretudo, a situação de estresse em diminuir o tempo do percurso valioso para esperança de sobrevida da vitima. Outras condições de precarização do trabalho foram identificadas como forma de contratação, salários, horários de trabalho, riscos de acidentes, e desvio de funções. Os baixos salários obrigam o trabalhador a "usar" suas horas de descanso, dos plantões regulares, em outros plantões, às vezes no próprio SAMU Fortaleza, conduzindo outros veículos, ou em outras atividades para complementação da renda. Apesar das dificuldades vivenciadas no cotidiano, os profissionais estudados sentem-se recompensados por exercerem a sua profissão na plenitude e aliviarem a dor e o sofrimento de outros seres humanos. O sofrimento e o prazer aparecem dialeticamente no trabalho de atendimento pré hospitalar e a sua compreensão parece ser de grande importância para a promoção da saúde dos trabalhadores e para a melhoria da qualidade da assistência prestada. Conhecer os fatores causadores de prazer e sofrimento pode ser o ponto de partida para que a gestão e os próprios trabalhadores impulsionem o trabalho num sentido mais prazeroso e colaborativo.

Desafios do mundo do trabalho e suas relações com o fenômeno do prolongamento da juventude: um estudo com jovens brasileiros e espanhóis.

Raquel Nascimento Coelho (Universidade Federal do Ceará)

No trabalho intitulado "Desafios do mundo do trabalho e suas relações com o fenômeno do prolongamento da juventude: um estudo com jovens brasileiros e espanhóis" temos como objetivo analisar a relação entre a situação dos jovens no mercado de trabalho e o fenômeno do prolongamento da juventude. Nas sociedades contemporâneas ocidentais, o trabalho segue sendo uma das principais fontes de estruturação social, econômica e identitária. No caso específico dos jovens, a relação com o trabalho representa uma das experiências vitais mais características de sua condição, já que vivem o processo de inserção laboral e as primeiras experiências de transição à vida adulta. Diante de um mundo do trabalho cada vez mais caracterizado pelos processos de flexibilização e precarização, os jovens tendem a ser alvos mais facilmente atingidos pelo desemprego e por formas de trabalho instáveis e precárias. Essa condição torna difícil a independência financeira desses indivíduos de suas famílias de origem, deixando-os em um estado de semi-dependência que afeta sobremaneira seus projetos de vida futura e a transição à vida adulta. Um das estratégias adotadas para lidar com tais dificuldades e que vem sendo observada nos atuais estudos psicossociais sobre a juventude é o atraso dos limiares que caracterizam a transição à vida adulta. Tal fenômeno aportaria uma maior complexidade à própria condição de ser jovem, já que as novas experiências geradas por esse atraso forjariam novos significados da própria condição juvenil e novas possibilidades de construção identitária para esses sujeitos. Compreendemos o prolongamento da juventude como um fenômeno psicossocial que envolve tanto a experiência da juventude como etapa da vida por mais tempo como a ideia da eterna juventude como um ideal social. Para aprofundar a compreensão sobre e o fenômeno do prolongamento da juventude e suas relações com o trabalho, realizamos uma investigação transversal com jovens brasileiros e espanhóis de 25 a 29 anos, onde foram levadas a cabo 25 entrevistas individuais em profundidade com homens e mulheres de cada país, totalizando 50 entrevistados. As entrevistas foram gravadas e transcritas, organizadas e categorizadas com o software Atlas-ti® e analisadas através de análise de conteúdo semântica. A partir do discurso dos entrevistados evidenciou-se que as situações de precarização e de instabilidade laborais enfrentadas pelos jovens contribuem de maneira significativa na acentuação do atraso dos limiares característicos do processo de transição à vida adulta e na manutenção desses indivíduos em uma condição tipicamente juvenil de semi-dependência por mais tempo em comparação com gerações anteriores. Observou-se também que o prolongamento da juventude é uma condição mais acentuada entre os jovens espanhóis de maneira geral, entretanto, tal condição se vê acentuada pela crise vivida pelo país. Entre os brasileiros as possibilidades de prolongamento se evidenciam como uma característica entre aqueles de melhor condição econômica e de forma mais subjetiva a través da identificação com um sentimento prolongado de juventude, um "ser eternamente jovem". A repercussão social das problemáticas vinculadas ao prolongamento da juventude se vê minimizada por se ajustar ao paradigma contemporâneo que posiciona a juventude como "idade canônica" e que tem o ideal da "eterna juventude" como modelo de identificação para um grupo cada vez mais significativo de jovens.

Narrativas de resistência no mundo do trabalho: um estudo em andamento sobre as origens da Economia Solidária

Cris Fernández Andrada (Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo)

O presente trabalho, estudo pós-doutoral em andamento, desenvolve-se no grande campo da Economia Solidária brasileira. Fruto das mazelas do mundo do trabalho, como a Crise do Emprego dos anos noventa, o movimento viveu notável expansão nos últimos anos, em dimensões, dilemas e complexidades, como apontam diversos estudos. A necessidade de gerar trabalho e renda por meio de um paradigma econômico anti-hegemônico, numa sociedade capitalista, exigiu de seus trabalhadores a arquitetura de ações políticas e econômicas complexas, como a construção de novas formas de produzir e de comercializar, de obter crédito, de gerir processos de trabalho, de ocupar fóruns públicos ou de reivindicar políticas públicas para o setor.

O ânimo que imprimem nestas ações é resistente e as dificuldades são imensas. Em suma, a Economia Solidária brasileira atualmente configura-se como um importante movimento de resistência no mundo do trabalho, embora complexo, heterogêneo e de difícil apreensão. Cerca de dez anos após o início de sua institucionalização, não apenas é possível, como faz-se necessário compreender mais e melhor a gênese do movimento e as circunstâncias históricas de sua articulação.

O objetivo principal do estudo é, portanto, compreender as origens da Economia Solidária brasileira a partir da perspectiva de seus trabalhadores pioneiros. Como resultados, pretendemos produzir um conjunto de narrativas sobre a fundação do movimento, de modo a contribuir para a compreensão das circunstâncias que orientaram os trabalhadores da Economia Solidária a organizá-la, para o registro da memória social do movimento e deste momento histórico da classe trabalhadora brasileira.

Neste sentido, entendemos que as articulações com o Eixo Temático do Encontro e com a proposta do presente GT são claras, já que o estudo parte da mesma perspectiva crítica aqui proposta, qual seja, a da Psicologia Social do Trabalho, e porque objetiva compreender melhor um movimento de resistência nascente das contradições do mundo do trabalho, organizado em autogestão pelos próprios trabalhadores, com vistas a enfrentar ou a superar, ainda que em parte, as desigualdades e violências operadas pelo modelo de desenvolvimento vigente.

Em linhas gerais, adotamos como marcos teóricos e metodológicos da pesquisa os estudos sociológicos e filosóficos da vida cotidiana, na orientação marxista apresentada por José de Sousa Martins, por exemplo, e nos estudos da Psicologia Social dedicada aos temas do trabalho no cotidiano, a partir da perspectiva dos trabalhadores, como os de Leny Sato. Esta abordagem teórica apoia-se numa concepção dialética de História, que não apenas considera como situa a subjetividade e a vida cotidiana no centro do processo histórico, junto das dimensões objetivas da reprodução social. Trata-se de uma premissa cara para o estudo em questão, por permitir ouvir de modo acurado os trabalhadores da Economia Solidária, mulheres e homens que num só tempo sofrem e constroem o mundo em que vivem, todos os dias.

Como ferramentas, recorremos a história oral e a entrevistas semi-estruturadas prolongadas, tomando por referência estudos psicossociais sobre memória social, que nos ensinam, de modo geral, que toda memória é trabalho, ou seja, processo vivido, e obra num só tempo individual e social.

A concepção de pesquisa no cotidiano como relação social também é uma premissa metodológica relevante neste estudo, como o foi em trabalhos anteriores. Neste sentido, temos como referências os trabalhos de Leny Sato e Peter Spink. Eles recuperam a compreensão dos trabalhos de campo em pesquisas psicossociais como uma prática de conversa e de debate, a partir de uma inserção horizontal do pesquisador no cotidiano das situações de pesquisa.

Em termos procedimentais, a escolha dos trabalhadores entrevistados segue critérios qualitativos de representatividade, de modo a contemplar, ao menos em parte, o desafio concernente à complexidade e à diversidade da Economia Solidária. Desta forma, consideramos importante entrevistar trabalhadores de diferentes regiões geográficas, e de distintos setores da economia, como agricultores familiares (setor primário), trabalhadores fabris (setor secundário) e prestadores de serviços (setor terciário), por exemplo. Para tanto, retomamos contato com uma ampla rede, que inclui diversos coletivos e organizações dos trabalhadores, com vistas a obter indicações de pessoas consideradas legítimas pelo e para o movimento.

Por se tratar de um estudo em fase inicial de desenvolvimento (2015-2017), não será possível apresentar resultados finais e conclusões. Ainda assim, poderemos apresentar e discutir sua proposição, primeiros desafios e achados.

O trabalho da gestão: entre o governo do outro e a abertura ao devir da atividade

Cibele Vargas Machado Moro (Tribunal Regional Federal da 4. Região), **Fernanda Spanier Amador** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este trabalho se propõe a apresentar a discussão realizada em nossa dissertação de Mestrado acerca da temática da gestão contemporânea a partir de uma pesquisa realizada junto a gestores de uma grande empresa pública brasileira da área de logística. Tomando como base as abordagens da Clínica da Atividade e da Ergologia em interlocução com conceitos foucaultianos e da Esquizoanálise, propomos uma análise do trabalho da gestão enquanto atividade, levando em consideração os processos moleculares de singularização que o trabalho comporta e sua potência de produção de desvio e de resistência pela problematização aos modos instituídos de trabalhar. Propomos, ainda, uma análise do trabalho da gestão enquanto produção histórica associada a estratégias de governo e condução do outro (o subordinado) e de si próprio em direção ao incremento do capital, constituindo-se a gestão como importante tecnologia de biopoder, na medida em que busca organizar e gestionar a vida para torná-la mais produtiva. Nesse sentido, além das estratégias disciplinares de gestão, voltadas à docilização dos corpos, parece-nos que o exercício do controle sobre a subjetividade dos trabalhadores ganha centralidade no trabalho da gestão, sendo o gestor demandado a mobilizar seus subordinados para que assumam uma postura empreendedora, competitiva e de alto desempenho, em um movimento de permanente autoinvestimento. Assim, nossa discussão aproxima-se daquilo que Vincent de Gaulejac define como poder gerencialista, ou seja, uma ideologia que convoca subjetivamente os sujeitos em direção a um ideal que atenda às exigências do mundo econômico, prescrevendo modos de viver e trabalhar. Desse modo, interrogamos a atividade da gestão, na medida em que essa é demandada, a um só tempo, incitar a atividade do subordinado para o incremento produtivo e tentar controlá-la, de modo que não se desvie dos objetivos capitalísticos. Por outro lado, a atividade do outro, enquanto potência de permanente desvio e impossível de ser capturada por inteiro, coloca-se como variante com a qual o gestor tem se defrontar sistematicamente, o que o convoca novamente à atividade para dar conta da distância entre o prescrito à gestão e o real colocado pela atividade do outro. Partindo desses aspectos, dentro de uma abordagem clínica do trabalho, onde o interesse recai sobre os possíveis da gestão em termos de desvio às estratégias assujeitadoras de trabalhar/viver, nossa pesquisa orientou-se pelas pistas da cartografia e da dialogia e propôs a realização de coletivos de análise da atividade de gestão junto a gestores, visitas aos locais de trabalho e análise de documentos relativos às normativas gerenciais. As análises realizadas junto aos gestores apontam, que, para além das estratégias de governo de si e do outro, na direção do incremento produtivo, a atividade da gestão produz-se também por entre movimentos de crítica e clínica, problematizando, por vezes, os arranjos que assujeitam a potência criadora dos trabalhadores, inclusive aqueles que são instrumentalizados, muitas vezes, pelas próprias práticas da gestão. Na relação com aqueles com quem trabalham, a confiança constitui-se como importante dimensão ético-política do trabalho da gestão, na medida em que essa associa-se à atividade dos trabalhadores, deixando-se afetar e abrindo-se com ela à indeterminação do trabalho. Aí parece residir, pela análise da atividade, a potência da gestão no fomento à dimensão coletiva do trabalho, em um estar junto com o outro na problematização dos modos de trabalhar, na abertura à diferença, pelo estímulo às controvérsias que alimentam diferentes pontos de vista. A partir dessa discussão, propomos pensar em uma 'gestão menor', em sintonia com o plano micropolítico do trabalho, com aquilo que, diante da variação do mundo, convoca os trabalhadores a fazerem uso de si, criando, transformando, inflexionando as prescrições e produzindo novos sentidos ao seu fazer. Tal concepção da gestão associa-se ao plano impessoal da existência, ao que se produz enquanto acontecimento na experiência que faz de si o trabalhador na atividade. A gestão menor produz-se, assim, na abertura à experimentação de si e do outro na experiência do devir da atividade, na passagem à criação e à crítica pela formulação de questões aos efeitos de saber e poder que assujeitam pelo trabalho, ganhando vida prioritariamente desde um plano não mais de governo, mas de composição com o outro.

O trabalho das sacoleiras pela lente fotográfica: o uso da fotografia na pesquisa etnográfica

Noália Magna de Araújo (Universidade de Fortaleza), **Tereza Glaucia Rocha Matos** (Universidade de Fortaleza)

O presente estudo tem como objetivo central conhecer o cotidiano de trabalho das sacoleiras que vem a feira da Rua José Avelino, em Fortaleza e, por meio da fotografia, retratar as situações de trabalho dessas mulheres. Partindo do pressuposto que o trabalho é considerado uma construção social dentro de um contexto histórico, político, econômico e cultural, Antunes (2004) aponta que é um processo em que o homem, por intermédio da própria ação, media, regula e controla seu mecanismo com a natureza, colocando em movimento as forças da sua corporalidade como forma de apropriar-se do que é útil para a sua própria vida, a partir de uma atividade orientada a um fim. Compartilha da ideia de que o trabalho também é uma atividade fundamental à vida por sua condição de existência social, ponto de partida para o processo de humanização. Por outro lado, o autor explica que no sistema capitalista, "o que deveria ser a fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham" (Antunes, 2004, p. 8). A categoria que embasa esta pesquisa caracteriza-se sob a perspectiva da economia informal, nesse sentido, Feijó, Silva e Souza (2009); Antunes (2011) destacam que todos os grupos que constituem a economia informal apresentam pelo menos duas características comuns: não são reconhecidos nem regulamentados pela lei; o trabalhador encontra-se em situação precarização e de vulnerabilidade no contexto de trabalho. Dentre a diversidade de trabalhadores informais sem registro, Antunes (2011) e Alves e Tavares (2006) apontam que se enquadram também os trabalhadores informais por conta própria, a maioria dos trabalhadores contam com a sua própria força de trabalho ou a de familiares para o desempenho de suas ocupações, podem inclusive subcontratar força de trabalho assalariada. Destaca-se também na perspectiva da informalidade o trabalho da mulher. Há uma concentração de mão de obra feminina em determinados guetos ocupacionais, postos de trabalho mais instáveis e pior remunerados, na maioria informal, assim, as mulheres encontram na informalidade uma forma peculiar de inclusão e de obter uma renda. Desse modo, o trabalho das sacoleiras assemelha-se aos das rabidantes, são mulheres que comercializam produtos populares, em especial a confecção, de modo que revendem de porta em porta ou em lojinhas. Sobre o percurso metodológico, a presente pesquisa é exploratória, descritiva e de natureza qualitativa. A opção pela pesquisa qualitativa deve-se ao seu objetivo, definido por Minayo (2007), para quem tem o intuito de responder questões muito particulares. As participantes foram seis mulheres com idades entre 32 e 45 anos, que vão à feira da Rua José Avelino para comprar confecção e revender em suas cidades. O estudo foi construído essencialmente a partir da vivencia etnográfica – experiência do meu trabalho de pesquisa de mestrado que se pautou no método etnográfico através da observação participante (Angrosino, 2009). Sobre o uso da fotografia na pesquisa em Psicologia, Neiva- Silvia & Koller (2002) descrevem quatro modos específicos com diferentes métodos: registro; modelo; feedback; autobiografia, cada um com suas especificidade e foco de análise. Para este trabalho, foi utilizado o método - "registro", no sentido de permitir documentar determinadas ocorrências em seu ambiente natural e no momento do acontecimento. Como instrumentos de coleta foi utilizado um aparelho celular para fazer as fotos e entrevistas semiestruturadas foram gravadas com a permissão das participantes. Os dados foram analisados por meio da Analise de Conteúdo de Bardin (1977). Os resultados apontam que o trabalho da sacoleira é uma atividade que envolve funções simultâneas: comprar, vender, viajar, transportar mercadoria, colocar preço, etc., é uma ocupação perpassada por condições de trabalho precárias, jornadas extensas, tanto no momento de aquisição do produto de trabalho; nas longas horas de viagens que enfrentam; no momento de conciliar o trabalho com os afazeres domésticos, além do risco de assaltos frequentes e de acidentes nas estradas. É um trabalho que não possui nenhuma regulamentação e seguridade social. Através das entrevistas e observações, foi possível conhecer o trabalho das sacoleiras e, pelas imagens, foi possível retratar algumas cenas do cotidiano de trabalho. Observa-se que as trabalhadoras carregam grandes sacolas pesadas penduradas ao ombro, caminham por longas horas a procura do melhor produto na feira de confecção, como também, no momento da revenda quando chegam a cidade de origem. Conclusão: a pesquisa possibilitou conhecer e fotografar aspectos do cotidiano de trabalho das mulheres sacoleira e registrar algumas cenas, especialmente, no momento da compra do produto de trabalho. Foi possível conhecer um tipo de trabalho árduo que demanda esforço físico e psíquico e é carregado de riscos, insegurança e vulnerabilidade. Na grande maioria, essas mulheres desenvolvem uma dupla ou tripla jornada de trabalho, pois precisam conciliar essa atividade com as atividades de casa, de mãe, de mulher, ou seja, todas as condições que envolvem trabalhar e ser mulher na sociedade a qual vivemos.

O trabalho dos operadores de sistemas elétricos: uma reflexão sobre a clínica da atividade

Mariana Aguiar Alcantara de Brito (Universidade Federal do Ceará - UFC), **Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel** (Universidade de Fortaleza), **Maxmiria Holanda Batista** (Associação Ampla UECE- Universidade Federal do Ceará)

O setor elétrico configura-se tanto no Brasil quanto em diversos países como um segmento emblemático do processo de reestruturação produtiva. Esta reorganização inclui mudanças de gerenciamento, incluindo as privatizações. As consequências diretas dessas modificações são a terceirização, redução da força de trabalho, inserção de pessoal menos qualificado e mudanças nos processos para tornar as ações mais ágeis e eficientes (BRASIL, 2002). Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a atividade dos operadores de uma central de sistemas elétricos e objetivou o relato de uma experiência de pesquisa-ação e a promoção do diálogo sobre o gênero e o estilo da atividade profissional. A abordagem teórico-metodológica utilizada foi alicerçada na clínica da atividade proposta por Yves Clot (2007, 2010, 2014), a partir das bases da psicologia histórico-cultural de Vygotsky (1991, 2007) e do dialogismo de Bakhtin (2000, 2002). A clínica da atividade é uma das vertentes da clínica do trabalho que, por sua vez, se constitui em um conjunto de teorias que tem como foco de estudo a relação entre trabalho e subjetividade, contemplando vivências de prazer e sofrimento pautadas em experiências objetivas e subjetivas do trabalhador. Essa abordagem prioriza a dimensão social do trabalho, com foco na saúde. A análise do trabalho é realizada a partir da fala dos trabalhadores e busca identificar a atividade impedida que é geradora de sofrimento. A perspectiva clínica enfoca o poder de agir do trabalhador e considera o trabalho como uma atividade dirigida, histórica e processual. A metodologia utilizada foi qualitativa e realizada através das técnicas de autoconfrontação simples e autoconfrontação cruzada que foram aplicadas em seis operadores, dois de cada nível de tensão. Os trabalhadores focalizados neste estudo são os operadores do Centro de Controle Operacional. Desenvolvem suas atividades em uma sala especial, com temperatura e iluminação controladas, monitorando telas de computador, com sistemas específicos para as atividades, e sistemas de comunicação tais como rádios, tablets e telefones. As emergências são caracterizadas como sendo não programadas e podem ocorrer a qualquer tempo ou lugar, mas requerem a recuperação dos serviços no tempo mais curto possível. Além disso, os operadores trabalham com tarefas programadas de manutenção e renovação da rede. Serviços esses que dizem respeito mais aos operadores de alta e média tensão do que aos de baixa. A proposta da autoconfrontação intenciona a reconstrução de sentidos para a atividade. Na autoconfrontação simples, o protagonista se confronta com sua imagem filmada em uma sequência de atividade e faz os comentários na presença do pesquisador. Na autoconfrontação cruzada, o mesmo protagonista se confronta com a imagem filmada da autoconfrontação simples, na presença do pesquisador e de um colega de trabalho que também tenha passado por uma autoconfrontação simples analisando uma mesma sequência de atividade que é novamente mostrada na mesma sessão. Trata-se de um procedimento complexo no qual o movimento dialógico reenvia os protagonistas a outras dimensões do real da atividade em busca da internalização das astúcias de seu coletivo profissional. Como principais resultados destacam-se a caracterização da análise da atividade dos operadores cuja essência do trabalho é marcada pelo gerenciamento de ocorrências de interrupção na distribuição em tempo real nas respectivas áreas de ação. Os operadores de alta e média voltagem gerenciam, na maioria das vezes, ocorrências por meio do sistema automático e, algumas vezes, por meio de equipes de campo. Já os operadores de baixa gerenciam equipes de campo de até três eletricistas, alocando as equipes para as ocorrências e acompanhando seu trabalho. Destacam-se ainda como resultados encontrados, peculiaridades de cada nível de tensão. Na alta tensão o trabalho de sobreaviso; na média, as demandas simultâneas e a interface com a baixa tensão e; na baixa o excesso de demandas sem filtragem, o contato direto com clientes e a escassez de apoio e recursos na operação. Em relação ao gênero e estilo da atividade foi possível coletar vários elementos que compõe esse acervo coletivo, como o uso de relacionamento para apressar o serviço seja com clientes ou com as equipes de campo, o uso de caderno e esquemas mentais para organização do trabalho e a reordenação dos horários para facilitar a conveniência dos operadores. Apontam-se como impedimentos da atividade, o excesso e simultaneidade de demandas, limitações das equipes de campos e trabalho em turnos. Conclui-se que a intervenção, a partir das confrontações, gerou um diálogo com o coletivo profissional, fazendo com que os operadores saíssem de uma produção mecanizada para um refletir sobre sua prática através da atribuição de significados e sentidos do trabalho. A possibilidade da controvérsia na confrontação gera um campo propício para repensar o ofício e se fortalecer enquanto um coletivo profissional. Por fim, o simples fato de outorgar aos trabalhadores o protagonismo acerca de sua atividade já é por si só uma intervenção ética e que ressalta a importância da atuação da psicologia social do trabalho.

Percepção de jovens acerca das demandas do mercado de trabalho para a inserção profissional

Gabriela Melo Paiva e Sousa Ferreira (Faculdade Maurício de Nassau), **Andreza Almeida Alves de Oliveira** (Universidade de Fortaleza), **Tereza Glaucia Rocha Matos** (Universidade de Fortaleza)

A relação homem-trabalho vem se transformando nas últimas décadas devido o processo de globalização e dos avanços tecnológicos. Essas mudanças que acontecem no mundo e nas relações de trabalho tem um impacto sobre a forma como se constitui o trabalhador e passam a desencadear ações no mercado como o desemprego e a precarização. Um dos efeitos da atual relação homem-trabalho é a demanda de alta qualificação para se inserir e se manter no mercado. O perfil do trabalhador esperado, na atualidade, é aquele que apresenta uma diversidade de competências para corresponder ao que é solicitado pelas organizações. A sociedade atual valoriza o desempenho e cobra posição ativa nas várias áreas da vida. A intenção é de se superar e vencer, com isso, impulsiona o espírito de competividade para atingir o mais alto objetivo. Esse contexto parece trazer aos jovens insegurança ao iniciarem suas trajetórias profissionais. Dessa forma, esse trabalho tem por objetivo conhecer a percepção dos jovens a respeito das demandas de qualificação do mercado de trabalho. A pesquisa teve natureza qualitativa, caracterizada como descritiva e exploratória Os participantes da pesquisa foram cinco jovens, de ambos os sexos, que concluíram o programa Com.Domínio Digital (CDD), com idades entre 18 a 29 anos. Esse é um dos programas que o Instituto Aliança, uma Organização da Social Civil de Interesse Público, implementou na cidade de Fortaleza, Ceará. O CDD visa melhorar as oportunidades de geração de renda para os jovens mediante capacitação para o mundo do trabalho com foco nas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). A coleta de dados da pesquisa se utilizou de entrevista individual e ocorreu no CEJA Monsenhor Hélio Campos. Após a coleta, os dados foram processados através da técnica da Análise de Conteúdo de Bardin. O resultado da pesquisa apontou a naturalização do discurso dos jovens sobre as competências demandadas pelo mercado, a desresponsabilização do estado na construção da trajetória profissional e a cultura do trabalho empreendedor. Percebeu-se que os/as jovens trabalhadores/as que não procurarem se desenvolver e adicionar novos conhecimentos aos seus currículos encontram-se à margem do mercado de trabalho, o que remete à retórica neoliberal, favorecendo o individualismo e a meritocracia. Diante dessa lógica, se o/a jovem conseguiu ter sucesso é porque foi atrás dos seus objetivos, isentando o Estado e a sociedade civil de lhe assegurar os direitos que lhe são fundamentais. Assim o jovem assume essa responsabilidade, compreendida internamente como culpa, por não ter talento, competência ou não ter se esforçado mais. A análise feita também envolveu convicções individuais acerca do trabalho do microempresário, acreditando que essa é a melhor forma de se trabalhar, reafirmando o pensamento da pós-modernidade de que a verdadeira segurança está em se trabalhar para si próprio. Dessa forma, se fortalece o ideal de empreendedorismo, com vários incentivos nas políticas públicas, pois ser um/a microempresário/a gerará emprego e renda, o que favorece a economia local, sendo bom para o/a empregador/a, o/a empregado/a e para o governo. Diante da atual realidade conclui-se que o/a jovem que tem interesse em ingressar no mercado de trabalho se engaja para atender às demandas do mesmo, busca se capacitar para sentir mais segurança ao concorrer às vagas ofertadas. Fazem isso sem questionar ou criticar esse discurso, de tão disseminado e naturalizado que está, continuam se auto responsabilizando pelos seus sucessos e/ou fracassos. Pelo contrário, criticam os que não seguem essa lógica.

Regulamentar é preciso? Representações sociais de prostitutas de rua e de baixa renda

Mariana Luciano Afonso (Universidade de São Paulo), **Rosemeire Aparecida Scopinho** (Universidade Federal de São Carlos)

O presente trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado em Psicologia Social finalizada em 2014 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O tema geral desta pesquisa foi a prostituição, conhecida pelo senso comum como a "mais antiga profissão do mundo", e sempre envolta por muita polêmica, tanto nacional como internacionalmente. De modo que, historicamente, os Estados encontram-se divididos entre sua proibição ou regulamentação. Alguns agrupamentos sociais reivindicam que a prostituição seja regulamentada e reconhecida como um trabalho "como outro qualquer", enquanto outros consideram seu exercício como uma forma de exploração e mercantilização do corpo feminino e de expressão de relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Nacionalmente, a prostituição já está inclusa no Código Brasileiro de Ocupações, indexada com o número 5198-05, na categoria de "prestador de serviço". O Código Penal Brasileiro não criminaliza a pessoa em situação de prostituição, mas pune o lenocínio. Desde 1997 foram apresentados quatro projetos de lei (PLs) de regulamentação da prostituição, após uma série de discussões, contudo, não se chegou a uma conclusão sobre eles, o que parece refletir as divergências existentes na sociedade sobre o assunto. Em 2012, Jean Wyllys propôs o PL 4211/2012 que encontra-se em tramitação atualmente. Neste ínterim, propomo-nos a investigar o que as principais afetadas, as próprias prostitutas, pensam sobre a questão. Neste trabalho apresentaremos os resultados desta investigação. O referencial teórico metodológico utilizado foi a Teoria das Representações Sociais. O campo empírico em que a pesquisa foi realizada é a região central de uma cidade do interior do estado de São Paulo, Sorocaba, a região é historicamente conhecida por abrigar a prostituição de baixa renda. Os sujeitos da pesquisa são sete prostitutas que exercem sua atividade nas ruas desta região. O critério de seleção do número de sujeitos e entrevistas foi o da saturação. Para apreender as representações sociais dos sujeitos foram realizadas observações diretas anotadas em diário de campo e entrevistas em profundidade, com roteiro semiestruturado. A fim de compreender o contexto local de onde emergem estas representações, foram mapeadas as instituições da cidade que tratam da prostituição e têm contato próximo com essas mulheres: Um dos Conselhos de Segurança (CONSEG) de Sorocaba, formado por comerciantes e policiais, uma Associação religiosa, que é uma ala da Igreja católica, e uma Organização Não Governamental (ONG), que trabalha com a política de Redução de Danos. Foram realizadas então entrevistas com representantes destas instituições e análises de documentos produzidos pelas mesmas. Para compreender também o contexto nacional em que a temática está inserida, investigou-se o conteúdo dos PLs sobre a regulamentação, e as forças pró e contra regulamentação, especialmente no âmbito do Estado, da Igreja e de movimentos sociais. Concluímos que as representações sociais das prostitutas entrevistadas distanciam-se desses discursos, ancorando-se em suas próprias vivências. Desconhecem as especificidades de cada PL e posicionam-se de maneira contrária à regulamentação. Na apresentação deste trabalho discutiremos ainda o que representa, na atual conjuntura política de crise estrutural do capitalismo, de neoliberalismo político e econômico, desemprego estrutural, desregulamentação e precarização das relações de trabalho, a proposta de regulamentação de uma profissão. Refletimos que para além dos discursos presentes nos PLs de promoção de cidadania e diminuição de desigualdade de gênero, as propostas que se apresentam parecem objetivar a abertura de um novo mercado – para a indústria do sexo -, não dialogando com a realidade cotidianamente vivenciada pelas prostitutas e com suas demandas psicossociais.

Saúde do trabalhador docente no ensino superior sob a perspectiva da Psicologia Social

Lidiane dos Anjos Santos Andrade (Pontificia Universidade Católica de São Paulo)

Esta pesquisa tem como referencial teórico a Psicologia Social nas bases propostas na visão sócio-histórica por Silvia T. M. Lane, abordando as teorias de cunho sócio-cultural de Lev S. Vigotski, e as reflexões marxistas sobre a sociedade capitalista. Seu objeto de estudo é o processo de saúde do trabalhador docente no ensino superior a partir de políticas que visam o aprimoramento da educação no nível da formação superior e, entendendo assim o alargamento do campo de trabalho ao ingresso desse profissional nas Universidades, sejam elas públicas ou privadas. Pretende-se analisar a relação entre o processo de trabalho docente e suas condições de trabalho nas Universidades, identificando a educação como mercadoria e fruto deste trabalho.

Compreendendo a Universidade como um espaço de atuação psicossocial transformadora e emancipadora, busca-se analisar a precarização do trabalho dos professores, entendendo sua relevância social, no percurso histórico, no que tange a relação com o Estado, sociedade, ideologia capitalista e o cotidiano do trabalho.

O questionamento fundante da pesquisa é sobre: qual o papel social do trabalhador docente diante da conjuntura capitalista relacionada ao ensino superior, diante dos limites de sua atuação, das atuais condições de trabalho, do adoecimento proveniente deste contexto guiado pelo trabalho essencialmente intelectual, individualizante e destituído de autonomia? Acrescenta-se a esse questionamento, a reflexão sobre o espaço sócio-histórico delineado por esta profissão, bem como sua importância no atual cenário brasileiro, onde se evidencia a importância do saber docente na sociedade da informação, ao mesmo tempo em que não se mantém o mesmo prestígio social deste trabalhador.

Esses questionamentos são frutos do conhecimento até então produzido por pesquisadores e pensadores acerca das contradições da sociedade capitalista, teorias referendadas por pesquisas e publicações científicas na área de psicologia social, conversas com professores que atuam em Universidades públicas e privadas e, pelas inquietações provocadas pela atuação profissional desta pesquisadora na área acadêmica, bem como do seu estudo de doutorado.

Um levantamento assistemático (busca no Curriculum Lattes dos orientadores) de dissertações e teses demonstra que nos Programas de Psicologia Social da PUC-SP com a palavra-chave saúde do trabalhador foram encontrados 23 registros. Nos programas da USP, são 87 trabalhos. Os números podem revelar um recente interesse na produção bibliográfica sobre o assunto, já que a maioria dos trabalhos datam de 2007 a 2012 e se restringem as áreas de Enfermagem, Medicina Preventiva e Saúde Ambiental.

Relacionado a prática, tem-se os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2014), os principais resultados relacionados às funções docentes do Censo da Educação Superior, principalmente no que se refere ao regime de trabalho e ao grau de formação, em 2012. Como registro, incluem-se 362.732 funções docentes, revelando um aumento de 1,5% em relação a 2011. Destas, 41,4% estão em IES públicas e 58,6% em IES privadas. O grande percentual de docentes nas IES privadas desperta um alerta em relação ao modelo atual adotado pela Universidade, visto não mais como uma instituição social, em moldes clássicos, mas como uma organização neoprofissional, heterônoma, operacional e empresarial/competitiva, característica essa que repercute nas relações interpessoais estabelecidas no ambiente de trabalho, na identidade profissional e na (des)valorização do trabalhador (LIMA; LIMA-FILHO, 2009).

Pode-se perceber, a partir do exposto, que a atuação do trabalhador docente nas IES, sejam elas públicas ou privadas, está atravessada por diversos traços do movimento de globalização e de políticas de ajuste neoliberal, que promove mudanças no processo de trabalho e gestão em educação superior, repercutindo nas condições de trabalho, na relação saúde-doença e na valorização profissional e social do professor.

Saúde, Trabalho e violência no trabalho em saúde: reflexões a partir do acompanhamento das equipes de atenção básica

Francisca Shelley Dilger (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Jaqueline Tittoni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Natália Fraporti Rosmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este estudo situa-se na discussão mais ampla sobre trabalho e educação, tomando a educação permanente em saúde como referência para análise sobre como as qualificações, informações e estratégia de capacitação dos trabalhadores podem provocar efeitos, ou não, nos modos de trabalhar. Este projeto foi formulado, inicialmente, para pensar os processos de formação permanente e seus efeitos nos modos de trabalhar, principalmente, na atenção básica. No entanto, as situações de violência que tem ocorrido nos territórios de abrangência das equipes de saúde da família levaram à reconfiguração de nossa questão inicial, indicando que a temática da violência, neste momento, atravessa as demais discussões e redefine as relações entre trabalhadoresusuários e territórios. A temática da violência, então, passa a compor este estudo de duas formas: de um lado, como experiência de trabalhar em um território marcado por uma série de episódios que envolvem violência, seja ela advinda do tráfico de drogas, de ações da polícia ou do descaso do Estado na formulação de políticas públicas e na manutenção ou efetivação de seus equipamentos. Por outro lado, a temática da violência passa a compor uma série de estratégias de gerenciamento do trabalho, através da composição de redes com as comunidades no enfrentamento das situações de violência, articulação com atividades de ensino desenvolvidas no distrito de saúde, bem como de espaços de discussão sobre a violência na forma de educação permanente. O fato de que o enfrentamento da violência passa a ser objeto de formação chamou a atenção das relações entre os temas proposto inicialmente e a situação vividas no trabalho na medida em que ela tensiona os pressupostos que produzem a necessidade de "capacitar" o trabalhador, que embasa as afirmações da adminsitração científica, proposta no pensamento taylorista. A divisão entre a execução do trabalho e sua concepção, entre sua gestão e concepção definem os pilares básicos para a gerência científica, para o modelo taylorista-fordista e para a configuração de relações de poder e de desigualdade no trabalho. As crises pelas quais o desenvolvimento deste modelo vem passando ao longo de sua história e da história do trabalho evidenciam os aspectos negativos desta concepção. Em outras palavras indica que as tarefas, quando executadas se redefinem a partir de sua própria execução. Elas são redefinidas, reordenadas e, até mesmo, reconfiguradas, a partir de fatores afetivos, emocionais e conjunturaisque pressionam para sua constante atualização nos cotidianos de trabalho. É justamente junto aos hiatos que se situam entre a informação e a prática, entre a prescrição e a execução que este estudo situa-se, buscando visibilizá-los e desconstruí-los. Este caráter paradoxal, de um trabalho que se reinventa, na mesma medida que se normatiza é objeto deste estudo, enfatizando as estratégias de capacitação propostas aos trabalhadores da saúde na atenção básica do distrito Glória-Cruzeiro-Cristal, da cidade de Porto Alegre. A temática da violência trasnversaliza esta discussão na medida em que tensiona a ideia de que é possível "formar" para lidar com situações de violência. As estratégias utilizadas pela gestão e pelos trabalhadores envolvem uma série de recursos de ordem afetiva que nem sempre podem ser nomeados à luz da racionalidade do trabalho. Se pensarmos a noção de trabalho vivo, como aquele que se reinventa ao realizar-se e pode expandir-se das lógicas da repetição e da fragmentação, apresentamos o trabalho em saúde como marcado pelas chamadas tecnologias leves, que implicam nas relações entre as pessoas e os processos afetivos necessários para o trabalho. Quando o objeto do trabalho, seu objetivo final, é a produção e saúde, muitas tecnologias leves estão em ação, sobretudo na atenção básica. Esta exposição tratará da fase inicial de nosso estudo, formulada através do acompanhamento das informações da mídia local que envolvem as temáticas da saúde e da violência articuladas, bem como do acompanhamento de uma equipe de saúde da família e das atividades do Núcleo de Apoio à Saúde da Família em ações para ampliar e aumentar as notificações das equipes de saúde para as situações de violência. A estratégia metodológica principal, neste momento, é o acompanhamento das atividades de trabalhadores e trabalhadoras destas equipes relatados em diários de campo, bem como da revisão da bibliografia e do acompanhamento da mídia local. Temos como discussões preliminares de nossas análises o fato de que a mídia local somente evidencia os serviços de saúde demonstrando sua fragilidade frente às situações de violência quando serviços foram suspensos ou ocorreu algum homicídio no seu interior. Do ponto de vista do acompanhamento das equipes, percebe-se um grande envolvimento afetivo na busca do enfrentamento das situações de violência através da manutenção dos serviços aos usuários, sejam eles as visitas domiciliares, distribuição de medicação ou mesmo o acolhimento nas unidades de saúde. Estas estratégias demonstram sua redefinição constante para garantir a manutenção do trabalho em saúde nos territórios e a garantia do acesso dos usuários aos serviços de saúde.

Suicídio no local de trabalho e a Psicodinâmica do Trabalho: os desafios de compreender e de prevenir

Isabella Silveira (Universidade Estadual de Maringá), Daniele Almeida Duarte (Universidade Estadual de Maringá)

O presente texto visa debater o projeto de iniciação científica, em andamento, cujo estudo tenciona responder a seguinte pergunta: "Como a teoria da Psicodinâmica do Trabalho entende o suicídio no local de trabalho e quais são os modos de prevenção que ela possibilita?". O objetivo geral da pesquisa é compreender, a partir do campo teórico da Psicodinâmica do Trabalho, o que leva um trabalhador a se suicidar no local de trabalho.

Nesse viés, segue as trilhas da Psicologia Social do Trabalho ao buscar desvendar os processos organizativos e os de subjetivação do sujeito que labora; ao elucidar a violência laboral, que se manifesta no âmbito concreto e simbólico; e ao compreender que a Psicologia possui um compromisso ético para com os sujeitos, logo, compõe o processo de transformação dos espaços de existência e labor de maneira a defender a vida. Para tanto, a vertente teórico-conceitual da Psicodinâmica do Trabalho, utilizada na pesquisa, possui influências oriundas da filosofia, psicanálise, sociologia e ergonomia. Tem como objeto de estudo os processos de interação no contexto do trabalho, as relações laborais de prazer-sofrimento e os modos de subjetivação engendrados no encontro entre sujeito e organização do trabalho.

O suicídio no trabalho não pode ser considerado um fenômeno restrito apenas às determinadas condições de trabalho ou trabalhadores. Uma das dificuldades encontrada no contexto de estudo do suicídio no trabalho é sua causalidade comumente estar reduzida ao âmbito pessoal, desconsiderando o sofrimento oriundo do campo socioeconômico e das relações laborais. Há um desinteresse por parte das empresas em reconhecer e proteger os trabalhadores desse fenômeno que ameaça a vida. Em muitos casos, o suicídio é escondido ou negado, pois sua ocorrência denuncia as condições de trabalho e sofrimento que o trabalhador está submetido.

A relação do suicídio com o labor se torna mais explícita quando este ocorre dentro da própria empresa. Um suicídio no local de trabalho tem o poder de afetar toda a comunidade de trabalhadores pertencentes à rede de relações, e sua ocorrência "reflete em uma profunda degradação do conjunto do tecido humano e social do trabalho" (DEJOURS, BÈGUE, 2010, p. 5).

Para compreender esse fenômeno, o estudo exploratório foi escolhido por promover uma maior familiaridade com o assunto pesquisado, possibilitando esclarecimentos acerca do problema de pesquisa e a formulação de hipóteses. O método utilizado é a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002) consiste na pesquisa da literatura já produzida, em diferentes meios de divulgação científica que abordem o tema em estudo. Por sua vez, a análise dos dados é realizada qualitativamente tendo como base interpretativa-compreensiva conceitos do campo teórico da Psicodinâmica do Trabalho.

Por meio do levantamento teórico-bibliográfico nas bases de dados on-line, com descritores específicos e combinados (suicídio; trabalho; local de trabalho; Psicodinâmica do Trabalho; prevenção) foram identificados, em sua maioria, artigos que não apresentavam relação entre o suicídio e labor. Nota-se que o suicídio no trabalho é um tema atual de pesquisa, tendo como marco um artigo publicado em 2008 e que apresenta produções escassas. Observa-se nas poucas publicações existentes, que há uma preocupação crescente em prevenir o suicídio, porém sem apresentar propostas consistentes para essa prevenção. No mais, nota-se que esse campo de pesquisa, com a articulação entre suicídio e trabalho, bem como entre Psicologia e Saúde do Trabalhador é incipiente e, em alguns casos, não realizada.

Todavia, identificou-se, até o momento, que a Psicodinâmica do Trabalho traz importantes contribuições à compreensão do suicídio no trabalho e propõe como modo de prevenção ao suicídio as "clínicas" de trabalho. É nesse enquadre teórico-metodológico que se constitui o ambiente em que o trabalhador irá expor suas angústias e as elaborará de modo individual e coletivo. O reconhecimento neste ambiente é fundamental e tem a função de agir como retribuição moral ou simbólica do trabalho e esforço do trabalhador, contribuindo para a construção de sua identidade.

Nesses termos, esta pesquisa tem se debruçado para compreender de modo mais pormenorizado como a Psicodinâmica do Trabalho entende o suicídio e quais são suas propostas de prevenção. Visa dialogar com estudos e produção de conhecimento nesse tema, uma vez que o suicídio no trabalho diz respeito a um fenômeno contemporâneo e interdisciplinar que demanda maior debate a fim de ampliar e aprofundar discussões desse gênero. Ademais, pretende contribuir com estudos no campo da Saúde do Trabalhador, versando sobre a intrincada relação trabalho e sofrimento, bem como do processo saúde-doença-trabalho, os quais se mostram insistentemente abertos para que a comunidade científica e os sujeitos sociais possam decifrar o mal-estar e o sofrimento contemporâneos, em busca de vias explicativas que sejam geradoras de vida e de transformação da realidade do homem e da mulher que laboram.

Trabalho e Identidade Feminina: Um Estudo Com Operárias da Fábrica de Calçados, em Sobral-CE

Kelly Paula Da Ponte (Faculdade Luciano Feijão - FLF), **Bárbara Barbosa Nepomuceno** (Universidade Federal do Ceará), **Ana Priscila de Vasconcelos** (Faculdade Luciano Feijão), **Maria Cléa Matos Lopes** (Faculdade Luciano Feijão), Roberta de Carvalho Cesar (Faculdade Luciano Feijão)

A custa de grandes transformações sócio - culturais e históricas, a mulher vem se deslocando do cenário restrito das relações de reprodução da vida doméstica, para o âmbito público do mundo do trabalho e das organizações. A forma tal como tem se dado essa inserção é apontada como problemática e desigual no contexto do trabalho contemporâneo. A desigualdade de gênero investe-se de novos e sofisticados contornos, e a questão da mulher no mundo do trabalho complexifica-se. (ANTUNES & ALVES, 2004; NARDI, 2006; VANNUCHI, 2007).

A potencialização da práxis psi, nesse âmbito, vai muito além de um empenho tecnicista. Hoje é relegado ao psicólogo compromisso político, ético e epistemológico com seu fazer, no sentido da transformação da realidade, emancipação do homem. Para atuar visando melhores condições de vida, trabalho e existência para os que operam no cerne da produção sócio - material, cabe ao psicólogo partir do conhecimento direto dessa realidade, seus sentidos e significados, e da relação que estabelecem com as estruturas sociais.

O presente trabalho tem como objetivo compreender, a luz da Psicologia Social do Trabalho, a relação entre sentidos e significados das condições/processos de trabalho, e a construção da identidade feminina no contexto subjetivo do trabalho e das organizações, a partir de um estudo com operárias de uma fábrica de calçados na cidade de em Sobral -Ce.

A relação com o êxito temático "Psicologia Social e Trabalho", bem como com o GT escolhido, dar-se na medida em que as peculiaridades históricas da inserção feminina no universo privado, atreladas as tendências do mercado de trabalho global , propiciam constituições identitárias próprias. Dessa forma, faz-se essencial a psicologia lançar um olhar crítico sobre as relações e os processos organizativos vigentes, a fim de contribuir com uma lógica outra, "desalienante". Inicialmente, partimos de um breve levantamento histórico acerca da trajetória do deslocamento social da mulher até inserir-se no âmbito público do trabalho (LIPOVETSKY,1997), atentando para as transformações envolvidas. Depois, traçarmos um panorama acerca dos aspectos que caracterizam o universo laboral contemporâneo, despertando para as questões de gênero e a situação da mulher nesse cenário, em contexto brasileiro

Em seguida analisamos os dados à luz de conceitos chave da Psicologia Social do Trabalho, a fim de compreender os processos identitários aí possibilitados. Categorias como "sentido", "significados" do trabalho, bem como de "identidade" e "representação social", interpretadas dialeticamente, sobressaíram-se como fundamentais. (BAUMAN, 2009; CIAMPA, 1987; GOFFMAN, 1988 ; MOSCOVICI, 1961; VIGOTISKI, 1989;).

Configura-se como estudo de natureza qualitativa, realizado a partir de pesquisa de campo. Os dados foram obtidos por meio de entrevista individual, semi-estruturada, com seis operárias da referida fábrica de calçados. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Foi possível perceber ênfase na possibilidade de segurança financeira e planejamento de vida garantidas pelas condições trabalhistas da fábrica, bem como a idéia de independência e liberdade. Em cenário cuja marca é a insegurança, esses fatores emergem como possibilitadores de uma forma própria de se subjetivar no mundo, no trabalho e no feminino, contudo atrelada a uma concepção capitalistas, a lógica do consumo.

Trabalhar na fábrica aparece dotado de sentido e significados positivos, dados os méritos de ser reconhecida pela família e pela sociedade como "batalhadeira" ou "heroína". A satisfação desse reconhecimento parece advir da percepção de corresponderem às múltiplas demandas atualmente endereçadas à mulher, um ser "polivalente". Tal fato nos leva a refletir um aspecto ideológico que mascara a realidade, a fim de que esta não se manifeste, mantendo ativa a dialética "opressor versus oprimido", o que está relacionado com a complexificação das formas de dominação subjetiva.

Entre o dito e o não dito, entre as contradições das condições de trabalho e de vida, a revelar às próprias contradições do sistema e seus furos ideológicos, outra verdade parece emergir. Para além do tom conformista característico no discurso das mulheres, que afirmam significação e sentido positivo de sua experiência com o trabalho, sobressai-se um tom resiliente, de ressignificação, certamente pela necessidade de se conformar com o que possuem, tendo em vista a ameaça do desemprego, e a demanda de consumo.

A participação feminina no mercado de trabalho ainda se configura como um campo de lutas cotidianas. De diversas formas, a mulher tem buscado subverter os determinantes históricos e sócio - culturais que as subjugam, mas na realidade, junto a outras minorias oprimidas, continua sendo discriminada, inferiorizadas, explorada.

É no despertar de uma consciência histórica pelos sujeitos, que passam a se perceber como seres ativos no processo de produção social, que o psicólogo pode contribuir com o desenvolvimento de seres autônomos diante de seus destinos, de novas estruturas atuantes, e da garantia de uma qualidade de vida integra. Atuando no contexto de produção e reprodução da vida material humana, no berço das desigualdades, esse profissional tem terreno propício para pôr em prática seu compromisso com a transformação social.

Trabalho em saúde: experiência de trabalho vivo junto a equipes de atenção básica em saúde

Jaqueline Tittoni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este estudo discute o trabalho contemporâneo, marcado pela imaterialidade, pela normatização dos afetos, pelas estratégias de produção de subjetividade e de modos de vida, enfocados a partir de três estudos realizados junto a trabalhadores da atenção básica em saúde da cidade de Porto Alegre. Estes estudos foram formulados como dissertações de Mestrado junto ao Programa de

Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São eles: "Tempo, Trabalho e Fotografia: a produção de práticas reflexivas nos jogos de verdade do trabalho em saúde", de Jessica Prudente e defendido em 2012; "Por uma ética artesanal do trabalho em saúde: o caso das agentes comunitárias de saúde", de Luis Carlos Nunes Vieira de Vieira e "Narrativas da escuta: imagens de uma estética do sensível para o cuidado em saúde", de Lizia Pacheco Porciuncula, ambos defendidos em 2013. Estes estudos foram realizados junto a três diferentes equipes de saúde de atenção básica, sendo que Prudente esteve junto a uma equipe que estava em processo de redefinição de suas atividades – de ambulatório de atenção básica para unidade de atenção básica, enquanto Vieira(2013) e Porciuncula (2013) estudaram equipes de estratégia de saúde da família em unidades com estratégias de gerenciamento público-privadas. Em todas as situações, a atenção básica e a territorialização da atenção em saúde estavam bem presentes ainda que a situação do chamada à época de

"ambulatório" não identificasse um território de adscrição, mas acabasse funcionando assim por sua localização espacial estar circunscrita ao centro de uma comunidade caracterizada pela vulnerabilidade econômica e social. Estas três situações estão transversalizadas pela imponência do trabalho vivo, que se redefine na medida mesma em que se realiza, assim como pela imaterialidade do trabalho e pela presença das chamadas tecnologias leves como estratégia principal de execução das atividades das equipes.

Partimos da leitura foucaultiana, para conceber o trabalho como instituição histórica e o trabalhador como sujeito ético-estético que se produz nas tramas que configuram as experiências de trabalho. Como efeito de jogos de verdade, o trabalho se organiza no capitalismo, como tensionamentos entre Capital e Trabalho que desdobram-se em múltiplas configurações micropolíticas que envolvem as condições particulares das experiências e dos sujeitos envolvidos, impondo conexões entre as macropolíticas e as particularidades dos planos micropolíticos. As experiências dos trabalhadores e os modos como se desdobram em estratégias de resistência e de poder mostram-se através dos saberes tácitos e práticos, que constituem uma gama de práticas compartilhadas entre os coletivos de trabalho. Desta forma, a imaterialidade do trabalho mostrase como um fator fundamental para compreensão das experiências destas equipes, na medida em que o objetivo do trabalho é a produção de saúde e, sobretudo, a promoção e a prevenção da

saúde junto aos territórios onde vivem os usuários dos serviços. Estas práticas vivas, imateriais e tácitas serão o foco de nossa exposição, tomando as experiências dos trabalhadores da saúde na atenção básica e suas estratégias para realizar atividades de produção de saúde, em contextos de precarização e de reconfiguração de políticas públicas no discurso neo-liberal. Os marcadores deste estudo para análise do trabalho contemporâneo serão o trabalho nas políticas públicas de saúde e suas singularidades como produção imaterial, subjetiva e ética.

Do ponto de vista metodológico, a estratégia principal foi a intervenção fotográfica que, como pesquisa intervenção, busca formas de intervenção nas linhas de visibilidade e nos modos de ver, convocando um exercício de suportar um tempo de reflexão e de pensar sobre o trabalho a partir de uma implicação com a produção de fotografias sobre o trabalho. Estas fotografias, produzidas em oficinas onde os trabalhadores e trabalhadoras produzem imagens fotográficas sobre o seu trabalho e, depois, produzem narrativas escritas e visuais sobre esta experiência. O objetivo das oficinas é a criação de práticas reflexivas que possam pensar o trabalho como um exercício ético e estético, para além das formas utilitaristas que, na maior parte das situações, configura os espaços-tempos de trabalho. Estas reflexões buscam desconstruir as visibilidades que compõe os modos instituídos de pensar e viver o trabalho, buscando nos cotidianos as práticas tácitas e as imaterialidades que indicam sobre os afetos e as produções subjetivas que entram em composição no trabalho. Estas formas são produzidas nas singularidades das experiências dos grupos e atravessadas pelos modos instituídos de conceber o viver o trabalho no capitalismo. Nas situações relatadas, foram realizadas até dez oficinas de produção de imagens, sendo que Vieira (2013) optou por produzir imagens nos trajetos que compõe o trabalho das agentes comunitárias de saúde nos seus territórios, Porciuncula (2013) enfrentou as formas pouco flexíveis da gestão marcada pelas normas de qualidade, realizando oficinas como pautas das reuniões de equipe e Prudente (2012) habitou a precariedade de um trabalho em transição, onde os espaços e as relações entre os trabalhadores estavam marcados pela individualização e pela precarização.

Transformações do trabalho no serviço público: o caso dos servidores técnicos em educação do Ifes

Sheila Ataíde Domingues de Souza (Instituto Federal do Espirito Santo)

No contexto das transformações do trabalho ocorridas no período compreendido entre os anos de 1970 e os dias atuais, sobretudo com a reestruturação produtiva, destaca-se a força com que alguns paradigmas vêm se inserindo no cotidiano laboral e impactando a vida dos trabalhadores. A flexibilidade (tanto das relações sociais de trabalho como dos processos de produção), a polivalência do trabalhador, ou mesmo a "cultura da excelência" nos processos produtivos, têm caracterizado os ambientes de trabalho tanto no setor privado como na esfera pública. No caso do serviço público, em particular, a partir da década de 1990, o Brasil vem passando por uma reforma administrativa e adotando princípios gerencialistas de eficácia, produtividade, empreendedorismo, foco nos resultados, que demandam um olhar mais próximo e acurado dos pesquisadores a fim de compreender essa nova realidade laboral e seus impactos para a vida e a saúde dos servidores.

A pesquisa a ser apresentada, situada no campo de estudos da Psicologia do Trabalho em articulação com a Saúde do Trabalhador, pretendeu colaborar no sentido de dar visibilidade aos processos de trabalho no serviço público e aos impactos psicossociais das mudanças a que eles vêm sendo submetidos para a vida dos servidores públicos. O objetivo geral da pesquisa foi identificar e compreender as repercussões psicossociais dos processos de trabalho no Serviço Público Federal para os servidores técnico-administrativos que atuam nas áreas ligadas ao ensino, num dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Para tanto, estabelecemos como objetivos específicos: a) identificar as percepções dos servidores técnico-administrativos acerca dos processos de trabalho na instituição em que atuam; b) investigar se os servidores relacionam o trabalho com outras dimensões da vida, a saber: família, relacionamentos afetivos, vida social e saúde; c) analisar como se efetiva essa possível relação; d) identificar a eventual ocorrência de queixas relacionadas à saúde psíquica entre os servidores e sua relação com o trabalho; e) identificar e analisar os pontos positivos elencados pelos trabalhadores acerca de sua atividade; f) analisar as estratégias adotadas pelos servidores diante de possíveis sofrimentos associados ao âmbito do trabalho. Foi adotada uma abordagem qualitativa em pesquisa, indicada pela literatura científica como mais apropriada à investigação dos fenômenos humanos que constituem a realidade social, à medida que possibilita alcançar em maior profundidade os aspectos subjetivos do público estudado. As informações foram recolhidas por meio de entrevistas individuais, com roteiro semiestruturado, e de observações de campo. Participaram da pesquisa 30 servidores públicos federais, técnico-administrativos em educação, ocupantes de cargos técnicos diversos (assistente social, pedagogo, psicólogo, auxiliar/assistente administrativo, bibliotecário, vigilante, técnico em assuntos educacionais). Todos os participantes prestavam atendimento ao público interno e externo à Instituição, e contribuíam para a execução de suas políticas de ensino. A análise dos dados foi pautada no método de interpretação dos sentidos, compreendendo três etapas sucessivas: a) leitura compreensiva do material recolhido (construção de uma visão do conjunto e identificação das particularidades); b) exploração do material (identificação de ideias explícitas e implícitas, problematização e articulação com sentidos socioculturais mais amplos); c) síntese interpretativa (articulação entre as ideias problematizadas, o referencial teórico adotado e as informações provenientes de outros estudos acerca do assunto). Os resultados obtidos indicaram que, no contexto das transformações mundiais dos processos e modos de organizar o trabalho, a Instituição pesquisada passou por intensas e aceleradas mudanças, ocorridas nas duas últimas décadas, que trouxeram significativos desdobramentos psicossociais para os servidores públicos investigados. Paralelamente à expansão e à modernização dos serviços públicos prestados à sociedade, os servidores públicos federais vêm enfrentando desafios relacionados à intensificação do trabalho, à instabilidade do direito à redução da jornada, e às condições ambientais incompatíveis com os princípios institucionais de excelência na prestação de serviços. As transformações do trabalho também têm demandado um significativo aumento do investimento cognitivo e afetivo dos servidores, além de um manejo acurado de suas habilidades emocionais, gerando, em certas circunstâncias, pressões e desgastes para esses trabalhadores. Além disso, observam-se reflexos para sua identidade profissional, modificações da sociabilidade no espaço de trabalho, com aumento da impessoalidade e da individualidade, redução dos espaços de convivência e fragilização dos coletivos de trabalho. Através da visibilidade dada aos processos de trabalho no serviço público, o estudo pretendeu contribuir para o surgimento de novas possibilidades de transformação da realidade laboral, em especial naqueles aspectos que se mostram na contramão de um trabalho produtor de vida e saúde.

Vida de Caminhoneiro: Sofrimento e Paixão

Ramon Araújo Silva (Bolsista Cnpq); **Marcia Hespanhol Bernardo** (Orientador). Grupo de pesquisa: Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social.

Atualmente existem aproximadamente dois milhões de caminhoneiros em atuação no Brasil. Número significativo que equivale a 1% da população do país. Esses profissionais estão cotidianamente sujeitos a longas jornadas de trabalho, passam vários dias distantes da família, são obrigados a passar noites sem dormir e, consequentemente, a fazer uso de drogas. Em muitos casos, possuem parceiras sexuais eventuais, além de condições precárias de sono e alimentação. Apesar da grande quantidade de caminhoneiros em atuação, e das condições de trabalho acima descritas, a produção científica relativa à atividade dos motoristas de caminhão no Brasil é escassa.

Considerando que o trabalho ocupa lugar central na vida do indivíduo e que pode repercutir diretamente nas condições de vida e saúde, a pesquisa aqui apresentada, de natureza qualitativa, teve como objetivo analisar as características do cotidiano de trabalho de caminhoneiros de rotas longas, a partir da perspectiva deles, e verificar as possíveis relações desse cotidiano com a saúde mental. Para tal, esta pesquisa de mestrado, situada na Psicologia Social do Trabalho, utilizou-se do método etnográfico por meio de viagens do pesquisador com caminhoneiros. Foram realizadas quatro viagens, percorridos 9.600 km em diferentes caminhões pelas regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do país, permaneceu-se 17 dias em campo nos anos de 2014 e 2015. Também foram realizadas seis entrevistas reflexivas, bem como diálogos com muitos motoristas durante e após as viagens. Entrevistas e diários de campo foram transcritos e submetidos à análise interpretativa hermenêutica.

Para a introdução do cotidiano foram usados alguns autores, dentre eles Heller (2004), Pais (2001) e Martins (1998) Michel de Certeau (1998). Para discussão da relação entre cotidiano de trabalho e saúde, utilizou-se principalmente dos conceitos de Cargas de Trabalho (Laurell, 1898) e Desgaste Mental (Selligmann-Silva, 2011).

Dentre os vários fatores importantes que ficaram evidentes durante o trabalho de campo, destacase: a realização de longas jornadas que chegam a 48 horas seguidas sem pausa para descanso; o uso de drogas; o isolamento; a solidão; o relato de problemas físicos e mentais decorrentes do exercício da profissão; a terceirização predominante no setor de transporte rodoviário de cargos mascarada sob o discurso da autonomia e do empreendedorismo; longas esperas em terminais de carga e descarga em instalações geralmente inadequadas; rígido controle por parte da empresa através do rastreador e do telefone; a fragmentação e fragilidade dos sindicatos da categoria, dentre tantos outros.

Verificou-se, ainda, que nesse setor há uma diversidade de relações trabalhistas, dentre elas, temos o empregado de empresa, o caminhoneiro autônomo e o motorista que trabalha para o caminhoneiro autônomo. A maioria dos trabalhadores não possui retaguarda previdenciária, pois não contribui com nenhum tipo de previdência. No entanto, o que surgiu de forma unânime no discurso de todos, e que parece causar mais sofrimento aos caminhoneiros é o fato de serem vítimas de preconceitos e discriminação e a sensação de não reconhecimento social pelo trabalho realizado. De forma geral, consideram sua atividade de trabalho "sofrida" e sentem-se "explorados, desprezados e desorientados".

Por outro lado, eles permanecem nesse trabalho tão penoso e precário e a maioria afirma gostar do que faz. Isso parece se dever, entre outras coisas, a um componente afetivo, uma visão romântica que os caminhoneiros têm da profissão, geralmente desde a infância. Assim, para cada dificuldade, "há" um fator atenuante. Para a solidão e distância da família, buscam consolo no fato de ser um "aventureiro" e conhecer vários lugares e pessoas. Diante do controle extremo do rastreador e do telefone, consolam-se com o fato de não ter um patrão presente fisicamente. Ante o não reconhecimento da sociedade, argumentam que são fundamentais e carregam o "país nas costas". Para as longas e exaustivas jornadas, consolam-se com o fato de serem trabalhadores, corajosos e estarem ganhando o sustento da família e colaborando com a nação.

Este estudo aponta a existência de outras contradições, entre as quais, pode-se destacar que o sindicato e as cooperativas, que poderiam ser possíveis meios para a busca de solução dos problemas, acabam, muitas vezes, colaborando para a manutenção desses; e os próprios trabalhadores, são, conforme suas falas, desunidos e se prejudicam. O maior exemplo das contradições observadas diz respeito à greve realizada em 2015, na qual, a categoria reclamava, dentre outras coisas, a legitimação das longas jornadas com a revogação da lei que regulamenta esse aspecto.

Assim, a pesquisa permitiu verificar que os motoristas de longa distância possuem um cotidiano bastante peculiar, bem diferente das demais profissões. Eles se dizem apaixonados pela estrada, mas, por outro lado, o trabalho é extremamente desgastante e pode repercutir diretamente sobre a saúde física e mental. A penosidade e precariedade dessa atividade se destacaram, devendo-se, principalmente, à forte influência que a lógica capitalista exerce sobre o setor rodoviário de cargas, especialmente no que diz respeito à exploração da mais-valia absoluta que obriga os motoristas a cumprir jornadas de trabalho desgastantes.

"Reflexões sobre protagonismo feminino a partir da inserção no mercado de trabalho mediada pelo PRONATEC"

Anne Graça de Sousa Andrade (UECE/Faculdade Luciano Feijão), Denise Alves de Neiva (Universidade Federal do Ceará)

Introdução: Até meados dos anos 50 as mulheres exerciam prioritariamente o papel de esposas, mães e donas de casa, enquanto trabalho era uma função extremamente masculina. A partir do processo urbanização e industrialização, o mercado de trabalho sentiu necessidade de contratação de novos trabalhadores, incluindo o sexo feminino. No entanto essa inserção foi marcada por tensionamentos e preconceitos. Os cargos ocupados pelas mesmas eram notadamente de funções menos significativas e com desigualdade de salários comparados aos cargos ocupados por homens. A partir dos anos 80 com o processo de democratização do Brasil e as constantes lutas dos movimentos populares a favor das minorias, as mulheres começaram a conquistar melhores empregos, ocupações e acesso a profissões de nível superior, assim como uma maior igualdade de salários (BRUSCHINI E PUPPIN, 1994). Por conseguinte as dificuldades ainda permaneciam, principalmente no que tange às mulheres em vulnerabilidade social e sem qualificação escolar. Nos anos 90, um movimento de construção das políticas públicas crescia em nosso país, oportunizando esse público à capacitação profissional. O PRONATEC/BSM (Programa Nacional do Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/Brasil sem Miséria) é uma política pública que tem por objetivo a qualificação profissional de pessoas da extrema pobreza através de cursos com carga horária mínima de 160 horas. Como política pública de qualificação profissional ainda é objetivo do programa a inserção dos concludentes no mercado de trabalho (BRASIL, 2011). Objetivo: Compreender a vivência de protagonismo de mulheres em vulnerabilidade social acerca da inserção no mercado de trabalho mediada pelo PRONATEC. MÉTODO: A metodologia utilizada foi a do grupo focal com nove mulheres egressas do curso de agente limpeza de conservação que estão trabalhando formalmente em um Hospital na Região Norte do Ceará. Para Morgan (1977) o grupo focal se caracteriza como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais, ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. A aplicação dessa técnica possibilitou às pesquisadoras uma maior aproximação com as participares e ampliou coletivamente a compreensão do fenômeno estudado, pois se tratava de algo comum entre elas (protagonismo- inserção mercado de trabalho). Resultados e Discussões: A partir da análise das falas das mulheres entrevistadas foi possível perceber um sentimento de gratidão ao PRONATEC/BSM, pois se não fosse o curso a qual realizaram não estariam de "carteira assinada, sonho de muita gente por ai que não tem estudo". Sobre o PRONATEC/BSM as mulheres também abordaram que muito mais que aprendizagens técnicas sobre a profissão a qual estavam sendo treinadas, o curso possibilitou uma maior autoconfiança e que o professor trabalhava aspectos de autoestima, independência e cooperação. As falas das mulheres giravam em torno da palavra "autonomia", pois no presente momento por estarem empregadas podiam ser "donas da própria vida, se dedicar apenas ao trabalho e filhos, pagarem um cursinho para terminarem os estudos e comprar utensílios que antes viam apenas na casa das suas ex-patroas" (as mulheres participares dessa pesquisa prioritariamente trabalhavam no mercado informal como empregadas domésticas). Durante a aplicação de uma dinâmica foi possível compreender que as mulheres discorreram que a autonomia emocional intermediada pela a autonomia financeira as mobiliza para uma nova forma de ver o mundo e suas vidas e "que cada vez mais quero crescer e me profissionalizar", saindo de uma posição de dependência e fragilidade a qual estavam estagnadas. Conclusão: Não obstante da percepção que tais posicionamentos parte de um grupo específico, esse trabalho possibilitou olhar para as políticas públicas, que por vezes são bastante criticadas, como mediadora de um fenômeno social de superação e protagonismo e que mulheres em situação de vulnerabilidade social precisam ser escutadas nas suas angústias, alegrias e possibilidades, mas que seguramente, ainda há muito em que avançar no âmbito de pesquisas com esse público e com políticas públicas do trabalho.

GT 25 ECOLOGIAS E POLÍTICAS COGNITIVAS

A Extensão na UFMG – Memória e Identidade

Marilza Máximo (Fafich/Universidade Federal de Minas Gerais), **Marina Luiza Margotti dos Santos** (Universidade Federal de Minas Gerais), **Claudia Andrea Mayorga Borges** (Universidade Federal de Minas Gerais)

O ensino superior no Brasil se configura na atualidade a partir da interlocução entre Ensino, Pesquisa e Extensão. A extensão é uma importante via de comunicação entre a universidade e a sociedade. Este projeto trata-se da primeira fase da construção do Centro Virtual de Memória da Extensão e visa organizar e difundir os aspectos centrais da memória e história da Extensão na UFMG, e fortalecer a identidade da extensão na universidade. Este fortalecimento também pode publicizar o comprometimento do ensino superior de se aproximar das demandas sociais, lançando mão de diversas áreas de conhecimento sem se limitar ao espaço físico tradicional da universidade. Resgatar tal memória é também resgatar a memória das pessoas que contribuíram para escrevê-la, fortalecendo o sentimento de pertença e de identidade, e contribuir para a reconstrução contínua não somente da história de uma instituição, mas, sobretudo, da memória de uma coletividade (Bosi, 1994). Por tanto, entendemos que nosso trabalho se enquadra no eixo de "Educação, tecnologias e sociedade" e no GT de "Ecologias e Políticas Cognitivas" por ser um espaço que possibilita o diálogo e discussões sobre a temática.

O objetivo desta pesquisa é levantar e organizar, juntamente com a comunidade acadêmica, as produções da extensão, seus documentos, registros em vídeo e fotográficos com foco na política institucional, programas e projetos, experiência e participação estudantil e experiência e participação comunitária. Bem como organizar o material levantado e produzido através da elaboração de uma "linha do tempo" da extensão da UFMG.

Utilizamos a abordagem de memória sabendo que, como discute Leal (2012), acerca da teoria de Halbwachs, trata-se do resultado de um trabalho de organização, seleção e disputa daquilo que é considerado importante pelo grupo para manter a unidade, continuidade e experiência, ou seja, a identidade. Procuramos relacionar os conceitos de memórias coletiva e individual.

Compreendemos que a memória não é estática, mas permanentemente elaborada e recontada ao mesmo tempo em que oferece um quadro de referência para o grupo e a instituição (Pollak, 1989; 1992). Ademais, é importante considerar o papel da extensão universitária que, segundo Martins (2011), "ocupa lugar tão importante quanto ensino e pesquisa, pois é, sobretudo, por meio dela que os dados empíricos imediatos e teóricos se confrontam, gerando as permanentes reelaborações que caracterizam a construção do conhecimento científico."

Realizamos revisão bibliográfica sobre o tema, que se baseou principalmente em teses e dissertações sobre a extensão; tivemos acesso aos arquivos da pro-reitoria de extensão por meio de atas, resoluções e relatórios; dessa forma conduzimos o recolhimento, tratamento e custódia dos documentos textuais, icnográficos e audiovisuais em suas diversas especializações (Lima, 2009; Gonçalves, 1998; Gonzáles, 2004). O tratamento do material coletado se deu por meio da análise documental, que tal como define Pimentel (2001), trata-se de um processo de garimpagem em busca das categorias de análise dos documentos.

Como resultado da pesquisa temos a construção de uma linha do tempo que nos permite refletir sobre as configurações pelas quais passou a extensão na UFMG, bem como sua interlocução com o contexto sócio-político. Nos preocupamos neste trabalho em levantar a memória relacionada à história institucional; nas fases subsequentes, ainda na linha institucional, pretende-se entrevistar os ex-proreitores; em sequência, realizar entrevistas com atores que participaram diretamente dos projetos de extensão: professores, estudantes e comunidades parceiras. A criação do Centro Virtual de Memória da Extensão é o resultado final almejado pelo projeto.

Resgatar a história da extensão na UFMG nos faz perceber que este pode ser um recurso importante para refletirmos sobre o ensino superior de nosso país, considerando a extensão como principal meio de comunicação entre a universidade e a comunidade.

Referências

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GAULEJAC, Vincent de. Identidade. In: BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUEZ, Eugène; LÉVY, André. Dicionário de Psicossociologia. Lisboa: Climepsi, 2005.

LEAL, Luana Aparecida Matos. Memória, Rememoração e Lembranças em Maurice Halbwachs. 2012. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf. Acesso em: 12/08/2015.

LOPEZ, Immaculada. Memória Social: Uma Metodologia que conta Histórias de Vida e o Desenvolvimento Local. Lopez. 1º edição. São Paulo: Museu da Pessoa: Senac São Paulo, 2008.

MARTINS, Lígia Márcia. Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na Universidade. Bauru: UNESP, p. 01-10, 2011. Disponível em: http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/13147/9265/ensino_pesq_ext.pdf . Acesso em: 12/08/2015.

PIMENTEL, Alessandra (2001). O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa, n. 114. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf . Acesso em 01/07/2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael . Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Acoplamento tecnológico, cognição e subjetivação: uma abordagem complexa do autismo

Nize Maria Campos Pellanda (Professor Adjunto)

Esta comunicação trata de uma abordagem complexa do TEA (Transtorno do Espectro Autista) a partir da decisão de nosso grupo de pesquisa de colocar sob suspeita as posições teóricas e praticas que tratam desta síndrome de forma simplificadora e mecanicista. Optamos por abordar este tema considerando os pressupostos da complexidade. Nosso foco é entender como emerge a cognição nas crianças autistas tendo em vista a inseparabilidade da constituição da subjetividade e da cognição apostando nas descobertas da ciência complexa: o princípio da auto-organização e a neuroplasticidade. Construímos uma metodologia de trabalho a partir do uso de um objeto técnico ressaltando que este se constitui num instrumento disparador de processos autoorganizativos para estes sujeitos.

A modernidade com a simplificação que lhe é própria, não nos permitia até pouco tempo atrás abordar fenômenos complexos que exigem abordagens que envolvam o imbricamento de diferentes dimensões da realidade e uma lógica não-linear. O paradigma da complexidade que emergiu no último século graças, principalmente, ao movimento cibernético, nos permite agora uma outra percepção da realidade na qual, nós pesquisadores, estamos profundamente incluídos. Assim, a partir de nossos estudos da complexidade e uma leitura complexa do que significa o processo cognitivo numa perspectiva biológica usando autores como Humberto Maturana, Francisco Varela e Henri Atlan, decidimos pesquisar a cognição dos sujeitos diagnosticados como portadores de transtornos do espectro autista a partir do acoplamento dos mesmos com um objeto técnico: o iPad.

A partir das considerações iniciais acima e apoiados no fato de que as crianças autistas ao se acoplarem com o iPad apresentam evidências de transformações cognitivo-subjetivas, formulamos nosso problema: Como podemos explicar tal mobilização em termos de complexificação dos sujeitos envolvidos na pesquisa?

Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento e, portanto, o que vamos relatar aqui não são resultados finais mas emergências de um processo.

Os estudos sobre o uso I PAD por crianças diagnosticadas como portadoras de transtorno do espectro autista ainda são muito recentes e raros com poucas inferências e elaborações mais profundas. Por isso, nossa intenção é cartografar alguns elementos para dar contribuição nesse caminho que apenas começa.

A pesquisa em questão é qualitativa porque se propõe a trabalhar com todas as dimensões dos sujeitos com ênfase nos aspectos sutis subjetivos em termos de alegria/sofrimento, interação social, construção de sentido que vem profundamente articuladas com a cognição. O que está sendo observado aqui refere-se aos aspectos de emergência de transformações cognitivas e afetivas dos sujeitos da pesquisa. Emergência é um conceito básico da complexidade e que significa aquilo que vai emergindo no fluxo do viver a partir das perturbações oferecidas pelo ambiente.

Com este estudo pretendemos abrir novos caminhos para trabalhar com crianças autistas e ajudar no processo de inclusão das mesmas no ambiente escolar. Gostaríamos de chamar a atenção dos educadores e outros profissionais que trabalham com estas patologias que os pressupostos da complexidade podem contem instrumentos preciosas para um trabalho deste tipo. Neste processo, já podemos observar transformações muito significativas nos sujeitos da pesquisa. Eles começam a falar e até a cantar. Estão mais alegres e até começam a esboçar sorrisos ao contato com o iPad. As transformações cognitivas são muito evidentes pois eles vão gradativamente demonstrando maior habilidade de superar os níveis de dificuldade dos aplicativos nos tablets e vão fazendo relações entre diferentes situações dos jogos. Eles estão sendo capazes de perceber de um aplicativo para o outro quando muda os padrões de apresentação de cada aplicativo. Ou seja, trata-se de um processo de complexificação a partir do ruído no sentido de que houve uma mobilização neurofisiológica, cognitiva e afetiva no sujeito em direção a uma auto-organização no processo de acoplamento com o objeto técnico.

Tudo isso é muito novo e precisamos investigar o que realmente está acontecendo apoiando-nos num novo paradigma que nos acena com oportunidades vindas das pesquisas sobre neuroplasticidade, sistema háptico e auto-organização. Estamos convencidos que estamos contribuindo com subsídios teóricos e empíricos para que novos caminhos sejam abertos na investigação do autismo que levem a uma existência mais plena a estes sujeitos.

Caracterização de Adolescentes Vítimas de Agressão Sexual no Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar

Zenildo Costa Pantoja (Universidade Federal do Pará), **Carlos Joaquim Barbosa da Rocha** (Universidade Federal do Pará)

Pode-se entender e descrever a adolescência como um processo de construção social e histórico.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera adolescente a pessoa com idade entre 12 e 18 anos, sendo referência, desde 1990, para definição de programas e Políticas Públicas que asseguram os direitos e a proteção desta população. Por sua vez, a violência sexual tem sido definida como qualquer ato sexual (ou tentativa de obter um ato sexual), comentários e abordagens com conotação sexual indesejada, tráfico de seres humanos para fins de prostituição, ou qualquer outro ato que atente contra a dignidade sexual de uma pessoa. Em particular, a violência sexual contra a população infanto-juvenil tem sido tratada como um problema social e de saúde pública que necessita de atenção especial de diferentes setores e instituições sociais. Tal violência pode ocorrer tanto no contexto intrafamiliar, como extrafamiliar. A agressão sexual extrafamiliar é aquela que ocorre entre um "não-membro" da família e uma criança e/ou adolescente. Já agressão sexual intrafamiliar é aquela que ocorre nocontexto doméstico, sendo o autor de agressão parente da vítima (consanguíneo ou por afinidade). Este estudo teve como objetivo comparar as características biopsicossociais de adolescentes vítimas de violência sexual nos contextos intra e extrafamiliar, a partir de dados coletados em processos jurídicos de autores de agressão sexual. Os dados foram extraídos de processos judiciais tramitados, entre os anos de 1998 a 2014, em comarcas de três municípios do estado do Pará (Abaetetuba, Belém e Parauapebas). Para o registro dos dados foi utilizado um instrumento elaborado pela equipe de pesquisa com base no estudo de Habigzang, Azevedo e Machado (2005), que abrange um conjunto de informações sobre o autor de agressão sexual, a vítima, o contexto da agressão e o processo jurídico. Foram analisados 348 processos referentes a crimes sexuais contra crianças e adolescentes, deste total, 165 (47%) correspondiam a agressões praticadas contra adolescentes, sendo 88% do sexo feminino e 12% do sexo masculino. Em relação à cor, 84% das vítimas eram pardas e 13% eram brancas. Sobre a frequência e o nível escolar, 79% possuíam o ensino fundamental incompleto, 4% ensino fund. completo. Quanto ao contexto da agressão sexual, 69% correspondiam a agressões ocorridas no contexto extrafamiliar e 31% no contexto intrafamiliar. No contexto intrafamiliar 84% das vítimas moravam com a mãe, 68% com os irmãos, 37% com o pai e 25% como padrasto, enquanto que no contexto extrafamiliar 85% das vítimas moravam com a mãe, 46% com os irmãos, 46% como pai e 15% com a avó. Com relação ao tipo de vínculo entre agressor e vítima, no contexto intrafamiliar, predominou o padrasto com 37% dos casos e o tio com 21%; no contexto extrafamiliar, o agressor mais frequente era o vizinho ou conhecido da vítima com percentual de 45%e o desconhecido com percentual de 28%. Os resultados também evidenciaram que 37% das agressões sexuais ocorridas no contexto intrafamiliar aconteceram uma só vez e 37,1% chegaram a durar um ano ou mais; em contrapartida, no contexto extrafamiliar, o percentual de única agressão foi de 77% e os casos de duração de um ano ou mais foi de 3,3%. Quando ocorriam no contexto intrafamiliar, as agressões sexuais foram comprovadas em 92% dos casos; no contexto extrafamiliar a comprovação foi verificada em 95% dos casos, sendo que em 77% delas houve o laudo do IML que deu subsídios para a comprovação. Os resultados revelaram que o sexo feminino é o mais vitimado, sendo que as causas desse fenômeno podem residir em aspectos sócio-históricos, principalmente relacionados à questão de gênero, pois a mulher ainda é vista pela sociedade como objeto sexual, estando mais vulnerável à agressão sexual. Neste estudo, foi verificado que o padrasto é o principal autor de agressão no contexto intrafamiliar, tendo sido observado altos percentuais também para o tio. No contexto extrafamiliar, o vizinho ou conhecido foi a figura mais frequente. Percebe-se que, geralmente, o autor de agressão conhece a vítima e possui algum tipo vinculo com ela, o que facilita contato com a adolescente e o acesso aos espaços privados onde a agressão sexual pode ocorrer longe da observação dos responsáveis. Entretanto, pode ocorrer ainda que o responsável pelo abuso não seja conhecido da vítima ou da família. Outro dado importante é o tempo de duração da agressão, observa-se que no contexto intrafamiliar a agressão sexual durou mais tempo do que no contexto extrafamiliar, pois a vítima convivia no mesmo ambiente que o agressor, deixando as vítimas mais vulneráveis às situações de violência. A proposta do estudo é contribuir com o debate em torno do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, mas, sobretudo a discussão consistente e atualizada que envolve os múltiplos fatores e contextos presentes na agressão.

Formação inicial dos professores no Brasil: Reflexos na qualidade do ensino e da aprendizagem escolar

Juliana de Souza Ferreira Vieira (Faculdade Sete de Setembro)

O presente trabalho traz reflexão diante de pesquisa bibliográfica realizada sobre a questão da formação inicial em nível superior dos professores que lecionam em escolas do ensino básico no Brasil, questionando se a mesma está adequada à realidade das escolas e às necessidades dos docentes e dos alunos, refletindo tal preparação na qualidade do ensino. Encontra-se aqui um breve relato histórico da crescente procura da população brasileira pela escola e como os professores se encontram nesse caminho de formação inicial. Há questionamentos sobre a suficiência dos conteúdos abordados nas graduações de Pedagogia e licenciaturas, revelando certa defasagem quanto à relevância de outros aspectos como conhecer e preparar-se para a realidade do cotidiano da sala de aula, da metodologia e da didática do ensino. Nessa pesquisa, encontramse dados de pesquisas e artigos realizados por Gatti (2010), Saviani (2013) e Libâneo (2012), que contribuem cientificamente para validar a necessidade de ações concretas na preparação dos futuros docentes para o exercício da sua profissão. Falar da formação inicial de professores no Brasil remete a variáveis e possibilidades nos contextos econômico e sócio histórico do país. A sociedade brasileira foi se dando conta da importância da escolarização como oportunidade de crescimento próprio e da nação, fazendo aumentar a procura da população por ingresso nas escolas. Libâneo (2012) também aponta relevante estudo sobre as interferências do contexto econômico e social para o desenvolvimento da escola e das políticas públicas para a educação. Foram necessárias mudanças na legislação a fim de habilitar este profissional ao exercício coerente com a função e com as séries que lecionava. A partir da Lei 9394/96 (atual LBD), postula-se que a formação desses docentes deveria acontecer em nível superior mesmo quem estivessem lecionando nas séries da Educação Infantil ou Fundamental I, tendo um prazo de dez anos para ajustarem-se às novas regras. As instituições formadoras de professores começaram a repensar em como estão saindo dos seus cursos quem prepara os jovens, as crianças e os adultos não apenas na escolarização, mas na educação para a cidadania. Mesmo com a exposição clara da legislação, as Diretrizes Curriculares Nacionais, neste caso para a graduação em Pedagogia, não trouxeram clareza na definição do que se espera da formação docente. Gatti (2010) em sua pesquisa realizada sobre a formação de professores no país aponta que “O resultado é um currículo fragmentado (…). Nos 71 currículos analisados, foram identificadas 1.968 disciplinas diferentes sem correspondente em nenhuma outra instituição.” Assim, o número elevado de evasão escolar e reprovação, o que acarretava tanto na saída quanto no acúmulo de alunos fora de faixa dentro de uma sala de aula, reflete um sintoma que pode estar na qualificação defasada dos professores de educação básica que estão diariamente preparando ou não seus alunos para o exercício de uma cidadania plena. O professor precisa passar por algumas fases em sua formação a fim de exercer sua profissão em sala de aula de modo competente e favorável. A questão não é apenas conhecer os grandes teóricos da educação ou saber políticas públicas voltadas ao ensino ou mesmo ter conhecimento de alguma ciência, é fundamental que o professor siga para a sala de aula sabendo que existem didáticas específicas para ensinar o conteúdo a que se propõe. Muitos não conseguem perceber possíveis dificuldades de aprendizagem nem mesmo gerir uma sala de aula. “Um curso que tem como missão formar profissionais tão diversos como professores de diferentes segmentos, além de coordenadores pedagógicos, gestores, supervisores de ensino e pesquisadores, não tem como prioridade no currículo o "quê" e o "como" ensinar determinadas faixas etárias.” (GURGEL, 2008).

Individuação humana e técnica em percursos de formação de professores

Maria de Fátima de Lima das Chagas (Universidade Federal Rural do Semi-Árido), **Karla Rosane do Amaral Demoly** (Universidade Federal Rural do Semi-Árido)

Introdução: Este trabalho é o resultado de uma pesquisa que realizamos com um grupo de professores, tendo como objetivo investigar como concebem as tecnologias digitais e atualizam modos de entender em oficinas que oportunizam o exercício de autoria, produção inventiva e conversações sobre os processos de atenção a si no conhecer. Partimos da questão da pesquisa onde buscamos compreender como os modos de conceber e produzir com tecnologias digitais se transformam no percurso de professores no transcurso de oficinas de formação em uma escola pública. Como hipótese, acreditamos que o encontro de professores com tecnologias digitais, em uma experiência de exercício de autoria, potencializa o entendimento de tecnologia como dispositivo que modifica modos de fazer no operar com o conhecimento. A rede de sustentação teórica da pesquisa considera a Biologia da Cognição de Humberto Maturana e Francisco Varela (2011); o entendimento da relação humano-técnica de Gilbert Simondon (1958; 1989) e as construções sobre as formas de funcionamento da atenção desenvolvidas por Virgínia Kastrup (2004; 2005) e Cláudia Freitas (2011). Como resultado do trabalho, pudemos distinguir transformações cognitivas referidas aos processos de atenção a si no fazer dos professores. **Metodologia**: Construímos um método que nomeamos "percurso de produção inventiva" em que procuramos distinguir e explicar mudanças cognitivas no percurso em que professores realizaram algumas produções no encontro com tecnologias digitais. Enquanto pesquisa intervenção, a metodologia envolveu a proposição de oficinas em que professores interagiram com tecnologias digitais, realizaram diferentes produções relacionadas às suas demandas singulares e às suas atividades pedagógicas. Ao mesmo tempo, os professores organizavam redes de conversações onde compartilharam as aprendizagens na experiência. A experiência das oficinas favoreceu a observação e análise das construções dos professores, onde pudemos distinguir deslocamentos referidos aos modos de percepção de si mesmos emoções, ideias e gestos - em um percurso de produção com tecnologias digitais. **Resultados e Discussões**: Ao analisar produções envolvendo a convergência com distintas mídias – texto, imagens e sons -, filmagens do percurso em seus diferentes momentos de construção e narrativas escritas dos professores em blogs, pudemos perceber movimentos em que, nos momentos iniciais das oficinas davam visibilidade a um emocionar marcado pela insegurança, pelos receios do não saber fazer, angústias, desconforto e mesmo resistência na produção com ferramentas digitais. O conceito de tecnologia presente nas narrativas e nas ações durante as oficinas aparecia como sendo uma ferramenta que usamos quando temos a necessidade, senão a descartamos, quando não mais necessária. Nas oficinas os professores passam a se perceber como organizadores de um fazer que pode se encontrar com artefatos técnicos digitais. A confiança no próprio fazer surge no transcurso da ação dos professores que, em um ambiente sensível para produção e escuta de suas questões nesta relação com a técnica, percebem que podem observar o próprio fazer e seus efeitos nas mudanças durante um percurso de produção e conversações. A emoção da confiança, o prazer tecnoestético sentido no agir com tecnologias foram recorrentes nos comentários dos professores. Nas narrativas escritas, as mudanças no modo de entender a tecnologia passava a ser sentida como parceira nas circunstâncias do viver cotidiano. Assim, a principal contribuição da pesquisa foi o espaço que abriu em um percurso de formação de professores que favorecia a reflexão sobre o modo como atualizavam a experiência de construção autoral no encontro com tecnologias digitais. **Conclusões**: O estudo favoreceu a compreensão de que os professores no encontro com tecnologias digitais inventam e configuram modos de fazer no percurso de uma produção. Nestes processos, modelam objetos capazes de ampliar suas ações e, assim, surgem atualizações de si e do conhecimento com os novos acoplamentos na experiência, que provocaram deslocamentos e mudanças em processos cognitivos, afetivos e sociais. A pesquisa, do ponto de vista teórico-prático, possibilitou discussões que levaram à potencialização dos percursos de conhecimento-subjetividade em oficinas que favoreceram processos de atenção a si. Os processos atencionais que pudemos distinguir na experiência dos professores nas oficinas indicam que oportunizar o encontro entre professores e tecnologias digitais em uma produção pode deflagar movimentos circulares de reinvenção de si e do conhecimento.

Referências

DEMOLY, K. R. A. Escritura na convergência de mídias. 2008. 213 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FREITAS, C. R. Corpos que não param: criança, —TDAH|| e escola. Porto Alegre, 2011. 195f. KASTRUP, V. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 7-16, 2004.

MATURANA H.; VARELA, F. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Editora Palas Athena, 2011, 288p.

SIMONDON, G. Du mode d'existence des objets techniques. Paris: Aubier Philosophie, 1958, 1989, 336p.

Interfaces entre globalização do açaí e identidade na Região Metropolitana de Belém

Soraya Souza de Andrade (Conselho Federal de Psicologia)

O presente trabalho pretende pontuar contribuições da psicologia ambiental aos estudos sobre identidade, a partir da análise de alguns dos efeitos da globalização do açaí. Trata-se de um excerto de uma tese de doutorado cujo objetivo principal foi analisar as mudanças nas formas de venda e consumo do açaí na Região Metropolitana de Belém, e sua relação com a identidade de lugar de seus consumidores. A noção de identidade se refere ao conjunto de elementos próprios de uma pessoa e à representação que ela tem de si mesma. Processo dinâmico e mutável que se dá ao longo da vida das pessoas, a partir de suas vivências, recebe da Psicologia Ambiental uma qualificação relativa ao fato de sua construção ser localizada em espaços socialmente produzidos. Assim, se chega à noção de identidade de lugar, que neste trabalho será tomada na definição feita por Abe-Lima (2012), em articulação com as elaborações de Henri Lefèbvre (1991) sobre a vida cotidiana no mundo moderno e com a teoria dos circuitos econômicos de Milton Santos (2008). Metodologicamente, foi adotada uma estratégia multimétodos, envolvendo pesquisa documental, um painel de especialistas com 5 entidades de acompanhamento da produção de açaí, observações pautadas na etnografia urbana em 9 locais de venda e entrevistas semi-abertas com 40 consumidores de açaí, maiores de 18 anos e residentes na Região Metropolitana de Belém, recrutados por meio de cadeia tipo bola de neve. Além dos roteiros de entrevistas, foram utilizados como estratégias de coleta de dados diários de campo e fotografias. O conjunto dos dados foi submetido à técnica da análise de conteúdo temática, com eventual apoio do software QDA Miner Lite. Alimento base da dieta das populações amazônicas de origem ribeirinha, o açaí guarda em si fortes elementos de tradicionalidade e de identidade. Os resultados da pesquisa evidenciaram que estes elementos têm sido significativamente alterados em decorrência do processo de globalização do açaí. Iniciado ao final dos anos de 1980 e consolidado no início da década seguinte, este processo significa a conquista de mercado para consumo de açaí fora da Região Amazônica, por meio do estabelecimento de padrões de produção e consumo muito diferenciados daqueles tradicionalmente constituídos. Tais padrões conquistaram primeiramente outras regiões brasileiras, atingindo muito rapidamente o mercado internacional, chegando a compor a realidade de algumas localidades amazônicas na última década. Dentre estas, a Região Metropolitana de Belém se destaca tanto pelo alto consumo de açaí como pelo modo como padrões tradicionais de produção e consumo convivem com padrões modernos, suscitando questionamentos a respeito dos efeitos dessa convivência na vida cotidiana daqueles que ali habitam. Pode-se considerar que o principal efeito da globalização do açaí seja sua entrada no circuito superior da economia, o que se conclui pelo aumento da organização do processo produtivo, com a incorporação de mais tecnologia e a mobilização de maiores volumes financeiros, atingindo a escala industrial. Isso foi acompanhado pelo aumento expressivo de preço, fator que alterou diretamente a vida cotidiana dos consumidores de açaí, que diminuíram sua frequência de consumo e passaram a buscar por tipos de açaí mais acessíveis. Em geral, isso significa um produto mais diluído e, para a maioria, menos saboroso. Mas, em determinados contextos, o preço baixo se torna sinônimo de um processo de produção inadequado em termos sanitários, tornando o consumo de açaí um risco à saúde dos belenenses. Tal situação se configura em um problema de injustiça social na medida em que os dados permitiram compreender como o açaí funciona para os belenenses como elemento de distintividade, continuidade, autoestima e autoeficácia, dimensões que compõem a identidade de lugar. Isso significa que o açaí permeia as cognições dos respondentes acerca do mundo que os cerca, lhes permitindo estabelecer vínculos emocionais e de pertencimento aos diferentes grupos de consumidores e aos diferentes lugares relacionados à produção e ao consumo de açaí. Como esperado, esse processo se dá de forma ainda mais intensa em indivíduos cuja história pessoal tem maior relação com aspectos de tradicionalidade do açaí, sejam estes relativos à produção ou ao consumo. Tendo em vista que esse grupo é oriundo majoritariamente de classes populares, torna-se preocupante que, para ele, o acesso a açaí de qualidade, seguro, nos padrões preferidos pelos indivíduos, esteja se tornando um privilégio de difícil acesso. Isso evidencia que o debate sobre políticas públicas voltadas ao açaí se insere no âmbito da problemática da garantia de direito à saúde e à segurança alimentar e nutricional, em suas interfaces com a identidade de lugar. Em termos teórico-conceituais, é digno de destaque que as particularidades da realidade amazônica puderam ser mais bem compreendidas a partir do diálogo da Psicologia Ambiental com a Sociologia Urbana e a Geografia Urbana, favorecendo a ampliação da abrangência e do potencial explicativo do conceito de identidade da Psicologia Social.

Intervenção sobre Práticas Dialógicas na Escola: contribuições da psicologia para a educação democrática

Raquel Saad de Avila Morales (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

O presente trabalho é uma pesquisa-ação de iniciação científica, orientada pela Profª Drª Fabíola Freire Saraiva Melo, que teve início em Agosto de 2014. O projeto propõe-se a inserir práticas emancipatórias pautadas nos princípios do diálogo e da democracia direta no Ensino Fundamental I de uma escola pública em Carapicuíba (SP) - E.E. Flora Stella -, investigando, como questão central, de que forma a introdução destas práticas repercutem nas atitudes dos alunos. Para tal, o projeto se desdobrou em quatro subprojetos desenvolvidos por quatro pesquisadoras do curso de psicologia, sendo duas bolsistas CNPQ e duas PIBIC/CEPE. Os subprojetos tinham como objetivo: 1) Introduzir e investigar a prática das assembleias de classe; 2) Introduzir e investigar as práticas psicopedagógicas lúdicas; 3) Acompanhar a realização das assembleias e investigar a percepção de uma criança a respeito das práticas introduzidas; 4) Acompanhar a realização das práticas lúdicas e investigar a percepção da professora a respeito das práticas dialógicas introduzidas. As atividades são realizadas semanalmente pelas pesquisadoras, sendo que ocorrem em um dia da semana as atividades lúdicas e em outro dia, as assembleias de classe. Ambas atividades duram cinquenta minutos e são realizadas dentro da sala de aula, em um dia e horário semanal fixo previamente combinado com a professora.

As ações desenvolvidas neste projeto visam, a partir da recursos dialógicos e artísticos, favorecer a expressão de sentimentos, a mediação de conflitos, a construção de valores éticos, o empoderamento de crianças e jovens em contexto de vulnerabilidade e seu consequente protagonismo social dentro da instituição pública de ensino que estudam e da comunidade em que moram, podendo-se estabelecer estreita relação com os eixos temáticos "Educação, tecnologias e sociedade" e "Políticas públicas, direitos sociais e emancipação", propostos pela ABRAPSO.

Os encontros com os alunos foram feitos de forma a romper com a lógica da punição tão recorrente dentro da escola. Como os alunos estavam acostumados a obedecer apenas se punidos e, visto que em hipótese alguma utilizávamos esse tipo de recurso, os primeiros encontros foram momentos em que pouco conseguiam parar pra ouvir a proposta e entender seu sentido e eram, no início, um momento de testarem as novas regras. Com o passar do tempo, as pesquisadoras foram ganhando autoridade e sendo respeitados pela proposta de trabalho que ofereciam e não pelo medo ou pelo autoritarismo. Aos poucos, os alunos entenderam o sentido das ações propostas e começaram a aproveitar o espaço cedido. As assembleias tematizaram a questão da violência entre eles e ofereceram um espaço inédito de discussão dos conflitos por meio do diálogo. Já as atividades lúdicas, foram momentos de expressar sentimentos e exercitar a subjetividade de cada um, dando apoio às temáticas levantadas nas assembleias, como por exemplo, o momento do perdão suscitado a partir de uma história, e ainda, momentos de brincadeira, expressão corporal, desenho, exercícios teatrais ou musicais. As atividades contribuíram com o cotidiano escolar e ampliaram as discussões sobre um novo paradigma educacional trazido pelas práticas democráticas.

Passado mais de um ano de trabalho, já é possível perceber mudanças nas atitudes dos alunos, que estão cada vez mais empoderados em suas falas, autônomos na resolução de seus conflitos e organizados na luta pelos seus direitos.

A pesquisa-ação continua sendo feita e tem previsão de término para 2016.

O Entendimento de Jovens sobre o Uso Social da Energia e Fontes Energéticas em Manaus: Contribuições e Implicações

Sabrina Castro da Silva (FAMETRO), Ysabele Alves Celestino (Universidade Federal do Amazonas)

A Educação Ambiental é uma prática que objetiva a construção de ideias mais autônomas e críticas para um agir e pensar mais responsável, no tocante as discussões socioambientais em várias esferas. Elaborou-se um projeto de pesquisa em Manaus, propondo a resolução de problemáticas envolvendo as necessidades sociais humanas e a conservação dos recursos da natureza. Dentre outros elementos abordou-se sobre o uso social da energia e as fontes energéticas existentes mais comumente, que para serem produzidas alteram e impactam o ambiente natural diferentemente. O jovem pode ser o principal agente transformador e que promove essas mudanças de atitudes, a educação ambiental torna-se elemento indispensável e determinante nessa transformação da consciência ambiental desses jovens. A pesquisa, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória foi realizada com 582 estudantes do 6º ao 9º ano de 18 escolas das redes públicas de ensino de Manaus, que responderam a um formulário semiestruturado contendo 45 afirmativas, dos quais 10 são referentes ao elemento fogo, 488 afirmam ter muita preocupação com as problemáticas ambientais, porém, 167 não tiveram nenhuma participação efetiva. Sobre as fontes energéticas, 58% erraram ao considerar a eólica como solução para as áreas baixas na Amazônia, ensejando um desconhecimento do meio físico mais apropriado para a implantação dessa fonte; sobre o lugar ideal para construir uma hidrelétrica ser a Amazônia, apenas 39% acertou, o fato de na Amazônia haver rios em grande extensão, não significa que se pode construir hidrelétricas, em razão dos custos ambientais e pelos impactos causados para a população e a biodiversidade. Sobre as usinas hidrelétricas causarem muito impacto ambiental devido a extensão dos lagos alcançou 68% de acerto, esperava-se um percentual maior de acertos, tendo em vista as discussões sobre isso. E sobre atitudes ecológicas relacionadas as fontes de energia: quanto às usinas térmicas geradas por biomassa (plantas) serem viáveis na Amazônia, pois aqui tem grandes áreas próprias para o plantio de cana ainda que o acerto tenha alcançado 70%, há 30% de jovens estudantes que acreditam isso ser um bom argumento. Sabe-se que as terras da Amazônia não são férteis e muito menos é o melhor bioma para o plantio de monoculturas; quanto às fontes de energia mais poluentes serem as oriundas de termoelétricas, 75% acertaram, isso já demonstra um bom início de um entendimento que de fato o uso de petróleo e derivados já não se constitui o melhor caminho, o custo ambiental é muito alto, há que se investir em fontes alternativas que atendam as demandas da sociedade humana, quanto as energias limpas a partir de recursos naturais 67% errou. Conclui-se que, o grau de média e muita preocupação dos jovens com os problemas ambientais não acompanha o nível de participação na busca das soluções dessas problemáticas. Constatou-se mais erros que acertos no entendimento entre os jovens, a temática deve ser amplamente discutida nas escolas, contextualizar essas questões a partir dos currículos das escolas. Enfim, disseminar informações embasadas, além do estímulo a reflexão quanto a nossa contribuição nas demandas por energia e como podemos fazer para melhorar nossas atitudes de conservação e proteção dos recursos naturais.

Videogames: quando competição e colaboração podem ser não antagônicas

Cleci Maraschin (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Renata Fischer da Silveira Kroeff** (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

Os videogames são artefatos culturais que envolvem extensas comunidades de jogadores e possibilitam experiências imersivas de aprendizagem, em diversos contextos sociais. Na área dos game studies, os videogames costumam ser abordados, principalmente, a partir de duas perspectivas: (1) das práticas de jogo, relacionadas às propostas de jogabilidade existentes e as escolhas que os jogadores fazem no contexto de jogo, e (2) das relações sociais que os jogadores estabelecem em torno da experiência de jogo.

O presente trabalho situa-se neste segundo grupo, tendo como objetivo refletir a respeito do encontro entre a cultura gamer e uma instituição escolar na cidade de Porto Alegre, RS. A proposta foi desenvolvida a partir de um projeto de pesquisa-intervenção que utilizou como estratégia metodológica a realização de oficinas, nas quais professoras e estudantes do 4º e 5º ano do ensino fundamental foram convidados a jogar um jogo digital baseado em localização no Jardim Botânico de Porto Alegre. Ao final de cada oficina, foram realizadas rodas de conversas nas quais os participantes compartilhavam impressões sobre o encontro.

O jogo, intitulado "Um dia no Jardim Botânico" tem como principal característica o uso de dispositivos móveis (tablets ou smartphones) e tecnologia de localização (sistema GPS). O gameplay do jogo associa ações de coleta, combinação e redistribuição de itens no plano do mapa digital do jogo a partir do percurso pelo plano do território físico. O jogo não tem um final determinado, podendo continuar indefinidamente com o acúmulo de pontos e é planejado com um componente multijogador competitivo, com a comparação de pontos. Na pesquisa, utilizamos como limitador o tempo proposto para cada oficina que foi de 3 horas.

A primeira oficina foi realizada somente com as professoras do ensino fundamental Na roda de conversa desta oficina, discutiu-se possíveis formas de uso do jogo em atividades de aula, e possíveis aulas baseadas (ou inspiradas) no jogo. Surgiu, entre as professoras, a ideia de promover uma competição entre os alunos que jogariam nas oficinas seguintes, prometendo uma premiação para quem fizesse mais pontos. Desta forma, visavam manter o suspense sobre o jogo, dizendo aos alunos que após jogarem não deveriam informar os colegas a respeito de conteúdos presentes nele e estratégias possíveis. A valorização daquilo que cada um consegue fazer sozinho se enraíza nas práticas escolares - e sociais - a partir de uma concepção individualizada e meritocrática de aprendizagem. Nessa concepção, é esperado que cada jogador tenha sua própria experiência de descoberta e que essa não seja "poluída" pela experiência compartilhada com outros jogadores, o que seria considerado desmotivador.

A competição proposta pelas professoras acompanha uma estratégia bastante frequente nas escolas e se afasta da cultura dos videogames por introduzir uma motivação extrínseca ao próprio jogo. Segundo Squire (2011) e Gee (2010), os videogames que interessam à aprendizagem apresentam diferentes características que os fazem intrinsicamente motivadores: informações na hora certa, ícones e imagens contextualizados, sequência crescente de problemas e desafios relacionados às competências adquiridas, frustração prazerosa, encorajamento a enfrentar riscos. Além disso, um importante efeito dos videogames é a constituição dos espaços de afinidade entre jogadores experientes ou não. Nestes espaços, os jogadores trocam informações, cooperando para aprendizagens intensivas ou extensivas e proporcionando diversas formas de participação na própria comunidade. Tais espaços configuram-se como, por exemplo, fóruns de discussão online, criação de tutoriais, podcasts, streaming de partidas (transmissão em tempo real).

Diante da circunstância de proposição de um agente motivacional externo ao jogo, nos interessou acompanhar seus efeitos no desdobramento do mesmo e na constituição dos espaço de afinidade. Nos perguntávamos se tal abordagem obstaculizaria as trocas e interações indo na contramão da emergência desses espaços.

No transcurso das oficinas, observamos a preocupação da maioria das duplas de estudantes em comparar seus pontos com os demais colegas. Mas outro efeito paradoxal também foi observado: os estudantes ofereciam dicas e compartilhavam suas experiências do jogo entre si. Tal conduta teve como efeito que os estudantes de cada oficina subsequente conseguiam fazer uma pontuação superior em relação aos colegas que haviam participado das oficinas anteriores. O que indica o enriquecimento das performances pelo efeito cumulativo das trocas e a instituição de espaços colaborativos e de afinidade. Outro efeito observado foi que essas trocas e esse espaço de afinidade transcorreu em "segredo" em relação às professoras, distanciando-as do processo. Dentro da cultura dos videogames, a competição como estratégia de game play não dita que o coletivo de jogadores seja por sua vez, necessariamente, competitivo. Ao contrário, o que se vê em larga escala são comunidades de jogadores, participativas e cooperativas, como no estudo mencionado. Neste sentido, consideramos que o foco dos jogos está no desafio, visto que, na cultura dos jogos digitais, uma partida na qual um jogador vence com grande facilidade é considerada desinteressante. Talvez os videogames sejam espaços nos quais seja possível experimentar competição e cooperação como não antagônicas.

GT 26 CIDADANIA, PROTAGONISMOS E IDENTIDADES: REFLEXÕES ACERCA DE ITINERÁRIOS DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E OUTRAS FRENTES DE EMANCIPAÇÃO HUMANA

(Rap)pensando possibilidades de denuncia e enfrentamento as desigualdades sociais: contribuições do movimento hip hop

Dandara Maria Oniilari Ferreira da Silva (Universidade Federal de Pernambuco), Jaileila de Araújo Menezes (Universidade Federal de Pernambuco)

Introduçao: o hip hop é um movimento social, cultural e político que nasce nos Estados Unidos no início dos anos 70, mais especificamente em bairros de classe baixa e chega ao Brasil por volta dos anos 80, nas periferias de São Paulo. O movimento é composto por quatro elementos artísticos, sendo eles o rap, a discotecagem, o break, e o graffiti. Todos esses são perpassados pelo aspecto nomeado conhecimento, também conhecido como quinto elemento. É o conhecimento que traz ao hip hop caráter social e político, tendo que é a partir da junção desse com o elemento artístico a qual o sujeito se afilia, que entra em cena a possibilidade de modificação do contexto em que se está inserido a partir do movimento. "Deste modo, o hip hop além de seu caráter artístico, teria uma clara intenção (re)formadora da periferia, principalmente do segmento negro e juvenil através de suas mensagens que expressam a necessidade de uma conscientização política" (MAYORGA et al., 2008, p. 100). O presente trabalho tem como foco principal o elemento rap, em inglês a sigla das palavras Rhythm And Poetry (ritmo e poesia). Procurou-se fazer uma discussão que pudesse ligar os aspectos acerca dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos ao rap, de modo a perceber como as produções ligadas ao elemento vêm se relacionando com tais temáticas. Objetivos: mapear iniciativas nacionais e locais de debate sobre direitos sexuais/reprodutivos, promovidas pelo movimento hip hop; identificar posicionamentos de jovens homens e mulheres rappers sobre práticas e produções culturais androcêntricas, machistas, sexistas, misóginas e homofóbicas, no movimento; analisar os discursos e as práticas culturais de jovens homens e mulheres rappers sobre erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Orientação teórica: O presente trabalho se encontra no campo das pesquisas de inspiração feminista, o que nos envolve diretamente com a possibilidade de mudança social ao fazer pesquisa, além de nos colocar em contato com os compromissos éticos e políticos de problematização das desigualdades sociais. Método: a pesquisa teve como sujeitos diretos três pessoas do movimento em Recife, sendo dois homens e uma mulher, com idades entre 24 e 31 anos que atuam na cena rap da cidade. Além das entrevistas semi estruturadas utilizamos também a análise de letras de rap do cd "Hip hop mandando fechado em saúde e sexualidade, lançado em 2006 como resultado de um encontro de mesmo nome. A análise de todo material se deu a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD) pensada por Fairclough (2001). Resultados: percebeu-se que a abordagem de temáticas relacionadas aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos, a partir de uma perspectiva de positivação dos mesmos e não de desqualificação se faz bastante incipiente no meio rap da cidade do Recife. No que concerne à sexualidade, deparamo-nos ainda com uma maior liberdade de vivência por parte dos jovens homens e com uma negativização da vivência quando nos referimos à mulher. A partir da análise das letras de rap da coletânea selecionada fez-se possível encontrar, no entanto, focos de resistência, com produções que problematizam as desigualdades de gênero e os aspectos dessa desigualdade que estão ligados à sexualidade. Nessas produções encontramos pautas ligadas aos direitos sexuais/reprodutivos, como abortamento, DST's, gravidez não planejada, dentre outras. Conclusões: O hip hop, embora movimento questionador de desigualdades raciais e sociais ainda se mostra muito relutante em adicionar à sua agenda de discussões aspectos que se relacionem com as desigualdades de gênero. Ainda assim, é possível encontrar focos pontuais onde tais temáticas podem ser discutidas, sendo esse locais espaços que servem tanto para a manutenção da participação da mulher no hip hop, quanto para a quebra de paradigmas que colocam a mulher enquanto sujeito subalternizado e de menor potencial na produção dos elementos artísticos que compõem o movimento. É necessário que mais iniciativas com esses intuitos sejam geradas, de modo a convidar os/as jovens hip hoppers a discutir as desigualdades de gênero atuando para que essa seja combatida e não perpetuada ou naturalizada.

Referencias:

MAYORGA, Claudia; MAGALHÃES, M.S. ; PATRICÍO, Claudio Junior ; CRUZ, Daniel A.G. ; ALVES, Suellen G. O cultural e o político no coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais. Pesquisas e Práticas Psicossociais , v. 3, p. 96-109, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. Teoria social do discurso. In: Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

A luta por cidadania e o protagonismo juvenil a partir das redes sociais

Anna Karina Gonçalves Xavier (Universidade Federal de Pernambuco)

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que busca debater a sexualidade entre mulheres jovens em uma comunidade popular da microrregião de Suape/PE, região que recebeu obras do PAC (Programa de aceleração e crescimento) do Governo Federal. Tal microrregião ficou marcada por apresentar problemas estruturais devido ao recebimento de milhares de trabalhadores temporários de várias regiões do país, principalmente dos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A partir da chegada desses trabalhadores, houve um destaque especial com relação a situação dos/das adolescentes/jovens. Tal situação ganhou uma visibilidade maior devido a mídia ter apontado determinados fenômenos ocorridos na microrregião como, assim como o fato de pesquisas terem apontado o fato de muitas delas serem "seduzidas pelos homens recém-chegados e logo abandonadas na gravidez. O que alarmou muitos setores do estado e da sociedade civil para a emergência de procurar estratégias de atendimento e diminuição desses casos e de outros problemas sociais que tinham aumentado, como a exploração sexual infantil, a prostituição e o abuso de drogas" (SCOTT et al, 2012). Tais apontamentos sobre a realidade local denunciaram as situações de risco e vulnerabilidade da população da microrregião de Suape/PE. Neste trabalho a vulnerabilidade é entendida como um conceito multidimensional, no qual refere que tanto indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, estão expostos a riscos e a condições significativos de desagregação social (PIZARRO, 2001). A pesquisa em andamento está sendo realizada através da observação participante, prática inaugurada pelas investigações antropológicas e etnográficas (THIOLLENT, 1999), tendo como método o diário de campo e entrevistas em profundidade. Através da incursão no campo, observa-se grupos de jovens que caminham na contramão do discurso produzido sobre a realidade local. Tais jovens se organizaram a partir das redes sociais para mobilização da comunidade em prol de ações de educação e cidadania, no qual entende-se por cidadania o conjunto de direitos, sendo esses direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL 1967). Um grupo de jovens vem procurando sensibilizar autoridades e a comunidade local, principalmente comerciantes sobre necessidades urgentes de políticas públicas em prol da prevenção e proteção da área urbana local. Nestes jovens, encontra-se a resistência (FOUCAULT, 1988) frente aos ditames produzidos pelos políticos, mercado e mídia, e buscam em suas histórias de vidas a autonomia para construção de identidades outras que sejam divergentes do resultado da soma de problemas estruturais, desenvolvimento econômico, produto: vunerabilidade social. A relevância deste trabalho, centrase no fato de que mesmo diante das adversidades, há muitas mulheres jovens engajadas na construção de suas histórias de vida que modificam as conclusões acerca do estigma que recai sobre a sexualidade da mulher frente aos impactos do desenvolvimento econômico que vulnerabilizam as comunidades que habitam. Ainda não há análises conclusivas dos relatos de campo, por está ainda estar em andamento. O que há, são reflexões acerca das incursões no campo de pesquisa, que revelam práticas de protagonismo juvenil (RABÊLLO, [s.d.]) no tocante a construção da prática de cidadania vinculada a estratégia de ação que resulte em outra visão sobre a população local; nem de vítimas, nem de vulneráveis, mais de protagonistas.

A Perspectiva da Criança Institucionalizada Sobre Adoção: Uma Revisão Bibliográfica

Jéssica Silva Rodrigues (Escola de Saúde Pública do Ceará), **Raimundo Edmilson Pereira Silva Junior** (Centro de Referência à Infância)

A adoção é uma prática realizada desde a antiguidade e, ao longo dos séculos, passou por diversas modificações no que concerne as suas concepções e regulamentações. No decorrer histórico, essa prática esteve relacionada a questões religiosas, políticas e econômicas, entretanto, atualmente, relaciona-se também a questões sociais e de garantia de direitos, uma vez que o seu objetivo é assegurar às crianças desassistidas e às que tiveram seus direitos violados, condições de desenvolvimento saudável. Dessa forma, no processo de adoção, o foco é o bem-estar da criança. Essa mudança na forma de se conceber a adoção está relacionado aos processos históricos e sociais que culminam com a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e da nova Lei da adoção (12.010), dois marcos que apontam importantes mudanças no que concerne à garantia de direitos das crianças e adolescentes no Brasil. De acordo com a legislação, a criança que enfrenta contexto de vulnerabilidade social, deve ficar sob tutela do Estado, convivendo em abrigos, até que se decida, judicialmente, se a mesma será encaminhada para adoção ou voltará ao convívio com seus parentes consanguíneos. Diversas são as problematizações que envolvem esse tema, uma vez que vários estudos realizados mostram os efeitos no desenvolvimento afetivo, emocional e cognitivo nas crianças e adolescentes que passam por longos períodos em instituições. Alguns autores empenharam-se em suas pesquisas em demonstrar alguns desses efeitos, dentre eles, pode-se citar: falta de atenção, dificuldade de comunicação social, comportamento social inadequado, agressividade, isolamento, baixa autoestima, dentre outros. A adoção é um dos recursos pensados para garantir a proteção e desenvolvimento satisfatório de crianças em acolhimento institucional e garante convívio familiar aos sujeitos que vivem em contextos de extrema vulnerabilidade social. O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica cujo objetivo é fazer uma análise qualitativa dos estudos realizados que enfocam a perspectiva da criança sobre a adoção. Para isso, foi escolhida como fonte de informação a Biblioteca Virtual em Saúde (BSV) pela mesma compilar em suas produções, materiais de diversas plataformas e nacionalidades. Buscou-se pelos descritores adoção e institucionalização, obteve-se então 10 resultados. Ao analisar esses resultados, percebeu-se que a maior parte dos estudos estavam focados em apresentar as consequências do abrigamento, comparando o desenvolvimento em convívio familiar e em contexto de institucionalização. De maneira geral, partiram em sua maioria, de uma análise externa, baseada em aplicação de testes e análises dos mesmos. Apenas um foi construído a partir da perspectiva da criança. Interessa-nos aqui problematizar uma ideia presente na maior parte dos estudos encontrados de que a institucionalização produz marcas nessas crianças que as levam, muitas vezes a serem desacreditadas socialmente e que podem estar relacionadas aos receios de alguns adotantes em escolherem crianças mais velhas ou adolescentes, o que reforça o estereótipo das crianças mais procuradas nos processos de adoção e exclusão das que não correspondem a dado perfil. Nesse ponto nos aproximamos do GT 22 ao passo que nos propomos a questionar a agressividade e desajustamento social das crianças que se desenvolvem dentro de instituições, assim como também refletir qual o papel do psicólogo nesses contextos. Para isso, baseou-se em produções da autora Rossetti-Ferreira (2011) e Solon (2010) relativas à psicologia do desenvolvimento social. Apesar das limitações presentes na pesquisa, como a quantidade de artigos encontrados, pode-se constatar que a maior parte dos estudos abordam questões relativas às crianças institucionalizadas sem lhes dar lugar de fala. Dessa forma, por diversas vezes, não se prioriza saber a concepção que as crianças têm acerca de sua realidade, nem compreender de que modo esta afeta suas vidas afetivas e emocionais. Nesse contexto, percebe-se o psicólogo enquanto agente capaz de possibilitar espaços de escuta e problematizador das questões pertinentes à institucionalização com todos os atores atuantes no processo de adoção. A partir disso, propõe-se que os estudos possam se pautar pelas vivências das crianças, oportunizando que as mesmas se apresentem enquanto protagonistas de suas historias, mostrando-se como sujeitos ativos nas pesquisas.

A Psicologia na mediação de conflitos: relato de experiência de uma prática de estágio em Psicologia Jurídica em um Balcão de Justiça e Cidadania

Diego Solci Toloy (Faculdade Nobre de Feira de Santana-BA), **Gabriela Cotias Leite** (Faculdade Anísio Teixeira), **Clafylla Luiza Cruz de Oliveira** (Faculdade Anísio Teixeira), **Iris Almeida Santana** (Faculdade Anisio Teixeira)

O presente trabalho tem o intuito de apresentar um relato de experiência sobre uma prática de estágio em Psicologia Jurídica, desenvolvida em um Balcão de Justiça e Cidadania (BJC) no município de Feira de Santana – BA. O BJC é um projeto de mediação comunitária de conflitos de iniciativa do Poder Judiciário do Estado da Bahia, iniciado em 2003, onde são oferecidos serviços gratuitos de orientação jurídica e mediação de conflitos na área de família (divórcio, pensão alimentícia, reconhecimento espontâneo de paternidade e reconhecimento e dissolução de união estável) e na área cível (questões de menor complexidade, como cobrança de dívida, relação de consumo e conflitos de vizinhança). O BJC tem como objetivo proporcionar o acesso facilitado à Justiça a indivíduos economicamente menos favorecidos, atuando sobre os conflitos através da mediação. Entretanto, para além do acesso à Justiça, o BJC tem como objetivo produzir ações que promovam a pacificação social mediante o resgate de habilidades dialógicas, dessa forma, verifica-se que a adoção da mediação como metodologia contribui para o empoderamento dos sujeitos envolvidos em conflitos, uma vez que cabe a eles, e somente a eles, chegarem a termos aceitáveis. Entende-se que, quando as partes aceitam o diálogo como forma de resolver conflitos, tornam-se protagonistas de suas histórias, escolhendo o desfecho das situações vivenciadas. A mediação é concebida como um método de resolução de conflitos, no qual o mediador ocupa uma posição de absoluta neutralidade e imparcialidade acerca das demandas pleiteadas. Sua função é a de manter os canais de comunicação abertos para que as partes possam discutir e chegar a um acordo. Sendo assim, não existe um bom acordo para o mediador, o único acordo deve ser aquele que satisfaz as partes. Não necessariamente o êxito da mediação é chegar a um acordo, muitas vezes existem questões não negociáveis num conflito, que estão além do mediador, o que não quer dizer que este tenha fracassado no processo da mediação, nesses casos, as partes são encaminhadas para os órgãos competentes (Fórum, Núcleo de Práticas Jurídicas) para darem entrada no litígio. A mediação de conflitos pode ser feita por diversos profissionais, entre eles, pedagogos, assistentes sociais, sociólogos, advogados, psicólogos e também por pessoas que além do nível médio completo, possuam competências para realizá-la. Inicialmente, no BJC no qual se deu esta prática de estágio, a mediação era feita apensas com estagiários de curso de Direito, no entanto, desde junho de 2014, tal prática tornou-se multidisciplinar através da atuação das estagiárias de Psicologia, momento em que pode-se perceber transformações qualitativas nas mediações, pois estas atuam através de um campo do saber que se ocupa do conflito como uma dimensão das relações interpessoais, logo, não o tomando como algo necessariamente ruim, mas como algo que traz a tona expectativas, valores, impressões e interesses contrários. Entende-se que a Psicologia encontra um lugar de atuação na mediação ao se inclinar sobre dimensões afetivas decorrentes do conflito e que podem influenciar nas tomadas de decisão das partes, configurando-se como uma particularidade de sua atuação averiguar em que medida esses afetos (amor, ódio, raiva, entre outros) se atualizam como forças impeditivas para uma resolução pacifica. Além de participar da mediação, o setor de Psicologia ainda oferece acolhimento psicológico para situações em que as partes demandantes apresentam intenso sofrimento psíquico, auxiliando-as, muitas vezes, a traduzi-los em uma demanda jurídica; aconselhamento psicológico para casais com filhos, em processo de separação, quanto à importância de se garantir a convivência familiar como forma de preservar os vínculos afetivos necessários para o desenvolvimento dos filhos; acompanhamento psicológico para casais com filhos que, durante o processo de mediação, apresentam atitudes caracterizadoras de alienação parental; ademais de atuar junto com a rede municipal em casos de violência, violação de direitos ou questões ligadas a saúde mental dos demandantes, oferecendo encaminhamentos e fazendo contato com os serviços de referência. Observou-se que, através da atuação do setor de Psicologia e da prática mediativa multidisciplinar, uma intensa troca de saberes se iniciou entre os estagiários de Direito e de Psicologia, favorecendo um olhar integral sobre as demandas dos sujeitos com o intuito de que estes, ao resolverem seus conflitos pela via do diálogo, se transformem e levem esta experiência para outros lugares de seus cotidianos, contribuindo, assim, para consolidar os pilares do BJC quanto à fomentação de uma cultura de paz e o fortalecimento da cidadania.

Apoio Psicológico à Terceira Idade: suporte técnico à uma instituição asilar de Catalão-GO

Mariana Jonas Damião (Universidade Federal de Goias), **Angela Maria Pereira** (Universidade Federal de Goias), **Marcelo Vinicius Costa Amorim** (Universidade Federal de Goias)

Introdução: O envelhecimento populacional configura-se como um dos maiores desafios da Saúde Pública, tanto para sociedade civil, quanto para o Estado, exigindo esforços para atender às demandas dessa população. A legislação vigente no país estabelece como obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso o direito a vida e a saúde, garantindo a integridade física e psicossocial, com moradia digna junto aos seus familiares, ou em ILPI pública ou privada. Neste contexto, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) surgiram como uma demanda da comunidade no cuidado às pessoas de forma a atender suas necessidades físicas, psicossociais e insuficiência familiar. **Objetivos**: O presente trabalho tem por objetivo discutir os resultados do projeto de extensão denominado "Apoio psicológico à terceira idade: suporte técnico à uma instituição asilar de Catalão – GO", desenvolvido pelo curso de Psicologia, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. O projeto oferece apoio psíquico a usuários de uma Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPIs), localizada na cidade, visando a promoção do bem estar psicológico e a melhoria na qualidade de vida dos internos, familiares e cuidadores. **Relação com o Eixo Temático**: Os trabalhos desenvolvidos nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) são regidos pelo Ministério da Saúde, o qual se responsabiliza pela regulamentação, promoção e aplicação das políticas públicas ligadas ao setor. Eles estão diretamente relacionados à Psicologia Social, abrangendo a dimensão coletiva e cultural dos processos aí implicados. Eles buscam fortalecer o diálogo com os diferentes níveis de atenção à saúde, envolvendo atores, de diversos segmentos do saber. Enfim, eles inserem-se no atual debate sobre saúde como direito e condição de cidadania. **Método**: O método de trabalho adotado fundamenta-se na teoria de Pichon-Riviére, com o interesse de proporcionar ao usuário melhoria na interação e o pertencimento ao grupo. A instituição possui 32 moradores, sendo 22 mulheres e 10 homens, com a média de idade de 70 anos, com diferentes patologias. As atividades desenvolvidas são grupos operativos, oficinas de contação de histórias; oficinas de pinturas, danças, jogos recreativos e entrevistas psicológicas individuais. As atividades são desenvolvidas de uma a duas vezes por semana. **Resultados**: Os resultados indicam que houve adesão de grande parte dos internos ao projeto. Observa-se uma melhoria considerável na interação dos usuários, passando suas atividades a serem esperadas com expectativa na rotina semanal. Os gestores da ILPI reconhecessem e apóiam o desenvolvimento do projeto. Foi planejada uma capacitação dos cuidadores a ser desenvolvida no decorrer de 2015. O suporte aos familiares não foi ainda desenvolvido, haja vista que o contato dos idosos com seus familiares são reduzidos. **Conclusões**: As atividades desenvolvidas com os idosos e demais usuários são qualitativamente satisfatórias, sendo muito bem aceitos pelos participantes do grupo. Há aceitação e apoio ao projeto por parte dos gestores da instituição. O apoio psicológico aos cuidadores e familiares carece de ser implantado e desenvolvido. A ILPI estudada não consegue manter padrões habitacionais compatíveis com a necessidade de cada morador, bem como prover alimentação, cuidados de higiene e ambiente adequado. Tal situação decorre, em parte, da falta de suporte recursos financeiros e técnicos do Estado. Ela não possui uma equipe de profissionais adequada, sendo necessária a presença de profissionais qualificados para compor uma equipe multidisciplinar, conforme previsto na legislação vigente no país.

Aposentadoria e terceira idade: conquistas e obstáculos

Aparecida Ferreira Alves (Prefeitura Municipal de São João del Rei), **Sheila Ferreira Miranda** (Universidade Federal de São João Del Rei)

O presente trabalho é resultado de intervenções de um projeto de extensão realizado através da parceria entre Universidade Federal de São João del Rei e CRAS Senhor dos Montes. Neste projeto, atendemos aproximadamente 20 mulheres idosas em intervenção psicossocial em grupos no qual se inclui discussões como memória e identidade dos idosos, através de recursos de imagem (principalmente vídeos e filmes), promovendo uma sessão de cinema quinzenal e oficinas de grupo semanais; visando a reflexão acerca de temáticas como: saúde, direitos sociais, envelhecimento, família, vínculos afetivos, diversidade e conflitos geracionais, renda e trabalho na senectude. Através destas intervenções, obtivemos variados e significativos resultados que nos tem mostrado como os idosos dos setores populares têm convivido com questões que permeiam a terceira idade. O objetivo desse trabalho visa discutir sobre a relação das idosas com sua aposentadoria e como esta renda tem influenciado na formação de um novo modelo de idoso. O presente trabalho relaciona-se com o GT "Cidadania, protagonismos e identidades", na medida que a aposentadoria tem proporcionado um empoderamento destas idosas, além de uma mudança significativa do modo como elas se vêem perante a sociedade e a família. Para favorecer uma intervenção mais contundente em prol da autonomia das integrantes deste grupo, recorremos aos pressupostos metodológicos das Oficinas de grupos propostas por Lúcia Afonso (2000), da pesquisa participante e da pesquisa-ação. Desse modo, através desses pressupostos metodológicos, inserção e interação com a comunidade são fundamentais para que o pesquisador conheça a realidade e necessidades dos sujeitos, pois, a proximidade causará um ambiente de confiança entre ambos, assim, pesquisador e sujeitos da pesquisa poderão agir juntos na reflexão e na busca por soluções das adversidades. Nos dias atuais, a aposentadoria tem causado impactos sobre a vida dos idosos, bem como no seu modo de se relacionar em sociedade e em família. Por um lado, a aposentadoria, associada à idade e aos anos de trabalho, acentua a exclusão do idoso. Sua concessão significa para um número de pessoas, uma saída sem retorno do mundo do trabalho, uma vez que, de acordo com os pressupostos do capitalismo, o corpo do idoso é visto como que impossibilitado de tornar-se capital, sendo representado de forma negativa, o que inclui perder o reconhecimento social (ALMEIDA, 2005). Todavia, por outro lado, podemos perceber que, apesar da aposentadoria representar uma ausência do idoso no mercado de trabalho, muitos deles permanecem ativos, seja em ações em comunidade ,seja em ações domiciliares. Tal fato tem se tornado evidente através das intervenções com as idosas do grupo supracitado. Constatamos que a sua maioria aposentou por tempo de idade e não por período serviço. Segundo estas senhoras, apesar de trabalharem desde a infância, sua renda era direcionada integralmente para contribuição das despesas familiares, pois as dificuldades financeiras da época não permitiam gastos pessoais. Atualmente, com a aposentadoria, uma significativa parcela ainda exerce atividades que requerem sua participação ativa, como realizar os afazeres domésticos, cuidar dos netos, além de contribuir para o orçamento familiar. Muitas destas senhoras chegam associar aposentadoria e a Terceira Idade à "liberdade",pois, para elas, a idade avançada lhes trouxe mais tempo e dinheiro disponíveis para dedicarem-se aos afazeres pessoais, como viajar ou comprar produtos para si. Assim, como a pesquisa de Lopes (2007), vemos acontecer, gradativamente a descontrução do esteriótipo depreciativo que vincula o idoso à reclusão e à incapacidade. Em muitas situações as senhoras comentaram que não se identificam com os idosos com quem conviveram na infância, caracterizados por resignação e prostração. Nessa perspectiva, temos percebido que, estas lembranças do passado as impulsionam na busca de um novo significado de "ser idoso" que norteie sua forma de se relacionar com o outro e consigo mesmo. Assim, podemos perceber que estas senhoras tem passado por um processo de metamorfose, uma vez que, buscam se desvencilhar de esteriótipos nos quais são enquadradas pela sociedade. Destarte, é nesse aspecto que o trabalho de intervenção realizado com o grupo em questão se torna importante, uma vez que, as temáticas discutidas, buscam reflexões que favoreçam a busca de novas perspectivas que favoreçam a construção de sujeitos empoderados e conscientes de seu papel em sociedade.

De refém a protagonista: consumo, identidade e emancipação

Sergio Silva Dantas (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Muitos estudos tem sido feitos discutindo a questão da emancipação humana, sob diferentes aspectos. Em geral, esses estudos seguem a linha de pesquisa desenvolvida por Ciampa (1987/2009) do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, o qual entende que movimentos de metamorfoses constantes são próprios da formação da identidade dos sujeitos e que esses movimentos, quando orientados por uma perspectiva de autonomia, levam o indivíduo a uma posição de emancipação.

Nesse contexto, na grande maioria das vezes, o consumo é visto com uma forma de aprisionar o indivíduo a um sistema alienante que o coloca numa posição de refém. Temos aí o que Habermas (1987) denomina a colonização do mundo da vida pela ordem sistêmica e, nessa perspectiva, o estímulo ao consumismo encarna mais uma ferramenta desse processo.

Procuramos, neste estudo, mostrar por meio da análise de relatos de histórias de vida que é possível subverter essa lógica e o consumo proporcionar exercício de cidadania e protagonismo para os sujeitos. Sendo assim, o objetivo foi analisar a ocorrência de metamorfoses experimentadas pelos indivíduos em que o consumo esteve, de alguma forma presente, procurando identificar se essas metamorfoses apresentaram ou não sentidos emancipatórios, ainda que sejam apenas fragmentos.

Para tal, o trabalho partiu do referencial teórico da psicologia social desenvolvido por Ciampa (1987/2009) sobre o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, apoiando-se em outros estudiosos da psicologia e de áreas como a filosofia, a sociologia e a antropologia, que discutem a questão da identidade e emancipação humana a partir de uma Psicologia Social Crítica, bem como autores dessas áreas do conhecimento que discutem a temática do consumo na modernidade.

Após a fundamentação teórica que deu corpo a esse estudo, a saber, o estudo sobre a identidade e seu processo de metamorfose-emancipação e o campo do consumo, seus aspectos simbólicos e relação com o exercício da cidadania e autonomia, fez-se uma pesquisa de campo, cujo processo de coleta de dados foi composto de duas fases: uma fase inicial, realizada a partir do preenchimento de um questionário eletrônico qualitativo que pedia ao respondente que pensasse e descrevesse situações significativas de consumo ao longo de sua trajetória de vida (e os respectivos porquês), e a segunda fase, realizada a partir de relatos de histórias de vida de colaboradores selecionados dentre os que participaram da primeira fase. Nessa segunda fase, a escolha se recaiu sobre sujeitos considerados emblemáticos entre os respondentes da fase inicial, seja pela presença de consumos que favoreceram seus itinerários emancipatórios e de busca por cidadania, seja aqueles que demonstravam total submissão à lógica sistêmica.

Da análise desses relatos de histórias de vida, chegou-se à descoberta de que há diferentes formas de significação do consumo no processo identitário dos indivíduos e, essas diferentes formas estão diretamente relacionadas a dois aspectos: a existência de um projeto de vida e a constituição ou não de uma identidade política que, quando não existe, abre espaço para a replicação de políticas de identidade impostas e pressupostas ao indivíduo.

Os casos selecionados e discutidos na análise da pesquisa de campo mostram que, quando existe um projeto de vida suportado por uma identidade política, o indivíduo consegue se valer do consumo como um viabilizador de fragmentos de emancipação, contrariando a ideia de que o consumo age apenas como um meio do sistema para colonizar o mundo da vida. Em outros casos analisados, a falta de existência e/ou de consciência de um projeto de vida, leva os indivíduos a ficar totalmente a mercê do sistema, sem se apropriar de suas vidas de forma autônoma. Da mesma forma, não é protagonista de seu itinerário de vida, o indivíduo que é refém de políticas de identidade, pois, dessa forma, ele não assume um papel de protagonista no seu processo identitário.

Dos itinerários identitários às identidades nômades: percursos de uma investigação crítica

Mariana Serafim Xavier Antunes (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Pretende-se comunicar dois processos correspondentes de investigação científica, um mestrado e um doutorado em psicologia social crítica, pelo viés das escolhas de termos e conceitos que conferem um posicionamento ético-político à prática de pesquisa. Viso compartilhar experiências de pensar e redigir sob bases epistemológicas críticas, tanto do lado do sintagma identidademetamorfose-emancipação quanto das teorias da mulher e da crítica epistemológica feminista subsidiárias em ambos empreendimentos acadêmicos. Acepções conferidas por termos como "metamorfose", "itinerários", "virtual" e "nômade" efetivam-se como conceitos por nos aproximar da práxis que a construção crítica de um objeto de pesquisa e a escolha de um sujeito de pesquisa requerem. O contorno transdisciplinar zela, todavia, pela localização politizada do(a) pesquisador(a) que opta por terminologias de outras áreas do conhecimento ou de saberes nãoeruditos, no esforço de alcançar uma argumentação compreensiva e crítica por meio de analogias do cotidiano fático ou de um imaginário significativo específico. Recursos explicativos poéticos, míticos, geomorfológicos, eletromagnéticos ou estéticos funcionam como hologramas para a projeção de aspectos subjetivos e intersujetivos da vida humana, acompanhando a representação de ângulos distintos do mesmo objeto que – por pressuposto ontológico – também é transformação. Esta combinação de estratégicas de fabulação para compreensão crítica pode promover novas perspectivas de conhecimento convergentes com fragmentos de emancipação. Como exemplo, a concepção de um "itinerário identitário" é creditada por seu potencial crítico de evidenciar, ao menos na pesquisa sobre itinerários de mulheres solteiras na contemporaneidade (ANTUNES, 2010), a construção de um objeto de caráter ético-político: a suposição de transformação de uma personagem identitária coletiva. Como tais políticas identitárias que atuam sobre a construção de um novo signo à solteirice não rompem com a estereotipia e a estigmatização que estruturam as relações de gênero no mercado de trabalho, foi necessário um trabalho inicial e inevitável de desconstrução do objeto de pesquisa em torno de aspectos ideológicos mais sintomáticos de seus interesses de conhecimento. Assim, foi possível levar a crítica até as diferentes maneiras como esta transformação psicossocial da ideia de mulher solteira poderia servir à colonização do mundo da vida por uma ordem sistêmica e/ou quais saídas emancipatórias eram oferecidas a partir de seus relatos de história de vida.

As acepções de "nomadismo" e "virtual" trazidas já na tese de doutorado (ANTUNES, 2015) nos indicam que a demanda de aprofundamento e esclarecimento da proposta ético-política envolve não só a desconstrução e descentralização do sujeito sob recorte, mas a consideração da experiência encarnada e do conhecimento localizado na interpretação do conteúdo emancipatório. A emersão de eixos de análise singulares à produção de conteúdo narrativo em entrevistas de história de vida pode deslocar os tradicionais critérios de discriminação hierarquizada da identidade humana das variáveis de pesquisa.

Realidades fronteiriças, como a de ciberativistas feministas, desvirtuam categorias de análise e explicitam o despotismo científico da unilateralidade interpretativa. Às margens do conhecimento hegemônico, forçam deslocamentos meta-teóricos, como recorda Donna Haraway (HARAWAY, 2009) e abalam a "autoria/autoridade transcendente" do conhecimento oficialmente instituído.

Estas fendas são tomadas por uma produção que pode viver, até então, na clandestinidade, subalterna e ridicularizada: formas de cultura, arte, ciência das minorias políticas. Um ponto é focal dentre as escolhas metodológicas realizadas nos dois estudos sobre metamorfoses identitárias em busca de emancipação humana: a sensível e desafiadora experiência de confiança que envolve narradores(as) de histórias de vida e pesquisadores(as) da identidade humana. E é este o ponto que se propõe exaltar nesta comunicação.

Referências

ANTUNES, Mariana S. X. Ciberativismo, identidade política e metamorfose humana. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo/SP: Pontifícia Universidade Católica, 2015

_____ Itinerários da vida de solteira: razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2010

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.

TADEU, Tomaz (org. e trad.) 2º ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2009

Imaginário Sobre a Escola e Projeto de Vida de Jovens

Joyce Mary Adam (Universidade Estadual Paulista - Departamento de Educação-Campus Rio Claro), Débora Cristina Fonseca (Universidade Estadual Paulista - Departamento de Educação-Campus Rio Claro)

O objetivo principal do presente trabalho é o estudo do imaginário dos jovens sobre a escola e como, na visão dos mesmos, a escola contribui para pensar seus projetos de vida. Ao analisarmos o imaginário dos alunos sobre a escola e a contribuição desta para seu futuro buscamos clarear qual é a ideia-imagem da escola em seus contextos de vida e a perspectiva de um projeto de vida. Como referencial teórico a pesquisa utiliza-se dos conceitos de imaginário social trazendo para discussão autores como Castoriadis(1982); Baczo (1984) e outros autores que discutem a questão da elaboração de projetos de vida por parte da população jovem, Dib e Castro(2011), Leccardi(2011). Adotando este referencial consideramos que o imaginário a respeito da escola, construído por seus participantes, é um elemento importante para a compreensão das ações cotidianas, sua estrutura, relações de poder estabelecidas, os conflitos advindos dessas interações e as possibilidades de a escola contribuir para pensar com os alunos um projeto de futuro. Uma das questões importantes a refletir é a respeito da possibilidade dos jovens oriundos das camadas pobres da população de superar sua condição de vida e conseguir atingir os objetivos estabelecidos em um provável projeto de vida é mais remoto por ser condicionado à situação concreta de vida que delimita suas possibilidades e direciona suas escolhas Fizeram parte da pesquisa alunos de duas escolas que se situam em um bairro periférico em uma cidade do interior do estado de São Paulo e são frequentadas por jovens de classe econômica desfavorecida que habitam o entorno das escolas. Para coleta dos dados da pesquisa foram feitas visitas regulares, realizados grupos focais e dinâmicas de grupo com a participação dos alunos de cada escola. Nos grupos focais e nas dinâmicas buscou-se, por meio de desenhos, redações e discussões coletivas,fazer aflorar o imaginário dos alunos sobre a escola e seu papel na colaboração para pensar um projeto de vida.

Como conclusão, ao analisar o discurso dos alunos participantes da pesquisa, bem como os desenhos que elaboraram, podemos perceber que o imaginário dos mesmos com relação à escola é povoado de contradições. A educação tomada como meio de ascensão social habita o imaginário dos alunos com uma visão futura utilitária da escola: aquela que estrutura o futuro, possibilitando a entrada no mercado de trabalho e gerando bons rendimentos econômicos, atendendo, desta forma, aos seus projetos de vida. No entanto, grande parte dos alunos vê a escola no presente como um lugar de tarefas cansativas, com aprendizagens desnecessárias, muita indisciplina e desorganização. Percebemos também, que a escola, no imaginário dos alunos, é percorrida por conflitos entre eles e os profissionais da escola e entre eles mesmos, embora, para alguns, seja vista como o segundo lar. Para alguns alunos a escola é, ainda, um lugar de muita injustiça, preconceito e desvalorização das pessoas, uma caixa preta, como revela um dos desenhos realizados por um aluno. Algo a desvendar. Frágil como um papel que amassa. Um jardim florido num campo cercado por grades. Ao mesmo tempo útil e facilmente rejeitada. Assim, embora os alunos tenham demonstrado considerar a escola muito importante para suas vidas, conclui-se que visualizam que a estrutura da escola, assim como o projeto político pedagógico e as relações estabelecidas pouco contribuem para que eles pensem sobre o projeto de vida.

A relação do presente trabalho com o GT26– Cidadania, protagonismos e identidades: reflexões acerca de itinerários de enfrentamento das desigualdades sociais e outras frentes de emancipação humana, se encontra no aspecto de que a pesquisa traz reflexões sobre protagonismo dos jovens em construir um projeto de vida e as dificuldades encontradas para atingir tal objetivo, a partir das condições concretas de vida e das desigualdades sociais.

Indicadores de Transtornos alimentares, Auto percepção Corporal e Ideação suicida em jovens paraibanos

Amanda Trajano Batista (Universidade Federal da Paraíba), **Lúcia Robertta Matos Silva dos Santos** (Universidade Federal da Bahia), **Elís Amanda Atanázio Silva** (Universidade Federal da Paraíba), **Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli** (Universidade Federal da Paraíba)

Introdução: A adolescência é caracterizada por um período de intensas transformações físicas e psicológicas que podem ser geradores de instabilidades e inseguranças. Diante disso, a busca pelo ideal do corpo imposto pela sociedade e pela mídia pode proporcionar uma importância exacerbada dada à imagem por essa população. Assim,o medo de engordar desencadeia nos jovens uma preocupação em excesso com a alimentação, podendo leva-los a sacrificar sua saúde,adquirindo práticas alimentares inadequadas, e possíveis transtornos alimentares. Tais transtornos podem estar relacionados com o aumento do risco e tentativas de suicídio nesta população. **Objetivo**:Analisar a associação entre os indicadores de transtornos alimentares (TA) com a auto percepção da imagem corporal(AIC) e Ideação suicida (IS) em jovens paraibanos. **Método**: Tratou-se de um estudo exploratório e descritivo, de caráter transversal e quantitativo. A amostra foi composta por 8.741 jovens paraibanos, entre 12 e 20 anos de idade. O instrumento utilizado foi um questionário estruturado auto-aplicável que contemplava características sóciodemográficas (correspondendo a 12 itens estruturados e semi-estruturados com perguntas como "Cidade onde você mora?", "Qual é a sua idade?", "Qual o seu peso?" e "Qual sua altura?"), percepção corporal, comportamentos relacionados aos transtornos alimentares (correspondendo a 09 itens estruturados e semi-estruturados com perguntas como "Como você descreve seu peso?", "O que você está tentando fazer sobre seu peso?" e "Você já fez dieta para perder peso?"), bem como, sobre a ideação suicida ("Já pensou em se matar?, "Já planejou se suicidar?", "Já tentou suicídio?"). Os dados foram analisados através de estatísticas descritivas, medidas paramétricas (teste t, coeficientes de correlações r Pearson) e medidas não paramétricas de associação entre variáveis (teste do qui-quadrado; teste de correlação de Spearman). **Resultados**: 147 jovens apresentaram indicativos de TA,havendo diferença significativa entre os sexos, sendo estes indicativos mais prevalentes no sexo feminino Entre os comportamentos indicadores destes transtornos,o mais frequente foi o uso de atividade física (98,6%), seguido de dieta (94,6%), jejum por 24 horas (85%), medicamentos diuréticos (61%) e vômito ou usar laxativos (74%). No tocante a auto percepção da imagem corporal e o estado nutricional embora a maioria dos jovens possuíssem peso dentro da normalidade, verificou-se que um grande número de apresentou uma percepção da imagem corporal distorcida. Entre os indicadores de ideação suicida, 911participantes afirmaram já ter pensado em se matar, sendo 680 do sexo feminino e 231 do sexo masculino. Também foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre a ideação suicida e o sexo, com maior média para o feminino.A análise do coeficiente de Pearson entre as variáveis "Auto percepção da Imagem Corporal" (variando de normal à muito dismórfico), "indicativos de transtorno alimentar" e "ideação suicida", demonstra que existe correlação linear positiva entre elas, ainda que fraca. **Conclusão**: A disparidade entre o peso real e o ideal levam a uma constante insatisfação com o próprio corpo acarretando uma distorção da auto imagem principalmente na adolescência,fase em que o corpo ganha nova configuração e a percepção de si mesmo é modificada. Devido à diversidade multifatorial associadas à ideação e tentativa de suicídio, não existe um único fator desencadeante para todas as pessoas que apresentam tal vulnerabilidade. Apesar do componente transtorno alimentar ter sido o principal responsável pela explicação da variância da ideação suicida no modelo proposto, evidenciou-se que outras variáveis devem ser investigadas como associadas à ideação suicida dos adolescentes e jovens.

O protagonismo feminino na luta pela terra: construindo espaços e redefinindo seu papel na transformação da realidade social

Suzana Almeida Araújo (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - AGES), Vanda de Souza Reis (CRE/19ª)

Historicamente a presença da mulher no campo foi permeada pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Estabeleceu-se um lugar específico para as mulheres, restrito às relações familiares, comumente condicionado ao papel de mãe e esposa, limitada a exercer trabalhos domésticos. No entanto, esse papel atribuído à mulher vem sendo desconstruído pelas próprias mulheres, na medida em que estas conseguem vislumbrar outras possibilidades de atuação, derrubando barreiras, abrindo caminhos, conquistando espaços e assumindo novos papeis na construção de uma sociedade mais igualitária. Neste sentido, observa-se que o ingresso das mulheres camponesas na luta pela reforma agrária no Brasil, perpassa pela busca de construção da identidade feminina redefinindo assim, a sua atuação nas diversas esferas social. Essas transformações vinculam-se a efervescência das lutas sociais emergentes entre as décadas de 1970 e 1980, movidas pelas manifestações democráticas deste momento histórico, resultando no surgimento de vários movimentos sociais entre os quais encontram-se o movimento feminista e o movimento das mulheres trabalhadoras rurais. Com efeito, este é um período marcado pelo surgimento e proliferação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, dos grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, das lutas sindicais, oriundas das experiências formativas da Teologia da Libertação e da Educação Popular. Este trabalho é resultado de uma pesquisa que buscou averiguar as formas de inserção da mulher na luta pela terra, especificamente na Pastoral Rural da diocese de Paulo Afonso-BA, identificando os principais aspectos que motivaram essa atuação, bem como, suas respectivas contribuições na transformação da realidade social, tendo como público alvo as mulheres trabalhadoras rurais que se destacam como militantes ou lideranças na referida organização, a qual surgiu na década de 80, e caracteriza-se como uma iniciativa de organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que buscavam agregar a fé e a vida, impulsionados pelos valores do evangelho e os princípios da Teologia da Libertação, destacando a importância das lutas por justiça social e igualdade de direitos. Tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, buscando uma maior aproximação da realidade da qual deriva o protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais dentro de uma organização específica num espaço geográfico determinado. A pesquisa foi realizada com sete mulheres que atuam ou atuaram na referida pastoral, exercendo a função de coordenadoras/articuladoras em diversos períodos da história da instituição. A mulher, ao decidirse ingressar na luta pela terra, está buscando autonomia econômica que possa saciar as demandas materiais e possibilite viver bem no campo. Entretanto, constatou-se que há uma outra ordem de demanda que a motiva nesta decisão, configurada na busca por respeito, dignidade, participação e reconhecimento da existência enquanto ser subjetivo que agrega sonhos, desejos, projetos e principalmente potencialidades capazes de contribuir ativamente com os processos de transformação social, cultural, política e econômica. As informações obtidas no decorrer do processo apontam para avanços significativos, as mulheres arriscaram romper com a ordem de dominação, invisibilidade e silenciamento, para construir uma novo identidade feminina. Embora a entidade escolhida para desenvolver esta pesquisa não seja uma organização especificamente feminina, foi possível constatar a participação efetiva e incisiva das mulheres que ousaram construir espaços de intervenção e empoderamento, mediante uma relação de igualdade, que permite autonomia para posicionar-se com voz ativa frente as demandas e decisões, com consciência crítica que as habilita a estabelecer diálogo nas diversas instâncias necessárias, seja no âmbito familiar, na organização interna, ou nos embates políticos sociais e/ou governamentais que a luta e a interação social exigem.

Práticas "Psi" no enfrentamento à homofobia na escola: possibilidades e impossibilidades

Hélen Rimet Alves de Almeida (Universidade de Fortaleza), **Luciana Maria Maia Viana** (Universidade de Fortaleza)

A homofobia pode ser compreendida como a consequência psicológica de uma representação social que, outorgando à heterossexualidade o monopólio da normalidade, motiva o desdém em relação aos indivíduos que se distanciam do modelo de referência. Adquire especificações institucionais ao ser não apenas consentida, mas também ensinada, tornando necessário o desenvolvimento de estudos que explorem as dinâmicas de sua produção e reprodução no contexto escolar. A homofobia, em qualquer circunstância, constitui fator de sofrimento e injustiça, e na escola resulta na privação de jovens estudantes do exercício de seus direitos, podendo embaraçar e até influenciar no padrão das relações sociais entre estudantes e desses com profissionais da escola. A homofobia é uma realidade que causa intimidação; produz insegurança, estigmatização e isolamento; contribui para desinteresse, abandono e evasão escolar; prejudica a introdução no mercado de trabalho; fragiliza física e psicologicamente; afeta a autoestima; influencia a vida socioafetiva; e dificulta o convívio entre famílias homoparentais e a comunidade escolar. A escola tem sido alvo de várias propostas de intervenção no campo da sexualidade, identificando nas mais atuais a temática da diversidade sexual, que tem suscitado discussões crescentes. As políticas públicas que hoje se destinam a trabalhar a diversidade sexual são veiculadas por campanhas que propõem, implícita ou explicitamente, concepções de sexualidade. Essas campanhas desenvolvidas por órgãos públicos, adicionadas aos discursos de construção de indivíduos e de sexualidades desejáveis associadas à aceitação de sexualidades não tão desejáveis, são traduzidas por propostas de políticas de inclusão. Reflexões acerca de novos discursos e práticas dos(as) psicólogos(as) já são observadas, entretanto, algumas de suas ações ainda se pautam por modelos hegemônicos, não considerando as relevantes transformações políticas e culturais contemporâneas. Considerando-se a pertinência do tema e a problemática apresentada acerca da homofobia na Escola e o papel da Psicologia, propõe-se como objetivo geral deste estudo analisar o posicionamento e as possíveis contribuições da Psicologia acerca da homofobia no contexto escolar. Em relação aos estudos sobre a homofobia no ambiente escolar, reconhece-se a escola como um ambiente propício e favorável às interações ao se constituir espaço rico em relações sociais, no âmbito das quais os comportamentos das crianças e adolescentes, uns com os outros, com os professores e demais profissionais da educação e nos grupos dos quais fazem parte, são carregados de valores e crenças. Uma análise crítica e reflexiva dessa realidade requer que se leve em conta a importância do contexto sócio-histórico-cultural nessas relações interpessoais imersas no âmbito escolar. Importante salientar que a problematização da homofobia torna possível a elaboração de ações preventivas e de enfrentamento ao problema, bem como um esclarecimento maior da população sobre o assunto, resultando na melhoria da qualidade das relações escolares entre adolescentes e na defesa da ideia de uma sociedade realmente igualitária onde prevaleça o respeito à diversidade. A psicologia abastece com sustentação teórica as interpretações homofóbicas. O que chama mais atenção, no entanto, é a vulnerabilidade dos jovens estudantes em relação à homofobia e as possibilidades / impossibilidades da Psicologia no enfrentamento a esse fenômeno. A contribuição da Psicologia é no sentido de tentar dar elementos para a desconstrução da homofobia. Para alcançar o objetivo desse estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico articulado à perspectiva teórica de autores que problematizam o tema em questão e uma análise temática. Na pesquisa bibliográfica utilizaram-se referências da área da Psicologia e da Pedagogia, sobretudo artigos científicos, publicados em revistas e periódicos especializados sobre o tema. O levantamento bibliográfico foi feito em bases de dados eletrônicas e ainda em manuais de práticas pedagógicas e de atuação de psicólogos(as) na educação que orientam sobre o enfrentamento da homofobia no contexto escolar. Os resultados apontam que algumas iniciativas efetivas têm sido elaboradas para o combate da homofobia na escola, contudo ainda há muito por fazer nesse campo. O estudo da homofobia no contexto escolar constitui uma forma de se discutir a relação entre essa temática e a contribuição da Psicologia, com base no entendimento de que a Escola e a Psicologia estão presentes em uma rede importante de relações. Além disso, visa contribuir com maiores informações na elaboração de um apanhado teórico e de políticas públicas para a construção de um espaço escolar digno e de qualidade. Para a Psicologia contribuir na construção do conhecimento e na atuação de seus profissionais, nos dias de hoje, deve-se ter em mente que os estudos dos seus pressupostos, no que se refere a vieses discriminatórios, é um importante passo para que a prática psicológica sirva para toda a população, independentemente de suas diferenças. A Psicologia pode participar com valiosa contribuição para a promoção do respeito à diversidade sexual e o combate à homofobia na escola por meio da participação em âmbito nacional do Conselho Federal de Psicologia, e em âmbito local pelos Conselhos Regionais de Psicologia, na elaboração e controle social de políticas públicas, inclusive de educação.

Produção de identidade coletiva em um grupo de idosas de classes populares através do CRAS: caminhos para a emancipação

Lidiane Campos Villanacci (Universidade Federal de São João del Rei), **Rafaela Cristina de Paula Gois** (Universidade Federal de São João del rei), **Sheila Ferreira Miranda** (Universidade Federal de São João Del Rei), **Aparecida Ferreira Alves** (Prefeitura Municipal de São João del Rei)

O objetivo do presente trabalho é expor e promover a discussão sobre as ações de um grupo de estágio vinculado à Universidade Federal de São João Del Rei, que buscaram instigar a criação e a continuidade do estabelecimento da identidade grupal e gerar processos emancipatórios dentro de um grupo de aproximadamente 20 idosas vinculado ao CRAS do bairro Senhor dos Montes, na cidade de São João Del Rei, MG. O CRAS é uma instituição pública responsável por fornecer assistência às pessoas que vivem em situações de risco e vulnerabilidade. Promover atividades junto aos grupos vinculados à instituição é um dos vários trabalhos realizados pela mesma. Dentro das atividades oferecidas aos grupos vinculados, acontecem as intervenções realizadas pela equipe de estágio da UFSJ juntamente com a psicóloga da instituição. As intervenções promovidas pelo grupo de estágio têm como finalidade promover a criação da identidade grupal e possibilitar processos de emancipação através de intervenções de cunho socioeducativo. O presente trabalho relaciona-se com o GT "Cidadania, protagonismos e identidades" no sentido em que este procura, através de um relato de experiência, demonstrar como através de instituições públicas pode-se promover a criação de identidades grupais e processos de emancipação, promovendo mudanças qualitativas em suas vidas, tais como desconstrução de estigmas que levam estas mulheres a viverem em situação de subordinação perante a sociedade. Atualmente, as discussões acerca da terceira idade se concentram em sua maioria no modelo estereotipado de idoso, aquele que prega o recolhimento, negando-lhe suas interações sociais e autonomia. A negação do papel social e a exacerbação da proteção familiar tornam-se oriundas da propagação do mito de que o sujeito na terceira idade está incapacitado de continuar a exercer as atividades necessárias à sua própria vida. Dessa forma, através da pesquisa-ação e das intervenções psicossociais, o projeto procura desmistificar a posição do sujeito da terceira idade como recolhido e ausente do convívio social, promovendo a este público uma nova elaboração do seu papel dentro da sociedade através da promoção de identidades positivamente afirmadas para o indivíduo e o grupo. Para Ciampa (2003) a formação da identidade é um processo contínuo e inexorável, podendo ou não ter um sentindo emancipatório, a esse processo o autor denomina de metamorfose. O processo de emancipação consiste em uma mudança qualitativa, proporcionadora de empoderamento, que possibilita a superação de condições pessoais e sociais; e resignifica os sentidos para a existência dos sujeitos. Através das intervenções de cunho socioeducativo, o trabalho realizado em parceria do grupo de estágio da UFSJ e o CRAS Sr. dos Montes, procura proporcionar ao grupo de idosas vinculado ao projeto a possibilidade de formação e reconhecimento identitários e ressignificação da sua existência. Para que o trabalho ocorresse, tornou-se necessária a utilização dos pressupostos da pesquisa participante e da pesquisa-ação, aliadas ao trabalho das oficinas de grupo. Segundo tais pressupostos, o interventor/pesquisador deve estar atento ao meio social em que o sujeito esta inserido focando nas demandas das necessidades desse sujeito e do grupo ao qual pertence. Ao conhecer e aproximar-se da realidade das comunidades, o interventor/pesquisador estabelece um meio de criação de vínculo com o grupo e com os sujeitos. Deste modo, a equipe de estágio procurou estabelecer um vínculo com o grupo de idosas, possibilitando diagnosticar suas necessidades e procurando trabalhar essas demandas através de oficinas estruturadas, visando provocar um pensamento crítico-reflexivo no grupo e a partir dos resultados obtidos promover a continuidade ao trabalho proposto. As intervenções realizadas com o grupo de idosas levantaram temas geradores, tais como conflitos geracionais, relações familiares, autoestima, saúde, direito dos idosos entre outros que se tornaram temas das intervenções. As principais demandas verificadas foram trabalhadas através de intervenções planejadas e elaboradas pelo grupo de estágio, utilizando de oficinas, dinâmicas, recursos audiovisuais entre outros. A ressonância do trabalho apresenta-se na continuidade e assiduidade da participação das idosas nas intervenções, bem como na relação entre interventores e nas relações intragrupais. Os processos emancipatórios promovidos pelas intervenções podem ser observados pelos relatos de reelaboração do papel exercido dentro da sociedade pelas idosas bem como dentro de seu âmbito familiar. Para além dos objetivos do projeto, podemos notar com o trabalho realizado com grupo, um aspecto de mudança em relação a algumas integrantes, que relataram a participação nas atividades como uma forma de superação da tristeza e solidão, transcendendo uma identidade mesmice. Deste modo, o trabalho realizado com as idosas procurou diagnosticar novas demandas e proporcionar reflexões sobre seus processos identitários, sobretudo nos âmbitos sociais e familiares, assim como seu papel na sociedade diante desta etapa de suas vidas.

Sentidos de maturidade: Um olhar às vivências juvenis e o (não)reconhecimento do jovem como ser maduro

Thaíris Ferreira de Arruda (Universidade de Pernambuco), **Érika de Sousa Mendonça** (Universidade de Pernambuco), **Camille Maria Bezerra de Holanda** (Universidade de Pernambuco)

Teorias da psicologia do desenvolvimento tradicional organizam as etapas de vida quando, englobando os aspectos mental e orgânico, reconhecem a infância, adolescência, vida adulta e velhice como períodos que necessariamente acompanham o indivíduo em sua trajetória de vida. São estabelecidos estágios previamente demarcados que compreendem as transformações dos sujeitos de modo similar, a partir de referenciais que são socialmente partilhados. O presente estudo consiste em um trabalho de pesquisa ainda em andamento que, voltado ao universo juvenil, questiona de que maneira essas teorias que trazem as etapas de vida divididas em ciclos lineares negam a pluralidade de significados que perpassam os sujeitos e acabam engessando os seus modos de ser e de perceber o mundo, enquadrando-os em identidades instituídas. Utilizandose de teorias do desenvolvimento que criticam esse modo de perceber o sujeito, acredita-se aqui que o fato dos indivíduos estarem vivenciando processos de juventude ou maturidade em uma mesma época não quer dizer que estejam, por isso, partilhando situações similares. Apostou-se na existência de peculiaridades nas experiências vivenciadas por diferentes jovens, e por um mesmo jovem ao longo de sua trajetória de vida, que ocasionam diversas possibilidades de experiências de maturidade que estão diretamente ligadas à cultura, à conjuntura familiar, e principalmente à subjetividade de cada jovem. A partir disso, na busca da compreensão de sentidos de maturidade produzidos pelos jovens, e objetivando ainda mapear eventos que são relatados pelos mesmos como possíveis experiências de maturidade, conhecendo as especificidades dessas vivências, e analisando também que outros interlocutores participam desse processo de reconhecimento de comportamentos maduros, realizou-se primeiramente uma revisão de literatura aprofundada sobre o tema abarcando diferentes concepções dessa transição da juventude à maturidade que envolve desde teorias do desenvolvimentos que determinam etapas demarcadas a serem vividas pelo sujeito no seu curso de vida, às teorias que afirmam que essa ordem interfere nos modos de agir do indivíduo, engessando-o em comportamentos sociais estipulados e esperados para cada fase chamando atenção o quanto a juventude ainda é encarada como uma fase de integração ao mundo adulto e o como isso ainda faz com que os jovens acabem não sendo vistos e ouvidos como sujeitos livres, sendo obrigados a seguir uma linha de "normalidade" para que saudavelmente cheguem a então esperada maturidade (Müller, 2008; CUNHA, 2003; ABRANTES, 2015) Em um segundo momento, na busca de dados empíricos para o estudo, importou-nos conhecer a trajetória de vida e as experiências de jovens através de uma oficina que foi realizada com 14 jovens universitários, seguida de entrevistas individuais com cinco dos participantes da oficina. Toda a discussão dos resultados está sendo baseada no estudo teórico feito e norteada por pontos que foram construídos na análise, enfatizando-se aqui os diversos eventos refletidos pelos jovens como experiências de maturidade, buscando perceber a similaridade dos mesmos, visto que por mais que as experiências sejam iguais, mostrou-se que a vivência nunca é a mesma; a identificação de cada jovem com qual estágio de vida e quais os motivos que os fazem se reconhecer assim, frisando a importância do reconhecimento do mesmo enquanto ser maduro; e ainda a influência de outros interlocutores nesse reconhecimento, como familiares, amigos e colega de profissão, que diz muito do convívio de cada um e do que é institucionalizado ao sujeito pelas ideias socialmente compartilhadas. O estudo assim se enquadra no grupo de trabalho Identidade, Reconhecimento e Emancipação porque, a partir de teorias e pesquisas centradas em concepções tradicionais do desenvolvimento humano e do reconhecimento da influência desses discursos no processo de construção da identidade do jovem, busca propor reflexões e práticas que, distante de generalizações e estereótipos sociais, concebem os traços juvenis com seus devires, diferenças e pluralidades encarando os jovens como sujeitos autônomos. Mais ainda, procura ajudar na solidificação de uma Psicologia Social Crítica, promovendo novas reflexões que busquem romper com visões objetivas do amadurecimento humano, viabilizando maneiras particularizadas de enxergar o jovem dando voz ao seu reconhecimento enquanto pertencente a uma identidade.

Ser cidadão: um estudo de representações sociais

Julio Cesar Cruz Collares-da-Rocha (Universidade Católica de Petrópolis)

A cidadania como expressão dos direitos, deveres e obrigações do cidadão coopera para a manutenção da ordem social e demonstra o aprimoramento da democracia. O Brasil tem uma história muito recente de democracia e cidadania se comparado a países europeus como a França e Inglaterra, somando-se a isto, possui contextos sociais e culturais que possivelmente produzem diferentes representações sociais para os grupos mais diversos. Na Psicologia Social, as pesquisas/intervenções publicadas em anais de congressos da área e em revistas científicas ainda trazem pouco a cidadania como objeto de pesquisa e, na maioria das vezes, o termo cidadania é acompanhado de expressões como 'construção da', 'formação da', 'promoção da', 'resgate da', entre outras. Estas expressões podem indicar um pesquisador/interventor que parece se apresentar como 'tábua de salvação', oferecendo uma cidadania não problematizada e atravessada pelo que as classes dominantes acreditam que deve ser a cidadania dos pobres e excluídos. Antes de construir, formar, promover ou resgatar a cidadania de alguém ou de algum grupo, faz-se necessário saber de que cidadania está se falando, o que é cidadania para os atores sociais envolvidos e contextualizar o papel de cada um nessa empreitada. Nosso objetivo é conhecer as representações sociais do "ser cidadão' entre estudantes universitários. Levando-se em consideração a relevância da noção de cidadania nos discursos e formas de pensar/agir social, a partir da pesquisa, objetivamos conhecer a estrutura e os conteúdos das representações sociais do 'ser cidadão' para um grupo de estudantes de universidade pública no Estado do Rio de Janeiro.

Quanto aos participantes, observamos 105 estudantes de primeiro período de diversos cursos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na faixa etária de 18-21 anos, de ambos os sexos, para conhecer suas representações sociais do 'ser cidadão'. Quanto ao instrumento, utilizamos um questionário composto por um teste de associação livre com a expressão indutora 'ser cidadão' e algumas questões exploratórias. Além disso, colhemos dados pessoais (idade, sexo, ocupação, onde cursou o ensino médio, se recebe benefício do governo, se é aluno cotista, escolaridade da mãe e do pai). O material resultante da pesquisa sofreu análise prototípica utilizando o programa EVOC para conhecer a estrutura e os conteúdos das Representações Sociais. Na representação social do 'ser cidadão', encontramos no quadrante superior esquerdo, o possível núcleo central (contendo palavras mais frequentes e mais prontamente evocadas), figuram os elementos "Direitos", "Deveres" e "Sociedade"; no quadrante superior direito, a primeira periferia, aparece o elemento "respeito"; no quadrante inferior esquerdo, a zona de contraste, emergem os elementos "Leis", "Participar", "Responsabilidade" e "Voto"; e no quadrante inferior direito, a segunda periferia (contendo palavras menos frequentes e menos prontamente evocadas), surgiram os elementos "Cidadania", "Educação" e "Política". Os conteúdos que figuraram, no possível o núcleo central - "Direitos", "Deveres" e "Sociedade" -, apontam para os conhecimentos que são mais tradicionalmente comunicados/discutidos sobre a questão, revelando um ideário de igualdade/unidade entre os cidadãos que dividem a pólis, ainda que palco de desigualdade da ação de uns sobre os outros propiciada pelas diferenças sociais, onde o conteúdo "respeito" aparece na primeira periferia como um modelo ético que deve orientar as relações em sociedade. Parece-nos que as representações sociais do "ser cidadão" para o grupo estudado demonstram o embate entre aquilo que é pensado e/ou esperado como ideal com aquilo que é vivido no cotidiano deles em sociedade.

Sob o impacto destrutivo das violências na (des)construção das subjetividades. É possível a resistência?

Angela Maria Pires Caniato (Universidade Estadual de Maringá)

No mundo contemporâneo a sobrevivência dos homens – de suas identidades, dos vínculos de amparo e de respeito às diferenças e às alteridades – está sob a ameaça de extinção por que a cultura – o ethos humano – está atravessada pela violência. A barbárie administra os "estados de exceção" (AGAMBEN, 2007; LEVI, 2004) que hoje atuam mais ou menos escamoteados, alastrando o autoritarismo e a produção de códigos de valores que são antagônicos à vida: a tanatofilia exclui cada um e todos da VIDA. A tecnologia da destruição e suas sinestesias, tal como os "bombardeios pacificadores" (ALBA RICO, 2007), jogam os indivíduos na não-culpa da "moralidade técnica" que corrompe as leis de convivência social ao transformar a crueldade de atos violentadores em justificativas cínicas regidas pela "ética da obediência" (BAUMAN, 1998). A banalização da violência (ARENDT, 2000 – "banalidade do mal") se impõe na sociedade como a lei soberana na articulação das relações coletivas.

Lançados a condição de "massa amorfa" (Adorno, 1986), os indivíduos são destituídos da sua capacidade de refletir sobre suas exposições à morte no cotidiano e inválidos ficam impedidos de desenvolver um mínimo de indignação capaz de reverter as injustiças sociais que vivenciam. Entretanto, deslocam para si a culpabilização enquanto que a des-responsabilização social com a vida humana segue, sem nenhum pudor, o labirinto camuflado da eliminação da amorosidade consigo e na relação com seus possíveis aliados humanos. Ao se enrolarem sofregamente no sofrimento dessa mais-repressão social e na violência da autopunição -sentimento de culpabilidade – (Freud, 1930/1981b) os indivíduos, tombados pela dor, só podem aguardar do outro mais-sadismo. A violência social retorna para o interior da vida subjetiva (é reintrojetada) sob a forma da corrosão de uma "culpa autopunitiva", conduzente ao enfraquecimento de toda a estrutura desejante, afetiva e cognitiva dos sujeitos. Necessariamente, é o aparato psíquico sadomasoquista que é estimulado: "dedique-se e acate tudo daquele que lhe ofende e é cruel com você!" Pior: não se processando a efetiva identificação do verdadeiro inimigo- agressor, a cidadania sucumbe sob essas perversões autoritárias. Esse processo relacional faz-nos lembrar o conceito de identificação com o agressor (Freud, A., 1978) : sob ele se escondem a matriz econômica perversa da ordenação ético-política da sociedade contemporânea e a origem da violência contra o humano dos homens.

Resistir a esse status quo é uma tarefa hercúlea que pede a colaboração de profissionais engajados na felicidade dos homens, de uma outra educação, de uma outra escola e de uma outra família. A possibilidade de reconstruir uma vida amorosa embebida em trocas afetivas entre os parceiros é um desafio possível de ser atingido por meio de uma "educação emancipatória" (ADORNO, 1995). Exige uma análise cuidadosa dos valores éticos-políticos que atravessam o exacerbado e enraizado individualismo do "salve-se quem puder" que (des)constrói as subjetividades e sustenta as relações de simbiose narcísica (FREUD, 1921/2005a) entre os indivíduos sob o comando dessa tirania. O terrível dessa equalização é que, na destruição das individualidades e proibição de troca entre diferentes, todos se tornam pseudos-indivíduos padronizados (ADORNO; HORKHEIMER, 1986).

Entretanto, são poucos os intelectuais da Psicanálise e da Psicologia que não olham com desdém para análises dessa natureza. Alheios ao que passa a sua volta (visão de avestruz), alguns até se ofendem quando, do alto de suas sapiências onipotentes, são flagrados na invasão imanentista do outro no cotidiano de suas práticas profissionais. Embebidos nas ideologias que impregnam a ciência que teorizam e resguardados pela suposta neutralidade de suas práticas, atuam de forma intimista e levam de roldão seus clientes – vítimas a aceitarem, adaptarem-se e conformarem-se ao modus-vivendi hostil do ethos cultural da chamada modernidade, culpabilizando-os / patologizando-os. Vejamos o que sobre isso nos falam Sylvia Leser de Mello e Maria Helena S.

Patto no artigo-denúncia "Psicologia da Violência ou Violência da Psicologia?":

Sem o entendimento rigoroso e bem fundamentado do que se passa na subjetividade e nas relações intersubjetivas numa sociedade concreta, e sem a consciência da imensa responsabilidade dessas práticas, esses profissionais podem lesar direitos fundamentais das pessoas e, no limite, colaborar para a negação de seu direito à vida. Um psicólogo que não adquirir a capacidade de pensar o próprio pensamento da ciência que pratica – ou seja, de refletir sobre a dimensão epistemológica e ética do conhecimento que ela produz- certamente somará in[con]sciente, com o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura .(MELLO; PATTO, 2008, p. 594, grifo nosso)[1].

Em síntese: o homem está vivendo numa sociedade que o transformou em lixo e em "vida desperdiçada" as criaturas humanas e seus ideais (BAUMAN, 2005). Para tanto, a sociedade utiliza de diferentes e poderosas estratégias de violência condizentes com a fragilização dos indivíduos e com a destruição de vínculos solidários nas relações coletivas (BAUMAN, 2004).

[1]Atitudes e condutas que, segundo o filósofo frankfurtiano Theodor Adorno, constituem a barbárie (ADORNO, 1995, p. 117).

Sociabilidades juvenis: ser/fazer-se jovem em experiências de consumo de álcool

Leyllyanne Bezerra de Souza (Universidade Federal de Pernambuco)

Este trabalho buscou compreender significados atribuídos por jovens ao consumo de bebidas alcoólicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de inspiração feminista, inserida na Psicologia Social. Assumiu como perspectivas teórico-metodológicas a pesquisa-intervenção e a interseccionalidade de marcadores sociais para a compreensão/intervenção de/em posicionamentos das/os jovens interlocutoras/es relativamente ao consumo de álcool.

Participaram da pesquisa jovens habitantes da região Suape-PE, estudantes do ensino médio da rede pública de ensino e moradores de território que tem vivenciado um intenso processo de desenvolvimento econômico. Para a construção dos dados realizamos três rodas de conversa – videogradas e transcritas – nas quais o uso de álcool foi abordado, respectivamente, segundo os vieses da sociabilidade, do lazer, e de discursos de riscos e prazeres envolvidos em práticas de consumo. Foi possível perceber o álcool como um importante elemento relacionado à sociabilidade das/os jovens. O tensionamento público-privado caracterizou diferentes experiências com as bebidas, de modo que os significados atribuídos ao beber variaram de acordo com o contexto relacional em que se bebe. O beber em família foi referido como uma experiência menos prazerosa em relação ao beber no grupo de amigos, por se caracterizar como um espaço de regulações segundo uma hierarquia geracional, que circunscreve o ato de beber em códigos de moralização, normatização e inibição. De outro modo, beber no grupo de amigos parece caracterizar um contexto em que os/as jovens se sentem mais livres para experimentarem os limites e possibilidades do próprio corpo; experienciarem relações afetivo-sexuais; e ainda negociarem (consigo mesmo e com os outros) prazeres e riscos potencialmente envolvidos em práticas de consumo. O ato de beber, no contexto do grupo de pares, parece funcionar como um extensor do tempo em que se está junto, como potencializador da sociabilidade. Ressalta-se que os significados do beber se distinguem quanto aos marcadores de gênero, sobretudo quando articulados às vivências e posicionamentos sexuais. A mulher que bebe, sobretudo no espaço público, é alvo de críticas e regulações da comunidade em geral; além disso, a experiência de embriaguez para mulheres jovens é fortemente associada ao risco de violência sexual. Por outro lado, o homem que bebe pode se sentir mais desinibido, e assim, colocar-se de forma mais ativa em situações de paquera, o que lhe é esperado e valorizado em consonância com os códigos de gênero e sexualidade hegemônicos do lugar. Há uma fronteira tênue entre prazeres e riscos nas experiências de consumo de álcool, os quais as/os jovens precisam aprender a gerir. Como via de controle do corpo, o marcador religião emergiu como forma de gestão de riscos e prazeres através da restrição ou mesmo prescrição do não uso de bebidas, para mulheres e homens. O marcador território pareceu delinear uma associação entre bebidas e violência quando os efeitos negativos do consumo de álcool são associados aos ditos "baianos", homens vindos de outros estados do país para trabalhar em empresas de construção civil na região Suape. A partir de experiências de mulheres e homens jovens relativas ao consumo de bebidas alcoólicas, é possível refletir sobre como tem se processado a condição juvenil em um território de intenso desenvolvimento econômico, aliando-se aí interseccionalidades entre marcadores sociais como geração, gênero, posicionamento sexual, religião e território, delineando diferentes situações juvenis na região pernambucana de Suape. Em contextos de consumo de álcool, os limites e as possibilidades da juventude ganha contornos específicos a partir dos tensionamentos de hierarquias de geração, gênero e posicionamentos sexuais, para citar algumas. Ser/Fazer-se mulher/homem jovem no referido território, dessa maneira, implica distintas experiências, (des)(re)ordenamentos de si a partir das dinâmicas de adesão e resistências aos arranjos possíveis entre os marcadores sociais de desigualdade.

Trabalho e Educação: o protagonismo do homem do campo

Filadelfia Carvalho de Sena (Universidade Federal do Piauí)

Um estudo cujo objeto se configura a partir das categorias Trabalho e Educação. Um ensaio que teve início em abril de 2015, e que vem discutindo no âmbito institucional (alunos e coordenação) a proposta político-pedagógica do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Ao problematizar as categorias Trabalho e Educação, como questões centrais da relação homem do campo e formação acadêmica, tem surgido a necessidade de (re)pensar os aspectos epistemológicos, históricos e metodológicos que fundam o Projeto Político e Pedagógico do Curso - PPPC. A experiência do "Tempo-Comunidade" tem ajudado a compreender a partir da realidade do campo, como essas categorias se encontram engendradas nos moldes e na perspectiva das políticas públicas. Com isso queremos também tornar possível a ampliação da reflexão sobre as concepções de trabalho e qual educação interessa à classe trabalhadora do campo. Autores(as) como: Arroyo (2012), Caldart (2004), Sawaia (2004), Antunes (2015), são tomados como referências para as primeiras letras e elaborações conceituais do mundo do Trabalho e da Educação do homem do campo, sobre isso Caldart (2004) afirma que: a Educação do Campo nasceu colada ao trabalho e à cultura do campo, a mesma nos leva a entender que Trabalho e Educação são categorias que se encontram implicadas nas ações do homem do campo, na forma de ser e viver dessas populações. Uma afirmação provocativa, pois nos leva a pensar o Trabalho e a Educação como parte de um projeto muito maior, onde debruçados sobre os processos produtivos, poderemos pensar coletivamente os processos de produção e de formação para esses sujeitos. Deste modo, a pesquisa qualitativa vem se adaptando ao formato pensado para esse ensaio, por ser um estudo que lida com o universo dos significados, dos motivos [...], como afirma MINAYO (2009). Toda a apropriação metodológica se organiza a partir de estudos de caráter bibliográfico e na apropriação de documentos como o PPPC e a diretriz do referido curso, e do entendimento trazido pelos autores e atores sociais que fazem parte dessa construção. O acesso desses jovens à educação superior é resultado das lutas por direitos das minorias, nessa perspectiva a formação deve ser sensível aos modos de vida do homem do campo. Vida que se encontra afetada em sua singularidade, em seu modo conviver e trabalhar no campo. Vale salientar que estamos produzindo educação para jovens que residem em territórios que trazem como características regionais a transitoriedade entre semiárido e caatinga. Com especificidades de clima, produção agrícola que marcam a geografia do lugar e as lutas por direito a terra e ao reconhecimento de seus territórios (nesse caso as comunidades oriundas de remanescentes quilombolas). Lutam de forma coletiva por seus direitos e sua emancipação, ao mesmo tempo em que defendem a bandeira do protagonismo da juventude do campo. Quando Caldart (2004) afirma que: "O trabalho forma/produz o ser humano", a mesma nos faz refletir sobre que projeto de formação estamos desenhando para a formação acadêmica desses jovens e ao mesmo tempo nos leva a pensar sobre a categoria trabalho como base para construir o novo PPPC. Vale salientar ainda, que consideramos o trabalho como princípio educativo e defendemos o diálogo como condição primeira e possível para pensar a formação acadêmica, de modo a responder aos ideais do campo e não ao da instituição que a promove. A experiência tem mostrado como esses sujeitos são afetados em sua singularidade e Sawaia (2004) nos propõe pensar, olhando para a nossa condição de trabalhadores e sujeitos da nossa formação. Um estudo que não se esgota aqui, o protagonismo da formação e da vida em comunidades rurais, tem feito surgir grupos de estudos, participação em fóruns que discutem e pensam sobre a formação que querem para os trabalhadores do campo, sem descuidar do desenvolvimento local e regional e os diferentes espaços educativos. Deixemos que as reflexões levantadas anteriormente por Caldart (2004) e Arroyo (2012) continuem a nos inquietar.

Referencias Bibliográficas

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ARROYO, M.G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2112.

CALDART. R . Pedagogia do movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes 2004.

GOMEZ, C. M. (Org.) Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.

ARROYO, M. O direito do trabalhador à educação. p. 103 -127. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAWAIA, B. (Org.) As artimanhas da Exclusão: análise da desigualdade social. 5 ed. Petrópolis: Vozes 2004.

"Fazendo arte": uma intervenção psicossocial com crianças e adolescentes

Thelma Maria Grisi Velôso (Universidade Estadual da Paraíba), **Camila Deodonio de Queiros** (Universidade Estadual da Paraíba), **Laylla Cristiane de Moura Carvalho** (Universidade Estadual da Paraíba), **Mariany Bezerra Neves** (Universidade Estadual da Paraíba)

Este trabalho se propõe a refletir sobre uma experiência de intervenção psicossocial vivenciada através da participação em um projeto de extensão universitária desenvolvido em uma comunidade de pescadores e marisqueiras, denominada Barra de Mamanguape, localizada no litoral norte da Paraíba, no município de Rio Tinto. Essa comunidade faz parte de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, denominada Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape. O trabalho tinha como objetivo pensar junto com a comunidade sobre os problemas cotidianos, a fim de que, refletindo sobre eles, construíssem coletivamente alternativas. Estimulavam-se, assim, o protagonismo social e o senso crítico. Essa experiência fundamentou-se teórico-metodologicamente na Psicologia Social Comunitária e na Educação Popular. No decorrer do trabalho, que durou seis anos, recorreu-se metodologicamente às visitas domiciliares e à formação de grupos. Foram formados vários grupos: o de mulheres; o de teatro; o de exibição e discussão sobre filmes e curtas-metragens; o de crianças e o de adolescentes. Com o grupo de crianças e o de adolescentes, realizávamos oficinas psicopedagógicas, visando incrementar o processo de ensino-aprendizagem, fomentar o gosto pela leitura e a capacidade de interpretar textos. Objetivava-se também estimular, através das oficinas, a autonomia, o senso crítico, a imaginação e a criatividade. Participavam dessas oficinas crianças e adolescentes dos sexos masculino e feminino, com idades que variavam entre três e quatorze anos, que se dividiam em três subgrupos, de acordo com a faixa etária. Durante as oficinas, utilizavam-se várias linguagens artísticas, entre as quais, exercícios e jogos de Teatro do Oprimido, além de estratégias de técnicas de leitura, como a contação e a leitura dramatizada de textos infantis e infanto-juvenis, e estratégias sociais, como os eventos. Neste trabalho, pretendemos relatar a experiência de organização de um evento, em que houve números circenses, de dança e de teatro e foi apresentado para toda a comunidade. Serão relatadas as oficinas realizadas e as observações feitas durante todo o período de preparação e no dia da realização do evento. Propomo-nos a refletir sobre os desdobramentos dessa experiência na vida das crianças e dos adolescentes que protagonizaram esse processo. O trabalho está alinhado ao eixo temático "Políticas públicas, direitos sociais e emancipação", que abrange estudos e intervenções que tenham enfoque no processo de emancipação e protagonismo social. As reflexões aqui propostas vinculam-se ao GT 26 - "Cidadania, protagonismo e identidades: reflexões acerca de itinerários de enfrentamento das desigualdades sociais e outras frentes de emancipação humana", que se propõe a reunir pesquisas e intervenções que, baseadas na Psicologia Social, expressem ou fortaleçam a emancipação dos sujeitos estigmatizados, ressaltando elementos de autonomia e participação social. Dentre os inúmeros aspectos que podem ser refletidos a partir dessa experiência de intervenção, destacamos três: o trabalho em grupo, a arte como recurso metodológico e o fortalecimento dos laços comunitários e familiares. O trabalho em grupo, desenvolvido através das oficinas com crianças e adolescentes - assim como o próprio evento - fortaleceu um espaço que propiciou a ampliação das possibilidades de construir coletivamente novas reflexões acerca de si e do mundo. No que se refere à arte, apoiando-se nos princípios defendidos pelo Teatro do Oprimido, buscou-se, ao longo das oficinas, e com o evento, proporcionar um espaço que oferecesse novas possibilidades de ressignificar temáticas cotidianas, estimulando novos posicionamentos identitários e potencializando a vida. Durante todo o trabalho, também foi possível observar o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares. Nos encontros grupais, as crianças e os adolescentes construíram um projeto juntos. Essa participação coletiva proporcionada pelas oficinas e pelo evento se estendeu para outros momentos, reforçando os vínculos já existentes, e efetivou novos laços, como constatamos durante as visitas domiciliares e as conversas informais. Essa experiência com as crianças e os adolescentes de Barra de Mamanguape foi um estímulo para a construção de posturas mais participativas, autônomas e críticas, um incentivo para que esses sujeitos se posicionassem como protagonistas da própria história.

"Kipegada": a constituição de um grupo de pagode como estratégia de proteção social

Lara Brum de Calais (Universidade Federal de Juiz de Fora), **Natália de Proença Goulart** (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora), **Aline de Vasconcellos Ramos** (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora)

O presente trabalho é produto de uma experiência de estágio realizado em uma instituição do terceiro setor que teve como objetivo investigar a construção de um grupo com os jovens no contexto comunitário e a atuação deste enquanto um fator de proteção aos variados contextos de vulnerabilidade existentes. A realidade social na qual este trabalho de intervenção foi realizado traz características que, de alguma forma, se apresentam atualmente em grande parte dos contextos sociais. Situações que constituem vulnerabilidade social e de saúde, tais como uso de álcool e outras drogas, violência urbana e doméstica, criminalidade, baixa escolaridade, fragilização de vínculos familiares, entre outras, estão presentes nas discussões atuais sobre a realidade brasileira e, na comunidade em questão. Tal cenário se torna ainda mais complexo quando se relaciona com o público jovem, tendo em vista a diversidade de aspectos sociais, políticos, culturais, territoriais, entre outros, que compõem a juventude. Compreendendo esta realidade, pensar uma proposta de pesquisa, aliada à intervenção, que tenha como foco a construção de estratégias que fortaleçam fatores que possam funcionar como proteção para situações de risco, torna-se relevante. Desta forma, o trabalho se situa no Eixo "Políticas Públicas, direitos sociais e emancipação", tendo em vista que caminha no sentido de produzir estratégias de enfrentamento através da valorização de recursos da comunidade, para uma melhor execução das políticas de proteção e ao GT 26, visto que tem como objetivo principal a promoção do protagonismo através da construção da consciência crítica acerca das vulnerabilidades sociais e seus efeitos. Isto se torna possível a partir da conscientização individual e coletiva destes, que traz como consequência o questionamento acerca do lugar que ocupam na sociedade e suas contribuições para modificação dos mecanismos opressores que os cercam. Neste sentido, partindo da perspectiva teórica da Psicologia Social e Comunitária, as questões que envolvem a comunidade e, mais especificamente, a juventude, tornam-se fundamentais, tendo como base a valorização da cultura local, as especificidades territoriais e a promoção do protagonismo através da conscientização. Para o desenvolvimento da proposta foram adotados os referenciais das metodologias participativas da pesquisa social, tendo como delineamento a Pesquisa-Intervenção e a Psicologia Social Comunitária como embasamento teórico. A Pesquisa-Intervenção ultrapassa o aspecto puramente técnico do ato de pesquisar, implicando assim em uma ação propositiva que envolve questões éticas e políticas. Como ferramenta de intervenção a música e, mais especificamente o estilo musical do pagode, foi levantado como possibilidade de trabalho a partir do reconhecimento e mapeamento do território. Observou-se que os jovens do bairro, de uma forma geral, se interessavam pelo estilo musical, que foi, portanto, tomado como dispositivo de consolidação do grupo. Os encontros foram propostos no horário da noite, às sextas-feiras na ONG ABAN, que se localiza no bairro. Tal organização foi estrategicamente pensada no intuito de já minimizar situações de risco, tendo em vista ser este o horário em que os jovens se reuniam no bar da comunidade, que é reconhecido como local de uso e venda de drogas. Nos encontros, aconteciam ensaios do grupo de pagode composto por jovens, que foi denominado como "Kipegada", assim como discussões sobre temáticas levantas pelos participantes relacionadas à realidade social vivenciada por estes. Temas como, desigualdade social e diferenças de classe, oportunidade e direitos, planejamento futuro, violência, criminalidade e uso de drogas, foram levantados e discutidos pelos jovens. Neste sentido, entende-se que tais intervenções contribuem para o questionamento de posições hierarquicamente pré-estabelecidas e para a elaboração de alternativas de resistência construídas coletivamente. O grupo, como resultado do projeto, configurou-se como um espaço de diálogo e promoção de posicionamento político frente às questões sociais e apontou a necessidade de se fomentar uma atuação da psicologia que se aproxime efetivamente da realidade social, possibilitando intervenções que se apropriem do contexto comunitário e, como consequência, viabilizem práticas que contribuam para a promoção da autonomia, produção de estratégias de fortalecimento e enfrentamento e garantia de direitos.

"Vou ser uma mãe amorosa, carinhosa e cuidadosa..." Concepções sobre a maternidade para grávidas adolescentes

Fernanda Rodrigues Coradini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Monise Gomes Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A presente pesquisa apresenta através de entrevistas de duas grávidas adolescentes, questões relativas à gravidez na adolescência e como elas constroem suas concepções de maternidade. Pretende-se com esse estudo pensar os sentidos e os significados da gravidez, da gestação e da construção, com atenção aos discursos que estão entrelaçados nas construções de identidades maternas. Os discursos que são fornecidos através do meio social em que vive a adolescente grávida são significantes estruturas para a produção da maternidade contemporânea.

Este trabalho é relacionado aos campos dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais e tem como propósito compreender como as adolescentes constroem as suas concepções de maternidade e que papel o ser mãe tem nas suas vidas. Para isso, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas e após a análise de suas falas originaram três categorias para o artigo. Estas categorias atrelaram-se nos quesitos de ganhas e perdas com a gravidez, discursos sobre a gravidez na adolescência e construção de identidades maternas.

Para as entrevistadas a gravidez estava presente nos seus projetos de vida, ressaltando a ideia de que a gravidez adolescente não parece estar articulada a falta de informação, o desejo da gravidez e a concretização ou não da maternidade na adolescência está mais interligada com as construções sociais e culturais. . Sendo assim, a consideração sobre o fenômeno gravidez na adolescência visto como problema social merece ser desnaturalizado, o que não diminui as questões que preocupam as outras áreas, como a da saúde, mas o alargando com suas questões subjetivas e destacando o que o transcende, o seu sentido.

Os discursos produzidos sobre engravidar na adolescência aparecem na questão da responsabilidade diante do evento. Ao ser analisado as falas das participantes, o quesito gravidez na adolescência apresenta discursos como responsabilidade e cuidado ao filho/filha, centrado na questão da relação adolescência (imaturidade) e gravidez (responsabilidade). Na sua condição de produção de mãe, a adolescente é vista com alguém que não deveria ficar grávida, e se assim for é preciso que a adolescente receba cuidados e práticas que a ensinem a ter responsabilidade sobre o filho.

Somos construídos a partir de práticas e relações que nos ensinam gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas, produzindo em nós papéis e gêneros, através das relações de poder. Sobre a forma de maternidade as entrevistadas referem-se aos moldes de dedicação e cuidado com o filho. Percebe-se que os discursos possibilitaram a emergência da noção de maternidade pautada em uma natureza feminina e, consequentemente, como destino e dever de todas as mulheres. Na lógica de ensinamento e formas de educar, as políticas governamentais podem ser consideradas como instâncias que contribuem para a significação de maternidade que vem sendo produzida na sociedade contemporânea.

Através das suas falas é possível pensar que estar grávida é uma condição biológica, e tornar-se mãe é algo construído de forma subjetiva, permeado por condições objetivas de vida. Embora tenha evidências que nas classes sociais mais baixas a gravidez na adolescência apresente prejuízos no percurso da escola e profissional, pela falta de recursos para lidar com as demandas da gravidez e do cuidado com o filho, a análise da gravidez não pode se resumir aos impactos negativos quanto às perspectivas de vida. As adolescentes entrevistadas demonstram através das falas que a gravidez e a maternidade possuem significados positivos, como o amadurecimento, a vivência de alegrias com o novo membro, responsabilidades, realizações, vivência conjugal e reconhecimento social, não relatando apenas a visão tradicional da gravidez como um problema de saúde.

O significado da gestação, assim como a adolescência pode ser vivenciada de formas diferentes para cada uma. Para os estudos sobre gravidez na adolescência é importante considerar não apenas o componente biológico, mas toda a história de vida da adolescente, as relações familiares e sociais, fatores essenciais para entendermos qual o significado e importância da maternidade, e quais os seus desejos como mãe. Através dessa pesquisa percebe-se que a gestação na adolescência é uma realidade em nossa sociedade. Essa realidade deve ter ações de educação em saúde mais próxima da vivência da adolescente, na qual as políticas de atenção específica para essa faixa etária devem incluir apoio a projetos que discutam a forma de construir a maternidade, de forma que a reflexão beneficie as adolescentes de forma subjetiva.

GT 27 GÊNERO E DIREITOS SEXUAIS: CONSENSOS E CONFRONTOS NOS DIAS ATUAIS

"Isso é doença ou é safadeza?" Sentidos sobre o incesto em um grupo de diálogos com jovens da Região Metropolitana do Recife

Raissa Rodrigues Falcão (Faculdade Estácio de Sá do Recife)

O incesto, ainda que tabu não transcendental e/ou universal, mas sim contingente, é uma prática sexual muitas vezes silenciada como bem apontam alguns estudos sobre Sexualidade e Erotismo. A juventude é uma etapa da vida humana também culturalmente marcada por tensões ligadas à sexualidade. Dessa forma, este trabalho objetivou estudar os sentidos sobre o incesto construídos por jovens habitantes da Região Metropolitana do Recife. Tais jovens interlocutoras/es participaram de um grupo de formação chamado Ação Juvenil, ligado à pesquisa-intervenção Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape. O grupo funcionava com o objetivo de trabalhar questões ligadas à sexualidade, violência de gênero, violência sexual, consumo abusivo de álcool e outras drogas e violência contra a mulher, uma vez que as vulnerabilidades sociais relacionadas a esses temas intensificaram-se na referida região desde a chegada da Refinaria Abreu e Lima. Dessa maneira, em formato de oficinas, a partir da perspectiva teórico metodológica do trabalho com grupos e da epistemologia feminista, construímos um espaço que se mostrou privilegiado para lidar com questões ligadas à sexualidade e juventude. O método etnográfico inspirou a relação com o campo que tratou de maneira “espontânea” de aspectos sobre relações sexuais intrafamiliares. Os encontros foram vídeo-gravados, transcritos e posteriormente organizados em categorias analíticas temáticas. Essas categorias foram marcadas pelos sentidos sobre o incesto trabalhados no grupo de jovens, que se atrelaram aos sentidos de abuso sexual intrafamiliar, de noções que questionaram as possibilidades de autonomia na infância e também de ideias ampliadas simbolicamente sobre violência, todas fortemente permeadas pelas desigualdades do sistema sexo/gênero, assim como as relações dentro do próprio grupo, que também foram permeadas por essas desigualdades. Tais sentidos ligados ao incesto atravessados por ideias de violência ligadas às hierarquias de gênero produziram desdobramentos em outros sentidos sobre esse objeto. Esses outros sentidos estiveram, no entanto, pautados em um diferente registro ou sistema de ideias, mais ligados à ordem dos discursos de sexualidade e do erótico do que mesmo ao gênero propriamente dito, ainda que permeados por ele. Dessa forma, as demais categorias ligaram-se aos sentidos do incesto como vício em sexo, atrelados aos discursos científicos e religiosos sobre família e sexualidade, e de arranjos eróticos chamados de "safadezas" entre quem pode ou não pode fazer sexo. Assim, não só pelas relações de desigualdade, como também de possíveis subversões do sistema sexo/gênero atreladas ao marcador geracional juvenil trataram essas categorias. Por fim, o grupo funcionou a partir de sua propriedade inter-inventiva em que construímos processos marcados por multiplicidades de entradas e saídas, assemelhados a um rizoma, em que foi possível (res)situar os impasses e desenhar linhas de fuga para sentidos que, muitas vezes, aparentavam estar demasiadamente engessados. Ou seja: tentei promover, como pesquisadora, deslocamentos subjetivos, movimentos coletivos de “inter-invenções”, e não necessariamente de intervenções. A ideia foi inventarmos juntos, pesquisadora e nativas/os, os caminhos e as ações que co-produziram mudanças e até conflitos. Além disso, uma aliança foi construída, uma espécie de laço de parentesco não consanguíneo, mas afetuoso, entre mim, pesquisadora, e o grupo de jovens, em que foi possível explorarmos os sentidos sobre incesto e questionarmos os nossos próprios sentidos sobre a inegável e necessária aliança entre Paixão e Pesquisa.

A atenção à saúde da mulher e o enfrentamento à violência no contexto da atenção básica: entre invisibilidades e desacolhimentos

Jorge Lyra (Universidade Federal de Pernambuco - Departamento de Psicologia), **Benedito Medrado Dantas** (Universidade Federal de Pernambuco), **Mirella de Lucena Mota** (UFPE), **Jorge Luiz da Silva** (Universidade Federal de Pernambuco), **Talita Rodrigues da Silva** (Universidade Federal de Pernambuco), **Juliana Keila Jeremias da Silva** (Universidade Federal de Pernambuco), **Rayanne Monique do Nascimento** (Universidade Federal de Pernambuco), **Dara Andrade Felipe** (Secretaria Estadual de Saúde), **Adelaide Suely de Oliveira** (Universidade Federal de Pernambuco)

Introdução: O presente estudo deriva da Pesquisa "Avaliação da atenção a mulheres em situação de violência na rede de atenção básica em saúde no município de Recife", que se propõe a refletir sobre como o setor saúde, em particular a saúde da mulher, vem reconhecendo a violência contra a mulher, discutindo a eficácia das ações desenvolvidas no processo de enfrentamento a esse tipo de violência. Objetivo: Analisar como as mulheres usuárias da atenção básica percebem e avaliam a atenção prestada em situações diversas de violência contra a mulher. Referencial teórico: A saúde, enquanto direito universal que deve ser priorizado de forma integral a todos/as usuários/as do SUS, deve ser promovida considerando as situações cotidianas das realidades territoriais, e mesmo com a questão da violência sendo considerada uma questão de saúde, tal fenômeno não apresenta ainda a devida posição de relevância. No campo da saúde coletiva é um desafio traçar ações e intervenções sistemáticas diante de situações de violência. (SCHRAIBER; D' OLIVEIRA; PORTELLA; MENICUCCI, 2009). A hegemonia do saber biomédico, fragmentador e desarticulado entre as diversas profissões de saúde, ainda persiste. E mesmo com a defesa da prática profissional interdisciplinar percebemos que as repercussões de tais práticas refletem no cuidado que é promovido às mulheres na atenção básica. No que diz repeito à violência contra a mulher, Guedes, Silva e Fonseca (2009) apontam que as mulheres não se sentem à vontade para expor aos profissionais de saúde suas angústias diante de experiências de violência que se dão, sobretudo, no âmbito domestico. E neste sentido, o saber instrumental é inadequado, focalizando sua atenção nos danos físicos, na violência aparente aos olhos. Metodologia: Diante da complexidade do objeto de estudo, são utilizadas distintas abordagens, técnicas e delineamentos metodológicos que se relacionam e se complementam. O desenho metodológico abarca os seguintes eixos: 1) Na perspectiva de produzir informações acerca das possibilidades e limites institucionais, no trabalho de enfrentamento da violência contra as mulheres, é realizada a observação do cotidiano, que consiste em uma imersão no dia-a-dia das UBS's do município a fim de analisar o diálogo que há entre as equipes de profissionais com as usuárias; e 2) A avaliação das mulheres sobre o papel/lugar/função das Unidades de Atenção Básica em Saúde no enfrentamento da violência, em que, através de entrevistas episódicas, estas sujeitas são convidadas a narrar/relatar suas experiências. Foram realizadas entrevistas com 15 mulheres usuárias da Rede de Atenção Básica em um Distrito Sanitário no município de Recife, analisadas com base na perspectiva das Práticas Discursivas e da Produção de Sentidos. Resultados: Constatamos a não inclusão da temática da violência contra a mulher nas atividades dos serviços; além da variação do acolhimento e receptividade dos/as profissionais, dependendo da postura pessoal, mais que institucional. Muitas mulheres referiram não ver a USF como um espaço de acolhida para as mulheres em situação de violência. "Eu acho que não... Eu acho que esse lugar é mais assim a delegacia né? Porque o posto não vai resolver nada" (E1). Quando perguntadas se o posto de saúde é procurado por mulheres vítimas de violência obtivemos respostas como a seguinte: "[...] Procuram nada! Normalmente por receio, por medo, sei lá..." (E2). Dessa forma, percebemos que a insegurança aparece nas falas como a causa para as mulheres não falarem sobre as violências que sofrem. Outra entrevistada referiu que "[...] quando as coisas tão ficando mais apertadas [as mulheres] vêm [ao posto de saúde] e conversam, mas muitas não, muitas preferem ficar caladas" (E3). Por outro lado, as usuárias reconhecem a importância de abordar o tema e demonstram ter uma concepção ampliada acerca da violência, reconhecendo seus diversos tipos. "[...] violência contra a mulher é espancar, é agressão verbal, num é? É... Aquele negócio, xingamento. Isso tudo eu acho violência contra a mulher. Tratar com indiferença..." (E4). E sugerem atividades que contemplem a abordagem da violência no território, como na seguinte fala: "Acho assim, que se tivesse um grupo né? Que formasse assim um grupo com essas mulheres que sofrem violência" (E5). Conclusões: A temática da violência contra a mulher ainda é vista timidamente no setor Saúde, especialmente na atenção básica. As explicações vão desde a noção de saúde hegemônica, até a organização dos profissionais/serviços. Possivelmente em decorrência desses elementos, as mulheres usuárias dos serviços não indicam reconhecê-los como espaços de cuidado estratégico para o atendimento às situações de violência que vivenciam ou possam vivenciar.

Referências

GUEDES, Rebeca; SILVA, Ana Tereza; FONSECA, Rosa Maria. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. Escol. Anna Nery Rev Enferm. [online], vol. 13, n. 3, jul/set, 2009.

SCHRAIBER, Lilia; D' OLIVEIRA, Ana Flávia; PORTELLA, Ana Paula; MENICUCCI,

Eleonora. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. Ciênc. saúde coletiva, vol.14, n.4, Rio de Janeiro, Jul/Ago, 2009.

A Práxis Psicológica no Centro de Referência de Atendimento à Mulher: Ação Clínica e Política

Amanda Maciel Calado (Universidade de Pernambuco), **Eliane Simões Silva Vilar** (Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns - AESGA), **Mirela Matos Corrêa de Oliveira** (Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Garanhuns), **Jamyle Maria Alves dos Santos** (Universidade de Pernambuco)

A violência contra a mulher constitui-se como uma violação dos direitos humanos das mulheres, a qual atinge-as independentemente de faixa etária, raça, religião, classe social e escolaridade, e se antes era reconhecida como um problema do âmbito privado, hodiernamente, é considerada um problema de relevância político-social. Admite-se que esta é resultante de uma cultura machista e patriarcal perpassada por relações desiguais de poder e manifestada de várias formas, dentre elas: violência psicológica, física, sexual, moral, entre outras. Neste incurso, foi criada uma Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência, da qual fazem parte os seguintes equipamentos: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Juizados de Violência Doméstica e Familiar, Núcleo de Gênero do Ministério Público, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Conselhos de Defesa dos Direitos das Mulheres, Casas Abrigos, Centros de Referência de Atendimentos à Mulher (CRAM), entre outros. No que concerne aos Centros de Referência de Atendimento à Mulher, estes são um dos equipamentos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que faz parte das estruturas das Secretarias da Mulher e que, através de atendimento interdisciplinar (psicológico, social e jurídico), objetivam romper a situação de violência e resgatar a autonomia e cidadania da mulher em situação de violência. Deste modo, é possível entrever que o reconhecimento da problemática da violência contra a mulher, tanto no que diz respeito aos índices de mulheres violentadas quanto dos efeitos físicos, psicológicos e sociais, resultou em uma legislação que contribuiu para o fim da impunidade das práticas violentas, bem como para a implementação de políticas públicas e programas governamentais convergentes aos direitos das mulheres. No entanto, é preciso questionar se tais conjunturas estão conseguindo modificar a lógica hegemônica que foi instaurada no decorrer da história, uma lógica hierárquica de poder entre homens e mulheres, que se ancora em relações desiguais de gênero que atribuem à mulher um espaço desigual e subalterno. Neste sentido, o presente trabalho objetiva apresentar reflexões a respeito da práxis psicológica no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Logo, o estudo supracitado relaciona-se ao Grupo de Trabalho intitulado: "Gênero e direitos sexuais: consensos e confrontos nos dias atuais", bem como ao Eixo 06 "Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais", uma vez que trata-se de um trabalho que aborda o fenômeno da violência contra a mulher a partir de uma perspectiva feminista de gênero, e propõe uma problematização da inserção da psicologia nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, explorando limites, fissuras e possibilidades desse novo campo de atuação. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um relato de experiência resultado da prática de estágio supervisionado do curso de psicologia, o qual aconteceu na Secretaria da Mulher de Garanhuns através do setor de atendimento técnico, CRAM. O qual reúne, a princípio, uma série de descobertas e desafios frente a atenção a mulher em situação de violência, bem como o perfil das mulheres atendidas pelo CRAM e as ações desenvolvidas no referido estágio. Como resultado, é notável o avanço em políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil, todavia há ainda muitos desafios. Ademais, diante do quadro em que as mulheres em situação de violência se encontram, foi possível constatar a grande importância e necessidade da inserção do psicólogo na assistência a essas mulheres para atender a diversidade e complexidade das demandas. Assim, o presente estudo faz-se relevante por destacar uma discussão emergente e fundamental à formação em psicologia e por sinalizar a necessidade da constante revisão da prática profissional para desenvolver uma atuação politizada no atendimento às mulheres em situação de violência.

Análise de grupo reflexivo com homens autores de violência contra mulher

Maísa Joventino dos Santos (Universidade Federal de Alagoas), **Alison Santos da Rocha** (Universidade Federal de Alagoas), **Analice Maria Amorim Fosatto** (universidade Federal de Alagoas), **Maria Nativa Matias Rodrigues** (Universidade Federal de Alagoas), **Wéllia de Lima dos Passos** (Universidade Federal de Alagoas), **Lisandra Espíndula Moreira** (Universidade Federal de Alagoas)

Alguns estudos sobre o enfrentamento à violência contra a mulher nos apontam que o trabalho com homens autores de violência também se faz necessário, já que na grande maioria dos casos são apontados como os responsáveis pela violência. Conforme o artigo 30º da própria Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, busca-se coibir, prevenir e reduzir a violência contra a mulher, através da construção de grupos reflexivos, com o objetivo de provocar mudanças na realidade atual de violência de gênero (BRASIL, 2006). Propomos aqui a reflexão sobre uma experiência de grupo com homens acusados de agressão. O grupo foi realizado em parceria com o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da cidade de Maceió e teve como objetivo pensar aspectos vinculados ao processo, tais como violência de gênero, masculinidade, direitos, conflitos, sexualidade, valores, direitos humanos e tipos de violência doméstica. Esta ação compõe o projeto de extensão intitulado: "Gênero e Violência: Políticas de enfrentamento à violência contra mulher em Maceió", desenvolvido pelo Instituto de Psicologia/UFAL (Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico Institucional - BDAI).

Foram realizadas reuniões com a equipe multidisciplinar do juizado, nas quais estabelecemos como objetivos do grupo refletir sobre situações de violência e desigualdade nas relações familiares, engajando homens na promoção da equidade de gênero, possibilitando a escuta dos homens citados nos processos e refletir sobre a construção das masculinidades e a relação com as formas de violência. Para tanto, cada encontro foi planejado criando estratégias para o direcionamento das discussões conforme os temas definidos. Foram elaborados relatos dos encontros e discussões coletivas com todo o grupo participante do projeto, buscando auxiliar na reflexão e avaliação do seu desenvolvimento. Esses materiais servem de base para a análise aqui proposta.

Temos como objetivo analisar questões conceituais e metodológicas relacionadas à intervenção descrita. Conceitualmente, buscamos problematizar as construções de gênero e violência presentes nas falas dos participantes e como eles se interligam. Metodologicamente, buscamos compreender os possíveis entraves que desfavoreceram a adesão dos participantes ao grupo. Buscamos a troca de experiências colocando em questão as desigualdades de gênero a partir de uma intervenção fruto da parceria da universidade com o sistema jurídico. Entendemos que, mesmo as intercorrências vivenciadas - por exemplo, a pouca adesão - nos permitem analisar os desafios da prática da psicologia nesse contexto e produzem a invenção de estratégias de resistências. E é com o compartilhamento da nossa vivência e referencial teórico que pretendemos contribuir participando do GT como espaço de promoção de conhecimento. Privilegiamos na análise dois pontos: 1. Construções de gênero: problematizando o quanto as concepções de gênero ainda estão cristalizadas e dificultam a percepção de algumas ações como violência e 2. Metodologia de ação do grupo: compreendendo as ferramentas do grupo e a falta de adesão.

Mulheres e homens, feminino e masculino representam conceitos diferentes na fala dos participantes e suas relações são atravessadas pela violência de forma naturalizada, onde, por exemplo, o homem não enxerga como violenta outras práticas que não se encontram no âmbito da agressão física. Um dos participantes em uma das reuniões contou que na sua família as mulheres trabalhavam e também "faziam o dever de casa", e os homens só trabalhavam fora: "Fomos criados assim. Com a evolução da sociedade, muitas mulheres não aceitam isso!", disse ele. Em relação à metodologia, esbarramos na questão da participação dos convidados. Propomos uma adesão voluntária, levando em conta que estávamos num espaço jurídico explicamos que a participação não traria implicações nem positivas nem negativas para o processo. Alguns expressavam alívio, outros argumentavam que deveria ter. No início foram convidados cerca de 20 homens, 15 confirmaram, mas apenas 06 compareceram ao primeiro encontro. Como não foram feitos novos convites, a participação foi caindo a cada encontro. Algumas questões referentes a essa evasão podem ter relação com: resistência dos participantes para repensar as atitudes, adesão voluntária e não de intimação, o horário do grupo que acontecia pela manhã em dia útil, a condução das atividades pela equipe.

Após a análise dos grupos percebemos que um dos grandes problemas enfrentados foi fomentar um espaço que conseguíssemos promover o interesse pelo diálogo e reflexão junto aos participantes a fim de repensar nas concepções de gênero que possuíam, sem que essa participação fosse tomada como imposição ou punição. Reiteramos a importância da inclusão dos homens nas políticas públicas de prevenção à violência de gênero (BEIRAS et al, 2012), tanto na participação como no planejamento, e de se pensar em novas metodologias que de fato funcionem para que possamos construir uma sociedade sem violência e com equidade de gênero.

BEIRAS, A.; MORAES, M.; ALENCAR-RODRIGUES, R. de; CANTERA, L. M. Políticas e leis sobre violência de gênero - reflexões críticas. Psicologia & Sociedade (Online), v. 24, p. 3645, 2012.

BRASIL. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha, 2006.

Casa Abrigo para mulheres em situação de risco e violência: Desafios e possibilidades

Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), **Lisandra Chaves de Aquino Morais** (Universidade Potiguar UnP)

O trabalho narra um relato de experiência na Casa Abrigo. Objetivou-se captar elementos do cotidiano de funcionamento da casa abrigo, amparando-se teórico-metodologicamente na Psicologia Social Comunitária. Para tanto, utilizou-se como instrumentos e recursos de pesquisaintervenção observações participante, dinâmicas com as usuárias e diários de campo. As casasabrigo fazem parte de um programa que compõe a rede de atendimento à mulher em situação de violência e tem o objetivo de garantir, de forma provisória e emergencial, a proteção de mulheres e seus filhos, desde que tenham até 16 anos.O programa deve prestar assistência ligados às áreas de serviço social, psicologia, assistência jurídica, além de oferecer moradia integral e proteção às mulheres e seus dependentes através do abrigamento. O Serviço de abrigamento é um acolhimento provisório destinados a mulheres em situação de violência (Doméstica e familiar, contra a mulher, tráfico de mulheres e etc) que se encontram sob ameaça e risco iminente de morte. O tempo máximo de abrigamento, com ou sem filhos, é de três meses, podendo se estender por mais tempo caso a medida protetiva não seja deferida. A equipe da casa abrigo avalia um local seguro para que seja feito o desabrigamento, feito isso, a usuária continua sendo acompanhada pelo Centro de Referência da Mulher ou Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). A inserção no campo possibilitou inferir que embora o serviço supracitado seja um avanço no campo das políticas públicas para mulheres, ainda há uma precarização do mesmo. As abrigadas passam por um processo de institucionalização e rompem o vínculo com a família e comunidade, uma vez que como estratégia de segurança e proteção, são proibidas de sair da casa, receber visita de familiares, portar telefones ou qualquer outro meio de comunicação. Além disso, identificou-se uma ausência de planejamento pedagógico das atividades e rotina da casa, gerando um enorme tempo ocioso tanto das mulheres quanto das crianças, dada a inexistência atividades, oficinas ou grupos com as usuárias. Não obstante, vale ressaltar que durante o processo de abrigamento as crianças, que são abrigadas junto a mãe deixam de frequentar a escola tendo apenas um acompanhamento pedagógico uma vez na semana. Outro ponto a ser ressaltado é a falta de preparo e capacitação das equipes que atuam no serviço. Os funcionários da casa abrigo demonstram, em seus discursos, a ideia de que o serviço funciona como um favor as abrigadas e não como a efetivação de seus direitos. A vivência mostrou que o abrigamento é marcado pelo sentimento de aprisionamento, impotência e interfere diretamente na autoestima das mulheres. Ademais, as usuárias que participavam das rodas de conversa demonstravam desejo de assumir o protagonismo de suas histórias. Partindo do pressuposto que o processo que levou as abrigadas a tal instituição requer a denúncia dos agressores e o discurso de vontade de mudar de vida, o tempo de inserção na casa abrigo poderia ser utilizado como estratégia de fortalecimento, potencialização, instrumentalização e empoderamento das usuárias, ou seja, deveria proporcionar condições para que a mulher possa se libertar do ciclo da violência e conseguir uma mudança qualitativa de vida. Contudo, a inserção no campo revelou a necessidade de repensar o modelo de abrigamento para que o mesmo não seja reduzido a mais uma estratégia de tratamento do reflexos de uma sociedade imersa na desigualdade de gênero. É importante pensarmos em um serviço que assegure o fortalecimento da cidadania das mulheres e não o sentimento de injustiça e aprisionamento. A passagem pela casa abrigo deve significar um recomeço de vida e não uma parte dela.

Casais que optam por não ter filhos: um fenômeno contemporâneo à luz da Psicologia

Larissa Paula Martins (Universidade Federal de Uberlândia), **Thayane Coimbra Sena** (Universidade Federal de Uberlândia), **Letícia Oliveira Rodrigues** (Universidade Federal de Uberlândia), **Annaiza de Souza Rozeno** (Universidade Federal de Uberlândia), **Bárbara de Aguiar Rezende** (Universidade Federal de Uberlândia), **Júlia Gomes de Araújo** (Universidade Federal de Uberlândia), **Lara Maria Sampaio de Martins** (Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia)

O Brasil vivencia o fenômeno histórico denominado transição demográfica que tem como uma de suas consequências a produção de novos arranjos familiares. Dentre as novas configurações familiares encontram-se os casais que optam por não ter filhos. Esses casais recebem várias denominações, dentre elas, casais sem filhos voluntariamente, não mães/pais intencionais, casais sem filhos por escolha, ou duplo ingresso sem nenhuma criança (DINC), sigla mais utilizada nos dados estatísticos relacionados aos novos arranjos familiares. O presente estudo teve como objetivo compreender as novas constituições familiares de casais que optam por não ter filhos com foco no processo de decisão, as motivações e as consequências. Foi realizada a revisão de literatura sobre o tema, pesquisa de dados estatísticos, três entrevistas abertas com duas mulheres, de 38 e 47 anos de idade, com 13 a 19 anos de casamento, respectivamente, que optaram por não ter filhos; e uma entrevista aberta com uma mulher de 44 anos, 17 anos de casada, que não teve filhos involuntariamente. Observou-se que esse tipo de configuração familiar vem crescendo ao longo dos anos e acompanha fenômenos históricos relacionados com o gênero feminino, como o desenvolvimento de métodos contraceptivos, inserção da mulher no mercado de trabalho, urbanização e ampliação do conceito de mulher, além da maternidade. O casamento e a maternidade passaram a ser opção ao invés de destino, e a mulher passou a ter maiores possibilidades de se sentir independente e adulta. Apesar disso, esses casais ainda sofrem com a estigmatização social, são inseridos em uma categoria que os desvia de algo socialmente esperado e com isso são vítimas de preconceito e do não reconhecimento dessa nova configuração familiar como sendo uma família. As pesquisas apontam que a mulher tende a sofrer mais preconceito que o homem, devido ao padrão idealizado de maternidade. Entre as motivações relacionadas com a opção por não ter filhos estão à questão financeira, projeto de vida, carreira profissional, história de vida e qualidade de vida. A decisão por não ter filhos repercute na diminuição das taxas de natalidade e fecundidade, preocupando os países pela falta de força de trabalho, redução do pagamento de impostos e a taxa de reposição desproporcional à necessidade do país. Por isso, em vários países são adotadas políticas que estimulam a maternidade e paternidade. Conclui-se que a opção por não ter filhos apresenta, quanto às motivações, caráter multifatorial. Esta pesquisa oferece contribuições importantes para o meio científico, uma vez que o fenômeno estudado, casais que optam por não ter filhos, apresenta um crescimento significativo na contemporaneidade e ainda há poucos estudos específicos desta temática publicados no contexto acadêmico. Oberva-se que estigmas e preconceitos para com os casais ou pessoas sem filhos por opção ainda estão presentes na sociedade reafirmando o conceito tradicionalmente construído de identidade feminina vinculada à maternidade. É um fenômeno crescente e que espelha as condições históricas, econômicas, sociais e culturais da sociedade atual. É pertinente a realização de novos estudos sobre o tema para aprofundar a discussão e a compreensão deste modelo de configuração familiar crescente na contemporaneidade.

Casamento entre pessoas do mesmo sexo em Pernambuco: repertórios em construção

Diego Paz (Universidade Católica de Pernambuco), **Benedito Medrado Dantas** (Universidade Federal de Pernambuco)

Introdução: Este trabalho versa sobre o reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo, tema que suscita controvérsias no debate acadêmico e político sobre gênero e direitos sexuais nos dias atuais. Para situar tal temática, elegemos como incidentes críticos a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu, em 2011, a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, como a posterior resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Nº 175, de 2013, que determinou aos cartórios a obrigatoriedade de celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo, que torna possível o reconhecimento jurídico do desta união. Nossa abordagem desta questão se orienta por uma perspectiva construcionista em psicologia social, compreendendo a pesquisa como uma intervenção ético-política comprometida, com vista à visibilização da luta de segmentos sociais "marginalizados" em sua luta pela garantia de direitos. **Objetivo**: Pretendemos, de forma geral, analisar repertórios sobre a união homoafetiva produzidos a partir de posições favoráveis e contrárias a esta forma de união e, em seguida, analisar os argumentos produzidos pelos interlocutores, a partir dos quais se organizam os repertórios em jogo. **Metodologia**: Nossa análise focalizou o material produzido durante a 11ª Parada da Diversidade de Pernambuco, em 2012, durante a qual foram produzidas 652 entrevistas estruturadas com participantes do evento. As respostas dos/as entrevistados/as foram organizadas em repertórios interpretativos, a partir do qual buscamos identificar regularidades e polissemia nas produções discursivas analisadas. Para desenvolver nossa análise, tomamos por base os pressupostos teórico-metodológicos construcionistas que embasam os estudos em psicologia social sobre Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano. **Resultados**: Nossa análise identificou posições favoráveis à iniciativa, que tiveram por base argumentos relativos à igualdade e garantia de direitos, autonomia da pessoa, igualdade e normalidade, casamento como ideal de felicidade, benefício próprio, amor como justificativa, estratégia de enfrentamento ao preconceito,solidariedade ao outro e o casamento como meio de constituir família. As posições contrárias, foram justificadas a partir de repertórios como casamento é para a procriação, esta união não é "certa", a sociedade não está preparada, contra o casamento em si e a homossexualidade não é família. Há ainda destaque para posições que adotam a religião como matriz de pensamento, configurando-se, contraditoriamente, posições favoráveis e contrárias. **Conclusão**: Chamou-nos atenção a alta expressividade das respostas que salientam o caráter relativo à garantia de direitos legais, que muitas vezes está circunscrita na lógica de regulação das relações pelo estado. Há ainda destaque para posições que adotam a religião como matriz de pensamento, configurando-se, contraditoriamente, posições favoráveis e contrárias e que demonstram a necessidade de fortalecimento do princípio da laicidade no campo dos direitos sexuais e nas diretrizes que norteiam a formulação e monitoramento das políticas públicas. Nossas análises, contingentes e parciais, não esgotam a complexidade do tema. Visam sobretudo dar visibilidade a esta miríade de possibilidades que se configuram no debate sobre a união entre pessoas do mesmo sexo, atualmente, em nosso país, sobre as quais precisamos estar atentos para que, de fato, possamos construir e favorecer relações mais livres de discriminação e opressão e não apenas judicializar também mais esta forma de relacionamento.

Conhecimentos e práticas sobre prevenção em AIDS por homens que fazem sexo com homens em contexto de grandes obras: uma abordagem psicossocial

Celestino José Mendes Galvão Neto (Universidade Federal de Pernambuco), Benedito Medrado Dantas (Universidade Federal de Pernambuco), Elís Amanda Atanázio Silva (Universidade Federal da Paraíba), Lúcia Robertta Matos Silva dos Santos (Universidade Federal da Bahia)

Introdução: Nas duas últimas décadas, o número de casos novos de Aids e sua prevalência entre homens que fazem sexo com homens (HSH) permanece estabilizada em patamares elevados, apesar das várias iniciativas e esforços, governamentais e não-governamentais, para dar respostas a esse problema. Esta situação se deve, entre outras coisas, às condições em que HSH vivem sua sexualidade, numa cultura tradicionalmente homofóbica, que se inscreve em padrões morais, mas também em práticas institucionalizadas no campo da saúde, que dificultam o acesso aos serviços públicos. Tal situação se torna ainda mais complexa, quando nos referimos a contextos de grande expansão econômica e sobre os quais temos poucas informações, como é o caso do complexo industrial de Suape, no litoral de Pernambuco. Considerados os primeiros a se mobilizarem para criar mecanismos de informação e prevenção da Aids, os homens homossexuais vislumbram atualmente, como foi dito anteriormente, uma estabilização na prevalência do número de casos de infecção entre homens que fazem sexo com homens (HSH), mesmo que em patamares elevados. Apesar do conhecimento sobre a doença e as formas de prevenção tal população continua figurando como uma das mais vulneráveis a epidemia. Contudo, no contexto da microrgião de Suape, tem-se registrado um aumento do número de casos figurando com duas das cidades que compõem a microregião (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) nas primeiras colocações no ranking das cidades em nível regional com maiores números de pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids. Objetivo: apreender os conhecimentos e práticas de homens que fazem sexo com homens, residentes na microrregião de Suape/PE, relacionadas ao uso de preservativo e às formas de prevenção do HIV/Aids e outras IST, tendo por base leituras mais sobre o conceito de vulnerabilidade, a partir de uma perspectiva psicossocial.. Método: A amostra foi composta por 200 homens que se autorreferiam como HSH, com média de idade de 26 anos. O instrumento utilizado foi um roteiro estruturado em módulos temáticos, que variavam em número de perguntas. Os dados foram analisados através de estatística descritiva e processados no Software SPSS (Versão 18). Principais Resultados: Quando perguntados se consideravam o preservativo eficiente 82% concordou, quando perguntados se o preservativo era seguro 44% concordaram enquanto que 39% discordaram, ao serem questionados se eram capazes de usar o preservativo com todos os parceiros sexuais 85,5% afirmou que sim, que se sentia capaz. Perguntamos também qual era a chance deles de contrair Aids, 29,3% afirmaram ter pouca chance, 27,3% disseram ter muita chance de contrair AIDS, 24,7% disseram não ter nenhuma chance e 18,6% média. Ao serem questionados se alguma vez sentiram que poderiam ter sido infectados, 55,1% disseram ter sentido essa sensação poucas vezes, 37,2% disse que não, 5,6% muitas vezes e 2% apenas disse sentir-se assim sempre. Conclusões: O que se pode concluir a partir dos resultados apresentados é que existe uma certa contradição entre as crenças acerca da eficiência e segurança do preservativo bem como um sentimento de invulnerabilidade. Por este motivo, considera-se relevante continuar investindo no desenvolvimento de formas diferenciadas e inovadoras de abordar essa população e construção de políticas públicas e intervenções mais adequadas, que abarque a sua diversidade em todos os níveis.

Cruzando gênero, raça, sexualidade e migração a partir da história de Teresa

Dinazilda Cunha de Oliveira (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Esta apresentação irá trazer a pesquisa de mestrado em que analisei a história de vida de uma estudante africana, que migra de Moçambique para Portugal. A história de Teresa ilustra a realidade de muitas mulheres migrantes. A força do relato impulsiona o principal objetivo, que é a análise dos fenômenos psicossociais implícitos na migração feminina africana, partindo de um estudo de caso. As questões da adaptação, o racismo, a violência de gênero, o sexismo, fazem parte desta história de vida. Este estudo nos possibilita apreender e compreender a riqueza da subjetividade inscrita na trajetória desta mulher e é o ponto de partida para adentrarmos nos meandros de um conjunto de vivências sociais. As experiências e subjetividades da narradora e o desafio que a história nos traz, no sentido de encontrar caminhos heurísticos para a construção do conhecimento, nos possibilita análises e teorizações. A pesquisa cumpre o objetivo do método de histórias de vida, à medida que traz à tona a «subjetividade explosiva» presente na narrativa. Os relatos sobre as questões que tocam a sexualidade e as questões raciais são pontos importantes na narrativa e que merecem ser conhecidos e debatidos. O trabalho com o método de história de vida deixa o/a pesquisador/a imerso num denso e rico material de análise. Por mais que se tente apreender ao máximo as mensagens contidas é pretenciosa a tentativa de esgotamento da riqueza humana contida na história coletada. Na tentativa de apreensão e análise dos dados obtidos, escolhemos seguir a análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin. Sendo assim, a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos a partir do texto, em busca de esclarecer as causas das mensagens ou as conseqüências que a mensagem pode provocar tanto em seu emissor/a quanto no receptor/a. De acordo com recentes pesquisas realizadas, constata-se que a violência de gênero ultrapassa o âmbito doméstico. Apesar da violência domestica ter uma grande expressividade na história da violência contra as mulheres, este não é o único espaço em que ela acontece. Na literatura, observamos que a maioria dos trabalhos enfatizam a violência doméstica em detrimento da violência no espaço público, talvez pelo maior percentual de casos registrados. Considerando também a importância de pensarmos a violência no espaço público, nosso trabalho buscou enfatizar este aspecto, em concordância com a própria experiência da narradora. A própria natureza do método e sua teoria indicam que este é um trabalho à guisa de conclusões. Vamos tecer algumas considerações finais, não no sentido de apresentação de resultados, mas como uma elucidação do processo desta pesquisa e quiçá como abertura para novas possibilidades de investigações e estudos. A experiência de pesquisa demonstra a profundidade que contém uma vida. Os processos sociais, históricos, culturais, existem porque são criados e vividos pelas pessoas, sendo assim existe uma troca constante entre a subjetividade e os processos coletivos. Mulheres e homens são testemunhas e autores dos fatos sociais, inserem-se no mundo de forma transformadora e contróem sua subjetividade e sua história de vida mediados pelo mundo e pelas relações que estabelecem ao longo de seu percurso. O primeiro desafio foi encontrar uma pessoa que aceitasse contar a sua história. Pois, a partir do momento em que se instaura o processo de pesquisa, o/a narrador/a mergulha num processo de elaboração e reflexão sobre sua trajetória pessoal. Recordar traz reminiscências antigas e por alguns momentos a sensação de reviver o passado. O relato de Teresa por si mesmo, já contém uma força expressiva que trouxe à pesquisa uma profundidade e riqueza inesperadas, onde as experiências e subjetividades da narradora nos desafiam a encontrar caminhos heurísticos para a construção do conhecimento. Em muitos momentos, Teresa faz reflexões que dispensam uma forte ilustração teórica, pois o objetivo do método de histórias de vida é dar vazão ao conteúdo subjetivo presente na história. E neste aspecto o relato de Teresa é precioso por sua riqueza de conteúdo.Neste aspecto, percebemos que o objetivo da pesquisa foi cumprido, no sentido de possibilitar o acesso a um dado conhecimento que jamais seria possível adentrar sem o consentimento e o “dar-se a conhecer” que é uma escolha da narradora.

Diversidade sexual e cotidiano escolar: notas sobre a participação juvenil

Juliano Bonfim dos Santos (Universidade Federal de Alagoas)

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem se debruçado sobre o cotidiano escolar e sua relação com questões associadas à juventude e à sexualidade. Entendendo a escola como um espaço, em potencial, privilegiado e estratégico na discussão e vivência da sexualidade, busca-se compreender como as práticas escolares voltadas para as problemáticas da diversidade sexual e de gênero se relacionam com as demandas das culturas juvenis. Tendo em vista que tal temática tem ocupado cada vez mais espaços na sociedade contemporânea, sendo foco de pesquisas e projetos de intervenção em diversos campos, em especial na educação, acreditamos que há uma produção em torno da sexualidade no ambiente escolar que pode tanto alargar a compreensão da sexualidade enquanto experiência plural, como reforçar as concepções reguladoras e normativas das práticas e papéis sexuais. Ainda que não seja dada a visibilidade necessária para todas as dimensões da sexualidade e que alguns assuntos sejam tratados como tabus, é no ambiente escolar, que meninos e meninas têm suas primeiras experiências e conversas sobre sexo, afetividade e onde também sofrem com as brincadeiras violentas e exclusão provocadas pelas diferenças características da diversidade. Entendemos que a sociedade é marcadamente influenciada por um sistema onde a heterossexualidade é tomada como norma que influencia os modos como a sexualidade é tratada inclusive na escola. Nesse sentido, enquanto a regra é a da heterossexualidade e o silêncio e a invisibilidade sobre outras práticas sexuais se fazem presentes, a participação e livre expressão de jovens lésbicas, gays, transexuais e travestis é subsumida. Essa relação entre sexualidade, educação e juventude tem tomado cada vez mais espaço, refletindo na criação de inúmeros projetos e iniciativas de uma "educação sexual". Compreender se esta educação sexual considera a sexualidade em sua pluralidade, evitando normatizações, é de extrema importância para pensar as trajetórias destes jovens e sua permanência no ambiente escolar. A depender de como a escola compreende essa dimensão e se reconhece ou não os jovens como sujeitos em seus diferentes aspectos, ela pode oportunizar uma experiência positiva ou negativa da possibilidade de participação destes jovens. Nesse sentido, é válido lembrar que o cenário atual permite que tenhamos experiências bem sucedidas no campo da educação que privilegiam tal discussão e têm trabalhado numa perspectiva crítica responsável pela inclusão, permanência e, principalmente, reinserção de alguns jovens na escola. Destacamos, portanto, os cursos de formação continuada de educadores como o projeto Educação Sem Homofobia e o Gênero e Diversidade na Escola como elementos importantes para que possamos intervir e questionar o contexto escolar. Afirmar que a juventude é importante, significa considerar esses sujeitos como seres ativos, que possuem uma história e constroem suas experiências dando sentido a suas relações e ao lugar que ocupam no mundo. Esses diferentes modos de ser jovem são possibilitados por algumas condições necessárias que irão determinar maneiras de vivenciar a condição juvenil. No caso da experiência da sexualidade, os saberes devem levar em consideração esse sujeito jovem como sujeito de direito à sexualidade, capaz de questionar e modificar as normas e regimes que regem a discussão em torno da diversidade sexual, como sujeito que pode falar por si e contribuir na construção de programas e políticas públicas voltadas para ele, por exemplo. Nesse sentido, optamos por estudar o espaço escolar a partir das informações trazidas pelos jovens por considerarmos estes como sujeitos políticos inseridos em um contexto que nem sempre favorece a participação, legitimando, desse modo, a experiência juvenil como fonte importante de conhecimento, uma vez que os jovens têm suas experiências e seus discursos desqualificados e deslegitimados ao longo da história.

Entre a culpabilização e a vitimização: (re)produzindo sentidos sobre violência doméstica contra a mulher

Talita Rodrigues da Silva (Universidade Federal de Pernambuco), **Jorge Lyra** (Universidade Federal de Pernambuco - Departamento de Psicologia)

Este artigo apresenta o resultado de um trabalho realizado no âmbito da graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco através do Projeto Diálogos para o desenvolvimento social de Suape, com apoios da PROEXT-UFPE e Petrobrás. O objetivo deste trabalho foi observar o processo de produção de sentidos sobre a violência doméstica contra a mulher e os lugares atribuídos as mulheres na cena de violência a partir das práticas discursivas de mulheres moradoras do município do Cabo de Santo Agostinho – Região Metropolitana do Recife/Pernambuco - que tiveram participação nas atividades de educação em cidadania promovidas pela Organização Não Governamental Centro das Mulheres do Cabo. A questão da violência doméstica contra a mulher vem sendo fortemente problematizada no Brasil, em decorrência das elevadas taxas de homicídio de mulheres, porém o tema se tornou pauta das discussões populares a partir da criação da Lei Maria da Penha que definiu parâmetros legais a respeito desse tipo de violência. Esta Lei surge dentre outros fatores em decorrência da luta do movimento feminista e de mulheres que há muito tempo já vinha problematizando esta questão. Tomando como base as discussões feministas e de gênero presentes em torno do tema, evidenciase um movimento de desnaturalização das relações de gênero, a tentativa de não padronização das relações de violência, uma forte crítica a noção de vitimização da mulher e a ideia de passividade a ela relacionada, assim como a problematização da não cumplicidade e consequentemente culpabilização da mulher na relação de violência e um maior enfoque atribuído ao aspecto relacional das situações de violência. Para a aproximação com as sujeitas de pesquisa e produção de informações foram realizados dois Grupos Focais, com a finalidade de discutir a temática "Violência Doméstica Contra a Mulher", a partir da leitura de um relato de caso sobre este tipo de violência. Como apontamento teórico para a realização deste trabalho foi utilizada a perspectiva construcionista social como abordagem teórica para o estudo das praticas discursivas, com a finalidade de se compreender a produção de sentidos no cotidiano sobre violência doméstica contra a mulher. Ao adotar essa perspectiva teórica, assume-se que o conhecimento é algo que as pessoas constroem juntas, na relação com as outras, colocando as "verdades" em suspensão e partindo do principio que o saber é socialmente construído e historicamente localizado. Como recurso metodológico de análise foi utilizado o Mapa de Associação de Ideias (Spink, 2013). Pode-se perceber a culpabilização da figura feminina por parte das participantes, que em determinado momento expressaram a seguinte fala: "Aí que nasce a agressão, a violência e o conflito familiar, porque vai deixando e muitas vezes, geralmente é as mulheres, né, que vai se submetendo...". Diante das análises elaboradas foi encontrado que as mulheres se utilizam de narrativas baseadas em experiências cotidianas delas ou de outrem para falar sobre a questão da violência contra a mulher, trazendo muitas vezes sentimentos e afetos relacionados a experiências vividas anteriormente, com relação ao papel atribuído a mulher no cenário da violência, este muitas vezes é controverso, ocupando vários lugares ao mesmo tempo, apresentando também uma grande culpabilização/aceitação da mulher com relação a situação de violência, dados que se aproximam daqueles encontrados na bibliografia sobre o tema. Com relação ao homem, a este sempre é outorgado o lugar de vilão, agressor e opressor.

Estratégias de resistência em uma assessoria jurídica universitária em Direitos Sexuais e de Gênero

Rossana Bogorny Heinze Schmidt (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Jaqueline Tittoni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Esta exposição tem como base a dissertação de mestrado "Transversalizando práticas:

Trabalhando em uma assessoria jurídica universitária em Direitos Sexuais e de Gênero, de autoria de Rossana Bogorny Heinze Schmidt, defendida junto ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele está centrado na experiência junto ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - SAJU-UFRGS, que é um projeto de Extensão que conta com 17 grupos temáticos, que se organizam a partir de uma coordenação geral discente e uma coordenação docente do projeto de Extensão. O trabalho de acolhimento as pessoas que buscam o serviço é realizado com a participação de voluntários graduados das mais diferentes áreas, que são selecionados semestralmente, assim como alunos de diferentes cursos de graduação e universidades, sendo que a presença de profissionais e estudantes da área do Direito é predominante. No momento existe em torno de 300 sajuanos ligados ao projeto. Parte do SAJU, o G8-Generalizando foi fundado em 2006 e trabalha com Direitos Sexuais e de Gênero, atendendo a demandas como: violência contra a mulher, homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia, retificação de registro civil e outros. O G8-Generalizando foi campo de intervenção de dissertação de mestrado e é onde atualmente as autoras exercem as funções de psicóloga voluntária e de orientadora acadêmica do grupo. O estudo proposto a partir das vivências no G8Generalizando buscou analisar as estratégias de resistência formuladas pelo grupo nas suas práticas cotidianas, considerando o caráter interdisciplinar do trabalho e a temática de gênero que sustenta as intervenções do grupo. A análise foi construída a partir da inserção no grupo, tensionando as lógicas instituídas e buscando formas possíveis de operar para além delas. A proposta metodológica para essa pesquisa foi a de pesquisa-intervenção e de intervenção fotográfica, utilizando-se de ferramentas da análise institucional tais como a construção de analisadores, a análise de implicação e o diário de campo. Partindo do pressuposto teórico foucaultiano de que vivemos em uma sociedade imersa em relações de poder, e compreendendo que a possibilidade de resistir está intrínseca a essas relações, buscamos nesse estudo visibilizar os momentos em que o grupo G8-Generalizando rompe com as lógicas instituídas, em busca de práticas que transversalizem as formas de trabalhar. A imagem enquanto intervenção possibilitou provocar deslocamentos no grupo, funcionando como um dispositivo de tornar visível o invisível do visível, conforme as formulações foucaultianas. Assim, as imagens permitiram que os integrantes do grupo olhassem para as mais diversas fotografias produzidas ao longo dos anos de 2013 e 2014 e pudessem colocar algumas de suas práticas em análise. Dessa forma, puderam ser analisados os momentos em que o grupo consegue transver, enquanto uma potência de criação e imaginação. Para esse percurso focamos em três fluxos que oportunizaram pensar as estratégias de resistência dentro do grupo: a transdisciplinariedade, o acolhimento e a militância. Esses analisadores surgiram ao longo das reuniões que participei como pesquisadora e na problematização através das inúmeras fotografias que habitavam o campo de intervenção. As estratégias de resistência aqui pensadas mostraram uma forma de transformação nas práticas do G8-G. Essas transformações tornaram-se possíveis por constantes tensionamentos que são postos quando o grupo opera para fora da lógica normativa, tendo em vista que o Direito, a Psicologia e outras tantas disciplinas não dão conta de serem efetivas no acolhimento de sujeitos que desviam da norma. Por fim, esse estudo oportunizou visibilizar outras formas de se trabalhar em Direitos Sexuais e de Gênero dentro de uma assessoria jurídica universitária. Essas formas se encontram pautadas pela ética do cuidado de si e comprometidas com práticas de resistência que problematizam a lógica disciplinar e de controle instituída, mesmo em contextos onde o foco do trabalho é o desvio e a criação de outras práticas. Estes contextos, no entanto, mostram-se propícios para reflexões e análises, pois inscrevem-se nos modos de viver e nas práticas de cuidado de si, provocando, por si só, as normatividades instituídas.

Evidenciando o (in)visível: o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica em Porto Velho-RO

Maria Ivonete Barbosa Tamboril (Universidade Federal de Rondônia), **Bruno Henrique Lins Andrade** (Fundação Universidade Federal de Rondônia), **Naiara Alves de Souza** (Fundação Universidade Federal de Rondônia), **Prisma Inácio da Silva Barbosa** (Universidade Federal de Rondônia)

A dominação masculina, e consequentemente, a discriminação do que não é "masculino" é algo fortemente inscrito em nossa sociedade, herança de uma mentalidade patriarcal e machista. Dados aferidos nas últimas décadas denunciam índices alarmantes de violência doméstica contra as mulheres no mundo todo, geralmente praticada pelos seus companheiros, maridos, amantes ou namorados. No Brasil, desde 2006 a lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, procura coibir, punir e prevenir atos de violência contra as mulheres, além de prever atendimento multidisciplinar as pessoas envolvidas nesta seara. Assim, este estudo objetivou investigar a efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres na cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia. A relevância desse estudo e seu acolhimento junto ao GT-27, que se propõe a debater "propostas de transformações efetivas em nossa cultura machista, patriarcal, seja no campo dos saberes, seja no campo dos fazeres" é de extrema importância por considerar-se a violência doméstica contra as mulheres e suas diferentes formas de enfrentamento inerente as transformações almejadas em nossa sociedade. Na execução do estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais da Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência no referido município. Além disso, foi empreendida pesquisa documental e observação do serviço realizado em dois dispositivos da mesma Rede. As análises indicaram que em Porto Velho ainda há caminhos a serem percorridos para melhor efetivação do que está prescrito na Lei Maria da Penha e nas políticas públicas de enfrentamento a esta violência com especial destaque ao pacto proposto pelo governo federal a ser implementado no âmbito dos entes federados. A única Delegacia Especializado no Atendimento à Mulher existente no município encontra-se sobrecarregada de serviço, sendo necessária a criação de outras novas portas de entrada para a mulher vítima de violência. Além do que a precariedade do atendimento é alarmante tanto no que se refere aos aspectos físicos quanto periciais e outros inerentes as delegacias especializadas. Também se identificou a necessidade de implantação de mais um Juizado de Violência Doméstica e Familiar tendo como parâmetro o quantitativo de processos tramitando neste setor, correspondendo o dobro de sua capacidade instalada. Aparece ainda como necessária a capacitação dos profissionais da Rede para um melhor acolhimento e acompanhamentos das vítimas. A análise dos dados no Núcleo Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da capital de Rondônia apontou que a maioria dos homens agressores tem entre 26 e 39 anos e alcançou o Ensino Fundamental. Quanto à situação econômica, quase metade dos casais atendidos possuía renda de até dois salários mínimos. Chamou atenção ainda a grande quantia de casos em que houve o envolvimento de drogas, principalmente o álcool. A violência física e a psicológica foram responsáveis por quase todos os atendimentos neste Núcleo (95,8%). Ainda neste local, os grupos realizados com as vítimas e os agressores apresentaram uma perspectiva interessante de atuação, pois demonstraram promover a reflexão sobre a violência em ambas as partes do casal. Os profissionais da Psicologia, em todos os serviços investigados, indicaram a necessidade de uma maior preparação de todos para os atendimentos às mulheres vítimas de violência e salientaram a importância de sua área no acolhimento destas mulheres. Foi perceptível a importância dos aparatos judiciários provenientes das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo de considerável importância os atendimentos psicossociais oferecidos nestes casos. Ficou também evidente a necessidade de incluir discussões sobre a violência contra as mulheres em diferentes âmbitos e contextos da sociedade que favoreçam a compreensão da violência doméstica como um problema de saúde pública, de adoecimento psicossocial, dentre outros, como superação dessas marcas sociais de brutalidade contra as mulheres.

Experiências e desafios do/no corpo e da/na feminilidade com adolescentes em situação de exploração sexual

Monise Gomes Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A exploração sexual tem sido apontada como uma das maiores violações aos direitos da criança e do/a adolescente, considerada uma forma moderna de escravidão. Por isso, a partir da década de 90, tal realidade vem se colocando como prioridade nas ações dos governos no mundo. Apesar de não haver uma definição consensual sobre o tema, tanto nas pesquisas realizadas no Brasil como na visão dosas profissionais atuantes nos serviços de atendimento, há uma concordância de que a prática sexual envolvendo uma criança ou adolescente e uma pessoa adulta é uma violação aos direitos humanos. Segundo o que foi estabelecido no I Congresso Mundial sobre a Exploração Sexual de crianças e adolescentes, a exploração sexual é toda ação que envolve o corpo de crianças e adolescentes, seja do sexo feminino ou masculino, para a obtenção de vantagem ou proveito sexual, baseadas numa relação de poder e exploração comercial. Dessa forma, a dimensão do corpo passa um a ser um elemento importante por ser um dispositivo no qual se presentifica o ato da violência sexual. O presente estudo parte da perspectiva dos estudos culturais e pós-estruturalista no qual entende o corpo como elemento que se constitui no social, está em permanente aprendizado nas relações que estabelece, seja no contexto familiar, escolar, no trabalho, nas redes sociais virtuais, nos livros, bem como no contexto midiático. Na nossa sociedade, o corpo almejado e produtor de desejo é um "corpo-moeda", que ao mesmo tempo é produto de compra e venda, um corpo investido de uma economia da sexualidade, gerando nas mulheres o desejo de investir no seu corpo. Uma dessas formas tem sido a erotização dos corpos femininos, nos quais é possível constatar novas formas de exploração dos corpos e da sexualidade. O corpo infanto-juvenil é um produto do mercado globalizado do sexo que utiliza o marketing e a publicidade para divulgar uma lógica de hiper erotização do corpo feminino. Assim, faz-se necessário problematizar a questão da exploração sexual a partir das questões de gênero, pois estas criam modos ser homem e mulher, numa determinada sociedade, cultura e momento histórico. As explicações para as desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres não estariam nas diferenças biológicas, mas nas relações sociais, no processo histórico, na acessibilidade aos recursos disponíveis na sociedade em questão. Assim, o presente estudo pretende analisar como as questões de gênero e corpo foram vivenciadas por adolescentes do sexo feminino envolvidas com a exploração sexual nas suas experiências cotidianas. A pesquisa foi realizada em uma instituição filantrópica voltada para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Participaram três adolescentes com idade entre 13 e 17 anos que frequentavam diariamente um turno da instituição. Foram utilizadas a observação nos espaços de convivência institucional das adolescentes, atividades em grupo com materiais lúdicos para fortalecer o vínculo pesquisadora-participante e entrevista semi-estruturada que conteve questões tais como corpo, gênero, família, infância e adolescência, atividades da exploração sexual, percepção sobre si e sobre os outros. Os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo, de acordo com o método de Bardin. Os resultados demonstraram que na interação das adolescentes com o gênero masculino, a sensualidade apareceu como uma forma de afirmação da sua feminilidade, principalmente pela maneira dos homens reagirem à presença do seu corpo, produzindo uma sensação de prazer e valorização de si enquanto mulheres. Por outro lado, tal erotização apresentou elementos vulnerabilizadores quando esteve mais voltada para a satisfação masculina, em detrimento da feminina, contribuindo para relações de violência nas quais o consentimento das adolescentes não foi considerado pelos homens nas suas relações afetivo-sexuais. Na sua família, encontram dificuldades em estabelecer relações que rompessem com as normas estabelecidas por uma cultura patriarcal, na qual a sexualidade foi controla pelas mães por meio da exigência da manutenção da virgindade como garantia da "honra feminina". Na aproximação à exploração sexual, a virgindade apareceu como uma forte moeda de troca, sendo, assim, um elemento potencializador para a entrada no mercado do sexo. Na relação com os seus pares, a expectativa sobre o gênero masculino esteve voltada para um comportamento mais ativo e controlador da sexualidade feminina, tendo como destaque o papel de mantenedor financeiro na relação. O comportamento passivo e afetivo mostrou-se um dos mais destacados pelas participantes no que se refere ao papel feminino na interação com o masculino. Assim, nas práticas de enfrentamento da exploração sexual, a análise do marcador de gênero torna-se uma ferramenta privilegiada, pois nas percepções sobre o seu corpo e feminilidade, as suas vivências mostraram permeadas por contradições. Ao mesmo tempo em que lhe propiciaram poder e pertencimento, por outro favoreceu o seu assujeitamento diante de si e do outro. Assim, observase a importância de estratégias que permitam as adolescentes problematizarem como tais questões fortalecem e/ou prejudicam o seu processo de reconhecimento enquanto sujeito de direitos.

Fluxos do funk ostentação: recortes de produções desejantes comunitárias através do espaço escolar e de discursos adolescentes

Renato Cezar Silvéri Júnior

O presente trabalho tem como disparador supervisões de estágio em psicologia educacional realizados em escolas públicas do interior de São Paulo em classes regulares do nono ano do ensino fundamental.

Há tempos percebe-se o espaço educacional como primordial para a redefinição, intervenção, produção e apropriação da cidadania dado seu caráter institucional obrigatório, laico e universal. É neste locus que os recortes de fluxos, entraves, potências, tabus, produções e outros dispositivos vão engendrar os afetos dos sujeitos na produção de significados sociais e emocionais de vida que dão sustentabilidade e legitimidade ao coletivo e suas formas de conduzir a existência.

O psicólogo precisa posicionar-se como parte deste fluxo, nesta perspectiva, no espaço escolar, seguem-se os apontamentos de Albertina Martinez: "não apenas na dimensão psicoeducativa da instituição escolar, mas também na sua dimensão psicossocial" (MARTINEZ, 2010 p. 39). As queixas das instituições são genéricas e comuns: alunos desmotivados perante os conteúdos curriculares, agressivos consigo mesmos e com os professores, banalização das sexualidades, uso de drogas lícitas e ilícitas de forma destrutiva, etc.

As justificativas das instituições escolares, um tanto pressionadas por pressões governamentais, empresariais e sociais por resultados quantitativos, possuem algumas características simplistas: alunos provenientes de comunidades violentas, com famílias "desestruturadas", alto índice de uso de drogas, promiscuidade e consequentemente problemas de disciplina e aprendizagem. Assim, restringem-se as possibilidades de aproximação com esse público pelo medo ou repúdio aquilo que não se pode entender.

Faz parte do trabalho do psicólogo perguntar-se: como esses problemas se produzem e se mantém? Como aproximar-se e participar desses fluxos de formas mais práticas e desalienantes para todos os envolvidos nos processos?

A ideia disparadora para o trabalho partiu justamente de uma queixa comum: o uso de aparelhos de celular em sala de aula com músicas em alto volume. A partir das letras de músicas populares entre os alunos que trabalhamos, em sua maioria adolescentes de quatorze anos, iniciamos um processo cartográfico (KASTRUP) para mapear junto com os mesmos grande parte do funcionamento e nomeação desses fluxos que compunham seu cotidiano e norteavam seus afetos. Algumas letras famosas como "Beijinho no ombro" e "Tava no Fluxo", outras nem tanto devido à criação de redes e subculturas midiáticas da internet, como "Geometria da Putaria e Bololo haha" nos abriram canais de subjetivação para discursos sobre consumo, sexualidade, violência, relacionamentos, prazeres e outras éticas, estéticas e políticas de parte de uma sociedade que possibilitaram pontos interessantes de problematização entre alunos, estagiários e supervisor. Propostas como: "Tava na rua fumando um baseado, chegou a minha amiga e pediu pra dá uns trago, eu falei assim, vamô fazê um acordo, dá a buceta pra mim, o cú e fuma o back todo (...) tava no fluxo, avistei a novinha no grau, sabe o que ela quer? Pau! Pau! Pau!" (MC Pikachu) e "(...) Quero vê os homi pegá, porque aqui nóis dá risada e bota pra acelerá! Bololo haha, bololo haha, faz um sinal da vida loca e joga a pistola pro ar!" deixam pistas sobre os discursos que compõe as subjetividades sociais desses espaços em conexão com o global.

Percebeu-se nos alunos, estagiários e supervisor muitos discursos contemporâneos que faziam ressonância ao hedonismo do funk ostentação e aos entraves burgueses ao prazer do século XIX (FOUCAULT, 1988), aqui se retoma BARROS FILHO & POMPEU, 2013 p. 57: "fazer o que se quer é uma forma a mais de escravidão, menos visível que algemas, correntes, celas, etc. Mas tão significativa quanto" também se questiona alguns aspectos do aparente formato subversivo que esse gênero representa como dispositivos de sexualidades (FOUCAULT, 1988) dos dias que correm, pois muitas vezes produzem vidas performáticas, alienadas e engessadas e não experimentações potentes da existência. Tais questões ficam em aberto para reflexões futuras. Essas músicas parecem funcionar como exemplos de afetos coletivos que falam por si só. São composições disseminadas pela internet e que descrevem modos de vida ora potentes ora cristalizados. Não há uma censura, proibição ou liminar que possam controla-las, não são localizáveis e as pessoas as compartilham em seus onipresentes celulares. Para nós é preciso entender o que estes dispositivos representam. A rede não deixa as pessoas mais perversas, ela expõe nossos entraves e tabus de forma crua, em um momento inédito quando talvez, finalmente, tenhamos de lidar com o que sempre existiu.

Referências Bibliográficas

BARROS FILHO, Clóvis de & POMPEU, Júlio. A filosofia explica as grandes questões da Humanidade.São Paulo: Casa da Palavra, 2013.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade vol. 01: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. O que pode fazer o psicólogo na escola. Brasília: Revista Em Aberto, 2010.

Juventude, direitos sexuais e direitos reprodutivos: A atuação da rede de convívio e apoio

Jucinara Rodrigues Bezerra (Universidade Federal de Pernambuco), **Jaileila de Araújo Menezes** (Universidade Federal de Pernambuco)

A presente pesquisa investigou os significados e práticas sobre o campo dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos de jovens residentes em uma área de intenso desenvolvimento econômico, problematizando as relações entre esse campo com a atuação da rede de convívio e apoio desses/dessas jovens. Adotamos a metodologia de caráter qualitativo, com uso de entrevistas semi-estruturadas com um homem jovem e uma mulher jovem moradores dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, e suas respectivas redes de convívio e apoio (família, comunidade, igreja, escola e saúde). A pesquisa tomou a prerrogativa de trabalho em redes, tendo em vista o que Donna Haraway (2009) chama de "circuito integrado", ou seja, uma rede ideológica onde as fronteiras entre espaços e identidades, corpo pessoal e politico estão em constante interconexão. As políticas da casa, do mercado, do local de trabalho, do Estado, da escola, das clínicas-hospitais, da igreja integram diversas matizes que participam do processo de subjetivação sexual. O ponto de vista dos adultos da rede de convívio raramente incorpora as dimensões lúdicas e espontâneas da atividade sexual dos mais jovens, comumente percebida como problemática (CALAZANS, 1999 e PAIVA et all, 2004) e não como direito a ser protegido. As entrevistas tiveram como meta a construção de cenas e cenários (PAIVA, 2006) que nos possibilitam refletir sobre as possibilidades e desafios do acesso aos direitos sexuais e direitos reprodutivos para sujeitos jovens. A análise foi realizada à luz de uma perspectiva feminista interseccional (PISCITELLI, 2008) levando em conta marcadores de gênero, socioeconômicos, orientação sexual, de geração e território, e da noção de circuito integrado (HARAWAY, 2009). O território escolhido enquanto cenário dessa pesquisa passou por significativas mudanças socioeconômicas, o que acarretou em um aumento da população local e nas dinâmicas sociais desse território (SCOTT, SANTOS E SOUZA, 2013). Entendemos que o território não se restringe à localização geográfica, mas compreende um sentido de comunidade com arranjos sociais próprios, apresentando tensões e conflitos peculiares (COSTA; MENEZES, 2009). O olhar diferenciado para a juventude e o recorte geracional é importante para evitarmos generalizações errôneas sobe esse grupo. Compreendemos que a juventude não se reduz a uma passagem e nem a uma marcação cronológica (faixa etária de 15 a 25 anos), sobre ela incidem fortes mecanismos de controle e também possibilidades de se fazer a partir de uma maior agencia e criatividade. Contrapondo-se a uma visão ainda hegemônica sobre a sexualidade e reprodução na juventude, podemos considerar os significados produzidos pelas/os jovens ao os/as reconhecer como agentes de suas histórias individuais e sociais. Os Direitos Reprodutivos e os Direitos Sexuais aparecem como garantidores da autonomia sobre os corpos e as práticas afetivo-sexuais. Esses direitos foram criados a partir da crítica ao determinismo dos imperativos biológicos da reprodução e das práticas sexuais. Um dos objetivos é garantir meios que promovam a liberdade de escolha reprodutiva, a vivência livre e prazerosa da sexualidade, reforçando o exercício mais amplo da cidadania na conquista de participação nas decisões públicas e do respeito as escolhas individuais livres de coerção, discriminação e violência (CORREA; PETCHESKY, 1996). A nomenclatura "Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos" não faz parte da gramatica cotidiana dos/das jovens, mas ao longo da entrevista eles/elas se posicionaram sobre diversas questões que englobam o tema. É comum que busquem informações sobre sexualidade com os pares/amigos e na internet. A família é referenciada como instância que aborda temas de sexualidade, mas na perspectiva do risco, alertando para o contagio de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. A escola aparece como o lugar onde falam sobre sexualidade com os pares, é um contexto de trocas significativas, embora a questão não faça parte do currículo escolar, vez por outra ocorrem palestras, mas com formato pouco atrativo. Há ainda vigilância sobre as práticas afetivas, o/a entrevistado/a relataram situações de proibição de namoro entre os muros da escola. O/a jovem sabe que o posto de saúde é um lugar de distribuição de preservativo e outros métodos contraceptivos e preventivos, mas relataram que é comum comprarem na farmácia, pois as jovens que pegam preservativos ficam mal faladas na comunidade e os jovens sofrem constrangimento com comentários sobre sua vida sexual. A construção de significados sobre o campo dos DS e DR na região parece muito perpassado pelos marcadores geracionais e de gênero, pois espera-se que os/as jovens sejam responsáveis mais efetivamente não lhes garantem condições para isso. As questões de gênero ganham visibilidade quanto às condutas esperadas para homens e mulheres, o exercício da virilidade e o recato sexual, respectivamente. A rede de convívio e apoio precisa melhor se articular para de fato colaborar na garantia dos DS e DR dos/das jovens de SUAPE.

O Gênero na Sombra da Saúde Mental: Autonomia de Mulheres com Transtorno Mental no Contexto da Reforma Psiquiátrica

Jorge Luiz da Silva (Universidade Federal de Pernambuco), **Jorge Lyra** (Universidade Federal de Pernambuco - Departamento de Psicologia)

Este trabalho está inserido em um projeto guarda-chuva sobre atenção à violência contra a mulher na atenção básica à saúde que está sendo desenvolvido no GEMA/UFPE – Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades, e, localizado na interface entre a saúde mental e os estudos de gênero, objetiva compreender de que maneira a experiência de autonomia de uma mulher com transtorno mental é influenciada pelo movimento da reforma psiquiátrica. Para pensar essa questão, no entanto, parte-se de um debate mais amplo que localiza e contextualiza a discussão proposta por este projeto, discussão essa que, inspirado nas leituras de Anne Marie Devreux (2005), Teresita de Barbieri (1993), Joan Scott (1995), Maria Jesús Izquierdo (1994) e Christine Di Stefano (1996¬), busca pensar as influências das relações de gênero na saúde mental de mulheres, que, impregnadas no imaginário e nos dispositivos sociais, proporcionam diversas situações em que sua sanidade é posta à prova, como as triplas jornadas, as exigências da maternidade, responsabilidade central pelos cuidados da saúde de todos os membros da família, os diversos tipos de violências cotidianas e a falta de lazer, além de seus corpos, seus humores e seus comportamentos sempre terem sido especialmente atrelados à loucura, e suas diferenças continuamente invisibilizadas, das políticas às práticas de cuidado.

Partindo da compreensão que a invisibilização de marcadores sociais culturais/sociais é especialmente problemática no campo da saúde mental, e nas políticas públicas dessa área, que por não compreenderem a diferença de subjetivação entre homens e mulheres, acabam por reproduzir práticas por vezes mais violentas que beneficia e reforça as assimetrias de gênero que permeiam o adoecimento, entende-se que este discurso acaba por desfavorecer a autonomia de mulheres com transtornos mentais, cujo processo de construção e exercício se acontece de maneira diferente dos homens.

Apesar da centralidade no discurso da reforma psiquiátrica, o conceito de autonomia ainda é bem problemático nesse contexto, pois pressupõe o sujeito da experiência da loucura como sendo universal, a-histórico e apolítico, e não compreende nem a loucura em todas as suas dimensões e variações. Além disso, o conceito é apresentado de maneira muito imprecisa, e frequentemente atribui a outrem a capacidade de julgar o que seria suficiente, em termos de liberdade e entendimento, para conceder ao outro autonomia, tratando-a como uma substância.

Sendo assim, nos conceitos estabelecidos e validados de autonomia na sociedade contemporânea, cabe questionar se o exercício da autonomia, como compreendem os textos do campo da saúde mental, é realmente possível para mulheres com transtorno mental, uma vez que estão duplamente subjugadas (pela sua condição feminina e pela condição de saúde mental)?. Em um reexame dos conceitos percebe-se o uso de expressões como “agir livremente”, “seguir um plano próprio”, “livre de coações internas e externas”, que tornam possível refletir se esse ideal de autonomia tem sido usado como instrumento de repressão por um sistema de socialização que, baseado em desigualdades de gênero, controla aspectos significativos das vidas das pessoas, determinando seus interesses e regulando sua capacidade.

O debate que me interessa promover, aliando a saúde mental com a perspectiva feminista, faz saltar aos olhos questões como: seria a autonomia parte de um discurso político machista que, privilegiando suas normas e regras, subjuga pessoas fazendo-as acreditar que a autonomia é algo inalcançável, ou é um conceito emancipatório do qual as mulheres, especialmente as que têm transtornos mentais, foram injustamente excluídas e que devem aspirar? E mais, considerando as mulheres como um grupo social, como fortalecer todas para que ocupem os espaços de poder, tanto individual, quanto coletivamente?

Para tanto, estou trilhando um caminho metodológico criativo que compreende: 1) análise de dois documentos de política de saúde mental, procurando perceber em que medida o gênero é considerado nesses textos; 2) uma série de entrevistas do tipo narrativa, acreditando ser a melhor forma de colher dados que permitam compreender a construção de seu sentido de autonomia; e 3) uma metodologia de inspiração etnográfica registrada em diários de campo, na qual pretendo acompanhar essa mulher com transtorno mental em diversas situações cotidianas, para entender como ela exerce/negocia sua autonomia nas relações que estabelece.

Para analisar esses dados, utilizo-me de uma metodologia de análise de política inspirado em Jorge Lyra (2008) e Araújo Júnior (2002), a transcrição completa da entrevista e, após repetidas leituras flutuantes, a análise das práticas discursivas como produção de sentidos no cotidiano baseada na leitura de Mary Jane Spink (1999), além de análise dos dados presentes nos diários de campo.

O Movimento de direitos humanos das mulheres e as transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil

Marinina Gruska Benevides (Universidade Estadual do Ceará)

Desde o início da década de 1990, no Brasil, foi intensificado um ativismo jurídico no sentido de politizar as decisões judiciais e de legalizar a política de direitos humanos, de modo geral, e de direitos humanos das mulheres, de modo específico, em meio à chamada crise do judiciário. Os crimes de violência doméstica e familiar contra as mulheres, praticados por maridos, exmaridos, companheiros e ex-companheiros, que desde a década de 1970 já vinham ocupando espaço nos meios de comunicação e na agenda feminista, tornou-se foco de inúmeras mobilizações no sentido de pressionar o Estado a coibi-los e promover transformações institucionais, normativas e jurídicas favoráveis à promoção dos direitos humanos das mulheres. Um vasto campo para produções acadêmicas foi aberto, contemplando aspectos relativos aos: juízos morais do que se considera intolerável no processo de administração da Justiça aos casos concretos de violência contra as mulheres; necessidades de reforma do Judiciário para facilitar o acesso das vítimas à Justiça e as sistemas de assistência e saúde; novas modalidades de resolução de conflitos e o papel dos juízes e dos tribunais no processamento e julgamento de ações; morosidade na condução dos processos e motivações das decisões judiciais etc.

Este estudo se insere no contexto da internacionalização dos direitos humanos, a partir dos anos 1990, num cenário marcado por incontáveis desafios vividos em diversas regiões do mundo e na sociedade brasileira para efetivação dos direitos humanos das mulheres.

O objetivo é analisar os desafios enfrentados pelo Brasil, para se adequar às normas internacionais em matéria de prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Longe da ideia de fazer uma análise exaustiva e focada no conteúdo das legislações propriamente ditas em matéria de direitos humanos das mulheres, o desafio que aqui se coloca é o de compreender, à luz das respostas do Brasil às normas internacionais, em que nível é possível dizer que transformações institucionais, normativas e jurídicas propiciaram a efetivação desses direitos e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Partindo da premissa de que o feminismo é um movimento de direitos humanos, os avanços que se expressam no campo teórico sobre a condição feminina são abordados, para situar as transformações que foram operadas do ponto de vista institucional e jurídico-normativo no sentido de promover os direitos humanos das mulheres em nível internacional e nacional. As características que elas adquiriram na sociedade brasileira a partir do processo de redemocratização são descritas à luz das normativas internacionais ratificadas e das leis nacionais promulgadas.

Para a análise da adequação do sistema de administração da Justiça aos casos concretos, serão consideradas, em especial, as alterações introduzidas na legislação nacional, pela ratificação da Convenção de Belém do Pará (1994/1995) e de documentos internacionais de direitos humanos das mulheres que a precederam e sucederam.

São, também, descritos e avaliados os processos que provocaram alterações na legislação internacional em matéria de direitos humanos das mulheres, as principais normas emanadas dos sistemas global e regionais de direitos humanos, mormente as que estão diretamente ligadas com a promulgação da Lei 11.340/2006 que ficou conhecida como Lei Maria da Penha. Os entraves para a efetivação dos direitos humanos das mulheres são compreendidos à luz das críticas que têm sido endereçadas à atuação do sistema de justiça; dos dados relativos às estatísticas de violência contra a mulher que passaram a ser produzidos a partir das transformações normativas e institucionais; e da experiência da autora deste trabalho no Núcleo de Apoio a Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Familiar – NAVI da Universidade Estadual do Ceará - UECE. A conclusão a que se chega é que as referidas mudanças deram uma maior visibilidade ao fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, incrementando políticas públicas de promoção da igualdade de gênero, e facilitando o acesso da mulher à justiça e aos serviços de assistência integral. Entretanto, a criminalização dessa violência e o endurecimento das penas seguem pari passu com o agravamento da crueldade dos crimes contra a mulher, indicando a urgência de ações preventivas mais eficazes, dentre as quais o foco nos sujeitos indexados como agressores não pode ser olvidado.

Parto Humanizado e as diferenças entre "classes": questões para a Psicologia Social

Rebeca de Cassia Daneluci (Universidade de São Paulo)

Introdução: O movimento em prol de uma saúde integral à mulher no Brasil tem início na década de 80 do século passado, contribuindo, 20 anos depois, para criação do "Programa de Humanização no pré-natal e nascimento". Paralelo a isso, tem aumentado o número de movimentos favoráveis aos partos domiciliares e/ou na banheira, cuja definição também pode ser dada como parto humanizado. Apesar dessa polissemia do conceito de "humanização", um consenso é que se devem respeitar os fisiológicos do parto com o mínimo de intervenções possíveis, visando ao protagonismo da mulher. No entanto, a partir de nossa pesquisa de doutorado, passamos a questionar se o procedimento por si é capaz de definir o parto como humanizado. Objetivo: Discutir acerca das inúmeras situações institucionais que envolvem um determinado processo de parto cujo desenrolar modificou a ideia original de humanizado para nãohumanizado. Relação clara com o GT e eixo temático escolhido: Em grande parte das pesquisas estudadas sobre esse tema, comumente no discurso sobre as mulheres, não há um posicionamento quanto à diferença entre classes sociais, como se tivéssemos apenas um "modelo" de mulher "contemporânea" e uma "forma de parir saudável". Sendo assim, nossa ideia é problematizar esse modelo universal, considerando relações de classe social. Orientação teórica, abordagens, teorias e conceitos que guiaram: Trabalhamos a partir da perspectiva de Píchon-Rivière, a qual contempla três dimensões de investigação, a saber: psicossocial, sociodinâmica e institucional, sendo a definição de sujeito vista a partir do vínculo, considerando a relação entre as fantasias inconscientes e a estrutura social. Método: Realizamos um estudo exploratório em uma maternidade pública que tem como diretriz o "parto humanizado". Para tanto, fizemos observação participante, conversas informais, grupos, entrevistas, conhecimento do espaço físico, funcionamento de regras e documentos. Resultados: Um primeiro ponto a ser destacado é que no hospital público as decisões por procedimentos se fazem exclusivamente pelos profissionais, ou melhor: por diretrizes que estão acima dos profissionais. Tais diretrizes indicam a realização, predominantemente, de partos normais. No entanto, identificamos em número relevante, que as participantes dessa pesquisa entendem como "bom parto" um procedimento contrário às evidências científicas e movimentos sociais em prol de um parto mais saudável; é claro que pesam aqui as construções sócio-culturais entrecruzadas com a estória individual de cada mulher. Essa representação destacada pelas participantes se associa diversas vezes a um parto rápido, no qual não se sente dor. Uma hipótese para tal representação, talvez possa estar relacionada à forma como os partos são feitos nessa instituição, pois se assemelham mais à ideia de partos vaginais do que partos humanizados, visto que se realiza intervenção para acelerar o processo: uso de ocitocina [o que supostamente estaria em desacordo com o modelo de parto natural considerado humanizado]. Assim, apesar de as parturientes não o nomearem tecnicamente, elas reconhecem a violência de tal método, usando a expressão "sorinho da morte" para fazer referência. Os relatos nos mostram que em nenhum momento elas são consultadas se aprovam tal procedimento, todavia, apesar do incomodo que esses procedimentos causam, tampouco se queixam de terem sido realizados. As queixas se referem a seus efeitos colaterais, demonstrando uma "aceitação" como procedimentos de rotina. Em relação ao protagonismo, encontramos falas que transmitem a um outro, no caso ao médico, as responsabilidades pelo bom andamento do parto, mesmo sendo normal, ou seja, em teoria, com mínima intervenção. Nesse cenário, para ser protagonista no parto, é preciso meios institucionais para tanto, mas o que fazer quando esta é uma instituição médica, estando o saber no "outro", o qual decide pelo protagonismo de outras? É possível ser protagonista quando a decisão pelo protagonismo parte da instituição? Em virtude dessas indagações, problematizamos a ideia se a forma/via de parto por si só define o protagonismo. E ainda: É possível falar de parto normal com tantas construções sociais envoltas em uma instituição? Conclusões: Tendo em vista o exposto, podemos pensar em três grupos de mulheres: 1) usuárias do SUS que almejam um parto rápido e sem dor [leia-se cesárea], nos remetendo à representação social de parto veiculada na grande mídia; 2) mulheres com plano de saúde e acesso a esse procedimento almejado pelas mulheres do SUS e; 3) mulheres ditas 'intelectualizadas' que tem buscado um parto diferente desse estereótipo, mas que também lhes custa financeiramente e muito se diferencia dos partos das mulheres do SUS, todavia eles se aproximam no nome: "humanizado".

Precisamos de gênero, orientação sexual e identidade de gênero na escola?

Rodrigo Toledo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

A proposta desse trabalho é apresentar um recorte de uma pesquisa, realizada no programa de pós-graduação em Educação: Psicologia da Educação da PUC-SP, intitulada O compromisso ético e político de professoras e professores LGBTT's (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no enfrentamentos aos discursos heteronormativos (re)produzidos pela/na escola. Buscou-se investigar as consequências do silenciamento que as temáticas de gênero, orientação sexual e identidade de gênero têm enfrentado na construção de políticas educacionais e práticas escolares, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. O material selecionado teve seu conteúdo analisado com base em Butler (2003), Heller (1998), Louro (1999), Miskolci (2010, 2012).

As discussões sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, nas atuais políticas educacionais, têm sido marcadas por um processo de hierarquização da sexualidades, confirmando que a orientação sexual – heterossexual – é compulsória para todas e todos, marginalizando as sexualidades dissidentes. Um dos efeitos da hierarquização das sexualidade é a omissão das discussões sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero nos planos de metas para a educação e sua consequente invisibilidade nas escolas. Percebe-se que essa invisibilidade é reforçada pela supressão desses conteúdos do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, mesmo sendo uma prática contrária às diversas políticas e projetos elaborados e implantados nos últimos anos. Este é o caso, por exemplo, do programa Brasil Sem Homofobia, que teve como objetivo discutir práticas de combate à violência e ao preconceito contra a população LGBT.

Outro projeto também amplamente discutido, principalmente pela importância de se discutir gênero e sexualidade na formação (inicial e continuada) de profissionais da educação básica, nasceu o projeto Escola sem Homofobia, que recebeu o apelido pejorativo de "kit gay". O projeto tinha como objetivo contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovessem ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e de respeito às orientações sexuais e identidades de gênero na escola.

Às vésperas da impressão do material, setores conservadores da sociedade e do Congresso

Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto e ele foi engavetado. A Carta Princípios de Yogyakarta (2007), onde o Brasil é dos países signatários, ela determina que os países devem assegurar que suas políticas públicas de educação garantam o acesso e permanência na escola de alunas e alunos, professoras e professores e funcionárias e funcionários LGBTT's, não sendo coniventes com práticas discriminatórias e excludentes.

Essas políticas devem garantir que a educação seja direcionada ao desenvolvimento do respeito aos direitos humanos e do respeito aos pais e membros da família de cada criança, identidade cultural, língua e valores, em um espírito de entendimento, paz, tolerância e igualdade, levando em consideração e respeitando as diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Podemos justificar a relevância dessas discussões estarem presentes no contexto escolar a partir da análise do Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil (LGBT) relativo a ano de 2013/2014, realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), pois o número de suicídios de jovens entre 13 e 17 anos cresceu 10% em relação ao levantamento de 2012/2013. Além disso, dentre os 312 homicídios relatados, 17 pessoas eram professores e 7 eram estudantes. Observa-se, recentemente, a exclusão dos referidos temas dos Planos Municipais de Educação (PME), além de uma crescente notificação de violências motivadas por questões de gênero e sexualidade nãonormativas.

Dessa maneira, constata-se que tratar a discussão sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero como pauta da educação é fundamental para garantir o enfrentamento ao obscurantismo e às diversas formas de violação que ele pode provocar. Defendemos, assim, que esses temas sejam explicitados nos Projetos Político Pedagógicos das escolas, como uma forma de combater as desigualdades e violências que se fundamentam em discursos machistas, sexistas e homotransfóbicos.

Problematizando gênero e sexualidade a partir de (hetero)conjugalidades praticantes de swing em Fortaleza

Andréa Marília Alves de Oliveira (Universidade de Fortaleza)

Este trabalho busca compreender as experimentações da (hetero)sexualidade e sua relação com performatividade(s) de gênero em praticantes da troca de casais (swing). Com o objetivo de compreender as (hetero)conjugalidades contemporâneas, o trabalho problematiza arranjos conjugais que apontam para o tensionamento das formas socialmente instituídas de experimentação da sexualidade dos casais, especialmente em seu caráter prescritivo moral que privilegiam a monogamia como hetero/norma. O trabalho apresenta as aproximações de campo realizadas em uma pesquisa de mestrado realizada junto ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Multiversos – Corpo, Gênero e Sexualidade nos Processos de Subjetivação (Unifor). O estudo está teórico-metodologicamente articulado aos estudos de gênero e sexualidade em perspectiva pós-estruturalista, na interface dos estudos culturais e feministas que dialogam com as teorizações foucaultianas. Os procedimentos do trabalho de campo têm inspiração nos trabalhos da etnografia densa, tendo em vista uma melhor compreensão das relações sociais e culturais envolvendo as significações de sujeito (casais) praticantes do swing na cidade de Fortaleza; e em suas perspectivas de análise opera-se em modo discursivo-desconstrucionista. Temos como campo empírico casas nas quais são ofertadas festas para encontros de casais swingers, bem como comunidades virtuais e blogs de internet. Buscamos com esta pesquisa promover inquietações e questionamentos e entendemos a identidade como fragmentada, histórica e plural. Optamos por um posicionamento marcado pela interdisciplinaridade e procuramos estabelecer interlocuções teórico-metodológicas pós-críticas para um melhor entendimento de nosso objeto de estudo: a centralidade do amor romântico nas definições das experimentações da sexualidade e performatividades de gênero. As oportunidades da atualidade são criadas por um cotidiano, principalmente no tocante às mulheres, sem paralelos na história da humanidade. Internet, emancipação feminina, relacionamentos de "bolso", individualismo crescente, estão entre algumas das mais cotadas ferramentas presentes/produtoras de experimentações da sexualidade . Quais discursos estão em andamento nas pedagogias do amor? De que modo casais acionam enfrentamentos para lidar com o imperativo da fidelidade nas suas relações? Como o amor romântico tem sido representado através das relações de conjugalidade na nossa sociedade? Existirão outras formas de relacionamento que escapam à norma monogâmica? Em um primeiro momento discutimos as afirmações que sustentam o credo amoroso atual como um sentimento universal e condição máxima de felicidade a que podemos aspirar, uma vez que entendemos que podemos recriar nossas convicções amorosas. Em um segundo momento, levantamos questões sobre as expectativas da sociedade em relação aos papéis sexuais possíveis e adequados, bem como problematizaremos as normas de gênero onde os conceitos de feminino/masculino estão ligados a estereótipos. Refletimos sobre a classificação das práticas sexuais, que normatizam os prazeres dos casais e relacionam a diversidade das experimentações da sexualidade como patologias integrando-as às mais diversas perturbações do instinto e da boa moral. Também procuramos discutir sobre o modelo de casamento monogâmico que regula a prática sexual ocidental durante séculos, bem como a dupla moral que exige da mulher uma fidelidade absoluta e aceitação relativa de uma infidelidade por parte do homem. Por fim, analisamos as exigências recíprocas dos casais contemporâneos por lealdade e franqueza, nas quais se situam os casais swingers que desafiam e subvertem a norma regulatória da monogamia sexual e praticam a separação entre sexo e amor sob o domínio do consentimento. Pretendemos uma melhor compreensão acerca das pedagogias de gênero e sexualidade nas novas formas de experimentações sexuais das hetero/conjugalidades contemporâneas, bem como suas flexibilizações ou não diante das heteronormas e os seus efeitos na re/produção de uma cultura hetero/sexista.

Relações de gênero e projeto vital de jovens do meio rural

Yasmine Mazzoni Jalmusny (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Lígia Burton Ferreira** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Cristiano Hamann** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Adolfo Pizzinato** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Magaly Calderon Uribe** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **João Luís Almeida Weber** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Nathália dos Santos Lobo** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

A presente proposta de trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa com 48 jovens mulheres, de 14 a 19 anos,contatadas através de escolas públicas da zona rural de municípios do interior do Rio Grande do Sul, focando aspectos do protejo vital e marcadores identitários presentes na construção dos mesmos. A aproximação metodológica consistiu de uma combinação entre entrevistas narrativas de caráter biográfico e uma proposta de fotocomposição, ambas com roteiro de produção semiestruturada. Os resultados indicam que as relações comunitárias de ruralidade e de gênero são importantes marcos dos projetos vitais dessas jovens, que pendem entre leituras tradicionais dos papéis de gênero e possibilidades subversivas do feminino, em um processo narrativo dialógico.

Esse contexto discursivo circunscreve as narrativas sobre diversas formas de ser e fazer na sociedade e permitem pensar a juventude rural como concepção social atravessada por diversos aspectos macroestruturais. Na tentativa de estabelecer uma linha de discussão que contemple a dialogia nos processos de definição da juventude, a construção do conceito de adolescência no campo da psicologia, se organiza uma discussão orientada pelo conceito de self dialógico, defendendo uma possibilidade de abordar esse período do desenvolvimento em que se entrecruzam diferentes níveis temporais; o retrospectivo da infância e o prospectivo da vida adulta. Entretanto, as diferentes possibilidades de ser dos jovens são circunscritas por aspectos sócio históricos, culturais e territoriais, e demandam eleger metas, sonhos, formação de um núcleo familiar, projetos acadêmicos e profissionais enquanto temáticas pungentes, concomitantemente a necessidade de se verificar o impacto causado por concepções de gênero neste contexto dinâmico. Este estudo teve um caráter qualitativo, onde se enfatizaram discursos sociais através de entrevistas e produções fotográficas, ambas de caráter biográfico, das participantes. As entrevistas narrativas guiadas aos atravessamentos de gênero, contexto, família e ruralidade na significação de projetos vitais ocorreram em dois tempos, no primeiro foram contempladas perguntas que demonstrassem a trajetória delas até aquele instante. Ao final deste primeiroencontro eram entregues câmeras fotográficas descartáveis e uma lista com itens que deveriam ser representados através dessa ferramenta. Portanto, a segunda entrevista contou com as fotografias como guia para compreensão dos processos do cotidiano e representações acerca do mundo físico e simbólico em que estão inseridas. A lista com as temáticas tinha os seguintes itens: escola, família, pai, mãe, futuro, passado, ser mulher, ser homem, educação, casamento, profissão, sonho, lazer, professor, cidade, interior, comunidade, foto própria. Segundo a metodologia, focada na produção de fotografias, possibilitou abordagens diferenciadas do modelo de entrevista tradicional. A fotografia funciona otimizando aspectos de expressão não tão diretamente apreendidos pelo discurso verbal e instrumentalizando o processo de construção da entrevista narrativa.

A produção de narrativas visuais se define como uma organização intencional de informações, desta maneira, os materiais podem ser entendidos como estruturas comunicativas. Neste sentido foi proposto que, além de elaborar considerações sobre as fotografias isoladamente, o entrevistado estabelecesse sentidos para a construção da série fotográfica como um todo, seja estabelecendo ordens de importância, cronológica, etc. para sua produção. Este método de produção fotográfica parece despertar envolvimento e uma postura ativa nas participantes da pesquisa. É uma perspectiva de pesquisa que ultrapassa as limitações da linguagem verbal e possibilita um exercício simbólico-contextual de auto reflexão, por vezes dificultado somente com os recursos discursivos da fala.

Através da integração teórica e análise das fotografias a partir da história das jovens, foi possível concluir que, no contexto rural e, especificamente, dentro do campo de famílias tradicionais estas mulheres têm de cumprir determinados papéis estereotipados, carregados de hierarquias e desigualdades de gênero, continuando um modelo patriarcal, no qual lhe é designado tarefas domésticas. No entanto, a família também é percebida por esses jovens, como aquela que lhes dá valores, tradições e uma maior segurança emocional. Dentro das percepções das jovens sobre seus papéis e desejos para o futuro, estavam cientes da ambivalência quanto aos seus projetos de vida e sua família, além do medo de enfrentar a cidade grande, onde acreditam que tenha mais ofertas e oportunidades.

Esta conjuntura nos faz atentar para as possibilidades de alargamento das discussões no campo da educação, tanto no que se refere ao contexto educacional das jovens e das interlocuções em temáticas como gênero, sexualidade e projetos futuros, como na própria pesquisa acadêmica que não engloba como deveria as especificidades do meio rural brasileiro. Vemos que, ainda que a cultura organize outras possibilidades simbólicas e a sociedade forneça modelos predominantemente orientados a ocupações urbanas e vinculados à escolarização formal, essas possibilidades nem sempre são interpretadas como instrumentalizáveis na construção de novas formas de ser uma jovem mulher do (no) meio rural. A escola exerce impacto expressivo sobre a sociedade, e nas comunidades rurais poderia ser um dos veículos da mudança gradual destes paradigmas naturalizadores de gênero.

Representações Sociais acerca da Sexualidade de Mulheres na Velhice

Juliana Fernandes (Universidade de Fortaleza), **Luciana Maria Maia Viana** (Universidade de Fortaleza), **Anne Joyce Lima Dantas** (Centro Universitário Estácio do Ceará), **Brena Cunha de Oliveira** (Centro Universitário Estácio do Ceará)

A trajetória dos estudos sobre envelhecimento, por sua vez, é demarcada por representações sociais que inscrevem a pessoa idosa nas discussões de diferentes culturas, em que, há séculos a sexualidade de mulheres está envolvida em um cenário cheio de preconceitos e estereótipos. Historicamente a igreja, a cultura e a sociedade colocaram a mulher em um patamar inferior ao homem, em que ao experimentarem a sexualidade, são corrompidas e relacionadas diretamente aos pecados da carne. Discutir publicamente a sexualidade de mulheres constitui, muitas vezes, a desvalorização e banalização do gênero feminino, pois o lugar da mulher simbolicamente ainda representa o espaço privado e segregado ao ambiente familiar. Temos que ainda hoje, se instala na sociedade preconcepções e estereotipias que desprezam as mulheres e a sexualidade. Ou seja, as transformações contextuais que envolvem a participação das mulheres, seja em locais de sociabilidades, nas diversas formas de atuação profissional e política, até mesmo diante dos processos de envelhecimento, dão destaque a uma predisposição normativa frente aos modos de ser mulher nos dias atuais. Neste sentido, este estudo se propôs a problematizar a relação triangular, preconceitualizada e discriminada que a sexualidade de mulheres idosas vivenciam. Deste modo, em meio às discussões contextuais e psicológicas, buscamos descrever as percepções, sentimentos e práticas relacionadas à sexualidade e envelhecimento atrelando às questões de gênero. Esta pesquisa trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. A coleta de dados ocorreu em contextos privados na cidade de Fortaleza, utilizando dois instrumentos de coleta de dados: o diário de campo e um roteiro de entrevista semi-estruturada. Participaram deste estudo três mulheres com idades entre 61 a 76 anos, sendo duas das participantes heterossexuais e uma mulher homossexual. A análise de dados foi realizada através da análise de conteúdo e foram encontradas cinco categorias temáticas, são: a) Relações sociais, b) Trajetórias de vida, c) Envelhecimento, sexualidade e geração, d) Família, envelhecimento e sexualidade e, d) Relacionamentos atuais. Neste sentido, percebemos que a vivência da sexualidade é negada para os corpos envelhecidos, sobretudo, no caso das mulheres, que são mais afetadas pelos padrões socialmente compartilhados de juventude e beleza. Soma-se ainda, em um dos casos, a condição de ser homossexual, que ainda se configura socialmente como um estigma, uma característica depreciativa, que marca e diferencia os indivíduos que compõem a categoria não heterossexual. Deste modo, é possível afirmar que a condição de ser mulher, de ser reconhecida como envelhecida e de ter vivenciar uma orientação sexual, favorece formas e padrões de participação e de desenvolvimentos sociais desiguais, fato que potencializa a vivência de diversos tipos de preconceitos. Assim sendo, ponderamos que as interlocutoras desta pesquisa mostraram que estão construindo novas formas de caracterizar o envelhecimento e a sexualidade de mulheres idosas ao se permitirem dialogar e a vivenciarem novas experiências mesmo em idades avançadas. Identificamos uma dinâmica perpassada por trajetórias e relações afetivosexuais que contribuem com a fraqueza da concepção de assexualidade durante a velhice. Consideramos ser imprescindível a discussão acerca das politicas de inclusão das mulheres idosas, para que se reconheça a necessária visibilidade que a sexualidade e os múltiplos modos de expressar-se subjetivamente possuem na velhice.

Representações sociais de gênero e a escrita científica que encarcera

Mônica Renata Dantas Mendonça (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), **Zaira de Andrade Lopes** (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Neste trabalho propomos resgatar e discutir sobre as Representações Sociais de Gênero (RSG) de mulheres em conflito com a Lei, constituídas coletivamente, por intermédio de obras científicas que sobrevivem no meio acadêmico, desde o Século XIX, e que encarceram além das grades, encarceram a alma e o direito de existir da mulher. O pensamento de Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, no final do século XIX, sobre a criminalidade feminina, evidentemente privilegiava o criminoso masculino. No Brasil sob este mesmo viés, encontramos o teórico, professor, penitenciarista, deputado, presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, e autor de diversas obras sobre o sistema prisional, José Gabriel de Lemos de Brito, do século XX, que discorreu sobre os "crimes femininos", referindo-se sempre à mulher como possuidora de uma "natureza" tradicionalmente apta para desenvolver seu papel submisso junto à família e à sociedade, ou seja, escritas científicas que sedimentam e perpetuam as desigualdades de gênero. Utiliza-se o termo gênero como uma categoria para se analisar e investigar a construção social do feminino e do masculino, que se relacionam com certas regras, normas e papéis coletivos. As justificativas para a natureza das infrações cometidas por mulheres permeavam o âmbito de ordem psicológica, biológica e sociológica para explicar "cientificamente" a sub-representação de mulheres presas e a caracterização de delitos "típicos femininos". As explicações para crimes como infanticídio, aborto, abandono de incapaz, agressividade e instabilidade estavam intrinsecamente relacionados às mudanças hormonais (puberdade, menopausa, puerpério, etc). No que tange à frequência de mulheres raramente cometerem delitos sozinhas, neste período relacionava-os a atributos tipicamente femininos, com um ideário de mulher sempre frágil, dócil, meiga, submissa e dependente; além de receber o estigma de sedutora, para seduzir seu cúmplice a delinquir. Lombroso e Ferrero, foram assíduos no discurso de que as mulheres estavam descartadas do crime porque eram menos inteligentes, com pouca criatividade e muito conservadorismo, além de serem mais passivas e submissas. Nossa reflexão crítica sobre a violência de gênero estampada nestas escritas científicas tem relação clara com o proposto no eixo "Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais", bem como com o "GT 27 – Gênero e Direitos Sexuais: consensos e confrontos nos dias atuais", pois sabemos da importância de compreendermos que cada conhecimento constituído na história, está vinculado a um momento histórico e às necessidades específicas daquela época, daquele(a) pesquisador(a). Mas é imprescindível (re)pensar sobre o fato de que em pleno século XXI, a criminalidade feminina é um tema tão neglicenciado e pouco discutido no campo das práticas e saberes da Psicologia Social. As mulheres continuam sub-representadas e com poucas teorias consistentes que visem a explicar a criminalidade feminina. Na esfera pública, as RSG dos Séculos XIX e XX avançaram se pensarmos que foi reeleita com voto direto e democrático uma Presidente da República, e que o direito ao voto foi adquirido, porém ainda temos muito a avançar, para que a mulher viva com equidade em relação ao homem, e não diferenciadas socialmente. Os conceitos de Joan Wallach Scott e as teorias de Serge Moscovici, adensadas por Denise Jodelet, guiaram nosso trabalho para (re)pensarmos os impasses e possiblidades desta temática. O conceito de gênero se constitui quando diferenciamos socialmente homens e mulheres, dando significado às relações de poder, remetendo às atribuições de características fundadas pelo sexo biológico, que se manifestam em diversos contextos (cultura, linguagem, representações sociais), sendo enredado pelas questões políticas e de relações de poder. O conceito de gênero precisa ser compreendido no espaço das relações sociais, fruto das construções históricas e sociais, priorizando seu caráter cultural e sócio-histórico. A Teoria das Representações Sociais (TRS), busca nos diversos contextos, identificar os sentidos e significados do indivíduo sobre fenômenos e processos sociais, que dão origem à sua compreensão de mundo, organiza a fala e seus comportamentos. Concluímos que as TRS podem contribuir para a formulação de novas RSG, para todas as mulheres, inclusive para as mulheres em conflito com a Lei. Todavia, isto é possível, pois as Representações Sociais são conjuntos de práticas e saberes, que coloca em pauta o conhecimento popular, o pensar e agir do cotidiano, o senso comum. Apesar das Representações Sociais serem ativadas na vida social, com elementos construtores de saberes que remetem à realidade, o conhecimento científico pode também influenciá-la. Se o conhecimento científico influencia a vida social, ratificamos a responsabilidade social que a Psicologia e suas interfaces, devem possuir ao escrever cientificamente sobre a criminalidade feminina, com compromisso irrestrito à defesa dos princípios e valores que embasam os direitos humanos; e ainda se posicionar em desfavor às escritas científicas que aviltam quaisquer direitos humanos. Ousamos suscitar esta discussão por acreditar que este posicionamento seja um dos desafios atuais ético-políticos que a Psicologia Social precisa fomentar e sustentar.

Sentidos de sexualidade entre idosas: discutindo gênero, participação e emancipação

André Luiz Machado das Neves (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Estephania Oliveira Pantoja (Universidade Federal do Amazonas)

Esta pesquisa se propôs analisar e compreender os sentidos da sexualidade atribuídos por idosos usuários de um Centro de Atenção Integrada de Manaus-Am. Por entender que a necessidade desta temática ser trabalhada na perspectiva crítica e política, promovendo a participação dialógica do idoso, com vistas à tomada de consciência, bem como a construção de sua autonomia e a emancipação da liberdade sexual. Tomou-se como objetivo geral: Compreender os sentidos da sexualidade entre idosos, usuários de um Centro de Atenção à Terceira Idade da cidade de Manaus/AM. Como objetivos específicos identificar os sentidos que os idosos atribuem à sexualidade na terceira idade e analisar de que maneira os processos de construções sociais influenciam nos sentidos constituídos pelos idosos e suas articulações existentes entre a história de vida dos idosos e os sentidos produzidos sobre Sexualidade. Adotou-se a visão de homem sob a perspectiva da teoria sócio-histórica proposta por Vigotski, constituído da autonomia, onde o idoso torna-se responsável pelo seu próprio processo de individuação. Foram realizadas entrevistas de historia de vida para levantamento de dados. Posteriormente, foi criado um corpus e análise e foi usada a técnica de análise denominada núcleos de significações para a compreensão dos sentidos. Os dados estão articulados em duas seções, conforme os objetivos específicos da pesquisa, resultando um total de 07 núcleos de significações. Na seção "A" surgiram 03 núcleos: Dou graças a Deus, porque meu marido fracassou: o sexo como obrigação; Eu não tenho mais aquela vontade: a culpa é da doença e Eu estou com muita vontade de fazer sexo: eu ainda gosto! Na segunda seção "B" emergiram 04 núcleos: Coração bem mexido: paixão na terceira idade; Não é só sexo: buscamos uma amizade; Sexo associado à vergonha e, Sexualidade higienista: sexo seguindo padrões normativos. Sendo assim, faz-se importante considerar há interesse em que a psicologia tenha um olhar mais pormenorizado acerca da sexualidade do idoso, promovendo a discussão de temáticas como: namoro na terceira idade; sexo na terceira idade; masturbação, principalmente no contexto das mulheres que tem historicamente sua sexualidade reprimida e silenciada. Os dados se apresentam positivos para a atribuição de sentidos. Os métodos utilizados na pesquisa foram eficientes, pois foi possível identificar os núcleos de significação para a apreensão dos sentidos. Os resultados obtidos podem ser considerados como satisfatórios para a pesquisa, por proporcionar dados que pudessem ser analisados e discutidos sob uma perspectiva crítica da psicologia, não se limitando numa visão organicista do desenvolvimento humano, mas dando ênfase nos processos psicossociais do sujeito. Os sentidos estão pautados pelas relações socialmente construídas pelos modelos de gênero, implicando diretamente nos desejos sexuais. Até mesmo, as idosas que evocam que ainda sentem desejo sexual, não se permitem vivenciar novas experiências. Pois as mesmas consideram que não possuem marido, ou que tem que haver estabelecimento de vínculos afetivos, correlacionadas a sentimentos como carinho, companheirismo e amizade, não se limitando ao ato sexual.Em outras palavras, as relações de curto prazo ou com parceiros mais jovens, ainda não são como um aspecto possível, como muitos homens se dão essas possibilidades. Torna-se importante, que a psicologia tenha um olhar mais pormenorizado acerca da sexualidade do idoso. Em que, o psicólogo, ao se inserir em instituições que trabalham com idosos, deve ter uma escuta sensível e, ao perceber idosos com as demandas semelhantes às evidenciadas neste estudo, buscarem discutir temáticas como: namoro na terceira idade; sexo na terceira idade; masturbação, principalmente no contexto das mulheres que tem historicamente sua sexualidade reprimida e silenciada.

Sobre a compreensão dos processos de construção social que influenciaram na produção de sentidos das idosas, este se encontra constituído ainda pela visão higienista do sexo, imbricado de moralidade, envolto a estereótipos sociais e opressão, influenciam para que as idosas não possam manifestar livremente sua sexualidade. Ressalta-se ainda, que estas idosas foram criadas dentro de um contexto histórico, em que, qualquer expressão da sexualidade feminina era contida e inviabilizada. Entretanto, seus discursos revelam a busca por um parceiro fixo e o desejo de se possibilitar vivenciar a paixão e o amor na terceira idade.

Torna-se necessário, uma atuação do psicólogo que trabalha com idosos, que domine a temática sexualidade numa perspectiva crítica e política, que sua atuação seja além dos aspectos biológicos ou das categorias estruturadas sugeridas pelos manuais de psicologia do desenvolvimento humano. Para isso, sugerem-se as oficinas de gênero e sexualidade, educação em saúde, promovendo a participação dialógica do idoso, com vistas à tomada de consciência, bem como a construção de sua autonomia e a emancipação da liberdade sexual.

Violência de gênero, psicologia e políticas públicas: problematizando a construção e desconstrução de discursos

Sascha Fernandes da Silva (Faculdade Católica Rainha do Sertão), **Anna Paula Fagundes Bezerra** (Faculdade Católica Rainha do Sertão), **Graciely Carlos Silva** (Faculdade Católica Rainha do Sertão)

As políticas públicas através dos mecanismos de proteção e das ferramentas jurídicas como a lei 11.340 de 2006 se propõe a resguardar das mais diversas formas a integridade física, social e psicológica das mulheres, mais especificamente no contexto da violência doméstica, gerando punições e sanções para os agressores e buscando proporcionar conforto e segurança a parte agredida. Contudo, outra frente de atuação dessa política é modificar através da educação continuada a cultura de dominação de gênero, e consequentemente apesar de não ser colocada assim de forma explicita, a cultura que sustenta a violência e opressão de gênero, ou seja, o regime patriarcal e suas expressões no funcionamento social, para além dos episódios de litigio domiciliar.

Dessa maneira, é importante estar atento a essa forma de intervenção na realidade apresentada, e investigar como efetivamente essas ações de mudança ocorrem, em quais contextos, com que frequência, efetividade e se de fato estão chegando e atingindo a sociedade como um todo, principalmente a parcela da população que mais exerce ações de violência e se beneficia do sistema social do patriarcado.

Tomando esta perspectiva tem que se entender e explicitar como a sociedade se organiza e funciona, percebendo-se assim a perspectiva adotada que se baseia na divisão proporcionada pelas relações de poder. Segundo Foucault (2003), o poder pode ser compreendido como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, estando assim capilarizado em todas as relações sociais. Ele arma-se de técnicas, se infiltra em instituições e se acomoda às configurações regionais e locais, atravessado pela cultura. Essa compreensão da configuração social, enveredase nas mais diversas relações e entre estas a díade homem-mulher, assumindo interações, por vezes sutis, marcadas pela subjugação do gênero, enquanto categoria social. Dessa forma, podemos entender o patriarcado como o sistema histórico de dominação e subjugação das mulheres aos homens, podendo ser apontado como um dos pilares ou como o pano de sustentação da cultura de violência de gênero, legitimando práticas e fortalecendo ideais.

Ao discutir o papel do patriarcado na manutenção desse sistema outro conceito fundante é o de gênero, que segundo Scott (2002), delibera espaços, lugares sociais, valores, constrói diferenças, estabelece e justifica hierarquias, permeando os vários segmentos sociais e exercendo influência inclusive nos locais que majoritariamente seriam espaços de acolhimento às mulheres, no caso, os centros de referência e delegacias especializadas na questão. Esse tipo de relação fica clara quando dentro destes espaços os profissionais que lá atuam, agem no sentido de deslegitimar as falas, dores e histórias de vida das mulheres violentadas, menosprezando ou assumindo posturas que culpabilizam as vítimas e indo de encontro aos ideais propostos pelas políticas públicas de capacitar os profissionais que acolhem estas demandas. Outro fator que expressa essa relação se baseia no caráter punitivo, focal e compartimentalizado das ações adotadas, como cita Santos (2008, p.3):

Todavia, os efeitos mobilizatórios da Lei “Maria da Penha” e os debates em torno da sua aplicação têm-se centrado nas suas medidas criminais, restringindo, como em meados dos anos 1980, o enfrentamento da violência a uma questão de polícia e de justiça criminal. As lutas feministas defrontam-se, assim, com o grande desafio de não permitir tal restrição do tratamento de um problema que as próprias feministas demonstraram ser complexo e multidimensional. Dessa maneira, buscou-se discutir a inserção da Psicologia nas políticas públicas que circundam o atendimento à violência de gênero na cidade de Quixadá, a partir da atuação da Delegacia Regional da Mulher e do Centro de Referência à Mulher. Segundo Frota (2008), a violência de gênero é crime que desde o ano 2000 tem crescido de forma exponencial no estado do Ceará, portanto faz-se relevante entender as possibilidades de atuação e a real inserção da psicologia nas políticas voltadas à questão.

A importância da inserção da psicologia nas políticas públicas voltadas à mulher vítima de violência se faz clara quando entendemos que a violência de gênero é uma construção histórica cultural e, portanto passível de ser desconstruída. Mobilizar estratégias de atendimento e prevenção à violência contra a mulher no sentido de incidir nas subjetividades que forjam o discurso patriarcal é tarefa cabível à psicologia. Mapear as políticas públicas existentes no município de Quixadá no tocante à violência de gênero e compreender as possíveis inserções da psicologia na área são os objetivos desse projeto, que visa contribuir com a expansão do campo de atuação da psicologia na região do sertão central no palco das políticas públicas voltadas à mulher.

Violência, vulnerabilidade e risco: considerações sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem

Rita de C. Flores Müller (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre o processo de medicalização da população masculina brasileira, a partir de uma análise do discurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem lançada em 2009 pelo Ministério da Saúde. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem brasileira é uma das linhas de uma teia macrossocial de investimentos no homem como população.

Neste processo de medicalização de classes populares, esta iniciativa governamental enuncia-se na afirmação do problema que ela própria evidencia, a saber, a de que a política reconhece que os agravos do sexo masculino constituem verdadeiros problemas de saúde pública. Há neste reconhecimento a existência de um corpo masculino constituído na veracidade do problema de saúde que ele próprio dá a ver ao desterritorializar-se dos alcances do poder que o constituem. Um corpo masculino visível em seu caráter de fragilidade, vulnerabilidade e risco social que tem sido a potência de uma engenhosa maquinaria de fazer cuidar para o homem viver. O conceito de arquivo e o manejo de seu mal se destacam como condição de possibilidade da escrita deste projeto e de sua realização. Um arquivo do masculino em saúde e sua abertura ao campo da exterioridade, interpelada que está pelo enunciado-diagnóstico da dificuldade de efetivar uma agenda de trabalho com os homens no Brasil. Na análise da medicalização do sexo e da sexualidade masculina no tocante à sua regulamentação e normalização, a tessitura dos elementos simbólicos é marcada pela hibridização de seus jogos de verdade, saber e poder, em que o corpo do homem ocupa o lugar de impressão do poder que visibiliza inscrições históricas também descontínuas acerca de seus próprios objetos. O presente trabalho analisa documentos produzidos pelo Ministério da Saúde no âmbito do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas/ Área Técnica de Saúde do Homem, considerando-se o fim do primeiro biênio (2009-2011) e início de um novo plano estratégico de implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Na relação entre discurso traumático (o que emerge pelo signo da violência de homens contra si e contra o outro) e verdade, bem como entre testemunho e produção de subjetividade, que narrativas masculinas têm sido produzidas – e se produzidas, ouvidas na atualidade? Sob a égide dos conceitos de saúde e de violência – e suas delicadas imbricações nas malhas do biopoder, como analisar a produção da vitimização versus a demonização do masculino em tempos de judicialização, medicalização e psiquiatrização no/do contemporâneo? Na constituição do arquivo do masculino em saúde, os investimentos na saúde da população masculina encontram seu ponto de estofo no conceito de “violência”. Conceito mobilizador de enunciados que localizam os homens ora como vítimas, ora algozes do discurso de uma masculinidade ou virilidade “em crise”. Trata-se, efetivamente, da constituição de uma agenda de trabalho nas áreas de saúde e desenvolvimento social global voltada à população masculina que consolide espaços de fala/escuta/intervenção (sem esquecermos da punição em épocas de judicialização) para homens em todo mundo, traduzindo-se na produção de subjetividades masculinas menos “bélicas” ou “alheias” ao território do outro.

[Des]encontros: da análise crítica da revista Capricho à intervenção sobre identidade, corpo e sexualidade

Shamara Paiva Mendes (Universidade Federal do Ceará), **Deborah Christina Antunes** (Universidade Federal do Ceará)

[Des]encontros é o resultado do trabalho de pesquisa e intervenção que buscou compreender como a marca e revista Capricho constroem a imagem da garota esperada dentro dos padrões estabelecidos. A partir da análise do periódico, foi estruturada a intervenção intitulada "O que será, que será? As adolescentes e as questões referentes à construção de identidade feminina, corpo e sexualidade" realizada no Serviço de Psicologia Aplicada (S.P.A.) da Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral. O objetivo da intervenção era fomentar um processo crítico reflexivo junto às adolescentes sobre o ser mulher, as possibilidades do(s) feminino(s), discutir corpo e sexualidade a partir do vivido e questionar padrões estabelecidos e naturalizados através da publicação da revista analisada.

Antes da análise da revista foi feita uma revisão teórica sobre identidade, feminino, mídias e Indústria Cultural contando com autores como S. Lane (2016), A. Lima (2012), T. Silva, S. Haal e K. Woodward (2008),S. Beavouir (1970), M. Matos (2008), M. Del Priori (2011), T. Adorno (1963, 2002, 2008), B. Antunes (2008), L. C. Lima (2011), A. Zuin (2001). Ao escolher trabalhar com temas amplos e complexos como o feminino, identidade e mídias, tomamos a Teoria Crítica como ponto norteador para as potencialidades emancipatórias, compreendendo que suas proposições facilitam o processo que resistência que buscávamos fomentar. Ao todo nove exemplares foram analisados entre os meses de dezembro de 2013 a maio de 2014. Inicialmente foi feita uma análise geral do periódico e em seguida os temas escolhidos como foco da pesquisa foram abordados nas matérias e seções previamente observadas. Escolhemos examinar as matérias que abordassem o ser mulher/menina a partir dos temas feminilidade, corpo, sexualidade, comportamentos, relações interpessoais e medo (paranóia). A partir da pesquisa percebemos que a revista molda um feminino que deve se adequar ao que a Capricho propõe e não o contrário. Assim, a revista diz de uma sexualidade esperada e adequada, do corpo a ser transformado e ajustado. A partir da pesquisa buscamos estruturar a intervenção em oito encontros divididos a partir dos temas analisados, e foram eles: apresentação/integração do grupo, mensagem dos meios de comunicação, aparências, corpo, afetividade, sexualidade, vida sexual, encerramento/confraternização.

A partir da análise do periódico, o projeto construído foi direcionado para a rede privada, visto que os dados indicavam ser esse o público da revista. Após a negativa de quatro escolas, a proposta da intervenção foi repensada e reconstruída para o Serviço de Psicologia Aplicada(S.P.A.) da própria Universidade. As adolescentes foram escolhidas a partir dos dados disponíveis no sistema do serviço, e os critérios estabelecidos para a participação foram: idade, motivo para ida ao serviço, situação de atendimento (em espera, sendo atendida ou desligada da instituição), interesse em participar do grupo e disponibilidade no horário dos encontros com frequência semanal.

Dentro desse espaço para questionar e discutir, as meninas trataram de temas tidos como tabus nas salas de aula e família, tais como masturbação, virgindade, relações homoafetivas, medos, vergonha, violência física (abuso por parte dos colegas), insegurança, dentre outras questões que marcavam o que era o feminino para as participantes. A cada novo encontro o grupo se fortalecia e se sentia mais seguro para adentrar em reflexões mais pontuais e descontruções sobre o feminino divulgado pela revista e demais mídias. O corpo foi trabalhado a partir das imagens da revista e os modos como esta construía o ser mulher, o feminino esperado e indicado. O abuso aliado a uma postura heteronormativa foi discutido dentro do cotidiano das meninas e também nas publicações em redes sociais, o que favoreceu que percebessem e rompessem com as relações de opressão em que os colegas as menosprezavam por serem meninas.

Ao terminar o grupo as garotas demonstraram se sentir mais seguras e passaram a questionar algumas ideias que antes lhes pareciam naturais. Através da atividade de encerramento, foi possível perceber que, mesmo sendo breve, o grupo permitiu que as participantes deixassem o espaço com mais criticidade, se sentiam mais valentes e determinadas a enfrentar, resistir. Não há espaço para se discutir, de fato, sobre identidade, sobre emancipação, resistência, há ainda menos espaço para discutir sobre a sexualidade, sobre os desejos, sobre o corpo em nossa sociedade. Todas essas questões já aprecem dadas ou solucionadas de antemão, assim como ocorre no periódico analisado. Além disso, o silêncio velado ou instituído sobre os temas nas instituições tradicionais gera questionamentos e medos que ninguém quer responder – ambiente fértil para a aceitação irrestrita do que é veiculado midiaticamente. As informações são contraditórias, os receios são heranças passadas de mãe para filha, a liberdade de uns aparentemente tão inquestionável ao passo que questionar era o que nos restava para naquelas poucas horas semanais convidar as jovens meninas a serem mais do que as mulheres que lhes é ordenado serem, pessoas capazes de se formarem (sichbilden), através de um processo reflexivo e crítico do existente.

‘Será que ele sabe que eu sou puta?’: Redes de significados e sentidos no itinerário urbano de garotos de programa

Cristiano Hamann (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Adolfo Pizzinato (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

O presente estudo tem como perspectiva explorar os significados e sentidos atribuídos a ser garoto de programa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa por meio de dois processos de coleta de dados vinculados e indissociáveis: o primeiro sendo uma etnografia pelos lugares de prostituição de homens cisgênero na cidade de Porto Alegre, e o segundo uma série de entrevistas com garotos de programa, gerentes de estabelecimentos e promoters de festas em locais de prostituição de homens. As entrevistas e experiências etnográficas em campo foram retroalimentadas, de modo que elas procuraram reconstruir um itinerário usual dos garotos de programa em Porto Alegre em snowball – constituindo-se de uma rua, duas saunas, dois bares e uma danceteria, e as respectivas entrevistas derivadas destas aproximações territoriais. Por meio de um olhar em sintonia dos Estudos de Gênero – aderindo a uma perspectiva interseccional – e dos Estudos Culturais – com foco nos processos comunicacionais –, as entrevistas e diários de campo deram ensejo para alguns resultados preliminares. Marcadores tradicionais como idade, escolaridade, cor e território, mesclam-se ao contexto da prostituição de homens cisgênero na cidade – considerando-se articulados a outros aspectos como juventude, beleza, formas de aproximação e sedução. Estes fatores mostram-se intrinsecamente relacionados a capacidade de agenciamento dos homens no contexto da prostituição. Diferentes territórios denotam qualidade e complicações que distinguem os homens que aderem a negociações nestes espaços. A rua é vista como local perigoso pelos entrevistados, e parece não suscitar um espaço de troca protetiva entre os garotos. Em contrapartida, as saunas mostram-se uma alternativa bastante comum e movimentada, e, assim como os bares, já denotam formas de proteção no grupo de garotos de programa – como indicação de “bons clientes” e “clientes ruins”, estabelecimento de preços base e situações de confraternização fora do local de trabalho sexual. Há, no contexto de prostituição dos homens entrevistados, um paralelismo entre os profissionais que atendem por meio do contexto geográfico e os que atendem por meio do contexto virtual, que não compartilham do mesmo itinerário mas compreendem sua escolha sob a mesma justificativa: o anonimato. Algumas formas de exercício de poder podem ser notadas, como a ‘dessexualização’ da relação com o cliente, contrastando com a manutenção de demonstrações de afeto nos bares e saunas, e a dissociação narrativa entre orientação sexual e prática, ligada a formas de corroboração de uma identidade heterossexual e de manutenção de domínio sobre as negociações do sexo. É evidente também o uso de termos associados ao feminino, como “puta” ou “alma de puta” e “fêmeos”, enquanto estratégia para posicionar pejorativamente os homens que vendem sexo e estabelecer jogos de poder no contexto de negociação entre clientes/garotos, dotando os clientes de certo espaço contextual de domínio – assim como o uso de termos como “putão” e “gays” em contexto de deslegitimação dos clientes como sujeitos sexuais. A utilização destes termos é compreendida neste trabalho tanto como forma protetiva sob o risco de trocas afetivas e envolvimento para além do comércio do sexo, como jogo de poder que se faz constituinte das negociações na prostituição de homens. Estes tensionamentos se dão principalmente nas aproximações entre garotos e clientes fixos, que configuram-se como um tipo de relação tão desejada pelas partes como circunscrita por tensionamentos entre afetividade e trabalho. Além destes resultados preliminares, esta pesquisa tem dado ensejo a novas significações de aspectos como beleza, juventude e capacidade de sedução enquanto formas de capital no contexto do sexo remunerado de homens. Da mesma forma, estes fatores acabam por tensionar discussões jurídicas que consideram as possibilidades de legitimação de formas de trabalho à luz de noções higienistas – que dissociam o trabalho legítimo de formas possíveis de afeto e prazer.

"Suposta vítima não se apresenta como uma pessoa indefesa": uma análise das construções de gênero na jurisprudência alagoana

Lisandra Espíndula Moreira (Universidade Federal de Alagoas), **Larissa de Moura Cavalcante** (Universidade Federal de Alagoas), **Carlysson Alexandre Rangel Gomes** (Universidade Federal de Alagoas)

O presente trabalho parte da nossa tentativa de tentar compreender como os casos de violência contra a mulher têm sido tratados na jurisprudência alagoana, pois, apesar da questão da violência de gênero possuir uma produção acadêmica considerável, infelizmente as estatísticas permanecem alarmantes, tanto nacionalmente como também no estado de Alagoas. O nosso trabalho tem por tema a violência contra mulher e buscou compreender os efeitos dos diferentes processos socioculturais que posicionam homens e mulheres de forma diferenciada nos documentos jurídicos analisados. Parte-se da perspectiva foucaultiana no âmbito da Psicologia Social. O projeto de pesquisa que embasa esse trabalho teve como objetivo geral analisar os enunciados que constroem relações de gênero em documentos jurídicos referentes à violência contra mulher, problematizando as demandas feitas ao judiciário a partir dos conceitos de judicialização da vida e de processos de subjetivação. Especificamente neste trabalho, buscamos analisar as enunciações e os atravessamentos de gênero que legitimam as decisões tomadas no judiciário para pensar como se constrói a noção de homem e mulher nesses materiais. Dessa forma, objetivamos também identificar possíveis conexões entre a violência a partir da violência de gênero e os diferentes marcadores sociais (raça, cor, religião, contexto socioeconômico, escolaridade, entre outros). Entendemos que essa pesquisa se vincula a esse GT e ao eixo temático "Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais", pois coloca em evidência as relações de poder que produzem desigualdades entre homens e mulheres e, no limite, produzem a violência contra mulher. Dessa forma, pensamos o campo da pesquisa e da prática em psicologia social, tendo em vista que as situações que deram origem aos documentos jurídicos analisados são também objeto de intervenção da psicologia em diferentes espaços, em especial, nas políticas de saúde, assistência social e no próprio espaço jurídico. É possível perceber consensos e confrontos a partir da Lei Maria da Penha produzidos nessas práticas e que invadem os materiais jurídicos. Neste trabalho, apresentamos o levantamento e a análise de acórdãos pesquisados na Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Alagoas. Os documentos foram acessados no site do TJAL, no link Consulta – Jurisprudência, através do descritor "violência contra a mulher". Num primeiro momento realizamos a triagem dos documentos, tendo em vista que em alguns o termo "violência contra mulher" existia, mas a temática não estava abordada no acórdão. Os procedimentos metodológicos envolveram a análise detalhada dos materiais, com inspiração nas ferramentas da análise do discurso de Michel Foucault, onde os discursos devem ser compreendidos em sua materialidade. Não se busca descobrir o que está oculto nos discursos, , mas sim levar em conta as relações históricas, de práticas muito concretas, que estão 'vivas' nos discursos. Formulamos dois eixos que contemplam os principais pontos encontrados na jurisprudência, são eles: 1) Vítima e agressor: subvertendo categorias de gênero através das decisões judiciais; nesse eixo nós observamos como as mulheres e homens emergem nos materiais analisados como as categorias fixas de vítima e agressor, onde são produzidos dois sujeitos: um homem que pela sua condição natural-biológica é agressivo e uma mulher que é alvo dessa agressão na sua categoria de frágil e vulnerável; 2) Loucos e santos: construção da identidade masculina e feminina por meio dos saberes psis. Nesse eixo analisamos como os saberes psis (psicologia e psiquiatria) são usados nos documentos para produzir identidades de homens e mulheres, e como a ciência é utilizada para construir uma imagem de um sujeito perigoso (homem), pois o mesmo possui algum transtorno mental ou faz uso de substância entorpecente e ao mesmo tempo um sujeito que é preciso proteger (mulher), já que essa convive com um indivíduo que é considerado um "risco". Os saberes da psicologia acabam servindo para a articulação perversa entre os acontecimentos da vida do sujeito, sua conduta e suas virtualidades. Podemos entender que os materiais jurídicos acabam reproduzindo e normalizando categorias de gênero e que a judicialização da vida ajuda a pensar a produção de subjetividades a partir da violência contra mulher. Os eixos também mostram como os fatores econômicos e sociais emergem nos acórdãos para desqualificar o sujeito e a utilização da noção do sujeito perigoso para criminalizar o indivíduo. É possível pensar a partir disso que os documentos jurídicos que julgam os casos de violência contra mulher podem contribuir para a problematização das categorias de gênero a partir das suas decisões, nas quais homens e mulheres podem estar submetidos ou também como sujeitos ativos.

GT 28 AS PSICOLOGIAS SOCIAIS DO RECONHECIMENTO E DO NÃO RECONHECIMENTO DA DIGNIDADE E DE DIREITOS

A humanidade sob a lógica do capital: reflexões sobre alienação, marginalidade e direitos

Isabeau Cristina de Sousa Bezerra (Universidade Estadual do Ceará), **Ruth Maria de Paula Gonçalves** (Universidade Estadual do Ceará), **Estefanni Mairla Alves** (Universidade Estadual do Ceará), **Iago Bezerra Dantas** (Universidade Estadual do Ceará)

O presente trabalho se propõe a discutir a dinâmica do sistema carcerário a partir da concepção de alienação na ontologia marxiano-lukacsiana. Tal questão foi fomentada a partir de um estágio extracurricular desenvolvido em uma unidade penitenciária masculina do estado do Ceará, realizado desde dezembro de 2013, além de leituras realizadas no Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho – NUSOL/UECE. Este é o recorte de um trabalho monográfico, ora em desenvolvimento, no qual a concepção de alienação, emancipação humana, liberdade, sociabilidade e subjetividade são categorias centrais. Será traçado um perfil do sistema carcerário cearense, atrelado às possíveis contribuições da psicologia nessa área de atuação, tudo perpassado pelo relato da experiência vivida no estágio. Para efeito do presente estudo daremos ênfase ao abuso de poder e à dessenssibilização em relação à pessoa marginalizada por parte da sociedade e da polícia carcerária. Com o foco no complexo da alienação, reconhecemos com Marx que o trabalhador, na sociedade capitalista, ao se alienar da produção e do produto de seu trabalho, acaba por alienar-se também do próprio gênero humano. Com efeito, o trabalhador explorado, perde a noção de humanidade enquanto coletividade, uma vez que a sensibilidade de perceber no outro um ser tal qual a si mesmo é muda, sem sentido. Individualizado e atomizado, o ser humano não mais se reconhece no outro. A alienação engendrada pelo antagonismo entre capital e trabalho, distancia e cristaliza esse sujeito que, não se reconhecendo no outro coisifica as relações entre pessoas, não mais importando o que possa lhe acontecer. Com isso, abre-se a possibilidade de situações de humilhação e desumanidade em relação aquele julgado inferior. Pode-se observar claramente a relação dessa alienação com diversas cenas vistas, principalmente, nos grandes centros urbanos, em que essa visão atomizada do ser humano é ainda mais forte. Casos de linchamento, espancamento até a morte como o de Cledenilson Pereira da Silva, 29, ou de agressão mútua imposta por policiais; são facetas da alienação. Em última instância, são faces da barbárie que tem sua raiz na alienação do trabalho, origem de todas as alienações. Sob a lógica do capital o ser encolhe-se ao ter, e, se os sujeitos só são reconhecidos enquanto tais ao possuírem bens materiais, é a própria coisa que ascende como sujeito. Nos exemplos anteriormente tratados é fácil perceber a falta de reconhecimento da humanidade e direitos do outro, que por ser julgado como corruptor da propriedade privada, postulado maior do capitalismo, é submetido a humilhações, e até mesmo à tortura e morte. Sob essa perspectiva, percebe-se uma dinâmica social que tem corroborado para o não reconhecimento da dignidade e dos direitos de segmentos sociais marginalizados. Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica sobre o conceito de alienação em Marx, relacionado com a base documental (análise de notícias e vídeos diariamente veiculados nas mídias de compartilhamento) e da própria vivência como estagiária em unidade prisional. Diante disso, assinalamos quão atual é a obra de Karl Marx e como as reflexões por ele geradas ainda são essenciais para uma compreensão macro da realidade vivida atualmente. O trabalho propõe contribuir com as discussões dentro da temática do GT "As psicologias sociais do reconhecimento e do não reconhecimento da dignidade e de direitos", uma vez que a alienação e suas vicissitudes são necessárias à manutenção das dinâmicas econômicas e sociais da sociabilidade do capital. A alienação decorrente da forma social capital provoca a desumanização do homem pelo próprio homem, gerando indivíduos que ao reproduzirem o famoso discurso "bandido bom é bandido morto", distanciam- se da pessoa, do ser humano ali existente e reduzem-no ao "bandido", categoria descartável, e passível de qualquer forma de humilhação e sofrimento como via de submissão e pagamento de uma suposta dívida deste com a sociedade

Articulações entre discursos de dominação e processos aculturativos em estudantes de Guiné-Bissau e Cabo Verde no Brasil

Nathália dos Santos Lobo (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **João Luís Almeida Weber** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Cristiano Hamann** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Yasmine Mazzoni Jalmusny** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Adolfo Pizzinato** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

O Brasil hoje vive um novo fluxo migratório, sobretudo de imigrantes provindos de países africanos e latino-americanos. Parte desta migração é temporária e se dá através de programas do governo brasileiro que objetivam a internacionalização da educação fornecendo bolsas de estudo a alunos estrangeiros para cursarem a universidade no Brasil, como o Programa de EstudantesConvênio de Graduação (PEC-G). Este programa é uma iniciativa do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação do Brasil, juntamente com universidades brasileiras e com foco em países em desenvolvimento com os quais o Brasil tem mantido acordos educacionais e culturais (sendo estes da África, Ásia, Oceania, América Latina e Caribe). Compreendendo a necessidade de conhecer qualitativamente estes processos migratórios, este estudo buscou analisar os discursos de quatro estudantes africanas intercambistas vinculadas ao PEC-G no Rio Grande do Sul, sendo duas de Guiné-Bissau e duas de Cabo Verde. As jovens totalizavam o número de alunas africanas do programa na universidade onde estudaram. A coleta dos dados foi realizada através da proposta de entrevistas narrativas, pois estas favorecem a obtenção de informações subjetivas – como experiências de vida e questões pessoais das narradoras. Para estimular estas narrativas, iniciou-se a entrevista com perguntas abrangentes, gerativas, dando possibilidade às entrevistadas de criar uma narrativa com início, meio e fim, as quais foram compreendidas numa noção de interlocução (autoria – audiência narrativa). A partir destas entrevistas foram realizadas duas análises distintas. A primeira análise buscou interpretar como as entrevistadas organizaram as narrativas sobre suas trajetórias, como estas perceberam a importância do contexto sociocultural em que estavam inseridas na construção de seus projetos de vida e compreender as formas de organização de seus discursos identitários, em especial na intersecção etnia/raça e gênero. Para isso, utilizou-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) e uma perspectiva de Estudos de Gênero interseccional. A ACD tem como prerrogativa situar aspectos comunicacionais numa concepção de prática social e permite que se coloquem em pauta mecanismos sociais que legitimam desigualdades e injustiças num processo de reprodução de relações de dominação, ou seja, de abuso de poder. Já a perspectiva interseccional nos Estudos de Gênero fora utilizada como possibilidade de estabelecer análises críticas a partir de marcadores sociais vinculados a experiência de ser mulher, negra, imigrante, africana, entre outros. Esta perspectiva permite localizar sócio-historicamente as manifestações discursivas que produzem e reiteram sistemas de dominação. O conceito de interseccionalidade busca contemplar eixos de poder enquanto construtos que mostram cruzando-se e resinificando-se nas relações sociais. Além desses aspectos, houve uma segunda etapa de análise que teve como objetivo identificar, nas narrativas, as orientações aculturativas e interpretar os sentidos e significados atribuídos ao processo aculturativo a partir de uma perspectiva dialógica. Para a compreensão do fenômeno da aculturação, utilizou-se o Modelo Bidimensional de Aculturação, o qual analisa a identidade étnica do imigrante por meio da sua interação perante o novo grupo étnico. Segundo esta perspectiva, são quatro as orientações aculturativas possíveis: integração, separação, assimilação e marginalização. As narrativas das jovens permitem compreender aspectos de mudança de status social, relacionados à suas vivências no Brasil, assim como identificar certos conflitos no campo étnico racial que, ao mesmo tempo em que compreendem certos sistemas de dominação (por exemplo, em suas leituras sobre as relações interétnicas entre os brasileiros), demonstram possibilidades de existência distintas das vividas em seus países de origem. Constatação esta também presente no modo como as estudantes são interpeladas pela cultura majoritária local, assumindo diversas posições que por vezes são conflitantes e que precisam estar em constante negociação, transitando entre orientações integrativas, buscando agregar parte dos costumes, valores e cultura brasileira, e, também, orientações separatistas - quando há movimentos de distanciação e rechaço aos aspectos já citados, campos estes interconectados aos marcadores referentes ao preconceito sofrido. Deste modo, o presente estudo permite, a partir de dois eixos analíticos, compreender nuances da inserção de jovens africanas intercambistas no Brasil, estabelecendo conexões entre análises discursivas e interseccionais e um modelo clássico de aculturação

As vulnerabilidades das políticas públicas no enfrentamento do HIV/aids para pessoas acima dos 50 anos

Clara Miranda Santos (Instituto Federal de Rondônia), **Vânia Damasceno Costa** (Universidade Federal do Acre), **Luís Alberto Lourenço de Matos** (Universidade Federal de Rondônia)

Esta pesquisa bibliográfica tem como objetivo apontar algumas dificuldades encontradas na efetivação das políticas públicas referentes às pessoas que adquiriram o vírus HIV após os 50 anos de idade e seus impactos na vida dessas pessoas que foram acometidas por essa doença, analisada sob a perspectiva da Psicologia Social.

Nos últimos anos, tem sido observada uma gradativa liberdade no exercício e expressão da atividade sexual entre pessoas acima dos 50 anos de idade. As mudanças socioculturais definiram novos padrões atitudinais no que concerne à sexualidade. Qualidade e aumento da expectativa de vida, avanços das terapias medicamentosas que melhoram o desempenho sexual são considerados como causas do aumento do número de casos de HIV/aids nesta faixa etária. Porém, ações preventivas às DST não têm acompanhado na mesma proporção, a dinâmica desta nova realidade. Por meio da literatura é possível observar que a implementação de políticas públicas voltadas para esta pandemia no Brasil estava dirigida para jovens, fossem eles homo ou heterossexuais. Assim, podemos inferir que, o fenômeno do HIV entre pessoas velhas, estava sendo tratado com certa displicência ou falta de perspectiva por parte do governo que articula as políticas públicas e dos movimentos sociais ligados a essa militância, que parecem ter desconsiderado o processo de envelhecimento dos que adquiriram o vírus ainda jovens e, sobretudo, dos velhos, como se estes fossem assexuados e não estivessem vulneráveis a contrair a doença.

Diante deste panorama, na tentativa de compreender e localizar o foco de transmissão do vírus, foram elaborados alguns instrumentos teóricos com o objetivo de intervir estrategicamente. A priori, foi estabelecido o conceito de grupo de risco, acreditando que coletividades com características específicas estariam predispostas a adquirir o vírus (homossexuais, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis). Em seguida, foi observado que não se tratava de grupos específicos, este conceito estava inadequado diante das proporções epidemiológicas que a doença estava alcançando, além da severidade do ostracismo que esses grupos estavam vivenciando. A partir dessa constatação, surge o conceito de comportamento de risco. Este termo parecia mais adequado ao perfil do avanço da epidemia, generalizava a preocupação com os cuidados necessários para prevenção, no entanto, o foco estava na culpabilização individual do risco de contaminação.

Por fim, e mais atual, surge o modelo teórico e instrumental, conceituado como vulnerabilidade, o qual se propõe a avaliar objetiva, ética e politicamente as condições em que os indivíduos estão expostos aos riscos de contaminação. A vulnerabilidade abrange três aspectos interdependentes na avaliação da exposição dos indivíduos e da coletividade à contaminação pelo HIV: individual, social e programática.

Desta forma o aumento da incidência dos casos de HIV/aids em pessoas acima de cinquenta anos tem sido estudado por meio do viés da vulnerabilidade, destacando como principais fatores a: invisibilidade do sexo na velhice, amplificação do acesso a medicamentos para distúrbios eréteis, pequena adesão de homens idosos aos preservativos masculinos, bem como a vagarosidade de políticas públicas preventivas a esta população.

Os indicativos da lentidão para que as políticas públicas atentassem para a nova tendência da disseminação do vírus entre pessoas acima de 50 anos de idade podem ser observados nas campanhas de combate às DST e aids do Ministério da Saúde. Estão registradas no site oficial (www.aids.gov.br) do Departamento de DST/aids 48 campanhas temáticas, no período de novembro de 1998 a março de 2015, e dentre elas, apenas duas estavam destinadas à população acima dos 50 anos de idade; uma divulgada em novembro de 2008, e a outra em fevereiro de 2009.

Além dos intervalos serem relativamente longos, em média de duas campanhas por ano, geralmente uma em dezembro (dia mundial de luta contra aids em 1º de dezembro, e a outra em fevereiro ou março, no carnaval) nos deparamos com mobilizações massivas voltadas para a população mais jovem, reforçando no imaginário da população que a aids está distante das pessoas mais velhas. Isso parece ser introjetado tanto pelas pessoas que ainda são jovens, como por aquelas que já estão acima dos 50 anos.

O HIV/aids continua demandando respostas efetivas relacionadas à prevenção e tratamento, especialmente no que concerne às pessoas acima dos 50 anos, por se encontrarem num grau maior de vulnerabilidade.

Todas as adversidades que acometem as pessoas que vivem com HIV/aids podem desencadear um intenso desgaste psicológico, desequilíbrio fisiológico, fragmentação da vida social e depreciação da subjetividade deste indivíduo. Essa conjuntura multifatorial provoca, nas pessoas que estão ao redor reações desestabilizadoras, sejam essas no intuito de mobilizar o cuidado e a solidariedade, ou a rejeição e o repúdio.

Portanto, diante de tal panorama, é necessária a efetivação das políticas públicas voltadas para esta população, tanto para as pessoas que estão envelhecendo num contexto de sexualidade ativa, quanto para as pessoas que, em decorrência disto, adquiriram o vírus.

Desafios da Psicologia escolar e educacional na luta por reconhecimento

Anna Júlia Giurizatto Medeiros (Instituto Federal de Alagoas)

No contexto atual brasileiro, marcado pelo Estado de direitos e pelas diversas contradições de tal modelo, é fundamental pensar as possibilidades e perspectivas de atuação da psicologia nesta dinâmica. No cenário educacional, a psicologia tem um histórico que remonta às práticas individualizantes e psicopatologizantes das dificuldades de aprendizagem, comprometidas com os interesses de parcelas privilegiadas da população. O reordenamento das relações entre Estado e sociedade, os avanços nas legislações e nos padrões de sociabilidade, tiveram forte expressão no âmbito das políticas públicas educacionais e nos referenciais e práticas da psicologia escolar e educacional. Com a democratização do ensino, ampliou-se o acesso - sendo o direito à escolarização universalizado- e a participação da população na gestão das escolas e do sistema educacional brasileiro, com importantes reflexos nas orientações político-pedagógicas escolares. A psicologia, através de severas críticas às orientações teórico-metodológicas que alicerçaram as práticas voltadas ao ajustamento dos estudantes ao padrão de normalidade, tem buscado problematizar os determinantes históricos e sociaisdeste processo e enfatizar a interação entre as dimensões psicoeducativa e psicossocial na construção da cultura escolar e na produção da aprendizagem, desenhando novos rumos para o pensar e o fazer do psicólogo em contexto educacional. Neste intento, é importante descortinar o papel das escolas na produção e reprodução das desigualdades e atuar em prol de rupturas, considerando as contradições desta estrutura social injusta. Neste trabalho, que consiste em pesquisa bibliográfica, buscaremos problematizar os dispositivos que mantem relações de poder desiguais no seio da sociedade e, em particular no sistema escolar, e traçar alguns desafios para a psicologia escolar e educacional frente às dinâmicas de produção de desigualdades. A escola, como instituição da sociedade, reproduz seus valores e mecanismos de dominação estruturados pelas diversas desigualdades e hierarquias sociais produzidas. As transformações ocorridas com o advento dos valores da modernidade trouxeram questionamentos aos modos de regulação social estabelecidos, mas também novas configurações de exclusão. Os ideais de igualdade e universalidade, autorizados pela razão de uma raça, de uma classe e de um sexo (SANTOS, 2005), foram propagados como condição para manter a legitimidade do Estado moderno e são tidos como valores inquestionáveis para o desenvolvimento da democracia. Esta lógica introduziu nas escolas o modelo hierarquizado de organização da sociedade, buscando tornar o particular como universal e manter a desigualdade em níveis toleráveis.Os conteúdos, os planejamentos pedagógicos e institucionais, os métodos de ensino, a definição dos direitos e deveres, as formas de comunicação e o reconhecimento dos estudantes são pautados pelos valores e normas dos grupos dominantes, como se estes fizessem parte de um consenso. Segundo Bourdieu (2004), a classificação dos sujeitos engendrada pela distribuição desigual dos bens materiais e simbólicos faz com que alguns tenham os modos de vida mais compatíveis com os parâmetros que guiam as instituições escolares que outros. Os atores que tem sua existência reconhecida neste sistema de classificação detêm o monopólio da instituição, apresentam os conhecimentos, atitudes e aptidões em acordo com a cultura escolar e apresentam condições favoráveis a obter êxito e aceitação nas escolas. Para os que não se enquadram a estes parâmetros, a inclusão no sistema escolar fica circunscrita a negação e/ou inferiorização de seus referenciais, culturas, desejos e interesses, o que se configura como violência simbólica. A psicologia inserida em espaços educacionais encontra-se desafiada a tecer caminhos que possibilitem o questionamento deste modelo instituído. A atuação do psicólogo escolar e educacional precisa estar alicerçada por uma contra-ideologia que contribua com a construção de uma cultura escolar de valorização e reconhecimento das diferenças. Para isso, os discursos contra-hegemonicos precisam ser evidenciados. Neste desafio, cabe ao profissional assumir uma postura ética de reconhecimento, de envolvimento e de diálogo com toda a comunidade escolar. A escola, como instituição, é formada por indivíduos que se constituem e, simultaneamente, são constituidores dos contextos sociais nos quais estão inseridos, e esta possui uma subjetividade social na qual são partilhadas formas de pensar, sentir e atuar que vão configurando os aspectos organizacionais da escola. Através da observação e compreensão da forma como a escola reproduz as relações de dominação e hierarquização é possível intervir em seus processos de produção subjetiva e material das desigualdades. O diálogo, o respeito às diferenças e a atuação voltada para a legitimação dos processos de luta por reconhecimento podem contribuir com o fortalecimento e construção de novas perspectivas dentro da escola. Estas precisam ultrapassar as esferas da sala de aula e envolver as diversas formas de aprendizagem e sociabilidade desenvolvidas no âmbito escolar, o que inclui os planejamentos, os projetos, as normas e as relações estabelecidas. A descoberta com o outro das relações de opressão estabelecidas (ver Martin-Baró, 1996; Freire, 1987) potencializam a autodescoberta, a criatividade, o engajamento com os processos de transformação e a desnaturalização e despatologização das diferenças, possibilitando o desenvolvimento de relações mais igualitárias e construção de uma escola mais justa.

Deslocamento geográfico e filiação comunitária em famílias da rede de assistência social de Porto Alegre

Magaly Calderon Uribe (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Adolfo Pizzinato** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Gabriela Baptista Silva** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

O deslocamento é uma realidade social que se apresenta em diferentes países e territórios do mundo. No Brasil este fenômeno adquiriu matizes particulares atualmente, com macro eventos de alto impacto urbanístico, como a Copa do Mundo, pois as melhoras de certos lugares e construção de novas estruturas levaram muitos grupos de pessoas a sair de seus lares, caracterizando esses acontecimentos como um problema social a ser abordado por diferentes órgãos públicos e privados. Em Porto Alegre e na área metropolitana, por exemplo, os deslocamentos não acontecem somente por questões de planejamento urbano, mas também em função de desastres naturais, trafico, ou violência. As famílias imersas nestes processos de realocação urbana lidam com diferentes processos de adaptação, como, por exemplo, promessas, às vezes descumpridas ou descontinuadas por parte do Estado, das entidades privadas, comunitárias, religiosas ou redes de apoio social informal que podem causar mais dificuldades na adaptação destas famílias. Dentro deste estudo, a família foi considerada desde uma perspectiva sistêmica, na qual as relações são recíprocas e possuem um padrão de papéis que é associado a comportamentos e expectativas da sociedade. A relação do sistema familiar com seu entorno é mútua e estas condições influem na vida familiar e nas mudanças que ocorrem na família facilitando as mudanças em seus contextos diretos. É por isso que se partiu de uma perspectiva qualitativa de construção de sujeito, de discursos e de relações humanas e contextuais, adotando o paradigma bioecológico-contextual, inspirado nos estudos de Kelly e de Bronfenbrenner, que compreende o estudo da acomodação mutua durante o ciclo vital, entre as pessoas e as próprias mudanças nos contextos imediatos. A perspectiva ecológico-contextual se apresentou relevante para entender as implicações dos deslocamentos forçados das famílias e a própria dinâmica das relações de mudanças inerentes aos sistemas familiares, desde o ponto de vista psicossocial. Nesse sentido, nosso principal objetivo foi compreender os significados que famílias dão a seus processos de deslocamento, principalmente em relação ao papel do Estado e das comunidades e identificar como são percebidas as redes de apoio pelas mesmas. Esta investigação guiou-se a partir de dois momentos, o primeiro momento foi de contato com as famílias vinculadas aos CRAS que decidiram participar na pesquisa e que, além disso, foram deslocadas ou removidas por alguma das questões nomeadas anteriormente. Nesse momento, se explicou para as famílias o projeto de pesquisa, seus objetivos e agendaram-se as entrevistas de acordo com a disponibilidade dos participantes. O segundo momento foi caracterizado por entrevistas narrativas, com duração de aproximadamente 40 minutos, onde se abarcaram algumas questões norteadoras previamente definidas e relacionadas com o objetivo da pesquisa que permitiram aos participantes relatar os acontecimentos relevantes sobre seu processo de deslocamento. Além das entrevistas realizadas, a pesquisadora responsável documentou o trabalho com fotografias dos momentos relevantes da inserção em campo. Este processo deu ensejo para a criação de um álbum ilustrado, ou cartilha, com as imagens obtidas das famílias deslocadas, o que permitiu (através de fotografias compreendidas como narrativas) reivindicar os discursos de cada grupo familiar e compartilhar com as comunidades as percepções das famílias em situação de deslocamento. Nesta abordagem, a Análise Crítica do Discurso (ACD) foi assumida como uma proposta de aproximação metodológica que se dispõe a operar enquanto forma de apreensão da significação que as famílias que foram deslocadas fazem deste processo. A ACD tem uma posição sociopolítica e analisa o papel do discurso na reprodução da dominação e a resistência contra essa dominação, a desigualdade e o abuso de poder. É por isso, que as análises preliminares identificaram o deslocamento como uma necessidade de mudança relacionada à falta de outras possibilidades de vida frente a uma situação de risco. É um processo que gera transformações nos itinerários das famílias, independente do tipo de deslocamento, onde a maioria dos participantes percebe as instituições do Estado, da comunidade e instituições religiosas, como fontes de apoio. Percebe-se que, apesar de os deslocamentos serem significados pelas famílias como formas de garantir melhores condições estruturais de moradia, ainda permanecem tensionamentos em relação à falta de suas antigas moradias e das redes de apoio informais proporcionadas pela vizinhança. Portanto, conclui-se que este fenômeno repentino requere de mobilizações conjuntas e perduráveis no tempo -por parte das diferentes instituições formais e informais- que garantam o bem-estar das famílias e o restabelecimento de suas redes de apoio. Neste sentido, considera-se que este trabalho se encaixa nas reflexões que serão feitas pelo grupo de trabalho de Pobreza, Políticas Sociais e Assistência Social (GT12), pois, além do deslocamento ser um processo que é produto das desigualdades sociais, carrega consigo situações de vulnerabilidade e riscos pelas quais passam estas famílias que estão vinculadas com a Assistência Social e que precisam do apoio dos diferentes contextos para garantir seus direitos sociais e, portanto, não permitir a naturalização e aceitação dessa situação no cotidiano.

Desrespeito e reconhecimento denegado: reflexões sobre experiências de pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE

Carlos Eduardo Esmeraldo Filho (Faculdades Nordeste)

O presente trabalho corresponde a reflexões oriundas das atividades do Grupo de Pesquisa e Práticas Interventivas Identidade e Reconhecimento de Pessoas em Situação de Rua, do curso de Psicologia da Fanor/Devry. Os participantes do grupo realizam pesquisas e intervenções junto a essa população. O objeto da pesquisa, ainda em andamento, são as histórias de vida das pessoas em situação de rua, tendo como referencial a teoria da identidade desenvolvida por Ciampa. Além da pesquisa, realizamos intervenções grupais junto aos usuários da Casa do Povo de Rua, equipamento da Pastoral do Povo de Rua de Fortaleza que acolhe moradores de rua. O grupo tem como objetivos propiciar momentos de encontro entre os acadêmicos e pessoas em situação de rua; fortalecer os vínculos; criar condições para a potencialização da criatividade e da expressividade. Esse relato objetiva discutir sobre a experiência de não-reconhecimento de pessoas em situação de rua. Vincula-se ao GT 28 – As psicologias sociais do reconhecimento e do não reconhecimento da dignidade e do direito. O referencial teórico de base abrange, além da teoria da identidade inaugurada por Ciampa, a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. O primeiro desenvolveu uma concepção de identidade como sendo construída a partir de um processo múltiplo de determinação social e histórica. Supera-se, assim, uma concepção essencialista de identidade, compreendendo-a como metamorfose, mediante, articulação e sucessão de diferentes personagens ao longo da história de vida do indivíduo. A metamorfose, quando concretizada, configura um fragmento de emancipação, na medida em que abre-se possibilidade para a alterização, para a expressão de personagens que fogem ao padrão/papel normativa e socialmente imposto/pressuposto. Já Honneth discute sobre as implicações do reconhecimento ou da sua recusa para a auto-relação prática do ser humano. Diferencia três padrões de reconhecimento: o reconhecimento afetivo; o reconhecimento jurídico; e aquele caracterizado pela solidariedade e estima social. O abuso físico, rebaixamento e ofensa são formas de desrespeito que demarcam o não reconhecimento, que podem ferir as pessoas na sua concepção de si mesmo. A metodologia utilizada nas intervenções grupais segue a proposta de um grupo vivencial, que se origina dos referenciais de Psicologia Humanista. Esse modelo propõe a valorização do diálogo, do encontro e da experiência imediata, com a participação ativa de cada participante. Além de criarmos um espaço aberto de experimentação, utilizamos recursos potencializadores do encontro, tais como dramatizações, contação de histórias, teatro do oprimido, dentre outros. Para compreender a questão da situação de rua, deve-se levar em consideração a complexidade, ou seja, considerar tanto os processos sociais e históricos determinantes, como também as práticas dos sujeitos e agentes que, na rua, constroem relações e diferentes modos de existência. A mobilidade social das populações em situação de rua é um importante desafio, no que se refere à garantia de um rigor metodológico. Somada a isso, a questão da complexidade e a heterogeneidade do universo das pessoas em situação de rua demanda bastante cuidado do pesquisador, no sentido de que seja possível construir vínculos significativos o suficiente para que se possa conhecê-los em seus recursos, potenciais, necessidades e demandas. Na Casa do Povo de Rua, apesar da rotatividade de participantes, foi possível construir importantes vínculos, tanto em decorrência da participação no grupo como também mediante abordagens de rua e caminhadas pelo centro da cidade junto com moradores de rua. Duas questões que sempre surgem nas discussões em grupo e conversas informais correspondem à "liberdade" atribuída à pessoa em situação de rua e as constantes experiências de desrespeito e discriminação. No que se refere à primeira ideia, poderíamos dizer que alguns grupos buscam construir práticas autônomas em relação à normatização social. Trata-se de uma tentativa de fugir da política de identidade implementada pelas políticas sociais e sociedade de maneira geral. Apesar disso, muitos outros grupos de pessoas em situação de rua demandam verbalmente atenção do poder público na busca por construir projetos de vida que incluem a saída da situação de rua. Apesar da heterogeneidade, ambos os grupos relatam, de diferentes maneiras, várias experiências de desrespeito sofrido na rua ou em decorrência da situação de rua, incluindo violência física, ofensas, humilhações, rebaixamentos e violação de direitos. Caracteriza, na expressão de Honneth, o reconhecimento negado, que pode provocar, além de vergonha social, tristeza e indignação, perda de confiança em si mesmo e no outro, e limitação da autonomia. No entanto, ainda com base nas ideias de Honneth, as tensões afetivas decorrentes do desrespeito contem em si a possibilidade de ação e resistência política. Percebemos, assim, que parte das pessoas em situação de rua já estão organizadas no Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Apesar de considerarmos a política social enquanto política de identidade, não podemos deixar de perceber experiências de reconhecimento proporcionadas por militantes de direitos humanos e profissionais ligados a diferentes campos de atuação de organizações governamentais e não governamentais, mais próximas de um reconhecimento pós-convencional.

Indígenas e Univer/sidade - Um relato da realidade em Santa Catarina

Iclícia Viana (Universidade Federal de Santa Catarina)

As Políticas de Ação Afirmativa são Políticas Públicas que visam a distribuição de recursos destinados a pessoas que fazem parte de grupos que foram histórica e socialmente excluídos. São estratégias que buscam melhorar este quadro social, aumentando a participação e acesso destas minorias à educação, emprego, saúde entre outras coisas. Na educação, as Ações Afirmativas visam a inclusão destes grupos socialmente excluídos também no ensino superior. Uma destas ações é a Lei de Cotas, Lei Federal nº 12.711/2012 que determina 50% das vagas nas universidades e institutos federais para candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública. Dentre estes 50% há parcelas destinadas somente a candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Com estas políticas, há uma crescente presença de indígenas na cena universitária, e com isso temos visto e experienciado fissuras nas relações cotidianas: efeitos tanto para o espaço historicamente branco e eurocêntrico em sua hegemonia (a universidade), quanto para os coletivos comunitários - povos indígenas que, desde a colonização resistem e lutam por respeito e reconhecimento de seus direitos. Parte de um projeto de pesquisa de mestrado, este trabalho levanta informações sobre o acesso e permanência de indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina, e problematiza esta relação para além dos números. Como a universidade tem executado a Lei de Cotas? Quais as condições para o acesso à universidade? Quais as condições e não condições de permanência com qualidade? Como estes estudantes têm experienciado o cotidiano acadêmico? Que efeitos esta presença tem produzido nas relações de saber/poder e na produção do conhecimento? Os saberes indígenas têm sido reconhecidos neste espaço? Estas questões permeiam esta pesquisa e apontam para a problematização da relação da Política Pública de Ação Afirmativa no ensino superior com os povos indígenas do Sul do país, especificamente: Guarani M'yba, Laklãnõ/Xokleng e Kaingang.

Objetiva-se o compartilhamento e a construção coletiva de novos olhares que componham (re)visões sobre o tema, de forma implicada ética, estética e politicamente - pois, as problemáticas envolvendo indígenas convocam a psicologia social a se aproximar, contribuir e se re-inventar inclusive teoricamente. Somos convocados a (re)pensar a forma como olhamos estas populações e suas relações com o mundo "do branco", pois bem como aponta o antropólogo indígena Gersem Baniwa (2012), há ainda um fantasma da tutela jurídica que desconsidera a autonomia dos indígenas frente ao urbano, e que os vê sempre como pessoas a serem tuteladas. Assim, apesar dos avanços no que diz respeito à garantia de direitos à educação para a população indígena, há na prática, grandes desafios nas relações cotidianas. Há urgência de produção de pesquisas que verifiquem a realidade dos estudantes indígenas no ensino superior, pois é também um processo que traz questões importantes para se (re) pensar as diferentes realidades presentes nas universidades (Paladino & Almeida, 2012; Melo, 2013), pois "a demanda indígena pelo ensino superior enfatiza a necessidade de diálogo com seus conhecimentos tradicionais" (Melo, 2013, p. 124), o que revoluciona o sistema de ensino superior no país. Além disso, os indígenas parecem estar se instrumentalizando para novas formas de lutar onde são substituídos "arcos e flechas, bordunas ou enxadas e machados, por canetas, computadores e diplomas" (Souza Lima, 2012 apud Melo, 2013).

Jovens negras da periferia: um caminho de luta por reconhecimento pela arte de cantar juntas

Carlos Eduardo Mendes (Universidade de São Paulo USP), **Priscila Silva Queiroz Cevada** (Fabrica de Cultura - POIESIS)

Pretende-se neste trabalho suscitar alguns aspectos que podem impedir ou dificultar as expectativas de Futuro de Jovens residentes nas periferias brasileiras, em especial de jovens Negras residentes na Região do Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís. Pretende ainda, elencar e discutir caminhos possíveis no intuito de contribuir com a ampliação da experiência cultural em projetos de educação musical com ênfase na inclusão sociocultural. As páginas da história que contam das periferias brasileiras demonstram um triste caminho de morte e violência que a região que envolve o Jardim São Luís, Capão Redondo e Jardim Ângela trilha desde três décadas no século passado como inóspito. Seus moradores do final dos anos de 1960 ao final dos anos de 1990 conviveram com a marca internacional de estar entre os lugares mais perigosos do mundo, com taxas de óbitos por arma de fogo próximos aos dos países em conflitos de guerra. No sentido de lutar contra a violência que interrompia a vida dos seus moradores, em especial jovens, a comunidade passou a se organizar, de forma que um dos seus esforços culminasse na primeira caminhada em defesa da vida no dia de finados em 1996. Após a caminhada, preocupados com número de assassinatos na região as comunidades eclesiais de base e os movimentos sociais resolveram fazer uma mobilização: uma caminhada para chamar atenção para além dos limites da região, fazendo nascer, para continuar com o movimento, o Fórum em Defesa da vida. Embora a região, por dados oficias não esteja mais com este rótulo de um dos lugares mais perigosos do mundo, os jovens da região não pararam de temer a violência e as inúmeras chacinas. Deste modo, movimentos sociais, desde então, se articula como principal objetivo de promover ações pela superação da violência. Ao longo desse tempo diversas ações nas áreas de Segurança Pública, Educação, Saúde, Meio ambiente e Justiça vem sendo desenvolvidas, sempre em defesa da vida. Esta defesa da vida pelos movimentos sociais ajudou a criar O Programa Fábricas de Cultura, criado em 2005, como uma política cultural desenvolvida pelo Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Cultura para servir como instrumento de promoção social e desenvolvimento sociocultural para crianças, jovens e adolescentes de distritos da cidade de São Paulo em situação de risco e vulnerabilidade. Assim, as jovens passaram a ter como instrumento de luta por reconhecimento e luta contra a morte dos jovens por meio da música e do canto. Trata-se de um projeto de estudo que se desenvolve paralelo aos projetos acadêmicos dos dois proponentes: uma no mestrado e outro no doutorado. Defende-se, portanto, que as projeções de futuros destas jovens são mediadas pela luta por reconhecimento nos bairros citados. As expectativas de futuro dessas jovens podem revelar quais são as estratégias de enfrentamento e de reconhecimento face ao processo histórico de exclusão social que vive a população negra espelhada nas periferias brasileiras. As jovens negras das periferias aparecem nas estatísticas com os menores salários, e são elas as últimas na fila de ascensão social. Contudo, historicamente já se vem notado que a música e o canto têm atuado na vida de muitas delas como mola propulsora social e de inclusão. Portanto, é oportuno compreender sua luta contra os elementos constitutivos da relação entre pobreza, gênero e espaço urbano. As suas esperanças em relação ao futuro e os elementos os compõem podem demonstrar as suas demandas por reconhecimento. Nas periferias vêm se evidenciando o aumento significativo de jovens do sexo feminino como chefes dos lares com as responsabilidades de administrar a escassez de recursos e desenvolver suas potencialidades. Neste aspecto, a formação musical, emoldurada no enfoque da inclusão sociocultural traz aspectos teóricos e práticos, que podem ser discutidas como uma das ferramentas que as periferias têm elegido como um valioso instrumento de luta por reconhecimento. Visto que a música, nas suas mais variadas formas de expressão têm ajudado na denúncia da violação dos direitos e da autonomia de indivíduos e grupos. Como se vêm notando, a violação de diretos deflagra os conflitos sociais que levam a uma luta por reconhecimento intersubjetivo e social que propulsiona mudanças sociais. O reconhecimento pleno só se dá quando indivíduos e grupos são realmente aceitos nas relações com o próximo (amor), na prática institucional (justiça/direito) e na convivência em comunidade (solidariedade). Esta tradição teórica de crítica social permitirá focalizar as experiências das jovens negras participantes/informantes ao longo das suas trajetórias de vida.

Mapeamento da inclusão escolar de crianças autistas na rede pública de ensino na cidade de Maceió/AL

Mirna Gabrielle Chaves Ernesto Bezerra (Universidade Tiradentes), **Joyce Elisama de Lima Silva de Gusmão** (Centro Universitário Tiradentes), **Danielle de Almeida Silva** (Universidade Tiradentes), **Crislane dos Santos** (Universidade Tiradentes)

O mapeamento da inclusão escolar de crianças autistas na rede pública de ensino de Maceió/AL se trata de uma pesquisa realizada pelo Centro Universitário Tiradentes através do PROBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica que a partir de estudos com base na psicologia sócio histórica foi possível compreender como acontece esse processo de inclusão e exclusão.

A exclusão social é um tema que abrange diversas áreas e aspectos da sociedade. Sawaia (1999) apresenta a exclusão social pela perspectiva ético-psicossociológica, tendo em vista que ela pertence a um processo sócio-histórico por estar presente em todas as esferas do social. O meio que a sociedade nos apresenta de inclusão social está diretamente atrelado à exclusão, pois segue o roteiro de incluir para excluir. "A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito produtivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico". (SAWAIA, 1999, p.8.).

O excluído não é aquele que está às margens da sociedade e sim aquele que sustenta a ordem social. Pois são eles que apresentam as necessidades éticas e afetivas da sociedade em todas as suas variáveis e determinações, sendo os que mais sofrem nesse processo perverso de inclusão. Sendo assim, a parte prática da pesquisa tem o foco de visitar as escolas da rede pública de ensino de Maceió de educação infantil ao ensino fundamental I que tem autistas, e fazer entrevista com a coordenação, para identificar se existe as práticas inclusivas como também verificar a quantidade de alunos autistas matriculados na rede de ensino pública, já que os dados das secretarias de educação municipal e estadual não estão atualizados. Através do site "data escola Brasil" do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) 226 escolas foram selecionadas por meio da filtração, nos quais os critérios eram: Escolas de Maceió/AL, rede pública municipal e estadual, educação inclusiva, ensino infantil e ensino fundamental I. Após ter conhecimento desses dados, as escolas foram divididas por áreas, denominadas de 1 a 7 de acordo com as regiões da Cidade. O contato com as escolas já foi iniciado e assim a pesquisa já possui um resultado parcial e foi possível observar que por mais que existam programas de inclusão, começando pela aceitação desse aluno na escola, os professores não tem treinamento específico para trabalhar com as crianças autistas e nem a escola tem uma estrutura nem recursos materiais para trabalhar da maneira adequada com o aluno.

É necessário então fazer uma reflexão sobre esse processo de inclusão, pois entende que a escola é uma instituição, assim como a família que tem muito a contribuir no desenvolvimento dessa criança com autismo, desenvolvendo suas habilidades e a sua autonomia, mas para isso essa inclusão não pode ser mascarada. Se hoje existe a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional –LDB que assegura o direito a educação especializada para pessoas com necessidades especiais, é necessário que tenha também uma capacitação nessas escolas, que a instituição esteja apta a receber essa criança desde o seu espaço físico, quanto emocional, e que todos os profissionais da escola tenham treinamento para trabalhar com essa criança, pois de nada adianta a escola aceitar receber o aluno com uma necessidade especial se não tem estrutura para ajudar no processo de educação.

Assim, através das contribuições da psicologia de forma geral, a sociedade precisa enxergar a criança autista como uma criança sem diferença, mas que tem limites, porém que isso não é motivo para ser excluída. Muita coisa precisa ser feita para que a inclusão aconteça de forma esperada, não só por parte da escola ou da família, mas algo que precisa ser modificado na sociedade e a imagem que se tem de inclusão. Para isso, cabe a cada um que possa contribuir com essa realidade agir, seja com práticas, produção textual, mas que um dia a sociedade possa realmente aceitar todos aqueles que são vistos como "diferentes".

O coordenador pedagógico e o combate ao preconceito de gênero e homotransfobia: um tema silenciado

Rodnei Pereira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), **Rodrigo Toledo** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Ao nos debruçarmos sobre as investigações científicas no campo da Psicologia, mais especificamente nas intersecções entre a Psicologia Social e a Psicologia Escolar e Educacional, percebe-se que as produções têm se sustentado em discursos que apontam para uma análise crítica da realidade, comprometida com a diversidade humana, a compreensão da coexistência de diversas concepções de homem, mundo e sociedade e suas inter-relações.

Porém acompanhamos, cotidianamente, pela mídia e pela divulgação de dados estatísticos um cenário de crescente violação de direitos à dignidade humana. Alguns estudos, como os de Louro (1998; 2000,) Facchini (2005), Junqueira (2009) e Venturi e Bokany (2011) indicam que nossa história e cultura estão assentadas em uma linguagem machista, sexista, misógina e homofóbica que vitima os sujeitos sexuais marginalizados, uma vez que estes têm suas imagens desvalorizadas, ensejando um clima favorável a violências de todo tipo, inclusive na escola. Neste trabalho compreendemos a escola como um espaço de construção de novas práticas sociais e saberes socialmente compartilhados. Nessa direção, a vida escolar não pode se resumir a um espaço de socialização formal de jovens, pois dever ser também o espaço potencial de revisão e crítica de práticas sociais injustas e discriminatórias.

Entre os diversos atores escolares, o coordenador pedagógico é o profissional responsável pela formação continuada dos professores, no contexto da escola, enquanto uma instituição que se relaciona com as práticas e experiências de cada sociedade, considerando sua história e culturas. Assim, é preciso problematizar o papel da coordenação pedagógica no enfrentamento e combate aos casos de preconceito de gênero, homofobia e transfobia no cotidiano escolar.

Tomando esses pressupostos como base, a presente pesquisa buscou investigar como e se a formação centrada na escola quanto às temáticas de gênero e homo-transfobia na escola, realizadas pelo coordenador pedagógico, é tratada por um determinado conjunto de publicações dos campos da Psicologia Social e da Psicologia Escolar e Educacional e suas inter-relações. Para organizar essa proposta de trabalho, que se sustenta em uma revisão bibliográfica, elegeramse os seguintes descritores: coordenação pedagógica, homofobia (gênero, homossexualidade, homossexual, diversidade sexual, queer) e escola (escolarização, escolar).

Efetuou-se um levantamento na base de dados SciELO Brasil, especificamente nas revistas:

Psicologia & Sociedade editada pela ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), na

Revista Psicologia Escolar e Educacional editada pela ABRAPEE (Associação Brasileira de Psicologia Escola e Educacional) e Revista Psicologia da Educação editada pelo programa de pós-graduação em Educação: Psicologia da Educação da PUC/SP.

É importante destacar que não foi localizado nenhum artigo que relacione os três descritores mencionados (coordenação pedagógica, homofobia, escola e também suas variações).

Em um segundo levantamento, excluindo o descritor coordenação pedagógica, foram localizados 12 artigos publicados nos períodos Revista Psicologia Escolar e Educacional e Revista Psicologia da Educação no período compreendido entre 2000 e 2015.

No mesmo período foram encontrados 02 artigos no periódico Psicologia & Sociedade, que correlaciona os mesmos descritores mencionados acima.

Entre os artigos levantados, percebemos que suas discussões circundam temáticas como a diferença e diversidade sexual, educação sexual, políticas públicas para população LGBTT, representações sociais de crianças, professores e jovens sobre a homossexualidade, vulnerabilidade, entre outros.

Entre os três periódicos, a revista Psicologia & Sociedade, destaca-se por trazer no período compreendido de 2000 à 2015, treze artigos que discutem temas que se correlacionam com os descritores diversidade sexual, gênero, heteronormatividade, homofobia, homossexualidade, homossexual e teoria queer.

É relevante destacar que entre os artigos estudados não foi localizado nenhum deles que se propõe a discutir o papel dos gestores escolares, principalmente da coordenação pedagógica, tratando-se de um tema silenciado, que precisa ser debatido com urgência, seja no campo acadêmico, seja no contexto de cada escola

Ante o exposto, infere-se que o silêncio que envolve a discussão sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero na escola pode ser explicada pelos discursos normatizadores e hegemônicos sobre gênero e sexualidade, que pode indicar que a manutenção de uma suposta heteronormatividade encontra eco não apenas na escola, mas também entre os pesquisadores.

O direito à literatura: experiência, expressão e formação na era digital

Luciana Dadico (Universidade de São Paulo, University of California, FAPESP)

Por que a literatura é importante, a ponto de ser defendida como um direito? O primeiro objetivo desta comunicação é discutir a posição de Antonio Cândido no que se refere: a) às funções psicológica e formativa da literatura; e b) à relação entre Literatura e Direitos Humanos. Tomando preceitos extraídos desta discussão como perspectiva, apresenta-se na sequência um breve panorama da situação da leitura no Brasil, problematizada no contexto da digitalização da cultura e da literatura, em particular. Busca-se situar as contribuições oriundas do campo frankfurtiano para a compreensão de fenômenos envolvendo a mediação digital e a experiência estético-literária. São expostos então resultados de parciais de duas pesquisas que tratam da leitura de livros no Brasil, fundamentadas nestes pressupostos: o estudo da mediação da experiência de leitura dialogou com a epistemologia de Theodor Adorno; as ideias sobre a experiência, com a obra de Walter Benjamin e alguns de seus comentadores contemporâneos. Foram realizadas entrevistas, entre 2010 e 2015, junto a dez leitores de livros tradicionais e dez leitores de livros digitalmente mediados. Cada leitor escolheu o livros que leria e discutiria com o entrevistador. As entrevistas, semi-abertas, foram registradas em gravador, com base em técnicas sugeridas por José Bleger. A análise destas entrevistas buscou preservar as características da expressão oral, concentrando-se na produção imagética dos sujeitos relacionada aos objetos em perspectiva. Imagens que se articulam à experiência de leitura que o livro lido pelo leitor foi capaz de promover. Esta comunicação privilegia a exposição de alguns resultados da pesquisa relacionados a: 1) aspectos imanentes do livro responsáveis por conferir qualidades particulares às diferentes experiências de leitura; 2) as transformações pelas quais vêm passando os modos de se ler livros. Dentre os resultados, tem-se que a conservação temporal do livro tradicional, convertida em conservação "temporária" no caso do livro digital, entrelaça-se ao "presentismo" que caracteriza um modo de ler contemporâneo. A aparição do livro na tela brilhante do meio eletrônico, por sua vez, interfere na distração que se opera durante a leitura do livro. O segundo objetivo desta comunicação é, então, refletir sobre o conjunto destes resultados tendo em vista o crescente processo de digitalização da cultura, analisado criticamente. De que maneira o uso cada vez mais intenso dos meios digitais transforma nosso modo de ler livros? Ao influenciar tanto a realização de nossas atividades quanto a comunicação destas atividades – cada vez mais configurada como fim em si mesma –, a mediação digital é capaz de modificar a experiência estética literária? E nossa experiência, de um modo geral? Por fim, são tecidas algumas considerações no que se refere ao futuro da narrativa e os modos de leitura que expressam uma necessidade de afirmação identitária do sujeito no atual estágio de produção-reprodução cultural. Tais considerações expõe um debate entre as preocupações estético-políticas dos teóricos críticos da chamada "primeira geração" da escola de Frankfurt (como Benjamin, Adorno e Kracauer) e a ideia de horizonte de experiência, em seus limites contemporâneos. Reforçando meu compromisso com uma produção acadêmica em Psicologia Social capaz de operar na direção de maior autonomia e emancipação entre os brasileiros, espero que esta comunicação possa oferecer, por um lado, uma melhor contribuição acerca dos pontos que justificam as lutas pela defesa do direito à literatura, e por outro, um espaço para a discussão das melhores estratégias na luta pela garantia deste direito em nosso contexto.

Os sentimentos e a consciência de injustiça social na teoria do reconhecimento de Axel Honneth

Stefanie de Almeida Macêdo (Universidade Estadual de Feira de Santana), **Carlos César Barros** (Universidade Estadual de Feira de Santana)

Esta comunicação apresenta os resultados finais da pesquisa de investigação bibliográfica intitulada "Moralidade e Psicologia: os sentimentos e a consciência de injustiça social em Axel Honneth". Seu objetivo é o de apresentar a investigação acerca dos mecanismos psicológicos e sociológicos implicados na motivação da consciência de injustiça – conceito cunhado por Barrington Moore do qual Honneth lança mão para discussão da questão moral nos grupos socialmente oprimidos, bem como a sua relação com o sofrimento psíquico decorrente do reconhecimento social denegado, expresso nas experiências de humilhação social. O estudo da consciência de injustiça está inserido na área temática das "Políticas públicas, direitos sociais e emancipação" e conecta-se com o Grupo de Trabalho "As Psicologias Sociais do Reconhecimento e do Não Reconhecimento da Dignidade e de Direitos", pois possibilita a compreensão da luta por reconhecimento dos sujeitos e de um cenário sociopolítico de violação e defesa de direitos sociais e humanos por meio de conceitos da Teoria Crítica da Sociedade. As principais obras de Honneth estudadas nessa investigação foram os artigos "Consciência Moral e Dominação de Classe: Alguns Problemas na Análise da Moralidade Oculta" (1995) e "Redistribuição como Reconhecimento: Resposta a Nancy Fraser" (2006) e o livro "Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais" (2003). A partir da reconstrução do materialismo realizada por Jürgen Habermas, Axel Honneth desenvolve o estudo das problemáticas envolvidas na moralidade e sua relação com conflitos socioestruturais do capitalismo, enfatizando a presença dos mecanismos psicológicos no processo de dominação social e a possibilidade de uma aprendizagem moral provocada por tais conflitos. Manifestada pelos sentimentos de injustiça, seja em protestos coletivos ou na desaprovação moral silenciosa, as ideias morais das classes oprimidas diferem-se das construções de consciência moral da classe dominante: é uma ética social baseada em um complexo formado por padrões de condenação moral e fortalecido pelas experiências de desrespeito sofridas historicamente, dessa forma, pode ser definida enquanto um complexo descoordenado de demandas por justiça. Através dessas demandas, que são controladas (e até eliminadas) de forma simbólica pelo poder estatal, fica evidente a distribuição desigual de chances de vida não só no campo material, mas também na esfera psicológica, já que as experiências de privação de direitos e do rebaixamento do valor social do indivíduo infligem sua dignidade. Essa distribuição assimétrica leva à violação do reconhecimento dos sujeitos e, consequentemente, à destruição de uma autoimagem positiva decorrente de experiências de desrespeito. Para a fundamentação do estudo da consciência de injustiça, a argumentação honnethiana baseia-se em sociólogos que oferecem uma perspectiva psicológica dos mecanismos de dominação, como George Rudé, Richard Sennett, Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, a partir de elaborações sobre a ideologia, a dignidade, a distribuição desigual de chances psicológicas e o capital simbólico, respectivamente. Com a sua concepção de moralidade, fundamentada em um caráter afetivo e histórico condicionado pela condição de classe, Honneth aproxima-se diretamente da perspectiva desenvolvida por Max Horkheimer em "Materialismo e Moral", publicado em 1933. Além disso, a investigação social baseada na concepção de injustiça oferecida por sua teoria do reconhecimento demonstra a adoção de um novo escopo normativo para a Teoria Crítica da Sociedade, apresentando um caminho interpretativo a ser seguido por uma corrente que se mantém em diálogo com as tendências teóricas e práticas do século XXI. Nesse sentido, a compreensão dos processos psicológicos implicados na luta por reconhecimento e na expressão de sentimentos de injustiça aponta para a possibilidade de uma moral prática promotora de emancipação social.

Práticas de apropriação ilícita por assalto: Mudança de motivos e processos de ressocialização

João Augusto Pontes Gomes (Universidade de Pernambuco), Ana Paula Macena da Rosa (Universidade de Pernambuco), Mário Medeiros da Silva (Universidade de Pernambuco)

Não é desconhecido que o sistema carcerário brasileiro possui graves problemas no que diz respeito à estrutura e funcionalidade. São unidades superlotadas; medidas de segurança falhas; processos jurídicos morosos e políticas de ressocialização ineficientes, sendo talvez este último ponto um dos grandes responsáveis pelos altos índices de reincidência no crime por parte daqueles que, de volta ao meio social, não conseguem oportunidades para uma positiva reinserção/readaptação. Diante de tal panorama, observado em diversas partes do país, encontramos unidades prisionais que destoam e procuram implementar em sua rotina medidas que possibilitem uma efetiva reinserção social do apenado e consequentemente a possibilidade de reconstrução de suas vidas. Neste sentido o Centro de Ressocialização do Agreste (CRA), referência no estado de Pernambuco acolheu o presente projeto julgando estar em conformidade com suas medidas de ressocialização. A intervenção se deu a partir de um grupo operativo onde elaborou-se um Esquema Conceptual Referencial Operativo (ECRO) de um grupo de apenados presos por assalto, com objetivo de apreender as motivações que levaram e podem continuar levando tais sujeitos ao comportamento antissocial e através da mudança de motivos contribuir com o processo de ressocialização. O método utilizado foi de cunho qualitativo, mais especificamente a pesquisa-ação por possibilitar a utilização de técnicas consagradas assim como um aprimoramento da prática a partir de sua constante análise. Foram realizados encontros com cerca de uma hora de duração com vinte apenados, previamente selecionados através dos registros da unidade com direção do coordenador da pesquisa, uma das psicólogas da instituição e dois estudantes de psicologia. Tais encontro possibilitaram a captação dos conceitos, valores, motivos que fundamentam as ações dos integrantes, neste processo encontramos os chamados conceitos epistemofílicos caracterizados por valores naturalmente bons ou neutros, mas que no decorrer da vida e de suas experiências carregam uma conotação negativa. Para esmaecer tais conceitos, ligados aos motivos do comportamento antissocial dos apenados, nos valemos da ideia de desequilibração de Jean Piaget, para este psicólogo, o desenvolvimento dos seres humanos é sempre no sentido do equilíbrio, da estabilidade, do conforto. O choque, o desalojamento só vem, então, através do desequilíbrio, do por a prova – no nosso caso – as convicções nas quais nos baseamos. Contestado o conceito epistemofílicos, o próximo passo a seguir, é baseado nas teorias de David Ausubel. O autor propõe que uma aprendizagem eficaz parte do que o aprendiz já sabe sendo a ligação entre nova e prévia informação chamada por ele de "subsunção". Na prática, o método é trabalhar o que os apenados já possuem de valor e ideias para instiga-los à ressocialização. Apontamos como resultados a elaboração do ECRO do grupo com temáticas como medo, preconceito, dificuldades em pesar as consequências de seus atos e a influência da roda de conhecidos no ato infracional. Pode-se apreender muitas questões do ECRO deste público específico que é o dos assaltantes – quase todos eles reincidentes nos delitos. Por fim, entendeuse que ainda há muito que se fazer neste campo: da tomada de consciência dos profissionais de psicologia para conscientização da sociedade como um todo; da compreensão do(a) psicólogo(a) como relação a seu paciente à facilitação da compreensão do paciente com ele próprio. Diante do exposto, acredita-se que a temática se articula com o eixo Assistência Social, vulnerabilidades e violências e com os GTs Processos de urbanização, violências e criminalização; Juventude, marginalidade social e direitos humanos: o que a psicologia tem a ver com isso? e as psicologias sociais do reconhecimento e do não reconhecimento da dignidade e de direitos.

Processos de inclusão/exclusão social: retratos psicossociais do neoliberalismo

Vanessa Eda Paz Leite (Universidade Estadual Paulista), **Antonio Euzébios Filho** (Universidade Estadual Paulista - Bauru)

A aglomeração de usuários de crack nas grandes cidades brasileiras e o grande investimento público no enfrentamento a esta substância vem instigando diversos setores da sociedade a debater o tratamento e a dependência química. Porém, em um cenário em que o usuário (especialmente se for pobre) tem sido tratado como criminoso pouco tem se escutado sua voz, conhecido sua trajetória de vida e levado em conta suas opiniões, desejos, etc. Por isto, propomos um estudo que tem como objetivo compreender como usuários situado em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, entendem os acontecimentos em torno do crack, seu uso e dependência, o tratamento terapêutico e a atenção dispensada pela sociedade e pelo Estado. Valendo-se de um princípio ético-político da Psicologia Social crítica, vamos tentar dar voz para quem, historicamente, foi retirada a palavra. Tomaremos contato com os participantes da pesquisa no contexto das ações municipais de combate às drogas, buscando entender o que pensam sobre a própria vida, os determinantes de suas escolhas, o trato como usuário e morador de rua.

Primeiramente procuramos traçar um panorama das políticas contra o crack no Brasil e principalmente no Estado de São Paulo, identificando relações de poder, aspectos econômicos e ideológicos que as envolvem em uma lógica repressora, excludente e moralizante. Considerando que o enfrentamento ao crack não está descolado dos processos de dominação promovidos pelo capital, chamamos atenção para dialética inclusão/exclusão, que inclui para excluir e exclui para incluir – isto é, para acelerar o processo de controle social e dominação política, o capitalismo demanda um exército de reserva de desempregados e uma população marginalizada, que se autoculpabiliza pela própria condição de pobreza (um reconhecimento no não reconhecimento). Nesta direção, destacamos a ideologia das "classes perigosas", como aponta Cecília Coimbra, que contribuiu para obscurecer as multideterminações da marginalidade e finalmente, amenizar conflitos de classe. Essa relação ideológica direta entre pobreza e "classe perigosa" considerando que ela traz ameaças, doenças, violência, etc. - é responsável em grande parte pelas reordenações urbanas, que prevalece até os dias atuais com as políticas higienistas de expulsão de pobres de lugares que se tornaram lucrativos para o mercado financeiro, como também é o caso dos locais que concentram usuários de crack em grandes cidades brasileiras, considerando que estes sujeitos são, em sua maioria, pessoas de baixa escolaridade, vivem em situação de rua e que não têm emprego ou renda fixa. Neste cenário, a cidade assim como as políticas sociais e outras esferas do modo de sociabilidade capitalista, passam a ser direcionadas para satisfazer os interesses do mercado. No neoliberalismo o Estado vê reforçado seu caráter de classe e passa a atuar para promover o aumento da lucratividade de setores privados em detrimento dos espaços e serviços públicos. É com base nesse modelo que vemos muitas parcerias público-privadas sendo feitas para gerir as políticas públicas de saúde, como é o caso, por exemplo, do investimento, por parte dos governos federal e estadual, nas Comunidades Terapêuticas, que reproduzem a lógica manicomial e asilar com forte caráter moralizante e repressor de "combate" às drogas. Pois bem, feitas estas considerações teóricas, destacamos que o desenvolvimento metodológico deste trabalho dar-se-á pela concepção da pesquisa participante, buscando uma aproximação junto aos usuários de crack por meio dos equipamentos de saúde que oferecem algum tipo de acolhimento a esses sujeitos, com o objetivo de conhecer de perto as políticas de enfrentamento às drogas, mas, principalmente, o contexto e o modo de vida dos usuários de crack, suas trajetórias de institucionalização ou vivência na rua. Por meio do materialismo histórico e dialético, estabelecendo categorias de análise que exprimam uma aproximação com os dados empíricos e a teoria, vamos buscar: (1) desvelar a trajetória de vida destes sujeitos para caracterização de elementos psicossociais (vínculos afetivos, identidade social, grupos de referências, motivações, etc.) que constituem histórias de inclusão/exclusão. (2) investigar o olhar dos participantes acerca das experiências de institucionalização e a vida na rua, com a preocupação de entender como se forma as redes de apoio e os cenários de violência; (3) Conhecer estratégias de sobrevivência dos usuários identificando se elas passam pelo caminho do enfrentamento e reivindicação política, como grupo ou coletividade.

Projeto CRP 10 ao Seu Lado: uma "tecnologia do encontro" no Pará e Amapá

Adriana Elisa de Alencar Macedo (Universidade Federal do Pará), **Giane Silva Santos Souza** (Escola Superior da Amazônia)

O sistema conselhos de Psicologia são concebidos, hoje, como entidades que cumprem função social de garantir o exercício qualificado e ético da Psicologia em todo o território nacional. Os Conselhos fazem a mediação entre as necessidades da sociedade e as possibilidades de resposta da Psicologia. São tarefas fundamentais e devem envolver todas e todos. Por isso, a estrutura dos Conselhos e seu funcionamento precisam ser continuamente aperfeiçoados. Portanto, este trabalho tem como objetivo dar visibilidade ao projeto construído pela gestão atual do Conselho Regional de Psicologia – CRP10-PA/AP denominado "CRP10 ao Seu Lado". O grande desafio do VIII Plenário é fazer do CRP10 a verdadeira casa da (o) Psicóloga (o), aproximando-se da categoria para a construção de uma profissão cada vez mais ética, socialmente comprometida e qualificada para cuidar de todas (os). Para isto, tendo em vista as dimensões continentais do Estado do Pará, que compreende 144 municípios além da jurisdição sobre o Estado do Amapá, concebemos o "CRP10 ao seu lado" como uma "tecnologia do encontro" que tem como principais ações: 1- Mapeamento nas diversas regiões e áreas de atuação das (os) Psicólogas (os) do Pará e Amapá, realizando pesquisa de perfil profissional e levantamento de demandas; 2Realização de eventos/encontros regionais para integração, orientação e capacitação com base nas demandas identificadas e principalmente, nas deliberações do VIII Congresso Nacional de Psicologia (CNP), que tem como tema - Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos. No CNP são definidas as diretrizes e ações políticas que devem ser priorizadas para o triênio subsequente, ou seja, para a próxima gestão dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Ele ocorre a cada três anos e é fruto de um amplo processo democrático, em que todas (os) as (os) psicólogas (os) podem contribuir para o projeto coletivo da profissão. No VIII CNP foi definida as ações do triênio (2013-2016). Além dessas diretrizes o "CRP ao Seu Lado", também esta elencado com as Resoluções, Leis e com as Referências do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP); 3- Mobilização e articulação em defesa das lutas pela Psicologia como o Projeto de Lei das 30h a nível federal e estadual; Piso Salarial, Luta Antimanicomial e o enfrentamento à todos os tipos de violência; 4Articulação e integração das ações do CRP10 através das suas Comissões e Grupos de Trabalho, além das representações nos Conselhos de Direitos e Políticas Públicas. Importante destacar que este projeto está articulado com os grupos de trabalhos (GT) existentes no conselho, com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), Comissão de Orientação e Ética (COE) e com o CREPOP. Desde sua implantação até o presente momento, o "CRP10 ao seu lado" já tem um calendário permanente de visitas nas microrregiões do estado do Pará e do Amapá, fornecendo orientações, minicursos e discussões acerca de temas variados pertinentes à práxis "psi". Em síntese, o "CRP ao Seu lado" se desloca do papel de fiscalizador, de inspecionar ou vistoriar, para pensar numa estratégia para o encontro deste conselho com (as) os psicólogas (os), destacando assim, o conhecimento das realidades vividas, com suas dificuldades e inovações. E além disto, ampliar o papel do conselho para além de orientar e fiscalizar, mas também possibilitar uma relação democrática para a construção coletiva de estratégias de trabalho frente a diversidade de atuações existentes, a fim de cuidar e construir uma Psicologia ética, política e estética enquanto ciência e profissão na Amazônia.

Projeto de Extensão Gênero e Educação: Um olhar sobre o contexto escolar

Amanda Samara do Nascimento Costa (Universidade do Vale do Ipojuca DeVry), **Valeriana Porto Pastor** (Universidade do Vale do Ipojuca Devry)

Ainda na gestação, estabelecem-se expectativas acerca dos papéis masculinos e femininos, prolongando-se ao nascerem, demarcando sujeitos desde a mais tenra idade, ensinando modelos de convivência e socialização. Com base no sexo, a partir da perspectiva determinista biológica que assola o pensamento social, os limites e os caminhos do sujeito são traçados e é "desenhado" o lugar da criança na sociedade. Modelos que, de meninos e meninas, formam homens e mulheres pautados nas referências de gênero que receberam e que levarão para todos os espaços de convivência. Nesse sentido, a escola figura como lócus primordial para formação subjetiva do ser humano. Hipoteticamente, a escola é espaço político e, portanto, disputas de poder que norteiam a sociedade, sendo necessário escutar as demandas subjetivas dos sujeitos e trabalharmos a questões relacionadas a gênero, pois essas interferem no processo educacional e nas relações estabelecidas. O presente trabalho destaca a importância da discussão de gênero para construção da igualdade para além de se ser homem e de se ser mulher nas relações que constituem espaços de vivências mútuas, a exemplo da casa, orientando-se pelo princípio psicanalítico da dimensão processual da constituição identitária. Na Psicologia Social, as noções de identidade são utilizadas para compreender a inserção do sujeito no mundo, sua relação com o outro e à pertença a grupos sociais. Ao falarmos de inscrição social, convocamos Freud com o seu texto "O mal estar na civilização" (1930), que subsidia a problemática acerca do tamponamento do desejo do sujeito, no qual as normas sociais tamponam a realização do sujeito desejante. Partindo das reflexões de MARTINS (2011), faz-se necessário perceber a dinâmica do sujeito no espaço educacional como um lugar de construir conhecimentos e ampliar a visão para formas subjetivas atuais. Neste sentido, são necessárias iniciativas que possibilitem aos profissionais a formação necessária que desperte o olhar para a desconstrução dos estereótipos e para a necessidade do enfrentamento diário a todas as formas de discriminação e consequente violência. A investigação ocorreu entre adolescentes do 6º ao 9º ano da Escola Municipal de Tempo Integral Professor Rubem de Lima Barros e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Dom Miguel de Lima Valverde, professores e comunidade que permeiam este contexto escolar na cidade de Caruaru, interior de Pernambuco. Objetivou-se identificar a construção de papéis de gênero na imbricada relação entre adolescentes, escola e comunidade fomentando uma reflexão acerca das possibilidades de expressão e do respeito à multiplicidade das vivências sociais.

Metodologicamente utilizou-se como referência analítica elegeu-se os estudos psicanalíticos de Sigmund Freud e Valéria Aguiar Martins, na compreensão de Gênero e Patriarcado, Heleieth Saffioti, sob uma perspectiva feminista marxista. A pesquisa foi documental, através de relatórios da Secretaria Especial da Mulher e Direitos Humanos de Caruaru – PE sobre o Projeto Lei Maria da Penha vai às Escolas que durante dois anos de execução (2012 e 2013) atingiu mais de duas mil pessoas, tornando-se referência de execução em Pernambuco, sendo incentivado seu desenvolvimento nos demais municípios do estado. Atualmente desenvolvido em parceria no projeto de extensão "Gênero e Educação: um olhar sobre o contexto escolar" discutindo tais questões sob dimensões social, política e subjetiva com recorte de gênero, em uma perspectiva psicossocial, promovendo a cultura do respeito sobre a diversidade. Executado em parceria com Poder Executivo local, através da Secretaria Especial da Mulher e Direitos Humanos (SMDH) e Secretaria de Educação, Esportes, Juventude, Ciência e Tecnologia, como parte fundamental do projeto Lei Maria da Penha vai às Escolas. Os relatórios são construídos em encontros sistemáticos e oficinas com professores, alunos e comunidade para reflexão de temáticas pertinentes ao processo de construção social dos papéis e ideias sobre as relações de gênero. Concluiu-se que, sob essa ótica, é importante que sejam desenvolvidas propostas de intervenção sob a luz da Psicologia no contexto escolar, tendo como base os conceitos de gênero, sua construção e os impactos do atual modelo escolar na sustentação das desigualdades, tendo em vista as constantes mudanças sociais e suas implicações na constituição do sujeito, como também a necessidade de uma ampliação dos diálogos e espaços tecidos pela pluralidade de saberes e fazeres.

Projeto Liga de Cores: resgatando o direito à história de vida de crianças no contexto do acolhimento institucional

Antonio Dário Lopes Júnior (Universidade Estadual do Ceará), **Emilie Fonteles Boesmans** (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará, Universidade Estadual do Ceará), **Laisa Forte Cavalcante** (Universidade Federal do Ceará), **Bruna Maria Rodrigues Lopes** (Universidade Federal do Ceará)

A realidade do acolhimento institucional no Brasil está estruturada sob um ordenamento ainda obsoleto. Embora tenhamos a previsão de um reordenamento, a ocorrer até 2017 em todo o país, algumas unidades ainda funcionam no modelo institucional, atendendo um número elevados de criança, sem atentar para a individualidade, subjetividade e história de vida das mesmas. No Ceará este panorama não difere muito. Crianças são encaminhadas via juiz ou Conselho Tutelar por diversos motivos: negligência, violência, maus-tratos, abandono, ou qualquer violação de direitos relacionada à ruptura de vínculos familiares. O encaminhamento para a Unidade é uma medida protetiva, só aplicada excepcionalmente e provisoriamente, até que a criança possa retornar ao convívio familiar ou ser encaminhada para família substituta. Contudo, muitas vezes, a situação em que precipita o acolhimento é de caráter emergencial, ou, por imperícia por parte do Conselho Tutelar, a criança chega à unidade de maneira imprevista, sem ter sido feito um trabalho para explicar o que está ocorrendo, sem condição de pegar pertences pessoais. Em outras situações a família está impedida de ver a criança, ou pela vivência de rua, ou mesmo em virtude do abandono ainda na maternidade, faz-se presente a dificuldade de se conhecer a história da criança. Frente à esta realidade, faz-se necessária a criação de estratégias para concretizar o direito à história das crianças. Uma dessas estratégias é a Projeto Fazendo Minha História, proposto pelo Instituto Fazendo História, sediado em São Paulo. A proposta ora apresentada é fruto das discussões e vivências engendradas no seio de dois projetos de Extensão: Liga de Direitos Humanos e Novas Cores, ambos desenvolvidos junto ao Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas Sobre a Criança (NUCEPEC-UFC). Os projetos apresentam peculiaridades em sua forma de atuação, mas atuaram conjuntamente durante os anos de 2013 a 2015, sob o nome Liga de Cores, com a proposta de registro de história de vida de crianças acolhidas em uma Unidade de Acolhimento do município de Fortaleza. O desenvolvimento do projeto ocorreu em três momentos distintos: o primeiro, pode ser caracterizado como o aprofundamento da base teórica, no qual os extensionistas passaram um ano estudando os aspectos teóricos que norteiam a compreensão das instituições de acolhimento, bem como as normativas governamentais que a regem. No segundo, houve a intervenção propriamente dita. A chegada na unidade se deu via Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Nela, os 14 colaboradores se dividiam para o trabalho com três grupos de faixa etária de 01 à 03 anos, 04 à 07 anos e 08 às 13 anos, totalizando 25 crianças. A seleção das crianças foi feita pela equipe técnica da unidade respeitando a dois critérios: maior período de institucionalização e/ou estar encaminhado para adoção. O terceiro momento consistiu nas supervisões e orientações acerca do planejamento das atividades de intervenção, modos de abordar alguns aspectos das histórias de vida destas crianças, bem como encaminhamentos de situações específicas surgidas durante a execução do projeto. No momento das intervenções foi utilizada a metodologia de mediação de leitura, com histórias infantis, e de registro de história de vida. A contação de histórias serviu como mote para trabalhar alguns aspectos das vivências das próprias crianças, as quais eram registradas em um álbum pessoal. A intervenção também objetivava o contato com equipe técnica e educadores da Unidade. Os encontros ocorriam sempre às sextas-feiras e como contrapartida a Unidade tinha o compromisso de fornecer o transporte e o material gráfico necessário para a execução do projeto. Ao longo da execução do projeto vários percalços se apresentaram, os quais se deviam à lógica da instituição, ficando visível questões como a massificação das crianças, o alijamento do sujeito em relação à sua história de vida e o despreparo dos educadores no manejo das informações sobre a história da criança, a rigidez das rotinas diárias, o aplacamento da individualidade e dos processos subjetivos, as sequelas deixadas pelo acolhimento no desenvolvimento da criança. Entendemos que o Projeto alcançou o objetivo de deslocar práticas institucionais cristalizadas, causando questionamento para os profissionais e permitindo às crianças a apropriação de sua história de vida, ou sua construção enquanto narrativa singular.

Proteção social, reconhecimento e (sub)cidadania: reflexões sobre serviços socioassistenciais em um bairro da cidade de São Paulo

José Fernando Andrade Costa (Universidade de São Paulo)

A consolidação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, representam um avanço importante no sentido do enfrentamento das vulnerabilidades sociais e da garantia dos direitos de cidadania na história recente do Brasil. No nível da proteção social básica (PSB), os serviços socioassistenciais articulados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) buscam promover o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos, tendo como eixos centrais a atenção à família e a atuação no território. Uma breve revisão bibliográfica mostra que, no âmbito da Psicologia, em especial da Psicologia Social, diversas pesquisas recentes tematizam a atuação de psicólogas no SUAS buscando ampliar a compreensão das dificuldades enfrentadas e apontar possibilidades de desenvolver práticas transformadoras nos contextos de vulnerabilidade social. Nesse contexto, uma questão que se destaca, para além da indagação sobre o quefazer psicológico nessa área, consiste em conhecer os modos particulares como a política de assistência se materializa no cotidiano de vida das pessoas atendidas. Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre as ações cotidianas da política de assistência social em um determinado território da cidade de São Paulo, a partir dos resultados parciais de pesquisa de mestrado em andamento sobre este tema. Será focalizada a relação entre agentes implementadores da proteção básica do SUAS e as famílias atendidas com base nas noções de reconhecimento recíproco e (sub)cidadania, tal como desenvolvidas por Axel Honneth e Jessé Souza. Essa proposta relacionase com o Grupo de Trabalho "As psicologias sociais do reconhecimento e do não reconhecimento da dignidade e de direitos", especialmente por se tratar de relato de pesquisa empírica em andamento que busca compreender aspectos do campo dos direitos sociais e das vulnerabilidades a partir de uma teoria social de teor normativo com enfoque nas relações de reconhecimento intersubjetivo. A orientação teórica adotada parte da atualização da Teoria Crítica da Sociedade empreendida por Honneth nas últimas décadas, sob a forma de uma teoria do reconhecimento. Para esse autor, as mudanças sociais devem ser entendidas dentro de um quadro dinâmico de lutas por reconhecimento recíproco com referência às pretensões normativas de cada contexto histórico. Desse modo, recuperando os trabalhos de juventude de Hegel acerca das relações intersubjetivas de "luta por reconhecimento" e conferindo a esta tese uma inflexão empírica com base na psicologia social de G. H. Mead, Honneth apresenta um possibilidade nova de compreensão das experiências de reivindicação da dignidade humana: através de um formas evolutivas de três padrões de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. A cada padrão compete uma forma específica de desrespeito e autorrelação prática decorrente. O modelo honnethiano permite refletir sobre a política de assistência social dentro de um quadro de pretensões de justiça em contextos de alta vulnerabilidade social. Contudo, o autor elabora seu programa teórico a partir de uma realidade europeia, pós-welfare state. Frente à realidade brasileira, a teoria do reconhecimento pode apresentar problemas quanto ao modo específico de evolução histórica. Aqui, os trabalhos de pesquisa do sociólogo brasileiro Jessé Souza se mostram relevantes para compreender a singularidade do processo de modernização periférica que logrou produzir estruturalmente toda uma classe de pessoas marginalizadas, privadas de toda possibilidade de reconhecimento e auto-estima sociais. Souza apresenta uma explicação original para a reprodução não só da diferenciação de classes, mas também para a produção irrefletida de "cidadãos", de um lado, e "subcidadãos", de outro. Ambas as contribuições teóricas - de Honneth e de Jessé Souza - contribuem para refletir sobre o modo como a política de assistência social se materializa no cotidiano de uma comunidade em um território em situação de vulnerabilidade social. Para discutir essa questão, serão apresentados os resultados parciais de pesquisa de mestrado em andamento, de abordagem qualitativa, que tem por objetivo conhecer as práticas e os significados atribuídos pelos atores participantes da política à ideia de direitos de cidadania em um determinado território da cidade de São Paulo. Os métodos adotados foram observação participante e entrevistas em três diferentes espaços: em uma unidade CRAS (estatal); em um serviço socioassistencial conveniado (gerido por uma organização social); e com pessoas usuárias de ambos os serviços. Desse modo, é possível refletir sobre as concepções de direitos sociais que fazem os diferentes atores em suas esferas de atuação específicas.

Sobre a inserção do Psicólogo na Comunidade: uma experiência em uma comunidade de paradesportistas

Janaina da Silva Alves (Universidade Federal de Goiás), **Stéfanne Vaz Jomar** (Universidade Federal de Goiás)

São vários os problemas enfrentados por uma comunidade. Esta vive uma mistura de forças, desafios e influências variados e, a partir dessa mistura influencia e limita os sujeitos membros dela. É neste momento que entra o psicólogo, para exercer um papel ativo e determinante nela, orientando os indivíduos no que concerne a esses problemas, com o objetivo de levá-los a utilizar os recursos e meios necessários para superar suas dificuldades e conseguir atingir metas determinadas.

Então, o ofício do psicólogo comunitário ornamenta-se na ideia de "possibilitar mudança das condições vividas cotidianamente pela população, ao mesmo tempo em que esta é que estabelece os caminhos e aponta as suas necessidades prementes" (FREITAS, 1998, p. 04), avaliando de forma coesa o quadro em que a população está inserida, e oferecendo mudanças sociais e coletivas aplicáveis.

No que se refere à atuação do psicólogo na comunidade, este trabalho busca apresentar rapidamente o contexto sócio histórico da psicologia social comunitária, uma reflexão sobre a interlocução entre psicologia e comunidade e a inclusão e acesso dos indivíduos com deficiência à projetos de esporte e saúde.

A importância de se estudar o tema da inserção do psicólogo social na comunidade e o modo de como ele pode lidar com os problemas enfrentados pelos membros que a compõem é um assunto desafiador que corresponde à necessidade de romper com os paradigmas antigos de práticas convencionais clínicas, para assim construir novos saberes e expandir os conhecimentos acumulados.

Com o desenvolvimento da psicologia social na década de 70 no Brasil, na tentativa de romper com o viés individualista que ela carregava durante o regime militar, a psicologia deixou de atuar com função de segregação e abriu novas possibilidades para se trabalhar dentro das comunidades. Com isso, temas como cidadania, igualdade e inclusão passaram a ser discutidos, além de alterações na esfera da saúde coletiva.

Sobre a inclusão, esta constitui um dos eixos que o psicólogo pode trabalhar na comunidade. Pereira et al (2012) traz que pessoas com deficiência tem sido alvo de mecanismos de segregação e até mesmo de exclusão, afinal, o desconhecimento sobre as deficiências contribuiu para que as pessoas com deficiência, fossem ignoradas e marginalizadas nos diferentes tempos e espaços sociais.

Embora sejam muitas as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, nas últimas décadas, a tradicional visão excludente se enfraqueceu, com a aprovação de diversos documentos internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (1990), a Declaração de

Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (1994), e a Declaração

Universal dos Direitos Humanos (1948); e nacionais, como o Estatuto das Pessoas com Deficiência (1999). Estes contribuíram para uma mudança de como a sociedade enxerga o deficiente, restituindo-lhe o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao transporte, à moradia, ao esporte, à cultura e ao lazer, etc.

Com isso, a prática de atividades inclusivas aumentou. Uma atividade muito difundida hoje é o esporte, que para as pessoas com deficiência, surge como uma possibilidade de reinserção social, buscando através dele, entrar em contato com outros indivíduos, partilhar de suas experiências e se tornar um membro ativo da comunidade.

Refletindo o papel que o psicólogo deve exercer dentro de uma comunidade, optou-se aqui por fazer um estudo teórico prático que visou a leitura de textos importantes para se compreender a psicologia social comunitária e visitas à uma comunidade, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes e com os monitores, além de observações, com o objetivo de recolher informações para se ter um panorama do funcionamento dessa comunidade. A comunidade escolhida trata-se de uma comunidade de paradesportistas da Universidade

Federal de Goiás, Regional Catalão. Ela é composta por doze pessoas, participantes do Projeto de Extensão "A Inclusão de Pessoas com Deficiência Física ao Basquetebol de Cadeira de Rodas", que visa o acesso das pessoas com deficiência física às práticas esportivas e corporais, incluindoos ao esporte, lazer e educação, ampliando a socialização, a autonomia e a autoestima dessas pessoas.

Confrontados os dados obtidos, percebeu-se muitas dificuldades e problemas dentro desta comunidade, e que o psicólogo poderia intervir, em conjunto com todos os seus membros. Foram percebidas falhas quanto à acessibilidade, a falta de recursos financeiros para custear o projeto, a falta de comprometimento do órgão responsável por garantir os direitos destes sujeitos, além da falta de conhecimento dos direitos que eles têm enquanto membros daquela comunidade. E como possível intervenção, o que se propõe são orientações centradas na tomada de consciência dos participantes no que tange aos seus direitos e deveres.

Enfim, as interlocuções entre psicologia e comunidade se intensificam na medida em que as práticas psicológicas dialogam com o saber popular e com os contextos sócio-políticos. Só assim a prática da Psicologia Social Comunitária ganha força ao mesmo tempo em que participa ativamente de atividades que terão de fato impactos positivos nos problemas da sociedade.

Usuário e Cidadão: uma análise sobre a participação social nos Centros de Atenção Psicossocial

Alexsander Witt Rodrigues (Universidade de Santa Cruz do Sul)

A participação dos usuários na gestão dos serviços de saúde está prevista na Constituição Federal de 1988, sendo uma das diretrizes que norteiam a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, a Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS) também aborda o tema, colocando que a participação não pode se limitar aos espaços formais, como é o caso das Conferências e Conselhos de Saúde, mas deve estar presente no cotidiano dos serviços. Ao falar em Saúde Mental, este processo ganha relevância ainda maior, tendo em vista o histórico de exclusão que seus sujeitos, os ditos "loucos", sofreram, o que tornou possível a submissão destes às mais diversas práticas de exclusão e violação dos direitos humanos, socialmente aceitas, cujos efeitos foram extremamente prejudiciais a esta população, não somente desrespeitando seus direitos, mas também fazendo-os perder sua autonomia através da institucionalização. Entretanto, frequentemente, percebe-se um distanciamento entre o que está proposto no plano legal e a realidade nos serviços de saúde, onde muitas vezes não existem espaços destinados a incluir os usuários nos processos de organização e de gestão. Sendo assim, o presente trabalho busca apresentar alguns resultados da pesquisa "Usuário e Cidadão: um estudo sobre a participação social em CAPS I e II", que buscou investigar as formas através das quais os usuários estavam sendo incluídos na gestão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) I e II dos municípios integrantes da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde - RS. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores dos serviços ou com outro profissional indicado pela equipe. Posteriormente, os dados foram analisadas pelo método da análise de conteúdo. Com base nas falas dos entrevistados, foram criadas quatro categorias principais: 1) Organização do serviço em relação à tomada de decisões: nesta categoria estiveram presentes muitas falas vinculadas ao conceito de cogestão. Apesar disso, ficou claro que alguns profissionais e, principalmente, os usuários eram excluídos nessas tomadas de decisões. 2) Espaços de participação dos usuários e familiares na gestão do serviço: na segunda categoria foram colocados relatos sobre os espaços destinados a participação social de usuários e seus familiares. Apesar de pouco ter sido falado na primeira categoria sobre a participação destes na tomada de decisão, a maioria dos entrevistados relatou que os serviços onde trabalhavam dispunham de diferentes espaços, deixando clara uma cisão entre espaços de participação e a tomada de decisão. 3) Estratégias utilizadas pelos CAPS para incentivar a participação dos usuários na gestão do serviço: na terceira categoria foram colocados os recursos utilizados pelas equipes para potencializar a participação social. 4) Desafios em relação à participação dos usuários na gestão dos serviços: Por fim, a última categoria agrupou falas referentes as principais dificuldades relacionadas a participação social dos usuários, na qual ficou clara a necessidade de uma participação mais efetiva. A partir da análise, foi possível perceber que, apesar da maioria dos CAPS disporem de meios através dos quais os usuários pudessem se manifestar sobre os modos de organização e de gestão do serviço, cada um o fez de uma maneira diferente. Também ficou evidente a grande complexidade do processo de participação social, cuja efetivação não se dá simplesmente através da criação de espaços com tal finalidade, sendo necessário uma contínua conscientização de usuários, familiares e profissionais sobre seus direitos, deveres e possibilidades. Faz-se necessário também o estabelecimento de relações horizontais, em que seja possível o diálogo entre os diferentes sujeitos presentes no processo de produção do cuidado. Mais do que uma ferramenta para a gestão, a participação social provoca novos olhares, fazendo com que o usuário/paciente seja visto para além de sua doença e seja reconhecido como cidadão e não meramente um objeto de intervenção.

Vicissitudes do cuidado no território da AIDS: contribuições da Teoria Crítica para a saúde

Brígia da Silva Amaro Lima (Universidade Federal do Ceará), **Aluísio Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará), **Beatriz Oliveira Santos** (Universidade Federal do Ceará), **Stephanie Caroline Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará)

Na crítica desenvolvida na "Dialética do Esclarecimento", Theodor W. Adorno e Max Horkheimer assinalaram que a o problema da educação encontra-se em sua condição de instituição que corrobora com a lógica capitalista. Enquanto instrumento de formação, a educação, segundo os autores, ao invés de gerar uma consciência emancipatória interfere no modo como os sujeitos se apropriam de si mesmos, promovendo a submissão à administração de suas vidas. Para Adorno, quando a produção simbólica, própria do processo da cultura, é convertida em mercadoria pela indústria cultural, distancia-se do saber popular e se aproxima dos interesses do mercado, de modo a ter-se as bases para a consolidação do que, promovendo o processo de semiformação (Halbbildung). Assim, o potencial libertador da cultura de algum modo teria se perdido na lógica capitalista da indústria cultural que produz uma socialização que é apenas em parte constituidora. Reflexão que obriga a pensar as diferentes práticas sociais que se apropriam, inclusive, das relações entre vida e morte nas práticas em saúde. Seguindo essas proposições, nesse trabalho propõe-se discutir a administração dos corpos a partir de discursos hegemônicos e saberes institucionalizados sobre pessoas que vivem com AIDS na atualidade. Afinal, os discursos e formações no campo da AIDS, seja pelo discurso médico, seja pelas construções midiáticas, tem seguido na contramão do desenvolvimento do pensamento crítico, uma vez que a preocupação central está no controle da epidemia. Isso fica ainda mais evidente ao observarmos como os indivíduos passam a integrar a rede de cuidados do serviço público e como o cuidado definido pelos protocolos médicos atentam-se especificamente, para não dizermos aqui "apenas", para a condição de adoecimento ou da prevenção de agravamento. Ou seja, ao serem considerados apenas a partir do diagnóstico são reconhecidos perversamente (Lima, 2010), pois toda sua história de vida é desconsiderada em detrimento de uma única vivência, a da doença. O desafio está, portanto, na apresentação de uma crítica direcionada ao olhar social que condiciona e reduz a compreensão das vicissitudes relacionadas a questão da AIDS à dimensão biológica. Para tanto, elegemos como marco teórico da discussão as reflexões apresentadas pela Teoria Crítica, sobretudo, as considerações de T. W. Adorno e Jürgen Habermas acerca da semiformação e colinização do mundo da vida pela razão instrumental. No que se refere a contribuição de Adorno, encontramos a reflexão acerca do peso do controle exercido sobre a experiência do indivíduo, onde, de acordo com Gatti (2013, p. 83), a novidade desta formulação consiste no fato de que "a consciência mesma das pessoas também é objeto de controle das instâncias de planejamento e dominação necessárias à sobrevivência do sistema capitalista". Buscamos, portanto, compreender como os sujeitos são "convencidos" e "convidados" a seguir os percursos de suas vidas a partir do que a sociedade concebe acerca da "doença". Acreditamos que o trabalho possa contribuir com a formulação de novas propostas de educação em saúde e campanhas que escapem da administração da vida a partir da semiformação e possam mediar a formação de sujeitos críticos que possam tomar o cuidado de si e do outro a partir de uma reflexividade crítica, onde sua relação com a AIDS supere sua condição atual enquanto problema de saúde pública.

GT 29 PSICOLOGIA SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: FORMAÇÃO E PRÁTICAS EM PSICOLOGIA

A influência das ações afirmativas para escolha profissional de negros/as: caso do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco

Elcimar Dias Pereira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Para a realização deste trabalho entrevistou candidatos/as, bolsistas e diplomatas que passaram pelo Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco. O Programa de Ação Afirmativa Bolsa Prêmio Vocação para Diplomacia foi uma proposta para incluir negros/as para diversificar ou "colorir" a diplomacia brasileira com intuito de ter-se um corpo diplomático que represente mais a população brasileira. Com intuito de verificar até que ponto uma ação afirmativa pode influenciar na escolha de uma carreira profissional. Parto do pressuposto de que mesmo tendo a capacitação técnica alguns negros/as ainda hesitam em optar por determinadas carreiras e postos profissionais por justificativas diversas. Pois, conforme estudiosos (FERREIRA, 2010; FIGUEIREDO,2002; LOMBARDE, BRUSCHINE, MERCADO, 2009) há uma sub-representação grupos historicamente excluídos do acesso a bens materiais e simbólicos, como negros/as e mulheres, em espaços estratégicos, ou de privilégios de grupos. Diante disto, considera-se que racismo contribuiu diretamente para o acirramento das desigualdades sociais e econômicas entre negros/as e brancos/as, bem como, a falta de acesso a bens culturais e a deslegitimação das produções culturais advindas de negros/as. E segundo Silva & Silva (2014) há menos negros/as nos cargos públicos que recebem maiores salários. E, que quando ocupam cargos bem remunerados ou estão em profissões tidas como de prestígio, têm se uma ideia de que estão "fora do lugar" (BENTO, 2003). Para embasar este trabalho lançou-se mão de teorias de Relações Raciais (GUIMARÃES, 1999,2002; MOORE,2007; HASENBALG, 1992; MUNANGA, 2006). De acordo com Munanga (2003), o mito da democracia racial obstruiu durante muito tempo o debate amplo e efetivo sobre políticas de reparação e em seguida o mito do sincretismo cultural ou da cultura nacional mestiça e única não possibilitou que o Brasil implantasse no sistema educacional o multiculturalismo. A ideia de cultura nacional mestiça também contribuiu para o disfarce das desigualdades estruturadas e reproduzidas entre brancos/as e negros/as no país. Para Guimarães (1999), os estudos de Silva (1978) e Hasenbalg (1979) marcaram o início de uma gama de outros estudos sobre as desigualdades raciais e o avanço no que tange à importância da retomada do conceito raça em uma perspectiva sociológica.

Conceituar o racismo de maneira que considere a dimensão estrutural e simbólica na produção e sustentação das desigualdades raciais é a perspectiva de alguns/mas estudiosos/as, tais como Essed (1991), Guimarães (1999) e Rosemberg (2003). É a partir dessa perspectiva que o presente trabalho foi desenvolvido. Vale ressaltar que, quando abordamos a dimensão simbólica, consideramo-la no plano da ideologia e não das atitudes. Uma das estratégias para o combate do racismo é a construção de ações afirmativas. De acordo com Munanga (2006), há muito tempo atrás, o movimento negro não utilizava as palavras cotas nem ação afirmativa, mas já reivindicava políticas específicas de reparação que pudessem reduzir as desigualdades entre brancos/as e negros/as. Segundo Heringer (2002), a expressão ação afirmativa é ampla e controversa, possibilitando diversas interpretações. Segundo a autora, a própria definição do tema se tornou uma arena de disputas políticas e teóricas. Apresenta a definição de Reskin (1997) que considera que ações afirmativas são políticas e procedimentos obrigatórios e voluntários com o objetivo de combater a discriminação no mercado de trabalho e também de retificar os efeitos de práticas discriminatórias exercidas no passado pelos empregadores. No que tange o desenvolvimento metodológico deste trabalho, lançou se mão das técnicas de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1977) e Rosemberg (1981). As técnicas de AC de Bardin podem seguir vários caminhos, por isso dão margem para serem aplicáveis a pesquisas de natureza quantitativa ou qualitativa.A partir das respostas verificou-se, na maioria das entrevistas, que o Programa teve uma influência na decisão de fazer o concurso do Itamaraty.

A Interseccionalidade Gênero-Raça-Classe nos Discursos da Saúde Pública sobre a "Violência Doméstica" contra as Mulheres

Raquel da Silva Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A temática da interseccionalidade entre gênero-raça-classe nas situações de "violência doméstica" contra as mulheres tem sido pouco explorada. Essa constatação embasa-se no levantamento de estado da arte sobre a temática, bem como na análise das práticas discursivas que vimos acompanhando no poder judiciário de Porto Alegre. Desde 2005-2013, desenvolvemos projetos de extensão junto à Delegacia da Mulher e ao Poder Judiciário, numa parceria entre o PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e o Curso de Direito da UniRitter. Em 2013 foi produzida a tese de doutorado intitulada "Interseccionalidade Gênero/Raça e Etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade", na qual se identificou que existia uma negação e um silenciamento nas práticas jurídicas sobre a possível interseccionalidade da "violência doméstica" com os marcadores sociais de raça e de etnia, tanto em Porto Alegre como em Sevilha. Além disso, também se constatou a pouca articulação dos órgãos jurídico-policial que atuam no enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres com o campo da saúde pública, e, vice-versa. Apesar da regulamentação de notificação compulsória da violência doméstica contra as mulheres ser obrigatória para os serviços de saúde do Brasil, desde 2004, a maior parte das mulheres que acessaram a Lei Maria da Penha durante a pesquisa teve como porta de entrada nos serviços públicos a própria Delegacia da Mulher. Assim, o objetivo geral deste trabalho é discutir como a interseccionalidade gêneroraça-classe emerge ou não nos discursos das políticas públicas brasileiras de saúde. Os objetivos específicos buscam: a) analisar de que forma esses documentos da saúde pública abordam essa interseccionalidade e se existem normativas para a realização de práticas nessa direção; b) verificar se as políticas públicas explicitam orientações sobre os desdobramentos das notificações compulsórias de "violência doméstica" contra as mulheres para além do encaminhamento das mulheres "vítimas" à Delegacia da Mulher O referencial teórico-metodológico é composto pela análise das práticas discursivas de Michel Foucault; pelo conceito de interseccionalidade; pelo conceito de gênero e pelos marcadores sociais de raça e de classe. Embasada nesta caixa de ferramentas conceituais, esta pesquisa propõe a realização de uma análise documental dos discursos que compõe os documentos governamentais da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Programa de "Assistência Integral à Saúde da Mulher" (PAISM) do SUS. Como resultados parciais, destaca-se que na análise inicial do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) identificouse a presença de discursos sobre a interseccionalidade gênero-raça-classe, ainda que nem sempre de forma articulada entre esses marcadores. Acredita-se na importância de pesquisas interseccionais no campo da psicologia social que focalizem a temática da violência doméstica contra as mulheres e sua contextualização nas discussões de gênero e de raça, pois desta forma contribui-se para a superação das iniquidades em saúde. Nessa direção, propõe-se como desdobramento desta pesquisa documental a elaboração de uma proposta de intervenção com os resultados da mesma para formação em práticas de atenção à saúde das mulheres que operacionalizem a ferramenta conceitual da interseccionalidade.

A luta contra a questão racial no Brasil: breve análise do jornal A Voz da Raça.

Brena Vilella Alves de Mattos (Universidade Federal Fluminense), **Hildeberto Vieira Martins** (Universidade Federal Fluminense), **Murilo Silva Lanes Luz** (Universidade Federal Fluminense)

O presente trabalho tem como objetivo principal discutir o debate político surgido a partir do projeto de construção da nova identidade nacional republicana em inícios do século XX e que fomentou o surgimento de uma série de movimentos sociais voltados para a busca e o reconhecimento dos direitos sociais que esse modelo republicano prometia. O surgimento de certos grupos sociais organizados que reivindicavam o reconhecimento de direitos para a "população de cor" é um dos efeitos desse processo político. A consolidação de um movimento negro organizado e unificado colocou em relevo a questão racial em seus vários níveis de complexidade: social, político, econômico, individual. A noção de raça (e suas derivações como o racismo e a discriminação racial) torna-se um elemento analítico que precisa ser investigado e discutido pela sociedade brasileira na primeira metade do século XX. Nesse contexto, as abordagens teóricas em relação ao negro brasileiro ainda estão fortemente calcadas em explicações de cunho racial. Por conta disso, o racismo científico se faz presente através de manutenção da ideia de "branqueamento" da população, sustentada na crítica do processo de miscigenação de brasileiro, visto como o fenômeno que impossibilitava o nosso desenvolvimento e progresso nacional. Entretanto, a partir das contribuições antropológicas na década de 1930 de Arthur Ramos, influenciado pelos estudos de Nina Rodrigues, há uma mudança no discurso em relação ao negro no Brasil, e que aponta para discussão e importância dos fatores culturais em detrimento das questões raciais. O modelo culturalista de Arthur Ramos (e Gilberto Freyre) é uma tentativa de deslocar o negro de uma condição (e lugar) de inferioridade biológica, considerada irreparável (porque fruto da degeneração), e sustenta a ideia que tal inferioridade se apresenta como produto de fatores culturais e, portanto, pode ser contornada. Tal proposição de Ramos influenciaria grande parte dos movimentos negros em sua luta pela fuga da marginalização em que se encontravam em nossa sociedade.

O procedimento metodológico escolhido baseia-se na delimitação (recorte) do escopo da pesquisa que facilitasse a realização de uma leitura mais apurada sobre o assunto em discussão. Optou-se por realizar a análise do movimento social denominado Frente Negra Brasileira (FNB), um movimento que, assim como as organizações negras que o antecederam, possuía como principal objetivo a luta contra a marginalização do negro na sociedade brasileira. O objetivo da pesquisa foi, através de pesquisa bibliográfica e documental de material disponível na Biblioteca Nacional e no seu website (http://hemerotecadigital.bn.br/), levantar as principais características do discurso utilizado pela FNB na luta contra o preconceito racial no Brasil. A pesquisa abrangeu o período que vai de 1930 a 1960, pois o propósito de tal análise era compreender quais soluções foram criadas e quais foram os desdobramentos possíveis em decorrência da luta por direitos que esse movimento negro gerou.

A primeira metade do século XX, período de consolidação do modelo republicano no Brasil, assistirá, em 1931, o surgimento de um movimento social em São Paulo denominado Frente Negra Brasileira (FNB). Essa organização, assim como as organizações negras que a antecederam, possuía como principal objetivo e "bandeira" a luta contra a marginalização do negro na sociedade brasileira. Para fazer frente a tal desafio, a FNB criou um periódico oficial: o jornal "A voz da raça" foi pela primeira vez publicado em 18 de março de 1933, e que se tornou o principal meio difusor das propostas e dos ideais dessa organização. A FNB é considerada como o mais importante movimento negro de massa, espalhando-se por vários Estados brasileiros (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco). O sucesso dessa estratégia de atuação social pode ser constatado pelo registro político- partidário da FNB, em 1936, e pela sua participação na campanha eleitoral republicana de 1937.

O periódico "A voz da raça", principal meio de diálogo da Frente Negra Brasileira com a população negra, se caracterizou como uma estratégia de luta dessa organização na tentativa de denunciar e demonstrar toda a discriminação que os negros sofriam. A Frente Negra Brasileira também demonstrou uma preocupação com a situação da mulher negra. Promovendo reuniões, criando o "Departamento de Colocações Domésticas", que servia como um tipo de agência de emprego para catalisar a entrada das frentenegrinas na carreira de empregadas domésticas. Mas apesar de estarem na organização em grande número e possuírem em algumas instâncias de organização espaços para o debate da temática feminina ("grupos de senhoras" e "diretorias femininas"), a participação das mulheres na FNB era visivelmente mais restrito que o dos homens. Elas não ocupavam cargos decisórios, nem compunham o "Grande Conselho". O resultado da análise realizada nesse periódico aponta para a produção de um discurso extremamente moralizante e patriótico. Dessa forma, pôde-se notar que um dos objetivos do jornal era a construção de um certo "perfil" ou "modelo ideal" do(a) negro(a) que se visava alcançar naquele momento.

A redução da maioridade penal e a questão racial no Brasil

Heloísa Petry (Universidade Federal de Santa Catarina)

Pretende-se com esta comunicação apresentar um panorama da situação dos jovens negros no Brasil no contexto atual, delineando as trajetórias das políticas estatais e dando ênfase às situações de violências vivenciadas por esta população, através de pesquisa bibliográfica. O Brasil é um dos países que se encontra no topo do ranking mundial em mortalidade juvenil, sendo que esta ocorre de forma seletiva: atinge especialmente os jovens negros e pobres do país. Depara-se com os paradoxos que esta situação apresenta, já que ao mesmo tempo em que o país implementa políticas de combate ao racismo e de inclusão dos afrodescendentes, há dados alarmantes sobre a situação opressora as quais se encontram. Embora as pressões sociais e lutas do Movimento Negro e de certos setores governamentais tenham possibilitado conquistas em termos legais, há a manutenção das práticas de exclusão, criminalização e assassinato em massa desta população, além de medidas que se direcionam na contramão destes poucos avanços, como a redução da maioridade penal.

No dia 15 de julho de 2015 foi aprovado o parecer final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apresentar um panorama da situação da violência contra jovens negros e pobres no Brasil. Na conclusão do parecer desta CPI, consta o termo "genocídio simbólico" para elucidar a situação dos jovens negros no Brasil – simbólico supostamente porque na acepção da palavra genocídio, consta o extermínio de determinado grupo étnico e/ou religioso como propósito deliberado. Como fato concreto, no entanto, os dados disponíveis ratificam tal extermínio: segundo o Mapa da Violência de 2015, são jovens de 15 a 24 anos, negros, do sexo masculino, de baixa renda e escolaridade, as principais vítimas de violência letal no Brasil (WAISELFISZ, 2015).

Ainda assim, frente a este cenário racial e social excludente - considerando-se que raça, status e classe possuem um intercruzamento discursivo e ideológico - é retomada a pauta da redução da maioridade penal que há mais de duas décadas tramitava com um conjunto de 22 propostas apresentadas à Câmara dos Deputados e Senado Federal, entre projetos de lei, projetos de emenda à constituição e decretos legislativos. Em março de 2015, a PEC 171/93, do ex-deputado Benedito Domingos (PP-DF) foi aprovada por parlamentares da Comissão e Constituição de

Justiça (CCJ), tendo apoio declarado do presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Tida como solução mágica para a criminalidade e para uma suposta impunidade dos adolescentes de 12 a 18 anos, a redução da maioridade penal é a síntese da criminalização da pobreza e da seletividade do sistema penal delimitada a partir de uma clara hierarquia de valoração moral dos sujeitos (WACQUANT, 2001; SOUZA,2010).

A redução da maioridade penal afeta diretamente a população jovem negra, conforme a tendência de seletividade penal que se aplica a todo território brasileiro, tanto para os jovens quanto para os adultos (IPEA, 2015). A diferenciação entre "crianças e adolescentes" merecedores de proteção e garantias e aqueles, rotulados de "menores infratores" e "bandidos", sujeitos à punição é muito explícita na fala do deputado Pastor Eurico do PSB de Pernambuco quando se posiciona acerca da redução da maioridade penal: "Cada caso é um caso. Um cidadão de bem que criou seu filho, deu educação, o menino pega o carro do pai e 'vou ali' daí sai, atropela, matou. Esse menino não é bandido, tem educação, testemunho, formação, ele vai ser tratado igual ao cara que sai com um revólver sequestra e mata? É diferente. Tem que parar pra pensar e analisar" (DIP, 2015). O proposto abrandamento da punição do deputado "nesses casos" para "esses adolescentes" vem ratificar o que Souza (2010) denomina como "hierarquia moral" de alguns sujeitos e/ou grupos sobre outros, que, por seu caráter pré-reflexivo, está secularmente enraizada em toda a sociedade como um "fio invisível", inviabilizando a regra política e jurídica de igualdade não apenas por uma questão simplificada meramente econômica produtora da desigualdade tal como a má distribuição de renda ou de políticas sociais, mas, sobretudo, porque o valor atribuído aos seres humanos não é o mesmo: ser "gente", "ser humano" ou "cidadão" são noções social e subjetivamente construídas e apropriadas.

O problema racial excede as fronteiras nacionais do Brasil já que ele surge intrinsecamente à forma de organização econômica, social e ideológica moderna. A questão negra continua a ser um ponto emblemático para a sociedade ocidental, que ainda não resolveu as consequências da relação de dominação com a África (FOÉ, 2011). No Brasil, a mortandade da população jovem negra bem como a violação sistemática de seus direitos só podem ser compreendidas considerando-se a longa tradição de invisibilidade ao problema do racismo. Na ausência de discriminações raciais institucionalizadas ao longo da história nacional, diferentemente de outros países, o racismo brasileiro se reproduz invisivelmente na contradição de uma cidadania que embora seja definida por direitos formais, é extremamente limitada, ignorada e violada cotidianamente (WALLERSTEIN, 1991).

Afetos Interraciais: negação e racismo nas dinâmicas de familias interraciais.

Lia Vainer Schucman (Universidade de São Paulo)

Este trabalho tem como propósito pensar quais são os lugares que a categoria sociológica raça e o fenômeno do racismo ocupam nas dinâmicas de famílias interraciais. Para tanto, foi necessário investigar e compor uma análise de como famílias interraciais, vivenciam, negociam, legitimam, constróem e desconstróem os significados da raça e, particularmente, do racismo cotidiano vivenciado pelos membros não brancos destas famílias, compreendendo assim como os estereótipos e hierarquias de raça aparecem nas dinâmicas familiares, em suas estruturações e nas experiências emocionais que mobilizam e são mobilizadas nos intercâmbios familiares. Para realizar esta pesquisa foi necessário investigar como a os significados e sentidos construídos socialmente sobre raça, são deslocados, negociados, desconstruídos e também afirmados nas relações intrafamiliares entre brancos e negros. Neste sentido, escolhemos pensar a família como lugar privilegiado para a compreensão das relações raciais brasileiras dentro do campo da psicologia social, pois, como afirma Mandelbaum (2010) toda família constitui um microcosmo fincado nas intermediações entre a esfera social e individual, o público e o privado, o real e a representação, o biológico e o cultural (p. 19)" portanto a família é pensada por nós como uma instituição social historicamente determinada, um campo de interseção entre a realidade social e a vida psíquica, uma tessitura que, em seu arranjo de parentesco e nos significados que atribui a cada um dos lugares que a compõem, sofre a determinação de uma história sócio-cultural na qual se estabelece e que a atravessa, ao mesmo tempo em que é constituída na interação afetiva entre os membros. Neste sentido, o estudo da família interracial aqui apresentado se fez no entrecruzamento de perspectivas que, levou em consideração as determinações históricas e culturais do racismo brasileiro, e as ferramentas dos estudos e intervenções com famílias no campo psicológico. Os resultados obtidos nesta pesquisa apontaram que um dos mecanismos psíquicos usados para lidar com o racismo de nossa sociedade no interior das famílias é a negação do "outro" como negro. Assim, é possível afirmar que no Brasil pode-se ser contra o racismo, pode-se casar com negros e ao mesmo tempo ser racista.Neste sentido, é nítida uma das características mais fortes da branquitude como uma identidade construída em torno de si mesma, que Bento (2003) apontou como narcísica, em que não há espaço algum para a alteridade, e mesmo onde parece existir um encontro (famílias interraciais), o outro é eliminado, já que se enxerga ou projeta no outro aquilo que se é ou pretende ser: não negro. Nosso objetivo inicial ao começarmos a pesquisa era buscar compreender se os afetos no interior de famílias interraciais poderiam aparecer como veículo catalisador para a desconstrução do racismo nos sujeitos brancos. Em uma análise minuciosa das falas de nossos entrevistados, podemos perceber que há diferentes posições com que brancos se implicam nas relações inter-raciais. Neste sentido, é importante apontar que existem diferentes formas individuais e grupais de responder às hierarquias raciais que estruturam a sociedade brasileira. Escolhemos neste artigo apontar um dos mecanismos que colaboram para manter e legitimar o racismo em nossa sociedade. Escolhemos aponta-lo, pois entender como, mesmo no convívio diário com a diferença, é possível negar a alteridade nos parece uma forma de compreender as complexas relações raciais vividas pelos brasileiros.

Democratização da Universidade e o Desafio da Permanência: Trajetórias de Jovens Negros no acesso aos espaços acadêmicos de prestígio

Luciana Maria de Souza (Universidade Federal de Minas Gerais), Claudia Andrea Mayorga Borges (Universidade Federal de Minas Gerais)

Com a instituição legal das cotas, as universidades públicas federais tem em seu horizonte a eminente transformação do perfil de seus alunos e o desafio de instituir políticas institucionais que ampliem não somente o acesso, mas a permanência de jovens negros no ensino superior. Pautando os desafios da construção de ações de democratização, o Núcleo Conexões de Saberes desenvolve, desde 2012, o programa "Políticas de inclusão no ensino superior: Valorização afirmativa de trajetórias de jovens egressos de escola pública, negros e indígenas na UFMG". O acompanhamento das trajetórias acadêmicas de jovens negros nos primeiros anos do projeto mostrou, em consonância com a literatura sobre ações afirmativas, que a restrição ao acesso a espaços de produção e formação acadêmica permanece como grande desafio à plena inserção de negros no ensino superior. A partir desse cenário, apresentamos os resultados de uma pesquisa desenvolvida em 2014, no âmbito do programa supramencionado, que procurou analisar elementos de exclusão internos à academia que impactam na inserção desses jovens aos espaços de prestígio acadêmico. Para tal, foram analisados editais de seleção de pesquisa, extensão, monitoria, intercâmbio e pós-graduação da UFMG, nas oito diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de caracterizar o perfil comumente desenhado para ingressar no exercício da prática acadêmica e explicitar a naturalização de lógicas de exclusão e discriminação internas à universidade. Outra fase se desenvolveu a partir da realização de entrevistas com jovens negros cotistas com o intuito de qualificar suas experiências na preparação e participação de seleções durante sua graduação e caracterizar sua vivência e concepção sobre o ingresso aos espaços de produção acadêmica. A análise dos editais mostrou que as seleções não apresentam critérios afirmativos ou avaliações que considerem aspectos das trajetórias negras. Isso fica caracterizado pela prevalência de perfil ancorado em critérios meritocráticos como, alto rendimento acadêmico, formação complementar e fluência em línguas. No mesmo sentido, as entrevistas apontaram a prevalência de experiências de constrangimento, inferioridade e sensação de despreparo para o ingresso na produção acadêmica, associados a um índice grande de tentativas ou desistência do ingresso a esses espaços. Os achados dessa investigação revelam repetição dos impedimentos de ingresso à universidade já apontados pela literatura e debatidos nos trabalhos sobre escolarização da juventude negra. Mostraram também que, internamente à universidade, prevalecem exclusões semelhantes às historicamente existentes em outras instâncias de escolarização que perpetuam a desqualificação das experiências e trajetórias negras. Essas similaridades apontam a necessidade de construção de políticas que garantam condições de presença e participação desses grupos na pesquisa, ensino, extensão e pós-graduação. Assim, concluímos que a entrada de jovens negros cotistas na universidade, desvinculada de uma transformação da política institucional de acesso aos espaços de prestigio acadêmico, fomenta a produção de inclusões subalternizadas e permanece produzindo efeitos desiguais nas trajetórias de jovens negros. Nossas análises reforçam a urgência de que a universidade como instituição pública voltada, mesmo que não exclusivamente, a formação de jovens, deve assumir uma posição aberta e atenta às novas demandas que chegam a ela a fim de responder às especificidades de grupos frequentemente excluídos do acesso aos bens públicos.

Estereótipos, categorizações e preferências de crianças brancas e negras acerca da cor de pele

Saulo Santos Menezes de Almeida (Universidade Federal da Bahia)

O processo de socialização é fator determinante na forma como os indivíduos vão entender e se comportar no mundo. Desta forma, pode-se pensar que as crenças, atitudes e comportamentos dos indivíduos são fortemente atingidos pelos aspectos familiares, grupais e pessoais, e essas crenças vão ser salientes nas respostas às ameaças e estresses que ocorrerem em sua vida. Dentre os processos notórios, desde a infância, ressalta-se a formação de crenças e estereótipos, onde se categoriza e definem-se atributos, opiniões e crenças para determinados grupos sociais de maneira que os satisfaçam no entendimento do mundo; surgem em diferentes contextos, cumprindo as funções de responder aos fatores ambientais, justificar o status quo e atender às necessidades da identidade social. Eles existem como uma estrutura cognitiva, por meio de esquemas, protótipos e exemplares, e contém atributos e traços, tanto positivos, quanto negativos, direcionados aos grupos e seus membros, gerando expectativas sobre comportamentos dos membros do grupo. Neste sentido, a socialização associada aos estereótipos pode ter uma relação direta com o desenvolvimento moral dos agentes socializadores. Este estudo, portanto, teve como objetivo geral, analisar as categorias e estereótipos acerca da cor de pele em crianças. Este estudo procurou identificar os estereótipos e as características acerca da cor da pele apresentados pelas crianças da pesquisa frente a fotografias de crianças negras e brancas apresentadas. Para este estudo, fez-se necessária a participação de 200 crianças, com faixa etária entre oito a 11 anos de idade, de ambos os sexos, independente da renda familiar e de ambiente social. As crianças foram convidadas a se classificarem quanto a cor de sua própria pele e também a exporem seus pensamentos acerca das categorias sociais beleza, riqueza, inteligência, bondade e normatividade, no instrumento de categorização, e sobre contato e proximidade, no instrumento de preferências, frente aos dois alvos (uma criança negra e outra branca) apresentados em fotos. As perguntas foram dirigidas às crianças de forma padronizada e simples, utilizando as categorias e preferências, uma por vez, e pedindo as crianças que associassem as respostas binárias aos alvos brancos e negros apresentados em fotos, e a si mesmo. A categorização racial das fotografias foi feita através da classificação e reconhecimento das fotografias em grupos raciais pelos juízes da pesquisa. A autocategorização foi avaliada a partir do questionamento de qual das crianças das fotografias se parece mais com ela e de como elas se avaliam frente às categorias apresentadas. Em termos gerais, levando em consideração o total de respostas das crianças brancas e negras participantes da pesquisa, os itens da escala de categorização da cor de pele apresentaram a tendência da escolha da primeira alternativa que é a tida como positiva, ou seja, as crianças participantes desta pesquisa mostram-se adeptas a associar as crianças brancas e negras, e a si mesmo, características como bonitas, inteligentes, estudiosas, comportadas e bondosas, com exceção da riqueza que há uma preferência por associar a negritude à pobreza.

Não há um resultado que revele uma diferença significativa entre brancos e negros na associação de características a alvos brancos ou negros, o que traz à tona a crítica a um modelo de instrumento que solicite uma escolha forçada, quando a criança tem, por obrigação, escolher entre uma criança branca e outra negra. No caso desta pesquisa, os dados elucidam uma atitude de crianças negras e brancas que não é capaz de identificar o preconceito. Por se tratar de associação de características a crianças brancas e negras com a possibilidade de apontar a mesma característica para ambos os alvos, estes resultados permitem pensar sobre novos processos identitários em que as crianças se inserem.

Salienta-se que experiências com maior carga emocional têm maior potencial de socialização. A negação da identidade e a mobilidade social descendente podem suscitar emoções negativas, gerando ciclos de depressão, culpa a si próprio, agressividade e raiva, compreendendo que as emoções se constroem coletivamente em grupos de socialização juvenil, na família e no meio laboral. Portanto, se a identidade social de um indivíduo está relacionada com o conceito e estereótipo que ele atribui a si (Turner, 1984), os julgamentos que ele faz do seu grupo de pertença corresponderão aos julgamentos que o indivíduo faz de si próprio como membro desse grupo. E, notando que os indivíduos participantes desta pesquisa possuem uma atribuição de estereótipos mais positivos acerca de si, seria esperado que também atribuíssem estes estereótipos também ao seu grupo.

O controle das práticas e a ciência: Arthur Ramos e os estudos afro-brasileiros

Hildeberto Vieira Martins (Universidade Federal Fluminense), **Brena Vilella Alves de Mattos** (Universidade Federal Fluminense), **Murilo Silva Lanes Luz** (Universidade Federal Fluminense)

As práticas e manifestações sociais (cultura, linguagem, estética etc.) de certos grupos étnicos africanos trazidos para o Brasil em decorrência do processo de colonização e do tráfico negreiro português marcaram o processo de formação da sociedade brasileira como nação e funcionaram como um dos elementos norteadores do processo de consolidação do modelo cultural deste país. Essas práticas, que aqui se reconfiguraram através do contato com o elemento português e com os nossos grupos autóctones, viriam constituir aquilo que mais recentemente definimos como a "cultura brasileira". Na passagem entre o final do século XIX e o início do século XX, a urbanização, o crescimento da população e a chegada de imigrantes produziram transformações significativas em nossa sociedade. Uma dessas mudanças pode ser constatada na difusão de diferentes crenças religiosas, bem como em variadas "práticas de cura, de adivinhação e rituais de proteção" (Wissenbach, 2004). Tais práticas eram condenadas pelas autoridades médicas, policiais e jurídicas da época, e os rituais de cura eram tachados como truques usados por charlatães que tinham por objetivo explorar a ignorância de cidadãos de boa-fé. Com a implementação do Código Penal de 1890, os rituais religiosos afro-brasileiros, classificados então como "baixo espiritismo", foram oficializados como atos criminosos sujeitos a pena de prisão e pagamento de multa. Nas primeiras décadas do século passado Arthur Ramos, guiado pelo extenso trabalho pioneiro de Raimundo Nina Rodrigues a respeito das sobrevivências religiosas africanas na Bahia, procurou registrar em suas obras as manifestações culturais do negro no Brasil, em um período no qual o debate científico sobre o tema culturalista ainda era incipiente. O autor interessou-se pelos estudos da herança cultural dos povos africanos trazidos para este país, em decorrência da colonização e do tráfico negreiro forçado. Neste trajeto, Ramos observou a reconfiguração das tradições africanas, que em contato com o elemento português e com os nossos grupos autóctones, influenciaram os hábitos de vida, instituições e folclore da sociedade brasileira.

No presente trabalho, daremos destaque aos estudos iniciais de Arthur Ramos que se voltaram para a compreensão das manifestações sociais produzidas pelas religiões afro-brasileiras e que revelam em sua formação um caráter único, diverso das expressões religiosas encontradas em outras partes do globo. Contudo, não podemos deixar de sinalizar que a riqueza cultural proporcionada pela participação social do negro na sociedade brasileira era, ainda na primeira metade do século XX, alvo de criminalização e perseguições. Arthur Ramos propôs em sua obra "O folclore Negro do Brasil" (2007) que a formação dos cultos religiosos unicamente brasileiros teria se dado a partir da fragmentação dos "mitos primitivos" dos povos africanos trazidos ao Brasil (principalmente os povos sudaneses e bantos) e com a diluição destes mitos mediante sua entrada no universo do folclore brasileiro e adaptação ao tipo de sociedade aqui encontrado. Em uma leitura de base psicanalítica dessa mitologia africana, o autor defende que, apesar da referida "degradação", estes grupos teriam mantido naquilo que ele nomeia de "inconsciente coletivo" fragmentos míticos "de forte simbolismo ligado aos complexos centrais, principalmente o motivo do sacrifício e da autopunição, o motivo da mãe e o motivo do herói" (p. 12). Para o debate científico de sua época, Ramos buscou corroborar a partir de suas hipóteses que esses grupos humanos, hegemonicamente considerados primitivos pela ciência da época, estariam na realidade apenas em um estágio cultural menos evoluído (vale lembrar, ideia descreditada nos dias de hoje).

O objetivo do presente trabalho é, através de pesquisa bibliográfica e documental (do período que vai de 1900 a 1950) de material disponível na Biblioteca Nacional e em seu website (http://hemerotecadigital.bn.br/), levantar as características do tratamento dispensado às religiões afro brasileiras e a seus praticantes nas primeiras décadas do século XX. Inicialmente, foi possível constatar a criminalização de certas práticas (rituais de cura), taxadas pelos especialistas (cientistas) como charlatanismo e exercício ilegal de medicina. Parece ficar evidente a tentativa de certos setores da sociedade brasileira de implementar um movimento de "caça às bruxas" que afetou diretamente os praticantes dessas práticas religiosas.

As questões levantadas por essa pesquisa a aproximam do debate pretendido pelo Grupo de Trabalho Psicologia social e a questão racial no brasil: formação e práticas em psicologia (GT 29). Pretendemos discutir os efeitos da questão racial no Brasil, visando a busca pela igualdade e a promoção de um debate crítico dos processos subjetivos relacionados ao fenômeno do racismo ainda presente em nossa sociedade brasileira.

O papel da ameaça intergrupal nas atitudes em diferentes grupos no Brasil

Diana Ramos de Oliveira (Universidade Católica de Petrópolis)

Este estudo usa a Teoria da Ameaça Integrada (Stephan et al., 2002) com o objetivo de analisar as atitudes dos brasileiros, compostos por dois grupos, em relação a outros grupos étnicos ou culturais. A pesquisa em questão corrobora com trabalhos anteriores sobre a relação entre ameaça intergrupal e as atitudes. Nesse sentido o trabalho ora apresentado se insere no eixo temático das Relações étnico-raciais, abrindo a oportunidade de levar esta discussão para o GT Psicologia Social e a questão racial no Brasil: Formação e práticas em psicologia, partindo do princípio que este trabalho se alinha com a proposta do GT e do eixo temático em apontar os efeitos psicossociais nas relações intergrupais e a possível mudança que pode ser construída pela psicologia.

Os trabalhos de Stephan e Stephan W.G. (2000), defendem que a atitude negativa em direção ao exogrupo é um forte preditor da ansiedade intergrupal. Por exemplo, encontrou-se que o medo de interagir com membros do exogrupo estava associado a uma antipatia em direção ao exogrupo. As emoções estão associadas com o componente cognitivo das avaliações do outro grupo como uma ameaça. Isto é, com os pensamentos negativos que se produzem durante ou com antecipação às interações com membros do exogrupo. Estes pensamentos dependem (entre outras coisas) do passado histórico, das experiências pessoais com os membros do outro grupo, e do atual clima político e social.

Neste estudo, assume-se que o grupo majoritário (Brancos) compartam uma anxiedade intergrupal e esteréotipos negativos em relação aos grupos minoritários (Negros, Mulatos e Metiços). Além disso, a atribuição dos estereótipos deve seguir duas lógicas básica: a) O favoritismo endogrupal, e b) uma lógica de atribuição destes esteréotipos com base vs. critérios expressivos/instrumentais naturais/culturais. Especificamente, os grupos dominados receberia traços expressivos e naturais (Atléticos, Trabalho pesado, Modesto, Barulhentos) enquanto os grupos dominantes receberia traços instrumentais e culturais (Materialistas, Ambicioso, Inteligentes, Arrogantes).

Duzentos e cinquenta e cinco estudantes de Universidades públicas de Salvador participaram desta pesquisa. Foi utilizado para este estudo o instrumento Négative Stereotype Index de (Stephan, Ageyev, Coates-Shrider, Stephan et Abalakina, 1994) e Intergoupe Anxiety (W. G. Stephan et Sthephan, 1985). Para determinar o grau de sensação malestar sentido pelos participantes quando eles interagem com outros grupos étnicos ou culturais, foram convidados a responder às seguintes perguntas: " Como você se sente ao interagir com membros de outras minorías étnicas, racial ou cultural? Em que grupo você pensa? Procedeu-se uma categorização e identificou os seguintes grupos: outros grupos culturais/étnicos, ciganos, negros, brancos, nenhum grupo sinalizado ou Outros.

Para determinar o grau de ansiedade, foi realizada uma média dos termos relacionados ao sentimento de ansiedade intergrupo por parte do grupo majoritário. Os brasileiros atribuíram sentir maior ansiedade intergrupal para outras culturas/ grupos étnicos que com os Negros atribuindo assim mais adjetivos negativos (Desajeitado, Nervoso, Ansioso e Incerto). Os resultados também mostram que os traços associados a estereótipos negativos atribuídos a um exogrupo, resultam em avaliações menos favoráveis, replicando o favoritismo endogrupal na atribuição de traços estereotipados.

A ansiedade intergrupal implica que quando há sentimentos de desconfortos e constrangimento na presença dos membros do exogrupo, devido à incerteza sobre como se comportar em relação a eles, a interação com o exogrupo pareça ameaçador (Stephan et Stephan, 1985). A ansiedade Intergrupal tem demostrado ser um bom preditor das atitudes exogrupais e do preconceito. Ademais as pessoas que tendem a ter alto grau de ansiedade a muitas vezes apresentan elevados niveles de preconceito(Ho e Jackson, 2001; Voci e Hewstone, 2003). Estes resultados corroboram com pesquisas prévias em que um contato desfavorável e negativo com o exogrupo e as expectativas negativas, incrementam a ansiedade intergrupal.

Passagens pela cultura afro-brasileira

Gabriela Balaguer (Universidade de São Paulo)

Introdução: Esse trabalho é parte da tese de doutorado em que pretendemos investigar o modo como pessoas brancas e negras de origem de classe distinta realizaram passagens por manifestações da cultura afro-brasileira, ressignificando suas vidas e projetos de vida a partir de então. O tema das passagens por culturas e sociedades distintas é um tema próprio à antropologia preocupada em compreender já algum tempo, não apenas a dimensão da outra cultura, mas problematizar justamente o lugar de que parte o antropólogo no instante de ingresso seja em comunidades distantes ou mais próximas. Entretanto, estamos tratando de passagens que foram muito mais além de experiência de trabalho de campo de antropólogos, circunstancial e temporária, por efeito do trabalho de pesquisa etnográfica; tratamos de experiências que resultaram em ingresso capaz de alterar o rumo biográfico de nossas testemunhas. Nessa perspectiva, as passagens devem ser compreendidas como possibilidades de comunhão de destino com aqueles que pertencem à comunidade cultural afro-brasileira. Vale lembrarmos que o termo afro-brasileiro, surge primeiramente em função do Congresso de religiões afrodescendentes como forma de reunir e fortalecer as religiões de matriz africana (candomblé ketu, Jeje e Angola) e as religiões propriamente denominadas afro-brasileiras (umbanda, quimbanda e candomblé de caboclo). De todo modo, as manifestações culturais afro-brasileiras nascem da resistência política, social e cultural de negros e mestiços à opressão advinda da escravidão e da colonização, opressão que se estende no país pós-abolição e proclamação da República. Para efeito desse trabalho, utilizaremos duplamente ora o termo cultura afro-brasileira, ora o termo cultura popular, uma vez que os dois identificam duas origens que nos parecem importantes de serem registradas sem sobreposição de uma sobre a outra: a origem étnico-racial e a origem social ou de classe. **Objetivo**: Nesse trabalho, procuramos reencontrar elementos desta experiência que denominamos de passagens num dos contos de Camus em seu livro O exílio e o reino (1957). O conto intitulado "A pedra que cresce" narra a experiência do engenheiro D'Arrast, sujeito francês e branco, espécie de alter ego de Camus, que vai a Iguape resolver o problema das enchentes do Rio Ribeira. Tratamos então de revelar aspectos do fenômeno da passagem como experiência humana, que pode ser investigada pela antropologia, pela filosofia, pela história, pela sociologia e evidentemente também pela psicologia. **Método**: Para tanto, realizamos a leitura minuciosa do conto "A pedra que cresce", leitura igualmente alimentada pelas obras biográficas e literárias do próprio Camus – Diário de viagem, Cadernos, O Estrangeiro, A peste, etc - bem como de biografia sobre o autor (TODD, 1998). Há relações evidentes e profundas entre a viagem de Albert Camus pelo Brasil, em 1949 e seu conto "A pedra que cresce". Muitas das experiências de Camus vividas ao longo da viagem são reelaboradas lá de modo muito interessante. Seguindo as pistas biográficas deixadas em seu Diário de Viagem (1978), observaremos as experiências biográficas e sua produção literária a partir das vivências de D´arrast. Além disso, tomamos a passagem como elemento principal a ser evidenciado em sua aparição, procurando atentar para a sua estrutura. Partimos de uma perspectiva fenomenológica e igualmente enraizada no campo do materialismo histórico, como Bosi (1994;2003;2006) e Gonçalves Filho (1998;2005;2007). **Resultados**: O personagem vive um encontro com o cozinheiro negro que lhe exigirá provas de ingresso que vão permitir até certa medida o ingresso na comunidade popular negra. O cozinheiro conhece a experiência histórica da dominação e da opressão, mas vai além dela, procurando construir entre ele e D'Arrast uma espécie de irmandade que advém do reconhecimento da condição humana: sempre frágil e dependente. Entretanto, D´Arrast experimenta a passagem, e algum remédio e libertação nascem desse ingresso, e do que ele pode alcançar da aproximação da condição humana por excelência. Em todo caso, a passagem que nunca termina e sempre depende de provas de ingresso (GONÇALVES FILHO, 2005) que se refazem é permitida em algum grau em função de rituais sagrados seja da cultura afro, seja do catolicismo popular brasileiro. Esse processo parece ser mediado por ritos coletivos em que as experiências corporais e sensíveis permitem a passagem para aquilo que há de transcendente em nós, entre nós e a despeito de nós. (MERLEAU-PONTY, 1995; AUGÉ, 199X) A dimensão da graça é alcançada pela saída súbita da condição de espectador da dor e sofrimento alheios para a profunda participação e comunhão com o outro. (BOSI, 1994) Algo em ambas as tradições populares parece permitir a iniciativa fraterna de D'Arrast em ajudar o cozinheiro. O surpreendente final com o gesto de D´Arrast, substituindo tanto a observação passiva e exterior pela ação provocada pela amizade revelam também outras dimensões do fenômeno da passagem.

---

* Gabriela Balaguer: Psicóloga, doutoranda em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pelo IP/USP, professora do curso de Psicologia da FACEL/PR.

Um olhar interativo sobre a imigração: Orientações aculturativas e racismo na imigração haitiana no Rio Grande do Sul

João Luís Almeida Weber (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Alice Einloft Brunnet** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Nathália dos Santos Lobo** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Ezequiel Simonetti Cargnelutti** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Adolfo Pizzinato** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Atualmente o Brasil está vivendo um novo fluxo migratório, sobretudo de imigrantes haitianos e de países africanos (predominantemente Senegal e Gana). O Estado do Rio Grande do Sul vem sendo um dos destinos mais visados e concentra boa parte desta população que realizou o processo migratório recentemente. Dados oficiais da Organização Internacional para as Migrações indicam que atualmente estão registrados 1575 imigrantes haitianos no Estado, no entanto, a mídia estima que atualmente residam no Estado cerca de 7 mil Haitianos. Em um levantamento sociodemográfico realizado com homens haitianos residentes no Rio Grande do Sul, foi identificado que a maioria são casados e possuem filhos, os quais ainda residem no Haiti em sua maioria, chegaram no Brasil em 2013 ou 2014, possuem ensino superior incompleto ou completo, falam creole haitiano e francês. Sabe-se que diversas partes do mundo estão se encaminhando, cada vez mais, para uma composição de sociedade diversificada, compostas por pessoas de diferentes origens étnicas e culturais. Tais questões possuem um vasto campo para a pesquisa, aberto a buscar compreender e descrever como resultam as interações sociais neste encontro de culturas. No Brasil ainda são poucas as pesquisas realizadas no campo das recentes imigrações, portanto, a partir da presente pesquisa vem buscando-se investigar questões atreladas ao processo de aculturação destes imigrantes, compreendido aqui como o processo de mudança que ocorre quando pessoas, ou grupos, procedentes de diferentes contextos culturais, entram em contato regular com outras culturas. São investigadas, também, questões psicossociais atreladas como o racismo e a qualidade de vida, tanto da perspectiva dos imigrantes como da comunidade de brasileiros que os acolhe. O seguinte estudo, ainda em fase de desenvolvimento, caracteriza-se como uma pesquisa com delineamento misto sequencial, compreendendo duas etapas consecutivas. A primeira etapa utiliza o Modelo Interativo de Aculturação, para investigar as orientações aculturativas, quanto aos domínios – cultura, valores, costumes, endogamia/exogamia, emprego e linguagem - de imigrantes e brasileiros, através de um delineamento quantitativo transversal. Questionários estão sendo aplicados em uma amostra representativa da população de cada um dos grupos, sendo os participantes recrutados por conveniência. A segunda etapa utilizará os resultados obtidos anteriormente para investigar, através das narrativas de imigrantes e brasileiros, como o processo de aculturação se constitui, a partir de uma perspectiva dialógica, aprofundando os resultados para compreender as interações e relações intergrupos e intragrupos, assim como os atravessamentos das questões psicossociais no processo da imigração haitiana. Os resultados preliminares indicam que os imigrantes haitianos vem adotando uma orientação aculturativa de integração, buscando agregar elementos da cultura brasileira e mantendo sua cultura de origem . Quanto à comunidade de acolhida, percebe-se que estes estão adotando atitudes aculturativas de integração e de individualismo, a qual olha o indivíduo a partir de sua singularidade. Também pode-se identificar que atitudes racistas estão relacionadas a orientações aculturativas mais negativas em relação aos imigrantes, tais como o segregacionismo e o assimilacionismo. Portanto, abordar o tema da aculturação por uma perspectiva não unicamente quantitativa, como são realizadas a maioria das pesquisas com a temática, possibilita também compreender como este processo reflete em mudanças subjetivas na vida destes indivíduos. Ao trabalhar em uma perspectiva mista, torna-se possível tanto obter um panorama desta realidade, quanto aprofundar a questão, oferecendo, assim, suporte para pensar políticas públicas e intervenções que visam tanto conscientizar a população brasileira quanto a este tema tão emergente, quanto apresentar possibilidades de acolhimento e fomentação de direitos humanos para a população imigrante.

Violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero.

Maria de Jesus Moura (Faculdade dos Guararapes), **Benedito Medrado Dantas** (Universidade Federal de Pernambuco)

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a produção de sentidos sobre violência racial produzidos no atendimento psicológico a mulheres que denunciam a violência de gênero no contexto da Lei Maria da Penha. Tendo por base a perspectiva construcionista em psicologia social voltada à análise das práticas discursivas, buscou-se 1) identificar as demandas de violência racial nas queixas de violência contra a mulher; 2) apreender se (e como) profissionais compreendem a relação entre violência racial e violência de gênero, no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher,e ainda 3) analisar os documentos que são referencias atuais na implementação de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e que orientam, conseqüentemente, a prática de psicólogos/as atuantes em serviços de atendimento à mulher. Como estratégia metodológica, foram realizadas entrevistas com profissionais de psicologia que atuam no enfrentamento à violência contra a mulher, na Região Metropolitana de Recife, quer seja de caráter preventivo, interventivo ou na gestão pública. A entrevista objetivou identificar se a instituição da qual o/a profissional faz parte tem o registro raça/cor no seu instrumental de atendimento e se nos casos de violência contra a mulher havia queixa de violência racial. Essas entrevistas permitiram também a identificação de documentos de referência para estes profissionais, no combate ao racismo e a promoção de políticas para a igualdade de gênero e raça. A análise desses documentos buscou identificar o lugar atribuído à mulher negra. A análise realizada focalizou o mapeamento de focalizou repertórios produzidos na entrevista, a partir de quatro eixos 1): o registro (ou não) do quesito raça/cor; 2) a não percepção da relação entre violência racial e a violência contra a mulher; 3) a percepção da relação entre as violências, mas sem exemplos concretos;4) a percepção da relação e a exemplificação concreta de casos em que estas violências aparecem. Foi possível identificar uma polissemia de sentidos sobre ser negro e sobre a violência racial, dentro de uma mesma entrevista e não apenas entre os entrevistados. Identificou-se também um complexo jogo de posicionamentos entre os entrevistados em relação à violência racial e suas manifestações. Identificou-se resistências diversas dos/as entrevistados/as, justificadas das mais diferentes formas, frente à tarefa de formular perguntas abordando a questão racial. Pautado no compromisso e comprometimento de uma psicologia que atenda as urgências sociais, espera-se que este trabalho contribua para uma revisão sobre as práticas psicológicas e seus discursos frente às demandas raciais no âmbito da violência contra a mulher. Os dados só confirmam que a discriminação racial sofrida pela mulher negra agrava aspectos de sua saúde. Vale lembrar que os danos causados por essa exposição constante à situação de violência racial comprometem a saúde física e mental das mulheres e meninas negras. O propósito desta pesquisa não é o de oferecer caminhos ou responder a todas as questões, mas é o de manter o debate na psicologia sobre a prática profissional frente às demandas sociais, raciais e de gênero, fazendo refletir sobre o posicionamento destes profissionais e o compromisso assumido com a psicologia. Creio que nos aproximamos deste propósito, que certamente terá continuidade nos estudos futuros para o desenvolvimento que o tema merece.

GT 30 I PSICOLOGIA SOCIAL: DIÁLOGOS E PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO E NO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

A Atuação da Psicologia no Consultório na rua de Maceió -AL

Welison de Lima Sousa (Universidade Federal de Alagoas)

Neste trabalho apresentamos o Consultório na Rua que tem por objetivo a atenção integral à saúde da população em situação de rua, no qual desenvolve suas atividades de modo a garantir o acesso e qualidade das ações em saúde para tal população. Neste contexto o trabalho do Consultório na rua se insere, sendo caracterizada por uma equipe volante de trabalho, com profissionais de formação multidisciplinar que realizam um trabalho itinerante in loco, no qual o fazer é construído coletivamente, onde o próprio serviço do consultório acontece no fazer, nas relações e nos espaços que vão se constituindo dialogicamente. As ações se realizam de forma interdisciplinar e intersetorial, através da rede de serviços disponível. Assim, este trabalho tem por objetivo a descrição da atuação do profissional de Psicologia no consultório na rua da cidade de Maceió – Alagoas, através do relato da experiência vivida dentro deste serviço. Pensarmos a atuação do profissional da Psicologia no Consultório na Rua, nos remete a termos a saúde como um direito, garantido e reafirmado pela cidadania dos sujeitos, e termos ainda o comprometimento ético e político com a redução das diversas formas de vulnerabilidade e risco, possibilitando o acesso ao cuidado que é possibilitado através do acolhimento, estabelecimento e fortalecimento do vínculo e agregação social. A inserção da Psicologia no consultório na rua é uma possibilidade de estar construindo e desconstruindo a ciência Psicologia, dado a dinamicidade dos diversos espaços de atuação da equipe, sendo constantemente esperado deste profissional, a elaboração crítica de estratégias de aproximação e mobilização da população atendida. O consultório na rua que tem a redução de danos como estratégia prioritária de atendimento através da distribuição de insumos (preservativos, gel lubrificante, água, hipoclorito, etc.), de orientações em saúde, no qual trabalhamos a autonomia, a inclusão social, o enfrentamento do estigma, o cuidado em saúde, o resgate da cidadania e o fortalecimento dos sujeitos atendidos, que se constitui em um compromisso ético e político para com a população em situação de rua, no qual exige que os profissionais, em especifico de psicologia, possam juntos, criar e facilitar espaços de escuta terapêutica , dinâmicas em grupo como rodas de conversas com as mais variadas temáticas relativas à promoção de saúde e qualidade de vida, bem como, momentos de cultura e ludicidade que possibilitam o estabelecimento de vinculo e apreensão de sentidos. Deste modo, através da atuação em equipe, o consultório na rua, pelo modo como foi se constitui, tem a possibilidade de realizar um trabalho em saúde que busca da autonomia dos sujeitos atendidos, baseada no vinculo e no atendimento contextualizado de modo a assegurar a atenção integral do sujeito, no qual a atuação dos diversos profissionais no consultório na rua, em específico da psicologia tendo em vista os objetivos deste trabalho, deve buscar a criação de vínculos, o cuidado integral, a valorização da vida, e a mobilização política dos diversos atores envolvidos, desenvolvendo assim, uma práxis transformadora, geradora de vida, no qual contribui para a construção de novos espaços de diálogo e emancipação através do reconhecimento da cidadania, e dos direitos oriundos desta.

A Política de Redução de Danos nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF de Fortaleza/CE: considerações sobre os limites da intervenção ao uso de crack, álcool e outras drogas na atenção primária

Gabriela Gomes Freitas Benigno (Universidade Federal do Ceará), **Aluísio Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará), **Stephanie Caroline Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará), **Beatriz Oliveira Santos** (Universidade Federal do Ceará), **Renata Bessa Holanda** (Universidade Federal do Ceará), **Emanuel Messias Aguiar de Castro** (Universidade Federal do Ceará), **Yuri Marcondes Lisbão** (Universidade Federal do Ceará), **Pedro Renan Santos de Oliveira** (Universidade Federal do Ceará), **Thiago Sousa Felix** (Universidade Federal do Ceará)

Pretendemos apresentar os resultados parciais da pesquisa, que está em desenvolvimento desde 2013, que visa estudar as concepções e ações de saúde mental, mais especificamente no campo do crack, álcool e outras drogas, dos profissionais integrantes das equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF de Fortaleza/CE. A produção desse conhecimento é fundamental para compreender a forma como os profissionais do NASF lidam com os indivíduos que fazem uso de drogas e com os problemas relacionados ao abuso e/ou dependência e redução de danos na atenção primária. Essa pesquisa analisa, ainda, se as concepções sobre drogas e sua intrínseca articulação com valores políticos, sociais e morais dos profissionais, possibilitam ou limitam a implementação de ações relacionada à política de redução de danos direcionadas aos usuários de drogas na atenção primária, no contexto da Reforma Psiquiátrica. Acredita-se que a efetivação dessa política pública na atenção primária possibilitaria a promoção saúde, a prevenção primária e o diagnóstico precoce dos transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas nas unidades básicas de saúde, através da equipe de Saúde da Família, possibilitando encaminhamentos para o tratamento multiprofissional, quando necessário (BRASIL,2010c, p.85). No que se refere a metodologia, inicialmente esperava-se fazer uso de questionário aplicado em entrevistas face-aface, em uma população de aproximadamente 191 profissionais de 25 equipes do NASF, tal como era apresentado o quadro de profissionais no segundo semestre de 2013, período de envio e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da UFC, no entanto, ao adentrar o campo de pesquisa, no segundo semestre de 2014, percebemos uma redução significativa tanto no número de profissionais quanto de equipes do NASF. Na atual gestão, as Equipes de NASF do município de Fortaleza apresentam um quadro de profissionais com apenas 57 trabalhadores, divididos em 16 equipes, das quais somente 05 possuem o número mínimo de integrantes para ser considerada completa. As demais equipes encontram-se incompletas, e em alguns casos sequer existe uma equipe, apenas um profissional que representa essa estratégia nas unidades de Saúde. Em alguns postos de Saúde a estratégia NASF não está mais sendo utilizada, o que significa que 08 equipes NASF foram extintas. Essa realidade demonstra que, na atual gestão, a estratégia NASF sofreu um desmonte no quadro de profissionais, que afeta a própria função/objetivo dessa estratégia, a qual deveria ser composta por uma equipe multiprofissional que apoia as equipes de estratégia da Família (ESF), no sentido de oferecer suporte na resolutividade de casos mais complexos no território, ampliando as ações de atenção primária no Brasil. Pode-se observar que a atual configuração dos NASF apresenta uma estrutura fragilizada que descaracteriza o serviço da própria estratégia do núcleo de apoio à saúde da família NASF, sendo inviável a implantação de uma política de redução de danos aos usuários de drogas na atenção primária, sobretudo, devido a fragilidade e descaracterização da própria estrutura da estratégia NASF. No que se refere às concepções e ações de profissionais do NASF sobre Saúde Mental, Drogas (crack, álcool e outras drogas) e redução de danos , percebemos que a maioria significativa dos entrevistados não possuem uma formação sobre a política de redução de danos, muitos profissionais relataram sentimentos de insegurança e impotência, de modo a estarem despreparados para desempenhar essa proposta.

A psicologia e a pedagogia como tecnologias disciplinares em comunidades terapêuticas

Morgana Moreira Moura (Universidade Federal de Mato Grosso), **Dolores Cristina Gomes Galindo** (Universidade Federal de Mato Grosso)

Esse trabalho questiona as estratégias de controle dos corpos e processos de subjetivação engendrados nas estratégias de tratamento à dependência química. Argumenta pela necessidade de considerar o plano sensorial da experiência com substâncias psicoativas como parte axial para o estabelecimento de relações mais simétricas entre profissionais de saúde e usuários. Ao tomarmos como analisador a descrição da metodologia de uma comunidade terapêutica, observamos que os modelos de atenção e cuidado não levam em consideração os modos de relações que as pessoas estabelecem com as substâncias consideradas drogas. Implantam-se, assim, intervenções que modulam e cerceiam os corpos, ao se respaldarem por um viés proibicionista para o qual as substâncias psicoativas são males a minimizar, não havendo que considerar o plano das experiências sensoriais dos usuários.

Respaldado pelos estudos foucaultianos sobre estratégias de controle, biopolítica e governamentalidade, cumpre destacar que esse trabalho é um dos desdobramentos da pesquisa sobre rede de atenção e cuidado às pessoas que fazem uso de drogas em Mato Grosso. A proposta de partir da descrição do "processo pedagógico" de tratamento da principal rede de comunidades terapêuticas do país como analisador do trabalho se dá no sentido de que ela apresenta os principais elementos que compõem as atuações estratégias em comunidades terapêuticas e é referência nacional para o desenvolvimento desse trabalho com pessoas que fazem uso de drogas. Ao descrever a passagem das estratégias de suplício para a punição por meio de uma ortopedia não mais infligida diretamente no corpo, Foucault faz apontamentos significativos para pensarmos as estratégias de controle dos corpos por meio de estratégias "incorpóreas" que têm alcance imediato sobre os corpos, ao sujeitá-lo ao trabalho e obriga-lo a cerimônias.

Utilizando como estudo de caso a metodologia da principal rede de comunidades terapêuticas do país disponível em sua página online como documento de domínio público, podemos visualizar essa economia política dos corpos descrita por Foucault no tratamento aplicado pelas comunidades terapêuticas.

No "processo pedagógico" descrito pela comunidade, eles destacam a base da recuperação como sendo um tripé: trabalho, convivência em comunidade e espiritualidade.

Dentre esses eixos, o trabalho (labor) visa reestabelecer força, criatividade, continuidade e autoestima do interno. Com a justificativa de que na rua "não tinha rotina", o trabalho "ajuda a mudar a mentalidade desenvolvida nos anos perdidos no mundo da droga e do álcool". Com obrigatoriedade de oito horas diárias, o labor é aplicado como uma terapêutica moral para tornar o corpo força útil e produtivo ao mesmo tempo em que submisso.

Segundo eixo do método terapêutico é a convivência em comunidade. O interno precisa passar por uma readaptação nas formas de se relacionar, visando evitar discussões, desentendimentos, falta de compreensão, brigas com amigos e famílias. Ele precisa reaprender a conviver considerando que "na vida anterior a convivência encontrava-se em situação de calamidade". Na articulação desse eixo, todas as atividades são organizadas coletivamente, trabalho, refeição, dormitório, lazer. "Os relacionamentos internos estão de tal forma estruturada que a onde for dentro da comunidade o jovem terá de conviver. No quarto residem em grupo, nas refeições alimentam todos juntos, não há trabalho individual, 90% dos momentos de lazer são de jogos e atividades grupais, ressalva os que leem um livro, mesmo se retira para a capela é para criar um relacionamento com Deus" (s/p).

A "convivência em comunidade" é uma obrigatoriedade não por ser inevitável a convivência com outros nesse cenário, mas para um resgate ao bom conviver, dos laços sociais considerados aceitáveis. Temos aqui também uma estratégia de controle e vigia constante, seja pelos monitores, outros internos e até mesmo Deus.

Aqui entramos no terceiro, mas primeiro eixo pontuado pelo processo pedagógico da comunidade terapêutica. A espiritualidade é apresentada como um novo estilo de vida que deve ser seguido, modo de vida cristão.

A fuga dos processos aplicados nas comunidades terapêuticas implica em estratégias que não se aplicam diretamente aos corpos, mas aos processos de subjetivação. Trata-se de uma microfísica do poder punitivo, que se exerce sobre os que são punidos, treinados, vigiados e corrigidos. Na descrição desse processo psicológico e pedagógico, podemos visualizar a inscrição desse poder nos corpos e processos de subjetivação pela descrição das sanções disciplinares muito presentes em comunidades terapêuticas, que vão desde as advertências verbais, suspensão de atividades recreativas ou exclusão.

Partindo das estratégias psicológicas e pedagógicas aplicadas pelas comunidades terapêuticas para o tratamento de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, não buscamos aqui questionar a eficácia do atendimento a esse público, mas problematizar em que medidas as estratégias aplicadas potencializam os usuários que optam por esse serviço ou se elas atuam como modelos de sujeição, controle de corpos e subjetivações, seguindo a lógica proibicionista e desconsiderando o plano das experiências sensoriais dos usuários.

A Psicologia no sistema prisional e as demandas judiciais de avaliações psicológicas: uma discussão a partir da suspensão da Resolução 012/2011 do CFP

Luciane Engel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Mariana Allgayer** (Universidade do Rio Grande do Sul)

Com o objetivo de discutir as atribuições dos/as psicólogos/as que atuam no sistema prisional gaúcho, o Núcleo do Sistema Prisional do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul vem produzindo reflexões acerca do cuidado com a saúde das pessoas presas e sobre os modos de lidar com as demandas judiciais de avaliações psicológicas. Profissionais implicados/as e preocupados/as com seu fazer e com os sujeitos de seu trabalho problematizam os limites da técnica, ética e política psicológica que envolve o aprisionamento de seres humanos nos dias atuais. A suspensão judicial da Resolução 012/2011 do CFP nos convoca mais ainda a pensar os rumos da atuação psicológica neste contexto. Consideramos complexa, problemática e controversa a questão da avaliação psicológica no contexto prisional e, muitas vezes, as demandas judiciais nessa área ultrapassam as possibilidades técnicas e éticas da profissão, extrapolando as condições que dispõem as ciências e práticas psicológicas de responder a questões não condizentes a conceitos e matérias psicológicas. Por isso e também por entender que a atribuição dos/as psicólogos/as está para além das avaliações e abrange funções de cuidado com a saúde e autonomia das pessoas presas, cabe ao profissional entender o papel institucional que ocupa, dando evidência ao Código de Ética Profissional e aos instrumentos nacionais e internacionais de Direitos Humanos nas manifestações que emitir, estimulando os temas sobre saúde, educação e programas de reintegração social. A abordagem deste trabalho e a escrita foram produzidas à luz da teoria foucaultiana e de pensadores que estudam a criminologia crítica e a questão ética.

Em relação ao contexto prisional, tanto o Sistema Conselhos de Psicologia quanto os/as psicólogos/as envolvidos diretamente nas avaliações entendem que muitas vezes apenas parte restrita deste complexo trabalho esteja sendo demandada para os/as trabalhores/as dessa seara. As demandas judiciais de avaliação psicológica para concessão de benefício penal, nas quais são solicitadas avaliação de periculosidade, personalidade (se boa ou ruim) da pessoa presa e prognose de reincidência demonstram que o objetivo da pena é retributivo, individualizado e não consideram os fatores sociais e institucionais em torno do aprisionamento, nem como parâmetro analisador que resultou a prisão nem como propósito a ser sanado pelo Estado durante a pena. Ou seja, não se considera a responsabilidade do Estado de oferecer aos sujeitos novas experiências e possibilidades de desenvolvimento para diminuição de sua vulnerabilidade social.

Como largamente sabido, as prisões são lugares geradores de intensas angústias principalmente nos sujeitos presos; é ambiente insalubre, capaz de causar severa privação de estímulos às pessoas encarceradas, o que inclui espaço exíguo, mormente superlotado, bem como falta de saneamento básico e de alimentação adequados. Somado a isso, no Brasil conta-se quase sempre com a mínima oferta de atividades diárias de lazer, saúde, educação e trabalho à pessoa presa. Por isso, entende-se que, na situação de avaliação, a pessoa encarcerada desempenha muito mais aquilo que o Sistema de Justiça espera dela e o que aprendera nas vivências com os pares acerca da avaliação - em prol do compreensível desejo pela liberdade – do que qualquer outro efeito desejado de se obter, por uma perícia psicológica, seja ela qual for. Ou que na pessoa encarcerada se perceba muito mais os efeitos da prisionização do que quaisquer outros.

Desta forma, a proposta que fazemos é de uma inversão da lógica vigente. Propomos que a ênfase seja no trabalho de cuidado integral à saúde e desenvolvimento das potencialidades da pessoa presa, através de um programa de saúde amplo e em rede, reunindo os atores, órgãos e instituições responsáveis pela questão penal e pela população encarcerada, visando a integração do sujeito preso aos serviços que possibilitem a sua efetiva inserção social. A proposta abrange também as avaliações solicitadas pelo poder judiciário, caso necessárias, que estas sejam baseadas e fundamentadas no programa de acompanhamento proposto para suas necessidades, no início do cumprimento da pena.

Portanto, nossas reflexões sobre a Resolução 012/2011 nos trouxeram a percepção de que esta construção está sendo um norte técnico e ético, que possibilitou um processo de amadurecimento na profissão, no que tange a atuação do/a psicólogo/a no sistema prisional, reforçando o compromisso político com os sujeitos de nosso trabalho e com a sociedade. Cabe também à Psicologia envolver a construção de políticas públicas no campo criminal que objetivem o tratamento da pessoa presa, a retomada dos laços sociais por meio de instituições comprometidas com a promoção de saúde e bem-estar, que lhe deem apoio, suporte e acompanhamento psicossocial. Por fim, concluímos nosso entendimento de que este é um trabalho multi e interdisciplinar que envolve um olhar desfocado da punição retributiva e percebe no desenvolvimento de potencialidades do sujeito preso um caminho para que ele possa ter reais possibilidades de escolha e inserção social.

A Saúde Coletiva na formação do psicólogo: inserção de estudantes de graduação numa Unidade Básica de Saúde.

Juliana Oliveira Breschigliari (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo), Anne Yuri Kanashiro (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)

O presente trabalho visa a apresentar a experiência de estágio na parceria entre o Serviço de Aconselhamento Psicológico da USP (SAP-USP) e a UBS Jd. Boa Vista da Prefeitura de São Paulo para a realização de estágios de alunos de graduação do Instituto de Psicologia da USP. Ambas as instituições têm dialogado acerca do trabalho em saúde mental que realizam com a população do Butantã, distrito do município de São Paulo. Mostraram-se convergentes nesse encontro as perspectivas de um trabalho que atente às demandas da população e aos seus modos pró-prios de se situarem em relação aos serviços da rede, bem como a necessidade de aproximar tais temáticas da formação em psicologia. O estágio consiste na inserção dos alunos nas rotinas da UBS (recepção, visitas domiciliares, grupos, reuniões de equipe) e atendimento psicológico aos profissi-onais, em especial agentes comunitários de saúde (ACS), tendo sido proposto para 2015 com dura-ção de fevereiro a dezembro.

A parceria tem como objetivo proporcionar o contato do grupo do IP-USP com a rede públi-ca de saúde, vivenciando o cotidiano de trabalho em equipe multiprofissional e oferecendo sua contribuição nos espaços de discussão e atendimento da UBS.

Tal empreitada vai no sentido da reorganização do trabalho em saúde na atenção básica, estimulando o diálogo interdisciplinar na discussão e delineamento das ações. A unidade parceira dispõe de uma psicóloga contratada, que dentre outras ações atua de forma matricial junto às equi-pes, fomentando a troca de saberes não hierarquizada e a aproximação dos profissionais das demais áreas com a Psicologia. A UBS se organiza em seis equipes de Saúde da Família, nas quais os alunos se inserem individualmente, propondo-se a acompanhar e participar longitudinalmente das rotinas, das discussões e acontecimentos vividos por cada equipe, frequentando reuniões e participando de atividades conjuntas. Os estagiários contam com a psicóloga como supervisora de campo, referência para o funcionamento das atividades da instituição de saúde e para reflexões sobre a prática; e supervisora na instituição de ensino, referência para a elaboração da experiência vivida em campo e articulação desta com as reflexões teóricas pretendidas na disciplina, quais sejam: sobre a atenção básica e a inserção do psicólogo neste contexto; e a fenomenologia-existencial de Martin Heidegger e do pensamento de Hannah Arendt, aportados pelo SAP como referencial epistemológico.

Desses autores apreendemos a compreensão de saúde como um assunto que, na medida em que interessa a todos os homens pois nos toca a todos, é de natureza eminentemente política e não técnica. Apoiados nesses filósofos, refletimos que a saúde, na medida em que abarca todos os aspectos da existência e não só aqueles em geral privilegiados pelo olhar biomédico, diz respeito à totalidade da vida e da teia de relações na qual está mergulhado cada indivíduo e cada grupo, sendo, portanto, pertinente a ela um cuidado dessa mesma amplitude.

A partir da entrada dos estagiários na UBS, a proposta prevê também que os ACS possam solicitar atendimento psicológico para si próprios, a ser realizado pelos estagiários no Instituto de Psicologia. Os alunos podem ser acionados como mediadores de encontros entre os ACS de sua equipe e outros estagiários de psicologia, além de por meio da própria psicóloga da UBS também ser possível o contato para a solicitação de atendimento.

A entrada dos alunos nas equipes se revelou singular em cada caso, assumindo características de cada uma delas: algumas vezes ansiosas, outras festivas, eufóricas; ora cansadas, desmotivadas ou até mesmo hostis; por vezes metódicas, bem organizadas; e, algumas vezes, doídas. Nos encontros de supervisão realizados, destacam-se os seguintes aspectos: 1) a presença do aluno de psi-cologia nas equipes e as atividades que poderá desenvolver são aspectos a serem negociados con-forme o sentido que podem ou não fazer para cada grupo, no momento de abertura para o ingresso de um novo participante, que vai trazer consigo possivelmente um olhar novo, seja pela especifici-dade da sua formação ou posição na instituição; 2) a relação das equipes com a comunidade eventu-almente é tensa, fazendo com que o espaços de reuniões sejam privilegiados para a elaboração da experiência individual e coletiva, em falta na modernidade, na qual se cultiva a possibilidade de todos serem cuidadores uns dos outros também naquele; 3) a disponibilidade para atendimento psi-cológico dos ACS é valorizada por eles, na medida em que veem na instituição o reconhecimento da sua condição de vulnerabilidade, ofertando condições para o seu próprio cuidar-se. O atendimento psicológico é tomado aqui como uma possibilidade de cuidado individual que faz sentido dentro do plano maior de uma cultura de acolhimento que requer ser nutrida permanentemente; 4) a parceria entre Universidade e rede pública de saúde promove uma oportunidade de ensino, pesquisa e extensão consoante com demandas históricas e sociais, efetivando uma experiência de construção de conhecimento intersetorial.

A Saúde do Homem em Debate: Produzindo Saberes e Subjetividades

Tulio Romerio Lopes Quirino (Universidade Federal de Pernambuco), Benedito Medrado Dantas (Universidade Federal de Pernambuco)

Introdução: Nos últimos anos, temos observado um crescente interesse acadêmico e político acerca dos estudos sobre os homens e as masculinidades e sua relação com o campo da saúde. Este incremento, principalmente nos últimos anos da década de 2000, não ocorreu como algo fortuito, ou inesperado. Em uma breve análise retrospectiva, podemos considerar uma série de acontecimentos que, em rede, vão atuar para constituir o que vem sendo definido como "saúde do homem": um campo teórico-científico e acadêmico-político, permeado por jogos de verdade e relações de poder que produzem discursos, sujeitos e práticas. De fato, observou-se, no início do século XXI, uma transformação nas formas como os homens e as masculinidades passaram a ser vistos pelo prisma da saúde: em lugar de um homem, em seu modelo universal, hegemônico, patriarcal, invulnerável, produz-se um sujeito que precisa de cuidados. É sobre esta mudança que versará o presente trabalho, no qual (Objetivo) objetivamos tecer reflexões acerca da produção de um sujeito das políticas públicas de saúde, no Brasil, a partir da análise das relações e jogos de verdade/poder que tem circunscrito a emergência da população masculina como alvo de debates, práticas e investimentos no campo da saúde. Referencial Teórico: Trata-se de um recorte temático que está circunscrito em tese de doutorado, em curso no programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE. O norte teórico-epistemológico utilizado basear as reflexões trazidas neste trabalho, situa-se entre as contribuições de Michel Foucault sobre o poder e sua análise dos processos de subjetivação, buscando refletir sobre os modos como vão se estruturando as relações humanas no interior das sociedades, ao longo da história, produzindo verdades, sujeitos, saberes e práticas. Método: A pesquisa que baseia a escrita deste trabalho, tem como objeto de análise a produção de subjetividades masculinas a partir da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, no Brasil, tendo como corpus analítico entrevistas narrativas realizadas com gestores nacionais, estaduais e municipais de três cidades da Região Metropolitana de Recife/PE, bem como documentos oficiais e políticos referidos por estes interlocutores. Neste recorte, optamos por dialogar com a literatura nacional que relaciona a publicação da referida política de saúde, bem como a produção situada do sujeito ao qual ela se direciona. Discussão: Em linhas gerais, consideramos que ao refletirmos a saúde dos homens, são tecidas inúmeras estratégias que visam a "inclusão" dos homens nos serviços de saúde, além da própria construção de saberes e de práticas que de alguma forma tentam esquadrinhar esta população, propondo, produzindo e definindo formas de cuidar da própria saúde. Dentre estas estratégias, são destacados levantamentos epidemiológicos recentes que têm demonstrado que os homens apresentam riscos diferenciados para diversas questões de saúde, abordando condições de saúde desfavoráveis em comparação às mulheres, do ponto de vista da morbimortalidade. Desta forma, consideramos que a construção do que é ser homem e do que é ser mulher produzem necessariamente modos distintos de relacionamento dos sujeitos com o cuidado de si e dos outros, e portanto tais modos de ser, acabam funcionando como matrizes existenciais que, por sua vez, direcionam estes sujeitos a modos distintos de produzirem e lidarem com sua própria saúde. Estes argumentos nos auxiliam a compreender de que modo vão se processando as formas de construção subjetiva das masculinidades, as quais vão adquirindo paulatinamente sua importância pela realização de estudos em saúde, que centram sua atenção nos processos de cuidado ao homem, com vistas a vislumbrar práticas de manutenção da saúde e promoção de hábitos saudáveis. Por outro lado, tais constatações funcionam como mecanismos biopolíticos de controle, regulamentação e manutenção do poder: estratégias essenciais para "conhecer" a população e atuar sobre ela de maneira a assegurar seu equilíbrio, justificando, assim, as formas como as informações produzidas sobre a saúde dos homens passam a produzir discursos (verdades) e, em consequência, subjetividades. Conclusão: Produzem-se, assim, saberes e fazeres, subjetividades e modos de existência, necessidades e práticas em saúde, e inúmeros mecanismos de inscrição e, portanto, de controle. desse modo, a saúde do homem constitui-se como um campo permeado por uma complexa rede de relações: de um lado, o saber-poder dos aparelhos do Estado, de instituições reguladoras, das Sociedades Médicas e, também, dos trabalhadores de saúde em prescreverem formas de cuidar, e por outro das maneiras demonstradas (ou não) pelos homens em se submeterem a estas formas.

Acompanhamento de pessoas em situação de rua pelo núcleo de mediação de conflitos: percalços, impasses e possibilidades

Alessany Teixeira Barbosa (Universidade Federal de Uberlândia), Tatiana Benevides Magalhães Braga (Universidade Federal de Uberlândia), Thaís Morais Lima (Universidade Federal de Uberlândia)

O presente trabalho discute limites, impasses e vias de implementação do atendimento contextualizado à demanda na rede pública de saúde e assistência social, desvelados pelo estudo de caso do atendimento a um indivíduo em situação de rua que, em seu contato cotidiano com os atores sociais da região que freqüentava, vinculou-se à equipe de mediação de conflitos. O caso, ocorrido numa cidade de grande porte do interior de Minas Gerais, foi registrado por meio dos diários de campo, relatórios de atendimento e apontamentos de supervisão e analisado numa perspectiva fenomenológica. P., homem na faixa dos 35 anos, usualmente se encontrava na região em que se localizava o serviço de mediação de conflitos. A partir do contato com a equipe desse serviço, em cumprimentos e perguntas pelo cotidiano, o usuário do serviço apresentou paulatinamente sua trajetória: conflitos familiares e enfraquecimento de vínculos, abuso de álcool, necessidades de saúde, documentação irregular e dificuldades em inserir-se em ocupações remuneradas. A aproximação junto à equipe de mediação de conflitos gerou uma situação ambígua: no organograma da rede pública, tanto no Sistema Único de Assistência Social quanto no Sistema Único de Saúde, os espaços e recursos a serem mobilizados para o atendimento da demanda se encontravam em outros dispositivos de saúde e assistência, como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, as unidades do Programa de Saúde da Família e do Centro de Referência da Assistência Social; por outro lado, nos diálogos estabelecidos em torno dessas necessidades, o assistido continuava a reportar-se à equipe de mediação de conflitos, relatando incômodo na inserção em outros dispositivos e qualquer encaminhamento a espaços alheios ao cotidiano familiar estabelecido na rua. Quando havia a anuência para o comparecimento, frequentemente o usuário solicitava que a equipe de mediação de conflitos acompanhasse o atendimento no dispositivos de saúde e assistência social e, diante de uma negativa, faltava ao atendimento e o encaminhamento acabava por não se efetivar. Nesse contexto, coube o questionamento sobre o sentido do encaminhamento na rede de cuidado e sobre o papel da equipe que realiza o contato inicial na assistência ao usuário. A estigmatização das pessoas em situação de rua, a fragmentação do atendimento nas políticas públicas frente a uma situação de múltiplas e urgentes necessidades e o risco potencial de humilhação social permeavam as dificuldades encontradas na integração do usuário aos serviços de assistência, refletindo-se nos impasses vividos no encaminhamento. A partir de uma escuta mais ampla do usuário, foi possível identificar experiências no atendimento público em que situações de estranheza foram seguidas pelo silêncio social, desvelando assim a inabilidade ainda presente nos serviços públicos para lidar com usuários que fogem às expectativas e normativas sociais. Conclui-se pela necessidade de maior integração e mobilidade dos serviços frente à demanda, visando a criação de estratégias compartilhadas de inserção, que permitam um resgate da legitimidade de falas e experiências socialmente privadas do direito de expressão, e a construção de uma atuação afirmativa no sentido de garantir tais espaços e ampliar possibilidades da práxis, considerando a necessidade de múltiplas possibilidades de acesso ao atendimento e do favorecimento de diálogos com outros.

Acompanhamento Terapêutico um novo olhar sobre saúde mental através do Programa de Educação pelo Trabalho

Graziela de Fátima Souza Carmo (Universidade Federal de São João del Rei), **Juliana Araújo dos Santos** (Universidade Federal de São João del Rei)

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde é regulamentado pela Portaria Interministerial nº 421, de 03 de março de 2010, inspirado no Programa de Educação Tutorial PET, do Ministério da Educação. Para a cidade de São João del Rei foi proposto através deste programa o estreitamento de laços e ações conjuntas entre universidade, SUS e comunidade. O programa teve duração de dois anos. Em 2014, seu segundo ano, foi efetivada a prática do acompanhamento terapêutico.

Apesar do termino do programa, alguns casos ainda são acompanhados, e se pretende relatar um caso de acompanhamento terapêutico e sua repercussão na melhora da organização subjetiva de uma mulher com sofrimento psíquico. O acompanhamento terapêutico se caracteriza como prática clínica desenvolvida fora dos espaços institucionais e tradicionais de tratamento, sendo realizado, acima de tudo em ambientes públicos, em espaço domiciliar e social do paciente. A conexão com o grupo de trabalho "Psicologia social: diálogos e práticas na implementação e no fortalecimento das políticas públicas de saúde" se confirma por ser um programa que se alinha com o conceito de saúde ampliada, saúde entendida como resultante das múltiplas condições e aspectos do ser humano, do mundo em que vive e de suas interações. A conexão com o eixo temático "Políticas Públicas e Saúde Coletiva" insere-se no atual debate sobre saúde como direito e condição de cidadania, tendo interface da Psicologia Social e políticas públicas ligadas à Saúde.

Segundo a Associação de Acompanhamento Terapêutico, o acompanhamento é construção ou resgate de um projeto de vida no qual o acompanhante age como facilitador para a inserção sóciocultural do acompanhado. A ação terapêutica decorre de vínculos de cuidado bem estruturados sustentados em quatro pilares que permitem, especificamente, a ação de diferentes técnicas psicoterápicas, sendo o acolhimento, a escuta, o suporte e o esclarecimento. Para entender a dinâmica da Casa e da Rua, proposta por Roberto da Matta, a disponibilidade do espaço é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los, quando é dito "casa" e "rua" estas são categorias sociológicas que não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, domínios culturais institucionalizados e por isso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. O território, portanto, tem papel ativo na reinserção do sujeito.

O acompanhamento terapêutico é uma atividade clínica exercida no cotidiano, pelo qual é mediada e potencializada. Cada elemento da vida do paciente exerce influência em suas articulações subjetivas. O espaço tem sua função, assim como os animais de estimação, aviões, shopping centers, pessoas, calçadas, ônibus, novelas. Tudo isto é parte de um quadro que se movimenta constantemente. A imprevisibilidade do cotidiano faz cada acompanhamento ser distinto dos demais. No entanto para efetivação do tratamento é necessário um respaldo institucional, no caso principalmente a Rede de Atenção Psicossocial, com o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social.

O caso acompanhado é de Rosa, quarenta e dois anos, diagnosticada com transtorno bipolar, faz tratamento no Centro de Atenção Psicossocial de São João del Rei. A paciente sempre morou em bairros periféricos, nos quais a rua reproduzia a violência vivenciada em casa. Rosa trata as acompanhantes de "anjos enviados por deus", o que denota transferência entre paciente e acompanhante. Esse bom vínculo estabelecido auxilia no aceite das intervenções. Há mais de doze anos ela vive com o agressor e já sofreu diversos tipos de violência contidos na lei 11.340, artigo 7º: violência física, psicológica, patrimonial e moral. Já o denunciou várias vezes, porém nunca permitiu abertura de inquérito, significando a proteção do próprio agressor. No caso de Rosa nota-se falhas nas políticas públicas de proteção à mulher em dois aspectos: a partir dos contínuos depoimentos e denúncias de agressão junto à polícia, esta deixou de prestar serviços de amparo à vítima; e a presença do agressor em depoimento frente ao juiz inibiu Rosa, fazendo com que relatasse unicamente a agressão patrimonial. Dado que a paciente tinha um conflito com o companheiro, a ausência dos filhos e ainda ter residido em bairros periféricos que trazem a realidade de drogas, violência, prostituição, foi trabalho nos acompanhamentos terapêuticos a noção de vulnerabilidade social do público em que Rosa vivia. Dada a relação íntima entre as esferas públicas e privadas, apostou-se na fala de Rosa a qual queria mudar de bairro, possibilitando uma mudança do privado.

O aprendizado com o acompanhamento terapêutico é magnânimo. O papel de terapeuta pode ser aquele que detém o saber, ou o que nada sabe dado que as regras da rua são diferentes do set clínico. Na Clínica Ampliada em saúde mental é possível problematizar dicotomias clássicas como indivíduo e sociedade, público e privado, casa e rua, assim como categorias ligadas à saúde mental como alteridade, dependência, autonomia e reabilitação.

Atenção Primária e expansão da Rede de Atenção Psicossocial: desafios para a Psicologia

Willian Tito Maia Santos (Universidade Federal do Reconcavo da Bahia)

Com a implantação do Sistema Único de Saúde, a Psicologia irá se inserir de forma cada vez mais ampla e diversificada no campo da Saúde Coletiva. O SUS tem sido no decorrer do tempo um importante espaço de prática, formação e referência profissional para a Psicologia. Nos anos 1990 e começo dos anos 2000 vai se estruturando no Brasil uma política pública de Saúde Mental, principalmente através da capilarização paulatina dos Centros de Atenção

Psicossocial (CAPS). No decorrer dos anos 2000 as políticas de Saúde Mental são continuamente avaliadas e se preconiza a necessidade do estabelecimento de Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) para o aprofundamento da Reforma Psiquiátrica, onde as ações pudessem se expandir para outros níveis de complexidade e se interconectar com outros saberes, práticas e categorias profissionais.

O Ministério da Saúde do Brasil e diversos pesquisadores apontam que, para o estabelecimento das RAPS, deve-se investir no aumento das ações em saúde mental na Atenção Primária (AP), considerando sua grande capilaridade nos territórios, sua proximidade com as famílias e usuários e por propor um cuidado longitudinal.

A partir de 2008, com a implantação paulatina dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), a inserção da Psicologia na AP torna-se cada vez maior. Com o objetivo de alcançar a integralidade no SUS e a interdisciplinaridade das ações, este dispositivo se constitui como elemento estratégico na melhoria da qualidade da AP, ampliando a resolutividade clínica da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e contribuindo para transformar a ESF em reorientadora do modelo de atenção no SUS.

As intervenções dos psicólogos na AP pressupõem ações de promoção de saúde e de prevenção de agravos, o fortalecimento do protagonismo dos grupos sociais e das comunidades, atuando de forma interdisciplinar e focando na educação popular. O objetivo também é buscar articulações com as Redes de Atenção à Saúde (RAS) e com outras políticas setoriais (tal como as políticas de Assistência Social e políticas educacionais), além da atuação com entidades da sociedade civil organizada.

Neste processo, a Psicologia é instigada a desenvolver novos dispositivos de cuidado capazes de atender as demandas sociais na AP, de modo a promover a saúde coletiva e uma melhor qualidade de vida para a população. Dessa forma questiono: quais as práticas e posturas em campo exercidas pelos psicólogos na Atenção Primária? Até que ponto as ações destes profissionais contribuem para colocar a ESF na sua real condição de reorientadora do modelo de atenção do SUS?

Esta comunicação oral buscará refletir sobre as práticas, concepções e o trabalho interdisciplinar de psicólogos inseridos na Atenção Primária do SUS em um município do interior da Bahia, objetivando discutir e problematizar os desafios e as potencialidades da inserção da Psicologia neste âmbito.

Dessa forma, a reflexão desta comunicação tem relação direta com o GT PSICOLOGIA SOCIAL: DIÁLOGOS E PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO E NO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE já que busca refletir sobre a interface entre a Psicologia Social e a Atenção Primária do SUS, discutindo o protagonismo da Psicologia como uma categoria profissional que pode e deve contribuir reflexivamente para a consolidação do SUS e a expansão da cidadania dos seus usuários.

Estabeleci um diálogo entre a Psicologia Social e a Saúde Coletiva, entendida como um campo de produção de saberes e de práticas interdisciplinares sobre a saúde enquanto um fenômeno social. O principal conceito utilizado foi o referencial teórico-metodológico do apoio matricial, onde são propostos arranjos, dispositivos e práticas para estimular a democratização da gestão, a interdisciplinaridade e a ampliação da clínica, através de dois tipos de retaguarda especializada: assistencial e técnico-pedagógica. Foi utilizada ainda a Hermenêutica enquanto postura assumida na interação intersubjetiva com os pesquisados e na interpretação das informações coletadas em campo.

Foi realizada uma pesquisa com seis psicólogas atuantes em NASF's através de entrevistas semiestruturadas e da realização de etnografia durante alguns meses acompanhando suas atividades em campo.

Foram encontradas várias formas de precarização do trabalho: vínculo informal e sem garantia de direitos trabalhistas, uma diversidade de dificuldades estruturais e de condições de trabalho. As profissionais desconheciam o significado e as implicações do apoio matricial e suas ações se concentravam na realização de atendimentos individuais, atividades em grupo, salas de espera e visitas domiciliares. A ênfase de suas ações se dava na dimensão clínico-assistencial do apoio matricial, com poucas ações técnico-pedagógicas desenvolvidas.

Eram pouco exploradas ações que pudessem elevar a ESF à condição de reorientadora do modelo de atenção à saúde no SUS; a articulação efetiva de uma RAPS não era sequer discutida pelas profissionais, além do que eram realizadas poucas atividades de educação em saúde e com base na participação popular. As profissionais tendiam a reproduzir uma ação próxima de uma lógica ambulatorial clínica tradicional, com poucas inovações em suas práticas e com reduzidas reflexões sobre o impacto de suas ações no âmbito do SUS.

Avaliação da implementação do Teste Rápido para HIV, Sífilis e Hepatites Virais na Rede Cegonha: a partir da percepção das gestantes e dos profissionais da Atenção Primária

Rejane Rosaria Grecco dos Santos (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Adolfo Pizzinato (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Isadora Nogueira Freire (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Isadora Möller (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

O crescimento da epidemia de aids entre as mulheres em idade reprodutiva destaca a necessidade de estratégias de amplo acesso ao diagnóstico de HIV e Sífilis. Devido a isso, ações políticas vêm sendo criadas visando à redução de tais casos. Neste sentido, desde 2012, o Teste Rápido para HIV, Sífilis e Hepatites Virais vem sendo implementado na Atenção Primária à saúde, tendo a cidade de Porto Alegre, no Rio Grade do Sul, como uma das pioneiras neste processo. Bem como, a Rede Cegonha, estratégia do Ministério da Saúde implantada em 2011, que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, assim como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Através dela, o Teste Rápido para HIV, Sífilis e Hepatites Virais foi inserido no pré-natal como uma das ofertas que objetivam qualificar o cuidado materno-infantil. Assim, o presente estudo tem como objetivo discutir como os profissionais que atuam na Atenção Primária em Saúde e gestantes avaliam a implementação do Teste Rápido para HIV, Sífilis e Hepatites Virais na Rede Cegonha em Porto Alegre/RS. O estudo compreende um estudo de abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, uma vez que busca conhecer, através das falas dos profissionais e das gestantes, de que forma eles avaliam a implementação dos testes rápidos de HIV e sífilis na Rede Cegonha. As entrevistas foram realizadas em uma Estratégia da Saúde da Família (ESFs) de cada uma das 8 gerências distritais de saúde de Porto Alegre. Os participantes do estudo são 12 profissionais que atuam na Atenção Primária à saúde de Porto Alegre e 16 gestantes que utilizam o serviço. Os dados foram coletados no período de maio e junho de 2015 através de entrevistas semiestruturadas, com duração média de 45 minutos. Após a transcrição das entrevistas, foi realizada a análise temática utilizando o atlas ti, a partir disso foram interpretadas pela Análise Temática. Entre os resultados preliminares - a partir da percepção dos profissionais - indicam que há desafios em relação às suas capacitações para realizar a testagem rápida de HIV, Sífilis e outras Hepatites durante o pré-natal, dentre eles estão o desconhecimento da estratégia Rede Cegonha, as condições de trabalho precárias e a sobrecarga neste nível de atenção. Já a partir das falas das gestantes, aparece o desconhecimento do significado do aconselhamento pré e pós Teste Rápido para HIV, Sífilis e Hepatites Virais. Além disso, em relação aos parceiros, foi percebido que há uma difícil inclusão destes no processo do pré-natal, testagem e aconselhamento. Por fim, sobre o aconselhamento pré e pós-teste rápido de HIV, foi observado que apesar de ser uma ferramenta de grande potencial, não está sendo realizado de forma efetiva, deixando de abordar temas imprescindíveis como questões associadas à saúde sexual e reprodutiva. Nossa discussão atenta para refletirmos sobre como as práticas de diagnóstico e prevenção de DSTs vêm sendo implementadas na Atenção Primária. Os elementos aqui levantados indicam ser possível qualificar e humanizar o cuidado que está sendo realizado na rede, buscando cada vez mais o fortalecimento dos usuários e dos profissionais.

CAPS I: o atendimento de adolescentes com uso e abuso de álcool e outras drogas

Andreia Maria da Silva (Hospital Israelita Albert Einstein)

O atendimento de adolescentes na saúde mental está regulamentado no SUS (Sistema Único de Saúde), nas diretrizes da Reforma Psiquiátrica, da lei nº 10.216 (abril de 2001) e pela Portaria/GM nº3.088 (dezembro de 2011) que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços especializados inseridos na RAPS. O CAPS Infanto Juvenil (CAPS I) é responsável pelo acompanhamento de crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes e os que fazem uso de álcool e outras drogas. De acordo com a política vigente, este equipamento se constitui como serviço de atendimento intensivo e territorializado, seu trabalho está articulado com uma rede intersetorial (constituída por serviços públicos de saúde, educação, assistência social, arte cultura e lazer), estabelecendo estratégias de cuidados integrais à população.

O CAPS I Campo Limpo, esta localizado no município de São Paulo abrangendo os distritos de Capão Redondo, Vila Andrade e Campo Limpo. A equipe deste serviço é multiprofissional e o cuidado é feito utilizando-se as seguintes ferramentas: acolhimento diurno, grupos e oficinas terapêuticas, grupos de orientação familiar, atividades lúdicas, atendimentos terapêuticos individuais e do núcleo familiar, atendimentos médicos, orientações medicamentosas, serviço de coleta laboratorial, visitas domiciliares, atividades comunitárias, ações de reabilitação psicossocial, oficinas de música, dança e capoeira. Com a recente chegada ao território, o CAPS I tem se constituído como o articulador da rede de saúde mental infanto juvenil a partir das reuniões de matriciamento e a construção da interface com os demais equipamentos da rede intersetorial.

No decorrer da experiência vivida pela autora como psicóloga em um CAPS I observamos a dificuldade da equipe no atendimento de adolescentes e especificamente com o uso e abuso de álcool e outras drogas. Na Psicologia e, especificamente na perspectiva sócio-histórica, compreendemos que a adolescência é um momento, transição entre a infância e a vida adulta, e é criado historicamente pelo homem, enquanto representação, fato social e psicológico, esta compreensão se faz importante para refletirmos sobre o uso de drogas neste público. A dificuldade para o atendimento de adolescentes com uso e abuso de álcool e outras drogas, muitas das vezes, se resolvia no encaminhamento do adolescente com a queixa apresentada para o CAPS Álcool e Drogas (CAPS AD) da região. Diante deste contexto surgiu a possibilidade de problematizar com a equipe quais os critérios para admissão em nosso serviço e como o serviço se dispõe para o atendimento desta demanda.

Se faz importante ressaltar que o CAPS I e o CAPS AD de Campo Limpo estão em um região marcada pela desigualdade social, trafico de drogas, precários serviços públicos de arte, cultura, lazer e educação. Esta informação é fundamental para problematizar a relação que o adolescente constrói com a droga, que muitas vezes é o que possibilita que ele exista na comunidade, que ele possa comprar o que deseja e também contribuir no sustento da família. Avaliamos que, na maioria das vezes, a relação com a droga é estabelecida devido a uma vulnerabilidade social ampliando e fortalecendo sim o cuidado no CAPS I como um espaço também para adolescentes com questões relacionadas a vulnerabilidade social e com comprometimento de relações sociais e familiares.

O outro questionamento levantado foi de problematizar como o serviço se dispõe para o atendimento desta demanda, quais os dispositivos para o atendimento de adolescente com o uso abusivo de drogas. Pensando nas dificuldades dos equipamentos que tendem a infantiliza-los, nossa tentativa é construir relações com os adolescentes que eles possam discutir sobre suas escolhas e refletir sobre as relações que constroem com o universo.

A partir destas reflexões construídas observamos uma crescente disponibilidade do serviço para o atendimento desta população, à partir daí também chegamos a conclusão de que o atendimento de adolescentes com o uso e abuso de álcool e outras drogas esta relacionado o trabalho com vulnerabilidade social, acesso de serviços públicos e a atual política de atendimento para usuários de álcool e outras drogas fortalecendo então ações intersetoriais para o enfrentamento desta problemática.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei n.º 10216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei n.º 3.088, de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Comunidades terapêuticas: uma reflexão a partir da Psicologia Social Crítica

Renata Bessa Holanda (Universidade Federal do Ceara), **Aluísio Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará)

A partir das novas demandas concernentes ao campo da saúde mental, impulsionadas pelos movimentos de reforma psiquiátrica, novas modalidades, estratégias e lócus de cuidado começaram a surgir no cenário brasileiro. No caso específico do tratamento do uso de drogas, projetos foram criados buscando ampliar a rede de cuidados e discutir sobre a lógica de atendimento para com os sujeitos que se encontravam nesta situação, visando práticas que tivessem como norte a promoção de saúde ligada à autonomia e participação ativa dos indivíduos nos processos de tratamento.

Contudo, o que mais comumente tem se percebido são práticas que se distanciam destes projetos, as quais acabam por traçar caminhos não em busca da criação de novos dispositivos, mas na transformação dos serviços existentes em unidades de atendimento 24h. Além disto, apontamos que, muitas vezes, essas práticas parecem seguir na contramão, por exemplo, do manual produzido em 2008 pela OMS e UNODC, o qual orienta as intervenções no campo do uso de álcool e outras drogas no sentido do direito à autonomia e autodeterminação, no combate ao estigma, ao preconceito e à discriminação e o respeito aos direitos humanos.

As comunidades terapêuticas entram nesta problemática. Em uma publicação recente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, vemos que muitas das comunidades atuantes, além de estarem, em vários quesitos, fora dos princípios do SUS e SUAS, vêm recebendo denúncias constantes referentes à imposição de credo religioso, violação de direito humanos, falta de capacitação profissional para assistência dos indivíduos, desrespeito à opção sexual,

abrigamento de adolescentes sem o devido seguimento dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA etc. A partir dos achados da realidade das instituições de internação, referindo-se principalmente às comunidades terapêuticas, este relatório nos atenta para o fato que estas passam por pouca ou nenhuma regulação pública efetiva, o que gera práticas passíveis de denúncia por violação dos direitos humanos mais fundamentais. Exige, então, uma tomada de decisão por parte do Estado e da sociedade civil brasileira, pois a "assistência que vem sendo ofertada, na maioria desses lugares, fundamenta-se em princípios que contrariam os pressupostos que orientam as políticas públicas, a saber: o respeito à cidadania dos usuários" (CFP, 2011, p. 189).

Neste estudo, partimos de um olhar embasado pela Psicologia Social Crítica, tendo como objetivo promover uma reflexão acerca de como essas práticas – que por muitas vezes produzem modos de vida indignos e submissos a uma lógica cooptada por políticas imperativas de cuidados, que desconsideram o contexto do mundo da vida e a história dos sujeitos – impactam a vida dos indivíduos e que efeitos produzem em seus processos de metamorfoses identitárias.

Para tal, partimos de uma abordagem qualitativa de pesquisa, utilizando o método de história de narrativa de vida. A escolha pelo uso das narrativas de vida se dá pelo fato de estas possibilitarem uma real expressão dos sujeitos em sua totalidade histórica, pessoal e social, além de estabelecerem o compromisso do pesquisador com o relacionamento ético para com o entrevistado, que se torna mais que um expectador da história narrada e ocupa um lugar de "testemunha" do sofrimento, da mortificação ou das possibilidades de subversão e emancipação dos indivíduos (LIMA, 2014). Foram realizadas entrevistas com dois sujeitos que já haviam frequentado comunidades terapêuticas, priorizando que narrassem livremente a experiência do tratamento nesse lócus específico de cuidado.

A partir dos conteúdos trazidos pelos participantes da pesquisa, pudemos considerar que as comunidades terapêuticas, de certa forma, têm trazido novas possibilidades de tratamento e cuidado para com os sujeitos. Porém, ainda estão aquém de realizar o que pretendem em projeto, quais sejam objetivos de promover a emancipação e autonomia dos sujeitos que por elas são assistidos. Mais que promover uma emancipação através de práticas que visem a reflexão ativa e politização dos sujeitos, o que mais ocorre se vincula a uma biologização das demandas dos indivíduos, que acabam por ser submetidos a imperativos de assistência que determinam como direcionamento do cuidado uma imagem ligada à dependência química, um problema progressivo, incurável e fatal, que deve ser medicado e submetido às técnicas específicas de tratamento para obter sucesso na evolução da problemática. Os dois sujeitos, porém, nos mostraram formas distintas de lidar com tal situação, revelando os processos de metamorfoses efetivados em suas vidas a partir das vivências nas comunidades terapêuticas.

Consultório na rua: máquina de guerra ou controle? Uma análise a partir do trabalho criativo.

Daniel Rangel Curvo (Universidade Estadual da Paraíba)

O Consultório na rua é um equipamento da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde, criado em dois mil e doze, substituindo o consultório de rua - equipamento da rede especializada, com foco em crianças e adolescentes em situação de rua. Esse serviço é um dos frutos que vieram do decreto presidencial nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Com uma equipe multiprofissional e itinerante, esse serviço amplia seu público alvo preferêncial, passando a acolher as pessoas em situação de rua ou em vunerabilidade, integrando-os a rede de servições não só do sistema único de saúde, mas do território, como um todo, onde vivem e interagem. Realiza, então, tanto atendimentos in loco quando mediações para o acesso de outros serviços, conforme a necessidade ditada pela demanda do usuário. Segue princípios e diretrizes como: a equidade, o acolhimento, universalidade, a integralidade, a acessibilidade, entre outros. Tive uma experiência de dois anos e meio nesse serviço, onde trabalhei na cidade de João Pessoa, Paraíba, nos anos de 2012 e 2015. Essa experiência, de enorme riqueza humana e profissional, destaco, entre outras coisas, a importância estratégica dos afetos (à maneira das tecnologias leves, relacionais) nas relações de cuidado, e a imprevisibilidade no processo de trabalho como características marcantes do processo de trabalho. Dessa experiência, uma dúvida sempre me chegava, e ficou a seguinte questão: seria, o CnaR, uma atualização do domínio própria à Sociedade de Controle? Como sabemos, Deleuze propõe o termo Sociedade de Controle para descrever a atualização do poder de domínio relacionada à invenção de novas máquinas, mais leves e performáticas, como o computador e a cibernética. No campo da saúde, os grandes meios de confinamento como Hospitais e Manicômio, são complementados ou substituídos por meios menores como, hospitais-dia e equipes domiciliares. Entendemos que o consultório na rua possui muitas das características de um meio de controle característico aos novos controles, fluídos e contínuos. Proponho, então, usar a noção de trabalho criativo como analisador para essa questão. O trabalho criativo se dá quando o profissional possui liberdade para trabalhar de forma coerente ao seu saber/ciência intuitiva, com uma ideia adequada da realidade. No trabalho criativo se está fora do controle, do domínio. Não há servidão, nem opressão, mas invenção e liberdade. O trabalho criativo está no reino das liberdades, ligada ao bem comum. Mas fora do trabalho criativo, o profissional do consultório na rua reproduziria e ampliaria as formas de domínio, sendo atualização na lógica da sociedade de controle. As pessoas em situação de rua são uma das mais emblemáticas expressões da questão social. Problematizar a forma como o Estado vem lidando com esse grupo populacional pode ser igualmente emblemático da forma como a sociedade vem lidando com a extrema pobreza. O consultório na rua é um equipamento recente e em expansão, cabe muita atenção sobre a função social que ocupa e ocupará no tempo de agora e no futuro.

Desafios e Perspectivas em Saúde Mental: Uma Experiência de Residentes Multiprofissionais em Maranguape.

Pedro Marinho dos Santos Junior (Escola de Saúde Pública do Ceará), **Jéssica Silva Rodrigues** (Escola de Saúde Pública do Ceará)

O programa de Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará (RIS/ ESPCE) enquanto modalidade de especialização Lato Sensu, objetiva a formação em serviços de saúde para conciliar teoria e prática nos cenários sócio-epidemiológicos direcionados para a consolidação do Sistema Único de Saúde. Uma das propostas do referido programa é a interiorização da residência, propiciando ações e vivências em saúde mental nos municípios do interior do Ceará, abrindo oportunidades para a construção de uma rede de atenção psicossocial mais abrangente e fortalecida mediante os pressupostos do Sistema Único de Saúde. O presente trabalho objetiva relatar a experiência de Residentes em Saúde Mental Coletiva na cidade de Maranguape. Para isso, foi feito um recorte do processo de territorialização e das ações na rede de atenção psicossocial da referida cidade, região metropolitana de Fortaleza, entre os meses de março e agosto de 2015. O modo psicossocial e o referencial da Psicologia Social contribuem para a construção de um olhar que fortalece o campo da saúde e enriquece as estratégias de intervenção em uma área que ultrapassa as bases biológicas da saúde mental. O modo de vida, as comunidades, as identidades e relações de poder, são alguns dos elementos com os quais as políticas públicas necessitam dialogar e agir de forma diária, muitas vezes em um ritmo mais lento do que o desejado, porém, com ações e mudanças constantes. As relações sociais entre usuários, equipe, gestão municipal e a cidade, pensadas através desses elementos orientam as práticas para um diálogo construtivo. No que concerne à rede de atenção psicossocial, no cenário de prática, configuram-se diversas fragilidades como procedimentos médico-centrados, dificuldades de acessos aos serviços de saúde mental por parte das populações rurais, superlotação dos serviços. Dessa forma pode-se constatar, nesse contexto, diversas práticas voltadas para a manutenção do modelo asilar. A presença da Residência Integrada em Saúde atua como uma possibilidade de potencializar as redes de atenção psicossocial na região, muitas vezes levantando tensionamentos políticos e ideológicos junto à gestão e trabalhadores dos serviços. São encontradas no território diversas questões relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas, entretanto percebeu-se que a temática em questão ainda é tratada como um tabu por usuários dos serviços e profissionais. Além disso, tem-se percebido fortalecimento crescente das comunidades terapêuticas como alternativa primeira de tratamento para usuário de álcool e outras drogas. Denota-se nessas ações uma continuidade da logica manicomial de isolamento dos usuários. De acordo com o que foi identificado em oficinas realizadas com a comunidade, percebe-se que a referida lógica impera, de forma que os CAPS são vistos como locais específicos para lidar com a loucura. Frente a esse contexto, compreende-se serem necessárias ações que visem a transformação da cultura manicomial tão presente ainda nas falas e práticas tanto de usuários, quanto de gestores e profissionais. Dessa forma, tomaram-se como norteadores os princípios e diretrizes do SUS e da politica nacional de Saúde Mental, partindo de uma compreensão mais ampla de saúde, que engloba não só a ausência de doença, mas os diversos fatores biopsicossociais. Tendo como horizonte o modelo psicossocial de atenção, propomos como ação primeira a reflexão de princípios e diretrizes do SUS junto à equipe dos serviços. A partir disso, foram construídas conjuntamente propostas de modificações e organização dos processos de trabalho, implementação de novas linhas de cuidado aos usuários, articulação com a rede, vinculação com os usuários e seus territórios, oficinas de formação, eventos em saúde mental e construção de fluxos de trabalho. Como principais contribuições dadas até o momento, podemos destacar as ações nos espaços comunitários direcionados à modificação da cultura manicomial, a formação e fortalecimento de grupos terapêuticos para familiares, usuários, tabagistas, atividades de práticas corporais, hidroginástica, grupo de direitos sociais, exibição de filmes com as temáticas em saúde mental, debate sobre as questões psicossociais nos espaços comunitários, abordagem a pessoas em situação de rua, atendimento compartilhado, elaboração de Projeto Terapêutico Singular, visitas domiciliares e implantação de novas estratégias de acolhimento. Após a construção da pesquisa foi possível perceber que os processos grupais utilizados com os usuários, equipe de saúde e residente em conjunto com as ações em rede podem contribuir para a construção de novas realidades na saúde mental da cidade de Maranguape. Percebe-se, a partir da vivencia e construção diária de novas possibilidades na saúde mental, que o fortalecimento das práticas de cuidados em atenção psicossocial necessita de tensionamentos em alguns momentos e diálogos construtivos de forma diária para ampliar as perspectivas de trabalho dentro dos desafios encontrados.

Discursos sobre o HIV na infância: humanizando a ótica do serviço

Gabriela Assis Da Silva Costa (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora), **Lara Brum de Calais** (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Segundo dados do Ministério da Saúde, no ano de 2014, cerca de 734 mil pessoas viviam com HIV/Aids no Brasil. Estima-se 12 mil casos por ano, entre as gestantes, resultando assim uma estimativa de crianças com o vírus via Transmissão Vertical (TV). Apesar das estratégias do governo e das campanhas de conscientização terem tomado maior proporção, a falta de informação ainda é uma barreira para a prevenção. Pessoas que vivem e convivem com o vírus ainda são alvo de preconceito e discriminação, muito pautados na lógica de discurso moral sobre o sexo preponderante em nossa sociedade. Ao abordar a infância neste contexto, há um embate entre o discurso pré-estabelecido acerca da criança e o preconceito sobre as formas de transmissão do vírus. Neste sentido, os equipamentos de saúde especializados ao atendimento desta demanda estão inseridos neste cenário, sendo que a fragilidade do acolhimento nos serviços de referência acaba por dificultar a adesão ao tratamento e, em alguns momentos por reproduzir a lógica de preconceito, impedindo ações que visem à qualidade de vida e priorizem a garantia de direitos. Inserido neste contexto, o presente trabalho aborda uma experiência de estágio no Serviço de Atendimento Especializado (SAE), na cidade de Juiz de Fora, MG. Objetivou-se potencializar o acolhimento, elaborando ações pautadas na humanização do serviço na sala de espera do ambulatório infantil, que visam facilitar a adesão ao tratamento, enfatizando a promoção da saúde e qualidade de vida para essas crianças e seus responsáveis. Tais ações se pautam na perspectiva da Psicologia Social e da Saúde, fortalecendo estratégias de promoção da autonomia e protagonismo dos sujeitos. Por estar inserido na lógica das políticas públicas de saúde e fortalecimento dos serviços, o presente trabalho se localiza no Eixo Temático "Políticas Públicas e Saúde Coletiva", tendo em vista o objetivo de, além de possibilitar ações de atenção integral ao sujeito, problematizar a realidade social e a garantia de direitos de acesso à saúde. Como delineamento metodológico abordado, utilizou-se a pesquisa-intervenção, sendo que as atividades duraram cerca de quatro meses com ações de duas horas semanais e tiveram o formato de atividades orientadas na sala de espera do ambulatório infantil. Para tanto, foi elaborado um mural interativo no intuito de facilitar a reflexão sobre temas relevantes para as famílias atendidas pelo serviço e dinamizar a relação usuário/instituição de saúde. Neste mural, pôde-se identificar o contexto e as possíveis necessidades primordiais a partir dos seguintes pontos: o sentimento estabelecido na relação mãe e filho diante da transmissão vertical; seu sentimento no dia de espera para a consulta; e sua posição e olhar frente à instituição. Tais informações puderam subsidiar as propostas voltadas para a atenção à infância, bem como, contribuir na prática da equipe de saúde do serviço. As informações e vivências advindas das intervenções foram documentadas, em Diário de Campo. Evidencia-se a necessidade de compreender as diferentes posições que aparecem na discussão sobre a TV, problematizando temas como o lugar da criança que vive com HIV, as questões relacionadas à culpabilização e a realidade da família que convive como vírus. Estabelecendo uma visão holística do ser humano para além da doença cuidando desse sujeito enquanto um ser integral, entendendo que esta é formada por cuidado, apoio familiar, condições de vida, cultura e principalmente pelo discurso a cerca desta. Percebeu-se a importância de ultrapassar formatos pré-estabelecidos para que chegássemos à necessidade daqueles que ocupam nosso território de intervenção, transformando o lugar hostil e o estigma para com as crianças que vivem e convivem com o vírus, para um ambiente com relações horizontais e que tenha como foco a promoção de cidadania. Assim, buscou-se uma porta de entrada para o exercício de uma escuta não normativa e cuidadosa compreendendo a constituição do sujeito de forma integral, problematizando suas relações de vivência e convivência com o vírus e diferentes arranjos sociais, necessitando de um olhar diferenciado para suas relações. A intervenção na sala de espera possibilitou adentrar na realidade da criança e sua família dando voz a um ambiente silenciado. Pode-se reconhecer a importância de compreendermos o processo saúde-doença como fenômeno biopsicossocial e cultural, buscando repensar a prática psicológica, sendo esta comprometida com a integralidade, a singularidade e a promoção de saúde, quebrando a lógica preestabelecida ao respeitar às necessidades dos usuários do serviço. Notou-se que, no decorrer das propostas, o ambiente tornou-se mais acolhedor, possibilitando uma maior abertura com a instituição e seus constituintes. A ênfase em relações humanizadas e horizontais, contribuiu para uma maior aproximação desta população com o serviço de saúde, além do acolhimento de questões relevantes relacionadas à Transmissão Vertical. Sente-se a necessidade da existência de ações humanizadas no que se refere aos cuidados com a saúde visando não somente o tratamento da criança e de sua família, mas também de ações que fomentem a participação dos usuários na lógica de saúde.

Enfrentamentos e repercussões de mulheres a histerectomia

Lúcia Robertta Matos Silva dos Santos (Universidade Federal da Bahia), **Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli** (Universidade Federal da Paraíba), **Elís Amanda Atanázio Silva** (Universidade Federal da Paraíba), **Amanda Trajano Batista** (Universidade Federal da Paraíba)

Cirurgia de retirada do útero, a histerectomia constitui, atualmente, uma das cirurgias femininas mais freqüentes no mundo ocidental. A indicação desta cirurgia e a própria cirurgia afetam a condição física, social e emocional da mulher que, frente aos eventos estressores desencadeados, faz uso de estratégias de enfrentamento específicas para cada fase do adoecimento, cirurgia e reabilitação com o intuito de se adaptar às novas situações e contexto de vida. Neste sentido, através do referencial teórico do Enfrentamento (Coping), este estudo teve como objetivo investigar as construções de enfrentamento e repercussões psicossociais da cirurgia de histerectomia. A amostra foi composta por 10 mulheres, com faixa etária de 44 anos, pertencentes à classe social menos favorecida, com tempo de diagnóstico variando de 5 meses a 2 anos, internas na clínica cirúrgica do Hospital e Maternidade Padre Alfredo Barbosa (CabedeloParaíba). Para a coleta de dados foi utilizada a Escala de Modo de Enfrentamento de Problemas (EMEP) e entrevistas semi-estruturadas com questões relativas aos dados bio-demograficos, a história clínica e os correlatos emocionais referentes ao adoecimento e enfrentamento da cirurgia. Tratou-se de um estudo descritivo, longitudinal, onde em um primeiro momento (pré-cirúrgico), foram aplicadas a escala de enfrentamento e uma entrevista e, decorridos seis meses da cirurgia, realizou-se nova entrevista visando avaliar o enfrentamento e a qualidade de vida no póscirúrgico. Para análise dos dados, foram realizadas estatísticas descritivas, além de testes bivariados entre escores da EMEP e variáveis relativas à caracterização sociodemográfica e clínica das pacientes. O pacote estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences), foi utilizado na análise quantitativa de dados e as entrevistas submetidas à Análise de Conteúdo a partir de categorias emergentes. Os resultados estatísticos concernentes à EMEP indicaram médias distintas para os quatro fatores da escala, cujos resultados mostraram que a modalidade de enfrentamento mais usada foi busca de práticas religiosas/pensamento fantasioso, seguida de enfrentamento focalizado no problema. As estratégias focalizadas na busca de suporte social e na emoção foram relatadas em menor freqüência no conjunto da amostra estudada. A partir dos resultados das entrevistas em pré-operatório, observou-se que o surgimento de um temor quanto a perda da feminilidade, sentimentos de medo, ansiedade e insegurança, pensamento negativo quanto a hospitalização, percepção de si negativa e grande falta de informação quanto a cirurgia. Nas entrevistas aos 6 meses do pós-operatório, observou-se o surgimento do sentimento de culpa e de alívio, avaliação positiva frente à hospitalização, identidade feminina preservada e alguns ganhos secundários com cirurgia, maior atenção de familiares, acionamento do auto-cuidado (positivo no trabalho de prevenção de saúde) e auto-estima melhorada e, segundo as entrevistas, a busca no suporte religioso cessou após a cirurgia. Os resultados evidenciam que a cirurgia de histerectomia é um evento estressor por ser um procedimento que abala a feminilidade, mobiliza sentimentos de temor quanto à hospitalização e também afeta questões familiares, com repercussão com repercussões no aspecto emocional das mulheres, de acordo com os discursos. Tais resultados evidenciam questões psicossociais e dificuldades que afetam estas mulheres no pré-cirúrgico, provocando uma ressignificação de suas vidas, inclusive ligadas à sexualidade e que poderiam ser atenuadas com um trabalho focado na atenção pré-cirúrgica, indicando a importância de que a comunicação prevaleça e que atenção humanizada seja valorizada pelas equipes de saúde, em uma perspectiva de ação integral, multi e interdisciplinar.

Envelhecimento e reinvenção de papeis – Atuações da Psicologia em Políticas Públicas

Jaqueline Garcia Diniz (Centro Universitário Unifafibe), **Pauliana Tamires Papel** (Centro Universitário Unifafibe), **Renato Cezar Silvéri Júnior**

Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), 23,5 milhões dos brasileiros têm mais de 60 anos, mais que o dobro dos registros em 1991.

Atentas a este contingente populacional e as transformações no quadro social, as políticas públicas responsáveis pela garantia da qualidade de vida e preservação dos direitos humanos do idoso evidenciados como política oficial no Estatuto do Idoso sugerem outras representações do envelhecimento, não se referindo a este processo unicamente como sinônimo de doença, perdas ou declínio (CÔRTE, 2009).

Assim novos termos são atribuídos ao envelhecimento como: Independência, participação social, autorrealização e dignidade, reforçando conceitos de envelhecimento ativo – bem estar físico, social e mental. Estas possibilidades de visão nos comunicam mais do que um novo quadro populacional, um quadro de transformações no conceito de envelhecimento, demonstrando que ''está em curso no país um novo momento do envelhecimento'' (CÔRTE, 2009, p.56). Não se deve negar que no processo de envelhecimento estão inclusas mudanças permanentes como, transformações físicas, intelectuais, psicológicas e sociais como: a desocupação de papeis e funções sociais, mudanças na autoimagem, construção de uma nova função social e/ou uma nova identidade social (ALTMAN, 2011). Tais mudanças geram sentimentos de medo e insegurança denunciados por comportamentos rígidos e desadaptados principalmente quando o mundo capitalístico pós-moderno tem por matrizes sociais produções hegemônicas de subjetividades que cultuam a imagem da jovialidade, fugacidade e do descartável (BAUMAN, 2007).

O olhar das políticas públicas tem se voltado a medidas e ações promotoras de tais capacidades, contrárias ao modelo asilar segregativo, que estabeleçam metas e direcionamento do sistema de saúde pública promovendo suporte ao cuidado familiar, socialização, respeito à individualidade e compreensão das perdas e transformações iminentes do processo de envelhecimento associados à produção de novas possibilidades (ARAÚJO; COUTINHO; CARVALHO, 2005). Exemplo disto é a criação de Centros de Convivência para Idosos (CCI), espaços de convivência diurna onde se oferece cuidado e atenção ao idoso oferecendo atividades que promovam capacidade funcional mantendo-o ativo em convivência social sem segregá-lo do âmbito familiar.

O objetivo do presente projeto foi integrar ações capazes de promover saúde e bem estar psíquico por meio de ações de estagiários do quarto ano de graduação em psicologia inserindo práticas terapêuticas em um Centro de convivência do Idoso no município de Barretos - SP que não conta com psicólogos dentre o quadro de profissionais. A intervenção foi realizada através de um grupo terapêutico, composto por trinta idosos de ambos os sexos, para tanto foi necessário manejo de três terapeutas estagiários.

Ao todo foram realizados dez encontros. Foram trabalhados sete temas sob a ótica da psicanálise (ALTMAN, 2011), a estrutura dos encontros seguia-se em: Rapport, apresentação do tema, discussão entre os participantes (relatos, depoimentos, opiniões) e dinâmicas com utilização de materiais alternativos (músicas, vídeos, poemas).

Os temas trabalhados foram: Alegrias da Maioridade; Direitos do Idoso, Amor e outros afetos;

Medo e Fragilidade; Convivência; Morte e significados; Perdão; Luto e Separações. Ao final do trabalho foi possível refletir e produzir coletivamente posicionamentos sobre os desafios de se tornar idoso e atribuir novos sentidos à experiências, como por exemplo elaborar a perda de um parceiro e iniciar novos relacionamentos conjugais; perdas permanentes associadas ao sentido de continuidade e a possibilidade de viver a subjetividade do envelhecer.

A presente experiência relaciona-se com a psicologia social quando sugere o fortalecimento de vínculos comunitários e com a promoção de saúde mental e institucional. Nos resultados desta intervenção foi possível proporcionar integração, aproximação e legítima convivência – foco da proposta dos CCI's - entre sujeitos que antes da experiência grupal não se conheciam ou sabiam nomes uns dos outros, quiçá suas historias de vida. Além de fortalecer políticas de saúde como a implementação da psicologia e suas técnicas no processo de compreensão das transformações na imagem social do idoso no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALTMAN, Miriam. O envelhecimento à luz da psicanálise. Jornal de psicanalise, v. 44, n. 80, p. 193-206, 2011.

ARAUJO, Ludgleydson Fernandes de; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; CARVALHO, Virgínia Ângela Menezes de Lucena e. Representações sociais da velhice entre idosos que participam de grupos de convivência. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 25, n. 1, mar. 2005 .

BAUMAN, Zygmund. Vida líquida. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CÔRTE, B. O direito humano ao envelhecimento e o impacto nas políticas públicas.

Comunicação: instrumento de formação para a longevidade. In Envelhecimento e subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, p. 51 – 62, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas e Censos Demográficos. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia. Acesso em: 28 de Maio, 2015.

Estamos vivendo um retrocesso? Uma Revisão Bibliográfica da atual conjuntura da Saúde Mental no município do Rio de Janeiro frente aos desafios do possível declínio

Danúbiah da Silva Mendes Pereira (Associação Brasileira de Ensino Universitário)

O presente trabalho visa apresentar através de pesquisa documental, uma revisão bibliográfica do atual cenário da Saúde Mental no município do Rio de Janeiro frente ao desafio dos possíveis Retrocessos. Trata-se de um levantamento bibliográfico a partir de autores relevantes do campo da Saúde Mental e do Sistema Único de Saúde, articuladas intrinsecamente com a reflexão dos Direitos Humanos sob a ótica que reflete os possíveis retrocessos presentes no século XXI, após suas conquistas na crise da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAN) século XX (AMARANTE, 2015). Partimos da problematização dos possíveis retrocessos na conjuntura atual da Saúde Mental no RJ, através da hipótese de estarmos vivendo um retrocesso, e/ou existe um andar pra trás na conquista dos direitos? Para a revisão bibliográfica também foi utilizados artigos da base de dados Scielo e Bireme, a partir da pesquisa combinada dos descritores: Saúde Mental e Retrocessos, Direitos Humanos e Reforma Psiquiátrica. O Projeto nasce a partir de uma leitura um tanto quanto subjetiva do atual cenário da Saúde Mental no Rio de Janeiro, diante da fala de autores que tecem profundas reflexões sobre o lugar por ela ocupado. O que remete como leitora a fomentar tal conquista da Reforma Psiquiátrica numa perspectiva de um processo que já foi concebido – e por isso retrocessos?-, ou se, de fato ainda estamos em processo de concepção da Reforma Psiquiátrica? Para isto, apresentamos um trabalho que se encontra em andamento devido à importância daquilo que se propõe a pesquisar. E, que no atual momento da pesquisa, para assim facilitar a compreensão do caminho metodológico percorrido, nomearei por fases de acordo com o desenvolvimento alcançado de cada objetivo proposto. Para tanto o presente projeto tem como seu objetivo investigar, a partir de uma revisão bibliográfica o cenário histórico-politicosocial da Saúde e da Saúde Mental no Município do Rio de Janeiro, frente aos possíveis retrocessos outrora conquistados pela Reforma Psiquiátrica, articulando-os com a reflexão dos Direitos Humanos e da privatização. Assim, este trabalho aponta como caminho que fomente a concepção dos objetivos que possam: I- Caracterizar o contexto histórico da saúde mental e da Reforma Psiquiátrica no Brasil, relacionando com a identificação de possíveis retrocessos; IIInvestigar no cenário atual da Saúde Mental no Município do Rio de Janeiro a presença de possíveis retrocessos; III- Compreender os impactos dos possíveis retrocessos no contexto da Atenção Psicossocial e da Desinstitucionalização; IV- Analisar as Políticas Públicas de Saúde e Saúde Mental articulando-as com os Direitos Humanos e com a privatização; V- Mensurar os efeitos dos possíveis retrocessos na Saúde Mental; VI- Avaliar uma possível proposta de intervenção reflexiva diante dos retrocessos. Sendo assim, o referido trabalho ainda em processo de elaboração, se debruça ao uso de metodologias de revisão bibliográfica, análise documental e qualitativa para o uso do desenvolvimento dos referidos objetivos. Mediado por referenciais, dentre eles, Paulo Amarante que ao longo se sua trajetória de militância da Reforma Psiquiátrica e, diante de suas posturas/colocações traz reflexões dessa releitura do possível retrocesso em diversas instâncias, sejam elas políticas, sociais e éticas (AMARANTE, 2015).

Estudo sobre um Centro de Atenção Psicossocial a partir do conceito de território: analisando as transformações na Atenção em Saúde Mental

Allan Saffiotti (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento. Tem como objetivo apresentar os modos como os trabalhadores de um CAPS de São Paulo têm compreendido o conceito de território e construído ações em campo, considerando ainda a relação com as formas como as Políticas Públicas em Saúde tem sido implementadas. A ocorrência do termo território nos documentos legais, bem como os programas derivados, é polissêmica: ora é sinônimo de divisão administrativa, ora de área geográfica, ora é pensado como processo relacional do homem e sua cultura com espaço por ele habitado.

Nos apoiamos nas obras de Basaglia (1995), Rotelli (2001), Santos (2000; 2002), Amarante (1994;1995;2003), Yasui (2006), Scarcelli (1998, 2011), entre outros, que influenciaram nas transformações em Saúde Mental no Brasil e na nova acepção do termo território. Partimos da constatação da importância que este conceito assumiu para a política nacional de saúde e do lugar provocador e transformador reservado ao CAPS na Reforma Psiquiátrica Brasileira, que buscou não apenas uma humanização das relações entre os sujeitos, a sociedade e as instituições, mas uma ruptura com o paradigma da tradição científica que sustentava a prática psiquiátrica. Para além de uma mera transformação nos serviços de saúde, alvo é a invenção de novos modos de cuidade e de relação com a loucura; a construção de outro paradigma onde o objeto seja a existência em sofrimento.

É inegável o avanço na construção de novos modelos assistenciais, reorientados a partir desse processo que teve início no final da década de 70. Temos, desde então, diversas propostas de serviços substitutivos. No bojo dessas transformações, os CAPS se constituíram como uma estratégia de organização da rede de cuidados, criando uma resposta política ao tratamento reservado aos loucos nos manicômios e hospitais psiquiátricos, visando oferecer um cuidado global da pessoa, para além da preocupação sintomatológica de tratamento da doença, que garantisse cidadania ao portador de sofrimento psíquico, pela consideração de seu desejo, pela produção de movimento e de autonomia.

Para nos aproximarmos desse fenômeno, optamos pelo Grupo Operativo de Pichón Riviere (1998) como instrumento metodológico, em que o papel de cada participante aberto à comunicação permitiu a emergência das experiências construídas na relação da equipe com o serviço, com os usuários e o território. Foram realizados dois encontros de uma hora com a equipe de trabalhadores de um CAPS da região central de São Paulo, propondo-se a tarefa "Falem sobre como se trabalha neste CAPS considerando a política atual de Saúde Mental". A análise pautou-se pela seleção de trechos dos diálogos dos grupos que referissem experiências significativas sobre o cotidiano de trabalho e o território. A discussão nos grupos operativos mostrou que os CAPS têm ocupado o lugar de atendimento inicial aos usuários e de encaminhamento à saúde geral pela dificuldade de outros atores em lidar com o sofrimento; mesmo com certa burocratização nos serviços há estreita relação entre as ações dos trabalhadores e a realidade psicossocial, material, cultural e política encontrada; a possibilidade de ação no território varia de acordo com a OSS gestora e a concepção de saúde das chefias das unidades; os serviços de saúde em geral pouco compreendem o CAPS enquanto dispositivo, exigindo dos CAPS tempo e ações para fazer acordos e "gerenciar" o usuário na rede; o paradigma médico ainda tem muita força e predominância nas escolhas, apesar da resistência dos trabalhadores. Este trabalho relaciona-se com o Grupo de Trabalho "GT 30 – PSICOLOGIA SOCIAL:

DIÁLOGOS E PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO E NO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE" por compartilhar a perspectiva de uma Psicologia Social voltada para "a construção de práticas que efetivam a saúde como um direito, como condição de cidadania, e para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde" e também pelo compromisso com a implementação do SUS e da diminuição da desigualdade social. Pretende-se que, ao fim deste trabalho, esta reflexão provoque uma problematização da forma como as políticas públicas tem sido implementadas, levando muitas vezes a uma mercantilização da saúde e precarizando as condições de trabalho, tendo por consequência à um distanciamento das diretrizes do SUS. Acreditamos que esta pesquisa pode propiciar ferramentas para a compreensão e superação de desafios presentes na implementação das políticas públicas de saúde, que compreendemos como campo onde atuam diversas forças e interesses.

Extensão Universitária e formação em saúde: o apoio à gestão da Saúde Mental no SUS

Ricardo Sparapan Pena (Universidade Federal Fluminense)

Este trabalho é efeito das demandas geradas na relação entre a Universidade Federal Fluminense (UFF/Volta Redonda) e as redes de práticas clínicas e de gestão no Sistema Único de Saúde (SUS) dos municípios de Volta Redonda e Barra do Piraí, localizados ao sul do estado do Rio de Janeiro. Para viabilizar a atenção a estas demandas, foram criados os projetos de Extensão Universitária "Experiências de apoio à gestão na rede de saúde mental de Volta Redonda" e "Formação em clínica, gestão e Atenção Psicossocial na rede de saúde mental de Barra do Piraí". Ambas as ações de Extensão agregam docentes e alunos do curso de Psicologia da UFF, trabalhadores e gestores das redes de saúde mental nos municípios de Volta Redonda e Barra do Piraí, com os objetivos de problematizar a ação dos serviços de saúde mental nos dois municípios, e contribuir para a consolidação do Apoio Institucional nas práticas de gestão do SUS. Partindo da compreensão de que o conhecimento produzido na universidade não se dissocia de suas experiências de intervenção, tomamos como diretriz a construção coletiva da dimensão pública das políticas de saúde no SUS, entendendo que os territórios de produção de saúde se compõem nas relações entre trabalhadores, gestores e usuários. Isso necessariamente vem nos convocando às analises da indução de políticas públicas pelo Estado, das vias encontradas pela universidade para produzir conhecimentos sobre o SUS, assim como das ações verticais geradas nestes processos. No plano destas construções sociais, elegemos o Apoio Institucional, a partir das elaborações de Paulon, Pasche e Righi (2014), Oliveira (2011), Pasche e Passos (2010) e Campos (2007), como aporte teórico-metodológico para dialogar com a realidade local onde se situa a relação entre a universidade e o SUS. Entendemos que o Apoio, como efeito das práticas de gestão compartilhada no SUS, atua na qualificação das ações de trabalhadores e gestores, sustenta a indissociabilidade entre clínica, gestão e produção de subjetividades no trabalho, assim como afirma que as ofertas em saúde são produtos das relações entre equipes e território, e não apenas procedimentos antecedentes a estas relações. Baseados também em autores como Neves e Heckert (2010) e Teixeira (2003) e alinhados com o referencial metodológico da Política Nacional de Humanização da Atenção e gestão no SUS (PNH), buscamos a Clínica Ampliada, o Apoio Matricial, a Cogestão e o Acolhimento como conceitos-operadores de transformações no cotidiano das ações de cuidar e gerir. Para tanto, construímos encontros (reuniões e oficinas) entre a universidade, os serviços e as instâncias de gestão da saúde mental dos dois municípios e vimos, ao longo do ano de 2015, discutindo o funcionamento das redes, a comunicação entre as equipes, os processos de trabalho, o acolhimento como ampliação do acesso dos usuários aos serviços, a cogestão para a tomada de decisões e o Apoio Matricial na relação entre os serviços de Saúde Mental e de Atenção Básica. Do total de 32 encontros programados, já realizamos 17 rodas de discussão que abordaram, com mais frequência, quatro pontos: a qualificação da gestão, a relação entre Saúde Mental e Atenção Básica, a formação dos trabalhadores e o Apoio Matricial para a articulação de redes. Atestamos que estas experiências de apoio vêm repensando a formação em Saúde Mental/Saúde Coletiva em ato no SUS, promovendo as reflexões necessárias entre as diferentes áreas técnicas nas Secretarias Municipais de Saúde envolvidas e dando foco às ações de gestão em curso no âmbito das políticas de saúde mental. Apontamos, igualmente, para o fortalecimento das relações entre a universidade e o SUS, qualificando, em via de mão dupla, tanto as ações formativas de alunos, trabalhadores e gestores quanto à implementação das políticas de saúde mental locais. Experiências como estas convocam a universidade a pensar constantemente a sua função social e as suas metodologias de ensino-aprendizagem em saúde, conectando-as às transformações em operação nas práticas clínicas e de gestão em saúde. Asseguramos, assim, que a relação entre a UFF/Volta Redonda e as redes de saúde mental em questão elaboram em parceria o suporte teórico-prático para a compreensão dos seus modos de se produzir saúde, posicionando o Apoio Institucional como estratégia de produção de conhecimentos e práticas potentes para fomentar as políticas de saúde mental em nível municipal a partir das práticas territoriais singulares.

GT 30 II PSICOLOGIA SOCIAL: DIÁLOGOS E PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO E NO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Hanseníase e Políticas Públicas: Formas de vida

Camilla Fernandes Marques (CRAS Aero Rancho), **Giovana Barbieri Galeano** (Universidade Católica Dom Bosco), **Anita Guazzelli Bernardes** (Universidade Católica Dom Bosco)

O presente texto se trata de um recorte de pesquisa de mestrado. A proposta deste trabalho não é interpretar, analisar fatos, grandes acontecimento que caracterizam a hanseníase, como a lepra bíblica que marcam a história da lepra, atualmente conhecida como hanseníase. O objetivo deste é narrar, a partir de uma ontologia do presente, certas histórias que se constituíram durante o processo de investigação. A investigação teve como campo teórico o pós-estruturalismo na Psicologia Social. A história descrita se dará pelos próprios autores da história da hanseníase, àqueles que fizeram e fazem parte da experiência da hanseníase – "o que você escreve aí não é real, você quer que eu mostre meu pé para você?". Será contada em parceria com aqueles que, em princípio, estariam em uma região de opacidade, assim como, esse pé coberto, escondido, mas que pode ser mostrado – "não é porque tenho o pé assim que tenho que ficar preso". Vidas que se iluminam pelo contato com o poder e regiões de saber que tornam possível que a história seja contada em sua versão vivida, como uma narrativa, a partir da experiência da hanseníase. Vale ressaltar que a hanseníase foi tomada como escopo da pesquisa, como um caso-pensamento. Desse modo, a partir de um corte da experiência vivida, o caso-pensamento, na interlocução com o plano da experiência cartográfica, tornou possível compor o problema de pesquisa: de que modo se constituem sujeitos a partir dos jogos entre a lepra e a hanseníase dos moradores dos lares Vicentinos do bairro Nova Lima, em Campo Grande - MS? A partir do conceito de focos de experiência de Michel Foucault, parte-se para a problematização dos jogos que se estabelecem entre a lepra e a hanseníase. Esses jogos permitem a compreensão da relação que marca tanto a entrada do sujeito nas práticas de atenção à saúde quanto a sua saída. A relação entre a entrada e a saída, que caracteriza os modos de acesso à saúde e os focos de experiência que se constituem nesses jogos, nas narrativas, a partir de certas modalidades de articulação do usuário com o sistema de saúde. Em um dos encontros no percurso da pesquisa, um dos senhores, que participou da investigação, relata que a hanseníase estava voltando nas pernas. Duas semanas depois, o assunto sobre a possível reincidência da hanseníase volta a ser discutido pelo grupo de pesquisa, Logo depois do término do encontro, a pesquisadora vai à Unidade Básica de Saúde São Francisco conversar com a técnica responsável, tentar entender todo esse procedimento, se a análise do exame demora, pois já fazia quase um mês desde a procura, neste momento técnica de referência dos curativos da hanseníase diz que o exame que havia sido feito sumiu, e que um novo exame foi agendado. Quando retorno para um novo encontro na semana seguinte, o senhor me diz que marcaram um exame de sangue para aquela semana. As narrativas dessas experiências de vida articulam-se entre políticas públicas, práticas em saúde e outras as ações que são executadas em direção as vidas das pessoas com hanseníase. Em razão dessa estratégia de análise, apoiada no pró-estruturalismo, pôde-se constatar que as políticas públicas se apresentam sobre uma forma de lei, enquanto a própria lei constituída. Por outro lado, as práticas em saúde e ações operacionalizadas em direção a essas vidas se apresentam não como o que é previsto nas legislações específicas, que se encontram em mera vigência sem significado. Sendo a lei suspensa, não tendo força de aplicabilidade, operacionaliza-se a força-de-lei, sem vigência de lei, esta suspensão da norma constitui o Estado de Exceção, que se instaura devido à suspensão do Estado de direito, por isso vidas que marcam sua entrada, mas também sua saída nas práticas de saúde. O desinvestimento nessas vidas começa a aparecer quando, depois de duas semanas sem o resultado, ninguém se interessa pelo exame que não apareceu, e ainda, quando o participante da pesquisa fala que com ele não ficou qualquer documento relacionado ao procedimento, além de que o resulta, assim relata outro morador, fica pronto em uma semana e seu resultado vem pela internet. Em razão disso, a hanseníase se constituirá nesses jogos no campo da saúde, em que certas vidas são marcadas por uma condição de Estado de Exceção: os contatos com o poder, quando das marcações de consultas e exames iluminam a infâmia como essas vidas são tomadas, quando os exames se perdem, os exames devem ser refeitos, indicam certo desinvestimento que, diferente da lepra que era banida das cidades, agora como habita os espaços invisíveis das cidades. É neste sentido que o trabalho constitui uma interface com as Políticas Públicas e Saúde Coletiva, no que se refere à problematização das práticas em saúde, bem como direito e condição de cidadania.

Hospital psiquiátrico e a rede de assistência psicossocial: relatos de técnicos

Pedro de Oliveira Filho (Universidade Federal de Campina Grande), **Thelma Maria Grisi Velôso** (Universidade Estadual da Paraíba), **Jerbbson Dias dos Santos** (Universidade Estadual da Paraíba)

Impulsionado pelos ideais da Reforma Psiquiátrica, desencadeada desde a década de 1960, na Inglaterra, na França, nos EUA e na Itália, o Movimento Antimanicomial no Brasil fortaleceu-se no final da década de 1970, com o propósito de promover a autonomia e a ressocialização dos usuários de saúde mental, tanto no âmbito da família quanto da sociedade. Depois de 12 anos de tramitação no Congresso Federal, foi sancionada a Lei Paulo Delgado nº 10.216, de 6 de abril de 2001, também conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, que regulamentou, finalmente, no Brasil, o modelo de assistência em Saúde Mental amparado na perspectiva psicossocial, oferecendo tratamento dentro da própria comunidade, através dos serviços substitutivos, e estabelecendo direitos para as pessoas com transtorno mental. A Reforma Psiquiátrica brasileira baseou-se na crítica e na reforma do modelo hospitalocêntrico, procurou desconstruir os espaços asilares e criar modelos assistenciais alternativos. No entanto, não extinguiu os hospitais psiquiátricos, que não foram abolidos nem amplamente modificados. Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa foi de analisar os discursos acerca da Reforma Psiquiátrica construídos por técnicos do único hospital psiquiátrico de Campina Grande-PB, a Clínica Psiquiátrica Dr. Maia. A proposta teve os seguintes objetivos específicos: investigar o modo como os técnicos definem e descrevem os serviços substitutivos, procurando detectar as estratégias argumentativas favoráveis ou contrárias à Reforma; analisar as identidades que os técnicos constroem do seu grupo e dos técnicos dos serviços substitutivos; e identificar, nos discursos, modos de nomear e descrever o sofrimento psíquico. Assim, ao contribuir com uma reflexão sobre os desafios para a implementação da Reforma Psiquiátrica, política pública de Saúde Mental, este trabalho se articula ao eixo temático "Políticas Públicas e Saúde Coletiva", visando fortalecer o diálogo entre os integrantes da Rede de Atenção Psicossocial, em sintonia com o princípio de valorização da saúde como um direito e condição de cidadania. Vincula-se, ainda, à proposta do GT 30 – "Psicologia Social: diálogos e práticas na implementação e no fortalecimento das políticas públicas de saúde", uma vez que se propõe, fundamentado na Psicologia Social, a contribuir com subsídios para as investigações no âmbito da saúde e das políticas públicas no Brasil. Baseandose na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva, que estuda o discurso enquanto construção e ação social contextualizada e retoricamente situada, foi realizada uma pesquisa qualitativa, para cujo desenvolvimento foi empregada a metodologia da História Oral, com a obtenção de dez depoimentos orais, que foram submetidos à Análise do Discurso. Os relatos construídos pelos entrevistados caracterizam os serviços substitutivos com os seguintes aspectos negativos: são carentes, falhos e atravessados por questões políticas, como a rotatividade nas equipes de trabalho. Enquanto os técnicos dos serviços substitutivos são posicionados como profissionais sem formação adequada, que não trabalham corretamente por pertencerem ao setor público, os técnicos da instituição hospitalar são posicionados, de modo contrário, como profissionais capacitados, que trabalham corretamente porque pertencem ao setor privado, e que têm o dom para o trabalho em Saúde Mental. Em relação ao sofrimento psíquico, os técnicos o descreveram como uma "doença", empregando categorias nosográficas, e como desrazão e falta completa de senso. Os técnicos posicionam o usuário como um dependente de medicamentos, a quem estaria vetada a capacidade de se autogovernar e se autodeterminar, razão por que precisa da tutela da instituição hospitalar. Os relatos criaram duas categorias distintas de usuários de saúde mental: os que podem ser atendidos no CAPS e os que devem ser atendidos pelo hospital, que seriam os casos mais "graves". Ao se referirem à Reforma Psiquiátrica, criticaram-na como idealista, ultrapassada e sem contato com a realidade, mas alguns relatos reconheceram a importância da humanização e do cuidado com o usuário, preconizados pela Reforma. Os discursos posicionam-se, predominantemente, de modo contrário à Reforma e demonstram o emprego seletivo de categorias e repertórios interpretativos específicos que procuram justificar a imprescindibilidade do hospital psiquiátrico dentro da Rede de Assistência Psicossocial (RAPS).

Implementação do Teste Rápido para HIV: avaliação de usuários e profissionais de um Centro de Testagem e Aconselhamento.

Isadora Nogueira Freire (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Adolfo Pizzinato (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

No levantamento da Secretaria de Vigilância em Saúde, entre junho de 2012 e junho de 2013, a taxa de incidência no Rio Grande do Sul foi de 41,4 casos para cada 100 mil habitantes, quase o dobro da média nacional, que era de 20,2. Porto Alegre apresenta taxas mais alarmantes, uma vez que tem notificado 93,7 casos para cada 100 mil habitantes (BRASIL, 2013). Além disso, no Brasil, aproximadamente 41% das pessoas iniciam o tratamento tardiamente, o que dificulta conter o desenvolvimento da doença, aumenta o índice de mortalidade, elevando o número de transmissões do vírus e encarecendo o tratamento para o Estado. O principal motivo apontado para o início tardio é o desconhecimento da condição sorológica, que está relacionada a fatores como dificuldade de acesso ao diagnóstico e atendimento nos serviços de saúde e, ainda, pela percepção da população que muitas vezes não se vê em risco, ou sente medo de ser discriminada (Ministério da Saúde, 2012). Buscando minimizar o diagnóstico tardio, desenvolveram-se ações para ampliação do acesso à testagem, principalmente por meio do teste rápido, que se justifica pela sua eficiência, confiabilidade, relação custo-benefício e a possibilidade de oferecer acolhida imediata aos infectados pelo HIV dentro da rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste sentido, a psicologia possui um papel importante na elaboração e execução das políticas públicas de HIV/Aids e também na atuação para além de uma prática assistencial, colaborando para a promoção dos direitos humanos e exercício de cidadania. Ao considerar o conceito de cidadania, é importante incluir ou dar voz aos diferentes atores sociais envolvidos e diretamente afetados por estas políticas. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar como trabalhadores e usuários de um serviço de saúde avaliavam a implementação da testagem rápida, destacando seus aspectos positivos, barreiras e limitações, investigando-se adicionalmente possíveis sentidos e significados atribuídos às DST/HIV/aids a partir da implementação desta política. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com 27 usuários e 15 profissionais. O estudo foi realizado no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) do Ambulatório de Dermatologia Sanitária (ADS), POA/RS. Como resultados pode-se destacar que os aspectos positivos foram a redução no tempo de espera do resultado, maior resolutividade da atenção, ampliação dos horários de atendimento, pré e pós teste individualizados e a adequação da abordagem de cuidado realizada pelos profissionais no aconselhamento. Já como limitações apareceram, a estrutura física do local, a pequena divulgação da testagem e a pouca capacidade de atendimentos. Além disso foi possível perceber, que há certas resistências à tecnologia, devido à crença de que o teste rápido pode não ser tão eficaz quanto o teste tradicional. Portanto, a integração das perspectivas dos profissionais e dos usuários frente a essa política produzirá benefícios para o aprimoramento do processo de implantação do teste rápido em outros Centros de Testagem e Aconselhamento do Estado e do país, podendo servir como estímulo para a implementação do teste rápido para todos seus usuários, considerando as limitações e potencialidades deste processo. Neste sentido, ao ampliar e qualificar o acesso ao cuidado, será possível reconstruir significados de saúde e de doença, principalmente no que diz respeito à quebra dos estigmas frente ao HIV/AIDS.

Momentos de um cuidado em rede ou sobre formação em psicologia social e construção do campo psi na saúde coletiva

Suellen Ferreira Luz (Faculdade Cenecista de Osório), Rodrigo Lages e Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Nos últimos anos a psicologia vem desempenhando um papel cada vez mais acentuado nas políticas públicas, sobretudo nas políticas de Saúde Coletiva, também em função da luta pela Reforma Psiquiátrica que mobilizou muitos psicólogos juntos com outros trabalhadores da saúde mental. Num primeiro momento, os efeitos da presença dos psicólogos na atenção básica, nas alas psiquiátricas dos hospitais gerais, nos residenciais terapêuticos, nos CAPS e nos demais serviços da rede substitutiva colocaram grandes desafios metodológicos aos profissionais, dado que a formação acadêmica ainda se estruturava – e talvez, em grande parte, ainda continue se estruturando – tendo como horizonte a clínica privada, de consultório, ou, ao menos, a partir de modelos teóricos forjados neste contexto. Ao lado de outros trabalhadores da saúde, os psicólogos têm sido alvo de uma série de ações de formação para o trabalho em saúde coletiva que vem sendo tomadas pelo Ministério da Saúde nos últimos anos e que se expressam na organização de cartilhas, políticas, estratégias, portarias e normativas, visando a convergência das práticas do profissional de saúde com os princípios do SUS. Num segundo momento, entretanto, esta reorganização do olhar e da prática psicológica em função das experiências em saúde coletiva passam a transformar a formação dos psicólogos, reordenando ementas, grades curriculares, ênfases e modalidades de estágio profissional em psicologia. Este trabalho constitui um relato de experiência de estágio em Prevenção e Promoção da Saúde e da Cidadania, realizado na cidade de Tramandaí, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. O estágio teve como unidade de execução uma Estratégia de Saúde da Família localizada no bairro Indianópolis, o qual atende população em situação de vulnerabilidade social, em geral trabalhadores autônomos que vivem da pesca, de trabalhos artesanais, de serviços gerais, etc. Apresentaremos nesse relato de experiência a construção tanto do campo de estágio com tal, uma vez que se trata da primeira experiência de estágio nesta modalidade (Prevenção e Promoção da Saúde e da Cidadania) na Atenção Básica de Tramandaí,como da construção de uma escuta psi que sem abrir mão da sua dimensão clínica, posto que aposta em duas dimensões clínicas fundamentais que é o acolhimento e a problematização da experiência subjetiva, não se constitui como escuta psicoterápica. Para tanto, acompanharemos alguns movimentos e ações de cuidado relacionadas ao caso de Lúcia, usuária em situação de extrema vulnerabilidade, com longo histórico de interenações e já estigmatizada no olhar da rede como “louca” ou “surtada”. Acompanharemos uma série de ações relacionadas ao caso e que incluem uma internação em ala psiquiátrica de hospital geral e a luta pela garantia do direito à moradia digna, bem como a co-responsabilização de familiares e da Assistência Social. O caso de Lúcia nos permite interrogar diversas configurações da rede de cuidados assistências e de saúde de que dispomos e, sobretudo, os pressupostos e as estereotipias institucionais que reinventam lógicas manicomiais no seio do cuidado em rede. A apresentação do caso será realizada em momentos distintos. No momento sala de espera abordaremos o tema da porta de entrada na atenção básica e de como esse espaço pode resultar em efeitos clínicos ou cronificantes a depender da organização do trabalho e da rede discursiva implícita que habita esse espaço. No momento visita domiciliar apresentaremos a questão do território como um espaço vivo capaz de desconstruir olhares disciplinares, ressaltando a dimensão de alteridade que as práticas de cuidado devem ser capazes de amplificar ao invés de coibir. No momento visita ao hospital poderemos aprofundar o debate sobre as lógicas distintas que ainda coexistem na rede de saúde mental e a dimensão de embate que o campo da saúde coletiva frequentemente proporciona entre diferentes modos de conceber o cuidado e a promoção de saúde mental. Este trabalho compartilha do compromisso deste GT em dar relevo à inseparabilidade entre cidadania e saúde, entre promoção de direitos e garantia de cuidados, e pretende colaborar para seguir pensando as zonas de vizinhança e de sobreposição entre Psicologia Social e Saúde Coletiva, partido de práticas do cotidiano da atenção básica para experimentar os limites e as possibilidades que os operadores conceituais que uma psicologia social ético-estético-política aportam para a experiência do psicólogo nas políticas públicas.

Multidisciplinaridade em um trabalho com a Associação de Portadores de Diabetes

Tatiana Bahia Abreu (Universidade Federal de Sao Joao del-Rei), **Prof. Dr. Marcos Vieira Silva** (Universidade Federal de Sao Joao del-Rei), **Aline Marques Leite** (Universidade Federal de Sao Joao del-Rei), **Andrea Luzia Boari de Souza** (Universidade Federal de Sao Joao del-Rei), **Daniela Procópio de Rezende** (Universidade Federal de Sao Joao del-Rei), **Narjara Rhayssa Ferreira Duarte** (Universidade Federal de Sao Joao del-Rei), **Poliana Celeste Vieira Barbosa** (Universidade Federal de Sao Joao del-Rei)

O "DOCE VIDA" é um Programa de Extensão da Área de Psicologia Social desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial - LAPIP/ UFSJ que articula ações com profissionais voluntários da Associação de Portadores de Diabetes de São João Del-Rei (APD/SJDR), profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e alunos e professores do Instituto Federal do Sudeste de Minas – IF-Sudeste. O programa tem como principais objetivos promover uma maior compreensão da importância da qualidade de vida por meio do auto-cuidado dos portadores de diabetes, trabalhar os fenômenos grupais e a elaboração das implicações afetivoemocionais da doença, buscando levar a uma maior adesão ao tratamento. Tem como metodologias principais a Intervenção Psicossocial, a Pesquisa-Ação e a Pesquisa Participante, dentro das atividades realizadas pelo Programa há o desenvolvimento de oficinas de grupo, grupos operativos e grupos de reflexão. O desenvolvimento de parcerias também se destaca como ponto importante para o programa, visto que a formação de equipes interdisciplinares se mostra como estratégia importante para o trabalho com as pessoas com diabetes. Nas reuniões semanais na associação, o grupo conta com a equipe de estagiárias em psicologia para promover discussões, resgatar a importância do vínculo e promover trocas de experiência pelos integrantes. Há também a participação das estagiárias em enfermagem do IF- Sudeste, que prestam auxílio semanal nas aferições de glicemia e pressão, além de informações sobre cuidados básicos. A equipe ainda promove visitas domiciliares, com o intuito de oferecer atenção psicossocial para os associados que não tem condições de estar presentes nos dias das reuniões. Concomitantemente, são realizadas reuniões com um grupo de crianças e adolescentes com diabetes, orientado por uma mestranda de psicologia da UFSJ em parceria com o Programa Doce Vida e a APD, além de outros profissionais da saúde, como endocrinologistas, nutricionistas e enfermeiros, tendo o objetivo de criar um espaço de troca de experiências, compartilhando e construindo conhecimentos em relação a doença. Outra mestranda da psicologia da UFSJ desenvolve entrevistas com coordenadores e usuários da UBS de São João del Rei, objetivando discutir sobre a preparação dos profissionais para lidar com práticas grupais, bem como a diferenciação entre grupo e agrupamento e principalmente grupos enquanto instrumento de promoção de saúde. A iniciativa busca a geração de conhecimento acerca do conceito de grupo, saúde e a própria promoção da saúde. O grupo é fonte de informação e construção do saber, possibilitando a prevenção, controle e tratamento de doenças, circunscritas na compreensão e diferenciação dos conceitos de promoção e prevenção. Outro projeto que vem sendo trabalhado, dentro desta perspectiva é um livro de receitas diet e light de baixo custo, em fase de finalização, desenvolvido em parceria com a PROEX- Pró-Reitoria de Extensão da UFSJ e associados da APD-SJDR, que tem como objetivo tornar acessível à população receitas alternativas e viáveis para que seja possível uma alimentação mais saudável tanto para aqueles que são diabéticos, quanto para os que não são, com data de lançamento prevista para novembro de 2015. Por fim, para este ano também o grupo tem como proposta a organização da 18ª da Diabetes, em Novembro, com o objetivo de informar sobre o diabetes, e prevenir complicações relacionadas a esta doença, em uma parceria com a APD-SJDR e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSudeste), como também a participação da Prefeitura Municipal de São João del-Rei, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e enfermeiros dos PSF's da cidade. Esta é uma campanha de cunho nacional e que, dadas as proporções da incidência de diabetes atualmente, é de grande importância para a população. Deste modo, propõem-se a participação em programas de rádio, bem como promoção de palestras, oficinas e aferição de glicemia, à população em geral. Os principais aspectos ao se trabalhar com uma equipe interdisciplinar são os pontos de colaboração e trocas que podem se estabelecer entre as diversas áreas de conhecimento envolvidas, já que ao compreendermos o homem como ser biopsicossocial entendemos também de suas multiplicidades e suas necessidades em termos de cuidados. Dentro deste trabalho os processos relacionados a trocas de conhecimento e de experiências individuais e coletivas tem sido de grande importância não só para o público alvo do Programa, mas também para a formação dos estagiários envolvidos bem como para o desenvolvimento e aprendizagem dos profissionais que atuam nos serviços públicos de saúde.

Agencia Financiadora: FAPEMIG/CNPq e PROEX-UFSJ.

---

* Tatiana Bahia Abreu (Bolsista de extensão PIBEX/2015 UFSJ, São João del-Rei), Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial—LAPIP, Prof. Dr. Marcos Vieira Silva (Orientador - LAPIP/DPSIC/UFSJ, São João del-Rei), Co-Autores: Aline Marques Leite (Bolsista de extensão PIBEX/2015 UFSJ, São João del-Rei), Andrea Luzia Boari de Souza (Estagiária UFSJ, São João del-Rei), Daniela Procópio de Rezende (Mestranda UFSJ, São João del-Rei), Narjara Rhayssa Ferreira Duarte (Mestranda UFSJ, São João del-Rei), Poliana Celeste Vieira Barbosa (Estagiária UFSJ, São João del Rei)

Oficinas de Sexo Seguro: Educação em Saúde e Práticas de Cuidado no Hospital

Joelma do Socorro Lima Bezerra (Universidade Federal do Pará), **Paula Affonso de Oliveira** (Universidade Federal do Pará), **Ocilene Fernandes Barreto** (Universidade Federal do Pará), **Rúdrissa do Couto Abreu Pamplona** (Universidade Federal do Pará), **Ana Cleide Guedes Moreira** (Universidade Federal do Pará)

Introdução: Apesar dos avanços e conquistas em termos de Políticas Públicas voltadas para pessoas vivendo com HIV/aids, a epidemia permanece como um grave problema de saúde no país, especialmente no Norte e Nordeste, devido ao crescente número de novas notificações. As campanhas de prevenção evidenciam o estigma de que a mesma não é mais necessária para as pessoas vivendo com aids, atendidas nas unidades de referência e nos hospitais. Assim, no hospital de referência no tratamento de pessoas vivendo com HIV/aids, no qual se desenvolveu esta experiência, como parte de um projeto de pesquisa, a implementação de ações de prevenção representou uma forma inovadora de enfrentar os problemas de saúde/doença, assim como uma proposta de atenção integral aos usuários, durante a internação. **Objetivo**: Apresentar resultados do Projeto de Pesquisa (financiado pelo CNPq, processo nº 404921/2012-4), desenvolvido na clínica de Doenças Infecto-contagiosas, Parasitárias do Hospital Universitário João de Barros Barreto (DIP/HUJBB), com mulheres internadas, seus acompanhantes e membros da equipe do referido hospital, utilizando a metodologia das Oficinas de Sexo Seguro como proposta de pesquisa-intervenção e educação em saúde, com o intuito de discutir a demanda de fazer-se prevenção do HIV/aids no hospital e apontar para a necessidade destas ações direcionadas às pessoas que vivem com HIV/aids. **Relação com GT e eixo temático**: Considerando a interface entre a Psicologia Social, Políticas Públicas e a Saúde Coletiva, este trabalho representa ainda uma proposta de enfrentamento ao estigma e preconceito sofridos pelas pessoas vivendo com HIV/aids no Estado do Pará, bem como uma experiência de implementação e fortalecimento das ações de prevenção da aids, através da prática de educação em saúde denominada aqui de Oficinas de Sexo Seguro. **Orientação teórica**: O enfrentamento da epidemia da aids sob o conceito de vulnerabilidade supera a noção dos "grupos de risco"e flexibiliza a noção de "comportamento de risco", como fator único para a contaminação pelo HIV, pois leva em consideração os contextos em que tais contaminações ocorrem, incorporando a interdependência do comportamento individual e do âmbito coletivo, político e social. Nesta perspectiva, a cultura sexual, na qual homens e mulheres estão inseridos, é apontada como um fator que dificulta a contenção da epidemia do HIV, sobretudo porque o peso das condições de desigualdade de gênero sobre as mulheres, população em que tem aumentado significativamente a incidência da doença, é um fator importante de vulnerabilidade ao HIV, sobre a qual a presente pesquisa se ampara, ao problematizar a condição de sofrimento das mulheres paraenses convivendo com aids. **Metodologia**: Foram realizadas Oficinas de Sexo Seguro, no período de fevereiro de 2013 a dezembro de 2014, com média de 10 participantes cada e duração de 60 minutos, mediadas por duplas de facilitadores – graduados ou estagiários do curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará. As Oficinas, realizadas mensalmente na varanda das enfermarias, utilizavam três cartazes como dispositivo para a discussão e reflexão de temas relacionados ao HIV/aids e sexualidade, cada um contendo uma das seguintes frases: "Sexo é prazer. Os homens sabem, e as MULHERES?"; "HIV tem rosto?"; "Hoje rola? Depende, tem camisinha?". **Resultados**: Foram realizadas 15 Oficinas de Sexo Seguro no período, com a participação total de 159 pessoas, entre pacientes internados e seus acompanhantes, sendo 125 mulheres e 34 homens. Ressalta-se a importância da educação em saúde, pois as Oficinas permitiram informar e desmistificar preconceitos sobre HIV/aids, além de incentivar vínculos entre acompanhantes e pacientes durante o tratamento, buscando promover a humanização na enfermaria. Para além do aspecto pedagógico, permitiu também combater a despersonalização imposta pela internação e pelo adoecimento, e enfatizar que a sexualidade pode ser vivida com prazer, mesmo vivendo com aids. A metodologia proposta, tornou-se uma forma de potencializar o diálogo do saber científico (informações acerca do HIV/aids) e o saber prático das pessoas e grupos, oferecendo um espaço de discussão que pudesse fazer sentido no universo das pessoas envolvidas em cada encontro. Foram também distribuídos, ao longo do período, 752 preservativos femininos e 3.582 masculinos e materiais informativos sobre HIV/aids. **Conclusões**: Além de contribuir para o incremento de ações de prevenção no hospital, como a distribuição de preservativos, houve a formação de agentes multiplicadores através dos esclarecimentos sobre as formas de contágio, transmissão e cuidados da pessoa vivendo com HIV/aids, assim como a valorização da participação tanto do paciente, como de seus familiares e acompanhantes no cuidado com a saúde. Faz-se necessário fortalecer as estratégias de prevenção, assim como valorizar as experiências que apontam novos caminhos para o incremento de Políticas Públicas de saúde que reduzam a vulnerabilidade frente ao HIV/aids.

Problematizações sobre a Reforma Psiquiátrica no Brasil, a partir da atuação dos CAPS

Joviane Aparecida de Moura (Universidade Federal do Piauí)

O Brasil está experienciando a Reforma Psiquiátrica, relativa a transição para um novo modelo de atenção às pessoas em sofrimento mental, em substituição as estruturas asilares, sendo os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, um dos principais atores nesse processo. Seu objetivo não é um "novo tratamento" para a loucura, é a construção de uma outra maneira de pensar a loucura e o louco, indo de encontro a derrubada dos muros sociais que a isolam há tantos séculos. Este trabalho traz como objetivo fazer uma reflexão teórica sobre a assistência a saúde mental no Brasil, com enfoque na atuação dos CAPS, discutindo se há efetivas mudanças ou apenas repetições de antigas práticas, cronicação e institucionalização dos sujeitos. O presente estudo está delineado em uma perspectiva qualitativa de pesquisa, que permite compreender uma realidade que não tem como ser quantificada, entende que o real só dá respostas quando é questionada; usou-se como base para a reflexão, a análise de documentos oficiais do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde, a legislação em saúde brasileira e a literatura recente sobre este tema. Está apoiado nas reflexões de Foucault, Castel e Goffman, que demonstram que a loucura é uma construção sócio-histórica, não é um dado natural e já teve diversos tipos de interpretação, nem sempre foi considerada uma doença e não fazia parte do rol de interesses da medicina; ancora-se nas idéias de Franco Basaglia, que em sua experiência paradoxalmente não psiquiátrica, propôs um projeto de desconstrução/invenção, propondo novas formas de pensar e atender a loucura, onde demonstra que o problema da doença mental diz respeito à relação de poder em nossa sociedade, e vai muito além da psiquiatria; e inspira-se nas experiências inovadoras de Paulo Amarante, que ajudam a problematizar a atenção ao sofrimento mental no Brasil e a configurar novas possibilidades. No Brasil há toda uma Legislação que regulamenta e define a nova rede de atenção a saúde mental, mas sua implantação e execução é responsabilidade dos municípios. Estes serviços devem estar inseridos nas práticas de saúde coletiva, com dispositivos diversificados e integrados na comunidade, e devem objetivar bem mais que o fechamento dos manicômios. A promulgação da Lei Paulo Delgado e a criação desses serviços representam um enorme avanço na assistência a loucura, mas não garantem uma efetiva reforma psiquiátrica. Em muitos casos, não interrompem os ciclos de cronificação e institucionalização dos sujeitos, nem revertem a tendência autoritária das instituições de saúde, e em alguns casos o modelo asilar foi transposto para os novos serviços, ou estes operaram de maneira burocrática e normativa, sem clareza de como deve ser a atenção prestada. E o sofrimento mental ainda é tratando apenas como doença, que deve ser medicalizada, consertada, curada. Há uma desarticulação entre os serviços psiquiátricos e os equipamentos comunitários, o que ajuda a fortalecer a segregação. Além de má vontade política de gestores que, em vários casos, só implantaram esses serviços devido a atuação do Ministério Público. É preciso provocar questionamentos acerca da implantação, gestão e ações desses serviços, para não recriar práticas que já se mostraram insuficientes frente às demandas do sofrimento mental e a sua singularidade. É imperativo fomentar conceitos, práxis e relações passíveis de promover saúde entre as pessoas, e tomar a desinstitucionalização como operador de transformação. A loucura é uma construção histórico social, sensível as mudanças nos ideais sociais, e a violência à loucura é algo que remete à violência global do nosso sistema social. E é premente a sociedade defender a saúde pública de qualidade, para a garantia dos direitos e efetiva Reforma do social.

Processo de Desinstitucionalização de Sorocaba: discurso reformista e práticas manicomiais

Carine Sayuri Goto (Universidade Estadual Paulista), Thiago Marques Leão (Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo)

Introdução. Em 2011, o Fórum da Luta Antimanicomial (FLAMAS) realizou uma pesquisa que indicou que Sorocaba e região apresentavam o maior índice de mortes entre todos os Hospitais Psiquiátricos do país, uma morte a cada três dias, apresentada pela primeira vez no Congresso da Abrapso. A partir das denúncias, foi assinado um TAC entre o Ministério Publico e Ministério da Saúde e o Município de Sorocaba para construção de sua RAPS e fechamentos dos leitos psiquiátricos, no período de 2013 a 2015. Apesar do discurso institucional defender êxito do processo, a menos de 6 meses para o final do TAC, Sorocaba continua com um HP com lotação máxima e uma RAPS que não superou as relações e o Paradigma manicomiais. Em 2014, uma OS passou a administrar o processo, orientada por uma coordenação de saúde mental municipal indicada pelo Ministério da Saúde. Profissionais qualificados foram contratados para trabalhar no HP Vera Cruz, que serviria de pólo de desinstitucionalização, no CAPS III e em 12 residências terapêuticas (RT). Neste processo, o movimento social e outros atores importantes foram impedidos de participar e acompanhar as ações. Aos poucos, a relação da gestão com os trabalhadores se tornou autoritária e alienadora, sobretudo no pólo de desinstitucionalização. No final de 2014, após tensionamentos com a OS, o secretário de saúde e a coordenação de saúde mental foram afastados, e os trabalhadores mais críticos à gestão, demitidos, deixando o processo nas mãos da OS. Objetivo. Este relato busca refletir sobre o papel do movimento social da luta antimanicomial, no processo de desinstitucionalização dos Hospitais Psiquiátricos (HP) em Sorocaba - SP, desde as primeiras denúncias do movimento social e a consequente assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Relação clara com o GT e eixo temático escolhido. O Flamas é um movimento composto, predominantemente, por psicólogos, desde sua formação. Sua atuação tem se centrado na pesquisa, acompanhamento das políticas públicas de saúde mental e na denúncia a violações de direitos, maus-tratos e mortes, e práticas manicomiais. No presente trabalho, o foco é (i) a atuação do movimento desde as denúncias que levaram à assinatura do TAC, ao acompanhamento e fortalecimento da política de desinstitucionalização e constituição da RAPS em Sorocaba e; (ii) à luta pela efetivação do direito à saúde dos egressos dos manicômios da cidade, compreendido como direito de cidadania e direito social em sentido amplo: direito à liberdade, ao convívio comunitário e familiar, direito à cidade e à participação nos espaços públicos, resgate de autonomia e de exercício político, e direito à assistência a saúde de forma integral, em atenção à Constituição Federal, à legislação orgânica do SUS, à Lei 10.216/2001 e à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência de 2006. É, portanto, um trabalho articulado com a proposta do GT de explorar possibilidades de enfrentamento e superação dos atuais desafios no campo da saúde e as contribuições da praxis da psicologia social na efetividade do direito à saúde e no fortalecimento das políticas públicas de saúde. Orientação teórica. Este trabalho se orientou a partir da construção dos movimentos pela Reforma Psiquiátrica no Brasil e suas principais fontes (psicologia institucional, antipsiquiatria, psiquiatria de setor, psiquiatria democrática italiana), os conceitos de Atenção Psicossocial (Costa-Rosa, 2013), e Democracia Sanitária e determinação social do processo saúde-doença, estruturantes dos campos da Saúde Coletiva e da Saúde Mental Coletiva. Método: Reflexão crítica e participação do processo como movimento antimanicomial. Acompanhamento da desinstitucionalização através de denúncias, vivências de membros do grupo, reportagens jornalísticas e debates públicos. Resultados. Verifica-se retrocessos no processo de desinstitucionalização e constituição da RAPS, em Sorocaba, com desrespeito aos prazos e objetivos do TAC e às bandeiras da Luta Antimanicomial. As poucas saídas de internos do HP vem se configurando como uma desospitalização e se interrompeu a construção de RTs. O subfinancimamento e os entraves para repasse de verbas federais e estaduais têm contribuído para o sucateamento dos serviços e legitimado cortes e demissões, amparados pelo discurso da "crise". Estes entraves estão ligados ao não cadastramento, em tempo e adequadamente, dos serviços junto ao MS e a discordâncias entre Estado e Município, quanto às competências prestacionais e orçamentárias de cada ente federativo. Mais grave, em junho de 2015, antagonizado pela equipe do CAPS e criminalizada sua conduta, houve a reinternação de um egresso do HP, em claro desrespeito ao TAC. Além disso, as privatizações mostram-se a potencializadoras do modelo de mercantilização do sofrimento, que identifica nas grandes estruturas manicomiais possibilidades de concentração de capital. Conclusões. O movimento social em seu papel de crítica e acompanhamento não deve se confundir com a gestão, tendo claro seu papel de acompanhamento, crítica e denúncia, procurando se fortalecer na articulação com outros movimentos para o exercício da democracia.

Projeto Corra pro Abraço: Experiência da atuação dos psicólogos no enfrentamento a vulnerabilidade social

Tamara Rodrigues Pedro Bomfim (Estacio da Bahia)

O Projeto Corra pro Abraço é uma das ações desenvolvidas pela Secretária de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS, através da Superintendência de Prevenção, Tratamento e Acolhimento aos Usuários de Drogas e Apoio Familiar - SUPRAD, em parceria com a Organização não Governamental, Centro de Referência Integral de Adolescentes – CRIA. O projeto foi fundado em julho do ano de 2013 no estado da Bahia, começando sua atuação em outubro do referido ano, atuando no centro histórico da cidade de salvador. Usuários de substâncias psicoativas e pessoas em situação de rua estão dispersas em todo território de Salvador, mas é no centro da cidade que se concentra seu maior contingente. Estes sujeitos se encontram alijados da sociedade e de seus espaços de cidadania. Assim, um dos objetivos da instituição é promover e fomentar a cidadania para esses sujeitos indesejados pela sociedade. O projeto atua em dois territórios ambos no centro da cidade. Na Praça Marechal Deodoro conhecida popularmente como “praça das mãos” localizada no bairro do Comércio e na Estação do Aquidabã, espaço onde a população se aglutina embaixo dos viadutos que circunscrevem a região. O objeto de intervenção do projeto são usuários(as) de substâncias psicoativas em situação de rua, baseado nas estratégias de redução de danos físicos e sociais aproximando esses usuários das políticas publicas existentes na perspectiva da reinserção social, entendendo que o estigma e a vulnerabilidade social interferem no acesso e usufruto dos serviços de saúde, trabalho/renda, etc. O presente relato tem como objetivo a experiência de estágio na Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis - SUPRAD em evidenciar os impactos e a importância das práticas de intervenção da psicologia social na saúde coletiva em prol da promoção de cidadania dos sujeitos excluídos socialmente. Em específico este trabalho busca relatar a utilização das práticas de redução de riscos e danos, arte, educação, pelos profissionais de psicologia, aos protagonistas que o projeto se dedica. Para este fim, utilizou-se a metodologia qualitativa numa pesquisa de campo, onde a coleta de dados foi feita através de observação, pesquisa-participante, além de termos feito um levantamento bibliográfico acerca das temáticas pertinentes. O referencial teórico utilizado nessa abordagem foram Pichon Rivière (1988) com a teoria do vínculo e Emerson Merhy (1998) na interseção da Saúde coletiva no contexto. O relato tem como pretensão, apresentar através do conceito biopsicossocial, a importância da atuação de profissionais de psicologia integrados nas práticas sociais e numa equipe multiprofissional, afim de evidenciar estratégias e intervenções para a redução as vulnerabilidades sociais dos usuários de substâncias psicoativas em contexto de rua e na sua reinserção na sociedade. A problemática é coerente com o GT 18 – Psicologia social comunitária, saúde coletiva e assistência social: processos grupais e espaços coletivos de atuação e reflexão, haja vista que o processo de exclusão da vida social é atravessado pelo estigma e criminalização desses corpos, seja pelo uso das diversas substâncias psicoativas, tornando-os(as) "perigosos" para os moradores dos centros urbanos. Outro característica que circunscreve ao referido GT é a atuação multiprofissional pautada na saúde coletiva em dispositivos sociais onde a intervenção grupal faz-se necessária e instrumentos e técnicas são emergentes.

Promoção de saúde e suas interfaces físicas e psicológicas: pesquisa e intervenção com diabeticos

Marina Carvalho Freitas (Universidade Federal de São João del Rei), **Tatiana Bahia Abreu** (Universidade Federal de Sao Joao del-Rei), **Sarah Cecílio Fonseca** (Universidade Federal de São João del Rei), **Andréa Carmen Guimarães** (Universidade Federal de São João del Rei), **Vanessa Aparecida da Silva** (Universidade Federal de São João del Rei), **Maria Nivalda de Carvalho-Freitas** (Universidade Federal de São João del Rei), **Marcos Vieira Silva** (Universidade Federal de São João Del-Rei)

Introdução: O diabetes mellitus tem tomado grande proporção na saúde coletiva entre a população mundial. Isso tem ocorrido devido ao fato de que se trata de uma doença que não se restringe a uma faixa etária, gênero ou classe social – todos estão aptos a portarem tal doença. Com isso e frente ao crescente aumento do número de pessoas com diabetes, mostra-se de enorme importância realizar um trabalho, dentro das políticas públicas, que promova a realização de atividades físicas semanais, bem como promova um espaço de reflexão, através de oficinas de grupos, acerca das dificuldades e possibilidades que o portador de diabetes possa enfrentar. Vale ressaltar que o bom controle da glicemia depende da realização cotidiana de três ações, a saber: uso dos medicamentos hipoglicemiantes, realização de atividades físicas e adoção de ações de educação nutricional. Por atividades físicas podemos entender ações musculares e aeróbicas que tem como objetivo reduzir o sedentarismo e promover a melhoria na qualidade da saúde (Baptista, 2000). As atividades grupais são consideradas relevantes devido ao impacto afetivoemocional gerado pela necessidade dessas pessoas reestruturarem sua rotina: métodos de tratamento, alimentação equilibrada, uso correto dos medicamentos, assim como um espaço para estas compartilharem experiências, criarem vínculos e se auxiliarem mutuamente. **Objetivo**: Realizar atividades voltadas para a prática de atividades físicas e oficinas de grupo, visando o desenvolvimento de um programa em saúde com o intuito de promover o aumento da autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com diabetes. **Método**: Foi realizada a avaliação física dos participantes; avaliação psicológica (análise do grau de ansiedade, depressão, desesperança e autoestima); aplicação do Protocolo de Qualidade de Vida; e anamnese. Nesse momento estão sendo realizadas atividades físicas duas vezes por semana e oficinas de grupo, conforme proposto por Afonso (2010) e Pichón- Rivière (1988), contemplando as dimensões interpessoais, sociais, pedagógicas, experiências vividas e vínculos afetivos entre os participantes. No final do programa, que tem duração prevista para dois anos, serão realizadas as mesmas avaliações iniciais para verificar o impacto das atividades. **Resultados**: No decorrer dos encontros, pôde-se perceber como a formação do vínculo auxilia em um diálogo mais aberto e reflexivo, possibilitando maior facilidade em debater sobre os aspectos gerais da doença. Com o auxílio de dinâmicas e de uma cartilha sobre os direitos e deveres dos diabéticos foi possível uma abertura dos participantes para a busca de recursos diante das políticas públicas de saúde e associações. A atividade física tem contribuído para a minimização de dores sentidas anteriormente nos participantes, bem como maior disposição para realizar tarefas diárias, melhora da coordenação motora e da consciência corporal, elevação da autoestima das participantes e sociabilidade por estar em contato com outras pessoas, estreitando vínculos. **Conclusão**: O projeto ainda se encontra em andamento, mas já aponta para as possibilidades de criação de protocolos de atividades físicas paras os grupos de diabéticos, de maneira que possam ser estabelecidos parâmetros para atendimentos e tratamentos mais duradouros, em parcerias com programas públicos de saúde. Será necessária sua conclusão para que as ações realizadas sejam avaliadas.

Referências

AFONSO, M. L. M. Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BAPTISTA,P.B.Epidemiologia da atividade física. Rev SOCERJ, 2000.

PICHÓN-RIVIÈRE, E. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1988. Palavras-chaves: Diabetes; Oficinas de Grupos; Atividades Físicas.

APOIO: FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Psicologia, Políticas públicas de saúde e violência contra as mulheres: um diálogo possível?

Telma Low Silva Junqueira (Universidade Federal de Alagoas), **Danielly Spósito Pessoa de Melo** (Instituto Federal de Alagoas), **Rachel Alves Silva** (Universidade Federal de Alagoas), **Débora Lima de Mendonça** (Universidade Federal de Alagoas), **Rafael Lima Fernandes** (Universidade Federal de Alagoas), **Kellyane Pereira Santos** (Universidade Federal de Alagoas), **Larissa Ariane Lima do Nascimento** (Universidade Federal de Alagoas), **Jhéssyka Thainá Simões Lopes** (Universidade Federal de Alagoas), **Julia Soares de Souza** (Universidade Federal de Alagoas), **Maria Eduarda Silveira Souza Ferro** (Universidade Federal de Alagoas), **Hansmile Douglas Silva Santos** (Universidade Federal de Alagoas)

Este trabalho visa apresentar os resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica, ainda em andamento, que se propõe a analisar programas, projetos e ações desenvolvidas no contexto da Atenção Básica em Saúde do município de Maceió/AL, com vistas à prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres. De acordo com o Mapa da Violência 2012, o Estado de Alagoas e a cidade de Maceió lideram o ranking dos 14 estados e capitais que mais matam mulheres no Brasil. Alagoas é considerado o 2º Estado que mais mata mulheres e Maceió a 3ª capital que mais feminicídio comete. Esse documento situa ainda o Brasil como o 7º país, de 84 países no mundo, que mais mata mulheres (JACOBSON, 2012). De acordo com o balanço produzido pelo Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher/Governo Federal, 2014), a cada dia foram realizados 1.348 atendimentos, havendo um aumento de 50% nas denúncias de cárcere privado e 18% nos casos de estupro. Esse panorama aponta também para um interesse cada vez mais crescente de estudiosas e estudiosos brasileiras/os do campo da saúde coletiva para a questão da violência contra as mulheres, especialmente no que se refere à importância dos serviços de saúde se qualificarem mais a fim de oferecerem uma assistência e acolhimento mais específico, humanizado e integrado às mulheres em situação de violência (SCHREIBER, 2001). A Atenção Básica é trazida com destaque nesses estudos, posto que muitas das mulheres que estão em situação de violência são usuárias das Unidades Básicas de Saúde, ainda que essa questão passe, muitas vezes, desapercebida, tanto por parte das trabalhadoras e trabalhadores, gestoras e gestores, quanto das próprias mulheres usuárias. O que nos leva a perguntar-nos: será que no contexto da atenção básica em saúde, a violência contra as mulheres é considerada uma questão de saúde? Além da notificação dos casos, é possível que as equipes da Estratégia de Saúde da Família promovam outras práticas de promoção à saúde integral dessas mulheres, com ênfase no acolhimento, cuidado e garantia de seus direitos? Essas e outras questões subsidiam também nossa pesquisa que visa investigar o tema e analisar como as políticas públicas no campo da saúde estão trabalhando a questão da violência contra as mulheres no contexto de Maceió/AL. A primeira etapa da pesquisa constou de uma formação de 32 horas, que teve como objetivo aproximar as pesquisadoras e pesquisadores da perspectiva feminista de gênero e das aproximações entre gênero e saúde. Vale ressaltar que essa formação foi articulada e desenvolvida em parceria com uma equipe de pesquisadoras do IFAL/Campus Penedo, que também está investigando a questão de gênero, com destaque para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no contexto da reitoria do IFAL. Os 06 encontros da formação realizados foram marcados por momentos de diálogo e reflexão crítica acerca dos feminismos, ao mesmo tempo que se construiu enquanto um espaço de partilha de experiências vinculadas às diversas opressões exercidas e sofridas no marco de uma sociedade ainda predominantemente patriarcal, racista, classista, heteronormativa e adultocêntrica. Assim, o tema das relações de gênero e das violências pôde ser pensado a partir da interface teoria-prática. A segunda etapa da pesquisa tem como desenho metodológico uma pesquisa bibliográfica em três grandes bases de dados (Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde e Portal CAPES), a partir do uso dos descritores "violência contra as mulheres", gênero e saúde", "violência contra as mulheres e saúde", "feminismo e saúde" e "mulheres e saúde"; um levantamento de documentos de domínio público, no âmbito das políticas públicas de saúde a nível nacional e municipal, que enfocam a questão da violência contra as mulheres no contexto da Atenção Básica em Saúde. Os dados produzidos estão sendo organizados em quadros e sendo analisados com base na perspectiva feminista de gênero e nas Práticas Discursivas e Produções de Sentido. Assim, visualizaremos e visibilizaremos os sentidos produzidos nesses artigos e documentos acerca dos temas de gênero, violência contra as mulheres, feminismos e saúde, com foco nas suas aproximações e distanciamentos. Os resultados preliminares apontam para a análise de 14 documentos de domínio público e 560 artigos publicados em periódicos, os quais apontam para a importância das políticas públicas de saúde garantirem às mulheres em situação de violência um acolhimento integral no contexto da Atenção Básica. Bem como assinalam a importância dos cursos de graduação, com destaque para o curso de psicologia e os demais da saúde, inserirem as temáticas de gênero e violência contra as mulheres no marco de suas formações. Diante disso, espera-se que as análises produzidas possam apontar caminhos para a continuidade da pesquisa, a partir da realização de uma pesquisa qualitativa, bem como contribuam com a visibilização do tema tanto no âmbito da academia, dos cenários de práticas e da gestão em saúde no contexto da Atenção Básica.

Razão Instrumental e Tecnologias de Cuidado em Saúde: práticas de colonização do Mundo da Vida?

Pedro Renan Santos de Oliveira (Universidade Federal do Ceará), **Aluísio Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará), **Renata Bessa Holanda** (Universidade Federal do Ceará), **Emanuel Messias Aguiar de Castro** (Universidade Federal do Ceará)

Este trabalho trata-se de um recorte da pesquisa de doutorado, em andamento, denominada: "Territórios e Mundo da Vida: análise crítico-compreensiva das práticas de saúde" que tem por objetivo realizar análise crítico-compreensiva das práticas de saúde na atenção baseada no território. A pesquisa mais ampla, vinculada ao PARALAXE (Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica) da Universidade Federal do Ceará-UFC, questiona quais os elementos que constituem a prática profissional da saúde na perspectiva da Atenção Baseada no Território (ABT) – entendida como uma série de estratégias e políticas de saúde que tem por pano de fundo a concepção de território para a construção de intervenções em processos de saúde-doença-cuidado.

Para fins desse trabalho, temos por foco apresentar reflexão crítico-reflexiva sobre as Tecnologias de Cuidado em Saúde, embasados na leitura da Psicologia Social Crítica. Também a título de recorte para esse resumo, focaremos debate especialmente em duas estratégias de ABT, a Atenção Psicossocial (AP), na Saúde Mental e Estratégia de Saúde da Família (ESF), na Atenção Primária a Saúde (APS). Trata-se, portanto, de uma discussão que se propõe a questionar a denominada Razão Instrumental que opera a constituição do campo científico e tecnológico, notadamente na saúde, contemporaneamente, e que produz efeitos sobre a organização dos modos de produção do cuidado.

No campo da assistência à Saúde Mental, a estratégia de cuidado que tematiza o cuidado territorializado é a denominada Atenção Psicossocial (AP). A prática assistencial desse modelo é garantida, como é sabido, por meio dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que, por sua vez, visam atendimento numa perspectiva psicossocial que procura acolher à demanda de cuidados psíquicos de forma que o usuário permaneça em seu meio social, em sua rede comunitária, e que ele construa sua autonomia e possa exigir e reivindicar direitos.

Em um outro ponto de organização da assistência à saúde encontra-se a Estratégia Saúde da Família (ESF) como uma proposta de reorientação do modelo assistencial. Constitui-se, então, como um modelo de Atenção Primária à Saúde (APS), que tem por objetivo imprimir uma nova dinâmica de estruturação do Sistema de Saúde, de suas relações com os outros níveis assistenciais (inclusive com a Saúde Mental) e com a comunidade. Define-se como o contato preferencial da população com os serviços de saúde. Sua operacionalização se dá mediante estratégias/ações preventivas, promocionais, de recuperação, reabilitação e cuidados paliativos das equipes de saúde da família, comprometidas com a integralidade da assistência, focado na unidade familiar e consistente com o contexto socioeconômico, cultural e epidemiológico da comunidade em que está inserido.

Tanto a Saúde Mental, por meio da AP, como a Atenção Primária, por meio da ESF, tem apresentado novas modalidades de cuidado do processo de produção de saúde-adoecimento, construindo tecnologias diversas que visam, teoricamente, uma melhor qualidade de vida. Essas modalidades de cuidado têm produzido teorizações e práticas em que algumas categorias conceituais surgem e propõem mudanças do eixo gravitacional das práticas em saúde, a saber: da centralidade da doença para a afirmação da saúde, da atenção focada no indivíduo para o olhar às coletividades, da construção de ações essencialmente centradas nos serviços para uma estratégia de cuidado baseada no território. Este último, o território, tem sido debatido pela ESF e AP como um indutor de mudanças no modo de garantir assistência.

Segundo o pensamento de Jurgen Habermas, a partir da leitura e contribuição ou tradução para a Psicologia Social Crítica, encontramos um dos conceitos que tem sido não só um guia-analítico, mas operador de proposições a serem feitas ao longo da proposta da tese, em diálogo com a categoria território presente nas políticas públicas. O conceito de Mundo da Vida permite a defesa da tese de que a problemática da modernidade não seria propriamente a racionalidade em si, mas, sim, de um tipo de racionalidade, a instrumental/sistêmica. Essa impediria as possibilidades de entendimento e inviabilizaria as relações estabelecidas no Mundo da Vida, que por sua vez se tornariam relações de forma meramente mercadológica. Para Habermas é preciso avançar na compreensão ao Mundo da Vida – onde a vida ocorre em um momento pré-conceitual, no cotidiano dos sujeitos –, portanto, compreender e realizar a crítica do contemporâneo, ou, para alguns autores, realizar uma hermenêutica-crítica.

O trabalho em saúde, se levado a uma aprofundada análise sobre as relações da prática com o território pode produzir, reproduzir e recriar-se em uma nova teia de ações e necessidades de intervenções em saúde elevada em complexidade, em relação à tradicional prática em saúde (técnico-centrada e curativista). Assim, temos feito uma aposta, ainda que não conclusiva, de que a teoria habermasiana, com categorias conceituais de aproximação teórica que auxiliam no entendimento sobre as políticas de saúde, pode ser um relevante estudo para compreensão da produção dos sujeitos e relação com a cultura na contemporaneidade, especialmente no campo da relação do indivíduo com a saúde.

Redução de Danos: o fazer do psicólogo e a integralidade no cuidado em Saúde Mental.

Fabrícia Santos Ferreira[1] (Universidade Federal do Ceará), **Deyseane Maria Araújo Lima**[2] (Centro Universitário Estácio do Ceará

Introdução- O presente trabalho consiste no relato da experiência de um grupo de Redução de Danos com adolescentes usuários de substâncias psicoativas (SPA), acompanhados num Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS i), no município de Fortaleza- Ceará. **Objetivos** Problematizar o cuidado em Saúde Mental a este público, sob a perspectiva da Atenção Psicossocial e do princípio da integralidade no cuidado à saúde, tecer ponderações sobre o fazer do psicólogo neste campo de atuação, analisar os elementos facilitadores e os desafios na realização de um grupo com estratégias de Redução de Danos (RD) para adolescentes num serviço de cuidado à Saúde Mental Infanto-Juvenil. Grupo de Trabalho (GT)- GT 30- Psicologia Social: Diálogos e práticas na implementação e no fortalecimento das políticas públicasAcredita-se que o relato compartilhado parte de uma experiência de atendimento a usuários de um serviço de Saúde Mental, vinculado ao Sistema Único de Saúde, ancorada nos pressupostos da Reforma Psiquiátrica Brasileira, da promoção à saúde, da integralidade e da humanização no cuidado, além de afirmar o lugar de sujeitos e a condição de cidadania de crianças e de adolescentes. Eixo Temático- Políticas Públicas e Saúde Coletiva- A realização do grupo utilizando-se de estratégias como a Redução de Danos, o fortalecimento de vínculos e a promoção de saúde e de cidadania na área da Saúde Mental, compreendida no campo da Saúde Coletiva, foi possível a partir da interlocução teórico-metodológica com a Psicologia Social, pois considerou os sujeitos em suas singularidades, perpassados pelas dimensões coletivas e culturais em que se constituem. Orientação teórica- Os seguintes autores compõem o marco teórico do trabalho: Piaget, J. (2014) e Ciampa, A.C.(1987) orientaram a compreensão sobre a adolescência como fase do desenvolvimento humano, perpassada por um contexto sócio-histórico numa relação dialética com os sujeitos. Amarante, P.(2003 e 2009) e Costa-Rosa, A.; Luzio, C.A.; Yasui, S. (2003) constituíram o referencial na área da Saúde Mental. Góis, C. W. L. (2008) e Gonçalves, A.M; Perpétuo, S. C. (2007) balizaram o percurso metodológico seguido no grupo. Bosi, M. L. M. (2012), Holliday, O. J. (2006) e Minayo, M. C.de S. (2013) perpassaram a construção do relato de experiência e Benevides, R. A (2005), Spink, M. J.P. (2003) e Kind, L. (2007) ajudaram a situar o trabalho no campo da Saúde Coletiva, bem como a inserção e a atuação do psicólogo social neste contexto. Método- O grupo ocorreu entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015. O público-alvo referiu-se aos adolescentes com idades entre 12 e 16 anos, que apresentassem demandas relacionadas ao uso/abuso de substâncias psicoativas. Os encontros aconteceram com periodicidade semanal e duração média de uma hora no CAPS i e, em dois encontros, numa praça próxima ao serviço. Orientaram-se com base em temáticas centrais, a saber: identidade, vínculos afetivos, construção de projetos de vida e posturas saudáveis de vida. Utilizaram-se estratégias de Redução de Danos, além de metodologias ativas e reflexivas, apostando-se na autonomia e no potencial crítico e criativo dos sujeitos. Os encontros iniciavamse com a proposição de uma dinâmica grupal, seguida por uma roda de conversa e/ou diálogo problematizador. Buscou-se proporcionar espaços democráticos para a fala de todos os membros do grupo, bem como o acolhimento das demandas que surgissem de modo espontâneo. Os familiares e outros profissionais do serviço colaboraram nos processos de facilitação do grupo. Resultados - Observou-se que os profissionais do serviço refletiram e dialogaram acerca de suas práticas e dos impactos destas nos atendimentos aos usuários. Percebeu-se o fortalecimento dos vínculos entre os adolescentes e seus familiares e entre estes e o CAPS i. Notaram-se mudanças comportamentais em relação ao uso/abuso de SAP pelos adolescentes, manifestando-se a partir da problematização, da diminuição e/ou interrupção do uso. No serviço, foi possível a reflexão acerca da adolescência como categoria sobressaliente em relação ao estigma do usuário de substâncias psicoativas, favorecendo a ampliação do escopo de estratégias a serem desenvolvidas nas práticas de cuidado. Observou-se que a metodologia usada favoreceu a expressão autentica dos sujeitos, bem como contribui para a ressignificação de suas histórias de vida, para a problematização de seus contextos culturais e para a construção de seus projetos futuros. **Conclusões e/ou Recomendações**- Destaca-se que o grupo consistiu numa experiência exitosa, embora desafiadora e com muitos aspectos a serem desenvolvidos, pois cuidar utilizando como ferramentas de trabalho o acolhimento, o vínculo, as estratégias de Redução de Danos e a não segregação dos sujeitos apresentam-se, ainda, como desafios a serem superados num cenário de insipientes políticas de atenção à Saúde Mental Infanto-Juvenil.

[1]- Mestrado em Saúde Coletiva- Universidade Federal do Ceará.
[2]- Mestre em Psicologia- Universidade Federal do Ceará. Doutora em Educação- Universidade Federal do Ceará.

Saúde Mental na Atenção Básica: O lugar é esse mesmo?

Kalline Flávia Silva de Lira (Universidade Federal de Pernambuco), **Andrezza Christine Batista da Silva** (IBGM), **Edna Brito Ferreira** (Secretaria Municipal de Barreiros)

Desde a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, muitas legislações foram modificadas, na tentativa de melhorar a qualidade e a efetividade dos serviços prestados à população brasileira. Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB/BRASIL, 2011) a atenção básica nas redes de atenção a saúde deve identificar riscos, necessidades e demandas de saúde, por meio de uma clínica ampliada, preconizando a ampliação da autonomia dos indivíduos. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída através da Portaria GM nº 3.088/2011, estabelece os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com transtornos mentais, incluindo os usuários de álcool e outras drogas. Essas legislações trouxeram um entendimento da saúde como um direito e condição de cidadania. Afinal, historicamente, as pessoas com transtorno mental eram marginalizadas e excluídas da sociedade (AMARANTE, 1994; 1995). Entendemos, portanto, que a Psicologia Social tem um papel importante na garantia de acesso da população a serviços de qualidade e com equidade, aprimorando principalmente a política de atenção básica. Atualmente, RAPS é dividida em sete grandes áreas de serviços, e uma delas é a Atenção Básica, em que se incluem as Unidades Básicas de Saúde e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Apesar dos avanços legais, na prática, encontramos outra realidade. O aumento no número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) fortalece a atenção à saúde mental, mas por outro lado sobrecarrega tais locais, como se fossem os únicos que acolhessem a demanda, principalmente em municípios em que a RAPS é pequena. Na nossa experiência profissional, percebemos que as Equipes de Saúde da Família não têm preparo para intervir nas situações de saúde mental, ou muitas vezes se negam a fazê-lo. Baseando-se nessas novas legislações, nossa pesquisa teve o intuito de verificar a percepção dos profissionais da atenção básica de saúde sobre as ações de saúde mental. Para alcançar nosso objetivo, coletamos os dados com equipes de saúde da família de dois municípios: Recife e Barreiros. Para obtenção dos dados, aplicamos um questionário de respostas objetivas. Em Recife aplicou-se o questionário em uma Unidade Básica de Saúde, e cinco em Barreiros. Os profissionais pesquisados foram médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. Com isso, chegamos aos seguintes resultados: para mais de 50% o local para acolher as demandas de saúde mental é o CAPS, mas nem sempre exclusivamente. O interessante foi que um médico pontuou o CAPS e o Hospital Psiquiátrico como locais de acolhimento; mais de 50% também disse que raramente realizam atendimento de saúde mental em seus PSF; quase 90% disse que raramente há intervenções junto à equipe do CAPS, como visitas domiciliares e estudos de casos; em nenhum PSF é realizado algum tipo de trabalho ou grupo com a temática da saúde mental; apesar disso, mais de 50% se considera capacitado para atuar nas crises e situações de saúde mental. Com isso, percebemos que apesar das leis, há muito que se fazer, pois a atenção básica ainda não se percebe como protagonista da RAPS. Com isso, faz-se necessário refletir que tipo de atendimento e acolhimento estão sendo realizados às pessoas com transtorno mental? Afinal, ao serem usuário de um serviço de saúde mental, eles não deixam de serem usuários (e responsabilidade) da equipe de saúde da família. Estas equipes não consideram que a atenção deve intervir nas situações de saúde mental, possivelmente por estarem pensando a reabilitação psicossocial, não levando em consideração as ações de promoção e prevenção em saúde mental. São esses paradigmas biomédicos e estigmatizantes, que consideram toda pessoa com transtorno mental como perigosa, que devem ser reformulados e superados. Devemos pensar em políticas de saúde humanizadas, que respeitem os usuários nas suas individualidades, bem como integralmente, respeitando os princípios da dignidade da pessoa humana, da autonomia, da cidadania e do protagonismo.

Sentidos construídos sobre a loucura: estudo com cuidadoras do Serviço Residencial Terapêutico de Campina Grande/PB

Lucélia de Almeida Andrade (Universidade Estadual da Paraíba), **Thelma Maria Grisi Velôso** (Universidade Estadual da Paraíba)

O processo de Reforma Psiquiátrica brasileiro, que se materializa como política pública, através da Lei 10.216/2001, propiciou a reestruturação da assistência psiquiátrica no Brasil a partir da criação de novos dispositivos de atenção à saúde mental, entre os quais, destacam-se os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e o Serviço Residencial Terapêutico (SRT). Este último foi instituído através da Portaria 106/2000, que estabelece a criação de moradias assistidas, inseridas no espaço urbano, onde podem habitar, no máximo, oito pessoas. O SRT atua numa perspectiva integralizadora e de base comunitária, envolvendo o exercício da cidadania, da autonomia e da inserção na comunidade. A partir da compreensão de que o modo como os trabalhadores concebem o seu trabalho nesse campo tem desdobramentos na efetivação do processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil, realizamos uma pesquisa-intervenção sobre os sentidos que os cuidadores dos Serviços Residenciais Terapêuticos da cidade de Campina Grande/PB constroem sobre o seu trabalho nessas residências. Neste trabalho, trazemos um recorte desse estudo mais amplo e nos propomos a refletir sobre os sentidos que os cuidadores constroem sobre a loucura. A proposição de novos modelos de assistência e novas estratégias de cuidado para as pessoas em sofrimento psíquico está fundamentada na perspectiva da desinstitucionalização, por meio da transformação de saberes, discursos e práticas instituídos sobre a loucura, objetivando construir um novo olhar no campo da Saúde Mental. Assim, a reflexão sobre os sentidos produzidos a respeito da loucura, no contexto do Serviço Residencial Terapêutico, está alinhada ao eixo temático "Políticas Públicas e Saúde Coletiva", que propõe a reunião dos trabalhos desenvolvidos na interface da Psicologia Social com as Políticas Públicas ligadas à Saúde, abordando os processos aí engendrados em sua dimensão coletiva e cultural. Além disso, o presente trabalho está em consonância com os objetivos do GT "Psicologia Social: diálogos e práticas na implementação e no fortalecimento das Políticas Públicas de Saúde", que tem interesse na discussão sobre estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações, que podem atuar como obstáculos à garantia da integralidade, da equidade e da humanização em relação ao acesso e ao cuidado em saúde. O referencial teórico adotado foi a proposta de estudo das produções de sentidos a partir da análise das práticas discursivas. Considerando que se trata de uma pesquisa-intervenção - um método de pesquisa que não dissocia o pesquisar da intervenção - recorremos aos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicologia Social Comunitária, em diálogo com a Educação Popular, para orientar a intervenção. Assim, foram realizadas quatro oficinas com um grupo formado por sete cuidadoras das residências terapêuticas do município de Campina Grande/PB. Guiando-nos pelos princípios da Arteterapia, utilizando diversas linguagens artísticas, entre as quais, os exercícios e os jogos do Teatro do Oprimido (TO), realizamos as oficinas com o objetivo de constituí-las como um espaço de escuta, de diálogo e de reflexão e como estratégia para a obtenção de elementos para investigação. Como técnica de análise dos discursos, recorremos aos mapas de associação de ideias (SPINK; LIMA, 2004; SPINK, 2010). No tocante aos sentidos construídos sobre a loucura, identificamos discursos em que o louco é posicionado como perigoso; emocionalmente instável; agressivo e infantilizado. A loucura é definida como doença, anormalidade; condição "especial", passível de aprisionamento. A análise desses discursos nos remete à construção de concepções e práticas asilares sustentadas pelas associações entre loucura, periculosidade e/ou incapacidade construídas historicamente através dos discursos médico e jurídico. Os sentidos construídos pelas cuidadoras reforçam, no contexto dos serviços substitutivos, maneiras tradicionais de lidar com a loucura. Convém enfatizar que a produção de discursos associados às maneiras tradicionais de lidar com a loucura pode ser um entrave para a efetivação da proposta reformista de estímulo à autonomia e à reinserção social. Consideramos, então, que são necessários o fomento à capacitação, um constante diálogo com os profissionais e a avaliação permanente desse dispositivo, visando consolidar e fortalecer a proposta de "cuidado em liberdade", com a garantia e a ampliação de direitos, para que a Reforma Psiquiátrica seja uma política vivida, experimentada, e não, apenas, institucionalizada.

Sexualidade sob a tutela da saúde? Considerações acerca da política de saúde integral para a população LGBT de Pernambuco

Michael Ferreira Machado (Universidade Federal de Pernambuco)

Essa comunicação oral é resultado de alguns investimentos em pesquisa de doutoramento em Psicologia, em curso no Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFPE. Nesta apresentação, pretendemos apresentar uma reflexão ensaística, a partir de uma perspectiva foucaultiana, sobre como uma política de saúde pode ser compreendida como uma política social, ou seja, que tem como marca o governo dos indivíduos e coletividades. Dessa forma, ponderamos que as políticas de saúde são permeadas por diversos interesses e jogos de poder. No que tange a população LGBT no Brasil, de forma geral, as ações voltadas para a atenção à saúde ainda estão fortemente pautadas nas estratégias de enfrentamento a epidemia do HIV/Aids. Entretanto, uma série de elementos surgem, nesse campo de luta, que produzem algumas mudanças no direcionamento dessas ações, ampliando o foco centrado nas questões ligadas à saúde sexual, para uma atenção integral. No que concerne a relevância dessa política específica, no atual cenário do país, é o pioneirismo de Pernambuco por ser o primeiro estado brasileiro a ter uma política de saúde especificamente voltada à sua população LGBT. A elaboração da política já estava prevista no Plano Estadual de Saúde 2012/2015 e tiveram como principais instituições fomentadoras o Conselho Estadual de Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde. A política foi elaborada a partir de discurssões produzidas em três grandes seminários, realizados em três das quatro macrorregiões do Estado, entre os anos de 2012 e 2013. Na ocasião do 1º Seminário, foi instituído, pelo então secretário estadual de saúde de Pernambuco o Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral da População LGBT de Pernambuco. Vale ressaltar que tais eventos reuniram militantes, gestores de políticas para a população LGBT e profissionais. Como produto desse trabalho, foi aprovada no Conselho Estadual de Saúde, no dia 17 de setembro de 2014, a Política Estadual de Atenção à Saúde da População LGBT. No dia 04 de junho de 2015, é oficialmente lançada a Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, cujo objetivo principal é garantir o atendimento integral dessa população nos serviços de saúde, promovendo inclusão e pleno exercício da cidadania e combatendo o preconceito. Entretanto, as políticas públicas não conseguem eliminar o conflito social, sendo uma característica que as marcam é a contínua negociação de diversos segmentos sociais. No campo da saúde pública, essas estratégias de governo da vida tornam-se mais visíveis, pois no ensejo desse controle, uma série de saberes e fazeres são estruturados. Segundo Foucault (2000) a governamentalidade diz respeito aos estudos das maneiras de governar e tem como alvo principal a população por meio de instrumentos técnicos relacionados aos dispositivos de segurança. A governamentalidade está diretamente associada às técnicas de governo que fomentaram a formação dos Estados modernos, estando assim relacionada a dois pontos: a) a um conjunto de instituições, procedimentos, cálculos, reflexões que aliado à soberania e disciplina, permitiu o desenvolvimento de uma gama de saberes; b) as transformações que governamentalizaram o Estado, por meio de estratégias cada vez mais perspicazes. Destarte, a população passa a ser afetada pelos fenômenos da vida, tratando-se assim de uma biopolítica, pois o seu foco diz respeito a fenômenos como o controle de natalidade e as morbidades endêmicas, e que possibilitou a estruturação de uma medicina que teria por base a higiene pública. O Estado é uma das formas mais visíveis e poderosa de codificação e articulação de práticas modernas de governo, pois este não se configura como a origem da política, mas como um efeito e instrumento de estratégias políticas e relações sociais de poder, de práticas governamentais contraditórias e conflitantes. Assim, ao trazer para o debate da saúde a população LGBT, são tecidas inúmeras estratégias que visam a "inclusão" desse grupo populacional nos serviços de saúde, além da própria construção de saberes e de expertises, pois a política em si não resolve as iniquidades de saúde da população LGBT em Pernambuco. Assim, é possível inferir que a política acaba sendo compreendida não unicamente como um mecanismo de controle da vida, um elemento regulador, mas como um elemento que possibilita outras formas de subjetivação, através da resistência e da ressignificação, ou seja, a política é um artefato sociocultural regulador e produtor de subjetividades.

Trajetórias do apoio matricial na descentralização do teste rápido de HIV e outras DSTs em Porto Alegre

Ana Carolina Tittoni da Silveira (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Adolfo Pizzinato** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Rejane Rosaria Grecco dos Santos** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Porto Alegre é a capital brasileira com a maior incidência de HIV/Aids. Devido a isto, a cidade e o Estado do Rio Grande do Sul, vêm sendo pioneiros na descentralização da testagem rápida e aconselhamento de HIV, sífilis e hepatites virais para a rede de atenção básica à saúde. A cidade é dividida em 8 gerências distritais de saúde compostas por singularidades referentes a populações adscritas mas também, referentes a negligências e possibilidades de redes de serviços e ação na região, tendo como exemplo a disponibilidade (ou não) de equipe matricial no território. Tendo em vista este cenário, este trabalho pretendeu avaliar como a política de descentralização dos testes rápidos de HIV, sífilis e hepatites virais vem sendo implementada a nível municipal e estadual, em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, através do processo de matriciamento das equipes de atenção básica. O estudo compreende o apoio matricial enquanto dispositivo disparador - noção desenvolvida por Baremblitt -que visa alterar a lógica de gestão das políticas públicas de saúde ao agir na transversalização destas de forma equitativa entre os níveis de atenção. Além disso, levando em consideração a noção de trabalho vivo em saúde de Mehry, o estudo entende o aconselhamento enquanto tecnologia leve de trabalho e analisa a desvalorização de tal em prol da supervalorização da técnica da testagem no processo de apoio matricial, muitas vezes reproduzida nos cotidianos de prática enquanto tecnologia dura de trabalho. Cabe considerar, também, que este estudo está inserido no projeto maior "Teste rápido, aconselhamento e acompanhamento de HIV/AIDS na Estratégia de Saúde da Família (ESF): análise da percepção de matriciadores, profissionais da ESF e usuários", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas da PUCRS e pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Secretaria de Saúde de Porto Alegre e financiado pelo projeto Universal do CNPq, tendo previsão de término para o final do ano de 2016. A relação com o eixo temático e Grupo de Trabalho (GT) está na emergência da política de testagem rápida e aconselhamento de HIV e outras DSTs para a atenção básica, já que a descentralização foi iniciada em 2012 e segue em implementação no território da pesquisa e no país, assim como a política de apoio matricial que vem se consolidando enquanto prática em novos campos de atuação. A etapa do estudo a ser apresentada teve caráter qualitativo, com base em realizadas entrevistas semiestruturadas realizadas com 8 das 10 profissionais que foram responsáveis pelo apoio matricial do território. Entre as participantes, cinco delas foram responsáveis pelo apoio matricial do município de Porto Alegre enquanto as outras três, foram responsáveis pelo apoio matricial do Estado. Os vínculos laborais das profissionais, que influíram na continuidade ou não do apoio matricial, variavam entre contratos temporários ou não e na especificidade de apoio matricial que realizavam (municipal, estadual ou territorial- em gerências de saúde específicas da cidade). Para análise do material, utilizou-se a Análise Temática, através da categorização das entrevistas em cinco eixos temáticos (Capacitação; Matriciamento; Aconselhamento; Resistências e Possibilidades; Estado e Município) com o apoio do software Atlas.ti. Constatou-se que o apoio matricial em Porto Alegre e Rio Grande do Sul teve caráter, na maioria de suas intervenções, de capacitação. O processo foi pontual, através de cursos de formação sobre a temática, de cerca de três encontros, em grandes auditórios e tendo a técnica da testagem como foco de estudo. Tendo em vista o número reduzido de horas da capacitação destinadas ao aconselhamento (cerca de um turno dos seis de formação e a possibilidade de de observações extra-capacitações em CTAs referência na capital) percebeu-se uma secundarização de tal, o que reflete a ênfase no diagnóstico que vem sendo privilegiada na gestão local da política. Os profissionais da atenção básica que participavam destas formações eram majoritariamente enfermeiros. A descontinuidade do processo de apoio matricial foi outro ponto tensionado no estudo, posto que apenas uma das oito gerências distritais da cidade segue com acompanhamento das matriciadoras (que também trabalham no território). Assim, houve processo de apoio matricial em Porto Alegre e a testagem e aconselhamento vem sendo realizada nas unidades de atenção primária à saúde. No entanto, é importante transcender as capacitações pontuais ocorridas, investindo em processos de apoio matricial em HIV e outras Dsts que acessem as equipes em seus cotidianos de trabalho, visando contemplar as singularidades das unidades e possibilitando que a política seja transversalizada não apenas entre níveis de atenção, mas nos locais de atenção básica em que está sendo descentralizada, através do trabalho interdisciplinar e intersetorial com ela (não apenas por parte dos enfermeiros). Para tal, destaca-se também a necessidade de vínculos longitudinais e facilitados entre as equipes de apoio matricial e básica (de referência), contemplando assim, a integralidade de usuários, equipes profissionais e territórios.

Um tempo para andança, desejo e trabalho em rede: relato de um acompanhamento terapêutico

Sandra Zanatta Guerra (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este trabalho foi desenvolvido a partir da experiência vivida junto ao Projeto de Extensão ATnaRede (UFRGS), que tem no acompanhamento terapêutico (AT), enquanto uma "clínica a céu aberto", uma ferramenta de cuidado em saúde mental. Apresentamos, aqui, o relato de experiência do acompanhamento de Rita, uma mulher de 52 anos que vivia precariamente em um espaço arranjado em um depósito no terreno da família do ex-marido, transitando entre esse território, a casa de sua irmã e a cidade, passando por situações complexas que a fragilizavam física e psiquicamente.

Por muito tempo, vários serviços tentaram acolher Rita, que não se deixou “capturar” por nenhum deles. Houve várias tentativas de vinculá-la a serviços de saúde e de assistência social, mas Rita recusou ser acompanhada, ainda que aceitasse receber em seu território a visita de uma educadora social em especial. Ela trazia, misturados a seu delírio, suas razões e seus medos, especialmente pelas violações a que esteve exposta no passado, inclusive com internações forçadas, as quais ela teme que voltem a acontecer.

De fato, alguns serviços viam na internação psiquiátrica a única possibilidade de ajudá-la, compreendendo ser preciso que ela abandonasse sua loucura, demarcada pelos sintomas psicóticos que a acompanham em sua peregrinação pela cidade, pois acreditavam que só assim, a partir de um comportamento “normal”, poderiam se comunicar com ela. Foi preciso muitas reuniões da rede de serviços que pretende cuidá-la, para que os profissionais se dessem conta que tínhamos que escutá-la em seu desejo e não colocar nossa “vontade de estabilidade” em seu lugar. A partir destes espaços de diálogo e de mudanças de concepção, Rita passou a aceitar algumas aproximações dos serviços.

Foi preciso delicadeza e espera para que ela pudesse começar a demandar cuidado. Rita começou a permitir ser acompanhada e, nesse percurso do acompanhar de Rita, uma internação psiquiátrica se mostrou importante, expressando um desejo da usuária. A partir dessa experiência, problematizamos a importância do trabalho interprofissional entre as equipes envolvidas no cuidado de Rita (uma equipe de Atenção Básica de Saúde, uma equipe de Apoio Matricial em Saúde Mental, uma equipe de Emergência Hospitalar e uma equipe de Internação Psiquiátrica) para a sustentação de um trabalho coletivo entre usuária, familiares e trabalhadores, visando respeitar os anseios e desejos de Rita e garantindo-lhe o acesso a um cuidado humanizado e de acordo com suas necessidades. Neste contexto, discute-se a importância do trabalho em rede como um viabilizador de experiências exitosas de cuidado em saúde mental.

Interessa-nos neste caso destacar o tensionamento que se experimenta, no trabalho, entre o tempo lento da clínica e as urgências da gestão, tendo o Acompanhamento Terapêutico a função de sustentar a espera para que algo aconteça. Assim, este trabalho, além de relatar a experiência das andanças realizadas no processo do Acompanhamento Terapêutico, também busca percebê-lo enquanto estratégia de uma clínica ampliada em saúde mental coletiva e como uma ferramenta importante na construção de práticas instituintes no âmbito da Psicologia Social, fomentando a consolidação de redes de cuidado através do trabalho interprofissional e da escuta às demandas dos sujeitos acompanhados.

Uma análise da oferta de leitos psiquiátricos e de serviços substitutivos na cidade de fortaleza, no período de 2012 a 2015

Cristofthe Jonath Fernandes (Universidade Federal do Ceará), **Pedro Renan Santos de Oliveira** (Universidade Federal do Ceará)

Em 2015 se comemora os quatorze anos da lei 10.216/2001, conhecida com lei Paulo Delgado, a qual prevê o redirecionamento da atenção à saúde mental do hospital para equipamentos comunitários, através do fechamento gradual de leitos em hospitais psiquiátricos e abertura de serviços, como Centros de Atenção Psicossociais, Residências Terapêuticas, Hospitais-dia e leitos em hospitais gerais, tornando-a, assim, o marco legal da Reforma Psiquiátrica brasileira. Um dos principais teóricos deste movimento, Rotelli, pontuou que a reforma psiquiátrica ocorre primeiramente nos serviços, nas práticas de atenção à saúde mental, e somente depois que surgem as legislações. Todavia, mesmo já existindo a mais de uma década o marco legal da reforma psiquiátrica no Brasil, e a mais de trinta anos o movimento protagonizado pelos trabalhadores da saúde mental, surgem os questionamentos, as problemáticas: a simples produção legal garante a reforma psiquiátrica? A reforma psiquiátrica brasileira está consolidada? Qual a atual situação da reforma psiquiátrica no município de Fortaleza, importante capital do nordeste brasileiro? Esse estudo teve por objetivo analisar a variação do número de leitos em hospitais psiquiátricos e da oferta de serviços substitutivos, na cidade de Fortaleza, no período de análise que se segue de 02/2012 à 06/2015. De natureza quantitativa, os dados foram obtidos no sistema DataSUS, o qual gerencia as informações produzidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e, destacadamente, a ocupação de leitos em todos os equipamentos de saúde que prestam serviços ao sistema de saúde. A pesquisa foi realizada em 08/2015, abrangendo a totalidade das informações disponibilizada pelo referido sistema, definindo-se assim, portanto, o período de análise. O debate proposto visa potencializar a discussão sobre a situação de consolidação da reforma psiquiátrica nesse município, estratégico para a reforma psiquiátrica no Ceará. O centro da análise quantitativa leva em consideração um certo pragmatismo político-assistencial na Reforma Psiquiátrica: a própria lei da reforma prevê a redução do número de leitos em manicômios, todavia questiona-se se a redução de leitos implicaria no alcance dos objetivos da desinstitucionalização inerente a própria reforma. Considerando, que a identidade entre os conceitos de desospitalização e desinstitucionalização já é superada, visto que tal distinção já é oriunda da psiquiatria democrática, a qual esteve a frente Basaglia, referência para o movimento brasileiro.

Em análise, percebeu-se a redução no número de leitos em hospitais psiquiátricos, assim, como o fechamento de alguns desses estabelecimentos, e ainda um aumento do número de leitos nos serviços substitutivos. Todavia, a oferta dos serviços de atenção à saúde mental ainda mostra-se precária, mesmo para os parâmetros da lei que os estabelece, chagando a existir equipamentos substitutivos que atendem o dobro ou triplo da demanda da capacidade instalada.

Essa pesquisa, ainda em análise inicial, já destaca que a oferta de serviços substitutivos não corresponde a mesma velocidade do fechamento de leitos em hospital, o que contradiz o objetivo da reforma. Questiona-se, assim, qual compreensão de desinstitucionalização está em curso com a atual etapa da reforma psiquiátrica em Fortaleza, já que entende-se, na atual literatura, que o horizonte desse processo ético-político-jurídico deve consistir na promoção de saúde e autonomia dos sujeitos envolvidos, ou seja dos usuários dos serviços de saúde mental.

Vigilância e avaliação da pessoa em desenvolvimento: problematizando a medicalização em um hospital universitário de Belém-Pará

Bruna de Almeida Cruz (Universidade Federal do Pará)

No Brasil, a saúde da criança tem lugar de prioridade, como política pública, sendo amparada por regulamentações nacionais, tais como o SUS e o ECA, bem como por recomendações de organismos e acordos internacionais. Nesse campo da assistência, vemos emergir serviços e ações de prevenção e tratamento de problemas no desenvolvimento infantil, contando com uma rede de atores que extrapolam o contexto hospitalar e mesmo o setor de saúde, configurando uma articulação que perpassa toda a sociedade. Podemos observar ainda a vinculação entre os serviços de saúde, as famílias, as escolas e as comunidades, que vem se construindo historicamente a partir da concepção já naturalizada de infância e de desenvolvimento infantil. Neste sentido, infância, escola e medicina são elementos intrincados à ideia de desenvolvimento normal desde sua emergência. Em formas mais recentes desta relação, vemos configurar-se o endereçamento cada vez mais intenso de questões escolares e de comportamento a serviços de saúde, considerando-se que esses desvios devem ser entendidos a partir de uma racionalidade médica. A partir das noções de biopoder, entendido como o poder que atua regulando a vida e os modos de viver, e de medicalização, tida como processo de transformação de questões complexas em problemas individuais de saúde, atentamos para a produção exacerbada de consumidores de serviços e tratamentos de saúde, a qual vem justificando medidas de fortalecimento e disseminação dos mesmos, sob o pretexto de atender às demandas da população, sem ser realizada a crítica necessária à proveniência de tal encomenda. Este trabalho teve como objetivo analisar a estruturação de um serviço de avaliação do desenvolvimento infantil, que funciona em um hospital universitário em Belém, Pará, a fim de problematizar as práticas medicalizantes que nele ocorrem. Para tanto, foi feito um estudo cartográfico do serviço, contando com diferentes estratégias para produção de materiais de análise. Foram consultados alguns documentos do serviço, tais como fluxograma, protocolos de atendimento, fichas de produção e registro de entradas, bem como foram feitas observações e conversas no cotidiano, as quais foram anotadas em um diário de campo. O serviço foi criado em 2002, como estratégia de prevenção e estimulação precoce diante de problemas do desenvolvimento. Nos seus primeiros anos de funcionamento, recebia predominantemente demandas referentes a recém-nascidos de risco. Ao longo do tempo, no entanto, as demandas se diversificaram, abrangendo inclusive queixas escolares, tais como problemas de aprendizagem e de comportamento. Observamos que a porta de entrada do serviço é o Ambulatório de Desenvolvimento, havendo outros ambulatórios para os quais as crianças podem ser encaminhadas. Dentre eles, existe o Ambulatório de Aprendizagem, no qual são atendidos casos identificados como dislexia, TDAH, transtornos comportamentais, déficit cognitivo, etc. O serviço tem profissionais de diferentes áreas, tais como pediatria, neurologia, psiquiatria, genética, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e serviço social. No entanto, notamos que a área médica ocupa lugar central no serviço, assumindo o papel de dirigir e coordenar os processos diagnósticos e tratamentos que ali são realizados, havendo poucos espaços para diálogos interdisciplinares e escasso aproveitamento da lógica de atenção integral. Sendo assim, podemos afirmar que é preciso questionar o ímpeto de criar e fomentar serviços de saúde nesses moldes, na medida em que ratificam a lógica medicalizante e segmentada em suas linhas de cuidado, especialmente quando se trata de questões identificadas como problemas de comportamento e problemas de aprendizagem, visto que tendem a reduzir estas questões complexas a problemas de indivíduos.

GT 31 PARADOXOS ENTRE BARBÁRIE E CIVILIZAÇÃO: A ARTE COMO OPERAÇÃO DE TRANSVERSALIDADE ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA NA PSICOLOGIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

"Um filme sérvio": o real, a realidade e a multiplicidade de olhares e sentidos da violência no cinema: uma análise semiótica, fenomenológica e psicanalítica"

Fabio Dal Molin (Universidade Federal do Rio Grande)

Como Slavoj Zizek (2006) sintetiza da obra do psicanalista francês Jacques Lacan, a experiência do cinema constrói um virtual que pode ser segmentado conceitualmente em três instâncias: o real, o imaginário e o simbólico. O real dá conta da própria matéria da fantasia atravessada pelo imaginário das relações intersubjetivas e o simbólico da experiência que nos permite transcender. A partir de sua imbricação com imaginário e o simbólico, o Real inaugura uma diferença radical com o que chamamos de "realidade". No cinema é evidente que, em uma cena de assassinato, há um Real que faz com que, por alguns segundos, o espectador vivencie o sangue e a morte como "verdadeiros", enquanto, na "realidade" a cena vivenciada é composta por efeitos especiais, montagem, edição, roteiro, ângulo de câmera, maquiagem. O Real é a realidade clivada pelo simbólico (instância que possibilita a abstração) e o imaginário (o sentido em si da imagem no social e para o espectador).

Interessa nesta perspectiva, abordar a virtualidade da experiência cinematográfica nos pontos de intersecção: onde o cinema invade a "realidade" e esta invade a obra cinematográfica, mais especificamente em temáticas que envolvem pulsões básicas: o sexo e a violência. Ambos são mostrados e debatidos de infinitas maneiras, porém, em suas expressões mais radicais apresentam paradoxos: os filmes pornográficos sem trucagens, montagens e jogos de câmera e os filmes ultraviolentos repletos de maquiagens, trucagens e montagens, e os snuff movies, lendas urbanas que desafiam uma regra curiosa: o sexo pode ser mostrado de maneira "real": atores e atrizes fazem sexo diante das câmeras, mas há regras bastante restritas e tabus para provocar danos físicos ou a morte de um ator em cena. No caso dos snuff movies, todas as fronteiras são postas em questão. O termo "snuff" é uma corruptela para thats enough, algo do tipo "chega, basta", pois são filmes que apresentam pessoas sendo torturadas ou violentadas sexualmente sem trucagens ou montagens, ou seja " de verdade". Segundo a Wikipedia: "Filmes snuff são filmes que mostram mortes ou assassinatos "reais" de uma ou mais pessoas, sem a ajuda de efeitos especiais, para o propósito de distribuição e entretenimento ou exploração financeira. Embora existam muitos filmes que de fato mostram mortes reais, a existência de uma indústria financeira em torno deste tipo de filme geralmente é vista como uma lenda urbana."

É evidente que a discussão do Real lacaniano comentado por Zizek aparece aqui, porque mesmo que tanto filmes pornográficos quando os chamados snuff movies ofereçam uma experiência de "realidade", o espectador jamais terá acesso a ela, e sim ao "Real" da edição, do fetiche e da fantasia.

O Real e a realidade no cinema fantástico, violento e pornográfico

Em Porto Alegre desde 2005 é realizado um dos maiores festivais cinematográficos alternativos da America Latina e do mundo, o "Fantaspoa", cuja proposta é apresentar ao espectador o que há de mais atual ou o que é considerado clássico no cinema "fantástico", com ênfase no terror. Alguns filmes que interessam nesta pesquisa foram apresentados com grande polêmica neste festival, como o exemplar A Serbian Film (em sérvio, Српски филм; em português, Terror sem Limites) é o primeiro filme do diretor sérvio Srđan Spasojević, lançado em 2010. O filme estreou no Brasil em Porto Alegre, no festival Fantaspoa e sua exibição e comercialização foram proibidas em diversos países. "O filme sérvio" é a história de um ator de filme pornô aposentado que, por questões financeiras, assina um contrato de trabalhar em snuff movies cujo diretor é um ex-psicólogo de crianças que realiza tais filmes com propósitos filosóficos, estéticos e, claro, monetários. Sendo um filme "sobre" snuff movies, ele joga com o estratagema que Shakespeare lança mão em Hamlet quando este contrata atores para representar uma cena da morte de seu pai, Em Hamlet vemos o teatro dentro do teatro, em "A serbian movie" vemos um filme sobre filmes e um filme dentro de outro. Todas as cenas são filmadas por uma equipe de filmagem que aparece com câmeras e diante delas, e seu momento mais polêmico exibe uma cena de trabalho de parto na qual o recém nascido é estuprado por um médico com máscara de couro sob o olhar extasiado da mãe. Para além disso na segunda metade do filme o personagem, após ter sido dopado e forçado a participar das filmagens de um snuff movie, tem acesso a suas próprias memóras em flashbacks confusos e, principalmente através das gravações da noite anterior. Esta busca confusa e amnésica por seus próprios atos criminosos evidencia que o diretor recorre a outra tragédia como referência: Édipo Rei.

A expressão artística como resistência para a intervenção da Psicologia Social crítica

Juliana de Castro Chaves (Universidade Federal de Goiás)

Na sociedade contemporânea a experiência está cada vez mais dificultada, e consequentemente, a possibilidade de narrar à vida torna-se sem sentido. Ao mesmo tempo quando temos algo significativo e especial para contar encontramos um ouvinte impaciente e cético. Há o predomínio de espaços que estandartizam uma comunicação que já vem esquadrinhada em sua forma e expressa predominantemente a necessidade de afirmação de um Eu que não quer se mostrar frágil. Segundo Benjamin, na relação com o mundo predomina o choque, permeado pela memória voluntária que guarda informações sem conservar nada do acontecimento. A velocidade de estímulos também faz parte dessa lógica que demanda uma percepção efêmera e panorâmica tributária da supervalorização de um indivíduo que é chamado a dizer sobre o que efetivamente não estabeleceu contato verdadeiro. Nesse contexto, as opiniões viram primado da expressão humana, constituindo especialistas em generalidades que negam o conhecimento, a tradição e a história da humanidade. Nessa sociedade a competitividade e o individualismo são fundamentos e sustentam a racionalidade capitalista propagando a indiferença. Diante das condições da sociedade unidimensional onde há o empobrecimento e a padronização da indústria cultural há possibilidade de resistência? É possível mediar uma experiência estética diferente da hegemonicamente difundida? Objetivamos traçar algumas contribuições da Teórica Crítica da Sociedade para problematizar a pobreza da massificação cultural e a possibilidade da expressão artística ser resistência na intervenção de uma Psicologia Social que busque a emancipação dos sujeitos. Esse trabalho é resultado de uma pesquisa teórica e bibliográfica nas obras dos autores Adorno, Marcuse e Benjamin sobre a relação entre trabalho, arte e autonomia, segue o Método Materialista Histórico e Dialético, e está ligada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura – NEPPEC/UFG. A partir dos autores podemos realçar o quanto é importante problematizar as determinações do sistema capitalista entranhadas nos processos de socialização, questionar o caráter imediatista do automatismo do viver, analisar a cultura empobrecida e massificada pela indústria que realiza uma pseudoformação e aguçar outra relação estética com o mundo capaz de revelar a cegueira cotidiana. Nesse processo, procurar instigar uma atividade que resista a razão pragmática e funcional que dicotomiza ou instrumentaliza a emoção e a razão, que não seja fetichizada ou reificada pode ser indicador de incoformismo. A partir dos autores, é possível indicar que uma intervenção crítica pode ser mediada por produtos culturais que realizem o estranhamento diante do real ou que medeiem reflexões sobre o empobrecimento do mesmo. Nesse sentido, instigar no sujeito a produção de expressões artísticas que transcendam a realidade, que revelem vestígios de experiências, que não se reduzam ao empírico ou ao trivialmente observado, mas que favoreçam a imaginação, que mesmo sendo produzidos em um contexto, preservem a alteridade da realidade, que relacionem todo e parte, que resgatem a universalidade humana e que expresse a singularidade de cada um em sua particularidade histórica em relação com o outro, com a cidade, com a comunidade, o trabalho e a natureza, e não incentive a tipificação de papeis ou estereótipos, pode representar uma atuação política capaz de constituir outra sensibilidade, e por que não dizer, outra subjetividade. A experiência com esses produtos culturais artísticos devem assumir a negação do primado da finalidade funcional da sociedade capitalista, da atividade como sobrevivência e ser reconhecimento e potência de si, do outro e da gênese criativa e livre do ser humano. A mercadoria cultural é concebida para ser vendida e consumida e atende as necessidades imediatas de entretenimento das massas, estabelecendo emoções fortuitas pré-planejadas e realizando a dessublimação repressiva, proporcionando lucratividade, a expressão qualificada da cultura, materializa sons, palavras, cores, imagens, movimentos, experiências e anseios da coletividade e é expressão de sublimação que resguarda o reprimido e a relação com a sociedade (Marcuse,1977). Podemos concluir que se por um lado, produtos culturais tais como literatura, filme, músicas, peças teatrais, vídeos, fotografias, performances, artes plásticas e instalações, dentre outros, que se distanciem da racionalidade da indústria cultural, podem mediar emperiências estéticas diferenciadas, por outro, produtos culturais caracterizados como mercadoria, ao serem probrematizados, podem levar a reflexão crítica sobre o caráter adaptado e passivo da pseudoformação. Desse modo, a experiência não será sabotada pela formalização da razão sendo diminuída em seu sentido, não será uma atividade habitual, mas visceral, e a produção humana cultural será refletida em sua racionalidade. Nesse sentido, o prazer extraído dos produtos culturais resguardará a relação indivíduo sociedade e cultura não se reduzindo ao prazer hedonista e efêmero.

Amizades contemporâneas: inconclusas modulações de nós

Danichi Hausen Mizoguchi (Universidade Federal Fluminense)

O presente trabalho coloca-se a problematizar as tramas subjetivas que dão consistência à superfície complexa do presente, notadamente na vinculação que tem se estabelecido entre as relações de amizade e o capital – modulações imbricadas e conectadas de inúmeras maneiras, mas jamais estabilizadas ou finalizadas. De certo modo, o interesse recai na interrogação de uma certa diretriz enunciativa – aquela que ininterruptamente faz do corpo uma mercadoria – para que se possa apostar que outras amizades – e outros mundos – sejam possíveis. Ao fim e ao cabo, duas questões se sobrepõem: o que o presente faz das amizades e o que as amizades podem fazer do presente?

Objetivo: O trabalho teve como objetivo central estranhar a modulação capitalística da amizade. A contrapelo, o estranhamento faz-se junto a questão que Michel Foucault indicou como moderna por excelência: o que ajudamos a fazer de nós mesmos? Assim, jamais entendida como problemática primeira ou mais importante, coloca-se a amizade junto a um punhado de outras problemáticas as quais fazem vicejar aquilo a que chamamos presente – e, finalmente, a este presente estranhar. Relação clara com o gt e eixo temático. Operar a diluição das fronteiras entre arte, psicologia, experimento, intervenção, sensível, inteligível – tal qual propõe o Grupo de Trabalho para que o trabalho candidata-se a participar, "Paradoxos entre barbárie e civilização: a arte como operação de transversalidade entre ciência e política na psicologia social contemporânea" – coloca de certo modo a diluição do ponto de convergência entre subjetividade e verdade. A conexão que imbrica subjetividade e ciência – diretriz básica da episteme moderna, ou seja, aquela que, sob a pena foucaultiana, faz do ser humano sujeito e objeto de enunciados científicos – necessariamente faz com a verdade coloque a humanidade em uma régua: a imposição datada da norma e do normal. De certo modo, só há verdade do sujeito – e, portanto, norma e normal – se há verdade no mundo. Assim, a presente apresentação vincula-se ao grupo de pesquisa em função de uma interrogação em comum: como ciência e subjetividade podem aproximar-se da arte? E, enfim, de um modo mais específico, outra questão se anuncia e opera a aproximação: como as tramas da amizade podem forçar a vinculação entre subjetividade, ciência e arte no campo da Psicologia Social? Orientação teórica. A pesquisa na qual se origina esta proposta de trabalho tomou como cerne teórico os seguintes autores: Michel Foucault e Walter Benjamin. De Michel Foucault, dois momentos – e, logo, duas grades conceituais – específicos de sua obra: uma certa implicação estranha e consistente entre saber e poder e a inserção da ética em um jogo vital de verdades e de forças. Assim, conceitos como biopoder, cuidado de si e vida como obra de arte fizeram-se operativos na tensa relação entre capitalismo e amizade. De Walter Benjamin, a assertiva célebre de que o capitalismo necessita ser entendido tal qual uma religião – como todas as promessas e culpas tradicionais que as crenças historicamente erigiram tornou-se fundamental. A releitura realizada por Gilles Deleuze de tal detecção benjaminiana ao enunciar a sociedade de controle também foi um norte teórico. Método. A fim de estranhar a superfície do presente e a modulação atual das relações de amizade, a proposta metodológica colocou-se próxima a artifícios arqueológicos e genealógicos. Em última análise, a aposta foi em tornar política – portanto histórica e instável – a produção de verdade e os jogos vetoriais que consistem no presente: atentar, catar, escutar e estranhar os regimes de dizibilidade, visibilidade e força que atualizam o estado de coisas – mas também tudo aquilo que pode ser entendido como ultrapassagens possíveis daquilo que já somos. Resultados. Entende-se um mundo no qual as relações operam-se em um choque ininterrupto entre o poder e o cuidado de si – e que, neste embate, as relações de amizade modulam-se e atualizam-se também. Portanto, o que se verifica – em uma estranhíssima conclusão – é o caráter infindo do mundo, no qual as tensões e inacabamentos relacionais seguem se dando e no qual as relações de amizade, frágeis e consistentes, acabam ganhando a força política de demandas capitalísticas tanto quando podem operar estilísticas existenciais. Conclusões. Em um mundo que supostamente faz valer a supremacia irresoluta do capitalismo – o fim da história, segundo Francis Fukuyama – em contraposição ao grande bloco comunista, aposta-se que a tarefa de estranhamento deva-se dar de modo micropolítico: apostar, enfim, em uma ética e em uma estética relacional as quais se façam aptas a desviar modos capitalistas de subjetivação. Em última instância, compreender o capitalismo – muito mais do que como um sistema meramente econômico – como um sistema produtor de subjetividades – e, fazer estranha a assertiva do fim da história justamente porque as modulações da subjetividade seguem infindas e em vias de se investigar e se criar.

Articulações entre música , memória e política: alguns reflexões a partir do ensino de música

Richard de Oliveira (Universidade de São Paulo)

Esse trabalho visa refletir sobre as articulações possíveis entre os cruzamentos da experiência estética e a experiência política a partir de aspectos levantados por um trabalho de ensino de música para jovens. A partir desses elementos, queremos aprofundar algumas questões acerca do uso das artes na pesquisa em Psicologia Social, partindo da especificidade da linguagem artística , a especificidade do comportamento estético (Merleau-Ponty), e suas implicações para um processos psicossociais como o ensino coletivo da música que, acidentalmente, se articulou ao resgate da memória social, em particular a herança nordestina de jovens cujos ancestrais migraram para cidades paulistanas. Entendemos que isso se articula como GT 31, pois a reflexão sobre esse trabalhou apontou 1- para potência do uso do campo artístico para refletir sobre formas de trabalho que não se adequam ao moldes cientificistas 2- apontam como o trabalho com as artes pode implicar em alterações subjetivas, em especial como os sujeitos se relacionam com os fenômenos estéticos, passando de uma posição passiva em relação à fenômenos estéticos contemporâneos – fenômenos que podemos, resumidamente, agrupar sobre a noção de "Industria Cultural", como formulam Horkheimer e Adorno- para uma posição "ativa", que inclui uma relação implicada e criativa diante da experiência estética, e 3- como o despertar para um habitar criativo no mundo estético pode se articular com o tema da memória social, e mobilizar os atores sociais de um forma transgressiva e politicamente potente com o espaço social que habitam 4para a necessidade da substituição da idéia de "método" (que implica a separação entre sujeito e objeto) para a ideia de " trabalho de reflexão" (tal como aponta Marilena Chauí), que implica a impossibilidade da substituição da relação reflexiva entre o existente e seu mundo por uma grade teórica pré-formatada que guie o agir e a reflexão sobre o mesmo, posição epistemológica que se ancora necessariamente em uma posição ético-politica, onde o sujeito não pode ser dizer neutro e não-afetado por sua historia singular, suas posições políticas, assim como pelos seus outros que o interpelam na coexistência humana, por definição intersubjetiva e histórica, o que 5- aponta a impossibilidade de não implicação ético-politica do pesquisador na sua área de pesquisa. Assim, utilizamos , seja para reflexão acerca da etapas do ensino, seja na reflexão acerca da experiência, uma abordagem fenomenológica, ancorada no campo da estética (em particular a estética Luigi Pareyson e Theodor Adorno) e na fenomenologia, em particular algumas reflexões e noções construídas por Maurice Merleau-Ponty.

Como resultado, entre outros, queremos apontar para importância de superar uma visão romântica das artes, para assim poder potencializar o uso desse fenômeno cultural na pesquisa e intervenção em Psicologia Social, seja a partir de empréstimos de algumas formulações do campo da estética para a pesquisa e intervenção, seja pela promoção do debate acerca do(s) sentido (s) do campo estético na sociedade contemporânea.

Também queremos apontar a necessidade constante de reflexões acerca do agir no processo da pesquisa-intervenção, seja por questões epistemológicas, seja por questões circunstanciais –os "imprevisíveis" do trabalho-, assim como questões ético politicas em relação a responsabilidade da implicação com o outro no processo mutuo de ressignificação do mundo.

Fernand Deligny: 60 anos tramando 'tentativas' junto a infância forasteira

Thalita Carla de Lima Melo (Centro Universitário Tiradentes)

Forasteiro, é a condição daquilo que é estranho à terra onde se encontra, aquilo que é de fora; conforme o dicionário Houaiss. Pois bem, qual é o estatuto de crianças psicóticas e delinquentes senão aquele que as localiza num fora da infância? Forasteiros, estrangeiros de um 'estádio do ser humano' que não está 'acessível' para muitos. Meninos e meninas débeis mentais, autistas, delinquentes não parecem ser tomados como crianças; a caracterização patológica que lhes foi etiquetada pelos saberes psiquiátricos, psicológicos, jurídicos e pedagógicos torna-se a própria condição de existência desse ser. Um ser fracassado de antemão. É partindo de tal lógica perversa que saberes e trabalhadores sociais desenvolvem tecnologias terapêuticas e educativas bastante eficazes na manutenção do fracassado. Programas e mais programas de reeducação são eficientemente produzidos para que esses indivíduos vivam sempre em débito com a sociedade que lhes exclui sob a maquiagem da acolhida, numa constante dialética inclusão-exclusão, como aponta, de modo preciso, Bader Sawaia. É intensificando essa crítica, com seu pensamento e modos de agir, que emerge o personagem dessa comunicação; a qual, se propõe apresentar alguns elementos do pensamento de Fernand Deligny, professor francês que durante 60 anos (no período de 1938 a 1996) se dedicou à infância psicótica e criminosa, ou melhor, que despreocupado com as etiquetas psicopatológicas, se dedicou em produzir um 'comum' junto às crianças forasteiras. Um trabalho à margem, que buscou reconfigurar as fronteiras entre o normal e o patológico, fazendo causa às crianças e adolescentes inadaptados. Um 'educador às avessas', que mesmo tendo obtido notoriedade entre os meios pedagógicos, psiquiátricos e do trabalho social na França, não se identificava com tais perspectivas, desviando-se delas ininterruptamente. Direcionou suas tentativas na contracorrente de ideologias, de instituições e de dispositivos que produzissem certa normatização da infância. Mesmo de dentro (trabalhando em instituições como Hospitais Psiquiátricos, Institutos Médico-pedagógicos, Centros de Assistência e Proteção à infância), buscava o fora, suas rachaduras; a criação de dispositivos capazes de permitir experimentações com aqueles que não se encaixavam socialmente. Registrou todo seu itinerário em textos, imagens, vídeos e mapas, resultando em mais de dez mil páginas (grande parte publicada em formato de livros) e três filmes. Os escritos eram experimentais, não acadêmicos, fragmentados e sem o menor caráter de manual pedagógico, psiquiátrico ou psicológico, exatamente para evitar que o leitor pudesse cair no encantamento de novos mitos. Ainda sem tradução para o português, seus livros mais populares foram: 'Graine de crapule. Conseils aux éducateurs qui voudraient la cultiver' (1945), que lhe atribuiu a fama de educador libertário; e Les vagabonds efficaces (1947), uma espécie de diário sobre o cotidiano do COT (Centre d'Observation et de Triage), uma casa de 'prevenção à delinquência' voltada para adolescentes em situação problemática com a justiça. Uma vida escorregadia, permeada de táticas com o intuito de evitar a captura e os enquadramentos. Em suas primeiras 'tentativas' junto às crianças, a princípio numa classe de 'alunos turbulentos' no subúrbio de Paris e depois no Instituto Médico-Pedagógico do Hospital Psiquiátrico de Armentières, inspirou-se nas pedagogias libertárias de Celestin Freinet e Anton Makarenko, para confrontar a imposição do confinamento e das sanções. O "tempo vivido no asilo torna-se, assim, outra coisa que um monótono percurso de interdições e punições" (MOREAU, 1978, p. 36, tradução livre). Compunha seu trabalho ao lidar com as circunstâncias e redes de relações. "Trata-se de dar aos jovens, delinquentes, prédelinquentes ou 'perversos caracteriais', uma oportunidade que lhes faça sair do quadro onde sua vida tornou-se pior. Não uma instituição ou regra geral, mas uma oportunidade para cada um" (MOUREAU, 1978, p. 81, tradução livre). Deligny recusava a acreditar que a liberdade e a inserção no tecido social fossem um perigo para os adolescentes; ao contrário, buscava, prioritariamente, favorece o cuidar de si mesmos e não lhes 'proteger'. O professor catalão Jordi Planella ao comentar a experimentação descrita por Deligny no livro Les vagabonds efficaces (1947), diz que a primeira contestação provocada nessa experiência se caracterizou pela não contratação de 'educadores de formação'; os chamados 'vagabundos eficazes' eram adultos do bairro em que se localizava o COT (desempregados, foras-da-lei, fugitivos, etc.), enfim, pessoas vindas do mesmo meio social dos adolescentes e que viviam a mesma realidade. Descaracterizou o educador como aquele possuidor de conteúdos a ensinar, ao contrário, via-o como uma 'presença ligeira' que se coloca ao lado dos adolescentes, disparando novas formas de vida. Para Planella, a liberdade e o respeito à pessoa compõem o elemento essencial dessa tentativa, que faz um convite para os trabalhadores sociais repensarem seus limites e possibilidades além das normas, das fórmulas, das coisas ditas e feitas, das intenções, dos projetos e projeções, das instituições e da intenção de seguir sendo 'profissionais até a medula'.

Limiares urbanos para uma política da solidão

Gabriel Lacerda de Resende (Universidade Federal Fluminense)

Introdução: Uma rápida investigação acerca dos enunciados da psicologia sobre a solidão verificará dois polos fortemente marcados: de um lado, a solidão será tomada como recusa problemática de uma suposta natureza gregária do humano, cabendo aos saberes psi a fenomenologia e mitigação desse estado de sofrimento. Já outras correntes vão tomá-la como uma via de acesso privilegiado à verdade única do sujeito; a incumbência da psicologia seria, então, identificar estimular os elementos que favoreçam essa via de autoconhecimento. Em ambas as perspectivas, a solidão resta encerrada como atributo de uma identidade inviolável plenamente trabalhável pelos saberes psi, seja em direção a um "socialitarismo despótico" (PELBART, 2006) ou a um individualismo hermético. Fiel guardiã da episteme moderna (FOUCAULT, 2002), certa psicologia desenha uma relação circular entre sujeito e verdade, na qual aquele, tal como é, é capaz de aceder à verdade que, alçada à condição de essência interior, torna-se o cerne da sua condição particular e imutável de sujeito. Se a solidão é, portanto, ponto de indagação privilegiado ao vínculo indivíduo-sociedade, igualmente o é uma psicologia social que quer inventar – o mundo, o sujeito e a si mesma – no mesmo movimento em que perscruta seu campo investigativo. Tal psicologia social fitaria a solidão, então, como uma questão de distância: "a que distância devo manter-me dos outros para construir com eles uma sociabilidade sem alienação, uma solidão sem exílio?" (BARTHES, 2013). Objetivo: O presente trabalho objetiva pensar a ideia de uma solidão povoada em meio à cidade. A escolha de tal locus justifica-se por duas razões: adere-se à hipótese de que a emergência da metrópole moderna inaugura um novo corte na problemática indivíduo-sociedade, a partir do tema das multidões: diante desse organismo amorfo e incontrolável, o indivíduo busca isolar-se para preservar suas marcas individuais. Se nunca tanta gente viveu junta e nunca tanta gente sentiu-se só, ser um urbanita será gerir a justa distância entre o isolamento hermético e a dissolução na massa. Almeja-se tal problematização junto à cidade também porque é ela que fornecerá os ardis para a fabricação de uma solidão povoada, através da intensificação e aposta no inacabamento dos paradoxos urbanos. Relação com o GT: Este trabalho alinha-se ao campo problemático proposto pelo GT 31, "Paradoxos entre barbárie e civilização: a arte como operação de transversalidade entre ciência e política na psicologia social contemporânea". A própria natureza do problema de pesquisa já emerge no ponto de tensão entre ciência e política na psicologia, isto é, entre um campo que almeja o estatuto científico para efetivar um eficiente escrutínio d'alma humana, para mitigar ou melhor capitalizar a solidão, e outro que vai recusá-la em prol de um comunitarismo que se apresenta como mandatório para qualquer possibilidade de interferência no mundo e na história. E será precisamente a arte que vai produzir interferências nessa tensão, a partir da obra poética e crítica de Charles Baudelaire. O poeta francês será o principal interlocutor em direção a uma solidão povoada, fornecendo um aporte ético capaz de enfrentar o problema solidão-multidão de modo menos fatalista e acabado e apontando direções para uma relação com a verdade onde esta seja tanto mais incisiva quanto seja produzida em uma relação ascética com o sujeito e com a história. Orientação teórica: O trabalho apoia-se sobremaneira no poeta Charles Baudelaire. Além de sua obra, utiliza-se as problematizações de Walter Benjamin sobre o poeta, bem como suas reflexões acerca da experiência e da emergência das metrópoles. Acedemos também à ideia de um êthos moderno, que Foucault identificará em Baudelaire, e à noção de solidão idiorrítmica cunhada por Roland Barthes. Método: Aposta-se na ferramenta do ensaio. A partir das colocações de Adorno, Lukács, Starobinski e Foucault, compreende-se o ensaio como hibridização possível entre os campos da ciência e da arte, como um gesto que "confere a força para uma nova ordenação conceitual da vida, mantendo-a ao mesmo tempo distante da fria e plena perfeição filosófica" (LUKÁCS, 2014). Simultaneamente forma da escrita e movimento de si no pensamento, o ensaio é uma tentativa sempre singular e renovada de arranjo provisório do mundo, de modo que, quando ele é interrompido – pois não pode se encerrar em uma totalidade –, tanto o ensaísta quando o objeto do ensaio não podem ver e ser vistos do mesmo modo. As coisas são então relançadas num espaço de ignorância, e o ensaio recomeça. Resultados e Conclusões: Se as cidades operam um novo corte no problema solidão-multidão, é delas que dispomos para nascer, morrer e criar. Uma aposta no inacabamento dos paradoxos urbanos pode iluminar timidamente a possibilidade de uma solidão povoada, imiscuída entre o hermético individualismo e o socialitarismo despótico. Apostando na solidão como ponto de enunciação crucial a algumas problemáticas da psicologia social contemporânea, vislumbrar-se-iam pequenas rachaduras possíveis no arcabouço do sujeito inventado pela episteme moderna.

Música e Movimentos Sociais: uma relação harmônica de resistência à opressão

Luiz Gomes da Silva Neto (Universidade Federal do Ceará), **Ilana Santos Alves** (Universidade Federal do Ceará), **Francisca Denise Silva do Nascimento** (Universidade Federal do Ceará)

O espaço cultural, muitas vezes, é um campo de luta, em condições assimétricas, entre dominantes e dominados. Nesse sentido, acreditamos que a música pode desencadear atitudes emancipatórias no sujeito oprimido. Partindo desse pressuposto, esse projeto pretende compreender como a música aprendida no cotidiano dos empobrecidos influencia em sua mudança de atitude, levando-os a um crescimento social. O objetivo é investigar o que a música significa para esses sujeitos dominados por um sistema que oprime, levando em consideração o contexto da cidade de Sobral, no Ceará. Além disso, buscar entender o impacto, no cotidiano dos empobrecidos, do aprendizado musical tanto no que se refere à tocar um instrumento como também a reflexão deles sobre letras de músicas. Mesmo com a dura realidade da pobreza, desemprego, analfabetismo que permeia uma grande parcela populacional brasileira, muitos sujeitos em situação de pobreza, isto é, empobrecidos, parecem compreender perfeitamente a necessidade da educação, de saber entender, expressar de modo compreensível os problemas que os assolam. Muitos transmitem isso a partir da arte musical, aprendendo um instrumento, compondo músicas e transmitindo a sua realidade social, ou mesmo, apenas refletindo sobre uma letra musical que lhe permitiu um olhar mais crítico sobre seu cotidiano e partir disso, resistindo à diversas formas de opressão e de alguma forma tentando mudar sua condição social. Cabe aqui falar de uma espécie de busca por emancipação, um fortalecimento na luta contra relações coercitivas. A termologia empobrecidos é fundamentada na teoria de Pedrinho Guareschi que fala desse conceito como uma espécie de relação dialética em que se há relações desiguais e de exclusão onde classes sociais mais abastadas precisam de outras menos favorecidas financeiramente, como a dos trabalhadores, para, através de suas atividades, enriquecerem-se; mas no momento em que se obtém seus desejos, há uma negação da relação, passando a existir uma rejeição, traindo, dessa forma, quem possibilitou sua própria existência. Essa relação configura-se em um enriquecimento ainda maior de determinadas classes e o empobrecimento de outras. A abordagem Dialética de Karl Marx é nosso ponto de partida para observar a realidade dos empobrecidos. A partir dela entendemos que a realidade é contraditória, além de ser uma construção dos homens dentro de uma sociedade de classes, mas que dentro de determinadas circunstâncias é possível ao homem fazer sua história. Além de Duncan Green, outro teórico que embasa a construção desse projeto, que afirma que mesmo em contextos de desigualdades sociais, exclusão e pobreza pode haver uma reação por partes dos sujeitos que vivem em situação de opressão, isto é, formas de resistência, tendo a participação sociopolítica como uma estratégia para a construção de possibilidades de uma democracia mais efetiva, que represente interesses do conjunto da sociedade e que seja um espaço de tolerância, reconhecimento, universalização de direitos e promoção de desenvolvimento. A metodologia utilizada será de cunho qualitativa, isto é, expressará o sentido dos fenômenos do mundo sociocultural, havendo uma pesquisa que terá como norteamento a técnica de entrevistas por pautas. Esta apresenta certo grau de estruturação, uma vez que segue uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai analisando ao longo de seu curso. Os locus da pesquisa serão a Central Única das Favelas (CUFA) sobralense e a Escola de Música de Sobral, para o aprofundamento das coletas de dados e de essencial importância para a construção do projeto. A pesquisa teve como ponto de partida as leituras e discussões do Laboratório de Estudos das Desigualdades (LAEDES) vinculado à Universidade Federal do Ceará - UFC/Campus Sobral, que tem como um dos objetivos principais buscar incentivar uma análise mais crítica da realidade por parte do público que vive em situação de desfavorecimento social, tentando despertar nesses indivíduos o interesse em reescreverem sua própria história. Além de buscar inspirar sujeitos que se encontram em estado de vulnerabilidade, isto é, sujeitos empobrecidos, tentando proliferar a ideia de que "pobreza" não é algo engessado e sim uma construção social, portanto, pode ser mudada. Então, a partir da análise desses dados, haverá uma ampliação do nosso campo de visão no que se refere à música como instrumento de aprendizagem e reflexão sobre as condições de vida do empobrecido. O projeto se encontra na fase de produção textual e os resultados parciais da pesquisa bibliográfica foram feitas nos semestres de 2014.2 e 2015.1 já apontando a música como instrumento fundamental de aprendizagem e reflexão no cotidiano dos empobrecidos, levando-os a um crescimento social.

Ordem subversiva e reversão do utopismo: infância entre Jean Genet e René Schérer

Eder Amaral e Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

"A criança criminosa", panfleto radiofônico escrito por Jean Genet em 1949 e jamais lançado ao ar – censurado, como Artaud ao dar um fim ao juízo de Deus – nos atinge com o que dele restou: a transcrição feita para ser lida ao vivo, dedicada àqueles meninos que não a poderiam escutar bem porque escondidos da polícia, que por consequência jamais a leriam – resta assim, inaudita. Genet toma partido do crime face à tendência emergente de tornar pedagógica a pena para aqueles que desejariam, ao contrário, a mais severa punição, para fazer jus ao enorme esforço feito para ultrapassar a porta que lhes dá acesso ao avesso da ordem subversiva a que chamamos sociedade civil. “Pois não creiam [...] que seja suficiente curvar com solicitude, com indulgência, com um interesse compreensivo para a infância criminosa para ter direito à sua afeição e à sua gratidão: é preciso ser esta infância, é preciso que vocês mesmos sejam o crime [...]. Quanto a mim, eu escolhi: estarei do lado do crime, e ajudarei estas crianças, não a retornar a vossos lares, fábricas, escolas, leis e sacramentos, mas a violar tudo isso” (GENET, 1949/2014, p. 27-8). Texto controverso, discurso polêmico, afirmação paradoxal: Genet desvia absolutamente às ilusões democráticas do nosso tempo quanto ao crime, à infância e à violência. "A criança criminosa" nos força não à adesão, mas à inquietude de ter presente a voz de um “inimigo declarado”. É neste sentido, um lampejo afirmativo da revolta, para além da reação; dizer verdadeiro, no que isso tem de raridade e de risco. No sentido que Charles Fourier formula, esta infância incontrolável virtualiza e coloca em cena uma maioridade de outra ordem, realmente emancipada. O desgaste destas palavras no vocabulário das ciências humanas não deve fazer crer que se trata de resgatar um voluntarismo político. Maioridade que não provém do majoritário, emancipação que não se acomoda à tomada de consciência. Uma vez que as paixões são incoercíveis, a grandeza desta maioridade está em corresponder à alegria, ao prazer, e ao gozo (maioridade como potência), contrário absoluto de um mundo de certezas tristes. De modo que a relação entre maior e menor deixa de ser uma questão de medida para reabitar seu território originário, a um só tempo musical e poético, a saber, a harmonia. No que diz respeito à emancipação, a simples operação de compreender que “emancipar” significa afastar a mão que pesa sobre si, nos convida a transitar pelo pensamento de René Schérer sobre a infância, cujo diagnóstico é o de que está em curso uma “fuga para a frente” quanto aos destinos de uma civilização “doente de sua infância”: sustentada na perversão pedagógica, orientada pela negação das paixões que nos constituem, obcecada pelo imperativo do “melhor punir”, esta sociedade nada teria de real: ela sim é a mais obscena utopia, uma vez que toma seus anseios por realidades dadas, orientada ao fracasso quanto às gerações que pertencerão a um mundo que as teme. Entre Schérer e Fourier pulsa uma “reversão do utopismo”, isto é, o duplo movimento de afirmação da realidade das atrações passionais e tensões desejantes, por um lado e, por outro, de demonstração sistemática da irrealidade da civilização, contrapondo o pensamento ao baixo empirismo civilizado e sua imagem do real como já-dado. Real, realidade, realismo... do que estamos falando quando usamos estas palavras? A oposição à utopia, ao sonho, ao delírio produzem, por derrisão, uma definição negativa do que é real: aquilo que não é imaginário, fantasioso, irracional. É no confronto entre baixo empirismo e realismo utópico que as linhas distintivas da ciência e da política desbotam. Esta pesquisa experimenta tal confronto colocando em perspectiva as imagens da infância no pensamento francês contemporâneo, através da montagem historiográfica de constelações de uma “infância à penumbra”, isto é, de uma infância exterior e furtiva aos dispositivos que visam institucionalizála, seja sob a pedagogização do corpo, seja através dos confinamentos os mais diversos (familiares, disciplinares, policiais etc.). Não se trata de renovar os programas, doutrinas ou disciplinas a respeito da infância, mas de um convite a pensá-la fora destes domínios. Na expectativa de tornar a psicologia social hospitaleira a uma infância que lhe é – como a todas as “ciências incertas”, diria Fourier – estrangeira. Indissocibilidade entre ética, estética e política – o que isso implica quando se trata de enfrentar o desejo de punir que circula entre nós? A questão faz com que todo o processo de pesquisa seja concebido simultaneamente como prática de problematização, criação e desvio. É o recrudescimento do desejo de punição à "infância criminosa" no Brasil que torna propício comunicar um ponto duplamente "marginal" desta pesquisa sobre as imagens da infância; menos pela sua importância para o trabalho em curso que pela urgência de escapar ao confinamento dos modos de pensar, criar e interferir no presente.

Por uma Psicologia da Presença: Dispositivos e Agenciamentos no Cárcere Feminino

Caroline Christine Garcia do Nascimento (Universidade Federal de Mato Grosso)

A atuação do psicólogo no sistema prisional, historicamente, não possui uma realidade que recuse a conciliação da sua atividade com a herança ortopédica das prisões. Em razão disso, Notamos a ausência de uma atuação que permita que o sujeito possa desmobilizar o fenômeno da disciplinarização, frequentemente associado à psicologia nos presídios. Assim, a pesquisaintervenção que fundamenta este trabalho, que intenta novos modos de experimentação, foi realizada na galeria seguro da Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May, no município de Cuiabá, Mato Grosso, entre maio-julho/2015, mediante formação de grupo, junto a mulheres em cumprimento de pena privativa de liberdade. Orientados pelos dispositivos constitucionais, voltados para garantia de direitos de 1988, e aliados aos autores como Bergson (1922/2006, 1907/2005), Deleuze (1993/1997),Foucault (1963/2013, 1975/1997, 1988/2009) e Guerra (2004, 2008) empreendemos o projeto: Oficinas da presença, a partir das demandas que simultaneamente foram surgindo no cotidiano da prisão. Neste contexto, as oficinas permitiram a circulação de algumaslinhas, tais como visita íntima, ressocialização, história de vida, experiência de viver na prisão, direitos das apenadas, relações de afeto, entre outros. Essas temáticas possibilitaram o estudo sobre a própria atuação do psicólogo no sistema prisional bem como o levantamento de novas formas de subjetivação que pensamos ser necessário para a invenção de modos de existência no ambiente de cárcere. Objetivamos, ainda, o estudo sobre encarceramento feminino através da criação de espaços imprevisíveis de convivência que pudessem considerar o fluxo do tempo como elemento de diferença. (BERGSON, 2005). Dessa maneira, ao propor o tempo como elemento de diferença e presença, toma-se como proposta a duré, em que seu próprio estado de afeto é a mudança, aberta aos imprevistos, possibilita uma psicologia invertida, capaz de mobilizar os modos de atuação do psicólogo, especialmente quando nos anuncia que devemos somar “estados tidos como anormais que parecem somar-se à vida normal e enriquecê-la em vez de diminuí-la. Assim, Um delírio, uma alucinação, uma ideia fixa são fatos positivos. Consistem na presença, e não mais na ausência, de algo. Parecem introduzir no espirito certas maneiras novas de sentir e pensar”. (BERGSON, 2009, p.124).Neste sentido, a atuação do psicólogo,nos presídios,deve partir de uma reflexão crítica sobre seu potencial e papel à medida que o processo de construção das oficinas possam duplamente agir como resistência e liberdade, visto que uma realidade é criada no movimento daquela que se desfaz. A esse respeito, pensamos que a criação de um espaço de fala livre, com devires reconciliadores, entre a necessidade que a vida tem de movimento, embora, o panoptismo do ambiente prisional produza, nas 'recuperandas', o “estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (Foucault, 1997, p.177). Com relação a isso,acreditamos que as oficinas possibilitaram espaços, mesmo que provisórios e finitos, de liberdade.Ao término da pesquisa, que ao mesmo tempo atuou como intervenção, destacamos que a formação de oficinas, com demandas ordenadas pelas próprias mulheres, atuou como alternativa de visibilidade dos problemas diários enfrentados e também como proposta de mudanças subjetivas no acolhimento de sua dor. Dessa forma, O silêncio, que se naturalizou como condição de sobrevivência no cárcere feminino, ganhou novos contornos, sobretudo falas que promoveram questionamentos, pequenos laços de confiança, atravessamentos, ressignificações e novos modos de experimentar a liberdade.

Subjetividade, práticas militantes e o cuidado de si

Alice De Marchi Pereira de Souza (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Introdução: Numa experiência de trabalho e militância de uma psicóloga no campo dos direitos humanos, posturas e práticas atravessadas por afetos de tristeza, violência e ressentimento se fazem questão para uma psicóloga-militante-pesquisadora. Cobranças e culpabilizações sobre o que "foi feito errado", falas de que temos de dar conta de tudo, a exigência de uma suposta "legitimidade" para lutar, discursos de ódio, desqualificação do outro para auto-afirmar-se, avaliações que insistem em sua negatividade, mínimas ações que denunciam medo, entristecimento e surpreendentes apaixonamentos pelo poder: por que recorrentemente vemo-nos, do lugar de militantes de direitos humanos e "de esquerda", reproduzindo aquilo mesmo que queremos combater? Pensando junto a Michel Foucault e seu provocador prefácio à edição estadounidense de "O Anti-Édipo" (obra de autoria de Gilles Deleuze e Félix Guattari), pergunta-se sobre como fazer resistência a esses microfascismos que se alojam em nossos corpos e se manifestam em nossos discursos e práticas. O que está intrincado nas frases desse pensador – e que ecoou em vozes de outros intelectuaismilitantes contemporâneos seus, como Deleuze, Guattari e outros – quando escreve que não é preciso ser triste para ser militante, e que a ligação entre desejo e realidade possui uma força revolucionária? E na recomendação análoga, "Libere-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, as castrações, a falta, a lacuna) que por tanto tempo o pensamento ocidental considerou sagradas, enquanto forma de poder"? Para quê e quem esse recado precisa ser dado hoje? O que significaria "preferir o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os agenciamentos móveis aos sistemas"? Residiria aí também a possibilidade de práticas militantes perpassadas por uma alegria enquanto potência de agir? De que forma, ainda, essas questões se articulam à Psicologia Social e às pesquisas nesse campo? Objetivo e Orientação teórica: Munida com a leitura deleuziana de Espinosa, pretendeu-se lançar o olhar sobre esses afetos atravessados nas referidas modulações militantes, colocando em análise tais processos de subjetivação e suas implicações. Foucault então também dialoga com Espinosa, já que nessa ontologia crítica de nós mesmos reside uma pergunta e um trabalho éticos: como lidar com esses afetos que, se por um lado são incontroláveis na forma como nos acometem, por outro, demandam um exercício de cuidado de si, na empreitada de governar a si mesmo e relacionar-se com o mundo? Isto é, uma vez que somos afetados, é preciso intentar alguma operação para que não reproduzamos pura e simplesmente os afetos de tristeza, ressentimento e violência que nos acometem, forças que por sua vez expressam modulações das linhas de poder sobre a vida; então como "dobrá-los", nas palavras de Deleuze? Relação com o GT: Coaduna-se à proposta do GT 31, "Paradoxos entre barbárie e civilização: a arte como operação de transversalidade entre ciência e política na psicologia social contemporânea": a arte articula-se aqui à subjetividade nos termos de uma estilística da existência. O próprio Foucault dirá, sobre seus escritos a respeito da subjetivação: "Eis o que tentei reconstituir: a formação e o desenvolvimento de uma prática de si que tem como objetivo constituir a si mesmo como o artesão da beleza de sua própria vida". Se a aposta ético-política é na potência de uma militância e de uma vida não-fascistas, será preciso sermos artistas de nós mesmos. A psicologia, portanto, é convocada a acompanhar Foucault nos estudos do cuidado de si, assumindo uma postura que é tanto ela própria crítica do sujeito – na medida em que trata-se de um exercício de problematização constante da vida – quanto crítica do eixo tradicional que historicamente orienta psicologias pretensamente científicas: a do cartesiano "conhece-te a ti mesmo". Método: Tomando o plano micropolítico da experiência como território de pesquisa, a psicóloga-militantepesquisadora escreve cartas, em busca de encontros para uma composição que só seria possível se povoada. Numa escrita de si, diluem-se autoria e endereçamento, produz-se pensamento e engendra-se uma estética da existência que problematiza a psicologia, os modos de fazer pesquisa, a militância em direitos humanos e o que é/pode ser "esquerda". Resultados e conclusões: Nada está garantido: não se chega a um "estado de graça", a uma revolução salvadora, a um suposto modelo de militância ou de vida que seria superior aos demais. Trata-se, isso sim, de apostar e afirmar um exercício ético, parresiástico que é árduo e cotidiano de problematização e invenção da própria vida. Ser militante de si e do mundo, na medida em que o si mesmo e o mundo são esculpidos na extensão e intensidade dos mesmos gestos. Tomar a liberdade não como ponto de chegada, e sim como prática incessante de desprendimento de si mesmo. É essa vida como obra de arte que se erige como trabalho e aposta aqui. Quem sabe assim se possam afirmar também psicologias, modos de pesquisar e modulações militantes mais libertárias e alegres em sua potência.

"Eles deixam suas pernas livres para andare a sua boca presa para falar": experiências de jovens nas subculturas do Rio de Janeiro

Alexandre Bárbara Soares (Centro Universitário Augusto Motta)

Este trabalho analisou as diferentes dimensões da experiência de jovens do Rio de Janeiro no interior da subcultura punk e suas ramificações. Nosso objetivo foi compreender como estes jovens vivenciam a experiência de pertencimento a estes territórios culturais e como se veem no mundo e no cotidiano a partir dela. Nossa abordagem sobre tais grupos se deu a partir da experiência dos indivíduos que deles fazem parte, buscando identificar como a participação nestes movimentos mobiliza nos jovens valores, afetos e discursos e atentos à emergência de elementos de resistências culturais cotidianas e singulares a partir desta vivência. A cultura pode ser uma expressão de participação pública e política dos jovens? Em que medida e com que modulações? Estas questões nos aproximam da proposta do GT 7, identidade, reconhecimento e emancipação. Esta análise é parte de pesquisa de doutorado defendida em Março do presente ano, no Departamento de Pós-graduação em Psicologia da UFRJ, denominada ""Suportando o presente": cultura, resistência e a experiência de jovens nos movimentos subculturais no Rio de Janeiro".

Quando abordamos os processos de subjetivação contemporâneo dos jovens por meio da análise das culturas e das subculturas, entendemos que a participação dos jovens nestes espaços podem estabelecer formas de falar no espaço publico, de se fazer ver e perceber no debate político contemporâneo, para estes indivíduos. Urteaga (2011) afirma que as práticas culturais dos jovens articulam fronteiras entre suas perspectivas, valores e desejos com as do mundo adulto e, também, entre outros jovens, tensionando uma essencialização da condição juvenil. Esferas que operam como identificadores entre os iguais etários e diferenciadores frente aos outros, adultos. Para Ronsini (2007), as culturas juvenis são expressões, formas de rebeldia à cultura oficial, à normatização das instituições como escola, família e religião, mas também vontade expressa de ser incluído. Para esta autora, as subculturas, ainda que permeada pelas contradições de adesão ao mercado, coloca os jovens que pertencem a estes grupos em estado de tensão frente à mídia e às forças políticas e econômicas, consistindo, portanto, em uma alternativa de resistência e de desejo de outras formas de pertencimento social, ainda que restrita a esfera do lazer. As formas como os jovens urbanos hoje se apropriam dos espaços das cidades podem indicar não um, mas múltiplos sentidos em que cultura e política parecem tentar se articular.

Dentro deste vasto território cultural, alguns movimentos e correntes vem, nas ultimas décadas, agregando jovens em torno de práticas e discursos que buscam não apenas se contrapor a um conjunto de valores sociais, mas também agredi-los, recusa-los e enfrenta-los. Utilizamos-nos do conceito de resistência cultural, de Duncombe (2002) para estruturar esta análise. Esta perspectiva se articula em torno das ideias de dissidência (dos jovens e de seus movimentos em relação a normas impostas, a padrões pré-concebidos e a regras das quais historicamente não fizeram parte da elaboração) e resistência (ao poder instituído, à opressão ou injustiça dos quais se sentem vítimas), entendendo tais movimentos como rotas possíveis frente à ausência de perspectivas de parte da juventude.

Buscamos abordar a experiência dos jovens nas subculturas a partir do relato de moças e rapazes que circulam e participam do circuito do rock underground no Rio de Janeiro. Exploramos duas dimensões da experiência subcultural: 1) as primeiras experiências no universo subcultural e; 2) as percepções e opiniões construídas pelas pessoas entrevistas neste percurso. Para esta análise, realizamos entrevistas semiestruturadas com dez jovens que participam das cenas subculturais no Rio, em especial dentro do punk e hardcore. Buscamos contemplar uma diversidade etária, de gênero e de estilos. Entrevistamos quatro meninas e seis meninos, sendo um deles, um jovem homem trans. As idades das pessoas entrevistadas variam entre 20 e 32 anos.

Entre as conclusões identificamos que a cena subcultural se organiza e unifica a partir da identificação de uma serie de relações de recusa a um conjunto de situações e atores sociais e o que os jovens buscam nas subculturas é justamente a tentativa de tensionar alguns sentidos hegemônicos, produzidos por certos dispositivos institucionais, sobre sua própria condição juvenil. Como uma forma de transformação que se estabelece por esta experiência, é possível identificar a ampliação do arsenal lingüístico e intelectual e o estabelecimento de um canal de interpretação da realidade diverso dos que estão dados, fora dos canais tradicionais de transmissão cultural, como a família e a escola. Se o que Eagleton (2005a) denomina como "esfera pública" envolve uma reorganização discursiva do poder social, redesenhando as fronteiras entre classes sociais e as divisões entre aqueles que se envolvem em argumentos racionais e aqueles que não o fazem, há uma potência de reverberação nos discursos emitidos em musicas e textos pouco afeitos às formalidades discursivas, emitidos por estes e estas jovens. A adesão ao estilo demarca uma fronteira ultrapassada que legitima para quem faz um outro modo de expressão.

Categoria Pôster

Eixo 01 Educação, tecnologias e sociedade

A Construção Sócio-Histórica do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

Marcelo Franco e Souza (Centro Universitário Estácio do Ceará), **Selene Regina Mazza** (Centro Universitário Estácio do Ceará)

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um dos diagnósticos que mais vem ganhando importância e destaque na prática clínica e institucional, sobretudo em crianças e adolescentes. Se caracteriza por níveis inadequados de atenção, levando a distúrbios motores, perceptivos, cognitivos e comportamentais. De epidemiologia crescente (incidência entre 3% e 6% em todo o mundo e no Brasil) e uma etiologia complexa (multifatorial, combinando componentes genéticos e ambientais). Mesmo com os avanços dos achados acerca da epidemiologia e etiologia do TDAH, este ainda é um transtorno de difícil análise, dado que não existe um teste psicométrico, neurológico ou laboratorial que por si só dê o diagnóstico. E apesar de ser considerado por muitos como transtorno do neurodesenvolvimento, de origem biológica, há uma discussão crescente sobre seus aspectos simbólicos, intersubjetivos e sociais. A psicofarmacologia rapidamente tem criado medicamentos para todas as psicopatologias, prometendo alívio de qualquer sofrimento mental. Cabe à psicologia, única – provavelmente – área científica e profissional da área neuro/psi a se preocupar com o indivíduo em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais – como bem postula os princípios da atuação em saúde do SUS – promover o debate acerca multiplicidade de causas para os transtornos mentais. Objetivamos com essa pesquisa investigar que aspectos psicossociais favorecem o TDAH, contribuindo com as discussões acerca de sua etiologia em seus aspectos psicossociais, aproximando discussões da psicologia social e da psicologia cognitiva acerca do transtorno e evidenciando os processos de patologização dos indivíduos. O TDAH tem sido um dos psicodiagnósticos a contribuir com o processo de patologização, sobretudo por sua origem biológica, que muitas vezes favorece a falta de discussão sobre os aspectos psicológicos e sociais envolvidos no transtorno, cabendo à psicologia promover o debate ampliado sobre a etiologia do TDAH, unindo conhecimentos da área cognitiva e social, contribuindo tanto para o conhecimento científico na área, como também cumprindo seu papel de ajudar as pessoas a diminuírem seu sofrimento mental e o sofrimento das interelações, que sem dúvida o TDAH promove. O processo de constituição social e científica do TDAH não se resume à interrogação sobre sua natureza real e biológica. Ele é formado por outras questões de caráter político, ético, econômico e moral que dialogam com as exigências da economia.

Para isso utilizamos a psicologia sócio-histórica que se mostra como uma perspectiva crítica ideal para a construção de nossa proposta de investigação do TDAH, não deslocado da realidade social que o produz e o categoriza, porém como fenômeno psicológico que fala da subjetividade, mas, também, necessariamente da sociedade que a produz, teórica e metodologicamente alinhada à psicologia social crítica, que não reduz a leitura da realidade ao que existe, mas conceitua e avalia as condições e alternativas subjetivas e concretas frente ao que está empiricamente dado. Para tanto, está investigação tem como procedimento metodológico a análise comparativa do TDAH como fenômeno que se constitui numa relação dialética com o social e a história, e, naturalmente com suas configurações biológicas. A revisão da literatura tem como referência os artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais tendo como referência (intercruzada) os seguintes descritores: TDAH, psicologia, neurociências, social.

A Implementação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba

Aléxia Thamy Gomes de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

O período autocrático burguês foi caracterizado por um momento na história do Brasil onde os militares tomaram posse do governo na data de 01 de abril de 1964 figurando aspectos da governabilidade que permeavam em diversas esferas, este reivindicavaa possibilidade de reacender o "progresso econômico" de estabelecer a "manutenção da moralidade familiar" e na "contenção da ameaça comunista", regado a um espírito "nacionalista", se utilizando da constituição vigente e posteriormente dos Atos Institucionais, estes passaram a modificar o panorama da politica brasileira de forma descomunal em diversas esferas. Tendo em vista a influência do regime de exceção política, este trabalho tem como objetivo descrever a possível influência do período autocrático burguês junto ao PPG da universidade federal da Paraíba, o qual foi um dos pioneiros quanto à implementação na região Nordeste do Brasil, no ano de 1976.

Inicialmente nota-se certa colaboração no sentido da ofensividade da ciência psicológica.

Entretanto, vemos que não se trata de uma especificidade da Psicologia.

Assim, a educação pública no âmbito do ensino superior não estava excluída das transformações que tais movimentos da ditadura proporcionavam, especialmente o nordeste brasileiro teve seus horizontes "expandidos" para justificar o desenvolvimento que era proposto. No que diz respeito ao eixo temático escolhido (Educação, tecnologias e sociedade), temos que as políticas cientificas e educacionais estão direta ou indiretamente ligadas com o contexto histórico político do período e que tais políticas podem ser modificadas com o intuito de servir interesses já postos. Diante do exposto, partimos de uma leitura dos dados a partir de uma perspectiva marxiana que compreende tais fenômenos a partir de uma visão histórico-dialética, onde o período exerce poder de modificação sobre as políticas de ensino, e essas políticas também agem de forma a modificar a política vigente. O ensino superior foi oficializado na Paraíba através da junção de escolas superiores em 1955 pela lei Estadual 1.366, sua federalização se deu a partir de 1960 com a Lei de n°: 3.835. Em particular ao falar de tais transformações, a pós-graduação seguiu tal ritmo de expansão e em 1976 foi criado o PPG em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba. Esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório, em que foram colhidos depoimentos de docentes e coordenadores do programa que viveram a pós-graduação em Psicologia no contexto. Foram realizadas entrevistas com fundadores e participantes dos Programas de Pós-Graduação da UFPB e a partir da analise dos dados colhidos e contrastados com a literatura, temos que os dados corroboram na compreensão apresentada por autores que dividem o período autocrático burguês em 3 períodos, apontando uma certa "abertura política" no terceiro período, quando o regime decide acatar políticas menos rígidas com o intuito de atingir as expectativas da sociedade civil. Já de início, três aspectos devem ser destacados nesse longo período. Primeiro, o processo de "distensão política", depois chamado "política de abertura" e, por fim, "transição política", foi iniciado pelos militares, e não por pressão da "sociedade civil", ainda que ela tenha influído, de maneira decisiva, menos no curso e mais no ritmo dos acontecimentos. Segundo, esse processo teve sua natureza, andamento e objetivos determinados também pelos militares ou, mais exatamente, por uma de suas muitas correntes político-ideológicas. (Codato, 2005, p.83).

A informação como parte da busca do prazer: dimensão saudável da sexualidade humana

Mônica da Sílva (Centro Universitário UNIFAFIBE), Renato Cezar Silvéri Júnior

A escola sempre foi um espaço importante para o desenvolvimento humano no qual é apontada para melhor intervenção sobre a sexualidade adolescente, pensando que é o ambiente no qual suas relações iram se expandir e potencializar sua capacidade de sentir, ter prazer, dar, compartilhar e receber. Ao mesmo tempo é no espaço escolar que os entraves sexuais vão também adentrar, sendo importante que estas instituições produzam movimentos constantes de vitalização e problematização de suas vivências.

A sexualidade humana vai além do biológico e nos últimos anos trouxe alguns desafios à saúde pública, neste trabalho foca-se no crescimento do número de gravidezes indesejadas e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis (BONATO, 1996), dessa forma a sexualidade adolescente aparece como um foco que necessita de investimento político e o âmbito escolar é um lugar privilegiado para intervenções e problematizações a fim de entender como os jovens produzem os discursos a respeito de seus corpos e prazeres.

À partir de referências bibliográficas e vivencias no campo de estágio, este trabalho teve como objetivo orientar e desmistificar ideias errôneas de como engravidar e adquirir doenças sexualmente transmissíveis através de intervenções com grupos de adolescentes, em uma Escola Municipal do interior de São Paulo, tendo como orientação teórica autores relacionados ao tema sexualidade. Os dez encontros foram realizados nas sextas- feiras no período vespertino com adolescentes na faixa etária de 14 anos, no qual havia uma gestante adolescente. Ao longo dos encontros conduzidos pela estagiária de Psicologia, foi pensado de maneira interativa formas de orientar, busca superar mitos, preconceitos e tabus sexuais.

Foi fundamental que a estagiária ao planejar as atividades sobre a temática, levasse em conta a faixa etária e compreendesse que o aluno tinha o direito de preservar sua intimidade. Para discutir sobre a temática não era preciso expor ao grupo e a estagiaria fatos sobre suas vivencias e sim a importância de sair dos encontros com suas duvidas sanadas, pois só assim haveríamos atingido o objetivo do estágio que foi ética, saúde e orientação sexual. O primeiro encontro foi realizado com o objetivo de conhecer os alunos, seus interesses e dúvidas relacionadas ao tema, foi pedido a eles que escrevessem em um pedaço de papel, uma pergunta ou duvida sobre sexo, pensando que não haveria a necessidade de colocar seus nomes. Entretanto houve o cuidado de explorar a temática de maneira sutil, pois envolvia diferentes subjetividades, e a estagiaria deveria se sentir confortável para trabalhar as questões junto aos adolescentes (SERRÃO, BALEEIRO 1999). Diante dos encontros que sucediam semanalmente foi citado pelos alunos assuntos dos quais eles tinham dúvidas: sexo e doenças sexualmente transmissíveis, foi também programada uma palestra com agentes de saúde local (enfermeira, assistente social e psicóloga). Além dos alunos, também participaram da reunião algumas mães, trouxeram perguntas relacionadas a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis e como poderiam orientar os filhos sobre sexo praticado "precocemente" (segundo as mães). Nesta fase da adolescência e maturidade do desenvolvimento humano são acarretadas transformações biopsicossociais incitadas pela ação hormonal, sendo então uma fase de transição da infância ao adulto, junto ao amadurecimento corporal há também transformações emocionais do qual alguns pais têm dificuldade de orientar ou até mesmo conversar sobre o tema "sexo", pois o tempo parece não sanar dúvidas que nasceram na adolescência. O envolvimento da família e da escola no processo sexual dos adolescentes pode colaborar e proporcionar reflexões e esclarecimentos de forma saudável e consciente, quebrando paradigmas e preconceitos sobre sexo (SOUZA, 1991). Na ótica de Trindade (1999) a família mantem a ideia de filhos assexuados, por isso a ausência de orientação sexual dentro do âmbito familiar. Atualmente vivemos uma celebrização em relação aos desejos e praticas sexuais. No entanto os adultos tendem e reprimir atos sexuais ou obscenos praticados pelas crianças. A estagiaria trouxe palestras com profissionais da saúde, discussões em grupos e dinâmicas que possibilitou conhecimento e descontração aos adolescentes. Devido as duvidas e mitos em torno dos anticoncepcionais, transmissão do vírus HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, foi trazido aos alunos a dinâmica Mitos e Realidade do Projeto Crescer e Ser. A atividade tratava dos mitos e tabus que envolviam a sexualidade, a técnica incluiu posicionamento dos alunos proporcionando reflexão sobre as questões apresentadas e permitindo a estagiaria perceber o nível de conhecimento da sala e da comunidade que faziam parte finalizando o encontro grupal com o propósito de serem esgotadas as dúvidas referentes à sexualidade.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Educação [sexual] e sexualidade: o velado e o aparente.

Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação-UERJ, 1996.

SOUZA, H. P. Convivendo com seu sexo (Pais e Professores). 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1991 TRINDADE, E.; BRUNS, M. A. T. Adolescentes e paternidade, um estudo fenomenológico.

Ribeirão Preto: Holos, 1999.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. Aprendendo a ser e a conviver. São Paulo: FTD 1999.

A Orientação Profissional enquanto um processo – perspectivas e desafios do estágio em Psicologia

Natália Pascon Cognetti (Universidade Estadual de Maringá), **Jaqueline Garcia Diniz** (Centro Universitário Unifafibe), **Pauliana Tamires Papel** (Centro Universitário Unifafibe)

Entre os papeis da Psicologia no contexto escolar estão atividades que consideram os diversos elementos presentes no cenário educacional: alunos, professores, gestores e família. Analisados os objetivos deste cenário propostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/9 em vigência, é possível observar atividades voltadas à preparação ao mundo do trabalho, a partir de uma visão social e de dignificação humana que este possa contemplar. Entre estas possibilidades, está a Orientação Profissional. Ainda que em seu início tenha objetivado o ajustamento das características do sujeito ao mercado de trabalho e, enfatizado a relação força de trabalho-mercadoria presente no modo de produção capitalista, sabe-se que hoje a orientação pode ser contemplada a partir de uma perspectiva social. Por meio de um processo educativo, ocorre a problematização sobre o significado e o mundo do trabalho, assim como um olhar para as características pessoais do orientando. Partindo de tais considerações, o presente estudo possuiu como objetivo realizar a Orientação Profissional com jovens do 3° ano do Ensino Médio de duas escolas da rede estadual de ensino de Bebedouro e Barretos, São Paulo. Ponderadas estas considerações, este trabalho busca a reflexão sobre o Eixo Temático Educação, Tecnologias e Sociedade, e as políticas pedagógicas voltadas ao campo da Orientação Profissional não apenas como proposta para formação escolar, mas, como atividades voltadas às diversas esferas de formação do sujeito. Foram realizados dez encontros semanais, baseados em um Programa de Orientação Profissional desenvolvido para realização do Estágio Específico em Educação, do último ano do curso de Psicologia. Os encontros debateram as temáticas: o processo de Orientação Profissional; "eu me conheço?" – desenvolvendo autoconhecimento; a escolha profissional; investigando as profissões e o mercado de trabalho; sensibilização para a educação; habilidades sociais e relacionamento interpessoal; possibilidades de cursos e bolsas para estudo; projeto de vida – alcançando sonhos e, para finalizar, a discussão com alunos e educadores sobre as atividades desenvolvidas. Primeiramente, buscou-se a compreensão da escola a partir do seu meio cultural, econômico e social. Para apresentação do mercado profissional, foram realizadas exposições de vídeos e visitas de profissionais das diversas áreas de interesse dos alunos. Desenvolveu-se um workshop de profissões, onde os discentes poderiam circular e dialogar com os profissionais sobre as funções, dificuldades e demais características do mercado de trabalho atual. Como resultados, foi possível observar que, inicialmente, tanto os alunos quanto as escolas compreendiam o processo de orientação apenas como avaliação psicológica, através de testes voltados ao apontamento de uma profissão. Outro dado relevante foram as falas de muitos alunos sobre o desconhecimento da relação profissão e características pessoais. Por meio de dinâmicas que visavam autoconhecimento, relacionamento interpessoal, significado do trabalho e influência da família na decisão, observou-se uma maior participação e desenvolvimento dos alunos nos encontros, e informação de professores e gestores sobre as atividades. A coleta de dados sobre resultados do trabalho com a gestão escolar apontou para a maior participação dos alunos em sala de aula e, desta forma, sensibilização para a educação como importante instrumento de desenvolvimento profissional e pessoal. Conclui-se que o estágio atingiu ao objetivo de apresentar a Orientação Profissional como um processo que considera, em sua realização, tanto as características individuais quanto as informações culturais, sociais e socioeconômicas.

Compreende-se como necessários trabalhos que apresentem a orientação como possibilidade para elaboração do projeto de vida do sujeito e, assim, do desenvolvimento de habilidades importantes à vida profissional e pessoal, além apenas de informações ocupacionais.

A psicologia escolar na busca da (des)patologização do processo de ensino-aprendizagem

Marise Brito do Rego (Universidade Federal do Ceará)

A presente pesquisa consiste em um relato de experiência profissional, ao qual me proponho a abordar acerca de um trabalho realizado com professoras da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, de uma escola da rede privada de ensino da cidade de Parnaíba-PI, sobre a patologização do processo de ensino-aprendizagem. As práticas de patologização e medicalização referem-se à transformação de questões do âmbito social, econômico e político em questões do âmbito médico, ou seja, essas passam a ser vistas e investigadas sob o olhar de um único campo do saber, que vem a ser a Medicina. Dessa forma, a medicalização implica vários fatores que se referem aos efeitos a longo prazo que traz, as relações que produz, os rótulos que instala, as dificuldades que os sujeitos encontram a partir da mesma e o modo como esses passam a se perceber. A medicalização na infância é mais um desdobramento desse processo e está presente, cada vez mais, nos diversos dispositivos de saúde e espaços educacionais. Na escola, este fenômeno se manifesta colocando como causa do fracasso escolar qualquer suposição diagnóstica dada a uma criança. Enquanto psicóloga escolar, me deparei, por muitas vezes, com queixas e demandas, advindas tanto das educadoras quanto da coordenação, sobre os "alunos-problema" que dificultavam os processos de ensino e não alcançavam uma aprendizagem satisfatória. Passei a me questionar sobre essa temática quando observei que os números a mim repassados não eram pequenos, mas sim alarmantes e preocupantes. Vieram algumas perguntas: "Como a criança e a família reagem ao estigma imposto e ao fracasso escolar?", "Por qual razão um diagnóstico médico é tão necessário e importante para a educação?", "Qual a dimensão dessa patologização e o que a mantêm?". Pretendi, a partir disso, iniciar um trabalho com a equipe pedagógica que tem por objetivo a busca da (des)patologização do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, realizei acompanhamento e visitas às salas de aula, em que pude fazer observações participantes. Proporcionei momentos de escuta qualificada tanto às professoras, como aos alunos e pais, assim como a realização de entrevistas semi-estruturadas com esses participantes. A partir das observações e entrevistas, notou-se, por grande parte das educadoras, que as causas do fracasso escolar estão centradas, na maioria as vezes, na criança ou na família. Isso mostrou que as profissionais pouco refletem e aprimoram suas práticas de ensino. Já os alunos e pais, demonstraram em suas falas níveis de sofrimento, conflitos e dúvidas acerca da situação. Por fim, foi realizada uma palestra e roda de conversa com a equipe pedagógica acerca do tema e de suas repercussões no ambiente escolar. Neste momento, a equipe mostrou-se engajada e motivada a buscar uma reflexão, ampliação do olhar acerca dos alunos e, principalmente, mudanças de práticas. É importante ressaltar e se espera que os principais resultados surjam e possam ser vislumbrados no cotidiano escolar, junto aos acontecimentos, buscando brechas e novos devires.

Dessa forma, estudos desse aspecto podem contribuir com a desconstrução e mudança de práticas normalizadoras bastante presentes na Contemporaneidade, trazendo reflexões que podem gerar novas formas de atuação profissional e práticas sociais mais comprometidas com os processos de singularização.

A socialização e a tolerância às diferenças no contexto de sala de aula

Bruna Áfrico Pardini (Centro Universitário Unifafibe), **Nathalia Lionel de Carvalho** (Centro Universitário Unifafibe), **Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes** (Centro Universitário Unifafibe)

De acordo com as contribuições de Freud, as fases do desenvolvimento humano são de extrema valia para formação dos processos psicossociaisdo adulto, e o impacto das questões psicológicas forjadas na infância são responsáveis pela saúde dos sujeitos em todo o contexto ao qual se inserem. No presente trabalho, as crianças acompanhadas encontravam – se na Fase Fálica, dos três aos seis anos.Zimerman (1999) argumenta que é de interesse da libido o próprio órgão genital e que a criança manifesta dois tipos de sentimento com relação aos genitores:o do sexo oposto é tido com grande apego e o outro, por uma identificação figurativa, apontando assim para o estágio edipiano da criança.O desenvolvimento humano nas instituições escolares entende-se que uma das maiores dificuldades dentro dos processos educacionais é trabalhar as diferenças em sala de aula e promover a socialização dos alunos, principalmente quando se trata de integrar aqueles apontados pelos centros escolares como sendo considerados a"queixa" institucional, porpouco corresponderemà heterogenia da obediência, e que, portanto, acabam sofrendo a intolerância dos demais alunos em classe (BORSA, 2007).Para a realização do trabalho, fora objetivadoatividades que promovessem a socialização dos alunos da pré – escola, voltando à atenção para um aluno em específico, ao qual a instituição argumenta deter comportamentos "inadequados", tal proposta está inserida no eixo temático que versa a educação, tecnologias e sociedade, pois este trabalho encontra – se intrínseco com as questões que interessam à Psicologia Social e Escolar, aos quais tange a constituição do sujeito em formação, bem como a discussão das problemáticas que advém do sistemaeducacional brasileiro e que afetam os processos psicossociaisdestes indivíduos, adotando, portanto, o referencial teórico que embasa o trabalho composto pelo olhar sobre os processos de socialização dentro das escolas e o desenvolvimento humano para Freud.O trabalho fora realizado pelos alunos do quarto ano de Psicologia do Centro Universitário Unifafibe em um estágio específico supervisionado. O estágio fora desenvolvido em um centro de educação infantil da rede municipal da cidade de Barretos, interior de SP, cujo público fora crianças da pré – escola, com faixa etária entre cinco e seis anos de idade;os encontros acorriam nas quintas e sextas - feiras, tendo durabilidade de duas horas e trinta minutos, durante o primeiro semestre do ano de 2015.O estágio foi estruturado em dez visitas, as quais nas três primeiras visitas objetivaram o levantamento das demandas do centro educacional infantil, utilizando–se de conversas informais com profissionais do local, entre eles, professores e direção; além da observação do ambiente escolar. As atuações conseguintes das estagiárias dentro da instituição visaram trabalhar, por meio de dinâmicas de grupo as: diferenças dentro da sala de aula; habilidades psicomotoras (grupal e individualmente com o aluno encaminhado); aceitação e respeito mútuo; empatia e importância do grupo. No final foi realizada uma devolutiva para a escola e para as crianças. O contato inicial com a instituição escolar fora demarcado pela queixa da direção em referência a um aluno tido com comportamentos "inadequados",uma vez que este apresentara dificuldades de interação social e indisciplina, além da intolerância e pouca aceitação dos demais alunos da pré – escola com relação ao aluno.A proposta interventiva do presente trabalho consistiu em promover a socialização do aluno tido como "problema" através de atividades e dinâmicas de cunho grupal, o que fora alcançado com as atividades que dizem respeito à confecção de cartolinas que retratavam o vídeo "Zula – A menina azul". Estaatividade possibilitou o companheirismo e a interação das crianças frente ao aluno exposto como a demanda da escola, além de contribuir para a compreensão das diferenças como algo inerente a todos, e que, portanto devem ser respeitadas. Outro resultado obtido fora por intermédio das músicas trabalhadas, haja vista que estas necessitavam do contato e a colaboração de um colega de sala, e em alguns momentos uma interação global com os demais alunos; nesta situação fora observado segurança e satisfação em trabalhar em equipe.Como resultado final da experiência do presente estágio, tem–se as contribuições das atividades e dinâmicas para a promoção da socialização, alicerçadas pelo olhar da Psicologia Social dentro das instituições escolares, sem perder de vista a questão do desenvolvimento humano.

BORSA, J, C. O papel da escola no processo de socialização infantil. 2007. Disponível em: www.psicologia.com.pr. Acesso em: 10 ago 2015.

ZIMERMAN, D. E. Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Bruna Africo Pardini (Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro, SP).
Nathalia Lionel de Carvalho (Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro, SP).
RamizCandeloro Pedroso (Supervisor de estágio do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro, SP).

Análise sobre a estimulação precoce por fisioterapeutas em creches públicas nas regiões Sul e Nordeste do Brasil

Noory Lisias Gomes Apolinario de Oliveira (Universidade Católica de Petropolis), Diana Ramos de Oliveira (Universidade Católica de Petrópolis)

Este pôster é resultado de uma revisão de literatura, na qual foram analisados artigos publicados nos últimos dez anos nas regiões sul e nordeste do país, sobre a inserção e contribuição do fisioterapeuta no ambiente de creche. Com o objetivo de evidenciar a fisioterapia no seu papel primário de estimulação precoce e contribuinte para o desenvolvimento motor infantil, promovendo um ganho cognitivo e social do bebê em creche, observando o nível de inserção do profissional reabilitador nessa instituição. Neste sentido, observa-se uma estreita relação com o eixo temático Educação, tecnologias e sociedade que nos oferece a possibilidade de discutir as competências, habilidades e conteúdos em torno do papel do fisioterapeuta em atenção primária, estimulando a prática interdisciplinar. Metodologicamente, para esta revisão da literatura, foi feita uma análise dos artigos sobre a inserção de fisioterapeutas em creches públicas nas regiões Sul e Nordeste do Brasil publicados nos últimos dez anos, enfatizando a discussão sobre cada fase em que se encontra a implantação da fisioterapia aplicada à educação nas universidades — como disciplina — assim como a atuação do profissional nas creches públicas. Para isto, foi utilizado como fonte de dados os seguintes portais: LILACS, GOOGLE ACADEMICS, utilizando os descritores “creches públicas”, “desenvolvimento motor normal”, “creche nas regiões sul do Brasil” e “creches na região nordeste”. Os resultados apontaram que a inclusão de creches no sistema educacional é uma realidade na nação, porém, a forma como cada região interpreta a sua instalação depende do traço cultural, apesar do contexto social no qual está inserida. O assistencialismo não é mais admitido em nenhuma das duas regiões. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), que integra a creche como o primeiro estágio da educação infantil, de caráter não obrigatório, mas que deve ser oferecido a todo cidadão, está sendo cumprida. A região sul apresenta avanços nesta área, com a inclusão de pós-graduações e discussões transversais dos diversos profissionais deste segmento, e a inserção, em grade curricular, da matéria fisioterapia escolar, trazendo uma visão multidisciplinar à creche, com a presença da fisioterapia. Na região nordeste tem constatado a presença de atrasos motores, decorrentes da alimentação inadequada, ausência de pré-natais maternos, dificuldade de estimulação no lar, intercâmbio materno afetivo precário, brinquedos inadequados ou ausentes, que poderiam contribuir para o ganho cognitivo. Porém, na literatura analisada da região nordeste não há propostas de intervenção, formando um hiato que deve ser revisto. Conclui-se, portanto, que a mudança na formação da estrutura familiar, onde a mulher tem um papel proeminente na economia doméstica, sendo, em muitos casos, a única provedora, aumentou a necessidade dessa instituição, dando um caráter urgente para a criação de mais vagas. Entretanto, somente o fornecimento de estrutura física — berços individuais, ambiente limpo, alimentação adequada — não supre todas necessidades da criança. As classes sociais elevadas têm a sua disposição uma estrutura mais elitizada, onde a estimulação precoce é objeto de preocupação. A Constituição garante direitos iguais ao pequeno cidadão, dotado de capacidades e de potenciais que devem ser explorados para o seu bem, tornando urgente a discussão da mudança de estratégias do modelo educacional ora vigente; prevenindo o atraso motor primário, o que acarretará dificuldades de alfabetização, baixa estima, depressão e evasão escolar. Os cursos de fisioterapia devem, então, somar esforços com os terapeutas cognitivos na visão holística da criança, como ser biopsicossocial, buscando a prevenção dos atrasos motores secundários provocados pela falta de estimulação, para tanto é necessário voltarse ao período de maior aquisição de habilidades motoras e cognitivas: a saber de zero a um ano de vida; minimizando problemas comuns nesta faixa etária, e as consequências futuras que lotam as clínicas de reabilitação. Finalmente, poder-se-ia dizer que os dados corroboram com pesquisas em diversas áreas que defendem a existência de um prejuízo cognitivo de crianças inseridas nas creches antes de um ano de idade, por exemplo, testes de cognição apontam atraso de linguagem e precário ganho afetivo. Do ponto de vista educacional, pesquisas apontam a necessidade do aprimoramento das atividades cognitivas nesta faixa etária. Discussões sobre o pedagogo como facilitador de conhecimentos acadêmicos, e os auxiliares de creche como cuidadores da higiene geram uma cisão e uma fragmentação do trabalho de estimulação do bebê e deixam uma lacuna que deve ser preenchida pelo fisioterapeuta, que, em sua formação acadêmica, estuda exaustivamente esse tema. Ainda nesta análise observou-se os fatores de intercorrências pré e pós-natal que geram atrasos motores específicos, requerendo uma maior atenção dos profissionais envolvidos neste segmento.

Conscientização da importância de práticas inclusivas voltadas para as novas configurações familiares no ambiente escolar

Leonardo Carvalho de Oliveira (Universidade Estadual da Paraíba), Daniele Gonçalves Rodrigues (Universidade Estadual do Piauí)

A família constitui-se como um dos temas mais discutidos atualmente, em diferentes campos de estudo. Tratar desse tema nos dias de hoje apresenta-se como um grande desafio, em especial quando se fala das novas configurações familiares, tendo em vista o quão complexo é essa temática. Essas novas construções familiares demandam um olhar que não se resuma ao estereótipo criado pela sociedade tradicional ao longo dos anos, bem como que escapem de leituras psicologizantes. Há uma grande crítica sobre esses novos arranjos familiares, por parte de pessoas que acreditam que a família está acabando, mas na realidade o que está acontecendo é uma mudança no perfil das famílias, e ainda que esse conceito seja bem diferente do conceito da família nuclear/tradicional, a mesma ainda continua sendo centro da vida das pessoas, o eixo principal e indispensável da sua criação e educação. O objetivo desse estudo consistiu em intervir junto a um grupo de professores da Escolar Municipal Tia Neném Brito de Inhuma (PI) por meio de ações que promovam a conscientização da importância de práticas inclusivas voltadas para as novas configurações familiares no ambiente escolar. Tal estudo se deu a partir das demandas observadas no ambiente escolar acerca das novas configurações e a falta de promoção deste tema junto a equipe docente. A educação proporcionada através dessa prática, sobre as diversas esferas da vida social, parte da necessidade da conscientização dos indivíduos para o papel da educação no cumprimento da tarefa de inclusão desses novos arranjos familiares e da promoção do respeito. Sendo a educação voltada para a humanização e a formação dos professores no aprimoramento dos direitos democráticos dos discentes que possuem arranjos familiares diversificados. A intervenção com os professores teve duração de 03 encontros, no total de 12 horas. O grupo de professores era formado por 25 docentes de ambos os sexos, com idades entre 30 a 55 anos. As atividades realizadas consistiam em: apresentação do projeto para a comunidade escolar (professores, diretor e coordenador) e oficinas voltadas para a temática acerca do novo perfil das famílias no Brasil, as ferramentas que podem ser utilizadas pelos professores nas práticas pedagógicas para inclusão dos novos arranjos familiares e a construção de materiais a serem utilizados como suporte dos professores para a execução das práticas inclusivas. Nos encontros utilizou-se como metodologia grupo de debate, técnicas de dinâmica de grupo, ferramentas audiovisuais, com apresentação de vídeos e documentários sobre a temática, vivência e construção de material pedagógico. Levando em consideração os princípios educacionais propostos por Paulo Freire, que partem de um movimento de troca de experiências e debates constantes entre os participantes do processo no qual o conhecimento trazido pelos professores foi de grande importância para o desenvolvimento das atividades propostas. Durante os encontros os professores se mostraram a vontade com os estagiários, e interessados acerca do tema trabalhado, visto que era uma demanda encontrada no seu trabalho cotidiano em sala de aula, participando ativamente das atividades, embora alguns tenham demonstrado resistência no início, o que foi sendo desconstruído ao longo dos encontros. Percebeu-se que os vínculos afetivos construídos entre estagiários e professores, a convivência e a troca de conhecimentos, contribuíram possibilitando uma maior abertura nos debates estabelecidos. Conclui-se que o trabalho trouxe contribuições para a formação dos professores, como também mudanças para o cotidiano escolar, modificando o entendimento de muitos dos professores, e agregando outros valores a sua vivência em sala de aula, além de proporcionar um momento em que os professores sentiram-se a vontade para um debate construtivo e inovador na sua experiência escolar e de vida, o que será levado adiante para a comunidade como um todo.

Contribuições da Psicologia em uma escola voltada à população em situação de rua

Andrea Costa de Carvalho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A educação se engendra como instituição a serviço da docilização dos corpos, do doutrinamento, não sendo, portanto, endereçada aos que desviam da produção subjetiva padronizada, regulada pelo capitalismo contemporâneo. O espaço escolar, em sua história, não contempla a diversidade, não acolhe e problematiza a diferença. Contrapondo-se à lógica excludente, surge a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, que, desde seu nome, vem a apropriar-se do espaço da cidade, tensionando a segregação do urbano. Vemo-nos assim com a questão: "Como pensar uma educação para quem não é tolerado pela cidade?".

Esta escrita versa sobre as contribuições da psicologia através de uma escuta sensível das vidas que ocupam esta escola. A partir das inquietações produzidas no transcorrer da prática de estágio nesse cenário, busca-se tecer redes de sentido sobre a práxis psi, apontando o lugar da escuta como privilegiado no acompanhamento desses sujeitos. O vínculo institucional entre Universidade e Escola deu-se no campo da Redução de Danos, através da Rede Multicêntrica Centro de Referência e Apoio Institucional para Políticas de Cuidado ao Uso de Drogas vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Varridos para os pontos cegos da cidade, também invisível se fez essa escola, cuja visibilidade fora ensejada pela tentativa de fechamento por parte da prefeitura de Porto Alegre, RS. A EPA, como é chamada, é uma escola de modalidade EJA (Ensino de Jovens e Adultos), que atende prioritariamente pessoas em situação de rua. Contudo, o governo atual entende que deve ser dada prioridade à educação infantil. Novamente, a tentativa de retirar desses sujeitos a possibilidade de inscrever-se no laço social. A mobilização social que resultou em sua permanência (ainda nãodefinitiva) revela como a escola pode se constituir enquanto lugar de pertencimento daqueles que a habitam. Mais do que um local de circulação, de passagem, a escola compõe elo entre os sujeitos e o socius, possibilitando-lhes novas formas de existir, que lhes são negadas nos demais espaços urbanos. A prática ética cotidiana, pautada pelo acolhimento, produz teias de pertencimento entre o espaço físico, docentes, alunos, funcionários e os demais atores que compõem essa comunidade.

O Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento (SAIA) constitui-se como espaço de escuta e produção de narrativas dos alunos. Muitas vezes, a psicologia é endereçada ao espaço do SAIA. Reconhece-se, no espaço escolar, sua função de escuta e acompanhamento do que faz questão ao aluno, para além de suas interrogações curriculares. Entretanto, apoiamo-nos numa prática itinerante, que segue as linhas de vida desse sujeito por onde estas são tecidas, ensejando nosso fazer onde somos convocadas a estar – na sala de aula, no refeitório, nas ruas da cidade. O processo educacional, componente dos processos de subjetivação, não está circunscrito no ambiente escolar. Nosso fazer cotidiano ocupa-se da construção da escola como um espaço entre; espaço que possibilite o encontro entre a cultura e o sujeito. Um lugar de acolhimento a quem ali se encontra, e não um espaço de normatização do comportamento.

Inclinamo-nos à construção de uma clínica enquanto prática política, que considere a especificidade desses sujeitos interpelados pela exclusão social. Tomamos a noção de clínica como experimentação, lugar de reinvenção da escuta e do olhar. Para tanto, pensamos o sujeito com base na indissociabilidade entre indivíduo e sociedade, buscando romper com as dicotomias que perpassam a psicologia. Nessa perspectiva, engajamo-nos na clínica como aposta no sujeito em seu desejo, de modo que clinicar é buscar produzir rupturas, acompanhando os sujeitos em seu devir, seu processo, sempre singular, de diferenciar-se, sobretudo, de si mesmo. Nesse sentido, a clínica do devir é uma clínica do encontro, pois a transformação subjetiva emerge no entre-dois. É na abertura ao outro, ao desconhecido, que pode emergir a invenção. Tem-se assim o encontro como lugar privilegiado na produção de subjetividade.

Ressaltar a clínica como prática política é afirmar seu compromisso com o desejo. Deslocar o lugar de resto que esse sujeito ocupa na estrutura social, de tal sorte que se possa fazer surgir o sujeito desejante. Muitas vezes, somos interpelados a olhar para a situação social de desamparo. Mas e o que estes sujeitos têm a nos falar de vida, de potencialidade, de possibilidades? Eis então um lugar possível para a psicologia. Acompanhar estes sujeitos em seu devir. Isso implica trabalhar em direção oposta ao fazer normativo, que anula o sujeito. A escuta e o olhar da psicologia devem apontar na direção do desejo, do reconhecimento do sujeito em sua alteridade.

Crianças indisciplinadas? Uma intervenção em Psicologia da Educação no interior de São Paulo

Claubia Regina Ramos Nogueira (Centro Universitário Unifafibe), **Michael Luís de Alencar** (Centro Universitário Unifafibe), **Juliana Lopes Sartorelli** (Centro Universitário Unifafibe), **Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes** (Centro Universitário Unifafibe)

Introdução: Um conflito comum nas escolas atualmente, é que os professores têm uma concepção de que o bom aluno é aquele que não faz "bagunça" durante a aula, ou seja, aqueles que não falam durante a aula. O problema, é que essas crianças, ditas como bagunceiras, estão apenas sendo crianças, expressando sua subjetividade e tentando construir seu processo de socialização secundária (BERGER; LUCKMANN, 2002). Desta forma, o ideal de aluno levantado pelo professor é de um aluno calado que muitas vezes pode apresentar problemas de interação social. Vygotsky (apud DAVIS; SILVA; ESPÓSITO, 1989) afirma que o homem é um ser social e que é durante a relação com o próximo, e por intermédio da linguagem, que ocorre o desenvolvimento do sujeito. No entanto, tal interação pode ser vista de maneira desrespeitosa pelo professor: situação que é citada por Rego (1996), quando afirma que a indisciplina passa a ter um peso de desrespeito e desacato, porque o comportamento das crianças não se encaixa àquele que é normalmente "aceito". Mas quais intervenções podem ser feitas de fato pela Psicologia? Quais os dilemas desta atuação e suas possibilidades no contexto escolar? **Objetivo**: Promover um projeto de intervenção educacional para crianças "indisciplinadas" em vulnerabilidade social, enfocando a socialização dos alunos. **Relação com o eixo temático**: Eixo escolhido: Educação, tecnologias e sociedade. O trabalho traz a relação direta entre Psicologia Social e Educação em sua práxis crítica e democrática. A inserção da Psicologia dentro das escolas é uma questão diretamente relacionada às políticas públicas, desta forma, este trabalho pretende contribuir para esta discussão. **Orientação Teórica**: O referencial teórico que embasa o trabalho é composto por três vertentes: a) A visão de mundo da Psicologia Sócio-histórica, que tem em suas bases uma visão crítica deser humano e sociedade. b) Técnica das dinâmicas de grupo. c) Estudos sobre Psicologia Escolar, da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano. **Método**: O trabalho apresentado foi feito com base no estágio supervisionado de Psicologia Escolar, de alunos do quarto ano de Psicologia. Foi realizado em uma escola pública, no interior de SP, com crianças de oito a nove anos do terceiro ano. Os estagiários iam até a escola às sextas-feiras e ficavam com as crianças por três horas, entre os meses Março/Junho de 2015. O procedimento metodológico utilizado nas visitas foi: nas três primeiras, os alunos colheram informações sobre a escola e os alunos – conversas com funcionárias, consulta de prontuários e também observação. As intervenções ocorreram nas visitas seguintes, que foram cinco, com a intenção de trabalhar as interrelações das crianças em atividades de ação e cooperação (caça ao tesouro), identificação e potenciais idealizados (história com piratas e auto representação como heróis com superpoderes), capacidades e potenciais reais (discussão sobre a diferença de superpoderes e inteligência) e respeito ao próximo (roda sobre bullying). Na última visita, houve uma festa para as crianças e uma devolutiva para a diretora da escola. **Resultados**: Inicialmente a diretora da escola apontou três crianças para que os estagiários acompanhassem seus casos, dentre elas, uma criança foi escolhida para exemplificar os resultados. Murillo (nome fictício), 8 anos, pai cometeu suicídio, mãe o abandonou e foi criado pela avó, a qual era chamada por ele de mãe. Na escola, não fazia as atividades e saía com freqüência da sala, sendo encaminhado com a queixa de ser uma criança agitada e agressiva. Optou-se pela opção de um trabalho ligado à socialização destas crianças em detrimento a um enfoque clínico. Para tanto, utilizou-se dinâmicas de grupo que favorecessem tanto o desenvolvimento das crianças encaminhadas quanto das demais. Para exemplificar este processo, na dinâmica Caça ao Tesouro – tendo como prêmio moedas de chocolate –, ele contou suas moedas e ajudou a contar as que foram entregues ao grupo, junto aos seus colegas, demonstrando um desenvolvimento em relação à agitação. Outro exemplo destacado foi quando, durante a festa de encerramento, uma das crianças encaminhadas ameaçou Murillo inúmeras vezes e este, que anteriormente agiria com agressividade, ignorou-o, dando atenção ao seu caderno, mostrando desta vez controle sobre a agressividade. **Conclusões**: O trabalho voltado para grupos mostrou um resultado positivo no caso do Murillo e isso gera reflexões sobre a aplicação prática da Psicologia Social em detrimento da aplicação da Psicologia Clínica comumente feita ao longo dos anos no ambiente escolar.

Referências

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DAVIS, C., SILVA, M.A.S.S., ESPÓSITO, Y. Papel e valor das interações sociais em sala de aula. Cad. Pesq., São Paulo, p. 49-54, 1989.

REGO, T.C.R. A indisciplina e o processo educatico: uma análise na perspectiva Vygotskiana. In: AQUINO, J.G. (org.) Indisciplina na escola – alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996, p.83-101.

Diálogos cruzados na relação família-escola-comunidade: um estudo crítico e a intervenção da Psicologia

Pauliana Tamires Papel (Centro Universitário Unifafibe), Renato Cezar Silvéri Júnior

Encontra-se atualmente grandes questionamentos sobre as problemáticas que tangem o contexto escolar, concernindo na justificativa pelo eixo temático de Educação, tecnologias e sociedade. Ocasionalmente neste estudo crítico, encontramos entraves no processo de aprendizagem numa perspectiva binária e bancária (FREIRE, 1987), principalmente quando a família está diretamente exposta a está contextualização. Refletindo a partir de levantamentos bibliográficos e vivências no campo de estágio, este trabalho tem como objetivo caracterizar um importante recorte da relação família-escola-comunidade através de uma intervenção com grupo de pais em uma Escola Municipal localizado no interior de São Paulo, tendo como orientação teórica a perspectiva sóciohistórica e a pedagogia de Paulo Freire. Os dez encontros ocorreram todas as terças-feiras no período noturno, para todos os pais da 3ª série do ensino fundamental, que possuíam filhos considerados pelos gestores escolares como alunos "problemas" ou que precisavam ser medicados. Ao longo dos encontros conduzidos pela estagiária em Psicologia buscou-se de maneira interativa que os pais presentes relatassem suas vivências, anseios, medos e angústias ao produzir movimentos de cuidado e amparo com o outro. Além disso, construiu-se um debate de como os mesmos compreendiam suas formas de participação na escola para um desenvolvimento mais saudável de seus filhos. Entretanto, logo no primeiro encontro os pais interpretaram que a presença da "psicóloga" era para expressar possíveis reclamações sobre os comportamentos, atitudes e dificuldades dos filhos, sendo preciso uma desmitificação desta relação, que segundo eles eram fundadas por suas "idas" na escola, nas "reuniões de pais". Este posicionamento inicial sugere a existência de um vínculo utilitário e coercivo com a instituição.

Foi trabalhado que naquele espaço deveriam ser estabelecidas trocas de experiências vivenciadas ou aprendidas, onde cada sujeito deveria encontrar de maneira democrática soluções fundamentalmente essenciais para que as crianças pudessem ser vislumbradas como seres participativos e ativos no processo de ensino-aprendizagem, sem qualquer patologização prédeterminada frente as situações de seus filhos (SAMARTINI, 1995). Ao longo dos encontros os pais relataram a dificuldade de comunicação com a escola devido a jornada de trabalho. Desta maneira, acreditavam também que sua participação era apenas para resolverem sozinhos os problemas escolares dos filhos. Quando se tratava de questões técnicas e pedagógicas não poderiam ou conseguiam participar devido ao nível de escolaridade baixa, apresentando dificuldade até no auxílio das tarefas escolares dadas pela professora. Ao longo dos encontros foram relatados alguns aspectos angustiantes na relação com os gestores escolares e seus posicionamentos punitivos sobre os comportamentos inadequados, apontando para certa agressividade. Este dado tornou-se ainda mais plausível para a estagiária quando no 5ª encontro a diretora e coordenadora da instituição interromperam o grupo e expressaram que os filhos são os reflexos dos pais, ou seja, que os filhos aprendem os comportamentos inadequados em casa e trazem para escola; as gestoras também apresentaram alguns exemplos de crianças dentro da sala, prevalecendo o discurso de que a escola é responsável pela aprendizagem das crianças, mas se os pais não educarem em casa as situações tornar-se-iam irreversíveis. Após este posicionamento "acusador" os encontros passaram de oito mães para somente três mães assíduas, mesmo diante ligações, entrega de convites assinados pela estagiária e diálogo individual, as mães não voltaram a participar do grupo. Levando a várias outras indagações, entre elas a divisão de papéis dogmáticas entre a família e escola, impossibilitando o crescimento de uma democracia igualitária de envolvimento e autônoma no processo de transformação psicossocial do todo, tarefas que ainda precisam ser produzidas dentro da instituição (VASCONCELLOS, 2012). A interação com as três mães que permaneceram aponta que um possível grupo terapêutico ou reflexivo com os pais dentro do ambiente escolar precisa ser reavaliado na proposta políticopedagógica, para romper os paradigmas da funcionalidade que cada polo desta relação tem estabelecido de forma a comprometer resoluções mais assertivas. Através de parceria, acolhimento, respeito e valorização dos conhecimentos socialmente e culturalmente construindo por cada família e seus filhos, possibilitou-se os esboços de novas construções mutuas através da criação de linguagem acessível e significativa para a criança, família, comunidade e escola (REGO, 2009).

Referências

SAMARTINI, L. S. Gestão Participativa: Os pais na Administração da Escola. Cadernos da FFCUNESP, v. 4, n. 2, p. 31-36, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

REGO, Tereza Cristina. Vygotsky uma perspectiva histórico-cultural da educação. São Paulo, Vozes, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Educação Inclusiva e os Reflexos do Estigma Social

Midiã de Melo Silva (Centro Universitário Estácio do Ceará), **Raiane Arruda Dos Santos** (Centro Universitário Estácio do Ceará)

As pessoas com deficiência têm sido fortemente estigmatizadas de forma negativa e excludente ao longo da história, sendo privadas de sua singularidade e da oportunidade de estarem inclusas em um contexto social democrático. Inicialmente, a educação para tais pessoas era realizada de forma segregada, contexto em que eram vistas como incapazes de receber uma aprendizagem significativa como as demais pessoas consideradas "normais". Nesta perspectiva, a Educação Especial era realizada de forma paralela, revelando um enfoque caracteristicamente clínico e com currículo diferenciado e próprio. Os estudantes que não se enquadravam no modelo de ensino regular recebiam os conteúdos conforme a sociedade considerava acessível e adequado a eles. Na década de 80, teve início a filosofia de Integração e Normalização, defendendo-se a ideia que pessoas com deficiência deveriam possuir o direito de ter condições de vida o mais normal possível, sendo integrados em atividades em que pudessem realizar o exercício da cidadania, como qualquer cidadão de direito. Somente na década de 90, com a promulgação da Declaração de Salamanca, as crianças com deficiência começaram a ser inseridas em escolas regulares, devendo essas escolas se adaptarem às necessidades dos alunos, levando em consideração as restrições e limitações trazidas por cada uma dessas crianças. Tais alunos não devem ser simplesmente inseridos às salas de aula, e sim, receber aprendizagem por intermédio de recursos que possam proporcionar a aprendizagem significativa. Observa-se que a educação no Brasil, gradativamente, busca estabelecer uma proposta de educação inclusiva para todos e, embora ainda não seja a adequada, já demonstra uma mudança significativa de uma realidade de segregação escolar para outra de inclusão escolar. O presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar a importância social de uma educação inclusiva adequada à formação de cidadania das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, pessoas essas detentoras de direitos e deveres, como qualquer outro cidadão dito como "não-deficiente". Neste sentido, é notório que a transformação de paradigma de uma sociedade segregada para uma sociedade inclusiva, especialmente no campo da educação, ainda está em construção, visto que se observa notável dificuldade em desenvolver uma perspectiva em que os direitos de todos sejam respeitados, e que as pessoas sejam consideradas em sua singularidade e potencialidade. Deste modo, a partir do exposto, faz-se necessário reinventar estratégias de acesso às diferentes formas de aprendizagem. Toma-se, portanto, como referencial teórico, o conceito de estigma desenvolvido por Goffman (1963), interligado à temática da Educação Inclusiva para pessoas com deficiência. Para tanto, foi realizado estudo de natureza qualitativa por meio de revisão bibliográfica em periódicos e obras relativas às temáticas em questão. Após o estudo, podemos observar que mesmo com a determinação da Declaração de Salamanca ainda há muito a ser transformar nos espaços educacionais para que se tornem ideais para todos, sem distinção, visando sempre à democratização da escola, que respeite as condições especiais que cada aluno traz. A pesquisa revela que a escola tem um papel essencial nesse processo de mudança, construção social e desenvolvimento individual de cada sujeito, apesar de possuir também a função de reprodução de estigmas sociais. Pode-se entender a escola como fundamental na mudança do olhar daquele que exclui as pessoas com necessidades especiais por considerá-las diferentes da "normalidade" definida socialmente, e essencial também na transformação da incongruência existente entre a significação que termo "inclusão" traz de fato e como a inclusão é realizada de forma prática. É importante salientar que a inovação e a renovação, não só da escola, mas de seus agentes sociais, através de uma preparação adequada, também devem acontecer com foco na valorização das diferenças para que haja a construção de novos conhecimentos e senso crítico diante do que lhe incomoda, além de abarcar o respeito e a tolerância.

Educação, desigualdade e diversidade: um estudo sobre a dimensão subjetiva da Educação em Direitos Humanos

Rafael Campos de Oliveira Dutra (Universidade Metodista de São Paulo)

O movimento pela Educação em Direitos Humanos (EDH) inicia-se junto à apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 que, já em seu preambulo, aponta a importância dos esforços no sentido do ensino e da educação para efetivar os Direitos Humanos na sociedade. No Brasil, muito se avançou nas três últimas décadas tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito político, e os estudos e as experiências vêm consolidando a importância da Educação em Direitos Humanos para se (re)pensar os processos educativos e a sociedade (FISCHMANN). Por ser um movimento plural, a EDH passa a ter diferentes dimensões e propostas de trabalho em todo o mundo; na América Latina, a partir de um trabalho realizado por diversos pesquisadores, concluiu-se que ela se constitui a partir de três grandes dimensões: fortalecimento da concepção de sujeitos de direitos; o empoderamento das minorias; e a reafirmação da democracia com o "educar para o nunca mais" (CANDAU). Esse estudo propõe como foco a dimensão que se volta para o empoderamento das minorias, entendendo que é aquela que mais dialoga a questão da Educação com as desigualdades e as diversidades, propiciando campo de estudo apropriado para investigar a dimensão subjetiva da Educação em Direitos Humanos. Embora a categoria de dimensão subjetiva da realidade seja um categoria ainda em construção, ela tem uma potência significativa e diversas pesquisas já estão acontecendo nessa perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, pesquisas que têm contribuído para estudar diferentes fenômenos sociais e que compreendem a realidade como historicamente determinada e a subjetividade como constituída por meio da relação dialética entre o indivíduo e a sociedade (BOCK, FURTADO, GONÇALVES). Compreender a dimensão subjetiva do fenômeno da Educação em Direitos Humanos é compreender os aspectos dessa subjetividade social que constituem esse fenômeno, superando a dicotomia indivíduo/sociedade e objetividade/subjetividade. É na materialidade das desigualdades e das diversidades da sociedade, das práticas educativas e das propostas de EDH que será possível desenvolver essa pesquisa que propõe-se, assim, a investigar a dimensão subjetiva da Educação em Direitos Humanos, tarefa que ainda não foi desenvolvida, até onde é sabido pelo pesquisador, visando contribuir para a melhor compreensão dessa perspectiva em Educação. A metodologia adotada para conduzir a investigação será o levantamento de informações com pesquisadores/as da área, que será feito por meio da proposta da conversação (REY), técnica de entrevista que vem sendo utilizada nas pesquisas sobre dimensão subjetiva, bem como a análise de dados, que será construída na proposta de compreender seus Núcleos de Significações (AGUIAR; OZELLA), buscando a construção do diálogo com a perspectiva de uma Educação que parte da e caminha com a diversidade. Espera-se assim, resultados que possam somar aos significativos esforços que lutam pela construção de uma sociedade onde a tolerância, a diversidade e a superação das desigualdades e injustiças estejam presentes no cotidiano de todo e de cada ser humano. Esse estudo, ainda em fase inicial, está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo, com apoio da CAPES/PROSUP e sob orientação da Profa. Dra. Roseli Fischmann.

Jovens e oficinas estéticas na educação profissional e tecnológica

Andréia Piana Titon (Universidade Federal de Santa Catarina), **Andréa Vieira Zanella** (Universidade Federal de Santa Catarina)

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a formação em psicologia social decorrentes de uma pesquisa intervenção de doutorado, em andamento, com jovens em um contexto de formação profissional e tecnológica. A pesquisa de campo está sendo realizada num campi do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica em Santa Catarina (IF-SC), no qual a primeira autora trabalha como psicóloga, na coordenação pedagógica.

Desde a entrada nesta instituição como psicóloga, no início de 2014, observamos que se repetem neste contexto práticas de estigmatização e exclusão escolar que há algumas décadas são discutidas por pesquisadores na área da psicologia educacional, tais como Moysés (2001), Meira (2012), Machado (2004, 2012), Rocha (2008), Patto (1999), entre outros. Isso também é constatado por Prediger e Silva (2014) em uma pesquisa de mestrado (PREDIGER, 2010) com psicólogos que trabalham em Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica em diferentes estados brasileiros. As autoras relatam na pesquisa que as demandas para os psicólogos que participaram da pesquisa em geral estavam relacionadas à individualização e patologização das questões escolares.

Dentro deste contexto elegemos como público, para esta pesquisa, estudantes na faixa etária entre 14 e 17 anos que estão frequentando curso técnico integrado ao ensino médio. A definição deste recorte ocorreu por observarmos que estes são os estudantes da instituição que mais demandam intervenções da coordenação pedagógica. Destes, muitos são jovens que ingressaram na instituição pelo sistema de reserva de cotas, ou seja, estudantes que frequentaram o ensino fundamental na rede pública de ensino. A maioria destes jovens,quando ingressam no IF-SC encontram várias barreiras, dentre as quais são destacadas, por alunos e professores, a defasagem de conteúdos escolares, o nível de exigência de desempenho escolar acima do que estavam acostumados em outras escolas, a diversidade de perfis de colegas, a sobrecarga de atividades escolares, entre outras.

Diante das demandas da instituição de intervenções da coordenação pedagógica nestas questões, consideramos nesta pesquisa a necessidade de investir em práticas que possam romper com o controle e normatização da vida dos jovens, como discutem diferentes autores (BOCCO;

LAZZAROTTO, 2004; FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009; MARASCHIN; RANIERE,

2011; SCISLESKI et al., 2012). Destacamos também a importância de investir em práticas que potencializem processos de criação e resistência dos sujeitos (FURTADO et al., 2011;

ZANELLA, 2013; ZANELLA et al., 2012) neste contexto. Considerando estas questões, estamos propondo nesta pesquisa trabalhar com oficinas estéticas como ferramentas de intervenção no trabalho com jovens encaminhados para acompanhamento pela coordenação pedagógica. Ou seja, estamos problematizando as potencialidades destas oficinas estéticas no tensionamento do lugar social de infâmia atribuído e assumido por jovens alunos da educação profissional e tecnológica que vão sendo estigmatizados e invisibilizados nas práticas escolares.

As oficinas estéticas são consideradas espaços de interlocução com os jovens, mediados por linguagens artísticas que possibilitam a produção de discursos outros destes e sobre estes estudantes. Discursos que podem contribuir para produzir o tensionamento de condições de produção da infâmia, de transformações no modo como estes jovens são vistos pelos outros e, em decorrência, como se veem.

A pesquisa está pautada na perspectiva de Vigotski (1990, 1995, 2000) e de Bakhtin (2003, 2013), autores que consideram a linguagem e a relação do sujeito com um outro, ou seja, a mediação semiótica e a alteridade como centrais para compreender os processos de subjetivação. A condição de infâmia, por sua vez, apoia-se em Foucault (2003) e em outros autores contemporâneos (FONSECA; CARDOSO FILHO; RESENDE, 2014; LOBO, 2015) que analisam a produção de discursos que marcam e silenciam determinadas vidas consideradas infames. Neste sentido, para compreender a condição de infâmia a que são subjugados os jovens com os quais estamos trabalhando, é fundamental compreender os outros com os quais estes se relacionam, assim como os discursos que os constituem e que são marcados pelas contradições da realidade em que estão inseridos.

As oficinas buscam contemplar atividades que possibilitam aos jovens apreciação estética e aprendizagem de técnicas de determinada linguagem artística, consoante com a proposta de Fonseca, Neves e Zanella (2014). Estamos propondo contextos que os jovens possam ter vivências estéticas, mediadas por atividades criadoras, que possam produzir acontecimentos no encontro com outros, em que os discursos que produzem estigmatização e exclusão no contexto da educação profissional e tecnológica possam ser tensionados.

O trabalho com oficinas estéticas se apresenta como alternativa para a atuação de profissionais da psicologia interessados na produção de relações outras e possibilidades diversas para as pessoas com as quais trabalha. Porém, não se trata de um mero procedimento: requer do/a psicólogo/a também uma formação estética, a qual se relaciona com as dimensões técnica, ética e política de sua prática profissional. A reinvenção das práticas requer, por conseguinte, a reinvenção da própria formação, compreendida como constante vir a ser.

O ensino da Psicologia Social como ferramenta de libertação

Vitória Rodrigues da Silva (Universidade de Fortaleza)

O presente artigo é resultado do trabalho desenvolvido ao longo do exercício da função de monitora voluntária da disciplina de Psicologia Social II, do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Os Programas de Monitoria Institucional e Voluntária da UNIFOR têm o objetivo promover a iniciação à docência para formação de professores no magistério superior. A elaboração de um trabalho científico sobre a experiência da monitoria é uma oportunidade de refletir a respeito das práticas docentes e a relevância dos temas estudados em sala de aula. O objetivo é investigar se os conteúdos trabalhados na disciplina contribuem para a formação de uma visão crítica da sociedade. Além de analisar se a metodologia utilizada em sala de aula está consoante com um ensino dito libertador. Assim, foi possível problematizar a respeito da formação/educação dos futuros psicólogos ao tentar aproximar a teoria estudada em sala com a realidade social complexa do Brasil e da América Latina e, também, sobre como os conteúdos são transmitidos por meio da não colocação do estudante na posição de passividade na construção do conhecimento.

A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa de pesquisa e a coleta de dados foi por meio da aplicação de questionários com os alunos da disciplina, como também as experiências vividas ao longo do semestre e a pesquisa bibliográfica. O questionário foi de caráter misto, composto por três perguntas, duas abertas e uma fechada. No questionário, a pergunta fechada foi disponibilizado a opção de inserir uma resposta diferente das que estavam disponíveis. O objetivo das perguntas era conhecer qual tema estudado no decorrer do semestre mais agradou os alunos; se o olhar deles sobre a realidade tinha sido de fato transformado e quais suas sugestões para a melhoria da disciplina. Para a obtenção do melhor resultado possível, as perguntas foram elaboradas de forma claras e neutras, e não foi exigido que o aluno se identificasse. Essa reflexão não pretende apresentar resultados quantitativos sobre o desempenho do aluno e do professor. Para tanto, recorremos aos autores estudados ao longo da disciplina, principalmente Paulo Freire e Pedrinho Guareschi, como também Rubem Alves – que mesmo não sendo explorado na

Psicologia Social II, tem muito a contribuir para o ensino da disciplina.

Afinal, o que é uma educação libertadora? Segundo Guareschi (2009), existem duas matrizes que resumem as diversas teorias sobre ensino e aprendizagem. A primeira matriz é a comportamentalista, chamada por Freire (1980) de bancária. Nela, as pessoas são divididas entre as que sabem e as que não sabem, o conhecimento pode ser passado sem sofrer qualquer transformação, o indivíduo é apenas objeto, um depósito de informações, "educado" para reproduzir e se ajustar a ordem social vigente. A educação bancária produz o que Alves (1981) chama de engenharia do comportamento, que é a educação como ferramenta para controlar o comportamento, levando o indivíduo a aceitar voluntariamente as regras do jogo social e perpetuando os problemas sociais. Já na segunda matriz, a libertadora, dialógica, o saber é uma construção e só pode ser adquirido pela interação entre os seres humanos. Dessa forma, as pessoas são sujeitos nesse processo, únicas e que por meio do diálogo e reflexão buscam respostas para os problemas.

O método de ensino utilizado em sala que prioriza o debate e reflexão é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de uma percepção mais crítica do mundo. O debate em sala girava em torno do texto programado para ser trabalhado no dia, mas como o próprio professor costuma falar "o texto não é uma prisão". A discussão tem como objetivo refletir sobre o que está sendo estudado e não apenas concordar e reproduzir as informações contidas nos textos. Os temas estudados – Identidade, Conscientização, Comunidade, Representações Sociais, Direitos Humanos e Autonomia, segundo relatos dos próprios estudantes, foram fundamentais para que eles pudessem refletir sobre diversos aspectos da nossa estrutura social.

O ensino que é construído essencialmente em fazer as perguntas, em problematizar, em questionar se mostrou muito eficaz para ensinar a Psicologia Social, incentivando a reflexão e o desenvolvimento de uma percepção mais crítica do mundo. A restrição do método se dá por alguns alunos pouco falarem durante a aula e estes afirmaram que a timidez os impedem de falarem em sala, possivelmente eles foram pouco estimulamos ao debate anteriormente. Os temas trabalhados no decorrer do semestre são determinantes no despertar de uma consciência crítica e funcionam como uma porta de entrada para se pensar diversos outros fenômenos sociais. Não há a pretensão de afirmar que o ensino da Psicologia Social atingiu a todos da mesma forma, alguns atribuem mais importância à disciplina que outros. Todos que responderam à pesquisa afirmaram ter sua visão de mundo transformada e é isso que é importante no processo de conscientização e, posteriormente, de libertação.

Orientação Profissional Em Um Curso Pré-Vestibular Popular: Relato De Experiência De Extensão Universitária

Felipe Coura Rocha (Universidade Estadual do Ceará), **Pâmela Saldanha Rêgo** (Universidade Estadual do Ceará), **Lucila Moraes Cardoso** (Universidade Estadual do Ceará)

A orientação profissional, sendo um dos campos de trabalho do psicólogo, busca facilitar o processo de afirmação da identidade profissional do sujeito como desdobramento de sua identidade pessoal e favorecer a conscientização do significado do trabalho como atividade social. Partindo do referencial da Psicologia Histórico-Cultural, o trabalho é compreendido como uma atividade intencionalmente planejada, estando intimamente relacionado com os aspectos históricos, econômicos e culturais de um determinado período. Nesta perspectiva, o que orienta e estimula a atividade humana é o sentido e o significado atribuído para o trabalho, que se modifica e assume diferentes sentidos a partir das dinamicidades social e subjetiva. Durante anos, a prática de Orientação Profissional ficou restrita para estudantes de classes econômicas média e alta e mais recentemente foram divulgadas na literatura científica intervenções com estudantes de menor poder aquisitivo, geralmente oriundos de escolas públicas. Diante disso, o Laboratório de Estudos e Práticas em Avaliação Psicológica (LEAPSI) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) submeteu um projeto para a Pró Reitoria de Extensão (PROEX) da UECE com o intuito de criar o Programa de Orientação Profissional (POP) com a perspectiva de atender a demanda de jovens provenientes de escolas públicas a partir de um curso pré-vestibular popular, sendo aprovado e contando com dois acadêmicos de psicologia como bolsistas de extensão. A extensão universitária, juntamente com o ensino e a pesquisa, é um dos eixos que sustenta uma universidade. Entre os benefícios que a extensão possibilita, pode-se citar o fato do conhecimento difundido nos meios acadêmicos atingir de forma concreta a sociedade, por meio de programas e projetos interventivos junto à mesma (FORPROEX, 2012) e as trocas de saberes, acadêmico e popular, favorecendo que o graduando vivencie reflexões sobre as limitações e potencialidades frente às demandas sociais, além das reflexões acerca das contradições entre teoria e prática. O POP visa desenvolver a prática de orientação profissional junto à estudantes do curso Prévestibular UECEVest, auxiliando a escolha da profissão por meio de atividades de

autoconhecimento e reflexões a respeito do processo de escolha profissional. O programa também visa facilitar e identificar as características pessoais e profissionais, bem como avaliar as aptidões e características da dinâmica de personalidade de cada participante. Por fim, o POP visa ainda apoiar a conscientização dos estudantes como sujeitos com possibilidade de escolha e promover a reflexão sobre os estereótipos e preconceitos em relação às profissões. São permitidos até 10 participantes por grupo. No primeiro semestre de 2015, participaram do Programa 14 graduandos de Psicologia e 15 alunos do curso Pré-vestibular UECEVest sendo focalizado no presente trabalho dois grupos, um de 7 orientandos e outro de 8 orientandos. Os procedimentos envolveram quatro etapas, a saber, a) divulgação da proposta, afixando cartazes e divulgando o Programa nas sala de aula do curso; b) inscrição dos participantes, realizada pelo preenchimento da ficha de pré-inscrição que consta o nome do interessado, data de nascimento, idade, escolaridade, sexo, bem como informações sobre potenciais áreas de interesse; c) desenvolvimento do Programa de Orientação Profissional, com estimativa de aproximadamente oito encontros com os estudantes para o desenvolvimento de atividades como dinâmicas de grupo, uso de instrumentos psicológicos e debates sobre as profissões e, por fim, d) devolutiva individual aos participantes, feita de forma dialógica por meio da leitura do laudo psicológico que integrou os diversos dados coletados ao longo dos encontros. Dessa forma, o POP visa apoiar o processo de reflexão de estudantes como sujeitos com possibilidade de escolha em meio as adversidades e multideterminações sociais envolvidos na escolha profissional, auxiliando-os em seus projetos de vida. O Programa tem oportunizado aos vestibulandos uma escolha mais elucidada, considerando as possíveis influências que eles sofrem e priorizando uma abordagem que olhe para o sujeito como um todo, a partir do contexto social que o sujeito está inserido. Alguns orientandos expressaram a satisfação com falas como “Me senti muito ajudada com o programa” (SIC), “Nossa... que legal! Você se vê no papel” (SIC), “Hoje eu me sinto mais segura para escolher o curso que eu quero” (SIC). Além disso, o Programa de Orientação Profissional tem contribuído para a formação profissional e cidadã dos estudantes de graduação do Curso de Psicologia, trazendo uma ampliação do conhecimento teórico e prático sobre orientação profissional e possibilitando aos alunos uma formação mais próxima da realidade que enfrentarão fora da universidade.

Orientação Profissional na Escola Pública e Assistência Estudantil: uma aproximação em políticas educacionais

Magda Matos Tanure do Amaral (Universidade Federal de Juiz de Fora), Alide Altivo Gomes (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-Teófilo Otoni)

Este trabalho é um relato de experiência de uma atividade de extensão registrada na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM no ano de 2008 e reapresentado no ano de 2014. Trata-se de uma iniciativa dos serviços de Psicologia e Pedagogia da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) desta mesma Universidade, com o objetivo de realizar oficinas de orientação para a escolha profissional com estudantes do Ensino Médio de escolas Públicas e cursinhos preparatórios públicos da cidade de Teófilo Otoni e distritos. Fizeram parte desta ação 14 escolas, sendo 5 delas na zona rural e uma Militar, além dos cursos pré-vestibulares públicos e grupos de estudos de jovens e adultos. Conhecendo a importância de uma escolha profissional consciente e responsável, a proposta do projeto foi trabalhar esta questão através de oficinas e debates com aqueles que passam pela difícil decisão de prestar o vestibular/Enem e qual curso pleitear. A oficina se torna então, um momento crucial de reflexão sobre a escolha profissional, facilitando para que esse processo se torne menos problemático, sofrido e mais consciente. Bohoslavski (2003) nos diz que o papel do orientador é auxiliar os orientandos a se compreenderem melhor no espaço e no tempo em que vivem, proporcionando a eles uma reflexão mais responsável e contribuindo, dessa maneira, para que a distância entre suas fantasias e a realidade seja diminuída. Sendo assim, seria de fundamental importância a presença de um Orientador Profissional em todas as escolas de nível médio, porém a realidade de nosso contexto educacional nos mostra que tal iniciativa não acontece. De acordo com Barros (2007) este tipo de serviço raramente é encontrado em escolas da rede particular cuja clientela, quando interessada em orientação para a escolha da profissão, busca atendimento em consultórios e clínicas particulares. Nas instituições de ensino da rede pública sequer o orientador profissional é encontrado, e o acesso dos adolescentes à orientação profissional é quase impossível, primeiro por desconhecerem o serviço, e segundo pela dificuldade socioeconômica em arcar com um serviço particular. Pelo mesmo motivo, observa-se também que a evasão no decorrer do curso, somando-se aos equívocos das escolhas, se dá em sua grande maioria por dificuldades financeiras, impossibilitando ao estudante se manter e permanecer no ensino superior. Como estratégias de intervenção, o Ministério da Educação tem investido nas universidades públicas, fortalecendo a Assistência Estudantil através de programas como bolsa-atividade, auxílio alimentação, isenção de taxas entre outros para garantir e possibilitar a inclusão e permanência de estudantes carentes no ensino superior. Sendo assim, consideramos a realização da oficina sobre a escolha profissional uma estratégia importante à sensibilização dos alunos do Ensino Médio, sobretudo os da rede pública, bem como a informação sobre as possibilidades de inclusão e permanência dos mesmos no Ensino Público de qualidade. Neiva (1995) nos lembra que uma escolha profissional madura, consciente e ajustada requer adquirir, analisar e integrar conhecimentos, desenvolvendo atitudes e habilidades mentais que permitam aprender a decidir. Neste sentido o alcance dessas estratégias tem se demonstrado forte, mesmo frente à inexistência de qualquer outra ação neste âmbito. As oficinas tinham uma duração aproximada de 2 horas e desde seu início no ano de 2008 passou por várias modificações em sua estrutura metodológica, se adaptando as mudanças no próprio formato de avaliação (vestibular, Enem, seriado) e nas configurações e exigências de mercado. No entanto, manteve-se alguns pontos principais: a reflexão sobre o projeto de vida e a escolha profissional, as formas de acesso e permanência no ensino superior e aproximação do imaginário dos estudantes á uma universidade cada vez mais perto, concreta e real á um estudante de escola pública. As oficinas foram realizadas no próprio Campus, com intenção de apresentar o ambiente universitário, forma lúdica e atrativa, proporcionando um contato com a sua estrutura física e funcionalidade, aguçando a afinidade do futuro estudante universitário com o campus. Inicialmente o público-alvo do projeto restringia-se a alunos concluintes do ensino médio de escolas públicas. Porém, com a divulgação das oficinas, os pré-vestibulares e grupos de estudos de jovens e adultos foram incluídos nas atividades. A Universidade e seus cursos são apresentados de forma esclarecedora, através da desmistificação do processo avaliativo, minimizando as ansiedades envolvidas e os possíveis índices de escolhas inadequadas pelos cursos ofertados. No decorrer das atividades observou-se através do relato dos participantes, quão impactantes foram as informações trabalhadas, despertando inclusive o desejo por cursar um ensino superior, reconhecendo na assistência estudantil uma possibilidade de realização da tão sonhada formação profissional. A oficina demonstrou ser de fato ação real de mobilização social, despertando nestes jovens a necessidade de pensar e elaborar um projeto de vida pautado em escolhas conscientes, voltadas para suas habilidades, competências pessoais e o auto-conhecimento.

Orientação profissional no pré-vestibular solidário PORTAL/UFPE: Escolhas para o futuro numa realidade carente

Paula Jaeger Tenorio (Universidade Federal de Pernambuco), **Raíza Catherine Cavalcanti Romero** (Universidade Federal de Pernambuco)

Segundo Rappaport (1998, p. 46), "uma escolha profissional remete ao futuro: perspectivas, sonhos, projetos e uma boa dose de imprevisibilidade". Cabe aos jovens a árdua tarefa de trabalhar, também, questões de ordem subjetiva, social, econômica e/ou familiar que emergem durante o momento da escolha profissional. A partir dessa perspectiva surgiu o Projeto de Orientação Profissional (OP) inserido no Projeto de Extensão Universitária Pré-Acadêmico PORTAL. Tratasse de um Pré-Vestibular solidário, sem fins lucrativos e vinculado a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco. Caracteriza-se por ser totalmente gratuito realizado pelos estudantes universitários da UFPE e demais universidades, na sua grande maioria alunos do curso de medicina da UFPE. O PORTAL funciona enquanto curso preparatório para o vestibular, com foco no ENEM, exclusivamente para alunos carentes residentes nos vários bairros da região metropolitana do Recife e estudantes da rede pública de ensino. O PORTAL exerce suas atividades tomando como base três princípios: aprendizagem, comunicação e inclusão social. Possui o objetivo de integrar os graduandos dos diversos cursos universitários com a comunidade; construindo, no ensino das matérias, noções de saúde e cidadania, além de conscientizar os estudantes de medicina da UFPE e outros cursos acerca da real situação sócio-econômico-cultural dos alunos provindos da rede pública de ensino. O Projeto de Orientação Profissional foi desenvolvido objetivando facilitar e sensibilizar no processo da escolha pelo curso superior aos vestibulandos do PORTAL, dando subsídios para uma formação de identidade profissional de forma consciente, proporcionando, assim, uma maior autonomia e maturidade no momento de escolha profissional. As práticas deste Projeto são aos sábados no turno da tarde. Os encontros acontecem de forma individual nas salas de aula do Pré-Acadêmico PORTAL no Centro de Ciências da Saúde na UFPE. Os atendimentos são realizados por três estudantes de Psicologia, matriculados nos últimos períodos da Graduação, com supervisão de uma psicóloga.

Semanalmente são atendidos aproximadamente 12 vestibulandos, cada atendimento com duração de aproximadamente 1 hora. A escolha profissional é um passo bastante significativo para a vida do indivíduo demandando inúmeras questões psicossociais na atualidade. A escolha na adolescência possui uma maior complexidade por estar associada a mudanças físicas, psíquicas e sociais, que por si só já desestabilizam o jovem (BOHOSLAVSKY, 2007; NEIVA, 2007). Considerando a realidade do PORTAL observa-se que além das questões mencionados anteriormente nos deparamos com uma realidade na qual esses jovens estudantes advém de uma condição socioeconômica desfavorável e, consequentemente, encontram poucos espaços que lhes permitam ingresso ao ensino superior. Desta forma, optar por uma profissão significa "definir o projeto de vida e o modo de conquistar uma autonomia, o reconhecimento pessoal e, por sua vez, a participação na sociedade através do seu próprio trabalho" (Schiessl e Sarriera, 2004, p. 34). Durante os atendimentos algumas questões que emergem no discurso dos adolescentes costumam se repetir e ocuparem um papel importante durante a orientação. Demandas recorrentes como conflitos familiares, ansiedade, baixa-autoestima, dificuldades financeiras e sexualidade são acolhidas e auxiliam na atuação da equipe de estudantes de psicologia. O trabalho da Orientação parte do entendimento que a escolha profissional vai depender – assim como outras escolhas – das influências externas sofridas por estes adolescentes no decorrer de sua vida, pela forma que desenvolveu as relações com o mundo e com os outros. Para Bock (2002) "o ser humano desenvolve suas habilidades, personalidade, suas atitudes na relação com o outro e esta relação está mediada pela sociedade" (p.179) Então se torna impossível pensar qualquer fator da vida do homem desconectado desta mesma sociedade e da situação atual destes jovens, em algumas vezes, numa situação aguda de pobreza e desestrutura familiar. Diante do exposto, o Projeto de Orientação Profissional do Pré-Acadêmico Solidário da UFPE – PORTAL - vem provocando e promovendo mudanças no contexto social e acadêmico dos vestibulandos que além de terem acesso ao processo de ensino/aprendizagem de forma gratuita e de excelente qualidade podem ter acesso a um acolhimento e maior conscientização a respeito da escolha profissional firmando a possibilidade de transformação e mudança pessoal e, por que não, também da sociedade na qual este jovem está inserido.

Práticas Integrativas V e o ensino da Psicologia Social: refletindo o papel da monitoria acadêmica

Francisca Danyvia Barbosa Nogueira (Faculdade Católica Rainha do Sertão), **Anna Paula Fagundes Bezerra** (Faculdade Católica Rainha do Sertão)

Este trabalho consiste em um reflexo de um projeto de monitoria acadêmica que está em curso e irá tratar a importância da disciplina de práticas integrativas V para o aprendizado da psicologia social, refletindo acerca do papel da monitoria acadêmica nesse processo de ensino e aprendizado.

Ao tratar a questão do aprendizado entramos no campo da educação. A educação é uma prática libertadora que faz parte da condição humana, como salienta Paulo Freire: "Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio" (FREIRE, 1967, p. 42). O homem entendido como um ser social não existe longe do convívio com seus pares e do seu meio sociocultural. Homem e meio são um só e através das trocas resultantes dessa unidade novos saberes são produzidos e novos conhecimentos vão sendo adquiridos.

Quando se fala em educação vem em evidência a relação entre o ensino e a aprendizagem. A monitoria acadêmica se apresenta como uma ferramenta que possibilita a interação entre ensinoaprendizagem e entre ensino-pesquisa. Esse recurso pode funcionar como um complemento ás práticas de ensino e auxiliar no processo de aprendizagem dos discentes.

O aprender é "a capacidade de relacionar-se de novas formas com o mundo que nos cerca e com nós mesmos" (MOREIRA & MEDEIROS, 2008, p. 141). Isso significa dizer que na proporção em que os discentes vão entrando em contato com o fazer do psicólogo na área da assistência social amparados tanto pelas aulas e conteúdos problematizados em sala de aula, como com o auxílio da monitoria, podem ir adquirindo novos conhecimentos e assim podendo se posicionar criticamente diante dos temas da Psicologia social e da atuação do psicólogo Social. Práticas integrativas V se trata de uma disciplina que faz parte do curso de graduação em Psicologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão. Essa disciplina consiste em práticas integradas de observação e verificação das atividades propostas pela psicologia social em campo com supervisão docente, sendo assim, proporciona o discente entrar em contato com a realidade da atuação do psicólogo na área da Psicologia Social e através desse contato conhecer e aprender não somente as dimensões institucionais e organizações desse fazer, mas também, conhecer de que forma essa atuação pode impactar a comunidade. Além disso, essa disciplina também pode possibilitar a articulação entre teoria e prática.

A Psicologia Social por sua vez, é uma área da Psicologia que se propõe estudar por um viés crítico os fenômenos sociais que envolvem o homem e o meio em que está inserido, entendendo homem e meio ambiente como uma unidade que se mantêm por meio de trocas dialéticas em que homem e meio se influenciam mutuamente.

Sendo assim este trabalho traz em evidência uma temática pertinente no eixo do ensino e da aprendizagem que envolve a díade teoria e prática. Freire (1996, p. 21) argumenta que: "O discurso sobre a teoria deve ser exemplo concreto, prático da teoria". Pode-se entender com essa proposição que a teoria deve ser viabilizada através da prática. Diante disso objetiva-se expor a questão do ensino e aprendizagem levando em consideração a articulação entre teoria e prática refletindo sobre o papel da monitoria acadêmica nesse meio.

Tal investigação se dará por meio do exercício da monitoria acadêmica que possibilita acompanhar de perto a evolução dos discentes ao longo do semestre e assim aos poucos ir compreendendo como esses vão adquirindo a capacidade de articular e problematizar temas da psicologia social (teoria) com o fazer do psicólogo social (prática).

O projeto de monitoria que vem sendo desenvolvido junto aos discentes da disciplina práticas integrativas V conta com algumas atividades que se configuram como um suporte para o ensino/aprendizado de psicologia social por meio de práticas integrativas V. Tais atividades são rodas de conversa, estudos dirigidos e atividades tira dúvidas. O ato de ensinar não é apenas transferir os conteúdos de uma forma mecanizada, mas, sobretudo problematizar questões junto aos discentes proporcionando um processo de transformação guiado pela relação dialética com a educação e estimulando os discentes a serem mais críticos, sendo capazes de questionar o mundo ao seu redor.

"Quanto mais criticidade se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando "curiosidade epistemológica", sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do sujeito" (FREIRE, 1996, p.13). A monitoria por sua vez, tem o papel de oferecer suporte e ser um meio pelo qual o discente assuma, mesmo que momentaneamente, o lugar de educador, proporcionando um dinamismo na relação dialética com o aprendizado aos discentes ofertando atividades que promovam inquietações e questionamentos que venham a instigar essa "curiosidade epistemológica" que Paulo Freire tanto reforça como sendo algo essencial.

Projeto Educa: educação popular e cidadania na escola

Ticiane Lúcia dos Santos (Universidade Federal de Santa Maria)

A construção do saber é uma necessidade humana. A partir disso, as formas pelas quais se busca desvelar os fenômenos da natureza são variáveis, atendendo a objetivos singulares dos grupos sociais envolvidos nessa tarefa. O ato de conhecer está presente no nosso dia a dia, caracterizando-se como um direito de todo ser humano ter acesso a meios que garantam o seu aprendizado. O cenário da educação no Brasil é marcado pela desigualdade social e diferenças de acesso a bens e serviços básicos entre as classes populares. Em relação ao ensino, Esteban (2007) afirma que a democratização da educação no Brasil atinge diretamente às classes populares, na tentativa de garantir o direito a conhecimento a todos os indivíduos. Entretanto a autora destaca que para efetivar a democratização é necessário "fazer da escola pública uma escola de educação popular e não meramente uma escola para as classes populares". (ESTEBAN, 2007, p. 11). De acordo com Paulo Freire (19830 a educação é ato libertador, pois transforma o sujeito em produtor de conhecimento, produtor de vida. A educação conservadora é classifica por Freire como 'bancária', pois necessita que seus 'mestres' estejam dispostos a efetuar 'depósitos' de saberes nos aprendizes, a fim de que haja uma perpétua reprodução de saberes e fazeres. Com base na transformação do processo de conhecimentos, tanto no ensino básico quanto no ensino superior, o Projeto Educa foi planejado com o objetivo de realizar oficinas educativas em escola do município de Palmeira das Missões/RS, a fim de discutir sobre questões de saúde, meio ambiente e cultura. Formado por servidoras Técnicas Administrativas em Educação (TAEs) e por estudantes de graduação de diferentes áreas de conhecimento (Ciências Econômicas,

Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Letras), busca a partir da interdisciplinaridade, edificar espaço de saber, com a colaboração de diferentes personagens.

Para a realização das oficinas educativas, formaram-se três equipes orientadas por uma servidora Técnica Administrativa em Educação e mais quatro alunos de diferentes áreas de graduação. Cada equipe ficou responsável por uma turma (4°, 5° e 6° anos), fazendo o planejamento, a discussão, a elaboração de relatórios de acordo com os temas escolhidos a partir da demanda dos estudantes.

A escolha pela educação popular como base teórica e metodológica das ações, deve-se a sua potencialidade no processo emancipatório dos sujeitos envolvidos. A fim de estimular o pensamento crítico e diferentes posicionamentos no 'estar no mundo', é preciso que se valorize e criem-se espaços para a exposição de saberes e (re) construção destes.

Práticas pedagógicas dominadas pela ideologia da homogeneidade buscam utilizar a diferença entre estudantes como justificativa para o fracasso escolar. A mudança para práticas que vejam as diferenças a partir da heterogeneidade, podem garantir aos estudantes que suas singularidades sejam respeitadas e potencializar o processo de educação através da diversidade de construção do conhecimento (ESTEBAN, 2007).

As oficinas educativas foram realizadas conforme cronograma combinado previamente com a direção e coordenação pedagógica escolar. Foram escolhidas temáticas como afetividade, meio ambiente, diversidade, sexualidade entre outras para ser alvo de discussões nas oficinas. A oportunidade de acompanhar os alunos durante os primeiros três meses de execução do projeto despertou inúmeros questionamentos em relação às práticas realizadas pelas equipes. A reflexão crítica sobre a prática é extremamente necessária para a formação social dos graduandos e das próprias servidoras envolvidas no projeto. Luckesi (LUCKESI, 1984, P. 24 apud MOTTA, 2004, p. 112) afirma que "Todos somos educadores e educandos, ao mesmo tempo. Ensinamos e somos ensinados, numa interação contínua, em todos os instantes de nossas vidas [...]."

O encontro com alunos, professores, direção escolar e com a comunidade tem proporcionado um debate sobre o posicionamento frente às demandas sociais, os próprios sentimentos, ideias préconcebidas, disposição para mudança. Na construção das oficinas e no encontro com os alunos, questiona-se sobre a efetividade das ações, seu impacto e relevância.

Acredita-se que, os resultados da atuação na transformação política, social e cultural das crianças, adolescentes, graduandos e servidoras será notado ao longo de sua trajetória, primordialmente, como sujeitos. As atividades permanecerão no próximo semestre e pretende-se consolidar a atuação do projeto na comunidade, no sentido de que o trabalho em educação popular é amplo, envolve o território no qual os estudantes e a escola estão inseridos e, devido a isso, faz-se necessário expandir o debate e a reflexão crítica para todos os espaços de vivências sociais.

Referências

ESTEBAN, M. T. Educação popular: desafio à democratização da escola pública. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 9-17, jan./abr. 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LUCKESI, C. apud MOTTA, J. O papel da universidade na formação social do educador reflexivo: relendo o ensino e a pesquisa na sociedade tecnológica. Acervo, Rio de Janeiro, v. 17, nº 2, p. 111-130, jul/dez 2004 - pág.111

Psicologia, família e escola: Relato de experiências práticas em uma escolar particular da cidade de Fortaleza-CE.

Beatriz Suelen Nobre carvalho (Colégio Maria Ester I)

Os desafios da Psicologia Escolar na contemporaneidade são complexos, exigindo reflexões constantes e subsídios teóricos sólidos dos profissionais que nela atuam. Como aponta Andaló (1984), a escola é uma instituição complexa, hierarquizada, resistente a mudança e que reflete a organização social como um todo. Ou seja, acompanha as transformações sociais, culturais e econômicas de seu contexto. Compreendendo a necessidade de dialogar a prática da psicologia escolar na atualidade, o presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência profissional de dois anos de atuação do setor de Psicologia em uma escola particular da cidade de Fortaleza-CE. Através do relato, pretendemos fomentar o debate sobre os desafios encontrados no trabalho com educação formal e as contribuições da psicologia para a mesma.

A escola em debate possui todos os segmentos educacionais (da educação infantil ao ensino médio) e conta com apenas dois psicólogos em sua equipe. O público atendido são famílias de classe média e classe média baixa e a instituição tem como orientação filosófica a pedagogia Freiriana.

A partir da compreensão dos novos paradigmas da educação, baseado na teoria da complexidade (Morin, 1996), no pensamento sistêmico dos fenômenos e na relevância da interdisciplinaridade, buscamos através de nossas ações fortalecer o pensamento reflexivo, o protagonismo e a responsabilização de todos os envolvidos na instituição escolar: alunos, professores, gestores e famílias. Para tanto, nosso trabalho é focado na elaboração de projetos que visam alcançar tais objetivos. Atualmente contamos com seis projetos principais: Projeto Cuidando dos Cuidadores; Grupo Paulo Freire de Convivência; Grupo de Orientação Profissional; Projeto Maria Ester de Cidadania, Projeto Liderança nas salas de aula e Projeto Debatendo a Educação Inclusiva. A escola conta ainda com o Projeto Discutindo Educação com a Família, facilitado por profissionais convidados.

O Projeto Cuidando dos Cuidadores, objeto deste trabalho, tem por objetivo realizar o acompanhamento dos professores; debater a realidade e os desafios da sala de aula; fortalecer a equipe e realizar grupos de estudos para embasar a prática docente. O Projeto é realizado mensalmente, aos sábados. Teve ampla aceitação pela escola e corpo docente. Sua relevância é tamanha que a frequência mensal tornou-se insuficiente para atender a demanda de trabalho. Os principais desafios apontados pelos professores referem-se à dispersão, desinteresse, baixo rendimento, dificuldade em aceitar regras e limites e a agressividade dos alunos; dificuldade na relação com as famílias; óbices na relação com coordenação e/ou supervisão escolar; quantitativo de alunos por sala; além das condições laborais, tais como salário e ambiente de trabalho. No que tange às dificuldades com alunos e famílias, as queixas são constantes e recorrentes. Percebemos que o corpo docente e a escola como um todo espera que o setor de Psicologia encontre respostas e soluções prontas para tais casos, denunciando a antiga problemática da distorção do papel do Psicólogo Escolar. Através dessas queixas, percebemos ainda a dificuldade da instituição em rever suas práticas pedagógicas e metodológicas, pois apesar da quantidade significativa de alunos com dificuldade de aprendizagem e desmotivação, a responsabilidade sempre recai sobre o aluno. A família, por sua vez, tende a culpabilizar a escola pelo fracasso escolar do filho. Essa mútua transferência de responsabilidades denuncia a fragilidade do vínculo entre família e escola devido à ausência de clareza dos papéis que cada uma exerce, bem como das mútuas expectativas projetadas em cada uma. Como aponta Juan Carlos Tedesco (1998), tanto a escola quanto a família passam por uma ausência de sentido ocasionada pelas transformações sociais, as quais provocaram um déficit de socialização que as impossibilitam de transmitir valores e normas culturais com eficácia. Por conseguinte, surge um novo agente socializador, as tecnologias de comunicação, transversais à escola e à família, mas ainda não incorporadas sob a luz de uma reflexão satisfatoriamente crítica ou qualificada.

Isto posto, percebemos que os desafios da Psicologia Escolar estão intimamente conectados com as transformações sociais ocorridas em ambas às instituições - família e escola - além da crise do sistema educacional como um todo. Os resultados alcançados pelo Projeto Cuidando dos Cuidadores apontam para a importância de repensar a capacitação docente, superando o enfoque de cursos individuais aos professores fora da instituição, e sim estimular o debate e a reflexão dentro do contexto escolar, servindo-se do diálogo e da troca de experiências como metodologia de aprimoramento da prática e superação dos desafios.

A Psicologia Escolar, por sua vez, contribui positivamente ao facilitar processos reflexivos que viabilizam o esclarecimento e o empoderamento dos papéis e atuação de ambas as instituições (família e escola) na produção de sentidos e aperfeiçoamento da comunicação, além de colaborar com pesquisas, produções e reflexões sobre as transformações sociais e suas repercussões na subjetividade humana.

Relato de Experiência sobre uma Intervenção Psicossocial: Atuação Junto a Idosos

Jessica Santos Moura (Universidade Estadual do Piauí), **Jessyka Pinheiro Saraiva** (Universidade Estadual do Piauí), **Lívia Maria de Oliveira Silva** (Universidade Estadual do Piauí), **Daniele Gonçalves Rodrigues** (Universidade Estadual do Piauí)

A terceira idade é uma fase do desenvolvimento humano que conta com várias mudanças e dificuldades na vida das pessoas que passam por ela, tais como: alterações orgânicas, aposentadoria, luto, diminuição da capacidade mental, entre outros. Promover qualidade de vida às pessoas que passam por essa fase é, pois de suma importância, uma vez que visa minimizar a condição de vulnerabilidade social, fazendo com os idosos vivenciem melhor os vários aspectos de sua vida, sejam esses: biológico, social, psicológico ou emocional. Objetivou-se com a seguinte pesquisa, de modo geral, intervir junto ao grupo de idosos atendidos no Núcleo de Atenção Intergeracional – NAI – Cidade Nova, Teresina (PI) através de ações que envolvessem os aspectos psicossociais e educacionais, desenvolvendo ações de caráter educativo para a melhoria da qualidade de vida dos idosos, além da promoção da prática interdisciplinar, planejamento e elaboração de projetos de intervenção junto a idosos através de ações que envolvam os aspectos psicossociais e educacionais. A pesquisa ocorreu segundo o projeto de extensão intitulado "Projeto Psicologia, Educação e Intervenção Psicossocial: Atuação junto a idosos e adolescentes do Núcleo de Atenção Intergeracional – NAI Cidade Nova, Teresina (PI)", que foi dividido em dois grupos para público alvo de interesse. O processo educativo no qual foram pautados os encontros trata-se de um trabalho grupal, onde os idosos discutiam e refletiam entre si sobre os principais aspectos de sua vida cotidiana e por meio do qual os idosos foram intuídos a buscar alternativas para a melhoria de sua qualidade de vida, por meio da realização de práticas educativas voltadas para este público. O grupo não era composto de uma quantidade fixa de participantes, mas, aproximadamente, participavam 20 idosos por encontro. Havia uma única restrição para a participação ativa nas atividades delimitadas, no caso, era vetada a participação em atividades que requeriam um maior dispêndio de esforço físico no caso de um participante possuir algum problema de saúde no momento das atividades, tais como pressão alta, artrose, entre outros. O público alvo do projeto era idosos em situação de vulnerabilidade social atendidos pelo Núcleo de Atenção Intergeracional. Os temas pautados nas discussões foram delimitados pelos próprios integrantes do grupo, tendo como eixos temáticos: Apresentação do projeto de extensão ao grupo de idosos; Realização das oficinas de: Saúde do idoso – melhoria da qualidade de vida, Doenças na terceira idade, Memória; Relações interpessoais; Qualidade de vida; Atividades físicas adequadas para o idoso; Alimentação saudável. A metodologia utilizada foram rodas de conversa, dinâmicas, produção de cartazes, realização de atividades físicas leves a moderadas, discussões interdisciplinares com estudantes de nutrição, psicologia e fisioterapia. Por conseguinte, identificamos uma válida eficácia na realização de nossas ações, obtivemos um feedback bastante positivo dos idosos, houve uma maior assiduidade dos participantes durante os encontros, comprovamos que houve relevante aquisição de novos conhecimentos os quais foram introduzidos pelo grupo por meio de relato dos próprios participantes, pode-se observar, também, uma melhoria na qualidade da convivência entre os integrantes do núcleo intergeracional e identificamos a disseminação das informações discutidas na família e na comunidade, haja vista que alguns dos participantes passaram a trazer familiares e vizinhos para o grupo. Desse modo, todos os nossos objetivos foram alcançados e observa-se a necessidade da educação continuada sobre as demais esferas da vida social durante a terceira idade, envolvendo o atual debate sobre a importância da qualidade de vida para o idoso, bem como seus direitos e a importância de manter hábitos saudáveis em qualquer fase da vida. Vale ressaltar que a terceira idade é uma fase da vida que necessita de cuidados especiais e frequentes e investir na qualidade de vida é primordial para tornar essa fase da vida agradável e saudável para os idosos, pois, é por meio disso que os idosos encontram maneiras de vivenciar melhor os aspectos de sua vida, tais como, os aspectos psicológicos, os físicos, emocionais, sociais, familiares, entre outros.

Relato de Experiência: Atuação junto a adolescentes do Núcleo de Atenção Intergeracional (NAI) em Teresina-PI

Daniele Gonçalves Rodrigues (Universidade Estadual do Piauí), **Jessyka Pinheiro Saraiva** (Universidade Estadual do Piauí), **Jessica Santos Moura** (Universidade Estadual do Piauí), **Lívia Maria de Oliveira Silva** (Universidade Estadual do Piauí)

Trabalhar a educação voltada para a formação de cidadão é um dos princípios a que estão voltados os estudos atuais que giram em torno das considerações do trabalho com o público adolescente. O incentivo ao conhecimento e reflexão sobre os direitos humanos, ética e as formas de interações sociais que ocorrem na vida dos jovens são de interesse para promover uma tomada de conscientização e transformação social dessa classe da população, visando amenizar as situações de vulnerabilidade social aos quais se encontram. O objetivo desse estudo consistiu em intervir junto a um grupo de adolescentes atendidos no Núcleo de Atenção Intergeracional – NAI – Cidade Nova, Teresina (PI) através de ações que envolvam os aspectos psicossociais e educacionais. Tal estudo se deu a partir do projeto de extensão intitulado "Projeto Psicologia, Educação e Intervenção Psicossocial: Atuação junto a idosos e adolescentes do Núcleo de Atenção Intergeracional – NAI – Cidade Nova, Teresina (PI)", que foi dividido em dois grupos para público alvo de interesse. A educação proporcionada através dessa prática sobre as diversas esferas da vida social parte da noção de buscar promover o empoderamento e a sensibilização sobre os direitos humanos, além de um posicionamento como cidadãos democráticos do grupo de adolescentes envolvidos na prática. A intervenção com os adolescentes teve duração de 03 meses, no total de 40 horas, realizado no período de 03 de Outubro a 20 de Dezembro de 2014. O grupo de adolescente consistiu num total de 25 jovens de ambos os sexos, com idades entre 13 a 17 anos. As atividades realizadas consistiam em: Apresentação do projeto de extensão ao grupo de adolescentes; Oficinas sobre: Direitos Humanos e adolescência, A importância da família, A importância do combate às drogas, e Relações interpessoais na adolescência. Além dos temas propostos, no primeiro encontro foi sugerido que os adolescentes escolhessem assuntos de seus interesses para serem discutidos e trabalhados no decorrer do projeto. Nos encontros utilizou-se como metodologia rodas de conversa, dinâmicas de grupo, vivências, jogos, entrega de cartilhas informativas, construção de cartazes. Assim como propõe Paulo Freire a educação proposta no estudo pautou-se no diálogo constante e na troca de conhecimentos e experiências entre os facilitadores (coordenadora e estagiários) e participantes (adolescentes), é proposto um questionamento no decorrer desse processo para que a partir disso os jovens reflitam e sejam levados a uma ação transformadora nas atividades cotidianas que giram em torno das temáticas abordadas. Os adolescentes no processo de vinculação e inserção ao projeto, tiveram respostas bastante satisfatórias. Eles se mostraram a vontade com os estagiários, e interessados acerca dos temas trabalhados, participando ativamente das atividades, embora alguns demonstrassem inquietude, no início das atividades típico dessa fase, o que foi utilizado de forma positiva para o desenvolvimento das atividades buscando com que os adolescentes estivessem atentos e participando ativamente das atividades. A partir das atividades realizadas percebeu-se que os vínculos afetivos construídos entre estagiários e participantes, a convivência e a troca de conhecimentos, contribuíram possibilitando uma maior abertura nos debates estabelecidos, onde o conhecimento que os adolescentes traziam para o grupo eram ouvidos e valorizados facilitando o processo de conscientização desses jovens sobre seus direitos na sociedade. Conclui-se que este trabalho provocou modificações na forma de pensar e agir sobre a realidade dos jovens, onde os mesmos foram colocados a refletir e buscar alternativas para as práticas voltadas para os direitos humanos no seu meio social, fazendo com que esses conhecimentos sejam levados adiante, para a comunidade, família e amigos.

Superdotados no contexto escolar: como favorecer os seus talentos?

Wallasce Almeida Neves (Faculdades Doctum), **Jennypher Rodrigues Aguiar** (Faculdades Unificadas Doctum de Teófilo Otoni)

O processo/sistema educacional brasileiro não é o tema central do nosso trabalho, porém, se faz presente como arcabouço, na medida em que se apresenta como estrutura. Temos como objetivo estudar uma dita categoria específica de alunos, os superdotados. Esse grupo, grupo mais por afinidades de potencial competência do que por separação ou categoria escolar ou psíquica, tem sido negligenciado pelo sistema educacional brasileiro, afirmativa que se sustenta, porque é patente a falta de mecanismos específicos ou processos direcionados de ensino/aprendizagem que possam desenvolver alunos com estas potenciais competências específicas. São muitos os mitos acerca do assunto e poucas são as medidas, de caráter prático, que são apresentadas e porventura venham a se mostrar eficazes para romper com essa negligencia institucional.

Dentro de uma perspectiva da Psicologia Educacional ou da Psicologia Escolar nós nos encontramos em uma encruzilhada, sabemos de uma demanda represada por estudos que possam atender e sustentar outras situações e práticas interventivas das instituições escolares e dos próprios alunos na sua condição de sujeitos, mas, não podemos na condição de psicólogos escolares/educacionais, nos furtar a discutir e trazer à baila a proeminência do tema superdotação ou pessoal com altas habilidades.

Por vezes o tema é visto e tratado como assunto mítico, o mito do gênio permeia o nosso imaginário (imaginário popular), o cinema se debruça sobre biografias e recentemente temos representações em filmes como: A teoria de tudo, Jobs ou O jogo da imitação, que colaboram nesse processo de mistificação onde essas pessoas, certamente são portadores de altas habilidades, mas é preciso entender que a vida desses personagens alimenta uma visão limitada de quem é o verdadeiro ser humano, deixando transparecer que as altas capacidades é que 'tomam' e passam a controlar a vida dos sujeitos.

Por outro lado é importante discutir formas de criação de processos e/ou mecanismo psicológicos que sejam proficientes na detecção de pessoas com altas habilidades. Existe um contra censo nessa matéria, a população de pessoas com altas habilidades não está circunscrita a uma classe específica ou região ou mesmo raça, existe uma apresentação mais ou menos uniforme dentro de todos os grupos. Então a questão que se nos apresenta é como identificar essas pessoas sem contanto tratá-las como 'estranhas'. Uma possibilidade que se apresenta é o próprio psicólogo (escolar/educacional) romper com as barreiras que se apresentam quanto à sua inserção no ambiente escolar/institucional e de uma ponta demandar mais mecanismos psicológicos e psicopedagógicos de identificação e avaliação, criando assim, pela sua demanda mais estudos científicos e pesquisas; e por outra ponta, ele mesmo, passar a atuar de forma mais incisiva como 'patrocinador', chancelando, a partir dos processos e mecanismos psicológicos apropriados, uma forma 'especializada', especifica para a criança com altas habilidades.

Outra questão que se nos impõe,refere-se à adequada abordagem teórica para tratarmos o tema, algumas teorias já se apresentam como naturalmente orientadas para dar suporte explicativo einterventivo, a Teoria Cognitiva, a Teoria do Processamento da Informação, aTeoria Neuropsicológica, são exemplo de teóricos já disponíveis que podem colaborar de forma patente para abordarmos a questão complexa e multidisciplinar que é o mundo dos superdotados. Dito isso, a atuação do psicólogo junto aos indivíduos com altas habilidades requer deste profissional qualificação para identificar e avaliar esses indivíduos, bem como promover a educação inclusiva dos mesmos; ética profissional de modo que venha favorecer o exercício dos direitos desses indivíduos e a não manutenção dos estereótipos; conscientização por parte de todos – gestores, corpo docente, família, sociedade e os próprios superdotados – do que são as altas habilidades. Enfim, é uma práxis que exige constante aperfeiçoamento de técnicas e competências profissionais, estudo sobre o tema e envolvimento com questões políticas, sociais, históricas, psicológicas e culturais.

Uma proposta de Roda de Conversa sobre Direitos Humanos no contexto da escolar

Maximiliano Rodrigues (Centro Universitário Una), **Caroline Santos Araújo** (Centro Universitário Una)

Introdução: A Declaração Universal de Direitos Humanos foi aprovada em 1948 com o objetivo de garantir a dignidade a todos os seres humanos. Em 1993, ocorreu em Viena a sua ratificação, por meio da qual os Estados assumiram a responsabilidade de promover a Educação em Direitos Humanos. No Brasil, em 2003 iniciou-se a elaboração de uma primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), aprovado em sua forma final no ano de 2006. O PNEDH entende a educação como meio privilegiado para atuar nessa direção (BRASIL, 2006) e visa, sobretudo, difundir uma cultura de direitos humanos no país. Considerando a importância da Educação em Direitos Humanos para a promoção da cidadania, apresentamos uma proposta para a introdução de discussões iniciais sobre este tema no contexto escolar. A proposta aqui apresentada foi colocada em prática a partir de uma Roda de Conversa com alunos de uma escola municipal de Belo Horizonte/MG. **Objetivos**: Este trabalho teve como objetivo geral promover a reflexão sobre a importância dos direitos humanos através da realização de uma roda de conversa (intervenção). A primeira e a segunda etapas do trabalho tiveram como objetivos específicos colher informações sobre os alunos e a escola, a fim de auxiliar o plano de intervenção (terceira etapa). **Relação com o Eixo Temático**: A reflexão sobre os direitos humanos contribui para o aprofundamento da democracia ao incentivar os cidadãos a se apropriarem de seus direitos e deveres. Como o trabalho realizado promove essa reflexão dentro da escola, escolheu-se como eixo temático "Educação, tecnologias e sociedade". **Orientação Teórica**: A ação foi desenvolvida com base em autores que discutem o tema do ponto de vista da Psicologia Social e das Ciências da Educação. Segundo Estevão (2011), a escola é um lugar propício para ensinamentos sobre os Direitos Humanos, já que é um dos seus lugares primordiais de sua aplicação. Afonso e Abade (2008) enfatizam que as rodas de conversa são bastante utilizadas no ensino, pois permitem ampla interação entre os participantes. É durante a roda que se criam possibilidades para estimular um pensamento criativo, capaz de produzir mudanças de posições dos sujeitos em suas relações sociais. **Metodologia**: O trabalho adotou uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, na modalidade pesquisaação. Para coleta de dados, realizou-se entrevista com a coordenadora da escola. A segunda fase da pesquisa caracterizou-se pela observação dos alunos, buscando levantar informações sobre eles e sobre o ambiente escolar, a fim de subsidiar a intervenção. Visando discutir com as crianças a importância dos Direitos Humanos, a intervenção proposta foi a Roda de Conversa, cujo caráter participativo possibilitou analisar criticamente o tema discutido no contexto em que os alunos estão inseridos (o ambiente escolar). Participaram da roda alunos do ensino fundamental e os autores deste estudo, estes como mediadores da conversa. O desenvolvimento da roda seguiu os seguintes passos: (i) sensibilização, utilizando-se a dinâmica do barbante, para que os alunos pudessem se apresentar e dizer o que sabiam sobre direitos humanos; (ii) em seguida, os alunos receberam um papel contendo frases preconceituosas e cada aluno teve um tempo para falar sobre uma frase; (iii) ao final da discussão, todos avaliaram a atividade um breve comentário. **Resultados**: Na primeira visita, a coordenadora da escola apontou a necessidade de trabalhar temas com os quais, segundo ela, os alunos sentiam dificuldades em lidar: gênero, etnia, religião, etc. Na segunda visita, a observação dos alunos nos possibilitou notar algumas atitudes de desrespeito e violência entre eles, como agressões e discursos homofóbicas. Durante a Roda, os alunos participaram ativamente: a dinâmica adotada proporcionou a reflexão e o debate sobre direitos humanos, o intercâmbio de ideias e um trabalho efetivo sobre os temas levantados nas etapas anteriores. **Conclusão**: Os dois primeiros encontros forneceram informações importantes para criar um plano de intervenção, sendo notáveis a importância tanto da conversa com a coordenadora (primeira visita à escola) quanto da observação dos alunos (segunda visita). A Roda de Conversa possibilitou trabalhar os temas levantados, despertando nos alunos o interesse pela discussão, incentivando-os a questionar e a refletir sobre relações desiguais em torno de categorias relativas a gênero, etnia, religião, etc. Ao final da intervenção, todos os participantes avaliaram a atividade de forma positiva e satisfatória. A ação realizada proporcionou momentos de ressignificação de conceitos e valores sociais, contribuindo, assim, para a promoção do respeito e da cidadania.

Referências

AFONSO, Maria, Lúcio; ABADE, Flávia, Lemos. Para reinventar as rodas: rodas de conversa em Direitos Humanos. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2006.

ESTEVÃO, Carlos V. Democracia, direitos humanos e educação: para uma perspectiva crítica de educação para os direitos humanos. Revista Lusófona de Educação, n. 17, p. 11-30, 2011.

Vivenciando e Tecendo o Mundo Comunitário em uma Escola da Rede Pública de Sobral (CE)

Amanda Bezerra Lopes (Faculdade Luciano Feijão), **Ellen Caroline Bezerra Almeida** (Universidade Estadual Vale do Acaraú), **Marlla Rúbya Ferreira Paiva** (Graduanda), **Israel Rocha Brandão** (Universidade Estadual Vale do Acaraú)

Este trabalho é oriundo do processo de inserção dos participantes do Programa de Educação Tutorial (PET), do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), na educação básica. Buscou-se participar ativamente do cotidiano de uma instituição escolar pública, a Escola de Ensino Fundamental e Médio Ministro Jarbas Passarinho, situada no município de Sobral/CE. Como momentos decisivos da vivência comunitária, desenvolveram-se os momentos de territorialização e de consolidação do trabalho de campo. O processo de territorialização oferece a oportunidade de vinculação com a comunidade. Segundo Freire (1995), o trabalho comunitário deve ser capaz de instigar a sabedoria, o sonho e a possibilidade de mudança[1]. O objetivo é relatar o processo de inserção dos petianos na comunidade na qual se utilizou o espaço escolar como ponte para a realização deste trabalho. Efetiva-se, desta forma, o compromisso dos petianos no desenvolvimento das atividades de extensão onde estes se assumem como sujeitos engajados no processo de transformação social, buscando contribuir para a melhoria da educação básica pública, como também construir estratégias de articulação entre universidade e sociedade. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho constituiu-se, primeiramente, em contatos com representantes da E.E.F.M. Ministro Jarbas Passarinho. Norteou-se por uma metodologia participativa, que, segundo 2Gois (1995), é necessária em processos sociocomunitários de orientação libertadora. Em seguida, houve a apropriação do ambiente da escola, por meio do levantamento do histórico da instituição e a partir da percepção dos sujeitos da comunidade. Para tanto, ocorreu também o engajamento no campo através de observações feitas em sala de aula, no entorno da escola e com a participação em atividades facilitadas pela escola. Consolidaram-se vínculos com os trabalhos realizados, ampliando-os e firmando a participação com a metodologia dos docentes. O trabalho desenvolvido na instituição obteve como resultado a vinculação com a comunidade escolar. Os membros do Programa, desta forma, puderam alcançar o reconhecimento do papel de sujeitos sociais. Oportunizou-se ainda aos participantes do Programa a obtenção de percepções e práticas compartilhadas por uma comunidade, que resultou no exercício de uma visão particular da realidade, por meio das experiências vividas de forma dialógica. 3(BRANDÃO, 1999) As atividades realizadas permitiram a expansão de conhecimentos e descobertas em um espaço estudantil de âmbito público que deve estar em permanente contato com as outras esferas sociais. Consolidou-se, assim, a vinculação entre escola e universidade, construindo-se um espaço de interação benéfico para ambos. Uma vez que os membros do PET foram reconhecidos como colaboradores, estes vieram a desenvolver atividades fixas na escola e na comunidade. Percebe-se que se efetivou o fortalecimento de estratégias conjuntas entre o curso de Pedagogia e as ações na escola e na comunidade, pela sistematização e engajamento dos acadêmicos do curso em vivência constante com a educação pública de Sobral. Uma das ações a serem executadas na instituição diz respeito à II Expoacadêmica, evento organizado pelos participantes do PET, que em sua primeira edição ocorreu na UVA, e agora deverá acontecer na escola, que visa integrar a UVA às escolas e à comunidade, bem como favorecer a interação entre os cursos da própria universidade por meio de diálogos entre acadêmicos e estudantes concludentes do ensino médio. Desta forma, pretende-se avançar cada vez mais em atividades visando a realidade social dos jovens.

Eixo 02 História, teorias, métodos e formação em Psicologia Social

A atuação do psicólogo social frente ao compromisso social da psicologia

Jennypher Rodrigues Aguiar (Faculdades Unificadas Doctum de Teófilo Otoni)

Na América Latina, ao fim da década de 70, teve início um movimento de colocava em questão a prática da psicologia social vigente na época, que era baseada no experimentalismo e no individualismo e que não abrangia o contexto social latino-americano. Esse movimento defendia uma psicologia social envolvida com as questões sociais e políticas de forma contextualizada. Nesse processo de mudanças destacam-se nomes como o de Martin-Baró e aqui no Brasil, Aroldo Rodrigues, Silvia Lane e outros. Bem como, a fundação da Associação Brasileira de Psicologia (ABRAPSO), em 1980.

A ABRAPSO surgiu como tentativa de "redefinir o campo da psicologia social e contribuir para a construção de um referencial teórico orientado pela concepção de que o ser humano constitui-se em um produto histórico-social, de que indivíduo e sociedade implicam-se mutuamente" (JACQUES, et al, 1998 apud FERREIRA, p. 27).

Dessa forma, a psicologia social diz do "estudo científico da influência recíproca entre as pessoas (interação social) e do processo cognitivo gerado por esta interação (pensamento social)" (RODRIGUES, 2009, p. 13). Tendo como objeto de estudo as manifestações comportamentais suscitadas pela interação de uma pessoa com outras pessoas ou pela expectativa de tal interação. Ou seja, toda interação implica em uma modificação e conforme o indivíduo é inserido em um meio social, ele é afetado e/ou está sujeito a ser afetado pelas ideias, ideologias e comportamentos de tal meio.

E como isso a psicologia social passou a se interessar também pelos movimentos sociais em prol dos direitos humanos de cada indivíduo, das relações de dominação, pelo processo de comunicação, políticas públicas e outros. Assim, a comunicação, a cooperação, a educação e a prevenção ganham espaço importante no trabalho prestado pelo psicólogo social. Onde este profissional busca promover a participação e o envolvimento de todos (Governo, Estado e a própria população) na resolução de problemas enfrentados pela própria sociedade, sendo também uma forma de garantir os direitos da população através de princípios como universalidade e equidade.

O psicólogo social busca promover a tomada de consciência por parte de todos os indivíduos de modo que usufruam de seus direitos e assumam suas responsabilidades, tornem-se sujeitos ativos no processo de transformação social e se apropriem de seu poder pessoal (os indivíduos são convocados a falar, expressar suas opiniões e ideias, a se fazerem ouvir).

Finalizando, a atuação do psicólogo social após todas essas transformações é pautada na ética e no compromisso social da profissão, percebendo e intervindo junto aos grupos/sociedades e indivíduos de forma mais humanitária, igualitária e socializadora. Promovendo assim a autonomia e a transformação social por meio de uma práxis comprometida com as questões sociais e políticas, rompendo com o status elitista da profissão e alcançando as minorias. Assim, independente da área de atuação do profissional da psicologia os saberes devem estar intercalados, uma vez que o indivíduo que é atendido na clínica traz consigo toda uma história de vida e de inter-relações, além de que o comportamento que ele ali manifesta sofre influências da vida social e política do indivíduo também, e vice versa. E, dessa forma, não dá para ser apenas psicólogo clínico ou psicólogo escolar ou psicólogo social e outros, porque acima de tudo deve-se ser psicólogo.

Referências

FERREIRA, M. C. Breve história da moderna psicologia social. In: TORRES, C. V.; NEIVA, E. R.; COLS. Psicologia social: principais temas e vertentes. São Paulo: Artmed, 2011. p. 13-29. RODRIGUES, A. Psicologia social. 27-ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Aspectos psicológicos dos Movimentos de Resistência Socioambientais na região metropolitana do Natal/RN

Thatiane Rodrigues Praxedes (Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN))

As cidades são um complexo contexto ambiental de convivência humana que sofre modificações cotidianas. Tais mudanças não são vividas de forma homogênea, fazendo surgir estratégias, individuais ou coletivas, de enfrentamento/sobrevivência frente ao movimento de padronização na cidade. Deste modo, a psicologia tem um importante papel na compreensão de como as transformações promovidas nas urbes são vividas e significadas pelas pessoas que diariamente a vivem. A contribuição neste contexto é a investigação dos aspectos humanos relacionados a questão ambiental. A compreensão das razões e dos aspectos psicológicos que impulsionam determinadas pessoas a resistirem contra a urbanização por meio da organização e participação de eventos pró-ecológicos, poderá oferecer elementos para a identificação de estratégias a serem utilizadas em prol de uma melhor convivência coletiva. Ademais, a ideologia dominante atua como marca comum às diversas representações sociais de natureza que cada grupo possui (Medeiros, 2014). Sugerindo assim, que modificações nas representações hegemônicas baseadas em aspectos que foram detectados pela pesquisa nas representações sociais de grupos próambientais, poderão contribuir para o crescimento do número de pessoas engajadas nas questões ecológicas. Diante disso, o objetivo deste trabalho é investigar os aspectos psicológicos relacionados à Movimentos de Resistência Socioambientais (MRS) na Grande Natal/RN. Nessa perspectiva, identificamos que o interesse ambiental é cada vez mais visível, existindo uma tendência de haver concordância no que diz respeito a questões pró-ecológicas. Entretanto, os significados de natureza se diferenciam de acordo com cada grupo social. Sendo assim, é necessário entender as diversas representações sociais de natureza, ou seja, como as pessoas pensam, falam e atuam sobre o ambiente. Tomou-se, então, a abordagem das representações sociais como um instrumento teórico e metodológico para o conhecimento das representações sociais de natureza. Como também, a Psicologia Ambiental, área da psicologia que estuda as relações pessoa-ambiente, sendo uma área multi/interdisciplinar de conhecimento que surge com a intenção de investigar a relação entre processos psicológicos e ambientes sócio-físicos, com uma orientação básica e aplicada aos problemas ecológicos atuais (Bonnes & Bonaiuto, 2002; Sommer, 2000). Quanto aos Movimentos de Resistência Sócio-Ambientais, que serão explorados na pesquisa, correspondem aos microeventos ambientais organizados pela comunidade que têm em vista aspectos voltados para conservação do ambiente; as Hortas Urbanas Comunitárias também originadas e governadas por moradores locais; e as Feiras agroecológicas realizadas no meio urbano. O estudo está caracterizado como uma pesquisa exploratória e descritiva, fazendo uso das abordagens quantitativa e qualitativa. Como estratégia geral para o estudo, serão realizadas entrevistas com pessoas chave dos processos de resistência. Como primeiro passo foi realizado um mapeamento dos MRS existentes na Grande Natal/RN, tais como hortas comunitárias, micro eventos ambientais e feiras agroecológicas. Está em andamento a identificação dos motivos para participação em MRS, bem como as concepções de natureza relatadas pelos participantes de MRS. Foram mapeadas oito feiras agroecológicas, oito hortas comunitárias e três micro eventos de cunho ambiental. Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir com a construção de conhecimentos acerca dos significados psicológicos que dizem respeito ao microeventos ambientais, destacando a elo intradisciplinar da psicologia ambiental e da psicologia social.

Psicologia e Centro Pop: Contribuições das Práticas de Estágio na Formação do Psicólogo

Daniela Fernanda Simioni Vieira (Universidade Paulista), **Gesilaine Cristina Gibertoni Muniz** (Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE), **Rosana Maria Garcia** (Universidade Paulista)

O presente trabalho consiste no relato de experiência de estágio realizado em um Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) e no Serviço Especializado em Abordagem Social do município de São José do Rio Preto, São Paulo (SP), objetivando colaborar com o debate sobre a formação em Psicologia e as contribuições de experiências como esta para atuação destes profissionais. Durante o estágio foram realizadas atividades supervisionadas direcionadas às pessoas em situação de rua, risco e vulnerabilidade social através de Atendimento em Grupos e Individual, Visita Domiciliar, Busca Ativa e Abordagem Social, proporcionando vivências para o desenvolvimento de potencialidades para a sua autonomia e participação social e oferecendo trabalho técnico para a análise das demandas do usurário e encaminhamento aos demais serviços socioassistencias, bem como às demais políticas públicas que possam contribuir com a inserção social e com a proteção às situações de violência. A partir destas vivências, o contato com a realidade das ruas possibilitou, e ainda possibilita uma maior indagação acerca das dificuldades enfrentadas diariamente por esta população, despertando uma ânsia em compreender de que modo as Representações Sociais fazem parte deste cotidiano e como modificam a realidade deste público, sendo possível desenvolver concomitantemente ao estágio extracurricular uma pesquisa de Iniciação Cientifica que se encontra em andamento, visando entender como estas representações sobre os moradores de rua são capazes de reforçarem a construção de uma identidade baseada em valores negativos afirmados socialmente. A existência de pessoas em situação de rua traz na própria denominação de "rua" a marca do estigma e da exclusão a que são submetidas. Esta população é formada por indivíduos que caíram no esquecimento, invisíveis aos olhos dos demais cidadãos provocando estranheza como se fossem animais, selvagens ou ainda causando piedade. São estereotipados em imagens de pessoas sujas, vagabundas, marginais, viciados, doentes, violentos e criminosos. A reinserção social destas pessoas fica comprometida uma vez que as Representações Sociais destes sujeito "fora dos padrões" estão diretamente vinculadas às questões econômicas da sociedade e acabam por representar as pessoas sem residência fixa e trabalho formal como seres "não humanos". A ideia de seres "não humanos" remete às pessoas acometidas por transtornos mentais, e por isso, muitas vezes as pessoas em situação de rua são representadas por pessoas loucas, doentes mentais, etc. Trata-se de conteúdos simbólicos, de cunho ideológico na medida em que favorecem a cristalização de relações de exploração e dominação. Deste modo, identificar as Representações Sociais presentes no cotidiano desta população contribui com o processo cujo objetivo é considerar as pessoas de rua como cidadãs integrais. Pode-se dizer que esta rica experiência de estagio permeada por indagações e questionamentos, junto ao ingresso no mundo cientifico, através da familiarização com a busca de dados, pesquisas bibliográficas e redação de trabalhos científicos deram-se pelo interesse em compreender este fenômeno que é a existência de pessoas em situação de rua o que, consequentemente, propõe uma atuação comprometida com a transformação da realidade e de si como sujeito e profissional sob uma perspectiva mais crítica.

Psicologia na região do Alto Oeste Potiguar: caracterização profissional

Maria Iara Diógenes de Lima (Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar), Orlando Júnior Viana Macêdo (Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar), **Francisco Edson Davi do Nascimento Queiroz** (Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar), **Francisco Bruno Moreira Soares** (Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar), **Aedno Dantas de Lira** (Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar), **Lívia Lemmertz Dantas da Costa** (Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar)

A Psicologia no estado do Rio Grande do Norte, assim como em outros estados brasileiros, vem perpassando por um processo de expansão e interiorização. Dessa forma a Psicologia, que durante muito tempo foi uma profissão mais comum nos grandes centros urbanos, vem sendo presença cada vez mais marcante em cidades de médio e pequeno porte. Tal realidade vem trazendo novas demandas para a Psicologia uma vez que a atuação nesse novo cenário, decorrente principalmente de uma inserção da Psicologia nas Políticas Sociais, requer um fazer diferenciado de uma atuação tradicional, pautado em técnicas oriundas de uma perspectiva clínica individualizante. Dessa forma, esse novo contexto de atuação da Psicologia, trouxe à tona os limites teóricos e técnicos da formação acadêmica que, historicamente tem privilegiado uma formação direcionada para o contexto de uma atuação no âmbito da clínica, por meio de um modelo de atuação da Psicologia como uma profissão liberal voltada para atender as demandas de sujeitos de classe média ou alta. Atualmente as demandas que chegam para os profissionais de Psicologia são de outra ordem, haja vista fato de usuários das políticas sociais não se enquadrarem no perfil do público que a Psicologia historicamente vem estudando, tampouco preparando seus profissionais para atender. Diante do exposto, essa pesquisa, que se enquadra no eixo História, teorias, métodos e formação em Psicologia Social, buscou investigar como tem se dado o processo de expansão e interiorização da Psicologia no estado do Rio Grande do Norte, mais especificadamente na região do Alto Oeste Potiguar, composta por 37 municípios. Buscou-se compreender os rumos que a Psicologia vem tomando nesse processo de expansão e interiorização no estado do Rio Grande do Norte e se a formação disponibilizada pela academia tem conseguido dar conta das demandas que os profissionais têm se deparando em sua atuação profissional. Objetivou-se, dessa forma, compreender o lugar social que a Psicologia ocupa na região do Alto Oeste Potiguar. Investigouse os contextos que a Psicologia está ocupando e a forma como vem atuando. O estudo foi realizado em duas etapas, uma primeira, que buscou identificar a quantidade de profissionais presentes em cada um dos 37 municípios que compõem o Alto Oeste Potiguar e os espaços vem ocupando. Destes municípios 21 aceitaram participar da primeira etapa do estudo, sendo os municípios representados por 8 profissionais de Psicologia e 13 secretários da Política de Assistência Social. Utilizou-se de uma entrevista estruturada que versou sobre a quantidade de profissionais e espaços que os mesmos estavam ocupando. Estes dados foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva. Na segunda etapa do estudo participaram 05 profissionais de Psicologia. Utilizou-se, nesse segundo momento do estudo, entrevistas semiestruturadas com questões norteadoras que versavam sobre formação acadêmica; atuação profissional; demandas que se deparam e referenciais teóricos e metodológicos utilizados. As entrevistas foram gravadas, transcritas e tratadas por meio da análise de conteúdo. Foram identificados 47 profissionais de Psicologia atuando na região do Alto Oeste, com uma média de 2,7 profissionais por municípios, predominando municípios que contam com apenas um profissional de Psicologia. A Proteção Social Básica da Assistência Social, por meio do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, destaca-se como o principal contexto de atuação profissional (22 psicólogos); seguido da Política de Saúde, por meio do Núcleo de Apoio ao Saúde da Família - NASF e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, que contam, respectivamente, com 10 e 3 profissionais de Psicologia. Foram identificados, também, 03 psicólogos atuando no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, 02 no Terceiro Setor, 02 na docência de nível superior, 01 em escola, 01 no hospital e 04 na clínica privada. Por meio da entrevista com os profissionais que trabalhavam na clínica privada, NASF, CRAS e APAE, percebe-se predomínio de formação acadêmica em Instituições Ensino de Nível Superior privadas e um direcionamento desta formação para o âmbito da clínica individualizante. Os dados empíricos revelaram sensação de que a academia não prepara suficientemente para atuação profissional e que estes profissionais aprenderam a atuar a partir da própria prática. Consideraram utilizar-se da Teoria Cognitiva Comportamental ou perspectivas psicanalíticas, por meio de Freud e Lacan e que suas ações giram em torno de visitas, grupos operativos, oficinas e apoio pedagógico. No entanto os relatos evidenciaram que tais ações não se pautam numa análise das demandas e da realidade dos sujeitos. Conclui-se que, diante do predomínio de profissionais de Psicologia atuando nas políticas sociais, faz-se necessário maior atenção para a relevância das disciplinas de Psicologia Social, Psicologia Comunitária e outras disciplinas voltadas para atuação no contexto das políticas sociais, bem como necessidades de uma formação acadêmica que dê suporte para uma atuação crítica, investigativa e comprometida socialmente, em detrimento de uma atuação que tem as ferramentas oriundas de uma perspectiva clínica, individualizante e descontextualizada, como foco predominante das atuações dos profissionais de Psicologia.

Eixo 03 Políticas Públicas e Saúde Coletiva

A atuação da Psicologia da Saúde com um grupo de gestantes em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Barreiras, Bahia

Fabiana Regina da Silva Grossi (Faculdade São Francisco de Barreiras), **Kalline Silva de Matos** (Faculdade São Francisco de Barreiras), **Fernanda Hileana Carvalho dos Santos** (Faculdade São Francisco de Barreiras)

A Psicologia da Saúde trabalha a partir de uma demanda coletiva e com o olhar voltado para o social. Castro e Bornholdt (2004) apontam que ela visa compreender os fatores biológicos, comportamentais e sociais que influenciam inteiramente na saúde e na doença. Esta coopera para a melhoria do bem-estar e da condição de vida dos usuários do serviço de saúde. O presente trabalho refere-se a um relato de experiência em estágio profissional em Psicologia da Saúde em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF), no município de Barreiras, Bahia. O objetivo dos grupos realizados com as gestantes, era de promover saúde e prevenir doenças. Isso se dava, a partir de informações levadas pelas estagiárias e troca de experiências entre gestantes e estagiárias, em um período de grandes transformações na vida de uma mulher. Dessa forma, era possível que as usuárias do serviço mostrassem os seus comportamentos do dia-a-dia e as estagiárias apontassem aqueles que eram condizentes com a saúde na fase gestacional, esclarecendo questões importantes e explicando processos saudáveis neste período, a partir de um levantamento de demandas. Os grupos informativos eram realizados semanalmente, tendo uma média de dez participantes. As gestantes que ficavam na recepção à espera do atendimento para o pré-natal, eram convidadas a participar do grupo. Sendo assim, esse tempo era ocupado com aprendizado e trocas de experiências, passando a não ser simplesmente um tempo ocioso. As idades das gestantes variavam entre 14 e 40 anos. O grupo em questão era rotativo, pois as mulheres que participavam, voltavam somente um mês depois, para a próxima consulta de prénatal. Ainda assim, as mesmas eram convidadas a retornarem, sendo que isso aconteceu diversas vezes. Já que o grupo era rotativo, para que o objetivo fosse atingido, eram trabalhados diferentes temas a cada encontro, de modo que o mesmo não se repetia em nenhum momento. O período de realização dos grupos foi de Março a Junho de 2015. Foram trabalhados temas como: vínculo mãe-bebê, a importância de amamentar, cuidados com o recém-nascido, tipos de parto, alimentação na gestação, entre outros. No decorrer do trabalho, alguns profissionais foram convidados a participar dos grupos: enfermeiro, fisioterapeuta e dentista, abordando os temas como cuidados com o bebê, exercícios para melhor qualidade de vida da gestante e cuidados com a saúde bucal nesta fase. Foi estabelecido um vínculo entre as estagiárias e as gestantes. Notou-se também, a maior aproximação que passou a existir entre as usuárias da ESF e os profissionais de saúde, a partir da construção do vínculo. Esta situação facilita o aprendizado das gestantes, visto que, há uma participação na construção da prática, com uma troca de saberes. Assim, comportamentos orientados para a promoção da saúde conseguem ser melhores compreendidos. Nessa perspectiva Klein e Guedes (2008), falam sobre a importância de se criar um espaço onde possa haver troca de informações objetivas sobre o ciclo gravídico-puerperal, na qual possa discutir diferentes problemas e compartilhamento de sentimentos com finalidade de uma melhor elaboração dessa fase e também que possam contribuir para os cuidados com o filho recémnascido. Espera-se que haja a continuidade de trabalhos em grupos e a participação de todos os profissionais que fazem parte das equipes de saúde. Da mesma forma que, acredita-se numa maior inserção do profissional de psicologia nos ambientes de saúde, em especial nas ESF´s, para um aumento de atividades para o bem-estar biopsicossocial e um foco maior nos trabalhos de prevenção de doenças e promoção da saúde, não se restringindo em atendimentos médicocentrados.

A caixinha do cuidado: Artesanato e autonomia

Pierra Beatriz Cavalcante Silva (Universidade Federal de Alagoas)

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o cenário epidemiológico brasileiro mostra uma transição no quadro de adoecimento decorrentes por doenças infecciosas, as quais respondiam quase metade das mortes existentes na década de 30, para os adoecimentos decorrentes de doenças crônicas que atualmente acometem grande parte da população brasileira. Em 1998, o grupo das principais doenças no Brasil, incluíam principalmente, o diabete, a doença isquêmica do coração, a doença cérebro-vascular e o transtorno depressivo recorrente.

Em processo histórico, progressivos avanços e investimentos das industrias farmacêuticas implicaram numa crescente utilização de psicofármacos, em especifico os psicotrópicos, assumindo dimensões alarmantes. Como justificativa para tal dimensões, especialistas afirmam haver um aumento sucessivo de diagnósticos dos transtornos psiquiátricos na população; entretanto, Foucault (1994) ao criticar à sociedade disciplinar e à normalização operada pela Psiquiatria enfatiza uma atenção integral a saúde mental compreendida como um todo, englobando usuários, familiares, igrejas, organizações governamentais e não governamentais, instituição de tratamento, entre outros. Acreditar apenas no processo paliativo via medicamento o qual aparenta resolver rapidamente os sintomas seria retardar o enfrentamento da situação, banalizar o consumo dos medicamentos e operar formas de controle de vida sobre a população.

Diante dessas argumentações o Núcleo de Saúde da Família - NASF, localizado no município de Craíbas, AL - enquanto equipe interdisciplinar composta por psicólogo, assistente social, farmacêutico, educador físico, nutricionista e fisioterapeuta, iniciou um ciclo de oficinas para confecção de caixas organizadoras de medicamentos em nove Estrategia de Saúde da FamíliaESF, as quais o NASF oferece suporte.

Escolhemos como público alvo usuários dos serviços de saúde, sem distinção de sexo ou faixa etária, designando aqueles que fazem uso de medicamento controlado. O objetivo principal foi conscientizar os usuários sobre o uso responsável dos remédios obedecendo horário e dosagens e os secundários corresponsabilizar o usuário no processo do auto cuidado, fortalecer vínculos comunitários e auxiliar usuários não alfabetizados a identificar o medicamento correspondente ao horário a ser tomado.

Assim o projeto foi desenvolvido em interface com os propósitos da Psicologia Social e das políticas públicas de Saúde transcendendo somente a atenção básica. A dimensão subjetiva do sujeito, atravessado pelos processos coletivos e culturais tem a capacidade de fortalecer no campo da afetação e do diálogo aspectos sobre saúde como prevenção, autocuidado, direito e condição de cidadania.

A orientação teórica utilizada foi fundamentada nos estudos de Foucault (1972) sobre a apropriação do fenômeno da loucura pela medicina e consequentemente a subjugação asilar, imposição de formas de tratamento, hábitos intelectuais e morais aos considerados fora dos parâmetros normais. Com essas críticas iniciadas por diversos teóricos desde a década de 60, depreendeu-se em processo histórico da antipsiquiatria a Reforma Psiquiátrica, o documento Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil (2005), o qual subsidia a atuação dos profissionais de saúde em todos os níveis de atenção, dando suporte fundamental para a compreensão reversa do sofrimento mental e métodos terapêuticos os quais Foucault reposicionou e hoje teoricamente se fazem presente nas práticas.

Enquanto método utilizamos as oficinas de grupo na qualidade de prática que possibilita a comunidade exercer suas potencialidades, explorar seus limites e externar seus anseios, com base em atividades artesanais. Os momentos de confecção do produto final planejado “caixa organizadora de medicamentos” através da conversação, junto aos profissionais e trocas de experiências dos participantes proporcionaram conscientização e problematização do tratamento vivenciado, vislumbrando as possibilidades de construir, em comunidade, estratégias alternativas na busca de soluções das lutas e questões cotidianas.

Como resultado conseguimos realizar as oficinas em toda a cobertura de ESF do município, ou seja, nove grupos foram realizados. As oficinas realizadas permitiram concretização dos objetivos propostos. Com as reflexões acerca do uso indiscriminado de medicamentos foi ressignificado, conforme a realidade daqueles usuários, formas autônomas de gerir e criar a vida, sem necessariamente sujeitar-se em critérios externos e modelos preestabelecidos que não estão de acordo com a realidade encontrada naqueles espaços, mas sim possibilitando o fortalecimento e a prática do cuidado. Identificamos tais características na seguinte fala da usuária “aqui a gente aprendeu que se cuidar não é só tomar o remédio, é cuidar da gente com amor. Quando eu ficava nervosa tomava 15 gotas de Rivotril, dormia a tarde toda, o meu acabava e eu pedia o da vizinha, não vou mais fazer isso, vou chamar minha colega e a gente vai fazer uma caminhada, conversar com a comadre, isso ajuda a controlar os nervos...”.

A família do usuário de álcool e outras drogas e suas redes de suporte social.

Ronaldo Rodrigues Pires (Universidade Estadual do Ceará), **Luana Vieira de Carvalho** (Universidade Estadual do Ceará)

Pretende-se refletir acerca do trabalho de pesquisa referente às redes de suporte social das famílias que possuem alguns de seus membros com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas e que são atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS ad, de Fortaleza - CE. Vê-se que dentre as políticas públicas de saúde, sobretudo as referentes ao campo da atenção psicossocial, que se nutrem das reflexões e desdobramentos políticos e institucionais das Reforma Sanitária e Psiquiátrica, têm buscado se orientar pela perspectiva do trabalho em rede. Dessa forma, percebe-se certo empenho do poder público em criar e instituir Redes de Atenção Psicossocial que possam ofertar possibilidades múltiplas de cuidado aos usuários com transtornos mentais e com problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas. No entanto, sabe-se que a rede cuidadora não está restrita aos equipamentos estatais e envolvem instrumentos além destes, tais como organizações e movimentos sociais, pessoas, igrejas e outras iniciativas presentes no território. A rede de suporte social pode ser definida como este conjunto de organizações, pessoas e movimentos que compõem um sistema capaz de fortalecer os atores sociais. Deste modo, percebe-se que as redes de suporte social tanto podem ser estruturadas pelo poder público e seus equipamentos institucionais como também podem surgir de inciativas particulares na informalidade da vida das comunidades. Vários estudos apontam o tema das redes de suporte social como de bastante relevância para ampliar a discussão sobre os usuários de álcool e outras drogas e as repercussões subjetivas destes pertencimentos e/ou esgarçamentos no interior destas redes. Buscou-se neste estudo identificar e descrever estas redes de suporte, presentes no território das famílias estudadas, compreendendo suas conexões e particularidades para que sejam conhecidas e potencializadas pelos profissionais de saúde na produção de cuidado. Para isso realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o papel das redes no cuidado de usuários de álcool e outras drogas e serão realizadas entrevistas com os membros da família de um usuário do CAPS ad da Regional IV. No presente momento o estudo encontra-se em fase de revisão de literatura e inserção no campo de pesquisa através da pactuação com o serviço de saúde para a realização desta através de visitas institucionais. No que tange aos achados da literatura são evidentes os apontamentos sobre o importante papel que a família tem no processo de cuidado bem como, tem se destacado os sentimentos de ambivalência, a vivência da sobrecarga decorrente de ter um membro com problemas relacionados à dependência. Com relação à Rede de Atenção Psicossocial em Fortaleza, podemos observar, desde já, que a precarização sistemática com que vem sofrendo o Sistema Único de Saúde - SUS brasileiro, em especial das condições de funcionamento dos serviços e do número insuficiente de profissionais para composição das equipes, tem debilitado ainda mais o conhecimento destas redes e sua ativação através de ações no território. As dificuldades anteriormente mencionadas, e apontadas por vários estudos sobre o trabalho dos profissionais nos CAPS, sobre a dificuldade de acesso e produção de saúde nos territórios, têm se intensificado com o sucateamento dos serviços. Na Atenção Básica em saúde percebe-se um insuficiente número de ações para promoção da saúde mental, além da dificuldade em reconhecer os usuários de álcool e outras drogas em suas agendas de trabalho. Vemos, portanto, que as famílias têm tido pouco apoio institucional, o que nos sugere a possibilidade de brechas para ação de outras redes de cuidados informais, de maneira que busquem através destas outras possibilidades, minimizar o seu sofrimento diante dos problemas enfrentados. Percebe-se a importância de destacar a ampliação destas redes sociais para os familiares envolvidos de maneira coordenada pelos profissionais de saúde. Além disso, é visível a necessidade da construção de uma prática clínica, ampliada e resolutiva, que engaje também os familiares num projeto de cuidado no âmbito das políticas públicas de saúde.

A inserção da Psicologia no âmbito da Saúde Pública: entre novos e velhos dilemas

Adolfo Jesiel Siebra Dias (Universidade de Fortaleza), **Luiza Maria Silva de Freitas** (Universidade Federal do Ceará), **Anna Karynne da Silva Melo** (Universidade de Fortaleza)

Introdução: As intensas mudanças sociais, políticas e culturais das últimas décadas reverberaram diretamente nos padrões de doença, morte e invalidez das sociedades ocidentais, ocasionando um esgotamento do modelo biomédico até então adotado, tendo em vista que ele tornou-se insuficiente no enfrentamento aos novos desafios sanitários. Diante disso, sucede-se um empreendimento de revalorização do conceito de promoção de saúde, emergindo como a principal alternativa de redimensionamento das práticas em torno do processo saúde-doença. Além disso, no cerne desse movimento, a ampliação do conceito de saúde também teve um papel crucial nessa conjuntura, haja vista que, com esse novo patamar, representado pelo bem-estar pleno, a ação unilateral do poder público desloca-se da assistência para a promoção da saúde na convocação da responsabilidade individual dos usuários destes serviços. Em função disso, os gestores têm buscado novas estratégias e intervenções dirigidas para a mudança de comportamento e hábito, com o propósito de capacitar os usuários a tornarem-se protagonistas da sua própria saúde. Para tanto, a disseminação de informações, prescrita pela política de Educação em Saúde, tem sido uma das principais estratégias utilizadas na responsabilização e empoderamento dos usuários assistidos. É nesse cenário, acima exposto, que a Psicologia vem, nos últimos anos, inserindo-se. Uma ciência que tem a clínica privada como campo privilegiado de nascimento e atuação, vem gradativamente galgando um espaço na ordem do público, distanciando-se de uma prática que se estabelecia autonomamente, para irromper em uma conjuntura extremamente complexa, na qual saberes e práticas coexistem e se interpenetram, ao mesmo tempo em que são regulamentadas por políticas e diretrizes que objetivam sistematizar a prática dos profissionais da saúde. Assim, com base nessa problematização, o escopo desse trabalho consiste em investigar quais são as questões levantadas pelos autores a respeito da inserção da Psicologia no âmbito da saúde, utilizando como crivo de inteligibilidade, o pensamento de Michel Foucault (1999, 2002) e de autores que tomam como referência a sua obra, como uma importante ferramenta para analisar os resultados encontrados. METODOLOGIA: Neste trabalho, realizou-se um estudo exploratório, de natureza qualitativa, optando como método de coleta a busca por artigos indexados no banco de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO). A partir da busca com as palavras chaves “inserção”, “Psicologia” e “saúde”, somadas aos critérios: publicação nos últimos seis anos e está escrito em português, apanhou-se, ao final, um total de dezenove artigos. **Resultados**: Mediante o levantamento empreendido, observouse que dez artigos, discutem a atenção básica à saúde, concebendo-a como um campo de dificuldade para a Psicologia. Nesses artigos, os autores apontam os principais embates envolvendo a atuação psicológica nessa esfera, como a necessidade de renovação de suas práticas, uma maior harmonia com as diretrizes colocadas pelas Políticas Públicas, bem como a importância do trabalho multi e interdisciplinar. Outro tema que destacou-se, refere-se a discrepância entre a formação e a atuação concreta do psicólogo. Nesse levantamento, seis artigos buscaram problematizar esse assunto, assinalando que a graduação não tem fornecido a preparação necessária para essas modalidades emergentes, culminando na reprodução de práticas tradicionais de cunho individualistas, descontextualizados com a defesa pela promoção dos direitos humanos e das minorias. No restante dos artigos, percebeu-se uma retomada da inserção da ciência psicológica na área da saúde, para relatar experiências, ditas como inovadoras nesse campo. **Discussão**: As questões apontadas pelos autores, em sua maioria, visam um redimensionamento tanto teórico, quanto prático, da Psicologia, tendo como objetivo maior sua consolidação no âmbito da saúde. Neles, verifica-se uma natural compatibilidade entre a Psicologia e o contexto da saúde, sendo necessários alguns ajustamentos para potencializar a atuação psi nesse novo espaço. Hüning e Guareschi (2005), apesar de não ocuparem-se especificamente da Psicologia no campo da saúde, compartilham dessa discussão, problematizando as práticas psi de um modo geral. Sob a influência de Foucault, elas retomam as condições de emergência da ciência psicológica para pensar o movimento de capilarização das práticas psicológicas no tecido social. Com isso, elas constatam que a ciência psicológica, desde o seu nascimento, datado na modernidade, esteve imbricada a certo programa normativo que objetivava corrigir e disciplinar qualquer indivíduo que escapasse a norma. Uma função, segundo as autoras, que apesar de ignorada e esquecida, a Psicologia ainda não conseguiu se distanciar. **Considerações Finais**: Nesse sentido, torna-se importante interrogar esses autores, indagando se as questões apresentadas, como a reavaliação da formação curricular, a ampliação/renovação de algumas práticas psicológicas, bem como a busca de novos referenciais, vistas como necessárias para a inserção nesse novo contexto, constituem-se como uma forma de perpetuação do objetivo primeiro da Psicologia ou, pelo contrário, correspondem a uma tentativa de superação do legado que acompanha esta ciência desde os seus primórdios. Por isso, evoca-se a necessidade de mais estudos, no intuito de problematizar esse novo cenário, visando analisar as possíveis atualizações do programa normativo da Psicologia frente às novas demandas das práticas psi.

A Psicologia em Instituições de Longa Permanência: intervenções na qualidade de vida do idoso

Thais Rodrigues de Carvalho Nascimento (Centro Universitário UNIFAFIBE)

A Psicologia Social da Saúde tem como característica o compromisso com os direitos sociais e coletivos, podendo ser inserida nos serviços de atenção primária, no cenário comunitário, em locais que visem à prevenção e promoção de saúde e também em espaços que necessitam de acompanhamento psicológico. Nesse contexto o trabalho do psicólogo é vasto e diverso, e podese enquadrar em serviços de níveis privados, públicos ou sociais. A psicologia no campo da velhice se propõe a estudar e centralizar suas atuações nos processos cognitivos, motores, afetivos e sociais, como também na motivação e potencialização do desenvolvimento psíquico. O objetivo deste trabalho foi desenvolver uma intervenção psicológica com idosos institucionalizados a partir de demandas previamente identificadas no contato com pacientes bem como por sugestão da equipe de cuidadores. Buscou-se beneficiar os idosos no desenvolvimento de atividades que potencializassem aspectos psíquicos e motores. O presente estudo articula conceitos da Psicologia Social e da Saúde Coletiva, abordando a promoção de saúde e qualidade de vida em Instituições de Longa Permanência (ILP). Dessa forma, a inserção do psicólogo neste contexto incrementa diretamente as Políticas Públicas e Saúde Coletiva. A orientação teórica do trabalho baseou-se em: As contribuições da Psicologia em ILP, Técnicas Grupais, dentre elas: dinâmicas, oficinas e atividades, e estudos científicos da Psicologia da Saúde e Desenvolvimento Humano no processo do envelhecimento. Foram realizadas sessões semanais com duas horas cada entre os meses de Março/Junho de 2015, divididas entre avaliação da demanda, organização das sessões a serem realizadas e a intervenção propriamente dita. A primeira sessão teve por objetivo conhecer o local, fazer um breve levantamento do funcionamento da instituição utilizando uma entrevista realizada com a diretora e algumas cuidadoras. A partir daí as sessões foram organizadas com o objetivo de desenvolver a autoconfiança dos idosos, melhorar a qualidade de vida, os relacionamentos interpessoais entre os idosos e com a equipe de cuidadores e ainda o reconhecimento de habilidades existentes em cada um deles. Assim, as duas sessões posteriores tiveram o intuito de conhecer a história de vida de cada idoso e também promover o vínculo terapêutico entre os idosos e as estagiárias. Na quarta e quinta sessões, o intuito foi de promover atividades que contribuíssem com a autoconfiança dos idosos, as estagiárias desenvolveram um trabalho de construção de uma horta vertical. Na sexta sessão, as estagiárias levaram uma música para desenvolver uma reflexão acerca do processo de envelhecer, posteriormente desenvolveu-se uma oficina de pintura, possibilitando assim o contato com suas habilidades individuais. A sétima sessão teve o intuito de promover um momento relaxante, através de exercícios respiratórios e de relaxamento, e foi aplicada uma dinâmica com bexigas que possibilitou a aprendizagem para manejo de estresse e a importância de atividades prazerosas na rotina. Na oitava sessão foi realizada uma oficina de corte e colagens para abordar a importância de questões relacionadas a higiene pessoal e o auto cuidado, também como forma de promover saúde. Na nona sessão, utilizou-se de jogos diversos como forma de promover a interação entre eles além de possibilitar o desenvolvimento de habilidades sociais. Na décima sessão, trabalhou-se questões relacionadas à auto-estima e a auto-imagem de cada idoso fazendo uso de uma dinâmica reflexiva. Ao final dessa última sessão de intervenção foi realizada uma confraternização com os idosos, e uma devolutiva aos participantes do desenvolvimento de cada um no grupo. O trabalho mostrou-se relevante em todos os aspectos que permeiam o indivíduo desde o desenvolvimento de programas que promovam a qualidade de vida e saúde, quanto ao desenvolvimento terapêutico. Através do grupo foi possível constatar que as limitações de saúde não incapacitam ou impossibilitam o idoso de desempenharem um papel ativo e autônomo, desde que suas limitações sejam respeitas e o seu meio proporcione estímulos para desenvolverem tais habilidades. O estágio realizado com o grupo de idosos obteve resultados satisfatórios, visto que muitos sentiam-se incapacitados de executar determinadas tarefas, mas com o proceder do grupo conseguiram realizar as atividades propostas, o que fez com que os objetivos de potencializar as habilidades de cada idoso, desenvolver sua autoestima e autoconfiança fossem alcançados.

Acompanhamento Terapêutico: uma proposta de matriciamento apoiada pela construção de cartografias

Carolina de Souza Sampaio (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), Adriana Santos Nascimento (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), Antonia Vieira Santos (Centro de Atenção Psicossocial), Suely Aires (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

O trabalho aqui apresentado é resultante da experiência do projeto de pesquisa e extensão "PET-Saúde Rede de Atenção Psicossocial, Cuidados aos Usuários de Álcool, Crack e outras Drogas (PET-AD)", da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no município de Santo Antônio de Jesus. O PET-AD é composto por diferentes grupos de trabalho interdisciplinar que desenvolvem ações nos serviços de saúde mental do município. A proposta de um dos grupos do projeto, que apresentaremos a seguir, consistiu no Acompanhamento Terapêutico de quatro usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) na intenção de conhecer suas relações com os outros serviços de saúde e colaborar para uma maior circulação destes no território. O objetivo desta apresentação é contribuir para a disseminação do conhecimento sobre a prática do AT e abrir possibilidades de reflexão sobre a importância da atuação deste profissional na rede de saúde. Palombini (2004, p. 76) define o AT "como uma clínica em ato, onde o setting é a cidade: a rua, a praça, a casa, o bar. Uma clínica em que a palavra e também o corpo, os gestos, as atitudes contam". A prática de Acompanhamento Terapêutico foi discutida e construída em relação aos conceitos de apoio matricial e cartografia, de modo a facilitar ações pautadas nos princípios do Sistema Único de Saúde e que versam sobre as Políticas de Saúde Mental. A Política Nacional de Saúde Mental, apoiada na lei 10.216/01, busca consolidar um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, garantindo a livre circulação das pessoas com sofrimento psíquico pela rede de atenção psicossocial. Nesse sentido, o papel do AT, ao ter em vista práticas como a territorialização, a centralização do processo no usuário e a integralidade da assistência, acontece em concordância com os princípios teóricos que regem o funcionamento da rede de apoio psicossocial, contribuindo para um maior diálogo entre diferentes níveis de atenção à saúde. A prática de AT visa contribuir para a inserção social dos usuários do CAPS II em outros espaços, e conhecer suas relações com os serviços de saúde que utilizam, colaborando para uma maior circulação no território. A estratégia metodológica para desenvolvimento desta atividade envolveu levantamento bibliográfico, planejamento e execução do trabalho de campo.

Inicialmente foi realizada uma seleção de quatro usuários do CAPS II pela preceptora e psicóloga do serviço para os quais se considerou que seria interessante o acompanhamento. Os primeiros momentos do grupo ocorreram no CAPS, a fim de conhecer os usuários e ter um contato inicial para construção de vínculos. Posteriormente tivemos encontros com a equipe das Unidades de Saúde da Família (USF) frequentadas pelos usuários, com o objetivo de saber mais sobre a relação dos mesmos com este serviço. Depois desses contatos, foram realizadas visitas domiciliárias acompanhadas das agentes comunitárias vinculadas ao território de atuação do grupo e a esses usuários. As vivências do grupo aconteceram semanalmente com a supervisão da preceptora e/ou acompanhamento pelas ACS. Ao todo foram realizados dezesseis encontros. Cada encontro teve duração aproximada de duas horas, sendo registrados em diário de campo. Como produto material do trabalho foi construído um livro de cartografias dos usuários participantes. A atuação do AT possibilitou que os usuários se tornassem mais independentes do CAPS II, ampliando sua circulação pela cidade. Também propiciou um maior diálogo entre as unidades de saúde e o CAPS II em relação ao cuidado ofertado. Em seus depoimentos, os usuários reconheceram como benéfica a valorização que vivenciaram por serem escutados, receberem atenção e terem pessoas disponíveis para conversar, pois eles são muitas vezes estereotipados, desvalorizados e excluídos socialmente. O projeto deu também a esses sujeitos a oportunidade de participar da construção do livro com suas cartografias, tornando-os protagonistas de uma proposta pautada em reduzir estigmas acerca da posição do sujeito com sofrimento psíquico no imaginário social. Na prática cotidiana, o modelo de Rede de Atenção à Saúde deve favorecer a circulação dos sujeitos por vários espaços, ampliando sua autonomia. Nesse sentido, consideramos que este trabalho foi um facilitador para que aconteça essa mobilidade na cidade e, ao mesmo tempo, para a visualização dos modos de circulação dos sujeitos pelas redes de atenção, sua frequência nos serviços e os serviços que fazem uso. Desse modo, torna-se possível discutir junto aos serviços como favorecer maiores garantias de direitos, maior visualização e circulação dos usuários por esses espaços na perspectiva da inserção social. Como fruto dessa experiência, este trabalho também permitiu aos envolvidos reconhecer a importância do Acompanhamento Terapêutico nos CAPS e investir no fortalecimento de vínculo entre profissionais e usuários.

Adolescentes em situação de vulnerabilidade, uso abusivo de drogas e a estratégia da redução de danos

Aline Gomes da Silva (Universidade São Francisco)

Introdução: O objetivo desse Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica foi apresentar a concepção da Redução de Danos como estratégia de prevenção ao uso abusivo de drogas para adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Esta vulnerabilidade social deve ser compreendida não somente por condições de desigualdade social ou falta de recursos materiais, mas também diversas modalidades de desvantagens sociais enfrentadas por estes adolescentes, como fragilização dos vínculos sociais, de pertencimento, violência, perda dos direitos fundamentais, alto índice de reprovação escolar, falta de perspectivas profissionais e de projetos para o futuro, inserção precoce ao mundo do trabalho, entre outros aspectos. Portanto, a abordagem do tema nesse trabalho parte de uma desconstrução da perspectiva exclusivamente farmacológica e considera a importância da criação de um espaço para a elaboração de experiências que envolvem emoções e vivências do cotidiano. Objetivos: Investigar os efeitos da abordagem da Redução de Danos sobre as escolhas e percepção de risco em relação ao uso abusivo de drogas entre adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, fazendo uso de reflexão acerca dos conflitos vivenciados na adolescência. Como objetivos específicos, propõemse promover a reflexão crítica sobre as escolhas e situações cotidianas da vida; ampliar o repertório dos adolescentes em relação às experiências relacionadas ao prazer, ao divertimento, a curiosidade, a qualidade de vida, ao projeto de vida, a inserção no mercado de trabalho, a vocação, entre outros. Método: O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade e após aprovação, foi realizado em uma instituição de ensino em um município do Estado de São Paulo, com duração de um ano. Inicialmente, os encontros seriam realizados em período de contra turno escolar, e ao implementar a proposta foi necessário realizá-los em período de aula previamente agendados. Os registros foram coletados por meio da escuta e materiais produzidos nas dinâmicas aplicadas. Como metodologia, o trabalho baseou-se no Grupo Operativo de Pichon-Rivière e a análise qualitativa foi discutida em reuniões semanais com professororientador, considerando os temas emergentes e omitidos, conflitos, líderes e papéis, clima grupal, comunicação verbal e pré-verbal, medos e ansiedades. Resultados Obtidos: Os encontros foram realizados em período de aula, desenvolvidos com aproximadamente 150 adolescentes na faixa etária entre 14 e 16 anos, e com a utilização de recursos como dinâmicas, músicas, filmes, etc. Discussão: A partir da análise das discussões em situação de grupo, observou-se como principal conflito, a dificuldade em conciliar as responsabilidades com o divertimento e o prazer, em temas como: falta de confiança dos adultos para com os adolescentes, aceitação pelos adultos e sociedade, sexualidade, respeito, estereótipos, associação de preferências musicais com a personalidade e drogas, sendo este último tema trazido, em sua maioria, de maneira negativa. Considerações finais: Foi possível observar que, à medida que os adolescentes notaram que poderiam se expressar sem sofrer censura, houve um aumento gradual na adesão às propostas. No entanto, ao abordar a reflexão acerca do tema drogas, mesmo tendo sido levantadas muitas dúvidas em relação aos efeitos e suas características, notou-se uma resistência em tratar do assunto. Além disso, foi possível notar que existiram diferenças na maneira com que as diferentes salas abordaram o assunto, sendo que em algumas, a abordagem foi mais direta por parte dos adolescentes, e em outras este tema foi evitado, o que eliciou flexibilidade na conduta das pesquisadoras considerando as características de cada sala.

As políticas públicas e sua relação com a saúde e doença numa comunidade rural

Darto Vicente da Silva (Universidade de Brasília), **Fabiana Regina da Silva Grossi** (Faculdade São Francisco de Barreiras)

Esta pesquisa tem como tema "As políticas públicas e sua relação com a saúde e doença numa comunidade rural". O problema foi construído em torno de que as representações sociais investigadas ao serem estabelecidas no senso comum, devido à falta de políticas públicas adequadas, diminuíram a procura dos serviços de saúde. Posto assim, a pesquisa teve por objetivo analisar as representações sociais de saúde e doença e a sua articulação com as políticas públicas para os frequentadores da Estratégia de Saúde da Família (ESF) numa comunidade rural em um município de Mato Grosso do Sul. As representações sociais foram estudadas tendo como referência Durkheim (1978), para quem as representações sociais surgem unidas aos fatos sociais e são passíveis de observação e interpretação. São um grupo de fenômenos reais, dotados de propriedades específicas que se comportam também de forma específica; Moscovici (2009), em que as explicações populares ou do senso comum como representações são sustentadas pelas influências sociais da comunicação e "constituem as realidades de nossas vidas cotidianas". Ainda para este autor, os fenômenos das representações necessitam ser descrito e explicados e como fenômenos específicos "estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum". Tratam-se, na verdade, de universos consensuais de pensamento que se diferem das ciências "É facilmente constatável que as ciências são os meios pelos quais nós compreendemos o universo reificado, enquanto as representações sociais tratam com universo consensual"; Minayo (1998) que descreve as representações sociais reproduzindo outras representações compreendidas como reprodução de conteúdos do pensamento. Esses conteúdos são de extrema importância e servem como material de estudo. Podem ser definidos pelas ciências sociais como categorias de pensamento, de ação e de sentimento e que vão expressar a realidade, explicando, justificando ou questionando; já Jodelet (2005) Compreende que as representações, individual e coletivamente, definem identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais. Para concretização do estudo, foi adotado o seguinte procedimento: coleta de dados realizada no período de Abril a Setembro de 2011, no dia de atendimento médico, em uma sala previamente definida na ESF. O instrumento para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, na qual participaram 19 pessoas, sendo 15 mulheres e 4 homens, com idade entre 20 e 40 anos. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e analisadas por meio da teoria das representações sociais. Os resultados da pesquisa indicam que as representações sociais sobre as doenças impelem as pessoas a procurarem alternativas miraculosas para tratar das enfermidades. Esse estado de coisas, nas comunidades rurais, inibe a procura dos serviços de saúde, diminuindo, assim, a prática de prevenção. A ausência de políticas públicas em saúde agrava mais essa situação. Conclui-se que a representação adequada dos conteúdos de pensamento sobre as doenças é a estratégia indicada para a prática da prevenção. Porém, deve-se acrescentar que a prática da prevenção das doenças anda, necessariamente, atrelada às outras políticas públicas em saúde, junto a segmentos da comunidade rural.

Atendimento aos Pais e/ou Cuidadores de Crianças Especiais da Classe Hospitalar do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza

Aldileuza Soares Pereira (Universidade Federal do Pará)

Durante muito tempo, o conceito de hospital esteve relacionado a intervenção a doenças e ao doente. Porém, com o tempo, viu-se a necessidade de repensar e de mudar essa visão. Dessa forma, desde o início do século XXI, essa instituição de saúde vem sofrendo um processo de humanização, buscando sensibilizar o atendimento às pessoas, por serem detentoras de particularidades e subjetividades. A Classe Hospitalar surge dentro desse novo contexto como um ambiente que funciona dentro do hospital, proporcionando atendimento pedagógico-educacional. Por essa razão, esse espaço conta com profissionais altamente qualificados que contribuem para o desenvolvimento das crianças atendidas nesse ambiente e, ao mesmo tempo, aos seus acompanhantes, os quais são atendidos pelo projeto "Síndrome de Down e Autismo: suporte psicoeducacional a familiares e cuidadores". Este projeto, por sua vez, tem como objetivo principal fornecer orientação psicoeducacional a pais e cuidadores de crianças especiais, buscando estimular positivamente o ambiente de espera desses pais e cuidadores, a fim de reforçar e melhorar sua contingência no âmbito da participação e da interação no tratamento dessas crianças, além de valorá-los como sujeitos de direito e seres humanos com potencial de cooperar mutualmente para o desenvolvimento biopsicossocial no progresso dessa criança. Dessa maneira, os cuidadores se tornaram mais confiantes e emocionalmente mais seguro. Assim, junto à classe hospitalar do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, foi feito o acompanhamento durante cinco messes, em média, de 20 atendimentos por semana com pais e cuidadores o que resultou em, aproximadamente, 400 pessoas atendidas por esse projeto, em atendimentos individuais e em grupos. Todos recebiam orientações por meio de palestras educativas a respeito de como lidar em situações que poderiam surgir no decorrer do desenvolvimento dessas crianças. Os encontros eram realizados com auxílio de vários recursos, tais como: músicas, dinâmicas, filmes, textos, oficinas e diálogos com temáticas voltadas para cada caso. Essas oficinas tinham a finalidade de incentivar os pais e cuidadores a participarem da brincadeira com seus filhos como método de aproximação e estimulação ao desenvolvimento destes. Foi exposta a importância que essa atividade representa na vida das crianças e como é fator importante para seu desenvolvimento. Todos os eventos promovidos por esse projeto, em parceria com a Classe Hospitalar contava com a participação dos pais e cuidadores, e, quando possível e necessário, participavam palestrantes de várias instituições. Foi possível observar, durante esse período, que essas orientações contribuíram de forma significativa para os pais e cuidadores na compreensão desse processo e nas suas relações no contexto familiar, já que essas experiências possibilitaram uma aproximação e um convívio maior entre pais, cuidadores e essas crianças .Dessa forma, obteve-se como resultado um novo olhar dos pais e cuidadores acerca do tratamento de suas crianças e deles mesmos , uma vez que passaram a ter um outro olhar de si mesmo como parte importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança sob seus cuidados. Diante disso, observou-se a importância que o suporte proporcionado aos pais e cuidadores realizado por esse projeto, junto a classe hospitalar, contribuiu significativamente na interação, na relação e no cuidado com essas crianças e seus familiares, possibilitando oportunidades de crescimento e de conhecimentos em muitos assuntos que, muitas vezes, não estavam preparados para lidar.

Atuação do Psicólogo em atendimento pré e pós-cirúrgico: relato de experiência em práticas de humanização

Maria Thais Brasil (Faculdade Santa María / PB)

O Hospital é um espaço na qual se faz necessário a atuação de vários profissionais, compondo uma equipe multidisciplinar atuando para assim favorecer na cura e no reestabelecimento da saúde não somente física, mas também em seus aspectos psíquicos da doença. O psicólogo está apto para interagir com os membros em todos os espaços dessas estruturas. O estágio é um processo de aprendizagem indispensável a um profissional que deseja estar preparado para enfrentar os desafios de uma carreira. Estar no estágio é uma oportunidade de assimilar a teoria e a prática, aprender as peculiaridades da profissão, conhecer a realidade do dia-a-dia do profissional, naquilo que o acadêmico escolheu para exercer. O estágio possibilita uma preparação para entrada no mercado de trabalho, assim é fundamental um conhecimento prévio do lugar onde possa atuar. O presente estudo tem como objetivo mostrar a importância do estágio para a construção da formação de um profissional em andamento baseado nas vivências diárias no ambiente hospitalar e na atuação do psicólogo dentro do hospital, tendo como campo de pesquisa, o Hospital Regional na cidade de Cajazeiras - PB. O estágio aconteceu de forma satisfatória. Primeiramente conhecemos toda a estrutura física e a equipe multidisciplinar com as atuações. Deu para conhecer melhor cada história, cada paciente, suas vidas, suas enfermidades, seus desejos e mudanças. Ao término de cada visita, acontecia um debate sobre a realização da visita, onde podíamos exteriorizar as nossas vivências no hospital. Passamos a entender que as demandas institucionais são diferentes das sociais, uma vez que o que é demandado pela instituição é sempre mais reduzido do que realmente é expresso na realidade social. Apesar da grandes queixas e de pacientes a serem assistidos no hospital, é possível observar que há uma humanização, um olhar sensível por parte de alguns profissionais, equipe médica e funcionários em geral. Perceber o outro requer uma atitude mais particularizada, reconhecendo e promovendo a subjetividade à luz de considerações éticas, o que possibilita um esforço para rever, principalmente, atitudes e comportamentos dos profissionais envolvidos direta ou indiretamente no cuidado do paciente. Esse trabalho trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa exploratória, tendo como base a interpretação dos fatos e a atribuição de significados aos mesmos. Como procedimento técnico, foi empregado o levantamento bibliográfico como fonte de informação. Para coleta de dados em campo, utilizou-se de uma entrevista informal feita com pacientes, familiares e com os profissionais. Por se tratar da experiência de estágio na disciplina de "Estágio Básico VI – processos de saúde", o método adotado para esse estudo é a observação participante, onde o pesquisador é ao mesmo tempo investigador e instrumento de pesquisa. Como resultados, identificou-se que o hospital é um ambiente carregado de emoções e reações tanto psicológicas quanto comportamentais e que influenciam na forma de hospitalização do paciente e na atuação dos profissionais. Durante o estágio foram feitas três visitas ao hospital, a partir delas podemos destacar o quanto foi importante estar com pacientes do pré e pós cirúrgico, proporcionou-nos momentos ricos para o aprendizado. Vimos pacientes fragilizados com a hospitalização, encontramos também situações em que alguns funcionários não viam no outro o processo de adoecimento, seja por cansaço físico, mental ou condições do próprio ambiente de trabalho e acabam por não mostrar um olhar mais humanizado. Com isso concluímos que, o estágio é de extrema importância para a vida acadêmica do aluno no curso de Psicologia, através deste foi possível vivenciar e observar juntamente com os pacientes, profissionais e familiares a complexidade do espaço hospitalar. Diante de tantas questões observadas nessa âmbito , é possível reconhecer a importância do papel atuação do psicólogo e a prática do estudante frente ao campo de estágio como fator indispensável para a formação e construção de um profissional capacitado, uma vez considerando que não somente precisamos desta aprendizagem teórica, mas de instrumentos adequados a uma boa experiência prática para efetivar a formação e fazer a diferença, é um modo eficaz na atuação do âmbito hospitalar.

Compreendendo o tratamento a usuários de álcool e outras drogas em um município mineiro

Jéssica Araújo Caetano (Universidade Federal de Uberlândia), **Monique Arantes Ricardo** (Universidade Federal de Uberlândia), **Thayane Coimbra Sena** (Universidade Federal de Uberlândia), **Annaiza de Souza Rozeno** (Universidade Federal de Uberlândia), **Marciana Gonçalves Farinha** (Universidade Federal de Uberlândia)

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) constituem a principal estratégia do processo de Reforma Psiquiátrica, são instituições criadas com o intuito de substituir as internações. Destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto. Esses dispositivos devem estar articulados na rede de serviços de saúde para fazer face à complexidade das demandas de inclusão daqueles que estão excluídos da sociedade por transtornos mentais. Especificamente, os Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPSad) surgem, a partir de 2002, para atender pacientes cujas principais demandas estão relacionadas ao uso prejudicial de álcool e outras drogas. Esse CAPSad é responsável por atendimento diário, planejamento terapêutico individual e intervenções precoces. Além disso, desenvolvem atividades de atendimento individual (medicamento, psicoterapia, orientação) e em grupo, oficinas terapêuticas e visitas domiciliares, bem como oferece condições para repouso, desintoxicação ambulatorial de pacientes que necessitam desse cuidado, mas que não precisam de atenção clínica hospitalar. Os dispositivos de saúde mental visitados foram os CAPSad Prefeitura e CAPSad UFU (mantido pela Universidade Federal de Uberlândia) localizados no município de Uberlândia (MG). Eles atendem por área de abrangência: o CAPSad Prefeitura é responsável pelos setores central, leste e norte do município e o CAPSad UFU, setores oeste e sul da cidade. O objetivo foi compreender a dinâmica do serviço em saúde mental das instituições visitadas, para isso foi realizado um estudo exploratório descritivo: conversou-se com psicólogos, assistentes sociais, usuários, familiares de pacientes; participou-se de oficina terapêutica e grupos de família e usuários. Ambos CAPSad visitados contam com um aparato profissional constituído por médicos (clínicos gerais e psiquiatras), enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes sociais e psicólogos. Os pacientes chegam aos CAPSad por encaminhamento de outras unidades de saúde, mandato judicial e demanda espontânea; em média, são atendidas 90 pessoas por dia no CAPSad Prefeitura e 200 pessoas no CAPSad UFU. Todo o trabalho desenvolvido em ambos os CAPSad é realizado como recurso terapêutico, isto é, tanto as sessões individuais ou grupais como a convivência no serviço têm finalidade terapêutica. Ao iniciar o acompanhamento no CAPSad UFU e Prefeitura, o paciente é acolhido por um profissional de saúde, orientado e passa por uma avaliação clínica. A partir disso, esse profissional responsável elabora, junto com o usuário, um projeto terapêutico e, a depender do vínculo de confiança estabelecido no acolhimento, passa a ser o Terapeuta de Referência (TR) dessa pessoa. Cada usuário de CAPS deve ter um projeto terapêutico individual. Além disso, os pacientes podem participar de grupos (voltados para os usuários e também para os familiares) e oficinas terapêuticas (artesanato, cinema, expressão corporal, esporte) diariamente. O CAPSad Prefeitura funciona 24hrs, com regime de hospitalidade. Esta é um tipo de atendimento oferecido às pessoas que estão vulneráveis em função do uso de substância e que precisam de acompanhamento especializado durante todo o dia. Para isso, a instituição apresenta oito leitos e os pacientes só podem ficar, no máximo, durante sete dias em hospitalidade. Quando surgem casos mais graves e todos os leitos já estão ocupados, os pacientes de hospitalidade têm o quadro reavaliado, a fim de se disponibilizar um leito. Já o CAPSad UFU funciona apenas das 8hrs às 18hrs e não apresenta hospitalidade. Nessas instituições, são realizadas reuniões de turno nas quais os profissionais se reúnem para dois propósitos fundamentais: fazer discussões mais detalhadas dos casos

(acompanhar e discutir os tratamentos e reavaliar as necessidades de cada paciente) e saber como estão sendo conduzidos os tratamentos por parte de cada profissional (o que está dando certo, o que não está e o que pode ser feito para melhorar cada tratamento). Uma das maiores dificuldades dos CAPSad é com a população local em função do preconceito e dos estereótipos associados aos usuários de álcool e/ou de outras drogas. De modo geral, as visitas possibilitaram compreender a relação entre a teoria e a prática. Com este trabalho, pode-se conhecer a rotina da instituição, a percepção dos psicólogos sobre a relação tanto com os demais profissionais de saúde como com os usuários; participar dos grupos de usuário e familiares e pode-se compreender a realidade das pessoas em tratamento nos CAPSad visitados e as dificuldades/desafios que essas instituições sofrem em função dos estigmas e preconceitos da comunidade onde se localizam. Além disso, tratou-se de uma atividade importante para reconhecer a responsabilidade e a importância que a psicologia assume no tratamento em saúde mental.

Compreensão Leitora em Saúde: Como promover a saúde e prevenir doenças se há iniquidade?

Maria da Penha Baião Passamai (Universidade Estadual do Ceará), **Beatria Passamai Pereira** (Universidade Federal do Ceará)

Compreender é acionar o conhecimento de mundo que o sujeito tem internalizado, relacionando com o tema do texto/outros textos/outros discursos (intertextualizar); é a extração de sentido do texto. Estudos revelam que as informações impressas em saúde excedem a capacidade de leitura da maioria das pessoas. No Brasil, o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) tem como objetivo promover o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas para a prevenção e o controle das DCNT e seus fatores de risco, além de fortalecer os serviços de saúde voltados para a atenção aos portadores de DCNT, com atenção especial às camadas pobres da população e grupos mais vulneráveis, de baixa escolaridade e renda. Objetivou-se analisar a compreensão leitora dos usuários da Atenção Básica do SUS, através de um texto no campo da saúde, com vistas à promoção de saúde e prevenção de DCNT. A presente pesquisa enquadra-se no eixo temático "Políticas Públicas e Saúde Coletiva". É um estudo transversal, com abordagem quali-quantitativa. Foram entrevistados 220 usuários da Atenção Básica do município de Fortaleza-CE, de 19-59 anos de idade e com 1-3 anos de escolaridade. Para a análise da leitura e compreensão textual foi fornecido aos entrevistados uma passagem do Guia Alimentar para a População Brasileira. O texto foi lacunado de acordo com o procedimento Cloze. Os respondentes tiveram que ler e encontrar as palavras que, ao substituir as lacunas, dessem sentido ao texto, revelando a capacidade de compreensão dos entrevistados em informações relacionadas à promoção da saúde e prevenção de DCNT, a saber: "gorduras", "doenças" e "sal". A modalidade de Cloze aplicada é denominada "Cloze Lexical". Nesse caso são omitidos itens lexicais (substantivos, adjetivos, advérbios, etc,). A análise quantitativa foi realizada de acordo com os percentuais de acertos: Insuficiente (0-66%); Suficiente (67-100%). Os dados foram tabulados e apresentados em frequências simples e percentuais e analisados com o teste do qui-quadrado ($p<0,005$). A análise qualitativa considerou a interação autor-texto-leitor: i) redundância e "pistas" presentes no texto; ii) habilidade dos entrevistados para construção de sentido (utilização de previsão, inferências e redundâncias). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (UECE) e assinado o termo de consentimento livre e esclarecido. A maioria teve insuficiente compreensão leitora, 97,4%, associada à idade mais elevada ($p=0,010$) e à menor escolaridade ($p<0,001$). No preenchimento das lacunas para construção de sentido do texto foi encontrada baixa habilidade de "previsão", que é a eliminação prévia de alternativas improváveis a partir de informações visuais selecionadas no texto (estrutura aparente); baixa produção de inferências (cotexto/globais) diante das lacunas de compreensão para encontrar o significado desconhecido e compreender o texto; baixo uso das redundâncias, abundantes nas sentenças. Os pesquisados manifestaram baixa compreensão leitora em saúde, fator que pode comprometer o sistema de saúde, dificultando a integração usuário-profissional de saúde e a comunicação oral/escrita, utilizada no cotidiano dos serviços de saúde, além de prejudicar o letramento em contextos de saúde na comunidade, na família, no lugar de trabalho, de lazer etc. O estudo ressalta a necessidade de se elevar o nível de letramento das pessoas, empoderando-as no sentido da promoção da sua saúde, da prevenção de DCNT e do autocuidado, sobretudo quando forem acometidas por morbidades crônicas. Uma das ações do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil inclui as análises de morbimortalidade e inquéritos com foco nas desigualdades em saúde, com o objetivo de viabilizar as intervenções que impactem positivamente na redução dessas doenças e seus fatores de risco, em especial para as populações em situação de vulnerabilidade, destacando aqui o limitado letramento funcional em saúde das pessoas com baixa escolaridade e renda.

Construção de formação em Psicologia e Saúde- Intervir para Humanizar?

Maria Eunice Figueiredo Guedes (Universidade Federal do Pará), **Denise Raissa Lobato Chaves** (Universidade Federal do Pará), **Álvaro Pinto Palha Júnior** (Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins - DSEI GUATOC), **Kim Abe de Lima** (Universidade Federal do Pará), **Ana Cristina Mendes Brito** (Universidade Federal do Pará)

A Saúde física e mental relaciona-se com os corpos sociais e as inúmeras relações humanas: afetivas, trabalhistas, culturais e suas consequências, pois os sujeitos que estão sendo submetidos a processos disciplinares, à modelação e submissão e às práticas sociais e dos vários profissionais de saúde vão constituindo hoje a chamada subjetividade moderna (SPINK, 2002). Diversos grupos sociais vêm lutando, ao longo dos anos, por uma assistência à saúde diferenciada e por políticas de prevenção e assistência, que não os veja simplesmente como patologias ou sintomas. Além de todas as necessidades da população os indivíduos devem ser atendidos, nos aspectos da promoção, prevenção, tratamento e reabilitação com ações que viabilizem a articulação da saúde com outras políticas públicas geradoras de qualidade de vida e melhoria dos níveis de saúde (LOS 8080/90) e com a garantia da participação da sociedade civil (LOS 8142/90). O conceito de saúde mental segundo a Organização Mundial da Saúde- OMS (BURIN, 1987, p.33) é um "estado de bienestar, y no solo como la ausencia de enfermedad". Bock (2001) afirma que a Psicologia deve contribuir para "fortalecer os sujeitos"; permitir-lhes o desenvolvimento de uma "compreensão crítica" da inserção que têm no mundo social; contribuir para a construção de projetos de intervenção cotidiana no mundo; trabalhar para "resignificar experiências" de modo a reestruturar as apropriações que faz do mundo, atualizando-as e tornando-as parte confortável de sua subjetividade. Por outro lado existe a necessidade de reflexão sobre a saúde com comunidades indígenas, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, assentadas e acampadas que têm maiores dificuldades de acesso a serviços, e precariedade de retaguardas as quais representam lacunas hoje presentes na vida dos povos da Amazônia que demandam intervenção e cuidado e estratégias por parte dos órgãos formadores e profissionais de como intervir de forma humanizada e garantindo cidadania aos usuários/as dos serviços. Este é nosso objetivo quando estamos intervindo na promoção em saúde e realizando formação nessa perspectiva. Estamos desenvolvendo intervenções junto a povos tradicionais como indígenas e ribeirinhos além de grupos vulneráveis como as prostitutas e na ação denominada Jardim dos sentimentos. As ações são realizadas com idosas, jovens, mulheres e crianças. Baseamos nosso trabalho com grupos e oficinas visando promover a saúde mental e resgatar a autoestima de grupos socialmente vulneráveis. Este instrumental (oficinas/trabalhos de grupo) mantem um diálogo com filosofia da pesquisa-ação e tem, na proposta pedagógica proposta por Paulo Freire e Lucia Afonso e na base teórica da Saúde coletiva alguns dos seus referenciais. Realizamos diversas ações - escuta e levantamento de demandas dos vários grupos indígenas oriundas de vários municípios do Estado seja no espaço de controle social como o Conselho Distrital de Saúde Indígena – CONDISI; na Casa de Apoio à Saúde Indígena – CASAI Icoaraci e de visitas a aldeias e de articulações interinstitucionais com outros segmentos como educação, assistência, economia solidária etc para a construção de redes de apoio à população indígena. Realizamos também trabalho junto a grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade como o Grupo de Prostitutas do Estado do Pará – GEMPAC. O trabalho em construção de intervenção em Psicologia com essas comunidades está possibilitando momentos de escuta, diálogo e proposições de cursos de ação que podem vir a possibilitar mudanças na realidade de povos tradicionais e mais do que isso uma troca de saberes que ajudará a construir um referencial teórico prático em Psicologia para a intervenção em Políticas Públicas para as comunidades da Amazônia.

Cultura de orientação do erro: explorando percepções de estudantes de curso de Saúde da Família

Norma Cristina Cardoso Brandão (Universidade John Kennedy - Argentina)

A preocupação com os erros humanos no campo da saúde não é recente e não apresenta uma solução fácil para uma problemática complexa. As políticas de Segurança do Paciente e Qualidade em Saúde vêm produzindo orientações e estratégias para enfrentar um problema que é inerente à condição humana. "Errar é humano". Esta máxima nos coloca em uma dialética de êxito e medo.

A preocupação com a qualidade e segurança do paciente está em todas as ações de saúde, podendo ser considerada como elemento determinante e estruturante das Políticas de Atenção Básica. Neste âmbito, incentivar a criação de uma cultura de aprendizagem baseada em práticas, possibilita a promoção de cultura justa que incentive a inovação e reduza os prejuízos causados por comportamentos inadequados.

No espaço da Estratégia de Saúde da Família esta preocupação envolve a diversidade da formação das equipes e a compreensão do compartilhamento do erro de forma diferenciada. A perspectiva é centrada nos princípios da confiabilidade, do sistema e do capital social, a estrutura relacional de confiança que possibilita a criação de uma rede orientada para o compartilhamento, não só de experiências exitosas, mas que dá suporte para o enfrentamento do medo social de errar.

Este trabalho teve o objetivo de realizar uma investigação sobre a cultura de orientação ao erro em profissionais de saúde. Os participantes foram estudantes de um curso de especialização em Saúde da Família, de uma Universidade privada no Rio de Janeiro. Para a coleta de dados foi aplicado o Questionário de Orientação para o Erro (Error Orientation Questionnaire - EOQ) disponível em português. A finalidade foi realizar um levantamento inicial para posterior teste de hipóteses da pesquisa de doutorado sobre o tema em andamento. O instrumento original é composto por 8 dimensões: competência do erro, aprender com os erros, correr o risco de errar, tensão do erro, antecipação do erro, encobrimento dos erros, comunicação do erro, pensar nos erros. Sem desconsiderar nenhuma dimensão da ferramenta, neste trabalho nos deteremos apenas em duas dimensões: tensão do erro, que trata das emoções associadas ao erro, e avalia o receio e o medo da ocorrência de erros, e o encobrimento dos erros, que faz referência aos aspectos culturais de evitação da culpabilização do erro. Para a análise dos dados foi utilizada estatística de medidas de tendência central (média e moda) e de dispersão relativa (desvio padrão e variância). Neste levantamento participaram 52 alunos de pós-graduação, sendo 33 enfermeiros e 19 de outras habilitações da área de saúde. A participação foi voluntária e não houve nenhuma identificação dos respondentes. A média de idade dos respondentes é de 36 anos e o tempo de serviço médio é de 8 anos, sendo que 52% atua no setor público.

De uma maneira geral os resultados demonstram uma pequena predominância do medo de errar (52%) independente do setor atuante, público ou privado. O medo social é uma emoção sem objeto definido e pode ser visto sob a ótica do medo relacional, isto é, o medo gerado no âmbito de uma relação ou estrutura social. No campo das organizações, este medo pode ser afetado pela liderança e pelo conjunto de emoções que compartilhados por um grupo ou individuo envolvido em uma estrutura comum, são significativos na formação e manutenção de papeis (roles) e no comportamento coletivo.

Os respondentes assinalam que admitir os erros é uma atitude positiva, entretanto na questão punição, a distribuição não é a mesma. Ainda existem percepções do ambiente que a admissão do erro leva a punição na ordem de 50% das respostas. As respostas indicam que apesar das politicas de Qualidade e Segurança do Paciente e das várias pesquisas existentes sobre o tema, ainda é necessário aprofundar os trabalhos nesta temática, especialmente nos aspectos comportamentais associados ao medo de errar.

As respostas encontradas reforçaram a idéia da tendência a "ocultação" dos erros para evitar sanções ou punições. Destaca-se assim a força coercitiva ou a influência normativa do grupo diante da conduta individual. Uma hipótese é que a confiança nos elementos da rede social pode reforçar positiva ou negativamente o comportamento de segurança, dependendo da estrutura desta rede e da posição da liderança ou dos elementos influenciadores.

Embora apresentando correlação positiva entre as categorias profissionais ficou demonstrado que há maior tensão do erro nos profissionais de enfermagem e por outro lado apresenta-se uma percepção negativa quanto ao encobrimento dos erros nos demais profissionais. Este ponto é critico e reforça que a compreensão da importância da interação das equipes e das práticas como um produto de um sistema de encobrimentos de erros.

Este trabalho nem de longe esgota o tema, mas serve de estímulo à abertura de novas indagações, onde um caminho possível aponta para a aprendizagem baseada em práticas produto de interações e das relações de confiança entre humanos e não humanos no contexto da qualidade e segurança do paciente.

Desafios da atuação do psicólogo na Atenção Secundária

Ana Mara Farias de Melo (Universidade Federal do Ceará)

Introdução O Sistema único de saúde (SUS) é o arranjo organizacional que dar suporte a efetivação da política de saúde no Brasil, e traduz em ação os princípios e diretrizes dessa política. Compreende um conjunto organizado e articulado de serviços e ações de saúde, em conjunto com organizações públicas de saúde existentes no âmbito municipal, estadual e nacional (Campos, 2009). Está organizado em níveis de atenção que representam a hierarquização do atendimento, sendo a atenção secundária compostas por ações e serviços cuja finalidade clinica demanda disponibilidade de profissionais especializados e o uso de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico (Ministério da Saúde, 2004). Dentre os espaços que oferece serviço de atenção secundária estão a Policlínicas, que representam unidades de saúde, financiadas e geridas por Municípios integrantes de Microrregiões de Saúde do Estado do Ceará, através de Consórcios de saúde. A atuação da Psicologia no âmbito das Policlínicas, se apresenta como um atendimento especializado que presta psicoterapia as pessoas em sofrimento psíquico. Os casos atendidos nas policlínicas devem chegar ao serviço via encaminhamento interno (sendo encaminhado por profissionais da própria policlínica) ou externo (via encaminhamento da Unidade Básica de Saúde), na maioria dos casos, os usuários já se encontram fazendo tratamentos em outros pontos da rede de atenção à saúde. Em geral, pouco se fala sobre a atuação no psicólogo no nível de atenção secundária, contudo cada vez mais esses espaços são ocupados. Diante desse contexto, o Objetivo do artigo é relatar a experiência de trabalho desenvolvido pelo profissional de psicologia no nível de atenção secundária precisamente em uma Policlínica, apontando os desafios encontrados. Metodologia Tomou-se como base para o relato as observações e reflexões produzidas pela Psicóloga e Gestores da unidade de saúde, sobre os processos de trabalho, desafios e estratégias encontradas para superá-los. A experiência aqui relatada, ocorre em uma Policlínica tipo II, a qual atende a moradores dos 24 municípios, é composta por 13 especialidades médicas e 7 serviços técnicos, a saber, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Farmácia, Psicologia e Terapia Ocupacional. Vale ressaltar que o lugar ocupado pela Psicologia não foi pensado com auxílio de psicólogos. Resultados apontaram os desafios e intervenções nos processos de trabalho, implicaram também a reflexão do significado do fazer da Psicologia, como ressalta Spink (2013), prevenir o sofrimento através da oferta de atendimento ou promover o bem-estar psíquico implica, evidentemente, capacidade de se antecipar. Dentre os desafios encontrados estão: Desafios relacionados às condições de trabalho da psicóloga, desafio de trabalho em equipe, desafio do trabalho em rede e desafio decorrente de preconceito sobre saúde mental. Como estratégias interventivas foram realizadas, articulação dos psicólogos das Policlínicas, trabalho em conjunto com profissionais técnicos, diálogos em Rede e implementação de diretrizes de atendimento psicoterapêutico. O primeiro grande desafio observado foi a demanda que era necessária absorver, como mencionado a instituição responde a 24 munícipios. O número de atendimentos por dia e limitação de tempo, estava estruturado em função dos atendimentos médico. Portanto 20 minutos para cada pessoa. Como organizar esses atendimentos? A pressão por produtividade e a elevada demanda de atendimentos é um fator de sofrimento para o próprio psicólogo. Conclusão Embora o atendimento ambulatorial e o modelo psicoterapêutico tradicional caracterize a atividade nesse nível de atenção, é possível trabalhar não apenas a experiência individual do paciente, mas principalmente o sistema e demais atores que compõem este cenário. O artigo vai de encontro a proposta de grupos de trabalho que visam dialogar as práticas implementadas no fortalecimento das políticas públicas, mas especialmente, na formação de trabalhadores para o SUS.

Desmistificando a Loucura: percepções funcionais do Hospital Mental Professor Frota Pinto

Amanda Antunes Miranda (Universidade Federal do Ceará)

O presente estudo foi desenvolvido a partir da mediação entre teorias as quais circunscrevem as temáticas sobre saúde coletiva, sobre saúde mental e sobre Reforma Psiquiátrica e a experiência da visita ao Hospital Mental Professor Frota Pinto (HSMM), localizado em Messejana, no Estado do Ceará. A mesma deu-se a fim de observar os aspectos funcionais e, até mesmo, físicos da instituição, bem como entrevistar alguns dos profissionais atuantes. Dessa forma, tal trabalho pauta-se em uma metodologia de perspectiva qualitativa, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas de relatos de experiência e de uma revisão bibliográfica sobre a temática da saúde coletiva, da saúde mental e da Reforma Psiquiátrica, buscando incentivar o debate sobre a compreensão da loucura e, assim, desmistifica-la, a partir da (des)construção do imaginário social difundido ao longo do tempo. Pode-se, então, realizar um diálogo entre as discussões fomentadas ao longo da graduação do curso de Psicologia, em especial às disciplinas de Saúde Coletiva, a respeito da saúde mental dos usuários de instituições hospitalares mentais, e a prática do Psicólogo neste âmbito. A princípio, buscou-se refletir, discutir e fomentar questões referentes à saúde pública, em especial àquela voltada ao contexto da saúde mental dos usuários de tal instituição hospitalar. Dessa forma, buscou-se conhecer a proposta de funcionamento do HSMM e, assim, explicitar a concepção da loucura produzida pelos profissionais da instituição e pelos seus usuários. Ademais, pode-se abordar o conceito de loucura, e pensar a sua desmistificação, articulado aos pressupostos construídos e defendidos na Reforma Psiquiátrica. Partindo do exposto, objetivou-se identificar quais os desafios e os avanços já alcançados compreensão da loucura e, consequentemente, na sua forma de lidar com a mesma. Portanto, tal estudo visa à reflexão das práticas hospitalares atuais, sendo estas importantes variáveis no que se referem à produção do protagonismo desses usuários, compreendendo-os para além do seu diagnóstico, dando espaço para a análise do discurso e para um trabalho transdisciplinar o qual ultrapassa as fronteiras sanitárias, de atenção integral de base territorial. Isso significa dizer que o homem é compreendido para além de sua doença, contextualizado em seu ambiente familiar, social e político. No modelo psicossocial, busca-se o acolhimento, a corresponsabilidade, o vínculo, o olhar integral e, consequentemente, a produção de um projeto terapêutico singular, capaz de permitir a este sujeito atribuir sentidos aos seus processos de saúde e de adoecimento. Ao contrário, tais práticas podem representar opressão e postura assistencial para com esses sujeitos, caracterizando, assim, o modelo asilar, entendido pelo atendimento fragmentado (linha de produção), pelo fluxograma hierarquizado, pela medicalização e pela lógica tutelar e ambulatorial. Assim, tal modelo apresenta práticas de controle, de domínio, de normatização e de serviços isolados, isto é, de desresponsabilização. Portanto, tal vivência permitiu-se ser foro de questionamentos sobre a inserção dos profissionais de saúde no âmbito das políticas públicas, em especial do Psicólogo no campo da saúde mental, (des)construindo as retóricas construídas e disseminadas socialmente a respeito da loucura, bem como contribuir para os questionamentos e para as reflexões pertinentes à produção das retóricas referentes à concepção da loucura.

Estratégias de produçaõ de cuidado: Grupo de mulheres em uma Unidade Básica de Saúde

Valdenice Maria de Oliveira Celeri (Universidade Católica Dom Bosco), Suyanne Nayara dos Santos (Universidade Católica Dom Bosco)

O presente trabalho é fruto da experiência do Estágio Especifico em Saúde que tem como campo teórico que sustenta as práticas o Institucionalismo, dentro da Psicologia Social do curso de Psicologia-Bacharelado da Universidade Católica Dom Bosco situado em uma Unidade Básica de Saúde- UBS São Francisco da cidade de Campo Grande-MS.

A estratégia de produção de cuidado para com um grupo de mulheres em uma Unidade Básica de Saúde foi pensada a partir de um levantamento de demanda feito na própria Unidade e pesquisa feita no Núcleo de Defesa da Mulher-Defensoria Pública, no qual se constatou grande índice de casos de violência doméstica nesse território, sendo a Unidade um espaço de construções e convívio social, vimos à possibilidade da criação de um grupo de mulheres.

É possível afirmar que as comunidades ou coletividades têm necessidades básicas indiscutíveis e universais. Essas necessidades são colocadas diariamente através de demandas espontâneas. (Baremblitt, 1992, p. 16) Diante disso se faz importante uma escuta qualificada e um olhar sensível a esses fenômenos que circundam a comunidade para que a demanda levantada seja de relevância para a mesma.

De acordo com Baremblitt (2002), o expert pode ser caracterizado pelos sujeitos que produzem saber, os especialistas, porém ao ser integrado em uma comunidade necessita demonstrar a capacidade de contribuir em "pé de igualdade" com os sujeitos da comunidade, auxiliando nos processos de autoanálise (onde a própria comunidade possa enunciar compreender e adquirir, ou readquirir, um saber sobre sua vida) e auto-gestão (processo no qual a própria comunidade produz dispositivos para a sua manutenção e melhoramento, compreendido aqui no sentido de melhoramento das condições relacionais e contextuais nos quais estão inseridos e não em um sentido de desenvolvimento ideal ou ótimo, segundo uma norma a se enquadrar). A autoanálise e auto-gestão partem da identificação da demanda da comunidade, esta se trata da demanda, que são as necessidades da comunidade (Baremblitt, 2002).

Os sujeitos atendidos na UBS São Francisco são formados em grande parte por mulheres, das mais diversas idades, tendo em vista que as mesmas são a maioria da população brasileira e buscam o serviço de saúde para atendimento próprio, para acompanhar os filhos, os familiares, vizinhos, amigos entre outros.

O grupo de mulheres foi pensado como uma estratégia de cuidado em saúde, visto que o trabalho em grupo possibilita aos usuários e profissionais mais tempo em diálogo, contribuindo para que aconteçam exposição e compartilhamento de experiências entre ambos, contribuindo então, no manejo de doenças, dificuldades com determinados tratamentos ou condições de saúde. O Ministério da Saúde (2010) apresenta que:

"Os grupos oferecem mais tempo que uma consulta individual para essa exposição pessoal. Além disso, a comunicação se faz possível não somente pela expressão verbal, mas pelo corpo, pelas intensidades afetivas, subjetivas, simbólicas. Num grupo é impossível não ocorrer a emergência dos afetos no compartilhamento. Atividades expressivas e dinâmicas podem potencializar que o difícil de ser dito seja trazido à tona, geralmente, elementos importantes para o projeto terapêutico, que podem implicar também em aumento de adesão e participação." (p. 107)

A violência é um componente que faz parte da vida de muitas mulheres, ocorrendo desde a infância por parte de familiares, especialmente de homens, e posteriormente sendo reeditada pelo companheiro (CFP, 2011 P.7). Sendo o território onde a UBS São Francisco está inserida portador de um número alarmante de casos de violência contra mulher, entendemos ser viável a realização de um grupo de mulheres onde as mesmas tivessem oportunidade de construir e reconstruir suas histórias, dialogando e criando vínculos com a equipe de saúde e demais participantes do grupo Ao participarem de atividades coletivas rompe-se com o isolamento, fator encontrado em quase todas as situações de violência. Há uma oportunidade de perceber que a violência não é um problema individual, e sim uma preocupação coletiva. (Biella, 2005 apud Silva 2014 p.11).

Diante dessa problemática de mulheres em situação de violência buscou-se desenvolver estratégias e ações de produção de cuidado que gerassem um espaço de produção de saúde e de saberes em que a própria comunidade se articule na construção de dispositivos que gerem autonomia dos sujeitos possibilitando um processo de transformação e ressignificação de suas condições de existência, possibilitando a comunidade ser protagonista de suas próprias necessidades, desejos e interesses, para que possam desenvolver sua autoanálise, auto-organização como produtores de seus saberes e auto-gestão. (Baremblitt, p. 17, 2002)

Formação em gênero, saúde e violência contra as mulheres: um relato de experiência

Débora Lima de Mendonça (Universidade Federal de Alagoas), **Hansmile Douglas Silva Santos** (Universidade Federal de Alagoas), **Jhéssyka Thainá Simões Lopes** (Universidade Federal de Alagoas), **Julia Soares de Souza** (Universidade Federal de Alagoas), **Kellyane Pereira Santos** (Universidade Federal de Alagoas), **Larissa Ariane Lima do Nascimento** (Universidade Federal de Alagoas), **Maria Eduarda Silveira Souza Ferro** (Universidade Federal de Alagoas), **Rachel Alves Silva** (Universidade Federal de Alagoas), **Rafael Lima Fernandes** (Universidade Federal de Alagoas), **Telma Low Silva Junqueira** (UFAL)

A violência contra as mulheres é um fenômeno múltiplo e complexo que tem destacado importantes discussões teórico-filosóficas e questionamentos ético-políticos nos últimos tempos, a qual envolve os atos de violência que se manifestam por meio das relações assimétricas, principalmente entre homens e mulheres através de agressões físicas, psicológicas e simbólicas. O presente trabalho objetiva apresentar o momento de formação construído por um grupo de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Instituto de Psicologia (IP) na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O projeto de pesquisa tem como tema Gênero e violência contra as mulheres no contexto da Atenção Básica em Saúde de Maceió/AL e tem como enfoque estudos de gênero, feminismos, violências e saúde. A formação teve como proposta construir um espaço coletivo de reflexão, diálogo, intercâmbio de experiências e construção de conhecimentos relacionados aos temas considerados centrais no desenvolvimento da pesquisa, o qual foi direcionado inicialmente a bolsistas e colaboradoras/es do PIBIC, amigas/os da pesquisa e posteriormente à outras pessoas convidadas. O tema "Gênero e violência contra as mulheres: confrontos, consensos, avanços e possibilidades", referente à formação, trata de discussões que perpassam as diversas violências que produzem discursos e práticas de relações de poder assimétricas na sociedade, levantando questões como preconceito, acolhimento, saúde, direitos sexuais, relações de gênero a serem trabalhadas. Para a realização desta formação, foram selecionadas produções nacionais e internacionais que representam diferentes perspectivas teóricas dos feminismos sempre dando enfoque à violência contra as mulheres e sua relação com a saúde. Com o objetivo de apresentar às/aos participantes a história do movimento feminista e das discussões de gênero, suas diferentes concepções, pautas políticas e atravessamentos com outros marcadores sociais, foram utilizadas autoras clássicas e já consagradas dentro desta área de estudo, como Scott e Saffioti. Decidiu-se não priorizar uma ou outra vertente, mas apresentar de maneira introdutória as múltiplas concepções acerca das questões de gênero e a partir daí tecer reflexões e críticas que pudessem enriquecer o grupo. A realização desse processo de formação se deu a partir da construção de um cronograma de encontros presenciais que contemplaram dois módulos de suporte teórico: o primeiro denominava-se “Perspectiva feminista de gênero: construindo uma nova-outra história”, e o segundo intitulado de “Sistema de opressão e violências: questionando saberes, poderes e práticas naturalizadas”, cada modulo foi composto por atividades com duração de três dias. Ao todo, participaram da formação nove alunas/os vinculadas/os ao Pibic, a professora orientadora, e em alguns encontros houve participação de outras alunas do curso de psicologia da UFAL, de uma assistente social e uma psicóloga, que fazem parte do Campus Penedo do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Baseado no cronograma da formação, o formato dos encontros se deu com leitura prévia de textos/livros/artigos que se articulavam com as temáticas propostas. Foi acordado que cada encontro seria facilitado por uma ou duas pessoas que tornariam os encontros mais dinâmicos, com metodologias integrativas, participativas e lúdicas para conduzir o debate sobre os temas. Os encontros foram contemplados com rodas de conversa, apresentação de vídeos e sugestão de leitura de textos complementares. Ao final de cada encontro e de todo o processo houve momentos de avaliação. Em suma, essa experiência se deu de maneira enriquecedora, na qual todas/os puderam perceber de forma nova e ampla as dimensões de gênero, violência e saúde. Através da leitura e discussão dos materiais, o grupo passou a ser mais sensível a fatores relacionados à violência contra as mulheres, além de começar a conhecer e entender a relevância dos processos de prevenção e enfrentamento no contexto da saúde. Sendo isto importante para compreender a situação das mulheres nessas circunstâncias, além de garantir uma base teórica. O processo de formação promoveu engrandecimento acadêmico, bem como a construção de uma percepção diferenciada a respeito da interface entre a psicologia, a violência contra as mulheres e as questões de saúde. Explorar e articular as diversas temáticas que permeiam as situações de violências sofridas pelas mulheres resulta na compreensão dialógica do status que as mulheres ocupam socialmente e que impacta diretamente na construção de políticas públicas de saúde que vislumbrem garantias de direitos para as mulheres.

Governamentalidade e tratamento farmacológico: problematizando discursos e práticas no contexto de acolhimento de crianças e adolescentes

Ana Paula Genesini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Carolina Beidacki (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

O tratamento farmacológico aparece em nosso atual contexto social como uma promessa de rapidez e eficácia no apaziguamento do sofrimento, em consonância com a urgência imposta às vidas vinculadas à funcionalidade e à produção constantes. A via medicamentosa tornou-se tratamento de escolha prioritária à maioria dos acometimentos e comportamentos considerados desviantes do padrão social, ao qual os indivíduos devem adequar-se e reproduzir. O resultado é uma hipermedicalização que atinge não apenas adultos, mas especialmente crianças e adolescentes em seu processo de exploração de possibilidades de inserção e pertencimento familiar e social. Nesta perspectiva, apontamos para o contexto do acolhimento por medida de proteção a crianças e adolescentes e para a atuação das equipes multidisciplinares na atenção e no cuidado a esses indivíduos. Buscamos problematizar os modos de governamentalidade que operam neste cenário, discutindo como as relações de poder e de controle dos corpos direcionamse ao horizonte insistente da medicação. Colocamos, portanto, em questão, os sujeitos que se produzem e reproduzem a lógica do tratamento farmacológico, discutindo o quanto os trabalhadores acabam operando um funcionamento no qual se inserem, funcionando como extensão de um modelo de governar, ou intermediando, com seus atos, o governo do outro. Partindo da experiência de estágio em psicologia, em um centro de formação clínica conveniado à instituições públicas de abrigagem de crianças e adolescentes, na cidade de Porto Alegre – RS, utilizamo-nos de vinhetas de atendimento e de discussão entre as equipes que compunham a rede de atenção e cuidado, para propor uma reflexão mais abrangente acerca dos discursos produzidos nesse contexto. Tomamos uma experiência de acompanhamento de um caso como um analisador, a fim de questionar o modo de gestão do trabalho e dos trabalhadores que atuam neste contexto, além da disponibilização de recursos de formação continuada e preparo que permitam uma atuação que compreenda os diversos atravessamentos que compõem as situações cotidianas nesse cenário. Como método tomaremos a cartografia para propormos um olhar sobre as relações de forças que se estabelecem no processo de medicalização da infância, considerando os componentes heterogêneos que produzem um encontro e as diversas possibilidades que se desdobram a partir dele. Consideramos que as condutas tidas como desviantes ou inadequadas se configuram, muitas vezes, como formas de resistência e de potência de vida a fim de preservar as diferenças singulares entre os sujeitos. A lógica imperativa de um controle sobre os corpos a fim de torná-los dóceis e manipuláveis coloca-nos sob constante ameaça de apagamento subjetivo, sendo que a resistência figura aqui como sinônimo de saúde, como movimento de vida. O trabalho em atenção à saúde e assistência, segundo princípios das Políticas Públicas, deve se organizar em uma rede composta por diferentes atores e saberes, capaz de oferecer cuidado e suporte integral através da troca e construção conjunta de planos de atendimento e intervenção. Percebemos que este diálogo entre a rede se dá de maneira prejudicada e acaba não preconizando esse princípio, o que aliado ao despreparo dos profissionais ou a uma possível forma de negligência às diversas formas de atuação que antecederiam a escolha da medicação, resulta em decalcamento e cristalização na opção pela medicalização. Tendo em vista essa discussão, consideramos a circulação e articulação da pluralidade de saberes em espaços de discussão conjunta, além da criação de estratégias de capacitação das equipes, como dispositivo essencial para que possa ser oferecido um plano de atenção e cuidado integral, em consonância com a singularidade das crianças e adolescentes acompanhados.

Intervenção da Psicologia Social no CAPS II de um município do interior paulista

Marcus Vinicius de Moura Silva (Universidade Metodista de Piracicaba)

Estagio de Oficina de Leitura de Historias no serviço de Saúde Mental CAPS II em município do interior paulista.

O objetivo era leitura de historias promovendo atenção, concentração, memória, interação social e reconhecimento dos participantes como grupo em desenvolvimento, fortalecendo vínculos entre pacientes e deles com estagiário.

O grupo é constituído de momentos, que consiste em relações que dão sentido de criação ao grupo, não são produtos de implicações formais, mas uma práxis humana. Entre indivíduo e grupo há um terceiro mediador havendo dois momentos, primeiro quando o grupo é o terceiro mediador, segundo quando os indivíduos funcionam como terceiros mediadores. Não como líder, mas como lideranças que permitem agrupamento transformar-se em grupo. O terceiro mediador é o grupo na totalidade. Os momentos do movimento dialético da realidade podem ser categorizados em: serialidade, fusão, juramento, organização, fraternidade-terror,

institucionalização. Quando uma pessoa toma consciência de sua alienação e isolamento origina a fusão, elevando-se à fusão, condiciona o aparecimento do juramento com este a organização, evoluindo para a fraternidade-terror e criando as condições para o momento de institucionalização.

A atividade consistia na leitura de historias pré-selecionadas para pacientes freqüentadores e os que iam para consulta psiquiátrica, uma vez por semana, por uma hora. Inicialmente foram utilizados equipamentos audiovisuais para melhor imersão dos pacientes na atividade depois foram descartados, pois deixaram de dar sentido aos objetivos propostos, utilizando somente o livro.

A teoria sartreana sobre processos grupais nos permite compreender a realidade em continuo movimento, ou seja, os momentos do movimento grupal. Percebemos a atividade em dois grandes momentos. Primeiro o objetivo era promover a atenção, a concentração e a memória dos pacientes. Inicialmente, o grupo se encontrava no momento da serialidade demonstrando solidão e alienação, a maioria dos pacientes participava apenas pela recompensa, que seria o almoço, que só era "conquistado" pela participação em atividades e assinatura em caderno de freqüência e outros apenas por estarem lá.

Com o primeiro livro, o objetivo começou a ser alcançado, quando os pacientes se mostraram atentos a historia, com os auxílios audiovisuais mostrando um clima de imaginação e silencio, percebemos um processo de aglutinação e reciprocidade. A imaginação e a memória foram os fatores que mais apareceram nesse período. Segundo os profissionais as histórias lidas e situações ocorridas na atividade eram comentadas em outras oficinas e passaram a lembrar e repassar acontecimentos das semanas anteriores. A medicação, fantasia, inquietação, impaciência, hostilidade, agressividade e outros fatores foram considerados e trabalhados para melhor condução. Um dos fatores mais questionados pelos pacientes era a recompensa pela participação, com a valorização da assinatura no caderno por parte dos funcionários, o sentido da oficina se perdeu, necessitando repensar a metodologia de intervenção. Buscamos descentralizar essa visão que os pacientes tinham do caderno.

Foi propiciado um maior diálogo entre os pacientes e destes com o estagiário, através de conversas informais, possibilitando conversarem livremente com o estagiário sobre seus gostos e suas experiências de vida, por intermédio de fatos da leitura. Nessa nova dinâmica a história do livro não se apresentou como o único meio de alcançar os objetivos. Assuntos decorrentes dessa leitura revelaram aspectos da subjetividade do paciente e realidade. Um segundo momento foi elaborado possibilitando a participação por meio da leitura, roda de conversa, com a utilização de um livro com elementos relacionados à realidade empírica dos pacientes. A partir dessa maior interação a participação na oficina começou a ser um espaço de referência pelos pacientes e funcionários a partir do discurso dos pacientes.

Nesse novo momento os pacientes dialogaram e participaram a partir da leitura, do passado remoto, o que mostrou o reconhecimento da Oficina. Este espaço dialógico permitiu que se trabalhasse temas desde religião, sexualidade, dependência química até medos. Fizeram relatos sobre histórias de vida, vida no campo, afetos, desafetos, trabalho e como enfrentaram esses medos. A fusão superou a serialidade quando o grupo ganhou consciência da tarefa comum e perceberam que cada um dependia do outro, emergindo o sentimento de reciprocidade. A Oficina de Leitura de História tornou-se um espaço de referencia, pacientes tiveram direito de voz havendo uma relação dialógica horizontal, de respeito, de responsabilidade, onde eles tomaram palavras de ordem, conduta colocando limites e regras.

Percebemos que os pacientes atingiram o movimento de juramento vivendo mais intensamente a condição de pertença ao grupo, criando regras de funcionamento, reorientando a conduta dos integrantes, construindo relações de alteridade evitando dispersão. O grupo se formou naquele contexto não havendo apenas um mediador, todos os participantes se tornaram terceiros mediadores, saindo da condição de serialidade, formando a fusão como grupo, se juramentarem e firmarem como grupo. Percebemos um crescimento dos pacientes e do grupo com esse trabalho, um trabalho em psicologia social foi interessante e importante para saúde mental, pois remete a uma visão nova com os pacientes que não seja apenas clinica e psiquiátrica.

Medicalização do Cotidiano: Processos Saúde/Doença e Sofrimento Psíquico na Sociedade do Consumo

Renata Eudocia Melo Barreto (Universidade Federal do Ceará), **Adryssa Bringel Dutra** (Universidade Federal do Ceará), **Jurema Barros Dantas** (Universidade Federal do Ceará)

Este projeto de pesquisa, fomentado e apoiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC, propõe-se à compreensão de em que medida, na sociedade contemporânea do consumo, a medicalização toma um espaço central na vida social, gerando sofrimento psíquico nos indivíduos. Faz-se necessário o conceito de saúde proposto por Birman (2005), no qual o discurso da Saúde Coletiva aparece como uma crítica do projeto médico-naturalista estabelecido historicamente com o advento da sociedade industrial. De acordo com o mesmo autor, a problemática da saúde não se restringe somente ao registro biológico, havendo destaque para a

dimensão simbólica, ética e política de forma a relativizar o discurso biológico. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica baseada em um solo epistemológico fenomenológico e existencial acerca do tema. Fazem-se de extrema valia conceitos como da iatrogenia social, segundo Nogueira (2003), e da iatrogenia cultural, entendendo os riscos de se medicalizar questões sociais, retirando a responsabilidade do sujeito como de sua família no cuidado da saúde, gerando indivíduos passivos e dependentes da autoridade médica.

Em relação ao papel do psicólogo, segundo Yasui (2006), este aparece como articulador que tece a rede de alianças em torno do cuidado para que possa proporcionar assistência de forma ampla e integral ao sujeito respaldado pelo seu direito ao acesso à saúde, direito este legitimado pelo Sistema Único de Saúde, SUS, que aparece como uma política de saúde pública pautada no princípio fundamental da universalidade que considera a saúde como direito de todos e dever do Estado.

Tratando-se de sofrimento psíquico, embora este tenha sido apontado como universal, observa-se na modernidade, especialmente no século XX, uma maior incidência do discurso sobre o sofrimento psíquico, revelando-se objeto de uma grande preocupação social, política e de saúde mental. A "vida se psiquiatrizou" e se "medicalizou" (Scliar, 1997) graças, afirma Pessotti, aos meios de comunicação de massa, à farta propaganda da indústria farmacêutica, e à difusão do DSM" (Pessotti, 2003, p. 7).

Dantas (2014) afirma que a sociedade contemporânea prefere qualquer medicação a ter que refletir sobre a existência e sua tragicidade que lhe é inerente.

Acredita-se que o império lucrativo que o sofrimento psíquico inspira se encaixa perfeitamente no sentido de urgência que os tempos hipermodernos nos suscita. Como aponta Lipovetsky (2004), a hipermodernidade constitui uma época marcada por características como a da cultura do excesso, da urgência, do hiperconsumo e da fluidez. Assim, a geração contemporânea vê suas angústias como grandes ameaças que precisam ser eliminadas da forma mais urgente possível. Dessa maneira, o consumo e o excesso aparecem como sedutoras alternativas para acabar com o sofrimento psíquico seja ele qual for. Vale acrescentar, se essa mercadoria de consumo atender às demandas atuais de velocidade, fluidez e narcisismo, ela é ainda mais bem aceita.

A sociedade contemporânea, segundo Dantas (2014), buscando aplacar qualquer sofrimento, cria saberes e verdades que justificam problemas cotidianos como algo patológico a ser evitado, corroborando para o uso dos mais variados meios, inclusive farmacêutico. Nota-se, para tanto, a existência de um mercado contemporâneo do sofrimento psíquico, sustentado pela tendência em se diminuir a fronteira entre o normal e patológico.

Segundo Dantas (2014), a representação social dos medicamentos, bem como o uso que é feito destes produtos parece reposicionar a questão da saúde atrelando-a também à lógica do mercado. Assim, segundo a autora supracitada, a tecnificação da vida deve ser contextualizada neste cenário contemporâneo que reconhece o consumo como marca da época presente.

Depara-se então com a máxima das questões que envolvem o sofrimento psíquico na atualidade: banalização e generalização dos problemas cotidianos. Segundo Aguiar (2004), essa tendência é favorecida pelas dificuldades de se conseguir fazer um bom diagnóstico de um transtorno mental. Não há marcadores biológicos precisos e quantificáveis para facilitar esses diagnósticos tais como ocorrem nos diagnóstico de doenças que estão fora do campo "psi". Assim, o idioma da saúde mental passa a ser empregado em diversos domínios, do gerenciamento empresarial ao processo de ensino, dos hospitais ao cotidiano vivido pelos indivíduos, influenciando-os na maneira como percebem, representam e expressam seu sofrimento psíquico: "como eco desta confusão, a saúde mental tende a se tornar um conceito que recobre não só os sintomas, as representações populares e expressões de sofrimento psíquico, como também as noções científicas" (Ehrenberg, 2004, p. 140). Desse modo, pode-se considerar que hoje a saúde se apresenta como extensão do mercado, assim como o medicamento a sua mais nobre mercadoria (DANTAS,2014). É possível inferir também como há geração de lucro proveniente do mercado que o sofrimento psíquico fornece.

O câncer como produção subjetiva do sujeito: análise bibliográfica à luz da psicologia social

João Ferreira Coelho Filho (Centro Universitário Estácio do Ceará), **Manuelena Evangelista Pinto** (Centro universitário Estácio do Ceará), **Antonia Jucieelly Silva Caruca** (Centro Universitário Estácio do Ceará), **Fabia Carla de Castro Alves** (Organizacional), **Selene Regina Mazza** (Centro Universitário Estácio do Ceará)

As doenças crônicas, dentre elas o câncer representam um relevante campo de estudo para a psicologia, é preciso considerar que esta neoplasia influência a constituição do indivíduo, ou seja, a doença reflete na subjetividade do paciente, dos profissionais, acompanhantes, entre outros sujeitos que estão envolvidos no processo saúde-doença. Estas influências são percebidas a partir das mudanças que ocorrem na vida destas pessoas, no que tange aos aspectos econômicos, físicos, sociais e psicológicos. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer - INCA, o câncer é considerado o segundo dos diagnósticos mais frequentes no mundo. Está patologia causa o crescimento desordenado das células, podendo espalhar-se (metástase) para outras regiões do corpo. Ao abordarmos o tema câncer é preciso pensar em uma doença que deve ser tratada de forma multidisciplinar indo além do modelo biomédico tradicional, deve-se considerar os aspectos subjetivos que emergem durante o diagnostico e o tratamento da doença. Neste contexto, este estudo investigou a ideia do câncer e sua interface com a construção subjetiva do sujeito, a partir da relação cultura, subjetividade e câncer tendo como base a literatura científica. Como metodologia, seguimos um enfoque teórico condizente com uma proposta de pesquisa do tipo exploratória, descritiva de abordagem qualitativa. Nesta perspectiva, foi realizado um levantamento de livros, sites e artigos científicos publicados nas bases de dados Scielo e Pepsic. Ao todo, foram selecionadas 19 referências, sendo 07 livros, 11 artigos publicados em periódicos científicos e visita a 01 site. O material revisado foi analisado com base na Técnica de Análise de Conteúdo, modalidade Temática. Desse modo, os conteúdos foram sintetizados em três categorias: 1) um breve panorama sobre o câncer; 2) aspectos biopsicossociais do câncer; 3) câncer e subjetividade. Apesar do grande avanço tecnológico no campo da saúde e da influência destes avanços no tratamento de doenças graves, entre elas o câncer, ainda hoje, existem representações e estigmas presentes na nossa cultura que apresentam o câncer como a “dama da morte”. Estes estigmas refletem na construção subjetiva do sujeito e consequentemente em sua forma de encarar a doença, o tratamento, incidindo sobre os aspectos clínicos em geral. É importante compreender as repercussões que está doença trás para a vida do sujeito, considerando os aspectos sociais e psicológicos. O significado do câncer é diferente para cada sujeito, mas as representações sociais negativas que ainda permeiam na contemporaneidade, poderão refletir sobre os sentimentos e as emoções de quem vivencia essa doença. Neste sentido, vale salientar o lugar que a ciência psicológica ocupa neste campo de atuação. A psicologia pode contribuir para a adaptação psicossocial do sujeito, auxiliando neste processo de ressignificação da vida. Assim, corroboramos com a literatura ao propor um tratamento multidisciplinar que acolhe não só a patologia e sim o ser humano em seu contexto biopsicossocial, promovendo o bem estar integral do sujeito como preconiza a Organização Nacional da Saúde. As doenças crônicas, como toda experiência humana estão inseridas em uma produção subjetiva, social e individual que se tornam relevante para o processo de cura e qualidade de vida. Pode-se inferir que o câncer é um fenômeno que surge entre os limites do corpo (caráter biológico) e a psique (caráter emocional). Este estudo não busca esgotar o tema nem tampouco discuti-lo de forma quantitativa. Faz-se um apanhado qualitativo por meio de reflexões dos textos que desvelam os sentidos subjetivos que permeia a ideia acerca do câncer enquanto um fenômeno social e a relação desse fenômeno na constituição de subjetividades.

O Corpo Ideal e seu Significado Perante a Sociedade

Estevão Trindade de Souza (Universidade Veiga de Almeida)

A imagem corporal dos indivíduos está em constante mudança na sociedade. Seja pelo próprio bem estar, por uma moda ou tendência, as pessoas, atualmente, tem se preocupado muito mais com as questões do corpo como um todo e aderindo a tais mudanças de forma gradual. A procura por um tipo físico ideal se tornou bastante comum e a partir disso, diversos indivíduos se submetem a dietas, medicações, exercícios físicos, conciliados a rotina atual dos indivíduos. Processos proibidos são violados e esquecidos quando o assunto é ter o corpo perfeito, criando uma linha tênue entre a relação corporal e o consumismo, pois o corpo passa a ser um objeto de consumo. Devido a isso, a sociedade contemporânea "adotou" alguns valores estéticos que são apresentados como uma mercadoria e as pessoas devem comprar e consumir, ou seja, o corpo perfeito para ser aceito na sociedade.

De fato, a sociedade e a mídia tem influência nessa motivação em alcançar o corpo ideal, mas até que ponto os seres humanos são motivados em ir à busca disso? É visível, que a sociedade atual mudou seu pensamento em relação a imagem, e não somente pela questão estética, pois a saúde influencia e muito nessa questão, mas é preciso ser analisado que a saúde tem sido posta de lado por conta da valorização da imagem corporal. Dessa forma, torna-se visível que o culto ao corpo é presente na atualidade, porém tal valorização na cultura une diferentes opiniões que sustentam um único objetivo: ter o corpo ideal.

Na sociedade em que vivemos a todo instante é passada a imagem de que ter um corpo malhado e atlético é o ideal para todos. Essa pressão imposta pela mídia e por aqueles que seguem esse pensamento, acaba afetando fortemente outras pessoas, que passam a buscar a todo custo ter também esse corpo ideal. Muitas se valem de anabolizantes, esteróides, excessos de exercícios e etc. Buscamos através dessa pesquisa entender a real motivação de cada um entrevistado no que diz respeito a malhar, ter uma alimentação controlada, ter acompanhamento médico. Foram entrevistadas 14 pessoas com idade entre 18 e 40 anos e que praticam atividades físicas em academia da região da Tijuca no estado do Rio de Janeiro. Foi elaborado um questionário com 9 questões, sendo, 8 objetivas e 1 em que o entrevistado deveria responder de acordo com a sua realidade. Todos os dados foram cruzados para montagem de gráficos e também as respostas pessoais, foram comparadas. Ficou constatado por esse trabalho que isso é uma questão que vai além da estética. São os transtornos de imagem. A influência que a mídia tem sobre as pessoas, os padrões que ela impõe, as consequências que podem ser geradas e etc. Tudo isso contribui para o surgimento dos transtornos físicos e psíquicos, por exemplo a vigorexia, como foi citada no trabalho. Visto que seu principal sintoma é o sujeito sentir-se sempre mais fraco e menos musculoso do que é de fato, levando-o a cometer excessos nos exercícios e por conseguinte desenvolver problemas físicos também. A influência midiática faz com que os indivíduos queiram adquirir esse corpo ideal, e muitas vezes a pessoa se torna vulnerável a apresentar quadros de doenças como transtornos alimentares e de distorção de imagem. Porém, a mesma mídia que exibe esses estereótipos corporais, também se demonstra mobilizada a apresentar fatores que ajudam e contribuem o indivíduo a viver de forma saudável.

De fato, foi perceptível que a maioria dos entrevistados buscou responder o questionário demonstrando que é possível conciliar a saúde com a estética, com a autoestima e com a qualidade de vida. Os resultados de forma saudáveis são os que mais influenciam na autoestima elevada e na persistência e permanência no novo ritmo de vida adquirido. No entanto, ter um corpo ideal para a maioria foi conseguir juntar o fator da saúde, em primeiro lugar com a estética, sem causar prejuízos a saúde e a integridade do indivíduo.

O impacto dos valores dos profissionais na produção do cuidado em saúde mental

Christiano Paz Fiuza Lima (Universidade de Fortaleza)

Introdução: Muitos são os desafios para a implantação da rede de atenção em saúde mental tal com concebe a legislação hoje vigente em nosso país. Apesar dos avanços, muito daquilo que foi preconizado para a efetiva mudança do modelo de atenção não foi implementado a contento. Um dos fatores que influenciam esse fato é que há ainda uma clara presença da lógica manicomial incrustada nas práticas de alguns profissionais que compõem a rede de atenção psicossocial. Nesse sentido é imprescindível uma profunda reflexão sobre porque os profissionais continuam reproduzindo práticas de características manicomiais mesmo estando atrelados no seu ambiente de trabalho, a um contexto completamente diferente do antigo manicômio. Como possíveis respostas para esses questionamentos, alguns estudos apontam para a má formação dos profissionais, para problemas de financiamento e até mesmo para contradições referentes à legislação. Contudo existe uma carência de estudos sobre a influência da dos valores e crenças dos profissionais e seu impacto nas práticas de cuidado nos serviços substitutivos da rede de atenção psicossocial. Nesse sentido é importante levar em consideração que vivemos numa sociedade profundamente excludente e desigual onde prevalece a lei do mais forte e que é avessa à questão dos direitos humanos como confirmam uma série de pesquisas feitas recentemente sobre o direito das mulheres sobre o seu próprio corpo, sobre a união afetiva dos homossexuais e sobre regulamentação do uso de substâncias psicoativas, só para citar alguns exemplos. A lógica dos direitos humanos tal com está na constituição de 1988 que tem por cerne a cidadania e que serve de base legal tanto para a reforma sanitária quanto para a reforma psiquiátrica, de fato não reflete a lógica de funcionamento nem os valores da sociedade brasileira que na prática continua sendo uma sociedade autoritária e hierárquica onde o direito está mais ligado ao poder do que a lógica de proteção do ser humano. Nesse sentido é importante ressaltar que de acordo com Schwartz e Rokeach existe uma relação fundamental entre valores, atitudes e comportamentos, podendo-se afirmar que valores são preditores de tanto de atitudes quanto de comportamentos. O pressuposto básico de Rokeach segundo Tamayo (2002) é que valores são modelos que guiam ações e que, portanto conhecendose os valores de uma pessoa estaríamos aptos a predizer seu comportamento. Ainda de acordo com Tamayo (1993), a "Psicologia considera os valores como um dos motores que iniciam, controlam e orientam o comportamento humano, estando associados a projetos de vida e esforço para atingir metas individuais e coletivas". Ainda para Tamayo, valores tem raiz de ordem motivacional, uma vez que expressam interesses de tipo individual. Portanto se vivemos numa sociedade onde esses interesses de tipo individual estão acima dos coletivos, onde aquilo que é privado é considerado melhor do que aquilo que é público e que o direito é um privilégio para uma determinada classe social, como pensar que esse contexto excludente e autoritário não apareceria também nas práticas dos profissionais dos serviços de saúde mental? Como esperar que o usuário fosse considerado como sujeito numa sociedade onde o autoritarismo é o que dá o tom nas relações cotidianas? Nesse sentido seria importante pesquisar que valores perpassam os profissionais de saúde mental e de que forma eles influenciam nas práticas de cuidado dos serviços de saúde mental. Além do que essa reflexão se faz muito necessária, porque parece não haver muitos estudos associando valores e práticas de cuidado no campo da saúde mental/atenção psicossocial. Objetivo: Portanto esse trabalho visa promover uma discussão a respeito de como os valores e as crenças dos profissionais da rede de atenção psicossocial impactam nas práticas de cuidado em saúde mental. Marco teórico: Essa abordagem baseia-se nos estudos sobre a Psicologia Social dos Valores Humanos realizados por Milton Rokeach e Shalom Schwartz, onde ambos ressaltam a influência da cultura, representada nos valores, sobre a personalidade dos indivíduos. Os autores problematizam essa questão dos valores fazendo uso de escalas onde se destacam tipos motivacionais, que por meio de instrumentos como a Smallest Space Analysis podem ser trabalhados no sentido de identificar compatibilidades e conflitos entre os mesmos. Conclusão: Na verdade esse resumo é apenas uma tentativa de chamar a questão para a importância da pesquisa associando valores e práticas de cuidado em saúde, mais especificamente na área de saúde mental porque existe uma carência real de estudos sobre esse tema. De qualquer para que a reforma psiquiátrica tome o rumo para qual ela foi inicialmente pensada inicialmente é necessário que se trabalhe os aspectos psicossociais dos profissionais que passam de forma irreversível sobre a questão dos valores.

O Programa de Extensão em Saúde Coletiva Bons Vizinhos como produtor de reflexões e sociabilidades comunitárias

Alana de Oliveira Lima (Faculdades Nordeste Devry), Carlos Eduardo Esmeraldo Filho (Faculdades Nordeste)

O presente trabalho é fruto da experiência de quase dois anos no Programa Interdisciplinar de Extensão em Saúde Coletiva Bons Vizinhos, da Fanor/Devry, que desde 2010 realiza ações na Comunidade Gengibre, em Fortaleza-CE, localizada vizinha à sede da faculdade. A princípio, as ações eram específicas do curso de Enfermagem, porém, em 2012, o programa se tornou multi e interdisciplinar, contemplando vários outros cursos, como: Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Educação Física, entre outros. O objetivo principal do programa é executar ações de compromisso social, ético e político junto à Comunidade Gengibre. A temática do trabalho está inserida no GT 18 (Psicologia Social Comunitária, Saúde Coletiva e Assistência Social: processos grupais e espaços coletivos de atuação e reflexão) e no eixo de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, tendo em vista que se refere às práticas interdisciplinares na Comunidade, com ênfase em atividades de grupo, na interface da Psicologia Comunitária com a Saúde Coletiva. O programa possibilitou uma inserção de estudantes universitários nas discussões e práticas de Saúde Coletiva, facilitando à compreensão da importância da temática já na graduação. O referencial teórico utilizado abrangeu o Paradigma da Construção e Transformação Crítica (Maritza Montero), bem como o modelo sócio-político da Psicologia Comunitária no Ceará (Cezar Góis). A inserção no contexto comunitário caracterizado pela vulnerabilidade social nos possibilitou a criação do vínculo com a Comunidade, reflexões sobre o fortalecimento das potencialidades dos moradores e um olhar dos aspectos psicossociais dos mesmos. O Programa funcionava na Comunidade sempre aos sábados pela manhã. Além das ações, realizávamos uma reunião geral por mês (primeiro sábado de cada mês) e duas reuniões nucleares por mês para discussão teórica e reflexões sobre as práticas (por curso, realizado na semana). Em 2013, passamos a trabalhar tomando por base os seguintes princípios: coparticipação, foco nas potencialidades, estabelecimento de vínculos e compromisso. A proposta foi construir junto com a comunidade as possibilidades de atuação, superando ideais de paternalismos ou assistencialismos, mediante atividades grupais tais como reunião, rodas de conversas, oficinas, fóruns comunitários e conversas informais. A partir do processo de familiarização constante no contexto, buscamos identificar pessoas de referência e que pudessem ser nossos parceiros. Esse processo permitiu a identificação das fragilidades, potencialidades e possibilidades da Comunidade. Posteriormente, realizamos ações de prevenção e promoção de saúde, fortalecimento coletivo e de participação popular, ações de potencialização da expressividade verbal e corporal com jovens da comunidade, discussões sobre questões que afetavam a Comunidade direta e indiretamente relacionada à saúde, promoção de uma cultura de diálogo entre os moradores, entre outras. O programa nos possibilitou a mudança de concepções acerca da pobreza e seus condicionantes sociais, subjetivos, éticos e políticos. Além disso, gerou uma grande aprendizagem sobre a atuação da Psicologia no contexto urbano de vulnerabilidades sociais e ampliou o nosso olhar para uma articulação com as políticas públicas e, mais especificamente, as políticas de saúde, pois não fazíamos um trabalho isolado. Trabalhar na perspectiva de Saúde Coletiva é considerar o indivíduo de forma integral e criar redes de apoio formais e informais (equipamentos de saúde, de assistência social, associação de moradores, escolas, Igreja, entre outros.) que fortaleçam o protagonismo da Comunidade e que esta seja produtora de vida. Além disso, percebemos uma aproximação da Comunidade com os estudantes e os professores, a motivação dos estudantes em problematizar os saberes acadêmicos a partir da práxis comunitária e o fortalecimento do pensamento crítico acerca da atuação interdisciplinar junto à Comunidade. Desse modo, buscamos nos aproximar de moradores com potenciais para assumirem um papel ativo na organização da Comunidade, com a possibilidade de realizarem ações a fim de proporcionar mudanças.

Plantão sem raiz: O Plantão Psicológico como prática de psicólogos na Atenção Básica à Saúde

Caroline Maciel Cavalcante de Souza (Universidade Federal do Pará)

A Psicologia Clínica, no bojo do seu desenvolvimento, tentou traçar padrões e teorias a partir da dicotomia entre o homem e a sociedade. No entanto, com o advento da contemporaneidade e relações sociais marcadas por uma hiperindividualidade, padrões que reforçam a dicotomia entre a subjetividade e o meio social não se sustentam mais. Assim, faz-se necessário repensar práticas clínicas e buscar novos modos de atenção. Uma modalidade de atendimento que se mostra alternativa aos padrões da clínica tradicional é o Plantão Psicológico (PP), iniciado no final da década de 1960 no Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) por Rachel Rosenberg. Tal trabalho surgiu diante da percepção da potencialidade dos acolhimentos iniciais realizados neste mesmo serviço e propôs que as pessoas pudessem ser escutadas na hora em que procurassem atendimento. O PP caracteriza-se, pois, como uma prática clínica flexível, seja pela não necessidade de marcação prévia de consultas, pela não delimitação fixa de tempo para o atendimento, ou ainda pela possibilidade de ser utilizada em diversos contextos e lugares, inclusive nas políticas públicas voltadas para a saúde. O objetivo desta pesquisa é discutir a prática do psicólogo inserido no serviço de saúde pública, mais especificamente na Atenção Básica (AB) e criar um diálogo entre possíveis contribuições do PP para construção desta prática. Para tanto, utilizou-se o método fenomenológico de pesquisa, no qual, a partir de revisões bibliográficas sobre os temas “Atenção Básica”, “Plantão Psicológico” e “Prática de psicólogos na Atenção Básica”, buscou-se proporcionar um diálogo entre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e demais publicações relacionadas às palavras-chaves mencionadas, tentando compreender suas possíveis interlocuções. Os resultados apontam para uma possível articulação entre PP e saúde pública, uma vez que esta modalidade de atendimento afirma os fundamentos do SUS, da AB e da Estratégia Saúde da Família (ESF) ao mesmo tempo em que esses princípios e diretrizes também convidam e trazem a Psicologia a repensar suas práticas. A ESF, ao definir entre seus fundamentos a necessidade de atuar no território, realizando cadastramento domiciliar, diagnóstico situacional, ações dirigidas aos problemas de saúde de maneira pactuada com a comunidade onde atua, buscando o cuidado dos indivíduos e das famílias, possibilita ao psicólogo plantonista atender as famílias onde quer que elas se encontrem, deixando de lado práticas ligadas a um consultório. Dessa forma, a ESF, e anteriormente a ela a AB, nos instiga a pensarmos um modelo de Plantão Psicológico sem raiz, ou seja, um tipo de atendimento emergencial, pronto a escutar a demanda no momento em que ela emerge, a fim de promover a saúde através de sua prevenção. No entanto a pesquisa traz limitações. Existem diretrizes que não podem ser alcançadas apenas com a escuta clínica oferecida pelo PP, como a capacitação técnica de outros profissionais da equipe de saúde ou o estabelecimento de parcerias com outras entidades para sanar demandas presentes na comunidade. Fazem-se necessários, então, outros estudos bem como a aplicação prática de um Plantão sem raiz, já que esta pesquisa é de cunho teórico.

Por uma reabilitação psicossocial com cidadania: perfil e situação de vida de egressos de internações psiquiátricas

Pedro Junior Rodrigues Coutinho (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto), **Renata Bellenzani** (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), **Vitor Corrêa Detomini** (Universidade Federal de Uberlândia)

Embora a Política de Saúde Mental/Álcool/Drogas oriente-se pela Reforma Psiquiátrica impulsionada pela Lei 10.216, internações ainda ocorrem em hospitais psiquiátricos no Brasil. Parte deles apresenta-se mais terapêutico e menos asilar, segundo o modelo de internações breves, cujas implicações são pouco estudadas. Faltam informações sobre perfil da clientela e acerca da situação de reabilitação psicossocial dos egressos. Definições de reabilitação psicossocial são múltiplas, genericamente dividem-se em dois grupos que enfatizam ou a restauração do funcionamento prejudicado do indivíduo, ou a promoção da cidadania, enquanto remoção de barreiras impeditivas à plena integração social e ao exercício de direitos. Objetivos: primeiramente, verificar o número de pessoas de Paranaíba-MS que tiveram uma internação, ou mais, no hospital psiquiátrico local, entre janeiro/2008 e maio/2011, por subgrupo de hipóteses diagnósticas (HDs) atribuídas ao paciente no momento da internação. Em seguida, classificá-los em três subgrupos de HDs: 1) transtornos mentais e/ou comportamentais; 2) transtornos relacionados ao abuso de substâncias (ilícitas e álcool); 3) transtornos de ambos os grupos anteriores (subgrupo "misto"). Por fim, caracterizar os pacientes, comparando os subgrupos, acerca de dados sobre reabilitação psicossocial e cidadania, tais como: continuidade do acompanhamento pós-alta; suporte social e familiar; autonomia para atividades cotidianas; uso atual de substâncias psicoativas; atuação profissional, etc. Método: Estudo quantitativo descritivo, realizado em duas etapas: a) sistematização e análise de dados secundários (banco de dados da instituição); b) coleta de dados primários de uma subamostra (questionário fechado, aplicado nos domicílios, mediante autorização prévia). Para análise descritiva dos dados, utilizou-se software SPSS for Windows 16.0. Resultados: Identificadas 306 pessoas residentes em Paranaíba na ocasião das internações, internadas pelo menos uma vez no período. Isto corresponde a uma média de 102 internações/ano - 0,25% da população, considerando dados censitários de 2010. A grande maioria teve uma internação no período (68%). 154 pessoas (50,3 %) foram diagnosticadas com transtornos de humor/orgânicos/psicóticos; 130 (42,5%) com síndromes (abstinência ou dependência) e 17 pessoas (5,6%) diagnosticadas com transtornos de ambos os grupos. Informações cadastrais insuficientes e alterações de telefone/endereço impossibilitaram uma subamostra maior de entrevistados para a segunda etapa, de caracterização, composta por 56 pessoas. Dessas, a maioria homens (62,5%); 50% brancos; 45% negros/pardos; 59% solteiros; 57% residindo com familiares/parentes, seguidos por 34% com esposa/marido/filhos; 53% entre analfabetos e ensino fundamental incompleto; 75% fora do mercado de trabalho; 41% com renda pessoal até um salário mínimo. A maioria (64%) tinha conhecimento sobre ter sido diagnosticada segundo algum transtorno psiquiátrico. Quanto ao número de internações nessa instituição, 71,4% vivenciaram mais de uma vez no período estudado, ante 28,5% que foram internados uma única vez. Quanto a lazer e autonomia, 78% frequentavam igrejas, clubes, praças, ginásios esportivos, etc., mas 52% afirmaram precisar diariamente de um acompanhante, o que sugere pouca autonomia geral ou esse tipo de percepção de si. No que se refere ao grau de acesso à seguridade e/ou proteção social, considerando que a grande maioria não estava trabalhando, 61% não eram beneficiários de nenhum programa social, governamental ou filantrópico. 69,6% declararam uso atual e/ou pregresso de algum tipo de substância psicoativa (incluindo álcool e tabaco). Dessas, a maioria, 41%, fez/fazia uso concomitante de pelo menos três substâncias entre álcool, maconha, cocaína e crack. Quanto ao acesso à assistência em saúde, a maioria seguia algum tipo de tratamento na rede pública. 39% eram atendidas por psiquiatra e psicólogo; 23% e 16% exclusivamente por psiquiatra e equipes da atenção primária, respectivamente. 14 pessoas (25%) frequentavam o CAPS e desses, apenas 3 tinham diagnósticos relacionados ao abuso de substâncias; do total de pessoas com síndrome de abstinência e/ou dependência (20), somente 3 (15%) eram acompanhadas neste serviço. Ambos os dados sugerem menor acesso a tratamento especializado para dependentes químicos. Quanto à reabilitação psicossocial, embora a maioria realizasse atividades em espaços sociais, tivesse certa autonomia e acesso a algum tipo de tratamento, ainda que somente medicamentoso (não psicossocial/interdisciplinar), sua situação educacional e profissional era bastante negativa. Excluindo aposentados do conjunto, 17% trabalhavam formalmente ante 34,7% de desempregados e 24% de informais. Isto, associado à baixa escolarização e renda, e à condição de não beneficiários de programas sociais, sugere situação de vulnerabilidade social dos entrevistados, principalmente das pessoas com dependência química - dessas (n=20), desempregados e informais somam 13 (65%) ante 03 (15%) com emprego formal, além de serem proporcionalmente menos escolarizados na comparação com o grupo dos transtornos gerais. A estruturação da reabilitação psicossocial e do cuidado, com vias à inserção social plena, objetivo da Política Brasileira de Saúde Mental, não deve se restringir à assistência médica. Defende-se, portanto, a necessidade de políticas sociais, públicas e intersetoriais de inclusão educacional e profissional para pessoas em sofrimento, adoecimento psíquico e dependência química. Insuficientes ou ausentes, não somente na cidade pesquisada, mas no país, de modo geral, este segmento populacional tende a sofrer contínuos processos de medicalização, sem mudanças efetivas de qualidade de vida e cidadania.

Possibilidades de Intervenções da Psicologia na Transmissão de Informação às Gestantes na Atenção Básica

Eva Karine Santos de Albuquerque (Universidade do Vale do Ipojuca - Devry), **Angélica Morgana de Jesus Oliveira** (Universidade do Vale do Ipojuca - DeVry)

O presente trabalho pretende refletir sobre as possibilidades de atuação dos profissionais e estudantes de Psicologia junto aos setores de prevenção e promoção de saúde da atenção básica voltada para a saúde da mulher, alcançando o público de gestantes. Tal discussão será norteada pelas vivências no Projeto de Extensão Universitária "Parto Humanizado", ofertado pelo curso de Psicologia da Unifavip/Devry, e que objetiva acolher e levar o olhar humanizador da Psicologia no momento do parir e no estado puerperal para as mulheres e seus familiares dentro das maternidades de uma cidade do interior de Pernambuco. Esse projeto de extensão contava com trinta e oito extensionistas e duas supervisoras no ano que esta proposta de trabalho foi construída, e realizavam-se em dois encontros semanais, sendo um deles para discussão teórica e supervisão prática e, o outro em campo durante quatro horas semanais, onde busca-se atuar no apoio e escuta clínica breve junto a essas mulheres e seus respectivos acompanhantes. Sendo a Unidade de Saúde da Família o primeiro contato dos usuários com o SUS, significa que este setor precisa estabelecer ações e metas que tenham por função a prestação de assistência continuada, no caso das gestantes compreende-se, pois, que a mulher precisa estar informada sobre tudo que abrange os cuidados com sua saúde e a do seu bebê, assim como quanto aos acontecimentos que podem advir de um parto normal ou cesáreo, para que sejam diminuídas suas ansiedades e fantasias que podem influir negativamente em todo processo, trata-se muito mais fo que ações de alcance informativo, mas sim uma construção de conhecimento que seja capaz de produzir autonomia, promovendo maior apropriação e desenvolvendo nelas de empoderamento. O eixo ao qual esse está associado é "Políticas Públicas e Saúde Coletiva", pois propõe-se a fortalecer o diálogo entre os diferentes níveis de atuação na atenção básica em saúde da mulher, assim como evitar situações advindas de desinformação acerca do parto e seus segmentos, fundamentando-se a partir de observações in loco, das reflexões a partir dos escritos de Laura Gutman, leituras do tratado de saúde coletiva, das políticas de humanização do SUS e dos conceitos de Educação Popular. O observado na realidade das maternidades pelos extensionistas foi o descuido com as reais preocupações da mulher e de seu acompanhante em relação ao parto e à hospitalização, que se mostraram presentes mesmo em multíparas – termo utilizado para mulheres a partir da segunda gestação – que, para a grande maioria dos profissionais e para o senso comum, não deveriam apresentar medo ou apreensão alguma quando trata-se de trazer uma criança ao mundo. A partir das discussões emergidas do grupo acerca do vivenciado no hospital, durante o período de um ano e meio percebeu-se uma carência de informações quanto ao parto, à gravidez e às questões sobre planejamento familiar, que terminam por desembocar numa desapropriação da mulher, durante e no pós-parto, resultando no aparecimento de inseguranças e ansiedades que poderiam ser anteriormente trabalhadas. Sendo a Psicologia também uma área que propõe-se a promover saúde e bem-estar, seja de qual for a ordem, é de sua responsabilidade investir neste campo ainda pouco explorado para que, através da construção de uma autonomia reflexiva nas gestantes, o momento no ambiente hospitalar venha a ser enfrentado de forma a garantir os direitos desse público a partir de suas demandas e potencialidades e não que seus direitos sejam violados, como muitas vezes ocorre. As provocativas emergidas no ambiente hospitalar pelos extensionistas em relação às mulheres usuárias do serviço conduzem a perspectivas e ideais de transformação no setor da assistência básica no apoio à gestante, envolvendo o trabalho dos grupos de extensão e de profissionais da Psicologia de maneira mais eficaz nestes serviços. No caso do projeto de extensão aqui referido, pretende-se ampliá-lo para a atenção básica para trabalhar com essas gestantes das informações que estas precisam ter e também das que surgem individualmente nelas, implicando-as desse modo, no processo de gravidez, parto e pós-parto.

Práticas Do Nasf Na Escola: Rodas De Conversa Sobre Questões Raciais

Jéssica Soares da Silva (Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública), **Mateus Vieira Soares** (Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública)

O Núcleo de Apoio à Saúde da Família é formulado tendo por objetivo a ampliação das possibilidades de atuação e resolução da Atenção Básica. Diferente da lógica convencional de cuidado em saúde, a proposta de atuação do NASF pressupõe a compreensão de integralidade no processo saúde-doença, a corresponsabilização e promoção da autonomia dos usuários. A lógica de atenção preconizada prevê ainda a atuação em rede, tendo por objetivo a superação da atenção fragmentada, construindo articulações entre os serviços de saúde e de outros setores que igualmente o determinam. Nessa lógica, os profissionais do NASF integram também, o Programa Saúde na Escola, instituído em 2007. Com a finalidade de unificar políticas de saúde e educação voltadas a crianças, jovens e adultos da educação pública brasileira para promover saúde e educação integral e condições para o enfrentamento das vulnerabilidades que possam comprometer o seu pleno desenvolvimento. Conforme nota técnica emitida pelo Ministério da Saúde, em 2014, faz-se necessária uma articulação com o Plano de Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra, projeto transversal a várias políticas, que se estabelece enquanto estratégia para a mobilização e articulação intersetorial em torno da questão do extermínio da juventude negra. Reconhecendo o racismo como fator determinante da saúde, faz-se primaz a reflexão acerca dos processos discriminatórios e de marginalização dos jovens negros. Logo, a recomendação é de que as ações do PSE incorporem a perspectiva racial e de empoderamento da juventude negra. Portanto, este estudo objetiva relatar experiência de realização de rodas de conversa sobre Igualdade Racial e Mito da Democracia Racial, em escolas públicas, de município do interior da Bahia, no período de outubro a novembro de 2014. As rodas de conversa foram realizadas em 05 escolas públicas municipais, pertencentes aos territórios de abrangência de três ESF. O público participante foi constituído por estudantes de 12 a 16 anos, psicóloga e assistente social, do Núcleo de Apoio a Saúda da Família. Assim, a compreensão é de que o trabalho em questão está relacionado ao eixo temático de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, já que traz em seu cerne concepções e discussões sobre conceito ampliado de saúde e educação em saúde enquanto prática emancipatória e de empoderamento social dos indivíduos e das coletividades. A orientação teórica está calcada, sobretudo, no pensamento Freireano e sua Educação Popular, entendendo que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria construção, caracterizando-se por ser libertária, promotora de autonomia e opositora à lógica bancária de educação; assim como, o olhar das ciências sociais e humanas para as demandas relativas à etnicidade e raça, enquanto determinantes do processo saúde-doença. Dessa forma, o método da roda foi adotado por compreender que os temas a serem abordados exigem uma condução para além da simples exposição de conteúdos. Já que as rodas estão calcadas em uma postura política em relação à produção do conhecimento que produz transformação social. O processo de conversa e reflexão dos pontos expostos foi realizado mediante apresentação multimídia, que expunha imagens referentes às personagens de telenovelas brasileiras, de filmes de longa metragem nacionais, letras de canções de artistas como Racionais MC e Elza Soares e exibição do documentário "Espelho, Espelho Meu: uma abordagem sobre representações afroestéticas no período juvenil". Ao legitimar as vivências e conhecimentos prévios dos estudantes, foi possível suscitar o debate sobre a potência que cada um tem para transformar a realidade em que estão inseridos. O desenvolvimento das rodas de conversa possibilitou a percepção da importância de uma política estruturada com o propósito de promover a intersetorialidade e, por consequência, a promoção da saúde em sua concepção mais ampliada. Embora existisse um roteiro para conduzir as rodas de conversa, cada experiência tomou seu próprio curso e delineado, de modo que, cada roda foi única e singular. Destaca-se ainda a exibição do documentário, onde as discussões que a seguiam eram sempre perpassadas por falas de identificação e sensibilização diante da opressão dirigida ao corpo e estética afro. Conclui-se, então, que o potencial da experiência está em entrelaçar, no momento de sua realização, através das falas que circulam, as vivências atravessadas pelas histórias de vida, pelas representações discriminatórias da mídia e pelas letras de música que protestam. Conversar e compartilhar posicionamentos e opiniões trás a tona o processo de identificação com outra representação e provoca o início de um processo de reflexão que vai na lógica da desconstrução da opressão. Como lacunas, identifica-se a necessidade de um trabalho de caráter mais longitudinal, abordando outros temas que circundam as relações raciais. Faz-se necessário que cada vez mais as equipes que constituem os serviços de Atenção Primária, se apropriem de temas sobre a determinação social que permeiam o processo saúde-doença, e se proponham a atuar de forma a fortalecer a integralidade, potencializando a intersetorialidade.

Práticas preventivas e promoção de saúde em puérperas no âmbito hospitalar

Juliana Lopes Sartorelli (Centro Universitário Unifafibe), **Michael Luís de Alencar** (Centro Universitário Unifafibe), **Claubia Regina Ramos Nogueira** (Centro Universitário Unifafibe)

Introdução: O puerpério, definido como período que compreende o pós-parto, é uma etapa considerada normal no ciclo gravídico, no entanto, traz modificações físicas, biológicas e, principalmente, psicológicas, decorrentes da mudança de papel social, necessidade de novas adaptações e reajustes interpessoais na vida da mulher. No puerpério a mãe entra em uma nova organização psíquica temporária em que pode vivenciar angustias relacionadas à sua capacidade em cuidar do filho, e ter um relacionamento autêntico com o bebê (ALVES et al., 2011). Nesse sentido, é primordial o cuidado e acolhimento pós-parto às gestantes a fim de avaliar o estado físico e psicológico das mesmas, e ajudar na construção do cuidar de si mesma, possibilitando desenvolver condições de cuidar do filho. O acolhimento, nas práticas de produção de saúde, implanta uma postura com o objetivo de favorecer a construção de uma relação de confiança e compromisso dos pacientes com a equipe de saúde e o serviço, operando de forma a atender a todos que procuram por atendimento, assumindo uma postura capaz de acolher, escutar e dar respostas mais adequadas aos usuários (MARQUES, 2012). Neste contexto, com as puérperas, o cuidar e acolher também possibilita ações voltadas à promoção e prevenção de prováveis agravos pós-parto fornecendo uma melhor qualidade de vida as pacientes puérperas e contribuindo com as políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS) (SOUZA et al., 2011). Nesse sentido, quais as formas de acolhimento psicológico que acontecem com as mulheres puérperas? De qual maneira a informação chega até elas? **Objetivo**: O objetivo do presente estudo foi implantar o trabalho do psicólogo no ambiente hospitalar, com pacientes puérperas, como colaborador na construção do cuidar de si, facilitador comunicativo e intermediador na relação paciente-equipe, bem como acolher as necessidades e angústias dessas pacientes. **Relação com o eixo temático**: O trabalho está intimamente relacionado ao contexto das políticas públicas e saúde coletiva. As unidades de saúde prestam cuidados às gestantes e aos recém-nascidos, pois se enquadra na continuidade da assistência e resolução da política humanizada. Nesse sentido, é primordial o acolhimento pós-parto às puérperas a fim ampliar o cuidado, tanto aos aspectos físicos quanto psicológicos das mesmas, dentro da atenção terciária, contribuindo com a prevenção e promoção em saúde. **Orientação teórica**: O referencial teórico que embasa o trabalho é composto por duas vertentes: a) Promoção e prevenção de saúde no ambiente hospitalar. Saúde Coletiva; b) Psicologia da Saúde. **Método**: O presente trabalho foi realizado por uma aluna do curso de psicologia, em um contexto de estágio supervisionado específico com ênfase em saúde coletiva, em uma maternidade de um hospital de uma cidade do interior do estado de São Paulo, durante os meses de Março/Junho de 2015. Participaram das intervenções 20 pacientes puérperas no leito. Foram realizadas dez visitas semanais, nas quais promoveu-se o cuidado e acolhimento às pacientes, através da técnica de acolhimento e forneceu-se informações e orientações, quanto ao período puerpério, através de um panfleto contendo informações gerais sobre os cuidados pós-parto. O panfleto informativo foi elaborado pela própria estagiária e continha informações gerais sobre a importância do aleitamento materno, o processo de amamentação, modo de segurar o peito e o bebê, autocuidado pessoal e higiene da mulher. **Resultados**: Percebeu-se que através das práticas aplicadas foi possível auxiliar e contribuir com o funcionamento hospitalar, bem como ampliar o conhecimento da mulher de modo mais eficaz por meio do panfleto informativo. As puérperas aderiram satisfatoriamente e após o acolhimento percebeu-se que houve uma diminuição das angustias e do desconforto, muitas vezes causado pela falta de informação. Nesse sentido, faz-se necessário a construção de um espaço de acolhimento no período pós-parto da mãe, que se encontra num momento sensível e vulnerável, contribuindo com a promoção e prevenção de saúde, além de, oferecer assistência à saúde da mulher no seu período puerpério dentro do sistema único de saúde, assegurando o bem-estar da mulher e do bebê. **Conclusões**: Percebe-se que a estratégia de acolhimento é fundamental na atenção a saúde das gestantes e que está dentro das possibilidades de atuação do psicólogo no âmbito hospitalar, no qual, desempenha seu papel intervindo com autonomia e oferecendo atendimento humanizado e resolutivo, realizando ações voltadas à promoção e prevenção de saúde, fornecendo uma melhor qualidade de vida as pacientes puérperas e contribuindo com as políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS) acompanhando as demandas sociais para a promoção da qualidade de vida.

Referências

ALVES, C. F. et al. Intervenção psicológica no período pós-parto em uma maternidade. UNISC, Santa Cruz do Sul, 2011.

MARQUES, A. N. Políticas Públicas de Saúde: análise do acolhimento às gestantes do município de Guararema (SP). Curitiba, 2012.

SOUZA, M.H. do N. et al. Estratégia acolhimento mãe-bebê: Aspectos relacionados à clientela atendida em uma unidade básica de saúde do município do Rio de Janeiro. Esc Anna Nery, 2011.

Programa Saúde na Escola (PSE): Contribuições da Psicologia e do/da profissional Psicólogo/a

Larissa Ariane Lima do Nascimento (Universidade Federal de Alagoas), **Jhéssyka Thainá Simões Lopes** (Universidade Federal de Alagoas)

O presente trabalho tem como finalidade geral investigar a contribuição da Psicologia e do/a profissional Psicólogo/a dentro do Programa Saúde na Escola (PSE), seja na sua implementação e/ou no seu funcionamento prático. O objetivo do PSE é oportunizar diálogos diretos das áreas de Saúde e Educação, circunscritos dentro do espaço educacional, bem como viabilizar a existência de estratégias de implementação de políticas públicas intersetoriais que possam favorecer a articulação de ações e estruturas destas duas esferas, visando usufruto pleno dos direitos humanos. O PSE emerge numa tentativa de fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, principalmente no âmbito da saúde, que possam comprometer o desenvolvimento escolar. Alguns cenários atuais da formação em Psicologia que oportunizam experiências integrativas e curriculares no âmbito das políticas públicas em Saúde e Educação nos levam a uma relevância "real" da Psicologia e do/a profissional Psicólogo/a na construção do Programa Saúde na Escola e nos seus desdobramentos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em artigos publicados e indexados em banco de dados eletrônicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e A Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS- Psi Brasil), referentes à implementação do Programa Saúde na Escola, no período de 2007 a 2014, utilizando-se os seguintes descritores: Programa Saúde na Escola; Psicologia e PSE; Promoção a Saúde. O ano de início da pesquisa é justificado por coincidir com a implantação do Programa Saúde na Escola e o ano de término por ser o ano anterior ao do início da pesquisa. Há uma intensa dedicação da comunidade científica no contínuo esclarecimento das interfaces entre Psicologia e Educação, e como parte dessa interação, o "fracasso" escolar parece se construir como uma das principais como uma das principais problemáticas contemporâneas. A análise dessa questão foi notável no campo da Psicologia focalizando a participação do espaço/sistema escolar no resultado do rendimento dos/as estudantes de escolas públicas e notamos que há o predomínio de perspectivas que remetem a uma individualização dos processos, tornando o "fracasso" escolar responsabilidade única do/a aluno/a. Por outro lado, a Psicologia Social amplia sucessivamente os diálogos com a Saúde, principalmente no que diz respeito à saúde coletiva, por meio de práticas que valorizam a clínica ampliada (SPINK,1999). Esta mudança, da clínica individual para a ampliada, vem sendo impulsionada também pela adequação dos cursos da área da Saúde ao ideário do Sistema Único de Saúde (SUS), onde a ligação direta com as políticas públicas e a integração entre ensino e serviço são apresentadas com mais intensidade. A inserção da Psicologia nas políticas públicas, possibilita não apenas o atendimento ao cidadão e a cidadã, como também, colabora a/na formulação, implementação, monitoramento e avaliação destas políticas. É nesse contexto, que o/a profissional Psicólogo/a se insere no PSE, em uma proposta de trabalho conjunto de forma trans, inter e multidisciplinar, possibilitando que políticas construídas garantam, de fato, direitos humanos. Segundo a Base de Dados Legais do PSE, a composição das ações subdivide-se em três componentes. O primeiro trata-se da Avaliação Clínica e Psicossocial, que tem como objetivo obter informações sobre o crescimento e desenvolvimento do/da aluno/a, levando em conta também os aspectos relativos à sua saúde mental. Os componentes dois e três, são, respectivamente, Promoção e Prevenção à Saúde e Formação. Estes, referem-se às estratégias de aproximação dos diálogos entre saúde/ educação e os/as estudantes, de acordo com a demanda obtida, isto é, os resultados produzidos no primeiro componente. Percebemos que se faz necessário um posicionamento ético-político do/a Psicólogo/a comprometido com o respeito à dignidade humana, que os/as leve a romper práticas estigmatizadoras, permitindo a criação de estratégias de intervenção que promovam os direitos humanos nas diversas políticas em que estejam inseridos/as direta ou indiretamente. Desta maneira, notamos que a Psicologia assume uma postura de contribuição dentro do PSE correspondente a uma Psicologia que atua com foco na atenção, promoção, prevenção à saúde, fomentando a desconstrução à lógica biomédica que atravessa o cenário das muitas áreas, distanciando-se da ligação direta e vertical entre diagnóstico e intervenção focalizada no indivíduo, oportunizando melhorias no rendimento e/ou na aprendizagem escolar e na qualidade de vida tanto dos/as estudantes como dos/as atores/as que contribuem com o Programa.

Projeto CTA Itinerante: Esse Rio é minha Rua

Rachel de Siqueira Dias (Universidade Federal do Pará)

A interiorização da epidemia em nosso Município vem confirmando que a epidemia de HIV não se concentra apenas nos grandes centros urbanos, mas sim em localidades da Zona Rural. Sendo assim, se fez necessário que ações de prevenção possam estar sendo realizadas na região das ilhas, com a população ribeirinha.

Com a implantação do PROJETO CTA ITINERANTE "Esse Rio é Minha Rua" objetivamos facilitar o acesso a testagem rápida, fazer diagnóstico precoce e minimizar os impactos negativos do estigma associado à Aids em populações ribeirinha de difícil acesso ao serviço. O estigma associado ao HIV/Aids e a consequente discriminação são formas específicas de violação dos direitos das pessoas que vivem com o HIV/Aids e de suas famílias. Adicionalmente, ambos podem vincular-se à violação de outros direitos humanos. (Parker & Aggleton, 2003). Esse projeto foi desenvolvido através de visita a diversas ilhas, onde foram realizadas rodas de conversa sobre práticas de prevenção, como também aconselhamentos Individuais (Pré e Pós testes), e a distribuição de insumos de prevenção.

Com a realização deste trabalho percebemos a importância que foi refletir com a população atendida e com pouco acesso aos Serviços de saúde, a disponibilidade de um atendimento humanizado, com escuta ativa, gerando processos reflexivos e um maior incremento do trabalho preventivo. Sendo ainda uma oportunidade de se trabalhar a vulnerabilidade individual e social dessa população. Para diminuir a vulnerabilidade frente ao HIV, são necessários programas de prevenção que atuem no interior da cultura local e de um meio social saudável, assim se torna necessário desenvolver ações extra muros.

As vulnerabilidades são definidas na relação com o outro, seja pessoa ou equipamento social.

Apresentam-se como recursos interpretativos da condição da pessoa humana nas sociedades modernas e seus horizontes práticos são de natureza político-cultural, pois desafiam seus condutores a denunciar os determinantes sociais do agravo, a coletivizar os compromissos políticos, e a construir estratégias de intervenção que atinjam, produtiva e efetivamente, esses determinantes (Ayres e col., 1999, 2003).

O conceito de vulnerabilidade vem revisar a responsabilidade principalmente individual, não sendo esta a única causadora ou que determina um resultado, não sendo o único responsável por possíveis mudanças. Segundo Polisthuck (2010), existe uma abordagem da sexualidade que tem como pano de fundo não somente o risco e os comportamentos de risco, mas que pode ser enxergada dentro de um contexto mais complexo, levando em conta a história de cada pessoa, seus valores, suas escolhas, a cultura e a sociedade na qual está inserida. É uma sexualidade não destacada da vida, e não reduzida à via pela qual doenças podem ser transmitidas.

Isso gerou um maior entendimento sobre a epidemia de HIV/Aids, suas formas de transmissão e tratamento e principalmente possibilitou a diminuição do estigma, e da discriminação associada a ele, que tanto afeta, a decisão de fazer um teste, assim como afeta a maneira pela qual as pessoas vivendo com HIV/Aids nessas localidades cuidam de si mesmas, e acabam por se tornar mais vulneráveis, o apoio disponível a elas e o seu acesso a serviços de saúde e outros. Destacamos ainda, a parceria que é realizada com os Centros Comunitários, Agentes

Comunitários de Saúde, Sindicatos, Colônias de Pescadores, CRAS e outros, que apoiam para o sucesso na execução do desenvolvimento do Projeto.

Quem cuida também precisa ser cuidado: A inserção da família nas políticas públicas de saúde mental

Tainan Bezerra Amaral (Universidade Federal de Pernambuco)

Introdução: O advento da reforma psiquiátrica no Brasil traz a mudança do modelo manicomial que regia a forma de cuidado para o modelo psicossocial, onde os CAPS se inserem nessa nova proposta, com outra forma de cuidar e olhar o sujeito que tem transtorno mental. A família que antes era deixada de lado no processo do cuidado e muitas vezes responsabilizada pelo transtorno do usuário, no modelo psicossocial é chamada para ser um dos parceiros desse cuidado juntamente com a equipe e com o próprio usuário. O presente trabalho é resultado de um projeto de pesquisa feita pela autora com orientação de uma professora do departamento de psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. A pesquisa foi realizada em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), tipo II, localizado em São Lourenço da Mata- PE. O CAPS é um serviço que atende pessoas a partir de 15 anos de idade com algum sofrimento psíquico. Objetivos: Visamos interrogar, compreender e analisar os dispositivos e formas de cuidado que os CAPS dispensam aos familiares de usuários dessas unidades de saúde. Pretendemos construir um olhar crítico sobre os cuidados dispensados aos usuários e seus familiares dentro do contexto da Saúde Mental e do Sistema Único de Saúde. Relação com o eixo temático escolhido: O eixo temático escolhido foi o de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, pois o trabalho se enquadra na proposta do eixo de 'acolher trabalhos desenvolvidos na interface da Psicologia Social e políticas públicas ligadas à Saúde', o que é nosso caso. Orientação teórica: A abordagem psicossocial nos orienta ao longo de toda construção do trabalho pois ela traz uma dimensão psicossocial do cuidado no campo da saúde, se propondo a um novo modo de pensar a promoção da saúde, sem discriminação das pessoas com sofrimento mental e como propõe Ayres (2009 apud Paiva, 2012) a noção de cuidado, para inspirar práticas em saúde que ampliam o sentido mais tradicional da assistência à saúde e contemplem trocas pessoais e o apoio ao 'bemestar social e psicológico dos pacientes'. Método: A coleta dos dados da pesquisa foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas, com roteiro previamente elaborado, que foram realizadas com os profissionais de psicologia do CAPS. Por se tratar de entrevista semi–estruturada, elencamos alguns aspectos que foram abordados ao longo da entrevista, não descartando a possibilidade de que outras questões pudessem ser trazidas pelos profissionais. Os eixos abordados foram: 1) Demandas e expectativas que os familiares trazem para o serviço e especificamente para os profissionais de psicologia 2) Dispositivos e cuidados que são disponibilizados pela equipe e especificamente pelos profissionais de psicologia, aos familiares dos usuários do serviço 3) Políticas públicas existentes voltadas para esse cuidado do familiar e avaliação por parte do profissional dessas políticas. Os dados coletados com os profissionais, foram analisados por meio da análise de conteúdo (Bardin,2009) que é um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo seria a busca do sentido ou dos sentidos de um documento (Campos, 2004). Resultados e Conclusões: No Eixo 1 as profissionais trouxeram que há diversas demandas e expectativas quando se chega ao serviço como a busca por 'algo diferente que venha solucionar o problema'(sic), que retire a família da situação de sofrimento; buscam ajuda por parte dos profissionais do CAPS, 'procuram medicação para que o usuário durma a noite'(sic); desejam a melhora do seu familiar. No Eixo 2 foram levantados pelas psicólogas como dispositivos ofertados: Tratamento no grupo terapêutico para os familiares, chamado de 'grupo família'; Atendimentos individuais dos familiares com o Técnico de Referência de seu familiar que está em tratamento no CAPS; Atendimentos individuais dos familiares com o Técnico de Referência que está na referência do serviço no dia; Visitas domiciliares, que se configura como uma busca ativa pelos usuários que não tem condição de vir ao CAPS. No eixo 3, foi falado que a atual rede de saúde do município é composta por vários serviços, mas haveria uma demanda de usuários grande e não existem dispositivos específicos suficientes que acolham essa demanda. As psicólogas relatam que não existe equipe de Nasf no município e isso de certa forma dificultaria o acompanhamento e articulação no território onde os usuários vivem, e também não existem outros tipos de CAPS no município. Podemos concluir que a equipe do CAPS disponibiliza dispositivos e formas de cuidado para esse familiar. Há também uma preocupação com a angústia e o sofrimento que o familiar traz junto com o usuário para a equipe e há um cuidado nesse sentido por parte da equipe. Uma questão importante é que a inexistência de certos dispositivos como o Nasf, os outros tipos de CAPS e outros serviços como o ambulatório de psiquiatria que não existe no município acabam limitando o trabalho dos profissionais e diminuindo muitas vezes a possibilidade de um maior acolhimento de famílias e usuários

Reflexões acerca da potência do Apoio Institucional para a desconstrução da Cultura Manicomial

Larissa Ferreira Nunes (Faculdades Nordeste), **Sandinelly dos Santos Nascimento** (Faculdades Nordeste - DeVry), **Alana de Oliveira Lima** (Faculdades Nordeste - DeVry), **Mariana Tavares Cavalcanti Liberato** (Faculdades Nordeste - DeVry)

O presente trabalho tem o intuito de discutir a atuação de Apoiadores Institucionais em um

CAPSad, localizado na cidade de Fortaleza - CE, realizada durante a disciplina de Estágio Específico, com ênfase em Sociedade Civil e Direitos Humanos, de um curso de Psicologia, tendo como tempo de duração no campo o período de quatro meses. Os apoiadores procuraram, a partir da implicação ético-política, compreender a conjuntura do serviço e as relações de poder existentes, para juntamente com a equipe pensar em possibilidades de uma assistência e cuidado mais humanizados, baseados na Política Nacional de Humanização (PNH) e pautados nos preceitos da Reforma Psiquiátrica, além de uma problematização acerca da construção social da equipe sobre as pessoas que usam drogas. O objetivo geral foi construir novos processos de trabalho, a partir do paradigma da desinstitucionalização, por meio do diálogo e parceria com os profissionais do serviço. A metodologia utilizada foi a observação-participante, inicialmente apenas com a observação do cotidiano do CAPSad para posteriormente construir um contato mais amplo com os usuários e profissionais do serviço. Por fim, nas reuniões semanais era discutida as reflexões apreendidas e elaboradas estratégias. Realizou-se um processo de territorialização com a finalidade de conhecer a instituição, os processos de trabalho, as ações realizadas, os modelos de gestão, entre outros e, posteriormente, foram traçadas algumas intervenções que buscaram possibilitar a efetivação nos modos de gerir e cuidar em saúde mental. O referencial teórico utilizado foi a Análise Institucional francesa e a esquizoanálise, possibilitando-nos a análise de forças imbricadas nas práticas e nos discursos dos profissionais e que dificultavam os processos de trabalho em saúde mental. Desse modo, o trabalho se articula com o GT8 (Implicações éticas e políticas dos saberes psicossociais no Brasil: reflexões históricas) e no eixo 2 (História, teorias, métodos e formação em Psicologia Social), pois algumas reflexões foram geradas durante a nossa atuação no campo sobre a atuação da Psicologia Social no campo de gestão como uma possibilidade inovadora de demarcação de espaço político, de tensionamentos das práticas e dos discursos. Nos últimos anos, a Psicologia Social se inseriu nas políticas públicas, trazendo outras maneiras de saber-fazer a Psicologia e quebrando paradigmas de práticas hegemônicas como as áreas de: orientação profissional, psicoterapia e psicodiagnóstico. (DIMENSTEIN, 1998) E com a 8ª. Conferência Nacional de Saúde de 1988, foram instituídos princípios que fundamentam o Sistema Único de Saúde (SUS) que envolvem cotidiano e as novas práticas de saúde. Apesar de quase 30 anos de construção do SUS ele ainda não abarca a demanda a saúde brasileira, mesmo após a construção das novas políticas públicas de saúde e de assistência social, essa nova práxis tem exigido novos currículos acadêmicos e uma nova atuação teórica e prática dos profissionais, a psicologia social tem contribuídos significativamente com essa nova perspectiva, contribuindo com uma nova atuação no campo da saúde mental. Um olhar mais direcionado à autonomia, sensibilização e promoção de empoderamento social. Dessa maneira, surgiram questionamentos, reflexões e conjecturas que contribuíram para a reavaliação de alguns processos institucionais e de trabalho, ativado por movimentos produzidos fora da estrutura de gestão, porém desenvolvido em conjunto com gestores, trabalhadores e usuários, por um modelo de gestão em saúde, transversalizado pelos desafios e repercussões do apoio institucional no território, possibilitando espaços de produção da vida. O Apoio Institucional nos trouxe uma perspectiva ético-política potente de problematização e reflexão de conceitos, práticas e técnicas rotineiras, às vezes, cristalizadas, permitindo a possibilidade de implementação de novas ações para a gestão do cuidado em saúde que primam pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Percebemos que a rede de atenção psicossocial ainda é falha, que há uma fissura na comunicação entre as instituições dificultando o cumprimento dos princípios de saúde. Por fim, conseguimos articular um diálogo entre algumas instituições da rede e com relação ao CAPSad trabalhamos por meio de práticas reflexivas a Política Nacional de Humanização.

Reflexões sobre educação continuada no campo do uso prejudicial de drogas: análise da intervenção do CRR-UFSCar/Sorocaba

Simone Peixoto Conejo (CRR - Universidade Federal de São Carlos - Sorocaba), Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira (Universidade de Sorocaba), Valéria Cristina Antunes Lisboa, Marcos Roberto Vieira Garcia (Universidade Federal de São Carlos)

Neste trabalho buscamos fomentar o espaço de discussão e reflexão em torno dos desafios e das contribuições possíveis de psicólogas e psicólogas sociais diante da prática cotidiana no campo da saúde coletiva. Trata-se de uma análise da experiência interventiva do CRR-UFSCar-Sorocaba (coordenado por psicólogos sociais), que é um dos Centros Regionais de Referência brasileiros de formação permanente, aprovados pela Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD), como parte do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, lançado pelo Governo Federal, em 2010. Ele visa contribuir no aprimoramento técnico, capacitando diferentes profissionais que atuam na atenção aos que fazem o uso prejudicial de drogas. Seu surgimento e desenvolvimento foi fruto do trabalho coletivo de professores de diversas Instituições de Ensino Superior (IES) de Sorocaba e região e de profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social voltadas aos usuários drogas. O objetivo primordial é o desenvolvimento efetivo de estratégias de formação continuada em consonância com as políticas de intersetorialidade defendida na Política Nacional sobre Drogas, tendo como como premissa a problematização da abordagem sobre as questões das drogas, principalmente, no que diz respeito à reflexão da noção de drogas construída socioculturalmente e veiculada pela mídia, escolas, justiça, dispositivos de saúde e assistência social, pelo entendimento de que as intervenções propostas estão marcadas pelo estigma e estereótipos que os usuários de drogas carregam nos dias atuais. A capacitação de profissionais também se mostrou uma estratégia eficiente para lidar com o cenário regional em que políticas públicas mais progressistas (como aquelas baseadas na redução de danos), coexistem com a presença de políticas mais conservadoras (e também proibicionistas, hospitalocêntricas e medicamentosas). Entre os desafios presentes na implantação do projeto estava a tentativa de organizar um curso que valorizasse experiências práticas, teóricas, profissionais e cotidianas. Por esse motivo, focou-se na Andragogia e em metodologias ativas, em especial a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Na edição 2014/2015 foram oferecidos seis cursos pelo CRR-UFSCar-Sorocaba. Entre os 566 alunos que iniciaram efetivamente os cursos, 476 (84%) concluíram com bom desempenho - o que foi avaliado como uma porcentagem bastante satisfatória. Formaram-se alunos de 44 municípios diferentes e de uma grande diversidade de instituições, sendo que 14,5% trabalham nas gestões de seus municípios de origem, 13,8% em CAPS e 12% em CRAS/CREAS – o que se explica por serem instituições que tem centralidade nas redes SUS e SUAS e recebem número significativo de usuários de drogas e familiares, o que motiva os profissionais a procurarem formação adequada. Houve também um número significativo de trabalhadores de ONGs (7,7%), da rede básica de saúde (UBS - 6,5%, ESFs/NASFs - 6,5%), 4,8% de unidades de medidas sócio-educativas, 4,4% de clínicas e comunidades terapêuticas e 3,7% de integrantes das Guardas Civis Municipais. A diversidade de pessoas representantes de diferentes instituições favoreceu a formação de redes entre estes profissionais no transcorrer dos cursos, beneficiando a integração dos serviços na região. A análise qualitativa dos resultados dessa experiência interventiva mostrou também que: o grupo de profissionais envolvidos no desenvolvimento das atividades apresentou uma boa vinculação e cooperação, um movimento que também ocorreu nos grupos de aprendizagem; os participantes construíram ou fortaleceram uma visão integral do fenômeno do uso de drogas; realizaram uma aproximação, significação e (re)qualificação de vivências e conhecimentos prévios; ampliaram as possibilidades de ajuda entre si e no cotidiano de diferentes serviços; valorizaram a transversalidade; procuraram favorecer o acesso à rede de cuidados; buscaram melhores condições de desenvolvimento de suas práticas profissionais; valorizaram relações interpessoais, garantindo a expressão e o reconhecimento das dificuldades como um aspecto inerente a atuação e com o sentimento de pertença entre o grupo e; articularam o conhecimento formal dos princípios e diretrizes organizativas do SUS e SUAS com as práticas de atenção na rede. A percepção dos efeitos positivos da troca entre os profissionais, a viabilização do compartilhamento e gerenciamento de casos na rede, o trabalho integral, a qualidade das conversas e a necessidade de um espaço de diálogo confluíram para a construção de um fórum, realizado bimestralmente, para trocas, reflexões sobre as políticas públicas e discussões de temas abordando a temática do uso prejudicial de álcool e outras drogas, relevantes para a região. A experiência interventiva possibilitou, dessa forma, uma importante reflexão sobre a atuação do psicólogo social diante de questões sociais da atualidade e da saúde coletiva.

Saúde do homem num contexto psicossocial: influências da problemática de gênero

Anna de Cássia Pessôa de Lima (Universidade Federal de Pernambuco), **Benedito Medrado Dantas** (Universidade Federal de Pernambuco)

Introdução: Nos últimos anos, a microrregião de Suape, em Pernambuco, foi palco de uma grande expansão industrial e de expressivos investimentos para a implantação da Refinaria Abreu e Lima, da Petroquímica Suape e do Estaleiro Atlântico Sul, que causaram uma enorme mudança no cenário econômico e estrutural dos municípios circunvizinhos. Esse processo gerou uma grande migração de trabalhadores para a região, em sua maioria do sexo masculino, que forçaram os municípios a passar por um processo de urbanização acelerada e desestruturada, agravando problemas estruturais em diferentes setores, especialmente na saúde. **Objetivo**: O objetivo desta pesquisa é mapear os indicadores básicos de saúde da população masculina de Suape, para fornecer informações de qualidade, que poderão possibilitar uma adequada intervenção governamental em saúde pública, baseada em gênero. **Relação com o Eixo Escolhido**: A produção de políticas públicas para a população masculina sob o olhar do gênero pode se apresentar como uma solução para os debates sobre direitos e saúde dos homens. **Orientação Teórica**: Este trabalho se alinha com princípios epistemológicos que orientam as pesquisas sobre práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano, em psicologia social, e adota o conceito de gênero, visto sob a perspectiva feminista, como orientação teórico-metodológica. **Método**: Os indicadores de saúde foram construídos a partir de um levantamento de dados na base de dados DATASUS, com foco na morbimortalidade masculina – dando especial atenção às causas externas – e na saúde sexual e reprodutiva do homem, tomando como referência 2004 (ano de publicação do IDB pela RIPSA e, portanto, antes da implantação dos empreendimentos) e 2014 (ano da mais intensa "desmobilização" das obras). Dada a complexidade desses instrumentos, foi necessário um investimento especial em leituras mais amplas sobre construção de indicadores e sobre base de dados, de modo a facilitar a compreensão sobre o processo de construção e sobre a organização destas ferramentas. A partir deste exercício, optou-se por trabalhar com a categoria "Indicadores básicos de saúde", conforme orientação da RIPSA, potencializando comparações com dados nacionais e da capital, Recife, bem como analisando as diferenças numéricas entre a população masculina e feminina. Para facilitar a visualização das informações, organizamos tabelas e gráficos. **Resultados**: Apesar do número de registro de internação de mulheres ser maior, são os homens que morrem mais. A morbimortalidade masculina na região de Suape cresceu assustadoramente nos últimos 10 anos, se mostrando em percentual maior que o crescimento nacional. Dentre as causas de adoecimento e morte desses homens, as causas externas são as mais recorrentes, principalmente derivadas de acidentes de transporte, agressões e lesões acidentais. Essas três principais causas externas podem ser direta ou indiretamente ligadas à cultura e modo de vida machista. **Conclusões**: Esta pesquisa reafirma a necessidade de políticas públicas, orientadas pela perspectiva de gênero, promovendo práticas de cuidado e promoção à saúde, buscando uma diminuição da iniquidade de gênero e assim melhorando os estes indicadores, tanto masculinos quanto femininos. As entidades governamentais precisam ter um olhar mais atento ao modo como os homens adoecem e morrem, e como a dimensão simbólica de masculinidade influencia esse processo.

Saúde, escola e seus dilemas: exclusão e a hierarquização no ambiente escolar com adolescentes

Michael Luís de Alencar (Centro Universitário Unifafibe), **Claubia Regina Ramos Nogueira** (Centro Universitário Unifafibe), **Juliana Lopes Sartorelli** (Centro Universitário Unifafibe), **Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes** (Centro Universitário Unifafibe)

Introdução: Parte-se da concepção de que a adolescência é uma construção sociohistórica, tanto em relação ao desenvolvimento histórico da sociedade, quanto em relação às contribuições da própria Psicologia. A Psicologia Sócio-Histórica desconstrói as visões que tratam a adolescência como uma fase natural do desenvolvimento humano e diz que é preciso compreender que as transformações corporais geram significados sociais e sentidos subjetivos (BOCK, 2004). Algumas das questões que assombram a adolescência, principalmente em vulnerabilidade social, é a gravidez, as DSTs e o uso abusivo de álcool e outras drogas. A fim de colaborar para o desenvolvimento desse adolescente, os Ministérios da Saúde e da Educação (BRASIL, 2009) fizeram uma junção de saberes, visando aumentar o nível de informação sobre promoção e prevenção de saúde dentro do contexto escolar. Essa prática busca desenvolver habilidades interpessoais, comunicação, autonomia e o aumento da autoestima, por considerar tais aspectos vitais para uma proteção à vida das crianças e jovens, uma vez que estes são mais maleáveis e flexíveis à mudança de hábito. Neste sentido, como aplicar um projeto que promova saúde no ambiente escolar e quais as reais condições que a escola oferece para isto? **Objetivos**: Promover uma intervenção com adolescentes em vulnerabilidade social com intuito de potencializar a tomada de decisão em relação à saúde, verificando como o ambiente escolar interfere nesta questão. **Relação com o eixo temático**: Políticas Públicas e Saúde Coletiva: O trabalho traz a relação direta entre Psicologia Social, Educação e Saúde Coletiva em sua práxis crítica e democrática. A inserção da Psicologia dentro das escolas é uma questão diretamente relacionada às políticas públicas, desta forma, este trabalho pretende contribuir para esta discussão. **Orientação teórica**: O referencial teórico que embasa o trabalho é composto por três vertentes: a) A visão de mundo da Psicologia Sócio-histórica, que tem em suas bases uma visão crítica deser humano e sociedade. b) Técnica das dinâmicas de grupo e rodas de discussão. c) Promoção e prevenção de saúde no ambiente escolar. Saúde Coletiva e Psicologia Escolar. **Método**: O trabalho apresentado foi realizado por alunos do curso de psicologia do 4º ano com base no estágio supervisionado em saúde, em uma escola pública do interior do estado de São Paulo, com duas turmas de alunos de 9º (nonos) anos (A e C) com idade entre 14 e 16 anos, durante os meses de Março/Junho de 2015. Os estagiários iam à escola em dias alternados. O procedimento metodológico utilizado foi: dinâmicas pré-estabelecidas, leitura e interpretação de texto. As atividades propostas foram realizadas visando possibilitar a cada adolescente, após as atividades, momentos em que pudessem expressar suas compreensões de acordo com sua subjetividade acerca da proposta. **Resultados**: Durante a intervenção dos estagiários, verificou-se que os alunos do nono "A" tinham domínio sobre os temas, eram participativos e atingiam os objetivos esperados; enquanto o nono "C" não partilhavam do mesmo domínio e interesse, demonstrando-se uma turma desmotivada, resistente às tentativas de interação dos estagiários. Em uma das dinâmicas propostas em ambas as salas, foi pedido que os alunos relatassem seus sonhos e desejos futuros. Nesse momento pôde-se perceber a distância entre as salas, porque os alunos do nono "A" buscavam realizar-se, em grande parte, em ter uma formação acadêmica, enquanto os alunos do nono "C", o sonho de morar sozinho. Analisamos ainda que há uma hierarquização entre as turmas "A e C" gerando exclusão dentro do ambiente escolar. A partir do contexto histórico da escola no Brasil, Szymanski (2012) relata que a escola sempre se manteve distante das dificuldades de aprendizagem dos alunos, classificandoos como fora do padrão e os excluindo, colocando como alunos de classe/fileira "C" e os alunos que atendiam às expectativas denominadas da fileira/classe "A" eram privilegiados por se mostrarem aptos ao que a escola proporcionava. **Conclusão**: O trabalho gerou a reflexão prática sobre a necessidade de potencializar escolhas dos adolescentes em relação à saúde, mas ao mesmo tempo, mostrou claramente os processos de exclusão e hierarquização no ambiente escolar, despotencializando os próprios adolescentes. É preciso olhar para estas questões contextuais, caso contrário as intervenções serão também excludentes.

Referências

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. Cad. CEDES. Campinas, v. 24, n. 62, Abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622004000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 Jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde na escola/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Caderno de Atenção Básica: Saúde na Escola. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad24.pdf. Acesso em 21 Maio 2015.

SZYMANSKI, Maria Lidia Sica. Dificuldades de aprendizagem (DA): Doenças Neurológicas ou Percalço pedagógico? B. Téc Senac. a R. Educ. Prof. Rio de Janeiro, v 38, nº 3, 2012. Disponível em http://www.senac.br/media/26332/1.pdf. Acesso em 18 Maio 2015.

Eixo 04 Políticas públicas, direitos sociais e emancipação

A percepção do preconceito às pessoas com transtornos mentais graves em Alegre e Guaçuí (ES)

Fernanda Sobreira Cossate Van de Koken (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre), **Rosane Maria Souza dos Santos** (Universidade Federal do Espírito Santo), **Adriana Moreira dos Santos Ferreira** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre), **Flávia Monteiro Teodoro** (Centro de Atenção Psicossocial I)

Para a psicologia social preconceito é uma atitude que contenha uma visão injusta, intolerante e desfavorável contra um grupo minoritário e mais fraco. Historicamente, o tratamento recebido pelas pessoas com transtornos mentais graves é marcado por diversas rupturas com o que se pode chamar de dignidade humana. Trabalhos forçados não remunerados, privação de alimentação, isolamento do convívio com a sociedade foram apenas alguns dos métodos de "tratamento" empregados. Foucault (1978) em "A História da Loucura" pormenoriza as diversas fases passadas pela loucura e explicita o fato de que tratá-la era uma questão de higienização social. A sociedade, não suportando o diferente, tranca, isola e esconde tudo o que não fosse socialmente aceitável. Em nome de uma razão coletiva, moralmente construída, tudo o que for diferente é escondido. Incluindo aí, desde pessoas com transtornos mentais até as que se prostituíam ou roubavam entre outros. Esta pesquisa objetivou investigar a percepção de profissionais do CAPS nos municípios de Alegre e Guaçuí-ES a respeito do preconceito perpetrado contra as pessoas que sofrem de transtornos mentais graves pela família, sociedade em que vivem e outros profissionais de saúde, compreendendo o preconceito contra este público em seus componentes cognitivos, afetivos e comportamentais. Este tema abrange o debate acerca das discussões sobre políticas públicas, direitos sociais e emancipação na medida em que aborda o processo de exclusão das pessoas com transtorno mental grave provocado pelo preconceito por parte de familiares, comunidade e profissionais da área de saúde, fato este que sustenta o processo de rotulação, fortalecendo estigmas que os mantém cada vez mais afastados do convívio social, tornando cada vez mais difícil a inserção dessas pessoas nos diversos ambientes, prejudicando o exercício de sua cidadania. De acordo com Crochik (2006), o preconceito em relação ao objeto que o suscita não é o mesmo, já que as representações sociais são determinadas pela cultura em que o indivíduo se insere. Nesse sentido, o estereótipo de uma pessoa com deficiência física será diferente do estereótipo de uma pessoa com deficiência mental e, portanto, gerará sentimentos e reações diferentes. Assim, o preconceito revela muito mais de quem o sente do que de quem lhe é vítima, já que sua existência perpassa pela construção histórica e social do estereótipo e das percepções subjetivas relativas à construção idiossincrática do sujeito. Em relação à saúde mental, Foucault (1978) pormenoriza o nascimento da psiquiatria, bem como as práticas médicas voltadas para a intervenção sobre a loucura, apresentando uma historicidade crítica em relação à loucura e sua submissão à razão por meio das internações psiquiátricas (AMARANTE, 1995). O processo de desinstitucionalização, baseado numa ruptura do movimento psiquiátrico tradicional materializase nas ações de Franco Basaglia na Itália, e serve de modelo para o movimento antimanicomial realizado também no Brasil. Neste contexto, o CAPS surge pela primeira vez em 1987 e é considerado como o "marco inaugural" de uma forma de cuidar do sujeito em sofrimento mantendo-o em seu território e não o enclausurando para receber o tratamento (PITTA, 2011). Apesar do avanço na área de saúde mental, muitos são os estereótipos que ainda permeiam as relações das pessoas com transtorno mental com a família, sociedade e profissionais da área da saúde. Outrossim, utilizou-se como metodologia para a coleta de dados a aplicação de um questionário semiaberto a profissionais que trabalham nos CAPS I dos municípios de Alegre e Guaçuí (ES), composto por dezoito perguntas que buscaram investigar a percepção desses profissionais acerca do preconceito sofrido pelos usuários do CAPS por parte da família, moradores do município em que vivem e outros profissionais da área da saúde pertencentes à rede municipal. Foram entrevistados dez profissionais que relataram que em relação à família podem ser destacadas entre as respostas a percepção de fortes sentimentos de vergonha, autopiedade e negação em relação a seus familiares com transtornos mentais. Em relação aos moradores da cidade, os profissionais relataram a presença de fortes estereótipos relacionando loucura ao perigo, gerando nos moradores sentimentos de medo, dificultando ainda mais a aproximação com a sociedade. Em relação aos profissionais de saúde do município as respostas indicaram a rotulação para as pessoas com transtorno mental como "pacientes do CAPS", sugerindo a ideia de que só poderiam ser atendidos pelos profissionais de saúde mental. Por fim, consideramos que o preconceito vivenciado pelas pessoas com transtornos mentais graves nos municípios de Alegre e Guaçuí (ES) ainda é uma realidade a ser superada. Nesse sentido, a equipe de saúde mental deverá assumir uma postura ativa orientando os familiares, profissionais de saúde e toda a população promovendo diálogos constantes com a finalidade de informar, orientar e subsidiar a construção de uma sociedade mais inclusiva para as pessoas com transtornos mentais graves nestes municípios.

Comunicação Grupal: Um estudo de caso com deficientes auditivos em um centro de referência

Aline de Almeida Lemos (Escola Bahiana de Medicina e Saúde Publica)

A comunicação humana é de fundamental importância para a constituição de um meio social saudável, seu principal meio é a fala, no entanto, alguns fatores podem acarretar prejuízo na sua produção, dentre eles as perdas de audição, que dificultam a expressão oral dos indivíduos, devido a dificuldade de compreensão da fala. A deficiência auditiva caracteriza-se pela perda parcial ou total da capacidade de ouvir e pode se manifestar em diferentes graus (leve, moderado, severo e profundo). Esse tipo de deficiência repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo do individuo. Somos necessariamente um ser de relação e tal fato coloca a noção de contato no cerne da própria natureza humana, nascemos para estar em contato, visando ampliar as possibilidades de contato do grupo estudado o presente trabalho foi realizado no Centro de Prevenção e Reabilitação do Portador de Deficiência - Cepred, no setor de reabilitação auditiva na cidade de Salvador-BA, com o objetivo de desenvolver as potencialidades de comunicação em um grupo de deficientes auditivos oralizados, com um usuário bilíngue. O estudo de caso se relaciona com eixo temático Políticas públicas, direitos sociais e emancipação, a medida que buscou efetivar o direito a comunicação de deficientes auditivos, reduzindo às vulnerabilidades sociais do grupo visando maior inclusão destes na sociedade por meio da comunicação. E relaciona-se com o eixo Políticas Públicas e Saúde Coletiva, a medida que visa efetivar o direito a saúde e cidadania destes usuários do Sistema Único de Saúde, por meio da reabilitação auditiva. O presente estudo teve como orientação teórica textos da literatura referentes a comunicação, relação interpessoal, deficiência auditiva e suas repercussões para a inserção social deste indivíduo, com enfoque na psicoterapia humanista; tendo como base principal os seguintes autores: CASTRO et al; GOLDFELD; RIBEIRO; ROGERS. A intervenção grupal teve inicio no dia 09/05/2013, finalizando no dia 20/03/2014, sendo realizada semanalmente com um grupo de quatro integrantes, 3 do sexo feminino, com perda auditiva leve, dentre elas uma possuía atraso cognitivo e 1 do sexo masculino, com perda auditiva moderada, fluente em libras, o grupo apresenta idades entre 16 e 21 anos, que estavam em processo de reabilitação auditiva na instituição. Inicialmente a profissional teve contato com o grupo, construindo o processo de vinculação e avaliação das dificuldades dos mesmos, escolhendo um tema emergente a ser trabalhado. Para desenvolver as habilidades comunicativas foi utilizada psicoterapia grupal, baseada em ludoterapia, por meio de jogos e dinâmicas de grupo. A intervenção teve como resultado evoluções a nível individual, com maior autoconfiança e autoconhecimento; maior aceitação da deficiência auditiva e melhoras na forma de se expressar com os outros integrantes; reflexão e aumento da participação durante as atividades propostas, enfrentamento da inibição; e grupal com maior participação e iniciativa, além de conhecimento e interação entre os integrantes. Foi percebida uma evolução na comunicação do grupo entre seus membros, com repercussão em outros aspectos de suas vidas, como a educação e interação familiar. Contudo a proposta foi uma iniciativa tímida com duração limitada, sendo necessário o fortalecimento desse aspecto em intervenções futuras.

Condições de permanência na universidade: narrativas de estudantes de origem popular na UFRGS

Ellen Diogo Platt (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este estudo exploratório é parte das atividades do grupo PET Políticas Públicas de Juventude, da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado ao Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação. Problematiza-se a permanência dos estudantes de origem popular na universidade, tendo como objetivo visibilizar suas experiências e estratégias de inserção no espaço acadêmico.

A questão da permanência ganhou visibilidade nas universidades públicas no contexto de implantação do sistema de cotas no ingresso ao Ensino Superior. Para além da política de ingresso, que objetiva concretizar o acesso ao Ensino Superior para as camadas populares, é necessária também uma ampla política de permanência, criando condições para os estudantes de origem popular concluírem seus estudos com a devida qualidade. Esta política na UFRGS tem se concretizado através de programas pontuais e auxílios disponíveis aos estudantes de acordo com sua renda familiar, não sendo específicos para estudantes cotistas.

Estudantes oriundos do sistema público de ensino desenvolvem estratégias diversas de permanência. O objetivo deste estudo é investigar como se constituem as condições de permanência de estudantes de origem popular e quais estratégias adotam para além da política de assistência estudantil existente na UFRGS. São priorizadas experiências de estudantes cotistas, mas contemplando também outros com trajetórias no ensino público. Justifica-se a prioridade aos cotistas, considerando as especificidades do seu perfil, definidas no sistema de ingresso, como renda familiar, vínculo com o sistema público de ensino na Educação Básica e auto-declaração da condição de raça e etnia.

A garantia de direito ao acesso ao Ensino Superior a grupos historicamente excluídos, assegurada com a Lei Nº 12.711 (Lei de Cotas), abriu campo para uma nova luta dentro da universidade com relação à ampliação dos programas da Assistência Estudantil e às estratégias criadas pelos estudantes para manter-se dentro da academia e concluir a graduação. Essa luta é necessária para garantir que a lei de cotas se efetive e para que não tenhamos um processo de exclusão destes estudantes ao longo do curso, tornando possível a democratização do Ensino Superior. A partir de uma revisão bibliográfica acerca da produção acadêmica sobre a permanência de estudantes de origem popular na UFRGS, constatou-se a escassa produção de pesquisas sobre experiências destes estudantes na universidade e dados qualitativos sobre as dificuldades que podem levá-los a interrupções da formação. Esta pesquisa, ainda em fase exploratória, visa contribuir para este processo, compondo dados sobre trajetórias e experiências de estudantes com este perfil e sobre condições institucionais para sua permanência na universidade. Este projeto constitui-se num estudo exploratório, a partir da construção de narrativas com estudantes universitários. A proposta foi elaborada na perspectiva da narrativa na História Oral Contemporânea, entendendo que as fontes orais apresentam potências para a produção de conhecimento e para outra relação com o pensamento na problematização das práticas que nos constituem sujeitos. Nesse sentido, propomos analisar as condições de permanência, construindo narrativas de experiências de estudantes, cujas trajetórias compõem novos cenários na universidade pública.

Entendemos a experiência, como certo devir, como momento de transformação, entre um passado e um presente que se atualizam nos acontecimentos da vida. A partir de Foucault (2004), a experiência é compreendida na correlação entre campos de saber que constituem modos de estar e permanecer na universidade, os sistemas de poder que regulam práticas de formação, e os processos de subjetivação do estudante de origem popular na universidade.

Os estudantes participantes são integrantes atuais e antigos do grupo PET. O registro é feito com gravações em vídeo individuais e rodas de conversa, nas quais os estudantes narram sua trajetória de vida e estratégias para permanecerem na universidade. O local de gravação é escolhido por cada participante, tendo os cenários uma importância simbólica na circulação destes estudantes pelos espaços da universidade.

As dificuldades para a permanência do estudante de origem popular no ambiente da universidade são muitas, dentre elas, a lógica meritocrática, que individualiza o percurso acadêmico, responsabilizando o estudante pelo sucesso ou fracasso na formação; as diversas regulações que ganham corpo nos procedimentos acadêmicos, muitas tendo caráter punitivo; os horários de aulas em mais de um turno, o que impossibilita o estudante de trabalhar; as poucas vagas nas moradias estudantis; e o baixo valor das bolsas oferecidas pela universidade. Os estudantes acabam recorrendo a trabalhos informais a fim de complementar a sua renda, o que resulta em uma diminuição do tempo disponível para os estudos e atividades de lazer.

As análises preliminares sugerem que os obstáculos enfrentados por estudantes de origem popular dizem respeito tanto a sua condição social quanto à estrutura e organização da universidade. A política de cotas garante a um número maior de estudantes oriundos de escola pública o direito de ingresso no Ensino Superior, mas sem investimento em políticas de permanência muitos não permanecem ou permanecem com dificuldades, evidenciando assim uma controvérsia desta política pública que precisa ser ampliada e qualificada.

Experiências de psicólogos na equipe multiprofissional do Serviço de Liberdade Assistida e PSC (MSE em meio aberto) - CREAS Maceió/AL

Raquel Covatti de Oliveira Romeiro (Prefeitura Municipal de Maceió- secretaria Municipal de Assistência Social)

A presente narrativa versa sobre a prática profissional desenvolvida pela equipe de trabalho do Serviço de Liberdade Assistida e Prestação de serviço na Comunidade, do CREAS de Maceió, capital alagoana. Esta prática, refere-se ao serviço especializado na execução de medida socioeducativa, inserido, pelo PNAS, no SUAS; o qual desenvolve-a através das ações de Proteção Social Especial. Por ser destinado, especificamente á adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e seus familiares, cujos vínculos estão fragilizados ou rompidos, a atuação ocorre diretamente ligada ao Sistema de Garantia de Direito- SGD, conforme preconiza o ECA e especifica o SINASE.

Este serviço é ofertado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió/Al, através dos CREAS. Trata-se de uma equipe de referência, formada por assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e orientadores socioeducativos, cuja finalidade é a execução da medida socioeducativa aplicada a adolescentes em cumprimento de MSE, ou seja, que tenham se envolvido em algum tipo de infração, conforme determina o ECA. A atuação é multiprofissional e interdisciplinar, onde, neste momento, ressaltaremos o fazer do psicólogo neste contexto. Suas contribuições, dificuldades, avanços e inter-relações com os demais fazeres de outras formações, sem que se perca o objetivo comum. Neste sentido, a referida atividade relaciona-se com a proposta do Grupo de Trabalho 4- Assistência Social e juventude no Brasil, uma vez que está inserida na Política Pública da assistência, com um fazer ainda em construção, que se define e solidifica a partir de uma prática e de uma interlocução com os demais profissionais deste processo. As medidas socioeducativas em meio aberto contempladas no ECA apresentam em sua constituição duas facetas: um aspecto coercitivo (decisão judicial) e um pedagógico. É diante desse movimento aparentemente contraditório que a prática da Psicologia, comprometida com a autonomia e o empoderamento dos jovens/adolescentes e seus familiares, está pautada. Muito mais do que um mero fazer de atividades, as medidas socioeducativas estão relacionadas a uma concepção de ser humano dotado de potencialidades e com poder de transformação. A busca desta prática se dá de acordo com as orientações do CREPOP, da Tipificação Nacional de todo o arcabolço jurídico que regulamenta as MSE.

É por meio de uma relação que valorize a sua vivência, experiências e potencialidades, promovendo o protagonismo, que as ações do serviço são pensadas e desenvolvidas. O atendimento é ofertado a uma demanda exclusiva, oriunda da Vara da Infância e da Adolescência, que após decisão e sentença judicial, encaminham-os ao CREAS, mais especificamente ao Serviço de LA e PSC, onde a equipe de referência fará o acolhimento e iniciará o acompanhamento da MSE a ele destinada. Há uma organização sistemática dos atendimentos, que ocorrem por meio de acompanhamentos psicossociais e projetos específicos acerca das necessidades mais evidentes da clientela em questão- Projeto Fortalecimento de Vínculos, Projeto

Juventude com atitude, Projeto Escola Legal e Projeto Liberdade em ação.

Muito mais do que uma simples inserção social; é na promoção de uma postura implicativa e autônoma, que viabilize a subjetividade dos jovens; que está a verdadeira essência de uma prática pedagógica, a qual norteia toda atuação da equipe multiprofissional e, especificamente a atuação do psicólogo que atua neste contexto.

Ocorre que, neste contexto do fazer do psicólogo inserido numa equipe multiprofissional, nem sempre os objetivos são alcançados num curso objetivo e previsível, como preconiza a Política e as Leis que regulamentam os serviços, alguns obstáculos e barreiras são postos a todos os envolvidos. A efetivação da finalidade das medidas socioeducativas é comprometida, gerando grande frustração e sentimento de incompletude.

Ao se falar em efetividade precisa-se atentar para o que diz o Artigo 227 da Constituição Federal, assim como o que regulamenta o SDG e sua ampla visão de intersetorialidade e politicas publicas integradas. Além da valorização das potencialidades humanas se faz fundamental pensar o ato infracional de forma complexa, não desmerecendo a participação familiar e os vínculos comunitários por muitas vezes distanciados da presença dos fatores constitucionais de direito. O que se percebe é um grande desafio entre o que se propõe as medidas socioeducativas e a realidade vividas pelos adolescentes e Jovens. Como se aproximar, de que forma se construir uma relação tendo como base o SDG já que muito dessa realidade não permeia o contexto desses Jovens¿ De que maneira a chamada incompletude constitucional que agora será um ponto de norte fará sentido se ao longo do processo de vida outros aspectos não constitucionais o formaram¿

É fundamental que a prática da psicologia possibilite, acima de tudo, uma postura de desconstrução das medidas socioeducativas entendendo que essas não estão a serviço de um mero fazer, mas de um vir a ser que contribua para a mudança e transformações das ações humanas. A visão Ética da Psicologia não pode ser a de uma prática rotulante e limitadora frente ao ato infracional, uma vez que este traz, em sua constituição, histórias e subjetividades.

Extensão em psicologia jurídica: relato de experiência com adolescentes em medidas socioeducativas.

Pâmela Bezerra da Silva (Universidade Federal do Ceará), **Lidyane Mercês Roque Figueiredo** (Universidade federal do Ceará), **Francisco Alberto Bessa Filho** (Universidade Federal do Ceará), **Idilva Maria Pires Germano** (Universidade Federal do Ceará)

No atual contexto brasileiro em que se avolumam as discussões sobre violência urbana, especialmente envolvendo segmentos infanto-juvenis, surge a necessidade de discutir a diferenciação binária entre sujeitos nomeados como "menores" e outros, distintamente, como "crianças" ou "adolescentes". A partir desta diferenciação, reproduziu-se e reproduz-se um conjunto de saberes e práticas sobre ambos. O "menor" trata-se, inicialmente, apenas daquele sujeito com idade menor de 18 anos. Assimilada a partir do universo jurídico – através do "Código do Menor" –, a expressão "os menores de idade" foi incorporada aos discursos sociais,

estabelecendo como "menor", também, aquele nascido em camadas menos abastadas socialmente, de precariedades inúmeras. Em continuidade a esta conotação, em um trajeto de encontro entre esferas jurídicas e sociais, o termo é entendido como controle político, pois ao segmentar certos setores sociais da juventude, cria categorias de crianças consideras "suspeitas" e potencialmente "perigosas". Por outro lado, a "criança", construída através de uma lógica distinta, assume o lugar daquele que, oposto ao "menor", foi um "bem-nascido", e por isso, teve possibilidades de acesso a uma "educação formal de qualidade", à saúde, moradia, cultura e alimentação. Sendo assim, um sujeito que não oferece "perigo social" algum. Com essas fortes diferenciações, percebemos interferências nos modos de subjetivação das juventudes, principalmente quando se trata de uma juventude privada de liberdade, sob a aplicação de uma medida sócio-educativa prevista pelo ECA. Este trabalho apresenta uma experiência de extensão no Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota (CSABM), que atende adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, e vincula-se ao eixo de discussão "Políticas públicas, direitos sociais e emancipação", pois apresentam a participação da Psicologia no trabalho com contextos de vulnerabilidade, risco social, além do debate inclusão/exclusão e desigualdade social. A atividade foi conduzida por bolsistas do Programa de Educação Tutorial de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte de um projeto de extensão em Psicologia Jurídica, ocorrido de junho a julho deste ano. O centro, localizado em Fortaleza, é voltado apenas ao público feminino do estado do Ceará, e contava com aproximadamente 60 adolescentes que cumpriam medida de internação, semi-liberdade e provisória (45 dias). A equipe multiprofissional era composta por assistentes sociais, psicóloga, pedagogos e respectivos estagiários, além de professores, educadores, advogada, enfermeira e educador físico. A atividade contou com a participação de sete jovens sob medida provisória e a facilitação dos presentes autores. Foram realizados quatro encontros com duração de uma a duas horas, nos quais participavam as adolescentes, os facilitadores e um educador. Nos encontros, foram realizadas dinâmicas que envolviam o compartilhamento de experiências sobre questões relacionadas ao futuro, aos desejos e às necessidades percebidas naquele contexto, além de discussões sobre drogas, a partir de um vídeo apresentando a legalização da maconha. Objetivou-se com essas ações, construir debates acerca de temas que as mobilizassem, a fim de abrir espaços de escuta no pouco tempo que essas jovens permanecem na instituição. As participantes mostraram-se, ao longo da atividade, receptivas e participativas. Percebeu-se também uma maior segurança das adolescentes para expor opiniões e experiências pessoais, sobressaindo temas como família, drogas, perspectivas de futuro e relacionamentos. A família era o tema que mais mobilizava as jovens, levando-as a alterar algumas atividades propostas explorando outros tópicos. Acerca da perspectiva de futuro, apesar de as participantes expressarem intenção de melhorar seu comportamento, parecia que suas falas reproduziam discursos socialmente desejáveis, em resposta à contingência de avaliação em que se encontravam, não demonstrando uma tomada de decisão pessoal a partir de reflexões realizadas durante a privação de liberdade. A experiência leva os autores a concluir sobre a necessidade de um suporte emocional por parte dessas adolescentes, bem como a dificuldade do setor de Psicologia de oferecer tal suporte. Os atendimentos individuais privilegiados pelo setor dificultam a absorção de tal demanda. Dado esse contexto, trabalhos em grupo mostram-se alternativas viáveis para a abertura de espaços voltados a esse suporte. Percebeu-se também a necessidade de integração entre a Instituição e os demais ambientes em que vivem as jovens, de modo a fortalecer redes de proteção para além do espaço físico do Centro e permitir um maior acompanhamento após cumprimento da medida. Por fim, destaca-se a pouca inserção dos alunos de Psicologia nesse campo de atuação cuja contribuição poderia favorecer tanto a formação acadêmica quanto o aprimoramento dessa Política Publica.

Identidade e (não) reconhecimento de pessoas em situação de rua: relato de experiências grupais

Jade Barbosa Falcão (Faculdades Nordeste - Devry), **Carlos Eduardo Esmeraldo Filho** (Faculdades Nordeste)

Este estudo trata de um relato de experiência como resultado das práticas realizadas pelo Grupo de Pesquisa e Práticas Interventivas Identidade e Reconhecimento de Pessoas em Situação de Rua, do Curso de Psicologia da Fanor/Devry, que desenvolve atividades baseadas em estudos na perspectiva da Psicologia Social Crítica. Este relato guia-se pelo eixo de Políticas Públicas, Direitos Sociais e Emancipação. A partir das discussões proporcionadas pelo Grupo de Pesquisa, desenvolvemos um grupo vivencial junto a pessoas em situação de rua na Casa do Povo de Rua, entidade vinculada à Pastoral do Povo de Rua, em Fortaleza-CE. O objetivo desse relato foi refletir sobre o uso dos recursos teatrais no grupo como estratégia de fortalecimento e promoção do reconhecimento das pessoas em situação de rua. Tomou-se como base a Teoria da Identidade construída por Antônio da Costa Ciampa na década de 1980, na perspectiva da psicologia social crítica. Para essa teoria, identidade se constrói a partir de um processo múltiplo de determinação social e histórica. A identidade se expressa por meio de personagens. Para Ciampa (1987), a identidade é metamorfose, superando assim, a concepção essencialista sobre esse constructo, a partir do momento em que não o considera como uma substância fixa. A identidade do indivíduo é constituída a partir do reconhecimento ou do não reconhecimento do indivíduo pela sociedade (pelo outro). A fim de compreender como o reconhecimento ou o não reconhecimento contribui para a constituição da identidade, utilizamos a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003). A proposta experimental do grupo tem por objetivo potencializar o reconhecimento de identidade, o diálogo, a expressividade e a criatividade, a partir das experiências trazidas pelas pessoas em situação de rua. O método utilizado usa de exercícios teatrais, inclusive técnicas de teatro do oprimido, para problematizar o reconhecimento da identidade e a realidade das pessoas em situação de rua, com o objetivo de criar condições para que essas possam desenvolver habilidades de comunicação diante de uma sociedade que o julga e o desrespeita. O Teatro do Oprimido busca trabalhar situações de opressão, vivenciadas no campo das relações sociais por uma parte da população, que muitas vezes é hostilizada, estigmatizada e humilhada por questões físicas, psicológicas e/ou sociais. Segundo Dall'ORTO (2008), "o processo do Teatro do Oprimido, além de democratizar o teatro, serve como uma forma de incluir o indivíduo na sociedade, trabalhando com grupos de minorias, estabelecem uma comunicação direta e ativa entre espectadores e atores, gerando um diálogo na sociedade fazendo com que os indivíduos desenvolvam sua autoconsciência e sua importância na comunidade". Nos exercícios propostos pelo grupo, convidamos os participantes para compartilharem suas experiências, por meio de situações vividas por eles em algum momento da sua história de vida. Em seguida, eles escolheriam uma dessas histórias para dramatizar. Seus relatos mostram o desrespeito por parte do poder público e da sociedade em geral, o baixo valor pessoal, reivindicações dos direitos sociais e o abuso da força de trabalho. Após a encenação da história, abrimos espaço para diferentes interpretações das situações cotidianas vivenciadas por eles. Assim, foi possível experimentar várias formas de comunicação diante dessas situações. Em seguida, produziu-se uma discussão sobre as temáticas abordadas no exercício e interpretadas de diferentes formas, bem como sobre as diversas possibilidades e cenários para lidar com as situações trazidas. Em muitas dessas situações, essas pessoas são tratadas com desrespeito e exclusão pela sociedade em geral. O uso de recursos das artes cênicas no grupo tem contribuído para incentivar a expressividade verbal e corporal dos participantes por meio das atividades. Com isso, eles experimentam diferentes cenários e comportamentos, no que diz respeito às circunstâncias de vida tão comuns no cotidiano dessa população. Criam-se, também, oportunidades para que eles expressem suas reflexões, angústias, sofrimentos e indignação, como forma de ressignificar sua história de vida. A partir das ideias de Honneth, compreendemos que situações de desrespeito podem configurar a fonte motivacional para a luta por reconhecimento. Acreditamos que proporcionar encontros coletivos entre as pessoas em situação de rua, que compartilham algumas experiências comuns, é uma das estratégias para que o desrespeito sofrido por eles levem de fato a ações concretas de modo a transformar a realidade e criar condições para a metamorfose da identidade.

Inserção das Pessoas com Deficiência (PCDs) no mercado de Trabalho

Lídia Aparecida Neves Ribeiro (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), **Daniela Teotônio de Araújo Costa Gomes** (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), **Cleber Vieira Soares** (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Introdução: O Projeto parte do princípio da política de extensão universitária da PUC Minas no que trata, em especial, da igualdade de direitos, pluralidade e singularidade das pessoas com deficiência, que visa articular para que os processos de inserção das PCDs sejam realizados com solidariedade, respeito e justiça, no âmbito educacional e laboral. Inseridos no campo inclusivo, buscamos desenvolver competências aplicáveis à dinâmica do trabalho para a inserção desses profissionais no mercado. Essa inserção se deu através de práticas investigativas, workshops, encontros supervisionados, uma formação realizada através do Ciclo de Debates: Extensão e Assistência Social na PUC Minas São Gabriel, participação em eventos de instância pública regional e municipal, como a Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, além de oficinas junto às turmas de capacitação de PCDs ofertadas pela PUC Minas, cuja execução de atividades de pesquisas ocorreu em integração às atividades de conscientização junto às empresas, dentre elas sensibilização para o atendimento ao psicólogo com deficiência realizado junto aos funcionários do CRP-MG. Um dos objetivos do projeto é a criação de ferramentas que possam propiciar a inclusão de pessoas com deficiência à dinâmica do trabalho. Isso significa que se torna importante alvo de intervenção não somente a inserção desses profissionais nas práticas laborativas, mas, sobretudo, que esses passem a ter direito às mesmas condições de carreira que os demais profissionais da empresa. O projeto tem desenvolvido metodologia com novas técnicas para o recrutamento e seleção de pessoas com deficiência de maneira mais justa e digna sem que se caia na lógica do assistencialismo. **Objetivos**: - Realizar acompanhamento nas empresas, privadas ou não, que estão em processo de inclusão de profissionais PCDs; - Desenvolver metodologia específica, voltada para os processos de seleção, treinamento, desenvolvimento e acompanhamento do profissional com deficiência junto as organizações; - Explorar potencialidades. Atuando diretamente junto as organizações afim de consolidar uma rede com as entidades que já atuam na inserção desses profissionais no mercado de trabalho. O Projeto PCDs, relaciona-se ao eixo temático Políticas públicas, direitos sociais e emancipação, pois parte da perspectiva não somente da inclusão, mas da inserção das pessoas com deficiência enquanto cidadãos, uma vez que permite analisar a dinâmica complexa dos direitos das pessoas com deficiência, remetendo à construção e validação de Políticas Públicas. Entre demandas fundamentais e demandas imediatas da população PCDs, encontra-se a emergência de reconhecimento do seu trabalho e de sua força de trabalho, não somente como "cota", mas como profissão. **Orientação Teórica**: Referenciais teóricos fundamentados nas mais atuais teorias da Psicologia do Trabalho, e da Ergologia, como a Psicodinâmica e Clínica do trabalho, visando uma gestão do trabalho mais humana e menos alienante, em especial segundo os pesquisadores C. Dejours, P. Trinquet, Y. Clot e Y. Schwartz entre outros. **Método**: Oficinas de dinâmica de grupo com os referenciais metodológicos supracitados e teorias grupais. Os dados pesquisados têm colaborado para fundamentar novas metodologias baseadas nos princípios da Psicologia do Trabalho, em especial a Ergologia. **Resultados e Conclusões**: A análise qualitativa e quantitativa referente às atividades práticas mostram resultados alcançados como o desenvolvimento de metodologia para Recrutamento e Seleção de PCD utilizando de ferramentas de coaching; sensibilização no atendimento ao público com deficiência no uso do transporte público e no atendimento aos psicólogos com deficiência junto aos funcionários do CRP-MG Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. A conscientização nas empresas possibilitou evidenciar dados significativos possibilitando a coleta de dados positivos e negativos. Mesmo com alguns avanços no trabalho de inclusão de PCD, muitas empresas demonstraram-se completamente fechadas com essa questão. Um aspecto observado foi que em muitos casos há uma espécie de superproteção por parte dos familiares que inviabiliza o desenvolvimento desses PCD em termos de carreira e autoestima dificultando a emancipação deles. Às vezes a competência de falar de si, mediado pela falta de experiência na participação de processos seletivos, a questão da autoestima e do autoconhecimento comprometidos, tramitem certa insegurança na hora de exporem-se sobre o seu trabalho, sobre suas expectativas etc. As oficinas têm procurado trabalhar esses aspectos com bons resultados percebidos através de novos questionamentos e possibilidade de planejamento da trajetória profissional.A participação em eventos de instância pública regional e municipal possibilitou uma contextualização do projeto no âmbito das políticas públicas e o Ciclo de Debates: Extensão e Assistência Social no São Gabriel ampliou o conhecimento da política pública, leis e estatutos que as regulamentam, bem como dos organismos existentes para sua execução, além de outras instâncias de inclusão social, com eixo no fortalecimento de vinculo comunitário, dado que o rompimento deste que determina a especificidade da assistência social entre a básica e a especial, ou seja, entre a prevenção e a violação de direitos. Mostrou assim a grande relevância deste projeto como mediador entre a rede pública e a sociedade civil, como promotor da interdisciplinaridade, da intersetorialidade e da multidisciplinaridade.

Intervenção Psicossocial em Instituições Asilares de Longa Permanência para Idosos: Ludicidade, Identidade e Processo Grupal

Thamires Maria Miranda dos Santos (Universidade Federal de São João del-Rei), Marcos Vieira Silva (Universidade Federal de São João Del-Rei), Júlia Cabral Mazini (Universidade Federal de São João del-Rei)

O presente trabalho refere-se a um programa de extensão desenvolvido no período de abril/2014 a março/2015 pelo LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), e realizado por alunas do Curso de Psicologia em instituições asilares da cidade e região. Levando em consideração o aumento da população idosa no Brasil e a criação de instituições asilares de longa permanência que, por vezes, não atendem a todas as necessidades de seus moradores, viu-se a necessidade da criação deste projeto, visando levar a comunidade acadêmica a pesquisar e intervir em instituições geriátricas, tendo como objetivos trabalhar, utilizando de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras, a promoção do resgate da identidade social dos idosos, assim como a produção de identidades coletivas, preservação de suas individualidades, valorização de suas histórias de vida e trocas de experiências desenvolvidas pelo Laboratório, buscando promover a melhoria da qualidade de vida de seus residentes. De acordo com Jesus e Jorge (1999), os jogos lúdicos interativos podem proporcionar diversos benefícios aos idosos, tais como: trabalhar perdas e ganhos, as emoções, desenvolver a afetividade, estimular a convivência, aumentar a auto-estima, incentivar a capacidade de aprender, diminuir o nível de ansiedade e de angústia, além de exercitar as funções psíquicas e cognitivas (orientação, atenção, memória, pensamento, percepção, afetividade e inteligência). Partindo desses pressupostos, torna-se adequado, prioritariamente, utilizar com os idosos jogos e atividades lúdicas como dispositivos ou

disparadores operativos para a evocação de temas emergentes que possam ser discutidos no grupo

(PICHÓN-RIVIÈRE, 2000). Desse modo, nos grupos operativos podem ser trabalhadas dinâmicas referentes à memória, noção temporal, relações interpessoais, dentre outros recursos. É preciso, sempre, buscar estratégias que propiciem um aumento na comunicação entre os idosos, além de uma maior integração, formação e fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento da criatividade. Os jogos e brincadeiras lúdicas utilizadas nas intervenções, como por exemplo, boliche, jogo da vida, para quem você tira o chapéu, pinturas, desenhos, entre outros, são adaptados para o trabalho com idosos e consoantes com os temas utilizados, sendo que estas atividades são pensadas a partir de temas e situações que estejam em voga na atualidade ou que surjam como demanda dos mesmos, como forma de tirá-los da situação de alienação em relação ao mundo externo em que muitas vezes se encontram dentro da instituição. Entre os resultados alcançados pudemos perceber que, através da criação de vínculos grupais, houve um aumento na qualidade e na quantidade da participação dos idosos no grupo, ampliação das demonstrações de afetividade entre idosos, estagiárias e funcionários, aumento da auto-estima e a facilitação da autonomia, sendo provocadas oportunidades para que os participantes exponham suas próprias opiniões acerca de suas vivências, desejos e vontades, situações vividas dentro da instituição e também sobre os jogos e dinâmicas utilizados, ampliando sua capacidade crítica. Ao abrir espaços para que o idoso possa vivenciar e compartilhar novas experiências, possibilitamos um momento para ressignificar e produzir novas elaborações a respeito da institucionalização e do envelhecimento. Além disso, o estágio proporcionou uma grande possibilidade de aprendizagem para as alunas participantes, onde pudemos ver as aproximações e distanciamentos entre teoria e prática. Quanto à identidade, pudemos perceber movimentos no sentido de produção de novas identidades individuais e coletivas. Embora tênues, eles nos indicam possibilidades de continuidade e ampliação dos trabalhos nesta direção. Estamos nos colocando novos desafios no sentido de provocar as ILPIs da região para uma convivência mais cotidiana dos internos com as comunidades em seu entorno, buscando ampliar possibilidades de contatos e de aproximações com as proposições da Política Nacional do Idoso, principalmente em termos de manutenção e/ou resgate da cidadania dos idosos e da construção de instituições mais próximas das realidades comunitárias e familiares.

Apoio: FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

No Território, Regionalizando Ações: CRP-RJ /Subsede Baixada Fluminense

Monica Valeria Affonso Sampaio (Conselho Regional de Psicologia RJ Subsede Baixada), **Vanda Vasconcelos Moreira** (Conselho Regional de Psicologia RJ), Jacqueline dos Santos Soares (Conselho Regional de Psicologia RJ Subsede Baixada Fluminense)

A Subsede do Conselho Regional de Psicologia/ CRP-RJ, localizada na Baixada fluminense, atua no atendimento aos psicólogos em referência ao exercício da profissão, defendendo uma prática perpassada pela ética, direitos humanos e compromisso social. A sua existência e implantação foi resultado de vários movimentos reivindicatórios dos psicólogos da região desde os anos 70/80, entre elas o reconhecimento da profissão, concursos públicos, humanização dos serviços, "Luta Antimanicomial", organização dos psicólogos no denominado "Núcleo de Psicólogos", entre outras. Em 1992, três psicólogas deste "Núcleo" foram eleitas conselheiras para o CRP-RJ e duas delas à presidência e vice-presidência em 1993, favorecendo a integração, regionalização com as ações das Comissões da Sede do CRP-RJ com os psicólogos na região da Baixada Fluminense. O "Núcleo" continuou seu trabalho simultaneamente e transversalizando com o Plenário na época, sendo a bandeira de luta conjunta, estabelecer uma Subsede na região. A reivindicação foi considerada relevante, sendo aprovada em Plenária dos Conselheiros e a definição da cidade por Nova Iguaçu, foi priorizada como o lugar estratégico para a instalação da Subsede, em detrimento de Caxias, pela segunda estar próxima à Petrópolis, onde já existia uma Subsede. A compra da casa foi pesquisada pelos psicólogos do "Núcleo" e comprada pelo CRP-05. Neste ano a Subsede do CRP-RJ Baixada completa 21 anos de existência e os movimentos e lutas dos psicólogos têm muito a construir para a democratização, descentralização e regionalização do Sistema Conselho de Psicologia, ao cumprimento das deliberações do agora VIII COREP e CNP entre outros avanços!

O objetivo deste trabalho, na modalidade Comunicação Oral – experiência profissional, pretende tornar público as ações até então desenvolvidas pelo CRP-RJ na Subsede Baixada Fluminense, no cumprimento das deliberações dos referidos Congressos de Psicologia, descentralização das ações da Sede do CRP-RJ e do Sistema Conselhos de Psicologia, realizando atividades para além do burocrático, num objetivo de aproximação com a categoria, os estudantes, as Instituições Formadoras, os profissionais parceiros, os movimentos sindicais e sociais e a sociedade em geral, fomentando também a construção de rede dos vários profissionais da região da Baixada, compartilhando experiências da prática ético – política, transversalizando pelos Direitos Humanos.

A comissão Gestora, composta por conselheiros, colaboradores e estudantes, procura desenvolver ações políticas que fomentem diálogos valiosos com os profissionais e estudantes de psicologia nos seus 13 municípios de abrangência fortalecendo sua identidade, seu reconhecimento e emancipação, criando assim um espaço permanente de interlocução com a comunidade, buscando tornar-se referência ao exercício da profissão. Nas diversas atividades que realiza tem incentivado uma discussão reflexiva sobre a compreensão do fazer dos psicólogos, considerando a população atendida e as diferentes práticas, assim como seus efeitos na própria categoria e na sociedade contemporânea intensificando a capacidade crítica da psicologia e ampliando as possibilidades. Sempre em defesa dos interesses do bem comum na sociedade e defendendo a construção das políticas públicas.

As ações são planejadas em cumprimento ao VIII COREP e VIII CNP (2013-2016), gestão do CRP-RJ / XIV Plenário, tendo como norteador a psicologia social, o Código de Ética do Psicólogo, as legislações, resoluções e as orientações técnicas do CFP.

Entre as ações desenvolvidas atualmente, destacam-se as ações dos eventos do Tecendo Redes, onde visitamos as quatro Faculdades de Psicologia e outras instituições, o Espaço Cine Psi Baixada, que apresenta gratuitamente filmes com temáticas ligadas à prática e ao saber psicológico, promovendo debates que contam com psicólogos de referência como incentivadores, com temas sugeridos ou em destaque na mídia ou na conjuntura do País, ligados ao saber e às práticas do psicólogo, com público crescente. Estimulamos a participação no Controle Social, com representação em vários Conselhos de Direitos como o da Mulher, Saúde, Idosos, Criança e Adolescentes e da Assistência Social, ampliando assim a visão psicológica das ações das Políticas Públicas, defendendo junto com a sociedade civil bandeiras de lutas da Psicologia regionais e nacionais. Desenvolvemos Rodas e Encontros e Seminários debatendo temas ligados à psicologia, consolidando os laços com a categoria, fortalecendo parcerias com outras instituições, profissionais que compõem as equipes multidisciplinares onde exercemos a Psicologia; aproximação com os docentes, estudantes, interagindo o Conselho com os futuros psicólogos levando orientação, esclarecimentos e discussões relevantes além de fomentar a maior participação dos mesmos nas atividades promovidas pelo CRP/RJ. Estabelecemos aproximação, parcerias e encontros com o Sindicato dos Psicólogos e movimentos sociais para as lutas pertinentes a este campo junto à categoria.

Dessa forma procuramos potencializar nossas ações junto aos psicólogos prevenindo situações de infrações e processos éticos, diante da realidade de nosso território, na região da Baixada Fluminense, no cenário das violências e violações de direitos sociais, das precárias condições de trabalho em contextos de vulnerabilidade e risco social, além do debate inclusão/exclusão e desigualdade social contribuindo para a integração da categoria e para o trabalhado em rede.

O Sujeito institucionalizado: A vida de idosos em Instituições de Longa Permanência

Marielle Janaíne de Freitas Souza (UNIFAVIP/DEVRY), **Victor Iúri de Carvalho Pereira** (UNIFAVIP), **Maria Silvana Rodrigues da Silva** (Unifavip/DeVry), **Samara Talita de Oliveira** (UNIFAVIP DEVRY)

Envelhecer remete às modificações biológicas, enquanto que no contexto psicossocial há uma singularidade nas transformações deste processo do viver, tanto para a pessoa que se torna idosa, quanto para o contexto social em que está inserida. Para muitas pessoas, a velhice é percebida como uma fase em que o ser humano deixa de ter relevância social: torna-se improdutivo ao mercado de trabalho e uma carga aos mais jovens, no contexto pessoal e familiar. Assim, muitos idosos são levados a passar o resto de suas vidas em instituições asilares e esta exclusão social/familiar pode mudar as significações e os sentidos de sua existência. Conviver com uma pessoa que antes tinha toda uma habilidade de fazer várias tarefas que vai reduzindo essa capacidade não é fácil, principalmente quando não há aceitação de seus familiares com a nova realidade e acabam decidindo pela aderência da instituição na vida desse idoso, sem ter noção do salto da probabilidade da produção de danos como: depressão, despersonalização, senso de isolamento e separação da sociedade que isto pode lhe gerar. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo abordar a produção de subjetividades de idosos que vivem em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), a partir dos sentidos que o passado remete e que interferem no presente. Foi proposto um trabalho interventivo em que atividades lúdicas como música, imagens e danças pudessem remeter à construção de sentidos e possibilitassem à expressão das subjetividades dos idosos participantes. Escolheu-se a Casa dos Pobres São Francisco de Assis, localizada no município de Caruaru/PE para a realização da pesquisa. Buscou-se perceber em que a situação asilar provoca mudanças em sua emancipação como ser social em vista de sua condição de vulnerabilidade biopsicossocial. Como metodologia de trabalho, utilizou-se referencial teórico que aborda as características das ILPIs, a importância da inserção de atividades lúdicas e o papel do profissional de psicologia neste contexto e uma prática dinâmica na intenção de reavivar memórias e sentidos. Corroborando com pesquisas referenciadas, a participação de idosos em atividades como esta é mínima e não foi diferente no trabalho proposto. A atividade com imagens foi prejudicada dada a dificuldade de locomoção de alguns, uma vez que se pretendia dispô-las separadamente para que fossem apreciadas e escolhidas conforme os sentidos fossem emergindo. Entregues em mãos, foram observadas, porém poucos participantes trouxeram suas percepções a público. Em um segundo momento, a dinâmica utilizou como instrumento de intermediação entre o passado e o presente várias músicas antigas, provavelmente escutadas por eles na juventude. Se sentidos foram gerados, mais uma vez não foram expressados. No entanto, a música trouxe-lhes outro desejo: a dança. As músicas de Luis Gonzaga foram as sementes que germinaram naquele espaço antes infértil e floresceram em uma motivação para que novas experiências possam ser agregadas para transformar em alegres momentos sempre iguais para quem vive em situação asilar. Dançando e cantando, reencontraram o prazer de viver ao menos aquele momento. Enquanto profissionais da Psicologia, percebemos a necessidade de nossa prática se colocar à abertura de propostas no contexto social que promovam a emancipação do cidadão, seja em que fase de vida estiver. Os asilos e instituições afins são locais em que esta ação precisa ser ativada e modificar a atual estrutura de exclusão que se encontra.

Possibilidades e Desafios da Psicologia Social: Um olhar Etnográfico sobre as práticas do CRAS

Tatiana de Souza Santos Neves (Universidade de Fortaleza), **Klediane Queiroz Facanha** (Universidade de Fortaleza)

O presente trabalho é o resultado de uma experiência no campo da Psicologia Social no universo das instituições sociais, a partir da realização de uma pesquisa baseada no método etnográfico. O objetivo do estudo foi compreender e analisar a estrutura e funcionamento da Organização CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) a partir da observação de um grupo de idosos, bem como as possibilidades de atuação da psicologia nesse contexto.

O CRAS é uma unidade pública estatal localizada em áreas de risco e vulnerabilidade social. Resultado da implantação da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), este equipamento é a materialização do conteúdo da assistência social, como pilar de proteção social básica no âmbito da seguridade social, que se propõe a transformar em ações os pressupostos da Constituição Federal de 1988, a partir dos quais se reconhece a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado.

Dessa forma consideramos que o trabalho vai ao encontro da proposta geral do Encontro, bem como do GT1, cujo tema é: "A Inserção na Assistência Social. Desafios, dificuldades e práticas", e que portanto seria uma ótima oportunidade para dividirmos experiências e impressões sobre o papel da Psicologia nas política públicas.

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa onde "há uma maior preocupação com o aprofundamento e abrangência das ações e relações humanas, um lado não captáveis em equações, médias e estatísticas, ou seja, não quantificável" (BASTOS, 2008, p.42), fazendo uso de procedimentos e técnicas de coletas de dados variados.

A técnica empregada para a coleta de dados foi a observação participante realizada de forma assistemática e baseada nos preceitos da pesquisa etnográfica cuja finalidade é produzir os dados na vida real ou naturalística registrando os acontecimentos na medida em que ocorrem, observando o comportamento em seu ambiente natural.

O CRAS investigado mantém um grupo de convivência de 50 idosos com idades acima de 64 anos, em sua maioria mulheres da comunidade. Grande parte delas é aposentada, moram com seus familiares, filhos, netos e esposos. Algumas são viúvas ou divorciadas. Elas frequentam outros grupos além do CRAS, a exemplo do grupo dos bombeiros, grupo do Posto de Saúde e de outro grupo de idosos formado pela agente de saúde local. Estão também inscritas no Programa

Bolsa Família e no programa de segurança alimentar.

Durante as observações percebemos que as idosas aceitavam bem as atividades, principalmente as tardes de dança, as sextas feiras. O CRAS para essas idosas, segundo elas próprias, é um lugar onde elas se encontram para conversar, um lazer, um momento delas.

Entretanto, apesar de constar na PNAS (Politica Nacional de Assistência Social) que a proteção básica deve oferecer ao usuário o "direito ao protagonismo e a manifestação dos seus direitos" (2004, p.40), não percebemos em sua prática uma ação ou intenção emancipatória, mas de tutela.

Não vimos durante as observações nenhuma problematização da condição de vida das participantes ou sua participação enquanto membros daquela comunidade específica, seus problemas coletivos, suas condições objetivas de vida ou sua situação de morador de uma área de risco e vulnerabilidade social. O espaço para discussão e reflexão dessas questões era quase inexistente. As idosas limitavam-se a ouvir e acenar com a cabeça concordando com tudo que os facilitadores colocavam.

Destacamos como pontos mais relevantes do trabalho a relação que se estabelece entre a comunidade e o Estado através do CRAS, bem como as relações de poder que se estabelecem nas práticas dos agentes, na burocracia, na desqualificação do saber comunitário e na falta de atividades que promovam a auto-reflexão do grupo acerca de suas condições objetivas de vida, bem como a falta de abertura e espaço para que possam se colocar, opinar, questionar e escolher sobre quais assuntos querem tratar, que informações julgam menos ou mais relevantes às suas vidas.

Entendemos que o CRAS estudado, através de suas práticas, contribui para a manutenção do estigma social em torno da figura do idoso, na medida em que promove ações que promovem dependência, infantilização, falta de autonomia e falta de reflexão acerca de sua condição de idoso, situado dentro de uma comunidade carente de tudo. Carente de Estado. Essa situação não reflexiva, só colabora com a manutenção do status quo e compromete a transformação social por parte dos indivíduos.

Acreditamos que a presença de um psicólogo no quadro de técnicos poderia favorecer um maior diálogo entre os saberes, ao mesmo tempo em que poderiam contribuir para o empoderamento e autonomia das pessoas, favorecendo ações mais voltadas à independência e menos à tutela. Onde as idosas pudessem se apropriar do seu grupo participando da criação dos temas e atividades, em conformidade com seus interesses, necessidades, curiosidades e desejos.

Reconstruindo Nossa História, potencializando resiliência em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade

Barbara Thais Veras de Mendonca (Universidade Federal do Amazonas), Eduardo Barbosa de Menezes Guimarães (Universidade Federal do Amazonas)

O Projeto Social "Reconstruindo Nossa História" desenvolve atividades socioeducativas, manuais, esportivas e de lazer com crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade, respeitando os preceitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Instituição executora deste projeto é a Caritas Arquidiocesana de Manaus, e o local de execução do mesmo é no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, localizada na Rua Joaquim Nabuco, no centro da cidade.

O objetivo da vinculação ao Projeto "Reconstruindo Nossa História" para realização das atividades de campo do estágio consistiu-se em analisar a inserção de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, em um projeto que visa à promoção de suporte educacional, escuta e apoio às famílias das crianças e adolescentes, com o intuito de verificar possíveis estratégias e melhorias no manuseio das atividades propostas pelo Projeto, levando em consideração a realidade amazônica.

Foram realizadas atividades de campo, tais como encontros semanais na Caritas, cuja importância se consistiu em verificar e promover atividades diferenciadas com as crianças e adolescentes do Projeto, relacionadas à Psicologia Social, contribuindo, assim, para o auxílio da construção de autoestima, controle de agressividade, possibilidade de construir, de transformar e ser transformado na relação homem-sociedade, viabilizando, assim, o desenvolvimento de resiliência.

O público alvo do Projeto são crianças e adolescentes (4 a 17 anos), filhos(as) de catadores de materiais recicláveis, de frutas e verduras da Feira Manaus Moderna, filhos(as) de solicitantes de refúgio e refugiados em situação de vulnerabilidade e risco social. Os objetivos do projeto, em trabalhar com esse público, são: disponibilizar atividades pedagógicas visando o suporte educacional, visto que a equipe do projeto aceita somente crianças e adolescentes que estejam inseridas em instituições escolares; atendimento psicossocial com as crianças, adolescentes e pais ou cuidadores; utilização de dinâmicas e atividades de lazer; refeições e horários de descanso, haja vista que muitas crianças, devido ao seu alto nível de vulnerabilidade, só dispõem das refeições oferecidas pela Instituição Caritas; visitas domiciliares que demostram mais comprometimento com a educação dos jovens do Projeto.

Nos encontros que a equipe de estágio teve com as crianças, pode-se ensinar e aprender, principalmente. Novas relações e vínculos puderam ser estabelecidos, o que possibilitou transformações em todos esses sujeitos em questão. Das atividades internas realizadas, pode-se destacar canto-coral; ensino de música; atividades recreativas e lúdicas e; Participação nas atividades de encerramento no ano letivo, junto à equipe Cáritas, essas atividades buscaram verificar aspectos de como as crianças utilizam do recurso narrativo pra trazer dados de seu cotidiano, como transpassam o concreto através da imaginação, percepção dos elementos interacionais, motores e cognitivos de linguagem e articulação, possíveis ansiedades e organização/divisão de grupos.

As atividades propostas pela equipe de estágio vinculada ao Projeto procuraram desenvolver o fortalecimento da autoestima, das potências cognitivas e sociais e o fortalecimento das relações afetivas das crianças entre si e junto à equipe profissional, no intuito de auxiliar o desenvolvimento de sujeitos ativos e participativos na transformação de si e de sua comunidade, potencializando assim, resiliência, visto que essa ocorre quando é elaborada e incentivada no quadro de percurso social do indivíduo, ou seja, é uma construção do sujeito social, não apenas expectador, mas sim transformador da sociedade na qual está inserido.

Rodas de Conversa como Possibilidade de Conscientização/Reinserção Social de Pessoas em Situação de Rua

Bárbara Vieira Ribeiro (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Este trabalho apresenta uma discussão na área de sociologia urbana, e aborda um estudo sobre a relação entre habitação e conscientização de indivíduos que vivem ou viveram em situação de rua.

O tema foi escolhido em decorrência da experiência vivenciada por graduandas em um serviço que oferece suporte à pessoas em situação de rua e a partir da percepção do descaso da sociedade e do Estado perante essa população, que além de viver em uma situação precária, ainda sofrem agressões e preconceito cotidianamente.

O presente trabalho abordará as questões acerca daqueles que são considerados como parte excluída da sociedade e sua trajetória histórica, os principais motivos que os levam a viver nestas condições de extrema pobreza, se tornando uma parte invisível perante a sociedade e ao Estado que não oferece a esses indivíduos devida proteção e garantia de seus direitos, demonstrando que as políticas públicas ainda são precárias e insuficientes, e como a roda de conversa serve como um meio de conscientização e inserção social.

A instituição que deu suporte a pesquisa de campo foi a Pastoral de Rua da arquidiocese de Belo

Horizonte em parceria com a Pró-reitoria de extensão da Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais (PROEX), que tem o objetivo de possibilitar a articulação da academia com a sociedade, e trabalha em prol da promoção da cidadania, da inclusão e do desenvolvimento social. Isso se reflete na formação cidadã humanista, discente e docente, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano, missão primeira da Universidade.

A metodologia utilizada se constituiu a partir de rodas de conversa porque assim como Abade e Afonso (2008), pensamos que as mesmas possibilitam a discussão e construção de saberes e práticas a partir do diálogo no grupo; utilizamos também uma vasta revisão bibliográfica para maior sustentação da temática escolhida.

A equipe era composta de duas alunas do curso de Psicologia e uma do curso de Enfermagem, as quais participavam de encontros semanais durante o primeiro semestre de 2015 na Comunidade Amigos de Rua (Instituição filiada à Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte), nas rodas de conversa participavam cerca de 20 pessoas de diferentes etnias e gêneros que já estiveram ou estão em situação de rua, sendo estes de predominância masculina e variáveis a cada encontro.

As rodas versaram sobre temas relacionados à saúde, políticas públicas, ética, direitos e cidadania conseguidas através de práticas para valorização do indivíduo em uma perspectiva emancipatória

enquanto sujeitos de direitos, organizados em torno de suas próprias demandas. As mesmas resultavam em reflexões acerca das possibilidades de se constituir como

protagonistas sociais, uma vez que seus pleitos por políticas públicas frente as especificidades da própria situação de rua apresenta dificuldades por conquistas efetivas de direitos.

Percebemos através das rodas de conversa e revisões bibliograficas que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que haja uma participação efetiva da população em situação de rua para a conquista de seus direitos, mas por outro lado é possível observar que a adesão das políticas, a visibilidade e a preocupação perante a questão como um todo, vai paulatinamente conquistando a atenção de um número considerável de movimentos pró reinserção social e conquista de direitos da população em questão.

Sentidos de sexualidade feminina atribuídos por mulheres em situação de vulnerabilidade social: Empoderando-as!

Mariana Martines Tozzi Moreira (Universidade Federal da Grande Dourados), Jacy Correa Curado (Universidade Federal da Grande Dourados)

A sexualidade é um conceito de notável importância para a saúde de maneira geral, e em especial nesta pesquisa, para a saúde das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Sabe-se que uma boa vida sexual propicia saúde, bem estar e qualidade de vida. Entretanto, no Brasil, pesquisas de âmbito nacional tem mostrado que o número de mulheres que sentem prazer em suas vidas sexuais é extremamente baixo (ABDO, 2009).

Embora importante, a sexualidade raramente é valorizada por tratar-se de um tema conflituoso que envolve diversos fatores, tais como biológicos, psicológicos, sociais, culturais, políticos e espirituais. Diante desses fatores, a sexualidade constitui-se como um "dispositivo" (FOUCAULT, 1984) complexo, capaz de classificar comportamentos, sentimentos, papéis afetivo-sexuais e valores de poder nas relações de gênero, e dessa forma, caracteriza-se por ser cercada de preconceitos, principalmente quando se refere às mulheres, e em especial, às mulheres em situação de vulnerabilidade social.

O termo "vulnerabilidade social" refere-se a situações vividas que são causadas pela pobreza, privação e fragilização dos vínculos afetivos ou de pertencimento social, e também por discriminações de raça, gênero, etária, dentre outras.

Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivos compreender quais os sentidos de sexualidade atribuídos pelas mulheres em situação de vulnerabilidade social e promover oficinas de grupo que propiciassem a discussão desses sentidos de sexualidades. Os encontros grupais tinham o intuito de, através das reflexões geradas, produzir um conhecimento coletivo sobre a temática, e assim, possibilitar que as mulheres se tornassem sujeitos mais conscientes da realidade duplamente desigual que vivenciam (de gênero e de classe social), empoderadas diante das suas vidas e sexualidades, e ainda, que elas pudessem rumar para a transformação social das diversas problemáticas de gênero que constituem a realidade social.

O trabalho baseia-se na abordagem teórica de Psicologia Social e Comunitária, visto que a pesquisa relatada neste trabalho foi desenvolvida em um grupo de mulheres de faixa etária de 18 a 59 anos em situação de vulnerabilidade social de um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Esta abordagem teórica possibilita compreender o grupo de mulheres a partir do viés psicossocial, como uma comunidade, isto é, como um ambiente de pertença grupal, no qual os sujeitos do grupo compartilham sentidos em comum e identificam-se entre si. Portanto, este trabalho vincula-se aos eixos de "Políticas públicas, direitos sociais e emancipação"; "Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais"; "Assistência Social, vulnerabilidades e violências", tendo em vista que trata, através das políticas públicas, sobre a emancipação das mulheres, visando possibilitá-la através da reflexão sobre a sexualidade feminina, diante da perspectiva de gênero, e ainda, dirige-se especificamente às mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa baseou-se em abordagens metodológicas participativas para trabalhos grupais, as quais buscam facilitar, através de oficinas, a participação das entrevistadas. Compreende-se, dessa forma, o grupo como uma possibilidade lúdica e prazerosa de gerar, através dos encontros, envolvendo pensamentos e sentimentos, a reflexão e transformação pessoal a respeito dos temas discutidos. Diante disso, esta pesquisa objetivou que as mulheres participantes expressassem os sentidos atribuídos às suas sexualidades, refletissem e, por vezes, ressignificassem estes sentidos e também compreendessem as possibilidades da transformação de seus sentidos de sexualidade. Nessa perspectiva, a pesquisa foi realizada através da adaptação da teoria-metodológica de oficinas de risco proposta por Spink et. al. (2014). Contudo, nesta pesquisa, o objetivo foi realizar a oficina para compreender quais sentidos as mulheres atribuem à sexualidade. Esta teoriametodológica compreende que os sentidos são representações subjetivas e pessoais, mas que, contudo, ao constituírem os sujeitos, constituem também a realidade social, isto é, ambos são constituídos mutuamente. Assim, os sentidos, além de mostrarem a subjetividade das mulheres pesquisadas, revelam também a realidade daquela comunidade.

Os resultados mostraram que, no início da pesquisa, as participantes apresentavam poucas reflexões a respeito desta temática, e ao longo dos encontros, percebeu-se que estas puderam problematizar diversas questões sobre suas sexualidades, e assim, alterarem alguns dos sentidos atribuídos à sexualidade e tornarem-se mulheres mais conscientes e ativas diante de si, de sua saúde e de suas sexualidades.

Dessa maneira, foi possível perceber que a sexualidade, embora fundamental para a saúde, é ainda um tema tabu entre as mulheres em situação de vulnerabilidade social desta pesquisa. Contudo, por outro lado, notou-se que houve, através das discussões grupais, mudanças em relação aos sentidos atribuídos por estas mulheres, e assim, o empoderamento destas diante do tema discutido. Nesse sentido, cumpre dizer que os encontros grupais corresponderam aos objetivos planejados visto que possibilitaram que as mulheres expressassem os sentidos de sexualidade, os discutissem, e pudessem repensá-los, repensando assim, a si mesmas.

Somos americanos e queremos ser americanos

Francisco Romário Silveira (Universidade Federal da Paraíba), **João Silveira Muniz Neto** (Faculdades INTA)

A Psicologia Social, pelos idos dos anos 1970, encontra uma forma peculiar – de expressão éticopolítico-metodológica – nos países latino-americanos. Insatisfeitos com teorias e métodos estrangeiros e diante da inadiável tarefa de se fazer Psicologia Social a partir do prisma sócio histórico deste continente, pesquisadores latino-americanos passam a desenvolver técnicas e constructos teóricos que tinham como premissa a ascensão de substratos teóricos genuinamente do, para e sobre (o) homem latino-americano (LANE, 1996, MONTERO, 2006). É nesse contexto de insurreição aos saberes ditos centrais – porque estadunidenses, porque europeus – que surge uma das mais singulares e autônomas formas de se fazer Psicologia Social do século XX (FARR, 1999). Uma Psicologia Social que se preocupa com o homem americano (o próprio termo latino-americano pode ser encarado como um sutil preconceito, pois nos impede, ao menos semanticamente, de sermos americanos) e com a história singular das Américas. Uma forma de saber compromissada com a transformação social e com uma produção de conhecimento autóctone. Uma práxis que se pergunta constantemente sobre nossa história e sobre quem é o homem americano (GÓIS, 2005). É a primeira vez que o – assim denominado à época – Terceiro Mundo produz conhecimento teórico em Psicologia, não importando teorias, mas se importando com o homem daqui. Afetados pelo compromisso de se fazer análises teórico-práticas genuinamente latino-americanas, os autores desse trabalho se perguntam: passados quase cinquenta anos do movimento da Psicologia Social Crítica – ainda em curso – conseguimos, sobretudo em nosso país, ter um mínimo de conhecimento acerca do nosso continente? O que sabemos sobre nossa história enquanto continente, enquanto povo que padeceu sob as mesmas barbáries ibéricas, das nossas tribos pré-colombianas ou da situação política atual dos outros países latino-americanos? Talvez muito pouco. Tal conhecimento seria ainda mais minimizado se o compararmos com o que sabemos das culturas asiáticas e europeias, quiçá as africanas. Senão, vejamos: se nos fosse perguntado qual o nome do atual chefe de estado do México ou do Equador muitos de nós gaguejaríamos, porém se a pergunta fosse o nome dos presidentes do EUA ou da Alemanha responderíamos, talvez, com voz de prepotência. Aliás, saberíamos a capital destes dois países latino-americanos? E da França ou do Japão? Tendemos a tachar como absurdo o nazismo de Hitler, o fascismo de Mussolini, a imprudência ianque em Nagazaki e Hiroshima ou os atentados do Sr. Bush. Todavia, relegamos às entranhas do olvido que nós, americanos, parimos pínochets, médicis, perons e suas barbáries ditatoriais. Quantos de nós planejamos fazer pós-graduação na Universidade de Caracas ou na Universidade do Chile? Em vez disso, sonhamos com Harvard, Paris XIII ou mesmo Universidade de Dubai. Por falar em Dubai, nossos ídolos políticos, exemplos de vida, heróis de resistência são Gandhi, Jesus Cristo, Lênin, em vez de Guevara, Lula da Silva, Simon Bolívar, Virgulino... "E nossa história nativa, tão massacrada por nós mesmos hoje quanto pelos primeiros ibéricos séculos atrás: (GALEANO, 2014)" quem de nós não conhece o mito de Narciso ou de Édipo na Grécia Antiga? Mas quantos de nós, americanos, conhecemos, pelo menos superficialmente, os mitos incas, maias ou guaranis? A literatura também não passa incólume nesta avalanche eurocêntrica camuflada de globalização. Assistimos abismados (e calados!) ao ocultismo que relegamos aos versos de Augusto dos Anjos, Gabriela Mistral ou Pablo Neruda. Em contrapartida, sabemos de cor o "ser ou não ser" de Shakespeare ou os versos de Milton. Gabriel Garcia Márquez, Vargas Llosa ou Lima Barreto são praticamente palavrões aos nossos ouvidos europeizados, ao passo que desdenhamos daqueles que não conhecem os contos de Aldous Huxley ou os romances de Dostoievski. E a Filosofia? Quantos bons filósofos americanos devem ter se perdido pelos labirintos tortuosos e indecifráveis da América Latina? À guisa de exemplificação, citamos o cearense Farias Brito que, mesmo em ambientes acadêmicos, não passa de um ilustre anônimo. Parece haver uma afirmação que tem o poder de um imperativo categórico: todos os bons filósofos são europeus! Descartes. Maquiavel. Kant. Nietzsche. Foucault. Seria nosso continente americano tão estéril a ponto de não parir nenhum filósofo de renome ou isso seria mais um legado eurocêntrico? Nos campos teóricos da Psicologia prefere-se estudar o bielorrusso Vigotski, o suíço Piaget ou o austríaco Freud do que o venezuelano Alberto Merani, a argentina Emília Ferrero ou o brasileiríssimo Paulo Freire (isso sem citar os que foram desgraçados pelo silêncio do ostracismo). E ainda se fala em uma Psicologia latino-americana... Será que Freud, Skinner ou Rogers (nomes dos mais aceitos na Psicologia no Brasil) descobriram os "universais antropológicos" ou os estudamos graças às nossas subjetividades marcadamente oprimidas e destituídas de autonomia? Talvez a pergunta que deva ficar, no lugar de o quê nos faz americanos, é se, necessariamente, queremos ser americanos.

Uma análise genealógica da criminalização da juventude e da produção do "menor delinquente"

Patrícia Furtado Félix (Universidade Federal do Pará)

O presente resumo refere-se à pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso que defenderei no final do Oitavo Período do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará. Esse resumo, portanto, baseia-se no período inicial da presente pesquisa. O objetivo principal da pesquisa visa problematizar a criminalização da juventude e a produção do "menor delinquente" através de uma análise documental feita a partir de uma revisão bibliográfica em teses e dissertações, produzidos no Brasil no período de 2010 a 2015, tendo como ferramenta metodológica a Genealogia de

Michel Foucault. Através do método genealógico pretende-se problematizar a produção do "menor delinquente" e desconstruir diversos discursos que tem se reverberado na sociedade, que associam juventude pobre, perigo e risco, produzindo a figura de um menor perigoso e violento que deve ser controlado e até eliminado da sociedade por ser um provável perigo e gerador do risco tão temido em nossa sociedade. Frequentemente podemos observar que os discursos midiáticos tem associando, de forma insistente, juventude, violência e pobreza como se o jovem de baixa renda fosse o grande motivo do medo tão característico na sociedade atual. Esses discursos que tem se difundido na sociedade tem produzido a figura do "menor delinquente" como perigoso, ameaçador à norma social e gerador de perigo e risco para a sociedade. Diante disso é importante problematizar a produção de discursos que tem criminalizado a juventude e produzido a figura do "menor delinquente" como um ser perigoso e ameaçador à sociedade, esses discursos produzem cada vez mais estigmas e preconceitos a esse grupo que é considerado um grupo de risco, transformando-o em um grupo social indesejável. Portanto, se faz necessário criar possibilidades que desmistifiquem a produção desses discursos que criminaliza o jovem e o torna um ser perigoso que deve ser eliminado e controlado em nome da segurança e da ordem social. A produção desse "menor delinquente" abre a possibilidade para pensarmos se o que está acontecendo na verdade não seria uma massificação da criminalização do jovem pobre, é importante pensarmos quais medidas estão sendo tomadas e de que forma poderemos problematizar essa questão que tem se difundido na sociedade e criar possibilidades e estratégias voltadas a uma nova condição de vida, políticas públicas e acesso a uma educação de qualidade para esses adolescentes. Diante disso, é necessário, pensarmos possibilidades e formas de resistências para que seja possível reverter essa visão do jovem violento e criminoso para o jovem que tem tido seus direitos violentados e tem sido criminalizado todos os dias por discursos sensacionalistas da mídia. É de grande relevância e de caráter emergente a criação de estratégias que desmistifiquem essa visão estigmatizadora do jovem violento e criminoso, do "menor delinquente" e bandido, causador da violência e da insegurança e do medo na sociedade. É importante analisar quais efeitos de poder e subjetivação tem se desenvolvido a partir da produção do "menor delinquente" para que seja possível desmistificar e desnaturalizar esses discursos que produzem a figura do "menor delinquente" como um ser perigoso ameaçador à norma social e gerador de perigo e risco para a sociedade.

Eixo 05 Movimentos sociais e desafios à democracia brasileira

Grupo de Desenvolvimento de Protagonismo Juvenil - ARENA (Autonomia, Responsabilidade, Educação, Nobreza e Arte)

Vicente Emanuel Ribeiro Macedo Alves (Universidade federal do Ceará), Rimelber Brito Guedes Filho (Instituto Federal do Ceará)

O Grupo Arena é o resultado da iniciativa juvenil do Conjunto Araturi em Caucaia-CE de formar facilitadores de grupos endereçados a construção da identidade comunitária, vinculação dialógica, reflexão crítica e práticas psicossociais comprometidas com a melhoria da qualidade de vida e da dinâmica social promovedora de democracia. Defendendo enquanto princípios norteadores a Autonomia, Responsabilidade Social, Educação Libertadora, Nobreza enquanto foco na superação das desigualdades sociais e Arte enquanto prática integradora inter e intrasubjetiva. O grupo acontece desde agosto de 2014, no centro pastoral da paróquia São José Operário, enquanto proposta de um modelo próprio da juventude da comunidade que almeja transformar as características da sua comunidade referentes a falta de opções culturais, dissolução dos laços identitários com o espaço geográfico e simbólico da comunidade, de reflexão crítica das mudanças políticas, sociais, econômicas que influem diretamente nos modos de vida e suas interrelações.

A partir dos princípios estruturamos 21 atividades divididas em três níveis de execução, o primeiro a vinculação entre membro e dos membros ao programa; o segundo, aprofundamento das temáticas e desenvolvimento de metodologias de grupo; e terceiro, promover eventos em que a população geral possa refletir as temáticas, sejam estas previas ou espontâneas. No nível 1, os jovens que apresentaram interesse na proposta do grupo serão integrados o máximo posível em suas características que complementam e figura a estrutura dinâmica das relações intragrupais, valorização de sua história de vida, facilita-se espaços de lazer e formulação de significações a partir de atividades planejadas para tal.

No nível 2 é possível engaja-los gradativamente em práticas reflexivas, leitura de textos e outros elementos audio-visuais, bem como oficinas de aproximação artística e prática-reflexiva da dinâmica dos grupos, sendo possível desenvolver habilidades diversas em espaços variados (ideia que agregamos da representação de uma Arena)

Fechando o círculo temos o nível 3 em que é levado à comunidade geral as produções artísticas do processo de maturação de ideias, eventos em que é possível criação de espaços e movimentos em prol de novas práticas sociais voltadas para uma percepção maior da própria realidade, consciência essa que implica uma ação. Ação essa comprometida e emergente da vivência dos indivíduos em comunidades.

Dentre os autores estudados e aplicados temos: Ética - Levinas, Psicologia da Arte - Vigotsky, Arte-identidade - Góis, Pedagogia da Libertação - Paulo Freire, Teatro do Oprimido - Augusto Boal, Jogos Teatrais - Viola Spolin, Responsabilidade - Hans Jonas, Psicologia da Libertação Martin Baró, dentre outros.

Os resultados obtidos no decorrer do último ano foram jovens comprometidos com a sociedade, suas realidades, com a identidade da sua comunidade, em fomentar espaços de reflexão e sensibilização das questões psicossociais. Utilizando de filmes, rodas de conversa, teatro, música, dança, poesia, contação de história, sarau, dentre outros. Pretendemos alcançar através desses princípios cidadãos cônscios de sua imanente de responsabilidade ética e política pelo próprio entorno socio-ambiental. Envolvemos tanto instituições educacionais quanto religiosas visando a integração fecunda do incentivo das potencialidades criativas, arte, afetividade, cultura, política, etc e a vivência unica/valiosa de comunidade. Potencializando as areas de atuação, pesquisa e teoria da Psicologia Social.

Eixo 06 Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais

A imposição do corpo ideal como dispositivo de inserção social: relato de uma experiência

Dafne Conceição Silva Uhde (Universidade Federal de Mato Grosso), **Rhayane Gabryele Campanin de Oliveira** (Universidade Federal de Mato Grosso), **Wallace Rodolfo Pereira da Silva** (Universidade Federal de Mato Grosso)

Trata-se de um trabalho que contempla algumas das experiências vivenciadas no Projeto de Extensão PBEXT-AF "Oficinas de Igualdade de Gênero e Cidadania" da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Universitário de Rondonópolis/CODEX (UFMT/CUR), que visa discutir Gênero e Cidadania no contexto escolar. O trabalho foi desenvolvido em quatro encontros utilizando-se do método de oficina pedagógica que trata-se da "construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências" (CANDAU, 1999, p.23), com os alunos de uma turma do EJA (Ensino para Jovens Adultos), 2º segmento 1º ano A – Ensino Fundamental, caracterizada por um faixa etária que varia entre 18 e 60 anos, com predominância do sexo feminino, com aproximadamente 30 matriculados. Para isso, foram desenvolvidas oficinas pedagógicas embasadas em Candau (1999) com o propósito de viabilizar o que a temática tem a oferecer: aprendizagem e exercício da cidadania. O tema central das oficinas que serão descritas neste relato é "A imposição do corpo ideal como instrumento de inserção social", que teve o propósito de analisar os efeitos da imposição de um modelo de corpo ideal nas relações sociais e na construção da subjetividade do ser humano, em cinco encontros com a turma do EJA do 2° segmento 1º ano A - Ensino Fundamental, da Escola Estadual Elizabeth de Freitas, de Rondonópolis, entre os meses de setembro e outubro de 2014. No início das oficinas, percebeu-se que alguns alunos demonstraram resistência em participar e relatar suas vivências em relação à estética, preconceitos corporais e suas consequências. Pode-se supor que isso se deve pelo modo como os tabus e estigmas do corpo foram construídos pela sociedade e por não haver tal problematização em seu ambiente rotineiro. Com o trabalho, percebe-se que se, no passado, a luta fora pela garantia dos direitos individuais e coletivos, atualmente devíamos lutar pela revalorização da relação com o corpo, fazendo com que ele exista sem ser somente uma máquina e, por isso mesmo, um instrumento de poder. Por fim, relacionamos nossa experiência com o Eixo Temático "Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais" por percebermos que a valorização das diversidades na escola significa um ponto fundamental para a construção de um contexto social que problematize padrões que estereotipam os sujeitos, diminua a discriminação por categorias e desperte ressignificações corporais a fim de sucitar novos olhares para combater a ditadura da "corporlatria". Vale ressaltar que durante a preparação das oficinas e sua execução, fomos para além de um aspecto biológico: tentamos, na medida do possível, situar a discussão na construção social do corpo. O objetivo era refletir sobre os modos como o corpo foi construído no imaginário coletivo e de que maneira essa idealização atingia a nossa maneira de ver hoje em dia. Não foi uma tarefa fácil, pois precisamos despir-nos de nossos pretensos saberes e pré-conceitos e nos deixar afetar por conhecimentos novos e desafiadores. Dantas (2011) nos auxilia a pensar melhor isso quando diz que: Nosso convite à reflexão se refere ao fato de creditarmos quase cegamente nossas alegrias, nosso bem-estar e, acima de tudo, nossa felicidade, aos produtos de beleza, aos ácidos, aos procedimentos estéticos e porque não dizer, aos medicamentos de todo gênero. Enquadrar-se em padrões externos é uma escolha a ser feita, e como em toda escolha, há uma responsabilidade implicada. O culto ao corpo é uma obrigação na atualidade, será que nossa correspondência à esses padrões quase universais também é? (DANTAS, 2011, p.909).

E o desafio foi ainda maior porque toda essa discussão ocorreu situada à questão do Gênero e da Cidadania. Não podemos pensar o corpo se não for, atualmente, como um instrumento de poder que delimita relações e marca espaços. Por isso, nesse sentido, conseguimos discutir o que era Gênero e como o Corpo acontecia nessa relação. Também pudemos ouvir relatos de vida que mostraram como a cidadania é, por vezes, vituperada em nome de um instrumento de poder como o corpo o é. Foram dias de aprendizado profundo com uma turma do EJA que, como já dissemos, nos permitiu ampliar os horizontes de conhecimento: nos transformamos mutuamente, porque, como já dizia o grandioso Professor Paulo Freire "Ninguém sabe mais, ninguém sabe menos. O que existe são saberes diferentes."

A percepção de psicólogas sobre a violência doméstica contra a mulher

Luciana Aparecida Gomes (Universidade Cruzeiro do Sul)

A violência doméstica é tratada como um problema de saúde pública e informações recentes apresentam números mundialmente alarmantes. As consequências decorrentes dessa violência geram danos em diversas áreas, sendo a da saúde mental uma das mais atingidas. São temas para discussão o posicionamento de profissionais da saúde e a dificuldade que possuem para interferir, por entenderem que se trata de um assunto privado e constrangedor para a vítima, e ainda, a dificuldade que a própria mulher tem em identificar essa violência, que por vezes é relatada, mas não denominada como tal. O presente projeto de pesquisa pretende identificar a representação social da violência contra as mulheres produzidas por psicólogas. A escolha das psicólogas se tornou fundamental por se tratar também de profissionais da área da saúde e, segundo pesquisas, também apresentarem dificuldades no reconhecimento e enfrentamento da violência contra a mulher nos serviços de saúde. Seis participantes responderão a entrevista semiestruturada, sendo a análise de conteúdo ancorada na Teoria das Representações Sociais. Introdução: Desde a década de 80 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) trata o assunto como uma questão de saúde pública por sua dimensão e gravidade devido às consequências orgânicas e emocionais que produz. (FONSECA et al. 2012 apud ALVES & COURA FILHO, 2001; BRASIL, 2005).São temas para discussão o posicionamento de profissionais da saúde e a dificuldade que possuem para interferir, por entenderem que se trata de um assunto privado e constrangedor para a vítima, e ainda, a dificuldade que a própria mulher tem em identificar essa violência, que por vezes é relatada, mas não denominada como tal. Segundo Fonseca et al. (2012) a violência doméstica contra a mulher atinge repercussões em vários aspectos da sua vida, no trabalho, nas relações sociais e na saúde (física e psicológica). De acordo com Schraiber et al. (2003) silêncios e invisibilidades são também questões de gênero, portanto, são fatos que podem e devem ser abordadas no plano psicoemocional, sociocultural e ético-político, elevando a primeiro plano sua complexidade. Objetivos: Identificar a representação social produzida por psicólogas sobre a violência doméstica contra as mulheres, qual o conhecimento que estas têm a respeito da violência contra mulher e as percepções sobre a sua atuação frente a mulheres em situação de violência. Metodologia: Pretende-se utilizar o método de pesquisa qualitativa. O público serão seis psicólogas, atuantes no campo da saúde, com idades entre 30 a 59 anos. Sendo exigência não ter participado de treinamento específico sobre violência contra mulher. Será utilizada a técnica da entrevista semiestruturada e submetidas a análise da Representações Sociais de Moscovisi. Resultados: A pesquisa encontra-se em fase de revisão bibliográfica e contatos com as psicólogas para entrevista. Portanto ainda não há resultados a serem apresentados.

Bibliografia Consultada

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 340 p. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf Acesso em 07 jun. 2014. FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão and LEAL, Noêmia Soares Barbosa.

Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. Psicol. Soc. [online] 2012, vol.24, n.2, pp. 307-314. ISSN 0102-7182. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-

71822012000200008. Acesso em 02 maio 2014.SCHRAIBER, Lilia et al. Violência vivida: a dor que não tem nome. Interface (Botucatu), Botucatu. V. 7, n.12, Fev. 2003. Disponível em acesso em 02 mai. 2014 http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832003000100004.

Homofobia e feminilidade: a história de um jovem gay efeminado

Amanda França Pereira (Universidade Federal de Pernambuco)

O estudo objetivou compreender as formas de engajamento e participação de homens jovens, que se utiliza de atributos de feminilidade para compor suas performances de gênero, na dinâmica da comunidade homossexual do Recife. Sua contribuição se direciona para oferecer recursos para o combate ao estigma às homossexualidades, causador de violência e sofrimento.

Se a estigmatização às homossexualidades é amplamente espalhado no Brasil, os estudos revistos interpretam-na como fundada nas construções de gênero (PARKER, 1991; RIOS, 2004). Nas camadas populares, fontes de prazer (ânus), posições sexuais (passivo) e

maneirismos/gestualidade/sotaque/vestuário (efeminamento), categorizados pelo sistema de gênero como femininas, aparecem como mais importantes para significar os atores enquanto gay/bicha/veado/frango/boiola/homem sexual (termos êmicos) do que o sexo da pessoa eleita como objeto sexual. Ativo/passivo e masculino/feminino organizariam a inteligibilidade das sexualidades nas classes populares, tendendo a apreender como heterossexual, ou homem mesmo, aqueles homens que fazem sexo com homens, mas que são ou se dizem ativos/masculinos (cf.

FRY, 1983, GREEN, 2002).

Embasada numa abordagem etnográfica (GEERTZ, 1987), a pesquisa envolveu observação participante na comunidade homossexual do Recife, e entrevistas com enfoque biográfico com seis homens efeminados. Para este trabalho, analisamos uma destas trajetórias de vida. Para a análise seguimos a perspectiva da “dupla hermenêutica”, sugerida por Giddens (1984), interpretando a interpretação de Bacante (nome fictício) sobre sua história, a partir de nossas questões de pesquisa e marco teórico.

Bacante de Life tem 18 anos, é pardo, mora com sua mãe e irmãos no bairro da Várzea. Ele conta que ao se “assumir” foi bastante aceito pela família que sempre o tratou muito bem. Atualmente está terminando o ensino médio e estudando para o vestibular. Fala que nos primeiros anos na escola sofria muito preconceito pelo seu jeito feminino de ser. Conta também que quando chegou ao ensino médio conheceu "outras gays" com as quais fez amizade e "viraram a 'elite' da escola".

Sempre lidou bem com sua homossexualidade, mas sofre muita violência, desde a verbal até a física. Relata não ter preferências do tipo de rapaz pra se envolver, fala que não se incomoda se for “pintoso” (efeminado), mas a maioria dos ex-namorados eram masculinizados e mal dava pra perceber que eram gays. Ela prefere ser passiva.

É mesmo na escola, e depois, quando lhe é permitida, pela própria idade, aumentar os espaços de transito, onde se percebe, por um lado, a restrição que a heteronormatividade configura na vida de Bacante, e, por outro, os modos de resistências que ela exercita para se afirmar no mundo do jeito que gosta de ser. São notórias as agressões homofóbicas que sofreu em sua vida, relacionadas à sua forma de se vestir e gestualidade. Ainda assim, nos parece que é justamente na formação de grupos de iguais que ela encontra forças para resistir: os outros gays da escola, e as amigas que juntas passeiam pelo bairro de residência e pelo mundo. Além disso, a evitação de situações onde pode se expor a riscos de violência vão sendo aprendidas.

No relato de Bacante, observamos a forte presença do modelo hierárquico, que conforme Fry (1983) marca as performances públicas e parcerias sexuais, das classes populares, onde o efeminado é o verdadeiro homossexual, que vai se relacionar sexualmente com os “heterossexuais”/homens masculinizados. Ainda que Bacante diga que já se relacionou amorosamente com homens pintosos, todas as cenas sexuais (dela e de suas amigas) que descreve são com homens masculinizados, alguns diz ela, que se dizem hétero. Do mesmo modo, são cenas onde as femininas assumem a posição de passivas, e os masculinos de ativos.

A história de Bacante de Life é capaz de apresentar o modo como o gênero opera na experiência da homossexualidade, de homens pobres. Um modelo hierárquico que ainda que seja, nos interstícios da experiência, questionado (se relacionar com homens femininos e/ou ser ativa na relação sexual), ainda é o preponderante para significar as experiências de jovens efeminados como Bacante.

É bem expressivo como as categorias masculinizado/efeminado e passivo/ativo foram fundamentais para construir a história de vida de Bacante – claramente marcada por estigma e opressão. As agressões na escola e no transito no mundo ficam claramente associadas às performances de gênero desta e de outras entrevistadas, corroborando o que vem sendo discutido pela literatura especializada.

Mulheres guerreiras: novas oficiais no Exército Brasileiro

Camila Bravo Fontoura (Ministério da Defesa/Exército Brasileiro), **Ender Martins Fontoura** (AVM)

A relação mulheres e Forças Armadas no Brasil é um fenômeno que merece discussões. A participação das mulheres no front é consagrada na história como um aspecto particular, permeado por exceções e dissolvida na história dos homens combatentes. Claude Quétel (2009) afirma que durante a Segunda Guerra Mundial as mulheres estiveram presentes em toda parte: vítimas no caminho do êxodo e sob as bombas, trabalhadoras nas fábricas e nos campos durante a ausência dos homens, e também uniformizadas, auxiliares na retaguarda e na linha de frente. A profissão militar por muito tempo foi considerada uma profissão exclusivamente masculina, caracterizada pela rusticidade, valentia e controle da violência. Por isso, a discussão da mulher militar envolve direitos e garantias individuais e a capacidade combativa das Forças.

A carreira militar é composta por quadros e serviços, distribuídos pela hierarquia e disciplina dos praças e oficiais. Ser militar de carreira envolve a admissão via concurso público e formação nas escolas de formação chamadas de academia. O Brasil conta com três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e cada uma é responsável pela seleção e formação de suas tropas. As Forças Armadas possuem ensino autônomo, ou seja, não sofrem intervenção do Ministério da Educação e estruturam e regem seus sistemas de ensino com leis próprias.

As academias militares, responsáveis pela formação dos oficiais, estão presentes no Brasil desde a chegada da família real no país, porém, apenas em 1996 a Academia da Força Aérea (AFA) brasileira foi a primeira, e atualmente é a única, a incluir mulheres em um de seus cursos de formação de oficiais. Porém, cabe ressaltar que inicialmente as mulheres tiveram seleção diferenciada nos aspectos físicos e cognitivos, em relação aos candidatos homens. Foram admitidas como cadetes, mas com formação também diferenciada e podendo concorrer apenas ao curso de formação de oficiais da intendência (voltado para as coisas da administração), sendo o curso de formação de oficiais de infantaria ainda exclusivamente ao sexo masculino. Após a sanção presidencial, por meio do art. 7º da Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, o ingresso de candidatas do sexo feminino na Linha de Ensino Bélico foi estabelecido, devendo sua entrada ser viabilizada em até 5 (cinco) anos. Tal medida entende que as Forças Armadas não são instituições isoladas da sociedade e que estão intrinsecamente conectadas ao processo social e ao projeto que cada sociedade estabelece para si em termos de defesa e de construção de direitos de cidadania e soberania (D'Araujo, 2004). Sendo assim, as Forças Armadas devem expressar o perfil da sociedade à qual servem e obedecem, respeitando o princípio da igualdade.

Levando em consideração esse contexto, esta comunicação tem como objetivo relatar como tem sido o processo de preparação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), escola de formação dos oficiais do Exército Brasileiro, para a entrada do segmento feminino no Ensino Bélico, em 2016. Os pesquisadores dessa comunicação oral são professores responsáveis pela especialização das equipes que compõem as escolas militares do Exército e trabalham no Centro de Estudos de Pessoal, que tem como um dos setores de atuação a seleção psicológica das futuras candidatas ao ingresso na AMAN.

Pretendemos proporcionar discussões sobre as problemáticas apresentadas pelo ingresso da mulher nas tropas empregadas no combate como, por exemplo, as peculiaridades fisiológicas femininas que têm sido apontadas como limitações para sua participação na linha de frente. Pretendemos também relatar como tem sido o papel da psicologia no processo de seleção através dos testes psicológicos e mapas dos perfis profissiográficos desenvolvidos pela sessão de Psicologia Organizacional do Exército para o processo de seleção das mulheres. Pretendemos relatar também como a instituição tem se preparado física e estruturamente para o fenômeno, apontando os novos processos de subjetivação nos quartéis com a entrada do segmento feminino. Com essa proposta, pretendemos contribuir para as discussões sobre a questão de gênero e direitos sexuais e (re)pensar o campo de práticas e de saberes da psicologia social que, no caso apresentado, tem representado grande importância no processo de exercício do direito profissional das mulheres.

Referências Bibliográficas

D'ARAUJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. Nova História Militar Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

QUÉTEL, Claude. As mulheres na guerra. São Paulo: Larousse, 2009.

O Centro de Referência Clarice Lispector: possibilidades no limite?

Danielly Spósito Pessoa de Melo (Instituto Federal de Alagoas), **Telma Low Silva Junqueira** (Universidade Federal de Alagoas)

A violência contra as mulheres se constitui como um fenómeno "democrático" que evidencia a construção social das relações de dominação-exploração entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2001; LOW, 2014). Tal violência não apenas visibiliza o sistema patriarcal ao qual todas mulheres estamos "naturalmente" submetidas, senão que está legitimada através de práticas e discursos sutis que são capazes de dilatar o conjunto de expressões das desigualdades. No Brasil foram incorporadas, ao longo dos anos, mecanismos legais/jurídicos e medidas políticas para enfrentar a violência contra as mulheres. A capital de Pernambuco, Recife, foi uma cidade pioneira na construção da Política de Assistência para Mulheres em Situação de Violência (PAMSV), e através do Centro de Referência Clarice Lispector, construiu um importante equipamento social no enfrentamento da violência contra as mulheres no estado. Criado antes mesmo da promulgação da Lei Maria da Penha (2006), o Centro de Referência Clarice Lispector atua na prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, se propondo a preservar a autonomia, fomentá-la e fortalecer os vínculos de mulheres que, em geral, apresentam em seus discursos múltiplas expressões de vulnerabilidade e em seus corpos marcas das violências sofridas cotidianamente. Não obstante, a realidade do Centro de Referência Clarice Lispector preocupa profissionais que nele atuam e que buscam romper com o modelo patriarcal imposto; que, por um lado, se mostra através da sociedade, e, por outro, nas ações desmobilizadoras das políticas públicas. Frente às contradições das políticas públicas, nossa experiência se dá no marco da construção da tese doutoral onde buscamos analisar a efetividade do Centro de Referência Clarice Lispector no período compreendido entre 2005-2009. Sendo assim, surgem algumas indagações: será o Centro de Referência Clarice Lispector – órgão que compõe a rede de enfrentamento – efetivo? Quais os principais aspectos que influenciam e corroboram com sua efetividade? Na perspectiva de encontrar possíveis "respostas" realizamos visitas aos organismos que atuam na PAMSV, entrevistamos dezoito profissionais das distintas áreas da rede de atendimento, e, também dialogamos com seis mulheres usuárias do Centro de Referência Clarice Lispector que encontravam-se em distintos "níveis" de atendimento/fortalecimento. Com isso, identificamos diferentes formas de "respostas" das mulheres que "passam" pelo atendimento da equipe técnica do Centro de Referência Clarice Lispector, momentos políticos divergentes, que ora fortalecem uma política democrática e ora a fragiliza e a põe em questão. Sem dúvidas, a pesquisa possibilitou refletir e analisar de que forma tais "respostas" são, também, produtos das adversidades políticas que circundam o Centro de Referência Clarice Lispector. Com discursos que convergem, divergem e se complementam, é bastante visível a situação de vulnerabilidade em que se encontra a Política de Assistência a Mulheres em Situação de Violência, os/as profissionais que atuam nessa área e as mulheres usuárias dos serviços. Estrategicamente, como forma de qualificar e possibilitar a construção de redes conceituais, o processo de análise se deu através do uso do software Atlas.ti, que possibilitou a construção de redes conceituais que manifestam as conexões existentes entre os condicionantes e o conjunto de desafios, os quais foram analisados também à luz da perspectiva feminista de gênero.

Olhares masculinos acerca da violência contra a mulher na contemporaneidade

Lucinda Gomes de Sousa Neta (Centro Universitário Estácio do Ceará), **Ana Virgínia de Deus Marques** (Centro Universitário Estácio do Ceará), **Selene Regina Mazza** (Centro Universitário Estácio do Ceará)

Introdução: Esta pesquisa, de cunho qualitativo, analisa a violência contra a mulher, através da visão de homens cearenses, buscando esclarecer as formas de olhares que se debruçam sobre esta temática na contemporaneidade. Diante de uma história de opressão e dominação, sendo vista como o "sexo frágil", com papeis socialmente definidos, de mãe e cuidadora do lar, a mulher busca se desvencilhar da descriminação e do preconceito como também das correntes que lhes impedem de conquistar seu espaço na sociedade. Com o aumento da violência contra a mulher, esse assunto deixou de ser privado tornando-se também de responsabilidade das políticas públicas. A violência contra a mulher tem um contínuo permanente de acontecimentos, é um problema social que precisa de respostas efetivas do poder público. Os tipos de violência contra a mulher são diversos, como violência, física, sexual, e psicológica, provocando muitas vezes fraturas ósseas, depressão e outros transtornos mentais e, ocorrida em qualquer relação interpessoal. Este tipo de violência mostra a falta de reconhecimento e de cumprimento dos direitos individuais para com a dignidade humana ao decorrer da história da humanidade. **Metodologia**: Esta pesquisa foi realizada na cidade de Fortaleza e teve como público alvo seis participantes do sexo masculino em diversas faixas etárias. O instrumento utilizado para coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada com oito perguntas visando dar profundidade ao tema. Os participantes se dispuseram a responder a entrevista, dando livre consentimento para que a mesma fosse gravada. A entrevist a foi pré-agendada em horários e locais específicos, de acordo com a disponibilidade dos participantes. **Resultados**: Constata-se uma desaprovação da violência contra a mulher, que nos dias atuais ainda persiste no meio social, mas, que a partir da análise de olhares masculinos, há, por parte dos homens entrevistados, uma crítica ao modelo patriarcal que aprisiona a mulher, e as formas de preconceito na escola, no trabalho ou no meio social que ela possa ocorrer. Conforme as respostas analisadas, os homens entrevistados deixam clara sua posição diante do fato de que alguns comportamentos femininos são aceitáveis como instigantes e motivadores para reações de violência masculina, entretanto os mesmos não justificam a agressão sofrida. É possível perceber na fala da maioria dos homens entrevistados, que embora afirmem serem a favor do direito de igualdade entre homens e mulheres e discordarem de qualquer tipo de violência contra elas, e que de forma alguma pode ser justificáveis, ainda assim afirmam indiretamente que mulheres podem ser culpadas por serem agredidas, ou que devem se comportar de determinada forma mais aceitável socialmente para evitarem agressões. A visão geral da sociedade ainda traduz um pensamento preconceituoso que carrega de tempos passados. **Conclusão**: Conclui-se esta pesquisa com uma perspectiva desfavorável ao constatar o pensamento dos homens entrevistados, refletindo pouca mudança no pensamento social que constitui a realidade atual, apesar do avanço das lutas das mulheres e de todos os órgãos envolvidos na resolução deste problema. O direito de igualdade entre os gêneros é um ponto concordante entre todos os entrevistados, existe uma diferença biológica, natural, mas, que não deve ser utilizada como pressuposto de fraqueza para mulher. Esta conclusão é um ponto de partida importante para o reconhecimento e preservação das garantias dos direitos, uma realidade que se concretiza pelo respeito e cumplicidade na construção de laços mais fortes entre os membros que compõem a sociedade, para convivência pacífica de todos. A visão e o papel do homem adquirem importância primordial na construção de estruturas sociais mais justas e igualitárias. Conclui-se também que uma dependência financeira e emocional aprisiona a mulher em relacionamentos deteriorados pela violência, tonando-se reféns destas estruturas familiares.

Os estudos construcionistas sociais sobre gênero e sexualidade no Brasil

Ederglenn Nobre Vieira Júnior (Universidade Federal de Uberlândia), **Emerson Fernando Rasera** (Universidade Federal de Uberlândia), **Carla Guanaes Lorenzi** (Departamento de Psicologia. FFCLRP-USP.)

Os estudos sobre gênero e sexualidade são produzidos a partir de diferentes matrizes teóricas e políticas nas várias áreas do conhecimento, abrangendo desde perspectivas individualistas e biologizantes até abordagens sociais e históricas. Interessado na difusão dessas abordagens sociais sobre o sistema sexo-gênero, esse estudo buscou analisar como tem se construído o discurso sobre gênero e sexualidade no interior do movimento do construcionismo social no Brasil. Este movimento se fortaleceu no campo da Psicologia a partir da década de 1990 orientado por uma perspectiva social dos processos de produção de conhecimento e enfatizando a importância da linguagem e dos discursos na construção da realidade. A partir de uma ênfase comum em críticas sociais, ideológicas e retórico-literárias sobre os modos tradicionais do fazer científico, o movimento construcionista social desenvolveu-se em diversas tendências teóricas nos últimos anos, incorporando ao âmbito de suas produções o interesse por temáticas variadas, incluindo aí as discussões sobre gênero e sexualidade. Interessados nessa aproximação, o presente trabalho constituiu-se na realização de um levantamento das dissertações e teses publicadas nos últimos 15 anos no Brasil presentes no Banco de Teses da CAPES associadas à expressão "construcionismo social", no qual identificou-se um conjunto de 55 trabalhos que exploravam variados aspectos do campo do gênero e da sexualidade. Em um primeiro momento esse levantamento possibilitou a caracterização formal da aproximação entre o movimento construcionista social e a temática de gênero e sexualidade, identificando-se os dados referentes ao período de publicação desses trabalhos, passando pelos principais orientadores e centros de produção dessas pesquisas, até os principais temas abordados. Em seguida, a leitura e reflexão crítica dos trabalhos permitiu observar a construção de alguns objetos e modos específicos de se delimitar o debate sobre gênero e sexualidade, destacando-se as seguintes categorias construídas para análise: a) investigações das influências de concepções de gênero/sexualidade na construção dos sentidos sobre determinadas práticas sociais; b) análises das relações de gênero na constituição das histórias de vida; e c) estudos que enfatizam as relações estabelecidas entre gênero, diversidade sexual e direitos. Identificou-se forte investimento na compreensão da sexualidade como uma construção social e valorização das críticas ao essencialismo histórico e aos determinismos biológicos, possibilitando uma importante reflexão sobre o papel da Psicologia nas discussões sobre preconceito, violência e direitos, entre outros, a partir dos marcadores sociais gênero e sexualidade. No entanto, o trabalho também possibilitou a realização de uma crítica ao modo como as ideias construcionistas sociais tem sido incorporadas por esses trabalhos em um sentido epistemológico, visto que alguns trabalhos ainda se mostram tímidos na incorporação do caráter filosófico desse movimento, principalmente no que se refere à contínua busca por reflexão sobre a constituição das normas e valores que orientam as práticas sociais, sugerindo, inclusive, a necessidade de maior posicionamento ético e político por parte dos pesquisadores. Por fim, o estudo possibilitou perceber que há no movimento construcionista social brasileiro uma importante discussão sobre gênero e diversidade sexual que merece atenção e aprofundamento, fortalecendo a ideia de que novas pesquisas sobre o tema poderão contribuir ainda mais para seu desenvolvimento e transformação. (Apoio: CNPq/FAPEMIG).

Prostituição: Reflexões Morais e Ética

Michele Oliveira Da Rocha (Faculdade De Tecnologia E Ciências)

Introdução: Questões morais são próprias do comportamento humano em suas relações interpessoais, pois a moral funciona como código de conduta convencionado como correto por determinada sociedade. O comportamento prático-moral acha-se frequentemente embasado em formas primitivas do pensamento social, contudo é possível que o homem não apenas aja de acordo com essas convenções, mas desenvolva atitude reflexiva sobre elas, passando assim ao exercício da ética. Sendo Moral o conjunto das regras norteadoras do comportamento e Ética a investigação e reflexão da moral, propomos o seguinte problema: tem havido o exercício de reflexão ética sobre os comportamentos morais que permeiam as relações estabelecidas no contexto da prostituição? Assim o objetivo deste ensaio teórico foi investigar e teorizar as vivências morais e ética experimentadas nas relações sociais que se estabelecem entre sociedade/profissional do sexo/cliente chegando a uma reflexão ética. Este trabalho está diretamente ligado à reflexão sobe preconceitos e direitos sexuais, e propõe uma reflexão sobre o respeito ao diferente, visando favorecer a tomada de consciência do direito ao livre-arbítrio no uso do corpo e na expressão sexual. O exercício ético leva-nos prioritariamente a estabelecer condutas de respeito às múltiplas moirais existentes no mundo tão culturalmente diverso. A ética é o caminho para tolerância, pois sendo a moral polissêmica, a ética é única e propõe reflexão em busca de um denominador comum. Usamos como metodologia para desenvolver esta revisão bibliográfica a analise de livros e literaturas on-line, reconhecidas pela comunidade acadêmica, publicadas com base em pesquisas diretas com os profissionais em questão, buscando extrair delas questões que apontassem especificamente as relações morais e éticas que circundam o exercício profissional. Resultados: Começaremos por analisar a ética nesse ofício tratando da relação profissional-cliente. Para um grande numero de pessoas prostituir-se ainda é algo moralmente censurado, logo muitos consideram inviável a correlação ética/prostituição. No entanto podemos notar a ética nesta profissão desde o contato inicial, quando profissional e cliente instituem um contrato verbal, onde acordam o que acontecerá durante a relação, as regras, bem como o valor a ser pago, etc. Isto já denota um “código de ética” informal. Deste modo percebemos que a relação será, pelo profissional, considerada ética quando houver o cumprimento do contrato previamente firmado. Aquilo que excede os limites do acordo é considerado pelos profissionais como abusivo e é vivenciado como violência. Isto ocorre com frequência, pois não raro os clientes acham que o pagamento lhes confere poder para qualquer coisa. Diariamente os profissionais do sexo enfrentam situações de risco expressas em agressão física, xingamentos, roubo e até mesmo estupro. Entretanto a violência não é infringida apenas pelos clientes, mas também pela sociedade. Analisando as descrições das vivências do profissional do sexo em relação à sociedade em geral, observamos queixas de desrespeito, violência verbal e simbólica. Essa relação negativa pode ser melhor compreendida a partir da análise do processo histórico, no qual ao longo dos últimos séculos a venda do sexo foi se associando a destruição familiar, transmissão de doenças e transgressão das leis divinas. As afrontas se “justificam” na consideração do sexo vendido como uma atividade “criminosa” e não como escolha profissional. Diante do conflito moral, alguns se acham no direito de desrespeitar uma regra ética maior, que versa sobre o respeito mutuo e respeito às escolhas individuais, a fim de “defender” seu ideal. Conclusão: Em uma reflexão ética podemos concluir que o problema não está na divergência das visões morais, pois sempre houveram divergências. O problema está em que um grupo majoritário esquece-se que estão diante de seres humanos dotados de bagagem psíquica e social e, com intuito de defender o ponto de vista do próprio grupo,desconsideram a regra que presa pelo respeito ao ser humano acima de tudo. A ética se obscurece e é substituída por morais particulares. Diante dessa discussão percebemos que apenas a moral não deve legislar nossos comportamentos, ou assumiremos o risco de nos nortearmos por padrões inadequados, engessados e cristalizados através do tempo, impondo verdades como se fossem absolutas e inquestionáveis. Ser ético exige reflexão sobre nossos valores morais e se necessário a atualização deles, perpassa o respeito ao outro na sua integralidade, independente das divergências existentes entre os povos. Não se trata de certo ou errado, nem de abandonar o próprio ponto de vista, mas de respeito incondicional.

Representações Sociais que homossexuais têm da homossexualidade.

Anelise Breda da Silva (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Poços de Caldas), **Eduardo Borges do Carmo** (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

O presente trabalho tem como objetivo discutir as representações sociais que sujeitos homossexuais têm da homossexualidade. Essa discussão será feita através da análise de revisão bibliografia a partir do conceito de representações sociais. Analisar as representações sociais possibilita verificar como uma determinada sociedade, grupo, ou sujeito, percebe e significa determinado fato social e a partir disso estabelecer relações entre estas e o comportamento social.

Sendo assim, compreender os significados e percepções sociais da homossexualidade, possibilita verificar se existem estereótipos e/ou outros elementos como machismo, heterossexismo e/ou heteronormatividade. Com informações como estas, compreender possíveis relações entre posturas, comportamentos e/ou discursos dirigidos a esse grupo. Compreender essa dinâmica pode contribuir para as atuais discussões políticas e científicas sobre diversidade sexual e homofobia. A sexualidade é uma característica constitutiva do sujeito, isso significa que é um aspecto importante tanto para constituição da identidade do sujeito quanto das sociedades. Nos últimos dois séculos a sexualidade tornou-se objeto privilegiado do olhar de cientistas, psiquiatras, religiosos, antropólogos e educadores. E com base nas mais diversas perspectivas, esta vem sendo descrita, compreendida, regulada, explicada, educada, normatizada. Estes diferentes discursos e/ou representações perpetuam-se na sociedade e com isso, influenciam diretamente na construção dos sujeitos, tanto em sua forma de perceber o outro quanto perceber a si mesmos. Um dos aspectos desses discursos trata-se da centralidade do personagem heterossexual, em detrimento de outras sexualidades consideradas desviantes. A heterossexualidade determina os padrões a serem seguidos, ou os padrões de normalidade. Percebe-se assim que a homossexualidade não é considerada como algo natural, ou que seja associada a “bons comportamentos”. Este trabalho vincula-se ao eixo temático “Relações de gênero, preconceito e direitos sexuais” por buscar analisar, como já foi mencionado, as compreensões que circulam acerca da homossexualidade. Ao fazer a revisão bibliográfica, percebeu-se que não existem muitos trabalhos publicados referentes a representações sociais da homossexualidade, em âmbito nacional. A pesquisa foi realizada no banco de dados SciELO, onde foram encontrados 51 artigos no total, sendo que destes, apenas 4 referiam-se, de algum modo, a representação da homossexualidade por homossexuais ou temáticas próximas. Como resultado foi possível perceber que (1) os sujeitos homossexuais, tanto do gênero masculino quanto feminino, tinham discursos de aversão a homens que fossem afeminados e mulheres que fossem masculinas, evitando contato social tanto no trabalho quanto na vida pessoal; (2) homossexuais com comportamento masculino são considerados por esses grupos como normais enquanto os com comportamentos femininos são considerados anormais; (3) mesmo quando os participantes tinham comportamentos culturalmente tidos como afeminados, não se enxergam com tal característica, (4) existe uma naturalização do modelo heterossexual pelos homossexuais e uma tentativa de estabelecer regras de funcionamento similares as do heterossexismo; (5) as pesquisas sobre representações da homossexualidade comparado às perspectivas de homossexuais e heterossexuais, não abordavam as diversas formas como os homossexuais percebem as diversas formas da homossexualidade. As 4 pesquisas encontradas trazem aspectos da representação social que homossexuais tem da homossexualidade, porém não esgotam o tema. Evidencia-se, portanto, uma frutífera área de pesquisa. A forma como se representa um determinado fato social vai influenciar o modo como o sujeito se comporta socialmente em relação ao mesmo. Por isso, a importância de compreender as representações sociais que os grupos têm de si mesmos.

Eixo 07 Assistência Social, vulnerabilidades e violências

"Não querem me enxergar, mas eu existo": A problematização da população em situação de rua

Maria Luiza Adoryan Machado (Universidade de Santa Cruz do Sul)

A proposta deste trabalho é de problematizar a realidade da população em situação de rua através de uma pesquisa qualitativa realizada com moradores de rua na cidade de Santa Cruz do Sul. Esta pesquisa surgiu no segundo semestre do ano de 2014, na disciplina de Antropologia, no qual se iniciou com um grupo de cinco alunas de graduação das áreas de Psicologia, Fisioterapia e Enfermagem, e atualmente continua sendo realizada por uma aluna do curso de Psicologia. Desde as primeiras entrevistas realizadas com moradores de rua e com profissionais de órgãos públicos que atuam em áreas assistenciais que deveriam acolher e amparar o indivíduo que vive em situação de rua foi identificado que a exclusão social vivida por essa população é naturalizada e promovida pelos próprios profissionais que trabalham diretamente com essa realidade. Os principais objetivos do presente trabalho são: problematizar a realidade da população em situação de rua, desconstruir a forma estereotipada do morador de rua e promover a (re)inclusão social do morador de rua. A metodologia utilizada para a obtenção dos dados foi: aproximadamente dez entrevistas realizadas com quinze moradores de rua com a finalidade de conhecê-los e debater sobre as atuais políticas públicas voltadas aos indivíduos em situação de rua, além de entrevistas com quatro profissionais que atuam em órgãos públicos assistenciais para analisar as estratégias de atuação e o papel do profissional enquanto elemento fundamental na busca da (re)inclusão social do indivíduo que está em situação de rua. Os principais resultados encontrados a partir desta problematização contribuem para a ênfase que se deve dar ao fato de que, além da falta de integração e atenção dos órgãos públicos assistenciais com o morador de rua que necessita desses serviços para buscar sua própria sobrevivência, há o fato de que o morador de rua se auto exclui por não conseguir livremente sua cidadania e subjetividade, pois a negação, preconceito, discriminação e violência são disparadas por diversos meios que dificultam e impossibilitam sua (re)inclusão social e (re)afirmação singular. Conclui-se que a figura do morador de rua continua sendo estigmatizada através de diversos meios, e que tal estigmatização é reproduzida pelo senso comum que naturaliza a ideia de que o morador de rua é uma figura que não pertence à sociedade por sua falta de condições financeiras e sociais, e que "ele está na rua porque quer". Conclui-se também que a falta de dados sobre a realidade atual da população em situação de rua na cidade de Santa Cruz do Sul dificulta uma análise imediata das singularidades existentes nessa comunidade, e que de fato não existem programas, núcleos ou demais meios locais que promovam a (re)integração e (re)inclusão do indivíduo que se encontra em condição de rua na cidade referida. Através do presente trabalho também foi possível identificar algumas das potencialidades dos indivíduos que vivem em situação de rua, de forma que foram promovidas discussões onde o próprio morador de rua teve a possibilidade de identificar suas potencialidades e capacidades na tentativa de desconstruir a forma estereotipada adotada pelo senso comum sobre sua realidade, além de promover e (re)afirmar sua capacidade de ser, agir e pensar.

A atuação do psicólogo na Residência Inclusiva - um novo dispositivo da Proteção Social Especial Da Alta Complexidade - no município de Timon, Maranhão.

Laianny Maria Ribeiro Pires (Universidade Federal do Piauí)

A Residência Inclusiva está inserida no nível da Proteção Social Especial de alta complexidade, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e corresponde aos serviços de acolhimento institucional para pessoas que estão com seus vínculos familiares fragilizados e (ou) rompidos, conforme propõe a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. É um equipamento público com estrutura física adequada, cômodos adaptados, localizada em área urbana da comunidade. Público-alvo: Jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente beneficiários do BPC, sem condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar e (ou) que estejam em processo de desinstitucionalização dos serviços de acolhimento de longa permanência. A Residência Inclusiva é composta por: Coordenador; Assistente social; Psicólogo; Terapeuta Ocupacional; Auxiliar Administrativo; Cuidadores; Auxiliar de cuidador; Auxiliares de serviços gerais; Cozinheiras e Seguranças. Objetivos: Romper com a prática do isolamento, proporcionando a construção progressiva da autonomia e o protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária; Promover a participação social e comunitária; Trabalhar a reinserção familiar para que os vínculos familiares sejam fortalecidos. Metas: Buscar a redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigamento institucional; e minimizar a ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência, dentre outras. Atividades desenvolvidas: Atendimento psicossocial (desenvolvida pela equipe técnica – Assistente Social e Psicólogo (a) através da escuta qualificada com uso de instrumental); Construção de Planejamentos e Relatórios mensais (Planejar as atividades que serão operacionalizadas durante o mês e relatar as atividades que foram feitas); Articulação Interinstitucional da Rede Municipal (Articular outros setores como a saúde, educação, assistência social); Realização de reuniões (Reuniões de equipe de funcionários e com outros dispositivos para discussão de casos); Construção do Plano Individual de Atendimento (Contém todos os dados do usuário e as ações que serão planejadas juntamente com ele no âmbito familiar, profissional, cultural, da saúde, da educação e lazer) e do Plano de Organização do Cotidiano (Organização da rotina da casa elaborada junto com os usuários e profissionais do serviço, focando nos cuidados em relação aos moradores). Esse equipamento púbico se articula com os demais serviços da rede socioassistencial como os Centros de Atenção Psicossocial e Centros de Referência Especializada da Assistência Social e demais dispositivos que compõe o Sistema de Garantias de Direitos. As discussões foram embasadas com Soares, et al. (2012); Paulo Freire (1996); Montero (2004). O trabalho do psicólogo no âmbito das políticas públicas da assistência social se configura na escuta clínica, considerando o contexto de cada sujeito, interrogando os efeitos subjetivos e intersubjetivos desses desamparos, o isolamento e a fragilização de sua socialização; além do atravessamento de vários diálogos interinstitucionais que se propõem sanar demandas de desamparo do sujeito e de sua família, na proporção que é feita a articulação entre os serviços com a finalidade de beneficiá-lo. Portanto, percebesse-se que o fazer psicológico vem sofrendo transformações e demandando reinvenções com a implantação de novos serviços no âmbito da proteção social da alta complexidade, ampliando o campo de trabalho para o profissional psicólogo, possibilitando a reflexão sobre sua práxis e proporcionando novas contribuições e intervenções.

A Atuação do Psicólogo no Serviço Especializado em Abordagem Social

Gesilaine Cristina Gibertoni Muniz (FAEPE), **Daniela Fernanda Simioni Vieira** (Universidade Paulista)

O presente trabalho consiste na descrição da prática realizada pelo Psicólogo no Serviço Especializado em Abordagem Social no município de São José do Rio Preto - SP, objetivando colaborar com o debate sobre a atuação e as contribuições de sua práxis na Assistência Social. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço Especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como o trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas. O Serviço configura-se como um importante canal de identificação de situação de risco pessoal e social que podem, em determinadas situações, associar-se ao uso abusivo de substâncias psicoativas. É preciso que os profissionais da Abordagem Social estejam atentos ao fato de que as demandas trazidas pelos sujeitos estão para além de questões específicas e visíveis. O foco da intervenção, por isso, não deve permanecer na droga em si, mas nas potencialidades e capacidades dos indivíduos para o enfrentamento das situações de risco vivenciadas, em muitos casos, poderá haver demandas e necessidades variadas, exigindo diversas parcerias e articulações intersetoriais que facilitem caminhos, ampliando a eficácia das intervenções. Ofertado no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a Abordagem Social deve garantir atenção às necessidades mais imediatas das famílias e dos indivíduos atendidos, buscando promover o acesso à rede de serviços socioassistenciais e das demais Políticas Públicas na perspectiva da garantia de direitos. A Proteção Social propõe por meio de um sistema que inclui um conjunto de leis, regulamentações e programas, reduzir a possibilidade de ocorrência de riscos ou, na presença destes, minimizar ou reverter suas consequências negativas para indivíduos e famílias. Assim, estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros que impeçam a manifestação de formas de agressão, de precarização e/ou privação. Entretanto, não é uma condição nata, mas adquirida pelo desenvolvimento de capacidades e possibilidades. No caso, ter proteção ou estar protegido não significa simplesmente portar algo, mas ter capacidade de enfrentamento e resistência. Desta forma, o Serviço deve atuar com a perspectiva de elaboração de novos projetos de vida. Para tanto, a equipe deve buscar a construção gradativa de vínculos de confiança que favoreça o desenvolvimento do trabalho social continuado com os indivíduos assistidos. A Abordagem Social através do atendimento in lócus, podendo ser nas ruas, praças, "mocós" e locais mapeados, busca identificar a incidência de pessoas em situação de rua, mendicância, trabalho infantil, exploração sexual e qualquer situação que denote a incidência de desproteção social. Visa promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado junto à população e comércio sobre a importância da não doação de esmola, bem como ações de encaminhamento e atendimento de indivíduos e famílias abordadas, de acordo com a identificação de situações de violações de direitos, assegurando o direcionamento do usuário a uma rede de proteção veiculada à Política de Assistência Social, e outras Políticas Públicas setoriais. As abordagens ocorrem de forma sistemática e abrem espaço para a construção e fortalecimento de vínculos a partir de intervenções, visa fortalecimento de vínculos, o resgate da autoestima, a reinserção familiar e social e autonomia. Nota-se que com a desumanização crescente das relações humanas, que culmina na “coisificação” do homem, o diálogo entre os profissionais e os serviços ofertados pela rede socioassistencial e de apoio, bem como as Políticas Públicas, objetivam refletir a demanda apresentada, compreendendo os conhecimentos trazidos pelo usuário no que diz respeito às suas singularidades e modos de existir, a fim de estabelecer estratégias para a autonomia, independência e transformação da realidade. Destarte, o Psicólogo é reconhecido como parte integrante do processo. Atua na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos com a finalidade de problematizar e propor ações no âmbito social desenvolvendo atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários. Contudo, o trabalho envolve proposições de Políticas e ações relacionadas ao usuário atendido, pertinentes à relação do indivíduo com a sociedade, com o intuito de qualificar o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social. Trata-se de uma atuação comprometida com a promoção de direitos e cidadania, levando em conta o contexto no qual vivem. Propondo, a partir das intervenções, atravessar o cotidiano de desigualdades e violências ocorridas, visando o enfrentamento e a superação das vulnerabilidades, investindo no reconhecimento do lugar de protagonista na conquista e afirmação de direitos.

A Construção do Sujeito Perigoso: da Anormalidade à Periculosidade

Bruna Soares Bruno (Universidade Católica Dom Bosco), **Andréa Cristina C. Scisleski** (Universidade Católica Dom Bosco)

A articulação entre os campos da saúde e justiça, em especial no que se refere ao atendimento de jovens em conflito com a lei que são usuários de drogas, nos remete a problemática de como ocorrem esses atendimentos e quais são os discursos que subsidiam e os legitimam. Desse modo, o trabalho tem como objetivo problematizar a maneira como esses saberes (da saúde e da justiça) se justapõem no âmbito das Políticas Públicas para atendimento dessa categoria específica da população, que tem como excepcionalidade o conflito com a lei e o envolvimento com substâncias ilícitas. Essas peculiaridades os tornam sujeitos anormais, em decorrência da infração da norma e que se aproxima da categoria de perigoso à medida que é apreendido pelas noções psicológicas, psiquiatras, psicossociologias, entre outras dos saberes-psi. A infração da lei e o envolvimento com drogas permite que esses jovens circulem e relacionem de um modo diferente entre os serviços dos campos da saúde e da justiça, de maneira que por onde passam, são submetidos a ações de punição e avaliação sobre a personalidade, perfil, motivação, enfim características, que compõem um perfil perigoso. Independentemente, se circulam nos espaços de saúde ou da justiça a função desses saberes para essa população se funde entre a contenção e punição dos sujeitos. Nota-se então, que a construção de um indivíduo perigoso, se inicia na proximidade com a anormalidade e caminha em direção à periculosidade. Vemos aqui, que a Psicologia contribui com a construção do sujeito perigoso, à medida que possui discursos deterministas e invidualizantes em meio aos atendimentos dos serviços das Políticas Públicas. Com o intuito de apresentarmos como a vida dos jovens em conflito com a lei que são usuários de drogas é administrada, no campo das Políticas Públicas, em especial nos campos da saúde e da justiça, recorremos aos pensamentos e discussões de Michel Foucault, especificamente os cursos intitulados Os Anormais e Poder Psiquiátrico ministrados por Michel Foucault no College de France (1974/1975) que apresentam algumas noções teóricas que fundamentam a compreensão de como os saberes médico-psi e jurídico se aproximaram. Desse modo, tomaremos a emergência da função-psi - entendida aqui como "função psiquiátrica, psicopatológica, psicossociológica, etc" a fim de compreender como os sujeitos tidos como anormais são administrados e de que modo é construída a categoria do perigoso e como se dá as relações nos campos da saúde e da justiça a partir do viés da periculosidade. A pesquisa se realiza a partir da cartografia, compondo as seguintes atividades: levantamento do referencial teórico; leitura dos processos dos adolescentes em conflito com a lei; acompanhamento de audiências na Vara da Infância e da Juventude na Comarca de Campo Grande/MS; mapeamento da rede de atendimento e leitura e discussão dos documentos municipais, estaduais, federais sobre as políticas públicas para jovens em conflito com a lei. Verificamos que as práticas de saúde tem se confundido com práticas de polícia, pois as intervenções de saúde, por exemplo, a medicalização que tem se destacado entre todas e de maneira abusiva e descontrolada, sobretudo no caso de jovens usuários de drogas, não tem apresentado intuito de reabilitação, cuidado e proteção. O campo da saúde em consonância com o Sistema Judiciário produz na vida desses jovens, restrição de liberdade e o acesso à saúde e a perpetuação dos mecanismos de vigilância acontece por meio da medicalização, cujo objetivo se confunde entre função terapêutica e estratégia de segurança. Durante acompanhamento da trajetória dos jovens autores de ato infracional e usuários de drogas, identificamos que os encaminhamentos aos serviços de saúde despendidos a essa categoria da população, por parte da equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude se destinam ao CAPS e às comunidades terapêuticas. Fora observado inclusive, que não há critérios sistematizados que determinam os destinos dos encaminhamentos, exceto o critério de existência de risco do comportamento daquele jovem e qual a intensidade e gravidade desses comportamentos. Em acompanhamento à Vara da Infância e da Juventude fora verificado que a internação em comunidades terapêuticas ou outras instituições, dessa população de jovens em conflito com a lei para cumprimento da medida socioeducativa, não tem ocorrido, deparamo-nos com encaminhamentos a instituições como CAPS, CEM e apenas sugestões de internação em instituições específicas para tratamento antidrogas. A noção de saúde no âmbito do judiciário e do sistema socioeducativo fica muito próxima a ideia de docilidade e controle dos corpos dos sujeitos, de modo que seja contida ou minimizada a periculosidade da categoria de jovens em conflito com a lei que são usuários de drogas.

A contribuição das atividades do PET no Centro POP de Sobral

Antonia Daniele de Sousa Santana (Universidade Estadual Vale do Acaraú)

Introdução- O presente trabalho relata a contribuição das atividades pedagógicas e sociais destinadas á pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, descrevendo os métodos utilizados para desempenhá-las, os objetivos traçados e os resultados positivos que estão sendo alcançados através destas práticas que tem um cunho pedagógico e social. Objetivo- O objetivo deste trabalho é descrever a colaboração e a importância das atividades realizadas pela petiana da Universidade Estadual Vale do Acaraú(UVA), através do Programa de Educação Tutorial(PET), no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua(Centro POP) localizado na cidade de Sobral. Relação com o Eixo Temático- O eixo temático que relacionamos ao que estamos tratando se refere a "Assistência Social, vulnerabilidades e violências",pois este trabalho é voltado a expor como a intervenção de práticas pedagógicas e sociais podem auxiliar pessoas em "situação de rua", a melhorarem sua autoestima através dos diálogos proporcionado pelas atividades,além de trabalharmos as habilidades dos indivíduos por meios de atividades artesanais, as quais além de serem terapêuticas, trabalham a socialização. Orientação Teórica- Temos como embasamento teórico as propostas de Paulo Freire, o qual enfatiza a importância do diálogo tanto para educação como para socialização.Por meio do diálogo, pode-se conhecer o outro, suas necessidades, anseios, sonhos,por este motivo o diálogo é nossa principal ferramenta para realização das atividades. E isto tem facilitado o trabalho que desenvolvemos no Centro POP, pois passamos a conhecer as vivências e experiências dos participantes e adaptamos tantos as práticas pedagógicas como sociais a realidade destes. Metodologia- Desde de atividades pedagógicas(filmes educativos e motivacionais para discutirmos em rodas de diálogos e os participantes produzirem textos, importância dos direitos e deveres,valores, reflexões) a atividades artesanais(artesanato em garrafa pet, caixas de papelão etc.), desenvolvemos ações que visam trabalhar com os participantes do Centro POP, tanto o que diz respeito a questão pedagógica,humano e social. Resultados- E os resultados obtidos através destas ações tem sido satisfatórias tanto para instituição como para os frequentadores da mesma, pois esta reconhece que atividades atraem uma quantidade significativa de participantes e estes participam com motivação e entusiasmo.Além disso podemos ver pequenos progressos na vida dos frequentadores do Centro POP, pois estes segundo alguns relatos que podemos obter através das conversas que temos, relatam que se sentem "importantes", quando estão nas rodas de diálogo, e por meio das atividades artesanais que além de trabalharmos a sustentabilidade, os participantes descobrem habilidades no artesanato que podem auxiliá-los através da venda dos artesanatos produzidos a ganhar seu próprio dinheiro, torna-se independente e sair da situação de vulnerabilidade social. Conclusão-Com isto percebemos a tamanha importância da intervenção das práticas desenvolvidas, estas visam principalmente a inserção dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social a sociedade, e o que podemos concluir a respeito destas práticas é que além das mesmas estarem atendendo aos objetivos propostos pela instituição, proporciona-se aos sujeitos trabalhar sua autonomia, habilidades, autoestima e aprendizagem, e isto é satisfatório e promissor, pois acreditamos e lutamos pelo progresso de cada indivíduo, e esperamos que os mesmos possam ser autônomos,independentes e protagonistas de suas vidas.

A família e sua participação no cumprimento da medida socioeducativa

Ingrid Jordana Sousa Diniz (Universidade Potiguar), **Ana Luíza de Macêdo Norberto** (Universidade Potiguar), **Rayra Karoline Dos Santos Costa** (Universidade Potiguar), **Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Em virtude das discussões sobre a redução da maioridade penal ocorridas recentemente no Congresso nacional, objetivou-se realizar uma pesquisa que pudesse subsidiar a compreensão do ato infracional na sua totalidade. Parte-se do entendimento de que é necessário analisar todo contexto de vida que permeia esses indivíduos que estão em conflito com a lei. Dessa forma, a família foi aqui escolhida como lócus central de socialização que será investigada de maneira que possa elucidar os motivos do ato infracional, ou mesmo para prevenir essa ação. O estudo foi realizado nos dias de visita a um centro educacional que possui atendimento inicial de internação provisória, para adolescentes que cometeram ato infracional do sexo masculino, localizado em Natal/RN. Para coleta de dados utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado e a observação com sete familiares responsáveis pelos adolescentes em cumprimento de medida de internação. As entrevistas objetivavam coletar dados sobre as visões dos familiares com relação à eficácia da medida socioeducativa, as dificuldades encontradas para a realização das visitas e o principal motivo que levou o jovem a cometer o delito. Os resultados obtidos nos permitiram constatar que a maioria das entrevistadas eram mães com cerca de 30 anos de idade, três filhos, renda de um salário mínimo, cujo nível de escolaridade de todas eram fundamental incompleto. A partir dos discursos dos familiares, constatou-se ainda que o ambiente familiar é caracterizado por inúmeras situações de vulnerabilidade social e violação de direitos humanos básicos sendo comum a exposição à riscos diversos como ausência de condições básicas de saúde, a exemplo de moradias localizadas em regiões sem saneamento básico. Com relação aos efeitos da medida socioeducativa, os familiares acreditam que ela seja importante como punição aos delitos cometidos pelo adolescente. No quesito sobre as dificuldades para realização das visitas, os familiares apontaram unanimemente as violações sofridas principalmente no momento de revista. Por fim, no que diz respeito ao motivo do ato infracional, a maioria das entrevistadas que participaram do estudo, apontam como causas principais para ocorrência do delito a sua própria ausência no desenvolvimento do adolescente, devida à rotina de trabalho; acresce, ainda, a influência negativa de amigos. Com a observação, constatamos que os problemas que atravessam o jovem que comete ato infracional vão muito além do contexto família e, inclusive, adentram os muros da instituição analisada. Além das inúmeras violações vivenciadas pelos familiares no seu cotidiano, a partir da exclusão do acesso à direitos sociais básicos, estes são violados nos momentos de visita, sendo submetidos além da revista íntima vexatória, a grande sorte de violações de direitos por parte dos profissionais da unidade que demonstram seu despreparo com um tratamento desumano aos familiares, sendo comum o uso de xingamentos e palavras de baixo calão proferidas às mães dos adolescentes, fortalecendo a ideia de que elas são as verdadeiras culpadas pelo ato infracional. Esses elementos fortalecem não só a noção de desresponsabilização do Estado, quanto aumentam a ideia de culpabilização das famílias pelas mazelas sociais do capital. Por meio dessa constatação, é necessário que os profissionais atuantes nos centros de medidas socioeducativas possuam uma visão mais humanizada e que hajam investimentos na qualificação profissional objetivando um bom intermédio entre as famílias afetadas e a instituição, além de um tratamento adequado aos familiares, pois a família é um elemento fundamental para a socialização dos adolescentes e transformação da sua vida.

A Inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social - SUAS: Desafios e Práticas

Ana Priscila de Vasconcelos (Faculdade Luciano Feijão), **Maria Cléa Matos Lopes** (Faculdade Luciano Feijão), **Kelly Paula Da Ponte** (Faculdade Luciano Feijão), **Roberta de Carvalho Cesar** (Faculdade Luciano Feijão), **Bárbara Barbosa Nepomuceno** (Universidade Federal do Ceará)

É sabido que a inserção da psicologia na assistência social enfrentou entraves necessários à sua constituição como fazer legítimo do psicólogo. Essa legitimidade não foi conquistada facilmente principalmente no que tange os percalços teórico-metodológicos, históricos e culturais que perpassam a atuação, bem como a complexidade inerente à profissão. A atuação do psicólogo nesse contexto além de desafiante, é complexa e exige um olhar crítico e atento para as questões sociais, institucionais, religiosas e culturais que os indivíduos trazem na história de vida. Tal postura torna-se relevante quando se considera a sua participação no trabalho com outros profissionais do serviço afim de buscar implantar ações que atendam diretamente a população que se encontra à margem da sociedade, proporcionando a estes sujeitos, autonomia, dignidade e principalmente, caracterizá-los como sujeitos de direitos e deveres. A partir destas questões surge a relevância do referido tema, pois analisar a inserção do profissional da Psicologia no SUAS é reconhecer sua profissionalização e importância nesses espaços, problematiza os alcances da sua atuação e os relacionamentos interpessoais com a equipe, contribuindo assim no aperfeiçoamento das práticas e aquisição de novas maneiras de potencializar essa atuação. É imprescindível compreender também o propósito do SUAS, assim, este constitui-se como um sistema político que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para execução e financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Buscou-se neste trabalho compreender as formas de atuação do Psicólogo junto à comunidade, tendo como contexto de trabalho o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Os objetivos propostos consistiram, portanto, em traçar os principais desafios enfrentados pela categoria e também suas práticas desenvolvidas nesses contextos que possibilitam melhorias na qualidade dos serviços oferecidos. O eixo temático em que este se enquadra correlaciona-se ao Assistência Social, vulnerabilidades e violência, pois propõe-se a uma discussão acerca da inserção do Psicólogo nas políticas de Assistência Social, tanto abordando os aspectos históricos quanto contribuições de autores no que diz respeito às particularidades da atuação com base nos recorrentes desafios e no desenvolvimento das práticas e potencialidades. Desta maneira, a prática profissional do psicólogo junto a políticas públicas de Assistência Social, segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, é a de um profissional da área social produzindo suas intervenções em serviços, programas e projetos afiançados na proteção social básica, a partir de um compromisso ético e político de garantia dos direitos dos cidadãos ao acesso à atenção e proteção da Assistência Social. Contudo, através de pesquisa qualitativa, será feito um levantamento bibliográfico acerca dos principais artigos e obras que abordam a temática, buscando através de discussão teórica, a inserção da Psicologia no campo da Assistência Social, um breve percurso histórico e as principais potencialidades e desafios que surgem a partir da prática. A partir disto nota-se nas suas principais práticas que há o compromisso crescente por parte dos Psicólogos em atuar junto à comunidade na busca por melhorias sociais vigentes. O psicólogo pode atuar em três dimensões: Relações socioculturais, que dizem respeito a processos de informação, crítica, construção de representações e crenças, através de atividades como palestras e cartilhas; Relações grupais por meio de pequenos grupos, cursos, oficinas, com o objetivo de potencializar e desenvolver competências sociais e refletir sobre valores, crenças e práticas cotidianas; e Casos singulares (indivíduos, grupos, famílias) com foco na reinserção da família nas atividades de grupo, visando construir formas de apoio e orientação, fortalecer a sua participação e a sua autonomia, promover a inclusão social e a reconstrução de vínculos na referência dos direitos. Os desafios mais recorrentes do profissional da Psicologia se relacionam às muitas atribuições que devem atender às necessidades políticoassistenciais do SUAS. Tais atribuições devem ter como alicerce uma formação acadêmica bem embasada para dar suporte a atuação. Por se tratar de uma política recente, o SUAS ainda possui algumas lacunas, no que se refere à participação e engajamento da equipe multidisciplinar e da comunidade na política, que levam os trabalhadores a depararem-se ainda mais com situações inusitadas e a sofrerem desgastes no cotidiano de trabalho. Contudo, podemos perceber o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como um órgão que delimitou e viabilizou o direcionamento não somente dos psicólogos, mas de toda equipe multidisciplinar em atender demandas e setores em situação de vulnerabilidade social. Para o profissional de Psicologia esse desafio é intenso, uma vez que vai se tratar de situações subjetivas da vida dos sujeitos. Isso significa que o seu fazer direcionado aos problemas sociais, à construção de representações sociais e crenças, à autonomia dos sujeitos, dentre outros, os impulsiona a refletir sobre em quais parâmetros esse fazer será reconhecido e amparado em suas diversas nuances.

A medida socioeducativa executada em CREAS: autonomia ou controle disciplinar?

Lívia de Oliveira Cunha Reis (Universidade Federal do Pará), **José de Arimateia Rodrigues Reis** (Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna)

Este trabalho contempla a experiência da primeira autora como técnica de referência do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS em um município da região metropolitana de Belém / PA, no ano de 2014. Tem por objetivo apresentar a experiência de trabalho da Psicologia com adolescentes em conflito com a Lei. O serviço era executado por equipe mínima de CREAS, composta por uma psicóloga, uma pedagoga, uma assistente social e uma advogada. Os adolescentes chegavam ao CREAS encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude do Munícipio. A equipe realizava procedimentos tais como: leitura do processo e discussão do caso, busca ativa do adolescente em sua residência, agendamento de comparecimento, atendimento multiprofissional, realização do Plano Individual de Atendimento – PIA e acompanhamento. A prática aqui relatada se baseou nos pressupostos da Psicologia Social crítica. O trabalho da Psicologia consistia na escuta do adolescente para o direcionamento de sua autonomia e superação da estigmatização de infrator, além de propor a reflexão crítica com a equipe e famílias acompanhadas. A partir do reconhecimento de que a metodologia do CREAS não se pautava pelo regime fechado como nas Unidades de Internação, foram observados no cotidiano do serviço os discursos dos adolescentes com três principais características: 1) Gratidão e vínculo com a Psicologia e a equipe, porém com limitações à autonomia subjetiva e / ou movimento de mudança, a partir dos próprios referenciais, com valores, condutas e concepções pautados principalmente em um modelo disciplinar reforçado na prática dos atores da assistência (controle de comparecimento, relatórios para referendar decisões judiciais, busca ativa em casos de evasão, responsabilização da família, moralização das relações, reforço da escolarização e da profissionalização como medida disciplinar e não como garantia de direitos, entre outros); 2) Indiferença, desvalorização e afastamento do CREAS e das relações disciplinares impostas durante o acompanhamento, gerando a efetivação da norma institucional de relatório ao judiciário para informar o descumprimento da medida, o que demonstra o tipo de prática desse dispositivo da assistência, ou seja, a disciplinarização do adolescente e a judicialização da lógica sócioassistencial, sem escapar das concepções vigentes de reprodução da violência, da delinquência, do encarceramento e da exclusão daqueles que não se enquadram nos padrões e normas da sociedade contemporânea; e 3) Devoção e dedicação a uma vida baseada na fé, a qual por fim se tornava um meio dos adolescentes acreditarem nas próprias possibilidades, de encontrarem a verdade sobre si mesmos, ação corroborada pelos discursos vigentes, mas ao mesmo tempo modificando o próprio discurso, na direção da mudança e adoção de condutas aceitas socialmente, abandonando a criminalidade e a delinquência, e assumindo uma vida considerada moralmente mais digna e aceitável, para si mesmos e para o meio social. Este discurso transformava-se em uma das poucas vias de acesso legitimadas pelo cenário onde vivem esses adolescentes, aparecendo na forma da religiosidade tomada como libertação da delinquência e da criminalização associadas à sua imagem. Assim, a intervenção da Psicologia nesse contexto institucional, pautada na reflexão crítica e na busca de processos de subjetivação condizentes com a realidade social dos usuários, encontrou diversas limitações, tanto institucionais quanto nas relações com a equipe, com os familiares e com os recursos (não) disponíveis no CREAS. Diante dessa realidade, tornou-se um desafio para a prática da Psicologia no CREAS o exercício de um olhar crítico, sem deixar de ser ético e respeitar a alteridade, e ainda conseguir escapar das institucionalidades, com suas exigências e normas presentes no cotidiano de trabalho da equipe e do psicólogo na assistência social.

Aconselhamento Psicológico em um Programa de Acolhimento à Mulheres Vítimas de Violência

Ellen Mariane Silva Santos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a articulação do trabalho Psicológico em um Programa de Acolhimento a Mulheres Vítimas de Violência. O trabalho Psicológico foi pautado na prática do Aconselhamento Psicológico, tendo como abordagem a Teoria Centrada no Cliente, de Carl Rogers, que tem como objetivo à resolução de problemas, a tomada de decisões e o autoconhecimento do cliente sobre sua situação atual. Trata-se de um momento onde o cliente pode se recuperar e encontrar espaço para promover sua autogestão, autonomia. O aconselhamento Psicológico é uma prática que possibilita o atendimento e acolhimento de uma grande demanda em curto prazo, o que é necessários em programas assistenciais como o que foi desenvolvido. Durante o processo o objetivo foi o trabalho com fortalecimento da autoestima, elaboração da situação de violência, promoção da autonomia e elaboração da saída da condição de violência.

O acolhimento foi feito através do Comitê de autodefesa das mulheres da UFRRJ, que é um coletivo feminista que recebe as mulheres da UFRRJ e da região de Seropédica que tenham sofrido violência e encaminham para os serviços necessários, e que surgiu, prioritariamente, por conta dos inúmeros casos de violência contra mulher dentro do campus da Universidade, tendo como principal objetivo prestar a assistência social e a quebra da vulnerabilidade em que as vítimas se encontram. O Comitê realiza atividades na UFRRJ, tanto teóricas, como as discussões do movimento feminista, quanto práticas, como as aulas de autodefesa voltadas para que as mulheres possam se defender em situações de violência que venham a ser expostas. São participantes do comitê o corpo docente, discente , técnico e terceirizado da Universidade, e tem como apoiadores o Sindicado dos Trabalhadores em Educação da UFRRJ, e a Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O contato das mulheres atendidas pelo programa são feitos de forma autônoma via facebook., pela página do comitê ou pelos telefones disponibilizados pelo grupo.

Os atendimentos de Aconselhamento Psicológico ocorreram durante o período de outubro/2014 a abril/2015, de forma gratuita. O local dos atendimentos não são divulgados publicamente para garantir a segurança das mulheres atendidas. Foram feitos acolhimento de 3 vítimas, sendo 2 de violência sexual, e 1 de violência doméstica. No decorrer do processo foram realizadas 5 sessões com cada cliente.

Concluiu-se ao final do processo que o trabalho psicológico em espaços de acolhimento a mulheres vítimas de violência é essencial, pois o sofrimento imposto pelo agressor á vítima não se limita ao momento do crime. Logo depois da violência a vitima apresenta um estado emocional confuso, necessitando assim de acompanhamento psicológico. A proposta de auxiliar a mulher a enfrentar os conflitos vivenciados numa situação de violência, com um suporte psicológico, proporciona condições para que ocorram esclarecimentos sobre a situação, promovendo desta forma uma nova significação do conflito podendo se tornar agente transformadora e capaz de construir estratégias, modificando seu cotidiano, mas também é necessário, ao trabalhar com o contexto de violência verificar se a cliente necessita ser encaminhada para um acompanhamento Psicológico a longo prazo.

Análise da (im)permanência do/a psicólogo/a no CRAS a partir das publicações em eventos de psicologia

Sandro Abner Severiano dos Santos (Universidade Federal do Ceará - campus Sobral), Jon Anderson Machado Cavalcante (Universidade Federal do Ceará)

Fruto de conquistas da Psicologia junto a Assistência Social, a inserção do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social - SUAS vem ampliando os espaços de atuação deste profissional. Nesta pesquisa bibliográfica, partimos da atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, objetivando analisar os fatores de permanência e de impermanência desse profissional neste espaço. Para este fim, utilizamos as produções presentes nos anais da V Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (2014) e do XVII Encontro Nacional da ABRAPSO (2013). Nossas análises se deram também a respeito da formação profissional para atuar nas políticas públicas de assistência; a respeito da fragilidade dos vínculos entre os profissionais e os usuários do CRAS; da instabilidade dos vínculos de trabalho dos próprios profissionais. A produção de trabalhos sobre a atuação do psicólogo no CRAS vem aumentado ao longo destes últimos anos. Tal aumento pode ser entendido pelo fato de que o território das políticas públicas de assistência social configura-se, ainda hoje, como um grande desafio. Em pesquisa realizada em 2007, nos anos iniciais do SUAS, por exemplo, "os profissionais da psicologia sinalizaram que não sabem como a psicologia se inseriu no SUAS". (FONTENELE, 2007 apud FONTENELE, 2008). Um outro levantamento, realizado por MACEDO et al (2011), podemos ter noção da expansão do SUAS e do consequente aumento da inserção profissional do psicólogo nesses dispositivos. A pesquisa aponta que, até janeiro de 2011, dos 5.565 municípios do país, 4.743 contavam com unidades públicas da Assistência Social na proteção social básica (CRAS) e especial (CREAS) e que "4.708 municípios contam com pelo menos uma unidade de referência da proteção social básica em seu território". (MACEDO et al, 2011). Tais números, ao revelarem a expansão de dispositivos como o CRAS, ajudam a entender o aumento das pesquisas realizadas ao longo desses últimos anos sobre o tema. No entanto, ainda são poucas as que façam uma análise da permanência do psicólogo neste espaço. Ao produzirmos esta pesquisa bibliográfica, lançamos o olhar para os fatores que levam o/a psicólogo/a a querer ou não permanecer no CRAS. Como suporte metodológico, utilizamos as recomendações propostas por Antônio Carlos Gil (2002). Dentro do que o autor sugere para a elaboração da pesquisa bibliográfica, destacamos aqui a fase de leitura do material, subdividida em quatro etapas: leitura exploratória, leitura seletiva, leitura analítica e leitura interpretativa. (GIL, 2002). Pelo porte dos eventos e dada a expressividade dos resultados encontrados, realizou-se com os trabalhos selecionados uma releitura a fim de determinar o material que realmente nos interessava. Dos 44 trabalhos resultantes da busca na V CIPC, selecionamos 21 para análise futuras; no XVII Encontro Nacional da ABRAPSO, por sua vez, dos 19 trabalhos encontrados, selecionamos 14 para análises posteriores. Uma tabela foi criada a partir dos objetivos específicos deste trabalho, selecionando trechos das bibliografias a partir de agrupamentos das ideias principais nelas contidas. Cada agrupamento visava contemplar diferentes objetivos específicos da pesquisa, sendo que o mesmo trabalho poderia estar em diferentes grupos. Eram eles: I-Problematiza/avalia sobre o lugar do psicólogo dentro da proteção social básica (CRAS/SUAS); II- Fala sobre as condições e relações de trabalho no CRAS; III- Descreve aspectos relativos à formação do profissional; IV- Identifica aspectos do fazer profissional daqueles que trabalham no CRAS; V- Implicação com a atuação que indiquem elementos que levam a querer permanecer ou não no CRAS. Os trabalhos contidos nos eventos analisados são bem incipientes. Encontramos o seguinte volume de produções para cada em deles: grupo I - 17; grupo II – 9; grupo III – 13; grupo IV – 24 e, por fim, grupo V – 6 produções encontradas. No total, foram organizados, em 2 tabelas diferentes, 97 trechos distribuídos entre os 35 trabalhos analisados. Embora não tenhamos encontrado tantos elementos que levem o psicólogo a querer permanecer ou não no CRAS, ao analisarmos os fatores de permanência e impermanência do psicólogo nesse dispositivo, procuramos explicitar desafios presentes em sua atuação. As produções analisadas, ao demonstrarem alguns deles, deram-nos a oportunidade de perceber diferentes desdobramentos presentes na inserção do psicólogo nas políticas de assistência social. Entre eles, a falta de especificação teórica dentro da Universidade que auxilie sua atuação: o que leva os psicólogos a desempenharem seu papel no CRAS por diferentes vias, utilizando-se das ferramentas aprendidas durante sua formação. Outro desdobramento, é a fragilidade dos vínculos de trabalho dos próprios técnicos de referência que atuam no SUAS. A rotatividade desses profissionais, assim como a precariedade das relações de trabalho encontradas em alguns CRAS, são elementos que compõem essa trama de vínculos trabalhistas, que envolve, diretamente, o usuário final do serviço. Nela, o tempo se apresenta como elemento central, já que o desenvolvimento das atividades no CRAS se dá a partir do acompanhamento dos usuários e das condições sociais em que eles se encontram.

As medidas socioeducativas no Brasil: algumas considerações críticas

Edson Severiano Fonseca (Universidade Potiguar)

O presente trabalho tem como objetivo de pesquisa conhecer como são efetivadas as medidas sócio educativas no Brasil no período que vai desde a Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) até os dias de hoje. Para isso foi feito um levantamento nas bases de pesquisa da psicologia em busca de artigos científicos sobre a temática. A população jovem no Brasil enfrenta uma violência institucionalizada em que os homicídios são a principal causa de morte. Este trabalho traz um recorte temporal que vai desde o ano de 1990 à 2014. Faz uma revisão de bibliografia produzida a cerca das práticas aplicadas com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Estudos feitos pela Secretaria Nacional da Juventude mostram que os jovens de 15 a 24 anos são as principais vítimas de violência, principalmente jovens negros que moram nas periferias e nas áreas metropolitanas das capitais brasileiras. Nesse sentido, o artigo aborda como as relações de poder nesse cenário reproduzem uma lógica punitiva e coercitiva no tratamento do jovem. A relevância científica e social do presente trabalho é o conhecimento de como são efetivadas as medidas sócio educativas no Brasil, em artigos científicos produzidos desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente que será nosso objeto de estudo e poder contribuir com o debate. A pesquisa qualitativa busca fazer uma síntese e interpretação dos conceitos, ideias e entendimentos dos artigos científicos já publicados sobre a temática, com o objetivo de compreender como vem acontecendo a aplicação das medidas sócio educativas no Brasil e as lacunas decorrentes, para a partir desse levantamento bibliográfico, contribuir na ampliação do conhecimento. Na pesquisa, a busca foi feita com os seguintes descritores: Prestação de Serviço Comunitário, Medidas Sócio Educativas, Menor Infrator, Adolescentes em Conflito com a Lei, Adolescente Infrator, Privação de Liberdade, Semiliberdade e Liberdade Assistida. A busca foi realizada nas bases de dados. BVS-PSI, SCIELO E LILACS e GOOGLE ACADEMICO. Os dados apontam que no Brasil a população de jovens pobres são vistos de uma forma geral como perigosos. Esse processo de criminalização dos jovens é conhecido e ocorre na forma de campanhas para redução da maioridade penal. A procura para que seja ampliado o tempo de cumprimento de medida por parte da mídia é uma clara tendência de exagerar no relato sobre os delitos. O SEDH informa que em 2002 existiam 9.555 adolescentes em privação de liberdade, e que já eram 14.074, em 2006. A maior parte dos delitos é contra o patrimônio. Para o SEDH, o número de adolescentes em privação de liberdade no país cresceu chegando a 363% em dez anos (CFP, 2006). A partir da pesquisa bibliográfica encontramos 50 artigos que tratavam da temática. Após uma primeira seleção ficamos apenas com 30. Analisamos 10 artigos que tinham a ver com a linha de pesquisa, dividimos os resultados em dois eixos de análise para contribuir com o processo de discussão que está colocado hoje na sociedade. Os resultados da pesquisa apontam na direção que existem falhas na execução das medidas socioeducativas. Esses problemas não são isolados e dizem respeito não apenas a estruturação das instituições que executam as medidas, mas também é fruto de uma série de fatores que poderiam ser solucionados através da ação conjunta e efetiva das políticas públicas. Ficou constatado com base na literatura pesquisada e em consonância com o discurso das organizações ligadas aos Direitos Humanos, os Conselhos Profissionais e o próprio governo em seus relatos, as condições precárias que são submetidos os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Nesse sentido o estudo aponta que existe um padrão nacional de maus tratos contra esses adolescentes em conflito com a Lei, que o olhar é discriminador e apresenta um quadro onde os mesmos são submetidos à tortura, a medicalização, a privação de liberdade e o regime é o mesmo de cadeias para adultos, O que fica evidenciado uma cultura repressiva e violadora e muitas vezes com a conivência do Estado. Nesse sentido fica claro, as incoerências existentes na medida de internação, já que o objetivo seria de proteção. De uma forma geral, a pesquisa possibilitou localizar as violações de direitos presentes na dinâmica dessas instituições e, sustentadas pelos discursos e práticas, evidenciandose a utilização de verdades como forma de dominação. Por isso apontamos um novo caminho: o abolicionismo penal como uma medida necessária ao fim do sistema punitivo e só dessa forma poderemos repensar práticas diferentes da mentalidade punitiva que ainda se faz presente entre os profissionais.

As Possibilidades da suepração das vulnerabilidades sociais em familias atendidadas pelo CRAS

Juliemary Peixoto Brandão (Santè Consultoria)

O Centro de Referência de Assistência Social- CRAS- trata-se da unidade básica do atendimento onde são executados os serviços da Política Nacional da Assistência Social- PNAS. Atua como principal porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social- SUAS- e é o responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas consideradas de risco e vulnerabilidade social. São os espaços onde se realizam as diversas atividades previstas por essa Política. Lugar onde famílias são atendidas, encaminhadas, orientadas, participam de Oficinas Socioeducativas, grupos para as variadas faixas etárias, (criança, adolescente, idosos), bem como todo o acompanhamento com relação ao Sistema do Cadastro Único e recebimento do beneficio do Bolsa Família, como atualização, acompanhamento das condicionalidades, encaminhamentos para as diversas politicas da rede socioassistencial, conforme necessidade.

O PAIF é o Programa de Atenção Integral à Família e é o principal programa da Proteção Social Básica do SUAS e é desenvolvido nos CRAS. Esse Programa prevê o desenvolvimento de ações e serviços básicos continuados para as famílias em situação de vulnerabilidade social. O objetivo desse trabalho é apresentar o caso de uma família, dentre as diversas famílias atendidas pelo CRAS, e que teve, desde a sua inserção nos serviços do equipamento, até a considerada superação da condição de vulnerabilidade social tal como preconiza a política de Assistência Social e segundo o principal programa de proteção social básico do SUAS, acompanhamento de técnicas e em especial a psicóloga da unidade, técnica de referência do Grupo de Famílias.

A família em questão trata-se da família da sra L., 44 anos, mãe de 03 filhos, 04 netos, residente na comunidade BV. L foi uma figura emblemática desde os primeiros dias de funcionamento do equipamento, pois sem saber foi a usuária nº 1, ou seja, a primeira família cadastrada pela Unidade. Chegou ao equipamento para solicitar que aquele Equipamento oferecesse "cursos de costura" para as mulheres da comunidade, visto que a maioria já realizava serviços de costura, embora, segundo ela, de pouca qualidade. "Precisamos de um curso, algum projeto que nos dê a condição de aprender e fazer nossos serviços com qualidade e poder vender. Isso é o que as mulheres querem fazer". L foi cadastrada e a partir de sua fala e de sua "queixa", os profissionais, com a coordenação da psicóloga da Unidade, organizaram um plano piloto de um Grupo de Mulheres. Esse projeto visava a convivência comunitária das mulheres. Muitas eram vizinhas de rua e não se conheciam.

O grupo de mulheres se manteve durante algum tempo, quando foi oficializado pela Secretaria o Projeto de Inclusão Produtiva para mulheres do PBF. O referido Projeto era amplo e contemplava toda a capital. A sra L foi inscrita numa turma de corte e modelagem. Cumpriu rigorosamente todas as etapas do Projeto que contemplava alguns temas, divididos em Oficinas (empreendedorismo, Cooperativismo, dentre outros.) e na sequencia as aulas específicas. A sra L. trouxe à unidade a situação de sua família e foi acompanhada pela psicóloga da Unidade. Eram situações que envolviam diversos temas Foi realizado um programa de acompanhamento familiar e as demandas surgidas sendo encaminhadas devidamente .A sra. L conclui o curso e se organiza em um Programa da Prefeitura, que em parceria com o BNB, oferece uma linha de crédito para um grupo de três pessoas que, organizadas, querem iniciar um pequeno negócio. O negócio, no caso da sra L e mais duas vizinhas, trata-se de uma confecção de roupas para mulheres. O negócio tem o acompanhamento da equipe e coordenada pela psicóloga da unidade. Após a confecção das primeiras peças é realizada a 1ª Feira de Produtos da Comunidade. A sra L e suas companheiras levam suas peças e as mesmas são vendidas e já recebem encomendas diversas. O Projeto inicial culmina, após um ano de existência com uma Feira da Capital, produto de todas as unidades. Sra L se mantém a partir disso da renda de suas confecções. A família se organiza, os filhos casam, os netos nascem e para coroar todo o processo, a sra L recebe as chaves da casa própria, através do Programa de Habitação do Governo. Todo o acompanhamento social é realizado pela equipe da Unidade. Nessa nova etapa são trabalhados os conceitos de convivência comunitária e social.

A pesquisa enfocará os aspectos saudáveis famílias consideradas em condições de vulnerabilidade social e o que as levaramm a desenvolver estratégias de enfrentamento frente à realidade de pobreza e a sua superação, enquanto atendidos pelas políticas públicas, com ênfase na Política de Assistência Social.

Atuação da Psicologia na Assistência Social a Partir da Concepção Dos Gestores

Noélia Kally Marinho de Sousa (Faculdade Santa Maria), **Orlando Júnior Viana Macêdo** (Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar), **Larissa Brito da Silva** (Faculdade Santa Maria), **Stefania Germano Dias** (Faculdade Santa Maria), **Josefa Nandara Pereira de Souza** (Faculdade Santa Maria)

A Psicologia vem passando por um processo de expansão e interiorização no contexto brasileiro. Diante desse cenário percebe-se que as políticas sociais, com destaque para a Assistência Social, vem desempenhando importante papel nesse processo. Considera-se, dessa forma, que as Políticas Públicas devem ser democráticas, garantir os direitos sociais básicos, promover a cidadania e, para serem eficazes, precisam contar com a adesão e a participação dos envolvidos. Tal concepção justifica-se pelo entendimento de que as Políticas Públicas constituem-se como um espaço contraditório, mas com hegemonia do capital, como um terreno importante de luta de classes, de defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos de cortes de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho. O presente estudo vinculado ao eixo, Assistência Social, vulnerabilidades e violências. Considera-se que, atuando nas Políticas Públicas de Assistência Social os profissionais de Psicologia deparamse com grandes possibilidades de contribuir para a vida das crianças e adolescentes que vivem em condição de vulnerabilidade social, efetivando os direitos sociais destes sujeitos e evitando que tais direitos sejam violados. No entanto tal contexto de atuação configura-se, ainda, como um grande desafio para a Psicologia, pois a Assistência Social continua sendo uma política pobre voltada para os pobres. Diante do exposto, pensa-se a infância e a adolescência como expressão das questões sociais que emergem a partir da relação capital-trabalho, estando, portanto, em conexão com as relações de poder que atravessam tais questões, buscando-se, por meio do presente estudo, reafirmar centralidade perspectiva de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, dando visibilidade a realidade objetiva e a forma que a mesma repercute na atuação dos profissionais de Psicologia nesse processo de efetivação dos direitos sociais desses sujeitos. Um dos aspectos que não pode ser desconsiderado para compreender a atuação da Psicologia na Assistência Social é justamente a concepção dos gestores de tal política acerca da Psicologia. Objetivou-se analisar a concepção dos gestores da Assistência Social acerca da atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Utilizando a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, como suporte teórico. Quanto à metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, optou-se por uma abordagem qualitativa. Participaram deste estudo seis gestores da PAS de diferentes municípios que fazem parte do Cariri cearense, que envolve os seguintes municípios Abaiara, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Porteiras e Santana do Cariri. Utilizou-se da entrevista semiestruturada para coleta de dados e um questionário para identificação dos dados sociodemográficos dos entrevistados. Após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, seguido de assinatura do documento de autorização, os participantes foram entrevistados individualmente, a partir de um roteiro que contemplava: os equipamentos e serviços da Assistência Social que estavam sendo ofertados pelo município e que envolviam, direta ou indiretamente, crianças e adolescentes; e o que se esperava de atuação da Psicologia em tal contexto. Os gestores apresentavam idades entre 38 a 48 anos, sendo cinco do sexo feminino. Para análise das entrevistas, utilizou-se análise de conteúdo. O tempo que os participantes estavam atuando como gestor variou de um ano a quatro anos, predominando o intervalo de um a dois anos. A análise dos dados apontou a concepção de uma atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Básica fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante. A constituição desses sujeitos é vista como um processo e a consciência, um sistema integrado, determinada pelas condições sociais e históricas, em um processo que converte produções simbólicas em construções singulares, por meio de uma relação dialética; enquanto que na Proteção Social Especial, predominou visão de uma atuação pautada numa perspectiva psicossocial. Emergiram também, nas falas dos gestores, dificuldades que se fazem presentes nas Políticas de Assistência Social. A partir das falas dos profissionais de Psicologia percebeu-se que em sua atuação se deparam com vários aspectos da Política de Assistência Social que limitam sua atuação profissional na efetivação de direitos das crianças e dos adolescentes.

Avaliação psicológica no contexto jurídico como dispositivo promotor dos Direitos Humanos a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

Gabriella Virginia Roque da Silva Valentim (IMIP), Telma Low Silva Junqueira (Universidade Federal de Alagoas)

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um mal que atinge milhões de crianças e adolescentes em todo o Brasil e no mundo, sem distinção de classe social. É uma violência caracterizada como o envolvimento de crianças ou de adolescentes em atos ou jogos sexuais que não compreendem totalmente, nem têm capacidade de oferecer consentimento, devido a sua condição de imaturidade física e psicológica, e que têm por objetivo a gratificação sexual da pessoa abusadora. A maioria das vítimas é menina, e o principal contexto de ocorrência é o intrafamiliar. Acarreta, na maioria dos casos, graves consequências a vida das vítimas e de suas famílias. Sendo considerada um grave problema social e de saúde pública.

Felizmente, nas últimas décadas, a violência sexual infanto-juvenil tem recebido mais atenção da mídia e dos mecanismos de proteção, graças principalmente a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, a subnotificação ainda é grande, pois este é um dos tipos de maus-tratos mais ocultados.

Quando os casos finalmente são denunciados e chegam à esfera judicial, há a dificuldade na constituição das provas, pois a maioria dos abusos não deixa vestígios físicos e normalmente as únicas testemunhas são a vítima e a pessoa acusada. Por essas dificuldades, os/as juristas têm cada vez mais solicitado a realização de avaliações psicológicas para ajudar no esclarecimento dos casos.

Sobre este tema, desenvolvemos um estudo qualitativo, que teve por objetivo investigar como se dá a prática das avaliações psicológicas em casos de abuso sexual de crianças e adolescentes. Com esta finalidade investigamos a atuação das psicólogas do Centro de Referência Interprofissional na Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (CRIAR). Este centro, único em Pernambuco, é um núcleo psicossocial subordinado a 1ª e 2ª Varas de Crimes Contra a Criança e Adolescente da Capital, e vinculado ao Tribunal de Justiça de Pernambuco. À época da pesquisa, sua equipe era composta por quatro psicólogas, duas assistentes sociais e uma pedagoga.

Os dados foram coletados através de entrevistas individuais semiestruturadas com três psicólogas da equipe e a técnica de análise foi a Análise de Conteúdo Temática. Nosso referencial teórico foram os/as teóricos/as que discutem temas como violência contra crianças e adolescentes, Psicologia Jurídica e avaliação psicológica. A seguir, então, apresentaremos os resultados. Os processos de violência sexual contra crianças e adolescentes são encaminhados ao CRIAR para que seja feito um estudo interprofissional, que contenha a participação da Psicologia e do Serviço Social. Para realizá-lo, as profissionais discutem sobre o caso e cada uma faz sua avaliação de acordo com sua área de conhecimento. Ao final, além dos relatórios individuais, entregam também as considerações da dupla sobre o que foi percebido, o tipo de audiência que consideram mais adequada e os informes sobre os encaminhamentos. Na visão das entrevistadas, este trabalho interprofissional amplia a percepção sobre o caso e proporciona uma investigação mais ampla.

A avaliação psicológica integrante do estudo interprofissional tem como objetivo avaliar a situação atual da vítima e da sua família, com foco nas relações familiares e nas repercussões decorrentes do processo. Também há a avaliação do estado emocional da criança ou adolescente, e como se encontra sua situação de proteção. Para tal, as profissionais realizam estudos dos autos processuais, entrevistas com os/as cuidadores/as e entrevistas com a criança ou adolescente. A depender da necessidade, também fazem visitas a casa e à escola; entrevistas com outras pessoas, como um/uma profissional de saúde que atenda a vítima, e aplicação de inventários e escalas. As psicólogas entrevistadas consideram que a avaliação psicológica amplia a compreensão sobre o caso e traz elementos e informações para o processo que ajudam o/a juiz/a na sua tomada de decisão. Afirmam que nos seus atendimentos procuram proporcionar um espaço de acolhimento, humanização e desmitificação da justiça para as pessoas envolvidas. E também procuram identificar as necessidades da família e da vítima para realizar os encaminhamentos necessários, como para a rede de saúde, de Assistência Social, para a Promotoria Pública, entre outros. Dessa forma, revelam o papel social do/a psicólogo/a na justiça, pois a sua função não pode ser apenas avaliativa, deve ser também um meio de viabilizar proteção e assistência às pessoas em condição de vulnerabilidade, sendo a avaliação psicológica, um recurso promotor dos Direitos Humanos.

No entanto, para que os encaminhamentos sejam efetivados e a proteção aconteça, é necessário que haja instâncias e instituições que ponham em prática as medidas protetivas, sendo essa uma responsabilidade do Estado, que frequentemente é o principal e primeiro violador de direitos. Em contrapartida, o Judiciário também deve cobrar um retorno sobre os encaminhamentos realizados, e acompanhar as medidas de proteção, juntamente com o Conselho Tutelar. Porém, infelizmente, o que muitas vezes acontece é a perda das ações no fragilizado sistema de rede, fazendo com que crianças e adolescentes continuem em situação de desproteção.

Crianças institucionalizadas: a construção de vínculos e ressignificação a partir do brincar

Francisca Suellen da Cunha (Universidade Potiguar), **Lisandra Chaves de Aquino Morais** (Universidade Potiguar), **Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as crianças e adolescentes são concebidos como sujeitos de direitos, com prioridade absoluta e em condição peculiar de desenvolvimento. Foi com a promulgação deste Estatuto que o serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Art.101). Este, integra os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Ao ser afastada do convívio familiar e comunitário, por ter tido seus direitos violados, a criança é acolhida numa instituição e inserida em um novo contexto de desenvolvimento. De acordo com a Psicologia Sócio-Histórica, cada contexto de socialização apresenta demandas específicas que influenciam no desenvolvimento da criança e a subjetividade é constituída a partir das relações que o sujeito estabelece em cada um deles. Esses contextos trazem para ela desafios e propostas, e por ser na relação com o outro que o sujeito se constitui, as interações estabelecidas no período de acolhimento é de fundamental importância para a criança.

Contudo, mesmo após o ECA, estudiosos atentam para possíveis consequências negativas do acolhimento no desenvolvimento das crianças e adolescentes institucionalizados, sobretudo quando a permanência nessas instituições se dá de maneira prolongada. A crítica se dá sobre a ruptura do vínculo e consequente separação do ambiente familiar, que não é encontrado nas Unidades, dificultando a construção de novos laços afetivos. Portanto, se faz necessário pensar alternativas que possam oferecer, durante o tempo de institucionalização, elementos que auxiliem no enfrentamento das questões que se apresentarem, para que a instituição seja de fato, acolhedora e cuidadora.

Considerando que essas crianças trazem consigo o histórico de violação de direitos e ruptura de vínculos, é importante que elas criem laços e possam vivenciar na instituição uma rede afetiva. Se esta oferece oportunidades de novas significações, atividades de interação e espaços de acolhimento, ela pode ser propiciadora de um desenvolvimento saudável para essas crianças, ainda que privadas do convívio familiar. Diversos estudos mostram que vem se pensando a criança como indivíduo único, ativo na construção de sua própria identidade e do contexto social no qual está inserido. O brincar, sem dúvida, é uma das primeiras associações que se faz ao mundo da infância, pois é a partir da brincadeira que ela assimila e constrói diversos conhecimentos, formula problemas, busca soluções, delimitando espaço, tempo e funções de forma a transformar o meio que a cerca. No brincar as crianças podem recriar o mundo que estão inseridos e a partir dele podem discutir sua relação com este mundo e com os outros, de forma a estarem desenvolvendo-se em uma "zona de desenvolvimento proximal", teoria produzida por Vygotsky, que significa a distância entre aquilo que a criança faz com a intervenção de um outro indivíduo e o que ela é capaz de fazer sozinha; potencialidade para aprender, diferente para cada pessoa.

O presente estudo, embasado por Vygotsky, teve como objetivo, realizar intervenções em uma Unidade de Acolhimento para crianças até 8 anos, através do brincar e da ludicidade, respeitando a faixa etária e potencialidades de cada uma, com o intuito de contribuir para seu desenvolvimento: ressignificando questões trazidas por estas para o acolhimento e construindo vínculos a partir das interações, para que prevaleçam sobre o ambiente impessoal e padronizado da instituição.

Nesse contexto há um saber e uma singularidade da escuta do psicólogo que precisam ser consideradas. Este profissional usufrui das diversas relações e contextos vividos pela criança acolhida, de modo a produzir, a partir delas, outras formas de encontros e subjetivações possíveis, provocando fissuras, aberturas e brechas no cotidiano institucional, construindo reflexões, e assim, concebendo novas formas de pensar e fazer. Há, desse modo, uma forte potência no trabalho.

Para realização deste estudo, foi feita observação participante enquanto da realização de brincadeiras previamente escolhidas para se trabalhar a construção de vínculos e a ressignificação, divididas por duas faixa-etárias: 03 a 05 anos e 06 a 08 anos. Duas vezes por semana, 1h30 com cada grupo, durante 3 meses de pesquisa.

A partir das interações confirmou-se a importância do brincar para o desenvolvimento do ser humano nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo. As crianças expressaram autonomia na tomada de decisões e criação de estratégias, além de apresentarem habilidades e potencialidades. Também expressaram satisfação em participar das atividades e abertura para interação grupal, conhecendo o outro e se deixando conhecer. Também trouxeram em alguns momentos suas demandas emocionais que foram acolhidas através do brincar e na construção lúdica.

Desse modo, através do brincar, se proporcionou às crianças da Unidade pesquisada, uma forma prazerosa de enfrentar o período do acolhimento, se estimulou suas potencialidades e auto estima, além do que, se contribuiu para a construção e fortalecimento dos vínculos afetivos, autonomia e respeito a singularidade.

Desumanização no sistema penitenciário: intensificação da pena ou mudança de objetivo?

Ranimara Marques Ribeiro de Sousa (Universidade Federal do Ceará)

Este trabalho se trata de um ensaio que tem como objeto a desumanização presente no sistema penitenciário brasileiro. O tema surgiu após uma discussão sobre indícios da ocorrência de maus tratos dirigidos aos detentos de uma penitenciária localizada no interior do estado do Ceará. Segundo as indicações, os agentes e servidores levavam, cada um para sua casa, os alimentos que eram destinados ao sustento dos internos. Enquanto isso, os presos recebiam uma dieta baseada em pão e água. Dessa forma, a estrutura deste ensaio se baseia em uma introdução onde é abordado um breve esboço histórico, o qual explana como se deu a constituição do sistema penitenciário e das prisões ao longo do tempo. Os "espetáculos em praça pública", as famosas "punições de suplícios", marcam a sociedade europeia dos séculos XVII e XVIII. Época esta de imensos "escândalos" para a sociedade e, ao mesmo tempo, o início de projetos de reformas os quais tentarão "substituir" o principal alvo da repressão penal que, do corpo passa a ser a alma. Posteriormente, apresentamos leis e artigos de nossa Constituição os quais resguardam os direitos de todos os cidadãos, bem como os direitos dos presos. Dentre o regulamento da Constituição Federal de 1988, podemos observar que todos os direitos direcionados aos cidadãos, com exceção da liberdade, devem ser garantidos também ao presidiário e, portanto, toda forma abusiva de maus tratos é considerada violação de lei. Por conseguinte, o objetivo deste trabalho é desenvolver uma discussão acerca das práticas abusivas, dos maus tratos e das condições subhumanas e degradantes, às quais, infelizmente, alguns detentos brasileiros ainda são submetidos. Além disso, procura-se também frisar quais as consequências e marcas de tamanha desumanização, tanto para o preso como para a sociedade. Ao fim do ensaio, é construída uma reflexão sobre a concepção atual vigente nos ideários de alguns "agentes da lei", os quais ainda atribuem ao sistema penitenciário a função de punir severamente, com intensa tortura, os infratores condenados pela sociedade e pelo poder judiciário. Também é discutido o papel ambíguo da sociedade pelo fato de se posicionar, ora como possibilitadora do crime, ora como combatente ao crime. Para a realização deste trabalho, foi utilizado o método de Pesquisa Bibliográfica com ênfase na obra de Michel Foucault, bem como o Levantamento Documental, mais especificamente no que se refere às leis de nossa Constituição, as quais resguardam e asseguram os direitos de todos os cidadãos. A respeito da orientação teórica, este ensaio se estrutura em torno da teoria construída por Foucault a respeito das "Disciplinas", tema focal em seu livro "Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão", além de suas construções acerca das relações de poder. Com isso, outros autores os quais realizaram estudos em torno do âmbito prisional também são citados, a exemplo, Araújo, Barros e Jordão, Ottoboni e Pio. A discussão em todo o trabalho nos leva a refletir sobre o aumento da criminalidade como consequência gerada pela desumanização ainda presente no sistema penitenciário brasileiro e nos faz pensar o que fazer para suprimir esse mal. Enquanto alguns chegam a pensar na intensificação da pena, outros apontam para uma mudança de objetivo; e o objetivo é este: começar a entender o sistema penitenciário como uma forma de recuperação, reabilitação e ressocialização do preso. Ou seja, deve-se repensar um novo significado de prisão que, ao invés de culpar, seria lugar de recuperar. Por isso, o Eixo Temático que mais se aproxima deste ensaio é "Assistência Social, vulnerabilidades e violências" por se tratar de um eixo o qual se estrutura em discussões acerca do âmbito prisional e sistema jurídico, além de frisar o ponto que tange aos Direitos Humanos, o que entra em consonância com a temática deste trabalho.

O desenvolvimento humano na perspectiva de Vygotsky e o conceito de falso self de Winnicott.

Camila Ferrari (Centro Universitário UNIFAFIBE), **Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes** (Centro Universitário UNIFAFIBE)

Estudar o desenvolvimento humano é de fato importante para descobrirmos que cada individuo é subjetivo apesar de sua cultura, meio social ou tranformações biológicas e físicas. Porém estudar o desenvolvimento podemos reconhecer que existem similaridades comuns de cada faixa etária e suas diferenças (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 2008).

Para Vygotsky, o desenvolvimento é visto a partir de três aspector, instrumental (significado e sentido), cultural (diversidade do meio social) e histórico (criação e modificação ao longo da civilização). Sem a crianção dos objetos, não seriamos capazes de organizar nossos processos superiores (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 2008).

Abordaremos também o conceito de falso self de Winnicott, para uma melhor articulação com a teoria sócio-histórica de Vygotsky, duas fases são importantes. A primeira fase, a criança não tem intenção de destruir aquilo que ela ama pois ela não tem noção das consequências de seu ato, mas quando destrói não existe um sentimento de culpa, já a segunda fase, existe um sentimento de culpa, mas quando a mesma se sente abandonada, volta a destruir aquilo que ela ama (WINNICOTT, 2000).

Assim, como se constrói um referencial com dois autores de abordagens diferentes ao pensar em desenvolvimento humano?

Dentro dessa reflexão, articularemos a teoria do desenvolvimento humano de Vygotsky e o conceito de falso self de Winnicott com base em um estágio de observação durante o curso de Psicologia.

O trabalho tem relação com o eixo temático assistência social, vulnerabilidades e violências, pois traz reflexões sobre uma casa de acolhimento, envolvendo crianças em estados judiciais por conta da família.

O estágio foi desenvolvido durante 3° semestre do curso de Psicologia da UNIFAFIBE em Bebedouro-SP, em uma casa de acolhimento da cidade, com duração de quatro meses. Foram realizadas dez observações, um em cada semana, com duração de 2 horas cada, com base em roteiros específicos. Para tanto, foi realizada uma análise teórica que reuniu Vygotsky e Winnicott em relação ao desenvolvimento destas crianças.

Na casa de acolhimento, haviam quatro crianças em situação judicial. O sujeito que escolhemos para as observações se chama Carlinhos (nome fictício), ele tem cinco anos de idade e está internado junto a sua irmã de sete anos. Carlinhos tinha um comportamento agressivo, sobretudo com as estagiárias.

As crianças estavam o tempo todo brincando com os brinquedos da casa. Vygotsky diz que o brinquedo é uma zona de desenvolvimento proximal para a criança, pois ela começa a dar significado aos objetos através de sua imaginação e internaliza-os (OLIVEIRA, 1999). Carlinhos utilizava agressivamente esses brinquedos encontrados na casa, atacando-os nas estagiárias. Idenficando o conceito de falso self de Winnicott, colocando sempre a frente a questão ambiental como Vygotsky, diz que existe uma perda de identidade da criança, tornando a pessoa antissocial ou agressiva (WINNICOTT, 2005)

Constatamos, então, que as agressões de Carlinhos aumentavam quando as estagiárias estavam ao final de suas observações, e não se sentia culpado pelo falo de agredi-las.

Os dois autores, que normalmente não se conversam, trazem para suas teorias que o ambiente e as pessoas contribuem para o desenvolvimento da criança e como nesse contexto o sujeito se sente abandonado, ela tenta ser aceita em algum espaço, partindo para a agressividade.

Referências

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. ed. 14ª São Paulo: Sarava, 2008.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 1998.

WINNICOTT, D. W. Tudo começa em casa. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Olhando para o esquecido: Percepções da Psicologia Durante Estágio Voluntário no Centro POP de Sobral

Francisco Thiago Paiva Monte (Faculdade Luciano Feijão)

Introdução: Funcionando desde Abril de 2014, localizado na Avenida Dom José, nº 2147, no centro de Sobral, Ceará, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) tem capacidade para realizar cerca de 25 atendimentos diários como café da manhã, almoço, banho, atendimento individualizado e escuta qualificada dos usuários, além de encaminhamentos para vagas de emprego, renovação de documentos e para serviços de saúde. Conta com uma equipe composta por 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 1 psicóloga, 1 pedagoga e 4 profissionais de nível médio para abordagem social, realizada nas ruas. Funciona sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza. O Centro POP atende a pessoas de todas as idades que utilizam os espaços públicos como moradia, e tem por finalidade: "assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, tanto no desenvolvimento da autonomia dos usuários, como na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida" (BRASIL, 2011). O Centro POP visa a criação de estratégias para fazer com que o usuário consiga construir novos projetos e trajetórias de vida, para que assim, de maneira gradativa ele consiga se reerguer da situação em que se encontra. Objetivo: Relatar experiência vivida durante estágio voluntário no Centro POP de Sobral, levando em consideração os pontos positivos e negativos do serviço. Relação com o Eixo Temático: O Centro POP é um equipamento da secretaria da assistência social no município de Sobral, onde o publico alvo são pessoas em situação de rua, onde a maioria faz uso de substâncias psicoativas. Essa utilização se dá por não oportunidade de emprego, pela vulnerabilidade social e entre outros fatores, o que acabam usando da violência como uma estratégia para conseguir manter seu vicio. Metodologia: O estágio teve duração de seis meses, no período de julho a dezembro de 2014, com carga horária de 8 horas semanais. Fui recebido pela psicóloga do equipamento, onde através dela pude conhecer a instituição, onde também me forneceu informações gerais do funcionamento do Centro Pop, passando todas as informações de suas atividades, onde tive acesso a prontuários dos usuários, folhas de triagens, evoluções e encaminhamentos. Tive a oportunidade de participar de alguns atendimentos e vários momentos de atividades realizadas na Instituição. Resultados: Estar no Centro Pop foi, sem dúvidas, uma grande oportunidade para desmistificar como se dá a atuação do psicólogo no meio social, que é uma atuação realizada no âmbito da assistência, onde o sujeito deve ser visto de forma biopsicossocial, e não voltado para atendimentos clínicos. Também esclareceu pontos importantes sobre as políticas de proteção e assistência social e como elas chegam à população em situação de rua, tanto pelos serviços ofertados, como pela informação e divulgação dos direitos destinados a este publico. Através deste estágio, pude auxiliar e assistir a psicóloga exercer suas atividades, o que me proporcionou crescimento pessoal e uma grande experiência enquanto acadêmico de psicologia, por vivenciar na prática como são realizadas essas atividades e, além disso, todo o conhecimento adquirido poderá, ainda, ser utilizado em discussões de diversas disciplinas da matriz do curso durante e após minha graduação.

Referências

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Decreto/D7053.htm Acesso em 12/08/2015

Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para

População em Situação de Rua – Centro Pop. Brasília: Brasil LTDA, 2001. Disponivel em: http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-socialsnas/cadernos/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-emsituacao-de-rua-centro-pop-e-servico-especializado-para-pessoas-em-situacao-de-rua-1/05caderno-centro-popfinal-dez.pdf Acesso em 13/08/2015.

Ouvindo famílias de detentos: os estigmas e o papel do psicólogo nos espaços de escuta

Natália Pereira Martins (Universidade Federal de Uberlândia), **Isabela Cavalcante** (Universidade Federal de Uberlândia), **João Pedro Silva Figueiredo** (Universidade Federal de Uberlândia), **Taís Ferreira Rodrigues** (Universidade Federal de Uberlândia)

O presente trabalho busca explorar a escuta psicológica no contexto prisional, neste caso a escuta das famílias de sujeitos em situação de cárcere na cidade de Uberlândia-MG. A família desempenha um papel fundamental no processo do detento, pois é/são essa(s) pessoa(s) que possui/possuem (na maioria das vezes) um vínculo mais próximo e tem/têm condições de ampará-lo emocionalmente e estabelecer contato entre o indivíduo e a sociedade. Quando o psicólogo tem o desejo – e a chance – de proporcionar um espaço de escuta à família do preso, é aberta uma porta para um cuidado mais direcionado e para a possibilidade de desenvolvimento de uma rede de apoio tanto ao núcleo familiar quanto ao preso, ainda que indiretamente. O trabalho foi desenvolvido durante a disciplina "Dinâmica da Família", em momentos de visita e entrevistas com familiares de detentos (e também com um psicólogo) na fila de espera do presídio Jacy de Assis. É preciso salientar que a breve pesquisa bibliográfica feita ressaltou a pouquíssima produção da Psicologia em relação às famílias de detentos, deflagrando a falta de estudos e pesquisas nessa área. O Eixo escolhido para a apresentação do trabalho foi "Assistência social, vulnerabilidades e violências", pois acreditamos que o tema abrange a necessidade de inserção e a possibilidade de atuação do psicólogo na realidade das famílias de detentos, buscando criar um espaço de cuidado e visibilidade, além de destacar a área da Psicologia Social no sistema penitenciário de uma maneira diferente daquela prevista pela Psicologia Jurídica, no sentido de atender à demanda real de uma parcela da população que se encontra desfavorecida e estigmatizada no contexto em que vivemos. Quando o Ministério da Justiça informa que, em 2015, temos a quarta maior população carcerária do mundo (aproximadamente 608 mil pessoas), há de se pensar quantas famílias são afetadas, necessitando de um amparo psicológico que fuja às práticas médicas e jurídicas, voltado para se pensar um grupo fundamental na constituição dos sujeitos – de modo que esse grupo tenha estratégias e ferramentas para conquistar autonomia e também para dialogar com outros grupos sociais na reinserção do sujeito em condição carcerária à sociedade, bem como cuidar de seus conflitos e sofrimentos internos. A orientação teórica do trabalho foi pautada em estudos de Erving Goffman sobre estigma, manipulação de identidade e prisão, Michel Foucault, com o auxílio do aclamado "Vigiar e Punir: história de violência nas prisões" e seus estudos sobre a sociedade de controle, Cristian Fabiano Guimarães e colaboradores, em estudos sobre as mulheres de detentos, entre outros teóricos. Como resultados e conclusões, pudemos evidenciar o desamparo e a falta de escuta das famílias, bem como a necessidade de aprofundamento teórico e prático, além de – principalmente – nos atentarmos a como o trabalho no sistema penitenciário também precisa ocorrer em rede, tanto quanto no sistema de saúde. O psicólogo não consegue atuar em um meio onde predomina a lógica judiciária e o controle dos sujeitos em cumprimento de pena sem aliados que auxiliem (ou ao menos facilitem) as intervenções psicológicas e as linhas de fuga dos sujeitos que se encontram cada vez mais assujeitados, bem como suas próprias famílias - liames em potencial de qualquer trabalho que vise a alcançar o social em condições tão precárias de humanidade.

Psicologia e violência doméstica contra a mulher: Uma análise a partir de categorias psicológicas

Maria Aline da Costa Domingos (Universidade de Fortaleza), **Amanda Lívia de Lima Cavalcante** (Universidade de Fortaleza), **Kevin Samuel Alves Batista** (Universidade de Fortaleza)

Este trabalho visa apresentar a temática da violência doméstica sofrida contra a mulher ligada a partir da análise de algumas categorias psicológicas. Trata-se de um estudo empírico, qualitativo, cujo foco foi a atuação de psicólogos que trabalham na prevenção e intervenção em casos de violência contra a mulher. O presente estudo teve como objetivo entender como o profissional de psicologia lida, em sua prática cotidiana, com mulheres vítimas de violência doméstica. Para tanto foram realizadas entrevistas semiabertas com duas profissionais de psicologia que trabalham em centros de referências de proteção à mulher na cidade de Fortaleza-CE e, a partir de suas falas, analisou-se o contexto de atuação a partir de algumas categorias psicológicas: linguagem, emoção, percepção e inteligência emocional. O presente estudo, portanto, se encaixa na temática relacionada à assistência social, vulnerabilidades e violências, tendo em vista que visou observar a atuação do profissional de psicologia frente ao combate à violência doméstica contra mulheres, conforme normatiza a Lei nº 11.340/06. De acordo com Vygotsky (2001) a linguagem é considerada uma ferramenta no desenvolvimento do psiquismo humano, tendo em vista que ela tanto pode expressar o pensamento assim como organizá-lo. Por sua vez a emoção, de acordo com Huffman, Vernoy e Vernoy (2008), está relacionada a fatores internos que, por sua vez, apontam para uma realidade externa e direcionando assim o sujeito a um objetivo. A emoção, ainda, está relacionada a manifestações afetivas produzindo respostas fisiológicas. Já a percepção é caracterizada como um processo psicológico que possui características biológicas e simbólicas, afirma Schiffman (2006). A percepção em seu aspecto biológico diz respeito a capacidade cerebral e ao sistema nervoso sensorial, sendo que estes aspectos representam nosso principal meio de contato com a realidade externa. Através da interação entre sujeito e mundo fenomenológico existe a capacidade de lidar com símbolos que são representações daquilo que notamos e experimentamos. Essas representações são formadas a partir das nossas experiências com o mundo. Por fim, segundo Gardner (2003), inteligência emocional é a habilidade que o sujeito possui de conhecer e lidar com as suas emoções, diz respeito à empatia e à busca de relações saudáveis. A Lei nº 11.340/06 tem como principais aspectos as seguintes normativas: a violência contra a mulher é crime, com penas que variam de três meses a três anos de prisão para o agressor; o agressor e/ou suspeito poderá ser preso em flagrante ou a qualquer momento que a autoridade policial e a justiça entenderem ser necessário; a autoridade policial pode pedir ao juiz em 48 horas medidas como afastamento do agressor do lar, suspensão de porte de arma e proteção da vítima; a pena contra o agressor será aumentada em 1/3 se a violência for cometida contra a mulher com deficiência; a mulher só poderá tirar a denúncia na presença do juiz; a mulher não pode levar a intimação para o agressor; proibição da aplicação da pena com fornecimento de cestas básicas pelo agressor. A lei ainda caracteriza vários tipos de violência doméstica, quais sejam: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. De acordo com Ciarlini (2006) um ciclo de violência que possui três fases vinculadas, em sua maioria, à relação de poder estabelecida pela sociedade. A autora explica que essas fases podem variar em tempo e em intensidade e que não ocorrem necessariamente em todos os casais. Segundo a autora as fases são: o aumento da tensão, o incidente agudo da violência e o apaziguamento/ lua-de-mel. As análises nos permitiram compreender que a abordagem da violência se dá a partir da identificação de problemáticas, sendo que as profissionais se valem da aproximação discursiva com vítimas e agressores. As psicólogas procuram mostrar que em toda relação existem conflitos, porém não é necessário o uso de violência para resolvê-los. Caso possam perceber a abrangência da violência, o que inclui o núcleo familiar, passa-se a uma intervenção mais diretiva a fim de minimizar os efeitos de transtornos emocionais. Dessa maneira, caso a vítima esteja muito fragilizada emocionalmente faz-se um encaminhamento para um atendimento clínico psicológico, podendo a vítima também participar da terapia em grupo, que envolve todas as mulheres engajadas na Instituição. Esse grupo terapêutico é de fundamental importância por fortificar essas mulheres tendo em vista que elas se reconhecem e não se sentem mais sozinhas. O trabalho psicológico, neste âmbito, tem como principal objetivo além de acolher, problematizar a violência, facilitando o processo de percepção de tudo que ocorre em volta do mundo dessa mulher. Dessa forma pretende-se facilitar sua consciência de realidade. A partir dessa percepção de mundo a mulher poderá se afirmar na sociedade e assim ser capaz de tomar suas próprias decisões.

Reflexões sobre o papel da Psicologia na Execução Penal em meio aberto

Cristiane Stocker (Faculdade Sul Brasil), **Maria Isabel Formoso Cardoso** e **Silva Batista**

Visa-se discutir, neste texto, a atuação da Psicologia na área de Execuções Penais em meio aberto, no município de Toledo-PR; trabalho este, desenvolvido pelo Programa Patronato Toledo – PR, resultado de uma parceria entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária. O Programa tem por objetivo acompanhar e fiscalizar egressos oriundos do sistema penitenciário e/ou apenados/assistidos advindos das Varas Criminais ou dos Juizados Especiais Criminais no cumprimento de penas alternativas e dar assistência psicossocial a seus familiares. O Programa conta com uma equipe multiprofissional técnica, acadêmicos e docentes da área de Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Administração, que tem por objetivos: viabilizar o atendimento das demandas dos assistidos; realizar o monitoramento e viabilizar a execução das alternativas penais concedidas aos assistidos; firmar parcerias com Entidades locais para cumprimento da prestação de serviços à comunidade (PSC) e de outras alternativas, para o cumprimento da pena por parte dos assistidos; fornecer assistência jurídica, psicossocial e pedagógica aos mesmos; oportunizar sua formação profissional e educacional, aumentando as possibilidades de reintegração social e de não reincidência criminal; desenvolver ações conjuntas de atendimento ao assistido e a seus familiares quando necessário, promovendo seu fortalecimento e conscientização envolvendo o acolhimento e apoio ao assistido. Tais objetivos visam garantir os direitos dos assistidos, possibilitando condições para a efetivação dos direitos humanos, e atender as demandas que emergem nesse processo judicial/social. Nesse contexto da execução penal em meio aberto, cabe à Psicologia um relevante papel, pois suas intervenções têm por objetivo orientar e encaminhar o assistido, propiciando-lhe uma reflexão sobre si e sobre sua realidade social, a fim de que se compreenda como produto e produtor da mesma e autor da sua própria história. Para tanto, tornase necessário compreender e analisar o contexto social em que o indivíduo está inserido, a fim de intervir em suas reais necessidades. Sendo assim, toma-se como referência para a atuação profissional os aportes da Psicologia Social Crítica, o Código de Ética da Profissão e a proposta do Programa. O respeito à individualidade, aos valores sociais e à vida, compõe as atitudes profissionais desenvolvidas neste serviço, buscando romper com concepções tradicionais da Psicologia e apreendendo o conjunto das relações sociais, a interação entre os sujeitos e as redes de apoio, a partir de um atendimento personalizado, de acordo com as necessidades e as vivências do público-alvo. A atuação se orienta pela co-responsabilização entre os técnicos e os assistidos, visando promover a autonomia, valorizando as competências, os conhecimentos e a experiência de vida dos assistidos e de seus familiares. A metodologia de trabalho desenvolvida compreende: realização de triagens e entrevistas psicossociais com os assistidos para estabelecer um perfil psicológico, social, familiar, econômico, escolar e profissional, a fim de dar um encaminhamento mais adequado às suas demandas; realização de acompanhamento contínuo do assistido, a fim de avaliar o cumprimento da pena alternativa; fomento à conscientização do assistido sobre sua relação com a sociedade, sobre seu delito e sobre sua pena, levando-o à reflexão sobre si mesmo e desenvolvendo-lhe possibilidades da não reincidência criminal; desenvolvimento de ações de apoio, aconselhamento e orientação psicológica aos assistidos e às suas famílias; coordenação e mediação de encontros e atividades com grupos de assistidos e grupos de familiares, visando troca de experiências, conscientização e fortalecimento pessoal; visitas domiciliares aos assistidos e às suas famílias, a fim de verificar suas reais condições socioeconômicas e a dinâmica familiar; encaminhamento dos assistidos à rede social de serviços e de execução de políticas setoriais (CAPS, CAPS AD, AA, NA, Setor de Saúde Mental Municipal, UBS, hospitais entre outros); orientação de supervisão semanal das ações dos bolsistas (técnicos e acadêmicos) do Programa da área de Psicologia. A partir dessas ações tem-se alcançado resultados como: reflexão e problematização da realidade dos assistidos e compreensão de novas possibilidades de vida; desenvolvimento pessoal e profissional dos assistidos; cumprimento integral da pena alternativa; conscientização da família sobre a condição jurídica e psicossocial do assistido; possibilidade de continuidade do tratamento realizado pela rede sócio assistencial do município; desenvolvimento acadêmico e profissional dos bolsistas da área de Psicologia com produção científica. Tendo em vista a discussão realizada sobre a Psicologia no âmbito da Execução Penal no município de Toledo–PR enfatiza-se que, a Psicologia além de objetivar auto-reflexão por parte dos assistidos, permite que o Programa compreenda pela perspectiva da Psicologia tanto o indivíduo quanto o contexto no qual está inserido.

Violência de gênero: reflexões a partir da revisão de literatura

Marília Camargo Tuma (Universidade Federal de Uberlândia), **Marciana Gonçalves Farinha** (Universidade Federal de Uberlândia)

Introdução: A violência contra a mulher não é um fenômeno novo, porém seus números chamam a atenção pelo impacto social que causam. A literatura científica aponta para um crescimento no número de situações de violência física, sexual, psicológica, doméstica e no ambiente de trabalho contra a mulher. Aventa-se que uma das causas pode ser decorrente dela ocupar, ao longo da história, um lugar de inferioridade, quando comparado aos homens devido ao patriarcalismo e a subjugação que sempre foi vítima. Ressalta-se que a violência é uma relação discriminatória e um fenômeno complexo, causado por inúmeros fatores, que afeta as vítimas, suas famílias e a sociedade de um modo geral; além disso é um evento traumático que causa sofrimento e afeta o corpo em sua totalidade, sendo deste modo, uma questão de saúde pública. **Metodologia**: a metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica com os unitermos violência de gênero, no Scientific Electronic Library Online SCIELO. Foram encontrados 37 artigos. **Resultados**: A violência de gênero tem-se mostrado nos últimos anos como um assunto amplamente discutido em países como o Brasil, México e Espanha. Estudos brasileiros têm apontado como os motivos da violência conjugal a dominação do homem sobre a mulher, o ciúme, o uso de álcool e drogas, a maternidade ou paternidade sem planejamento, rivalidade entre os sexos e rompimento da relação por iniciativa da mulher. Entretanto, por ser a violência de gênero um problema que afeta a saúde das mulheres e da família, sendo desta forma, uma questão de saúde pública que requer atenção e planejamento social, a partir da década de 1990 tem se intensificado o cuidado na área da saúde e foi criada, em 2006, a Lei Maria da Penha. Contudo, pesquisas apontam para falhas na rede de atendimento e apoio as vítimas de violência, visto que as mulheres muitas vezes percorrem uma longa trajetória até conseguirem romper com a violência, e nesse caminho muitas vezes não são acolhidas pelos serviços e são culpabilizadas pelos operadores das instituições sociais. Além disso, o julgamento dos casos de feminicídio e violência de gênero é perpassado pelos valores morais dos operadores da justiça, delimitados por concepções distintas de família, gênero e justiça, os quais muitas vezes vão contra a Lei Maria da Penha. Entretanto, concepções machistas são passadas da mãe para os filhos no processo educativo, e isto juntamente com a não identificação das mães de suas capacidades e a relação constante da representação da figura masculina como violenta são elementos importantes para a perpetuação da violência, embora estudos indiquem alternativas para a melhoria do atendimento às vítimas, como a capacitação dos profissionais da área da saúde para lidar com os casos, bem como formas de rompimento da violência através do empoderamento da mulher, adquirido através de oficinas de narrativas de histórias. **Conclusão**: Frente a isto, na violência de gênero percebe-se há uma relação de dominação e subjugação da mulher, ela é tida como objeto de pertença do marido, sendo deste modo, desprezada sua singularidade e sua humanidade. Como forma de superação deste problema é necessário o trabalho rigoroso de combate à violência, com a elaboração de políticas públicas e a educação da população para a mudança de comportamentos em relação à discriminação de gênero; também há a necessidade do reconhecimento dos direitos das mulheres e do empoderamento da mulher para que adquira controle e domínio de sua vida, além de espaços de reflexões que fortaleçam as mulheres e as ajudem a estabelecerem relações mais saudáveis.

Eixo 08 Políticas sociais: infância, juventude e novos arranjos familiares

A medida socioeducativa em privação de liberdade e "ressocialização": fragmentos e problematizações da juventude brasileira

Valber Luiz Farias Sampaio (Universidade Federal do Pará), **Fernanda Teixeira de Barros Neta** (Universidade Federal do Pará)

A atual conjuntura da juventude no Brasil não é favorável ao desenvolvimento pautado no discurso do Estatuto da Criança e do adolescente – ECA. A lógica neoliberal, o imediatismo social e a produção do medo corroboram ao processo de emancipação de uma perspectiva punitiva como saída das atuais problemáticas sociais, ignorando a ausência de políticas sociais mais eficazes voltadas aos jovens. Além dessas questões, alerta-se ao movimento que está ligado estritamente à desigualdade social, ao pobre, especificamente ao/à adolescente que cometeu um ato infracional, vigente à um panorama de exclusão e aprisionamento precoce em nome do "bem social". Frente à esse contexto, aprofunda-se a questão do encarceramento feminino no estado do Pará, especificamente no Centro Socioeducativo Feminino – CESEF. O estudo se deu a partir de inquietudes que demandaram a partir do estabelecimento de relação entre instituições, no processo de acompanhamento de uma adolescente em medida socioeducativa em privação de liberdade durante 6 (seis) meses. Na ocasião, identificou-se vários pontos a serem discutidos, porém o mais significante foi a temática da ressocialização, que deu origem à problemática do emparelhamento do processo de institucionalização ao "retorno à sociedade", que carrega um caráter de reeducação para "reintegração" ao panorama social. Primeiramente no sentido da adolescente ter sido inserida em uma instituição total de controle; posteriormente, quando solicitado à traçar um plano de organização e execução do trabalho de forma intersetorial, foi informado que jamais teriam trabalhado desta forma; grande parte das visitas realizadas à adolescente identificou-se forte processo de medicalização, justificadas no comportamento agressivo da mesma como "surto"; grande parte das jovens institucionalizadas são de municípios distantes, o que dificulta o trabalho com a família das mesmas; dentre outros. Diante deste panorama, constitui-se um recorte de um estudo analítico acerca da temática somado ao impulso da disciplina "Processos de subjetivação, história e política" ministrado pela professora Drª Flávia Cristina Silveira Lemos (no programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará – UFPA). Para tal, adquire-se a conjuntura atual do discurso neoliberal como catalisador dos discursos criminalizantes à juventude brasileira, isolando o "problema" sem avaliar o contexto atual diante da desigualdade social. Com base em autores como Michel Foucault, Loic Walcquant e demais atuais, propõe-se remontar um panorama do processo de institucionalização juvenil feminino e no que concerne seu processo de ressocialização. Considerando que este processo de institucionalização fere a doutrina de proteção integral pautada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, cumprindo o seu papel, o de reprodução da lógica penal e excludente, assim como afirmando o caráter neoliberal de um punitivismo perverso. No mais, o que se apresenta na instituição de execução dessas medidas é que ao invés de oferecer o caráter socioeducacional, como proposto pela lei, as medidas socioeducativas de privação de liberdade agregam um continnum carcerário, propagando técnicas penitenciárias, que, consequentemente, "naturalizam" o poder legal de punir. Porém, o que se propõe com esses tipos de diálogos acerca da temática é emancipação de problemáticas institucionais, acionando o trabalho integrado como forma de garantia de direitos dos/as adolescentes frente à sua proteção integral, bem como afirma-se em lei.

Adoção Homoparental: Os construtos do preconceito em Boa Vista-RR.

Naira Laiza Santos (Universidade Federal de Roraima), **Carlos Eduardo Ramos** (Universidade Federal de Roraima)

A adoção homoparental é um assunto bastante contestado na atualidade. Muitas das pesquisas realizadas geralmente objetivam apenas analisar o desenvolvimento da criança adotada por mães ou pais homossexuais que eventualmente foram concebidos por inseminação artificial ou relacionamentos heterossexuais anteriores, e mesmo tais estudos são de grande raridade. Dentre as diversas configurações familiares possíveis, questiona-se por que não considerar o casal homossexual como uma possibilidade, haja vista que este pode estar apto, assim como qualquer outro, a exercer tais funções. Com o objetivo de compreender melhor a esfera da educação superior, bem como as indagações frequentes acerca deste tema, esta pesquisa objetivou compreender a opinião do público universitário de Boa Vista-RR sobre à adoção homoparental e seus respectivos componentes, considerando a visão dos universitários a respeito da homoparentalidade e também identificar possíveis elementos de preconceito. A discussão acerca deste tema articula-se com este eixo temático na medida em que focaliza elementos de preconceito no posicionamento de sujeitos referente a questões de gênero e sexualidade e no estabelecimento de poderes hierarquizantes capazes de perpetuar a desigualdade. Justifica-se também por trazer contribuições às décadas de luta do movimento LGBT para garantir direitos e promover justiça social em prol da diversidade. A princípio foi realizada uma pesquisa bibliográfica, considerando os conceitos de família, homossexualidade, adoção homoparental e preconceito, com base principalmente em textos da Teoria Crítica da Sociedade e artigos recentes, e, com base nestes foi elaborado um questionário com vinte itens com indicativos de preconceito baseados em nível de concordância e discordância que foi aplicado em duzentos e dois discentes. A análise crítica dos dados foi realizada considerando autores como Horkheimer e Adorno, e esta permitiu que, a partir do empírico, do aparente, do estatístico, encontrássemos algo de concreto e de significatividade para a constituição da subjetividade de indivíduos avessos à adoção homoparental. Encontramos diversas contradições nas opiniões da população universitária, que aparentemente não apresentavam preconceito frente a uma relação homossexual, mas faziam total oposição à adoção por casais homossexuais, e a partir desses dados pôde-se relacioná-los com elementos de preconceito vigentes na literatura. Ao cruzar as variáveis verificamos que o preconceito aparece mais evidenciado em alunos que possuem as religiões evangélicas. Sem intenção de criar generalizações desnecessárias, acredita-se que o elemento da religião é importante para se pensar o preconceito contra a adoção homoparental. Algumas religiões podem apresentar uma noção de família cristalizada como no modelo de família nuclear burguesa, por exemplo, e este modelo é transmitido desde a socialização primária para os indivíduos. A falta de contato com diferentes grupos familiares, como o de uma família homoparental e a transmissão de dogmas religiosos pode ser um fator decisivo na constituição da subjetividade do indivíduo preconceituoso. Ao verificar as áreas de concentração da universidade, notamos que as exatas e as agrárias apontam índices muito mais elevados do que alunos da área de humanas. Consideramos que existe a possibilidade de que, nos cursos em que as disciplinas técnicas prevalecem, tais como na área de exatas, haja pouca valorização de disciplinas teóricas que discutem a temática de gênero. Levanta-se, com isso, a hipótese de que os cursos com área de concentração (exatas com e agrárias) carecem de informações de esclarecimento frente à adoção homoparental ou a homossexualidade, devido ao escasso espaço para discussões nas disciplinas desses cursos. Duas possibilidades de enfrentamento do preconceito sugeridas residem em estabelecer maior contato com o objeto de preconceito e possibilitar informações de esclarecimento acerca do objeto de preconceito. O ambiente acadêmico pode e deve proporcionar as duas coisas, no favorecimento à criação de espaços de convivência com os diferentes, e também, talvez principalmente, na disseminação de informações de esclarecimento em relação a adoção homoparental, na valorização desse tema nas diversas disciplinas ministradas, na reflexão cotidiana e na inserção de mais disciplinas que valorizem a reflexão crítica sobre o mero conhecimento técnico. Mais ainda, valorizar o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema e proporcionar atividades de extensão que ultrapassem os limites da sala de aula, levando informações de esclarecimento para toda a comunidade, contribuindo assim para a redução do preconceito dentro e fora dos muros da universidade.

Análise do conceito de família e suas implicações na adoção por casais homoafetivos

Jullyana Meury Alves de Sousa (Universidade Estadual do Ceará - UECE), **Mariana de Sousa Aragão** (Universidade Estadual do Ceará), **Yanna Sayonara Duarte Farias** (Universidade Estadual do Ceará)

O debate na atualidade sobre as novas configurações de família é um tema que tem produzido grandes questionamentos no exercício profissional dos psicólogos, pois muitas vezes estes chegam despreparados para trabalhar com modelos diferentes da chamada "família tradicional". As famílias, após emergência do movimento feminista, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e o questionamento sobre o patriarcado, têm construído novos rearranjos, como por exemplo, as famílias monoparentais, pluriparentais ou recompostas a partir de novos casamentos.A luta pela igualdade de gênero possibilitou, entre outros acontecimentos históricos, transformações no papel da mulher dentro da sociedade, que até outrora era restrito ao ambiente doméstico com o cuidado com a casa e os filhos. Neste sentido podemos perceber uma metamorfose do conceito de família ao longo do tempo que está associada às transformações históricas e culturais da sociedade. Tal transformação afeta o cotidiano dos sujeitos inclusive em um nível legislativo e jurídico, no qual são propostas modificações nas normas que regulam tanto os casamentos como os processos de adoção. Tendo como referência tal problemática delineamos como objetivo principal deste trabalho discutir quais as implicações do conceito de família no processo de adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos. O termo homoafetivo é uma expressão jurídica utilizada para tratar do direito relacionado à união de casais do mesmo sexo, este foi criado para diminuir a conotação pejorativa e preconceituosa que se dava aos relacionamentos homossexuais dentro da nossa sociedade. Atualmente não existe nenhuma lei que regule especificamente a adoção por casais homoafetivos, mas estes sujeitos têm esbarrado no preconceito quando dão entrada em processos de adoção. A legislação brasileira sobre adoção não faz nenhuma distinção de sexo, cor, estado civil ou orientação sexual, tendo em vista que qualquer pessoa maior de 18 anos pode adotar uma criança ou adolescente que se encontre disponível para adoção no cadastro nacional, desde que o adotante seja pelo menos 16 anos mais velho que o adotado. No caso da adoção conjunta os adotantes precisam ser casados ou constituir união estável, conforme legisla o Código Civil Brasileiro, mediante a lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Apesar destes casais terem conseguido legalmente a possibilidade de formalizar perante o Estado o seu relacionamento com a união civil, o conceito de família ainda encontra-se associado a casais heterossexuais e seus descendentes. Partindo de um perspectiva crítica e histórica percebemos que mesmo a constituição assegurando igualdade de direitos dentro do âmbito da adoção os casais homoafetivos são muitas vezes impedidos de adotar pela visão de muitos profissionais da área jurídica, como psicólogos, por exemplo, pois estes não ampliaram a seus conceitos relacionados a família, além de existir preconceitos sobre a capacidade desses casais. Mesmo que os estudos apontem que crianças e adolescentes criados por casais homoafetivos não apresentam um aumento de problemas psíquicos e sociais ou tenham maior risco de sofrer abuso físico, psicológico ou sexual a noção limitada de família prejudica o processo de adoção por casais homoafetivos. Apesar de largos passos dados no que diz respeito ao direito de família e na quebra de paradigmas sociais excludentes sobre os novos arranjos familiares, muito há a ser feito. A ciência, por sua vez, especialmente no que tange à Psicologia Social Crítica que bebe das águas da desideologização em sua sede por mudança, tem uma potencial contribuição a dar no âmbito da plena aceitação de pessoas que protagonizam novas configurações de família.

As bases sócio-históricas das configurações da Família

Ana Cecília Durigan (Universidade Estadual de Maringá)

Introdução: A contemporaneidade apresenta um cenário antagônico no que diz respeito à estrutura da família, tanto no que se refere a sua conceituação, como instituição histórica e social na perpetuação de ideias e valores, quanto nos aspectos que correspondem às suas funções para com o desenvolvimento físico, afetivo e sócio educacional dos filhos. Os últimos tempos têm sido marcados, segundo Silva (2004), por expressivos entraves em todos os âmbitos da sociedade que apontam a existência de "crises" na dinâmica da família, as quais são manifestas em distintos meios de informação, como matérias jornalísticas, entrevistas, reportagens televisivas e em produções científicas, como artigos periódicos e pesquisas acadêmicas. Em busca de compreender as determinações presentes na gênese deste panorama específico da família na atualidade, podemos partir da análise sobre o próprio significado do conceito de família, o qual, segundo Ribeiro (1999), é derivado do latim "famulus" cuja origem serve para designar "escravo doméstico". A produção deste termo remonta à formação da família monogâmica no antigo império romano onde, de acordo com Engels (2006), ao se criar, no período da Civilização, uma nova organização social, política e econômica, consagrou-se à figura do homem e do gênero masculino a retenção de posse sobre os membros da família da qual ele era proprietário, como a mulher e os filhos, além dos escravos e terras conquistados. Este processo nos orienta à análise das bases sócio-históricas das configurações da família ao longo do tempo e suas transformações como fruto da prática humana objetivada na construção da cultura. Como exemplo, Duarte (1995), ao afirmar que toda instituição é um produto social, aponta que a existência da família, tal como a concebemos hoje, apresenta seus percalços históricos, que não devem ser considerados isoladamente da objetivação da cultura. Objetivo: Diante do exposto o presente trabalho tem como objetivo discutir o caráter sócio-histórico da dinâmica da família cuja configuração não se reduz a um modelo predeterminado e estático; bem como não se realiza de maneira isolada da construção cultural do gênero humano. Assim, buscase demonstrar a existência de diferentes concepções de estruturas familiares produzidas historicamente de acordo com as modificações das relações entre os homens em conjunto com os mecanismos sociais, políticos e econômicos, que se transformam juntamente às condições concretas e estruturais da sociedade. Metodologia: Trata-se de um estudo fundamentado no materialismo histórico dialético e nas produções teóricas da Psicologia Histórico-Cultural cuja concepção de homem compreende este como produto e produtor da cultura a qual pertence. Desenvolvimento: Em 2013 foi lançado o Estatuto das Famílias, projeto de lei 6583/2013, que ainda está em tramitação no Congresso Federal e tem gerado significativa polêmica por considerar a família como um núcleo formado exclusivamente por um homem e uma mulher, ou por um dos pais, e os filhos. O site da Câmara Nacional abriu para votação popular em 2014 a seguinte questão: "Você concorda com a definição de família como o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, prevista no projeto que cria o Estatuto da Família?" e, tendo-se alcançado um percentual de 4,6 milhões de brasileiros votantes, na enquete mais votada até então, obteve-se 49,98% para "sim" e 49,71% para "não". As divisões entre as opiniões são profundamente acirradas expressando que existem inúmeros valores, crenças, lutas de poder, interesses políticos e econômicos, que atravessam o plano ideológico e as condições sociais entre esses dois posicionamentos. De maneira geral, é necessário pesquisarmos de forma aprofundada a essência das determinações sociais, em termos materiais e culturais, que geram tais antagonismos no ideário do pensamento vigente. Isso implica analisar que o cenário ao qual nos referimos em torno da família se revela, em grande parte, pelas mudanças sociais historicamente recentes, promovidas na defesa de grupos minoritários que não atendem ao modelo tradicional de família nuclear, a qual, segundo Alves (2009), se baseia na figura do casal heterossexual e dos filhos, instituída na esfera relacional do modelo patriarcal. Frente ao rígido parâmetro que este modelo de família nuclear pode apresentar, compreende-se que grande parte da população não comporta os ditames ideológicos da família tradicional, incompatíveis com os avanços feministas, culturais, à legalização da união homoafetiva, à pluralidade exercida no papel social de pais, de parentes e da comunidade, dentre outras dimensões da vida social. Para Barroco (2004) a divergência entre as ideias que concernem à família resultam de concepções produzidas em relações econômicas e políticas transferidas ao plano das relações sociais, que ao concebê-la como um órgão (a)histórico tornam-na "naturalizada" à uma única dinâmica que atende ao modelo nuclear burguês. Conclusão: Compreende-se, dessa maneira, que os antagonismos gerados na maneira pela qual concebemos a instituição da família não deixa de constituir-se no cerne das próprias relações burguesas, que inerentemente excludentes e dominantes, impõem ideologicamente padrões de condutas e papéis sociais que contradizem com a vivência real e concreta da grande maioria dos homens.

Caracterização De Crianças Em Acolhimento Institucional Na Região Do Tocantins No Estado Do Pará

Karyanne Cristina Dos Santos Barros (Universidade Federal do Pará), **Dalizia amaral Cruz** (Universidade Federal do Pará), **Gilvana Cristina da Silva Reis** (Universidade Federal do Pará), **Carlos Joaquim Barbosa da Rocha** (Universidade Federal do Pará)

Os estudos realizados sobre os serviços de acolhimento constatam que existem milhares de crianças e adolescentes privadas dos cuidados parentais, longe de suas famílias de origem por um longo período, o que vai de encontro ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Esses dispositivos legais estabelecem que o acolhimento institucional trata-se de uma medida excepcional e provisória, objetivando a reinserção da criança a sua família de origem, caso não seja possível, a sua colocação em família substituta (Brasil, 1990). Fatores de risco presentes no contexto de desenvolvimento das crianças, como a pobreza extrema, o desemprego e questões relacionadas à exposição à violência, ao abuso e a exploração sexual podem contribuir para o fracasso dos pais ou responsáveis legais em proteger seus filhos, ocasionando a fragilização e rompimento dos vínculos familiares e afetando negativamente o bem estar emocional e físico das crianças e adolescentes e, portanto, o seu desenvolvimento. O objetivo deste trabalho foi apresentar dados referentes ao estudo de crianças privadas do convívio familiar, mais precisamente sobre os perfil e motivo de acolhimento. Os dados fazem parte da pesquisa intitulada "Instituições de Acolhimento em Quatro Regiões do Pará: Perfil, Rotinas e Praticas de Cuidado", financiada pelo CNPq. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um formulário elaborado pela equipe de pesquisa, que eram preenchidos a partir de consultas aos prontuários das crianças acolhidas no ano de 2012 (documentos, relatórios, pareceres e laudos); Posteriormente, esses dados foram inseridos em um banco e analisados por meio de análises estatísticas descritivas: frequência, média e desvio padrão. Sobre o perfil das crianças, constatouse que, em relação à idade, há maior frequência de crianças na faixa de 07 a 10 anos (35,1%), sendo a maioria do sexo feminino (54,8%). 48,4% das crianças acolhidas são da Zona urbana, 29% Zona rural e 22,6% dos prontuários não constavam informações. Sobre o registro civil, 45,2% das crianças possuem, porém 53,2% dos prontuários não constavam informações. Se tem ou não o nome do pai no registro civil, cerca de 33,9 % possuem , 11,3% não possuem e 54,8% não continham informações . 9,7% das crianças estudam, 4,8% não estudam e 41,9% não continham informações referentes à escolaridade. Somente 3,2% das crianças eram órfãs antes de darem entrada na instituição. No que diz respeito aos motivos do acolhimento, verificou-se que a negligência familiar (27,4%) é o principal motivo para o acolhimento institucional, seguida pelo abandono por parte dos pais e/ou responsáveis (19,4%), violência física (19,4%), violência sexual (16,1%), pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais (14,5%), risco psicossocial (8,1%) e pais ou responsáveis alcoólatras ou dependentes de outras drogas (4,8%). Os dados apresentados neste estudo confirmam pesquisas nacionais, segundo as quais entre os principais motivos para o acolhimento tem-se a negligência e o abandono. Observa-se, que a pobreza ainda se destaca entre os motivos do acolhimento. No entanto, o ECA postula que a falta de recursos materiais não constitui razão para o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar. À família deve ser assegurada à inclusão social, por meio do acesso à rede de serviços públicos e às ações comunitárias que potencializem as condições de oferecimento à criança e ao adolescente de um ambiente seguro. No que tange a inserção das crianças na escola, verifica-se o papel das instituições na garantia dos direitos das crianças na convivência familiar e comunitária, conforme apontado pelo ECA e as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, haja vista que a maioria estava matriculada na rede de ensino. É importante atentar para a ausência de informação sobre a escolaridade das crianças em seus prontuários. Tal resultado vai de encontro ao que é estabelecido pelas Orientações Técnicas, sobre a importância do Plano Individual de Atendimento (PIA) da criança, no qual devem constar todas as informações referentes ao processo de institucionalização até o desligamento da criança. Apesar de a instituição de acolhimento ser concebida como um contexto abrangente e protetor do desenvolvimento infantil, a opção pelo acolhimento de ver ser avaliada de forma criteriosa pela Justiça e Conselho Tutelar, tendo em vista que a institucionalização precoce e prolongado trazem diversos prejuízos para o desenvolvimento humano. Deve se levar em conta que a medida de acolhimento tem um caráter provisório, ou seja, tem sempre como horizonte a reinserção familiar ou a colocação em família substituta. O direito a convivência familiar e comunitária deve ser prioridade, sendo, portanto, fundamental que o fortalecimento dos vínculos familiares ocorra nas ações cotidianas das instituições, articuladas a outras redes de serviços, tais como: postos de saúde, escolas, assistência social, objetivando a garantia de melhoria e criação subsídios para que as famílias tornem-se capazes de cuidar de seus filhos, dessa maneira, promover o desenvolvimento saudável das crianças.

Discursos comunitários: uma análise da relação entre as comunidades e as instituições para idosos

Júlia Cabral Mazini (Universidade Federal de São João del-Rei), **Marcos Vieira Silva** (Universidade Federal de São João Del-Rei)

A Política Nacional do Idoso (PNI) prevê a criação e implementação de múltiplas e variadas ações e serviços, considerando a articulação inter e intra-setorial, de órgãos não-governamentais e de todos os segmentos da sociedade (Creutzberg, Golçalves, Sobottka&Ojeda, 2007). Segundo Ximenes e Côrte (2007), somados ao crescimento da população idosa surgem desafios que decorrem das questões políticas, sociais e de saúde relacionadas ao envelhecer. As instituições asilares no Brasil, em sua maioria, são destinados às pessoas pobres ou socialmente excluídas, sendo um dos seus desafios pensar em como transformar essas instituições em lugares de acolhimento, já que sua exclusão geraria uma sobrecarga para as famílias e um agravamento do problema social (Passos, Moura, Beato & Oliveira, 2005).

A estrutura, a organização das instituições e a forma de tratamento, fazem com que muitas vezes se assemelhem a depósitos de velhos. Embora não se negue sua importância, existe na sociedade brasileira uma negação às instituições que assistem aos idosos, independente de como elas sejam nomeadas. Para que cumprissem suas responsabilidades de maneira satisfatória, as instituições precisariam passar por um grande processo de reestruturação, proporcionando, assim, um lar, um lugar de vida, de aconchego, de identidade e de cuidado (Ximenes &Côrte, 2007). Passos et. al (2005), afirmam que a forma de fazer com que os lares para idosos se tornem compatíveis com os princípios de desinstitucionalização envolveria várias dimensões: a proximidade e a interação com a comunidade circundante; o apoio às famílias; integração com outros programas sociais de saúde; e o tipo de atuação da equipe institucional, que deve estar sempre refletindo, ética e politicamente sobre o trabalho que realiza. Nossa experiência em um Programa de Extensão desenvolvido em três comunidades diferentes também aponta para a necessidade de realização de atividades como práticas grupais, intervenções lúdicas e interações comunitárias como formas de intervenção/investigação psicossociais

A ida para a instituição asilar convoca novas reflexões sobre a velhice enquanto problema social e os riscos sobre o próprio envelhecimento, além dessa ruptura com as redes de referência e os grupos de pertencimento (Graeff, 2007). Sobre as questões sociais, na ida para a instituição os idosos deixam de se sentir parte integrante do espaço onde vivem, não se sentindo pertencentes. Esse sentimento contraria o de comunidade, clarificando que as instituições asilares não apresentam condições de vida comunitária aos seus residentes, que vivem em um mundo à parte e que, aos poucos, entram em um processo de isolamento.

O pertencimento ao grupo é o que fundamenta a relação social, tornando-se, portanto, fundamental existirem comunidades que possibilitem um espaço onde os indivíduos estabeleçam relações de maior proximidade, de intimidade e mais pessoais, positivas ao cotidiano institucional, opondo-se ao isolamento afetivo e social, que nega e desvaloriza as suas capacidades (Ximenes e Côrtes, 2007 e Pimentel, 2001).

Partindo do pressuposto da necessidade de serem repensados esses locais de atendimento ao idoso, da necessidade de garantir resultados mais favoráveis à velhice institucionalizada e da vida comunitária, o presente projeto de pesquisa a ser desenvolvido durante 2015-2017 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ propõe-se a repensar a relação estabelecida entre as comunidades geográficas e as ILPI's de quatro cidades mineiras. Através da Análise do Discurso, propõe-se ouvir representantes de poderes dessas localidades, a fim de estudar as representações, crenças, valores e preconceitos sobre a instituição asilar. As instituições também são estudadas a partir da leitura das Instituições Totais de Goffman (1994).

Estratégia de co-construção de autonomia na adolescência: contribuições para a práxis do psicólogo no SUAS.

Mychele Capellini Moris Taguchi (Universidade Estadual de Campinas), **José Paulo Diniz** (Centro de Formação e Assistência à Saúde)

A adolescência é geralmente abordada pela psicologia como momento processual de construção e solidificação da personalidade e de características psíquicas e sociais em direção à condição adulta, convidando o adolescente à elaborações de transformações internas que se interrelacionam a todo o momento com o contexto social, cultural e histórico da sociedade. A adolescência, assim, processa-se por esses encontros de situações sociais com transformações da energia psíquica que demanda do sujeito posicionamentos frente aos diferentes conflitos. Nesse período da vida, o adolescente não é mais tão dependente de suas figuras parentais, possibilitando-o à abertura de um movimento emancipatório frente a esse afrouxamento de modelos identificatórios. Isso o coloca diante de questões de perdas, separações e novas vivências e estranhamentos onde se transita da cena familiar em direção à cena social. A pós-modernidade tem revelado uma coprodução subjetiva peculiar da sociedade e seu momento histórico, onde tudo é relativo e provisório, com a predominância do imediatismo, da satisfação facilitada de prazeres e do consumismo. O sentido de vida é conquistado predominantemente através de experimentações sensoriais, de um desfrutar de prazeres sem as responsabilidades inerentes. O individualismo parece tornar-se exacerbado ante os movimentos coletivos e, assim, os processos, os rituais de passagem perdem sua densidade simbólica, tornando-se obsoletos, intoleráveis e consequentemente tem-se a configuração de uma geração de não consciência e preocupação social, com afrouxamento e fragilização de vínculos afetivos e sociais o que repercute na indiferença aos assuntos públicos e movimentos coletivos e na incipiência de planejamentos futuros e subjetividades com potência de autonomia e maturidade.

Com o intuito de problematizar essas questões junto aos adolescentes, se apoiando nas concepções da psicologia social, psicanálise e na capacidade de abertura para o externo aos moldes da filosofia da diferença, onde o sujeito é concebido como um processo contínuo e atravessado pela lógica alteritária, o Jornal Informando e Formando foi pensado como uma estratégia de um dos cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Indaiatuba/SP, no ano de 2013, para ampliar possibilidades de espaços para o exercício da autonomia envolvendo postura ativa e crítica dos jovens, estímulo na busca de informações de interesse; na participação como atores ativos dentro do processo de desenvolvimento psicossocial; da promoção da consciência para o compromisso e a responsabilidade consigo e com o outro; da promoção de sentimentos de pertença, de valorização própria e do outro; promoção de reflexões críticas de si e do mundo ao seu redor; promoção de interação com outras áreas de saber, com a comunidade em geral, com outros jovens e com a própria família. Os adolescentes acima de 12 anos constroem um jornal que tem como etapas o elencar de temas de interesse do coletivo de jovens, a busca de informações e discussão das temáticas, a concretização de opiniões na elaboração do material físico e a distribuição gratuita para a comunidade, principalmente nos locais de inserção social do adolescente (escolas, família, postos de saúde, estabelecimentos comerciais, etc.). As etapas são denominadas de: 1) Reunião de Pauta, 2) Informação e Discussão, 3) Leitura, discussão e escrita, 4) Escolha das imagens e correção, 5) Elaboração da arte, impressão e 6) Distribuição. Como resultados pode-se considerar que essa estratégia mostrou-se um recurso potencializador de movimentos de posicionamento crítico frente à sociedade e às próprias vivências internas, de reconhecimento do espaço comum ao outro e de exercício de respeito e pactuações de responsabilidades, de promoção de abertura à novidades e construção e/ou ampliação de perspectivas frente à vida. A estratégia citada é facilitada por uma psicóloga, que auxilia os adolescentes em todas as etapas da atividade. Articulando com os objetivos da GT "Assistência Social e Juventude no Brasil", a experiência relatada pretende contribuir com as discussões sobre a práxis do psicólogo no SUAS. A estratégia do jornal "Informando e Formando", no ano de 2015, foi estendido aos outros quatro Centros de Referência de Assistência Social do município de Indaiatuba/SP, ampliando a possibilidade de articulação desse recurso com os jovens de outros territórios do município. Conclui-se que a subjetivação é um processo contínuo, aberto às afetações e qualidade da relação com o outro dentro de um movimento ético e político de compromisso com a sociedade. Assim, entende-se que a passagem da adolescência para o mundo adulto se realiza quando o sujeito percebe sua responsabilidade em relação ao outro, à sociedade se colocando em constante diálogo com a produção de sua própria subjetividade.

Família e experiência de cuidado: reflexões sobre os rearranjos afetivos frente ao adoecimento

Bruna Pains Alves (Universidade Federal de Uberlândia), **Monique Arantes Ricardo** (Universidade Federal de Uberlândia), **Jéssica Araújo Caetano** (Universidade Federal de Uberlândia)

Este trabalho tem como tema "Família e Cuidadores" e integrou parte da disciplina de Dinâmica da Família, do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Interessava investigar experiências que retratassem a vivência do cuidado relacionado à família e, para tal, foi realizada a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. O intuito era compreender de que modo as famílias cuidam de seus entes quando um destes possui uma condição (doença, síndrome ou) que, comumente, demanda dedicação especial. Para isso, considerou-se os contextos destas famílias como aspectos socioeconômicos, histórico-culturais e subjetivos durante as experiências de campo. Estas foram realizadas por meio de visitas domiciliares junto às famílias cuidadoras. Foram contatadas quatro famílias que apresentavam diferentes especificidades: uma criança com Imunodeficiência Primária (IP), um adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma criança com Síndrome de Down e uma idosa com Doença de Alzheimer. Quando se entra em contato com o cuidado em família é importante destacar que, frente aos problemas de saúde, a família avalia alternativas, toma decisões, mobiliza recursos pessoais e materiais, faz planos e cria condições que poderá acionar frente a uma nova dificuldade, de acordo com suas condições de existência. Cuidar é uma atitude e, por isso, quem cuida se ocupa, preocupa, responsabiliza e se envolve afetivamente com outro sujeito. O cuidado revela a própria condição humana e a família é a fonte primordial de cuidado. Com este trabalho, percebeu-se que cada família reage e se adapta de uma forma diferente e específica à sua nova condição de cuidado e isso é refletido pelo contexto em que ela se encontra, pelas possibilidades materiais, sociais e pessoais que ela possui e pela forma que ela se reorganiza para conviver com a nova situação. Foi possível compreender que acontece um rearranjo na dinâmica familiar: os papeis e as funções familiares podem ser redefinidos e as famílias podem eleger um cuidador principal. Este, em sua maioria, é do gênero feminino em razão de aspectos da própria cultura. Este cuidador acaba por abandonar o mercado de trabalho formal e se dedicar integralmente aos cuidados do familiar; o cuidado que ele proporciona a uma outra pessoa pode trazer benefícios pessoais tanto para esta, para si próprio, bem como para os próprios profissionais de saúde (visto que o cuidador principal é, muitas vezes, o intermediário da relação paciente-profissional). No entanto, o cuidado também pode gerar sobrecarga, desgaste físico e psíquico para este cuidador. Neste sentido, o suporte e a rede social (representados por amigos, parentes, serviços de saúde e assistência social) atuam de forma fundamental na promoção e proteção da saúde física e mental do cuidador principal, assim como o auxilia a enfrentar doenças, situações de estresse e fragilidade social vivenciadas. Embora, comumente, as famílias elejam um cuidador principal, os demais familiares mobilizam funções importantes para a manutenção do cuidado. Os homens assumem, em função de aspectos sociais, cuidados indiretos como, por exemplo, suporte financeiro, transporte, questões legais, etc. Aspecto importante a ser considerado é a perspectiva do "ser cuidado" a qual, usualmente, e a depender da situação vivenciada (deficiência, doença, síndrome), suscita questões relacionadas à autonomia, às relações interpessoais na família e ao trabalho. Já em relação às condições financeiras, estas tornam-se fator importante para se compreender a dinâmica da família cuidadora, visto que irá influenciar as concepções familiares sobre: o cuidado, a saúde-doença, o estado de saúde de seus membros, a decisão em relação ao que fazer quando alguém não se sentir bem e como se relacionar com os sistemas populares e profissionais de cuidado. Portanto, de modo geral, este trabalho permitiu conhecer mais profundamente como é a relação das famílias com o cuidado, como é a rotina dos cuidadores e as percepções do "ser cuidado", quais as dificuldades e as mudanças que ambos enfrentam na dinâmica familiar. Percebeu-se a necessidade de uma rede de profissionais para fornecer suporte às famílias cuidadoras e, particularmente, promover cuidados ao cuidador principal, visto que este está sujeito à maior sobrecarga física e emocional. Além disso, enfatiza-se ainda a importância de implementação e desenvolvimento de políticas públicas de assistência às famílias cuidadoras sem condições econômicas suficientes para promoção de cuidados.

Morte na família do sertão cearense: arranjos familiares e sociais após o suicídio consumado

André de Carvalho-Barreto (Universidade de Brasília), Bruna Borges Costa (Faculdade Católica Rainha do Sertão)

Objetiva-se neste estudo conhecer, a partir da perspectiva da Psicologia Cultural, arranjos sociais e familiares ocasionados após o suicídio de um dos membros da família que foi acometido por um transtorno mental. O contexto deste estudo é a cidade de Quixadá localizada no Sertão Central cearense que é apresenta na região vários casos de suicídios. Revisão da literatura sistemática realizada nos principais indexadores de Psicologia revelaram poucos estudos que relacionam arranjos sociais e familiares com casos de suicidas portadores de transtorno metal. Nesta revisão, não foram identificadas investigações as quais a cultura possa ser um fator potencializador da prática suicida em pacientes com transtorno metal. A violência autoinfligida compreende comportamentos suicidas e autolesões. O primeiro inclui pensamentos suicidas, intensões suicidas e suicídio consumado; antes do suicídio consumado costumeiramente pensamentos e intensões suicidas são frequentemente identificados, especialmente, em pacientes com transtorno mental. Isto torna estes os pensamentos, intenções e consumação do suicídio aspectos interligados em pacientes com transtorno mental. Segundo OMS, mais da metade dos suicidas tem idade entre 15 e 44 anos, tanto para homens quanto para mulheres as taxas de suicídio aumentam com a idade e alcançam seu ponto máximo na idade de 60 anos. A cidade de Quixadá representa este perfil etário. Entre os suicidas estão pacientes com transtornos mentais atendidos pelo Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Nesta cidade, o suicídio consumado é uma pratica que possui vários locais específicos, dentre elas um monólito localizado na entrada principal da cidade. Quando alguém comete o suicídio, sua morte é anunciada em diversos meios de comunicação informais (e.g., sites pessoais). A notícia rapidamente é difundida ao público, algumas vezes, antes dos próprios parentes do suicida. Estudos internacionais revelam que o suicídio consumado ocasiona a produção de novos arranjos familiares que demoram a serem estabelecidos devido uma morte repentina, especialmente quando o suicida tem idade entre 15 e 25 anos, período no qual ele, costumeiramente, ainda reside com sua família nuclear. Neste novo arranjo familiar, os membros das famílias precisam, muitas vezes, lidar com sentimentos de impotência, frustração e culpa. Estes mesmos sentimentos expandem-se, muitas vezes, para além do núcleo familiar alcançando a todos os habitantes de uma cidade, gerando um nova ordem social derivada da perca de um de seus habitantes. Na cidade de Quixadá, o suicídio consumado parece ocasionar uma dinâmica social e familiar própria. Para alguns habitantes da cidade, o suicida é nomeado como apenas “mais um”, chegando a ocorrer uma normatização de sua morte e sendo encontrado, ainda, a expectativa de quem será o próximo paciente ou ex-paciente do CAPS a cometer suicídio. Nas famílias da região, apesar do impacto causado pela perca de um de seus membros, estas parecem se reestruturar rapidamente por costumeiramente existirem, no histórico familiar, outros casos de intensões suicidas e/ou suicídio consumado. Considerando a dinâmica individual interpretativa fundamentada na Psicologia Cultural de Straub, cultura e psique são interdependentes e entrelaçados, sendo a cultura um produto da prática social. Nesta direção, a cultura regula as normas sociais com seus sistemas de valores e crenças, influenciando as ações dos sujeitos, podendo ser a compreensão dos resultados psicopatológicos da pessoa, como o suicídio consumado, um fenômeno cultural. Assim, na cultura da cidade de Quixadá, na qual as crenças e os valores permeiam a prática suicida, uma ordem social é gerada na qual a morte ocasionada por uma psicopatologia é normatizada. A família, enquanto subcultura, apesar da ausência de um de seus membros causada pela perca, reestabelece uma nova ordem rapidamente. Esta é causada porque dentro de seu sistema de valores e crenças a perca de um membro é mais aceita do que em outros casos. Neste contexto, surge um hiato entre os arranjos sociais e familiares que é o CAPS. Este serviço, ainda em sua prática de intervenção, sobrevaloriza a atenção centrada no individuo independente da cultura, promovendo de formas pouco expressivas práticas de intervenção nos valores e nas crenças da não-naturalização do suicídio. Espera-se com este estudo fundamentar políticas sociais direcionadas a pacientes com transtorno mental com potencial suicida que considerem aspectos não apenas individuais em suas prática de intervenção, mas culturais.

Promovendo a Socioeducação a partir da cultura, esporte e do lazer.

Emanuel Belarmino Ribeiro dos Anjos (Prefeitura Municipal de Maceió e Universidade Federal de Alagoas)

Durante o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto, os adolescentes deparam-se como uma série de obrigações, que surgem com a proposta de provocar no socioeducando um redirecionamento ou mesmo a construção de um novo projeto de vida, afastando-o da cultura do ato infracional. Este novo projeto de vida deve atender o adolescente de forma integral, tendo como principal objetivo a inclusão social, a promoção da cidadania e da autonomia ou protagonismo juvenil. Dentre os vários aspectos relacionados à cidadania do socioeducando, identifica-se a prática esportiva, de lazer e cultura como essenciais ao processo socioeducativo, uma vez que, essas integram espaços de formação de vínculos comunitários, fortalecimento de convivência grupal e desenvolvimentos de habilidades individuais. Orientação Teorica: É importante salientar a responsabilidade da família e do Poder Público sobre o adolescente, neste processo socioeducativo, favorecendo o crescimento psicossocial do mesmo, como reza o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 4º: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária." As ações visam promover a inclusão esportiva, cultural e de lazer. São desenvolvidas atividades que viabilizem o conhecer dessas práticas nas mais variadas formas e manifestações. Método: No que tange à inserção esportiva, a equipe busca parceria com instituições públicas, e do terceiro setor, em cada território, preferencialmente no entorno da residência da família, pensando no fortalecimento da convivência comunitária e praticidade de locomoção do adolescente. As atividades culturais são promovidas através de visitas guiadas a museus (Theo Brandão, Museu do Hospital Universitário, Memorial da Republica e Museus dos Esportes) e a pontos históricos da cidade (Mirantes, Praças e outros locais Históricos) assim como visitações a mostras de cinema, passeios ao Parque Municipal e ao Estádio Rei Pelé. Resultados: Foram realizadas, até o momento, atividades culturais como: visitas guiadas a museus- Théo Brandão, do Hospital universitário, Memorial da República e dos Esportes; visita a pontos históricos da cidade; tour pelos bairros -da Jatiúca ao Pontal da Barra, sob a orientação de guia turístico que apresentou a história destes; mostra de cinema – Cine Sesc; passeios ao Parque Municipal (conhecimento do trabalho de preservação do meio ambiente municipal) e ao Estádio Rei Pelé (vivenciar a emoção de estar no gramado de referência no esporte local). Conclusões: As ações citadas possibilitam aos Adolescentes e Jovens conhecerem sua realizada histórica e cultural, bem como viabilizar o exercício de sua cidadania por meio de ações educativas e sociais legitimadas pela relação com os espaços públicos e atividades. Muito mais do que frequentar os locais ou a assistir a filmes, as atividades possibilitam o despertar de conhecimentos, ideias e vivências, abrindo novas possibilidades e perspectivas para além das que estão inseridos. É por meio das manifestações subjetivas, respeitando suas possibilidades humanas, assim como as capacidades de autonomia e empoderamento, que as medidas socioeducativas em meio aberto pautam suas ações e concepções. Entendendo que o cumprimento de uma medida que possui um caráter coercitivo, via determinação judicial, deve ser direcionado da melhor forma possível para a via Pedagógica, prática essa que precisa estar comprometida integralmente com a promoção de direitos, desenvolvimento humano e transformação social.

Saberes coletivos a respeito de relações de gênero: Uma experiência de oficina pedagógica.

Camila Maria Santos de Pinho (Universidade Federal de Mato Grosso-), **Amanda de Oliveira Santana** (Universidade Federal de Mato Grosso-), **Lillian Carlos Campos** (Universidade Federal de Mato Grosso)

Durante o processo de construção da oficina "Sexualidade, Família e relações de Poder" compreendeu-se que a proposta de problematizar representações construídas historicamente, atribuídas ao sexo masculino e ao feminino, como sugere Scott (1989), se constitui como um campo de possibilidades, onde a educação, segundo Candau (1999), não pode ser reduzida a meras técnicas didáticas. Deste modo, é importante frisar a relevâncias das oficinas pedagógicas, como um espaço onde o indivíduo se estabelece nas relações com a temática, compartilha e constrói conhecimento de maneira dialogada. Considerando assim Foucault (1997), no qual, estabelece que as relações de poder promovam a docilização dos corpos, através de mecanismos disciplinares a fim de estabelecer o que é aceitável e punir o que não obedece à regra, a proposta da oficina "Família, sexualidade e relações de poder" foi possibilitar a convergência de saberes na qual através do diálogo fosse possível pensar a promoção da igualdade das relações de gênero. A partir dessa perspectiva é que foram pensadas as oficinas pedagógicas interdisciplinares que compõem o Projeto de Extensão UFMT/PROCEV Gênero e Cidadania na Escola. Neste caso, a partir da orientação apresentada pelo eixo temático "Políticas sociais: infância, juventude e novos arranjos familiares" compreende-se a possibilidade de diálogo a respeito da discussão a cerca dos novos arranjos familiares, das performances que permeiam a noção de sexualidade e que sofrem influências mediante as intuições sociais como escola, igreja, família uma vez que, esses espaços têm se constituído como campos de embates e relações de poder. Sendo essas instituições, resultados do processo de uma construção histórica como é indicado por Louro (2008), onde o masculino e o feminino são subjetivados pelas relações de poder que são constituídas nesses espaços. Para tanto, temos na escola um espaço fértil de embates a fim de se repensar posicionamentos e a questão da cidadania. Assim sendo, utilizamos a metodologia de oficina pedagógica de Vera Candau (1999), sendo realizada na escola Estadual Elizabeth de Freitas Magalhães, na cidade de Rondonópolis- Mato Grosso. Participaram quinze alunos, a maioria do sexo feminino, negros idades de 30 a 60 anos. Optou-se pela turma do primeiro ano da educação para jovens e adultos (EJA). Os temas escolhidos, para os cinco dias de discussões, foram: sexualidade, família e relações de poder. Cada tema foi abordado separadamente, ao decorrer de três encontros. Os últimos dois dias foram dedicados ao aprofundamento na reflexão. Finalizouse a oficina, com a produção de um fanzine, uma produção livre onde os alunos poderiam escrever sobre os assuntos refletidos em um formato de revista ou folder. Posto isso, os diálogos retratados apresentaram certa resistência a questões sobre diversidade sexual, as diversas formas de constituição familiares, e a quebra desse binarismo entre gêneros que é construída a partir de uma visão biológica determinante. Concernente a isso observamos que a visão de família tradicional, baseada no modelo patriarcal ainda se constitui de forma hegemônica. No entanto, evidenciamos que nos percurso das oficinas, as falas foram ganhando outros contornos. Pontos em comum foram traçados entre as mulheres e suas experiências com divórcio, com a idade, com a opressão de gênero. Uma das mulheres relatou a experiência do divórcio e pontuo como o seu papel como "dona de casa" a fazia sentir em uma posição não inferior, mas, enrijecida. Mediante a fala, o contar-se, observamos o quanto o grupo foi se tornando aberto a dialogar sobre o que até então era apresentado de certa forma como tabu. Apesar dos embates enfrentados, compreendemos a importância dessa discussão nos espaços educativos, pois, são lócus que vem sofrendo transformações através das posturas subversivas e de resistência de grupos minoritários, como nos afirma Guacira Louro (2008). O processo de adentrar a escola se mostrou prazeroso, mas, ao mesmo tempo fonte de embates profundos com as regras disciplinares do espaço. Todavia, problematizar e construir um saber pautado em um diálogo coletivo nos possibilitou a vivência de experiências, que foram além da transmissão de informações, experiências que nos aconteceram, assim como escreve Bondía (2002), sendo esses momentos que enriqueceram o debate, desta maneira o objetivo deste pôster é refletir sobre a experiência da oficina à luz dos autores citados.

Um olhar sobre a complexidade de contexto e a potência do protagonismo jovem na construção da própria realidade.

Marília Vieira Braga (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), **Carolina Beidacki** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Este trabalho é derivado da experiência de estágio obrigatório de psicologia ampliada, de alunas de graduação do VIII semestre e é uma parceria entre a universidade, um instituto de psicologia e a Associação de Moradores da região. Busca-se, por meio deste, comunicar o trabalho realizado, com jovens até dezesseis anos, de uma comunidade periférica de Porto Alegre e proporcionar uma reflexão crítica da importância do empoderamento dos jovens para a transformação da realidade do contexto de exclusão em que vivem. Este tema encontra-se relacionado ao Eixo 8 "Políticas sociais: infância, juventude e novos arranjos familiares" por tratar do protagonismo juvenil e de seus atravessamentos e discutir uma experiência realizada com este público. Foram realizados dois tipos de grupo, um com pessoas de 11 a 13 anos em que utilizamos o psicodrama como dispositivo e o outro com as idades entre 14 e 16 anos, em formato de trabalho educativo, com a proposta de que eles pudessem ter maior autonomia e liberdade de escolha sobre a forma como queriam trabalhar. O primeiro foi supervisionado por profissionais da psicologia com referencial teórico da psicologia humanista, enquanto que o segundo foi também por um professor de história e filosofia, acreditando em um trabalho interdisciplinar. Nos grupos de psicodrama, visto que a proposta é trabalhar os temas que emergem do próprio grupo, os jovens (ou, pelo menos, o protagonista) são, inevitavelmente, quem determina o que será feito naquele encontro e são os protagonistas daquela dramatização, determinando os papéis a serem desenvolvidos por cada um e ditando o desenrolar da história. Existem algumas regras de convivência estabelecidas para que o grupo aconteça de modo que respeite as diferenças e os limites de cada um, bem como o sigilo. Porém, essas regras são estabelecidas e acordadas no início do grupo e respeitadas por todos, inclusive pelos facilitadores. Destaca-se isso porque aqui se percebe, por exemplo, a diferenciação entre escola/casa e o grupo; nesta abordagem as regras valem para todos e são respeitadas por todos, o que difere-se do funcionamento nesses outros ambientes. Devido ao Sistema Educacional predominantemente vigente, temos um formato hierárquico dentro da escola e da própria sala de aula, onde o aluno é receptáculo do conhecimento e das ordens dadas pelo professor, sem ter a liberdade (real) de questionar a validade daquele conteúdo ou daquela regra para o seu desenvolvimento, sem ter a liberdade de sugerir ou sequer optar por uma abordagem diferente para o seu aprendizado e este é o modelo educacional retratado, pelos próprios jovens, como parte de seu cotidiano. Assim, entendemos que a psicologia, bem como qualquer outra especialidade que vise abordar algum tema especialmente da área social, deve acreditar na lateralidade de saberes e que o objeto é também pesquisador e participante ativo do processo. É preciso manter claro que visa-se promover uma reflexão e não investigar, definir e explicar as formas como vivem. Tem-se como objetivo relatar um pouco sobre uma experiência de estágio, através da percepção singular do que vem acontecendo nesse trabalho e nessa comunidade, mas compreendendo o contexto histórico e processual em que estão inseridos. Portanto, entende-se que muito do que se passa neste território reflete em parte a realidade da juventude periférica do Brasil como um todo e não se trata de uma experiência isolada. Foi visto aqui uma possibilidade de, talvez, trazer mais olhares a uma camada da população, público este, em que muitas vezes até mesmo por uma posição física do espaço geográfico onde habitam, mas muito mais por uma posição política, costumam ser colocados na invisibilidade, sofrendo agressões diárias tanto subjetivas quanto estruturais, como quando lhe são negados direitos básicos. Ao aproximar-se da realidade desses jovens, e, ouvir relatos, e, até mesmo, experienciá-los, através de dramatizações, percebe-se que a melhor forma de promover saúde, parece ser, abrindo espaço para que eles possam se colocar à frente do seu próprio processo de evolução e aprendizado, um espaço onde ter opinião e ter voz para expressála é algo valorizado e incentivado. Uma postura passiva é a maior inimiga da autonomia, e ter autonomia resulta em uma libertação de estruturas opressoras. É exatamente dessa postura que esses jovens precisam ser empoderados a se livrar e conquistar a capacidade de se expressar para conseguir se posicionar e enfrentar essas estruturas que os rodeiam. Portanto, reforçar a autonomia, a curiosidade crítica e estimular a elaboração das múltiplas dimensões e hipóteses das conexões de fenômenos que formam a realidade é a maneira que este trabalho encontrou de auxiliar na transformação social e da promoção da visibilidade da juventude da periferia.

Uma Breve Reflexão Diante Os Novos Arranjos Familiares

Rayra Karoline Dos Santos Costa (Universidade Potiguar), **Jéssica Agna Cavalcante de Andrade** (Universidade Potiguar), **Vanessa Xavier Barbosa** (Universidade Potiguar), **Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Família envolve convivência e laços de afeto que proporcionam a disseminação e enriquecimento de valores diante o sujeito. Na nossa sociedade é considerada como espaço principal de educação e aprendizagem de valores morais, capazes de fornecer ao indivíduo a base para a construção de sua cidadania. A família exerce fortes influências sobre o sujeito, no qual podem manifestar-se na forma de tradições e costumes capazes de perpetuar por várias gerações. O presente trabalho discute as mudanças ocorridas no cenário social atual, enfocando as constituições familiares. Os desdobramentos sofridos pela família ao longo de algumas décadas e o posicionamento dos indivíduos diante estas questões, bem como as influencias manifestas em meio ao contexto social em virtude destas mudanças, a explicitar a resistência ou aceitação diante as novas constituições pela sociedade. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com pessoas de ambos os sexos, que possuíam entre 18 e 65 anos, sendo feita a partir da aplicação de um questionário composto por perguntas abertas e fechadas, cujas questões abordavam o modo como os entrevistados enxergavam os novos arranjos familiares e quais as consequências, em sua opinião, que poderiam ser acarretadas para a sociedade atual em detrimento destas mudanças, também, qual a reação dos mesmos, se um familiar estruturasse um seio familiar a partir de uma formação não nuclear. A análise de dados mostrou que a maioria dos entrevistados aceitavam os novos arranjos familiares, independente do sexo, religião e faixa etária. A maioria expressou não possuir aversão a estas novas constituições, contanto que a família mantivesse em seu meio uma relação equilibrada e saudável. Em relação ao posicionamento do corpo social diante o nível estrutural das novas constituições familiares, fora observado que a maioria das pessoas acredita haver baixo nível estrutural, ou seja, que alguns dos novos arranjos sofrem de uma desestruturação, acarretado em virtude da ausência de genitores, como é o caso de uma família homossexual ou monoparental e também que há desequilíbrio em uma família extensa pelo excesso de ordenamentos dirigidos a ações de organização. Outro fator capaz de gerar desestruturação para estes grupos segundo algumas pessoas, seria a resistência de muitos, e até mesmo de certas instituições em aceitar estes tipos de organizações familiares gerando desta forma, desconforto aos membros participantes desses novos arranjos, ao serem apontadas como formações carregadas de teor negativo para a sociedade, no qual segundo elas, deveriam ser banidas. Através destas analises é possível constatar que a expressão de conceitos por um indivíduo tem suas bases na sua formação linguística, na forma como os conceitos em meio a sua geração foram disseminados, ou seja, aos ensinamentos que o mesmo obteve desde o seu nascimento. Este fato nos leva a crer que maior parte das pessoas que se embasam neste tipo de fundamento, sofre influencias ideológicas e em virtude disto, compartilham argumentos que se derivam de certa alienação. Em contrapartida, constata-se no discurso das gerações recentes, nítida aceitação, e demonstração de um senso de naturalidade, diante os novos arranjos familiares. Em nossa sociedade atual há uma dominância da formação familiar nuclear. Esta constituição vem sendo propagada desde antigas gerações. Porém, este fato não impede que novos modelos familiares sejam construídos, pois se deve levar em consideração que a sociedade mantem-se sob um constante processo dinâmico, no qual se torna possível o acarretamento de diversas transformações ao longo das gerações. A inserção feminina no mercado de trabalho é um fator capaz de impulsionar estas transformações, que se tornam efetivas em meio à necessidade de grande parcela da população brasileira atualmente. As mudanças sociais em detrimento dos novos arranjos familiares são acontecimentos ocorrentes na sociedade brasileira, através de ousadas ações, alguns tabus já foram rompidos, e a relação da população diante estas questões vem se equilibrando. Porém, ainda existem muitos aspectos a serem avaliados e melhor ordenados. A família precisa ser vista como uma sede de união, respeito e disseminação de valores, a independer da organização dos membros e da articulação de gênero. Onde o fator preponderante deverá ser a valorização dos direitos de cada um, e a aquisição de um estado de bem-estar social para todos.

Vulnerabilidade das famílias nas ruas

Antonio Danilo Herculles Fernandes Vieira (Universidade Estácio de Sá FIC), **Raiany Maria Araújo Queiroz** (Universidade Estácio de Sá FIC)

Será discutido assuntos sobre tal vulnerabilidade que famílias que moram nas ruas vivenciam nos dias de hoje, seja ela física,emocional ou moral.

Sobre bases de Bireme, Centro colaborador da Organização Pan-americana de Saúde,defini-se vulnerabilidade:Grau de suscetibilidade ou de risco a que está exposta uma população de sofrer danos por desastre natural [...] (Material III – Ministério da Ação Social,19992) [...]grupo de pessoas que a possibilidade de escolha é severamente limitada sujeitas frequentemente à coerção em sua decisão.(Nichiata,L.Y.I.; Bertolozz,M.R; Takahashi,R.F; Fracolli,L.A. A Utilização do conceito de " Vulnerabilidade" pela enfermagem,2008,SP) Tem-se o propósito,estruturar como dar-se-a essas vivencias em tal situação e remetendo a realidade de fato em que se encontram ,inclusive levantando pensamentos e ideias pueris de uma sociedade omissa diante dos fatos vis.

È informado também as questões da vulnerabilidade em que essas pessoas vivem atualmente.Informação esta que possibilite compreender levantando questionamentos,antes préestabelecidas ou inquestionáveis,que se configuram em perfis já traçados por outros,a estas pessoas em tal situação em que vivem.

O propósito de coletar dados impertinentes sobre vulnerabilidades das famílias em situação de ruas,onde a princípio,o proposto eram observações e algumas coletas de dados destes.Essa coleta era baseada no que diz respeito a história de vida dessas pessoas e por conseguinte,foi trabalhado em cima de outras questões que foram levantadas no decorrer do que se era deparado.

A coleta desses dados seria para vizualizar quais vulnerabilidades eram mais evidentes e se todas as vulnerabilidades propostas a pesquisar,a moral,física e emocional,eram presentes;Os perfis de famílias que haviam.

No entanto,notou-se que famílias ditas,completas não era fácil encontrá-las,porém as vulnerabilidades em que era proposto a buscar,todas estavam presentes.É difícil informar,qual era maior que a outra das três vulnerabilidades propostas,porém a física era bem presente,o risco,a esperança de amanhecer vivo depois de uma noite de "descanso".

Segundo Minuchin (1985, 1988), a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas ligadas diretamente às transformações da sociedade, em busca da melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo. O sistema familiar muda à medida que a sociedade muda, e todos os seus membros podem ser afetados por pressões interna e externa, fazendo que ela se modifique com a finalidade de assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros.

Segundo Alves(1994) citado por Ayres; Calazans; Filho (2012,p. 122) "[...] vulnerabilidade designa,em sua origem grupos ou indivíduos fragilizados,jurídica ou políticamente,na promoção,proteção ou garantia de seus direitos de cidadania."

A vivência nas ruas traz consigo uma bagagem de emoções que por muitas vezes eminentemente tornar-se-ão vulneráveis, contribuindo para tantas outras dificuldades vivenciadas por essas pessoas.

Apesar de serem famílias nas ruas, essa vulnerabilidade se deve a esse fragmento de família que está ali, sem o amparo da família maior."[...]sobrevive das sobras de alimentos, de trabalho precário e de espaços públicos." (Soares,M,2004,p.81).

Entre observações e coletas,foram realizados em duas semanas,sendo dias de chuva e ensolarado(não se incluem os fins de semana);

As observações e coletas eram feitas pela manhã,por volta da 10 horas(a medida em que a observação era feita,em seguida era coletado os dados);Os dados eram coletados através de questionários,com perguntas abertas

Ambientes observados:praças e por ventura algumas ruas(estas as quais a caminho de um lugar específico deparávamos com algumas famílias em tais situações); Realizado em época de campanha eleitoral a presidência.

Eixo 09 Mídia, cultura e arte

A importância da mídia (desenhos animados) na socialização e formação do Eu

Antônio Cícero Ibiapina Ferreira (Universidade Federal do Ceará)

Cada vez mais presente no cotidiano da população, a televisão tem papel fundamental na vida da grande maioria das crianças brasileiras: é pelos desenhos animados que ela tem mostrado sua maior força na formação e introjeção das normas e valores sociais/morais. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo mostrar a importância dos desenhos animados na socialização e como facilitador na introjeção de normas sociais em crianças nas suas primeiras fases de desenvolvimento, se utilizando principalmente do lúdico como forma menos agressiva de se tratar o tema. Além disso é mostrado também o papel simbólico da identidade dos personagens representado nos desenhos como reforçador de tais valores. Como eixo temático, o presente trabalho pretende se inserir no eixo 9 (Mídia, cultura e arte), pois traz o seu material de pesquisa inserido em um meio de comunicação, no caso, a TV, e que, na realidade brasileira, tem uma questão extremamente cultural, seja da TV reunindo a família, seja dos desenhos "recebendo" essa criança nesse "novo mundo". Novo mundo esse que já possui seus códigos e modelos estabelecidos, sendo essa criança bombardeada de novas informações a todo instante. Já no tocante a orientação teórica, utilizou-se como ponto de partida alguns conceitos da teoria Psicanalítica, dentre eles o de Introjeção, que foi utilizado primeiramente por Sandor Ferenczi, e mais na frente incluído no arcabouço teórico psicanalítico de um modo geral. Ainda no que se refere a orientação teórica, é utilizado também o conceito psicanalítico de educação adotado por Maria Cristina Kupfer (2009), no qual se entende "como a inserção do sujeito na cultura". Kupfer diz mais: "pode ser concebida como discurso social, e melhor ainda, como uma transmissão de marcas de desejo, o que a faz ampliar-se para todo ato de um adulto dirigido a uma criança com o sentido de filiar o aprendiz a uma tradição existencial, permitindo que este se reconheça no outro". Substituiremos, neste caso, a palavra "adulto", de seu conceito, pelas animações. Nesse caso, seriam os desenhos os responsáveis por esta "educação", tendo eles a função de educar: seria então se reconhecer a partir dos papéis apresentado nos desenhos; poderíamos também [até] resgatar um outro conceito psicanalítico: Identificação. Este é citado em Totem e Tabu, Luto e Melancolia, e mais exposto ainda em Psicologia das massas e análise do Eu. Como metodologia foi utilizado a análise bibliográfica a partir de artigos que tratam do mesmo tema, assim como o método exploratório, onde não se trabalha com a relação entre as variáveis, mas com o levantamento da presença das variáveis e de sua caracterização quantitativa ou qualitativa. Partimos então de um estudo de artigos que tratassem do mesmo tema em busca de recorrências, assim como passamos por um período em que foi assistido durante todo o mês de novembro do ano de 2014 animações em busca de material para pesquisa. Seguindo essa lógica, chegamos aos nossos resultados a partir de desenhos como A Luluzinha, A Turma da Mônica e Caillou, que foram retirados para análise a partir de um universo de outros desenhos. Como resultado obtivemos a presença de comportamentos relativos a gêneros e padrões comportamentos: desde comportamento considerado "ideal", ao de como uma "mulherzinha" deve se comportar, como relata, também, Margaret Mead em Sexo e Temperamento.

Amizade e biopolítica: as modulações do capital

Diogo de Lima Muniz Barroso (Universidade Federal Fluminense), **Ana Carolina Dias Ramos** (Universidade Federal Fluminense), **Caio Augusto Ramos de Castilho** (Universidade Federal Fluminense), **Clara Sym Cardoso de Souza Costa** (Universidade Federal Fluminense), **Danichi Hausen Mizoguchi** (Universidade Federal Fluminense), **Jiulia Caliman Muylaert de Menezes** (Universidade Federal Fluminense), **Julia Virginio Câmara** (Universidade Federal Fluminense), **Marcelle da Silva Freitas** (Universidade Federal Fluminense), **Tali Firer** (Universidade Federal Fluminense)

Introdução: O presente trabalho – uma pesquisa de iniciação científica - é resultado de um movimento atento pelo socius iniciado por uma curiosidade e estranhamento a respeito das tramas subjetivas de constituição do atual, especialmente sobre como a amizade é convocada a participar desse jogo. Uma certa conduta enunciativa parece vincular amizade, saúde e capital, fazendo do corpo uma mercadoria sempre a ser aprimorada para e pelo consumo. Em nossa pesquisa, não partimos em busca de estabilidade ou finalização, mas convidamos a pensar outros modos de existências possíveis, apostando na construção de outros mundos. Nesse recorte, para efeito de apresentação e participação no Encontro, foi privilegiado o aspecto da saúde.Desse modo, não em busca de uma matriz primordial de ordenação das questões de interesse do presente, mas entendendo a amizade ao lado de tantas outras problemáticas profícuas e necessárias, nos colocamos duas perguntas que se sobrepõem: o que o presente faz das amizades e o que as amizades podem fazer do presente? **Objetivo**: Michel Foucault é um dos companheiros importantes dessa caminhada nos relembrando de uma questão moderna por excelência: o que ajudamos a fazer de nós mesmos? Assim, pretendemos operar um estranhamento acerca daquilo que somos - as linhas de forças que nos compõem - a partir de relações de saber-poder que engendram os modos de amizade no presente.É importante atentar que a captura capitalística da amizade não é o único ou o mais importante aspecto das forças que compõem o jogo biopolítico atual. Haveria inúmeros outros elementos a se analisar. Abordamos a amizade tão somente como contribuição à fragilização dessas linhas amplas - eis o nosso objetivo geral. **Relação com o eixo temático**: O eixo de 'Mídia, cultura e arte' parece-nos apropriado, já que dentre outras coisas nosso trabalho pretende tensionar as formas como as mídias afetam os processos de subjetivação na sociedade contemporânea. Mergulhados naquilo que Gilles Deleuze insinuou como sendo a sociedade de controle - aquela em que através de dispositivos tecnológico-midiáticos oferta-se condições de possibilidade para que os enunciados circulem leves - buscamos identificar, reconhecer e questionar os vetores que, sutis e gaseificados, conduzem as forças potentes das multiplicidades. Colocados sob o rigor da conceituação, os discursos de verdade conectam ciência e subjetividade reafirmando a base da episteme moderna foucaultiana que colocou o ser humano como sujeito e objeto dos enunciados científicos. Isso posto, cria-se um padrão subjetivo, ajustado a partir dos benefícios capitalísticos de saúde, o qual circula de modo peculiar nas mídias da sociedade de controle como verdades absolutas. **Orientação teórica**: Michel Foucault, Gilles Deleuze e Walter Benjamin são respeitáveis companheiros dessa andança. O primeiro nos acompanha oferecendo a utilidade da ferramenta primordial de análise em nossa caminhada, o enunciado. Estranhando as relações entre saber e poder e a inserção da ética no jogo de forças, apresentou-nos os conceitos de biopoder e de vida como obra de arte, sempre no horizonte de nossos questionamentos. Benjamin nos coloca a potência analítica de se entender o capitalismo como religião, a serviço da resolução das mesmas demandas das crenças tradicionais. Deleuze também é importante já que sua quase premonitória explanação a respeito das sociedades de controle se mostra absolutamente potente para se pensar o presente. **Método**: De um modo bastante concreto, a estratégia metodológica central nessa pesquisa é a cata de enunciados os quais tenham como objeto a amizade. Importante salientar que tais enunciados não são catados em um campo restrito – ou, dito de outro modo, com certa ironia, asseguradamente científico. Ao contrário, são capturados em variados postos – revistas científicas, produções acadêmicas em geral, revistas de variedades, jornais, sites especializados, programas televisivos, etc.Ou seja, a estratégia metodológica que aqui se construiu, inspirada na arqueologia foucaultiana, captou os enunciados em seu aspecto mais leve – aquele que os faz presentes em uma cotidianidade a qual é sobremaneira a construção de um mundo – e eficaz – aquele que os faz carregar consigo um valor de verdade. **Resultados e conclusões**: Partir do meio sem direção específica de caminhada, apenas uma disposição ao interrogação, faz com que finalizações e chegadas não tenham sentido. Vamos percebendo o jogo de forças sempre em choque - a partir do qual entendemos o mundo. O embate constante entre poder e resistência, e nesse embate a amizade sendo convocada também à linha de frente. Em um estranho resultado sem ponto final, compreendemos a força política da amizade: capturada como pílula de saúde e moeda de benefícios e também na potência de uma ética e estética relacional que possa subverter as dobras capitalísticas.

Consumo, socialização e identidade: o que o funk ostentação tem a nos dizer sobre isso?

Rute da Conceição Machado (Universidade Estadual do Cerá), **Aimê Parente de Sousa** (Universidade Estadual do Cerá)

O presente trabalho objetiva realizar uma análise das representações simbólicas que o gênero chamado funk ostentação possui nas relações de socialização, na produção de identidades e nas formas de consumo no Brasil atual sob a dinâmica de inclusão e exclusão social. Esse estilo musical originou-se nas periferias paulistas no início da segunda década dos anos 2000 e popularizou-se entre as diversas faixas etárias e as diversas classes sociais na plataforma online YouTube por apresentar em suas letras e em seus clipes menções a objetos caros, como carros de luxo, roupas de grife e cordões de ouro. Em consonância com o eixo temático "mídia, cultura e arte", discorreremos sobre como essa forma de expressão artística, o funk ostentação, representa a realidade social e como isso afeta os processos de subjetivação dos simpatizantes desse gênero musical. Discorre-se também sobre as questões identitárias presentes nesse estilo que, por meio de influências de diversas mídias, como o youtube, o instagram e o facebook, difundiu-se como meio de venda e de consumo de produções sociais, culturais e artísticas. Sendo assim, as mídias sociais supracitadas serão contempladas em sua vertente de divulgação – quando utilizada pelos empresários interessados em vender seu produto musical ou quando popularizam conteúdos por meio de curtidas, compartilhamentos e comentários – e em sua vertente subjetiva, as quais parecem ser utilizadas pelo usuário para expor aos seus amigos ou seguidores os conteúdos que lhes são mais caros, como forma de expressar-se enquanto indivíduo único – possivelmente revelando uma vertente individualista característica do capitalismo – e de mostrar-se enquanto pertencente a um grupo, representado por uma determinada identidade. Para compreendermos o fenômeno do consumismo e sua repercussão no cotidiano das pessoas, adotamos como referencial teórico os sociólogos Zygmunt Bauman e Jean Baudrillard. Segundo Bauman, a sociedade de consumidores, também chamada de líquido-moderna, é caracterizada pela instabilidade, os objetos de consumo são rapidamente produzidos e rapidamente descartados, sendo assim, não se busca mais poupar recursos financeiros para utilizações futuras, mas sim o consumo imediato, pautado no prazer instantâneo que a obtenção daquele produto proporciona. Por outro lado, Baudrillard compreende a lógica das relações de consumo como uma rede de signos sociais, ou seja, segundo ele não se consume o produto em si, mas as relações simbólicas que aquele produto apresenta em uma sociedade. No funk ostentação esses signos são não somente os adereços, carros e roupas utilizados pelo cantor, mas também as próprias mulheres que aparecem nos clipes e o que se busca consumir parece ser todo o padrão de vida que esses cantores aparentam possuir segundo seus vídeos. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica em livros e em artigos científicos presentes em plataformas online de pesquisa acadêmica. Além disso,

analisamos os clipes das músicas Plaquê de 100 e Tá Patrão do Mc Guimê e Nois de Nave do Mc Boy do Charmes, que são referências desse estilo musical. Isso nos possibilitou relacionar a influência do cenário atual no gênero funk ostentação, bem como, compreender as formas de reprodução da cultura na música e a repercussão disso nas relações identitárias dos indivíduos. Como resultado, foi possível observarmos que o funk ostentação é reflexo da sociedade contemporânea, marcada pelo consumismo, pelo individualismo e pela busca de reconhecimento social; todos querem ser diferentes, querem "ostentar". Ademais, há uma identificação dos ouvintes desse gênero com o conteúdo exposto nessas canções, esses indivíduos são influenciados pelos estilos e pelos discursos disseminados por esses artistas. Essa identificação tende a ser reproduzida nas formas de expressão e nos modos de vestir-se, por exemplo. Por fim, busca-se discutir as questões sociais emergentes no atual cenário capitalista brasileiro, no qual o consumo apresenta-se de um lado com o funk ostentação, isto é, exposto de acordo com o imaginário daqueles que são excluídos das possibilidades de consumo, mas ainda assim querem se fazer ouvidos pela sociedade; e de outro pela perspectiva daqueles que possuem o consumo como algo mais próximo, não chegando a pertencer nem a elite econômica e nem ao grupo economicamente excluído. A comparação entre esses grupos não apresenta, como pode parecer, um choque cultural, mas sim a condição multifacetada das possibilidades de consumo na nossa sociedade, que, veladas por uma rede de significados, são responsáveis por nortear as relações sociais e por ocultar as semelhanças entre as diversas camadas sociais. Por trás desses diversos polos, encontra-se uma mesma ideologia, que preza o consumo como modo de legitimação social.

Corpo, mídia e subjetividade: pensando as distorções de auto-imagem no contemporâneo

Evelyn Cristina de Sousa Penas (Universidade Federal do Ceará), **Jurema Barros Dantas** (Universidade Federal do Ceará), **Renata Eudocia Melo Barreto** (Universidade Federal do Ceará), **Crislanny Fonteles da Silva** (Universidade Federal do Ceará), **Raissa Sousa Osterno** (Universidade Federal do Ceará), **Gabrielle Lima Feitosa** (Universidade Federal do Ceará)

Este trabalho pretende elucidar algumas considerações preliminares acerca de uma pesquisa que está sendo realizada em academias de ginástica de Fortaleza que visam compreender como se estabelecem as relações do sujeito com o corpo na hipermodernidade, especialmente as relações mediadas pela mídia, campo de forte influência para esse corpo. Busca-se realizar discussões acerca da temática, visando problematizar como a "ditadura da estética corporal" (ANZAI, 2000), no contexto da contemporaneidade, constrói diferentes modos de subjetivação e como tais relações podem gerar sofrimento psíquico para os sujeitos. Para isso, será utilizada a noção de "corpo cultural", ou seja, um corpo não apenas biológico, mas perpassado por questões históricas, políticas, sociais e econômicas. O conceito de hipermodernidade para Lipovetsky (2007 apud LEMOS; RODRIGUES e MONTEIRO) significa o indicativo do ponto extremo da Modernidade, marcada por uma sociedade do excesso, da velocidade e da aceleração absoluta. Entende-se que a mídia na contemporaneidade propaga um apelo a um corpo que deixa de ser possível e passa a ser um corpo ideal, quiçá inatingível. Tais discursos são amparados sob a égide do discurso biomédico que reafirma práticas que cultuam o corpo jovem, belo, magro, de tal maneira que a sociedade vai esquecendo o caráter histórico e temporal do corpo e o transformando cada vez mais em objeto de consumo. Segundo Gadamer (2006), a técnica, o saber científico, a normatividade e a especialização dos saberes ocultam as questões vitais sobre saúde e doença Destaca-se também neste contexto contemporâneo, a sociedade do espetáculo, na qual este consiste em uma relação social entre pessoas mediatizada por imagens (DEBORD, 2003). Anzai (2000) afirma ainda que a indústria cultural se relaciona diretamente com a mídia, responsabilizando-se pela transformação do corpo em objeto de consumo, dentro de uma lógica mercadológica na qual criam-se tecnologias o tempo todo voltadas para a adequação dos corpos ao padrão estético estabelecido socialmente. Segundo o autor supracitado, surge através dos recursos midiáticos um sentimento de culpa por parte dos indivíduos que não estão dentro dos padrões para alimentar uma indústria que se beneficia com isso. Referente a tal afirmação, Dantas (2011) reitera que o sentimento de impotência parece também ter se tornado uma fonte de lucros tendo em vista a ansiedade em torno dos cuidados com o corpo. Em suma, os mercados de consumo estimulam, reforçam e se alimentam da mesma ansiedade que prometem reduzir com seus produtos. De acordo com Novaes (2005), a modelagem da boa aparência considerada banal é tomada de grande carga ideológica e, dessa forma, todos os investimentos estéticos são permeados pela lógica do consumo. Uma pesquisa realizada em 2010 por Berger com mulheres de classe-alta em uma academia de ginástica revelou que 88% da amostra perceberam a presença de um culto ao corpo e 96% atribuíram à mídia o encargo por este processo. Segundo Sant'anna (2001), na contemporaneidade ser belo é tornar-se compatível com um ideal estabelecido de modo universal, contrapondo-se ao que é cada corpo, enquanto este é um ente que possui suas particularidades. A reflexão suscitada por este trabalho gira em torno da ideia de que ao estabelecer-se um padrão único que se torna ideal, emergem as chamadas distorções da autoimagem. Sobre o conceito de auto-imagem, Barthes (1982) afirma que o corpo de um indivíduo é, para ele, a imagem que ele acredita que o outro tem deste corpo. Durif (1990) acrescenta a influência da mídia ao declarar que as revistas oferecem para os leitores uma imagem de seus próprios corpos, investindo em um jogo de espelhos entre o corpo e o olhar do outro, atuando na construção da auto-estima e da auto-imagem. Conforme Dantas (2011), a procura pela boa forma desconhece limites e se refere a prazeres sequer imaginados, mas que devem ser alcançados cedo ou tarde. Assim, não importa a excelente forma que o corpo esteja neste momento, visto que sempre será possível melhorar. Além disso, segundo a autora, o corpo é palco de paradoxos e conflitos, pois o mesmo corpo que busca sua singularidade é o que tenta negar a diferença e a alteridade. Dantas (2011) explicita ainda que a busca pelo corpo perfeito é uma tentativa de negar o futuro, pois é através do corpo que o tempo deixa sua marca. Mediante a autora supracitada, a obsessão atual pela construção da aparência apresenta-se como resposta à instabilidade, fragmentação e efemeridade, o que justifica a centralidade que o culto ao corpo ocupa na cultura contemporânea. Sendo assim, a mídia de um modo geral mostrou-se fortemente presente no processo de subjetivação do indivíduo hipermoderno. Portanto, tais impressões são sustentadas a partir de um primeiro movimento mediante pesquisa bibliográfica referente a este projeto de pesquisa que está ocorrendo nas academias de ginástica de Fortaleza, onde os dados serão analisados e posteriormente apresentados em eventos e publicações futuras.

Fotografia, subjetividade e concepção de criança: Análise psicossocial do documentário "o sal da terra".

Jhéssyka Thainá Simões Lopes (Universidade Federal de Alagoas), **Estefane Firmino de Oliveira Lima** (Universidade Federal de Alagoas), **José Allyson** (Universidade Federal de Alagoas), **Maria Sandra Dos Santos** (Universidade Federal de Alagoas), **Ana Flávia Roxsany Calheiros Souza** (Universidade Federal de Alagoas), **Carlos Inácio Dos Santos Sobrinho** (Universidade Federal de Alagoas)

O presente trabalho propõe analisar as imagens existentes no documentário dirigido por Juliano Ribeiro e Win Wenders "O Sal da Terra" (2014), sobre a vida e trabalho de Sebastião Salgado. Temos como pressuposto que as mídias (fotografia e vídeo) são produtos e produtoras de subjetividades. Desse modo, estão relacionadas às concepções de infância e, portanto, permitem refletir acerca das infâncias retratadas. Podem ser consideradas como geradas a partir do real, mesmo que, por parte deste, e sejam decodificadas por quem as retrata e/ou as admira. A relação intersubjetiva está presente em todos esses momentos. Desse modo, existe o processo de compartilhamento de sentidos e significados possíveis no contexto cultural. Foram identificadas 89 fotografias que retratavam crianças nos mais diferentes contextos escolhidos pelo fotógrafo e expressavam concepções de infância. A análise de conteúdo, das imagens e contexto inserido, permitiu identificar 6 grupos com as seguintes categorias temáticas: Grupo A - Crianças em situação de conflito ou refugiadas (33). As imagens apresentam situações em que as crianças estão expostas a uma violência denominada institucional, tipo de violência motivada por desigualdades de gênero, étnico-raciais, econômicas etc, predominantes em diferentes sociedades. Temos como exemplo, as imagens fotografadas na antiga Iugoslávia; Grupo B - Crianças em regiões desérticas/semiáridas, falta d´água ou situação de miséria, fome (20). Aqui vemos fotografias de crianças expostas à seca, suscetíveis às doenças e à morte, num cenário de desnutrição. Por exemplo, as imagens reproduzidas na Etiópia; Grupo C - Crianças em relação com a morte (13). Esse contexto revela imagens em que crianças convivem com a possibilidade da morte. Podemos observar nas imagens de crianças fotografadas velando ou sendo veladas; Grupo D - Crianças brincando e/ou em situações de afeto (12). Essas imagens revelam que, apesar da realidade complexa e conflituosa, as crianças foram retratadas de uma maneira "alegre". Por exemplo, a imagem de uma mãe afetuosa dando à seu filho os cuidados cotidianos, mesmo quando diante de si, há uma situação de miséria e fuga (Etiópia); Grupo E - Crianças envolvidas em movimentos sociais e/ou expressões culturais e/ou religiosas(6). Esse grupo evidencia a participação de crianças em movimentos sociais. Estão na presença de mais velhos e compartilham entre si aprendizados de luta política e social; Por último, o Grupo F - Crianças em situações de trabalho (5). Essas imagens retratam uma questão bastante discutida que é a adultização da criança. No contexto em que as imagens aparecem, as crianças precisam desempenhar funções normalmente destinadas aos adultos. Um exemplo marcante são as imagens onde as crianças aparecem junto dos adultos trabalhando num lixão, expostas as doenças tóxicas, infecciosas, além do desgaste físico. Esse recorte e escolha de análise evidenciam que a mídia/imagem, fruto do fazer fotográfico e sua interpretação, estão diretamente relacionados com a produção de subjetividade. A própria fotografia é objetivação do subjetivo. Nesse sentido, o documentário permite a expressão de autoria fotográfica, expressão das ideias e de recorte para parte do real, enunciadas pelo próprio autor. A história que contextualiza a produção e escolha da história de cada retrato se faz presente. O contexto social, histórico e cultural se atualiza na narrativa documental, mas também permite afetar o espectador que busca sentidos e ancoragem de ideias despertadas por cada imagem. Ao longo da história, a infância foi sendo inventada, construída e interpretada e nomeada como tal, ganhando visibilidade e reconhecimento como um momento importante da vida. Com isso, entendemos que as situações e contextos, expressos nas imagens, constroem e representam subjetividades.

Sarau transgreser: arte e cultura como mecanismos de resistência

Amanda de Oliveira Santana (Universidade Federal de Mato Grosso), **Camila Maria Santos de Pinho** (Universidade Federal de Mato Grosso), **Lillian Carlos Campos** (Universidade Federal de Mato Grosso)

As manifestações culturais dentro da academia são as forças que potencializam, de forma energética e subjetiva, as ações dos frequentadores de tal ambiente. Elas movimentam o fluxo de conhecimento que a sala de aula, deveras limitada, não consegue transmitir. Entretanto, a universidade só legitima, apoia e considera manifestações, culturais ou não, que sejam institucionalizadas e que somem

gratificações em nível lattes ou em qualquer mérito cientifico. Mediante a isso, o Sarau Trangreser nasceu a partir de uma intervenção dos alunos do curso de Psicologia. O termo "sarau" caracteriza um momento onde pessoas se reúnem para apresentar e apreciar manifestações artísticas de diversas naturezas. É uma prática histórica que remonta ao século XIX sendo realizada em universidades, escolas e praças do Brasil e do mundo (TENINNA, 2013). Com um objetivo simples, nasce o Sarau Transgreser, a fim de realizar uma atividade cultural que propiciasse a criação e o fortalecimento de relações comunitárias. Um movimento coletivo que propõe através das artes e da cultura emancipação e empoderamento da comunidade em geral, em um viés de luta e resistência perante as repressões sofridas tanto no campus como na sociedade Segundo Guareschi, o individuo uni qualidades, características valorativas a certas pessoas ou objetos. Esses estereótipos, quando negativos, constroem e sustentam as relações de dominação. Tendo em vista as experiências vividas no ambiente universitário rotineiramente, momentos como os do Sarau são de suma importância para o fortalecimento das representações sociais e questionamento no embate direto com as relações de dominação, uma vez que as reflexões que o evento incita, gera um movimento espontâneo de luta contra relações opressoras. Encara-se a universidade como um espaço que possui potencialidade em se constituir como uma quebra dos paradigmas um loccus de experiências e vínculos como defende Nasciutti (2010). Um espaço onde os modos de se aprender estão se multiplicando, sofrendo assim um processo de transformação como nos afirma Louro (2008) sobre os campos de conhecimento consagrados e tradicionais. Impulsionado por um processo de autogestão de alunos, professores, de vários cursos, comunidade e funcionários, o sarau vem ocorrendo há dois anos uma vez por mês, no período das 17h às 19h. É uma atividade caraterizada pela instalação de som e de um espaço livre para as diversas manifestações artísticas, tais como poesia, música, leitura de textos, performances. Constituindo-se numa atividade eminentemente cultural, que podem apresentar e apreciar variadas manifestações artísticas, demarcando o espaço público da Universidade como um espaço de cultura, de convivência, de trocas e de produções variadas. O Sarau TransgreSer, enquanto movimento auto organizado e sem vínculos institucionais, conseguiu por meio das experiências formadas no evento, produzir vínculos sólidos e saudáveis com a comunidade, causar reflexão e demais intervenções sobre as relações de opressão situadas no campus e proporcionar interação entre os grupos acadêmicos, fora do âmbito hierárquico que a academia comporta. Conseguinte, a experiência contempla uma série de embates com relação a auto organização , que por sua vez, possibilitou uma outra dinâmica coletiva, onde os alunos, professores e comunidade estavam responsáveis pela construção do Sarau. Portanto, pode se notar que a universidade carece de movimentos culturais que supram a carência das relações sociais, que integrem a comunidade com a universidade, e que a arte é um mecanismo de transformação, que consegue atingir o individuo de maneira subjetiva e interativa, proporcionando o conectivos para a quebra dos padrões impostos pela academia e pela sociedade.

Sociedade, subjetividade e relações na era digital: expressões de sofrimento psíquico

Adryssa Bringel Dutra (Universidade Federal do Ceará), **Jurema Barros Dantas** (Universidade Federal do Ceará), **Evelyn Cristina de Sousa Penas** (Universidade Federal do Ceará), **Renata Eudocia Melo Barreto** (Universidade Federal do Ceará)

Ao longo de toda a história humana, buscaram-se formas de comunicação e socialização entre os homens, o que veio a se configurar como fontes geradoras de suprimento de necessidades básicas, bem como instância para os processos de produção de subjetividades segundo as condições históricas de cada tempo. Na sociedade contemporânea ocorreram grandes transformações dos modos de produção e explicitação dessas relações sempre perpassadas por símbolos, ritos e mitos inscritos em estruturas linguísticas típicas. A tecnologia que criou as condições de possibilidade para transmissão e compartilhamento de informações instantâneas, tornou-se marca de uma sociedade que busca sempre estar conectada a tudo que acontece, em forma de tessitura de uma infindável rede, que ao mesmo tempo acolhe e estende complexas estruturas existenciais no horizonte temporal. Desse modo, o objetivo do trabalho se articula na compreensão de como as transformações ocorridas na sociedade impactam diretamente os modos de existir dos sujeitos em seus vínculos e encontros intersubjetivos, identificando como consequência, quais as formas de adoecimento e sofrimento psíquico estão diretamente marcadas pelos modos de vida contemporâneos. Os sujeitos passaram a co-existir em uma sociedade imediatista, na qual o consumo desenfreado e a busca pelo prazer são marcas de um sujeito que se identifica como hipermoderno. Com essas mudanças a forma de se relacionar foi profundamente alterada. Houve uma precarização das relações que passaram a ser marcadas por uma cultura individualista, pela competitividade e pela objetificação e reificação do outro. Segundo Bauman (2001), na modernidade líquida o elo que unia os sujeitos em grupos e pensamentos coletivos se dissolveu, instalando-se um estado de insegurança no que se refere aos relacionamentos humanos. O vazio existencial, do qual falamos hoje, é parte da ausência de sentido, sentido que deveríamos criar, ação que lentamente abandonamos para dispormos de sentidos "prontos", vendidos no comércio virtual, nos supermercados, nas lojas de departamentos, nos shoppings centers, ou mesmo dispersos pelos meios de comunicação. É resultado de uma prática e de valores contemporâneos, do modo de viver e de estar-no-mundo cujo sentido é consumido como um produto descartável. A rigor, a vida não faz sentido e nossa passagem aqui não tem nenhuma importância, afirma Maria Rita Kehl (2003). A rigor, continua ela, "o eu que nos sustenta é uma construção fictícia, depende da memória e também do olhar do outro para se reconhecer como uma unidade estável ao longo do tempo. (...) Contra esse pano de fundo de solidão e desamparo, nos constituímos numa dinâmica permanente de estabelecimento de laços, de relações que nos sustentam diante do outro e diante de si mesmo" (p. 4). E, como afirma o filósofo brasileiro Ricardo Timm de Souza (2003), se o sentido não é uma questão puramente racional, mas antes relacional, ele só se dá no encontro com o outro, na possível relação a ser construída, na intervenção pessoal de cada um cujo desdobrar está assentado na construção de um horizonte de sentido, "que significa, em última análise, que o sentido da vida não é uma questão de perguntar, mas de agir" (p.83). A discussão que se pretende diz respeito à compreensão dos modos de anunciação do sofrimento psíquico, imerso em uma era digital que acaba por gerar uma fragilização dos vínculos interpessoais, tomando como base analisadora uma pesquisa teórico-crítica, com solo epistemológico e metodológico na fenomenologia dos discursos deste sofrimento na sociedade.

Como resultado, acreditamos que o império lucrativo que o sofrimento psíquico inspira se

encaixa perfeitamente no sentido de urgência que os tempos hipermodernos nos suscita. Como aponta Lipovetsky (2004), a hipermodernidade constitui uma época marcada por características como a da cultura do excesso, da urgência, do hiperconsumo e da fluidez. Assim, refletimos que diferentemente da geração moderna, onde havia certo enfrentamento existencial dos problemas que apareciam, a geração contemporânea vê suas angústias como grandes ameaças que precisam ser eliminadas da forma mais urgente possível. Dessa maneira, o consumo e o excesso aparecem como sedutoras alternativas para acabar com o sofrimento psíquico seja ele qual for. Se essa mercadoria de consumo estiver de acordo com as demandas atuais de velocidade, fluidez e narcisismo, ela é ainda mais bem aceita.

Órgão de Fomento: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC UFC

Woodstock e Contracultura: A reflexão crítica como ferramenta de resistência à semiformação

Rochelly Rodrigues Holanda (Universidade Federal do Ceará), **Deborah Christina Antunes** (Universidade Federal do Ceará)

Paz, Amor e Rock'n roll marcaram o Festival Woodstock Music & Art Fair, evento que aconteceu em 1969 na cidade de Bethel, e imortalizou não somente o rock como estilo musical, mas a luta de uma geração. O episódio se tornou marco dos anos 1960 e um verdadeiro ícone da Contracultura, expressão que segundo Carlos M. Pereira, foi utilizada pela mídia para se referir a tais movimentos de contestação social. O Woodstock foi o palco escolhido para que os jovens declarassem sua insatisfação com o cenário político, econômico e sociocultural no qual a sociedade americana estava inserida depois da Segunda Guerra Mundial. O movimento hippie surgiu como crítica ao consumismo, racismo, desigualdades sociais e, através de suas manifestações culturais, difundiam lemas que pediam por mais igualdade e liberdade de expressão, além de realizar fortes críticas ao Capitalismo. No entanto, foi possível perceber que, através da mídia, o mesmo poderia ser manipulado e assimilado pelos interesses da Indústria Cultural, um dos principais conceitos trazidos na pesquisa e utilizados pela primeira vez em 1947 por Theodor Adorno e Max Horkheimer nos fragmentos filosóficos que formaram a Dialética do Esclarecimento. Tal expressão surgiu por necessidade de contraposição ao que seria a cultura de massa e se referia a um fenômeno que se apropriava de bens culturais em favor da obtenção de lucro. As dimensões de Woodstock foram além das milhares de pessoas reunidas durante o evento, o movimento social que atingia seu auge naquele momento viria para servir de aparato às discussões posteriores sobre a importância da Contracultura e da contestação social. Por tal motivo o presente trabalho objetivou analisar se e como ocorreu a incorporação do movimento hippie pela Indústria Cultural, e se ainda é possível que exista nele algum caráter contracultural, crítico e potencialmente revolucionário após essa assimilação. A partir dessa discussão é possível gerar subsídios para a compreensão mais clara da relação entre Mídia, Contracultura e a Indústria Cultural, trazendo contribuições ao campo da Psicologia Social para melhor compreender os movimentos sociais de intenção emancipatória, bem como da Educação como ferramenta de emancipação, esclarecimento e resistência à semiformação subjetiva. A relação deste trabalho com o eixo temático Mídia, cultura e arte se deve a importância da reflexão sobre os efeitos da atual participação da Indústria Cultural em sociedade e no modo como isso interfere no processo de formação subjetiva do homem. Além disso, a crítica fornecida pelos questionamentos aqui realizados em contraposição ao consumo dos produtos da Indústria Cultural pode contribuir de forma significativa para uma nova postura diante dos valores aos quais estamos submetidos por meio da Mídia e dos interesses do Capitalismo possibilitando melhores insights sobre os movimentos sociais contemporâneos e sua apropriação midiática. A metodologia utilizada na elaboração do trabalho é a pesquisa bibliográfica. Foi realizado o apanhamento de artigos e produções textuais com o critério que os mesmos mantivessem relação com os temas: Mídia, Contracultura, Indústria Cultural e o Woodstock. A pesquisa aconteceu no decorrer de um ano com base em um cronograma pré-estabelecido e por fim resultou na produção de um relatório que respondeu as questões iniciais do trabalho, comprovando que o teor emancipatório de um movimento social pode sim ser comprometido, mas isso não impede que repensemos outras formas de resistência, como a Educação.

Eixo 10 Políticas e questões socioambientais, emergências e desastres

A importância da resiliência comunitária na prevenção e no enfrentamento aos desastres

Rubenilda Maria Rosinha Barbosa (Universidade Federal de Pernambuco), **Rosenir Maria da Silva** (Universidade Federal de Pernambuco), **Paula Jaeger Tenorio** (Universidade Federal de Pernambuco), **Flávia Maria Mascarenhas Veras Morais** (Universidade Federal de Pernambuco), **Raíza Catherine Cavalcanti Romero** (Universidade Federal de Pernambuco)

Introdução: Nos últimos anos, observa-se uma maior visibilidade das questões socioambientais nos meios midiáticos e nas pautas das políticas públicas. Ganha destaque a temática das tragédias e desastres naturais e ambientais, aqueles atrelados a relação predatória que o homem estabeleceu com o meio ambiente, há séculos, em prol de seus próprios interesses. Vem ocorrendo, portanto, uma aproximação da comunidade científica, dos gestores públicos, dos grupos e comunidades que se encontram em vulnerabilidade ambiental com o intuito de desenvolver uma cultura de prevenção e de enfrentamento aos riscos e desastres. A Gestão desses últimos se configura como um campo amplo e complexo, demandando uma atuação multi e interdisciplinar, envolvendo as áreas de conhecimento das ciências exatas, humanas, sociais e da saúde. **Objetivo**: Compreendendo a importância dessa discussão a nível mundial e local, essa Pesquisação visa refletir acerca das implicações da Resiliência Comunitária na prevenção e no enfrentamento aos desastres. Propõe avaliar o desenvolvimento de estratégias e ações psicossocioeducativas, visando o desenvolvimento da Resiliência Comunitária de duas comunidades situadas em áreas suscetíveis a alagamentos e deslizamentos no Grande Recife/PE. A finalidade é somar esforços no desenvolvimento de ações que possibilitem evitar as nefastas consequências que poderão advir dos desastres. **Relação com o eixo temático escolhido**: Procura promover uma discussão teórico e prática de modos de conhecer e enfrentar as situações de riscos e desastres, tendo em consideração, sobretudo, a relação pessoa-ambiente. Orientação teórica - Os eventos naturais e suas consequências não podem ser aniquilados pelo homem, mas a partir da percepção de risco é possível desenvolver ações orientadas à promoção de uma cultura de redução de riscos de desastres, mobilizando potenciais de ação e habilidades para enfrentar essas situações. A percepção de risco resulta de uma construção social, sendo, portanto, multidimensional onde está incluída a dimensão física e subjetiva (KUHNEN, 2009). Desse modo, cada comunidade irá se movimentar de maneira singular a partir de suas experiências, crenças e visões de mundo, construindo assim um modo específico de lidar com os riscos. Estudos realizados por Coêlho (2007) apontam que a percepção do perigo é constituída a partir das vivências passadas, da movimentação atual em torno do evento, da personalidade, dos valores e das expectativas de futuro. A Psicologia Comunitária (MONTERO, 2007; GÓIS, 2007) e a das Emergências e dos Desastres (MELO e SANTOS, 2011; BINDÉ & CARNEIRO, 2000; MOLINA, 2009; SEGREDA & CALVO, 2000) têm atuado nesse contexto objetivando a construção de comunidades mais resilientes, atuando desde a prevenção, durante e após o desastre. A resiliência Comunitaria (OJEDA, 2005; OJEDA & AUTLER, 2006; GROTBERG, 2006) é uma importante aliada no enfrentamento das situações de desastres, vez que é a capacidade de uma comunidade de manter a esperança e a fé para resistir ao trauma e as perdas, para superar a adversidade e prevalecer, geralmente com um aumento nos recursos, nas competências e na conectividade entre pessoas e sistemas (LANDAU, 2004). Estudos evidenciam que para uma cidade ser sustentável, antes de tudo, deve ser resiliente (BARROS E SILVA & CAVALCANTI, 2013). **Método**: Considerando que a Resiliência é processual ela pode ser desenvolvida através das metodologias da Maquete Interativa (VALÊNCIO, 2009), dos Jogos Cooperativos em Tabuleiro (SILVA, 2009) e do Método LINK (LANDAU-STANTON, 1986, 1990; LANDAU,1991, 2003), dentre outros. **Resultados**: Espera-se, ao final dos trabalhos, ter comunidades resilientes, que são aquelas capazes de reduzir os riscos e as vulnerabilidades presentes nos locais onde residem. No caso de ocorrer um desastre, recuperar-se-iam de modo efetivo e, por conta das ações preventivas e de mitigação, os prejuízos à população seriam reduzidos. Existindo Resiliência comunitária no cotidiano de moradores de locais onde são previstos eventos naturais desastrosos, como enchentes e movimentos de massa, eles tendem a procurar modos de enfrentá-los, reduzindo os impactos. A comunidade necessita estar envolvida em todo o processo, na prevenção, preparação, enfrentamento e recuperação. Desse modo, a responsabilidade pela gestão de riscos e desastres não deve ser apenas dos gestores locais, mas de cada cidadão procurando relacionar-se de modo satisfatório com o ambiente, entendendo que os eventos ditos naturais podem ser também uma consequência das ações humanas. **Conclusões**: Estima-se que os produtos desse projeto sejam de grande utilidade pública abrangendo a todos os cidadãos (ãs), aos poderes públicos e a sociedade civil organizada, dentre outras instâncias que convivem direta ou indiretamente com essas tragédias.

Eixo 11 Relações étnico-raciais e contextos rurais-urbanos

Comunidade Quilombola Marques: impacto do processo de assentamento/translocação na agricultura familiar

Agnes Maria Gomes Murta (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-Teófilo Otoni)

Introdução: As comunidades rurais negras afro-brasileiras, denominadas quilombolas ou quilombos contemporâneos, fazem parte de uma das grandes questões emergenciais da sociedade brasileira e ao longo do tempo, vêm resistindo às influências externas e lutando pela manutenção reconhecimento dos costumes herdados por seus antepassados. A Comunidade Quilombola Marques, situa-se ao Norte do município de Carlos Chagas, distante 54 km da sede municipal. Tal Comunidade se constituiu em 1932 e foi reconhecida pela fundação Palmares em 2005. Atualmente vivem nela oito famílias. Devido à construção da Pequena Central Elétrica do Rio Mucuri, em 2008 os moradores entraram em acordo e tiveram suas terras desapropriadas e foram reassentados nas proximidades da fazenda Santa Terezinha. A direção da central elétrica construiu toda a infraestrutura para a mudança das famílias (casas, currais, construção para centro comunitário, igreja, oferecendo também a rede elétrica e de esgoto, cabeças de gado, cavalos, sementes, aves). A prefeitura de Carlos Chagas mantém vários convênios com a comunidade oferecendo apoio e serviços na área da educação, cultura, saúde e agricultura. Estudos vêm sendo realizados em comunidades assentadas a fim de verificar a permanência ou não das tradições afro após processo de assentamento/translocação. Objetivo: Analisar aspectos relativos às mudanças na agricultura familiar advindas do processo de assentamento/translocação ocorrido na comunidade. Local: Comunidade Quilombola Marques /Carlos Chagas/M.G. Sujeitos: moradores da comunidade. Relação com o eixo temático: O presente pôster está relacionado diretamente ao eixo temático "Relações étnico-raciais e contextos rurais-urbanos", uma vez que evidencia o impacto vivido pela Comunidade Quilombola Marques nas suas práticas de agricultura após o processo de reassentamento/translocação para as novas terras conquistadas. Orientação Teórica: As reflexões realizadas tiveram como eixo epistemológico a Psicologia Sócio-Histórica que concebe as formas de pensar, sentir e agir do homem como processo histórico e dialético, onde o homem é constituído pelo mundo que o cerca e ao mesmo tempo constitui esse mesmo mundo que habita. Procedimentos Metodológicos: Foi submetida ao CEP/UFVJM tendo sido aprovada sob parecer nº 248.234. Foi estabelecido contato com a comunidade para a apresentação da pesquisa e convite para participação. Foi realizada entrevista coletiva, semi-estruturada, focal e recorrente. As entrevistas foram transcritas e devolvidas aos sujeitos para que ajustes, se necessários, fossem realizados. A estratégia analítica utilizada foi a análise de conteúdo. Resultados e Conclusões: Verificou-se que a translocação/assentamento foi bem vista pelos moradores uma vez que a condição geral de vida é considerada melhor: mudança de meieiro para dono de toda produção, aumento da produtividade e venda de produtos excedentes, e maior participação da comunidade, que passou a gerir com maior eficácia os bens e produção como pode ser observada nas falas apresentadas a seguir:

"Entrevistador: E assim se fosse pra fazer uma comparação entre lá onde você moravam e agora onde você moram, pode- se dizer que agora ta bem melhor que lá?

(entrevistado3) muito melhor e vou te dizer porque: onde agente morava era só cinco alqueires de terra então não dava ... Tinha 7 família, agente não tinha como se sustentar, não tinha como criar um gado então hoje depois que agente fez essa negociação, hoje todo mundo tem sua roça, todo mundo tem sua qualidade de vida, a sua força pra lutar na sua casa, e é bem melhor. Todo mundo tem banheiro na sua casa, então mudou tudo, a qualidade de vida hoje pra gente ta muito melhor, agora tem respeito também pelo fato de ter adquirido, mas mais pelo fato do que agente fez realmente; nossa luta valeu a pena."

"Entrevistador: Agora umas perguntas mais diretas, tá? Em relação ao aspecto da agropecuária, da prática agrícola da comunidade. Como é que se caracterizava a produção agropecuária lá na comunidade anterior e qual que é a diferença hoje?

(Entrevistado 2) A Diferença que a agropecuária da gente lá, quem mexia era só gente que tem... a minha família era um pouco mais elevado, então o que fazia tirava era pra nós próprio. Hoje é da associação, o dinheiro que agente pega é das oito famílias, tudo direitinho então essa é a diferença, lá a terra era individual hoje é em conjunto a agropecuária..."

Desenvolvimento rural, trabalho cooperado e subjetividades

Thainara Granero de Melo (Universidade Federal de São Carlos), **Rosemeire Aparecida Scopinho** (Universidade Federal de São Carlos)

Pensar na relação que se estabelece entre desenvolvimento rural e trabalho cooperado é desafiador, em razão dos descompassos entre aquilo que é pensado e o praticado nas políticas públicas brasileiras. No caso dos assentamentos rurais, os trabalhadores pouco participam destas elaborações e, nas relações do cotidiano, tampouco se identificam com elas. Diversos estudos têm discutido tais inconsistências e seus desdobramentos no processo organizativo das cooperativas em assentamentos rurais. Parte da literatura questiona as políticas de desenvolvimento rural como fruto de um discurso forjado como benéfico para a população assentada por visar sua inclusão produtiva, mas que submetem os assentamentos como lócus de controle da pobreza e do uso racionalizado dos recursos. No plano organizativo, o cooperativismo se faz por força da necessidade, a cooperação formal permanece fora do espaço institucionalizado e o trabalho cooperado torna-se cada vez mais regulado por relações pessoais e por desconfianças. Há quem defenda o discurso de desenvolvimento rural nos assentamentos a fim de promover a ascensão das famílias à uma "nova classe média" no campo. Estudos que avaliaram a implantação de programas de desenvolvimento rural sustentável nestes espaços supõem que podem favorecer o fortalecimento da gestão das organizações coletivas, bem como resgatar as relações de cooperação e os vínculos de confiança entre os assentados. Até que ponto estes programas podem promover mudanças objetivas e subjetivas nas relações de cooperação, tendo em vista que as políticas públicas são em grande parte alinhadas a interesses alheios aos dos assentados? Esta questão norteou parte das discussões preliminares que compõem uma pesquisa em curso. Nosso objetivo foi analisar os desdobramentos objetivos e subjetivos da participação de três cooperativas de um assentamento rural em um programa de desenvolvimento rural sustentável do Estado de São Paulo, que prevê, em dois anos, a implantação de sistemas agroflorestais (Saf) como modelo produtivo, ações de capacitação e fortalecimento das organizações do assentamento. Este tem sido um processo inédito para os assentados, pois a gestão é compartilhada entre mediadores externos e cooperativas. Combinando conceitos da Psicologia Social e da Psicossociologia procuramos compreender este processo desde sua dimensão política, estrutural, até os significados das negociações entre assentados e organizações. O estudo de caso tem sido conduzido por meio de revisão da literatura, observações empíricas registradas em diários de campo, entrevistas semiestruturadas e seminários de socialização dos resultados, analisados pela técnica de triangulação das diferentes fontes de informações. Desde outubro de 2014 acompanhamos as reuniões do comitê gestor do programa, entrevistamos 34 famílias e realizamos um seminário de socialização dos resultados preliminares. O processo tem reproduzido uma série de obstáculos já enfrentados pelos assentados em suas organizações, mas nem por isso foram facilmente contornados. A concentração da gestão e das decisões pelos dirigentes, a falta de participação das famílias, os problemas de comunicação, as desconfianças e diferenças pessoais, a falta de conhecimento para lidar com a intensa burocracia e a dependência dos mediadores externos foram alguns dos problemas surgidos, além das condições de trabalho e de vida que reproduziam o que já se conhece sobre a estrutura precária dos assentamentos rurais do país. Para as famílias este processo também era permeado por contradições, em que a confiança depositada no programa enquanto um dos poucos meios disponíveis para obterem algum ganho material coexistia com a insegurança e desconfiança sobre os resultados desta experiência no futuro. As frustrações com projetos anteriores e o sentimento de serem instrumentalizados pelo poder público alimentavam esta relação. O programa tornou-se o espaço de reafirmação da disputa de poderes entre os dirigentes e de reatualização das alianças internas em cada cooperativa. A gestão coletiva tem lançado luz sobre estes tensionamentos e até mesmo provocado alguns questionamentos destas posições pelo grupo. Houve situações em que os dirigentes negociaram seus diferentes interesses e buscaram o consenso para a continuidade do programa, o que indica que algumas relações de competição e desconfiança foram colocadas em segundo plano, mesmo que momentaneamente. Até o momento estes elementos preliminares têm dado pistas para pensar que este é um processo emblemático das contradições e inseguranças objetivas e subjetivas vivenciadas pelos assentados. A ressignificação das relações do trabalho cooperado, das relações de dominação e de subordinação, certamente, não serão esgotadas por um único projeto. Dependerão de uma base política e material concreta, da continuidade entre os projetos e políticas públicas que chegam aos assentamentos e de sua correspondência com os interesses dos assentados. Permanecerá o desafio de acompanharmos a transformação processual destes sujeitos, que têm passado por experiências importantes de cooperação ao longo dos anos. Mesmo não sendo bem sucedidas, estas vivências poderão servir de parâmetro para este novo modo de ser do trabalho.

Saneamento Rural e Psicologia Comunitária: Possibilidades de Atuação do Psicólogo para Emancipação nas Questões Socioambientais.

Thaynara Alves de Abreu (Centro Universitário Estácio do Ceará), **Aline Maria Barbosa Domício Sousa** (Universidade de Fortaleza), **Anne Joyce Lima Dantas** (Centro Universitário Estácio do Ceará), **Silvania Luiza da Silva** (Centro Universitário Estácio do Ceará)

A presente comunicação tem como objetivo apresentar a psicologia comunitária como uma das possibilidades de atuação do psicólogo em territórios rurais, bem como suas atribuições e contribuições neste contexto. Para tanto realizamos uma pesquisa em campo, no ano 2014, no Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), que surgiu com o apoio da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE), do Grupo alemão de bancos KFW em seus programas de melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade em parceria com prefeituras e comunidades cearenses. A experiência surgiu como alternativa de gestão local para garantir a população a continuidade e a qualidade dos sistemas de abastecimento de água em localidades rurais do Estado, através do desenvolvimento social e a partir da preservação ambiental com foco nos pilares da atividade econômica, meio ambiente e coesão social. O problema focado na pesquisa foi compreender como as populações envolvidas nestes Projetos representam os processos psicossociais que vivenciavam nos territórios rurais, além de discutir as influências do imaginário das políticas e programas governamentais e/ou privados sobre a ruralidade que datam da metade do século XIX e permanecem perniciosas até os dias atuais. Sendo assim, nosso tema tornou-se concreto a partir de reflexões críticas no sentido de compreender quais as atuações da psicologia comunitária nesse processo. Nosso objetivo foi não somente atender ao requisito de avaliação da disciplina de psicologia comunitária da graduação em psicologia de um Centro Universitário da cidade de Fortaleza, mas, antes de tudo, tornar evidentes as representacões dos líderes participantes do SISAR no sentido de lhes possibilitar a mediação e a reflexão crítica acerca do Projeto no contexto comunitário local. Para o delineamento da pesquisa utilizamos como pressupostos teóricos os seguintes autores: Jovchelovitch (2011), Sawaia (2013), Góis (1994), Freitas (2013), Jacques (1998), Campos (2013), Cortez (2011). A metodologia usada constou de um levantamento bibliográfico (Freitas, 1998) sobre conceitos usados na psicologia comunitária (identidade, ruralidades, cidadania, representações sociais, consciência). A isto somaram-se a participação dos pesquisadores em reuniões comunitárias para conhecer as instituições e ações do SISAR (levantamento de dados institucionais), além dos depoimentos dos funcionários e lideranças locais. A terceira etapa consistiu no registro das informações e elaboração de relatórios escritos articulando o eixo teórico ao metodológico com ênfase na análise temática dos depoimentos dos participantes do Projeto. Também foram realizadas visitas as instituições parceiras localizadas na região metropolitana de Fortaleza, buscando conhecer o desenvolvimento do Sistema e sua atuação junto às comunidades rurais. A coleta de dados contou com um roteiro semi-estruturado para registro das ações em campo, cuja ênfase dada foi condizente com a técnica da observação-participante (Whyte, 2005) e dos estudos de caso (Ventura, 2007). Ao final, elaboramos um relatório com considerações acerca das representações sociais sobre o cenário rural e o mesmo foi entregue as lideranças locais que puderam refletir sobre os itens apresentados. Tal perspectiva teve como resultado inicial não somente o feedback dos agentes externos as comunidades sobre as ações desenvolvidas pelo SISAR; mas estiveram reorientando o planejamento e continuidade do Projeto no ano de 2015 sobre as responsabilidades dos parceiros financiadores das ações locais. Contribuíram também para a formação dos psicólogos pesquisadores na area da psicologia comunitária. Outrossim, a relação direta que estabelecemos com o Grupo de Trabalho Psicologia Social e Ruralidades encontra-se no interesse de compartilhar ações nestes territórios, repensando as formas de compreender e vivenciar a ruralidade, a partir dos processos de subjetivação os quais os moradores do SISAR (des)constróem na teia cotidiana. Além disto, os resultados da pesquisa em campo demonstraram que o psicólogo comunitário pode atuar promovendo ações de conscientização crítica acerca do uso racional da água, preservação do meio ambiente, dos mananciais, identificando afetos que envolvem a coletividade para que as partes interessadas tenham maior qualidade de vida e reflexões acerca de si e dos elementos psicossociais, históricos e ideológicos que sustentam as políticas públicas advindas das ruralidades. Tais considerações partem da proposta de autores como Freitas (1998) que fortalecem, por sua vez, as exigências da formação profissional em psicologia comunitária latinoamericana que deve fortalecer o caráter técnico de politização das ações em campo (Martin-Baró, 1996; Scarparo & Guareschi, 2007). Conhecer o SISAR possibilitou uma visão ampla acerca dos programas de abastecimento de água para comunidades rurais, levando-nos a compreender o sentido da atuação do psicólogo na perspectiva libertadoraconscientizadora preconizada pela psicologia comunitária no Ceará (Góis, 2003; Domício, 2011). Nossos resultados também apontam para a interface prático-teórica com a proposta dos grupos de trabalho vinculados a emancipação, direitos sociais, bem como àqueles ligados as políticas públicas e questões sócioambientais na area da psicologia social e comunitária.

Violência no campo e posse da terra no Brasil: desafios teórico-metodológicos para Psicologia Social

Luiz Paulo Ribeiro (Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais), **Maria Isabel Antunes Rocha** (Universidade Federal de Minas Gerais)

Neste trabalho estamos discutindo os desafios e as possibilidades teóricas e metodológicas para a Psicologia Social no que diz respeito a produção de conhecimentos sobre as práticas de violência no contexto do campo brasileiro nos tempos atuais. A violência é um conceito que abriga diferentes compreensões, mas é certo que para seu entendimento se exige um mapeamento das temporalidades, dos sujeitos envolvidos, daqueles que sofrem e daqueles que a praticam e dos contextos econômicos, políticos, sociais, culturais e geográficos nos quais ocorre.

O sujeito que produz e reproduz sua vida no campo pode ser definido como aquele que está envolvido no trabalho com a terra, com a pesca, no manejo das florestas bem como no beneficiamento dos produtos advindos de suas atividades. Nessa acepção mais ampla podemos considerar que a base de sua estrutura identitária diz respeito à relação com a terra. Assim é preciso recortar este grupo social no sentido de delimitar que no Brasil há uma separação entre aqueles que historicamente tiveram maiores facilidades para acesso a esse meio de produção e aqueles que enfrentam barreiras econômicas, políticas, jurídicas e sociais para efetivar esse direito. Este estudo aborda as práticas de violência vivenciadas pelos sujeitos que sempre estiveram na condição de expropriados, "deserdados da terra" (MOURA, 1988).

Nessa perspectiva é possível afirmar que as práticas de violência sobre estes sujeitos remontam à chegada dos portugueses em 1500. Os povos indígenas foram os primeiros a vivenciaram as expulsões, assassinatos, prisões, genocídios, privação de direitos civis (STEDILE, 2011). Desde então, vemos a continuidade dos atos violentos se reproduzindo com mestiços, negros libertos, caipiras, sertanejos, sem-terras, quilombolas, dentre outros.

Porém, os povos do campo não vivenciam essa situação com passividade. Há o registro da resistência considerada por Martins (1989) como "uma caminhada no chão da noite". Após um ato violento sobre um sujeito e/ou uma coletividade emergem práticas de resistência e enfrentamentos.

A partir dos anos 1980 no Brasil vimos emergir novas formas de luta pela terra por meio da ocupação de terras empreendidas por sujeitos organizados em movimentos sociais. Segundo dados do NERA (2014), entre 2000 e 2013, 123 movimentos sociais estiveram envolvidos em ações em todos os estados brasileiros. Acompanhando este crescimento vê-se também a ampliação das práticas de violência. Em 2014 foram registrados 1286 conflitos no campo, com um resultado de 36 assassinatos (CPT, 2015). Já em 2015 presenciamos os ataques ao acampamento de Tumiritinga/MG, através de bombas lançadas de um avião.

Se as práticas violentas tem como objetivo conter a ampliação da luta ela por sua vez também provoca o contraditório ao provocar nas populações diferentes formas de resistência e enfrentamento. Sendo assim, a pesquisa que estamos realizando busca compreender como as populações camponesas vêm lidando com as práticas violentas na atualidade. Quais as repercussões para a construção de suas subjetividades em termos das formas de pensar, sentir e agir com relação a produção e reprodução de suas existências? No desafio de uma leitura teórica estamos buscando na abordagem das representações sociais (MOSCOVICI, 2003; 2012) um caminho para compreender como os sujeitos lidam com as práticas de violência na construção de suas vidas, individuais e coletivas.

Para tanto vamos ao encontro de sujeitos que de certa forma estão vivenciando práticas de violência de forma mais visível, ou seja, daqueles que estão envolvidos com movimentos sociais cujas pautas envolvem a luta pela terra. Nas possibilidades de encontro com esses sujeitos estamos trabalhando com os estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Este curso é desenvolvido pela Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais desde 2005 tendo como alunos os sujeitos que moram e/ou residem no campo. Dentre eles, a maioria participa de movimentos sociais e sindicais envolvidos na luta pela terra.

Os egressos do curso se habilitam para atuar como docentes em escolas do campo. Nesse sentido, indagamos como eles estão elaborando seus saberes sobre as práticas de violência no campo e quais os desafios que enfrentam para transformar esta vivência em conhecimento a ser partilhado com crianças e jovens nas escolas.

Nesta primeira fase da pesquisa estamos realizando uma busca em fontes secundárias sobre os dados a respeito dos conflitos no campo bem como um levantamento bibliográfico sobre a produção de conhecimentos sobre o tema. Há uma extensa produção na área sociológica e geográfica. A produção na área da Psicologia é ainda pequena, mas significativa em termos do tratamento teórico e conceitual. Ressalta-se o trabalho de Santos e Sawaia (2013).

O desafio que encontramos diz respeito, dentre outros aspectos, a necessidade de constituir mediadores que sejam capazes de levar a compreensão dos aspectos subjetivos (individuais e coletivos) como vinculados aos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais numa perspectiva histórica. Por outro lado há o desafio de produzir resultados que possam contribuir para compreender um dado da realidade, mas que também esteja comprometido com sua transformação.

Eixo 12 Psicologia social e trabalho

A Individualidade Humana e sua Afirmação/Negação na Sociabilidade Capitalista: um estudo centrado em O Capital

Luana da Silva Dias (Universidade Estadual Vale do Acaraú), **Pedro Hiago Santos Marques** (Universidade Estadual Vale do Acaraú), **Francisco Ayslan Regino da Silva** (Universidade Estadual Vale do Acaraú), **Francisco Erick Tabosa Lima** (Universidade Estadual Vale do Acaraú), **Betania Moreira de Moraes** (Universidade Estadual do Ceará)

Na presente pesquisa, empreendemos sistemática análise em torno da obra última de Marx, O Capital, nos três livros que o compõe, tendo por objetivo determinar, a partir do texto do pensador alemão, como se dá a individualidade humana e sua afirmação/negação na sociabilidade capitalista. O eixo temático ao qual está relacionada concerne ao da psicologia social e trabalho, visto que as formas de sociabilidade se originam e são determinadas pelo trabalho, categoria fundante do ser social, fazendo com que as relações humanas se efetivem em decorrência deste e se modifiquem em conformidade a ele. Ancorada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa, de caráter teórico-bibliográfico, investigou os livros Primeiro, tomos I e II; livro Segundo; e livro Terceiro, tomos I e II de O Capital, rastreando em cada um deles suas especificidades e vieses ao tratar da individualidade humana. No Livro I, sobre o processo de produção do capital, destaca-se a dicotomia entre aparência e essência do modo de produção capitalista que Marx elucida, demonstrando os verdadeiros mecanismos do sistema que por detrás de belas cortinas maquinam o esbulho social que nega ao trabalhador sua dignidade. Também trata do complexo categorial da individualidade em seus lineamentos gerais, bem como, discute o traçado analítico dos nódulos categoriais elencados, a saber: as bases ontológicas da individualidade humana, o processo de individuação na sociabilidade capitalista e a individualidade em seu devir, os quais expressam de forma mais desenvolvida o estatuto onto-histórico conferido por Marx à individualidade. No Livro II, o qual discute o processo de circulação do capital, extraímos ao analisar as relações existentes entre trabalhador e capitalista, vendedor e consumidor de força de trabalho, como ocorre a negação dessa individualidade pelo e no mercado de força de trabalho, figura que compõe a fase D – M da circulação do capital e se faz imprescindível para que este se realize, transformando o trabalhador em mero elemento do capital circulante, numa existência desprovida das prerrogativas que assistem a pessoa humana no que tange a sua singularidade. As injustiças que cercam o proletariado e negam sua individualidade dentro do processo de circulação vão desde a discrepância entre o valor que recebem pelo trabalho despendido e o seu valor real (maisvalia), a diferença da massa de trabalho vendida da massa de trabalho paga (mais-trabalho) até o ímpio desemprego que cria e expande crescentemente o exército industrial de reserva em prol da subsistência do capitalismo. Por fim, ao visitar o Livro III, que trata do processo global de produção capitalista, marcando, na obra, o término dos apontamentos e "previsões" de Marx, depreende-se tanto nas categóricas afirmações quanto na sutileza das entrelinhas que as condições e contradições aviltantes típicas de outras fases do modo de produção capitalista se fazem presentes também no metabolismo de reprodução global do capital. Reafirma a condição do indivíduo que é diminuído nas suas potencialidades/particularidades humanas e elevado a simples personificações econômicas em benefício do fluxo do capital global, entretanto, inova ao afirmar que este mesmo indivíduo, vitima da silenciosa violência do sistema, é sujeito criador das condições emancipatórias necessárias à efetivação do reino da liberdade. Nesse sentido, ao contrário das alegativas de seus críticos, acredita-se que Marx revoluciona o modo de pensar a questão do indivíduo, lançando assim os fundamentos para a constituição de uma ontologia do ser social. Em virtude do que foi dissertado, conclui-se que Marx, na inteireza do Capital, seus três livros, trata nas linhas e entrelinhas do texto sobre a individualidade humana e de como ela é negada, bem como das razões que a negam e de como delas podem os trabalhadores se libertar, construindo no decorrer do escrito as bases para uma teoria da individualidade que coube a este estudo, despretensiosamente, interpretar e compilar. A individualidade humana é tratada no legado marxiano, aqui revisado, como complexo categorial cuja expressão é utilizada tanto para designar uma dada forma de existência dos homens no curso do processo histórico de autoconstituição do ser social, quanto para designar o modo de ser singular e irrepetível de cada indivíduo, que expressa, nada mais nada menos, a forma particular na qual cada indivíduo se apropria dessa dada forma de existência, a essência da individualidade humana que se produz na forma capital. Uma individualidade, cuja substância expressa as contradições e os antagonismos que estabelece com essa dada forma de sociabilidade: por um lado afirmada enquanto portadora, no curso do evolver histórico, de uma substância inegavelmente mais rica e complexa, por outro lado negada enquanto personificação das relações econômicas nas figuras do capitalista e do trabalhador, uma vez que a produção e reprodução do gênero humano no capital se erige sobre a negação da individualidade na produção, circulação e reprodução do capital, cada uma delas com suas engrenagens de exploração estruturais e inafastáveis do sistema econômico vigente.

A percepção do preconceito às pessoas com transtornos mentais graves em Alegre e Guaçuí(ES)

Rosane Maria Souza dos Santos (Universidade Federal do Espírito Santo)

Para a psicologia social preconceito é uma atitude que contenha uma visão injusta, intolerante e desfavorável contra um grupo minoritário e mais fraco. Historicamente, o tratamento recebido pelas pessoas com transtornos mentais graves é marcado por diversas rupturas com o que se pode chamar de dignidade humana. Trabalhos forçados não remunerados, privação de alimentação, isolamento do convívio com a sociedade foram apenas alguns dos métodos de "tratamento" empregados. Foucault (1978) em "A História da Loucura" pormenoriza as diversas fases passadas pela loucura e explicita o fato de que tratá-la era uma questão de higienização social. A sociedade, não suportando o diferente, tranca, isola e esconde tudo o que não fosse socialmente aceitável. Em nome de uma razão coletiva, moralmente construída, tudo o que for diferente é escondido. Incluindo aí, desde pessoas com transtornos mentais até as que se prostituíam ou roubavam entre outros. Esta pesquisa objetivou investigar a percepção de profissionais do CAPS nos municípios de Alegre e Guaçuí-ES a respeito do preconceito perpetrado contra as pessoas que sofrem de transtornos mentais graves pela família, sociedade em que vivem e outros profissionais de saúde, compreendendo o preconceito contra este público em seus componentes cognitivos, afetivos e comportamentais. Este tema abrange o debate acerca das discussões sobre políticas públicas, direitos sociais e emancipação na medida em que aborda o processo de exclusão das pessoas com transtorno mental grave provocado pelo preconceito por parte de familiares, comunidade e profissionais da área de saúde, fato este que sustenta o processo de rotulação, fortalecendo estigmas que os mantém cada vez mais afastados do convívio social, tornando cada vez mais difícil a inserção dessas pessoas nos diversos ambientes, prejudicando o exercício de sua cidadania. De acordo com Crochik (2006), o preconceito em relação ao objeto que o suscita não é o mesmo, já que as representações sociais são determinadas pela cultura em que o indivíduo se insere. Nesse sentido, o estereótipo de uma pessoa com deficiência física será diferente do estereótipo de uma pessoa com deficiência mental e, portanto, gerará sentimentos e reações diferentes. Assim, o preconceito revela muito mais de quem o sente do que de quem lhe é vítima, já que sua existência perpassa pela construção histórica e social do estereótipo e das percepções subjetivas relativas à construção idiossincrática do sujeito. Em relação à saúde mental, Foucault (1978) pormenoriza o nascimento da psiquiatria, bem como as práticas médicas voltadas para a intervenção sobre a loucura, apresentando uma historicidade crítica em relação à loucura e sua submissão à razão por meio das internações psiquiátricas (AMARANTE, 1995). O processo de desinstitucionalização, baseado numa ruptura do movimento psiquiátrico tradicional materializase nas ações de Franco Basaglia na Itália, e serve de modelo para o movimento antimanicomial realizado também no Brasil. Neste contexto, o CAPS surge pela primeira vez em 1987 e é considerado como o "marco inaugural" de uma forma de cuidar do sujeito em sofrimento mantendo-o em seu território e não o enclausurando para receber o tratamento (PITTA, 2011). Apesar do avanço na área de saúde mental, muitos são os estereótipos que ainda permeiam as relações das pessoas com transtorno mental com a família, sociedade e profissionais da área da saúde. Outrossim, utilizou-se como metodologia para a coleta de dados a aplicação de um questionário semiaberto a profissionais que trabalham nos CAPS I dos municípios de Alegre e Guaçuí (ES), composto por dezoito perguntas que buscaram investigar a percepção desses profissionais acerca do preconceito sofrido pelos usuários do CAPS por parte da família, moradores do município em que vivem e outros profissionais da área da saúde pertencentes à rede municipal. Foram entrevistados dez profissionais que relataram que em relação à família podem ser destacadas entre as respostas a percepção de fortes sentimentos de vergonha, autopiedade e negação em relação a seus familiares com transtornos mentais. Em relação aos moradores da cidade, os profissionais relataram a presença de fortes estereótipos relacionando loucura ao perigo, gerando nos moradores sentimentos de medo, dificultando ainda mais a aproximação com a sociedade. Em relação aos profissionais de saúde do município as respostas indicaram a rotulação para as pessoas com transtorno mental como "pacientes do CAPS", sugerindo a ideia de que só poderiam ser atendidos pelos profissionais de saúde mental. Por fim, consideramos que o preconceito vivenciado pelas pessoas com transtornos mentais graves nos municípios de Alegre e Guaçuí (ES) ainda é uma realidade a ser superada. Nesse sentido, a equipe de saúde mental deverá assumir uma postura ativa orientando os familiares, profissionais de saúde e toda a população promovendo diálogos constantes com a finalidade de informar, orientar e subsidiar a construção de uma sociedade mais inclusiva para as pessoas com transtornos mentais graves nestes municípios.

A relação dos funcionários com as organizações públicas da cidade de Parnaíba-Piauí

Hyag Pinheiro de Castro (Universidade Federal do Piauí), **Raquel Pereira Belo** (Universidade Federal do Piauí), **Tátila Sara Pereira Cardoso** (Universidade Federal do Piauí), **Darciane Brito Moraes** (Universidade Federal do Piauí), **José Walter Rêgo Resende** (Universidade Federal do Piauí), **Antonia Beatriz da Costa Santos** (Universidade Federal do Piauí)

O termo organizações públicas em seu sentido amplo diz respeito a todas as organizações geridas pelo poder público e possuem a finalidade de prestar serviços para a sociedade. Elas buscam cumprir sua função com eficiência da máquina pública e um melhor atendimento aos indivíduos (DIAS, 1998 apud PIRES & MACEDO, 2006). Para Weber a burocracia é sustentada através do caráter técnico, ofertando-lhe além de um modo racional, a transformação em um instrumento capaz de assegurar-lhe elevada eficiência administrativa. Uma aplicação prática destes conceitos seria a atuação de profissionais de forma racional e impessoal, guiada por regras formais, responsáveis por padronizar e guiar de forma igualitária o tratamento dos casos (MARCHETTI, CARVALHO E MONT`ALVÃO, 2009). A administração pública adota este modelo com o intuito de que não haja desvios de funcionamento em relação ao padrão já elaborado por meio de regulamentos estabelecidos. Sua construção é baseada em normas e regulamentos explícitos nas diversas áreas de funcionamento, dentre as quais: educação, saúde, economia e cultura. O presente trabalho visa apresentar a relação estabelecida entre os funcionários públicos e as organizações na qual desempenham suas atividades compreendendo qual a representação que os profissionais possuem do serviço público brasileiro. A pesquisa contou com a participação de 20 servidores efetivos em diversos segmentos do funcionalismo público nas áreas de Educação, Saúde e Segurança no município de Parnaíba-Piauí, e teve como objetivo conhecer a relação estabelecida entre funcionários e as organizações públicas. Foi utilizado em roteiro de entrevista semiestruturado junto a um questionário sócio demográfico para a caracterização da amostra. A pesquisa é de ordem qualitativa. Os participantes foram entrevistados em seus locais de trabalho, sendo-lhes garantido o sigilo e anonimato de sua participação seguindo-se as normas e procedimentos éticos conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Assim, os resultados foram analisados de acordo com a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Dentre os resultados obtidos, constatou-se que existe uma identificação dos funcionários junto ao contexto da organização a qual trabalham. Os respondentes atribuem isso a uma parceria junto ao grupo de trabalho que detém caráter familiar, além de realizarem uma atividade a qual se identificam e gostarem de exercê-la há uma concordância da atividade aos valores pessoais. Aqueles sujeitos que afirmaram não identificar-se ao contexto da organização na qual trabalham atribuem isso ao modo como a instituição é gerida, apresentando uma hierarquia inflexível que não proporciona participação aos funcionários nas tomadas de decisão por conta da obsolescência do serviço ou devido à qualidade do relacionamento interpessoal existente na organização. A escolha pelo funcionalismo público ocorreu principalmente por meio de concursos públicos, na qual os participantes se sentiram motivados a prestar concurso devido a uma identificação com a área a qual se destinara o concurso, além de uma concordância entre o projeto de carreira profissional pretendido pelos profissionais e a organização almejada. Ao elencar as caraterísticas do funcionalismo público emergiram categorias que fazem menção a um estereótipo negativo atribuído ao poder público, como detentor de descrédito por parte dos próprios funcionários; Houveram também características positivas descritas pelos funcionários, relacionando o poder público a prestação de serviço qualificado; Dentre as perspectivas pessoais destes trabalhadores está à seriedade na execução do trabalho e os requisitos para o desenvolvimento desta atividade são: a responsabilidade e dedicação. Quanto à burocracia surgiram características negativas e positivas: as negativas dizem respeito aos entraves que tornam os processos demorados e ineficientes; já as positivas mencionam a burocracia como necessária à organização do sistema, consistindo em uma ferramenta da administração. Concluise que a noção de Burocracia que os funcionários detêm remete-se a um modelo de arranjo do trabalho que visa organizar a maquina pública, divergindo da ideia de imobilidade descrita por Saraiva (2002). Faz-se presente no cotidiano destes funcionários a ideia de obsolescência dos serviços junto à incapacidade em atualizar-se perante as novas demandas que lhes são requeridas. Os inúmeros direitos e garantias providos pela constituição de 1988 tais como a estabilidade dos funcionários, igualdade de vencimentos para cargos assemelhados constituem-se como alguns dos atrativos para a busca do serviço público como uma alternativa ao projeto de carreira (PIMENTA,1998 apud PIRES & MACEDO, 2006). Com a aplicação da burocracia no setor público brasileiro houve uma tendência a sua aplicação em qualquer organização pública, o que leva a uniformização no setor público e nestas organizações os trabalhadores tendem a encontrarse em iguais situações laborais e de organização do trabalho já que as estratégias de gerenciamento são desenvolvidas pelo poder estatal.

A relação trabalho e linguagem e sua relevância na práxis da psicologia social

José da Silva Oliveira Neto (Universidade Estadual do Ceará), **Ruth Maria de Paula Gonçalves** (Universidade Estadual do Ceará), **Gladys Pontes Andrade Costa** (Universidade Estadual do Ceará), **Suzanne Rocha Bandeira** (Universidade Estadual do Ceará), **Victor Mateus Macario Portto** (Universidade Estadual do Ceará), **Ana Kelly Adriano Viana** (Universidade Estadual do Ceará)

O presente trabalho busca perscrutar a relação entre trabalho e linguagem evidenciando sua relevância na práxis da psicologia social. Partimos da concepção de trabalho como protoforma da atividade humana e da linguagem como consciência pratica, evidenciando que esses complexos se fazem necessários para a efetivação da psicologia social verdadeiramente crítica. Tal questão nos remonta ao surgimento da Abrapso, o qual correspondeu ao ápice de um movimento que pretendia a criação de um novo modelo de Psicologia Social, tendo em vista que as perspectivas anteriores eram importações das matrizes estadunidenses e europeias. Com efeito, o cerne desta questão repousa na relação teoria e prática, uma vez que a partir dos anos de 1970 o grupo da Escola de São Paulo passa a questionar os paradigmas então vigentes, os quais apresentavam resultados inconsistentes, sendo inadequados aos fenômenos sociais na realidade pesquisada no Brasil. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, ancorada na ontologia marxianolukacsiana e, em particular, na perspectiva laneana por considerarmos necessários e pertinentes a apreensão e a intervenção no mundo dos homens, dando conta de particularidades sem perder de vista a totalidade. Tal preocupação refere-se à hegemonia de ideários ora vigentes no campo das ciências humano-sociais, que fortalecem a secundarização do papel do trabalho enquanto ato gênese do homem, atribuindo a centralidade da linguagem na formação do ser social, apartada de sua dependência ontológica. Desse modo, vemos a objetivação de uma inadequada relação entre teoria e prática, objetividade e subjetividade, essência e aparência, espírito e matéria na apreensão da realidade objetiva, o que fragmenta a práxis da psicologia social. Quando discutimos as concepções de trabalho e linguagem, refletimos sobre a linguagem enquanto categoria humana fundada sob a óptica do trabalho, resguardado em seu estatuto ontológico, atividade vital através da qual o homem transforma a natureza transformando a si mesmo. Nesse contexto, a linguagem deixa de ser apenas uma reverberação da maturação biológica para figurar como complexo social de mediação e apropriação da riqueza material e simbólica produzida historicamente pela humanidade. Norteados pelas elaborações marxianas, assinalamos que qualquer forma verdadeira de ciência exige que nos apropriemos do contexto histórico para desenvolvermos um estudo correto dos processos psicológicos humanos, dentre eles: a linguagem. Pensamos, portanto, o diálogo dessas categorias com o GT Psicologia Social e Trabalho no sentido de promovermos atividades emancipatórias, contrapondo-nos às múltiplas faces da alienação construídas e sustentadas na contemporaneidade. Desse modo, ao trazermos para o debate as categorias trabalho e linguagem na práxis psicológica, atentamos para a perspectiva laneana, a qual defende que toda psicologia é social. Asseveramos que as exigências sofridas pelo homem na sociabilidade contemporânea configuram rebatimentos da crise estrutural do capital, implicando em fragmentação das subjetividades oriundas do curso das impossibilidades de objetivações humano-genéricas; além disso, afirmamos o presente e estrutural antagonismo entre trabalho e capital, do qual resultam fissuras na constituição do humano, uma vez que a lógica do capital em seu metabolismo impossibilita o desenvolvimento pleno e saudável de suas funções psíquicas, inclusive a linguagem, que tem sido estudada, como observado em algumas presentes produções científicas, alienada do trabalho.

Adoecimento psíquico frente à lógica de produção acadêmica

Bianca Gonçalves Textor (Centro Universitário Franciscano), **Roberta Fin Motta** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

O presente trabalho titulado de: "adoecimento psíquico frente à lógica de produção acadêmica" refere-se ao projeto de Trabalho Final de Graduação tendo por objetivo abordar as questões relativas às implicações do trabalho contemporâneo na saúde mental dos professores de pósgraduação. Tal pesquisa busca discutir como se estabelecem as demandas frente a esta dinâmica produtivista e a saúde mental dos professores, visando apontar de que forma essa produtividade vem acarretamento sofrimento e adoecimento entre os mesmos.

O trabalho contemporâneo abordado neste projeto faz referência aos novos moldes produtivistas impostos principalmente aos docentes vinculados a programas de pós-graduação, uma vez que estes estão mais expostos pressão produtivista acadêmica, sendo assim, também mais propensos ao adoecimento psíquico. Os critérios produtivistas exigem uma permanente necessidade de atualização, a busca por níveis elevados de qualificação e a supervalorização do trabalho, como instrumentos de alcance ao sucesso profissional, acaba por colocar em planos secundários outras esferas de suma importância para o cunho da sua saúde mental. Por isso, justifica-se a necessidade de pensarmos sobre a relação saúde mental e o trabalho docente de pós-graduação com vistas à promoção e prevenção de saúde.

O presente projeto pretende analisar as implicações que o modelo de trabalho contemporâneo pode acarretar no processo de trabalho do docente frente às demandas de produção científica exacerbada. O mesmo justifica-se pela temática tal visando a importância de pesquisar sobre o tema de saúde mental e trabalho, ainda é pouco explorado, tendo em vista os docentes de pósgraduação. Por isso, justifica-se a necessidade de pensarmos sobre a relação saúde mental e o trabalho docente de pós-graduação com vistas à promoção e prevenção de saúde. O trabalho tem por objetivo geral analisar as implicações do trabalho na saúde mental do professor de pós-graduação no estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente apresenta como objetivos específicos: Identificar necessidades e demandas relacionadas ao trabalho; Estabelecer possíveis relações entre os fatores decorrentes do modo de organização, das condições e das relações do trabalho frente à saúde mental; Analisar como se dá o enfrentamento dos docentes frente às exigências de produtividade científica imposta versus sentimento de improdutividade; Discutir quais são as estratégias de enfrentamento utilizadas para amenizar a sobrecarga no trabalho com vista à promoção e prevenção de saúde.

O presente projeto refere-se a uma pesquisa de campo de cunho qualitativo que pretende analisar as implicações que o trabalho contemporâneo pode acarretar nas questões referentes a saúde mental dos docentes vinculados a programas de pós-graduação. Para fins da coleta de dados desta pesquisa os participantes serão profissionais da área de ciências humanas vinculados a programas de pós-graduação de duas universidades do estado do Rio Grande do Sul, sendo uma delas pública e a outra privada. No total o número inicial previsto para coleta de dados serão seis (6) entrevistados, sendo três (3) de cada universidade. Será utilizado para a coleta de dados desta pesquisa uma entrevista semi-estruturada individualmente com cada participante. As entrevistas serão de aproximadamente 50 minutos, as mesmas serão gravadas e transcritas na integra para, posteriormente, ser feito uma análise dos dados coletados. Como a pesquisa está em andamento a apresentação dos resultados da coleta de dados será parcial.

Análise da atividade de trabalho dos profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Beatriz Pinheiro Bezerra (Universidade de Fortaleza), **Mateus Estevam Medeiros-Costa** (Universidade de Fortaleza), **Cynthhia de Freitas Melo** (Universidade de Fortaleza), **Rebeca Araújo Kramer de Mesquita** (Universidade de Fortaleza)

Incorporado ao sistema de saúde em 2003, e também funcionando como uma porta de entrada tem-se o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o chamado SAMU, criado para sanar as insatisfações com o atendimento nas emergências hospitalares. O trabalho do SAMU ganhou repercussão positiva em meio à sociedade brasileira já que tem influenciado no declínio das taxas de traumas e mortalidade, realizando atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar, como residências, locais de trabalho e vias públicas. O atendimento pré-hospitalar oferece todas as ações que ocorrem antes da chegada do paciente ao ambiente hospitalar, incluindo o atendimento no cenário do acidente, no transporte e na chegada ao hospital. Observa-se, todavia, que apesar da reconhecida importância do SAMU na sua efetiva contribuição para a melhoria do atendimento de urgência, ainda existe uma carência da inserção da academia nesse setor, especialmente de suas pesquisas científicas, visto que o trabalho desses profissionais ocorre em um ambiente dinâmico, com tensões constantes providas da situação de uma tomada de decisão, havendo a necessidade de realização de mais estudos sobre o trabalho destas equipes. Diante do discorrido e a fim de compreender os fatores objetivos e subjetivos, suas limitações e dilemas, o presente estudo toma como objetivo analisar a atividade de trabalho das equipes do Serviço Móvel de Urgência da cidade de Fortaleza. Para concretização do estudo foi necessário percorrer o caminho teórico e metodológico da Psicologia Social do Trabalho e da Ergonomia, tal diálogo foi possível pelo fato das duas correntes carregarem uma natureza interdisciplinar. O caminho metodológico se configura como uma pesquisa qualitativa de caráter intervencionista, em que foi empregado a Análise Ergonômica do Trabalho (AET), sabido que a sua característica fundamental é averiguar o que acontece no contexto da realidade sem utilizar um modelo técnico a priori, não menosprezando a analogia de distintas variáveis nas situações de trabalho como admissíveis responsáveis pela situação-problema identificada. Percebe-se que o intuito desse instrumento é trazer respostas a uma questão exclusiva, que tem por finalidade, sugerir soluções, que modifiquem uma determinada situação. Sendo assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observação participante e diário de campo. O roteiro utilizado no momento das coletas parte de observações do ambiente e conduta do trabalhador como observação das posturas das mãos, equipamentos, local de trabalho, posicionamento do operador, assento, atenção, organização, iluminação, ruídos e entre outros aspectos. Por meio do estudo dessas condições, foi possível encontrar alguns apontamentos sobre a realidade operacional do trabalho, em que durante a realização da Analise Ergonômica do Trabalho com cinco profissionais, sendo duas técnicas de enfermagem, uma enfermeira, um gestor e um condutor-socorrista, constatou-se que os órgãos competentes não dão o devido suporte organizacional, visto que os materiais para os procedimentos de atendimento pré-hospitalar é quase sempre improvisados, as dependências onde ficam os trabalhadores é mal estruturada e sem conforto, as patologias observadas estão ligadas a parte física, em que percebe-se desgastes nos joelhos, nos braços e problemas de coluna entre esses profissionais. A realidade observada mostra que as condições de trabalho a qual esses profissionais são submetidos são precárias, possuindo riscos de adoecimento e devendo, assim, ser melhoradas. Ressalta-se que essas condições comprometem a saúde e o desempenho das equipes.

Aportações da filosofia narrativa de Paul Ricoeur para uma proposta ético-teleológica de gestão do trabalho humano

Felipe Saraiva Nunes de Pinho (Universidad de Barcelona)

Diante dos avanços tecnológicos, das crises econômica e ambiental, e da crítica à razão e ao projeto da modernidade, a ética se apresenta como um momento necessário de repensar, de maneira responsável, as escolhas e as ações humanas. Nesse cenário, a ética empresarial, como ética aplicada, constitui um dos campos mais férteis dos debates éticos contemporâneos, devido aos desafios teóricos e metodológicos, às contradições e incoerências discursivas e, ao mesmo tempo, às oportunidades criativas para a crítica filosófica. Compreendendo que o modelo adotado de gestão do trabalho determina os limites e as condições de realização da ética empresarial, o objetivo de nossa investigação, de natureza teórico-reflexiva, é apresentar uma proposta teleológica de ética empresarial, apoiando-nos na petite éthique de Paul Ricoeur, destacando o protagonismo do "sujeito capaz" e dialógico. Para levar a cabo tal objetivo, primeiro faremos a exposição da teoria da identidade narrativa de Ricoeur e de sua perspectiva ética. Apresentaremos, em seguida, uma proposta ético-teleológica para a gestão sustentável do trabalho humano e suas possíveis contribuições para a realização de um projeto de empresa ética. Consideramos que falta, nos modelos teóricos da ética empresarial, nos discursos e investigações das ciências administrativas, uma compreensão ontológica sobre o sujeito ético e a sua capacidade agir. O percurso ético-narrativo proposto pela ética ricoeuriana implica o desejo de realizar uma vida boa, para e com os outros em instituições justas. Por isso, para a institucionalização de um projeto ético, a empresa precisa adotar uma política de gestão que promova as potencialidades das pessoas, que constituem a organização, para a realização (accomplissement) de uma vida boa. A compreensão da vida como uma unidade narrativa nos mostra a importância de entendermos o trabalho como uma importante dimensão ontológica constitutiva da identidade do sujeito contemporâneo. Nessa perspectiva de trabalho, como uma parte fundamental da realização do projeto de vida boa, concluímos que a ética da empresa inicia e se sustenta na ética das pessoas que, ao institucionalizarem um projeto de vida boa coletivo, constituem o ethos organizacional. Por sua vez, o ethos organizacional, como um guia “espiritual” para a ação, realizar-se-á no agir prático dos profissionais e dirigentes que compõem a empresa. A problemática da ética na contemporaneidade não diz respeito a um sistema abstrato ou formal, mas a um processo de decisão e escolha prudentemente responsável, e de interpretação e narração hermenêutica de uma vida em um mundo da vida e em situações bem definidas de conflitos. É de um cidadão real (sujeito encarnado) de quem estamos falando, que, ao tomar suas decisões e estabelecer os critérios para os seus juízos, é capaz de saber que afetará a sua vida e a de todos. Tratamos nos dilemas ético-morais de um indivíduo que, ao recontar narrativamente sua história, reconstitui sua unidade cindida, e reconhece sua identidade (ipseidade), criando as condições para a sua autonomia e para a sua capacidade de conviver. Ricoeur defende, em sua proposta ética, a primazia da ética sobre a moral, uma vez que é o desejo de ser ético, em todos os âmbitos da vida, de viver com os outros em sociedades humanas e sistemas ecológicos, que estimula o indivíduo a dialogar com os seus apetites e com o dever moral. A ética, compreendida como "visée" de uma vida boa, revela a estrutura dialógica da identidade, em que o reconhecimento de um sentimento de injustiça e de justiça instiga a pessoa desejante a compreender os critérios da boa comunicação e aplicá-los, e a encoraja a avaliar o seu desejo a partir de imperativos compartilhados sócio-historicamente. É o desejo que possibilita o dever e que viabiliza seu cumprimento autônomo, ao mesmo tempo em que a capacidade do sujeito de dialogar com o dever, como um saber histórico compartilhado e prévio, legitima o desejo como sendo bom. A ética empresarial, e seus conflitos, encontra um sujeito dialógico e hermenêutico que age e que sofre, que raciocina e que deseja, que é finito e infinito. Por isso, compreendemos que a ética não é um conceito abstrato, é principalmente ação. Não há empresa ética sem trabalhadores éticos, sem gestores e proprietários éticos, sem consumidores éticos, sem políticos éticos, entre outros atores. A proposta ético–teleológica de Ricoeur nos ajuda a compreender que a reflexão ética implica uma problematização ontológica, ou seja, a compreensão da implicação de uma identidade narrativa que constitui e se constitui na própria ação ética. Acreditamos que pensar a gestão do trabalho dentro da perspectiva ética de Ricoeur pode contribuir para a sustentabilidade humana nas organizações contemporâneas e para a promoção de empresas mais éticas.

As vicissitudes da Reforma Psiquiátrica no interior do estado do Ceará: entre o otimismo da desinstitucionalização e a pratica da desospitalização

Stephanie Caroline Ferreira de Lima (Universidade federal do Ceará), **Aluísio Ferreira de Lima** (Universidade federal do Ceará), **Beatriz Oliveira Santos** (Universidade federal do Ceará), **Kilson Pinheiro de Sena** (Universidade federal do Ceará), **Brígia da Silva Amaro Lima** (Universidade federal do Ceará), **Thiago Sousa Felix** (Universidade Federal do Ceará), **Emanuel Messias Aguiar de Castro** (Universidade Federal do Ceará), **Yuri Marcondes Lisbão** (Universidade Federal do Ceará), **Renata Bessa Holanda** (Universidade federal do Ceará), **Gabriela Gomes Freitas Benigno** (Universidade federal do Ceará)

O objetivo desse pôster é apresentar os resultados preliminares do projeto de pesquisa "Avanços e limites da Reforma Psiquiátrica no estado do Ceará: a herança e o desafio da desinstitucionalização", desenvolvido pelo Paralaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica da Universidade Federal do Ceará, que conta com auxílio oriundo do Edital CNPq Universal 14/2013 – Faixa A e que está em seu segundo semestre do segundo ano de desenvolvimento (o período total de realização da pesquisa é 36 meses, sendo realizada entre 2013 e 2016), tem como objetivo analisar como tem se consolidado a reforma psiquiátrica no interior do Ceará (especificamente nas cidades de Iguatu, Quixadá, Canindé, Cascavel, Icó, Aracati e Sobral, cidades onde a reforma psiquiátrica foi iniciada no estado), identificando se os serviços substitutivos implementados têm contribuído com o processo de desinstitucionalização em suas ações de saúde mental, tal como preconiza a Lei 10.216/2001. A hipótese da pesquisa é a de que corremos o risco de estarmos realizando apenas um processo de desospitalização que não tem subvertido a cultura manicomial, promovendo novas práticas de dominação, estigmatização e reconhecimento perversos, seguindo na contramão da crítica do movimento antimanicomial que desde meados dos anos 1980 tem proposto que o processo de desinstitucionalização deve seguir com a desconstrução de práticas e discursos que naturalizam e reduzem a experiência da loucura à expressão de doença mental. A pesquisa tem caráter qualitativo e está sendo realizada a partir do cruzamento de três fontes de informação: 1) pesquisa documental; 2) concepções dos técnicos dos serviços substitutivos sobre a desinstitucionalização; e 3) narrativas de indivíduos (usuários) que frequentam essas instituições. Nesse momento pretende-se apresentar os objetivos cumpridos ao longo de dois anos de investigação, tais quais: a) a relação entre a cultura manicomial do interior do estado do Ceará e as dificuldades na implantação dos serviços substitutivos; b) o modo como tem se desenvolvido o processo de desinstitucionalização nestas cidades. É certo que existe, atualmente, um ambiente favorável para o estabelecimento de práticas alternativas e inovadoras. Todavia, ainda persiste nos serviços a manutenção de práticas tradicionais de diagnóstico e tratamento, por conta da hegemonia da concepção de instituição psiquiátrica, enquanto há tentativas de superar a lógica manicomial. Para além da avaliação da estrutura e das formas de cuidado dos serviços substitutivos do interior do estado do Ceará, os resultados da pesquisa oferecerão elementos que poderão contribuir de forma significativa tanto para a elaboração de novas tecnologias de cuidado e promoção de saúde mental, como também para o enfrentamento das condições que estão para além das questões de ordem clínica e que se referem às condições sociais e econômicas que as pessoas que utilizam os serviços substitutivos de saúde mental estão submetidos. Acredita-se que este tipo de pesquisa, orientada na perspectiva da Psicologia Social Crítica, além de proporcionar uma avaliação do processo de desenvolvimento da saúde mental no Ceará, possa corroborar com o avanço da Reforma Psiquiátrica brasileira, no sentido de fomentar políticas não segregadoras, não estigmatizadoras e promotoras da desinstitucionalização .

Assédio moral no trabalho: representações sociais de graduandos em Administração sobre um "mal silenciado"

Thiago Casemiro Mendes (Faculdade de Nova Serrana), Luiz Paulo Ribeiro (Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais)

Compreender o sentido do trabalho e seus significados na vida humana é instrumento essencial para a construção de uma relação saudável entre o indivíduo e a organização. Ocupamo-nos de compreender essa categoria por seu caráter ontológico na construção da vida social, assim como, e verificar que diante de um mercado cada vez mais competitivo e da pretensão desenfreada por produtividade, algumas empresas trazem à cena novos formatos de gestão. Com foco na produtividade os processo são alterados, mecanizados e otimizados, esquivando-se, por vezes, do cuidado e valorização do seu maior bem: a vida humana. Com ambientes marcados por pressões, competições e hostilidade, a violência surge como um vírus que tem em certas realidades, infectado e disseminado sofrimento no mundo do trabalho.

Reconhecido como uma forma de violência contra o trabalhador, o assédio moral é caracterizado como uma das mais impiedosas formas de abuso laboral. Expresso por meio de atitudes violentas, humilhantes e antiéticas, causa insegurança, depressão, angústia e medo na vítima, fazendo com que se torne presa fácil para o assediador, o qual, por sua vez, age sem condolência, no propósito de tirar do seu caminho qualquer um que apresente ameaça ao seu poder a despeito de ele ser imaginário.

Este trabalho teve como objetivo (re) conhecer as representações sociais sobre o assédio moral para os graduandos do curso de Administração de uma instituição de Ensino Superior do interior de Minas Gerais, partindo do pressuposto que ao verificar as representações sociais sobre o assédio moral dentre esses sujeitos talvez seja possível identificar elementos educativos e vivenciais que contribuem para o conhecimento e, sobretudo, a prevenção dos assédios nas organizações.

Para tanto, seguindo a orientação teórico-metodológica da Teoria das Representações Sociais numa abordagem processual-dimensional a partir da autora Denise Jodelet na perspectiva do "movimento" foram utilizadas duas técnicas de coleta de dados: (a) desenhos direcionados, para todos os alunos do curso, num total de 102 participantes aos quais foi pedido que se desenhasse "o que o trabalho representa para você" e, destes foram selecionados 08 sujeitos para participar de (b) entrevistas narrativas. A seleção dos sujeitos tomou em conta o aparecimento de elementos nos desenhos que ensejavam a precarização nas relações de trabalho, assim como o trabalho como fonte de sofrimento e de assédios. Tanto os desenhos quanto as entrevistas narrativas tiveram como foco as relações de trabalho e de gestão organizacional. Todo o material foi categorizado a partir da perspectiva da Análise de Conteúdo.

Ao categorizar o que foi expresso nos desenhos chegou-se ao seguinte resultado: na maioria apresentam-se elementos que indicam o trabalho como recompensa, em outros casos o trabalho foi representado como uma sobrecarga, além de desenhos com elementos que sugerem situações de estresse.

As representações evidenciam que o trabalho não representa concretamente um significado de vida ou fonte de prazer e sim uma forma de sustentar o consumismo cada vez mais descontrolado, o que leva o sujeito em muitos casos a submeter-se em condições de estresse e acúmulo de tarefas, não denunciando situações de assédio moral.

Diante disso foram selecionados 02 estudantes de cada período do curso, totalizando 08 participantes da entrevista narrativa, processo no qual permitiu identificar que a visão dos alunos condiz com a teoria sobre o tema. Para alguns dos entrevistados o assunto ainda era desconhecido e o contato com a temática dentro da sala de aula, promoveu um movimento de transformação referente aos conceitos de tal violência dentro das organizações. Disciplinas como Gestão Estratégia de Pessoas e Psicologia aplicada a Administração foram citadas como fundamentais na elaboração de uma representação mais clara do assédio moral. E mesmo para os que já conheciam o fenômeno, houve também uma mudança no modo de pensar sobre o problema, confirmando que as experiências da vida acadêmica contribuíram para isso.

Por fim, este trabalho procurou oferecer uma contribuição acadêmica no sentido da melhor compreensão do fenômeno assédio moral, especialmente para o profissional Administrador que, além de cumprir o seu papel como agente gerador de resultados, necessita da capacidade de aliar a visão técnica à humanística, como também ser inovador e desempenhar o seu papel social como principal contribuinte na prevenção e propagação da saúde e bem-estar do trabalhador. Torna-se então essencial a existência de disciplinas da Psicologia Social das Organizações na grade curricular dos cursos de Administração, fazendo a diferença na formação desses futuros administradores e auxiliando na prevenção do assédio moral no trabalho.

Atividade, Experiência e Narrativa: produzindo dispositivos para uma clínica-crítica do trabalho contemporâneo

Cháris Telles Martins da Rocha (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Fernanda Spanier Amador** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Apresentamos a produção parcial de um percurso de pesquisa de mestrado em Psicologia Social e Institucional. Nesta pesquisa, partimos de leituras a respeito do trabalho no contemporâneo, no qual reconhecemos poderes subjetivantes que atuam na captura da inventividade dos trabalhadores, a favor de interesses produtivos. Dessa forma, afirmamos uma clínica ligada à produção de crítica como forma de desassujeitamento às forças de dominação constituídas (FOUCAULT, 1992).

Nesse contexto, buscamos investigar a potência de pensar o trabalho do ponto de vista do conceito de Experiência em sua conexão com a concepção de trabalho como Atividade, tal com proposto no escopo dos referenciais clínicos do trabalho da Ergologia e da Clínica da Atividade, visando desenvolver uma clínica-crítica em meio aos desafios do trabalho contemporâneo. Além de propor um diálogo teórico entre as concepções do trabalho como Experiência e Atividade, propomos uma investigação metodológica a respeito da produção de narrativas como dispositivo crítico-clínico para uma clínica do trabalho na perspectiva citada.

Como método de pesquisa, foi realizada revisão sistemática dos textos dos principais autores ligados à Clínica da Atividade e à Ergologia, bem como de autores que foram referências para os mesmos na formulação de suas teorias. Paralelamente, foram realizados estudos dos escritos de autores que problematizam o conceito de Experiência. Nessas leituras, destacaram-se as construções do filósofo alemão Walter Benjamin, o qual, ao longo de sua obra, debruçou-se a pensar o conceito de experiência na articulação direta com a produção de narrativas. As formulações de tal autor ganharam destaque na pesquisa uma vez que suas leituras a respeito da produção de narrativas articuladas ao conceito de experiência mostraram-se muito próximas ao que Yves Schwartz e Yves Clot identificam como a potência do trabalho enquanto atividade. Dessa maneira, formulou-se na pesquisa um diálogo entre os autores referidos, demonstrando pontos de aproximação e afastamento, procurando, com isso, contribuições para a formulação de uma clínica do trabalho que possa se valer da visão do mesmo enquanto atividade e experiência, além de utilizar-se da produção de narrativas como dispositivo crítico-clínico.

Como resultados, constatamos, primeiramente, que os conceitos de atividade e experiência nas clínicas do trabalho e na filosofia de Benjamin não podem ser considerados diretamente equivalentes, demonstrando diferenças conceituais relevantes. Tanto na Clínica da Atividade quanto na Ergologia, ambos os termos podem ser encontrados, por vezes aproximando-se, por outras contrastando-se, ainda que não sejam consistentemente encontradas referências diretas às formulações do filósofo alemão em nenhuma delas. Nessas clínicas, o conceito de atividade tende a ser priorizado, sendo abordado com maior precisão e aprofundamento do que o conceito de experiência. Apesar disso, é possível constatar uma grande aproximação entre a potência atribuída à atividade (tal como vista nas clínicas do trabalho aqui referidas) e à experiência, como mais exaustivamente trabalhada por Benjamin, sendo identificáveis pontos de aproximação entre esses conceitos. Tal constatação aponta para uma contribuição mútua no diálogo entre as formulações de tais teorias. Como a problematização da experiência em Benjamin vem quase sempre aliada à questão da produção de narrativas, as contribuições nesse diálogo entre teorias dizem respeito, principalmente, a formulações teórico-metodológicas, pensando a produção de narrativas como um potente dispositivo para uma clínica do trabalho, tomando esse último enquanto experiência e atividade.

Concluímos que o diálogo entre formulações da Clínica da Atividade, Ergologia e proposições de Walter Benjamin a respeito de experiência e narrativa mostram-se bastante frutíferas para o desenvolvimento de procedimentos crítico-clínicos do trabalho. Nesse contexto, a produção de narrativas pode ser muito bem aproveitada como dispositivo crítico-clínico do trabalho, tratandose de uma construção na qual se abrem possibilidades de produção de desassujeitamento coletivo e afirmação de salutares atos de criação, sempre ligados à dimensão coletiva.

Propomos a apresentação deste trabalho no GT 24, intitulado "PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: OLHARES CRÍTICOS SOBRE O TRABALHO E OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS", por tratar-se diretamente de "questões teóricas e metodológicas emergentes no fazer científico sobre trabalho e trabalhadores", como citado na apresentação do GT. Justificase, ainda, a pertinência de apresentação em tal grupo por dizer respeito a construções teóricometodológicas que pensam uma clínica-crítica do trabalho que vê no mesmo a potência de produção de saúde no empoderamento coletivo para agir, fazendo frente aos poderes subjetivantes do trabalho contemporâneo.

Quanto aos eixos temáticos do evento, a proposta de trabalho situa-se no eixo "Psicologia Social e Trabalho", considerando que no mesmo incluem-se propostas ligadas à "diversidade de ferramentas conceituais e metodológicas desenvolvidas pela Psicologia Social na interface com outras disciplinas que se dedicam a este campo de pesquisa-intervenção", conforme orientação da organização do evento.

Bem-estar no trabalho e intenção de rotatividade de professores públicos municipais

Monique Arantes Ricardo (Universidade Federal de Uberlândia), **Pedro Afonso Cortez** (Universidade Federal de Uberlândia), **Heila Magali da Silva Veiga** (Universidade Federal de Uberlândia)

O trabalho é muito importante para o indivíduo, não somente como fonte de recursos para a subsistência humana (alimentação, moradia, etc.), mas também por suas funções psicossociais. É no contexto de trabalho que o indivíduo assume um papel social e até mesmo constrói sua própria identidade, além de estabelecer relações interpessoais e, consequentemente, aumentar sua rede de contatos. Por isso, o trabalho pode ser fonte de bem-estar. O bem-estar no trabalho (BET) pode ser compreendido como um construto multidimensional, constituído tanto por afetos quanto por cognições. Nesse sentido, para este estudo, o bem-estar é compreendido a partir dos afetos positivos, afetos negativos e realização no trabalho. Os afetos positivos são representados por emoções de prazer, entusiasmo e conforto e indicam elevado bem-estar; os afetos negativos, por sua vez, são caracterizados por emoções de desprazer, ansiedade e depressão e estão associados a baixo bem-estar. A realização no trabalho acontece quando o indivíduo apresenta um grande envolvimento com suas tarefas e avalia que, no trabalho, faz o que realmente gostaria, alcança seus potenciais e desenvolve habilidades. A segunda variável de interesse do presente estudo foi a intenção de rotatividade (IR). Esta variável é importante para se compreender quais aspectos cognitivos influenciam a rotatividade dos trabalhadores e, a partir disso, promover mudanças no ambiente organizacional. Ao revisar a literatura, observa-se que poucos estudos têm investigado o bem-estar no trabalho entre professores, bem como as relações entre as duas variáveis de interesse desse estudo. É importante estudar esta questão em função do contexto social vivenciado marcado por elevada violência nas escolas, escassez de recursos públicos destinados à infraestrutura educacional e de reajustes salariais precários. Assim, o objetivo geral do presente estudo foi investigar as relações entre bem-estar no trabalho e intenção de rotatividade entre docentes. E, como objetivos específicos foram definidos, verificar se existem diferença nas variáveis em função do gênero e da idade. Para a realização do estudo foi utilizada uma amostra de conveniência de 126 professores públicos municipais. A pesquisa realizada foi de cunho quantitativo do tipo survey; os participantes responderam um questionário; os instrumentos utilizados para medir o bem-estar no trabalho e a intenção de rotatividade foram, respectivamente, a Escala de Bem-Estar no Trabalho (EBET) e a Escala de Intenção de Rotatividade (EIR). Os resultados indicaram elevado bem-estar no trabalho e baixa, mas não homogênea, intenção de rotatividade dos professores investigados. Ao analisar a correlação entre BET e IR, observa-se que o afeto positivo se relacionou negativamente com o afeto negativo ($r = -0,30$; $p < 0,01$) e com a intenção de rotatividade ($r = -0,40$) e positivamente com a realização ($r = 0,40$). O afeto negativo se relacionou negativamente com a realização ($r = -0,30$; $p < 0,01$) e positivamente com a intenção de rotatividade ($r = 0,20$; $p < 0,05$) e a realização se relacionou negativamente com a intenção de rotatividade ($r = -0,30$; $p < 0,01$). Os resultados dessa correlação indicaram que as dimensões de afeto positivo e realização no trabalho da variável bem-estar no trabalho tiveram as maiores correlações com a intenção de rotatividade, mas de forma negativa. Em decorrência disso, quanto mais afetos positivos e realização no trabalho experienciados pelos professores, menores eram as intenções de rotatividade. Esse fato confirma a literatura que afirma que o bem-estar no trabalho apresenta consequências para a rotatividade dos profissionais. Para verificar se havia diferença no bem-estar no trabalho e intenção de rotatividade em função do gênero, foi feito o teste-t de Student, o resultado não mostrou diferença significativa. Depois foi feita Análise de Variância Anova para investigar se havia diferença significativa em função da escolaridade, tempo de serviço, ciclo e idade. Apenas no último caso, a diferença foi significativa, confirmando a literatura, visto que o bem-estar no trabalho tende a aumentar com a idade. Os professores foram agrupados em faixas etárias de 1,00 (menor faixa etária) a 4,00 (maior faixa etária); a faixa etária 1,00 (com 26 professores) apresentou média de 2,30 para intenção de rotatividade, enquanto a faixa etária 4,00 (com nove professores) teve média de 1,35 para a mesma variável. As pessoas mais velhas estão mais propensas a experimentar mais afetos positivos e apresentar melhores formas de enfrentamento que as pessoas mais jovens. A partir dos resultados obtidos neste estudo, infere-se que, a despeito de um contexto social pouco favorável ao desenvolvimento pleno da função educativa do professor, o ideário da profissão como vocação pode estar subjacente à motivação e aos esforços despendidos na atividade laboral dos sujeitos investigados.

Bem-estar no trabalho: revisão sistemática de literatura

Pedro Afonso Cortez (Universidade Federal de Uberlândia), **Monique Arantes Ricardo** (Universidade Federal de Uberlândia), **Heila Magali da Silva Veiga** (Universidade Federal de Uberlândia)

O bem-estar no trabalho (BET) é uma variável importante para se compreender a relação entre o trabalhador e a organização. As experiências de bem-estar no trabalho são essenciais para a manutenção da saúde física e emocional dos funcionários, garantindo uma queda nos índices de rotatividade e afastamento por motivos de doença. Considerando-se a relevância do estudo do bem-estar no trabalho, o objetivo central da presente investigação foi realizar uma revisão sistemática de literatura sobre o construto na literatura nacional e internacional. Os critérios definidos no levantamento nacional e internacional foram: o período de 2005 até 2014, as palavras-chave utilizadas foram bem-estar no trabalho (revisão nacional) e well-being at work (revisão internacional) e a fonte de pesquisa foi o Portal de Periódicos da Capes. No levantamento nacional foram encontrados 14 trabalhos, sendo um estudo teórico, 12 estudos empíricos e uma revisão de literatura; já na literatura estrangeira foram selecionados 12 trabalhos, sendo um estudo teórico, 10 estudos empíricos e uma proposta de construção de instrumentos. Em ambas as revisões realizadas predominaram o tipo de estudo quantitativo. No entanto, a literatura internacional apresentou uma tendência inovadora ao apresentar uma proposta de construção de instrumento e estudos do tipo qualitativo. Verificou-se ainda que não há consenso sobre a definição de bem-estar no trabalho, uma vez que os autores utilizam diversas perspectivas teóricas, o que dificulta as comparações entre os estudos e o próprio avanço da área. No que diz respeito à metodologia de investigação adotada nos trabalhos, há a prevalência de estudos quantitativos, poucos teóricos e de revisão de literatura. Entre os quantitativos, a maioria refere-se a estudos correlacionais com corte transversal, apenas um trabalho utilizou método quaseexperimental. Na literatura nacional, apenas um estudo investigou o papel de variáveis antecedentes sobre o bem-estar no trabalho, as quais se referem, por exemplo, aos traços de personalidade, os relacionamentos no trabalho e o clima organizacional. Além disto, na literatura nacional, apenas dois estudos apresentaram uma preocupação social em relação ao bem-estar de profissionais da área da saúde, fato este que se consagra como tendência na literatura internacional. Percebe-se ainda que alguns estudos conceberam o bem-estar como sendo um construto dinâmico, isto é, sofre variações ao longo do tempo dependendo de aspectos individuais ou do próprio ambiente de trabalho e que as variáveis demográficas, como idade e gênero, também são estudadas como influentes sobre o bem-estar no trabalho e não somente como variáveis controle. Alguns estudos da literatura internacional também ressaltaram a importância dos aspectos culturais sobre o bem-estar e de não se restringir os estudos sobre bem-estar aos aspectos negativos deste construto. Os estudos internacionais focaram-se também sobre a repercussão que o estudo do bem-estar no trabalho tem sobre o indivíduo, a organização e a economia de um país e em uma teoria específica sobre o bem-estar em profissionais de enfermagem. Deste modo, a partir dessa revisão sistemática de literatura, concluiu-se que o estudo do bem-estar no trabalho é primordial para se compreender a relação afetiva que o trabalhador assume com a sua atividade laboral e o que almeja alcançar a partir dela, como, por exemplo, a realização pessoal. O estudo dessa variável também é importante para o planejamento de um ambiente de trabalho mais saudável. Neste sentido, torna-se necessário que os estudos sobre bem-estar no trabalho, especialmente nacionais, desenvolvam-se teoricamente a fim de fornecer subsídios para uma prática orientada para a melhoria das condições de trabalho da população nos contextos de trabalho.

Censo Penitenciário do Ceará: uma análise da situação laboral dos encarcerados

Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira (Universidade Federal do Ceará)

Entre os anos de 2013 e 2014 foi realizado o primeiro Censo Penitenciário do Estado do Ceará. O projeto da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado (SEJUS) foi executado por pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), do Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP) e do Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA), por meio da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC). Os pesquisadores contaram com a supervisão de profissionais da SEJUS e a coordenação dos professores Dra. Celina Amália Ramalho Galvão Lima (LEV), Dr. Walberto Silva dos Santos (LACEP) e Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (NUTRA). O objetivo da iniciativa foi realizar a contagem e recadastramento da população penitenciária em regime fechado e traçar um perfil biossociodemográfico e realizar uma avaliação psicossocial. O projeto teve por base traçar um perfil completo da população penitenciária a partir de três eixos analíticos: a caracterização da história de vida que antecede a condição de privado de liberdade, a vivência do sujeito dentro do sistema e as suas possibilidades de reinserção social pelo trabalho. Para isso, foram abordadas questões como escolaridade, capacitação profissional, estrutura familiar, indicadores de saúde física e mental, etc., visando a caracterizar e compreender a história de vida dos detentos, as vivências destes sujeitos na sociedade, a representação do período de encarceramento e as disposições e possibilidades para a reinserção social mediadas pelo trabalho. É fato que, em meio ao processo de constantes mutações econômicas e sociais do mundo do trabalho, grande parte da população encontra dificuldades no ingresso ao mercado de trabalho ou se sujeito a processos precários de imersão laboral. No que se trata da população encarcerada, essas dificuldades são bem maiores no que diz respeito as possibilidades de reinserção social por meio do trabalho, já que além da precariedade da formação e qualificação, há toda um universo de preconceitos. Há, portanto um processo de vulnerabilização dessa população e fragilização da reinserção na sociedade por meio do trabalho. Daí a necessidade de uma investigação das condições de formação e qualificação profissional, no sentido de guiar práticas que corroborem para a atividade laboral como elemento de reinserção, já que atua como fator fundante e estruturante na vida do sujeito, lhe garantindo subsistência na lógica capitalista e lhe atribuindo uma função na estrutura social. A coleta dos dados foi realizada entre abril de 2013 e abril de 2014 e contou com uma equipe de 40 pessoas entre professores universitários, alunos de graduação e pós-graduação (Psicologia, Ciências Sociais, História, Serviço Social e Direito), equipe de apoio e funcionários da SEJUS. A pesquisa foi realizada em unidades prisionais de todas as Macrorregiões do Estado do Ceará, e foram entrevistados ao total 12.040 homens e mulheres encarcerados em regime fechado, provisório e semi-aberto. Os participantes foram entrevistados individualmente com base em dois questionários estruturados: um básico, para fins de contagem e cadastramento, bem como do perfil biossociodemográfico; e um ampliado, para delinear o perfil psicossocial. No que diz respeito à investigação da situação laboral na pesquisa, obteve-se dados sobre atividades laborais antes da prisão, atividades dentro do sistema penitenciário e planos de trabalho após a saída do encarceramento. Dentre os detentos, 72,7% estavam trabalhando no momento da prisão e nota-se que boa parte da população pesquisada teve vínculos laborais informais (92,1%), o que associado a baixa escolaridade, pode indicar uma alta incidência de vínculos laborais precários. Em relação ao trabalho dentro do sistema, a maioria (85,7%) dos detentos nunca realizou nenhuma atividade laboral dentro do presídio. E, no que se refere a planos de trabalho após a saída, 94,9% responderam afirmativamente. O Censo Penitenciário do Ceará 2013/2014 se constitui como importante e rico material para pesquisas acadêmicas e realização de intervenções, já que ele nos dá a oportunidade de reconhecer nesta população suas deficiências e suas potencialidades e priorizar políticas que trabalhem no resgate destes sujeitos. Em relação, mais especificamente, ao trabalho, o foco do projeto está na não reincidência dessa população carcerária, através da oferta de oportunidades e possibilidades. O trabalho é colocado como mediador principal e fundamental da reinserção desse sujeito na sociedade. Com a pesquisa, temos em mãos dados científicos para buscar recursos e parceiros e redirecionar as políticas penitenciárias do Ceará cada vez mais no sentido e ressocialização e reintegração social. Os dados coletados indicam a necessidade desse redirecionamento e revisão das políticas laborais no sistema. Ressaltamos ainda a importância desses estudos também para a comunidade acadêmica e a política de segurança do Estado.

Conhecendo as organizações públicas na cidade de Parnaíba-PI: levantamento documental nas organizações de Esfera Municipal

Raquel Pereira Belo (Universidade Federal do Piauí), **Darciane Brito Moraes** (Universidade Federal do Piauí), **Andressa Lília Sousa dos Santos** (Universidade Federal do Piauí), **Anísia Sousa Pereira Neta** (Universidade Federal do Piauí), **Flávio Henrique Mendonça do Nascimento** (Universidade Federal do Piauí), **Matheus Barbosa da Rocha** (Universidade Federal do Piauí), **Robinson Souza de França** (Universidade Federal do Piauí)

O trabalho humano assumiu diversas variações no perpassar da história. Surgiu como artifício para amparar aqueles que necessitavam de alimento e proteção, passando a ter importância essencial dentro do contexto de vida das pessoas. Dessa forma, ao andar das modificações do trabalho, surgem as organizações, que para Reis, David, Chagas, Mendonça e Teixeira (2014) são sistemas essenciais nos dias atuais, uma vez que prestam serviços aos interesses da população. Dentro das organizações existem os setores públicos, que segundo Paludo (2010) compreendem as esferas de governo Federal, Estadual e Municipal, que se utilizam da administração pública para tomar diversas decisões em prol da sociedade. Em relação ao modelo de gestão adotado pelas referidas instituições, vale salientar sobre o modelo burocrático, sob a ótica de Souza (2010), que o mesmo é um modelo ajustado para um ambiente relativamente estável de pequenas transformações e previsíveis mudanças. Valendo-se dessa compreensão, é necessário abordar a cultura organizacional, que de acordo com Zavareze (2008), é essencial para o sucesso de uma organização, uma vez que ela é parte comum do processo de administração dos ambientes organizacionais. Frente ao exposto, o presente trabalho buscou conhecer as organizações públicas da esfera Municipal na cidade de Parnaíba-PI, bem como, levantar dados das referidas organizações a respeito dos segmentos, setores, cargos, número de funcionários, estabelecendo conexão com os serviços prestados à cidade. A amostra contou com as organizações públicas parnaibanas da esfera Municipal, a análise foi feita a partir de uma busca documental via pesquisa virtual somada a entrevistas feitas com os responsáveis das organizações escolhidas. Em decorrência do acesso e da disponibilidade das organizações, foram realizadas sete entrevistas em instituições diferentes do contexto Educacional, da Saúde e da Segurança. Com relação a esse estudo, pode-se afirmar que o mesmo seguiu as normas e procedimentos éticos conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. De modo geral, as informações levantadas permitiram evidenciar a presença de 100 organizações no âmbito da Educação, 47 no setor da Saúde e 02 na esfera da Segurança. Dessas, visitou-se três instituições no âmbito da Educação, três no setor da Saúde e uma na esfera da Segurança. Os dados indicaram que os tipos de serviços prestados foram definidos como: educação de ensino infantil, fundamental menor, fundamental maior; saúde (de baixa a alta complexidade), marcação de exames, distribuição de medicamentos e vigilância municipal e patrimonial. Os públicos alvos desses serviços eram: comunidade, pais, alunos do 1º ao 8º ano do Ensino Fundamental, pessoas com transtornos mentais e a população em geral. No que se referem à procura pelos serviços, com exceção da instituição de segurança pública, as outras organizações relataram ter alta procura por parte da população. A solução das demandas ocorre das seguintes formas: dialogadas, acolhimento e encaminhamento para outros serviços. A avaliação por parte da clientela frente aos serviços prestados é relatado (por parte dos funcionários entrevistados) como sendo satisfatória ou então escutada através de assembleias com a população usuária do serviço. Grande parte dos funcionários dessas organizações realizam mais funções do que aquelas nas quais foram designados, sendo isso menos comum naqueles que trabalham em profissões específicas ao setor saúde. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2012), a administração pública tem como finalidade a satisfação do interesse geral dos seus administrados, o que segundo os entrevistados acontece na prática, muitas vezes diferente da maneira desejada. Dessa forma pôde-se concluir que a quantidade de servidores nas organizações visitadas é alocada pelo espaço geográfico do local e pela capacidade de serviços oferecidos, além de também existirem diferentes tipos de ações prestadas para a comunidade e que o público alvo perpassa aos direcionados, levando a constatar que toda a comunidade parnaibana pode vir a ter acesso a essas instituições. Também se constatou que a procura por cada serviço é intensa. Finalmente, percebeu-se que a prestação de serviços disponibilizada para a sociedade vai de acordo com a necessidade da população, no entanto, compreende-se que há necessidade de uma análise mais profunda sobre a temática, no sentido de poder compreendê-la melhor. Dessa forma, espera-se que essa pesquisa possa servir como base para futuras investigações sobre as organizações da esfera Municipal da cidade de Parnaíba-PI, bem como, o modo como os serviços são prestados.

Construção social da naturalização do sofrimento dos trabalhadores rurais atingidos pela construção de hidrelétricas

Carmem Regina Giongo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), **Jussara Maria Rosa Mendes** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Do ponto de vista global, ao longo das últimas décadas, as pressões sobre os ecossistemas aumentaram consideravelmente, os quais vêm se esgotando e ameaçando a capacidade de suporte às atividades humanas. Destarte, os padrões de consumo e de produção vigentes conduzem o planeta a um grande desastre socioambiental. Neste cenário, a hidroeletricidade tem ocupado um lugar de destaque. Diretamente associada ao desenvolvimento econômico, à produção e consumo de bens e serviços e a própria subsistência da população, o tema está em evidência. Milhares de barragens foram construídas em todo o mundo ao longo das últimas décadas afetando significativamente os recursos ambientais e sociais existentes. Pelo menos 19% de toda a energia produzida mundialmente advêm das mais de 45.000 barragens existentes, que comprometeram mais de 60% de todos os rios do planeta. Estima-se que estes empreendimentos tenham sido os responsáveis diretos pelo deslocando de 40 a 80 milhões de pessoas nos últimos anos. Considerando os atingidos indiretos pelos alagamentos, este número pode variar de 400 a 800 milhões, o que representa 10% da população mundial. O Brasil está situado entre os 24 países que produzem 90% de toda a energia disponível no mundo, e é considerado o país com maior potencial hidrelétrico do mundo. O modelo energético nacional assenta-se na fonte hídrica e por isso 79% de toda a energia produzida nacionalmente advêm das mais de 2.000 barragens construídas, que produziram deslocamentos estimados de, no mínimo, um milhão de pessoas. Neste sentido, este estudo trata da problemática da implantação de grandes hidrelétricas no país, na sua articulação com os danos socioambientais, mas também, com os custos humanos derivados deste processo. Objetiva-se, portanto, analisar os elementos constitutivos do discurso de naturalização do sofrimento dos trabalhadores rurais atingidos pela construção da hidrelétrica de Itá-SC, buscando-se compreender as repercussões deste processo na saúde destes trabalhadores. Este estudo será realizado através da triangulação de métodos, caracterizada pela combinação de várias metodologias na exploração de um mesmo fenômeno, possibilitando examiná-lo por diversos ângulos. O foco desta pesquisa será a população que permanece residindo nas comunidades rurais afetadas pelo enchimento do reservatório da hidrelétrica de Itá-SC. O número de participantes será definido conforme técnica de saturação. Com o objetivo de buscar aproximação e compreensão da realidade investigada por este estudo, será utilizada a técnica de observação participante junto as comunidades atingidas, a técnica de entrevista narrativa e a analise documental da legislação vigente sobre o tema no Brasil, dos documentos da empresa responsável pela obra, da Política Energética Nacional e da mídia impressa. Finalizada a coleta dos dados e a análise do material, será organizada a produção de um documentário que contemple a temática deste projeto. Os dados coletados serão analisados através do método de análise de discurso. O estudo encontra-se em andamento, mas os dados preliminares identificados apontam que o discurso favorável à construção das hidrelétricas enquanto discurso portador de esperança objetiva invisibilizar ou naturalizar o sofrimento das populações atingidas, ganhando corpo quando de sua articulação à compensação econômica. Espera-se que os resultados deste estudo possam auxiliar no entendimento de como se constrói socialmente a naturalização do sofrimento de um grupo de pessoas sob a justificativa do desenvolvimento econômico e como esta construção afeta a saúde dos trabalhadores rurais atingidas pelas hidrelétricas.

Contradições no Agronegócio Brasileiro: Modos de Produções Atuais e Relações Precárias de Trabalho

Guilherme Aleixo Sandrin (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), **Cecília Pescatore Alves** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

A problematização que orientou a investigação aqui apresentada se configurou a partir das condições de trabalho vivido por trabalhadores no agronegócio brasileiro e da contraposição entre realidades presentes nesta forma de exploração da terra: De um lado um moderno complexo agroexportador e do outro, condições análogas ao da escravidão. O objetivo geral estipulado foi analisar as políticas públicas referentes às condições do trabalhador rural a partir das contradições existentes no agronegócio brasileiro, e como objetivos específicos buscou-se: identificar como o moderno e prospero setor agroindustrial brasileiro, com seu potencial de acumulação de capital, mascara a realidade de um trabalhador que ainda sofre com uma arcaica relação de trabalho marcado por condições semelhantes a de escravo, assim como outros agravos a dignidade humana que ultrapassam o conceito biomédico de saúde; questionar nas políticas públicas de saúde voltadas para o trabalhador rural, o papel que o estado tem desempenhado no que se refere a implantação de políticas que visam garantir a saúde do trabalhador dentro desse meio; discutir o papel do SUS e um de seus princípios doutrinários que norteiam sua efetivação, o princípio de equidade que tem ligação direta com igualdade e justiça social. O Método utilizado para a investigação se pautou por uma revisão bibliográfica de oito artigos, uma tese e uma dissertação que colocam em questão o modelo hegemônico do agronegócio que tem expandido suas fronteiras. O material de análise foi selecionado a partir das palavras chaves: agronegócio, saúde do trabalhador, políticas públicas e SUS na base de dados LILACS e considerou-se como critério de busca o período de 2009 a 2014. A análise foi elaborada com a discussão das categorias emergentes nos artigos escolhidos: Modelo proposto de agronegócio; uso do agrotóxico; condições dos trabalhadores; relações trabalho/moradia; saúde e trabalho rural; sem opções; políticas públicas em saúde e agronegócio. A leitura do material colhido identificou que, a realidade vivida por muitos trabalhadores que falam em "sobrevivência" e vende sua força de trabalho a esta forma de exploração, deixam de lado sua própria produção por falta de incentivos. Observou-se ainda, a precariedade acentuada nas relações em condições de subcidadania vivida por estes trabalhadores que produzem (soja, carne, etanol), destaque no mercado nacional e internacional, e suas vidas se constituem a margem desse processo perdendo direitos, como o de atenção à saúde em um ambiente marcado por agravos aos diretos à saúde e a condição humana. A análise possibilitou identificar que a contraposição evidenciada entre duas realidades sugere a existência de um grande vácuo entre a modernidade do agronegócio e a realidade vivida pelos trabalhadores desse setor. O pressuposto teórico marxista de que trabalho é condição designada à vida humana e que essa condição cria meios de transformar a natureza e realizar-se como ser humano fundamentou a discussão das categorias citadas acima e a contraposição evidenciada. Foi ainda, analisado o modelo proposto do agronegócio discutindo as transformações que esse impõe nas formas de produção incentivando a monocultura; utilizando o agrotóxico de forma indiscriminada e muitas vezes oferecendo riscos aos trabalhadores que aplicam; e as degradantes condições de moradia e de trabalho. Foram analisadas não somente as condições em que vivem os trabalhadores, mas, também a alimentação oferecida pela empresa; Com relação à saúde e trabalho rural foi traçado um paralelo entre o capitalismo e as condições de trabalho vivido pelos trabalhadores e as formas de exploração; uma categoria "sem opção" foi emergente na recorrente fala dos trabalhadores sobre a sobrevivência no meio rural; e em políticas públicas, em saúde e agronegócio identifica-se que o papel do estado em garantir direitos manifesta a inequidade de ações voltadas para a saúde. O agronegócio cada vez mais tem expandido suas fronteiras agrícolas e modificado as relações de trabalho, de vida e cultura das cidades onde o modelo se tornou hegemônico. Esse tipo de produção não apenas modifica o modo de produzir na agricultura e na pecuária, como produz novos meios de vida, novas relações com a produção, impactos com o meio ambiente e impacto no cotidiano das pessoas que dele precisam.

Cultura organizacional e funcionalismo público: um estudo acerca das representações sociais quanto aos setores do funcionalismo público na cidade de Parnaíba - PI

Wesley Rodrigues da Costa (Universidade Federal do Piauí), **Carinny Lima Leal** (Universidade Federal do Piauí), **Raquel Pereira Belo** (Universidade Federal do Piauí), **Thayla Karen Barros Rocha** (Universidade Federal do Piauí), **Luisa Regina da Silva Teixeira** (Universidade Federal do Piauí), **Flávio Henrique Mendonça do Nascimento** (Universidade Federal do Piauí), **Silmaria Bandeira do Nascimento** (Universidade Federal do Piauí)

O trabalho se configura atualmente como uma importante categoria central de sociabilidade, além de ser uma condição inescapável do ser humano, pois na atividade laboral é que se produz a subsistência. As condições materiais e imateriais que vão subsidiar a vida são fruto da atividade laboral, como afirmam Marx e Engels (2002), ao atribuir ao trabalho o sentido de utilização da habilidade humana de modificação das suas ações em recursos que resultam no preenchimento de suas necessidades. Considerando o trabalho como ambiente no qual o indivíduo permanece produzindo e interagindo durante um longo período de sua vida, não seria inverdade afirmar que é um meio propício para construção e renovação da cultura. Silva e Silva (2006), corroborando com a afirmação anterior, falam que a cultura é toda a produção da humanidade, portanto fruto também do trabalho e sua interação social, e ainda acrescentam sobre especificidade da cultura produzida através do ambiente do trabalho que recebe a titulação de Cultura Organizacional que segundo Freitas (2007) é bem recente nos estudos do mundo do trabalho. Nos estudos de Pires e Macêdo (2006) é possível encontrar relatos que apoiam que há uma reciprocidade de intervenções tanto da Cultura Organizacional quanto da cultura externa, ou seja, a cultura da organização sofre influência assim como também é influenciada pelo contexto cultural fora dos muros das organizações. Ainda segundo os autores as organizações públicas são prestadoras de serviço à sociedade, sendo o surgimento das mesmas, recente no Brasil: na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, tendo uma decaída com o fim de seu governo e uma retomada na década de 1980. Tais estruturas são empresas complexas e dinâmicas que são influenciadas pelos mandatos governamentais se tornando dependentes da situação política do país. Sendo assim, o presente estudo pretendeu identificar, através de um olhar crítico sobre o trabalho e os processos organizativos, como os indivíduos avaliam e representam o campo de trabalho do serviço público, no qual eles mesmos estão ligados, seja no âmbito Municipal, Estadual e Federal, nos setores de Saúde, Educação e Segurança. A Teoria das Representações Sociais, eleita como base para a corrente pesquisa, é definida por Jodelet (1993) como uma forma de conhecimento que é elaborado a partir da sociabilidade, divulgada por intermédio dos indivíduos e concorre para a construção da realidade. O estudo em questão contou com uma amostra de 96 habitantes do município de Parnaíba-PI, escolhida de forma aleatória e dividida entre homens e mulheres, os quais tinham entre 18 e 65 anos, tendo como além destas variáveis o grau de escolaridade. Para a sua realização foram utilizados para aplicação: um questionário sócio-demográfico e como instrumento a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) que teve análise por meio da Técnica de Analise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Todos os entrevistados tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Percebeu-se, por meio da TALP, a forma como os entrevistados representam o serviço de configuração mais ampla e também como essa maneira de pensar sobre o serviço é influenciada por sua cultura organizacional, pois como é levantado por Pires e Macêdo (2006) determinadas características dessa cultura que são o burocracismo, a centralização e o paternalismo, afetam diretamente a maneira como o serviço público funciona e foram apontados como empecilhos e de caráter muito negativo pelos respondentes. Ficou evidente como a forma negativa de se perceber o serviço público afeta a visão do participante no que tange ao que ele mais busca no setor público sendo o setor Saúde o mais lembrado negativamente, demonstrado de maneira mais ampla como o imaginário social representa o tipo de serviço ofertado pelo estado brasileiro, uma vez que revela a descrença nas suas instituições, podendo influenciar o comportamento de outros indivíduos. Tais concepções representativas acabam corroborando com a dinâmica da teoria da Representação Social, que como defende Jodelet (1993) funciona como ponte de influência do comportamento social, sendo construída pelos indivíduos e passando a nortear seus comportamentos e seus pares além de movimentar a realidade na qual esses indivíduos vivem. Na pesquisa, concluiu-se que o serviço público em geral é visto com bastante negatividade e ainda que a repartição mais criticada é também a mais utilizada, provocando indagações sobre outras atividades oferecidas que podem não estar em melhores condições e levantando discussões de como a imagem de serviços públicos reflete na imagem da cidade, do estado e do país e qual o real investimento governamental no assunto.

De uma Típica Vila de Pescadores a um Grande Pólo Turístico: O Impacto dos Processos de Modernização em Canoa Quebrada

Cláudia Ribeiro de Barros Leal (Universidade de Fortaleza)

Este estudo apresenta uma discussão sobre o impacto dos processos de modernização na comunidade tradicional costeira de Canoa Quebrada sob a perspectiva das categorias tempo e espaço. É um estudo de cunho etnográfico cujo objetivo foi analisar a estrutura e funcionamento da comunidade de Canoa Quebrada em suas múltiplas dimensões. Quanto aos objetivos específicos, foram: Compreender as relações entre tempo e espaço no percurso histórico desta comunidade e analisar a dinâmica de trabalho dos seus moradores, a partir destas categorias. Para tanto, situa-se o modo de vida desta comunidade que revela, em sua trajetória, formas de lidar com os impactos da modernização. Este artigo faz parte da pesquisa desenvolvida na disciplina de Prática Integrativa IV, do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). O propósito desta disciplina é a inserção do aluno de Psicologia no universo das Instituições Sociais, assim como proporcionar o conhecimento da pesquisa do tipo etnográfico. A utilização de técnicas de interação, descrição e análise das dinâmicas dos grupos sociais e o levantamento de situações-problema sobre as instituições e organizações sociais são também previstos pela disciplina, com vistas à proposição de soluções com base na integração dos conhecimentos teóricos e práticos. Para este fim, realizou-se prática de observação participante e conversas informais junto aos integrantes de uma organização/Instituição social. Como psicólogos em formação, a proposta de aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento de uma organização social, nos permite perceber como as relações sociais se dão em um determinado contexto. O conceito de organização em autores como Bleger e Kaës é apresentado de forma a estabelecer uma relação entre esta e a instituição. A instituição para Bleger (1991) refere-se ao conjunto das normas, regras e atividades agrupadas em torno dos valores e funções sociais, enquanto organização teria uma disposição hierárquica das funções que geralmente ocorrem no interior de uma área delimitada. Essa definição é complementada por Kaës (1991) ao propor que a organização tem um caráter mais contingente e concreto, dispondo dos meios para atingir os objetivos; estes objetivos, os fins, seriam do domínio da instituição. Para tanto, escolhemos Canoa Quebrada, que configura-se como uma organização, por está em um espaço delimitado, ao mesmo tempo em que apresenta-se com suas atividades agrupadas em torno dos valores e funções sociais. A comunidade está situada no litoral leste do estado do Ceará, no município de Aracati, a 160 km da capital. Canoa Quebrada passa de uma típica vila de pescadores, até meados da década de 1960, para um grande polo turístico que foi se delineando ao longo das últimas quatro décadas. O turismo em Canoa foi delineando a dimensão espaço-temporal da comunidade. No início da década de 70, os visitantes que passavam temporadas em Canoa, se hospedavam nas casas dos pescadores. A transformação de Canoa Quebrada em complexo turístico aborta um processo natural do modo tradicional da comunidade, que vai se manifestar nos problemas hoje enfrentados, decorrentes do processo de modernização. Conclui-se que a imposição de um modelo de desenvolvimento capitalista provoca mudanças nas referências temporais e espaciais destas comunidades, modificando aspectos significativos de sua organização social.

E-Sports e Ciberatletas: uma análise identitária

Lucas Bayde Ribeiro (Universidade Federal do Ceará), **Aluísio Ferreira de Lima** (Universidade Federal do Ceará)

O presente trabalho nasceu de uma inquietação acerca das novas modalidades de prática esportiva que vem surgindo em nossos tempos: os esportes eletrônicos, ou e-sports. Consistem de jogos eletrônicos estabelecidos, praticados por milhões de pessoas ao redor do mundo, que ganharam bastante repercussão pela dimensão que tomou seus recentes campeonatos mundiais. O primeiro questionamento que surgiu quando pensamos ou, geralmente, quando apresentamos o termo é se podemos definir tais práticas como esportes ou não. Para o autor Richard Mandell (1986) o esporte pode ser definido como "toda atividade competitiva do corpo humano regida por uma série de regras estabelecidas para o alcance de objetivos [...] diferenciados dos aspectos essenciais da vida", e toda prática esportiva tem raizes nas práticas culturais da sociedade onde se desenvolve, sendo cercada e organizada por essa cultura, em seu tempo e momento. Entendemos, portanto, que toda prática esportiva é fruto de seu tempo, e se desenvolve e rege segundo o desenrolar das práticas culturais da sociedade que a pratica.

Nesse movimento, observamos a organização de pessoas em torno da prática competitiva desses jogos: os ciberatletas, ou "pro players". Esses jogadores, tal qual praticantes de um esporte tradicional, treinam diariamente e recebem salários e premiações por sua atividade cotidiana, sendo ela profissional ou amadora, ou seja, dependendo ou não eles exclusivamente de tal atividade para sobreviverem. Buscamos, através desse trabalho, entender como se dá concepção de esporte e de prática esportiva para esses indivíduos, e de como a ideia de ser atletas e o reconhecimento deles como atletas pela comunidade dos E-sports que praticam contribuem para seus processos de reconhecimento e subjetivação. Para tanto, selecionamos diversos indivíduos praticantes de esportes eletrônicos e, como referencial teórico para análise, utilizaremos a perspectiva da Psicologia Social Crítica, como desenvolvido desde a década de 1970 por Sílvia Lane, dando enfoque, mais precisamente, às contribuições de Antonio da Costa Ciampa acerca das pesquisas sobre identidade metamorfose. Isso significa que tomamos o conceito de identidade como central na análise das ligações feitas entre os construtos nesse desenvolvimento, e como perspectiva base para a análise de narrativas das entrevistas de história de vida feitas com os praticantes. Entendemos identidade, nessa pesquisa, como uma ininterrupta construção e reconstrução do ser de acordo com suas vivências, visão antagônica à ideia de se pensar categorias “naturais” e estáticas, invariavelmente associadas a indivíduos por interesses sociais e econômicos. Identidade seria, então, a representação de si mesmo em diferentes personagens, em uma constante e repetida metamorfose, onde essas diferentes personagens se sobrepõem umas às outras, e se constituem nesse processo dual. Entender como se dá a "construção de si" desasas pessoas nos engrandecerá e expandirá nossa prática como psicólogos do esporte, além de ser um material interessante para estudo e pesquisa de quem tiver interesse em trabalhar com tal público. Trazer essa elaboração para discussão no congresso da ABRAPSO será de fundamental importância para o desenvolvimento de nossos projetos, sobretudo para o desenvolvimento do TCC do autor, e esperamos que nos traga bons frutos em discussões com colegas psicólogos e formandos em psicologia, a fim de fomentar novas inquietações e ideias de caminhos a serem seguidos e explorados.

Empreendedorismo de si: o novo Homo Oeconomicus- Discussões sobre trabalho, subjetividade e clínica

Valmir Dorn Vasconcelos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Fernanda Spanier Amador (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Oikos do grego pode significar casa, lugar que era a menor unidade produtiva composta por crianças, mulheres e trabalhadores escravos ou não. Gerir um Oikos exigiria então que fosse necessário duas coisas: administrar seus recursos financeiros para fim de manutenção de sua vida, bem como normatizar, criar regras e leis que se referem as condutas dos escravos, familiares e trabalhadores e pessoas que vivem dentro dessa unidade. Começamos a ver aí as duas coisas que pressupõe o pensamento Econômico: Administrar os recursos, mas também governar a vida. A experiência do escutar geralmente nos leva a perceber repetições, repetições discursivas que dizem de algo de coletivos e que falam de uma formação subjetiva específica dos sujeitos. Dentro dessas repetições do discurso, há os que repetem para falar de si e da sua vida, conceitos como networking, competências, proatividade, empreendedorismo; inclusive aqueles que avaliam sua vida a partir de critérios mercadológicos como custo, benefício e desenvolvimento ótimo como se fosse uma empresa. Palavras e discursos que dizem de um agenciamento coletivo de enunciações, produções subjetivas daqueles que compartilham o espaço e produzem juntos novos tipos de subjetividade, uma subjetividade marcada pela arte liberal de governar, que dá condições de possibilidade de se perguntar: Que sujeito econômico é esse? Que práticas e saberes são esses que validam e produzem esse Homo Oeconomicus? Esse trabalho faz parte de meu TCC e tem como propósito ressignificar e discutir experiências de escuta e prática profissional inserido em um serviço público de assistência saúde do trabalhador em um contexto de "restruturação produtiva", precarização e reflexos de uma subjetividade de governo neoliberal. Tomo como base a produção conceitual que vem sido feita pelo N-PistasNúcleo de Estudo Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise (s) coordenado pela Prof. Fernanda Spanier Amador; que toma a interface os trabalhos da Clínica da Atividade de e Ergologia aliado aos pensadores pós-estruturalistas, tendo como um dos objetivos pensar uma dimensão Critico Clínica do Trabalho. Esse trabalho propõe uma aproximação aos estudos genealógicos de Michel Focault que tentam demarcar através de jogos de verdade e produção de saber, discursos imbricados em relações de poder produtores de determinados modos de enxergar a natureza humana, modos de particulares formações de subjetividade, de maneiras particulares de pensar a política (Foucault 2008) a exemplo do louco, do preso, do escravo. Se supomos determinados tipos de sujeitos e modos de habitar o mundo são produzidos a partir dos regimes de veridificação e jogos de forças, podemos ver nesses saberes disciplinares a exemplo dos estudos Cognitivos da Tomada de Decisão dos Economistas na década de 70, na concepção Qualidade de Vida; na literatura da autoajuda e dos Coachs, nos discursos institucionais das gestões de pessoas e inclusive nas medidas socio-educativas (Raniere, 2014 P.68); produções que convergem para o Empreendedorismo como caminho a ser seguido. São discursos e direções para uma racionalidade que valida um habitar sujeitos-empresa, entre outras palavras o novo Homo Oeconomicus(FOUCAULT,2008), aquele que vai Empreender a si mesmo. A lógica do Empreendedorismo já foi defendida por Leandro Karnal (2012) como uma reatualização da teologia onde o pecado se volta para aquele que empreende mal, pois é culpa do indivíduo que não prosperou. Há também os que digam que é algo diferente, quase como se fosse um algoritmo utilizado para resolver quase todos os problemas do mundo, empreendedorismo vem em substituição a culpa judaíco-cristã, pois não se trata da concepção de pecado de algo passado, mas um investimento de si agenciado por uma concepção de futuro incerto, que faz funcionar lógica da concorrência do mercado no âmbito do seu cotidiano. Como um indivíduo se torna uma empresa? A partir dessa perguntas norteadora pretendo tomar o conceito do Novo Homo Oeconomicus para discutir os novos arranjos do trabalho contemporâneo e suas implicações na gestão e experiência do trabalho; analisar fragmentos de historias do trabalhadores a partir da experiência como estagiário de psicologia na equipe de Saúde do Trabalhador e pensar junto com os debatedores Afirmações/Argumentações na direção de um olhar crítico clínico do trabalho buscando uma leitura problematizadora, acontecimentalizadora com o trabalhador pensando em singularidades e linhas de fugas possíveis. Tendo em vista que meu escrito busca abordar a interface entre Trabalho, Subjetividade, Clínica, proponho trazer meu estudo nos Grupos de Trabalho: GT 24 PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: OLHARES CRÍTICOS SOBRE O TRABALHO E OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS e GT-23 TRABALHO NA PERSPECTIVA CRÍTICA II e GT 13 – PODER, RESISTÊNCIA E TERRITÓRIO EM CONFLITOS SOCIAIS: UM DEBATE TEÓRICO E METODOLÓGICO

Referências:

FOUCAULT, M. (2008). O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.

KARNAL, L. (2012) Os velhos e os novos pecados (vídeo) IN: Café Filosófico CPFL. TV CULTURA. Disponível em http://www.cpflcultura.com.br/2012/09/21/os-velhos-e-os-novospecados-leandro-karnal/

RANIERE, E. (2014) A Invenção das Medidas Socioeducativas..Porto Alegre, UFRGS. Tese.

(Doutorado em Psicologia Social). Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/87585

Estudos brasileiros sobre regulação emocional em contextos de trabalho

Thamires Cardoso Braga de Oliveira (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), **Síria Ferreira de Santana** (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), **Fabíola Marinho Costa** (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), **Anne Gabrielle Souza de Cristo** (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), **Roberval Passos de Oliveira** (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

A regulação emocional pode ser definida como uma tentativa consciente ou inconsciente de lidar com as emoções, indicando quando e o modo como elas serão sentidas e expressas. Esse processo é responsável pelo manejo das emoções para que o indivíduo se adapte melhor ao ambiente em que se encontra, sendo fundamental na vida social. O estudo da regulação emocional possibilita compreender determinados comportamentos diante de situações enfrentadas em diferentes contextos, a exemplo do trabalho. Esse contexto pode se configurar como um ambiente de cobranças e adaptação a determinadas normas, no qual os processos emocionais interferem na qualidade das relações no trabalho. Distintas expressões emocionais podem ser demandadas em função da natureza da ocupação ou profissão da pessoa, assim como podem ser exigidas pela organização empregadora, embora as vivências emocionais dos trabalhadores nem sempre correspondem a essas exigências. Nesse sentido, estudos sobre regulação emocional no trabalho são considerados relevantes, pois produzem conhecimentos que podem fundamentar discussões acerca de estados emocionais relacionados ao trabalho, das estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores para lidar com as emoções e os possíveis impactos na saúde e no bem estar dos mesmos. O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção científica publicada no formato de artigo, no Brasil, sobre a regulação emocional em contextos de trabalho. Análises como essa ampliam o conhecimento de como o cenário atual dos ambientes laborais está influenciando a forma como os trabalhadores lidam e experienciam suas emoções diante das exigências organizacionais. Ademais, a revisão desses estudos possibilita conhecer o desenvolvimento da pesquisa nacional acerca da regulação emocional no trabalho, permitindo a identificação dos avanços e das possíveis limitações dos estudos já realizados. Para a realização do estudo, foram feitas buscas nas bases de dados PePSIC e SciELO, por artigos com pelo menos uma das palavras-chave: regulação emocional; regulação de emoção; regulação de emoções; autocontrole; autorregulação; controle emocional. Todos os artigos encontrados nas bases de dados foram reunidos a fim de identificar aqueles que tratavam da regulação emocional no trabalho. Ao final, foram relacionados oito artigos, sendo que, dentre eles, alguns identificavam a regulação emocional como parte integrante de outros processos. Nessa perspectiva, observou-se que a regulação emocional também pode ser estudada como um dos quatro níveis da inteligência emocional, que é um tipo de inteligência relacionada ao processamento cognitivo de informações emocionais, assim como pode ser estudada como um dos sete processos da resiliência, que é definida como a habilidade de superar as adversidades. Os artigos relataram pesquisas com diferentes populações de estudo: trabalhadores de empresas privadas, enfermeiros, juízes, servidores públicos, guardas municipais. Nos estudos, o processo de regulação das emoções está, por vezes, relacionado às relações laborais, ao desempenho do trabalhador na organização, à estabilidade no emprego, ao suporte do ambiente de trabalho. Enfatiza-se, ainda, que a habilidade de lidar com as emoções é uma importante característica para o trabalhador, que tem como função defender o sujeito de situações indesejáveis, evitar sofrimentos, manter situações agradáveis, apresentando-se, portanto, como um fator de proteção diante do estresse e do adoecimento decorrentes do contexto laboral. Por outro lado, as dificuldades em regular as emoções podem acarretar problemas que interferem diretamente na qualidade de vida e nas relações dos trabalhadores. Verifica-se, ainda, que há uma reduzida produção de conhecimento científico, publicado em periódicos brasileiros, sobre a regulação emocional em contextos de trabalho, embora haja um crescimento de estudos sobre as emoções e seu manejo em ambientes de trabalho em função de sua relevância para a compreensão das formas como os trabalhadores vivenciam suas experiências laborais e do impacto das mesmas no bem estar individual e coletivo.

Imigrantes latino-americanos no Brasil: um estudo de caso a partir da perspectiva da Psicologia Social

Maria Manuela da Costa Manaia (Universidade de São Paulo)

Os processos migratórios estão intimamente relacionados com a história da humanidade. As migrações são motivadas por diferentes questões: econômicas, políticas, sociais, crises ambientais e guerras. Atualmente, os processos imigratórios têm se tornado muito frequentes e, devido à sua relevância social, diversas áreas do conhecimento, como Antropologia, Economia, Ciências da Religião, Sociologia, Demografia, Direito e a Psicologia, têm estudado questões relacionadas a esse tema. No Brasil, o número de imigrantes voltou a crescer a partir da década de 1980 em decorrência da melhora em relação à economia nacional. Atualmente, a economia brasileira volta a passar por um baixo desempenho, mas a imigração de latino-americanos continua sendo intensa. De acordo com dados do Ministério da Justiça brasileiro de 2012, existem pelo menos 1,5 milhão de estrangeiros vivendo no país de maneira legalizada, isso sem contar os imigrantes ilegais, que, segundo estimativa, só na capital paulista, são mais de 185 mil pessoas. No presente, o principal fluxo imigratório no Brasil é de latino-americanos. Os fluxos migratórios podem ser motivados por diferentes questões: econômicas, políticas, sociais, crises ambientais, guerras, perseguições religiosas, entre outras. Pelo fato das motivações para as imigrações serem distintas, não pode haver uma generalização, pois existem diferentes categorias de imigrantes, tais como refugiados, ilegais, menores não acompanhados, laborais, primeira geração e descendentes, diferentes gêneros e idades. Entretanto, um dos principais motivos para a imigração é a busca por trabalho. No Brasil, os imigrantes que chegam em busca de trabalho podem ser divididos em dois grandes grupos: o imigrante altamente qualificado e o imigrante com baixa qualificação, o que nos leva a refletir sobre as questões sociais que envolvem os processos migratórios. Para uma compreensão mais elaborada desses processos não se pode negligenciar que as migrações não são apenas pessoas atravessando fronteiras, é necessário estar atendo também às questões culturais, sociais e econômicas que envolvem esses países. Sendo assim, a perspectiva da Psicologia Social pode contribuir para um melhor entendimento sobre a imigração, pelo fato que leva em consideração a relação dialética entre indivíduo e sociedade. Aqui, apresenta-se as reflexões que guiam um estudo cujo objetivo principal é buscar melhor compreender, a partir da metodologia de História de Vida, como o imigrante percebe a sua inserção na sociedade brasileira e o papel que o trabalho teve no seu processo migratório. A utilização da metodologia da História de Vida permite que o pesquisador tenha uma compreensão mais aprofundada e subjetiva sobre os fatos, além disso, o entrevistado tem a oportunidade de rememorar e muitas vezes, resignificar sua própria história. Esta pesquisa é referente a um projeto de pesquisa de mestrado ainda em andamento, no qual se pretende entrevistar imigrantes latino-americanos, homens e mulheres, que trabalhem ou tenham trabalhado no Brasil, e que estejam residindo no país há, no máximo, dez anos. Com essa pesquisa, busca-se colocar o foco sobre a dimensão do trabalho nos processos migratórios e, assim, espera-se contribuir para o estudo desse tema, com dados que possam complementar outros trabalhos já realizados. Este trabalho se relaciona com o eixo temático Psicologia Social e Trabalho, justamente por estudar uma dimensão do trabalho pouco focalizada pela Psicologia Social e do Trabalho até o momento, mas que tem tido relevância cada vez maior na atualidade do nosso pais: imigrantes em busca de trabalho.

Impacto das redes de relações no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Ceará

Juliana Brito Cavalcante (Universidade de Fortaleza)

Introdução: As redes sociais de apoio mostram um caráter relevante no modo de condução do trabalho, impactando no funcionamento do sistema de trabalho e podendo influenciar o processo saúde-doença dos profissionais envolvidos. A carência de discussões e estudos em torno do SAMU, especialmente quanto aos recursos humanos da saúde que trabalham com atividades dessa natureza, como as urgências, oportunizam o desenvolvimento do presente estudo. As redes sociais são sistemas complexos compostos por agentes que estabelecem diversos tipos de relações. Na atualidade, as redes sociais estão em evidência, principalmente em vista do avanço tecnológico que permitiu a expansão dos grupos e das relações entre atores em diferentes territórios geográficos. Assim conceituadas, as redes sociais e as metodologias para sua análise têm povoado a literatura sobre o desenvolvimento social. Para os profissionais que trabalham em Atendimento Pré-hospitalar, a atuação relacionada ao inesperado é cotidiana, pois raramente os trabalhadores sabem o tipo de atendimento que irão prestar ou as características do local e dos agentes que poderão interferir no atendimento prestado. Outros aspectos devem ser destacados, como a violência urbana, necessidade da tomada rápida de decisões, a exposição a condições estressantes e os níveis elevados de ansiedade Objetivo: Identificar e analisar a influência das redes sociais sobre o trabalho realizado no SAMU Ceará. Orientação teórica: Para Borgatti, Mehra, Brass e Labianca com foco sobre os estudos acerca das redes tem sido a consequência ou taxa de retorno das relações. Psicodinâmica do trabalho. Método: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratório-descritiva sobre as redes de relações construídas no SAMU Ceará. O campo empírico da pesquisa é o SAMU Ceará, base Eusébio. Foram entrevistados 3 colaboradores acerca das relações sociais construídas, durante o período de Fevereiro de 2015. O primeiro instrumento reúne informações sócio demográficas e funcionais dos participantes, tais como sexo, idade, escolaridade, estado civil, cargo, tempo de serviço e regime. O segundo instrumento, a entrevista, tem por objetivo determinar a rede de relações e seu impacto sobre o trabalho e bem-estar dos profissionais. O trabalho tem aprovação pelo comitê de Ética da UNIFOR (parecernº715.719), obedecendo aos preceitos éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Para análise dos dados foi utilizado a categorização através de Bardin. Resultados e Conclusões: As categorias emergentes configuram-se em três blocos: relações positivas, relações negativas e aspectos administrativos. No bloco relações positivas foram salientados questões como a empatia e bom relacionamento como fator motivacional para a execução do trabalho, aliado à opção pela escolha pela equipe plantonista. Como relações negativas foi citado a falta de compromisso e inabilidade de outros colaboradores, divisão de equipe entre as formas de contratação- servidores e cooperados, como fator gerador e inquietante para a execução ocupacional. Os aspectos administrativos, comtemplavam a estrutura organizacional e material do serviço, sendo relatado como principal variável a falta de material para atendimento e manutenção das ambulâncias. É um desafio buscar compreender como as relações e redes sociais são construídas no ambiente de trabalho, apoiadas nas teias de significados e entendimento de trocas, objetivando o funcionamento do serviço. O estudo das condições de trabalho das equipes do SAMU e suas relações com os equipamentos de saúde pode contribuir para subsidiar políticas públicas relacionadas às condições e organização do trabalho do atendimento de emergências médicas.

O significado do trabalho para os graduandos de psicologia

Silvia Fernandes do Vale (Universidade de Fortaleza), **Melissa Cordeiro Torres Galindo** (Universidade de Fortaleza), **Roberta da Silva** (Universidade de Fortaleza), **Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel** (Universidade de Fortaleza), **Marcizo Veimar Cordeiro Viana Filho** (Universidade de Fortaleza)

O trabalho sempre assumiu um valor na vida das pessoas. Independente das diferentes características que cada um lhe atribui, quanto à obrigatoriedade, à relevância, à obrigação social, etc. (KILIMNIK, NETO, SANTOS, MALTA, SANTOS, 2015). De acordo com Codo (1997), o trabalho pode ser analisado como uma dupla transformação entre o sujeito (homem) e o objeto (natureza), geradora de significado. É, para a maioria das pessoas, o único meio de obter recurso materiais e imateriais necessários para se relacionar em sociedade (BETIOL, 2006). Afinal, é por meio do trabalho que o indivíduo é inserido na organização, compartilha crenças, valores e hábitos, definindo assim, a sua identidade (FERNANDES; ZANELLI, 2006). A variedade das tarefas, identidade do trabalho, significado do trabalho, autonomia e feedback podem modificar o estado psicológico do trabalhador, transformando o sentido que ele atribui ao trabalho, o que pode provocar forte motivação, alto desempenho e satisfação (Hackman & Oldham, 1976). Pesquisas apontam que, a maioria das pessoas continuaria trabalhando, mesmo se possuíssem dinheiro suficiente para viver confortavelmente o resto da vida, sem que precisassem trabalhar. Esse resultado decorre, entre outras razões, do fato de que o trabalho possibilita relacionamento com outras pessoas; sentimento de vinculação; ter algo para fazer e ter objetivos na vida (MORIN, 2001; SAWITZKI et al., 2012). De acordo com Tolfo e Piccinini (2007) o significado do trabalho refere-se às representações que o sujeito tem de sua atividade, assim como o valor que ele atribui a sua profissão. Desde 1980, os estudos sobre o significado trabalho vêm avançando, mostrando subjetivamente o que o trabalho representa para cada individuo. Merece destaque pesquisas desenvolvidas por Morin, Tonelli e Pliopas (2007) os quais apresentam três dimensões para o trabalho: dimensão individual (sentido que o trabalho assume para a própria pessoa), dimensão organizacional (sentido que pode ser encontrado na relação da pessoa com a organização) e dimensão social (sentido que pode ser encontrado na relação da pessoa com a sociedade). O início da relação do jovem universitário com o trabalho é uma questão relevante e que merece atenção. Em função disso, a presente pesquisa teve como objetivo investigar qual o significado do trabalho para jovens universitários de uma IES particular da cidade de Fortaleza – CE. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida na Universidade de Fortaleza. A coleta de dados ocorreu em 2014, por meio de entrevista com uma pergunta disparadora (O que representa o trabalho você?), com 12 graduandos do curso de psicologia que frequentavam o curso de "Introdução aos estudos sobre o mundo do trabalho", realizado na referida Universidade. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, a partir das três dimensões do trabalho apresentadas Morin, Tonelli e Pliopas (2007). Os resultados das análises mostram que na dimensão individual, os graduandos relatam que o trabalho contribui para sua satisfação pessoal, independência e sobrevivência, crescimento e aprendizagem, bem como da identidade, visto que, “compõe a personalidade do sujeito”, “atribui significado de existência de homem”, “possibilita o indivíduo a construir sua identidade pessoal e social”. Na dimensão organizacional, os futuros psicólogos destacam os elementos utilidade e relacionamento, a partir concepção de trabalho como “meio de interagir com a sociedade”, “forma de sobreviver no mundo”, pois o trabalho “gera reconhecimento para o individuo” e “produz resultados (positivos e negativos)”. De acordo com a dimensão social, o elemento inserção social e contribuição social encontram-se na fala dos graduandos, pois os entrevistados enxergam o trabalho como uma contribuição para sociedade, uma vez que, “gera benefícios para sociedade e para o próprio sujeito” e também acreditam que o trabalho é um meio de inserção social, visto que ele “produz realização e reconhecimento social”. Um dos principais significados atribuídos ao trabalho pelos entrevistados consiste em proporcionar a realização pessoal e social, e a possibilidade de construir sua identidade. Entender como os graduandos significam o trabalho é de fundamental importância para compreender o comportamento desses futuros profissionais, bem como contribuir para aprimorar políticas de gestão das organizações.

O trabalho em saúde na atenção primária: refletindo sobre os processos de trabalho e o lugar do sujeito em psicologia

Camilla Araujo Lopes Vieira (Universidade Federal do Ceará)

Este relato é resultado das experiências vividas em uma equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da

Família (NASF), na cidade de Sobral, durante a disciplina de estágio curricular em Processos

Clínicos e Atenção à Saúde do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará/ Campus Sobral, realizado semanalmente no período de março a junho de 2015. O relato é produto dos diálogos construídos durante o acompanhamento tutorial e durante os espaços destinados às orientações sobre situações vivenciadas no cotidiano do trabalho nos territórios. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar reflexões em torno de temáticas que provocam impactos no trabalho dos profissionais, tais como a burocratização do trabalho em saúde e a violência familiar e social grande geradora das demandas em saúde , elementos que puderam ser percebidos em campo ao longo do período de estágio. No tocante à burocratização, realizou-se uma breve reflexão acerca dos impactos negativos no trabalho do profissional, deixados pela exigência de produtividade em detrimento de maior qualificação profissional dos trabalhadores, constatando, através dos relatos e desabafos dos profissionais, os níveis de insatisfação provocada pela ausência de espaço para discutir e elaborar trabalhos teóricos acerca de sua práxis. Deste modo, pouco a pouco pode-se perceber a ruptura das identificações com o ambiente de trabalho chegando a provocar o abandono do serviço em busca de outras oportunidades, deixando-se assim entrever, a dificuldade de permanência dos profissionais e o esgarçamento da idéia de vínculo entre os profissionais e a comunidade, fortemente veiculada e propagada pelo SUS. Com relação à violência, foi possível observar que é elemento predominante nas queixas que levam os sujeitos a buscar o contato inicial com a psicologia no serviço, sobretudo, as questões em torno das drogas e as mortes violentas realizadas pelo tráfico. Essa realidade reverbera também em impactos na organização do trabalho das equipes. A construção do trabalho se deu a partir da elaboração de ligações possíveis entre a teoria e as discussões, antes vistas apenas em sala de aula, e as experiências colhidas durante o estágio, representadas aqui por fragmentos resultantes da participação em grupo de gestantes e por meio da utilização de trechos de um dos casos acompanhados pela equipe em um dos territórios. O estágio possibilitou o surgimento de diversas questões em torno dos caminhos da psicologia dentro da Atenção Primária à Saúde (APS) nos levando a refletir também acerca dos impactos que podem ser gerados sobre os sujeitos atendidos a partir do discurso costumeiramente veiculado, como as falas de uma profissional vistas pela estagiária durante um grupo de gestantes, construídas nos sentido de repreender os gritos de dor das mulheres e a tentativa de expor um modo específico para que o corpo reaja diante da dor do parto. As situações trazidas pela prática durante o estágio, sobretudo com o acompanhamento dos casos que surgiam nos territórios cobertos pela equipe, nos foram úteis no sentido de obtermos material a fim de tecer relevantes considerações em torno da importância de ouvir o que o próprio sujeito pode falar acerca de seu sofrimento e, assim, construir como co-participante, seu projeto terapêutico permitindo, deste modo, a construção de uma postura que direcione maior atenção ao que o usuário tem a dizer sobre sua situação. A experiência como estagiária no Núcleo de Apoio à Saúde da Família proporcionou, através do contato com a prática, a possibilidade de fazer novas leituras acerca da realidade apresentada, oportunizando outros modos de lidar com as situações que se impõem utilizando meios, ainda que pequenos (tais como a participação nos compartilhamentos de caso e a contribuição com idéias pensadas junto à orientadora nos espaços de supervisão), não menos importantes, a fim de repensar concepções arraigadas e auxiliar na consideração da relevância do usuário para o serviço, levando em consideração também a importância de circulação da palavra nos espaços de saúde pelos profissionais.

Prolongamento da Juventude Entre os Estudantes do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará

Valeria Yanela Pablo Lopez (Universidade Federal do Ceará), **Raquel Nascimento Coelho** (Universidade Federal do Ceará), **Ravi Moreira Lima de Castro** (Universidade Federal do Ceará), **Luana Filgueiras Rabelo** (Universidade Federal do Ceará)

De acordo com Bárbara (1999), o mundo do trabalho vem sofrendo transformações drásticas desde o advento do modo de produção Toyotista, tais como a diminuição dos postos de trabalho, a precarização das formas de trabalho, a intensificação das jornadas de trabalho e a polivalência dos funcionários. Essas condições inóspitas, muitas vezes, acabam adoecendo psiquicamente o trabalhador de forma silenciosa. A autora ressalta o papel da mídia, que difunde, cada vez mais, um discurso midiático culpabilizando o desempregado, argumentando que aqueles que se encontram sem trabalho só o estão devido à sua baixa qualificação, e não à ausência de postos de trabalho, concernente às transformações laborais supramencionadas. Diante disso, percebe-se que os jovens vêm tomando alternativas para lidar com suas dificuldades de inserção laboral. Entre essas estratégias adotadas, o fenômeno do prolongamento da juventude se apresenta como bastante relevante. Tal fenômeno tem entre suas características o adiamento da transição à vida adulta, que pode ocorrer, entre outros fatores, pela permanência ou extensão da vida estudantil (COELHO, 2013).É dentro dessa lógica de uma educação continuada que podemos compreender o contexto da escolha da pós-graduação como um caminho escolhido pelo trabalhador (BARBARA, 1999). Por este motivo, a busca por uma graduação vem sendo cada vez mais frequente entre os jovens, assim como o interesse em dar continuidade aos estudos com os cursos de pós-graduação. Diante disso, o objetivo desta investigação foi estudar a relação entre a escolha da pós-graduação e o fenômeno do prolongamento da juventude entre os estudantes do mestrado em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ressalta-se que este estudo foi construído em duas etapas, sendo a primeira de caráter quantitativo e a segunda, qualitativo. Posto isto, o presente trabalho se propõe a apresentar a primeira etapa da investigação. Utilizouse como instrumento de investigação um questionário estruturado que foi aplicado a 49 estudantes do mestrado em Psicologia, o que corresponde a 84,5% do total de discentes regulares no mestrado acadêmico. O questionário aplicado consistiu em 14 perguntas e, entre essas, algumas eram objetivas, dispondo de um ou mais itens possíveis de serem marcados. As questões dissertativas dispunham de linhas para que o voluntário discorresse sobre o que foi perguntado, sem limite de extensão. Em um segundo momento, realizou-se um levantamento dos perfis socioeconômicos desses estudantes para que se pudesse caracterizar o grupo da pesquisa. Tal instrumento viabilizou a realização da segunda etapa da pesquisa – não apresentada neste trabalho – através da identificação e seleção dos discentes com perfis que mostravam alguma relação mais direta com o prolongamento da juventude. Vale ressaltar que, para alcançar os objetivos da presente etapa, foi realizada uma análise dos dados com o auxílio do software SPSS e, posteriormente, procuraram-se as relações relevantes entre as respostas dos estudantes e os fatores diretos que, segundo Coelho (2012), caracterizam o fenômeno do prolongamento da juventude. Na análise das questões dissertativas foi utilizada a análise do discurso segundo Bardin (1977). No que concerne à parte legal do procedimento de pesquisa com humanos na área da saúde, esse trabalho foi submetido e aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal do Ceará com o CAAE 42487614.8.0000.5054, seguindo todas as suas exigências éticas. Obteve-se como resultados uma compreensão ampla do prolongamento da juventude e de suas múltiplas configurações. Pode-se afirmar que esse fenômeno consiste em uma realidade psicossocial, uma vez que é interpretado com representações subjetivas, individuais e, simultaneamente, apresentase atrelado à permissão social à extensão da juventude, uma condição que, por sua vez, é característica da conjuntura histórica, econômica e social atual. Logo, a escolha pelo mestrado pode se apresentar como uma alternativa ao insucesso na inserção laboral satisfatória ou como o caminho à possibilidade de uma melhor inserção laboral no futuro, ambas representando uma permanência mais prolongada na condição juvenil.

Relações entre afetos no trabalho e a saúde do trabalhador na produção científica brasileira

Síria Ferreira de Santana (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), **Thamires Cardoso Braga de Oliveira** (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), **Fabíola Marinho Costa** (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), **Anne Gabrielle Souza de Cristo** (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), **Roberval Passos de Oliveira** (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Afeto é considerado o elemento básico da afetividade humana, que integra emoções, estados de humor e sentimentos. Os seres humanos vivenciam afetos nos mais variados contextos em que estão inseridos, a exemplo do ambiente de trabalho, o que pode influenciar positivamente, potencializando a saúde, ou negativamente, comprometendo a saúde. O objetivo do presente estudo é descrever as relações entre os afetos no trabalho e a saúde do trabalhador estabelecidas na produção científica brasileira. Foram reunidos estudos nacionais, em formato de artigo científico e publicados em periódicos indexados, disponíveis nas bases de dados SciELO e/ou PePSIC, das áreas de Psicologia e Administração, e publicados nos anos de 2012, 2013 e 2014. Após análise dos critérios de inclusão dos artigos, foram identificados 71 artigos que tratavam de afetos no trabalho relacionados à saúde do trabalhador, abordando os seguintes conceitos/teorias: afeto, bem-estar, burnout, comprometimento organizacional, estresse, satisfação, teoria dos cinco grandes fatores, prazer e sofrimento. Para a compreensão das relações entre os afetos no trabalho e a saúde foram construídos mapas cognitivos, compreendidos como ferramentas reflexivas que buscam explicitar conceitos e ideias. Os mapas construídos permitiram uma visão rápida do conjunto de ideias que norteiam as relações entre afetos, trabalho e saúde nos artigos analisados. Percebe-se uma tendência ao estudo de vivências afetivas que podem ser consideradas negativas, assim como, dos impactos negativos dessas vivências na saúde do trabalhador. Nos últimos anos, houve um aumento considerável de estudos sobre a relação trabalho-saúde, o que levou a consolidação de um campo de estudos e intervenção de natureza multidisciplinar. Esse campo de estudos tem grande importância na compreensão tanto de aspectos envolvidos no sofrimento, quanto no que se refere às questões de saúde/adoecimento e qualidade de vida. Dentre os estudos, destacam-se as transformações na configuração e na dinâmica do mundo do trabalho que envolvem: processos de globalização; competitividade; reestruturação produtiva; crise estrutural do capital; adoção de novas tecnologias e métodos; perda do sentimento de coletividade; intensificação e precarização do labor. Essas transformações, ao longo dos anos, têm tornado o ambiente de trabalho um lugar não propiciador de satisfação e acarretam grandes prejuízos aos trabalhadores, com influências diretas à saúde mental. Nesse sentido, a realidade do mundo do trabalho moderno tem gerado insatisfações, angústia, sofrimento, dor, infelicidade e variadas manifestações psicopatológicas nos trabalhadores. Em muitos estudos, a organização do trabalho é apontada como decisiva para o equilíbrio psíquico do trabalhador. Nos call centers, por exemplo, a organização do trabalho é rígida, com intenso controle e monitoramento dos serviços, ausência de autonomia e pressão crescente por produtividade e metas. Essa situação agrava problemas de saúde, além de prejudicar o desempenho do trabalhador em função do estresse gerado. Organizações inflexíveis não deixam espaço para o trabalhador adaptar a atividade às suas necessidades psíquicas e corporais, gerando tensão e desprazer. Além da organização do trabalho, as condições (pressões físicas, químicas e biológicas) nas quais o trabalho é realizado podem ser prejudiciais. As condições de trabalho, nos estudos, são relacionadas a: desgaste, envelhecimento, doenças somáticas, acidentes de trabalho, e absenteísmo. Ademais, as relações de trabalho também podem estar relacionadas às vivências afetivas do trabalhador e, consequentemente, sua saúde. Estudos defendem que o convívio com os próprios colegas de trabalho tem sido relacionado ao aumento dos níveis de estresse. Diante do exposto, percebe-se que, de acordo com os estudos analisados, a organização do trabalho, as condições de trabalho e as relações de trabalho exercem um papel essencial para as vivências afetivas e, por conseguinte, para a saúde dos trabalhadores. O trabalho, portanto, aparece como mediador do processo saúdedoença, constituindo-se, por um lado, como fonte de prazer ao possibilitar realização e construção da identidade e, por outro lado, apresentando aspectos desencadeadores do sofrimento, principalmente, quando não promove reconhecimento do trabalho ou quando é impossibilitada qualquer forma de investimento afetivo. Muitos estudos afirmam que vivências afetivas no trabalho podem estar relacionadas a um adoecimento físico, assim como a distúrbios psicológicos. Por outro lado, as vivências afetivas no trabalho não levam somente ao sofrimento e ao adoecimento e podem levar o trabalhador ao prazer e à satisfação. Enfim, a análise dessa produção científica sobre afetos no trabalho permite concluir que é preciso que as organizações atentem para as condições a que o trabalhador se submete e se preocupem em oferecer maior qualidade de vida no trabalho, com vistas a proporcionar maior bem-estar e saúde, o que gerará impactos para o trabalhador, para a organização e para sociedade em geral.

Repensando o trabalho junto ás mulheres: Uma experiência em extensão.

Gabrielly Araujo Campos (Pontíficia Universidade Cotólica de Minas Gerais)

Sabemos que o homem, por meio do seu trabalho, cria sua identidade e adquire seu lugar no meio social. Na medida em que há um crescimento das atividades informais, devido ao desemprego, à desqualificação, à falta de oportunidades, é necessária uma ação que intervenha nessa realidade procurando romper com esse círculo de pobreza.

Os indivíduos, homens e mulheres, jovens ou adultos, sem instrução escolar adequada para se inserirem no mercado de trabalho acabam por perceberem que não têm perspectivas de um futuro melhor e tornam-se pessoas dependentes de instituições e organizações que doam o que lhes falta, mantendo-os assim, em um papel passivo. Estes sujeitos ao se manterem nesta condição passam a acreditar que realmente não possuem capacidade de sobreviver por si mesmos e se autoculpabilizam pelo fracasso. Isto gera a perda da cidadania e da autoestima. (GHIRARDI e outros, 2005; MORRONE; MENDES, 2003).

A partir da prática de estágio curricular do curso de Psicologia realizado com grupos de mulheres na Fundação Espírita Divino Amigo (Fundamigo), - instituição de caráter filantrópico, que tem por finalidade promover a beneficência através da assistência social, moral e material, a comunidade - percebeu-se a forte dependência à instituição, impedindo a emergência de autonomia para alterar o papel feminino além dos tradicionalmente colocados pela sociedade como mãe e responsável pelo trabalho doméstico.

Mediante questões identificadas no estágio curricular foi elaborado o projeto de extensão “Repensando o trabalho junto às mulheres” tendo como proposta desenvolver ações que levem as mulheres assistidas pela instituição a refletirem sobre sua subjetividade, produção de desejos, tornando-as conscientes de suas potencialidades e possibilidades ajudando a transformá-las em ações concretas de sobrevivência.

Buscou-se aprofundar a discussão junto a essas mulheres sobre os processos psicossociais que as levaram a esse lugar de não valorização e de vergonha. A esse processo Gaulejac e Taboada (1994) denominam de “desinserção social”, termo redefinido por eles a partir da psicanálise, em que temos uma descida e desclassificação social e um movimento de rupturas dos laços sociais. Guerra e Generoso (2010:1) consideram que a perspectiva psicanalítica permite “reintroduzir a dimensão subjetiva, a inscrição no laço social e a forma como o sujeito pode se destacar dessa trama”. E acrescentam que é isso que “nos permite ler e operar de forma diferente com a exclusão social” (p.1). Com esse enquadre epistemológico da Sociologia Clínica e da Psicanálise procurouse fazer uma intervenção junto a essas mulheres. Esse enquadre é necessário para diferenciar do interesse do capital que procura a “inclusão social” dessa população como consumidores e não como sujeitos, temos como foco a dimensão subjetiva e, mais propriamente, os modos como o sujeito se inscreve, com seu próprio sintoma, no tecido social. O que se procura é ir em direção inversa a uma adaptação à lógica civilizatória homogeneizante, buscar escutar quais questões essa população coloca à ordem social instituída.

O trabalho realizado com as mulheres em uma roda de conversa contou, inicialmente, com a técnica do desenho da árvore genealógica a partir da qual foi possível a análise da “genealogia familiar”, da qual depende a “herança” afetiva, cultural, econômica e ideológica que cada um recebe e que condiciona sua inserção social. Recuperar a história pessoal das integrantes do grupo na roda de conversa permitiu que elas discutissem temas que nunca tinham parado para refletir, e permitiu ainda que criassem vínculo e se identificassem umas com as outras. À medida que os encontros foram acontecendo, as mulheres foram se apresentando com uma postura cada vez mais madura e saindo da posição de "vítima" para aquela que reconhece suas qualidades e fortaleza.

Dessa forma, acreditamos que o nosso projeto se enquadra no GT 28, na medida em que tem como proposta resistência à situação de não-reconhecimento caracterizada aqui pela negação de direitos sociais e direito ao trabalho das mulheres, bem como ao eixo temático “Políticas públicas, direitos sociais e emancipação”, uma vez que o projeto pretende caminhar na direção da emancipação e/ou protagonismo social dessas mulheres além de trazer para o debate os aspectos ligados à inclusão/exclusão ao direito ao trabalho.

Referências

GAULEJAC, Vincent de; TABOADA, Leonetti Isabelle. La désinsertion sociale [Déchéance sociale et processus d'insertion]. In: Recherches et Prévisions, N. 38, décembre 1994. Pauvreté

Insertion RMI. pp. 77-83. doi : 10.3406/caf.1994.1665

GENEROSO, C.; GUERRA, A. A inclusão social pensada a partir da desinserção: uma contribuição da psicanálise ao campo da Saúde Mental. Curitiba, 2010.

GHIRARDI, Maria; LOPES, Samira; BARROS, Denise; GALVANI, Débora. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. Revista interface- comunic ,saúde, Educ ,v 9,n 18,p 601-10,set/dez2005.

MRECH, L. M.; RHAME, M. Sujeito dividido, proliferação de objetos e desinserção social: os laços sociais e o discurso capitalista na cultura contemporânea. RevistaaSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011.

Saúde Mental e Trabalho: Implicações Psíquicas e Sociais do Adoecimento para Trabalhadores do Setor Bancário

Luan Martins de Souza (Universiade Estadual da Paraíba), **Thais A. C. de Oliveira Máximo** (Universiade Estadual da Paraíba), **Malu Santos Bezerra Nóbrega** (Universiade Estadual da Paraíba), **Celiana Pereira de Souza** (Universiade Estadual da Paraíba)

As constantes e recentes transformações no mercado de trabalho trazem consigo a busca pelo aumento na produtividade, a mudança nos métodos organizativos de trabalho e nas próprias condições de trabalho, abrindo espaço para estudos em Saúde do Trabalhador, por exemplo, na qual o enfoque tem deixado de ser intraindividual e fisiológico e passado para uma perspectiva de saúde integral, abarcando não só o biológico, mas também o psíquico, ou seja, uma análise tanto da saúde mental, quanto da física. Apesar da evolução nesse campo, a relação entre trabalho e saúde mental ainda permanece na invisibilidade, apresentando relativa dificuldade do estabelecimento do nexo causal entre o adoecimento e o trabalho, consequentemente problematizando a elaboração de estratégias de enfrentamento de um possível sofrimento adquirido por este trabalhador. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar as implicações psíquicas e sociais da LER/DORT relacionada ao trabalho, para trabalhadores do setor bancário. Para a investigação do problema delimitado, foram adotadas como referências teórico-práticas as abordagens clínicas de compreensão do trabalho: a Ergonomia da Atividade de Guérin et al. (2001), a Psicodinâmica do Trabalho proposta por Dejours (2004), a Clínica da Atividade de Clot (2006), a perspectiva da Ergologia segundo Schwartz (2000), bem como a concepção de Saúde adotada por Dejours em 1986, corroborando as discussões feitas por Canguilhem. O estudo, de cunho qualitativo, foi realizado com 6 bancários da cidade de Campina Grande - PB que são portadores da LER e que, em decorrência disso, tiveram que afastar-se do banco. A coleta foi realizada por intermédio de um roteiro de entrevistas semi-estruturadas descrito por Minayo (1996) como um instrumento que mostra a simplicidade de alguns tópicos conduzindo uma conversa, permitindo facilidade na ampliação e aprofundamento da comunicação. Depois de transcritas as entrevistas foram analisadas através da análise de conteúdo de Bardin (2009) que consiste no estudo da composição do discurso, reconhecendo a essência e as principais ideias para que se possa demonstrar a estrutura e os elementos do conteúdo esclarecendo suas nuances e buscando seus significados. O trabalho proposto identifica-se ao GT 24 – "Psicologia Social Do Trabalho: Olhares Críticos Sobre O Trabalho E Os Processos Organizativos" ao ter como principais frentes temáticas a produção de sofrimento ou adoecimento dos trabalhadores e o estabelecimento do nexo causal entre trabalho e doença. Assim, este trabalho vincula-se ao eixo temático da "Psicologia Social e Trabalho", tendo em vista que a partir das transformações contemporâneas no trabalho foi possível investigar a relação entre trabalhador e trabalho, bem como as formas de subjetivação advindas dessa interação. Os entrevistados relataram que os modos de gestão utilizados no setor bancário são caracteristicamente estressantes e, além disso, a forma de cobrança e as más condições físicas contribuíram para o adoecimento. Eles destacaram a precariedade da atividade por meio da polivalência e do acúmulo de atividades aliados à grande demanda e ao número de metas a ser atingido pelo profissional bancário. Além disso, outro fator demasiadamente citado pelos bancários entrevistados foi a mudança negativa na relação interpessoal com os colegas de trabalho e seus superiores, bem como a modificação de suas rotinas. Essa tensão experimentada pelos trabalhadores implica diretamente em sua saúde. A fragilização dos vínculos entre trabalhadores, situação causada principalmente pelos modos de gestão, impossibilita o surgimento de uma rede de apoio além de criar um ambiente negativo e relativizante, o que dificulta a reinserção dos trabalhadores afetados. A LER/DORT marcou profundamente suas vidas, uma vez que, por causa dela deixaram de dar conta no trabalho das atividades referentes à sua função, e até mesmo tiveram afastar-se definitivamente do trabalho, além de afetar outras esferas sociais em suas vidas, como a família e os colegas de trabalho.

Sobre saúde dos trabalhadores nas feiras livres de Uberlândia

Ana Luiza de Mendonça Oliveira (Universidade Federal de Uberlândia), **Ana Luiza Faria Lima** (Universidade Federal de Uberlândia), **Patrícia Paraíso Cunha** (Universidade Federal de Uberlândia), **Thays Pirett de Oliveira** (Universidade Federal de Uberlândia), **Lucianne Sant'Anna de Menezes** (Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia)

As primeiras feiras livres foram realizadas na Idade Média durante festas religiosas, reunindo diversos comerciantes interessados em vender para a população que ali se reunia. Com o passar do tempo a feira se modificou, ganhando novos significados. Atualmente, no Brasil, ela é uma modalidade do mercado varejista ao ar livre com periodicidade semanal, sendo organizada como serviço de utilidade pública voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. A feira compõe o espaço urbano como um palco de interações sociais, trabalho e comércio. As feiras livres estão presentes na maioria das cidades brasileiras e desempenham não só uma função econômica, como também social, pois há uma liberdade de expressão que não é vista em outros ambientes de trabalho. Este trabalho traz alguns aspectos da pesquisa de Iniciação Científica "Psicanálise em extensão: um olhar sobre a saúde dos trabalhadores nas feiras livres de Uberlândia", realizada de março de 2014 a fevereiro de 2015, no Laboratório da Intersubjetividade, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Profª Drª Lucianne Sant'Anna de Menezes. Trata-se de uma pesquisa nas bordas da psicanálise com outros saberes e teve como objetivo geral investigar como a abordagem psicanalítica freudiana poderia colaborar no estudo da saúde dos trabalhadores das feiras livres, no contexto da cidade de Uberlândia-MG, e em consequência disso, examinar os processos e as condições de trabalho que oferecem riscos à saúde dos trabalhadores destas feiras, a partir da análise da organização do processo produtivo do grupo de atividade: empório e mercearia (produtos de armazém em geral, como: cereais, farinhas, ovos, queijos, temperos e condimentos, dentre outros). Em especial, pesquisamos os modos de subjetivação presentes no contexto das relações cotidianas destas feiras, procurando articulações entre a organização do trabalho e as vivências de prazer e desprazer dos trabalhadores nestas atividades. A hipótese investigada foi a de que se o trabalho na feira for considerado um "trabalho informal", mesmo assim, ele seria fundamental para a saúde psíquica dos trabalhadores?

Procuramos estabelecer um estudo na interface da psicanálise e saúde do trabalhador, dispondo de dispositivos de análise da articulação sujeito e sociedade, recuperando a dimensão de extensão da pesquisa psicanalítica. Trabalhamos com a dimensão de extensão do método psicanalítico fundamentado por Freud. Para tanto foi preciso delinear aspectos do campo da Saúde do Trabalhador, discutir as principais questões do tema trabalho, tanto no campo da Sociologia quanto da Saúde do Trabalhador e da psicologia social e do trabalho. Após um pequeno apanhado histórico e levantamento bibliográfico, partimos para a pesquisa de campo, acompanhando e observando o processo produtivo de uma barraca de empório e mercearia nas feiras dos bairros Pacaembu e Martins, além de realizarmos cinco entrevistas semiestruturadas com trabalhadores da mesma feira, escolhidos de modo aleatório. O material obtido foi remetido aos objetivos iniciais da pesquisa, dando seguimento aos questionamentos e hipóteses levantadas ao longo da investigação.

A pesquisa se insere numa perspectiva de caráter multidisciplinar, no eixo temático da "Psicologia social e trabalho".

Os principais resultados demonstram que a feira livre é um espaço de sociabilidade, em acordo com Leny Sato, que permite uma maior liberdade de expressão diferentemente de outros ambientes de trabalho, para além de uma função econômica. A análise dos dados confirmou a hipótese de que o trabalho na feira mesmo sendo considerado um "trabalho informal" é fundamental para a saúde psíquica dos trabalhadores. Foi possível perceber que o trabalho na feira além de ser fonte de sustento e renda para a família, também é fonte de satisfação pulsional, pois mesmo tendo uma longa jornada de trabalho, os trabalhadores afirmam que sentem prazer no que fazem e que não pretendem sair da feira. Dessa maneira, consideramos a feira como um trabalho dotado de sentido para esses trabalhadores. Além disso, a análise do processo produtivo demonstrou que o trabalhador está exposto riscos de acidentes, biomecânicos e físicos. A jornada de trabalho é cansativa, pois os trabalhadores permanecem em pé por mais de seis horas estando à mercê das intempéries do trabalho a céu aberto, oscilações de temperatura e umidade do ambiente. Todavia, os trabalhadores não reconhecem os riscos do trabalho na feira, o que pode colaborar para uma espécie de "banalização do risco", podendo levar à banalização da vida e da condição humana, em que no Brasil pode ser compreendida como um dos efeitos da precarização do trabalho, conforme mostram as pesquisas de L. S. Menezes (2010).

Validação de Instrumento com Grupo Focal na Psicodinâmica do Trabalho: Mulheres com cargos de gerência e diretoria

Géssica Bogorni (Centro Universitário da Grande Dourados)

Os estudos que englobam as perspectivas relacionadas às mulheres estão em evidência e há necessidade de esclarecer alguns paradigmas. É a partir desse intuito que o trabalho objetiva-se caracterizar o exercício profissional das mulheres frente ao mercado de trabalho no mundo contemporâneo e globalizado. Bem como conhecer e identificar os prazeres e sofrimentos de mulheres em cargos de gestão e diretoria no enfrentamento dos estereótipos da sociedade contemporânea. A metodologia será elaboração de um instrumento capaz de identificar e caracterizar a importância da mulher no mercado de trabalho em cargos distintos, como por exemplo, diretoria e gerência, bem como na busca de conhecimentos científicos do psicólogo. Para validar o instrumento será realizado um grupo focal como uma técnica de pesquisa sócioqualitativa, coletiva, dinâmica e não-diretiva na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante certo período de tempo, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público alvo de suas investigações. Relativamente simples e rápido, o grupo focal parece responder a contento a nova tendência de educação para a saúde, que tem se deslocado da perspectiva do indivíduo para o do grupo social. A equipe do grupo focal deve ser composta por: 1- Um moderador, cujo papel fundamental é garantir, através de uma intervenção ao mesmo tempo discreta e firme, que o grupo cubra os tópicos de interesse do estudo da maneira menos diretiva possível. 2- Um ou mais relatores, aos quais caberá observar a conduta do grupo, auxiliar na anotação de acontecimentos-chave e, eventualmente, intervir na condução do grupo. E o 3 item - de 4 a 10 participantes, que devem ser homogêneos em termos de características coerentes com o público alvo para pesquisa, que tenham percepção do assunto em foco. Os resultados esperados é a validação de um instrumento para obtenção consistente das questões estruturadas a ser aplicado na população descrita no município de Campo Grande/MS. Considera-se que este estudo será de grande relevância no município, para avaliar e caracterizar possíveis intervenções psicodinâmica no desempenho da mulher no mercado capitalista.

As transformações no mundo da mulher são motivos de vitória, já que são conquistas contínuas num mundo globalizado e contemporâneo. A reviravolta da atualidade permitiu que elas acompanhassem o desenvolvimento, e é nesse sentido que a pesquisa pretende buscar respostas para compreender quais os princípios da mulher frente a cargos específicos nas empresas.

Observa-se que muitos êxitos alcançados já são perceptíveis na sociedade.

Percebe-se que a mulher contemporânea ao estar num cargo que há pouco tempo não lhe pertencia, causa satisfação e insatisfação, ou seja, muitas vezes insegurança, frente a essas questões existe questionamentos que a sociedade continua impondo, e um deles é que o ambiente organizacional não é dá sua competência, que é incapaz para dirimir os problemas que ocasionalmente surgem nas empresas.

A problemática caracterizada no exercício profissional das mulheres frente ao mercado de trabalho pode encontrar processos positivos e negativos. Nesse sentido a busca é entender se conceitos e técnicas da psicodinâmica do trabalho possam proporcionar maior percepção dos problemas.

Vínculos com a organização e transformaões no mundo do trabalho: reflexões preliminares

Adauto de Vasconcelos Montenegro (Universidade Federal do Ceará), Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá (Universidade Federal do Ceará)

O final do século XX traz diversas mudanças, como o déficit comercial dos Estados Unidos e da Europa, as lutas sindicais e o processo de internacionalização da economia, que exigem um novo modo de considerar e analisar a dinâmica do trabalho e das organizações. Tais mudanças incidem sobre a relação entre trabalhador, carreira e organização. Com o advento da "fábrica enxuta e flexível", o trabalhador passa a estar ligado muito mais à carreira do que à organização, pois nesta última não há mais a percepção de estabilidade no emprego. Nesse contexto, emerge o discurso corrente de que cada profissional é responsável por sua carreira, por seu sucesso e por sua empregabilidade. Esse novo desenho do O mundo do trabalho engendra novas formas de relação entre indivíduo, organização e trabalho, tanto em relação às condições (remuneração, jornada e garantias trabalhistas) quanto em relação à busca e à preocupação com o significado do trabalho e os possíveis vínculos dos indivíduos. Nesse contexto de intensas transformações e incertezas, marcadas pela crescente precarização, emergência de novos modelos laborais, como subemprego e trabalhos temporários, os estudos sobre vínculos organizacionais passaram a estar na agenda de pesquisas da área. O vínculo pode ser compreendido como algo que permite um elo do indivíduo com a organização e pressupõe sua ligação com algum objeto. O presente estudo objetiva relacionar, de maneira crítica, os vínculos de comprometimento organizacional e entrincheiramento organizacional às novas morfologias do mundo do trabalho. Parte-se do pressuposto de que o cenário social e econômico favorece a emergência de novos vínculos entre trabalhador, organização e trabalho, provocando a ligação cada vez maior do trabalhador com sua carreira e menor ligação entre trabalhador e organização, devido à avaliação do cenário de instabilidade. Além disso, a relação entre indivíduo e organização passa a ser considerada de maneira mais complexa e multidimensional, não considerando apenas os aspectos afetivos, mas também as questões relacionadas ao dever moral perante a organização e à avaliação de custos sociais e psicológicos advindos da possível saída do trabalhador da organização. Este estudo dialoga de maneira significativa com o Grupo de Trabalho 24, cujo título é "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos", pois parte de uma compreensão crítica acerca dos processos de inserção do trabalhador na organização, considerando condicionantes sociais e históricos e, ao mesmo tempo, assume postura crítica frente a esses processos, levando em conta os processos de subjetivação do trabalhador quando o mesmo se vincula a uma organização ou a determinado contexto laboral. O comprometimento organizacional consiste em um conceito multidimensional e multifacetado, o qual pode ser compreendido como um vínculo significativo entre indivíduo e organização, pressupondo um link psicológico e relações de trocas significativas entre ambos. Devido à insuficiência do conceito de comprometimento organizacional para o estudo da multiplicidade de vínculos entre indivíduo e organização, Rego (2003) revê a estrutura tridimensional do estudo de vínculos organizacional, e propõe a hexadimensionalidade do construto, passando a considerar aspectos relacionados ao desejo de o trabalhador ter um futuro comum com a organização, bem como aos aspectos relacionados à permanência na organização devido às consequências sociais e psicológicas envolvidas em sua possível saída. Nesse mesmo contexto, Bastos et al. (2008) propôs o conceito de entrincheiramento organizacional. Esse aspecto consiste em um vínculo em que o colaborador se mantém na organização buscando evitar custos emocionais e financeiros advindos de sua possível saída, ligados ao investimento financeiro realizado para estar ocupando determinado cargo e à perda de rede de relacionamento construída no ambiente organizacional. Dessa forma, o construto de comprometimento passa a ser encarado de maneira mais minuciosa, considerando não apenas a relação afetiva entre indivíduo e organização, mas também as questões relacionadas a outros aspectos como o dever perante a organização e possíveis consequências advindas da iminente saída do trabalhador da mesma. Como método para realização do presente estudo, foi realizada uma busca em bases de dados, nas quais estão indexadas periódicos científicos: Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Portal de Periódicos da CAPES. Os resultados da revisão de literatura realizada reforçam e apoiam a reflexão teórica aqui apresentada, indicando que, cada vez mais, são considerados nas pesquisas científicas nuances do conceito de comprometimento organizacional, ou seja, não apenas a dimensão afetiva do construto, mas também as dimensões relacionadas ao dever moral perante a organização, à avaliação das perdas sociais e financeiras advindas da possível saída do trabalhador da organização, bem como aos custos psicológicos envolvidos.

Categoria Minicurso

A inclusão produtiva do PRONATEC/BSM: os saberes do novo campo de atuação do psicólogo

Denise Alves de Neiva (Mestranda em Psicologia da Universidade Federal do Ceará), Antônio Caubi Ribeiro Tupinambá (Prof. Dr. do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará)

São objetivos deste curso:

Compreender o funcionamento do PRONATEC/BSM e o ACESSUAS Trabalho;

Aprender a articular a Psicologia Social, a Psicologia Educacional e a Psicologia Organizacional no fazer do psicólogo no PRONATEC/BSM e Acessuas Trabalho.

Analisar e executar as estratégias de ambos programas na perspectiva das psicologias supracitadas.

Educação para trabalho inter-profissional: possibilidades de interface com outros campos de saber na formação do psicólogo

Luiz Carlos Castello Branco Rena (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Betim), **Matheus Phelipe Beato Teixeira**, **Ana Carolina Jardim**

O tema central deste XVIII Encontro Nacional da ABRAPSO nos convida a pensar sobre a Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil e podemos destacar que a garantia da atenção à saúde de qualidade e humanizada como um dos desafios que está a exigir resposta do Estado, da sociedade, e das instituições formadoras de profissionais. É preciso reconhecer também que a oferta de uma atenção à saúde humanizada e integral passa pela consolidação do Sistema Único de Saúde SUS e pela revisão profunda dos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior - IES que resulte na superação de currículos segmentados, multidisciplinares que reforçam a hierarquização das profissões e permanecem deslocados da realidade da população e do SUS. A crescente complexidade dos fenômenos sociais e a pluralidade de demandas cada vez mais multifacetadas que os sujeitos apresentam aos profissionais inseridos nos cenários de práticas do setor saúde nos impõe a tarefa de pensar uma formação em psicologia que respondam aos desafios éticos e políticos que emergem dessa realidade. As diversas práticas induzidas pelo Programa de Educação pelo Trabalho – PET e pelo Pró-saúde se constituem como experiências relevantes que nos oferecem rico material para reflexão sobre as contribuições da psicologia e da psicologia social neste movimento da educação interprofissional no Brasil.

Este movimento ganhou força e direcionamento no I Colóquio Internacional sobre Educação Interprofissional ocorrido em Natal, em julho/2015 reunindo profissionais de todo país e colegas da Inglaterra e do Canadá que trouxeram suas experiências com essa perspectiva. Compreendemos por educação interprofissional os percursos formativos que ocorrem através de processos que privilegiam as práticas interdisciplinares e transdisciplinares assim como afirmam os organizadores do Iº Colóquio: "...a educação e o trabalho interprofissional se apresentam como propostas de ensino e práticas de atenção à saúde que buscam valorizar o fazer compartilhado, em grupo, com responsabilidade e reflexão crítica" (http://www.1coloquiointernacionaleip.com.br/?page_id=423).

Esta Oficina tem como objetivo promover a socialização de experiências de educação interprofissional no âmbito das práticas de PET/Pró-saúde e mobilizar a reflexão sobre as contribuições específicas do psicólogo neste esforço. Pretende-se também discutir formas de apoio à construção de redes colaborativas para avançarmos na perspectiva da educação e trabalho interprofissional.

Nesta Oficina o ponto de partida para essa discussão será a apresentação da experiência PET-Redes de Atenção Psicossocial em curso na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas/Betim, que em seu percurso de 20 anos vem construindo um perfil que agrega cursos na área de ciências da saúde e biológicas, como Enfermagem, Medicina, Medicina Veterinária, Fisioterapia, Psicologia, Ciências Biológicas e mais recentemente Biomedicina. Estes têm trabalhado na formação de profissionais com visão multidisciplinar, no esforço de garantir a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. A atuação interprofissional é crescente na unidade e começa a produzir novos saberes e práticas na integração ensino-serviço. Há consenso quanto à necessidade de ampliação da abordagem aos determinantes do processo saúde-doença na formação acadêmica, construindo estratégias de articulação efetiva e entre as dimensões biológicas e sociais, bem como o singular e o coletivo, numa perspectiva dialética. Os Cursos buscam integrar a orientação teórica com as práticas de serviço através dos estágios curriculares e das atividades extensionistas, em todos os níveis de atenção, almejando uma ampla integração ensino-serviço, desde os primeiros períodos dos Cursos, com aumento da complexidade de análise e interação à medida que o aluno avança no percurso acadêmico. A experiência do PET/Pró-saúde na PUC Betim se realiza através de três subprojetos envolvendo 4 docentes, 18 preceptores do SUS e cerca do 50 estudantes de quatro cursos. a) Subprojeto Cuidando das mamas: Rede de atenção e cuidado para o controle do câncer de mama em usuárias do sistema público de saúde do município de Betim: Este projeto tem como objetivo conscientizar as mulheres em relação aos sinais e sintomas suspeitos de câncer de mama ("breast awareness"), melhorando a detecção precoce do câncer de mama em qualquer contexto e nas diversas faixas etárias. Outro objetivo deste subprojeto é propor ações preventivas e informativas acerca do câncer mama, reduzindo a exposição aos fatores de risco da doença e evitando as complicações tardias e/ou tratá-las de forma precoce e diminuir a mortalidade relacionada à detecção tardia. b) Subprojeto Rede de Atenção Psicossocial: Atividades coletivas/oficinas terapêuticas: se propõe contribuir para a promoção, proteção e recuperação da saúde de usuários da saúde mental, a partir da realização de oficinas terapêuticas. As oficinas terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial devem compreender ações

pedagógicas, terapêuticas e clínicas simultaneamente, a fim de favorecer à produção da autonomia, num trabalho em equipe, considerando, inclusive a participação do usuário desta rede. c) Subprojeto Rede de Atenção Psicossocial articulada à Atenção Primária à Saúde: Matriciamento em saúde mental, priorizando o enfrentamento do álcool, crack e outras drogas: Pretende aprimorar a assistência aos usuários da saúde mental - portadores de sofrimento mental e usuários de crack, álcool e outras drogas - através da parceria entre ensino, serviço e comunidade por meio de pesquisa e formação em serviço, oportunizando a construção de conhecimentos e conceitos em vivência com a realidade prática da Saúde Mental no contexto da saúde coletiva.

Portanto, oferecer espaço para reflexão crítica sobre as diversas experiências de Pet/Pró-Saúde que envolvem docentes e estudantes de psicologia implica se debruçar sobre os processos de formação problematizando as práticas, indagando sobre os desafios e as possibilidades que essas experiências encerram: Quais tem sido as contribuições da psicologia para a consolidação do PET como política indutora de mudanças na graduação? Em quais tipos de PET os cursos de psicologia tem se implicado? Quais são as tensões mais frequentes na implantação dos PETs nos cenários de práticas? Como fazer para que os PET tenham desdobramentos e efeitos nas salas de aula? Entre outras.

Como preconiza a metodologia de oficina se pretende assegurar uma dinâmica de trabalho que promova o diálogo e incorpore as narrativas de outras experiências de PET/Pró-saúde realizadas em outras IES. A partir dessa interlocução com nossos pares identificar perspectivas e apontar estratégias de ampliação e aprofundamento da educação interprofissional no âmbito da psicologia tendo a psicologia social como referência para mobilização dessa discussão nas diferentes instituições de ensino da psicologia. Aos interessados em participar dessa oficina e que desejem compartilhar suas experiências solicita-se que informe o coordenador dos trabalhos sua intenção e preparem um pequeno informe sobre a experiência para distribuição aos presentes.

Bibliografia

AGUILAR-DA-SILVA, Rinaldo H. , SCAPIN, Luciana T. e BATISTA, Nildo A. Avaliação da formação interprofissional no ensino superior em saúde: aspectos da colaboração e do trabalho em equipe. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 167-184, mar. 2011

BATISTA, Nildo A. Educação Interprofissional em Saúde:Concepções e Práticas. Caderno FNEPAS, V. 2. Janeiro 2012

M NGIA, Elisabete F. Aprender junto para trabalhar junto: o desafio da formação para o trabalho interprofisional. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 20, n. 1, p. i-ii. jan./abr. 2009

Entre o visto e o não visto: um método inclusivo de investigação da relação pessoa-ambiente

Ana Kristia da Silva Martins (Universidade Federal do Ceara), **Zulmira Áurea Cruz Bomfim** (Universidade Federal do Ceará)

A fim de oferecer elementos para trabalhar a relação das pessoas com deficiência visual com os ambientes que ocupam propõe-se neste minicurso apresentar um desdobramento do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA) que possibilita sua utilização por cegos e videntes. O IGMA, criado por Bomfim (2003) é um questionário que visa identificar os sentimentos e emoções do indivíduo em relação a um ambiente específico, por meio da utilização de recursos imagéticos, como desenhos, fotografias ou obras de arte, bem como faz uso de metáforas a fim de estimular o respondente a indicar aspectos afetivos de sua experiência ambiental. A grande contribuição deste instrumento é dar relevância aos aspectos afetivos da relação pessoa-ambiente. Este instrumento, que possibilita a aplicação individual e coletiva é simultaneamente um recurso de pesquisa e intervenção, pois além de indagar sobre aspectos da relação pessoaambiente, promove a observação e reflexão dos participantes sobre elementos que os mesmos por vezes ignoram, ou que apenas não haviam explorado anteriormente. As estratégias de trabalho com pessoas com deficiência visual total ou parcial, seja no âmbito da pesquisa ou da intervenção algumas vezes demandam adaptações e constituem um desafio enriquecedor, haja visto a necessidade de explorar possibilidades que podem escapar ao psicólogo na abordagem de outros grupos sociais.

Deste modo objetiva-se com esta atividade expor algumas estratégias utilizadas na pesquisa sobre a relação pessoa-ambiente com deficientes visuais, de modo prático e vivencial, a fim de que os cursistas possam conhecer mais sobre algumas peculiaridades da cegueira. Também se pretende apresentar alguns resultados obtidos em uma pesquisa com 37 pessoas, sobre sua relação com a cidade de Fortaleza, o que servirá de subsídio para discussão acerca das possibilidades de intervenção.

Quanto à organização das atividades do mini curso iniciar-se-á com uma apresentação da facilitadora e dos objetivos do mini curso, sendo em seguida os próprios participantes solicitados a se apresentarem de modo breve. Em seguida como estratégia metodológica pretende-se estimular os participantes a explorarem o uso do olfato, paladar, audição e tato promovendo jogos de reconhecimento de alguns objetos e alimentos.

Nesta etapa os participantes também serão interrogados acerca de sua localização e da posição de objetos da sala enquanto estiverem com os olhos fechados. Estas dinâmicas objetivam mostrar ao grupo como não apenas a visão pode auxiliar o sujeito no reconhecimento do mundo, buscando também problematizar a hegemonia das referências visuais presentes na sociedade, considerada por Belarmino (2004) como visuocêntrica.

No momento posterior a facilitadora fará um reconhecimento do que os participantes sabem sobre os conceitos de Psicologia Ambiental, Apropriação do Espaço, Percepção Ambiental e Vínculo Afetivo com o ambiente, expondo idéias centrais sobre os mesmos e apresentando o Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos a ser respondido pelos participantes. A proposta é fazer com que os cursistas construam imagens da Universidade Federal do Ceará com os olhos fechados, utilizando para isso materiais reutilizáveis como: jornal, copos plásticos, canudos, palitos de madeira, guardanapos, entre outros e massa de modelar. As imagens assim elaboradas são denominadas imagens táteis, uma vez que terão como referência principal o sentido do tato.

Após esta experiência a facilitadora apresentará os resultados de sua pesquisa de mestrado com deficientes visuais e de algumas atividades utilizando-se a metodologia de construção de imagens táteis também com videntes, demonstrando a flexibilidade desta proposta metodológica.

Em síntese os resultados da pesquisa com cegos sugerem que a falta de acessibilidade arquitetônica e atitudinal em Fortaleza geram sensação de insegurança nos mesmos, que se preocupam mais com estes aspectos do que com os riscos oferecidos pela violência urbana, ainda que esta também seja apontada pelo grupo. As experiências positivas dos respondentes indicam as vantagens de poder desfrutar de espaços públicos como praias e shoppings, dos lugares de intimidade por eles freqüentados como a escola e o ambiente de trabalho, bem como a convivência social com amigos e com os habitantes de Fortaleza. Percebe-se que apesar das necessidades específicas deste público, sua compreensão da cidade é integral, abrangendo seus aspectos positivos e negativos (MARTINS, 2015).

A relação feita pelos respondentes e seus sentimentos quanto aos lugares investigados aponta para a eficácia desta adaptação ao IGMA, sendo importante também destacar o caráter lúdico da tarefa. A utilização de um método que pode ser compartilhado por cegos e videntes é um avanço no sentido de uma inclusão de todos, já que todos podem efetuar a mesma tarefa com os mesmos elementos de mediação. Vale ressaltar que embora neste minicurso proponha-se que os participantes fechem os olhos para elaborar as imagens táteis, estas também podem ser feitas com o uso da visão, sem qualquer prejuízo para a representação.

Mostrar que é possível criar ferramentas de pesquisa e intervenção que possam alcançar diferentes públicos, considerando-se suas especificidades é a grande contribuição proposta por esta atividade. Reconhecer a necessidade de agregar os diversos grupos sociais é uma forma de promover uma Psicologia com um "desenho universal" também em suas práticas, permitindo a cada indivíduo expressar suas inquietações, idéias, sentimentos e sugestões, a fim de que se possa construir coletivamente novas formas de intervenção adequadas à realidade atual.

Bibliografia

BELARMINO, J. Aspectos comunicativos da percepção tátil: a escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura. 2004. 176 f. Tese (doutorado em Comunicação e semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2004.

BOMFIM, Z. A. C. Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo. 2003. 228 f. tese (doutorado em Psicologia social) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2003.

KASTRUP, V. Atualizando virtualidades: construindo a articulação entre arte e deficiência visual. In KASTRUP, V.; MORAES, M. (Org.) Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2010. P.32-46.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia, v. 2, n. 1, 1996. p. 7-21.

MARTINS, A. K. S. Mapas afetivos táteis: vivências urbanas não visuais na cidade de Fortaleza. 2015. 163 f. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

Ética, alteridade e violência: sobre o processo de construção da identidade do psicólogo no CREAS

Patrícia Mendes Lemos (Faculdade Luciano Feijão -Sobral/CE)

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) constitui um equipamento da média complexidade da Rede Sócioassistencial, que tem como finalidade o acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de violência ou violação de direitos. Inserido no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e regido pelos princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o CREAS situa-se no eixo da Proteção Social Especial (PSE), que se destina às situações de vulnerabilidade caracterizadas por risco pessoal e social. Sendo um dispositivo novo, se levamos em conta o tempo histórico de inserção do psicólogo nas políticas da assistência social, o exercício da Psicologia Social no CREAS tem sido considerado um desafio, tanto no que diz respeito à definição do fazer profissional em relação ao seu objeto, como à diversidade de demandas encontradas, culminando com a complexidade dos aspectos éticos presentes na lida com o fenômeno da violência (CFP, 2012).

Numa busca por compreender como os profissionais que atuam no âmbito do CREAS se veem desafiados por questões éticas específicas, pelo impacto da alteridade e pela complexidade do fenômeno da violência, objetivamos discutir acerca das relações entre essas dimensões e propor estratégias de enfrentamento, levando em conta as especificidades territoriais e o diagnóstico das vulnerabilidades dos indivíduos e famílias acompanhados. Desejamos ainda fazer emergir reflexões acerca do processo de construção da identidade do psicólogo social que atua na média complexidade, apresentando a experiência desenvolvida num CREAS da região norte do estado do Ceará. A importância do trabalho proposto justifica-se pela necessidade de criação de ações que venham a oferecer respostas mais contundentes às demandas encontradas na atuação do psicólogo social ante a situação de violação de direitos ou violência. Este constitui um enorme desafio ético-político da Psicologia Social, o qual se traduz na própria dificuldade de o psicólogo social definir sua identidade a partir da relação com o seu complexo objeto de estudo, o qual, por muitas vezes, se configura como algo de difícil delimitação. Esse processo de constituição da identidade pode ser pensado, no campo da Psicologia Social Crítica, a partir das dimensões de reconhecimento, alteridade e emancipação (LIMA, 2012).

O enfrentamento a essas problemáticas requer um modo de compreensão complexo e aprofundado do contexto sócio-histórico em que as vulnerabilidades sociais dos sujeitos se dão, além do comprometimento ético em esboçar uma resposta à experiência de sofrimento psicossocial do outro (LEMOS, 2015).

A metodologia do minicurso dar-se-á através de explanações teóricas e discussões conjuntas, a partir de textos evocativos (incluindo a exibição de estímulos áudio-visuais) e da proposição do compartilhamento de reflexões, experiências e sentidos suscitados nos participantes.

A discussão a ser desenvolvida circunscreve-se na interface entre a Psicologia Social e os Direitos Humanos. Contextualiza-se que o país tem enfrentando, nos últimos anos, uma trajetória histórica de violação dos direitos humanos e sociais, com destaque para a área da infância e adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado pela Lei 8069/90, reafirma o paradigma da proteção integral, inspirado pela concepção da criança e do adolescente como prioridade absoluta, sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento (GOMES, 2009). No entanto, a práxis na esfera social vem nos mostrando, muitas vezes, o abismo existente entre o que está preconizado na legislação e a realidade violada de crianças e adolescentes, cujas violações se situam desde a dificuldade de acesso e de reconhecimento pelo sistema de defesa de direitos até os desdobramentos de graves situações de violência, como abuso sexual, abandono, negligência extrema e ameaça e risco de morte.

A primeira década dos anos 2000 caracterizou-se pela proposição de ações articuladas e intersetoriais, a exemplo do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado em 2002 como resposta do Estado Brasileiro ao compromisso assumido no I Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo/1996. Esse compromisso expressa concretamente a mobilização governamental e da sociedade civil frente à violação de direitos da criança e do adolescente, assim como os pactos efetuados nos Planos Nacionais de Erradicação do Trabalho Infantil e do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (GOMES, 2009). Em uma esfera maior, estas pactuações dão sustento aos objetivos do trabalho social e direcionam as práticas e ações dos profissionais do CREAS.

Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a partir de pactuação federativa com os estados, os municípios e o Distrito Federal e de aprovação e articulação com o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, implantou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), concedendo materialidade à política pública de assistência social, reorganizando os seus projetos, programas, benefícios e serviços e resignificando a sua gestão e o seu financiamento, na perspectiva de assegurar direitos de cidadania (MDS, 2005).

Com a criação do SUAS, as ações de assistência social passaram a estar organizadas tendo como referência o território onde as pessoas vivem, considerando suas necessidades e potencialidades. E os serviços da PNAS devem passaram a ser desenvolvidos nos territórios mais vulneráveis, tendo a família como foco da atenção, por meio de dois tipos de proteção social - básica e especial desenvolvidas e coordenadas, respectivamente, pelas unidades públicas: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). No CREAS, o exercício do psicólogo social exige a consideração da heterogeneidade de riscos sociais e violações de direitos, aos quais a população está submetida, havendo, portanto, uma requisição crescente e permanente aos profissionais por um conhecimento específico e aprofundado face às exigências por respostas especializadas. O termo especializado que destaca a singularidade do CREAS remete à adoção de recursos teóricos e técnicos que permitam entender a complexidade da sua demanda, requerendo metodológicas articuladas e integradas utilizadas para o seu atendimento (CFP, 2012). Dentre as estratégias familiares para o enfrentamento da violência, destacam-se: o fortalecimento de vínculos familiares; o conhecimento das potencialidades e vulnerabilidades dos indivíduos e famílias; a orientação quanto ao direito; o acompanhamento psicossocial; a minimização das condições de vulnerabilidades; a inclusão em programas sociais; o trabalho com potenciais como: confiança, afetividade, diálogo, motivação e a reorganização dos papéis familiares (GOMES, 2009).

Entendemos como vulnerabilidade aquilo o que identifica a fragilidade do vínculo social antes de sua ruptura (ZANCZURA, 2012). Nesse sentido, os profissionais da média complexidade da PSE serão desafiados não somente a identificar as situações sociais que anunciam o risco de perda de vínculos sócio-familiares como também a realizar ações para o trabalho social junto às famílias como estratégias de enfrentamento.

Segundo os manuais de referência para a atuação do trabalho do psicólogo na média complexidade, algumas orientações para o desenvolvimento das diversas ações para o trabalho social versam sobre: a acolhida; o estudo social; o diagnóstico socioeconômico; o monitoramento e a avaliação do serviço; a orientação e os encaminhamentos para a rede de serviços locais; a construção do plano individual e/ou familiar de atendimento; a orientação sócio-familiar; o atendimento psicossocial; a orientação sóciojurídica; a referência e a contra-referência; a informação, a comunicação e a defesa de direitos; o apoio à família na sua função protetiva; o acesso à documentação pessoal; a identificação e mobilização da família extensa ou ampliada; a articulação da rede de serviços socioassistenciais; a articulação com serviços de outras políticas setoriais; a articulação interinstitucional com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; a elaboração de relatórios e/ou prontuários; o estimulo ao convívio familiar, grupal e social; a mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio (CFP, 2012). E, embora essas referências sejam pontos importantes para a definição da nossa atuação, é somente no exercício concreto onde se desenham os limites e as possibilidades de nossa intervenção, que os profissionais podem ser capacitados para o seu fazer, na esfera viva do território e na descoberta de recursos e potenciais existentes para o empoderamento dos sujeitos que têm sua subjetividade violada. Dito de outro modo, as referências são aquilo que se propõem a ser: uma direção. Elas não pretendem dar conta da realidade concreta de cada território. O psicólogo social deve descobrir-se e se potencializar no seu fazer, buscando o desenvolvimento do olhar apurado da realidade social encontrada e o comprometimento ético com a criação de modos de atuar que permitam a superação da situação de violação de direitos. Diante de tal realidade, a identidade desses profissionais é dada no próprio processo de descoberta de seu objeto e no exercício cotidiano caracterizado pela imprevisibilidade e ausência de controle.

Nessa busca por compreender a si mesmo em que se inserem os profissionais, o fenômeno da violência somente pode ser pensado a partir de sua complexa imbricação sócio-histórica e na sua implicação com o empoderamento dos autores (indivíduos, famílias e profissionais) da mudança possível. Sendo uma das causas fundamentais do sofrimento psíquico contemporâneo, a violência denuncia a ruptura do pacto social que estabelece as bases para a vida em comunidade, sendo estes os aspectos que necessitam ser resgatados criativamente na atuação dos profissionais (OLIVEIRA et al., 2014).

Os sujeitos da demanda, cujas vulnerabilidades são identificadas mediante a situação de violação, podem ser vistos como alteridade que impacta os profissionais não apenas nas limitações de suas competências, mas ainda em sua própria subjetividade, uma vez que também são afetados pelo mesmo contexto de violência e medo e têm de inventar respostas para o enfrentamento dessa realidade.

Bibliografia

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências técnicas para prática de psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Brasília: CFP, 2012. GOMES, A. N. Violação de Direitos. Fortaleza, 2009. [Capacitação SETAS/CE].

JACZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? Textos & Contextos. v. 11, n. 1, p. 301-308, Porto Alegre, 2012.

LEMOS, P. M. Ética e Saúde Mental Contemporânea: o privilégio da alteridade no Centro de Atenção Psicossocial. 1. ed. Curituba, PR: CRV, 2012.

LIMA, A. F. (ORG.). Psicologia Social Crítica: paralaxes do contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em:

[http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/norma-operacional-basica-do-suas.pdf/view]. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

OLIVEIRA, M. A. et al. Sofrimento Psíquico e a Cultura Contemporânea: perspectivas teóricoclínicas. Fortaleza: EdUECE, 2014.

Família, Divórcio e Recasamento: desafios para a Psicologia Social em interface com o Direito

Laura Cristina Eiras Coelho Soares (Universidade Federal de Minas Gerais)

O presente mini-curso aborda o tema da Família na contemporaneidade, tendo como ênfase as questões que envolvem a separação conjugal e o recasamento, estudadas sob a perspectiva da Psicologia Social. A partir de pesquisas desenvolvidas a respeito da família no contexto do pós-divórcio e recasamento (SOARES, 2015; SOARES, 2013) foi elaborada essa proposta de mini-curso. A importância do estudo das novas configurações familiares - no mini-curso será destacada a família recasada - repousa no fato de que podem ser consideradas como expressão dos modos de construção dos laços sociais na atualidade. Desta forma, a partir do estudo da família recasada podem-se analisar as mudanças sociais sofridas pela família na contemporaneidade, assim como, examinar os desdobramentos psicológicos decorrentes dessas alterações, que atingem a construção da conjugalidade, da parentalidade e da filiação. A escolha por enfatizar as famílias recasadas formadas após-separação e não depois de viuvez, refere-se à problematização do lugar ocupado por padrasto/madrasta. No recasamento após viuvez a posição desempenhada pelo padrasto/madrasta parece ser, geralmente, em substituição ao daquele pai que faleceu (PARENT, 2005). Já no cenário familiar de uma nova união após um rompimento conjugal, não há espaço a ser preenchido, mas novos campos a serem adicionados. As transformações da família necessitam de maiores estudos, a fim de que as práticas profissionais possam ser repensadas e acompanhem as mudanças sociais no que tange às famílias. No mini-curso serão enfatizados os resultados de investigações que envolveram entrevistas com pais e mães recasados, padrastos e madrastas. Os eixos temáticos que serão debatidos são: pluralidade na definição de família; novas configurações familiares; o modelo familiar de primeira união como referência; guarda compartilhada; parentalidade; filiação; relevância do mapeamento das necessidades psicossociais peculiares a cada formato familiar visando à elaboração de políticas públicas e práticas de intervenção psicossocial. Algumas indagações nortearão a reflexão sobre o conteúdo a ser trabalhado, tais como: Quem faz parte de uma família? Como delimitar os contornos da família após divórcio, já que não se restringe à unidade doméstica? O que é ser padrasto/madrasta? Como se estabelecem os laços na família recasada? Qual é a extensão dessas relações, ou seja, quantos membros podem ser agregados com o recasamento? Qual é a influência do modelo de guarda de filhos, adotado no pós-divórcio, na construção do vínculo entre padrasto/madrasta e enteado? Como pensar as atribuições do padrasto/madrasta neste contexto no qual ainda se reivindica o reconhecimento do lugar do pai após-separação? No que tange às instituições sociais, o que tem sido oferecido para atender a essas mudanças familiares tem respondido às demandas das famílias recasadas? A proposta do mini-curso insere-se como atividade do Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica – NPPJ, grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, que tem como objetivo pesquisar questões relacionadas à Psicologia Jurídica segundo a vertente que dialoga com a Psicologia Social. O referido grupo busca refletir sobre a relação entre a Psicologia e o Direito, enfocando a atuação do psicólogo em três principais áreas: Infância/Juventude, Família e Penal. Trata-se de um núcleo composto por pesquisadores pertencentes a universidades de diferentes estados brasileiros, o que permite compor um panorama nacional sobre o campo da Psicologia Jurídica. O campo da Psicologia Jurídica encontra-se em expansão, o trabalho do psicólogo jurídico não se restringe àqueles profissionais que atuam no espaço do judiciário, mas amplia-se a todos os psicólogos que trabalham junto ao sistema de justiça e que remetem pareceres ao judiciário, tais como "psicólogos que exercem sua prática profissional em unidades que executam medidas socioeducativas, em penitenciárias, em Conselhos Tutelares, em Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), em ONGs, entre outros" (BRITO, 2011, p.85). O crescimento da demanda judicial tem alcançado também os consultórios psicológicos particulares e esses profissionais têm sido solicitados a elaborarem documentos com fins judiciais ou a atuarem como assistentes técnicos (BARRETO e SILVA, 2011). As demandas de capacitação e acesso ao conhecimento nessa área surgem tanto de alunos da graduação, quanto de psicólogos formados. Os profissionais, após estarem inseridos no mercado de trabalho, deparam-se com questões que envolvem a atuação do psicólogo em interface com o Direito e relatam sentirem-se despreparados para a realização dessa prática. No cenário atual, a Psicologia em interface com o Direito de Família apresenta-se como área extremamente relevante diante dos debates sobre o Projeto de Lei nº 6583 de 2013 (BRASIL, 2013) a respeito da criação do Estatuto da Família. O referido projeto de lei aponta para um retrocesso legislativo, no que tange a definição de família em nosso ordenamento jurídico, ao considerar como família somente o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher. Neste contexto social, evidencia-se o desafio ético-político da Psicologia em posicionar-se diante dessas propostas legislativas e em promover a reflexão sobre as temáticas que envolvem as novas configurações familiares. Outro ponto que denota a atualidade do referido mini-curso é a recente aprovação em 16 de março de 2015 do Novo Código de Processo Civil (BRASIL, 2015), que em seu artigo 694 versa que: "nas ações de família, todos os

esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação". Assim, nos processos que envolvam demandas de família haverá o uso dos meios de resolução não adversarial de conflitos, tais como a mediação e a conciliação. Essa mudança poderá demandar outras atribuições para o psicólogo desempenhar, exigindo preparo para refletir sobre essa prática. Diante dessa modificação, mostra-se relevante que a formação do psicólogo promova a problematização sobre a contribuição da Psicologia para essas atividades que tratam diretamente de assuntos relacionados à família. Logo, é preciso pensar em ferramentas metodológicas interdisciplinares para execução desse trabalho que se tornará um serviço a ser ofertado obrigatoriamente em todas as comarcas do Brasil e que envolverá o atendimento dessas famílias no espaço do judiciário. Em uma sociedade que possui estatísticas crescentes de processos e uma demanda de judicialização do cotidiano e das relações sociais cada vez maior (NASCIMENTO, 2014; OLIVEIRA e BRITO, 2013), a Psicologia Jurídica tem sido uma área com demanda em expansão, que necessita de suporte teórico, técnico e epistemológico para edificar-se e contribuir para a mudança social. Desta forma, o presente mini-curso tem como objetivo colaborar para a atualização no campo da Psicologia Social, em interface com o Direito, no que tange aos aspectos psicossociais da família na contemporaneidade, promovendo uma reflexão crítica sobre as demandas de atuação endereçadas aos psicólogos pelo sistema de Justiça. Diante do exposto, o presente mini-curso direciona-se aos psicólogos e estudantes de Psicologia que lidam com estas modificações familiares em diferentes contextos de atuação profissional.

Bibliografia

BARRETO, Neilza Alves e SILVA, Patrícia Regina da Matta. Laudo psicológico? Reflexões ético-metodológicas sobre a dispersão das práticas psicológicas no judiciário. Revista Mnemosine, vol.7, nº1, p. 02-26, 2011.

BRASIL. Código de Processo Civil- Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em: 10/06/2015.

BRASIL. Câmara dos deputados - Projeto de Lei 6583 de 2013, do Sr. Anderson Ferreira, que "dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências". Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005 Acesso em: 21/06/2015.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Avaliação psicológica no contexto das instituições de justiça. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). Ano da Avaliação Psicológica - Textos geradores. Brasília: v. 1, p. 85-88, 2011.

NASCIMENTO, Maria Lívia do. Pelos caminhos da judicialização: lei, denúncia e proteção no contemporâneo. In: Psicologia em Estudo [online], Maringá, Brasil, v. 19, núm. 3, jul-set, 2014, p. 459-467. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287132694011. Acesso em:20/07/2015.

OLIVEIRA, Camila Félix Barbosa de e BRITO, Leila Maria Torraca de. Judicialização da vida na contemporaneidade. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 33, n.spe, p. 78-89, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16/07/2015.

PARENT, Claudine. La beau-parentalité remise en question. Divorce et séparation. Bruxelles : Editions Labor, nº2, mars 2005, p.91-104.

SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho. Pais e mães recasados: vivências e desafios "no fogo cruzado"das relações familiares. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2015.

SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho. Padrastos e madrastas: construindo seus lugares nas famílias recasadas. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Genocídio da juventude preta pobre e periférica, o que a psicologia tem a ver com isso?

Bruno Simões Gonçalves, Veridiana Machado (CRP SP)

A oficina pretende apresentar e debater a interface entre psicologia e o genocídio da população negra, em especial de jovens nas periferias das grandes cidades. O objetivo será apresentar o acúmulo de debate sobre essa temática na construção se subsídios teórico e técnicos para a atuação dos psicólogos. A discussão de temas raciais é fruto de um planejamento que o CRP SP fez no final de 2013, em que se comprometeu a fazer a discussão do racismo no Brasil em todos os debates que acontecerem aqui em São Paulo. Pretendemos colocar em evidência a Resolução 018 de 2002, do CFP, que estabelece, em seu art .3º,que os psicólogos, no exercício da profissão, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime de racismo e, ainda no seu art. 4º, que os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial. As discussões que estamos realizando no CRP São Paulo pretendem contribuir para a reflexão sobre o tema, principalmente considerando os últimos acontecimentos que são levados a público, mas não são falados e nem comentados. Pretendemos fazer essa discussão, pensar e mudar essa política.

A discussão do genocídio já existe há décadas, mas os adolescentes e as crianças continuam morrendo, continuam se perdendo. Hoje, trabalhando dentro de um CAPS AD, vejo também mais uma forma de assassinarem as nossas crianças e adolescentes, que estão entrando no crack, nas drogas e perdendo perspectivas de vida. Por isso, quando pensamos nesse evento, pretendemos pensar nessa população, crianças e adolescentes que estão morrendo através da bala, mas também vem sendo assassinados de pouquinho em pouquinho, através da drogadição que aumenta cada vez mais.

O aumento da violência veio a público na quinta-feira pelo relatório da violência, e vimos o quanto isso está aumentando cada vez mais. A pesquisa da Professora Jacqueline Sinhoreto, mostra que as vítimas assassinadas hoje são predominantemente negras, 61%; 97% homens, entre 15 e 29 anos, e 97% dos autores dessas mortes também homens, 79% brancos e em faixa etária semelhante, de 25 a 39 anos. É um extermínio que vem acontecendo e aumentando e pouco se discute sobre isso, pouco se fala, pouco se faz. A oficina pretende trazer subsídios para pensarmos como a psicologia pode intervir nessa realidade.

Gestão do Cuidado e Educação Permanente em Saúde Mental: dispositivos grupais e ferramentas facilitadoras

Karine Lima Verde Pessoa, Maria Goreth Rêgo Albuquerque

Proposta: Apresentar e discutir dispositivos grupais e ferramentas facilitadoras da gestão do cuidado e da educação permanente no cotidiano da atenção psicossocial, em especial: o apoio institucional, a supervisão clínico-institucional e o apoio matricial.

Programa: O ideário da Reforma Psiquiátrica é inspirador, mas guarda em si uma armadilha, a de ser acatada no discurso, mas não promover uma transformação subjetiva, gerando uma série de contradições no cotidiano da atenção psicossocial. Faz-se necessária uma mudança mais profunda, capaz de constituir um novo compromisso ético-político para, então, produzir novos modos de agir no cotidiano do cuidado em saúde mental. É necessário, portanto, investir em espaços autoanalíticos e na educação permanente, permitindo aos trabalhadores a tomada de consciência acerca de suas contradições entre discurso e prática. Além disso, as ideias da cogestão, gestão participativa e controle social, que constituem algumas das principais orientações de gestão da Reforma Psiquiátrica, são fundamentadas no reconhecimento da necessidade de participação ativa dos atores sociais envolvidos no cuidado: usuários, trabalhadores e gestores. Considerando, portanto, o contexto da reconstrução do modelo de atenção à saúde mental no Brasil, assim como a complexidade das relações intersubjetivas que constituem o campo micropolítico, propomos apresentar e discutir dispositivos grupais e ferramentas facilitadoras da gestão do cuidado e da educação permanente no cotidiano da atenção psicossocial, em especial: a supervisão clínico-institucional, o apoio institucional e o apoio matricial. Para além de queixas e diagnósticos, buscamos aqui contribuir para a instrumentalização de gestores e trabalhadores para a transformação de saberes e práticas no cotidiano da atenção psicossocial. Acreditamos também que nossa proposta coaduna com a proposta do XVIII Encontro Nacional da ABRAPSO, que assume em seu título o desafio ético-político das práticas em Psicologia Social no Brasil.

Bibliografia

BARROS, S. C. M; DIMENSTEIN, M. O apoio institucional como dispositivo de reordenamento dos processos de trabalho na atenção básica. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 10, n.1, p. 48-67, 2010.

CAMPOS, G. W. S. Um método para análise e cogestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda. São Paulo: Hucitec, 2000.

AMARANTE, P. D. C. Saúde Mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. In: Giovanella, L. (org). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 735-759, 2008.

AYRES, J. R. C. M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 6, p. 63-72, 2001

CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 5, n. 2, p. 219-230, 2000.

CAMPOS, R. O. T. Clínica: a palavra negada – sobre as práticas clínicas nos serviços substitutivos de saúde mental. Saúde em Debate, v. 25, n. 58, p. 99-111, 2001.

CECÍLIO, L. C. O. A morte de Ivan Ilitch, de Leon Tolstói: elementos para se pensar as múltiplas dimensões da gestão do cuidado. Interface: Comunicação, Saúde e Educação, vol. 13, Supl.1, p. 54555, 2009.

CECÍLIO, L. C. O. É possível trabalhar o conflito como matéria-prima da gestão em saúde? Cadernos de Saúde Pública, vol. 21, p. 508-16, 2005.

FRANCO, T. B; MERHY, E. E. Mapas analíticos: una mirada sobre la organización y sus procesos de trabajo. Salud Colectiva, vol 5, p. 181-194, 2009.

FURTADO, J. P.; CAMPOS, R. O. A transposição das políticas de saúde mental no Brasil para a prática nos novos serviços. Revista latino-americana de psicopatologia fundamental, v. 8, n. 1, p. 109122, 2005.

GÓIS, C. W. L. Saúde comunitária: pensar e fazer. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. MERHY, E E. O ato de governar as tensões constitutivas do agir em saúde como desafio permanente de algumas estratégias gerenciais. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 4, n. 2, p. 305-314, 1999. MOREIRA, V.; SLOAN, T. Personalidade, ideologia e psicopatologia crítica. São Paulo: Escuta, 2002.

PEDUZZI, M. Trabalho em equipe de saúde no horizonte normativo da integralidade, co cuidado e da democratização das relações de trabalho In: PINHEIRO, R.; BARROS, M. E.; MATTOS, R. A. Trabalho em equipe sob o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas. Rio de Janeiro, CEPESC, 2007.

PESSOA, K. L. V. Gestão do cuidado em saúde mental: micropolítica dos processos de trabalho no cotidiano da atenção psicossocial. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública, Fortaleza, 2012. ROLNIK, S. Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SOARES, J. N; SUSIN, L; WAPECHOWSKI, M. B. A clínica ampliada na assistência social. In:

CRUZ, L. R; GUARESCHI, N. (orgs). O psicólogo e as políticas públicas de assistência social. Vozes, 2009.

TESSER, C. D (org.). Medicalização social e atenção à saúde no SUS. São Paulo: Hucitec, 2010. ALVERGA, A. R.; DIMENSTEIN, M. A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. Interface: Comunicação, Saúde e Educação, v.10, n.20, p. 299-316, 2006.

BAREMBLITT, G. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática. 5ª Ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Félix Guatarri, 2002.

BONFIM, I. G; BASTOS, E. N. E; GÓIS, C. W. L; TÓFOLI, L. F. Apoio matricial em saúde mental na atenção primária à saúde: uma análise da produção científica e documental Interface: Comunicação, Saúde e Educação, v.17, n.45, p.287-300, 2013.

FIGUEIREDO, M. D.; CAMPOS, R. O. Saúde Mental na atenção básica à saúde de Campinas, SP: uma rede ou um emaranhado? Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 1, p. 129-138, 2009. JUCÁ, V. J. S.; NUNES, M. O; BARRETO, S. G. Programa de saúde da família e saúde mental: impasses e desafios na construção da rede. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 1, p. 173-182, 2009. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

OLIVEIRA, G. N. O projeto terapêutico e a mudança nos modos de produzir saúde. 2ª Ed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2010.

Brasil. Portaria nº 1174/GM de 7 de julho de 2005. Destina incentivo financeiro emergencial para o Programa de Qualificação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e dá outras providências. Diário Oficial da União 2005; 7 jul.

Implicações psicossociais do discurso humorístico na atualidade

Mateus Pranzetti Paul Gruda

Em linhas gerais, a proposta para o minicurso é que, tendo como ponto de partida o questionamento central: "A Psicologia Social tem algo a dizer sobre essa invasão de um humor amplamente difundido por toda parte na atualidade?", discutamos seguintes tópicos: (1) quais seriam os principais aspectos que caracterizam o humor (PALMER, 1994); (2) e as possibilidades dialéticas e não unívocas do humor (BILLIG, 2005), seja ele politicamente incorreto ou não (GRUDA, 2015). Além de, evidentemente, adentrarmos na polêmica questão dos limites que o humor deveria (ou não deveria) respeitar, tendo sempre como pano de fundo as configurações sociais e subjetivas da contemporaneidade e por norte as implicações e impactos que tal manifestação discursiva detém. A capacidade de simbolização e atribuição de sentido é algo inerente ao gênero humano, portanto se trata de uma universalidade, a qual pode ser efetivada em uma situação humorística singular, contudo, tendo por particularidade as condições sócio-históricas vivenciadas. Assim, por exemplo, ao debatermos a cadente questão de quais são os limites do humor, deveremos compreender que estes, bem como os questionamentos que as construções humorísticas enfrentarão, não serão exatamente os mesmos nos distintos momentos.

Bibliografia

BILLIG, M. Laughter and Ridicule: Towards a Social Critique of Humour. London: SAGE Publications, 2005.

EAGLETON, T. As ilusões do pós-modernismo. Trad. E. Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

GRUDA, M. P. P. Questionando alguns argumentos-base que sustentam um tipo de discurso humorístico politicamente incorreto. Grau Zero, Alagoinhas, v. 1, n. 1, p. 219-233, 2013.

_____. Some critical reflections about politically incorrect humour at contemporaneity. Psychology Research, Libertyville/IL. No prelo 2015.

LANE, S. T. M. O que é psicologia social?. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LIPOVETSKY, G. Os tempos hipermodernos. Trad. M. Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

_____. A era do vazio. Trad. T. M. Deutsch. Barueri, SP: Manole, 2005.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso – Princípios & Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999. PALMER, J. Taking humour seriously. London: Routledge, 1994.

PARKER, I. Psychology after discourse analysis: concepts, methods, critique. Sussex: Routledge, 2015.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 362-371, 2015.

ROJAS, E. El hombre light: una vida sin valores. Madrid: Temas de Hoy, 2007.

TRAVERSO-YEPEZ, M. Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social. Estudos de Psicologia, Natal, v. 4, n. 1, p. 39-59, 1999.

ŽIŽEK, S. "Eu sou estúpido e maldoso". Blog da Boitempo, 16 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/02/16/eu-sou-estupido-e-maldoso-zizek-esclarece-sua-posicaosobre-o-je-suis-charlie/>. Acesso em: 16 fev. 2015.

Intervenções militares e democracia: a Psicologia Social e as políticas públicas de defesa nacional

Camila Bravo Fontoura (Centro de Estudos de Pessoal -Exército Brasileiro/Ministério da Defesa)

Objetivos:

- Apresentar as questões políticas que levaram à criação do Ministério da Defesa como um ministério chefiado por civis e as principais políticas públicas de defesa em vigor no país, levando em consideração as problemáticas pertinentes à subordinação, autonomia, prerrogativas e ao acionamento do aparelho militares nas questões da segurança interna.

- Analisar a participação civil nos estudos sobre a defesa nacional como a criação dos cursos de graduação e pós-graduação (interdisciplinar) no campo da defesa e propormos conjecturas para a participação política e acadêmica do psicólogo social nas demandas originadas no campo da defesa nacional.

Bibliografia

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. A Comissão Nacional da Verdade e os militares perseguidos. In Acervo. V. 27, nº 1, jan-jun/2014, p. 137-155.

D'ARAUJO, Maria Celina. O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. In Varia História. Vol 8, nº 48. Belo Horizonte: Julho/Dezembro, 2012c, p. 573597.

DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder, golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FUCCILLE, Luís Alexandre. Do desafio à acomodação: descaso e tibieza na construção da direção política sobre a Defesa Nacional. In Revista de Estudos Estratégicos. Nº 2, jan/julho 2007, p. 104-130. MARTÍNEZ, Rafael. La consolidación social de la democracia como parte del proceso de democratización de las fuerzas armadas. In MARTINEZ, Rafael e TULCHIN, Joseph S. (orgs.). La seguridad desde las orillas: Un debate entre Europa e Latinoamérica. Barcelona: CIDOB, 2006, p. 79132.

PROENÇA Jr., Jadir Domício e STAUDOHAR, Gisele. Do processo de criação à consolidação do Ministério da Defesa no Brasil. Trabalho apresentado no II Simpósio Regional sobre Defesa e Segurança Internacional: Segurança na Região, riscos e incertezas – Associação dos Graduados do Centro Hemisférico de Estudos em Defesa. Montevidéu: agosto de 2002. Disponível em < http://www.anesp.org.br/userfiles/file/estudos/processo_criacao.pdf>. Acessado em 25 set 2014. SHAW, Martin. La evolución de la sociedad de risco. Un punto de vista teórico. In Los militares en la Europa del siglo XXI. Santiago do Chile: Konrad Adenauer Stiftung, 2004, p. 35-49.

SOARES, Samuel Alves e MATHIAS, Suzeley Kalil. Forças Armadas, orçamento e autonomia militar. In Perspectivas. São Paulo: nº 24-25, 2001/2002, p. 85-113.

_____

* Camila Bravo Fontoura: Mestre Psicologia Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Doutora Sociologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) – Professora Adjunto do Centro de Estudos de Pessoal (Exército Brasileiro/Ministério da Defesa)

Introdução à Teoria Crítica: atualidade da obra dos primeiros autores

Deborah Antunes (Universidade Federal do Ceará), Luciana Dadico (Universidade de São Paulo)

O objetivo deste minicurso é oferecer uma introdução à Teoria Crítica da Sociedade, apresentando algumas das principais ideias e reflexões de seus autores, em especial os da primeira geração da assim chamada "escola de Frankfurt" – termo controverso criado por Martin Jay que passou a identificar teóricos que integraram uma certa tradição de pensamento, inicialmente ligada ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Este curso visa a expor a história da produção de seus primeiros teóricos, a fim de contextualizar suas pesquisas e discutir a atualidade de suas reflexões. Nessa medida, abordará temas investigados em profundidade pelos pensadores frankfurtianos, tais como "indústria cultural", preconceito, sociedade administrada, mediação tecnológica, pensamento unidimensional, formas críticas de produção do conhecimento, experiência, arte e política na modernidade, os quais seguem sumamente relevantes para a compreensão dos desafios ético-políticos que se impõem à práxis dos psicólogos. Esta é a razão pela qual esperamos que este minicurso possa contribuir para a formação crítica dos profissionais da área.

Medicalizando vidas: Por quê? Para quê?

Jurema Barros Dantas (Universidade Federal do Ceará)

A medicalização da sociedade é um fenômeno que tem sido sinalizado por vários autores desde o século XIX, quando o saber científico se espalhava pelos vários domínios sociais. Mas foi a partir da década de 1940, com a introdução dos psicofármacos, que este fenômeno se tornou cada vez mais intrusivo na vida cotidiana. A discussão que se pretende aqui diz respeito ao processo de medicalização da existência na contemporaneidade, tomando como base analisadora os discursos e práticas desta medicalização na forma de tecnificação do viver cotidiano. Ao pensar a relação entre medicamento e tecnologia queremos problematizar o aprisionamento quase total da vida nas malhas de uma lógica técnica que pretende entender a existência humana por princípios deterministas. Percebemos que o homem moderno parece estabelecer com a técnica uma relação instrumental e utilitária em busca não apenas de um viver satisfatório, mas, essencialmente, de uma solução para quase todos os seus problemas. Há a implicação de uma prática social, que por meio de todo um aparato tecnológico, tem transformado a vida cotidiana num problema médico-farmacológico e é esta prática que pretendemos compreender. Procuramos elucidar o quanto esse modo de pensar técnico atravessa o viver contemporâneo, transformando situações, antes consideradas naturais de serem enfrentadas durante a vida, em episódios que merecem ser tratados e solucionados por um conjunto de saberes ávidos em responder os dilemas do existir humano. Tais processos apontam o aviltamento de direitos humanos e o recrudescimento de práticas de sujeição. Ao mesmo tempo, apontam para uma convocação e presença cada vez maior de psicólogos (as) atuando junto a esses processos. Isso implica em um necessário debate sobre a formação em Psicologia bem como sobre o posicionamento desses profissionais frente aos novos desafios ético-políticos que se apresentam.

Parto Humanizado, Cesárea e Violência Obstétrica: desafios atuais para a Psicologia Social e Psicanálise

Fernanda Fernandes da Silva (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Rebeca de Cassia Daneluci (Universidade de São Paulo)

Processos de criminalização: reflexões a partir da contribuição da psicologia social e da criminologia crítica

Profa. Dra. Adriana Eiko Matsumoto (Universidade Federal Fluminense)

Processos emancipatórios e luta por reconhecimento na America Latina: uma interlocução entre a rebeldia Mixe (Mexico) e a resistência Pataxó (Brasil)

Simone Jörg, Alessandro de Oliveira

O que se pretende com esse mini curso é refletir sobre os múltiplos processos de autonomia e emancipação que envolvem os povos originários da América Latina e os conflitos que se impõem quanto ao seus estilos de vida. Buscar apresentar ferramentas e metodologias de trabalho junto a populações tradicionais.

Bibliografia:

BARÓ, M. O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia 1996,2(1),7-27

CIAMPA, A. C (2008) A estória do Severino e a história da Severina.11ª reimpressão. Brasiliense, São Paulo, 2009.

_____. Identidade. In: LANE, S, CODO, W. (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1997.

GABRIEL, L.; Rivas, G. L. (coord.) El universo autonómico: propuesta para una nueva democracia. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Plaza y Valdés, 2008.

HOLLOWAY, J. Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Viramundo, 2002.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento. São Paulo: Editor 34, 2009.

JÖRG, S. (2011). Clínica da Identidade: um estudo sobre o sofrimento psicossocial coletivo. 181p. Dissertação (Mestrado). Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEMMI, A. Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PATAXÓ, N. As Guerreiras na História Pataxó. In: Museu do Índio-FUNAI, 2011, Porto Seguro-BA. Museu do Índio-FUNAI, 2011

PEDREIRA, H.P.S. Aldeia Velha, “nova na cultura”: reconstituição territorial e novos espaços de protagonismo entre os Pataxó. Cadernos de Arte e Antropologia. V. 2, n. 3, 2013.

REBOLLEDO, N.; RICCO, S. Educación y comunalidad: Practicas autonómicas de la Mazateca Alta. México: UPN, 2010.

RICOEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, B. S. Os desafios das ciências sociais hoje. In: Encarte CLACSO – Cadernos da América Latina X – Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 2, nº 22, maio 2009.

Psicodrama e Psicologia Social: contribuições para formação/atualização do psicólogo em políticas públicas e sociais

Elcides Hellen Ferreira Landim Barreto (Universidade Federal do Ceará), Denise Zakabi (Universidade de São Paulo)

Psicologia Ambiental

Antônio Fábio Coelho Paz, Elcides Hellen Ferreira Landim Barreto, Lígia Cristina Azevêdo Sousa, Maria Zelfa de Souza Feitosa, Zulmira Áurea Cruz Bomfim

O minicurso em Psicologia Ambiental é uma proposta organizada pelo projeto de extensão "Seminários", vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS), da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo por objetivo facilitar espaços de diálogo e construção de conhecimento nesta área de interesse. As atividades de pesquisa do laboratório apontam caminhos de desenvolvimento da Psicologia Ambiental fortemente atrelada à Psicologia Social e histórico-cultural, tomando como imprescindível o entendimento da inter-relação pessoa-ambiente, e considerando que um atua sobre o outro na produção das dinâmicas sociais.

Admite-se que a superação das problemáticas sociais não pode estar desvinculada da compreensão do território, tanto em sua dimensão física, concreta e funcional, quanto nos aspectos afetivos, subjetivos e simbólicos que perpassam as inter-relações entre as pessoas e os ambientes, delineando o uso e a ocupação dos espaços. Assim, a consideração dos indivíduos em um lugar perpassa a assimilação das dinâmicas interpessoais e propicia a noção de cidadania.

Tais construções teóricas norteiam as metodologias de intervenção desenvolvidas nas comunidades, como trabalhos de extensão universitária e projetos de pesquisa. Neste contexto, o minicurso abarca tanto a teoria referente à Psicologia Ambiental, quanto a explicação e a aplicação de estratégias metodológicas de intervenção, caracterizando uma abordagem teórico-vivencial.

Psicologia social e reconhecimento dos direitos humanos: afinidades eletivas entre Axel Honneth E Hans Joas

Carlos César Barros (Universidade Estadual de Feira de Santana)

As contradições entre a chamada era dos direitos e o freqüente desrespeito aos direitos humanos na contemporaneidade, somados à crise dos valores modernos, apontam para a necessidade de uma Psicologia que leve em conta o mal-estar atual, baseada nos sujeitos concretos. As teorias do reconhecimento, que contextualizam os conflitos fundantes das sociedades e buscam compreender os movimentos sociais característicos das últimas décadas, têm se mostrado relevantes como um direcionamento teórico que oriente essa nova inflexão psicológica. Baseados numa tradição hegelianomarxista, que compreende a constituição do sujeito em uma relação dialética com as instituições do mundo em que vive, desde a esfera familiar, passando pelas relações de estima social até o Estado, os teóricos do reconhecimento buscam compreender as relações entre ética, política, direito, identidade e mundo interior. Dentre esses autores, destaca-se, tanto na teoria do reconhecimento como no diálogo com a Psicologia, o atual diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Axel Honneth. Outro autor que vem se destacando na temática da ação social, da formação de valores e da genealogia dos direitos humanos é o sociólogo alemão Hans Joas. A parceria entre Honneth e Joas foi iniciada nos anos setenta, resultando no livro Ação Social e Natureza Humana, no qual os dois autores analisam criticamente toda uma tradição, de Feuerbach a Gehlen, Merleau-Ponty, Heller, Foucault e Habermas, dentre outros. Já nos princípios esses dois autores destacaram o psicólogo social George Herbert Mead como uma pedra angular de seus trabalhos, que seguiram independentes, mas orbitando em torno de temas centrais em torno dos quais gravitam conceitos psicológicos, valores e direitos humanos. Há desde o início uma filiação e acerto de contas com a tradição marxista da teoria crítica da sociedade, reconhecendo nesta uma teoria social que busca não apenas compreender o mundo, mas reconhece sua historicidade e a necessidade de um direcionamento ético emancipatório, denominado por eles "normatividade". O objetivo deste minicurso é oferecer uma introdução aos pensamentos desses dois autores com foco na relação entre psicologia social e reconhecimento dos direitos humanos. Num primeiro momento serão apresentados, resumidamente, os estágios da relação entre teoria crítica e psicologia a partir da primeira geração, com Horkheimer, Adorno e Marcuse, passando por Habermas e chegando a Joas e Honneth. Na sequência, serão apresentados alguns pressupostos teóricos necessários para a compreensão da relação desses autores com a psicologia: a noção de reconstrução do materialismo histórico, a assimilação e a crítica da teoria comunicacional de Habermas, o conceito de ação social. No terceiro momento, serão trabalhadas a apropriação da intersubjetividade prática de Mead, da psicanálise das relações objetais e um direcionamento para a psicologia de grupos. Por fim, buscaremos retomar o diálogo que os autores deixaram abertos há alguns anos, relacionando as noções de patologia social e de sofrimento de indeterminação, que Honneth vem desenvolvendo a partir da filosofia do direito de Hegel, com a proposta de uma genealogia positiva dos direitos humanos elaborada por Joas, apoiado em Troeltsch, levando em conta não apenas uma possível universalização dos valores defendidos pelos direitos humanos como a violência que deu origem ou decorreu desses direitos. Para além da contribuição à recepção do pensamento desses autores em nosso país, já que Honneth ainda é pouco conhecido entre os psicólogos e Joas talvez o seja apenas por seu bem conceituado livro sobre Mead (ainda não traduzido para o português), este minicurso busca demonstrar a consonância entre os pensamentos de Honneth e Joas e os problemas da Psicologia Social brasileira e da sociedade brasileira. Se levarmos em conta alguns dos objetivos centrais da psicologia social latinoamericana e da brasileira, que se voltam para um referencial das ciências humanas em oposição ao positivismo, que buscam um direcionamento libertário em contraste com o relativismo das psicologias sociais de matriz pós-moderna, encontraremos na atualização do projeto da teoria crítica, por Honneth e Joas, um campo bastante fértil. Há de se reconhecer que desde Horkheimer e Adorno a crítica ao positivismo, o reconhecimento da historicidade das ciências humanas e a importância da psicologia em um projeto epistêmico crítico se tornaram essenciais para uma crítica da modernidade que leva a sério suas raízes marxianas. Os projetos de Honneth e Joas buscam reinterpretar tal tradição, sem perder de vista o papel da psicologia social, mas com novas configurações teóricas que podem ampliar nossos debates atuais. Exemplos disso podem ser nossas questões em torno da concepção de saúde ou de crise da subjetividade no contexto social mais recente; as crises de valor em torno dos fundamentalismos e terrorismos internacionais; os conflitos éticos entre a moralidade baseada nos direitos humanos e o conservadorismo de base evangélica pentecostal ou da "nova direita" brasileira, que têm ameaçado, inclusive, a forma de condução das práticas psicológicas em nosso país. A noção de que os sentimentos morais, que estão na base dos conflitos sociais, são possibilidades epistêmicas de a teoria crítica encontrar uma orientação hermenêutica para critérios sociais de normatividade, elaborada por Honneth; a noção de que os direitos humanos têm sua gênese em valores religiosos que vêm se secularizando, demonstrando que as teorias sociais contemporâneas têm

dificuldades em lidar com tal ambiguidade, gerando diversos mal-entendidos, elaborada por Joas; enfim, tais noções, juntas, podem apontar para a relevância da compreensão do papel das experiências morais, das narrativas libertárias religiosas ou seculares, da formação de identidades e conflitos sociais que não apenas denunciem as injustiças, reificações e ideologias dominantes, mas apontem para novos combustíveis sociais que motivem ações em lutas por justiça, liberdade e bem-estar que só podem existir nos indivíduos quando também se estruturam nas instituições sociais. Pode-se, ainda, mencionar as demandas das políticas públicas que buscam abordagens psicológicas para questões de prevenção na saúde, para atuação na assistência social, sempre tomando os direitos humanos como referência, como desafios à formação do psicólogo contemporâneo que podem dialogar com as orientações que serão apresentadas neste minicurso. Consideramos, entretanto, que é preciso construir uma abordagem que nos possibilite ver na psicologia social não apenas um campo regido pelos direitos humanos, mas um campo que gere práticas e leituras do mundo que contribuam para que os direitos humanos sejam reconhecidos enquanto tais, que as resistências às violações dos direitos humanos sejam fortalecidas. A apresentação desses autores, no entanto, deve despertar nossa atenção para o fato de que vivemos em um contexto diferente e que as temáticas aqui abordadas merecem reflexão, crítica e pesquisa sobre como se constituem as relações de reconhecimento, redistribuição e formação de valores em nosso país.

Psicologia Social e Saúde - Percursos diversos

Brígia Amaro, **Luciana Ribeiro Conz**, **Renata Bessa e Thiago Félix** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará)

Tem como objetivo apresentar diversos percursos da relação entre psicologia e saúde, articulando teoria e prática a partir da produção acadêmica e de experiências profissionais. Serão promovidas discussões teóricas ligadas aos temas: Saúde Mental, Saúde Coletiva, Cuidados Paliativos, Uso de drogas, todos na seara de articulação com a Psicologia Social. Será um espaço aberto também para acolher experiências e narrativas dos participantes.

Bibliografia:

Bergeron, Henri. A SOCIOLOGIA DA DROGA. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2012.

Cicely Saunders. VELAI COMIGO - Inspiração para uma vida em Cuidados Paliativos, Tradução: Francisco Galriça Neto.

Elias, N. A solidão dos moribundos. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Gadamer, Hans-Georg. O CARÁTER OCULTO DA SAÚDE. Petrópolis: Editora Vozes; 2006. 176pp.

Kovacs, M. J. Educação para a morte: desafio na formação de profissionais de saúde e educação. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2003.

Kubler-Ross E. Sobre a morte e o morrer. Rio de Janeiro. Editora Martins Fontes, 1985.

Lima, A. F. Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da psicologia social crítica. São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010

KIND, L. APROXIMAÇÃO ENTRE A PSICOLOGIA SOCIAL E A SAÚDE COLETIVA. In MAYORGA, C. & PRADO, M. A. M. Psicologia Social: articulando saberes e fazeres. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 255-270.

SPINK, M. G. P. Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos. 7. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Relatório Mundial da Saúde: Saúde Mental: nova concepção, nova esperança. 1ª ed. Lisboa: 2002. 207p.

Trabalhando com grupos

Eliane Regina Pereira (Universidade Federal de Uberlândia)

Um dos maiores desafios nos serviços SUS e SUAS hoje é o trabalho com grupos, isto porque os cursos de graduação oferecem uma formação predominantemente individualista e prescritiva, enquanto os serviços exigem uma atuação coletiva, multiprofissional e com uso de metodologias diferenciadas visando o alcance de um sujeito integral. Segundo Lane (1985) o grupo é condição para que o homem supere a sua natureza biológica e se aproprie da sua condição histórica. Isto porque, partindo de uma perspectiva históricocultural, compreendemos que o sujeito se constitui, num processo sempre inacabado, inconcluso, resultando do modo como socialmente se apropria e singulariza os significados do contexto.

O sujeito, portanto se constitui das coisas e das relações com o mundo de forma única, a partir do momento e do lugar que ocupa no mundo, sendo singular em um específico conjunto de circunstâncias. Deste modo, é através do outro – sujeito, contexto, linguagem – que nos constituímos. Portanto, pertencer a um grupo passa a ser para o indivíduo uma referência para sua constituição (MartínBaró, 1989, p. 207). Defendendo a compreensão de que os grupos são, portanto, espaços intensos de constituição, capazes de, como explica Zanella (2005) deslocar os sujeitos dos lugares sociais historicamente produzidos e que a eles estavam designados, escolhemos os grupos para nossos trabalhos nas redes SUS e SUAS. Em nossa pratica como supervisora de estágios, temos identificado um número expressivo de acadêmicos, com dificuldades de enfrentamento dos grupos e que paralisados pelo medo de arriscar se abastecem dos manuais de "dinâmica de grupo" a fim de descobrir uma técnica milagrosa para a "solução de problemas" na intervenção com qualquer grupo. Nossa experiência, tem se dado como tentativa de construir outras estratégias de intervenção em diferentes contextos de promoção da saúde, que chamamos "terapêutica estéticopolítica". (Sawaia, 2009, p.370). A partir do uso de dispositivos estéticos – músicas, poesias, filmes, fotografias, outros – nascem discussões com temas do cotidiano, como família, lazer, dor, doença, trabalho, violência, drogas, etc e tudo surge do encontro estagiáriosusuáriosrecurso estético. Nossa prática é permeada por intervenções interessadas em instigar os sujeitos a refletirem seu modo de estar no mundo e ampliarem suas possibilidades em busca de novas estrategias para lidar com suas questões cotidianas. Em nosso trabalho, entendemos os grupos como espaços onde se propõe desafios e, assim, processos de criação são vislumbrados, possibilitando a (re) criação da própria realidade do sujeito. Pereira (2012) afirma que a experiência estética é uma oportunidade de ampliação, de desvelamento e expansão do sujeito, uma vez que é abertura à diversidade de sentidos. Falamos de uma "estética enquanto dimensão sensível, enquanto modo específico de relação com a realidade, pautado por uma sensibilidade que permita reconhecer a polissemia da vida e transcender o caráter prático utilitário da cultura capitalística (...)" (Zanella, 2006, p.36).

Teatro e Psicologia Social - Oficina

Édio Raniere (Universidade Federal de Pelotas), **Mariana Pozzi Junges** (Universidade Federal de Pelotas), **Moisés José de Melo Alves** (Universidade Federal de Pelotas), **Andrea Basílio Dias** (Universidade Federal de Pelotas), **Raysha Nery** (Universidade Federal de Pelotas)

Categoria Manifestações Culturais

Cobertores que revelam: pequena cartografia sobre adolescentes em situação de rua na cidade de Pelotras/RS

Luana Ribeiro Bueno, Édio Raniere.
Estilo: Fotografia
Duração: permanente

Entre deuses, meninos e meninas: a fotografia como forma de visibilizar as religiões afro-brasileiras

Autores: Ana Carolina de Lima Silva Ferreira, Andreína da Silva Moura.
Estilo: Fotografia
Duração: permanente

Imagens-palavras: incisões na escrita

Autores: Pedro Augusto Papini, Jaqueline Tittoni, DIEGO DRESCHER DE CASTRO, Rodrigo Schames Isoppo, Marina da Richa Rodrigues, Sofia de Souza Lima Safi, Rossana, Bogorny Heinze Schmidt, Natália Freaporti Rossman, Franscisca Shelley Dilger.
Estilo: Fotografia
Duração: permanente

Poema de um Brasil entristecido

Autor: Madson Lima de Oliveira
Formato: Poesia
Duração: permanente

Poema de um Brasil entristecido

Autor: Madson Lima de Oliveira
Formato: Poesia
Duração: 5 min.

As capturas das relações de trabalho e consumo atravessadas por Marx

Autora: Mariana Pozzi Junges
Formato: Vídeo
Duração: 5 min.

Imagens-palavras: incisões na escrita

Autores: Pedro Augusto Papini, Jaqueline Tittoni, DIEGO DRESCHER DE CASTRO, Rodrigo Schames Isoppo, Marina da Richa Rodrigues, Sofia de Souza Lima Safi, Rossana Bogorny Heinze Schmidt, Natália Freaporti Rossman, Franscisca Shelley Dilger.
Formato: Fotografia e vídeo
Duração: 20 min.

(Trans)formação

Autores: Danilo Silva Barbieri, Gil Marquez de Andrade Neto
Formato: Vídeo
Duração: 20 min.

Toca-me de azul

Autores: Suany Lima Carneiro Alves, Yonetane Tsukuda
Formato: Vídeo
Duração: 20 min.

Comunidade Quilombola Marques: nossa luta, nossa história

Autores: Carde Monção Amâncio, Alide Altivo Gomes, Agnes Maria Gomes Murta
Formato: Vídeo-documentário
Duração: 1h

Quem tem juízo resiste e luta: a história da vila dos pescadores do Jaraguá

Autores: Marcos Ribeiro Mesquita, Simone Maria Huning, Maria Nativa Rodrigues, Alvandy Frazão, Amanda Layse de Oliveira Feitosa, Rafael Fernandes.
Formato: Vídeo-documentário
Duração: 30 min.

O furo no jarro d'água

Autores: Daiane Gasparetto, Bruna Cruz
Formato: Dança
Duração: 20 min.

Frouxos cortes de uma bixa foucaultiana

Autores: Douglas (Dodi) Leal, Marcello Amalfi, Danilo Silveira, Silas Lima, Richard Melo.
Formato: Dança
Duração: 20 min.

Dízimo

Autor: Makcion Muller Rodrigues Leite
Formato: Performance
Duração: 20 min.

Campanha de 25 anos do ECA: "Brincar pra Valer, Valer pra Brincar" e o direito à ternura

Autores: Gabriela Gramkow, Francisco Helder da S. Oliveira, Fábio Silvestre
Formato: Vídeo e confecção artística coletiva
Duração: 1h30min